



2SNHH ANAIS

ORGANIZAÇÃO

Sérgio Ricardo da Mata

Helena Miranda Mollo

Flávia Florentino Varella

2008



RESUMOS

A revolução de 1932: historiografia e usos políticos do passado

Marcelo Santos De Abreu

Mestre

Universidade Federal De Uberlândia

O presente trabalho integra a pesquisa de doutorado intitulada *Os mártires da causa paulista: a Revolução Constitucionalista de 1932 e os usos políticos do passado (1932-1997)* na qual se busca compreender a produção das representações do evento político nas comemorações, nos testemunhos e também na historiografia. A análise da historiografia acerca dos anos de 1930 revela os limites da operação histórica como procedimento que aspira à verdade sobre o passado. Em poucas palavras, pretende-se analisar a historiografia produzida a partir dos anos de 1960 e sua relação conflituosa com as memórias dos eventos políticos da década de 1930 - particularmente a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e o Estado Novo. Espera-se, portanto, discutir as relações entre a produção historiográfica e os usos políticos do passado republicano.

A Escrita da Arte

Adriana Gonçalves de Carvalho

Mestranda

Universidade Federal de Juiz de Fora

Neste artigo pretendo analisar um importante elemento da historiografia da arte, isto é a literatura artística, utilizarei o tratado de pintura de Vicente Carducci, pintor da corte do Rei da Espanha, Filipe IV. Este tratado, *Diálogos da Pintura*, é o primeiro escrito em língua castelhana, podemos observar como o autor, seguindo uma tradição dos tratadistas italianos, faz uma defesa da pintura. Ele define o que é pintura e suas diferenças, sua origem, relata a dificuldade da arte. Para explicar o seu conceito de pintura, ele faz uma revisão bibliográfica sobre este tema, utilizando os tratados de Dürer, Frederico Zuccaro, Alberti e Lamaço. Carducci define o que é pintura segundo ele para cada um destes tratadistas. Desta forma poderemos compreender como Carducci construiu o conceito de pintura.

É possível observar como estes tratados são importantes instrumentos para compreendermos a pintura em determinado período

Guerra impressa: Novas fontes para uma nova perspectiva historiográfica da participação brasileira na II Guerra Mundial

Adrianna Cristina Lopes Setemy

Pesquisadora bolsista

Fundação Biblioteca Nacional

Partindo da premissa de que cabe ao historiador a iniciativa de constituir em fontes históricas os diversos vestígios do passado e a tarefa de superar as limitações teórico-metodológicas que por vezes dificultam a crítica documental e a elaboração de novas problemáticas de pesquisa, nesta comunicação pretendemos discutir a relevância, dentro da produção historiográfica brasileira, de uma proposta para o estudo do episódio da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a partir de uma perspectiva ampliada de fontes que considere periódicos, imagens, caricaturas e mapas como documentos potenciais de uma época e lugar de memória que carrega em si uma determinada representação da realidade, que nos remete a questões e conflitos relativos às práticas sociais do período no qual foi produzido, a partir de questionamentos formulados no presente.

A nova História política e a História regional

Aldieris Braz Amorim Caprini

Doutorando

Centro Universitário São Camilo e Faculdade Saberes

O artigo apresenta o conceito e a contextualização de Nova História Política e de História Regional para em seguida discutir porque as pesquisas e os estudos regionais sobre o político devem considerar a Nova História Política. Assim, ressalta-se no artigo a necessidade de termos um maior rigor teórico-metodológico, a partir da Nova História Política, para evitar uma História Regional factual uma vez que os estudos regionais possuem uma maior tendência a manterem-se tradicionais devido ao contexto em que estão inseridos.

O “a priori histórico” segundo Michel Foucault

Tiago Santos Almeida

Mestrando em História Social

Universidade de São Paulo

As pesquisas de Michel Foucault são marcadas pela busca dos enunciados, que, em cada época, permitem o surgimento de determinados discursos. Por servirem como condição de possibilidade das formas de pensamento, dizemos que os enunciados constituem esquemas transcendentais, porém essencialmente históricos. O objetivo desse trabalho é mostrar como se resolve no método foucaultiano a aparente contradição entre o caráter “a priori” e a historicidade intrínseca aos enunciados. Com isso, poderemos esclarecer algumas relações existentes entre a Arqueologia e a Genealogia, além de denunciar o equívoco de algumas interpretações que confundem a relação poder-saber e quase transformam Michel Foucault em um externalista entre os historiadores das idéias.

Fiscalidade e acumulação: um balanço historiográfico sobre contratos no Brasil Colônia

Carolina Alves de Oliveira Rocha

Graduanda em História

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

A análise dos contratos arrematados nos séculos XVII e XVIII se constitui em preciosa ferramenta para o estudo dos jogos de poder, tanto no Brasil colônia quanto nas relações com o Reino ou outras partes do Império português, sobretudo se tratando de um período de incremento da importância da colônia americana. Apesar disso, o tema tem sido pouco trabalhado pela historiografia. O que se propõe aqui é um balanço da historiografia luso-brasileira sobre os contratos. Aos poucos trabalhos clássicos sobre o tema, realizados ao longo das décadas de 1960 e 1970, se seguiram análises onde os contratos surgem como ferramenta para o estudo das elites ou da fiscalidade. Nos últimos anos, o tema voltou a surgir de forma central, sendo tratado como formador e reiterador de laços econômicos e políticos, permitindo vislumbrar os espaços abertos para a negociação, bem como forma de acumulação de uma elite mercantil em ascensão.

**Produção historiográfica e institucionalização do ensino de História:
As possibilidades de difusão de uma identidade nacional (1838-
1888)**

Amanda da Silva Martins

Mestranda

Universidade Federal de Ouro Preto

O lugar de destaque ocupado pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) no século XIX demonstra a importância que a História adquiriu como um instrumento capaz de gerar e transmitir uma identidade nacional brasileira. Através da análise do diálogo entre a Escola Normal de Ouro Preto (ENOP), o governo provincial e os centros de produção de conhecimento histórico, procuraremos destrinchar esse complexo movimento de criação e difusão da História da nação. Para tanto, faremos uso de correspondências trocadas pela Instrução Pública de Minas, a ENOP e a Secretaria do Governo de Minas, bem como atas de sessões provinciais. Por outro lado, buscaremos perceber as múltiplas tensões oriundas da recepção dessa História Nacional em um contexto regional, analisando os próprios limites deste projeto de criação e transmissão objetiva de identidade. Isso será feito através da análise dos compêndios de História indicados pelo governo imperial na segunda metade do oitocentos, dos exames prestados pelos candidatos à docência, e do jornal *O Universal* – que trazia discussões sobre a educação e a História do Brasil.

As bases para o método de especulação do futuro na obra *O ano 2000*, de Herman Kahn e Anthony J. Wiener

Fabio Sapragnas Andrioni

Mestrando

Universidade de São Paulo

Esta comunicação enfoca-se no livro *O ano 2000*, de Herman Kahn e Anthony J. Wiener, publicado em 1967. O livro realiza previsões mundiais para o ano 2000 em áreas como economia, política e cultura, por exemplo. Além das previsões, o livro também apresenta um método para realização dessas especulações. Neste método de previsão é apresentada, indiretamente, uma teoria da história, já que há uma organização dos eventos no tempo, assim como do próprio tempo, para tornar possível a prática especulativa. Neste sentido, a comunicação busca identificar as bases que sustentarão o método, além de analisá-las como um primeiro passo para o estabelecimento teórico de uma forma de compreensão e organização do tempo e da história.

Feições da literatura do regime militar brasileiro: do lugar da memória à produção acadêmica

Emanuela Antunes Bezerra

Bacharel em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A ditadura militar brasileira tem sido objeto de escrita narrativa/memorialística e campo de estudo de produções acadêmicas na área de ciências humanas. Pretende-se desenvolver nessa proposta de comunicação um balanço historiográfico a cerca das feições da escrita que contempla esse período da história do Brasil. O objetivo deste trabalho consiste em estabelecer uma análise entre a literatura memorialística dos anos 80 e a recente produção historiográfica que versa sobre a multiplicidade de temas e objetos a cerca da história do regime militar brasileiro. A disputa por trazer à luz da memória a narrativa dos “vencidos” em detrimento a dos “algozes” apresenta-se para os historiadores da atualidade como importante fonte de pesquisa. O que em outrora ocupava a função de denunciar os “anos de chumbo” passa por um processo de análise pela produção histórica como recurso de fonte. Os caminhos percorridos pela memória e produção acadêmica, no tratamento a história do regime militar, dedica-se a presente comunicação.

Max Weber Historiador: a indologia weberiana como uma alternativa ao historicismo alemão

Arilson Silva de Oliveira

Doutorando

Universidade De São Paulo

Os estudos sociológicos em geral se apropriam de Max Weber como um de seus autores fundadores, ou seja, como um eminente (e já clássico) precursor, com inúmeras e variadas contribuições às Ciências Sociais. Entretanto, aqui, visamos apresentá-lo como também proeminente teórico da história, pela identificação de conceitos e princípios advindos de suas análises indológicas, abundantemente presentes em: *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie: Hinduismus and Buddhismus* (1921, póstumo), ainda pouco conhecida ou quase ignorada pelos estudos weberianos, sobretudo no Brasil.

Desta forma, utilizaremos a história filosófica e indológica weberiana, a qual, em geral, se apresenta ignorada ou lida apressadamente, mal compreendida, mal apropriada e visivelmente sugerida como secundária. Pretendemos mostrar a função da indologia weberiana para a compreensão das particularidades da sociedade ocidental moderna; notadamente, o desencantamento sem precedentes será identificado por contraste com a Índia como tipo-ideal do encantamento.

O objeto artístico: teoria e história da arte

Letícia de Almeida Badan

Mestranda

Universidade Federal de Goiás

A História da Arte e a Teoria da Arte têm como matriz disciplinar o pensamento filosófico da Arte, que tem o século XIX como seu contexto inaugural, mais especificamente com fundamentos no pensamento hegeliano. A teoria aproxima do campo de atuação do historiador, ao passo que a crítica de arte insere-se no ciclo de debate do juízo e da interpretação, num circuito de hermenêutica interpretativa da obra de arte – resultante da matriz estética do pensamento kantiano.

O intuito da comunicação é enfatizar a relação Teoria da Arte e História da Arte, atribuindo ao historiador os suportes metodológico-conceituais para trabalhar com o seu objeto de pesquisa – o objeto artístico, que é onde inaugura o pensamento teórico e a construção de uma história; e ressaltar a importância do historiador ao observar as relações mutáveis de conteúdos e propriedades formais das obras artísticas no contexto temporal.

Visconde de Cairu e a Linguagem do liberalismo: uma análise a partir da história dos discursos políticos

José Luiz Ferreira Bahia Júnior

Graduando

Universidade Federal de Ouro Preto

Essa comunicação é fruto de um trabalho coletivo desenvolvido na UFOP, sob a orientação do Prof. Valdeci Lopes de Araujo. Tendo como aporte teórico a *História dos Discursos Políticos* de Quentin Skinner e J. G. A. Pocock, nosso grupo se encontra empenhado na análise do contexto discursivo identificável a partir da obra historiográfica de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. O objetivo desta comunicação é apresentar as linguagens e os contextos discursivos que permitem uma leitura historicamente relevante desta obra, nos detendo mais especificamente em Adam Smith e na *linguagem do liberalismo*, conforme podemos identificar a partir da leitura da "Memória dos benefícios políticos do governo de el-rey nosso senhor D. João VI", obra de Silva Lisboa publicada em 1818.

Acerca do debate historiográfico pós-moderno em Fredric Jameson

Ana Beatriz Carvalho Baiocchi

Mestranda

Universidade Federal de Goiás

Este artigo tem por objetivo historicizar o conceito de pós-modernismo, para se identificar as condições históricas em que o conceito surge, e inserir dentro desse debate o autor que trabalho Fredric Jameson. Sendo o autor, oriundo de uma perspectiva marxista analítica norte-americana, a intenção é buscar as principais conexões entre o ambiente intelectual norte-americano no momento do surgimento da discussão em torno do pós-modernismo, e caracterizar nesse autor, as categorias que também são fundamentais para se compreender o pós-modernismo. Afinal, o pós-modernismo é uma nova categoria para se entender a realidade histórica, ou apenas um jogo de conceitos e definições, para se estabelecer e ratificar o *status quo* vigente? O que se propõe é perceber no discurso jamesoniano as posições tomadas por esse autor, e que são igualmente, preponderantes para a discussão que aqui se pretende estabelecer.

Bomfim: Ensaísta, Teórico ou Rebelde

Luiz Carlos Bento

Doutorando

Universidade Estadual de Goiás

O problema que norteia esta comunicação é demonstrando a importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para a historiografia brasileira. Tendo em vista que de 1838 até princípios dos anos 30 se produzia uma História do Brasil Monárquica, dogmática e nacionalista, que procurava exaltar grandes heróis e fatos históricos justapostos em uma ordem cronológica linear. Neste contexto a produção historiográfica se atentava somente em relatar fatos e acontecimentos sem estabelecer uma heurística e uma hermenêutica adequada dos mesmos. Manoel Bomfim através de suas obras *América Latina Males e Origem*, *O Brasil na América e o Brasil Nação* irá representar uma contra corrente da produção historiográfica de sua época. Ele inaugura uma História problema, que analisa questões de cunho político de forma crítica e abrangente, questionando a leitura elitista tradicional desenvolvida desde 1838 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em linhas gerais, os elementos que esta comunicação busca compreender são as condições históricas que possibilitaram a elaboração destas obras que colocam em outros termos a discussão sobre o passado brasileiro. Pensar a obra bomfiniana é antes de tudo uma reflexão sobre uma forma de interpretar o Brasil que ficou esquecida, pois foi voz vencida pelo movimento historiográfico dos anos 30. A voz deste "rebelde esquecido", mesmo enfraquecida chegou até a nós por meio de várias reverberações, e em um momento marcado profundamente pela corrupção política, pela descrença generalizada em várias instituições e por inúmeras mazelas mal resolvidas no plano social, o conteúdo das reflexões do intelectual sergipano torna-se atual e necessário, enquanto instrumento de análise para pensarmos o processo político, bem como as relações entre estado e sociedade no país.

O Protestantismo na ótica dos estudos culturais – Perspectivas historiográficas

Bertone de Oliveira Sousa

Mestrando

Universidade Federal de Goiás

A partir da segunda metade do século XX, o avanço dos estudos culturais abriram novas perspectivas para a análise historiográfica de movimentos religiosos, entre eles o protestantismo. Tais abordagens foram inicialmente impulsionadas pela antropologia, posteriormente, pela História Cultural e, mais recentemente, pelos estudos das identidades e das representações sociais. É nesse sentido que as abordagens de Clifford Geertz, E.P. Thompson, Manuel Castells, entre outros, constituem valiosas contribuições para analisar numa perspectiva histórica, por exemplo, o crescimento protestante no Brasil, em especial o movimento pentecostal, que tem conhecido amplo recrudescimento nas últimas décadas. Portanto, essa proposta tem por objetivo fazer um balanço da contribuição desses autores para a produção historiográfica a respeito do protestantismo dentro e fora do Brasil, pois, outrora circunscrito aos modelos explicativos da teologia, o fenômeno religioso tem se tornado cada vez mais objeto de estudo da historiografia e, no caso do protestantismo, vem ganhando cada vez mais espaço entre os historiadores brasileiros.

O catolicismo brasileiro pós–concílio Vaticano II: uma discussão historiográfica

Massimo Bonato

Mestrando

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O objetivo central desta comunicação é apresentar os traços principais que caracterizam a historiografia católica pós–Vaticano II, no Brasil, analisando os postulados de obras que incluem um conjunto de estudos, tanto do ponto de vista cronológico quanto no que diz respeito ao seu conteúdo, e que foram produzidas tanto em âmbito confessional, quanto nos meios acadêmicos. O escopo do trabalho é perceber os limites e as possibilidades de investigação presentes no campo desta linha historiográfica. Interessamos entender como obras de diferentes autores, produzidas em momentos distintos, contribuíram para a abertura de novos espaços de pesquisa dentro desta linha de investigação de conhecimento. Para tanto, acreditamos que se torna necessário fazer menção a alguns acontecimentos *intra* e *extra* eclesiais que favoreceram mudanças significativas no cenário da pesquisa historiográfica católica brasileira.

O historicismo na história da arte: o método de Erwin Panofsky

Marcela Aguiar Borela

Mestranda em História

Universidade Federal de Goiás

Esta comunicação visa apresentar o método de análise de imagens de Erwin Panofsky, presente na obra *O Significado nas Artes Visuais*, sob uma perspectiva crítica de revisão e reflexão sobre suas matrizes teóricas, seus objetivos e seus possíveis alcances. Ao tomar o objeto artístico como portador de saberes históricos para além de uma dimensão exclusivamente formal deste objeto, Panofsky coloca na pauta da História da Arte e na pauta dos estudos mais gerais sobre imagens a necessidade de uma leitura contextualizada de fundamento historicista das artes visuais a partir da busca por seu significado intrínseco.

Para Didi-huberman, Panofsky representaria uma tentativa de reforma da tradição formalista da História da Arte, ligada aos posicionamentos de Wölfflin e a tradição desta disciplina, construída ao longo do século XIX. Neste sentido, buscamos resgatar o contexto intelectual de Panofsky no Instituto Warburg, em meio a Escola Histórica Alemã, com o objetivo de elaborar sua herança historicista e perceber a forma pela qual esta tradição se manifesta no campo da História da Arte.

Salientamos, deste modo, a importância da obra de Erwin Panofsky e sua freqüente utilização como metodologia dominante para uma infinidade de trabalhos historiográficos centrados na análise e tratamento de fontes visuais. Reiteramos, entretanto, a necessidade de questionamento e apresentação dos limites de seu método iconológico, a partir da leitura de autores que propõem uma atualização a esse respeito e também por meio da análise de sua herança historicista.

A cidade na história: Fontes, escalas e possibilidades de análise

Diogo Fonseca Borsoi

Graduação

Universidade Federal de Ouro Preto

O presente trabalho se propõe a fazer um balanço do caminho traçado pelas principais obras de referência sobre a história da urbanização do período colonial brasileiro com destaque para a cidade de Mariana-MG.

A história de nossas cidades tem sido levada a cabo em grande parte por pesquisadores na área de arquitetura e geografia e, só muito recentemente, historiadores tem se dedicado ao estudo do tema. Dessa forma, uma revisão historiográfica se faz necessária a fim de analisar aspectos importantes e pouco discutidos nos referidos estudos como a tipologia documental e as escalas de análise escolhidas para a construção das mesmas.

Com isso, pretendemos realizar uma revisão da bibliografia referida a fim de destacar novas possibilidades de Fontes e temáticas ainda pouco trabalhadas dentro da historiografia urbana do Brasil.

Entre a unidade e a opressão: os “três séculos” da presença portuguesa na América e sua tematização no processo de independência do Brasil (1821-1822)

Cristiane Alves Camacho dos Santos
Mestranda em História Social
Universidade de São Paulo

Esta comunicação pretende apresentar resultados parciais de pesquisa de mestrado sobre a leitura histórica da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil. A análise baseia-se em documentação periódica publicada no Rio de Janeiro entre 1821 e 1822. A investigação parte da perspectiva analítica de Koselleck acerca do tempo histórico, que se concebe na diferença entre experiência e expectativa, e se insere em amplo debate sobre a formação do Estado e da nação brasileiros. Pretende-se discutir, nesta comunicação, as referências à presença portuguesa na América nos periódicos publicados no Rio de Janeiro em 1821. Tais referências apresentam o “passado colonial” compreendido, em primeiro lugar, como elemento de prosperidade do Brasil, permitindo a inscrição de portugueses europeus e americanos em num mesmo processo histórico e, por outro lado, como sinônimo de despotismo, sintetizado pela fórmula “três séculos de opressão”. Objetiva-se demonstrar como esta construção discursiva é instrumentalizada, potencializando a politização de uma identidade brasileira ao lado da identidade portuguesa.

A Memória, a Imaginação e a História e o ofício do historiador

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro

Professora

Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira

O historiador, da pesquisa à construção da narrativa histórica, enfrenta questões que vão desde a escolha do tema, das condições que lhe permitam a busca das fontes, aos seus próprios questionamentos teórico-metodológicos. A história da historiografia tem apontado possibilidades e caminhos a serem seguidos – múltiplos; infundáveis, intercambiáveis. No entanto, embora o ofício de historiador possa ser “aprendido” nas Universidades, a historiografia não consegue disciplinar, regular ou limitar, a presença da subjetividade do trabalhador da História na busca pelo seu texto – como contexto e narrativa. Assim sendo, neste enfrentamento historiográfico: do homem com o texto histórico, tido como possibilidade de tornar-se inteligível a todos, deve-se levar em conta as intercessões entre Memória, Imaginação e a própria História – termos que na história de uma História nascida juntamente com a humanidade são construídos e reconstruídos na relação que o historiador tem com seu objeto: “a ciência dos homens no tempo”.

Revolução de 1930: a operação historiográfica e o abandono da memória

Carolina Soares Sousa

Graduanda

Universidade Federal de Goiás

A historiografia brasileira, a partir da década de 1960, fez a leitura da revolução de 1930 instituindo-a como fato marco. A revolução passa a ser tema consagrado entre os intelectuais que buscavam estudar a Revolução Brasileira. Ao compararmos autores que pensaram a revolução “no calor dos acontecimentos”, caso de Barbosa Lima Sobrinho e Virgínio Santa Rosa, com a operação historiográfica feita por historiadores como Boris Fausto, entramos no campo da disputa entre memória e história. Não pretendemos fazer um novo balanço historiográfico a cerca de 1930, mas sim entender como alguns fatos são instituídos como momentos fundadores enquanto que outros são relegados ao silêncio.

Reflexões sobre as relações entre autoridades republicanas e a música popular carioca no contexto de formação da indústria fonográfica no Rio de Janeiro (1917-1937)

Caroline Moreira Vieira

Pós-Graduada

Universidade Federal Fluminense

O presente trabalho problematiza a gravação de músicas com conteúdos afro-religiosos pela recente indústria fonográfica do Rio de Janeiro num contexto em que o discurso oficial versava sobre a criminalização desta temática. Durante os primeiros anos republicanos, essas composições eram divulgadas, ampliando seu raio de alcance na sociedade. Há ambigüidades na percepção e nas atitudes com relação à "cultura popular": se por um lado, ocorrem repressões; por outro, há tolerâncias por parte do Estado e enaltecimento por setores da elite carioca. Não obstante a criminalização e a repressão aos elementos afro-religiosos ser uma constante na política do Estado Republicano, há espaços de negociação para a consolidação de uma indústria fonográfica que interage com traços da cultura afro-brasileira.

Dialogaremos com as principais correntes historiográficas que tratam do período histórico em questão, abordando as problemáticas relacionadas à participação popular nos primeiros anos republicanos e os trabalhos sobre a história do samba carioca.

O sujeito indígena e a concepção de assimilação da “cultura brasileira”, no início da Primeira República

Mariana Moreno Castilho

Doutoranda

Universidade de São Paulo

Neste artigo pretendemos discutir a representação do indígena na Primeira República. Para isto abordaremos o tecido discursivo em que esta representação foi circunscrita, perpassando por conceitos como cultura, civilização e assimilação. Discutiremos a presença desses conceitos não só em discursos de intelectuais da época, como Roquette Pinto e José Veríssimo, mas também em instituições como o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. O deslocamento do “índio” para o “sertanejo” como ícone da identidade nacional também será debatido neste artigo que visa desconstruir a imagem pejorativa que o sujeito indígena assumiu durante muito tempo na História do Brasil.

As inconfidências do período pombalino e as novas perspectivas historiográficas para o processo de Independência do Brasil

Leandro Pena Catão

Professor

Universidade Estadual de Minas Gerais / Fundação Educacional de Divinópolis

O período pombalino é um tema bem contemplado pela historiografia brasileira, mas são poucos os estudos que se debruçam especificamente sobre o embate entre a máquina pombalina e a Companhia de Jesus no Brasil. O governo de d José I foi marcado por profundas turbulências na América portuguesa e a causa diz respeito, entre outras coisas, à expulsão dos jesuítas. Trabalhos recentes, relativos a esse período, têm aberto um novo caminho, uma nova perspectiva de interpretação dos movimentos sociais e políticos do XVIII. Por conta da expulsão dos jesuítas, ocorreram vários crimes de Inconfidência em capitanias como Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Entre outros insultos, o rei e seu ministro Pombal eram comparados a Nero e Diocleciano e chamados de pateta, demente e tirano por parte dos súditos indignados. Tal fato revela que datam do período pombalino os primeiros sinais de contestação e desafeição ao poder metropolitano. Uma análise desses delitos, assim como da atuação da Companhia de Jesus, sobretudo no que diz respeito à difusão de seu ideário, constituiu passo importante para a elucidação do processo de Independência política do Brasil a partir da “longa duração”.

A heroína da inconfidência - um retrato das mineiras oitocentistas

Ariadne Maria de Mendonça Chaves

Graduanda e bolsista FAPEMIG

Universidade Federal de São João del-Rei

No presente trabalho, que se liga, em especial, a duas linhas de pesquisa, a de Fontes Primárias e a de Estudos Culturais e Crítica da Cultura; empreendemos um estudo acerca da construção da figura de Bárbara Eliodora, conhecida como a "heroína" da Inconfidência Mineira.

Esse trabalho parte da pluralidade de "informações" encontradas no *Suplemento Literário do Minas Gerais*, periódico no qual percebemos como muitos estudiosos, principalmente historiadores, como Rodrigues Lapa, afirmam, em seus textos (artigos), que Bárbara Eliodora teria sido apenas uma mulher comum para sua época e que o prestígio de seu nome se deve a sua situação histórica, a de esposa do inconfidente Alvarenga Peixoto. Enquanto outros, como Cecília Meireles, a idolatram, enquanto a "mulher".

Mas, após um estudo teórico, entendemos que a "heroína" da Inconfidência, em diversos aspectos, não foi uma mulher "avançada para a época", mas sim um retrato do feminino oitocentista de Minas Gerais

A Escrita do Historiador

Clarismar Gomes de Abreu

Mestrando em História

Universidade Federal de Goiás

O presente trabalho busca problematizar a relação entre a escrita da história e aquele que tece essa trama escrita: o historiador. É preciso discutir essa relação para que se compreenda os mecanismos que compõem a história que é escrita. Acreditamos na escrita como uma narrativa conduzida pelo historiador, entretanto, esse caráter narrativo não faz com que os livros de história sejam jogados na estante da literatura como ousaram defender alguns autores. Precisamos problematizar, contudo é preciso ter cuidado com essas radicalizações. Assim, pretendemos discutir essa questão para compreensão dos limites e possibilidades da escrita da história como uma expressão da ciência histórica.

A crítica popperiana ao historicismo em *A sociedade aberta e seus inimigos*

Rodrigo Coppe Caldeira

Doutorando

Universidade Federal de Juiz de Fora

Defensor ferrenho da democracia liberal e crítico profundo dos totalitarismos modernos, o versátil filósofo austríaco Karl R. Popper (1902-1994) tem como um de seus alvos epistemológicos o *historicismo*. Popper, em alguns de seus importantes livros, como os dois volumes de *A sociedade aberta e seus inimigos*, *Contra Marx* e *Miséria do Historicismo*, visou construir uma refutação à crença de qualquer possibilidade de prever científica e racionalmente quais serão os desenlaces futuros da história humana. Essa é uma das teses de que vai ocupar seu pensamento. Este artigo tem como objetivo apresentar celeremente as principais críticas de Popper ao historicismo, partindo de suas críticas ao pensamento platônico no primeiro volume de sua obra *A sociedade aberta e seus inimigos*. Além dessa crítica contumaz, o livro também traz algumas hipóteses de ligação entre o historicismo e as formas utópicas de pensamento, calcadas na busca de construir o paraíso na terra. Para Popper, essa pretensão nos conduziu, não raras vezes, por outro lado, ao inferno, o que nos levaria a concluir que deva ser eliminada de uma vez por todas.

Thomas Kuhn, Ludwik Fleck e o caráter histórico do conhecimento científico

Marco Antônio Cornacioni Sávio

Professor

Universidade Federal de Uberlândia

O objetivo desse trabalho é o de analisar a idéia paradigma e incomensurabilidade de Thomas Kuhn comparando-a com a de estilo e comunidade de pensamento do filósofo polonês Ludwik Fleck, procurando compreender o papel desses conceitos para a história da ciência e da tecnologia. Ao contrário das tradicionais correntes de estudo da ciência, Kuhn e Fleck propunham, por caminhos distintos, que o caráter do método e das teorias científicas é historicamente determinado, difundido por práticas ligadas a um estilo transitório adotado por grupos ligados ao pensamento científico. Essa transitoriedade é marcada por mudanças que se ligam ao estilo e, posteriormente, a grupos de pensamento, num constante embate entre idéias e os respectivos grupos que as adotam, na visão de Fleck, ou a práticas adotadas dentro de um paradigma e contestadas em momentos de crise, na visão de Kuhn.

O movimento republicano do interior na obra de Oscar Leal

Aline Da Costa Luz

Graduanda

Universidade Federal de Goiás

O movimento Republicano no Brasil é comumente associado à região sudeste principalmente ao Rio de Janeiro visto que a historiografia se dedica aos acontecimentos que ali ocorreram, deixando de lado acontecimentos de outras regiões. Talvez por isso, o republicano Aristides Lobo tenha escrito sua famosa frase quanto a proclamação "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam seriamente estar vendo uma parada" Esta comunicação pretende desconstruir a ideia de Lobo através do pensamento do viajante Oscar Leal, um dos últimos viajantes a percorrer o interior do Brasil ao final do século XIX e dos acontecimentos políticos que ocorriam pelos lugares em que passava. Em seu livro "Viagens às terras goianas", Leal mostra o movimento republicano do interior, fazendo que percebamos que esse não era um movimento apenas da capital, como tradicionalmente se refere a historiografia.

Civilização e Cultura na modernidade carioca: um olhar sobre a obra de João do Rio

Amanda Danelli Costa

Doutoranda

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, foi literato na cidade do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX. Sua obra abarca experiências no romance, no teatro, nos contos, mas foi com as crônicas que João do Rio se tornou um crítico da modernidade carioca, dentro do contexto das reformas urbanas de Pereira Passos. Sua tentativa é a de compreender as linguagens da nova cidade, procurando pistas para reconhecer o jogo de relações que se estrutura neste espaço e a relação que o homem moderno estabelece com o tempo. O fascínio pela observação associado à *flânerie* compõem a atividade crítica do autor, que propõe uma abordagem específica para o par civilização e cultura na cidade do Rio de Janeiro.

Do despertar do sentimento nacional à importância das redes de sociabilidade: balanço sobre a produção historiográfica brasileira sobre a Revolta de Vila Rica

João Henrique Ferreira de Castro

Graduando

Universidade Federal de Viçosa

A Revolta de Vila Rica, importante acontecimento da história colonial brasileira, já há muito tempo desperta atenção dos historiadores. Os estudos ligados à historiografia clássica como Pedro Calmon e Francisco Varnhagen consideram esta revolta, junto com outras revoltas do período, como o momento em que os colonos brasileiros começam a se identificar em oposição aos portugueses. Estas revoltas, ditas nativistas, seriam assim um primeiro passo do processo de independência nacional. Estudos mais recentes valorizam outros aspectos do conflito, como o seu caráter de levante fiscal, Carla Anastasia, ou as relações sociais que se desenvolviam em Vila Rica no contexto da revolta (Carlos Leonardo Kelmer). Sendo assim, a presente comunicação visa detalhar a trajetória da historiografia relativa ao tema em questão, buscando perceber como estes estudos se transformaram com o passar dos anos.

Ordem e Justiça: uma contribuição para a análise do aparato jurídico a partir de uma perspectiva interacionista

Deivy Ferreira Carneiro

Professor

Universidade Federal de Juiz de Fora

Tradicionalmente a historiografia brasileira tem tratado o aparato jurídico, enquanto objeto de pesquisa, de uma forma muito pessimista. Alguns autores argumentaram que esta instituição herdou da metrópole lusitana uma estrutura cheia de vícios, precariedades e um arcabouço legal ultrapassado e confuso, o que levou a ineficácia e debilidade do poder público e a impossibilidade do recurso à justiça por parte daqueles excluídos das camadas dominantes. O Objetivo deste texto é se distanciar desta interpretação mais tradicional a respeito do papel e funcionamento da justiça enquanto instituição. Mostraremos através de algumas considerações propostas por Norbert Elias que, mais do que os vícios e problemas herdados, a justiça enquanto instituição funcionou como mediadora e administradora de conflitos entre iguais; entre aqueles que partilhavam de um acordo básico sobre as normas sociais e que se encontravam nos mesmos espaços sociais e concorriam entre si em várias instâncias. Veremos então que por mais que esta instituição buscasse o ordenamento social, a interação entre esta e a população limitava o exercício pleno de seu poder.

Jorge Luis Borges – Um vanguardista “antivanguardista”

Pedro Demenech

Graduando em História

Universidade Federal de Viçosa

Esta comunicação pretende apresentar algumas considerações históricas sobre os primeiros escritos de Jorge Luis Borges. Entre os anos de 1923 e 1929, quando o autor publica seus primeiros poemas, a temática urbana é um dos principais temas em sua obra. Sendo assim, tentaremos analisar o modo como ele percebe o espaço urbano e dialoga com as Vanguardas artísticas do início do século XX. Torna-se então, presente conceituar o modo como os vanguardistas lidavam com a temática da urbe e o modo como buscavam interagir dentro desse espaço. Ocorre que Borges opta por buscar um caminho contrário ao de seus contemporâneos, ao invés de exaltar os fenômenos de crescimento e modernização, o autor opta por buscar na memória uma cidade fundada por uma história mítica.

Balço historiográfico: A história urbana colonial na América Portuguesa

Denise Maria Ribeiro Tedeschi

Mestranda

Universidade Estadual de Campinas

O objetivo da presente comunicação é apresentar as principais contribuições historiográficas que tenham como tema o espaço urbano colonial setecentista, sobretudo das Minas Gerais. Neste sentido, nos propomos a traçar um balanço do que a historiografia tem produzido e de que forma tem abordado este tema. Priorizamos as discussões que enfocam a forma de ocupação e organização do espaço urbano colonial mineiro. A proposta deste panorama é analisar os aspectos teóricos e metodológicos nas contribuições clássicas (Sérgio Buarque de Holanda, Nestor G. Filho, Paulo Santos) e mais recentes da historiografia (Cláudia D. Fonseca, Renata M. Araújo, Amílcar Torrão, Rodrigo Bastos) que envolvem esta temática.

A EMOP e a trajetória da história da ciência e das instituições científicas no tempo

Piero di Cristo Carvalho Detoni

Graduando

Universidade Federal de Ouro Preto

O objetivo da comunicação é apresentar um sucinto balanço historiográfico acerca da história da ciência e das instituições científicas. A título de exemplo faremos um estudo da produção historiográfica referente à Escola de Minas de Ouro Preto, enfatizando as diferentes abordagens que a mesma recebeu ao longo do tempo.

O presente estudo está em consonância com os debates que a historiografia da ciência recentemente tem realizado no que tange a uma valorização das instituições de pesquisa científica. A instituição passa a ser vista em contato íntimo com a sociedade, além de representar um *locus* privilegiado de análise da dinâmica peculiar da ciência - caracterizada por uma incessante "construção" e "desconstrução" de fatos científicos.

Entre discursos e práticas: os usos do passado nas memórias assinadas pelos sócios do IHGB

Fabiana Rodrigues Dias

Mestranda

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

O artigo pretende desenvolver algumas considerações sobre a produção intelectual dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil no espaço de tempo compreendido entre sua fundação e 1850. Nossa análise tem como foco um cotejamento entre o que era anunciado nos discursos e relatórios anuais sobre a concepção e os usos da história, e o que, em realidade, era incorporado à narrativa das memórias elaboradas pelos sócios, e publicadas na Revista. Desenvolvidas como desdobramento dos programas históricos propostos pelos próprios sócios nas sessões ordinárias do Instituto, as memórias fomentavam um acirrado debate sobre quais deveriam ser os postulados teóricos norteadores da escrita sobre um passado até então intocado pela prerrogativa de uma história pátria. Diante da verificação de fontes tão instigantes decidimos por nos dedicar, nesta comunicação, a investigar quais matrizes teriam balizado o pioneirismo institucional do IHGB no árduo empreendimento de forjar as tradições de um Brasil que se configurava como nação.

História recente do catolicismo no Brasil: dois estudos posopográficos

Diego Omar Da Silveira

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto

Até aproximadamente meados do século XX a historiografia religiosa brasileira esteve centrada quase exclusivamente nas grandes figuras da hierarquia católica e em sua "ação evangelizadora" à frente de seus bispados e paróquias. No entanto, a renovação da história social e política aliada às transformações eclesiais dos anos pós-conciliares, impôs aos historiadores da Igreja, nas últimas décadas, a importante tarefa de rever o papel dos prelados no processo de renovação do catolicismo. O presente trabalho aborda a importância crescente da utilização do método posopográfico nos estudos recentes acerca da ação dos bispos na Igreja e na sociedade brasileira, com destaque para os trabalhos do Pe. José Oscar Beozzo acerca da participação dos bispos brasileiros no Concílio Ecumênico Vaticano II (Paulinas, 2005) e do brasilianista Kenneth Serbin (Companhia da Letras, 2001) sobre a atuação da hierarquia católica na Comissão Bipartite durante a ditadura militar.

Linguagens Políticas em José da Silva Lisboa

Bruno Diniz Silva

Mestrando

Universidade Federal de Ouro Preto

Esta pesquisa insere-se na perspectiva de estudo da historiografia brasileira oitocentista relacionada com o processo de formação do Estado Nacional. Tem como tema de estudo a produção historiográfica das primeiras décadas do século XIX. Pretende-se analisar a produção historiográfica de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), no intuito de identificar e compreender as *linguagens políticas* empreendidas por aquele autor em suas obras historiográficas – no período de 1808 a 1830 – em resposta aos momentos históricos e aos debates políticos que decorreram em função da transmigração da Corte portuguesa para o Brasil, da suspensão do “Sistema Colonial”, do estabelecimento das Cortes Constituintes em Lisboa e da declaração de Independência do Império do Brasil. Contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento histórico a cerca da produção intelectual e historiografia brasileira à época da Independência.

Sergio Buarque de Holanda, leitor de E. Auerbach e E. R. Curtius
Notas sobre *Visão do Paraíso* (1959)

Éder Silveira

Estágio de Pós-Doutorado

Universidade de São Paulo

Apresentada no ano de 1958 como tese de livre-docência para a sua efetivação na cátedra de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo (USP), *Visão do Paraíso* ocupa uma posição singular no conjunto da obra de Sergio Buarque de Holanda. Escrita por um autor maduro, a obra é marcada pela erudição no uso das fontes e, igualmente, se destaca pela sua sofisticada concepção do ponto de vista teórico-metodológico. Nessa comunicação, o foco da análise será fechado sobre o diálogo construído por Sergio Buarque com autores, naquele momento, ainda pouco divulgados no Brasil: os romanistas alemães Ernst Robert Curtius e Erich Auerbach. Minha intenção nessa comunicação é avançar na análise sobre o uso que Sergio Buarque faz da noção de *topos* em *Visão do Paraíso* e da recepção dos romanistas em sua obra, relacionando o livro em questão com escritos jornalísticos do autor, publicados nos anos 1940 e 1950.

Compreender a Vida, Fundamentar a História: o historicismo de Dilthey

Edmar Luis da Silva

Professor

Escola Americana de Belo Horizonte

Wilhelm Dilthey foi um historiador extremamente preocupado com o fundamento do conhecimento que produzia. Sua missão ao fim e ao cabo era compreender a vida a partir de um conhecimento fundamentado e científico. Nesse sentido, sua produção é única e a novidade de suas intuições nos coloca questões ainda bastante relevantes. O objetivo de nossa comunicação é discutir o conceito de Verstehen (Compreensão) – bem como os conceitos que lhe sustentam, a saber Ausdrücken (Expressão) e Erlebnis (Vivência, Experiência Vivida) - e mostrar como tal conceito é fundamental na elaboração de sua teoria acerca da história

Administração camarária no Brasil (Séculos XVII-XIX)

Edneila Rodrigues Chaves

Doutoranda

Universidade Federal Fluminense

Modelo de organização local da monarquia portuguesa, as câmaras foram fundamentais na construção e manutenção do Império ultramarino, representando a presença do poder colonizador. Elas foram também instituições de representação de segmentos dominantes locais, em convivência por vezes conflituosa entre esses segmentos e representantes lusos. A historiografia traz interpretações divergentes quanto ao tema, com análises que divergem sobre a atuação da monarquia na administração da colônia. Com a independência e o sistema político imperial, grupos dominantes nacionais disputaram o controle do Estado, para reafirmarem seus interesses e assegurar domínio na sociedade. Em meio a um debate reduzido a dicotomias, que se pretendia impessoal, o discurso dominante era difundido. Análises historiográficas que tomaram as câmaras como objeto de estudo, reproduziram esse debate. Nessa temporalidade, no entanto, as câmaras foram instituições de articulação entre segmentos dominantes central, regionais e locais, reproduzindo um sistema de dominação.

Escritores românticos e formação do campo literário no século XIX

Débora El-Jaick Andrade

Doutoranda

Universidade Federal Fluminense

Este artigo aborda o debate inicial acerca da introdução do Romantismo no meio intelectual e letrado, a querela entre antigos e modernos, a difusão do pensamento alemão na França e em outros países europeus a partir das traduções das obras de Schlegel por Mme de Stäel. Apoiando-se no referencial teórico de Pierre Bourdieu, o trabalho reconstitui as disputas e a formação do habitus no campo literário que envolveram um expressivo segmento, dos escritores românticos, durante os primórdios do processo de autonomização do campo. Reflete, igualmente, a respeito da contribuição do historicismo para o pensamento histórico, para o conceito de literatura e de cultura do século XIX.

Contar é “difícil” porque as coisas lembradas se remexem no lugar. Ouvir, analisar e recontar é também “difícil”...

Eladir Fátima Nascimento dos Santos

Mestranda

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Em uma pesquisa sobre as ações da FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro) 1953 – 1993, que utiliza a metodologia da história oral, temos como objeto de investigação as memórias construídas por antigas lideranças do movimento de favelas da cidade. Em vários momentos, nos lembramos do personagem narrador, Riobaldo, criado por Guimarães Rosa, pois, percebíamos a existência de muitas versões diferentes do passado, que “se remexiam” quando rememoradas, e que eram baseadas em experiências históricas também diferentes. Essas histórias não são inconciliáveis e os resultados têm mostrado que há necessidade da construção de uma historiografia capaz de organizar e explicar o passado, através de suas representações no presente, buscando o significado da história como uma prática interpretativa.

A Historiografia luso-brasileira e as Manifestações dos Tratados de 1810: Um Balanço Historiográfico

Daniel Elias de Carvalho

Graduando

Universidade Estadual Paulista/Campus Franca

Os Tratados de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade, ratificados em 1810 entre o reino de Portugal e o reino da Grã-Bretanha, regulamentaram as bases comerciais do Império luso-brasileiro com seus antigos aliados ingleses. Tais acordos atingiram toda teia comercial e social existente no sistema de privilégio português, gerando uma imensa gama de manifestações dos mais diversos setores sociais.

A partir destes processos estruturou-se este artigo com o objetivo de fazer um balanço historiográfico acerca das manifestações decorrentes dos Tratados 1810.

A análise revela que a historiografia não tenta abarcar a totalidade das manifestações, fragmentando-as em cada referência bibliográfica, além de não buscar observar os sujeitos que proferem os discursos e suas posições estratégicas no sistema social, ficando uma análise superficial das manifestações.

Assim, faz-se necessário ressaltar como as manifestações foram abordadas, abrindo novos caminhos historiográficos que permitam compreender melhor os complexos processos do período em questão.

O Esquecimento como elemento mnemônico na fenomenologia da memória de Paul Ricoeur

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira

Doutorando

Universidade de Brasília

O presente trabalho analisa as considerações do filósofo francês Paul Ricoeur sobre o Esquecimento, resultantes de uma hermenêutica da memória e de uma epistemologia da história. Ricoeur sugere que na cultura ocidental, desde Descartes, há uma empatia pelo “esquecimento metódico”, cujo sentido e articulação expõem a condição política das representações e das formulações da memória coletiva, para além de uma retórica da perda e do apagamento. Daí a tensão estabelecida pelo pensador entre o esquecimento definitivo e o esquecimento de reserva, caros às especulações operadas dentro dos conceitos de história e de arquivo.

30 anos de produção acadêmica: Um levantamento inicial da produção historiográfica do Programa de Pós-Graduação em História da UnB

Eric de Sales

Mestrando

Universidade de Brasília

Na presente comunicação tem-se como propósito apresentar os primeiros dados do balanço da produção de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação de História (PPGHIS) da Universidade de Brasília. Um balanço que inclui o levantamento quantitativo da produção histórica desse Programa, em um esforço de mapeamento e de conhecimento da história do mesmo, bem como a cultura historiográfica praticada.

O período analisado vai de 1976 (ano em que o PPGHIS-UnB iniciou seus trabalhos) até 2006, ou seja, perfazendo 30 anos de vida do programa e de sua produção. Há necessidade desse exame, não apenas porque permite conhecer os princípios, fundamentos e perspectivas que informam a escrita da história, bem como os padrões temáticos, teóricos e metodológicos da cultura historiográfica, mas os principais temas que nortearam a produção do programa assim como apresentar dados que rompem com idéias cristalizadas em torno do PPGHIS.

Uma lei para historiadores verem: 1831 e suas conseqüências

João Carlos Escosteguy Filho

Mestrando em História

Universidade Federal Fluminense

A lei de 7 de novembro de 1831 tornou ilegais as entradas de africanos escravizados no território brasileiro. A partir de então, conforme exposto em seu artigo primeiro, os escravos introduzidos, com poucas exceções, tornar-se-iam imediatamente livres. Na prática, porém, a lei foi amplamente ignorada pelas autoridades e os desembarques clandestinos de cativos tornaram-se comuns, ficando a lei associada à expressão “para inglês ver” – associação recorrente também nas obras de diversos historiadores sobre o fim do tráfico negreiro para o Brasil, que a tomam por “letra-morta”. Recentemente, porém, outros historiadores voltam a debruçar-se sobre a lei de 1831 e suas conseqüências, enfocando sua importância, por exemplo, para obtenções da liberdade por parte dos cativos nas disputas jurídicas das décadas seguintes. Este trabalho, breve balanço historiográfico, pretende traçar um panorama de algumas dessas visões sobre a lei de 1831, do descaso em relação às suas conseqüências a sua reabilitação.

Direito costumeiro, religião e economia nas obras de Alexandre Herculano e Luís da Silva Pereira de Oliveira: possibilidades de interpretação das práticas informais de crédito no Brasil colônia na perspectiva da longa duração

Claudia Coimbra do Espírito Santo
Doutoranda em História Econômica
CEDHAL/Universidade de São Paulo

O objetivo desta comunicação é discutir a relação entre o Direito costumeiro português, as tradições religiosas e a economia cotidiana em duas obras de autores portugueses: *História de Portugal*, de Alexandre Herculano e *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal* de Luís da Silva Pereira de Oliveira, relacionando-as com os mecanismos informais de acesso ao crédito no Brasil colônia. Isto porque nas últimas décadas importantes trabalhos tem se dedicado ao tema das relações de crédito no mundo colonial a partir do estudo sistemático das fontes cartorárias. Desse modo, os historiadores têm procurado analisar os mecanismos informais de crédito presentes na documentação, tendo em vista as tradições religiosas e os valores morais que possibilitaram o desenvolvimento da economia cotidiana em diferentes regiões da América portuguesa. Destarte, compreender esses mecanismos informais de acesso ao crédito requer situá-los na perspectiva da longa duração. Nesse sentido, faz-se necessário considerar as práticas creditícias à luz do direito costumeiro português, das crenças religiosas e da honra pessoal, fatores que possibilitaram o desenvolvimento das trocas comerciais e da prestação de serviços no cotidiano do Brasil colônia.

Leituras acerca dos pareceres de Rui Barbosa sobre a reforma educação na década de 1880: primeiras aproximações

Fábio Alves dos Santos

Mestre em Educação

Universidade Federal de Sergipe

Este texto tem como objetivo apresentar a representação presente na literatura educacional brasileira sobre os pareceres produzidos por Rui Barbosa no século XIX acerca da Reforma do Ensino proposta por Carlos Leôncio de Carvalho. Desde o momento que veio a público pela primeira vez, os referidos pareceres figuram na literatura educacional como exemplo do discurso corrente no Brasil sobre educação. A interpretação sobre o texto variou ao longo do tempo, mas sua importância é sempre lembrada, seja como grande proposta jamais implementada, seja como parte das "idéias fora de lugar".

Epistemologia: a ciência histórica no século XIX

Maria de Fátima Novaes Pires

Doutorado

Universidade do Estado da Bahia

A presente comunicação pretende discutir paradigmas da produção historiográfica no século XIX, com ênfase na dimensão do estatuto de ciência. Para tanto, recorre-se a bibliografia relativa ao tema, sobretudo às reflexões promovidas por François Hartog e Arno Wehling.

Sobre o estilo enquanto método na perspectiva historiográfica de Sergio Buarque de Holanda

Felipe Teixeira Martins

Professor

Universidade Estadual de Montes Claros

Tendo por base Maria Odila da Silva Dias, Flora Süssekind, Alexandre Eulálio, Antônio Candido, Evaldo Cabral de Melo, Pedro Meira Monteiro, este trabalho expõe algumas leituras sobre a perspectiva histórica de Sergio Buarque de Holanda. Dentre seus procedimentos e perspectivas interpretativistas de escrever história, destaca-se: a preocupação com a presença da história nos diversos sentidos das palavras; a busca de trazer à tona aspectos inovadores dos momentos históricos na abertura significativa em que estão inseridos; o procedimento ensaístico de possibilidades abertas de interpretação; a impossibilidade de tratar a história com conceitos definidos, já que definição é algo que foge aos domínios do conhecimento histórico; a ligeira, mas não dispensável, e tênue diferença entre imaginação narrativa na histórica e na literária. Em paralelo a sua atuação como historiador, a intensa crítica literária realizada de 1919 a 1959, inicialmente modernista, tem grande importância na trajetória profissional de Sergio Buarque de Holanda.

Câmaras municipais setecentistas: um debate em ascendência

Fernanda Fioravante

Doutoranda em História/Bolsista CAPES

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Frente à crescente importância do estudo das câmaras municipais como meio de compreensão do funcionamento da administração colonial e da relação entre Portugal e suas paragens ultramarinas (com especial atenção para o tema dos poderes locais), o presente trabalho tem como objetivo trazer a discussão acerca da participação das câmaras nos quadros do império português ao longo do século XVIII, tanto no plano historiográfico, como no teórico. Com o fim de cumprir a primeira etapa do trabalho, apresentaremos um debate sob uma perspectiva crítica concernente à administração colonial. Dar-se-á ênfase aos órgãos municipais a partir da ótica de autores nacionais, e, fundamentalmente, de autores lusos que se debruçaram sobre a questão. No que tange à segunda etapa da proposta de trabalho, conjugaremos a apresentação de noções teóricas aplicáveis à análise das câmaras tanto no que concerne à relação metrópole colônia, como à atuação do poder local. Nesse sentido, noções como "autoridades negociadas", "economia do bem comum", "rede" e "estratégia" serão algumas das que irão perfazer o conteúdo da discussão teórica acerca do tema.

História dos intelectuais: um balanço historiográfico

Fernando Perlatto

Mestrando

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

Nos últimos anos, diversos pesquisadores têm se voltado para o estudo dos intelectuais, privilegiando ora questões relativas à morfologia e à composição interna do campo intelectual, ora as modalidades da contribuição deste campo para o trabalho cultural e político. Pretendemos no presente trabalho: 1) discutir as principais vertentes das pesquisas relacionadas aos intelectuais, destacando obras seminais no campo internacional que estimularam a produção de frutos significativos em terras brasileiras; 2) apontar os principais debates que perpassam este campo (quem são os intelectuais; abordagem internalista e externalista; determinação ou não da estrutura sobre a supra-estrutura; "idéias fora de lugar" e circulação de idéias); e 3) destacar alguns estudos historiográficos exemplares sobre intelectuais desenvolvidos tanto internacionalmente, quanto no Brasil. Por fim, pretendemos apontar determinados campos do estudo dos intelectuais que ainda não foram devidamente explorados pela historiografia nacional.

O mosteiro dos Jerônimos por Araújo Porto-alegre

Paula Ferrari

Mestranda

Universidade Federal de Juiz de Fora

Araújo Porto-alegre, como historiador, é sobretudo um historiador da nação, procurando nas marchas da humanidade as causas dos acontecimentos, fatores que possam contribuir para o debate do seu tempo presente, ora preocupado com questões mais pragmáticas como indústria e agricultura, ora buscando entender elementos sócios culturais. Enquanto historiador da arte articula todos esses elementos técnicos, materiais, sociais e morais que definiram o estilo daquele momento histórico, ao mesmo tempo em que constrói o objeto artístico como testemunha ocular da história. Formado em pintura histórica, foi discípulo de Debret e Montigny na Academia Imperial de Belas Artes, que estavam entre os fundadores do Instituto Histórico de Paris. Nesse sentido, Porto-alegre, pela sua formação, já teria familiaridade com a pesquisa histórica. Ele se considera historiador, e por sua formação na Academia Imperial de Belas Artes, como ele mesmo argumenta, tem um olhar mais aguçado para a do desenvolvimento das formas.

A escrita da história da independência do Brasil: a polêmica do *Correio Oficial* com *O Chronista* sobre a *História do Brasil* de John Armitage

Flávia Florentino Varella

Mestranda

Universidade de São Paulo

Nesta comunicação objetivamos analisar a polêmica travada entre os periódicos *Correio Oficial* e *O Chronista*, em 1837, em relação à validade da escrita da história contemporânea empreendida por John Armitage em sua *História do Brasil*. Nesse sentido, buscamos verificar quais eram os possíveis problemas que abarcavam a redação de uma história do presente, assim como as nuances que envolviam a problemática do envolvimento do historiador com o período relato. Armitage, historiador inglês, viveu no Brasil durante parte considerável do período em que recorta sua *História*, que compreende a chegada da família Real ao Brasil – em 1808 – até a abdicação de Dom Pedro I, em 1834.

Bernard Cohen e a Historiografia das Ciências no Brasil

Francismary Alves da Silva

Mestranda

Universidade Federal de Minas Gerais

Cynthia de Cássia Santos Barra

Professora

Uni-BH

Bernard Cohen produziu algumas obras relevantes sobre o desenvolvimento das ciências, sendo, por isso, considerado um grande pesquisador dessa área. Em "Revolução na Ciência", Cohen mostra-se preocupado com várias ciências, sobretudo com a Física Moderna. Percebe-se, então, que seus estudos compõem um importante conjunto para o entendimento daquilo que se convencionou chamar "revolução científica".

Seguidor das concepções de Thomas Kuhn (1962), Cohen questiona fatos (transformações) e atores (cientistas) na tentativa de esclarecer alguns parâmetros para um evento revolucionário. Apesar de sua tradição kuhniana, seus trabalhos jamais tiveram grande repercussão como ocorreu com os estudos de Kuhn. Desse modo, pode-se afirmar que a historiografia das ciências no Brasil pouco incorporou as ferramentas e o modelo de análise propostos pelos estudos de Cohen.

O presente artigo propõe discutir alguns motivos dessa ausência e tentar entender em que medida os estudos de Cohen oferecem possibilidades analíticas para a História das Ciências no Brasil.

Colonização Agrícola do Brasil Imperial: Visões da Historiografia

Francivaldo Alves Nunes

Doutorando

Universidade Federal Fluminense

Considerando que a historiografia brasileira, mais especificamente da década de 1860 e 70 tenha consolidado abordagens que evidenciam os núcleos coloniais como parte da política de imigração desenvolvida pelos governos central e provincial para atender a uma demanda de braços para a grande lavoura; nos ocuparemos nesta comunicação em estabelecer um diálogo com esta historiografia tentando entender o contexto em que esta explicação é gerida e como esta explicação ajuda a pensar os programas de colonização agrícola na Amazônia das duas últimas décadas do Império, e que são caracterizados como programas que se propõem a criação de espaços de controle sobre a atividade agrícola e as extensas áreas de floresta.

História Oral e Memórias

Janaina França Costa

Pós-Graduanda

Universidade Federal de Juiz de Fora

O presente trabalho visa discutir as relações entre a História Oral e a Memória, realizando uma revisão historiográfica a cerca do desenvolvimento da História Oral enquanto uma metodologia de coleta de fontes, que acompanhou algumas mudanças de paradigmas dentro da ciência histórica. O que se pretende discutir aqui são os aspectos teóricos dessa relação entre subjetividade e objetividade que perpassam a construção de documentos que tem como base a lembrança dos indivíduos. Isso implica em lidar com o questionamento a cerca de confiabilidade do método, suas restrições e também com suas potencialidades, de forma a realizar contribuições reais a historiografia contemporânea.

O bricoleur e o homem de ciência. A função do signo e do conceito nas proposições teóricas de Claude Lévi-Strauss sobre o pensamento humano

Francine Iegelski

Doutoranda

Universidade de São Paulo

Ao especular sobre os fundamentos da magia e da ciência moderna no livro "O pensamento selvagem", Lévi-Strauss tem por objetivo entender o funcionamento do pensamento do homem primitivo e o do civilizado. Para compreender essa operação ele concebe duas distinções essenciais, a saber, o pensamento selvagem opera por meio de signos e o pensamento civilizado opera por meio de conceitos. O conhecimento histórico constitui, para Lévi-Strauss, um aspecto da ciência moderna e um meio frutífero para compreendê-la, justamente porque o conhecimento histórico nos oferece reflexões sobre a ordem temporal. Sendo assim, a proposta de nosso trabalho é evidenciar de que maneira Lévi-Strauss compreende o conhecimento histórico produzido pelas sociedades civilizadas e, por meio dessa discussão, apontar a relevância da história para a articulação conceitual de seu próprio pensamento.

Das causas da emancipação: Alphonse de Beauchamp e a Independência do Brasil

Bruno Franco Medeiros

Mestrando

Universidade de São Paulo

Afim de compreender uma nova experiência histórica inaugurada com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, Alphonse de Beauchamp escreveu em 1815 uma *Histoire du Brésil* e tentou complementar sua compreensão do passado colonial brasileiro a partir da Independência do país em 1822 com a publicação de *L'Indépendance de l'Empire du Brésil* em 1824. Tomando como ponto de partida as reflexões de Reinhart Koselleck sobre a história dos conceitos e de J.G.A Pocock sobre a linguagem dos ideários políticos, demonstraremos nesta comunicação como Alphonse de Beauchamp, a partir da cultura histórica e política então disponível, construiu sua narrativa sobre a Independência do Brasil.

Manoel Bomfim e os historiadores brasileiros de José Honório Rodrigues. Um estudo de caso

André de Lemos Freixo

Doutorando

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Inserida em uma pesquisa de doutoramento – que visa elaborar uma genealogia da linhagem dos “clássicos”, construída por José Honório Rodrigues para a Historiografia brasileira –, a presente comunicação tem por fito desenvolver um estudo de caso acerca das perspectivas e críticas historiográficas de Manoel Bomfim. Este intelectual sergipano não fez parte das seleções de Rodrigues e ainda é, por muitos historiadores, creditado como “analista da historiografia”, ou ainda como “pensador da história”. A circulação de suas idéias é bastante conhecida entre os cientistas políticos, mas permanece distante dos historiadores. Este *étude de cas* é parte de um exercício de compreensão acerca dos critérios de seleção e descarte acionados por José Honório Rodrigues na elaboração de sua história da Historiografia brasileira. Indago, portanto, como Rodrigues estabeleceu quem seria ou não um historiador do e no Brasil e de que maneira ainda somos, em muitos casos, tributários desta canônica (memória) disciplinar?

Um Aristóteles para a história: Gadamer e a prudência como atitude

María Eugenia Gay

Mestranda

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A comunicação apresenta avanços na interpretação da proposta que a hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer faz para as ciências humanas, concentrando-se na sua leitura de Aristóteles. Esta leitura propõe uma mudança de atitude perante o conhecimento, que se baseia na noção aristotélica de prudência (*phronesis*) como contraponto do paradigma da ciência. O exemplo que possibilita re-colocar a pergunta sobre o conhecimento das ciências humanas, e da história particularmente, é o da tragédia, segundo foi descrito principalmente na *Poética* de Aristóteles. Nesses termos, a atitude prudencial parece uma formulação mais justa, menos onipotente e mais adequada a nossa disciplina, que se ocupa com um "objeto" tão carente de regras e de previsibilidade como é o homem.

A micro-história recorre à Clifford Geertz? Aspectos de um debate multifacetado.

Gabriel Santos da Silva

Graduando

Universidade Federal de Ouro Preto

O objetivo desta comunicação é explorar a natureza da relação entre a antropologia interpretativa e a micro-história. Neste sentido, apresentarei como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi se relacionam com as propostas de Clifford Geertz – cuja concepção de “descrição densa” e o papel que o antropólogo americano reserva à teoria serão abordados com maior detalhe. Tem-se por objetivo reforçar o caráter heterogêneo do círculo de historiadores agrupados sob o rótulo da “micro-história” a partir das diferentes aproximações com a obra de Geertz. Este debate faz parte de minha pesquisa, em que estudo a obra de Giovanni Levi “A herança imaterial” partindo-se de dois aspectos: a construção da narrativa e o papel do indivíduo como agente numa teia de significados.

Herder e a emergência do Historicismo

Géssica Góes Guimarães Gaio

Doutoranda

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A presente comunicação busca lançar um olhar sobre a contribuição do pensamento de Herder à gênese do historicismo. Através de sua idéia de história permeada pela preocupação com a individualidade do homem e dos povos, bem como sua percepção do devir histórico como um processo de amadurecimento, Herder forneceu aporte para o surgimento de uma nova acepção de história e da própria tarefa do historiador. Influenciado pelo iluminismo, pietismo e pelo neo-platonismo de Leibniz, o pensador alemão somou sua genialidade à discussão de questões que ainda hoje estão longe de uma resposta unívoca.

O processo crime em uma perspectiva historiográfica

Ana Paula Galvão de Meira

Graduanda

Universidade Estadual do Centro-Oeste Paraná

O presente trabalho tem por objetivo analisar os usos do processo crime como fonte para o historiador, e incitar que a partir destes, pode-se construir uma trajetória de como as perspectivas historiográficas posicionaram-se a respeito de determinadas sociedades e suas relações culturais. Observando a relação da historiografia com os processos crime, é possível perceber como as diferentes correntes historiográficas definiram naquelas páginas a sua abordagem, a qual pode ser entendida desde uma história quantitativa, até mesmo, a uma história da cultural. Busca-se dessa forma, refletir a respeito dessa documentação, rica em detalhes e passível de diversas interpretações, expondo o posicionamento do historiador, bem como as suas percepções do passado. Tal análise com base processual, possibilita um entendimento nas relações religiosas, políticas e econômicas do passado, mas que refletem em uma atualidade vigente.

O historiador em Weber: entre o sábio e o político

Fernando Gomes Garcia

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

Através de uma leitura crítica da obra de Weber e sua confrontação com outros pensadores (Platão, Arendt, Durkheim, Hegel, Marx, Nietzsche, Foucault e Certeau), quer-se indentificar o lugar que o reservado por ele aos intelectuais na sociedade, em particular, ao historiador. Posicionado entre o sábio (separado das ideologias e poder efetivo), ao mesmo tempo participando de uma comunidade própria, que possibilita seu trabalho; e o político, do poder, falando em nome de uma cultura e sociedade particular. Qual lugar do historiador na sociedade atual? Como conciliar as duas posições na atividade historiográfica? A neutralidade axiológica é realmente possível, ou desejável? Onde se evidenciam as influências de um tempo e lugar na historiografia? Estas perguntas tentarão ser respondidas mediante um diálogo entre Weber, o historicismo e a micro-história, de maneira a refletir sobre a utilidade da História e nos limites da prática historiográfica, como instrumento de conhecimento do mundo.

A importância da conquista da fronteira na obra de Cassiano Ricardo e Sérgio Buarque de Holanda

George Leonardo Seabra Coelho

Mestrando

Universidade Federal de Goiás

Esta comunicação visa propor um debate sobre a importância que foi dada a problemática da ocupação das áreas fronteiriças como modelo explicativo para a realidade social, econômica e política brasileira no século XX. Em um primeiro momento realizaremos uma avaliação dos pontos de vista de Sérgio Buarque de Holanda e Cassiano Ricardo, o primeiro reconhecido como um dos grande historiador, já o segundo ganhou destaque pelas suas obras literárias e seus ensaios. Neste sentido, nosso intuito é destacar como esses dois escritores elaboraram seus argumentos em relação ao processo de formação da fronteira e como esse processo deixou marcas profundas na sociedade brasileira.

Dona Joaquina do Pompéu: uma mulher de punhos fortes

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves

Graduado

Faculdade de Pará de Minas

A mulher durante o século XVIII era vista como uma figura que somente tinha a função de cuidar da família, da casa e como diz Gilberto Freyre e procriar quando o marido achasse necessário.

Mas apesar de todo este estigma criado para mulher, muitas conseguiram quebrar esta imagem e ganhou espaço em locais que era de exclusividade dos homens, estes espaços eram a parte da administração dos bens e dos negócios da família, elas assumiam esta posição na maioria das vezes após a morte do marido. E uma destas mulheres que conseguiu passar por toda esta barreira e se transformar em uma das figuras mais importantes de Minas foi Joaquina Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco, ou simplesmente Dona Joaquina do Pompéu.

Dona Joaquina do Pompéu assumiu os negócios da família após a doença e posteriormente a morte de seu marido, o Capitão Mor Inácio de Oliveira Campos. A partir da compra da Fazenda do Pompéu, Cap. Inácio inicia uma nova fase na vida se tornando proprietário de uma propriedade rural que ao longo dos anos se transformaria numa das maiores do Centro-Oeste, mais que vai mesmo ter grande importância na constituição desta propriedade é a sua esposa, Dona Joaquina, que toma a frente dos negócios e conseguiu expandir esta propriedade.

Partir do momento que Dona Joaquina toma a frente definitiva da propriedade rural ela começa a exercer um papel político muito importante para Minas e também com uma participação em momentos importantes da história do Brasil, como na Vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808 e nos levantes que surgiram no país após a nossa independência, neste dois momentos Dona Joaquina participou enviando suprimentos para o Rio de Janeiro no momento que Corte acabará de chegar na cidade e também ajudou as tropas de D. Pedro I que lutavam na Bahia em 1823.

E assim, Dona Joaquina conseguiu construir todo um "império agrário na região centro-oeste de Minas, se transformando na grande dama do Sertão Mineiro e ainda veio a ser denominada como Sinhá Braba no imaginário popular e obra de Agripa Vasconcelos.

Uma outra reforma é possível: algumas observações sobre o caso de Mariana (1844-1875)

Germano Moreira Campos

Mestrando em História

Universidade Federal de Ouro Preto

O presente trabalho se propõe a refletir sobre o processo de romanização do catolicismo brasileiro a partir de uma dimensão comparativa e crítica das diferentes abordagens que a historiografia teceu sobre este assunto. Consiste em uma proposta de investigação que visa repensar os modelos pelos quais, tradicionalmente, a historiografia dedicada ao tema se esforçou por apresentar o momento em que se apresentava um amplo processo de intervenção e reestruturação da Igreja Católica em seus âmbitos internos e exteriores (entenda-se a estrutura hierárquica e a sociedade). Desta forma, buscaremos destacar os percalços enfrentados por essa política católica, interessando-nos em especial as situações típicas da reforma no espaço da diocese de Mariana no período compreendido entre 1844 a 1875.

***As janelas do sentir
sentidos públicos e níveis privados na escrita da história em
Portugal quatrocentista***

Bruno Gianez

Mestrando

Universidade Federal Fluminense

Sendo claro o impacto da Revolução de Avis (1383-1385) na construção de um sentido público mais formal e moderno nas prerrogativas do mando no Portugal quatrocentista – que impunha, através do apoio popular, uma concentração do poder pela casa real – não é totalmente estranha a impressão de distanciamento dos modelos medievais de escrita e conduta, que aponta o surgimento de personagens de psicologia profunda nos cronicários e tratados morais, capazes de mensurar e internalizar sensações e desejos. Assim, analisar-se-á (apoiado na obra **Mudança estrutural da esfera pública**, de Jurgen Habermas) a construção da antítese público/privado nas narrativas historiográfica portuguesas do séc. XV. A presente comunicação utiliza como fontes o livro **Virtuosa Bemfeitoria** (Infante D. Pedro, 1392-1449) e o **Leal Conselheiro** (D. Duarte, 1433-1438) para inserir as crônicas de Fernão Lopes (elaboradas nos meares de 1430-1450) num quadro mais amplo dos discursos políticos e filosóficos vivos no mundo ibérico.

O Providencialismo enquanto linguagem: o discurso historiográfico de Visconde de Cairu

Giorgio de Lacerda Rosa

Graduando

Universidade Federal de Ouro Preto

Esse trabalho é parte de uma pesquisa desenvolvida coletivamente sob a orientação do Prof. Valdei Lopes de Araújo. Com bases no aparato teórico e metodológico da *História dos Discursos Políticos* de Quentin Skinner e J. G. A. Pocock, o objetivo principal do grupo é analisar o contexto discursivo em torno do período da Independência (1808-1830), mapeando-o a partir da análise das principais obras historiográficas de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu).

Nessa comunicação pretendemos discutir uma das importantes linguagens que permeiam o vocabulário historiográfico de José da Silva Lisboa. O que, a princípio, chamamos de "*linguagem do providencialismo*", é apontado como um ponto chave na compreensão desse espaço de experiência ao qual esse autor está situado, e os marcos fundamentais de uma concepção de história, ou o conceito desta propriamente dito. O debate em torno das questões que envolvem uma noção moderna do conceito de história, passam irremediavelmente pelo providencialismo divino como um elemento organizador da história.

A escola italiana da História das religiões de Raffaele Pettazzoni e seus diálogos ou confrontos

Gisele Pereira de Oliveira

Mestranda

Universidade de São Paulo

Em 1925, com a revista *Studi e materiali di Storia delle Religioni*, nasce na Itália, por meio da obra e cátedra de Raffaele Pettazzoni, o endereço italiano de estudos histórico-religiosos. Defendendo a autonomia das religiões como objeto de estudo e a historicização dos fatos religiosos, com o apoio da etnologia e da antropologia cultural, a escola italiana da história das religiões apresenta alternativas de análise, que se diferem e, em certa medida, se opõem em método e teoria do estudo sistemático de Max Müller e Edward Tylor, por um lado, e da história das religiões pela fenomenologia de Mircea Eliade, Rudolf Otto e G. Van der Leeuw, por outro lado. O objetivo, aqui, é apresentar os pressupostos básicos da escola italiana de história das religiões e compará-la aos estudos das religiões pelas duas vertentes supracitadas.

Em busca de um calendário cívico para a Independência: história, memória e a questão nacional através da Revista do IHGB

Goshai Daian Loureiro

Graduando

Universidade Federal de Viçosa

Em 1922, jornais, revistas, eventos, monumentos e discursos políticos compunham o grande mosaico de comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Diversos setores intelectuais se mobilizaram para defender sua visão sobre a memória da Independência, dentre eles os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A data centenária, propícia a um balanço dos fatos passados suscitou um tom de crítica ao legado colonial em vários setores da imprensa. O mesmo não é válido para as discussões dentro do IHGB, onde colônia, império e república aparecem como estágios harmônicos da evolução nacional brasileira.

Esta comunicação visa expor resultados parciais da pesquisa de monografia em curso sobre o papel do IHGB na produção da História e da Memória nacionais no período da 1ª República, apontando para adequações do discurso histórico da instituição frente aos dilemas enfrentados pelo novo regime.

Sob a pena do *Bruxo*: os escritos machadianos enquanto possibilidades de fontes históricas

Tiago Gomes de Araújo

Doutorando

Universidade de Brasília

O objetivo desta comunicação é apresentar algumas possibilidades do uso da literatura produzida por Machado de Assis (1839-1908) enquanto fonte histórica. Os escritos analisados problematizam o alistamento de voluntários da pátria para a Guerra do Paraguai (1865-1870). O romance *Iaiá Garcia*, publicado em 1878 revela uma dose de ceticismo e desconfiança com relação aos motivos que geraram a ida de alguns indivíduos a combaterem no *front* paraguaio. *O Bruxo do Cosme Velho* nos oferece, neste romance, amostra significativa de como as relações sociais cotidianas podem gerar ações individuais e/ou coletivas que podem se transformar num instigante objeto de pesquisa, entendendo o autor como filho de seu tempo e a literatura produzida por ele como espaço para se pensar as bases da construção da identidade brasileira durante os embates platinos.

Tucídides, a história da Guerra do Peloponeso e suas possíveis bases para uma história do presente

Guilherme Ferreira Araújo

Graduando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

É possível enxergar, ou até mesmo extrair, na obra de Tucídides - principalmente a partir de uma leitura atenta do Livro I de sua *História* - as bases teóricas para uma história do presente? Com base neste texto e nas leituras do artigo de Jean-Pierre Rioux "Pode-se fazer uma história do presente?", contido na coletânea *Questões para a história do presente*, e do texto "História e Crônica", de Benedetto Croce, pretendo refletir em que medida Tucídides nos forneceu bases suficientemente sólidas para a realização de uma história do presente, antes mesmo do fenômeno historiográfico ter ganhado força institucional na França do século XX. Isto será feito a partir da confrontação da leitura de Rioux, que é favorável a uma história do presente, mas não menciona Tucídides como um seu possível fundador, com a instigante reflexão de Croce sobre o que de fato seria a realização de uma *história contemporânea*.

A influência da História na escola inglesa de relações internacionais

Gustavo da Frota Simões

Doutorando em História das Relações Internacionais

Universidade de Brasília

O Trabalho versará sobre a influência da História na Escola Inglesa de Relações Internacionais. Discutiremos numa primeira sessão as origens da escola inglesa, seus principais membros e obras mais importantes. Num segundo momento, a discussão recairá na influência que a história e a historiografia exerceram e ainda exercem na Escola Inglesa. Falaremos na terceira seção do trabalho sobre o Comitê Britânico e sua importância para a formulação da teoria em relações internacionais. Por fim, faremos uma conclusão e um breve relato das principais idéias que essa escola vem tendo com relação ao fim da Guerra Fria. Faremos uma análise da posição da Escola nos dias de hoje.

Imprensa e liberalismo mineiro no século XIX sob o olhar da nova História política

Heiberle Hirsberg Horácio

Mestranda

Universidade Federal de Juiz de Fora

Norteados teórico-metodologicamente pelos novos estudos de História Política, (que privilegiam a compreensão do político em relação com outros agentes sociais, sejam indivíduos ou grupos, na construção do Estado, e as implicações dessa relação na forma como são construídos os conceitos políticos), que buscamos o entendimento da implementação das idéias liberais em Minas no Primeiro Reinado através da imprensa. Já que nela encontramos algumas características dessa "historiografia", como: a documentação seriada, o advento do tempo longo, em uma análise comparativa, e a possibilidade de se refletir sobre a totalidade dos atores. Utilizamos como fonte os periódicos desse período, mais especificamente da capital Ouro Preto e da cidade episcopal de Mariana, pois os consideramos um dos principais depositários da memória política desse momento, nesse contexto um mecanismo eficaz para construção dos conceitos que orientaram esse processo supracitado e um instrumento para se captar a cultura política dessa sociedade e suas representações.

A pintura de marinha no Brasil: um estudo historiográfico

Helder Manuel da Silva de Oliveira

Doutorando em História da Arte

Universidade Estadual de Campinas

A presente proposta é parte de minha pesquisa de doutorado sobre as apropriações e transformações dos modelos artísticos europeus na pintura de marinha no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. Após algumas pesquisas iniciais, foi possível percebermos que existe uma grande quantidade de obras que retratam diversos aspectos ligados ao assunto, como o mar, o barco, o porto, o litoral, entre outros. Entretanto, textos sistematizados relacionados ao tema, ainda são poucos. E, para se construir um estudo sobre o assunto é necessário coletar material em dicionários, compêndios, catálogos de exposições, livros de crítica e história da arte e monografias de artistas que produziram a paisagística marinha. Deste modo, o principal objetivo desta comunicação é fazer uma pequena introdução a respeito dos escritos sobre a produção de marinha no país como meio de analisar as referências artísticas e sua importância para a história da arte no Brasil.

Entre Deus e o diabo – a imagem de Martinho Lutero nos séculos XVI e XVII

João Henrique dos Santos

Doutorando

Universidade Federal de Juiz de Fora

Um dos mais importantes personagens da História, Martinho Lutero teve sua imagem construída ao sabor de paixões religiosas, de modo especial entre os séculos XVI e XVII, período do nascimento e afirmação da Reforma Protestante. Esta comunicação, recorte da tese de doutorado, visa a apresentar algumas dessas imagens e de que modo elas foram construídas. O que se constata é que a fabricação dessa imagem não tem compromisso com a escrita da história, mas é originalmente marcada com o tom do confessionalismo e da apologética, de modo que o personagem histórico era apresentado muito mais de acordo com aquilo que se queria mostrar que ele tivesse sido do que com o que ele, efetivamente, foi. Neste sentido, a adulteração ou mesmo a invenção de fontes foi recurso freqüentemente utilizado

Os indígenas do IHGB: os escritos científicos de Gonçalves Dias

Tatiana Hundrel Diastor Silva

Graduanda

Universidade Federal de Ouro Preto

Reconhecido como o ápice do indianismo romântico, Gonçalves Dias não se ateve somente à poesia, apresentando-se também como Dias o archeologo e Dias o ethnographo, faces estas que se complementavam para vir a surgir Dias o historiador. A partir destes atributos científicos, característicos deste período, este membro do IHGB, participou daquilo que foi um dos grandes projetos arquitetados pelo Império brasileiro, se não o principal - a nação. Dias e tantos outros buscaram nas representações acerca do indígena a peculiaridade para construir a identidade brasileira. São as contribuições de Gonçalves Dias a este saber acerca do indígena, guiado pelas ciências do oitocentos, que o nosso projeto visa discutir.

Representação: ausência, presença e os limites da literatura

Idila de Roure

Mestranda

Universidade Federal de Goiás

Entendendo a literatura como solo fértil que amplia as possibilidades de compreensão histórica, na perspectiva de que “[...] as obras estéticas não são meros documentos do passado, [...] a seu modo, entre verdades e deboches, elas organizam as experiências compartilhadas ou singulares que constroem o que podemos considerar como real” (Chartier, 2004) objetivando-se aqui apresentar alguns aspectos da produção poética de Roberto Piva, atuante no século XX, percebendo este como um “construtor” do real. Diante das possibilidades de interação, diálogo e colaborações estabelecidas entre História e Literatura, o conceito de representação é chamado para explicar tais relações que se constroem ou se estruturam dentro desses estudos. Assim trago como proposta neste trabalho pensar as relações do conceito de representação discutido pela historiografia, pois, o conceito, em si, envolve uma série de considerações, como a relação ambígua entre ausência e presença.

Análise da historiografia brasileira sobre a classe operária: Uma perspectiva cultural

Igor Guedes Ramos

Mestrando

Universidade Estadual de Londrina

Por volta da década de 1970, os historiadores brasileiros passaram a se dedicar ao estudo da formação da classe operária nacional. Até então, os escritos a respeito deste tema eram produzidos por sociólogos, cientistas políticos ou, ainda, militantes políticos. Essa “tardia dedicação” e as posteriores polêmicas a respeito das interpretações podem ser explicadas pelas condições da produção historiográfica, isto é; as condições socioculturais da sociedade brasileira, o “lugar” da produção historiográfica (ou acadêmica) nesta sociedade e as relações internas do “lugar” desta produção. Destarte, a produção historiográfica se apresenta como produção cultural, que transforma materiais brutos (memória) em materiais culturais (história), atribuindo sentido e cientificidade; de acordo com um “lugar” sociocultural e temporal, uma “prática” e uma “escrita”.

A questão agrária na visão de Jacobinos franceses e de abolicionistas brasileiros: um painel historiográfico

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

Mestre

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Tradicionalmente vistos como grupos políticos opostos entre si, os Jacobinos franceses da época da Revolução de 1789 e os liberais abolicionistas das últimas décadas do Império do Brasil adotaram, contudo, um discurso semelhante no que se refere à questão agrária, ao criticarem a concentração de terras e proporem a valorização do pequeno proprietário rural. Diferentes historiadores franceses e brasileiros que estudaram separadamente os dois movimentos detectaram em cada um deles, em suas análises, a presença de um ideal agrário reformista. Com base em autores como Albert Soboul, Michel Vovelle, Marc Bouloiseau, Maria Alice Rezende de Carvalho, Ângela Alonso e Ricardo Salles, buscaremos examinar o modo como parte da historiografia francesa e brasileira estudou esses grupos, procurando ver em que medida os autores teceram considerações semelhantes.

Apropriações e reapropriações da memória mineira: Minas na articulação do golpe de 1964 e Minas no período de redemocratização

Isabel Cristina Felipe Beirigo
Licenciada e bacharelada em História
Universidade Federal de São João Del Rei

O campo da memória é composto por disputas sociais responsáveis pela apropriação e reapropriação dessa memória construída historicamente. As constantes transformações por que passa o processo mnemônico permitem que a sociedade transforme o modo como os outros (e ela mesma) a vêem.

Nesse sentido, percebemos que a memória mineira, historicamente construída desde o século XVIII com os movimentos bandeirantes, tem sofrido constantes transformações em sua significação social.

É o que constatamos, por exemplo, na imagem construída de Minas no período de articulação do golpe militar de 1964, no qual a mineiridade* é invocada e ressaltada como base fundadora da transformação social. Por outro lado, no período de redemocratização, essa mineiridade é retomada e reapropriada como fonte justificadora da mudança do momento histórico, instalando o fim do processo anteriormente desencadeado por essa mesma sociedade mineira.

Objetivamos nesse estudo, compreender as bases históricas constituintes do processo acima referido, que exemplificam as diversas re-significações que a sociedade faz de sua própria existência no mundo.

* O estudo sobre mineiridade foi baseado no livro: "Mitologia da Mineiridade", de Maria Arminda do Nascimento Arruda, Editora Brasiliense, 1990.

Língua tupi e escrita da história em Antônio Gonçalves Dias (1823-1864)

Iuri Bauler Pereira

Graduando

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A proposta deste trabalho é analisar a obra histórico-etnográfica de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), em especial *O Brasil e a Oceania* (1853), tendo como foco a questão da língua tupi como vestígio do passado indígena e seus usos na elaboração destes textos, inseridos no debate entre escrita da história e saber etnográfico no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa articulação entre a história e o conhecimento da linguagem, que se apresentava como chave para o deciframento, integração e tradução da cultura indígena, bem como recurso literário ou estilístico do romantismo, permite-nos abordar a relação entre a história, a etnografia e a literatura na historiografia oitocentista.

O Paraná no Centenário, 1500-1900, de Rocha Pombo: esboço de História Cultural na Primeira República?

Ivan Norberto dos Santos

Mestrando

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A comunicação proposta tem como objetivo discutir alguns dos aspectos do livro *O Paraná no Centenário*, de José Francisco da Rocha Pombo, analisando a presença ou não de elementos característicos de uma História Cultural na sua escrita, em contradição com a historiografia predominante em sua época no Brasil. Tais elementos não seriam retomados nos livros posteriores – e mais conhecidos – do historiador paranaense, de acordo com a hipótese que investigo na pesquisa em curso, como decorrência do debate em torno da produção historiográfica empreendido em parte da intelectualidade da Primeira República. Um exemplo de tais tensões consistiria na “polêmica” com Capistrano de Abreu, aqui assinalada, a qual deixaria suas marcas na recepção, na carreira, nas escolhas realizadas na sua escrita e na memória estabelecida acerca de Rocha Pombo pela quase totalidade da pesquisa brasileira em Historiografia, ao longo do século XX.

Entre História e memória: O movimento estudantil universitário Brasileiro

Izabel Priscila Pimentel da Silva
Mestranda em História Social
Universidade Federal Fluminense

A década de 1960 foi marcada, no Brasil e no mundo, pela emergência de intensos movimentos sociais, liderados, sobretudo, pelos *estudantes*. Na reconstrução da *memória do movimento universitário brasileiro* – elaborada a partir de uma tradição historiográfica e também da auto-imagem criada no seio das lideranças estudantis –, os estudantes são apresentados como revolucionários natos, consolidando uma verdadeira “mitologia” estudantil. A memória é um fenômeno construído e seletivo, que sofre um constante processo de desconstrução e reconstrução, moldado segundo os paradigmas de nossa sociedade. Assim sendo, as passeatas estudantis de 1968 – que representam o ápice da mobilização estudantil nacional – e a imagem dos jovens estudantes mortos durante a ditadura civil-militar brasileira – que entraram para a galeria de *heróis estudantis* – foram recorrentemente resgatadas e reinterpretadas pelas sucessivas gerações estudantis, que, por sua vez, forjaram diferentes sentidos para seu passado, adaptando-se aos novos contextos históricos e suas demandas sociais e simbólicas.

Ranke e Burckhardt: para além da história política e da história cultural

Janaína Pereira de Oliveira

Doutorado

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Leopold von Ranke e Jacob Burckhardt figuram, indubitavelmente, entre os nomes mais importantes da historiografia do século XIX. Ranke, conhecido por suas obras em história política, foi o primeiro historiador a ocupar uma cátedra de história em uma Universidade. Burckhardt se formou na escola rankeana, mas diferentemente de seu antigo mestre, optou pela historiografia da cultura e se tornou um dos nomes mais importantes dessa área até os dias de hoje.

Com o presente trabalho, pretendemos realizar uma comparação entre os dois autores. Porém, ao invés de nos atermos a tradicional oposição entre história política e história da cultura que domina a bibliografia que sobre ambos, recorreremos à análise da continuidade histórica, pois acreditamos que aí se revelam melhor não apenas as posturas heterogêneas de Burckhardt e Ranke frente à história e à tarefa do historiador, como também em relação à modernidade e à vida europeia no século XIX.

A Análise Inglesa dos *Annales* – Peter Burke

João Carlos Jarochinski Silva

Professor

Uirapuru Superior

Análise da Escola dos *Annales* a partir da perspectiva elaborada por Peter Burke. O texto explora a divisão proposta pelo autor e as suas justificativas. Além disso, o trabalho visa demonstrar a importância que o movimento teve para a historiografia mundial, sendo o paradigma mais importante do século. O artigo termina tratando das tendências que esse paradigma pode determinar no século XXI.

O memorialismo e a produção do conhecimento sobre o território brasileiro: perspectivas para uma historiografia das ciências

Jean Luiz Neves Abreu

Professor

Universidade Vale do Rio Doce

A escrita da história nos séculos XVIII e XIX tem em suas características a influência da história natural. Com relação ao Brasil, foi no âmbito das academias setecentistas e dos institutos históricos do século XIX que as memórias desempenharam um papel central na construção de um saber acerca do território e da natureza, de modo que o conhecimento sobre as regiões do país deveria contar com o auxílio das viagens científicas e dos naturalistas. É o significado dessas memórias e sua contribuição para a historiografia das ciências que esse trabalho pretende abordar. Nesse sentido, não se espera realizar um mero balanço de como os historiadores têm abordado o memorialismo como objeto historiográfico, mas também apontar algumas possibilidades de análise.

Dos quilombos ao artigo 68: o que ainda não se debate na história da escravidão

Jezulino Lúcio Mendes Braga

Mestre

Centro Universitário do Leste de Minas Gerais

Já se vai longe o tempo em que a princesa Isabel era reverenciada como a redentora dos escravos. A historiografia sobre o tema conseguiu rever o papel do negro na sociedade escravista partindo de novas abordagens teóricas e novos métodos de pesquisa empírica. Aspectos antes ignorados sobre a vida do africano e afro-brasileiro sob o regime escravista foram revelados como, por exemplo: as redes de sociabilidade através do compadrio e da família, a forma de resistência via fuga para quilombos, as formas encontradas para alcançar a liberdade, entre outros temas.

No entanto, a maioria dos trabalhos alcança apenas o final do XIX não avançando na percepção sobre a inserção dos negros na sociedade pós-abolição. Ainda são raros os trabalhos que se aventuram nas fontes disponíveis sobre a vida do ex-escravo logo após a assinatura da lei áurea.

A presente comunicação pretende expor as novas perspectivas sobre o estudo da escravidão principalmente com o surgimento dos chamados "laudos antropológicos" das comunidades rurais negras que procuram a titulação por meio do artigo 68 do ADTC.

A análise historiográfica faz parte do projeto de pesquisa intitulado Quilombos do Vale. Este projeto está sendo desenvolvido desde o início do ano de 2007 e tem por objetivo principal o mapeamento das comunidades rurais negras localizadas na meso região do Rio Doce e baixo Piracicaba.

A genealogia é cinza

André Luiz Joanilho

Doutor

Universidade Estadual de Londrina

A genealogia nietzscheana é hoje lembrada como uma das primeiras críticas à idéia de que a história carrega consigo o fardo do passado, de saber de tudo o que aconteceu. A história é uma escolha e uma interpretação, pois o que está em qualquer começo é sempre cinza, sem cor, sem glória. Por outro lado, a história não tem também uma finalidade. O desenrolar histórico é feito de escolhas ao acaso e não enquanto processo. Foi a ciência, no século XIX, que estabeleceu a idéia de que a natureza e, porquanto a história, é processual, idéia que a atinge e se torna o *tour de force* de qualquer noção a respeito do tempo que passa, quer dizer, haveria um processo histórico ao qual todos, absolutamente todos, deveriam se submeter. Enfim, a genealogia nietzscheana é uma crítica à escatologia laica que se estabeleceu no século XIX através da ciência.

Tensões e oposições. Edward Thompson e o Marxismo estruturalista: um diálogo possível?

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior

Professor

Centro Universitário UMA

A comunicação pretende evidenciar o debate historiográfico no interior da escola marxista inglesa. De um lado as proposições levantadas por Edward Palmer Thompson e os revisionistas ingleses e de outro o estruturalismo inglês.

O debate sobre ações coletivas na Formação da Classe Operária Inglesa articula-se, segundo Thompson, em torno da noção de classe operária. Tema recorrente nas obras do autor, que observa classe social com algo fluido e de dinâmicas relações, somente entendidas através de seus contextos históricos e sociais. Não existe um padrão teórico estabelecido que consiga dimensionar classe social no seu tipo/modelo mais puro e intocado, tamanha sua volatilidade.

Ao criar tal proposição Thompson dirigia severas críticas à corrente estruturalista marxista e em particular a Perry Anderson e Ton Nairn, propagadores das teorias althusserianas na Inglaterra. O cerne do debate apoiava-se nas noções de classe e luta de classes. Enquanto os dois primeiros historiadores advogavam classe social como elemento componente indissociável das categorias de infraestrutura e superestrutura. Em outras palavras, concebiam a formação da classe social e de sua consciência como derivação do processo da base produtiva.

Por seu turno, Thompson manifestava claramente suas objeções e oposições a essa visão marcadamente estrutural e estática sobre classe social. De acordo com suas indagações, o conceito de classe social não pode ser apreendido como um simples produto do desenvolvimento estrutural das forças produtivas. Todavia, procura demonstrar que o termo classe social, é dinâmico e guarda em seu interior diferentes interpretações e significado.

Tempo e Tradição Oral: O caso da morte da Rufina no sul do Ceará

Cícero Joaquim dos Santos

Mestrando em História

Universidade Estadual do Ceará

A presente pesquisa busca refletir sobre as representações do tempo a partir da tradição oral da morte da Rufina, personagem tida popularmente como santa em decorrência de sua morte trágica, ocorrida supostamente por volta dos anos iniciais do século XX no Sul do Ceará. Tomando o processo de transmissão oral da morte como núcleo de investigação, este trabalho problematiza, a partir de fontes orais, as construções interpretativas do tempo e sua divisão social pelos narradores populares que cultuam a Santa Cruz da Rufina, erguida no lugar de sua suposta morte. Identificamos a construção de diferentes representações temporais. Tido como um evento fundador, a morte separa gerações e funda múltiplas temporalidades, (re)significadas na dinamicidade da oralidade.

Verdade e linguagem: atualizações da filosofia de Walter Benjamin

Josias José Freire Júnior

Graduado em História

Universidade Federal de Goiás

Neste trabalho apresentarei algumas idéias da filosofia de Walter Benjamin (1892-1940) com o objetivo de atualizá-las para a teoria da história. Primeiro mostrarei a relação entre a filosofia da linguagem benjaminiana e seu conceito de conhecimento, onde a verdade deixa a esfera do saber e passa ao âmbito da relação mística do *encobrimento*, do *desvelamento* e da *revelação*. Atualizar criticamente a filosofia de W. Benjamin para a teoria da história significa problematizar os limites do conhecimento histórico, pelas reflexões sobre a linguagem – produtora e reprodutora do mundo – e ainda pensar estes limites enquanto possibilidades de construção de outras histórias, aptas a responder as demandas de nosso tempo.

Uma revisão crítica do “mito” Marc Bloch

Jougi Guimarães Yamashita

Mestrando

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Marc Bloch é considerado um dos “pais fundadores” dos *Annales*. Sua parceria com Lucien Febvre para a fundação da revista *Annales d’histoire économique et sociale* em 1929 adquiriu - por conta da projeção da revista e do “movimento” no período do pós-guerra- um ar de heroicidade que é, na verdade, muito mais um trabalho de memória do que propriamente de história. Criou-se um mito de unidade tão forte entre os dois historiadores que as diferenças entre eles acabaram sendo, por vezes, esquecidas.

Nesse sentido, o trabalho proposto pretende recuperar um pouco a especificidade de Marc Bloch. Buscaremos fazer isso através da análise de alguns momentos de sua trajetória, sua importância dentro da historiografia, e buscando compreender como eles foram importantes para a sua decisão de engajar-se na Resistência Francesa.

História, mestra da vida: os livros de História em Portugal nas últimas décadas do século XVIII

Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva

Graduanda

Universidade Federal de Minas Gerais

Com base nas listas de livros encaminhados para a Bahia e submetidos aos tribunais censórios portugueses, particularmente no que concerne ao último quartel do século XVIII, esta comunicação procura esboçar um perfil dos livros de História arrolados nas fontes em relação à historiografia do período. Para tanto, apresenta aspectos quantitativos referentes à recorrência de alguns títulos no *corpus* documental consultado, bem como, realiza inferências e traça relações entre os dados contidos nos documentos e o contexto histórico respectivo, na tentativa de compreender a maneira como a História foi pensada pelos órgãos de censura portugueses no período abarcado pelo recorte em questão.

Capistrano de Abreu entre o positivismo e o historicismo, haveria alguma questão?

Josiane Roza de Oliveira

Doutoranda

Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz

A obra de Capistrano de Abreu (1853-1927), historiador cearense, é vista por alguns analistas como subdividida em duas fases principais, a positivista, representativa de sua fase inicial ou de juventude, e a historicista, relativa ao seu contato com bibliografia alemã após sua vinda à corte em 1875 e ao aprendizado da nova língua, remetida à sua obra meritória. Tal abordagem apresenta uma falsa questão na história da história desenvolvida no Brasil, possibilitando explorar sob outro ponto de vista a atividade científica do historiador. Esta comunicação aborda a dinâmica interna de suas interpretações sobre o país, percebendo sua mobilização analítica diante das correntes teóricas disponíveis no meio intelectual e sua aplicação na interpretação de elementos empíricos. Centro meus estudos nos primeiros escritos de Capistrano, elaborados ainda no ceará, e naqueles publicados até 1883, ano de apresentação de sua tese no concurso para docência no Colégio Pedro II.

A mistificação da Teoria: O problema da indistinção entre teoria e historiografia na formação inicial do historiador

João Paulo Aprígio Moreira

Mestrando

Universidade Federal de Goiás

No caso da escolha da Teoria da História como objeto de pesquisa no período de formação inicial do historiador, temos uma crítica seguida de uma proposta no intuito de aproximar a investigação teórica com a prática historiográfica. Quando não, que a investigação teórica se pautar pelo menos a partir da prática de pesquisa ou historiografia do próprio pesquisador no sentido de auto-reflexão. Sendo assim evitada a sobreposição da teoria em relação à produção de conhecimento historiográfico. Para tanto, falaremos desde uma perspectiva comparativa com a Antropologia no intuito de marcar limites para a necessidade de distinção entre história e teoria nas investigações iniciais em Teoria da História.

Historiografia da arte e a biografia de Manuel da Costa Ataíde

Juam Carlos Thimótheo

Mestrando

Universidade Estadual de Campinas

O traço e as cores de um engenho excepcional, o de Manuel da Costa Ataíde, até hoje, lugares de fruição artística, fizeram de sua obra um fundamental objeto de análise para a historiografia da arte do Brasil. Tais interpretações comportam, em geral, pontos em comum: a preocupação em evidenciar as especificidades do artista, como um mestre-professor, assim como analisar a trajetória de um sujeito que parece estar bastante familiarizado com as “novidades” do além-mar.

Visa-se, na comunicação proposta, discorrer sobre tais premissas, assim como compreender as metodologias aplicadas para construir a biografia do artista. Para isto, foram selecionadas como fontes as obras de Hércio Pereira da Silva e Lélia Coelho Frota, autores que privilegiam, em suas pesquisas, a trajetória pessoal e artística de Ataíde.

A Formação de uma história-memória no *Jornal do Commercio* em 1922

Júlia Ribeiro Junqueira

Mestranda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

As comemorações do centenário da Independência do Brasil, em 1922, constituíram um momento ímpar para os intelectuais, os republicanos e a elite letrada. Como novos construtores da nação, esses grupos, através da imprensa, divulgaram idéias, muitas vezes com estilos divergentes, que objetivavam imprimir uma coesão social ao país. Os periódicos funcionaram como veículos facilitadores de certa propaganda que buscava colocar a nação brasileira nos padrões modernos e consolidar uma unidade a um território extenso, heterogêneo e ainda pouco conhecido. Nessa perspectiva analisamos, particularmente, o *Jornal do Commercio* em sua edição comemorativa do centenário da Independência no bloco de recorte temporal entre os anos 1822 a 1831. O trabalho consiste em demonstrar a história-memória que esse jornal esboçou por meio da apresentação selecionada de suas notícias históricas.

Aspectos historiográficos da Escola Brasileira de História das Relações Internacionais: um diálogo com a tradição francesa

Taís Sandrim Julião

Mestranda em Relações Internacionais

Universidade de Brasília

O tema proposto para discussão é a Escola Brasileira de História das Relações Internacionais. O esforço estará voltado para a compreensão de duas dimensões centrais da escrita da História, a saber, o tratamento das fontes e a periodização do tempo. A partir do estudo destas duas questões aplicada a História da Política Exterior do Brasil, pretendemos identificar a relação entre a tradição historiográfica brasileira em Relações Internacionais e as inovações trazidas pela Nova História ou *École des Annales*. O objetivo é dimensionar estas questões no trabalho conjunto de Cervo e Bueno, *História da Política Exterior do Brasil* (2002) a partir de uma abordagem interdisciplinar. As conclusões apontam para o argumento de que as transformações trazidas pela *École des Annales*, notadamente com relação aos dois conceitos trabalhados no texto, contribuíram para a construção da especificidade da História das Relações Internacionais produzida no Brasil.

A escrita da história em Georg G. Gervinus e em Johann Gustav Droysen

Julio Bentivoglio

Professor

Universidade Federal de Goiás

No século da história, a historiografia alemã produziu reflexões bastante pontuais sobre a tarefa do historiador, questões metodológicas e a escrita da história, conforme sinaliza a produção de autores como Humboldt, Niebuhr e Ranke, dentre outros. Nesta comunicação, busca-se a partir da leitura do *Grundzüge der Historik* redigido por Gervinus em 1837 e do *Grundriss der Historik* publicado em 1858 por Droysen elencar questões referentes à exposição dos resultados da pesquisa histórica por meio da narrativa, identificando similaridades e diferenças, a fim de demonstrar o desenvolvimento de uma fecunda matriz historiográfica, que tem raízes no século XVIII e cuja tradição, especialmente por meio dos autores citados, terá influência decisiva no pensamento de Jörn Rüsen, de Reinhart Koselleck e mesmo de Hayden White, quando este último propõe sua tropologia do discurso histórico.

Duas biografias e uma desconstrução da imagem: D.Pedro de Almeida Portugal, o conde de Assumar

Keli Carvalho Nobre de Souza

Graduanda

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A comunicação versará sobre a análise de duas biografias de D. Pedro de Almeida Portugal, o conde de Assumar, que o governou a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, entre os anos de 1717 a 1721. A primeira, publicada em 1967, foi escrita pelo português Manuel Arthur Norton, que intitulou a obra com o próprio nome do nobre: *D.Pedro de Almeida Portugal*. A segunda biografia, escrita pela brasileira Laura de Mello e Souza e publicada no ano de 2006, está no quinto capítulo de seu livro: *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. O objetivo da análise dessas biografias é analisar a construção da imagem de D.Pedro de Almeida Portugal, através da relação entre o contexto histórico e geográfico em que ambas foram produzidas.

A conformação do preço: considerações acerca de uma noção controversa

Carlos Leonardo Kelmer Mathias
Doutorando em História/Bolsista CNPq
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O objetivo da presente comunicação consiste em dialogar com autores clássicos que trabalharam com a noção de "preço", notadamente Karl Marx, Karl Polanyi e Giovanni Levi. Segundo Karl Marx, "o tempo de trabalho objetivado nos valores de uso das mercadorias é tão exatamente a substância que os torna valores de troca, e daí mercadorias, como também mede sua grandeza determinada de valores". Portando, o valor de troca seria determinado pela quantidade de trabalho social incorporada na sua produção. De resto, "o preço é a forma transformada sob a qual aparece o valor de troca das mercadorias no interior do processo de circulação". Conforme Giovanni Levi, os fatores os quais influiriam na conformação do "preço" seriam: parentela, vizinhança, amizade, clientela e caridade. Nada obstante, "a solidariedade e os conflitos da comunidade tinham um peso determinante não só para ativar as transações quanto para determinar-lhes o preço". Aqui, pretende-se argumentar que a conformação do "preço" em sociedades de Antigo Regime – leia-se: pré-industriais – seria dada a partir da percepção social dos indivíduos acerca de uma dada realidade social. Em outras palavras, não são as relações sociais que decidiam o preço, mas a percepção que os sujeitos envolvidos em uma determinada transação faziam tanto dessas relações sociais, como da realidade social na qual estavam inseridos.

Vira-vira, vira-não-vira: A historiografia luso-brasileira e a compreensão da *Viradeira* no plano eclesiástico (1777-1808)

Leandro Ferreira Lima da Silva

Graduando

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Propomos localizar historiograficamente o período da *Viradeira* no plano das relações entre Estado e Igreja. A compreensão do período 1777-1808 demonstra-se bastante interessante por abarcar as crises do Antigo Regime e do Sistema Colonial. Apesar disso, o tema é carente de estudos específicos, notadamente para as estruturas de poder no plano eclesiástico colonial. Se uma historiografia tradicional (de finais do século XIX e inícios do século XX) tomou a queda de Pombal como a aniquilação de sua obra e o fim da política regalista de submissão da Igreja ao Estado, uma esparsa (porém importante) produção historiográfica contemporânea apresenta os governos mariano e joanino na esteira do reformismo ilustrado estruturado pelo Marquês. Dentro dessas duas correntes, porém, encontramos nuances a desnudar para uma melhor compreensão do tema, pois, se não é possível associar a queda de Pombal a retrocesso, não parece apropriado considerar os governos seguintes mera continuação do momento anterior.

A historiografia brasileira do século XIX e a questão racial

Leandro Carvalho Damacena Neto

Graduando

Universidade Estadual de Goiás

O trabalho visa compreender a "miscigenação racial" entre índios, negros e brancos nos quadros da historiografia brasileira do século XIX e, início do século XX. Veremos que os intelectuais brasileiros ou não, pautavam suas abordagens sobre a questão racial nas teorias raciológicas do século XIX: dentre as quais se destacavam o Positivismo, o Darwinismo Social e o Evolucionismo. A análise desses autores no que tange a "miscigenação racial" é imprescindível tanto para a compreensão do processo de formação da Identidade Nacional Brasileira quanto para a consolidação do Estado Nacional Brasileiro. Analisaremos autores como Karl Friedrich Philipp Von Martius, precursor da historiografia nacional e, ganhador do prêmio sobre a melhor história do Brasil, concedido pelo recém fundado IHGB no ano de 1838. Outros autores analisados são Francisco Adolfo de Varnhagen, Raimundo Nina Rodrigues, Manoel Bonfim e Capistrano de Abreu, este último influenciado pelo historicismo alemão sendo considerado o marco paradigmático na historiografia brasileira.

Contribuições da Sociologia ambiental para a produção historiográfica

Dayse de Souza Leite

Graduanda

Universidade Federal de São João del-Rei

Nosso trabalho é desenvolvido no âmbito do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) e pretende mostrar como a *História Ambiental*, apropriando do marco teórico e da metodologia da *Sociologia Ambiental*, abre um novo campo para novas pesquisas visando o entendimento das dinâmicas e inter-relações de um processo sócio-histórico ou a lógica que está por detrás do *status quo*.

Mais especificamente, tais pesquisas podem ter como objetivo a reconstituição analítica da *história sócio-ambiental* de territórios que foram, ou que ainda são, alvos de disputa entre atores, que em condições assimétricas de poder, lutam para impor seus usos e significados a determinado território. Além do mais, podem-se investigar os mecanismos de *injustiça ambiental*, assim como as práticas, conflitos e agentes envolvidos na trama de relações sócio-espaciais de poder que determina o resultado de tais disputas.

A idéia de primitivismo na Antropofagia de Oswald de Andrade

Leonardo de Carvalho Augusto

Mestrando

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Na fase antropofágica (1924-1929), a obra de Oswald de Andrade é atravessada por uma idéia de primitivismo nativo que forma um solo comum entre brasileiros e europeus, onde o novo se funde ao originário. Ao contrário do que poderia parecer, ele não é a reedição da agressividade dadaísta e da imaginação sem fio dos cubistas. A imagem oswaldiana do antropófago não é uma espécie de erário. O movimento de devoração-assimilação nela embutido relaciona-se a uma forma de concepção que os vários canibalismos literários da época - reunidos nas vanguardas literárias - não podem preencher. A originalidade da poética oswaldiana apresenta dentre seus principais aspectos a singularidade de sua concepção primitivista, um programa de reeducação da sensibilidade do homem moderno e uma teoria da cultura (e da história) brasileira.

Arte e Pluralidade: uma análise da produção acadêmica brasileira sobre a contracultura

Leon Frederico Kaminski

Graduando

Universidade Federal de Ouro Preto

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise da produção acadêmica que envolva o tema da contracultura. Utilizamos como fonte o Banco de Teses da Capes onde podemos ter acesso às informações sobre as teses e dissertações defendidas entre os anos de 1987 e 2006 e seus resumos. Há um aumento contínuo no número de trabalhos nos últimos anos. Nas 72 pesquisas relacionadas à temática encontramos um predomínio de objetos ligados ao universo artístico e literário (62%) seguido da religiosidade (11%). Entretanto, há também uma pulverização de investigações envolvendo outros tipos de objetos; indo da educação física à administração. O mesmo ocorre com a área de conhecimento dos programas de pós-graduação e instituições, 19 áreas diferentes em 32 universidades. Entendemos que essa pluralidade deve-se ao impacto que a contracultura teve nos diversos espaços da sociedade contemporânea, não se limitando à esfera artístico-cultural.

Rompendo silêncios e descobrindo as mulheres: uma análise da obra de Michelle Perrot no contexto da história das mulheres

Paola Lili Lucena

Mestranda do Programa de Pós-graduação em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

Michelle Perrot é uma das historiadoras pioneiras, no que diz respeito ao estudo das mulheres na Europa. Tanto em obras como *Minha história das mulheres*, *Os excluídos da história* e *As mulheres ou os silêncios da história*, quanto nos diversos artigos que publicou, Michelle Perrot procurou colocar em evidencia os personagens que a historiografia de então, deixava a margem dos acontecimentos. Dentre esses personagens, as mulheres ganham destaque, sendo apresentadas como sujeitos da história. Nesse sentido, essa historiadora francesa faz parte de um movimento historiográfico, que buscou inserir as mulheres nos relatos e nos acontecimentos históricos. Assim, o objetivo dessa comunicação é analisar como as três obras acima citadas contribuem para a discussão a respeito da presença das mulheres tanto nos espaços públicos quanto nos privados, e para a construção de um discurso historiográfico baseado na questão do sexo, ou seja, a chamada História das Mulheres.

A Historiografia da Decadência

Andreia Silva Lisboa

Mestranda

Universidade Federal de Goiás

A história de Goiás vem sendo construída e relatada desde o século XVIII, pelos relatos dos viajantes, cronistas, governadores e historiadores. Nessa luta de representações, a historiografia consolida certas percepções da região, fundada em dicotomias como; decadência / prosperidade, atraso / progresso, ou ainda, atraso / modernidade. Nesse sentido, ao longo da Primeira Republica, a representação da decadência toma forma do atraso, sobre o qual será construída toda uma interpretação histórica sobre Goiás. O que propomos nessa comunicação é analisar a idéia de atraso, em dois trabalhos fundamentais, primeiro a obra do sociólogo Itami Campos, *Coronelismo em Goiás*, segundo, a tese de doutora de Nasr Nagib Fayad Chaul, *Caminhos de Goiás da Construção da Decadência aos limites da modernidade*.

A Política Alemã na Visão de Max Weber

Lívia Maria Oliveira Xavier

Graduanda

Universidade Federal de Ouro Preto

O estudo da teoria política alemã por Max Weber do período de Bismarck à instauração da República é guiado pela análise do desenvolvimento do capitalismo no ocidente, a intensa racionalização burocrática do mundo moderno e a crise da liderança política. Para Weber a dominação pela máquina burocrática causou um desencantamento do mundo e o levou a questionar a compatibilidade do sistema vigente com a democracia, a liberdade e o individualismo. Seus estudos contemplam a análise de todo este processo também no âmbito dos partidos políticos e do parlamento, e a valorização da responsabilidade moral como agente inibidor da "jaula de ferro" da burocracia.

Visão do Paraíso e Os Lusíadas: Um diálogo entre o fantástico e o real do Ocidente e do Oriente

Camila Mariana Aparecida da Silva

Lorena Lopes da Costa

Graduandas

Universidade Federal de Minas Gerais

O presente artigo propõe-se a estabelecer um diálogo, se existente e até que ponto existente, entre a mentalidade quinhentista, povoada de mitos e fantasias no espaço do além-mar, partindo de Portugal, e os próprios relatos quinhentistas registrados na análise de Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*. Para o desenvolvimento de tal análise, escolheu-se *Os Lusíadas*, obra épica que não se enquadra com facilidade nos pontos chaves identificados por SBH nas crônicas coevas à chegada portuguesa em terras americanas, mas que representa ou, mais que isso, encarna toda uma atmosfera mágica, de temor e de encanto, aceitável como resposta social ou acalanto psicológico a tantas novidades geográficas e culturais. *Os Lusíadas*, a despeito de não endossar o estudo de SBH, tampouco o desmascara.

Plural Singular: considerações sobre a escrita da história brasileira

Eduardo H. B. Vasconcelos

Professor de História das Faculdades Cearenses

Ana Lorym Soares

Mestranda

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O presente artigo tem como intento perscrutar uma das principais orientações mobilizadas para a organização e escrita da História dita do Brasil, centrada desde o momento do "achamento", passando pela fundação do IHGB, até os dias hodiernos na constante exacerbação da homogeneidade espacial, natural e humana como aspectos positivos. Essa forma de ver e explicar o que hoje designamos de Brasil, apropriou-se do entendimento dos colonizadores que privilegiaram em suas explicações a homogeneidade em detrimento a multiplicidade. Mesmo após os acontecimentos políticos de 1822, essa lógica de entendimento não foi quebrada e a jovem Nação brasileira continuou a exaltada como um país uno, onde uma pequena amostra da parte, usualmente o "centro" político, administrativo e financeiro, explicaria o todo.

A importância da História econômica na análise dos processos de conflitos socioambientais

Luiz Raimundo Tadeu da Silva

Graduando

Universidade Federal de São João del-Rei

Esse trabalho integra as pesquisas realizadas no Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) do Departamento de Ciências Sociais da UFSJ. Objetiva-se evidenciar a importância da História Econômica na análise dos conflitos sócio-ambientais oriundos da estrutura social vigente.

Tais conflitos, entendidos como objeto de pesquisa, possibilitam análises mais ampliadas sobre a chamada "questão ambiental" e desencadeiam campos de trabalhos que privilegiam a interdisciplinaridade. Com isso, as temáticas sobre o "meio ambiente" foram incorporadas na pauta de pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas.

Assim, pesquisadores da Sociologia Ambiental, disciplina que insere a sociedade no Meio Ambiente, têm contribuído com análises que visam entender e evidenciar os mecanismos que sustentam e os impactos das reconfigurações territoriais impulsionadas pelo processo econômico. Desse modo, a História Econômica se apresenta como metodologia fundamental para as pesquisas sobre os conflitos oriundos de disputas na atribuição de usos e significados a determinados territórios.

Sob o signo da modernidade e do progresso: a produção de um discurso oficial para o passado de Juiz de Fora

Lúcia Helena da Silva Joviano e Luís Eduardo de Oliveira

Mestre em Literatura e Doutorando em História

SEE- MG ; SEE- RJ e PPGH-Universidade Federal Fluminense

O estudo em questão tem como objetivo propor uma reflexão inicial sobre um dos momentos de formulação de uma *narrativa oficial* acerca do passado de Juiz de Fora, que correspondeu à elaboração e a publicação do *Álbum do município de Juiz de Fora* (1915) formulado por Albino Esteves. Mais especificamente, pretende-se expor os vínculos mantidos entre tal obra e o *discurso* difundido pelas elites locais, que em função do aumento da produção cafeeira na Zona da Mata, na passagem do século XIX para o XX, impulsionando o desenvolvimento econômico do núcleo urbano, encontrou legitimidade para narrativas que vinculavam a cidade e sua classe dirigente com os valores da modernidade e do progresso.

A discussão sobre a *presença* no cenário historiográfico ocidental

Luara Galvão de França

Graduanda

Universidade Federal de Ouro Preto

Este trabalho pretende complexificar e delinear de uma maneira mais próxima às imediações do conceito de presença. Tal conceito vem sendo utilizado por diversos autores (Gumbrecht, Ankersmit, Runia, Domaneska) de diferentes formas e com diversificados intuitos.

Através desse estudo pretendemos lançar algumas balizas que poderão ser utilizadas a posteriori para um melhor entendimento da presença do passado.

Seja como uma ação de interpretação histórica ou como uma nova espacialidade do tempo passado a presença ocupa lugar central em qualquer debate que tenha como mote a cultura historiográfica ocidental. Assim sendo, o entendimento desse tipo de questões é central para o historiador contemporâneo.

O estudo se encontra em sua fase inicial, entretanto já traz elementos e questões de importância considerável para o tema, como: o caráter representativo ou não da presença, sua "clandestinidade", sua tangibilidade e o nosso crescente desejo por esta presença.

Diversos “olhares” e novas perspectivas: a historiografia brasileira e os dilemas da Primeira República com o seu passado monárquico.

Luciana Pessanha Fagundes

Doutoranda

Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

A presente comunicação tem como objetivo analisar os “olhares” já lançados pela historiografia brasileira sobre os dilemas da Primeira República brasileira com seu passado monárquico. Dilemas esses perceptíveis em momentos específicos como as discussões no Congresso Nacional sobre a revogação do banimento da família imperial, as visitas de membros da realeza portuguesa e belga ao Brasil, o traslado dos despojos imperiais para o Brasil em 1921 e as comemorações do centenário natalício de D.Pedro II. A análise da produção historiográfica existente demonstrou a concentração de obras nos períodos iniciais e finais da Primeira República brasileira, ou seja, na primeira década republicana e na década de 20, deixando-se de incluir certos episódios que muito contribuem para se pensar movimentos de construção e desconstrução que permeiam as memórias relativas à figura de D.Pedro II e ao Império brasileiro. Esta comunicação preocupa-se então, em fazer um balanço de tal produção, bem como em apontar novas perspectivas para a análise de tal problemática.

O universo da escrita de si: autobiografias, memórias, diários

Lúcia Helena da Silva Joviano

Mestre em Literatura

SEE- MG ; SEE- RJ

O estudo pretende discutir as origens e atual evidência do gênero confessional, no campo da História, Literatura e Memória, destacando aproximações e diferenciações entre as narrativas [autobiográfica, memorialística, diáresca]. Utiliza-se, para tanto, os estudos de M. Foucault, V. Alberti, P. Lejeune, S. Maciel.

Tempo histórico em Walter Benjamin e Nietzsche: considerações sobre o historicismo alemão

Aline Ludmila de Jesus

Graduanda

Universidade Federal de Uberlândia

No emaranho de discussões que permeiam a teoria da história é realizado por muitos autores a crítica ao historicismo alemão. Sob essa perspectiva, temos enquanto objetivo investigar a crítica da filosofia da história de Walter Benjamin e a de Friedrich Nietzsche sobre as premissas do historicismo alemão. Buscamos, portanto, compreender essas duas concepções, tendo em vista as aproximações e distanciamentos de ambos os filósofos. Cabe-nos, portanto, exercer reflexões sobre o tempo histórico presente na concepção de Benjamin e Nietzsche, uma vez que esses atribuem que a tradição historicista é trôpega, pois encara o fluxo histórico sob uma única direção. Benjamin, enquanto sendo oriundo de uma tradição marxista, encara que o tempo linear é vazio e homogêneo, tempo esse que oculta a história dos oprimidos. Já Nietzsche vislumbra que uma idéia linear e evolutiva do tempo pressupõe uma moralidade histórica, que abarca todas as épocas em uma só.

Cultura popular em questão: a cultura própria camponesa durante o regime salazarista

Luiz Armando Dantas de Oliveira

Mestrando

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

O presente trabalho aborda as questões que cercam o conceito de cultura popular e os seus problemas de definição. O proposto tema partiu da discussão (presente em minha dissertação de mestrado) sobre a formação de uma cultura própria, com sua lógica e perspectiva distintas, no meio camponês português durante o regime salazarista. Observamos que há um espaço divergente e significativo entre a fala do imigrante português de origem camponesa e o discurso oficial do Estado Novo português, que não apenas diverge, mas contradita em vários momentos o ideário oficial. Dessa forma, esse espaço informa a perspectiva própria da cultura camponesa em questão.

Portanto, o presente trabalho visa contribuir para o debate do conceito de cultura popular, que possui um teor significativamente controverso, já que a sua discussão envolve comumente concepções teóricas divergentes.

A História e escrita da História: Uma análise sobre o papel que a narrativa exerceu no debate sobre o conhecimento histórico

Makchwell Coimbra Narcizo

Graduando

Universidade Federal de Goiás

Em meados da década de 1960, a escrita e a leitura dos textos de história se tornou um problema que mereceu considerações por parte da Teoria da História. Nesse contexto a narrativa se tornou o núcleo de debate, pois, do ponto de vista da História enquanto conhecimento, a solução entre a produção historiográfica e os rastros que chegam ao historiador já não garantem com segurança a veracidade dos manuscritos históricos. O problema em questão surge a partir de uma conjuntura em que a História enquanto saber supera a reflexão sobre seus limites e possibilidades.

O interesse deste trabalho é recuperar o histórico desta discussão acerca da narratividade e seu papel no conhecimento histórico, pois sendo este debate ainda em aberto, é interessante que seja observada as transformações que esse passou, podendo assim ter uma compreensão acerca do tema e podendo contribuir na discussão. Esta reconstrução será feita no período de 1986 a 1996, usando para este primordialmente revista "*History and Theory*" publicadas no período citado.

**A escrita de uma história para a mocidade brasileira no oitocentos:
o *Epítome de História do Brasil* de Caetano Lopes de Moura**

Isadora Tavares Maleval

Mestranda

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

O século XIX pode ser visto como um momento em que a preocupação com o *nacional* tornou-se marcante. Esse ideal pode ser perceptível no que diz respeito à própria construção da história como disciplina e profissão.

Para a presente comunicação, o foco é analisar algumas décadas do período que abrange o Segundo Reinado no Brasil, de forma a tentar compreender como a escrita de uma história nacional pôde atuar como instrumento de ideologia, além de formar futuros *cidadãos ativos* dessa nação que estava sendo construída. A obra de um personagem como Caetano Lopes de Moura, autor de *Epítome Chronológico da História do Brasil para uso da mocidade brasileira* – publicado em 1860 – é de extrema pertinência, sobretudo, porque demonstra de que maneira esse tipo de trabalho contribuiu para a formação de uma determinada mocidade brasileira no oitocentos.

Calógeras – conservadorismo e identidade nacional na República Oligárquica

Marcelo Mangini Dias

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma vasta produção intelectual que procurava constituir um discurso sobre o Brasil. Porém, parte significativa desses pensadores foi posteriormente obscurecida, considerada excessivamente conservadora em relação à geração de 1870 e, portanto, combatida ou ignorada pelos intelectuais modernistas. A obra de Pandiá Calógeras, importante político e pensador desse período, é paradigmática nesse aspecto: sua proeminência nos primeiros anos da chamada República Café-com-Leite, tanto como homem das letras quanto como atuante parlamentar e ministro em diversas pastas, contrasta com o posterior silêncio que se fez, e ainda se faz, em torno do seu pensamento. O presente trabalho investiga, a partir das obras "A Formação Histórica do Brasil", "O Márquez de Barbacena" e "Relações Exteriores do Brasil", como traços de conservadorismo político e social permeiam a leitura que Calógeras faz sobre a história do país em sua tentativa de construção de uma identidade nacional.

Tragédia e Simultaneidade – a crítica de Hans Ulrich Gumbrecht ao *novo historicismo*

Mannuella Luz de Oliveira Valinhas

Doutoranda em História Social da Cultura

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O objetivo deste trabalho é refletir acerca da crítica elaborada por Hans Ulrich Gumbrecht ao “novo historicismo”. A partir da idéia de que as correntes chamadas neo-historicistas relegam para segundo plano “a relação trágica dos homens com a história”, anestesiando a sensação de tragédia ao mesmo tempo em que tem uma visão nostálgica do passado histórico (desparadoxificação). Gumbrecht propõe, em oposição a essa visão “anestesiada”, uma forma de fazer história que traga, nela mesma, a possibilidade de “tocar o passado” juntamente com a consciência de que o passado está morto para sempre (tragédia da história).

O tema da “formação do Rio Grande do Sul” e a legitimação das práticas literária e historiográfica entre os anos 1940 e 1960

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Professora Adjunta

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Esta comunicação busca compreender a trajetória das relações entre a história e a literatura dos anos 1940 aos anos 1960 no Rio Grande do Sul. Estas duas práticas de escrita buscavam sua legitimidade através de um empreendimento comum a vários intelectuais locais representados neste trabalho pelo romancista Érico Veríssimo e o crítico literário e historiador Moisés Vellinho. Através da leitura paralela dos textos literários e historiográficos destes que são considerados dentre os autores mais importantes no cenário regional no período enfocado, busca-se compreender as marcas que a redefinição do regionalismo sul-riograndense no cenário cultural nacional pós-30 legou tanto para a escrita da história quanto da literatura no âmbito regional. Complementarmente problematiza-se o uso das abordagens hermenêuticas para o estudo da historiografia tendo em vista a discussão com outros trabalhos dedicados aos mesmos textos e período aqui analisados.

Os cemitérios em foco: um balanço sobre a produção historiográfica brasileira acerca deste tema

Marcelina das Graças de Almeida

Professora

Faculdades Promove de Sete Lagoas

A historiografia tradicional relegou a um plano secundário alguns temas, destituindo-os de nobreza, fundamento e relevância histórica. Dentre eles ressaltamos os estudos acerca da morte, em particular, os cemitérios. Entretanto a partir dos esforços implementados através dos pesquisadores inspirados pela História Nova, este cenário vem sendo, lenta, mas progressivamente modificado. A proposta desta comunicação é apresentar uma análise acerca das pesquisas realizadas, no Brasil, nas quais os cemitérios são o objeto de curiosidade e investigação e, cujos resultados apresentados através de publicações ou em textos inéditos no mercado editorial, demonstram com ênfase a projeção e significância destas novas abordagens.

História e Literatura: O discurso híbrido em *Os Sertões*

Marcelo Rodrigues de Melo Palmeira

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

O livro de Euclides da Cunha, *Os sertões* (1902), retrata com maestria a Guerra de Canudos, um dos principais acontecimentos ocorridos durante a construção da República no Brasil. Trata-se de uma obra singular, na qual podemos destacar duas características que se encontram interligadas: o aspecto histórico, que se deve ao seu caráter documental e à análise dos eventos, e o aspecto literário, que se deve ao seu estilo de linguagem. Durante muitos anos, o livro foi tomado como fonte confiável de levantamento histórico dos fatos e de sua análise. O presente trabalho tem por objetivo interpretar essa ambigüidade. Por um lado, a linguagem híbrida e mesclada de *Os sertões*, acolhe o discurso e o conhecimento históricos; por outro, ela os transcende e –paradoxalmente – questiona a validade desse discurso e desse conhecimento. Com isso, cria-se um conflito no âmbito dos discursos, o literário e o historiográfico.

Problemas teóricos e metodológicos nos estudos Histórico-literários

Marcos Rogério Cordeiro

Doutor

Universidade Federal de Minas Gerais

O objetivo é discutir algumas noções teóricas envolvidas com o problema de análise das relações entre história e literatura. Serão comparadas três perspectivas distintas: uma que parte da relação texto-contexto para mostrar as relações entre as duas áreas e como se pode compreender cada uma delas a partir de uma análise comparativa e relacional (Lucien Febvre); outra que procura evidenciar as homologias formais entre ambas, estabelecidas no nível do discurso (Hayden White); e, enfim, mais outra que parte de uma concepção de formação ambígua e integrativa que funciona articulando as estruturas internas das duas áreas (Walter Benjamin e Theodor Adorno).

Ao final, pretende-se mostrar o grau de amadurecimento teórico que cada uma das tendências críticas representam em relação às outras.

O historicismo Judaico na comunidade de Recife-Pernambuco

Maria Amélia de Moraes Ferreira

Mestre em Educação

Prefeitura do Recife – secretaria de Educação, Esporte e Lazer

A comunicação tem como objetivo, o estudo relacionado ao judaísmo local, concluído no mestrado, no período pesquisado que foi na Era Vargas (1937-1945). Assim, outro foco para um ententimento histórico, diante das adversidades vividas pelo povo judeu, na segunda leva de imigração para o Brasil de 1920/22. Instalando-se uma comunidade em Recife-Pernambuco. Propusemos na concepção de ciência social, mas como perspectiva, o entendimento de um qualquer período histórico.

Como suporte teremos a compreensão de corrente do pensamento - o HISTORICISMO – que estuda seus objetos do ponto de vista da origem e desenvolvimento deles, vinculando-os às condições concretas que os acompanham.

Assim, fundamento na teoria do historicismo que em sentido amplo, O QUALITATIVO, originário do alemão HISTORICISMUS.

O evento como metamorfose da estrutura

Mateus Henrique de Faria Pereira

Professor

Universidade Estadual de Minas Gerais / Fundação Educacional de Divinópolis

Procuraremos refletir, inicialmente, sobre a relação entre evento e estrutura ao longo do século XX, enfatizando a historiografia francesa. Haja vista que o evento ganhou, desde os anos 1970, uma nova legitimidade como objeto histórico, procura-se superar a dicotomia entre evento e estrutura presente, por exemplo, na obra de Fernand Braudel. Por fim, pretendemos pensar a apropriação que Paul Ricoeur, em *A memória, a história e o esquecimento*, faz do texto "Representação, evento e estrutura" de Reinhart Koselleck. Segundo Ricoeur, o referido texto contém elementos para que refletirmos sobre a união narrativa daquilo que a epistemologia dissocia e também para pensarmos o evento como metamorfose da estrutura.

A Exposição de História de 1881: do dever da memória à tarefa historiográfica

Adriana Mattos Clen Macedo

Doutoranda

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Exposição de História, realizada pela Biblioteca Nacional em 1881, foi concebida por pelo Ministro do Império Barão Homem de Mello e pelo bibliotecário Ramiz Galvão. Um conjunto de documentos foi coletado e exposto nas salas da instituição, publicados em dois formatos: um Guia, com o trajeto e os objetos considerados mais notáveis e um Catálogo, com mais de 1500 páginas sobre o passado brasileiro. Esses materiais foram considerados como gêneros de conhecimento histórico, de acordo com os critérios de seleção, classificação e ordenação da escrita, sejam eles temáticos ou cronológicos. A leitura dessa documentação pretende investigar quais mecanismos e dispositivos foram adotados e quais foram descartados como possibilidade de constituição da memória e da história nacional. Para isso, os colaboradores do Guia, do Catálogo e da Exposição, em sua maioria, representantes da geração de 1870, foram analisados a partir de suas produções historiográficas e de acordo com os parâmetros de cientificidade e veracidade propostos no final do Oitocentos.

Da espontaneidade à ação política: a Guarda Negra da Redentora (discussão historiográfica)

Augusto Oliveira Mattos

Doutorando

Universidade de Brasília

A Guarda Negra da Redentora, reconhecida como um grupo de ex-escravos protetores da Princesa Isabel, após a abolição da escravidão, é compreendida por nós como um espaço de sincretismo, onde os negros buscavam integração econômica, valorização cultural e respeitabilidade social, a partir de suas práticas cotidianas, utilizando-se dos meios disponíveis para a obtenção de êxito. Não foram poucos os estudiosos que abordaram o tema de forma direta, ou mesmo fazendo referências, num verdadeiro amálgama de possibilidades interpretativas, utilizando-se das mais variadas formas de análises, o que demonstra certa atenção da historiografia para com o assunto. Ao comparar os trabalhos de historiadores como Raimundo Magalhães Junior, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Flávio dos Santos Gomes, Clóvis Moura, Carlos Eugênio Líbano Soares, relativos à Guarda, nosso objetivo é contribuir para a manutenção da vivacidade dos estudos sobre a mesma.

Construindo a história local: uma análise dos discursos e registros escritos sobre o passado da região Noroeste Fluminense no século XX – o caso do município de Santo Antônio de Pádua

Maycon Sanches Ferreira

Graduando

Faculdades Integradas Padre Humberto / Fundação Educacional e Cultural São José

A comunicação pretende apresentar os resultados parciais de pesquisa desenvolvida desde março do presente ano no CenPE da Fundação São José, em Itaperuna. Participo desta pesquisa como aluno de iniciação científica e, como tal, elaborei um levantamento bibliográfico sobre os discursos e registros escritos que versam sobre o passado da região Noroeste Fluminense do século XX, tendo como objeto de estudo os textos referentes à história do município de Santo Antônio de Pádua. Até o presente momento, já foram realizadas as análises das obras de Bustamante (Sertões dos Puris; 1971); Piccinini. (A história da fundação da cidade de Santo antonio de Pádua; 1999) e Ribeiro. (História de santo Antonio de Pádua; 1999). Esses discursos estão sendo investigados a luz da disciplina Teoria da História.

A reinterpretação do passado na Constituinte de 1946: uma reflexão sobre a escrita da História

Mayara Paiva de Souza

Mestranda

Universidade Federal de Goiás

A historiografia consagrou a Revolução de 1930 como um marco “divisor de águas” entre o Brasil “arcaico” e o Brasil “moderno”. Entretanto, a memória dos derrotados de 1930 e 32 contrapõe-se a essa interpretação. Durante os 15 anos de governo de Getúlio Vargas, os seus opositores – presos, exilados ou perseguidos – não adquiriram escuta para a institucionalização de sua versão dos fatos. Após a deposição de Vargas em 1945 e a instalação da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, o grupo deposto na década de 1930 conseguiu retornar ao cenário político. A Constituinte era o tempo e espaço propício para reinterpretarem o passado e apagarem os resquícios do governo Vargas. Portanto, os discursos parlamentares na Constituinte de 1946, são fontes que podem demonstrar as diversas possibilidades de interpretação do tempo histórico, possibilidades que foram elididas pela historiografia que entronizou o discurso de “modernização” varguista como modelo de compreensão do processo histórico brasileiro.

Das águas plácidas à ablução: as biografias de Charles Darwin publicadas no Brasil

Augusto de Carvalho Mendes

Pós-Graduando

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Os “grandes homens” foram por muito tempo os assuntos privilegiados dos historiadores. As vidas desses homens, muitas vezes, são repletas de episódios marcantes que acabam se tornando alvo de mitificação. Desconectados de seu meio social, esses grandes homens são apresentados como heróis que lutam contra tudo e todos por seus biógrafos. Muitos biógrafos de Charles Darwin, o famoso naturalista inglês que em 2009 completará 200 anos de nascimento e receberá muitas homenagens por todo o mundo, não fogem da regra.

Pretendemos analisar aqui as bibliografias de Darwin publicadas no Brasil tentando mostrar como elas se prestam mais ao papel de mitificação do naturalista do que de informação histórica.

Formação maçônica de João Brígido enquanto intelectual e produtor de textos (1974-1921)

Renato de Mesquita Rios

Mestrando em História Social

Universidade Federal do Ceará

O embate entre católicos conservadores e intelectuais maçônicos foi deflagrado a partir do final da década de 1860 em Fortaleza e se fez principalmente no que se diz respeito à educação (católica ou laica) e na imprensa. Analiso a participação de João Brígido enquanto intelectual maçom na tentativa de perceber até onde sua produção historiográfica foi constituída tendo em vista os ideais racionais, cientificistas e liberais em oposição ao conservadorismo católico, além de sua participação na fundação do periódico maçom *Fraternidade* em 1874, na constituição da *Escola Popular* de ensino adulto e para pessoas de baixa renda e na produção de alguns de seus textos que viriam a compor a sua vasta obra.

As repercussões da expulsão dos jesuítas da Capitania de Mato Grosso: novas abordagens para a historiografia da América portuguesa durante o período pombalino

Patrícia Silva Cardoso e Moises Nathan Silva

Graduandos em História

Universidade Estadual de Minas Gerais - Fundação Educacional de Divinópolis

A ascensão de d.José I ao trono português e de seu ministro Pombal, representou um divisor de águas para a História de Portugal e da América portuguesa. Pombal empreendeu reformas econômicas, políticas e sociais que repercutiram fortemente na sociedade portuguesa. Um dos focos das reformas dizia respeito à efetiva submissão da Igreja ao Estado, o que colocou Pombal em linha de choque com a Companhia de Jesus. Os jesuítas gozavam de imenso prestígio nos domínios de Portugal, e na América portuguesa em especial estavam presentes de norte a sul de maneira efetiva. Grosso modo, a historiografia relativa ao período pombalino analisa o confronto entre a Companhia de Jesus e a Coroa até a expulsão dos inicianos, o que se deu entre 1758-1760 aproximadamente, dando pouca atenção às conseqüências políticas e sociais desse evento. A intenção dessa pesquisa é preencher parcialmente essa lacuna, investigando a repercussão da expulsão dos jesuítas da Capitania de Mato Grosso, analisando crimes de inconfidências cometidos nas décadas de 1760-70

A contribuição de periódicos para o trabalho do historiador

Gisela Morena de Souza

Graduanda

Universidade Federal de Ouro Preto

O objetivo desta comunicação é trazer a discussão de que a importância do estudo de periódicos para as ciências humanas, sobretudo para o trabalho dos historiadores, está para além do seu uso apenas como fonte de pesquisa. Destaca-se a importância como o próprio objeto de estudo. Na contribuição trazida pelos periódicos à historiografia, temos no caso específico da Revista de História, entre o início de sua publicação em 1950 e 1977 ano em que teve sua periodicidade interrompida, um rico objeto de estudo para a História da Historiografia brasileira, sobretudo sua expressão do primeiro curso de História do Brasil, fundado na década de 1930, na Universidade de São Paulo.

O problema do americanismo nos ensaios historiográficos de oliveira lima e José Enrique Rodó

Fabio Muruci dos Santos

Doutor

Universidade Federal Do Espírito Santo

A escrita da história da América recebeu grande atenção a partir das últimas décadas do século XIX, como parte do processo de construção dos imaginários nacionais nos países latino-americanos. Temas chaves como o caudilhismo, a participação dos criollos nas lutas de independência e a herança da colonização espanhola foram repensados a partir de uma crítica das interpretações liberais anteriores. Nessas novas leituras, foi de grande importância a revalorização do papel dos grandes homens, os *heróis*, na história americana. A influência das concepções históricas de Thomas Carlyle foi considerável nessa historiografia, que veio a ser conhecida como *arielista*. Os escritos históricos do brasileiro Oliveira Lima e do uruguaio José Enrique Rodó são exemplos diferentes dessa concepção que serão analisados e comparados em nossa exposição.

Eurocentrismo e História: problemas e alternativas

Muryatan Santana Barbosa
Doutorando em História Social
Universidade de São Paulo

Esta comunicação visa discutir alguns problemas e alternativas ao paradigma eurocêntrico na História. Este é um tema que permeia a obra de alguns historiadores clássicos, mas que, recentemente, foi ampliado e complexificado na literatura acadêmica internacional, com a contribuição de tendências historiográficas e sociológicas que abordam diretamente o assunto, como as teorias do sistema-mundial, o pós-colonialismo, os Estudos Subalternos, etc.

Visa-se, assim, propiciar um balanço crítico de tais contribuições, observando em que elas têm, de fato, contribuído para a concretização de uma História universalista e objetiva, ainda a ser construída.

A abordagem biográfica na história da educação

Nadja Santos Bonifácio

Especialização em Metodologia do Ensino Superior Universidade Federal de Sergipe

A presente comunicação tenciona esboçar sobre as possibilidades de pesquisa em História da Educação a partir da abordagem biográfica. O trabalho partiu das considerações nas atividades práticas das aulas de disciplina isolada chamada, Tópicos Especiais de Ensino: Os estudos biográficos como fonte/objeto para História da Educação ministrada no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. A ementa da disciplina visava trabalhar a disciplina com uma abordagem ampliada do conceito de biografia, incorporando os estudos sobre memória, autobiografia, trajetória, depoimento, entrevista biográfica, itinerário, perfil biográfico, biografia romanceada, biografia jornalística, entre outros. No processo foram contemplados os estudos históricos que abarcavam como objeto os intelectuais da educação. A disciplina englobou diversas obras com recortes temporais diferenciados, com olhares também diferenciados. O artigo fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, com aporte teórico-metodológico na História Cultural.

A Literatura e suas aplicações na História cultural e História da educação

Nadja Santos Bonifácio

Especialização em Metodologia do Ensino Superior Universidade Federal de Sergipe

O presente artigo propõe analisar os usos da literatura romântica brasileira nos estudos historiográficos da educação, contemplando para isso o romance *As Três Marias* de Raquel de Queiroz. O romance nos fornece 'indícios', sobre práticas e comportamentos de uma época e nos remete a outros olhares, enfocando tipos e vida de mulheres com comportamentos diferentes no Brasil que tiveram suas vidas vigiadas e comandadas pela igreja, pela sociedade e pelos poderes públicos no início do século XX. Desse modo, a literatura, como instrumento de investigação vai além do texto impresso, pois, a apropriação da textualidade ou oralidade irá depender dos espaços que cada indivíduo ocupa no meio social. Assim, através da literatura podemos conhecer representações e identificar sinais significativos para os estudos da História, porque enfoca vestígios da sociedade e de uma época; da História da Educação e Educação Feminina no Brasil.

História Cultural: Os usos biográficos em favor da História Da educação

Nadja Santos Bonifácio

Especialização em Metodologia do Ensino Superior Universidade Federal de Sergipe

O uso da Biografia como subsídio na História da Educação é ainda pouco explorado e com resistências por parte de alguns pesquisadores. Esse tipo de fonte oferece rastros ou sinais de ações executadas por educadores e intelectuais que se envolveram no desenvolvimento da educação. Assuntos referentes à cultura material escolar, as relações de poder nas escolas, as práticas escolares, disciplina, os conteúdos e outros subsídios importantes descritos nas obras. Utilizei dois livros nesse trabalho: *Pro pátria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)* e *Baú de memórias, bastidores de histórias. O legado pioneiro de Armada Álvaro Alberto* com eles busquei analisar a diversidade da cultura material escolar e de práticas escolares empreendidas na educação no final do século XIX e início do século XX. A pesquisa é de cunho bibliográfico, com aporte teórico-metodológico na História Cultural.

Os novos canteiros da História

Nadja Santos Bonifácio

Especialização em Metodologia do Ensino Superior Universidade Federal de Sergipe

Este artigo propõe esboçar sobre os novos canteiros da história. Baseio-me na expressão de Marie-Paule Caire-Jabinet do seu livro *Introdução à Historiografia* (2003). Onde ela conceitua o campo da história cultural, a biografia, e a historiografia como os novos canteiros da História. A História Cultural se distingue como um campo de pesquisa que se preocupa com as histórias marginais – dos gostos, das mulheres, da infância, das práticas escolares e dos modos leituras, das manifestações dos sentimentos, a história do cotidiano, respeitando também os estudos dos documentos oficiais, dos manuscritos, enfim não dispensa os vestígios deixados pelo homem ou pela coletividade de determinadas épocas. A pesquisa é de cunho bibliográfico, com uma perspectiva metodológica na História Cultural.

O conceito de sagrado: interpretações sobre a escolástica neoplatônica

Ivan Vieira Neto

Graduando

Universidade Federal de Goiás

A filosofia neoplatônica de Amônio Saccas, a partir de Plotino e seus sucessores, converteu-se em uma escolástica: uma corrente filosófica que pretendia defender verdades divinas reveladas à humanidade *ab antiquo* e que poderiam ser alcançadas através de uma nova consciência espiritual. Na presente comunicação proponho uma análise do estudo histórico da estrutura do neoplatonismo sob as perspectivas da história da filosofia e da história das religiões, que propõem interpretações do conceito do *sagrado* na busca desses filósofos em seu encontro com o Bem. Esse evento do "êxtase" religioso acaba por constituir-se como uma relação intimista com a Divindade, onde o conceito do *sagrado* pode ser interpretado como uma experiência a-histórica (tal qual defendido por Mircea Eliade) ou como uma categoria histórica correspondente a um determinado contexto espaço-temporal, consoante com a interpretação proposta pela escola italiana.

Ocaso do sentido: Sérgio Buarque de Holanda e o historicismo

Thiago Lima Nicodemo

Doutorando em História Social

Universidade de São Paulo

Muito mais do que um ensaio biográfico sobre Ranke, o texto "O Atual e Inatual na Obra de L. Von Ranke", de Sérgio Buarque de Holanda, constitui-se em um balanço sobre o historicismo, do auge no século XIX até seu ocaso em meados do século XX. Dentre os debates analisados, a argumentação do historiador brasileiro concentra-se no problema do estabelecimento de sentido na história. Partindo de suas próprias considerações sobre o historicismo, este trabalho tem como objetivo refletir sobre como a questão do sentido em história desempenha um papel central em sua própria obra, em particular, no estabelecimento de um sentido para o processo de colonização do Brasil, manifestado especialmente em seus livros *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*.

História das Ciências no Brasil - República: aproximações e distanciamentos

Graciela de Souza Oliver

Doutora

Depto. História Universidade Federal de Minas Gerais

A história das ciências no Brasil recebeu grande impulso a partir da década de 1980, percorrendo o mesmo padrão das ciências humanas em geral. Entretanto, percebemos que esse crescimento também foi motivado pelas discussões a cerca do objeto de estudo. Orientados segundo novo enfoque, os trabalhos têm buscado um constante diálogo com a historiografia em geral, contextualizando cada vez mais a prática científica brasileira. As interações entre historiografia do império luso-brasileiro e a das ciências têm resultado em bons frutos. Contudo, se percebe um empenho reduzido para o período republicano. O presente trabalho busca fazer um balanço da historiografia das ciências desse período, apresentando seus recortes e motivações teóricas, identificando, ao mesmo tempo, as aproximações e distanciamentos existentes face ao que se têm feito em relação às demais temáticas históricas que têm o período republicano como foco

Lendo imagens: a noção de representação e história a partir de Michel Foucault

Pablo Spíndola

Mestrando

Universidade de São Paulo

Michel Foucault no livro *As palavras e as coisas*, inicia-o fazendo uma análise da tela *Las Meninas*, do pintor Diego Velásquez. Seus comentários se debruçaram, entre outras coisas, sobre a noção de representação. A imagem que deveria ser um retrato da família real espanhola da primeira metade do século XVII, constitui nas elaborações do pensador, uma representação sobre o ofício de representar, função esta de um pintor. Noutro livro, *Isto não é um cachimbo*, consagrado também a debates sobre a pintura, Foucault, aborda as imagens do pintor René Magritte. Em que é colocada sob investigação, também a noção de representação desse pintor. Interessa-nos a partir desses dois textos, entender as proposições foucaultianas sobre a concepção de representação. Com isso vislumbrar as possibilidades teóricas dos escritos do intelectual assim como suas intersecções com a história.

O discurso histórico interpretativo de Leandro Tocantins na obra *Amazônia: Natureza - Homem - Tempo* (1960)

Alexandre Pacheco

Professor

Universidade Federal de Rondônia

Neste trabalho, pretendemos demonstrar à luz das discussões entre História e Ficção, a imaginação literária, ou seja, os talentos poéticos que estiveram subjacentes à realização do discurso histórico interpretativo de Leandro Tocantins na obra *Amazônia: Natureza - Homem - Tempo* (1960). Discurso que foi capaz de criar efeitos retóricos que esconderiam significados profundos, ligados à visão de mundo de Tocantins, representativos de sua posição ambígua diante do papel das elites amazônicas que sempre estiveram à frente dos ciclos de desenvolvimento econômico da região. Elites que sempre procuraram resistir aos processos de transformação das formas de produção e circulação das riquezas, mesmo diante das pressões dos capitais estrangeiros que pretendiam explorar as riquezas da Grande Floresta (sobretudo a borracha) através de formas mais racionalizadas.

Confluências entre E. P. Thompson e Pierre Bourdieu

Patricia Gomes Furlanetto

Professora

Fundação de Ensino Octávio Bastos

Esta comunicação parte de uma noção mais ampla do termo "cultura", carregada com a complexidade e a convergência dos mais variados aspectos que constituem a vida social, tal como empreendida pelo historiador inglês E. P. Thompson. Visa-se, assim, possibilitar uma reflexão sobre a experiência daquilo que foi vivido e o que foi apreendido, não captada através de uma dicotomia entre objetivismo e subjetivismo, mas sim por meio do entendimento da noção de *habitus*, elaborada por sua vez pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Deste modo, busca-se captar a referida experiência através de uma noção mediadora entre o indivíduo e a sociedade.

Efemérides da Emancipação: História da Historiografia na Independência do Brasil

Paulo Vinicius Silva de Santana

Graduando

Universidade Federal de Viçosa

Nossa independência política aconteceu a menos de 200 anos, mas modificações, do ponto de vista historiográfico, são relevantes para pensarmos diversos aspectos do saber histórico. Autores como Adolfo Varnhagen (1874), Oliveira Lima (1901 e 1922), Tobias Monteiro(1927) e José Honório Rodrigues(1975) são figuras representativas desta escrita comemorativa durante, ou próxima, às efemérides. Neste sentido entender como a representação em cada um deles se processou aliada a um estudo da produção historiográfica de cada momento nos leva a reflexões relativas à concepção do conhecimento científico, mais especificamente o conhecimento histórico. A mensuração desta consistência histórica que cada autor imprimiu em sua obra é importante tanto para os aspectos que busquem entender a relação autor-obra-mercado consumidor, quanto os aspectos que busquem novas perspectivas para o tema já tratado pelos mesmos autores.

A imprensa: um lugar da memória sob o olhar da História

Clarice Pavan Chiareli

Mestre

Universidade Metodista de Piracicaba

O objetivo do texto é discutir os principais fundamentos teóricos metodológicos que deram apoio ao processo de construção da dissertação "A Escola Complementar de Piracicaba segundo o jornal local *Gazeta* (1897-1911): Uma análise dos noticiários cotidianos à luz dos discursos Da 1ª. República"

Será apresentada inicialmente a relevância da imprensa como fonte para estudos sobre História, particularmente neste caso, da Educação. Em seguida faço algumas considerações sobre o campo de investigação histórica: memória e documento e o conceito de representação social que permeou o estudo. Entende-se como Antonio Nóvoa (2002) que a imprensa é um lugar ideal para apreender a multiplicidade do cotidiano sociocultural. Essa multiplicidade se aplica à contribuição da imprensa jornalística que, por meio de sua periodicidade e difusão da informação, contribui na socialização do indivíduo e apresenta as disposições éticas (valores) e estéticas (organização/estruturas sociais) que orientam o dia-a-dia de uma comunidade.

A História da História em Capistrano de Abreu

Pedro Afonso Cristovão dos Santos

Mestrando

Universidade de São Paulo

O tema desta pesquisa é o trabalho do historiador brasileiro Capistrano de Abreu (1853-1927) com documentos históricos. Capistrano concorreu para edições como a *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador (editado com sua colaboração em 1886-87, 1889 e em 1918), e realizou pesquisas voltadas à localização e apreciação crítica de documentos, descobrindo, por exemplo, a autoria de alguns textos (como *Cultura e Opulência do Brasil*, de João Antônio Andreoni, vulgo Antonil), recebendo menções diversas a esta faceta de seu trabalho por seus comentadores, mas sem que nenhum estudo específico tenha sido feito. Em função dessa ausência, nosso estudo terá, por certo, um aspecto descritivo. Propomo-nos a buscar, nos textos publicados e cartas de Capistrano, seus procedimentos, desde o conhecimento de determinado documento até sua publicação. Além disso, propomo-nos a uma análise que vise problematizar esta atividade desempenhada por Capistrano, relacionando-a com outras formas de disponibilização de documentos de seu conhecimento, e pensando suas estratégias particulares de pesquisa e publicação de documentos, e, notadamente, a forma como via o conhecimento direto das fontes por parte do historiador.

Escravidão, relações de poder e elite colonial : um balanço historiográfico

Ana Paula Pereira Costa

Doutoranda

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nos últimos anos a historiografia sobre o Brasil colonial vem sofrendo inúmeras reavaliações. Nesta revisão a compreensão das relações de poder no espaço colonial tem recebido cada vez mais atenção numa perspectiva inovadora, sobretudo aquelas referentes ao universo escravista. A partir disso, noções como as de negociação, reciprocidade, laços pessoais e experiência escrava têm sido incorporadas pelos pesquisadores na tentativa de um entendimento mais complexo da escravidão e das suas modificações. Desta maneira, o texto objetiva fazer um balanço historiográfico acerca das novas perspectivas que vem se apresentando para estudos sobre a escravidão no período colonial a partir da incorporação não só de uma historiografia revisionista sobre escravidão, mas também de recentes trabalhos sobre o Brasil colonial que atentam para as noções de Império português e Antigo Regime. Para exemplificar a discussão, nos deteremos nas relações travadas entre potentados locais e seus escravos armados presentes na comarca de Vila Rica entre os anos de 1711 a 1750.

O ensino de História da África e da cultura afro-brasileira e africana: novos objetos

Antonio Carlos Lopes Petean

Doutorando em Sociologia

Universidade Estadual Paulista/Araraquara

O ensino de História da África e da cultura afro-brasileira e africana é fundamental para refletirmos sobre o preconceito, o racismo e as relações étnicas existentes em nossa sociedade. A luta contra o racismo (definido como crime pelo artigo 5º da constituição brasileira) é tarefa de todo educador e cidadão. Portanto, compete ao sistema educacional desenvolver práticas pedagógicas que contribuam para combater todas as formas de preconceito, valorizando as manifestações culturais de raízes africanas e as contribuições dos povos africanos na construção da sociedade brasileira. A lei 10.639/2003 responde a demanda da comunidade Afro-Brasileira por reconhecimento das suas manifestações culturais e religiosas e, ainda, por possibilitar o combate às várias formas de preconceitos.

De acordo com essa lei, o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira e africana, deve se articular com a história dos afros descendentes no Brasil e suas respectivas manifestações culturais.

Construindo a história local: uma análise dos discursos e registros escritos sobre o passado da região Noroeste Fluminense no século XX

Leandro Garcia Pinho

Professor

Faculdades Integradas Padre Humberto / Fundação Educacional e Cultural São José

A comunicação pretende apresentar os resultados parciais de pesquisa desenvolvida desde março do presente ano no CenPE da Fundação São José, em Itaperuna. Participo desta pesquisa como Professor-Pesquisador ligado a este Centro de Pesquisa desde 2002. O objetivo principal da pesquisa é realizar uma análise dos discursos e registros escritos sobre o passado da região Noroeste Fluminense no século XX. Tidos como discursos-fundadores e, muitas vezes, únicos relatos acerca dos eventos passados nesta região do Estado do Rio, estes escritos carecem de uma análise historiográfica rigorosa capaz de elucidar *como* seus autores pensaram e descreveram a história da região. Desta forma, pretende-se contribuir para o conjunto de estudos historiográficos sobre a análise do discurso em história regional/local. O trabalho de pesquisa conta com a participação de 2 alunos de IC e de uma Professora associada, todos do Curso de História das FIPH-FJS.

Casa da Ópera de Ouro Preto: Historiografia e Etnoficção

Tristan Castro-Pozo

Professor

Universidade Federal de Ouro Preto

A presente comunicação estabelece uma relação entre a história do teatro brasileiro do século XVIII e os atuais estudos de recepção. A Casa da Ópera de Ouro Preto, construída em 1769, constitui um marco da arte brasileira do período colonial, ela situa-se no período áureo da antiga Vila Rica. Dispõe-se de poucos registros historiográficos sobre trupes de atores e programas de encenações, porém as lendas folclóricas são numerosas, i.e: "o primeiro palco pisado por uma atriz". Assim, a etnoficção reelabora o passado, em concordância aos propósitos da sociedade de espetáculos (Augé, 1997). O trabalho elucida os compromissos históricos do discurso etnoficcional.

A participação popular no Segundo Reinado do Brasil Imperial

Rafael Dias da Silva Campos

Graduando

Universidade Estadual de Maringá

Este trabalho busca construir um novo entendimento acerca da participação popular no Brasil Imperial. A discussão se desenvolve de forma conceitual, na divisão entre participação inativa e ativa, onde aquela era a não realização do princípio da representação popular, a não participação popular no sistema político do império. Já na participação ativa as formas de cumprimento do princípio estariam respeitadas e essas formas se dividiriam em duas: a direta, que seria a atribuição jurídica de estatuir leis e a indireta, que seria o cumprimento ou descumprimento destas leis estatuídas por apenas parte da população brasileira. Mas a proposta da idéia de participação indireta necessitou, porém da construção do conceito de "atuação", que é a forma com que a população encontrou para não ser excluída completamente da vida política. A atuação seria a resposta social ante as leis impostas.

Artifícios da Cidade Maravilhosa: um balanço historiográfico

Rafael Lima Alves de Souza

Mestrando

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A história da historiografia sobre o do Rio de Janeiro demonstra que, embora possa se utilizar de distintas abordagens mais ou menos críticas, o historiador não tem como escapar ao trabalho de análise do papel que essa cidade exerceu no cenário nacional enquanto *cidade-capital*. Alvo de insistentes intervenções que buscaram modernizar sua imagem através de remodelações urbanas e sociais, a cidade do Rio seria mais do que mero cenário de transformações históricas e sede do poder central, representaria, no limite, o próprio país. Nesse sentido, a identificação entre as esferas local e nacional, Rio de Janeiro e Brasil, cariocas e brasileiros, tem sido objeto de profícuos debates. A presente comunicação tem como objetivo fazer um breve balanço historiográfico levando em consideração o conceito de *capitalidade*, desenvolvido pela historiografia recente, assim como seus efeitos e limites para refletir sobre a história do Rio enquanto cidade e capital.

Narrativa e Identidade: Quebradeiras de coco no Maranhão em busca de um caminho sustentável

Raimundo Lima dos Santos
Mestrando em História
Universidade Federal de Goiás

A comunidade Petrolina localiza-se no município de Imperatriz Maranhão. Essa comunidade enfrenta problemas com a crescente devastação de seus babaquais, provocada demanda de carvão vegetal, para o derretimento de ferro, a empresas de ferro gusa na região. Muitas famílias estão deixando a prática tradicional de quebra do coco para venderem apenas o carvão. Um grupo de mulheres formou uma associação com o objetivo de contrapor esse modelo mercadológico que vem enfraquecendo os laços comunitários e sustentáveis de trabalho extrativista. Constroem um discurso identitário, no qual buscam uma origem comum, na forma de relacionar com a floresta. Procuram desenvolver atividades de incentivo ao artesanato, remédios caseiros, alimentos, bem como uma enormidade de subprodutos que possam gerar renda e conservar valores de “verdadeiras quebradeiras de coco”, que tiram o sustento da floresta (por meio de práticas comunitárias) sem destruí-la.

Mário de Andrade e a institucionalização das artes plásticas: Anita Malfatti, Lasar Segall e Cândido Portinari

Raphael do Sacramento Fonseca
Mestrando em História da Arte
Universidade Estadual de Campinas

Esta comunicação visa, a partir da análise de críticas publicadas e de seu epistolário, refletir sobre a atuação de Mário de Andrade enquanto crítico de arte. Devido à extensão do assunto, fez-se necessário estabelecer um recorte, facilmente relacionável a três diferentes momentos de sua vida e de seu comprometimento com a produção artística no Brasil. Ao princípio, Anita Malfatti e um crítico que inicia suas reflexões sobre as artes plásticas; na seqüência, Lasar Segall, um estrangeiro no Brasil, lido por Mário como um pesquisador das "cores tropicais"; por fim, Portinari e o seu celebrado "dever social", bem visto pelo escritor paulistano. Ao lidarmos com essas três figuras do cenário artístico nacional, em relação com Mário de Andrade, acabamos por criar um parecer também sobre o que pode vir a ser "história da arte" pela ótica deste.

A teoria crítica e seu combate epistemológico

Renato da Silva Melo

Doutorando

Universidade Federal de Minas Gerais

Neste trabalho desenvolveremos alguns temas concernentes à Escola de Frankfurt que serviram como pólo aglutinador de idéias. O objetivo era estruturar um instituto autônomo, interessado em fazer uma revisão teórica de amplo espectro do marxismo. Esta revisão deveria levar em conta a dimensão transformadora da práxis social bem como estar atenta às transformações substanciais pelas quais as ciências sociais e humanas estavam sustentando epistemologicamente.

O primeiro trabalho em grupo foi uma pesquisa em que os membros da escola procuraram mostrar o declínio da autoridade patriarcal do pai e o fortalecimento da autoridade matriarcal da mãe. Mas as pesquisas também revelaram que se, de diversas maneiras, uma diminuição do prestígio do pai acarretava um fortalecimento da posição da mãe, por falta de base econômica de uma estrutura matriarcal e devido à dominação crescente da autoridade do Estado, esse fenômeno não tinha conseqüências positivas.

O louco da História ou o louco na História? A loucura na cidade de Goiás durante a Primeira República

Rildo Bento de Souza

Mestrando

Universidade Federal de Goiás

Esta comunicação tem por objetivo problematizar a loucura na Cidade de Goiás durante a Primeira República tendo como fonte os relatórios dos presidentes de província. A partir dessas fontes, e da historiografia que aborda o tema da loucura, procuraremos analisar as relações de poder existente entre o grupo de pessoas consideradas loucas e a sociedade vilaboense. Ressalta-se as diversas estratégias para enquadrar os loucos, ou os "alienados mentais", em regras estabelecidas pela classe dominante pautadas nos discursos religiosos e médicos. Dentre essas estratégias destaca-se a construção do Asilo São Vicente de Paulo, inaugurado em 1909, com o objetivo de acolher os velhos e loucos.

Gilberto Freyre: o tradicionalismo regionalista e a crítica à Semana de Arte Moderna de 1922 na obra "Região e Tradição"

Roberto Carlos dos Santos

Professor

Centro Universitário de Patos de Minas

A comunicação pretende recuperar o papel exercido pelo escritor pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) diante de algumas das propostas estéticas lançadas pela Semana de Arte Moderna de 1922. A partir da realização do Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste (1926) e da análise da obra "Região e Tradição" (1941), propõe-se levantar aspectos da obra freyreana que valorizam o sentido da tradição. Assim, o Mestre de Apipucos contrapõe os regionalistas nordestinos aos "modernistas cosmopolitas" de São Paulo e Rio de Janeiro. Para Vamireh Chacon, Freyre considerava-se também modernista, todavia simultaneamente tradicionalista. José Lins do Rego acrescenta que a valorização de aspectos culturais presentes no cotidiano brasileiro, muitas vezes, preteridos em função dos estrangeirismos parisienses importados ao gosto dos modismos paulistas é um aspecto relevante da obra de Freyre. Este apego amoroso às tradições pode ser uma influência herdada do *ethos* britânico, caracterizado pelo caráter conciliador e de "equilíbrio dos antagonismos".

A escrita biográfica em “São Luís: biografia” de Jacques Le Goff

André Pereira Rocha

Graduando

Universidade Federal de Ouro Preto

Em sua obra “A história nova” da década de 70, Jacques Le Goff expôs algumas críticas sobre a forma vigente da escrita biográfica e aponta novos aspectos sobre qual seria, na verdade, o papel da biografia dentro do trabalho do historiador. Aproximadamente 20 anos depois, ele escreve uma biografia sobre São Luís e a partir dela delimita alguns dos principais conceitos envolvendo este tipo de escrita, visando uma biografia histórica. Este artigo se sustenta na delimitação de alguns desses conceitos, principalmente o de reciprocidade entre o tempo e o indivíduo alvos da biografia.

O conceito de vivência em Wilhelm Dilthey: a fulgura da historicidade da existência

Rodrigo Fernandes da Silva

Graduando

Universidade Federal de Goiás

O interesse desta comunicação é apresentar o pensamento de Wilhelm Dilthey (1833–1911), em um ponto fundamental de sua obra, a saber, o conceito de vivência. Embora, a fundamentação das *Geisteswissenschaften* executada por Dilthey só possa ser compreendida a partir do todo de sua obra, no entanto, o conceito de vivência ocupa parte vital do que se pode chamar de primeira fundamentação epistemológica, ou seja, a fundamentação psicológica das *Geisteswissenschaften*. É esta fundamentação primeira que abrirá espaço para a compreensão da fundamentação hermenêutica diltheyana. A hermenêutica se constitui em um método (em acepção filosófica) que possibilita o conhecimento das unidades vitais, ou nexos vitais presentes no todo de uma vivência individual. E ainda, encaminha a compreensão das relações sociais pelo caráter intersubjetivo destas, que em Dilthey só podem ser compreendidas se se iniciar pela vivência individual, abrindo espaço para a idéia de parte-todo. Assim, o conceito de vivência é, sobretudo, um complexo de conceitos diltheyanos que viabilizam a compreensão do real.

A oscilação entre escalas de análise para a construção de um personagem histórico

Rodrigo Machado da Silva

Graduando

Universidade Federal de Ouro Preto

A discussão de cunho metodológico frente às possibilidades de construção de um objeto histórico é uma das mais pertinentes quanto ao processo de narratividade e de objetividade na escrita historiográfica. Como se constrói um personagem? Podem-se identificar formas diferentes de se conceber um personagem, tendo a narrativa literária como uma possibilidade, a de um indivíduo histórico e um objeto biográfico como a última. Para um método cientificamente conduzido existe uma maior tensão entre as duas últimas alternativas, cujo personagem a ser construído pode ser interpretado de formas diferentes e coexistentes. Dessa forma, esse artigo se propõe a introduzir a discussão sobre a formação do personagem Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos, através da oscilação entre uma macro e uma micro escala de análise em sua rede de relações políticas no estado de Minas Gerais entre 1891 e 1894, período em que se encontra como Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo de Ouro Preto.

Canudos: as testemunhas oculares da guerra e as suas influências na historiografia do tema

Rogério Souza Silva

Professor

Universidade do Estado da Bahia

Essa comunicação discute a produção literária fruto da experiência de autores que passaram no sertão da Bahia durante a Campanha de Canudos (1896-1897). No seu conjunto, elas são as referências iniciais da produção historiográfica sobre o tema. *Os sertões*, de Euclides da Cunha, é a mais ilustre delas. Contudo, outros autores como: Manuel Benício, Favila Nunes, Lélis Piedade, Martins Horcades, Dantas Barreto, Constantino Nery e Macedo Soares, também deixaram suas experiências em textos de suma importância. Esses jornalistas e militares, de vários lugares do Brasil, tentaram interpretar aqueles fatos. Em seus escritos tem-se um olhar de estranhamento para inúmeros aspectos de Canudos e da região, além de transformarem os habitantes locais em seus objetos de análise. Os autores citados lançaram suas obras entre 1898 e 1902, porém fragmentos de suas idéias continuaram, de inúmeras maneiras, a permear muitos aspectos da produção historiográfica sobre Canudos ao longo do século XX.

As estratégias de trabalho dos negros durante o período escravocrata

Rosemary Maria do Amaral

Graduanda

Fundação Educacional de Divinópolis – Universidade Estadual de Minas Gerais

A historiografia brasileira foi bastante marcada pelas histórias de negros que trabalhavam nos grandes plantéis de cana-de-açúcar. Mas de acordo com as novas perspectivas historiográficas e que podem ser embasadas em autores como Gilberto Freire, os negros também fizeram parte de uma parcela da população brasileira que trabalhava e ganhava dinheiro. Estes negros mais conhecidos como negros de aluguel, negros de tabuleiro e outros fizeram parte de uma pequena parcela da população negra que fez a diferença no período escravocrata. E são estes negros que trabalharam em outras atividades que não as das lavouras, que serão o centro deste trabalho, pois é também através do estudo das minorias que podemos analisar alguns aspectos das sociedades. O trabalho desses negros muito contribuiu, até mesmo para a formação de nosso país e deu a eles meios de sobrevivência após o período escravocrata, bem como uma vida um pouco melhorada durante a escravidão.

Região metropolitana e desigualdades sócio-espaciais – o caso da Grande Vitória

Rossana Ferreira da Silva Mattos

Doutoranda em Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O artigo examina as características do processo de formação da Região Metropolitana da Grande Vitória, consubstanciado em elementos histórico-sociais que revelam o processo de segregação sócio-espacial que se estabeleceu na região da capital aliado ao projeto de modernização econômica a partir da década de 1960. Nesta perspectiva, o trabalho aborda as condições históricas da formação metropolitana da Grande Vitória, identificando em que medida o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais pode levar à fragmentação social e, contribuir para a escalada da violência na Região.

Memórias sobre o território mineiro no século XIX: elementos para construção de uma historiografia sobre Minas Gerais

Ruivan Ferreira Gomes

Graduando

Universidade Vale do Rio Doce

Esse trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa financiada pela FAPEMIG sobre as representações do território e natureza nas memórias descritivas sobre Minas no século XIX. Entre os séculos XVIII e o XIX surge o interesse de se fortalecer os impérios coloniais vinculando-se as informações acerca de seus territórios permitindo um controle mais eficaz da natureza. Com a inserção da História Natural como disciplina de investigação da natureza, molda-se uma ferramenta para a promoção das riquezas nacionais, unindo ciência e utilitarismo. Nesse contexto pretendemos analisar a produção das memórias como elemento da historiografia do século XIX e os significados que esses textos assumem no horizonte historiográfico do período.

Marc Bloch, Lucien Febvre e a historiografia alemã do séc. XIX

Sabrina Magalhães Rocha

Mestranda

Universidade Federal de Ouro Preto

Esta é uma proposta de pesquisa na área de história da historiografia que pretende abordar as relações entre duas escolas, ou duas tradições historiográficas. Espera-se investigar a recepção que a escola histórica alemã do séc. XIX teve na primeira geração da Escola dos Annales, mais particularmente através de seus dois principais fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre. Deseja-se analisar as maneiras pelas quais Bloch e Febvre estiveram em contato com essa tradição historiográfica e, especialmente, como apreenderam seus principais pressupostos, como dialogaram com esses e, ainda, como os reelaboraram. Nesse sentido, procura-se resgatar essa relação tanto a partir da compreensão dos aspectos mais diretamente ligados às questões teórico-metodológicas quanto às questões político-institucionais que gravitam em seu entorno, na medida em que essas últimas parecem se configurar como importantes mediadores.

O discurso integralista em Barbalha-Ce e a manutenção dos poderes políticos locais (1933-1945)

Samuel Pereira de Sousa

Mestrando em História

Universidade Estadual do Ceará

O artigo desenvolve uma reflexão acerca do processo de construção e a apropriação dos discursos integralistas pela elite política de Barbalha e a forma como estes foram utilizados para a manutenção dos poderes políticos desta cidade. Tentaremos refletir sobre a influência do pensamento integralista na formação de identidade política de uma parcela expressiva da população de Barbalha, sendo que essa abordagem parte do apoio dado ao Integralismo, por instituições importantes neste município no período acima citado. Ressaltaremos a relevância dos estudos regionais, visto que a concretização deste movimento político se deu de forma específica em cada local que este atuou.

Materialismo Histórico e Historicismo na Ótica de Walter Benjamin: uma interpretação das teses "Sobre o conceito de história"

Sandro da Silveira Costa

Doutorando em História

Universidade Federal de Santa Catarina

Na presente comunicação, objetivar-se-á tecer uma análise sobre os posicionamentos críticos quanto à concepção historicista e/ou positivista da história, apresentados pelo pensador/filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940), notadamente nos seguintes textos: a) teses "*Sobre o conceito de história*";¹ e b) *A Paris do Segundo Império em Baudelaire*.² Enfatizar-se-á, portanto, a idéia de que Benjamin reapropria aspectos do materialismo histórico e da teologia judaica para elaborar suas concepções de tempo e passado históricos. Esta análise apresentará, igualmente, os seus posicionamentos quanto à idéia ou noção de modernidade. Assim, pretende-se elaborar um estudo consubstancial sobre as idéias defendidas por Benjamin quanto às noções de tempo, história e experiência.

¹ O documento "*Sobre o conceito de história*", é discutido nesta comunicação especialmente por meio da obra de Michel Löwy, intitulada *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história*. São Paulo: Boitempo, 2005.

² Texto referenciado na seguinte publicação: KOTHE, Flávio R. (org.). **Walter Benjamin: sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Col. Grandes Cientistas Sociais, n. 50), pp. 44-122.

História da História da Moda no Brasil

Patricia Sant'Anna

Doutoranda em História da Arte

Universidade Estadual de Campinas/Bolsista FAPESP

A presente proposta de comunicação procurará analisar como diversos tipos de escrita podem ser base para o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história da moda. Inicialmente enfocaremos as escrituras que tenham centralidade em construir uma memória sobre a moda no Brasil. Ao mesmo tempo, não nos centraremos apenas em textos acadêmicos que tenham esta intenção, o desafio é traçar um panorama não sobre as principais obras, mas sim pelos diversos formatos da escrita sobre história da moda. Desta maneira, não é propriamente uma história da historiografia de moda produzida no país, mas trata-se de uma discussão que tenta averiguar como um texto feito por outrem e que tem como intenção contar a história da moda no Brasil (ou parte dela) pode ser uma referência dialógica interessante e importante, porém, que deve, como qualquer outro texto lido, ser debatido criticamente e ter seus limites de interpretação bem claros.

Ficção e cultura histórica nos Estados Unidos e no Brasil oitocentistas: os casos de James Fenimore Cooper e José de Alencar

Renata Dal Sasso Freitas

Doutoranda

História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro

A presente comunicação trata-se de uma proposta de análise dos romances *The Spy* (1821), *The Pilot* (1824), *Lionel Lincoln* (1825) e *Wyandotté* (1849) de autoria do norte-americano James Fenimore Cooper e das obras *As Minas de Prata* (1863-5), *A Guerra dos Mascates* (1871-3), *O Garatuja*, *O Ermitão da Glória* e *A Alma do Lázaro* (1873) do brasileiro José de Alencar. O cerne do estudo proposto encontra-se na relação que pode-se estabelecer entre essas obras ficcionais e a historiografia incipiente em ambos países, na medida em que preocupavam-se com as mesmas temáticas: no caso estadunidense, a Guerra de Independência, e no Brasil, o período colonial.

Cultura Política: História e possibilidades de um conceito.

Sérgio de Sousa Montalvão

Doutorando em História, Política e Bens Culturais

Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

O conceito de cultura política consolidou-se na historiografia internacional após a redescoberta do campo da história política, nas últimas décadas do século XX. Os especialistas que hoje reivindicam a primazia dos ganhos conceituais agregados a esse termo pertencem a uma esfera em comum com aqueles que reivindicaram os conceitos de acontecimento, identidade, sociabilidade, geração e memória para dar conta da dinâmica pertencente ao campo político, buscando as suas especificidades em relação a áreas que anteriormente o colonizavam, como o econômico e o social. A comunicação quer situar esse debate entre historiadores franceses e brasileiros, em especial aqueles que estudam a idade contemporânea e o tempo presente, mas também mostrar as possibilidades desse conceito no confronto com a leitura de alguns documentos históricos.

A tradição britânica dos estudos culturais

Silvia Carolina Andrade Santos

Graduada em História

Universidade Federal de Sergipe

O presente estudo tem por objetivo apresentar a tradição britânica dos Estudos Culturais, situando historicamente este movimento teórico-político desde seus antecedentes até a sua internacionalização quando assume novos contornos. Os Estudos Culturais, movimento teórico-político nascido do debate da nova esquerda britânica (grupos de intelectuais ligados aos movimentos sociais de esquerda) sobre os aspectos culturais da sociedade de sua época, devem ser vistos sob a perspectiva política por conta do projeto político desses intelectuais, e sob o ponto de vista teórico pela intenção de construir um novo campo de estudos dada a insatisfação com os limites de algumas disciplinas no empreendimento de analisar o estatuto contemporâneo da cultura sem perder de vista suas relações econômicas e políticas. Essas especificidades do contexto histórico britânico marcaram o surgimento desta tradição, como problemática distinta, em meados da década de 1950. Evidencia-se como a proposta original desse campo estava vinculada à militância e ao compromisso com mudanças sociais dos intelectuais da Nova Esquerda britânica. O impacto político e teórico desta tradição ultrapassou os muros da academia expandindo-se para outros territórios e assumindo novos contornos.

O sentido vivido? Debate em torno das reflexões de gênero a respeito das atuais aspirações da mulher no corpo social

Camila Similhana Oliveira de Sousa

Graduação em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A historiografia referente à atuação da mulher como sujeito histórico teve seu ápice nos anos 80, quando várias obras foram publicadas enfatizando as desigualdades existentes e a necessidade de romper com esse cenário. Nessa perspectiva muitas foram as abordagens que vislumbravam um jogo de forças cujo equilíbrio residiria em toda igualdade possível entre os atores sociais femininos e masculinos. Passadas algumas décadas, paira a dúvida se a conquista, ainda parcial, dos mesmos direitos masculinos levou à construção de uma reflexão realmente permeada pela mulher como sujeito histórico. Pergunta-se se a partir da igualdade de direitos, relevante conquista, ainda inacabada, as reflexões em torno das aspirações da mulher no corpo social não terão sido pautadas por um insistente referencial masculino, apenas redirecionado para a realidade da mulher. Indaga-se se na falta de uma perspectiva original, intimamente ligada às particularidades do universo feminino em meio à busca de uma via diferenciada, a reflexão de gênero não anda apontando para uma nova carapaça misógina, agora às avessas.

A cidade e a urbanização no ideário da modernidade republicana

Maria da Penha Smazaro Siqueira

Professora

Universidade Federal do Espírito Santo

As transformações ocorridas nas cidades brasileiras na Primeira República, destacando-se a expansão comercial, as mudanças urbanas aliadas ao crescimento demográfico e a emergência de algumas indústrias, mudaram o perfil urbano das cidades que caminharam em direção a modernidade sendo "lócus" do progresso e do poder. A influência de modelos e práticas urbanísticas do cenário europeu marcava fortemente nossas elites e governantes que procuravam adequar as antigas estruturas urbanas coloniais às premissas da modernidade. Nessa perspectiva o poder público promove projetos respaldados na teoria higienista através de planos integrados de saneamento urbano criando o cenário da modernidade urbana alinhado com o pensamento progressista republicano. A lógica da política higienista e do projeto modernizador colocam em prática, um amplo plano de reformulação urbana, aliado a um processo de exclusão social das classes menos favorecidas. Nesse quadro de referências nossa pesquisa objetiva o estudo crítico das intervenções urbanísticas processadas nas cidades brasileiras na Primeira República, tendo como referencial maior a cidade de Vitória.

A visão do padre Vieira acerca do Brasil seiscentista: uma perspectiva política do jesuíta e suas implicações expressas no "Papel Forte"

Leonardo Soares Barbosa
Mestrando em História
Universidade Federal de Juiz de Fora

Este estudo enfatizará a historiografia brasileira do século XVII, tendo em vista a análise de documentos deixados pelo padre Vieira, jesuíta que viajou por grande parte do Brasil, escrevendo muito sobre a fauna, a flora, os índios brasileiros, de como se relacionava com eles, especialmente em suas expedições pioneiras pelo Tocantins, quando trata de encabeçar a resistência aos moradores brancos dispostos a ceder a alma aos jesuítas, mas não os corpos dos indígenas escravizados. Mas a principal fonte deixada por Vieira que usarei neste trabalho, é o "Papel Forte" de 1648, em que ele fica conhecido como o "Judas do Brasil", propondo o pagamento à Holanda para que esta ficasse de vez com Pernambuco, fato não ocorrido devido a este estado ter se livrado dos inimigos e ter se mantido sob a coroa portuguesa. Portanto, muito pode ser abordado acerca do Brasil do século XVII nestes documentos deixados por Vieira.

A Musealização do Presente: mídia, memória e esquecimento – questões para a história na contemporaneidade.

Sônia Maria de Meneses Silva

Doutoranda

Universidade Regional do Cariri – Universidade Federal Fluminense

A proposta dessa comunicação é refletir sobre os processos de constituição da memória e do esquecimento a partir da interferência dos recursos midiáticos nas três últimas décadas do século XX e início do século XXI quando parece se configurar um novo regime de historicidade para a sociedade ocidental. Ao pensarmos os lugares da atuação midiática em nossos dias enfrentaremos um problema capital: a elaboração de sentidos sobre a história e a memória e seus usos em nosso cotidiano. Tal questão nos parece capital, uma vez que a circulação de informação efetivada pelos recursos midiáticos parece ter alterado relações quase seculares do homem com o tempo. Atualmente, parece ocorrer uma verdadeira musealização do presente, no qual a busca ansiosa pela preservação do passado, baseia-se em uma cultura de memória despolidizada e desenraizada. Esta constatação impõe o desafio de refletirmos sobre as formas de pensamento histórico em nossos dias.

Debates historiográficos contemporâneos: a Guerra do Paraguai e suas vias discursivas

Ana Paula Squinelo

Professora

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Discuto como a Guerra do Paraguai foi alvo de inúmeras manipulações históricas, historiográficas e ideológicas em diferenciados momentos políticos da história do Brasil; para tal apresento um balanço historiográfico das produções que marcaram o estudo desta temática, levando em consideração três momentos historiográficos: as obras produzidas do final do conflito platino até meados da década de 1960; as obras que se destacaram entre as décadas de 1960 e 1980, que propuseram uma "revisão" dos estudos sobre a Guerra do Paraguai; e, finalmente, os estudos após a década de 1980 que se intitulam "neo-revisionistas". Apresento ainda alguns estudos que apresentaram novas abordagens e novas temáticas relacionadas ao conflito platino após a década de 1990.

Transparência no Masp: exposições didáticas

Stela Politano

Mestranda

Universidade Estadual de Campinas

Este trabalho visa trabalhar a idéia de transparência como objeto apropriado pela arte contemporânea servindo primeiramente de suporte (vidro) e, posteriormente, como a própria obra de arte. Para tanto, escolheu-se como pano de fundo a expografia do MASP da rua 7 de Abril, de 1947 a 1952, momento especial de profusão e inclusão de novas idéias e propostas para o campo das artes. Define-se qual a importância da transparência nas artes e nos museus, percorrendo a idéia de expografia proposta pelo MASP, inserido este em momento decisivo em São Paulo (família artística paulista, estrangeiros no país, pós-guerra, mudança no olhar para as artes, passagem da figuração para a abstração), que buscava, através de painéis didáticos e "transparentes", levar ao espectador as idéias sobre arte.

Uma República coroada? O império na visão dos sócios platenses do IHGB

Suellen Mayara Péres de Oliveira

Mestranda

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Embora, os primeiros sócios do IHGB compunham a mesma elite política, a qual se comprometia com a tarefa de consolidar o estado Imperial e sua memória. Observa-se que havia diferenças entre eles sobre a efetivação deste processo. Se no jogo político estas diferenças apagavam-se para salvaguardar a unidade política contestada pelas províncias. No espaço acadêmico, elas protelavam a definição de uma auto - imagem do Império. Portanto, durante as cinco primeiras décadas do século XIX, as divergências políticas e ideativas sublinhavam as distintas projeções identitárias entre aqueles sócios, e, por conseguinte as diferentes versões do passado da nação. Diante deste quadro, pretendemos apresentar as identidades distintas do Império formadas por um grupo de sócios do IHGB, republicanos da região do Prata, a fim de recompor um campo de leituras das identidades do Império.

Tradições em cena: pequenas histórias da história do teatro brasileiro

Tania Brandão

Doutora

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Analisar a História das Histórias do Teatro Brasileiro é uma tarefa que conduz o estudioso a um território de tradições a um só tempo o mais cristalizado e o mais rarefeito que se possa cogitar. As diferentes obras elaboradas a partir do século XIX, escassas em número e curtas em extensão, são relatos de episódios mais literários do que teatrais, enumerações de fatos, feitos e nomes e não se preocupam em definir o seu objeto de estudo – o teatro – ou perguntar a respeito das fontes específicas que deveriam ser focalizadas para que se possa apontar com maior acuidade a materialidade própria da cena. A juventude do campo de estudos é reconhecida por muitos destes historiadores, que não hesitam em afirmar que a História do Teatro Brasileiro está por ser escrita. Esta comunicação pretende oferecer um inventário analítico da história destas pequenas histórias.

Construindo a história local: uma análise dos discursos e registros escritos sobre o passado da região Noroeste Fluminense no século XX – o caso do município de Itaperuna

Taís de Cássia Badaró Alves

Mestre em História – USS-RJ

Faculdades Integradas Padre Humberto / Fundação Educacional e Cultural São José

A comunicação pretende apresentar os resultados parciais de pesquisa desenvolvida desde março do presente ano no CenPE da Fundação São José, em Itaperuna, da qual participo como Professora associada. O objeto de pesquisa sobre o qual venho trabalhando é a obra, considerada um clássico regional, "A Terra da Promissão" do Major Porphírio Henriques (1956), que se apresenta como o discurso-fundador e depositário da memória local da história de Itaperuna, no Noroeste Fluminense. O objetivo desta pesquisa é promover uma análise da escrita dessa história através deste livro e ainda contribuir para os estudos historiográficos voltados para a história regional e local.

Perspectivas Modernas e Pós-Modernas a partir de duas encenações de *Hamlet* de Shakespeare

Tânia Alice Feix

Professora

Universidade Federal de Ouro Preto

A comunicação propõe uma reflexão sobre o diálogo entre duas encenações de *Hamlet* de Shakespeare e o contexto no qual elas foram produzidas. A primeira encenação, que corresponde à data de escrita da peça, constitui o marco do início da Modernidade, seja pela dramaturgia novadora, seja pela utilização do espaço cenográfico que corresponde ao chamado “palco elisabetano” – marcando assim a transição entre Estética Medieval e Era Renascentista. A segunda encenação, *Ensaio.Hamlet*, com direção de Enrique Diaz, é considerada como um marco do Teatro Pós-Moderno. Como o clássico chegou a assumir essa dupla transição de Idade Média para a Modernidade, antes de constituir, na encenação rizomática, ensaística, experimental da Cia dos Atores, um marco da Pós-Modernidade teatral? De que forma o clássico permite uma reinvenção perpétua e sempre reafirmada de seu tempo? Através da análise das duas encenações, propõe-se uma reflexão sobre Modernidade e Pós-Modernidade, partindo da perspectiva da criação teatral.

A relação entre o Homem e natureza nas Minas do Ouro: um balanço a partir de relatos do século XVIII

Tatiane Conceição dos Santos

Graduanda em História

Universidade Estadual de Minas Gerais - Fundação Educacional de Divinópolis

Analisaremos a relação entre homem e meio natural nas Minas Gerais durante o século XVIII a partir de textos coevos. A historiografia mineira é bastante profícua, mas são poucos os estudos que se debruçaram sobre a relação entre os homens e a meio natural, analisando as técnicas de mineração e seu impacto na vida "cotidiana" assim como a relação com os demais recursos naturais. A pesquisa também visa analisar a compreensão, o imaginário dos homens do século XVIII acerca da Natureza e a própria idéia de natureza então vigente. Pretendemos observar as principais alterações quanto à relação entre sociedade e natureza a partir da repercussão do ideário iluminista e sua repercussão nas Minas do ouro a partir da segunda metade do século XVIII.

“Poema Óbvio”: uma relação entre historicismo e Nova História Cultural

Telma Cristina Delgado Dias Fernandes

Doutora em História

Universidade Estadual da Paraíba

Parte do título e os versos a seguir são de Ana Cristina César, foram escritos em junho de 1969 e remetem para a emergência de uma reflexividade quanto às noções acerca do historicismo nas práticas predominantes da produção da Nova História Cultural, que guardam relações com a filosofia da diferença, com as novas tecnologias, assumindo os historiadores ligados a tal tendência, a perspectiva construtivista. “Não sou idêntica a mim mesmo/ sou e não sou ao mesmo tempo, no mesmo lugar e sob o mesmo ponto de vista/ não sou divina, não tenho causa/não tenho razão de ser nem finalidade própria: / Sou a própria lógica circundante”. São questões acerca dessa nuance historicista que desejo discutir e que surgiram a partir de um estudo em História Cultural em torno do amor e erotismo em expoentes da literatura marginal, produzidas entre o final da década de 1960 e até 1980.

O Instituto das sesmarias na colonização da cidade do Rio de Janeiro: a presença do tema nas principais obras sobre a história da cidade

Thalita de Moura Santos Maia

Graduanda em História – Bolsista CNPQ

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Destaco como principais obras sobre doação de sesmarias na fundação da cidade do Rio de Janeiro a "História da cidade do Rio de Janeiro", de Felisbelo Freire, a narrativa enriquecida por uma compilação de fontes "Tombo de Terras que constituem parte do patrimônio da ilustríssima Câmara Municipal da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro" de Haddock Lobo e "A cidade do Rio de Janeiro e seu termo", de João Ferreira. Há também obras mais recentes como "Os donos do Rio de Janeiro em nome d'el Rey" de Fania Fridman e "O Rio de Janeiro Setecentista", de Nireu Cavalcanti. Além de observarmos sob diversas perspectivas a aplicação do instituto das sesmarias e o desenvolvimento do Rio de Janeiro a partir do século XVI, proponho aqui uma crítica ao tratamento dado ao conflito entre Câmara e jesuítas por terras na região central da cidade.

Pierre Fatumbi Verger “Um mensageiro entre dois mundos”

Thiago Leandro da Silva

Graduando

Universidade Federal de Goiás Campus Avançado Jataí

Por muito tempo a historiografia brasileira olhou para o negro como um escravo dava-se a entender que ele nunca teve um passado antes do desembarque em terras brasileiras, como se quando este tivesse passado no mural do esquecimento, realmente deixasse seu passado cultural para traz, entretanto em análise ao documentário sobre Pierre Fatumbi Verger percebe-se qual foi a importância deste ícone na fotografia mundial e como suas experiências de viagens pelo mundo e em especial pela África puderam proporcionar para os pesquisadores atuais uma nova perspectiva em relação à África e relações existentes entre o Brasil e este continente, pois sempre se tentou observar os caminhos feitos pelos escravos e estes caminhos seguiam em direção ao Brasil pouco notou-se ou tentou notar o que seria o caminho inverso do Brasil para a África, e a herança cultural que estes descendentes levaram para a do Brasil em seu caminho de volta.

Coleções de livros na formação do público leitor argentino: Biblioteca de *la Nación*, coleção editorial *Tor*, coleção *Los Pensadores* editorial *Claridad*

Rodrigo de la Torre Oliveira
Doutorando
Universidade de São Paulo

Centrado em diferentes coleções de livros argentinas – a *Biblioteca de La Nación*, (1901-1922), as coleções baratas da editora *Tor* (publicadas a partir de 1917) e da editora *Claridad* (durante os anos 1920) –, a pesquisa visa analisar os objetivos políticos e culturais definidos por cada uma delas, os segmentos de público a que se voltavam e o papel desempenhado por esses empreendimentos editoriais no processo de difusão social da leitura na Argentina das primeiras décadas do século XX.

Para isso necessitamos de uma análise da historiografia sobre a publicação de livros na Argentina para entender a importância destas coleções no conjunto dos livros e coleções publicadas. O mercado editorial no país vizinho passou por um aquecimento intenso na primeira metade do século passado visando se estabelecer, uma de suas estratégias foram as coleções de livros.

Reflexo do reflexo: nação, região e memória na historiografia capixaba do século XIX

Vânia do Carmo

Mestranda

Universidade Federal do Espírito Santo

No século XIX brasileiro, uma das questões mais colocadas em pauta foi a nacionalidade. Durante o segundo reinado houve um fomento à produção escrita, com o objetivo de construir uma identidade nacional. A história, nacional e regional, assumiu um papel pedagógico: a história é o conhecimento do passado, um passado que pelo seu exemplo instrui e contribui para o presente, dá bons exemplos para serem seguidos e maus exemplos para serem corrigidos. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo discutir a dinâmica do nacional e do regional na historiografia capixaba oitocentista. De maneira a entender até que ponto a condição periférica em nível político e econômico da Província do Espírito Santo estabeleceu ou não limites e particularidades para o seu desenvolvimento historiográfico.

Tradição é Progresso: a mudança histórica em Plínio Salgado

Matheus Machado Vaz

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

O presente artigo tem como proposta analisar as concepções de História dentro do movimento Integralista, tendo como principal fonte as obras do principal líder, Plínio Salgado, *O Ritmo da História* e *Psicologia da Revolução*. Desta forma consideramos Salgado como um homem de seu tempo, inserido nos debates políticos e filosóficos de seu contexto. De que forma se relacionou, dentro do pensamento do líder integralista, a proposta radical de uma ruptura política e espiritual e sua análise teórica da História como um eterno retorno? Qual era o papel da disciplina História dentro da proposta nacionalista, conservadora e mística de Salgado?

Tentaremos aqui compreender, dentro da história político-intelectual, como se dava para Salgado este "Ritmo da História", e de que maneira ele, também homem de ação, inseria a ação humana dentro deste "fim sobrenatural", já escrito por uma divindade superior, na direção do qual o Homem se dirigia.

Negritude na historiografia brasileira

Maria Caroline de Figueiredo Veloso

Mestranda em História Social

Universidade de Brasília

A partir da lei 10.639, que torna obrigatório o estudo da História da África e das culturas afro-brasileiras nos Ensinos Fundamental e Médio, vemos o aumento considerável do olhar acadêmico voltado para o continente africano. Contudo, acredito que não pode se dizer o mesmo a respeito de uma produção historiográfica brasileira que contemple novas visões acerca das contribuições de negras e negros no Brasil. Seguindo a tendência, já em voga há bastante tempo, das pesquisas interdisciplinares, discuto as relações raciais no país e a negritude brasileira principalmente a partir do diálogo da História com os estudos antropológicos. Sob meu olhar, a historiografia nacional atenta demasiadamente para temas como a escravidão, em detrimento de tantas outras facetas das construções e constantes reconstruções cotidianas do contingente negro brasileiro.

Um debate no oitocentos: Alexandre Herculano e a polêmica em torno do Milagre de Ourique

Veronica Castanheira Machado

Graduanda

Centro Universitário Metodista Bennett

Neste trabalho, procuramos analisar as repercussões da obra “História de Portugal”, de Alexandre Herculano, entre as elites intelectuais de seu tempo e os impactos da sua tentativa de desconstruir o Milagre de Ourique – mito fundador da nacionalidade portuguesa -, à luz do que ele considerava a “verdade histórica”. Dentro desta lógica, partimos do pressuposto de que a vasta obra deixada por Herculano transformou-se em uma referência cultural em sua época, constituindo uma concepção inovadora em relação à historiografia do oitocentos, em especial, no tocante ao seu posicionamento crítico em relação ao trabalho com as fontes. Desta forma, Herculano evidencia que toda documentação histórica deveria ser analisada com uma metodologia própria do ofício do historiador e que, portanto, ela não é absolutamente inquestionável.

Contingência e recalque: elementos para uma nova crítica da ideologia

Victor de Oliveira Pinto Coelho

Mestre

Autores como Terry Eagleton e François Dosse fizeram críticas pertinentes à tendência ainda influente de hipertrofiar o papel da linguagem, e a redução da história às representações/imaginários sociais. Como consequência, há tanto um desprestígio da reflexão teórica como uma perda em termos de reflexão sobre a historicidade. Partindo de tais críticas, e tomando especialmente reflexões de T. Eagleton e Slavoj Žižek, o objetivo da comunicação é apontar, como pertinentes à reflexão histórica, as novas possibilidades da crítica da ideologia, que implicam considerar a ilusão em sua realidade: como (tentativa de) recalque da contingência e da diferença. Será tomado como exemplo o discurso anticomunista e sua articulação com o nacionalismo, no Brasil.

A produção do conhecimento histórico em tempos de “pós-modernidade”

Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

Graduado

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A historiografia vive, na atualidade, um momento de euforia e ampliação quantitativa e qualitativa de seu olhar sobre vivências humanas pretéritas. Nesse avorecer, multiplicam-se as publicações, dissertações e teses provenientes de novos encontros, revistas e programas de pós-graduação em História. Temáticas outrora consideradas irrelevantes vem sendo trabalhadas com o intuito de ampliar o entendimento do homem no tempo. Todo esse crescimento é fruto, em parte, de uma grande transformação estrutural na produção do conhecimento histórico, que ocorreu no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980. Nessa conjuntura, que Roger Chartier denomina de tempos de crise “do paradigma dominante”, a História começou a abandonar as metanarrativas e as análises estruturais, que privilegiavam o sistema socio-econômico; para lançar seu olhar sobre as microanálises e o cotidiano dos sujeitos históricos. Essa mudança vem trazendo a tona sujeitos e vivências que eram de certa forma desconsiderados pela produção historiográfica, no entanto, tem proporcionado a edificação de uma história desarticulada com o contexto maior em que os fatos estão inseridos, ou seja, uma História em “migalhas” . Essa transformação deve-se a uma descrença na modernidade como experiência histórica, e portanto, o abandono da crença em promessas de revolução e de redenção da humanidade em um futuro alcançado pelo progresso. Nos propomos nessa comunicação, a realizar uma reflexão, ainda que introdutória, sobre os avanços e desafios da produção historiográfica em tempos de “pós-modernidade”.

Ficção científica ou ciência ficcional? O problema da ficção na história e o caso Hayden White

Vitor Henriques

Doutorando

Universidade de São Paulo

Michel de Certeau, ao admitir artifícios da narrativa na escrita da história, diz que esta última é uma "ficção científica". Segundo Roger Chartier, a história pertence ao gênero da narrativa, no entanto, ela mantém "uma relação específica com a verdade". Para Hobsbawn, a história se faz por "composições literárias", porém, ela é "uma arte que não inventa". O que perpassa tais considerações, ao lado de uma reafirmação das especificidades da história, é, de fato, a admissão da ficção no trabalho historiográfico, mas contanto que controlada por técnicas lógicas. Em Hayden White, a ficção perde esse caráter superficial ou retórico e passa a ganhar um entendimento estrutural. Nesse sentido, para White, os modos de operação e formalização da escrita da história são os mesmos das obras de ficção. Teria Hayden White, assim, a intenção, como comumente é visto, de esvaziar o trabalho do historiador?

A escrita da história por memorialistas do interior paulista: as concepções de história, memória histórica e tempo histórico na obras de Aluísio de Almeida e Nardy Filho

Viviane Pedroso Domingues

Graduanda do curso de Bacharelado em História

Universidade de São Paulo

Este projeto objetiva analisar os conceitos de história, tempo histórico e memória histórica nos textos produzidos pelos memorialistas Aluísio de Almeida e Nardy Filho, sobre a história das cidades de Sorocaba e Itu. Pretendemos relacionar tais trabalhos e concepções com a narrativa histórica de São Paulo enquanto locomotiva do Brasil, na qual a história da cidade se confunde com a história do país. Nossa hipótese de trabalho é que há um diálogo entre esse discurso paulista e a narrativa dos citados memorialistas, que unem ao imaginário popular do interior as concepções de predestinação e grandiosidade de sua terra e de seu povo. Este trabalho justifica-se porque a historiografia pouco estuda os memorialistas, apesar de citá-los enquanto fonte. Consideramos fundamental estudá-los porque comumente são as suas produções que chegam às mãos da população, e são essas narrativas que acabam se tornando parte da versão "oficial" da história dessas cidades.

Os Utensílios do Carpinteiro: Liberdade, Método e Teoria da História em Carlo Ginzburg e Pietro Redondi

Carlos Henrique Vólaro Caminha Mota

Mestrando

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Das experiências teóricas que emergiram com o novo paradigma historiográfico a Micro-História é, sem dúvidas, uma das mais instigantes e menos estudadas a fundo. Apesar dos esforços de Jacques Revel muitas das ferramentas teóricas utilizadas por esses historiadores permanecem indissociadas da prática historiográfica que definem sua existência.

O objetivo de nosso trabalho é discutir o método utilizado por dois historiadores dessa escola – a saber, Carlo Ginzburg e Pietro Redondi – o que nos possibilita perceber outras questões acerca do ofício do historiador intimamente relacionadas ao método como opção: as perspectivas teóricas nas quais se assentam a escolha do método e o entendimento das relações entre sujeito e estrutura no trabalho desses dois intelectuais. Para tanto, utilizaremos as obras de estudo de caso “O Queijo e os Vermes” e “Galileu Herético” como centrais em nossa empreitada.

Ética e liderança carismática no pensamento político de Max Weber

Walkiria Oliveira Silva

Graduanda

Universidade Federal de Ouro Preto

Max Weber foi um dos grandes intelectuais alemães na virada do século XIX para o XX. Responsável por uma vasta produção, Weber possui estudos sobre o campo religioso, histórico entre outros. Seus escritos políticos ainda hoje nos chocam devido a seu grande realismo. Neste sentido , buscamos explorar duas características fundamentais no pensamento político de Max Weber: a importância crucial da liderança carismática e sua relação com a ética da ação política.

Construindo a história local: uma análise dos discursos e registros escritos sobre o passado da região Noroeste Fluminense no século XX – o caso do município de Bom Jesus do Itabapoana

Wallace da Silva Mello

Graduando

Faculdades Integradas Padre Humberto / Fundação Educacional e Cultural São José

A comunicação pretende apresentar os resultados parciais de pesquisa desenvolvida desde março do presente ano no CenPE da Fundação São José, em Itaperuna. Participo desta pesquisa como aluno de iniciação científica e, como tal, elaborei um levantamento bibliográfico sobre os discursos e registros escritos que versam sobre o passado da região Noroeste Fluminense do século XX, tendo como objeto de estudo os textos referentes à história do município de Bom Jesus do Itabapoana. Até o presente momento já foram realizadas análises das obras de Teixeira (2003; 2005) e Dutra (2004). Estes discursos estão sendo investigados à luz das discussões da disciplina Teoria da História, onde buscamos uma maior compreensão sobre o fazer histórico e a teorização dos discursos analisados.

História da casa e políticas preservacionistas: a morada paulista de Luís Saia

Walter Francisco Figueiredo Lowande

Mestrando

Universidade Federal de Ouro Preto

Propõe-se neste trabalho uma análise inicial do papel de Luís Saia no âmbito das políticas preservacionistas nacionais. Questiona-se como o autor conquistou um determinado espaço institucional investido de autoridade discursiva. Realizar-se-á, para tanto, a leitura de alguns de seus textos, atenta à utilização do conceito de "evolução regional paulista".

Compartilhando um "idioma" com o *establishment* que compunha os estratos superiores do SPHAN, Saia pôde inserir-se neste grupo e, com um certo grau de inovação teórica, possibilitou a inclusão dos monumentos paulistas no rol da cultura material representativa da memória nacional brasileira.

O instrumental teórico-metodológico fornecido pela história da historiografia mostra-se imprescindível para a compreensão das políticas preservacionistas nacionais, uma vez que as mesmas fundamentaram-se num campo conceitual presente em textos essencialmente históricos. Ater-se-á aqui aos textos reunidos no livro *Morada Paulista*, ligados à definição de uma identidade paulista, estando esta inserida numa lógica nacional e definida por sua arquitetura

Urbanização e exclusão social na Primeira República

Wanessa Doellinger Costa Palacios

Mestre em História Social das Relações Políticas

Universidade Federal do Espírito Santo

As cidades brasileiras no decorrer da Primeira República foram alvo de um grande progresso material, que se refletiu em grandes transformações arquitetônicas e no saneamento urbano. A elite ao buscar inserir o Brasil na modernidade, através de um projeto urbanizador, respaldou-se no ideário higienista para reordenar e sanear o espaço urbano, assim como, condutas sociais consideradas desviantes. O ideário de progresso e modernidade não contemplou a todos os segmentos sociais do país. As camadas mais pobres da população ficaram à margem desse processo, pois tiveram suas moradias demolidas em prol da salubridade pública, sendo afastadas das zonas urbanas e construindo suas moradias nas periferias das capitais. Vitória, capital do Espírito Santo, também foi palco de transformações estéticas, do saneamento material e moral da população. O Estado foi o grande direcionador e gerenciador do processo de urbanização, além de construir habitações nas periferias da cidade para as camadas menos favorecidas. Paralelamente, os morros da cidade foram sendo ocupados devido a carência de habitações populares. Nesse sentido, a urbanização de Vitória acarretou uma segregação espacial, ficando o centro urbanizado para a elite e as camadas médias e os arrabaldes para as camadas pobres da população.

Ressuscitando José Honório Rodrigues: Arquivos pessoais e historiografia no Brasil

Warney Smith Barcelos Ribeiro da Silva

Graduando

Universidade de São Paulo

A “descoberta” do fundo documental do historiador e historiógrafo José Honório Rodrigues nos arquivos do IEB-USP chocou pelo abandono em que estava, junto ao atual processo de “esquecimento” desse autor.

Durante pelo menos duas décadas, José Honório Rodrigues foi considerado um dos principais intérpretes do Brasil – ao lado de Gilberto Freyre e Sergio Buarque – devido à qualidade de sua obra. A Guerra Fria abriu um abismo entre a tradição historiográfica brasileira e a ascensão dos intelectuais marxistas nas Ciências Humanas, forçando o autor a colocar-se à margem da disputa. E com sua morte junto ao fim da ditadura que ele combateu, Rodrigues foi sendo paulatinamente menosprezado e esquecido.

Ao começar a analisar seu arquivo, sua obra e textos sobre ele, percebeu-se que a polêmica, o conflito e a contradição são também marcas definidoras de seu caráter e sua carreira intelectual que a nosso ver sintetiza uma fase da Historiografia brasileira.

Teófilo Benedito Ottoni e a *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*

Weder Ferreira da Silva

Mestrando

Universidade Federal de Ouro Preto

A *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1859, foi fruto das investidas do político liberal Teófilo Benedito Ottoni à região da bacia do rio Mucuri, localizado no nordeste de Minas Gerais. Atendendo ao pedido do amigo Joaquim Manuel de Macedo, Teófilo Ottoni apresentaria ao público do periódico a história de uma das regiões mais ermas do Império do Brasil. A *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri* constitui-se em um relato etno-histórico fruto das incursões que o político fez ao vale do Mucuri a partir de 1847. Ao diferenciar as diversas nações indígenas que habitavam a selva tropical-atlântica o político liberal preocupa-se em analisar os hábitos e costumes das mesmas, ocupando-se também em descrever os conflitos interétnicos deflagrados pelos Botocudos. Em sua obra, Ottoni atem-se também com o processo de expansão das fronteiras nas províncias de Minas, Bahia e Espírito Santo, denunciando às autoridades e aos leitores da revista do IHGB o processo de dizimação das populações nativas.

Narrativa *baconiana* e multi-paradigmatismo: construção do tempo histórico em Paolo Rossi

Yuri Gomes Alves

Graduando

Universidade Federal de Ouro Preto

O historiador italiano Paolo Rossi é um dos grandes autores contemporâneos da historiografia das idéias e da modernidade. Apesar de sua exponencialidade na área, poucas análises foram feitas de sua obra no Brasil. Pretendo nesta comunicação apresentar um panorama das bases argumentativas do autor, principalmente sua construção temporal histórica. E posicionar o autor dentro da tradição da História das Ciências, além de também identificar seus diálogos dentro da área historiográfica e com diversos discursos filosóficos e sociológicos. Portanto a narrativa *baconiana* e o multi-paradigmatismo serão dois pontos que se ligarão ao posicionamento do autor frente as discussões atuais, como o debate sobre a pós-modernidade, que avança hoje em todas as áreas das ciências humanas.

Ricardo Gumbleton Daunt e a recriação romântica do passado paulista no séc. XIX

Danilo José Zioni Ferretti

Professor

Universidade Federal de São João del-Rei

Mantendo uma abordagem que privilegia o estudo dos usos políticos do passado, a comunicação pretende apresentar a representação do passado colonial paulista realizada por Ricardo Gumbleton Daunt. Médico irlandês de origem aristocrática, desde os anos de 1840 se estabeleceu em Campinas, onde criou laços com famílias de destaque da província de São Paulo. Desde então transformou-se em ferrenho defensor das tradições regionais e profundo crítico do que entendia ser o impacto cultural da centralização monárquica na província. Veremos como em sua representação do passado paulista articulava, de forma original, a crítica à centralização monárquica com a defesa dos princípios do partido conservador e de um forte catolicismo ultramontano, de que foi expoente. Em suma, podemos considerá-lo como um dos poucos representantes no Brasil oitocentista de um romantismo restauracionista, conforme a definição de Michel Löwie. Como fonte será utilizada a série de cartas que escreveu no ano de 1856 para Inácio Marcondes Homem de Melo, então estudante de direito e futuro historiador entusiasta da tradição liberal paulista.



TEXTOS COMPLETOS

A Revolução Constitucionalista de 1932: historiografia e usos políticos do passado

Marcelo Santos de Abreu*

Literatura testemunhal

Menotti del Picchia, na apreciação que fez de *São Paulo venceu!*, afirmava: a “revolução paulista transformou-se, calados os canhões, numa guerra literária. Gastaram-se mais palavras para descreve-la do que fitas de metralhadora para sustentá-la”¹. Sua afirmação registra o esforço intelectual empreendido, sobretudo pelos constitucionalistas, para fixar a memória dos eventos políticos e militares que caracterizaram a revolução. Em 1933, era possível perceber a surpreendente quantidade de títulos acerca da Revolução Constitucionalista. Este movimento se inicia no mesmo mês da deposição do governo revolucionário de São Paulo e se estende ao longo da década de 1930 até o Estado Novo. Publicaram-se 114 títulos somente entre 1932 e 1938! A produção editorial sobre a Revolução Constitucionalista concentra-se nos anos de 1932, 1933 e 1934. A maior parte das obras foi editada em São Paulo².

Em 1932, a indústria editorial paulista publicou 177 títulos. Entre outubro e dezembro do mesmo ano, apareceram 30 títulos sobre o movimento constitucionalista. Em 1933, as editoras paulistanas levaram a um público leitor restrito, 210 títulos: cerca de 40 (20%) versavam sobre a revolução do ano anterior. A força que o apelo imediato à memória de 1932 e seus desdobramentos políticos tinham naquele contexto é também atestada por iniciativas singulares. José Olympio lançou seu segundo livro como editor em maio de 1933: *Itararé, Itararé: notas de campanha*, do combatente constitucionalista Honório Sylos. A mesma editora lançou dois outros títulos sobre o tema: *Sala da Capela*, de Vivaldo Coaracy, no final de 1933, e *Diário de um combatente desarmado*, de Sertório de Castro, em março de 1934. Considerando os riscos da atividade editorial na década de 1930, um iniciante só se aventuraria a publicar três livros sobre um mesmo tema se satisfizesse o público leitor.

* Professor Assistente Universidade Federal de Uberlândia. Doutorando PPGHIS.

¹ MELLO, Arnon de. *São Paulo venceu!* – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Flores e Mano, 1933. p. 267.

² CAMARGO, Áureo de Almeida. Roteiro de 1932. *Revista de História*, São Paulo, v. 45, n. 91, jul-set, 1972. p. 203-260.

Considerar o interesse do público leitor implica questionar a situação social dos produtores dessa literatura testemunhal. Pode-se afirmar com relativa segurança que há uma coincidência entre os autores e seu público. É possível que os mais de oitenta livros publicados entre 1932 e 1933, fossem consumidos por leitores que tiveram envolvimento direto com o movimento revolucionário: os protagonistas da política, os voluntários da guerra, os jornalistas, os militares envolvidos no conflito armado e os representantes da “retaguarda”, como as associações femininas e as classes conservadoras (Associação Comercial de São Paulo e FIESP). Boa parte dos autores formou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A formação jurídica da elite política e intelectual paulista era uma marca desse tempo³. Os produtores dos testemunhos compartilhavam, portanto, a mesma formação profissional, o que equivale a dizer que possuíam os mesmos hábitos de pensamento, uma maneira comum de perceber a política e o campo específico em que atuavam. Estes autores entendiam a Revolução Constitucionalista como um fato marcante na história brasileira e sentiam-se parte dela; e procuravam afirmar uma versão dos acontecimentos. Mas o que pensavam sobre a história?

Não havia no Brasil um grupo de historiadores profissionais. A pesquisa e interpretação do passado realizavam-se nas academias. Em São Paulo, o *lugar social*⁴ onde a história se produzia era o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Ali, cultivava-se uma noção épica da história associada à incorporação dos procedimentos metodológicos da historiografia. Porém, a crítica das fontes e o apego à objetividade garantida pelo distanciamento temporal conferiam apenas uma “aparência moderna a um conteúdo prefigurado miticamente”⁵. No caso da historiografia paulista, o mito fundador de São Paulo e da nacionalidade confundia-se com o estudo do bandeirismo. Segundo a interpretação que se afirma e desenvolve na década de 1920, o bandeirismo paulista fundara a nacionalidade ao delinear o território e o tipo racial tipicamente brasileiro, o mameluco. Por isso a imagem do bandeirante foi acionada durante o movimento constitucionalista, desde a articulação política ao movimento armado⁶. No mesmo sentido, os testemunhos constitucionalistas se apropriaram da imagem do

³ LOVE, Joseph. *A locomotiva; São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 230; e MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979. p. 35 e ss.

⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro, Forense, 2007.

⁵ FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante; letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, UNESP, 2002. p. 148.

⁶ ABUD, Kátia Maria. *O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. São Paulo, FFLCH, 1985. (doutorado).

bandeirante e construíram a continuidade entre o bandeirismo e a Revolução Constitucionalista. O prefácio do obscuro engenheiro Aarão Jefferson Ferraz para a obra do prefeito de Cachoeira, Agostinho Ramos, atesta o quanto este vínculo era difuso entre os autores da literatura revolucionária e seu público leitor. O prefaciador dizia que o autor do livro era “testemunha feliz desse galopar destemeroso dos bandeirantes de 32” fato que entusiasmava “pela repetição, em nossos dias, dos feitos dos nossos antepassados”⁷.

Encontra-se aqui um elemento comum ao conjunto das memórias publicadas naquele momento: a condição de testemunha dos acontecimentos narrados. A reivindicação dessa condição como atributo da veracidade da narrativa é uma das principais marcas da “guerra literária”. Os testemunhos também se alimentavam das formas da imaginação histórica representadas pela produção do IHGSP ao procurar documentar ao máximo os depoimentos⁸. Esperava-se, assim, assegurar a verdade do relato. Os autores pareciam ter consciência disso uma vez que apresentavam suas obras como “contribuição à história da Revolução Constitucionalista”. O valor do testemunho escrito preferencialmente acompanhado de farta documentação era uma forma de escapar da “deformação imaginativa e difluente (sic) com que a tradição oral costuma desfigurar a verdade das coisas”⁹.

A intenção de contribuir para a história residia na criação das memórias como documentos para o futuro como no texto de Menotti del Picchia. Depois de esclarecer que a pressa em recorrer à memória das “cenas” e “personagens mais em foco” determinava o “açodamento” na composição do trabalho, avaliava que a pesquisa futura poderia corrigir algum detalhe da narrativa cuja verdade se encontrava no “espírito de conjunto, que um tópico ou a mutação de umas linhas, modificadas por uma rigorosa revisão de minúcias, não poderão de nenhuma forma modificar”¹⁰. Nessa passagem, a autoridade do relato não está na documentação exaustiva que se exigia dos trabalhos históricos, mas no “espírito de conjunto” da narrativa. É possível perguntar se este espírito de conjunto resumia-se exclusivamente ao seu relato ou era parte de uma narrativa mais ampla constituída pelo conjunto das memórias que tinham um mesmo

⁷ RAMOS, Agostinho. *Recordações de 32 em Cachoeira*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1937. p. 7.

⁸ SARAIVA, João. *Em continência à Lei*; episódios da Revolução Constitucionalista. São Paulo, Ed. do Autor, 1933; e SILVA, Herculano. *A Revolução Constitucionalista: subsídios para sua história organizados pelo Estado Maior da Força Pública, São Paulo, 1932*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1932.

⁹ BARROS, Guilherme A. de. *A resistência do Túnel*. São Paulo, Piratininga, 1933. p. 7.

¹⁰ PICCHIA, Menotti del. *A revolução paulista vista através de um testemunho gabinete do governador* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1932. p. 5.

fundo comum: a justiça da causa paulista, da luta dos “constitucionalistas” contra os “ditatoriais”, da “democracia” contra a “ditadura”.

Os testemunhos deslocavam a interpretação para o futuro, tempo em que a avaliação objetiva dos acontecimentos se tornaria possível. Contudo, inúmeros prefácios e introduções indicavam as causas da Revolução Constitucionalista e suas conseqüências conformando uma interpretação suficientemente difusa que governava a exposição dos fatos lembrados. Assim, os testemunhos configuravam uma narrativa canônica do evento sustentada numa percepção comum dos fatos políticos anteriores e subseqüentes ao movimento de 1932. Os autores viam a Revolução Constitucionalista como revelação de um sentido na história brasileira: o desenvolvimento gradual dos princípios do liberalismo político e da democracia.

Na narrativa canônica o movimento constitucionalista seria o sacrifício de São Paulo pela democracia e autonomia estadual feridas com a política dos interventores militares, “tenentes”. O tema do sacrifício articula-se ao da unidade regional, pois o movimento marcou a “união sagrada dos paulistas”, consubstanciada na Frente Única reunindo partidos concorrentes, unidos pelo espírito de tolerância típico do liberalismo, em torno de um ideal superior e na mobilização popular para a guerra que arregimentara “todas as classes sociais”¹¹. A participação de “não-paulistas” e das colônias estrangeiras era positivada no discurso dos escritores que estabeleciam a versão “constitucionalista” da história¹². Contrapondo-se à caracterização do evento como uma revolta “separatista” ancorada nos “particularismos regionais”¹³, os escritores definiam o movimento político e a luta armada como “uma enérgica expressão de brasilidade”¹⁴.

O texto de Arnon de Mello exemplifica a interpretação que delimitava a narração dos eventos por seus protagonistas. O jornalista ressaltava o caráter heróico do povo paulista na afirmação da autonomia regional e no “amor à liberdade, já tão brilhantemente afirmados em 42” - referência à revolta liberal de 1842. Rechaçava as qualificações negativas de “separatismo, comunismo, guerra de plutocratas, contra-revolução”, formuladas para incompatibilizar o movimento e “para ocultar a sua bandeira de reivindicações nacionais”. São Paulo teria vencido porque teve ao seu lado “toda a nação contra uma ditadura moralmente falida e sustentada apenas pela força”. E

¹¹ MONTENEGRO, Benedito. *Cruzes paulistas: os que tombaram pela glória de São Paulo*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1936. p. 9.

¹² PICCHIA, Menotti del. *Op.cit.* p. 35.

¹³ DINIZ, Almachio. *São Paulo e sua guerra de secessão*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1933.

¹⁴ LEITE, Aureliano. *Martírio e glória de São Paulo*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1934. p. 102.

São Paulo vencera “porque assegurou a implantação da lei nas incertezas do momento” e porque “deu novos rumos ao Brasil”, dando consequência aos anseios liberais de 1930¹⁵.

Apresentava-se, aqui, a continuidade entre as revoluções de 1930 e 1932. O que unia os dois eventos eram os princípios liberais, especialmente a instituição de eleições “livres” e a garantia do federalismo. Essa era uma interpretação da Revolução de 1930 e seus desdobramentos operada por parte das elites estaduais que se envolveram nela; outras já se anunciavam e representavam uma corrente de opinião que os liberais qualificavam como “autoritária”, identificada com os “tenentes”. Ao representarem a luta de São Paulo como a defesa do liberalismo político, os memorialistas defendiam um princípio de organização do Estado nacional que estava em jogo nos anos de 1930. E se o grupo acusado de “autoritário” saía derrotado da Revolução de 1932, os liberais sabiam que a definição da batalha se daria em 1933 com a Constituinte. Afirmar a pujança do movimento constitucionalista confundia-se com a esperança jogada na política. Por isso era preciso estabelecer o movimento de 1932 como parte de uma história mais longa do liberalismo, como revelação de um sentido da história brasileira iniciado com a Constituição liberal de 1891 e vitorioso em 1930.

A historiografia crítica

Antes de chegar às interpretações historiográficas sobre a Revolução Constitucionalista, é preciso compreender como o evento foi classificado pelos ideólogos do Estado Novo (1937-1945). Estes autores estabeleceram a continuidade entre a Revolução de Outubro de 1930 e o golpe de novembro de 1937. Os dois eventos inauguravam um período de “redescobrimto do Brasil”¹⁶. Este movimento consistia na redefinição da “personalidade nacional” ancorada na valorização das tradições populares e do passado nacional. O “passado inspirador” situava-se no Segundo Reinado, convertido em símbolo da ordem assegurada pela centralização. Imaginava-se a “República Velha” como a interrupção do desenvolvimento da nacionalidade. A Revolução de 1930, e seu desenvolvimento em 1937, seriam a retomada do curso da nacionalidade. Nesta interpretação dos fatos, o lugar da Revolução Constitucionalista e

¹⁵ MELLO, Arnon de. *op.cit.* p. 16 e 17.

¹⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1994. p. 175.

do liberalismo político é uma ausência¹⁷. Pretende-se avaliar em que medida as interpretações históricas críticas¹⁸ perpetuam o silêncio produzido no Estado Novo acerca da “revolução paulista de 1932”.

Ao contrário dos memorialistas, os historiadores que escreveram sobre os anos de 1930 são profissionais de um ofício constituído nas universidades. Assim, recriavam o passado a partir do rigor no tratamento das fontes para explicar as motivações sociais e econômicas que delimitavam os fatos políticos do passado recente. Diferente dos testemunhos, a compreensão da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista encontrava-se em causas mais profundas que a luta política da superfície. A dinâmica das transformações econômicas que engendraram outros grupos sociais que ascenderam à cena política explicava os dois eventos. Grupos sociais como os trabalhadores urbanos, as classes médias ou a pequena-burguesia urbana, as diversas frações das oligarquias regionais e da burguesia industrial convertiam-se, assim, nos novos protagonistas da história¹⁹. Pode-se apontar o reconhecimento da Revolução de 1930 como fato político que servia de marco temporal para as mudanças que vinham se processando desde a década de 1920. As interpretações dos historiadores coincidiam com as esperanças dos constitucionalistas liberais e dos ideólogos do Estado Novo uma vez que assumiam o marco que os protagonistas dos anos de 1930 definiram como símbolo da emergência de um Brasil novo. O silêncio produzido pelo Estado Novo acerca do interregno liberal (1932-1937) parecia ser incorporado pela historiografia dos anos de 1960.

O livro de Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*²⁰, é um exemplo significativo. O trabalho foi produzido inicialmente para o contexto norte-americano como *Politics in Brazil, 1930-1964. An experience in democracy* em 1966²¹. É possível que seja o primeiro trabalho a considerar o período de 1930 a 1964 como uma continuidade definida pelo desafio de instaurar a democracia combinada ao desenvolvimento nacional. Este era o problema que orientava a interpretação de Skidmore. Nesse sentido, era fundamental dar ênfase ao papel desempenhado pelos

¹⁷ GOMES, Ângela de Castro. *Op.cit.* p. 179.

¹⁸ NORA, Pierre. NORA, Pierra. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista de Estudos Pós Graduados em História*, São Paulo, PUC, n. 10, dez./ 1993. p. 07-28.

¹⁹ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. – 16ª ed - São Paulo, Cia. das Letras, 1997. A primeira edição do livro de Boris Fausto é de 1970. Sua análise da historiografia concentrava-se, então, sobre as “análises ideológicas” da Primeira República, férteis nos anos de 1950, que guardavam relação com as concepções e opções políticos em jogo naquele momento.

²⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. – 8ª ed. – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

²¹ *Idem.* p. 11.

“constitucionalistas liberais”, especialmente os “paulistas”, dos “tenentes” e das “oligarquias” no processo político dos anos de 1930. Skidmore nota as contradições no interior da coalizão revolucionária que promoveu a revolução de 1930 que acabou resultando em “sete anos de agitada improvisação, incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova Constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista” desaguando na solução autoritária de 1937²². Cada evento nesse resumo de linhas correspondia à ação de “novas forças políticas”: os constitucionalistas liberais, a frente de esquerda liderada pelos comunistas e os integralistas. O autor trata da Revolução Constitucionalista como expressão máxima da ação dos constitucionalistas liberais. Skidmore avalia a revolta de 1932 como um erro dos constitucionalistas ao permitirem que as “exigências de reforma constitucional se misturassem e, finalmente se identificassem com o separatismo regionalista”, repelindo o apoio ao seus princípios que “poderia vir dos centros urbanos em outras partes do Brasil”²³. Como não surpreender nessa leitura dos acontecimentos o trabalho da memória operado em favor do Governo Provisório que qualificara o movimento como uma revolta separatista? Essa pergunta é plausível, ainda mais se considerarmos que o autor conhecia os “testemunhos” produzidos no calor da hora, pois Skidmore refere-se à vasta “literatura comemorativa” produzida pelos “paulistas” que, “desprovidos de armamentos suficientes”, “revidaram com palavras”²⁴. Não se pode condenar o autor por isso porque a visão retrospectiva dos conflitos entre as “novas forças políticas” faz com que o peso da análise se concentre na resultante: o Estado Novo, período que ocupa a maior parte a sua narrativa sobre a “Era Vargas”.

A instituição do Estado Novo também delimitava outra obra: *Revoluções do Brasil Contemporâneo*²⁵. O ensaio de história política republicana tinha uma tese implícita. O texto divide-se em 3 partes: A Revolução Ascendente (1922-1927); A Revolução Triunfante (1927-1932); A Revolução Descendente (1932-1937). Que revolução ascende, triunfa e acaba justamente em 1937? É possível afirmar com segurança que se trata das tentativas de reforma liberal do Estado Nacional protagonizadas pela pequena-burguesia urbana em aliança com as “oligarquias dissidentes”. As condições que preparam o terreno para a cisão da elite política encontravam-se no crescimento do setor urbano industrial, aumentando o mercado

²² SKIDMORE, Thomas. *Op.cit.* p. 26.

²³ SKIDMORE, Thomas. *op. cit.* p. 37.

²⁴ *Idem.*, p. 407.

²⁵ CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. São Paulo, Desal Editora, 1965

interno, e na diversificação dos grupos sociais na arena política como a pequena-burguesia e o operariado. O operariado forçava a discussão da “questão social” e as frações pequeno-burguesas e oligárquicas precisavam encontrar respostas para estas demandas. A crítica ao liberalismo econômico sustentava a idéia de intervenções permanentes na economia. Contudo, o liberalismo político persistia a sustentar a unidade oligárquica.

Para Carone, o período subsequente à Revolução de 1930 é marcado pela luta entre os “tenentes” e a “oligarquia”²⁶. No contexto dessa luta, desenvolvida durante a grave crise econômica no setor cafeeiro e industrial, é que o autor situa a Revolução Constitucionalista de 1932. Carone denuncia a ambigüidade do liberalismo político defendido pelas “oligarquias dissidentes”: para os constitucionalistas a organização autônoma da classe operária era vista como um perigo a ser contido. Não surpreende, portanto, que os mesmos agentes que se bateram contra a “ditadura” em 32 viessem a apoiar a solução autoritária de 1937.

Testemunhos, historiografia crítica e silenciamento

A produção de um acontecimento significativo é a criação de um vestígio. E toda produção de vestígios é também a produção de silêncios. Não importa a forma de recriação do passado, silenciar é uma das condições de sua representação²⁷. A razão científica que caracteriza a historiografia não impede que a memória se insinue na narrativa e que fatos julgados significativos por determinado grupo escapem à análise.

É curioso que o esforço de construção da memória de 1932 passasse despercebido pela produção historiográfica da década de 1960. Nos dois exemplos apresentados, a “literatura comemorativa” não era considerada como documento do esforço de reforma liberal da ordem política nos anos de 1930. É certo que, naquele tempo, a memória social não se constituía como problema historiográfico, fato relativamente recente no desenvolvimento da disciplina que marca a emergência de um novo regime de historicidade²⁸. Mas em parte dos testemunhos registrou-se a persistência do liberalismo como idéia-força entre determinados grupos da sociedade

²⁶ *Idem, ibidem.* p. 89.

²⁷ TOROUILLOT, Michel Rolph. *Silencing the past: power and the production of history.* Boston, Beacon Press, 1995. p. 29

²⁸ HARTOG, François. Temps et histoire. Comment écrire l'histoire de France ?. *Annales. Histoire, Sciences sociales*, v. 50, 1995, p. 1219-1236.

brasileira. A narrativa canônica de 1932 não era um apelo à lembrança apenas, mas um esforço para determinar as mudanças que se esperavam no regime político.

O silêncio dos historiadores profissionais sobre este esforço político e intelectual devia-se à incorporação mais ou menos naturalizada da interpretação negativa do interregno liberal entre 1930 e 1937. No que se refere à Revolução Constitucionalista, a narrativa estado-novista sobre o evento como epílogo das forças disjuntivas da “República Velha” delimitou as interpretações posteriores sobre o acontecimento. Por outro lado, a interpretação da historiografia crítica sobre os eventos entre 1930 e 1937 permite ver os silenciamentos constitutivos da literatura comemorativa. Comparar a narrativa canônica de 1932 à historiografia revela como os memorialistas produziram uma imagem da unidade regional que denegava as tensões inerentes ao contexto. Carone e Skidmore insistiam na participação limitada dos trabalhadores na revolução e revelavam as preocupações constantes dos “revolucionários” na contensão daquele grupo. É certo que a Revolução Constitucionalista não foi um movimento da “plutocracia” apenas, mas esteve muito longe da unanimidade que atravessava “todas as classes sociais”. Nas duas obras historiográficas percebe-se como a “união sagrada dos paulistas” não era a unidade em torno de um “ideal”, mas uma coalizão tão débil quanto aquela que levara Getúlio Vargas ao poder em 1930. De fato, a história representada nos testemunhos ressalta a coesão social resultante de uma crise aproximando-se do mito. Nada mais distante, portanto, da operação histórica. Ambas compartilham, porém, vicissitudes semelhantes na reconstrução do passado: narrar é silenciar.

A Escrita da Arte

Adriana Gonçalves de Carvalho

Neste artigo pretendo analisar um importante elemento da historiografia da arte, Isto é a literatura artística, utilizarei o tratado de pintura de Vicente Carducci, pintor da corte do Rei da Espanha, Filipe IV.

Este tratado, *Diálogos da Pintura*, é o primeiro escrito em língua castelhana, podemos observar como o autor, seguindo uma tradição dos tratadistas italianos, faz uma defesa da pintura. Ele define o que é pintura e suas diferenças, sua origem, relata a dificuldade da arte.

A pintura era considerada uma arte menor até o final da Idade Média. Procurando a origem desse status da pintura dentro das artes voltamos na antiguidade para entendermos esta classificação. Partindo do pressuposto de que o homem tem necessidade de classificar, ordenar, hierarquizar, separar todas as coisas ¹.

Voltemos à origem da pintura, segundo Lichtenstein as origens da arte são inseparáveis da religião e do mito. Nos autores antigos não se encontra nenhuma referência a uma origem divina da pintura diferente do que acontece com a música e a poesia que não têm a sua origem divina contestada.

A condição social do pintor na antiguidade está ligada a concepção de que por trabalhar com as mãos “que sua atividade o afasta de qualquer possibilidade de contemplar idéias, portanto, de qualquer teoria.” ².

Estes dois fatores, a falta de uma origem divina e o fato do pintor trabalhar com as mãos vão fazer com que a pintura seja posta numa ordem hierárquica abaixo da música e da poesia. Na ausência desta ligação com os deuses, a pintura vai se contentar com biografias lendárias como as de Apeles e Zêuxis. Especialmente o mito de Apeles é de fundamental importância para a história da pintura no ocidente, este mito está ligado à idéia do pintor perfeito e tem ligação direta com o seu talento. “O mito de Apeles [...] trata-se de um relato biográfico cuja função é reativar, no interior da história da pintura,

¹ Reflexão originada na disciplina da prof. Drª Célia

² Jacqueline, Lichtenstein. Vol. 1 O mito da pintura. P. 17

a idéia de um pintor perfeito. A biografia torna-se relato, o relato, paradigma, até atingir uma idealidade indiferente a qualquer determinação histórica.”³

A história da pintura pode contemplar duas abordagens; isto é uma história da pintura a partir da biografia dos pintores, no qual são narrados os fatos relacionados à vida do pintor, ou da teoria da pintura, na qual se privilegia a formação e desenvolvimento de diversos *topoi*⁴ referentes a origens míticas, religiosas e da atividade pictórica. Vasari, o fundador da historiografia da arte, no entanto faz uso destas duas abordagens em seu livro *Vidas*.

A pintura como arte mecânica, ligada a um ofício manual estaria marcada por uma “insuficiência original” segundo Lichtenstein, é por isso que os que defendem a pintura vão se utilizar dos meios discursivos para defendê-la.

É no Renascimento que são escritos, os mais importantes tratados sobre pintura que vão ter por objetivo lembrar que a pintura não pode ser reduzida a uma prática, ainda que perfeita, mas que ela se baseia em uma teoria. São os tratados de Leonardo Da Vinci, *Libro della piturra* e Alberti *A Pintura*. Estes tratados tentam demonstrar que a arte de pintar é uma forma de conhecimento da realidade, onde se expressa idéias ou como diria Leonardo um modo de pensamento.

A pintura se apropria das práticas discursivas desenvolvidas a seu respeito, Alberti e Leonardo importantes textos que têm por objetivo mostrar que a excelência da pintura não poderia ser reduzida unicamente à prática, mas que ela se afirma pela teoria.

“No século XV, observa-se um esforço no sentido de analisar e demonstrar que a arte de pintar é em si, na sua ainda relativa autonomia, um modo de conhecimento da realidade, uma expressão superior das idéias e até mesmo um modo de pensamento, como reivindica Leonardo.”⁵

Os escritos teóricos não são suficientes para promover o reconhecimento intelectual e social da pintura objetivados por tratadistas e pintores. Para que a pintura conseguisse um lugar tão eminente quanto a música e a poesia, era necessário buscar sua origem nobre, mítica. Surge deste modo o recurso da utilização dos mitos, utilização

³ Jacqueline, Lichtenstein. Vol. 1 O mito da pintura. P. 18

⁴ o *topoi* da pintura é um lugar comum, é uma proposição, uma fonte de argumento, que pode ser uma idéia, um relato mitológico ou lugar de origem.

⁵ Jacqueline Lichtenstein. A Pintura - o mito da pintura. P.20

de antigos escritos, re-apropriação das lendas dos pintores, valorização dos artistas da antiguidade cujos nomes bastam para evocar a idéia de perfeição da arte.

Todas essas estratégias vão se tornar objeto de relato. Disso nasceu à idéia do *Deus pictor*, pensamento sofisticado que ao longo dos séculos, resulta na visão exaltada da natureza, de suas formas e cores, e na concepção do mundo como pintura da divindade. Fonte de idéias e formas, deus se torna uma alegoria cujos segredos o artista deve por vocação imitar. “o imaginário barroco não se cansa de tecer redes de signos, correspondências e formas, as quais só podem ser entendidas por meio de suas representações.”⁶

No século XVII observa-se a tentativa de representar a sabedoria divina. A pintura detém neste momento os poderes, metafóricos e miméticos, que lhe permitem transfigurar a natureza e a história. Com Lamazzo e Zuccaro, a pintura é elevada a pura atividade intelectual.

Se o sonho de Leonardo era chegar a uma arte capaz de abranger a totalidade dos fenômenos da natureza, esse sonho vai ser ultrapassado e vemos surgir à figura do pintor erudito, e mais a figura do pintor filósofo no qual vida e obra harmonizam-se no desejo resgatar o espírito do antigo. E se existe um pintor que merece este título, o de pintor filósofo, este é Federico Zuccaro.

Antes dele era atribuída à Idéia uma universalidade abstrata, difícil de explicar com precisão a atuação intelectual do ato criador na pintura, Segundo Zuccaro Vasari não tinha percebido que o desenho interior era a própria Idéia. Devemos a Zuccaro a descoberta de um ponto essencial da teoria da pintura, que é a função do desenho e o papel do pensamento na criação pictórica. O que Zuccaro trás de novo é a concepção de que o desenho é a própria Idéia, que se produz no intelecto como signo divino.

“O disegno, que tem autoridade ampla, absoluta e geral para reger e governar esta republica de signos e este intelecto humano como lugar-tenente, imagem e semelhança de Deus em nós, sela patente e privilegio com seu próprio nome DI-SEGN-O que, como se vê e disse, outra coisa não denota que signo de imagem e semelhança divina na nossa alma, como reitor e governador e lugar-tenente, com a faculdade de avivar,

⁶ Jacqueline Lichtenstein. A Pintura - o mito da pintura. P.20

alimentar e aumentar toda a ciência e prática neste baixo intelecto, de prover e ministrar segundo convém a toda necessidade humana, como claro se compreende e vê, tal qual o declaramos suficientemente.”⁷

Segundo Zuccaro o desenho, por ser signo e símbolo de Deus em seu gênero, gera, suscita, aviva, alimenta, multiplica e dá espírito e corpo a todas as ciências e práticas.

Esta longa introdução sobre pintura tinha por objetivo chegar ao ponto que propus discutir neste texto, que é o conceito de pintura para Vicente Carducci. É importante destacar que Carducci, pintor da corte espanhola no início do século XVII, teve contato direto com Zuccaro, pois seu irmão Bartolomé Carducci tinha sido discípulo de Zuccaro e foi para a corte espanhola acompanhando-o. Zuccaro voltou a Roma, e Bartolomé permaneceu na Espanha, acompanhado do irmão mais novo, Vicente Carducci.

Com a morte de Bartolomé, Carducci permanece na corte espanhola ocupando o lugar do seu irmão como pintor do rei, e é nessa corte que ele escreve o primeiro tratado de pintura em língua castelhana.

Em seu **Diálogos da Pintura** Carducci propõem aos que escrevem e ensinam que comece pela definição do que pretendem tratar, desta forma seguindo este preceito ele ira definir o que é pintura. Para isso Carducci ira fazer uma revisão bibliográfica deste termo, possibilitando desta forma a compreensão de como ele vai construir este conceito. Começa com a definição do que é pintura para Alberto Durero, ou Dürer, que para este “é uma idéia das coisas em todo incorpóreas; se bem representa os corpos”. No livro a Idéia de Frederico Zuccaro, Carducci não ira se ater aos os princípios matemáticos, que são “as coisas abstratas de corpo e de matéria”, mas sim o conceito de que “é Arte que com regras e preceitos sobre uma superfície material, imita todo o criado”. Leon Batista Alberti diz, que “é um corte da pirâmide visual, segundo a distância dada, representada com arte, com linhas e cores”. Já Lamazzo, que “é Arte, que com linhas proporcionadas e cores semelhantes, seguindo a luz perspectiva, imita de tal maneira a natureza das coisas corpóreas, que não somente representa no plano o

⁷ Cf. Federico Zuccaro. Apud. Jacqueline Lichtenstein. A Pintura o mito da pintura. P.47

[gruesso] e o relevo dos corpos, e sim também o movimento, e visíveis muitos afetos e paixões do animo”.

Podemos observar aqui a evolução deste conceito, à medida que ele vai sendo interpretado e re-apropriado em diversas ocasiões. Após esta exposição Carducci ira conceituar a pintura,

“Mas eu, se a considero faculdade, direi, que a Pintura é quem artificialmente imita a Natureza, porque mediante seu engenhoso artifício, vemos, e entendemos todo o que com a mesma verdade nos ensina e demonstra a própria Natureza, de formas, corpos, afetos e casos. Mas havendo de falar da Pintura acabada (que é efeito daquela por quem havemos de fazer este discurso) a definirei, dizendo, que a Pintura é uma semelhança e o retrato de todo o visível, segundo se nos representa a vista, que sobre uma superfície se compõem de linhas e cores.”⁸

Mas do que perceber a influência destes autores na construção do seu conceito é pensar a importância destes tratados na difusão destas idéias a respeito da pintura.

“Dizemos *semelhança e o retrato de todo o visível*, por que do invisível o é negada a imitação”. “Dizemos, *segundo se nos representa a vista*, porque nunca vemos as coisas como elas são em sua real cor, quantidade, nem forma; só a esfera em nenhuma parte altera sua forma; nem a superfície plana circular , quando o raio visual, que sai da vista o que mira a seu centro faz ângulos retos com seus diâmetros; nem a linha reta, que está sobre superfície plana, tampouco se altera.” “Dizemos, *que sobre uma superfície*, porque a Pintura não tem [gruesso], nem profundidade”. “Também dizemos, que *se compõem de linhas e cores*, porque as linhas determinam e circunscrevem as quantidades, e dentro delas com as cores se imitam as sombras e luzes, dando, e produzindo formas, explicando por elas as idéias e conceitos.”

Após definir o que é pintura, Carducci vai aprofundar seu estudo ao fazer em fazer uma divisão da pintura em três espécies, mas segundo ele a divisão é para a pintura visível. Entretanto para a abstrata

“que a intelectual, ou especulativa, abstraída da matéria, me parece não ser por hora necessária os teus estudos, por ser

⁸ Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p. 39

*mais filosófica do que o nosso propósito convém. Destas tratam Federico Zuccaro em sua Idea, e em uma definição que fez Ivan Batista Paggi, a quem pode ler neste caso.”*⁹

A divisão que ele faz a meu ver se refere mais a capacidade ou qualidade do pintor aja visto que para ele a pintura se divide em “Pintura prática operativa; prática operativa regular, e prática operativa regular e científica.”

*“Pintura prática é a que se fazem com só a notícia geral que se tem das coisas, ou copiando de outras, e de [dibujos] e estampas [agenas], tomando perfis com papel aceitado, ou quadriculado, ou por algum outro meio meios que facilitam a operação mecânica, e guiam como a cego ao fim da obra, ao que tropeçando; e isto se consegui com um material uso e continuação, trabalhando só a imaginativa, e sentido corporal, como são o animal e operativo”*¹⁰

Para Carducci esta pintura prática é um trabalho operativo, já que para isso é preciso apenas copiar, utilizando as técnicas disponíveis, a partir do conhecimento que se tem de outras pinturas. Se pensarmos em todos os esforços feitos até então para elevar a pintura, poderíamos pensar em um retrocesso o que o Carducci esta propondo, mas não como podemos observar mais adiante. Na verdade o que Carducci pretende é diferenciar os pintores.

“E esta pintura não é imitadora da natureza, nem do natural, porque só é um hábito material que coteja, e imita outra pintura, ou objeto (no quanto for capaz o sujeito que trabalhar sem outra coisa) com que deixa contente o sentido, com que tem simpatia e proporção, e seu fim não é mais contentar a pessoa que o ocupa, pela paga que lhe a de dar, usando dos meios mais fáceis e proporcionados para a execução do que pretende imitar, valendo-se dos instrumentos práticos e materiais que deixaram inventados homens [doctos] e científicos, dando com

⁹ Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p. 39

¹⁰ Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p. 39

eles mostra de sua ciência; se bem ocasionando a pouca especulação e trabalho que [oi] se acostuma.”¹¹

Para a pintura prática operativa regular seria necessário ao pintor ter desenvolvido aptidões, a principio adquiridos no aprofundamento da pintura prática operativa, mas também com o treino da vista. Aqui já é possível observar como Carducci constrói o seu argumento para diferenciar os pintores, ou criar uma hierarquia para esta categoria.

“Pintura prática regular, ou perceptiva, é a que se vale engenhosamente das regras e preceitos práticos, dados, e inventados por homens peritos, e aprovados por bons, e certos. Isto se alcança (de baxo dellos) [dibujando] continuamente com cuidado e atenção, de [dibujos], pinturas, estatuas, e modelos, procurando ser sempre o melhor, observando, e imitando o bom, deixando o que não forem, até alcançar habito regular operativo no entendimento agente, e na vista, com que faça: que assim parece o entendido o divino Michelangelo, quando disse, Que o habito da vista bem ensinado, supre a Geometria, e Aritmética. Isto sobram as medidas, e boas proporções, por haver-las assim aprendido, ou lido; e assim mesmo sobram a perspectiva prática, assim dos corpos: desta espécie são, e hão sido os mas que hão tendo fama e nome em geral. Pintura”¹²

Podemos notar que o pintor que chega a Pintura prática regular e científica é aquele que possui um conhecimento não só das técnicas, mas possui um conhecimento amplo de outras ciências. Temos aqui o pintor como um filósofo que será capaz de chegar ao novo.

“Prática regular e científica é a que não só se vale das regras e preceitos aprovados, [dibujando] e oferecendo; mas inquire as causas, e as razões Geométricas, Aritméticas, perspectivas, e Filosóficas, de tudo o que há de pintar, com a Anatomia e Fisionomia, atento a história, trajés, e ao político, fazendo idéias com a razão e ciência na memória, é imaginativa, que

¹¹ Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p.v. 39

¹² Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p.v. 39

continuadas, virá a ser hábito douto nela, de quem as mãos copiem até selo. O que este chega a conseguir, é pintor digno de toda celebridade. Os tais são comparados as cabras, porque vão pelos caminhos da dificuldade, inventando novos conceitos, e pensando altamente, fará dos usados e comuns, por fendas novas, buscam por montes e vales, a custa de muito trabalho, novo posto com que alimentar-se; o que não fazem a ovelha, que sempre segue ao mando, a quem são comparados os copiadores. Daí se toma a frase de chamar ao pensamento novo do Pintor, Capricho.”¹³

Carducci vai falar das dificuldades da pintura, e segundo ele o homem é o objeto mais difícil de imitar, e por isso é necessário fazer “particulares estudos”, que por esse motivo é tão apreciado na pintura. O que temos aqui, não é só a valorização do homem, mas o objetivo maior de Carducci que é a defesa da pintura. Pode se perceber isso em seus escritos na medida em que ele vai falar de todos os conhecimentos técnicos necessários para se pintar o homem.

Ao mostrar detalhadamente todo o processo, Carducci está não só ensinando, que seria segundo ele este o objetivo do seu tratado, mas defendendo a pintura e principalmente o pintor, na medida em que demonstra os conhecimentos que o pintor tem que ter para pintar a figura de um homem, conhecimento de geometria, aritmética, simetria, fisionomia, ótica, perspectiva, história e filosofia. Escolhi alguns excertos no qual poderemos observar esta intenção.

Proporção

“Todas estas coisas parecem em si acidentes, porque mudam forma, cor, e quantidade. O homem consta de corpo e matéria, e nela vemos, que está introduzido a cor segundo seu temperamento e composição; e também a forma quantitativa e mensurável, que contém em si proporções, o um e o outro perfeitíssimo, em quanto à intenção final de Natureza, fazendo sempre com propriedade sabedoria nas idades do homem.”¹⁴

¹³ Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p.40

¹⁴ Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p.v.40

Anatomia e fisionomia

“E os músculos, nervos e artérias, se fortalecem e atenuam, segundo a ação e idade E os olhos boca, narizes, mãos, ombros, e outras partes do corpo fazendo o mesmo, conforme a correspondência que tiverem as causas que as movem: E todas estas alterações são delas próprias interiores e exteriores, como esta advertido.”¹⁵

Ótica

“Também se altera e muda, segundo qualidades de luzes que iluminam, como é a do sol, da lua, da chama e reflexo, fazendo necessariamente as sombras participantes da mesma cor: e estas mudanças as padece assim as cores que são próprias e reais, como também as que são alteradas por acidente interior, ou do exercício, participado da iluminação”¹⁶

Perspectiva

“Que as cores, a nosso ver, se mudem como se afastam dos outros, é certo; porque nossa vista tem certa limitação de distancia para ver. Que a quantidade também se menor, segundo a distância, é certo, por causa de cerrar se os ângulos de raios visíveis, como mostra Euclides em sua Perspectiva. Assim mesmo se muda a forma de se ver, segundo o posto em que a vemos, e o modo em que está.”¹⁷

Matemática e filosofia

“diferentes as cores, e lugares, distâncias, e movimentos e afetos, juraremos ser infinitas as diferenças e variações de superfícies, que não aparente se nos mostram, tão diferentes tudo do que em sua real forma e quantidade é, como pelo que está dito se pode julgar e corrigir, e nos mostra figurado e entendido e douto perspectivado na comum função da vista, em

¹⁵ Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p.41

¹⁶ Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p.4

¹⁷ Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p.v.41

como, ou pirâmide dos raios visuais, com demonstrações Matemáticas, e Filosóficas; que se as superfícies e formas, de que esta composto o corpo humano, forem regulares, com algum trabalho se poderão reduzir exatamente, e [dibujar] por perspectiva; mas não sendo, é impossível se não com um imenso trabalho.”¹⁸

Podemos observar que o pintor que consegue adquirir todo este conhecimento e superou toda a dificuldade é aquele que está apto a praticar a pintura prática científica.

“Esta aqui e discorrido em geral, supondo, que naturalmente faça regular e perfeitamente em tudo; mais considerando, que nem todas as vezes acerta, violentada dos casos, das matérias, do agente e do paciente; e até dos Astros, de onde vemos surtir tão depravados sucessos, tantas monstruosidades de corpos pois, formas, e membros, como o experimentamos cada dia pelas causas ditas, ou por desgraça de caídos, ou destemperanças de algum elemento, que são bastantes para que a coisa que era boa, se disse se má, e a que era perfeita fosse imperfeita: mais sempre todas juntas, e cada uma por se, tem a sua forma, quantidade, e cor, e mudanças, por suas paixões, afetos e noções, assim próprios, como adquiridos, ou participados, como nos demais se há dito, que para todas, estas considerações, se [anaden] dificuldades a dificuldades, que vencidas com devidos estudos, bem fundados, merecem ser ponderados, e de considerável estimação. Pois executado tudo isto com razão, e perfeita proporção, como será não só o formoso, bem proporcionado e perfeito; mais o que não o for, e as causas de suas variações e mudanças acima disso, que usando de umas e havendo das outras, esta ciência e arte do todo, com certeza fará a perita mão o que alcança o hábito do entendimento; esta será a Pintura prática regular, e científica, ”¹⁹

¹⁸ Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p.v 42

¹⁹ Vicente Carducci, Dialogos da Pintura. Madri 1633 p.v 42

O “*a priori histórico*” segundo Michel Foucault

Tiago Santos Almeida

Apesar de sua inegável riqueza, os primeiros escritos de Michel Foucault têm sido relegados ao campo da simples erudição pela maioria dos historiadores. Entendidos como testemunhos de uma filiação inglória ao *estruturalismo*, alvo de críticas não só dos comentadores, mas do próprio Foucault, os textos anteriores a *Vigiar e Punir* [1975] costumam causar desconfiança quando se tornam o objeto de uma investigação historiográfica. A *arqueologia*, que, não raro, os comentadores opõem à *genealogia*, é vítima de uma generalização operada a partir da denúncia do que seria uma falsa preocupação histórica, na verdade incapaz de mostrar como o campo autônomo dessas formações discursivas adquire significado e se torna parte de uma prática social. Diante desse quadro de interpretações equivocadas, o que pretendemos mostrar aqui é como a elucidação do conceito de “*a priori histórico*” (formalizado em *A arqueologia do saber* [1969]) permite compreender toda a obra de Foucault sob o prisma de uma “ontologia histórica”. Para melhor facilitar essa empreitada, a primeira parte desse artigo tratará de alguns conceitos e questões metodológicas necessários à compreensão das pesquisas de Michel Foucault, enquanto a segunda parte reconstituirá um dos problemas tratados por Foucault, esclarecendo como os *a priori* históricos se articulam na investigação histórica.

I.

Foucault reconhece a estranheza causada pela associação entre “*a priori*” e “história”, mas explica a justeza de sua aplicação nessa nova formulação metodológica:

(...) quero designar um *a priori* que não seria condição de validade pra juízos, mas condição de realidade para enunciados. Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. *A priori*, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem

realmente apresentadas à experiência; mas de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas.¹

Essa afirmação também lança dúvidas sobre outra interpretação bastante comum: a identificação de Foucault como um historiador dos discursos. Com isso, Foucault seria mantido no nível daquilo que é “visível”, “perceptível”, manifestamente dito ou executado como sintoma: uma *fenomenologia* do saber e da ação. Mas a *arqueologia* se opõe à fenomenologia exatamente por se interessar não pelos discursos, mas por sua *positividade*, isto é, o campo onde os diferentes discursos estabelecem relações entre si com base não naquilo que dizem e tornam difícil a tarefa de determinar quais deles são verdadeiros ou falsos, mas a partir daquilo que permitiu que eles fossem ditos, suas condições enunciativas.

Se falamos até agora somente dos discursos, é porque, para Foucault, o que define uma época são justamente as relações entre o visível e o enunciável, “regiões de visibilidade e campos de legibilidade”, forma e substância. Mas a mesma crítica feita à superficialidade da análise do discurso é aplicável ao que se chama de práticas “não-discursivas”, a exemplo da prisão como expressão, como forma de ver e fazer ver o crime. Segundo Deleuze,

A expressão também tem uma forma e uma substância: o direito penal, por exemplo, e a “delinqüência” enquanto objeto de enunciados. Assim como o direito penal enquanto forma de expressão define um campo de dizibilidade (os enunciados de delinqüência), a prisão como forma do conteúdo define um local de visibilidade (o “panoptismo”, isto é, um local de onde é possível, a todo momento, ver tudo sem ser visto).²

Deleuze também argumenta que a crítica que o próprio Foucault teria estabelecido sobre *História da Loucura* [1961] e *O nascimento da Clínica* [1963] dirigia-se à falta de clareza acerca do primado do enunciado sobre o visível. A questão da primazia, entretanto, não deve ser reduzida a uma questão de desdobramento lógico: o visível é irreduzível ao campo enunciativo, pois possui regras próprias de aplicação. Essa é a diferença entre o modelo de *história epistemológica*, proposto por Bachelard e Canguilhem, e a *arqueologia do saber*, de Foucault:

¹ FOUCAULT, *A Arqueologia do Saber*, p. 146.

² DELEUZE, *Foucault*, p. 57.

enquanto a primeira investigava as formações progressivas de um saber que em uma época acreditou-se “dizer a verdade”, a *arqueologia* busca as condições em que determinado discurso poderia encontrar-se “na verdade”, isto é, sancionado como verdadeiro por uma força normativa que lhe é exterior, porém, indissociável.

Essa leitura, entretanto, não é aceita de forma pacífica. Kevin Thompson, num artigo recente, afirmou que, ao marcar uma diferença entre o campo enunciativo e o campo das relações de força, Deleuze teria eliminado a possibilidade de um *a priori* histórico, pois seriam as relações de força (essencialmente históricas, já que empíricas), agindo sobre as condições *a priori* dos enunciados, que dariam a falsa impressão de que elas também seriam históricas. A história, na verdade, se manteria ao lado do *a priori*, não sendo, portanto, intrínseca a ele.³ A gravidade dessa afirmação é percebida quando, já à primeira vista, reconhece-se a autoridade de Deleuze como intérprete do projeto foucaultiano e, em seguida, num nível mais profundo, pelo que seria a exclusão de Foucault do modelo de ordem do último século: a história.

Em *As palavras e as coisas* [1966], investigando as condições de possibilidade dos enunciados, Foucault identificou estratégias distintas para cada grande período do pensamento. Assim, localizou a *Semelhança* no período da Renascença e a *Representação* na Modernidade Clássica. Mas, a partir do século XIX, com o rompimento do espaço da Representação (primeiramente com a *Crítica* kantiana, argumenta Foucault), os Objetos viram-se libertados dos Sujeitos e passaram a ser ordenados entre si a partir da sua própria história, até o ponto em que o próprio Sujeito foi percebido como evento, o resultado da articulação desses seres empíricos. A História constituiu-se como modo fundamental de ordenação do conhecimento e o pensamento, quando se volta sobre si mesmo – tarefa da *arqueologia* –, não pode desconsiderar esse fato. Se a crítica de Thompson estiver correta, isso significa que Deleuze localizou Foucault numa forma de pensamento que ele próprio afirma, textualmente, ter desaparecido há mais de cem anos.

Ainda segundo Thompson, por causa de uma má leitura dos trabalhos de Foucault, Deleuze teria colocado um falso problema e ignorado a novidade do pensamento foucaultiano: os *a priori* históricos. Porém, muito embora Deleuze se porte muito mais como filósofo que historiador da filosofia (essa interpretação dos *enunciados* favorece o seu conceito de *plano de imanência*), a operação realizada por ele consiste simplesmente em aplicar sobre Foucault o diagnóstico dado em *As palavras e as coisas*. “Diagnóstico”, não novidade. Foucault não

³ THOMPSON, *Historicity and Transcendentality*, p. 4-6.

poderia escapar à lógica de pensamento da sua época e o reconhecimento de um campo enunciativo essencialmente histórico e anterior aos discursos já estava presente na filosofia desde Nietzsche. Se Deleuze faz questão de especificar as regras próprias de funcionamento do mundo empírico é para explicar o porquê da sua irredutibilidade ao campo enunciativo e deixar claro o que, em Foucault, constitui uma teoria da história.

Uma das críticas mais comuns que se faz ao livro *As palavras e as coisas* é o congelamento dos processos históricos em estratos sucessivos e sem relação uns com os outros. Para José Guilherme Merquior, esse era um defeito básico do estruturalismo que residia na sua falta de profundidade: “na obra de Foucault a mudança nunca é mostrada *in fieri*. Se os resultados são descritos, suas raízes sequer são identificadas. Neste sentido, ele não tentou dar nenhuma explicação da história”.⁴ Entretanto, como Foucault testemunhou por diversas vezes, isso se devia a uma preocupação metodológica, a não utilização de elementos mágicos, pretensamente auto-explicativos como “crise”, “influência”, etc, para resolver o problema da integração entre os campos discursivo e não-discursivo.

A guinada *genealógica* consistiu em admitir as relações de força como responsáveis por essa integração, mas não sem antes romper com a leitura de inspiração marxista que valorava o poder como negativo, repressor, e o opunha à verdade. Para Foucault, o dizível só se torna visível a partir de técnicas positivas de intervenção e transformação que exigem, como condição de exercício, a formação de um saber, ou seja, o poder cria verdades ou, mais especificamente, determina, para além, da verdade fenomenológica de um discurso e sua expressão, a sua aceitação dentro do campo do verdadeiro. “Esquecendo-se a teoria das visibilidades, mutila-se a concepção que Foucault tem da história, mas se mutila também seu pensamento, a concepção que ele elabora sobre o pensamento”.⁵

A teoria das visibilidades também pressupõe a invisibilidade e o mutismo dos enunciados. Assim como existem enunciados que jamais chegam à superfície e jamais se tornam dizíveis e visíveis e não produzem efeito sobre as formas de pensamento, existem também aqueles que, ainda que não sejam ditos, determinam todo um espaço de ação. O exemplo clássico é o da sexualidade na era Vitoriana, analisado por Foucault no primeiro volume de *A história da sexualidade* [1976]. Enquanto as teorias contemporâneas a esse livro vagavam por

⁴ MERQUIOR, *De Praga a Paris*, p. 244.

⁵ DELEUZE, *Foucault*, p. 59-60.

uma “hipótese repressiva”, segundo a qual o poder teria silenciado o sexo, Foucault denuncia uma tentativa de manter o sujeito como centro de dispersão dos enunciados. Mas, ainda que o sexo tivesse perdido seu direito à voz, jamais se produziram tantos enunciados sobre ele como nesse período da história. Acontece que o dizível é apenas uma forma de manifestação da qual a expressão pode prescindir. Se em *As palavras e as coisas* Foucault decretou a morte do Sujeito transcendental a partir da demonstração de que ele mesmo não possui uma história própria, sendo, na verdade, o resultado de histórias sob as quais não possui poder algum, só pode seguir que o sujeito é apenas um dos modos a partir do qual os enunciados encontram sua visibilidade. Então,

Em vez de partir do sujeito (ou mesmo dos sujeitos) e desses elementos que seriam preliminares à relação e que poderíamos localizar, se trataria de partir da própria relação de poder, da relação de dominação no que ela tem de factual, de efetivo, e de ver como é essa própria relação que determina os elementos sobre os quais ela incide. Portanto, não perguntar aos sujeitos como, por quê, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos.⁶

II.

Tomemos como exemplo o “bio-poder”, conceito bastante difundido, mas ainda pouco estudado entre nós. Pensar a preocupação foucaultiana com a vida, mais ainda, pensar o vitalismo de Michel Foucault, significa, sobretudo, voltar a atenção para nosso limiar de modernidade epistemológica. Apenas a constituição das novas empiricidades, analisadas nas camadas arqueológicas que definem o pensamento moderno, com suas relações em torno de uma analítica da finitude e o surgimento desse empírico-transcendental a que chamamos *homem*, permite-nos compreender a reflexão sobre a criação de novos modos de existência a partir das relações entre poder e saber. A interferência entre os movimentos da vida e os processos da história, fenômeno que Foucault batizou de “bio-história”, acabaram por definir o nosso limiar de modernidade *biológica*, caracterizado pela tomada de consciência da vida pelo poder.

Dentre os *quase-transcendentais* que o século XIX viu nascer, a Vida foi, sem dúvida, aquele que permitiu a Foucault problematizar com mais veemência as teorias do sujeito.

⁶ FOUCAULT, *Em defesa da sociedade*, p. 51.

O rompimento do espaço clássico fez com que a ordem das coisas não fosse mais determinada por uma essência que lhes era exterior, mas pela sua historicidade intrínseca. Mesmo o “fixismo” de Cuvier só reflete essa ruptura, pois a idéia de permanência em um estado dito *normal* só pôde existir quando foi reconhecida a historicidade da vida⁷. Não era, evidentemente, o tempo arqueológico do evolucionismo, mas a historicidade inseriu-se no ser vivo para tornar-se “bem mais do que uma forma provável de sucessão; constitui como que um modo de ser fundamental”⁸. Vê-se então, como o vitalismo, que durante muito tempo apareceu como o *leitmotiv* da medicina e biologia modernas, com sua busca pela essência da vida, não passou de um efeito superficial dos acontecimentos arqueológicos que retiraram o pensamento e o saber do espaço da representação.

Mas o vitalismo do século XIX aparece na obra de Foucault em posição de destaque, embora as investigações de *As palavras e as coisas* pareçam ter reduzido sua importância. A constituição das ciências da vida avançou por um processo de esclarecimento dos fenômenos físico-químicos que se operavam no corpo, mas apenas porque tinha reconhecido a Vida como fundamento de todo saber possível. É nesse sentido que o vitalismo aparece na história daquelas ciências com uma dupla função: indicador de um problema a ser resolvido (o do fato original da Vida) e indicador crítico das posições de valor sobre os fenômenos eminentemente biológicos (reprodução, doença etc.).⁹ Se a *Crítica* kantiana, marco do nosso limiar de modernidade epistemológica, não nos lançou implacavelmente ao encontro de uma nova metafísica que interrogaria as origens da representação naquilo que lhe é exterior, foi porque as empiricidades só podiam ser apreendidas naquilo que havia de finito no homem. Assim, “o modo de ser da vida e aquilo mesmo que faz com que a vida não exista sem me prescrever suas formas me são dados, fundamentalmente, por meu corpo”.¹⁰ Se nossa modernidade epistemológica é definida pelo surgimento dessas empiricidades que constituem modos fundamentais do saber e, ao

⁷ “A História não deve ser aqui entendida como a coleta de sucessão de fatos, tais como se construíram; ela é o modo de ser fundamental das empiricidades. Aquilo a partir de que elas são afirmadas, postas, dispostas e repartidas no espaço do saber para eventuais conhecimentos e para ciências possíveis. (...) a História, a partir do século XIX, define o lugar de nascimento daquilo que é empírico, lugar onde, aquém de toda cronologia estabelecida, ele assume o que lhe é próprio.” IN: FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 300.

⁸ FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 380.

⁹ FOUCAULT, *A vida: a experiência e a ciência*, p. 362-363.

¹⁰ FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 433.

mesmo tempo, aquilo que se deve conhecer, nossa modernidade biológica se define pela absorção da espécie humana em suas próprias estratégias políticas: o biopoder.

O biopoder aparece como problema a partir do curso *Os anormais* [1974-1975], no Collège de France, contudo, foi no curso anterior, *O poder psiquiátrico* [1973-1974], que ocorreu uma virada fundamental nas pesquisas de Michel Foucault: a mudança no foco de interesse das questões epistemológicas acerca do estatuto científico da psiquiatria e da violência com que atravessava os indivíduos (ou seja, sua *fenomenologia*) para os mecanismos de funcionamento do poder psiquiátrico que operavam a partir das grandes tecnologias de poder. Ao realizá-la, Foucault abandona o tratamento da loucura como experiência fundamental que lhe permitia construir uma história da racionalização ocidental como história da destituição dos antigos poderes da loucura, imprimindo-lhe um sentido trágico, mas também uma leitura bastante peculiar de Nietzsche, certamente influenciada por Georges Bataille, que consistia em opor verdade e poder.¹¹ *O poder psiquiátrico* marca o momento em que Foucault percebe o equívoco em tratar a sexualidade, por exemplo, como mero apêndice da história do capitalismo. A partir daí, ele vai chamar a atenção para o efeito circular do poder, entendido agora como uma série de mecanismos que tem por objetivo garantir a sua própria manutenção. Ao destacar o caráter essencialmente operatório do poder, Foucault acredita estar formando indicadores táticos e esclarecendo os campos de batalha do seu agir filosófico.¹²

Ora, o desenvolvimento do capitalismo só foi possível graças à “inserção controlada dos corpos no aparelho de reprodução e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”.¹³ Duas estratégias são identificadas: de um lado a anátomo-política do corpo através das técnicas disciplinares e, de outro, a regulação das multiplicidades através de uma política biológica da população. Não se trata mais do estudo das

¹¹ MACHADO, *Foucault, a filosofia e a literatura*, p. 23-28. Cf. FOUCAULT, *História da loucura*, p. 29: “A bela retidão que conduz o pensamento racional à análise da loucura como doença mental deve ser reinterpretada numa dimensão vertical; e neste caso verifica-se que sob cada uma de suas formas ela oculta de uma maneira mais completa e também mais perigosa essa experiência trágica que tal retidão não conseguiu reduzir.”

¹² “L'impératif, par conséquent, qui soutend l'analyse théorique qu'on est en train d'essayer de faire - puisqu'il faut bien qu'il y en ait un -, je voudrais qu'il soit simplement un impératif conditionnel du genre de celui-ci: si vous voulez lutter, voici quelques points clés, voici quelques lignes de force, voici quelques verrous et quelques blocages. Autrement dit, je voudrais que ces impératifs ne soient rien d'autres que des indicateurs tactiques. À moi de savoir, bien sûr, et à ceux qui travaillent dans le même sens, à nous par conséquent de savoir sur quels champs de forces réelles on se repère pour faire une analyse qui serait efficace en termes tactiques. Mais, après tout, c'est là le cercle de la lutte et de la vérité, c'est-à-dire justement de la pratique philosophique”. FOUCAULT, *Sécurité, territoire, population*, p. 09.

¹³ FOUCAULT, *Em defesa da sociedade*, p. 288.

teorias políticas do poder, mas das tecnologias, técnicas e mecanismos pelos quais ele se exerce; tanto os que são próprios do controle social, como aqueles que têm por função modificar o destino biológico da espécie. Daí o interesse por uma técnica que é justamente a confluência de diversas ciências que têm o homem-vivo por objeto: a medicina.

Neste ponto, uma breve digressão faz-se necessária. Evidentemente, uma mudança de tal amplitude – trata-se do aparecimento de uma nova técnica em relação à disciplina – não foi operada a partir da medicina, mas, confirmando a leitura de Deleuze, Foucault se recusou a traduzir no discurso médico as condições não-discursivas do século XVIII. Conforme Frédéric Gros, foi como alternativa a tais explicações marxistas, como alternativa às explicações não-integradas, que Foucault fez entrar em jogo um novo elemento: as *normas*.¹⁴ A referência a Georges Canguilhem nesse ponto é explícita. Em *Os anormais* Foucault deixou evidente que seu objetivo seria aplicar historicamente o conceito de “normalização” apresentado por Canguilhem na segunda edição de seu *O normal e o patológico*:

Essa técnica geral do governo dos homens comporta um dispositivo típico, que é a organização disciplinar de que lhes falei ano passado [durante o curso *O poder psiquiátrico*]. Esse dispositivo tipo é finalizado pelo quê? Por algo que podemos chamar, acho eu, de “normalização”. Este ano portanto não vou mais me consagrar à mecânica mesma dos aparelhos disciplinares, mas a seus efeitos de normalização, àquilo para que são finalizados, aos efeitos que eles obtêm e que podemos colocar no item “normalização”.¹⁵

Foi d’*O normal e o patológico* que Foucault afirmou ter retirado o conjunto de idéias que fundamentaria a sua percepção do poder em sua relação com o saber.¹⁶ A primeira dessas idéias diz respeito ao que seria um processo geral de normalização social, política e técnica que estaria em curso no século XVIII e que se manifestaria nos locais freqüentemente associados ao poder disciplinar, isto é, na escola, no hospital, na indústria, no exército, etc. Em segundo lugar,

¹⁴ GROS, *Foucault et la folie*, p. 82. Pierre Macherey no artigo “Pour une histoire naturelle des normes” afirmou que as pergunta foucaultiana sobre as normas era, ao mesmo tempo, epistemológica e histórica: “comment passe-t-on d’une conception négative de la norme et de son action, fondée sur un modèle juridique d’exclusion, en rapport avec le partage du permis et du défendu, à une conception positive, qui insiste au contraire sur sa fonction biologique d’inclusion et de régulation, au sens non d’une réglementation mais d’une régularisation, en référence à la distinction, avérée par les sciences dites humaines, du normal et du pathologique ?”

¹⁵ FOUCAULT, *Os anormais*, p. 61.

¹⁶ FOUCAULT, *Os anormais*, p. 61-65.

a idéia de que a norma se define pelo papel de exigência e de coerção que ela exerce, daí Foucault ter dito que a norma é o elemento que funda e legitima um exercício de poder. A terceira e mais importante é o princípio de qualificação presente em toda norma. De acordo com Canguilhem, “depreciando tudo aquilo que a referência a ela própria impede de considerar normal, a norma cria, por si mesma, a possibilidade de uma inversão dos termos”¹⁷. A norma, portanto, não exclui, ela cria e porta as verdades.

O que o século XVIII instaurou mediante o sistema de “disciplina para a normalização”, mediante o sistema “disciplina-normalização”, parece-me ser um poder que, na verdade, não é repressivo, mas produtivo – a repressão só figura a título de efeito colateral e secundário, em relação a mecanismos que, por sua vez, são centrais relativamente a esse poder, mecanismos que fabricam, mecanismos que criam, mecanismos que produzem¹⁸.

Assim como em Canguilhem, nos trabalhos de Foucault a análise histórica da vida não pode ser feita senão a partir do conceito de normas que, por sua vez, remete imediatamente aos fenômenos vitais¹⁹. A genealogia do biopoder realizada por Foucault nos seus cursos opera a partir do duplo vida-norma, ela tem como preocupação de fundo a reflexão sobre o poder de criação de novos modos de existência como expressão de um certo número de enunciados.²⁰ Logo, é possível identificar um *êthos* aqui, o projeto de uma ontologia histórica de nós mesmos, a impossibilidade de fundar uma filosofia da cultura a partir de uma antropologia. Assim, o projeto histórico foucaultiano só pode ser compreendido a partir da dinâmica entre os enunciados e as suas formas de legitimação, entre os *a priori* históricos e as relações de força que determinam seus campos de aplicação. É, enfim, uma pesquisa

(...) genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método. Arqueológica – e não transcendental – no sentido de que ela não procurará deprender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou de qualquer

¹⁷ CANGUILHEM, *O normal e o patológico*, p. 212.

¹⁸ FOUCAULT, *Os anormais*, p. 64.

¹⁹ LE BLANC, *Canguilhem et les normes*, p. 07.

²⁰ MACHEREY, *De Canguilhem à Canguilhem en passant par Foucault*, p. 286.

ação moral possível; mas tratar tanto os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como acontecimentos históricos. E essa crítica será genealógica no sentido de que ela não deduzirá da forma do que somos o que para nós é impossível fazer ou conhecer: mas ela deduzirá na contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos.²¹

Referências bibliográficas:

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octávio Ferreira Barreto Leite. 3ª ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1990. – (Campo teórico).

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes? In: _____ *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Manoel Barros da Motta (org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 335-351. – (Ditos e Escritos; II).

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. – (Campo Teórico).

FOUCAULT, Michel. A vida: a experiência e a ciência. In: _____ *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Manoel Barros da Motta (org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 352-366. – (Ditos e Escritos; II).

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Tópicos).

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. – (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France (1977-1978)*. Lonrai: Gallimard/Seuil, 2004. – (Hautes Études).

GROS, Frédéric. *Foucault et la folie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004. – (Philosophies; 100).

LE BLANC, Guillaume. *Canguilhem et les normes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998. – (Philosophies; 103).

²¹ FOUCAULT, *O que são as luzes?*, p. 348

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MACHEREY, Pierre. De Canguilhem à Canguilhem em passant par Foucault. In: GEORGES CANGUILHEM, philosophe, historien des sciences., 1990, Paris. *Actes du Colloque (6-7-8 décembre 1990)*. Paris: Albin Michel, 1993. p. 286-294. – (Bibliothèque du Collège international de philosophie).

MERQUIOR, José Guilherme. *De Praga a Paris: o surgimento, a mudança e a dissolução da idéia estruturalista*. Tradução de Ana Maria de Castro Gibson. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

THOMPSON, Kevin. Historicity and transcendentality: Foucault, Cavallès, and the Phenomenology of the concept. In: *History and Theory*. Wesleyan University: Fev. 2008. p. 1-18.

Fiscalidade e acumulação: um balanço historiográfico sobre contratos no Brasil Colônia

Carolina Alves de Oliveira Rocha

O arrendamento de tributos e produtos a terceiros esteve presente em grande parte da história administrativa e fiscal do mundo luso-brasileiro. Se baseava em um acordo, ou *contrato*, temporário estabelecido entre a Coroa e particulares, representantes das elites coloniais ou metropolitanas – políticas ou econômicas, e que proporcionava benefícios para ambas as partes envolvidas. A Coroa era duplamente beneficiada com a prática: além de não ter que arcar com os custos de um imenso aparelho burocrático, contava com um valor pré-fixado, no momento da arrematação. Em relação aos contratadores, tinham por obrigação, além de pagar o preço do contrato, cuidar para a arrecadação e/ ou distribuição do produto / tributo. Por benefícios, o contratador obtinha todos os privilégios destinados, pelas Ordenações ou pelo Regimento da Fazenda, aos participantes das rendas reais, uma posição social diferenciada – devemos lembrar da forte carga simbólica da sociedade colonial - além da acumulação de capital possibilitada pelos contratos, ainda que ilegalmente. Dessa forma, estabelece-se, via arrendamento, uma aliança entre Coroa e particulares, responsáveis, ainda que temporariamente, por gerir a arrecadação sobre bens ou tributos pertencentes à Coroa portuguesa. E, mais do que uma opção sobre a forma pela qual se dariam as arrecadações, os contratos se constituíram em uma necessidade imposta à Portugal ao longo do período colonial, em decorrência tanto da distância física entre metrópole e colônia americana, da incapacidade de manter um extenso aparelho burocrático sobre as áreas dominadas como dos altos custos e riscos decorrentes da empresa colonial.

Deve-se destacar a importância dos contratos para a administração fazendária e, por conseguinte, para a própria sobrevivência financeira da Coroa. Desde o início do século XVII, boa parte das receitas auferidas por Portugal tinham origem nos contratos da colônia americana. Em 1617, por exemplo, de uma receita total de 306:467\$000 réis, os contratos (dízimos, pau-brasil e pesca da baleia) geraram 81:500\$000 réis, isto é, 26,6% da renda

total obtida por Portugal naquele ano¹. O movimento continuou semelhante ao longo do período colonial. Já sob Pombal, os contratos renderam ao Erário Régio mais de 1.000 contos por ano, ou seja, o equivalente a 17% das receitas².

Apesar disso, o estudo da dinâmica dos contratos ainda é relativamente pequeno. Apesar do vácuo historiográfico sobre o tema, a análise dos contratos, sobretudo através de seus conluios e descaminhos, se constitui em preciosa ferramenta para o estudo dos jogos de poder, tanto na colônia, quanto além dela, nas relações com o Reino ou com outras partes do Império ultramarino português.

Caio Prado Jr, um dos primeiros a abordar a questão dos contratos, ainda na década de 1940, percebe nesse mecanismo, uma prática prejudicial tanto à Coroa quanto aos contratadores, uma vez que: “(...) no afã de arrebata-los, pois constituíam em princípio um dos melhores negócios da época, os licitantes iam freqüentemente além do que o contrato podia render em tributos arrecadados; e não só se arruinavam, mas deixava a fazenda de receber seus créditos.”³

O posicionamento de Caio Prado a respeito dos contratos merece algumas considerações. Para o clássico autor, o sistema de contratos se constituía em “uma das mais maléficas práticas do governo colonial”⁴. O prejuízo gerado pela gestão de terceiros desprovidos de capacidade de administração ou mesmo pelas dívidas não pagas e descaminhos, protegidos sob o manto de poderosas alianças, acabava por transformar uma prática que a princípio deveria ser positiva, uma vez que em sua visão o sistema de contratos simplificava a cobrança de tributos⁵, em um arranhão direto no exercício da exploração pela metrópole, uma vez que atingia aquilo que Caio Prado considerou o objetivo essencial da colonização: a maximização dos lucros metropolitanos e a produção

¹ Desses valores, os direitos alfandegários pagos pelo açúcar compreendiam a o maior parte: 214:467\$000, ou seja, 70%. In: LOBO, Eulália M. Lahmeyer. *O Processo Administrativo Íbero-Americano* (Aspectos sócio-econômicos – Período Colonial). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1962. p. 329. Apud ARAUJO, Luiz Antônio Silva. *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF. 2002. p. 56.

² ARAUJO, Luiz Antonio Silva. *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas*. Op. cit. p. 62.

³ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 322.

⁴ *Idem. ibidem.* p. 321.

⁵ *Idem. ibidem.* p. 322.

voltada para o exterior, como “simples fornecedora do comércio internacional”⁶. Dessa forma, o mau exercício do poder fiscal pelos contratadores, bem como a apropriação desse poder para fins particulares com participação de funcionários régios, poderia acarretar, em última instância, em um esvaziamento da autoridade metropolitana. Essa visão passa a ser discutida pela geração seguinte que, embora continuasse a perceber a dinâmica dos contratos como inerente ao regime do exclusivo, entende as arrematações não como uma prática perniciosa, mas uma extensão do poder régio na medida em que se tratava de uma concessão de monopólio.

Pioneiro, nesse sentido, é o trabalho de Myriam Ellis. Ellis afirma: “Mediante contrato estabelecia-se a concessão do monopólio. Ou melhor, a Coroa proporcionava a particulares sociedade temporária com a Fazenda Real para a exploração do comércio de um produto”⁷. Para a autora, o arrendamento ou arrematação dos contratos se constituía em uma sociedade temporária oferecida pela Coroa, uma concessão do monopólio, privilégio assumido pelo Estado ou concedido à classe mercantil metropolitana e que se constituía na essência do sistema colonial, uma vez que “Cabe lembrar que o monopólio do comércio das Colônias foi a essência do sistema colonial e a sua preservação, o principal objetivo da política colonial. À sombra do monopólio, e apesar dele, é que as colônias se originaram e se desenvolveram”⁸. Os contratos surgem, assim, como mecanismo essencial para que fosse levada a cabo uma política burguesa de acumulação de capital mercantil, movimento intensificado sob a administração pombalina.⁹ Em relação aos contratadores, Ellis percebe a arrematação como forma de destaque e prestígio¹⁰, sem considerar os lucros que tal mecanismo poderia proporcionar aos seus participantes.

Assim como Myriam Ellis, Maria de Lourdes Viana Lyra percebe os contratos, em seu caso, especialmente o contrato dos dízimos, como forma de obtenção de lucros imediatos, sem grandes encargos, sobre produtos ou rendas monopolizadas por parte da

⁶ *Idem. ibidem.* P. 125.

⁷ ELLIS, Myriam. “Comerciantes e contratadores do passado colonial”. São Paulo, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, USP, 1982, p. 97-122. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/revista/revista024/rev024myriamellis.pdf>. P. 98.

⁸ *Idem. ibidem.* P. 98

⁹ *Idem. Ibidem.* P. 99

¹⁰ *Idem. Ibidem.* P. 100

Coroa. O objetivo seria, mais uma vez, a garantia do lucro metropolitano¹¹, não considerando as dinâmicas internas, a acumulação proporcionada pelos contratos e as formas de investimento dos valores auferidos pelos contratadores. Sobre eles, afirma apenas que a figura do contratador surge como alternativa aos dizimeiros, primeiros arrecadadores dos dízimos, que pelos altos custos que representavam à Coroa portuguesa cederam lugar à administração contratual. Os contratadores são percebidos, portanto, como funcionários públicos, ainda que desfrutando de maior autonomia no exercício de suas funções do que o dizimeiro¹². Lyra não se estende nas análises sobre os contratadores, preferindo trabalhar a história e a cobrança dos dízimos, investigando minuciosamente a origem dos dízimos e a apropriação do imposto pela Coroa, dentro da idéia da exploração e monopólio, embora aponte para a possibilidade de negociação – não se trata aqui do sentido dado à palavra “negociação” por uma historiografia mais recente, que propõe a flexibilização das relações colônia / metrópole e o reconhecimento dos poderes locais¹³, mas sim de um reacordo - entre Coroa e colonos, entendidos aí como contratadores, no caso do não pagamento do contrato¹⁴.

Trabalhos mais recentes, que romperam com a visão dualística metrópole/colônia e buscam entender as articulações de poder dentro do Império português, percebem nos contratos um instrumento para estudo das dinâmicas de poder, conluio e descaminhos, bem como da fiscalidade; afinal, “O estudo da arrematação dos contratos é revelador do efetivo funcionamento da administração fazendária”¹⁵. Os freqüentes casos de conluio e descaminhos levavam a uma tentativa de cerceamento ou um esforço por centralização, através, por exemplo, das transferências das arrematações para a Bahia ou arrecadação dos

¹¹ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Os dízimos reais na capitania de São Paulo: Contribuição à História Tributária do Brasil Colonial (1640-1750)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 1970. P. 36.

¹² *Idem. ibidem*. P. 26.

¹³ Sobre a aplicação da idéia de “autoridade negociada”, cunhada por Jack Greene, na América Portuguesa cf. BICALHO, Maria Fernanda. “Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português”. In SOIHET, Rachel et alli. *Culturas Políticas: Ensaio de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

¹⁴ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Os dízimos reais na capitania de São Paulo*. op. cit. P. 64.

¹⁵ SANCHES, Marcos Guimarães. “Contratos e Conluio: a administração fazendária no Rio de Janeiro”. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, v. 21, Curitiba, p. 41-49, 2001.

tributos por oficiais régios, mas que acabavam por esbarrar nas dinâmicas coloniais, como demonstrou Sanches¹⁶.

E sobre essas dinâmicas coloniais que se debruçou Luciano Figueiredo, uma vez que buscou articular os contratadores com a sociedade colonial, privilegiando as relações e a receptividade desses arrematadores na sociedade. Figueiredo percebe os contratadores como arrendatários, ainda que temporários, dos direitos reais e os contratos como a solução da incapacidade da estrutura administrativa fazendária de cercar todas as fontes da receita que necessitava obter, ao lado da venalidade dos cargos públicos¹⁷, bem como uma forma de desonerar a Fazenda de despesas maiores e do desgaste político com a cobrança dos tributos, que ficariam por conta do contratador¹⁸. O autor destaca ainda o papel da burguesia metropolitana nas arrematações e na produção e distribuição dos produtos, concordando nesse ponto, com a perspectiva adotada por Myriam Ellis, tratando os contratos como forma de promoção de uma política burguesa¹⁹. Lembrando que, muitas vezes, as cobranças feitas pelos contratadores à população constituíram em motivo de constantes queixas da sociedade local, Figueiredo associa a ação dos contratadores à eclosão de revoltas de caráter fiscal na colônia, levantando a hipótese de que a autotributação, praticada várias vezes pelas Câmaras coloniais, poderia servir como recurso de resistência à tributação direta e ao arrendamento dos tributos²⁰.

Linha diferente foi adotada pelo português Jorge Pedreira, que aponta que, na segunda metade do XVIII, surge em Portugal uma elite mercantil empenhada no comércio a longa distância e na arrematação de contratos como consequência da política pombalina de nacionalização ou concentração do comércio do Império nas mãos de comerciantes portugueses. Característica do grupo mercantil era a pluralidade das formas de investimentos, que incluíam as navegações, comércio a longas distâncias, arrematações de contratos e atividades creditícias. Pedreira, entretanto, vai além em sua análise sobre os contratos. Para o autor, “Se havia, no entanto, uma actividade que podia introduzir uma

¹⁶ *Idem. ibidem.*

¹⁷ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa*: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996. p. 342 - 344.

¹⁸ *Idem. ibidem.* p. 352.

¹⁹ *Idem. ibidem* p. 344-345.

²⁰ *Idem. Ibidem.* p. 362-363 e 383.

certa diferenciação entre eles [homens de negócios] era a arrematação da cobrança de rendas públicas e da exploração de bens e monopólios régios, que, em grande parte, o Estado continuava a adjudicar, por contrato, a particulares.”²¹. Os contratos surgem em sua análise, portanto, como formador ou reiterador de estratégias, fator de discriminação no interior do corpo mercantil e até mesmo fomentador de tendências oligárquicas, indo além de uma simples ramificação das atividades dos homens de negócios, em especial se considerado que se tratava de um mecanismo de enriquecimento e de influência acessível a poucos.

Influenciadas por Pedreira, surgiram diversas análises sobre o tema, como as de Helen Osório, João Fragoso e Jucá Sampaio, sobretudo percebendo os contratos como uma ferramenta para análise das atividades desenvolvidas pelas elites – principalmente mercantis, trabalhando os contratos dentro do âmbito do poder e influência das elites locais, ou imperiais, bem como as possibilidades de acumulação proporcionadas, deslocando o foco da análise dos contratos para a ação dos contratadores.

Helen Osório, ao trabalhar diversos contratos do Rio Grande, insere a contratação no corpo das atividades realizadas por homens de negócios, como já fizera Pedreira. A autora percebe na arrematação dos contratos um mecanismo de delegação da competência fiscal a particulares, bem como a concessão de um privilégio vantajoso para ambos os lados. Para a Coroa, como já mostrado, porque esta se desonerava de custos maiores e ainda contava com valores pré-fixados e para os contratadores porque tinham diante de si um instrumento de acumulação e influência, dada a lógica do Antigo Regime, estendendo para si direitos e práticas monopolísticas²². Em relação aos contratadores, identificados pela autora, em boa parte, como comerciantes de grosso trato, os contratos se constituíam em lucrativos negócios para homens que já haviam adquirido capacidade de acumulação, através de negócios diversos - de trigo a escravos e práticas usurárias²³ - e em indicativo de seu sucesso no corpo mercantil, assim como a obtenção do título de Cavaleiro da Ordem de

²¹ PEDREIRA, Jorge M. “Negócio e capitalismo, riqueza e acumulação. Os negociantes de Lisboa (1750-1820). *Tempo*: Revista do Departamento de História da UFF. Nº 15 Vol. 8. Niterói, 2003. P. 46.

²² OSÓRIO, Helen. “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”. In: FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., GOUVÊA, M. de F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 110 e 122.

²³ *Idem. Ibidem.* p. 117 e 137.

Cristo²⁴. Nesse sentido, os contratos funcionavam como uma extensão de suas atividades, conferindo conhecimento e prestígio e propiciando o alargamento de seus negócios mercantis²⁵, ou uma conseqüência da acumulação proporcionada por outras atividades, de forma a reiterar a posição alcançada e expandir as redes de conhecimento e, também, de negócios. Osório aponta ainda que o mecanismo dos contratos contribuiu para a constituição de um mercado interno encabeçado pelo Rio de Janeiro, que se estendia sobre as demais áreas coloniais, incluindo aí o Rio Grande²⁶, uma vez que, além de possibilitarem mecanismos de acumulação e acesso ao poder – entendido aí como a proximidade com a governança – para as elites mercantis fluminenses, proporcionou a diversificação das atividades desenvolvidas pelas melhores famílias da terra e o controle pelo Senado da Câmara de importantes setores da economia. E é especialmente sobre as atividades das elites da terra e camaristas que João Fragoso analisa os contratos. O autor trata a questão dos contratos de forma secundária, abordando-a quando trata das atividades e negócios da elite da terra ou, ainda, das elites mercantis. Fragoso se mostra interessado nas redes de aliança que envolvem os contratos e seus conluíus, bem como a arrecadação proporcionada pelos contratos, de forma legal ou ilegal. Para Fragoso, o controle de alguns contratos por parte do Senado da Câmara do Rio de Janeiro significa a possibilidade dos principais da terra controlarem setores vitais da economia colonial através de arrendamentos diversos²⁷.

Jucá Sampaio, por sua vez, trabalha com os contratos tanto ao tratar da economia agrária fluminense entre os séculos XVII e XVIII, quanto do grupo mercantil em consolidação na praça do Rio de Janeiro, sobretudo na primeira metade do século XVIII. Para o autor, a arrematação de contratos se constituía em um dos ramos de atividade dos homens de negócio fluminenses, perspectiva também adotada, como já visto, por Helen Osório, bem como o mercado de crédito, embora ressalte que não havia um monopólio do

²⁴ OSÓRIO, Helen. “Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa”. Revista Brasileira de História. Vol. 20. nº 39. São Paulo. 2000.

²⁵ OSÓRIO, Helen. “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”. Op.cit. p. 125.

²⁶ *Idem. Ibidem.* p. 137.

²⁷ FRAGOSO, João Luiz. *A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-123, 2000. p. 88.

grupo mercantil sobre as arrematações²⁸. Para Jucá, tanto a arrematação como o arrendamento de parte dos contratos são estratégias de ampliação das atividades dos homens de negócio – que, em especial nos anos iniciais do século XVIII, raramente se definem como tais, preferindo usar titulações diversas, como Cavaleiro da ordem de Cristo, moedeiros ou contratadores²⁹, podendo indicar uma certa hierarquia entre as diferentes denominações, daí o privilégio de uma em detrimento de outra, e onde o ser contratador assume um peso maior possivelmente pela inserção no serviço régio e proximidade com a governança - e, em especial no caso da divisão dos contratos em partes, de diminuição de seus riscos. Assim, a arrematação dos contratos é indicativo da capacidade financeira dos homens de negócio, além de ser poderoso mecanismo de acumulação de capital³⁰, por propiciar altos ganhos.

Nos últimos anos, o tema dos contratos tem reaparecido com destaque, especial se tratando da região mineradora, como nas obras de Luís Antônio Araújo e Fernando Lamas, que se dedicam a uma micro análise, trabalhando com estudos de caso de alguns contratadores. Dessa forma, assim como os trabalhos anteriores, inserem os contratos no corpo das atividades de alguns homens de negócios.

Araújo, ao trabalhar com os diversos contratos assumidos pelo homem de negócios João de Souza Lisboa, retoma os trabalhos clássicos, em especial o de Myriam Ellis que, como já visto, aponta a monarquia portuguesa como dotada de um caráter empresarial. Araújo, entretanto, vai além ao concordar com uma historiografia que aponta os comerciantes, grupo de origem de boa parte dos contratadores, como formas de interiorização metropolitana na colônia, sobretudo na região mineradora, verdadeiros braços do aparelho estatal³¹. Para o autor, a possibilidade de efetuar a arrematação de um contrato liga-se aos investimentos anteriormente realizados pelos comerciantes, tais como a

²⁸ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 257.

²⁹ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos” In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 232-233

³⁰ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império*. Op. Cit. P. 258 e 260.

³¹ ARAUJO, Luiz Antonio Silva. *Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas*. Op. cit. p. 46 e 56.

busca de títulos, cargos, redes de conhecimento e matrimônios³². Araújo também percebe nos contratos um instrumento de acumulação e influência, uma vez que a atividade de contratador confere um prestígio aos negociantes para além daquele proporcionado pela atuação comercial ou creditícia³³, abrindo portas para o estabelecimento e consolidação de redes de poder mais amplas. Além disso, o autor também aponta para uso da função de contratador em benefício próprio, causando conflitos com a sociedade colonial, como já visto na análise de Luciano Figueiredo.

Fernando Lamas segue linha semelhante à traçada por Araújo, trabalhando o sistema de contratos na economia mineira na primeira metade do século XVIII através da análise das formas de atuação e dos diversos negócios de dois contratadores. Lamas chama a atenção sobre a prática dos comerciantes manipularem a lucratividade de seus contratos, buscando alargar seus lucros ou conquistar a renovação de um contrato – ou a arrematação de novos - através da alegação de dificuldades na administração do contrato³⁴. Estratégia semelhante foi adotada por muitos governadores de diversas capitanias, ao destacar os perigos sofridos, bem como os prejuízos de sua casa³⁵.

Pode-se entender, portanto, o estudo dos contratos coloniais, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, quando a importância brasileira no Império português – sobretudo da região centro-sul – assume uma trajetória crescente contínua, como fundamental tanto para a análise da administração fazendária do mundo luso, como das dinâmicas de poder envolvendo as sociedades colonial e metropolitana e as estratégias por esses grupos adotadas, como vem sido defendido pela historiografia recente. As dinâmicas de arrematação, muitas vezes, oscilando entre a fronteira do legal e do ilegal, desnudam alianças e jogos de poder, que vão além das perspectivas dualistas metrópole (eixo mandante) e colônia (eixo subordinado), iluminando conflitos de diversas relações – e magnitudes – no seio da própria sociedade colonial. Considerando, especialmente, que eram frequentes os conluíus e o não pagamento dos valores devidos pelas arrematações,

³² *Idem. ibidem*. P. 49 e 131.

³³ *Idem. ibidem*. P. 109.

³⁴ LAMAS, Fernando Gaudareto. *Os contratadores e o Império colonial português: um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva*. Dissertação de mestrado. UFF. 2005. P. 35 e 100.

³⁵ Por exemplo, SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 223.

tem-se aí uma dinâmica entre colônia e metrópole, onde há uma relativização dos papéis tradicionalmente atribuídos a ambas, um jogo de concessões e cessões, onde é possível perceber a interação entre ambas e os espaços abertos para a negociação.

As bases para o método de especulação do futuro na obra *O ano 2000*, de Herman Kahn e Anthony J. Wiener

Fabio Sapragnas Andrioni

Este trabalho tem como objeto o livro *The year 2000: a framework for speculation on the next thirty-three years*¹, publicado em 1967, de autoria de Herman Kahn e Anthony J. Wiener e traduzido, no Brasil em 1968, com o nome *O ano 2000: uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos*. O livro consiste em um conjunto de previsões para o ano 2000 em diferentes áreas, como econômica, política e cultural, por exemplo.

Este livro reflete uma tendência de desde o fim da Segunda Guerra, quando se iniciou uma preocupação com a especulação do futuro. Em meados da década de 40, por exemplo, Ossip K. Flechtheim idealizou a Futurologia. O termo, nascido da junção de *futurus* com *logia*, designava a ciência que serviria para projetar tendências com o intuito de perceber as evoluções e discernir o inevitável do evitável, ou seja, era, segundo Flechtheim, *pesquisar as conseqüências do passado e do presente no futuro*². Posteriormente, estudos similares, ou com intenções parecidas surgiram, inclusive com outras alcunhas, tais como: Estudos Futuros, Futurismo e Prospectiva. Kahn e Wiener sempre preferiram Futurismo ou Estudos Futuros, simbolizando a idéia de *estudos organizados sobre o futuro*³.

Tais estudos foram realizados tanto nos EUA, quanto na Europa, especialmente na França. No contexto americano, destacaram-se os *think tank*, sendo o primeiro a Corporação Rand (acrônimo para Research and Development). Fundada em 1946, ela possuiu, até 1947, um contrato exclusivo com a força aérea americana. Com o fim do contrato, mudou-se para um prédio próprio e, em 48, tornou-se uma instituição de consultoria sem fins lucrativos. Nela que se iniciou um modelo de prática de previsão, já no período da Aeronáutica, quando

¹ Neste texto, trabalhei com duas versões do livro: uma americana e outra brasileira. Contudo, devido a algumas diferenças interpretativas referentes à tradução, em alguns trechos, optei por uma tradução própria. Assim, quando for tradução própria, citarei somente a edição americana e porei o trecho no original. Quando usar a tradução nacional, citarei as duas.

² MARIANO, Carlos Alberto. **Estudos do futuro**: a história e a filosofia dos Estudos do Futuro. 1995. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995, p. 14.

³ BELL, D. Introdução. In: KAHN, H., WIENER, A. J. **O ano 2000**: uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos. São Paulo: Melhoramentos/Universidade de São Paulo, 1968. p. 17; BELL, D. Introduction. In: KAHN, H., WIENER, A. J. **The year 2000**: a framework for speculation on the next thirty-three years. Croton-on-Hudson: Hudson Institute, 1967. p. xxi.

realizava *estudo científico e pesquisa com temas amplos sobre a guerra aérea com o objetivo de recomendar à Força Aérea métodos, técnicas e instrumentos preferidos*⁴.

Na Rand, Kahn, nos anos 50, ainda jovem, iniciou seus trabalhos sobre o futuro. Em 61, Kahn saiu da Corporação e, junto com o antigo colaborador, Max Singer, fundou o Instituto Hudson⁵. Ainda com eles estava Anthony J. Wiener, que possuía formação em Direito em Havard e era instrutor no departamento de Ciências Políticas do MIT. Ele aceitara um segundo convite para trabalhar com os dois em um novo instituto, uma vez que já tinha rejeitado um primeiro, feito um ano antes, para trabalhar na RAND⁶. Nos anos iniciais, o Instituto trabalhou com o Pentágono, desenvolvendo o programa de “vietnamização”, que consistia em interferir no Vietnã do Sul e organizar as forças armadas para quando os EUA saíssem do país. Nos anos seguintes, após a perder o apoio financeiro, o Instituto não se restringiu somente às questões militares, abordando também tópicos de política e economia. Foi neste contexto em que o *O ano 2000* foi escrito.

O livro é considerado como uma fundamentação metodológica e teórica, principalmente pelo desenvolvimento do método cenário, pela utilização de sistemas matemáticos e científicos para fazer as previsões e a estruturação de alicerces interdisciplinares⁷. Desta forma, não é somente um livro de previsão, mas é também uma proposta metodológica. O subtítulo do livro, *uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos*, demonstra isso. Contudo, há uma contradição. A idéia de especular dá uma noção de relativa liberdade, de se afirmar coisas sem uma obrigação empírica. Mas o subtítulo defende uma estrutura para especular, portanto, é uma forma de delimitar e dirigir a especulação. O ano 2000 seria, assim, a primeira determinação e direção para a especulação.

No primeiro capítulo, chamado *Mudança e Continuidade*⁸, há uma primeira parte, que tem como título a pergunta: *Por que especular com tanta antecendência?*⁹, na qual os autores apresentam os alicerces que possibilitarão e justificarão o método. Neste artigo, exporei e analisarei essas bases. Tal enfoque é importante, pois se insere dentro de um projeto maior,

⁴ GHAMARI-TABRIZI, Sharon. **The worlds of Herman Kahn**. Massachussets: Harvard Press, 2005. p. 51. Tradução livre de “*scientific study and research on the broad subject of air warfare with the object of recommending to the Air Forces preferred methods, techniques and instrumentalities*”.

⁵ GHAMARI-TABRIZI, Sharon. *Op cit.* p.80.

⁶ *Ibidem.* p. 80.

⁷ ALIGICA, Paul D. **Herman Kahn**. Sem data. Disponível em:

<http://www.hudson.org/learn/index.cfm?fuseaction=staff_bio&eid=HermanKahn>. Consultado em 30/04/07.

⁸ Em inglês: *Change and Continuity*. KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p. 1; KAHN & WIENER. *Op cit.* 1968, p. 27.

⁹ Em inglês: *Why speculate far ahead?* KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p. 1; KAHN & WIENER. *Op cit.* 1968, p. 27.

que é definir e expor a teoria da história que subjaz as propostas especulativas presentes no livro. Contudo, essa proposta histórica não possui um rigor acadêmico, o que resulta em uma carência de referências claras e precisas para a elaboração do método de especulação. Isto dificulta a definição do que utilizar para exposição e análise. Um trabalho nesse sentido precisa ser realizado, primeiramente, na identificação da formação em humanidades de Wiener, uma vez que Kahn não escrevia suas obras, mas ditava aos seus parceiros e colaboradores, os quais gravavam e, depois, transformavam em um texto que Kahn revisava¹⁰. Além disso, Kahn também não possuía muita disciplina na organização e condução dos seus estudos e temas¹¹. Sendo assim, é possível que parte das formulações mais desenvolvidas acerca da teoria da história foram elaboradas textualmente por Wiener.

Por isso, por enquanto, só pude partir da identificação de temas que os autores levantaram e que já possuem uma atenção da história e da filosofia e optei por compará-los com obras anglófonas ou tradicionais sobre os mesmos temas.

A preocupação dos autores em definir as bases que justifiquem o método se reflete na pergunta que abre o sub-capítulo. Ao perguntar “por que especular ...?” busca-se justificativas para a prática de especular, entretanto, durante toda a construção, esta pergunta acaba se confundindo com outra, que é a da possibilidade de especular. A especulação é sempre apresentada com fins políticos. Apesar de os autores não explicarem claramente o que pretendem com este termo, tal idéia, que é esclarecida diluidamente ao longo do texto, não trata da política no âmbito partidário e de debates, mas sim no de planos administrativos e gerenciais.

Frente à pergunta que abre o sub-capítulo, a resposta, vaga, é de que há várias boas razões para se especular sobre os próximos 33 anos. E, então, a discussão segue por outra via. Os autores defendem que o essencial é buscar apresentar as condições futuras com detalhes razoáveis e ponderar como os resultados dependem das escolhas políticas atuais¹². Desloca-se, portanto, a atenção do motivo de especular para o como especular. Cai-se, desta forma, na questão da possibilidade de realização das especulações.

As justificativas para o ato de especular não se dissociam, assim, do modo de especular. Esta dissociação não existe, pois a vontade de especular com fins políticos sobre o futuro gera a necessidade da elaboração de um método. E a existência do método, por sua vez, acaba dando as dimensões do que é possível alcançar e realizar com a previsão. Esta não-

¹⁰ GHAMARI-TABRIZI, Sharon. *Op cit.* p.78.

¹¹ *Ibidem.* p. 79.

¹² KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p.1.

dissociação se potencializa, ainda, com a substância prática do que se prevê, já que as questões políticas têm um fim estritamente prático e, por isso, não podem fugir do âmbito do realizável, sendo, este realizável, tanto um motivo quanto uma maneira. Sendo assim, o texto pendula sutilmente na busca dessas duas soluções, ora para os porquês, ora para o como. Contudo, as duas perguntas só serão respondidas com a concretização do método.

Neste ritmo pendular, os autores afirmam que somente apresentar as condições futuras com detalhes razoáveis e ponderar como os resultados dependem das escolhas políticas atuais não possibilitariam o controle do futuro. Esta impossibilidade decorreria do grau das incertezas, as quais proviriam, por sua vez, do hiato temporal relativamente grande entre os anos de 1967 e 2000, já que ele não permitiria saber como as decisões políticas do presente interfeririam no futuro¹³.

Voltando ao porque, sem, todavia, resolver o problema do hiato, Kahn e Wiener expõem três utilidades para os estudos especulativos sobre um longo período: 1) um ânimo para a imaginação, já que poderia expandir as perspectivas e aumentar a criatividade; 2) servir como fundo para estudos que abrangeriam, no máximo, dez anos, tendo, assim, uma utilidade heurística, ou seja, como hipóteses dirigentes apesar de provisórias; 3) antecipar problemas e, portanto, soluções¹⁴. As duas primeiras funcionalidades não sofrem qualquer influência problemática do hiato temporal, contudo, a terceira, não. Por outro lado, a terceira é a única que permite justificar a existência de um método para previsões longas e, então, precisa ser resolvida face ao problema levantado anteriormente. Por isso, os autores dirigem a atenção a esta justificativa e, visando resolver este campo de incerteza, elaboram as bases do método, as quais identifiquei como quatro.

A primeira base consiste em distinguir eventos e tendências que se assentem sobre circunstâncias únicas dos que dependem de fenômenos cumulativos. Exemplos de fenômenos únicos seriam as questões de relação internacional ou de segurança nacional, enquanto que os de fenômenos cumulativos seriam a educação de um indivíduo, o controle da população ou o planejamento urbano. Após a distinção, as previsões deveriam se basear principalmente nos cumulativos¹⁵.

Ao diferenciar os fenômenos únicos dos cumulativos, Kahn e Wiener acabam entrando em uma questão há muito debatida na história: a da singularidade dos acontecimentos. Contudo, a visão dos futuristas, pensando-se dentro da forma que Dray, por exemplo, expõe a

¹³ KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p.1.

¹⁴ *Ibidem.* p.1-2.

¹⁵ *Ibidem.* p.2.

questão, acaba sendo conciliadora. Dray entende tal tema dentro de uma oposição entre a visão idealista e a positivista. Os últimos acreditam ser possível submeter os acontecimentos a leis generalizantes, apesar de suas singularidades, enquanto que os idealistas acreditam que o objeto de estudo deve ser justamente as singularidades¹⁶. Kahn e Wiener não crêem em uma única forma de compreensão e de existência dos acontecimentos. Ou seja, há tanto os acontecimentos que, apesar das singularidades, podem ser entendidos a partir de leis ou tipos, de forma semelhante a que Hempel enuncia como hipóteses universais: *em todos os casos em que um evento de tipo C ocorra em determinado lugar e tempo, um outro evento do tipo E ocorrerá num lugar e num tempo de modo típico relacionados com o lugar e o tempo da ocorrência do primeiro evento*¹⁷. Assim como há os acontecimentos que não cabem em qualquer lei, pois suas singularidades imperam no seu entendimento e manifestação¹⁸. Assim, os autores optam por uma saída apontada, por exemplo, por Joynt e Rescher, que afirmam que a melhor maneira de determinar a unicidade de um evento é saber o limite da influência das generalizações¹⁹. Todavia, a idéia de eventos cumulativos ainda permanece obscura.

Continuando no sentido de mostrar que as previsões são possíveis, os autores identificam um novo problema – que condiz com aquele do hiato – que é o *timing* (ou ritmo, na tradução brasileira)²⁰. Ele se relaciona com os momentos de decisão e de realização das decisões, entendendo-os dentro da seguinte lógica: o presente é resultado do passado que o decidiu, mas, por sua vez, o presente decide o futuro que se realizará. Há, nesta formulação, uma teoria de articulação temporal, a qual constitui a segunda base para o método. Os autores defendem-na, pois, segundo eles, os planejamentos, programas, políticas e sistemas de governo e militares mudam de forma relativamente lenta frente às decisões atuais, porém, mudam de forma rápida frente às decisões do passado. Credo que este ritmo se manteria, os futuristas afirmam que o momento em que a decisão é tomada não corresponde ao momento da realização da mesma. Assim, algumas mudanças contextuais, que não foram cogitadas na decisão, poderão ter ocorrido no momento da realização. Porém, pouco poderá ser feito no

¹⁶ DRAY, William H. **Filosofia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977. p. 18-22. É importante lembrar, ainda, que a idéia de singularidade não se opõe necessariamente à idéia de continuidade, uma vez que esta singularidade decorre justamente da continuidade dos acontecimentos. Vide: DRAY, W. *Op cit.* p. 21-22; JOYNT, C.B.; RESCHER, N. JOYNT, C.B.; RESCHER, N. The problem of uniqueness in history. **History and Theory**. Vol. 1, n. 2, 1961. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=00182656%281961%291%3A2%3C150%3ATPOUIH%3E2.0.CO%3B2-A>>. Acesso em: 21 fev. 2008 p. 159-160.

¹⁷ HEMPEL, Carl G. A função das leis gerais. In.: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. p. 422.

¹⁸ DRAY, W. *Op cit.* p.20.

¹⁹ JOYNT, C.B.; RESCHER, N. *Op cit.* p. 155.

²⁰ KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p. 2; KAHN & WIENER. *Op cit.* 1968, p. 28.

futuro, pois, quando presente, as respostas não terão efeito imediato²¹. Ou, como os autores escreveram: *podemos fazer menos para modificar situações sociopolíticas que se acham mais perto de nós, e sobre as quais mais sabemos, ao passo que podemos exercer maior influência sobre aquelas situações futuras a respeito das quais saberemos relativamente pouco, até mesmo quanto às nossas preferências*²².

Esta idéia de continuidade é que dá respaldo para os eventos chamados de cumulativos. A idéia de acúmulo parece – uma vez que os autores não esclarecem o que vem a ser – referir-se às decisões. Assim, os eventos cumulativos seguem limites determinados e que precisam ser refeitos com relativa constância, seguindo o resultado dos estudos e planejamentos. São, portanto, eventos que se realizam conforme o acúmulo de planejamentos que são elaborados e de decisões que são tomadas.

Os autores, na seqüência, apresentam outro problema, sem, contudo, escapar daquele do hiato. O empecilho, agora, são os fatores desconhecidos que serão determinantes no futuro planejado. Uma solução apresentada seria preparar sistemas e planejamentos flexíveis²³. Mas tal prática poderia ser desvantajosa, pois poderia encarecer os planejamentos, assim como romper com vantagens advindas dos compromissos com os planejamentos anteriores²⁴.

Então, os autores retornam momentaneamente à questão de “por que especular...?”, argumentando que outro motivo para elaborar planejamentos flexíveis é melhorar o aproveitamento das situações, se elas forem boas, ou diminuir os problemas, caso sejam ruins. Com isso, torna-se importante conhecer as oportunidades e os perigos de todos os futuros, por mais que não pareçam possíveis.

Retornando, então, à questão sobre os fatores desconhecidos no futuro, uma das causas poderia ser as mudanças rápidas decorrentes da inovação tecnológica e das mudanças políticas, econômicas e sociais que seguem a expansão acelerada da população no mundo. Esta velocidade de mudança, para Kahn e Wiener, diminuía a confiança na experiência prática como condutora das políticas públicas, além de reduzir a serventia do julgamento tradicional no tratamento dos problemas sociais. Desta forma, para os autores, o conhecimento tradicional e os julgamentos intuitivos não aparentavam mais dar conta das questões, dificultando a mensuração do efeito de tais desenvolvimentos²⁵.

²¹ KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p. 2.

²² KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p. 2. KAHN & WIENER. *Op cit.* 1968, p. 29.

²³ KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p.2.

²⁴ *Ibidem*, p.3.

²⁵ *Ibidem*, p.3.

Não dá pra se pensar a idéia de acúmulo de decisões e planejamentos que cercam os eventos cumulativos separada da questão das mudanças aceleradas. Os eventos cumulativos pressupõem uma interconexão temporal e uma continuidade, as quais têm como conceitos centrais o momento de decisão e o momento da realização da decisão. Contudo, os autores se ocupam do momento de decisão como a situação do presente e, por isso, o mais importante momento. Desta forma, o presente, como momento de decisão, expande-se para o futuro. Esta característica é constituinte da modernidade, tal como Habermas expôs, assim como o ritmo acelerado de mudança que os autores apresentaram.

Habermas delimita os “tempos modernos” como o tempo em que o ritmo de mudança se acelera. Inicialmente, modernidade significava “novos tempos”, simbolizando, assim, uma época nova, distinta das anteriores. Esta visão parte da idéia cristã de um “novo tempo” futuro, que começaria junto com o juízo final, porém, aqui, o futuro já se iniciou, sendo, portanto, uma época de orientação para o futuro, *que está aberta ao novo que há de vir*²⁶. Para Habermas, é esta abertura para o futuro que caracteriza particularmente este “novo tempo”. Assim, há um contínuo recomeço, já que *o início de uma época histórica repete-se e reproduz-se a cada momento do presente, o qual gera o novo a partir de si*²⁷. Dentro desta visão, o presente acaba ganhando uma posição de destaque, como aquilo que há de mais imediato e novo. É o contemporâneo²⁸.

Com essa inovação constante centrada no presente, *o tempo é experienciado como um recurso escasso para a resolução dos problemas que surgem*²⁹, uma vez que há, então, por outro lado, um rompimento contínuo com o passado. Ou seja, o tempo é comprimido e a modernidade não deseja e não consegue utilizar modelos anteriores para orientá-la, restando-lhe *extrair de si mesmo sua normatividade*³⁰. Se Habermas aponta isso na arte³¹, Kahn e Wiener perceberam na tecnologia, o que também minou a força do passado como referência para o futuro. Todavia, este rompimento constante com o passado e, então, do aparecimento do novo, poderia tornar a previsão inviável. Mas a idéia de presente dos autores é diferente, pois não é um presente que volta para o futuro como algo novo, mas como continuidade.

Para os futuristas, o presente não é nem instantâneo nem momentâneo em suas realizações, já que o presente é visto como um momento de conhecimento e ação práticos. A

²⁶ HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 9.

²⁷ *Ibidem*. p. 11.

²⁸ *Ibidem*. p. 11.

²⁹ *Ibidem*. p. 10.

³⁰ *Ibidem*, p. 12.

³¹ *Ibidem*, p. 14-15.

relação entre passado e futuro se dá de forma semelhante àquilo que Reis chamou de passado recente. O passado recente é retido pelo presente, o qual, então, consegue se dilatar para o futuro³². Apesar de, nesta visão, o presente também ser fugidio, ele influencia o futuro. Além desta articulação, a qual resolve o problema das constantes mudanças, os autores recorrem a outro expediente, este mais antigo e que acaba sendo a terceira base para o método. Ele consiste na defesa da existência de fatores inalteráveis e tradicionais nos homens, nas sociedades e nas culturas, fatores que ainda possuem papéis importantes e decisivos. Desta forma, cabe ao planejador do futuro distinguir as continuidades e as mudanças, conseguindo, assim, perceber o que se mantém fixo por trás das modificações³³.

Esta questão da perenidade da natureza humana já fôra trabalhada, na Antigüidade, por Tucídides. Pires expõe que foi na obra deste historiador que a história consolidou-se como um saber, o qual se responsabilizaria pela memorização das ações humanas. Desta maneira, a história ganhava ares clarividentes, uma vez que os homens, por sua natureza, agiriam de formas parecidas ao longo da história. Com isso, a história era chamada de *ktema es aei* (aquisição para sempre), sendo um conhecimento útil para os homens ao longo dos tempos³⁴.

Após esta resposta, que é forte, mas vaga, os autores afirmam que os estudos futuros estavam ressurgindo depois de décadas de descaso. Na Europa, nos EUA e no Japão, eles percebem este ressurgimento. A mudança significativa, agora, seria o esforço continuado, cooperativo e relativamente sistemático. Frente a isso, afirmam que a interdisciplinaridade seria um exemplo deste esforço integrado³⁵ e constituem, assim, a quarta base. As idéias de esforço integrado e interdisciplinaridade devem muito às experiências que Kahn adquiriu na época da Rand. Lá, provavelmente, conheceu e desenvolveu a idéia de modelos globais, que é uma abordagem que procura e considera, na previsão, a relação dos vários elementos da realidade³⁶. Além deste conceito, existia, ainda, a prática que foi chamada de método Delphi, que era constituir um processo de comunicação igualitária entre todos os participantes de um grupo. Este grupo pretendia tratar de questões diversas e complexas de forma ordenada e buscava um consenso aproximado³⁷. Era uma proposta interdisciplinar de esforço coletivo que intentava abarcar, assim, as diversas esferas da sociedade.

³² REIS, J. C. **Tempo, história e evasão**. Campinas: Papirus, 1994. p. 53.

³³ KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p. 3.

³⁴ PIRES, Francisco Murari. *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/cursos/antigos/>>. Consultado dia 31 jul. 2007.

³⁵ KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p. 4.

³⁶ MARIANO, C.A. *Op cit.*, p. 43.

³⁷ LINDSTONE, H. The Delphi Method, 1975, p.3. apud. MARIANO, C. A. *Op cit.* p.33

Frente a isso, e mantendo-se na questão do como deve ser feito, os autores defendem que se os estudos fossem mal realizados, resultariam em um simples conjunto de relatórios ao invés de uma discussão integrada³⁸. Além disso, existia um ideal de qualidade, já que os estudos não deveriam nem tender demasiadamente ao academicamente correto³⁹, nem para o muito objetivo⁴⁰. Se fossem bem feitos, surgiriam, ainda, um número de introspecções relevantes, além de auxiliar no enfrentamento de questões mais reais de política⁴¹, já que alcançaria resultados consistentes e precisos⁴². Por fim, tais estudos deveriam fornecer recomendações àqueles que cabem a decisão, mantendo, ainda, uma qualidade na escrita⁴³.

Esta ressalva final com a escrita é feita em contraposição ao que os autores chamam de visões individuais do futuro. Ao defender estes estudos integrados, os futuristas estão negando os estudos que eles identificam como baseados em gostos e valores⁴⁴, na maioria individuais, sem qualquer sistemática e assentados somente na imaginação, mas bastante influentes, principalmente por seus méritos literários. Alguns representantes seriam: George Orwell, H. G. Wells e Aldous Huxley⁴⁵.

Esta defesa da interdisciplinaridade é, como já disse, no sentido de conseguir abarcar um amplo aspecto de questões sociais reais e importantes de serem previstas. Ou seja, ela complementa a intenção demonstrada mais claramente nas outras três bases, que é a de controlar o futuro a partir de planejamentos políticos. Ou seja, desde a identificação dos eventos cumulativos, passando pela centralidade do presente como momento de decisão e, logo, de definição do futuro, reconhecendo o problema das mudanças e, por fim, recuperando o controle a partir da afirmação da existência de fatores perenes, os autores consolidam o fundamento para suas previsões. Ainda de aparência tosca, esta visão é refinada e a ela são acrescentados novos elementos ao longo do livro. Contudo, por ora, é possível afirmar que a idéia de controlar o futuro a partir de planejamentos políticos não é uma proposta inédita, já que se aproxima daquilo que Koselleck chamou de prognóstico racional.

Prognóstico racional foi uma forma de abordagem do futuro que surgiu, nos séculos XV e XVI, na Itália, e nos séculos XVII e XVIII nas outras cortes européias. Estava assentada na crença de que o futuro é um conjunto finito de possibilidades que apresentam níveis

³⁸ KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p. 4.

³⁹ *Ibidem.* p. 4.

⁴⁰ KAHN & WIENER. *Op cit.* 1967, p. 5.

⁴¹ *Ibidem.* p. 4.

⁴² *Ibidem.* p. 5.

⁴³ *Ibidem.* p. 4.

⁴⁴ *Ibidem.* p. 5.

⁴⁵ *Ibidem.* p. 4.

diferentes de ocorrência provável. Logo, o futuro não era mais inevitável. Era possível, assim, mensurar os resultados das ações políticas⁴⁶. Há, portanto, intenções semelhantes entre os Estudos Futuros e o Prognóstico Racional, sendo que as duas partem de um ponto comum, que o futuro não é mais algo pronto, mas sim em construção.

Há, portanto, nas pretensões de especulação do futuro de Kahn e Wiener um espírito moderno. Por outro lado, esse espírito moderno é sobreposto, no fim das contas, por um ideal antigo, de ações aparentadas na história. Desta forma, há uma desaceleração do novo, o qual se constitui apenas em aparência, uma vez que, por trás, fatores imutáveis estão presentes. A proposta dos futuristas, então, não é inovadora, pois, se, por um lado, eles têm uma pretensão caracterizadamente moderna, por outro, para resolvê-la, recorrem a um expediente antigo.

Referência bibliográfica:

ALIGICA, Paul D. **Herman Kahn**. Sem data. Disponível em:
<http://www.hudson.org/learn/index.cfm?fuseaction=staff_bio&eid=HermanKahn>. Consultado em 30/04/07.

ALIGICA, Paul D. **The Great Transition and the Social Limits to Growth**. Abril, 2003. Disponível em:
<http://www.hudson.org/index.cfm?fuseaction=publication_details&id=2827>. Consultado em 30/04/07.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru: EDUSC, 2001.

C., M. Carta ao leitor. **Veja e Leia**. Nº 118, 09/12/70, p.15.

CONDORCET. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Unicamp, 1993.

DE DECCA, Edgar Salvadori. As desavenças da história com a memória. In.: SILVA, Zélia Lopes da. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

DRAY, William H. **Filosofia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso: ou progresso como ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006.

⁴⁶ KOSELLECK, R. Modernity and the planes of historicity. In: **Economy and society**. Vol. 10, nº2, Londres, Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul, maio de 1981. p. 175.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GHAMARI-TABRIZI, Sharon. **The worlds of Herman Kahn**. Massachusetts: Harvard Press, 2005.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARTOG, François. **Regime de Historicidade**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/cursos/antigos/index2.html>>. Consultado dia 31/07/07.

HUDSON Institute History. Sem data. Disponível em: <<http://www.hudson.org/learn/index.cfm?fuseaction=history>>. Consultado em: 30/04/07.

JOYNT, C.B.; RESCHER, N. The problem of uniqueness in history. **History and Theory**. Vol. 1, n. 2, 1961. p. 155. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0018-2656%281961%291%3A2%3C150%3ATPOUIH%3E2.0.CO%3B2-A>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

KAHN, H.; WIENER, A.J. **O ano 2000: uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos**. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1968.

KAHN, Herman. Quem ama um gordo profeta? **Manchete**. Nº 917, ano XVII, 15/11/69, p.26-27.

KAHN, H.; WIENER, A.J. **The year 2000: a framework for speculation on the next thirty-three years**, S/l: Hudson Institute, 1967.

KOSELLECK, R. Modernity and the planes of historicity. In: **Economy and society**. Vol. 10, nº2, Londres, Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul, maio de 1981.

LEVESON, Irving. **Memorial to Herman Kahn**. Julho, 2003. Disponível em: <http://www.hudson.org/index.cfm?fuseaction=publication_details&id=2920>. Consultado em 30/04/07.

LÖWITH, Karl. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, s/d.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues; VELOSO, João Paulo dos Reis. OS mitos do ano 2000. **Veja e Leia**. Nº 41, 18/06/1969, p.3-6.

PIRES, Francisco Murari. **Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/cursos/antigos/>>. Consultado dia 31/07/07.

REIS, José C. **Tempo, história e evasão**. Campinas: Papirus, 1994.

SELINGMAN, Dan. **Know-it-all**. Abril, 2001. Disponível em: <http://www.hudson.org/index.cfm?fuseaction=publication_details&id=817>. Consultado em 30/04/07.

Sem autor. Futuro: como será. **Veja e Leia**. Nº 104, 02/09/70, p. 38.

Sem autor. Nostrakahn. **Veja e Leia**. Nº 104, 02/09/70, p.18.

Sem autor. Um cavaleiro do apocalipse. **Veja e Leia**. Nº 63, 19/11/69, p. 26-27.

SOROKIN, Pitirim A. **Social and cultural dynamics, v2.** New York/Cincinnati/Chicago/Boston/Atlanta/Dallas/San Francisco: America Book Company, 1937.

Feições da literatura do regime militar brasileiro: do lugar da memória à produção acadêmica

Emanuela Antunes Bezerra*

Resumo: A ditadura militar brasileira tem sido objeto de escrita narrativa/memorialística e campo de estudo de produções acadêmicas na área de ciências humanas. Desenvolver-se-á nesse texto de comunicação um balanço historiográfico a cerca das feições da escrita que contempla esse período da história do Brasil. O objetivo deste trabalho consiste em estabelecer uma análise entre a literatura memorialística e a recente produção historiográfica que versa sobre a multiplicidade de temas e objetos a cerca do regime militar brasileiro. A disputa memorialística que antagoniza narrativa dos “vencidos” em detrimento a dos “algozes” apresenta-se para os historiadores da atualidade como importante fonte documental e objeto de estudo. O que em outrora ocupava a função de denunciar os “anos de chumbo” passa por um processo de resignificação pela contemporânea produção acadêmica. Aos caminhos percorridos pela memória e produção acadêmica, no tratamento a história do regime militar, dedica-se a presente comunicação.

Palavras-chaves: Regime Militar – Memória – Historiografia

Revisitar a História configura-se como uma prática inerente ao ofício do historiador. Novos olhares, perspectivas, resignificados, objetos, temas e novas abordagens colocam-se como demandas constantes à produção historiográfica. A cada caminho percorrido na estrada da construção e elaboração do conhecimento histórico a escrita da literatura específica, de um dado tema e objeto de estudo, deve ser revistada, pois a edificação da história é um trabalho sobre lacunas descobertas sobre o compreendido e o ainda por compreender. Já dissera Michel de Certeau que *a escrita da história é, por sua essência, o estudo da escrita como prática histórica*. Escrever a história é, portanto, o trabalho sem trégua, pela força do desejo, sob as esporas de uma curiosidade ardente que nada poderia deter¹. É a partir dessa premissa, de entender a escrita da história como uma prática histórica, que será contemplada nessa comunicação um balanço historiográfico concernente ao que tange as feições da literatura sobre o regime militar brasileiro.

* Graduou-se nas modalidades de bacharelado e licenciatura no curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É professora do Colégio Magnum Agostiniano, do Mais Pré-Vestibular e Tutora de ensino à distância do Cefor – PUC Minas Virtual.

¹ Sobre as considerações de Michel de Certeau sobre a escrita historiográfica ver: *A Escrita da História*. 1982.

Período complexo, que anima posições e versões antagônicas entre o tempo do “milagre econômico” e dos “anos de chumbo” – simplificando a relação – o regime militar brasileiro tem tornado-se temática de análise nos estudos de pesquisadores contemporâneos. Promover um balanço historiográfico de um período tido *a priori* como não grato a história da sociedade brasileira, que só recentemente tem recebido atenção especial de historiadores, requer um cuidado de contemplar sua trajetória, isto é, da memorialística à produção acadêmica. Não estancando em classificação arbitrária, pode-se, de maneira sumária, esboçar em três matizes a literatura sobre o golpe civil-militar de 1964 e seu legado político que se estendeu até 1985. Neste sentido, destacam-se como escritos a literatura: memorialística; brazilianista e historiográfica/ acadêmica.

Sobre as brumas das memórias... algumas revisões historiográficas.

A escrita memorialística forneceu as primeiras revelações acerca do regime militar brasileiro a partir da ótica brasileira sobre o período; pois, cabe ressaltar que não podemos descartar as produções/ publicações brazilianistas que datam da segunda metade da década de 60 e da década de 70 consagrada por autores como Thomas Skidmore, René Dreifuss, entre outros que não serão contemplados como objeto de análise em virtude das limitações a que deve submeter-se uma breve comunicação. Sob a tônica do testemunho, a narrativa histórica memorialista foi palco de conflitos no que Carlos Fico atentou para “*disputa pela versão mais correta da memória*”. A narrativa dos “protagonistas”, ou seja, dos seus atores sociais deve ser entendida como uma versão parcial do processo histórico, contada, sobretudo, a partir da abertura política da ditadura militar na década de 80. Vários são os tecidos sociais que compõem o emaranhado das memórias sobre o período em questão, dentre suas múltiplas feições podemos destacar três: a memória da esquerda, a religiosa – destacando a memória de religiosos da Igreja Católica – e a dos militares. Faz oportuno destacar, que pela heterogeneidade política e social da instituição católica ora suas memórias confundem-se com os anseios da esquerda ora com a dos militares.

Remontando as considerações de Daniel Aarão Reis² sobre as memórias da esquerda, esta “consagrou uma orientação de hostilidade à ditadura, celebrou os vencidos de então e condenou sem piedade os poderosos que mandavam e desmandavam no país”. (REIS, p. 7, 2005). Desta feita, contribui para a cristalização simplificada que compreende a ditadura apenas como tempo de predomínio das trevas, favorecendo, por sua vez, a demonização dos militares em favor da vitimização da esquerda, sobremaneira, a armada. *Resistência política* configura-se como palavra de ordem na memorialística da esquerda. Na empreitada de verem-se libertados dos grilhões repressivos da ditadura militar a partir “*do golpe dentro do golpe*”, em 1968 com o AI-5, a luta armada configurou-se como a alternativa mais viável ao processo de desestabilização da ordem autoritária em favor da ordem democrática. O que a historiografia atual pergunta a memória da esquerda é, em que medida, a democracia compunha o projeto político defendido pela esquerda de orientação marxista? Carlos Fico defende a transfiguração da luta armada como práxis efetiva para uma proposta memorialística de resistência política pró-democrática elaborada pela esquerda. Sobre a memória da esquerda podemos citar alguns clássicos: *1968: o ano que não terminou* – Zuenir Ventura - 1988; *O que é isso companheiro?* – Fernando Gabeira – 1979; *Combate nas trevas* – Jacob Gorender – 1987; entre outros.

Ao que refere à memorialística religiosa o teólogo Lauri Emilio Wirth contempla dois eixos de interpretação. A primeira interpretação aponta a memória religiosa pela legitimidade da instituição, responsável pela manutenção da tradição do grupo, contemplando seus aspectos doutrinários, simbólicos e cerimoniais, atribuindo pouca consideração ao sujeito religioso. Essa abordagem da memória religiosa preocupa-se, principalmente, com a elaboração de uma memória cultural da instituição, favorecendo a manutenção da tradição mesmo em processos de transformações históricas, não elucidando, dessa forma, os sujeitos históricos. Em contrapartida, a segunda perspectiva interpretativa da memória religiosa busca retratar o aspecto biográfico da vivência religiosa articulada aos eventos da vida cotidiana conjugada com a identidade religiosa. Nessa linha de pensamento da memória religiosa, são valorizadas as ações do sujeito religioso na história, vinculando essa experiência a aspectos objetivos da realidade-

² Faz-se pertinente atentar sobre a dualidade das contribuições de Daniel Aarão Reis que podem ser consideradas: como memorialística de esquerda, por ter sido sujeito histórico dos movimentos de oposição ao regime militar; e ainda como historiográfica, pois tem produzido como historiador significativa literatura acadêmica sobre o período.

histórica do devoto. A memória do sujeito religioso fala do sentido da sua experiência, de sua apropriação e da fertilização dessa vivência no cotidiano da vida, captando o significado da religião na realidade objetiva. Articulando essa perspectiva a memória de religiosos católicos sobre o regime militar brasileiro destaca-se o testemunho/ denúncia e narrativa histórica dos frades dominicanos. Como literatura memorialística, tomando como referência a segunda interpretação de Lauri Emilio Wirth sobre a memória religiosa, o livro *Batismo de Sangue: os dominicanos e morte de Carlos Marighella*, escrito por Frei Betto com primeira edição em 1983 configura-se como um Best Seeler sobre a memória dos dominicanos na participação política de oposição ao governo militar autoritário instaurado em 1964.

No que tange a memorialística dos militares Carlos Fico destaca, basicamente, duas perspectivas uma atribuída àqueles desgostosos por terem sido afastados do poder e a outra proveniente daqueles que defendem os aspectos positivos do regime que favoreceu a construção de um “Brasil Grande”, destacando a repressão como um pormenor necessário para o vôo do desenvolvimento. Seguindo essa última vertente, destacamos as memórias do General Jarbas Passarinho defensor austero do regime militar brasileiro. Os pronunciamentos de Jarbas seguem duas tendências que se somam a respeito do regime, isto é, como argumentador dos grandes feitos dos governos militares e refutador dos críticos e opositores do período. Para Jarbas as produções históricas sobre o regime militar padecem da parcialidade ideológica, comprometendo o ofício dos historiadores que “*deformam a história*”. Assumindo a alcunha de “*historiador oficial*” Jarbas Passarinho justifica em entrevista a *Folha de São Paulo* seu posicionamento de defensor da memória do regime militar:

Hoje, os que sobrevivemos ao 13 de dezembro de 1968 procuramos, em nome da dignidade e da coerência, não repudiar o que fizemos há 30 anos, ainda que deplorando a degeneração do ato que aprovamos. Não cabe passar por madalenas arrependidas, fugir da nossa responsabilidade nem ser arrogantes para deixar de lastimar a duração desmedida do ato, que teria sido de oito meses apenas se o derrame cerebral não tivesse fulminado Costa e Silva, em agosto de 1968. Nem poderíamos imaginar as deformações pessoais recíprocas, na insurreição e na contra-revolução, próprias da natureza da ‘guerra suja’, que não se rege pela Convenção de Genebra³.

³ PASSARINHO, Jarbas. A História pelos odientos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 dez. 1998. Caderno A, p. 2.

Ao que parece Jarbas Passarinho reclama às produções históricas um tratamento menos punitivo na construção do conhecimento histórico sobre o período militar. De fato percebe-se na análise da historiografia atual uma releitura sobre o período ditatorial do Brasil, mas não no sentido de celebrar positivamente seus feitos. Os anos de 2004 e 2008 configuram-se como efemérides de 40 anos de 1964 e 1968 respectivamente, favorecendo debates, publicações e fomentos a pesquisa. Tem tornado-se gradativo a produção acadêmica acerca do período militar fora da ótica memorialista, que por ora tem sido contemplada como fonte e objeto de estudo do historiador. As experiências humanas, resgatadas nas brumas do tempo, estabelecem uma estreita relação da memória com a história. Na edificação do conhecimento histórico a memória tem ocupado lugar de destaque, não mais como narrativa histórica, mas como possibilidade de resgatar algumas representações e significados sobre o passado. Conforme afirma Delgado, um significativo processo de interligação vem ocorrendo entre história e memória, já que:

[...] memória e transmissão de experiências são faces diferentes de um único cristal que inclui a História. A memória é retenção do passado atualizado pelo tempo presente. Articula-se com a vida através da linguagem, que tem na narrativa uma de suas mais ricas expressões. [...] É a matéria prima para o conhecimento histórico. É reflexão do homem sobre sua vida e seu tempo. É tempo de criação, de imaginação e de registro [...]. (DELGADO, 2006, p. 59).

A História, como campo do conhecimento que busca elaborar a construção do passado, tem na memória, individual ou coletiva, um instrumento de investigação, tendo em vista as contribuições da vivência daqueles que configuraram o cenário da história em um dado tempo e espaço. Conforme destaca Daniel Aarão Reis, a memória é sempre seletiva, pois, ao mesmo tempo em que revela, silencia. “A memória (...) desliza, se faz e refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem”. (REIS, 2004, p.29). Considerando, portanto, que a memória é sempre um resgate de lembranças passadas, Seixas afirma que a sua função consiste em “atualizar a lembrança (...) construindo a trama (...) das subjetividades múltiplas e heterogêneas que atuam em sua construção”. (SEIXAS, 2002, p.56).

Neste sentido, as contemporâneas produções acadêmicas remontam a narrativa memorialista investindo-as de ressignificados, reavaliações, interpretações e

problemáticas. Favorece o florescimento de novas perspectivas sobre o período militar a liberação gradual de documentos inéditos disponibilizados por órgãos governamentais e arquivos privados. Novas problemáticas têm sido alçadas em uma abordagem propriamente histórica da ditadura. Vários são os historiadores que debruçam sobre o período, a saber: Rodrigo Pato Sá Motta, Marcelo Ridenti, Daniel Aarão Reis, Lucília de Almeida Neves Delgado, Carlos Fico entre tantos outros. Dentre os historiadores citados, utilizarei como objeto de análise historiográfica as **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar** do historiador Carlos Fico.

Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar publicado em 2004 na ocasião da efeméride do Golpe civil-militar de 1964 tem por objetivo, conforme destaca Fico, expor e discutir as mais importantes correntes historiográficas sobre 64 e confrontar controvérsias sobre: repressão política, censura e outros temas da ditadura. O autor destaca que a historiografia vive momento oportuno para promover um balanço sobre a produção literária a cerca do regime militar brasileiro, seja em análise da sua forma memorialística seja em sua forma acadêmica.

Milhares de pessoas, na maioria jovens, têm comparecido a debates em todo o Brasil. A imprensa acompanha com interesse atividades acadêmicas regra geral ignoradas. Várias publicações voltadas para o tema têm sido lançadas. Qual a causa de tamanha aceitação? A explicação certamente fundamenta-se no fato de que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, graças tanto à pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto ao que poderíamos caracterizar como um “desprendimento político” que o distanciamento histórico possibilita: tabus e ícones da esquerda vão sendo contestados sem que tais críticas possam ser classificadas de “reacionárias”. Processa-se uma mudança geracional, sendo cada vez mais freqüente que pesquisadores do tema não tenham parti pris. (FICO, 2004, p.30).

Ocorre de fato, pela historiografia atual, um movimento de incorporação pelos historiadores sobre o período de 1964 a 1985. Conceitos, clichês e classificações simplistas sobre o período estão cedendo espaço a uma nova fase da produção histórica que conta, além da fonte narrativa histórica, com fontes inéditas. Parafraseando o autor, a idéia de que só após 1968 houve tortura e censura; a suposição de que os oficiais-generais não tinham responsabilidade pela tortura e o assassinato político, a impressão de que as diversas instâncias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado e a classificação simplista dos militares em “duros” ou “moderados”, entre outras considerações, tem sido gradativamente revisitada pela atual produção acadêmica

(FICO, 2004, p. 30). É crescente o envolvimento de jovens pesquisadores da história preocupados com o recente passado político do nosso país. Percebe-se, portanto, a contemplação pelos historiadores dessa nova geração de temáticas que não tão distante configuravam-se como “*mais caras*” aos sociólogos, cientistas políticos e as memórias de seus protagonistas.

Carlos Fico atenta para algumas considerações que devem ser colocadas à escrita memorialística, pois:

As mencionadas “moderação” de Castelo e transmutação da “luta armada” em “resistência democrática” são apenas dois exemplos de lista bem mais extensa de conflitos suscitados pela memorialística. Poderíamos falar de um esgotamento do gênero? Com o passar do tempo, é natural que os depoimentos rareiem e de algum modo tornem-se iterativos, sendo este o caso, por exemplo, dos testemunhos sobre a “luta armada”. Segundo Jacob Gorender, “do lado da esquerda, certamente não estão esgotadas as fontes capazes de fornecer revelações significativas, mas o principal já foi extraído dessas fontes. Ficaram por esclarecer detalhes, sobretudo concernentes a atuações individuais”. Não se trata de desqualificar o gênero, mas de bem entendê-lo, pois as memórias (oficiais, da esquerda e de outros grupos sociais) são antes objetos de análise do que fontes de acesso a uma suposta versão verdadeira. (FICO, 2004, p. 32).

Muitas são as revisões historiográficas apresentadas através de pesquisas profissionalizantes sobre o período da ditadura militar, dentre as quais podemos citar: as versões sobre a deposição de João Goulart; a instauração do golpe civil-militar; os movimentos de luta armada; o posicionamento da Igreja Católica; o chamado “porões da ditadura” homegeinizando o aparato repressivo, entre outras temáticas. Atribui-se a “Nova História” o interesse das recentes pesquisas históricas sobre o período, sobremaneira, a Nova História Política. Esta, por sua vez, permitiu entender a história política fora do lugar social do poder do Estado e das grandes personalidades, como em outrora. Neste sentido, a Nova História Política apresentou novos modelos teóricos e metodológicos, superando a proposta de um empirismo factual da narrativa histórica positivista. Novas tonalidades compõem os objetos e perspectivas da produção do conhecimento historiográfico que, segundo Falcon (1997),

[...] possibilitou a abertura para concepções novas e variadas a respeito de temas pouco freqüentados pela historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não-políticas, as práticas discursivas. [...]. A historiografia política passou a enfocar, nos anos 70, a “Microfísica do Poder”, na realidade, as infinitas astúcias dos poderes em lugares históricos pouco conhecidos dos historiadores – família, escola, asilos, prisões, hospitais, hospícios, polícia, oficinas, fábricas,

etc.; em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social.” (FALCON, 1997, p. 75).

Essa perspectiva teórica favoreceu a análise de objetos de estudos que vão além das facetas do Estado, assim, as relações políticas estabelecidas em outras esferas da sociedade passam ser contempladas. Fico elucidada a produção historiográfica recente marca uma nova fase das pesquisas e publicações sobre o período em questão. Dessa forma, o referido autor afirma que as novas perspectivas das narrativas historiográficas vêm:

Abandonando explicações fundadas em conceitos como os de “classe social”, “modo de produção”, “estrutura econômica” ou “estrutura social”, os historiadores do que se convencionou chamar de “Nova História” buscaram uma estratégia cognitiva (mais do que uma perspectiva teórico-conceitual) que enfatizasse o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua “mentalidade”, sua “trajetória de vida” etc. (FICO, 2004, p. 40).

Adotando o viés da narratividade sob a ótica da cultura as novas produções históricas comprometem-se, além da cultura política já mencionada, com as questões cotidianas, sociais, imaginárias, subjetivas e simbólicas do período militar autoritário. Dados apresentados pelo Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da UFRJ, entre 1971 e 2000, destacam que 205 pesquisas históricas, entre teses de doutorado e dissertações de mestrado, foram produzidas no Brasil. Os principais focos de interesse foram os movimentos sociais urbanos (27 trabalhos), os temas da arte e da cultura (também com 27 trabalhos), a economia (25) e os assuntos relacionados à esquerda e à oposição em geral (20 teses e dissertações). Em seguida vêm a imprensa (15), a censura (13), a crônica dos diversos governos (11), o movimento estudantil (8) e o estudo do próprio golpe (6), entre outros temas. (FICO, 2004, 41).

Não concorrendo a pretensão de esgotar as discussões acerca das produções sobre o período do regime militar brasileiro, no que tange a sua literatura específica, a presente comunicação buscou neste texto sumariamente elucidar sobre algumas transformações ocorridas e que estão por ocorrer sobre a historiografia do período na comunicação abordada. Usufruindo dos dizeres de Michel de Certeau: a historiografia tende a provar que (...) é capaz de compreender o passado – estranho procedimento, que apresenta a morte, corte sempre repetido no discurso, e que nega a perda, fingindo no presente o privilégio de recapitular o passado num saber. (CERTÉAU, 1982, p. 16). Posto

isto, os recentes historiadores tem muito por recapitular a história do regime militar brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTO, frei. **Batismo de sangue**: Os dominicanos e a morte de Mariguella. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 275 p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 135p.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**: volume 4: o tempo da ditadura : regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 432p.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. *Rev. Bras. Hist.*, 2004, vol.24, no.47, p.29-60.

FICO, Carlos. Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar. **Estudos de História : [Franca]**, Franca, SP , v.8, n.1 , p.69-90, jan.2001.

GABEIRA, Fernando. **O que e isso companheiro?**. 24. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. 190p

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: A esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. 255 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. **1968: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988 220p.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. de Sá. **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004. 333p

SEIXAS, Jacy Alves de. **Os tempos da memória (dês) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a História?** In.: Projeto História. Revista Departamento de História PUC-SP. São Paulo, Edusc, 2002, p. 44

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608p.

SOARES, Gláucio Ary Dillon et al. **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994. 309 p.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 314p.

WIRTH, Lauri Emilio. A memória religiosa como fonte de investigação historiográfica. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo , v.17, n.25 , p.171-183, jul./dez. 2003.

MAX WEBER HISTORIADOR
A indologia weberiana como uma alternativa ao historicismo alemão
Arilson Silva de Oliveira (USP)

Introdução

Os estudos sociológicos em geral se apropriam de Max Weber como um de seus autores fundadores, ou seja, como um eminente (e já clássico) precursor, com inúmeras e variadas contribuições às Ciências Sociais. Entretanto, aqui, visamos apresentá-lo como também proeminente teórico da história, pela identificação de conceitos e princípios advindos de suas análises indológicas, abundantemente presentes em uma de suas principais obras: *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie: Hinduismus und Buddhismus* (1921, póstumo), ainda pouco conhecida ou quase ignorada pelos estudos weberianos, sobretudo no Brasil.

Hoje em dia é muito comum afirmar que Weber fez uma sociologia-histórica. O que devemos nos perguntar é se esse hibridismo poderia ser reconhecido pelos homens de ciência no início do século XX. Parece-nos que não. E se nos inclinamos para a negativa, em oposição a essa leitura atual, é porque temos o intuito de evitar determinado anacronismo. Weber é, além de pensador da sociedade, um exímio teórico da história. E isto serve à sua própria estratégia metodológica, já que concebia a Sociologia como auxiliar da História. Defendemos que resgatar a importância do Weber historiador não implica em negar seu viés sociológico, mas recuperar também a obra do historiador, obscurecida pela sua apropriação nas Ciências Sociais.¹

Para caracterizar essa recuperação, utilizamos a história filosófica e indológica weberiana, em geral ignorada ou lida apressadamente, mal compreendida, mal apropriada e visivelmente

¹ Não apenas em obras recentes, tão bem construídas e tão bem argutas, como *Orientalism and Religion* de Richard King, por exemplo, o qual não dedica uma única referência ou crítica à indologia weberiana, uma vez que Weber lhe havia servido de exemplo e contra-exemplo para muitas de suas afirmações. Ademais, Weber chega a ser silenciado por seus compatriotas como Helmut von Glasenapp, o qual, em seu pioneiro *Das Indienbild Deutscher Denker* se detém, com certa extensão, em múltiplos autores que não têm o fôlego intelectual de Weber. Ou como Wilhelm Halbfass, que nas 550 páginas de sua referencial *Indien und Europa*, tão só inclui uma triste alusão a Weber numa nota final (HALBFASS, 1981: 521), referida à problemática da carência do direito natural na Índia. Sem falar do weberólogo Fritz Ringer, o qual elaborou uma exaustiva e minuciosa análise de Weber em *Max Weber's Methodology* (1997), mas não fez uma única menção ao método indológico weberiano, tocando no assunto apenas em *An Intellectual Biography* (2004b), mas com um breve resumo. No Brasil, o weberólogo Flávio Pierucci chegou a escrever sobre a China e o Islã, mas nunca sobre a Índia. Jessé de Souza também já escreveu abundantemente e organizou obras sobre Weber, mas não existe um único olhar direcionado para a Índia pela via de Weber. Tudo isso, provavelmente, desmotivado pela falta de conhecimento indológico e pela incompreensão da abundante língua sânscrita utilizada por Weber.

sugerida como secundária. Pois, indicamos que a função da indologia weberiana, assim como toda a sua obra, volta-se, dentre outros interesses, para a compreensão das particularidades da sociedade ocidental moderna; notadamente, o desencantamento sem precedente ocidental será identificado por contraste com a Índia encantada, ou seja, dois extremos que facilitam uma comparação *tipo ideal*, por assim dizer.

A nossa pergunta-guia é: se o segundo volume (dentre três) de *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* (GARS), obra indológica de Weber, consiste mesmo em uma obra sociológica ou histórica.

Nosso foco central, em si, é muito simples: *Hinduismus und Buddhismus* é uma obra de História, a qual ampara uma das principais oposições teóricas weberianas: desencantamento *versus* encantamento do mundo. A Índia figura como tipo-ideal do encantamento, contra o desencantamento proliferado pelo protestantismo europeu, com o advento do puritanismo e do calvinismo, tão lucidamente analisados em sua também clássica obra – histórica e não sociológica, segundo Sérgio da Mata (2006): *Die protestantische Ethik und der “Geist” des Kapitalismus* [A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo] (1904-5, 1920).

O Historicismo

Um dos significativos feitos teóricos de Weber – que nos ajuda a entender sua empreitada – foi a integração de duas perspectivas divergentes que vinham dividindo teóricos e profissionais das ciências históricas, sociais e culturais desde o início do século XIX: as chamadas abordagens *interpretativista* e *explicativa*. A barreira entre ambas apareceu em outras épocas e contextos científicos, mas foi particularmente acentuada na cultura acadêmica de Weber. Na verdade, seus resíduos ainda constituem sérios obstáculos ao pensamento intelectual e isso nos proporciona um maior crédito para análise.

Ao nosso modo de ver, Weber teria resolvido a tensão – operando, assim, a união entre ciências culturais e historicismo – por meio de duas reformulações cruciais, e, no que mais nos importa, com seu olhar também (e porque não dizer, principalmente) voltado à Índia. Para começar, adotou um esquema intrincado e flexível de análise causal singular; um tipo de análise que o faz remontar a seus antecessores causais pertinentes, a determinados eventos e às mudanças históricas ou desfechos. Depois, ao longo dessa linha de análise, desenvolveu um modelo de interpretação baseado na atribuição hipotética de racionalidade, o qual independe de

pressupostos subjetivos e naturalistas, ao mesmo tempo em que redime o processo hermenêutico como uma forma de análise causal singular.

Essa íntima conexão entre interpretação e explicação, no pensamento weberiano, é ainda ilustrada por sua recomendação de *tipos ideais* como recursos heurísticos. Tais *tipos ideais* são simplificações ou caracterizações unilateralmente exageradas de fenômenos complexos, os quais podem ser hipoteticamente concebidos e depois comparados com a realidade que devem elucidar.

Como exemplo, Weber encontrará na Índia o extremo-oposto do judaísmo, do protestantismo e do capitalismo moderno,² uma vez que ela representa o que há de mais encantado, mágico e substancialmente vivo, portanto, um objeto privilegiado para suas comparações. Weber dispôs-se a explicar a “combinação de circunstâncias”, a qual foi responsável pela diferenciação inicial entre a cultura ocidental e a oriental. Isto fica evidente quando a contemplação mística e a filosofia – especialmente tal como se desenvolveu na Índia – é posta em contraste, ponto por ponto, com o ascetismo interior, tal como se desenvolveu no cristianismo ocidental; enfatizando que o ascetismo puritano, por exemplo, viola o metafísico, em contraposição ao pensamento budista antigo que encara a ação deliberada como uma forma perigosa de secularização.

Nas primeiras linhas de *Das antike Judentum* (vol. III de GARS), Weber também dirá que a conduta social e ritual das castas indianas antigas – para as quais o mundo é eterno e carece de “história” linear ou típica ocidental – é justamente o oposto da conduta judaica antiga, pois, para esta, o ordenamento social do mundo é visto como algo que confirmaria a eleição escatológica do povo judeu como dominador da terra. O que provocara, segundo Weber, “uma distância enorme” e evidente entre o pensamento judaico e o indiano. Evidência estabelecida na explícita dicotomia em relação à visão do tempo (judaica, linear-finalista; indiana, cíclica); na visão da magia (judaica, antimágica; indiana, totalmente mágica); e assim sucessivamente em relação ao trabalho, à mulher, à política, à comensalidade, à economia, à sexualidade, à filosofia etc.

Como assinalado anteriormente, além do judaísmo, Weber coloca em pauta o protestantismo frente à Índia, pois somente o protestantismo ascético efetivamente eliminou a magia e a “iluminação” contemplativa intelectualista, que, na verdade, representa o oposto da

² Assim como o confucionismo será o “espírito” mais próximo do puritanismo.

concepção de profissão hinduísta tradicionalista, ou seja, um mundo tal qual “um grande jardim encantado” (WEBER, 1985: 379).

Todavia, esta comparação entre opostos extremos, a qual Weber elaborou com sua indologia, não foi tomada como contribuição para a precisão de suas construções analíticas, além de não ser considerada como ciência histórica, como hoje podemos caracterizar boa parte de sua obra. Pois, assim como em *Die protestantische Ethik*, em *Hinduismus und Buddhismus* Weber exagera seus exemplos e elucida definitivamente seu método e seus pressupostos. Mas, com tudo isso, a Índia de Weber ficou, além de praticamente silenciosa, reduzida a um apêndice da sociologia.

Supomos que essa ausência (ou silêncio) da indologia weberiana deveu-se a algumas razões. Por exemplo, alguns indólogos modernos consideram, por um lado, que o trabalho de Weber não contribui com nada significativamente profundo sobre a Índia; e, por outro, que está cheio de imprecisões, clichês e erros (KULKE, 1986: 97). Além disso, *Hinduismus und Buddhismus* lhes põe a dificuldade – muito mais do que outras obras – de se ter em conta as linhas fundamentais dos desenvolvimentos teóricos weberianos, acrescidas da exigência de conhecimento mínimo da cultura indiana, principalmente da língua sânscrita (exaustivamente utilizada por Weber) – quase sempre não familiar aos pesquisadores ocidentais –, para relacioná-los e compreendê-los.

Como diz David Gellner (1991: 247), muitos estudiosos (ocidentais) de Weber possuem em *Hinduismus und Buddhismus* sua única fonte de conhecimento sobre a Índia. Isso revela um problema tanto para o entendimento da indologia de Weber quanto para o pressuposto teórico de um Weber historiador.

Não obstante, Weber se apropriou das exigências metodológicas do historicismo alemão, contra toda filosofia iluminista da natureza humana (Wilhelm Ostwald e Karl Lamprecht) e contra toda filosofia idealista da história. Todavia, as depurou no intuito de evitar as conclusões do romantismo (Friedrich Schlegel e Friedrich Rückert, ambos orientalistas) e dos desvios psicologistas do neo-historicismo (Schmoller, Wundt e Lujo Brentano).

Com isso, muniu-se de um método particular, resgatou o tema da racionalidade e o utilizou como parâmetro para compreender a sociedade ocidental. Além disso, tendo como base seu

método compreensivo e comparativo, e estando inserido numa sociedade contagiada pela Índia,³ não se limitou ao Ocidente – fato que também o motivou a introduzir em suas análises sócio-históricas o método comparativo entre as culturas (principalmente entre as éticas religiosas) ocidentais e orientais. Seu método não só preconizava uma abordagem causal do mundo cultural e social, como ainda via a “cadeia de causas” históricas movendo-se em direções divergentes e ocasionalmente opostas, dependendo das circunstâncias, o que o levou a comparar as culturas ocidentais com as orientais, sem conjecturas evolucionistas. Assim elucida Colliot-Thélène, ao analisar Weber nesse aspecto:

Cada um dos aspectos de nossa civilização [ocidental] se encontra, assim, posto em evidência através da comparação com os aspectos correspondentes em outras civilizações, anteriores ou desconhecidas, os quais se acham reduzidos ao estatuto de imagens invertidas (COLLIOT-THÉLÈNE, 1995: 77).

Por tamanha ousadia metodológica, Paul Veyne dirá que

a obra histórica mais exemplar do nosso século [XX] é a de Max Weber, que apaga as fronteiras entre a história tradicional, da qual tem o realismo, a sociologia, da qual tem as ambições, e a história comparada, da qual tem a envergadura (VEYNE, 1983: 319).

A exemplo de Peter Burke (1980: 16), que afirma: “no que respeita a Max Weber, a amplitude e a profundidade dos seus conhecimentos históricos eram verdadeiramente fenomenais”. Tamanha profundidade, comenta François Dosse (2003: 97), o faz atualmente beneficiar-se “de um grande ganho de interesse, espetacular, na França”. José Carlos Reis (1996: 78) sugere que: “os *Annales* parecem dever mais a Weber do que querem admitir”.

Veyne acrescentará que Weber – para quem a história é relação de valores – não procura, na verdade, estabelecer as leis ou regras de suas comparações (sociologia), mas aproxima e classifica os casos particulares de um mesmo tipo de fato através dos séculos, utilizando-se do fator tempo como prerrogativa de sua epistemologia (história).

A Índia

Sérgio da Mata (2006), um dos maiores defensores do Weber historiador no Brasil, elucida que o alemão continua a ser conhecido como sociólogo, apesar de ter escrito parte substancial de

³ Principalmente, com a descoberta do sânscrito, da poesia, da literatura, da mitologia, da filosofia e da religião indianas.

sua obra na condição de historiador – como bem expresso em *Hinduismus und Buddhismus* –, assim como de analista de complexos problemas relativos à lógica do conhecimento histórico.

Mas se tal obra foi intitulada *Religionssoziologie* [sociologia da religião], como se explica que ela é historicista? Mata (Ibid., 125) explicará que, dos três volumes dos mencionados ensaios, exclusivamente o primeiro foi efetivamente organizado por Weber. E na nota preliminar do primeiro volume, em nenhum momento Weber caracteriza o conjunto dos trabalhos ali incluídos, bem como sua seqüência de volumes, como obra sociológica. Ao contrário, continua a explicar Mata, ele fala muito mais de abordagem “histórico-cultural” ou “histórico-universal”. O que implica confirmar, *a priori*, que o título *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* [Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião] não tenha sido nomeado por Weber. Não sendo por acaso que a edição mais completa de *Hinduismus und Buddhismus* seja recolhida com o título: *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen* [A ética econômica das religiões mundiais], tomo 20 da seção I, de *Max Weber Gesamtausgabe* [Edição Completa de Max Weber], de 1996, elaborada com o apoio de Karl-Heinz Golzio.

Todavia, a esposa de Weber (Marianne) juntamente com o editor Paul Siebeck interferiram profundamente na edição da obra weberiana, guiando-a por critérios próprios, dirá Mata. Muitos dos títulos das seções de *Economia e Sociedade*, por exemplo, foram inventados por eles. De forma que há fortes indícios para se concluir que seja de responsabilidade de ambos, e não de Weber, a “sociologia” incluída no título dos *Ensaio*s. Mata apontará um indício neste sentido:

Numa carta a Siebeck, 24 de maio de 1917, Weber diz estar retrabalhando os textos que deveriam ser publicados, após a guerra, em suas “obras completas” [Gesamtausgabe]. E acrescenta, numa clara menção ao título da futura obra: “ou, se você preferir: os ‘ensaio reunidos’” [Gesammelten Aufsätze]. Nem uma palavra, portanto, sobre sociologia da religião (MATA, 2006: 125).

Segundo Marriane (1984), Weber iniciou suas análises indológicas em 1911 – para Turner (1981), em 1910 – e uma primeira versão de *Hinduismus und Buddhismus* ficou pronta em 1913; tendo a elaboração final do mesmo em 1915 e início de 1916, quando Weber residia em Berlim. Em 1919, a obra já estava pronta para ser impressa, e em 6 de fevereiro de 1921, quase seis meses após a morte de Weber, eis que surge a primeira versão em livro.

Tal obra será uma das investidas weberianas mais proeminentes, como singular demonstração de seu método histórico comparativo e diagnóstico de um particular desencanto

(racionalização burocrática e tecnocrática) ocidental e puritano *versus* a Índia, sua “encantadíssima Índia”.

A Índia, no arguto olhar weberiano, é a terra natal do atual sistema racional (fundamento de toda calculabilidade, matemática e gramática) ocidental, o qual manifestou na condução da guerra, da política e da economia – todas circundadas de um racionalismo que acompanha a literatura que as teoriza, a *Arthashastra*. Uma terra onde tanto a guerra cavalheiresca (*yuddham*) como os exércitos disciplinados (*danda*) tiveram sua época; onde o arrendamento dos impostos (*kara-dandayoh*) e o desenvolvimento das cidades (*jana-padah*) nada deviam ou se distinguem do patrimonialismo ocidental; bem como o cultivo da ciência racional (*sankhya*), de escolas filosóficas (*darshanas*) e da conseqüente metafísica profunda (*Yoga*).⁴

Em todo caso, afirma Weber (1996: 54): “*jedenfalls ungleich größer als irgendwo im Occident vor der allerneusten Zeit*” [infinitamente maior que em qualquer parte do Ocidente antes da idade contemporânea], e como em nenhum outro lugar ou cultura. Além disso, continua o autor, a Índia também é a região onde o artesanato (*karu*) e a especialização dos ofícios (*vaniyam*) alcançaram estágios grandiosos; onde, como em nenhum outro lugar, apreciou-se tanto a riqueza (*Lakshmi*) sem, por outro lado, cair nos ditames de uma ética econômica (com afã de lucro ou *Erwerbstrieb*) tipo capitalista (particular da modernidade protestante) ou do desencantamento do mundo (*Entzauberung der Welt*), o qual – este último – caracterizado por Weber como o mecanismo desdivinizado do mundo, através do qual (do protestantismo à ciência profissionalizante moderna) se chega ao reducionismo do mundo com seu mecanismo causal desmagicizante, tecnocrata e burocrata.

Weber também nos apresenta uma Índia onde as éticas religiosas de negação do mundo (como o budismo), seja teórica ou praticamente, e com a maior das intensidades, deram margem, originaram e desenvolveram a contemplação extramundana, a ascese e o monasticismo, manifestando-se de forma mais coerente e dando início a um caminho histórico que se espalhara

⁴ Lembrando que a terminologia *Yoga* nada, ou quase nada, tem em relação com o que se observa nas academias estéticas ocidentais atuais, pois *Yoga*, termo que designa a forma-propulsora do pensamento indiano clássico, deriva da raiz sânscrita *yuj*, “ligar”, “manter unido”, “atrelar”, “jungir”, a qual originou o termo latino *jungere, jungum* e o inglês *yoke*. *Yoga* designa, evidentemente, um liame; e a ação de ligar-se ao Absoluto pressupõe como condição primeira à ruptura dos liames que unem o espírito ao mundo, ou seja, um estado mental e corpóreo prévio, capaz de promover uma emancipação ou união de si com a metafísica (como coisa em si ou representada numa personalidade ou energia transcendente).

por todo o mundo. Essa é a Índia de Weber: original, sempre cobiçada e ao mesmo tempo racional e mágica; uma verdadeira terra de filósofos e pensadores inquietos, sempre inquietos!⁵

Todavia, a Índia, como todo o passado humano antes do advento do protestantismo, segundo Weber, não desenvolveu uma racionalidade “com sua ‘vocação profissional’ entendida como missão, exatamente como dela precisa o [espírito do] capitalismo” (Idem, 2004: 68). Mas ele não encara tal fato como desenvolvimento ou evolução, pelo contrário, vê nessa empreitada única do ocidental puritano um desencanto, o qual provocará a retirada dos valores mais sublimes e essenciais da vida pública, surgindo o que ele denomina de “especialistas sem espírito” e “gozadores sem coração: esse Nada [homem moderno que] imagina ter chegado a um grau de humanidade nunca antes alcançado” (WEBER, 2004: 166). Para Weber, tal homem moderno, esse Nada, em tais circunstâncias, está destinado a viver em uma época desencantada: “sem Deuses nem profetas” (Idem, 1975: 191).

Com o advento da indologia na Europa, principalmente na Alemanha romântica, a Índia deixará de ser uma matéria de especulação livre e passará a ser uma disciplina ministrada com regras rígidas, não obstante, etnocentricamente hegelianas para os não-orientalistas. Weber será o único intelectual não-orientalista⁶ ligado à investigação histórica⁷ que tentará transgredir as barreiras impostas pelo academicismo indológico alemão com raízes hegelianas,⁸ combatendo intelectualmente a Filosofia da História que desqualificava integralmente a Índia como sem qualquer fundamento de idéias profundas. Tal desqualificação, como nos alerta Bermejo Barrera (1999), expressava aqueles elementos que constituem a idéia clássica da *história universal*: a unidimensionalidade política, o caráter linear do progresso, o caráter sexista que exclui a mulher da história, a supressão ou rebaixamento do “outro” não-ocidental e não-cristão, o caráter

⁵ Uma Índia que contradizia, e muito, aquela que Hegel apresentara; justificava a que Schopenhauer e os românticos alemães ovacionavam; e se assemelhava muito com a Índia das castas e do código de leis de Manu em Nietzsche: o qual resume as castas em “a própria lei suprema da vida” e contrapõe o hinduísmo com o cristianismo em seu célebre *O Anticristo*: “leio o código das leis de Manu [...] uma obra tão incomparavelmente espiritual e superior que seria até um pecado contra o espírito qualquer comparação com a Bíblia. Advinha-se imediatamente: existe uma filosofia verdadeira por trás dela” (NIETZSCHE: 1996: §56).

⁶ Não-orientalista, no sentido de não ter o Oriente como foco principal, mas ao mesmo tempo tendo-o como ambiente sócio-intelectual comparativo ao desencantamento do mundo na modernidade.

⁷ Na Filosofia, Schopenhauer e Nietzsche farão sua parte.

⁸ Muitos pensadores alemães, e em parte Marx, olharam para a Índia com preconceito e desdém; com um olhar típico eurocêntrico, semelhante aos cristãos portugueses que a invadiram com suas prerrogativas sentimentalistas. Tais pensadores não a compreenderam ou mal interpretaram-na, ora por não absorverem significativamente o sistema social (*varnasrama*), a lógica (*nyaya*), a ciência (*sankhya*), a filosofia (*darshana*) e a religião (*dharma* ou “dever ritual” hindu, budista ou jainista) indianas, ora por constatarem inúmeras contradições e insuficiências entre a Índia como objeto e seus métodos analíticos.

providencial que reflete a idéia de que vivemos no melhor dos mundos históricos possíveis: onde tudo cumpre uma função e é necessário; e, por fim, o etnocentrismo que sustentou o discurso – por meio de inúmeras ciências, inclusive da História – do colonialismo e da superioridade do homem branco e europeu.

Conclusão

Frente à história universal, portanto, Weber não verá o não-ocidental ou não-cristão como o “outro”; ele não tratará o Oriente, por exemplo, como primitivo ou subdesenvolvido, o qual permanecerá estancado até seu encontro com o Ocidente europeu. Em seus estudos da Índia, por exemplo, o Ocidente aparecerá apenas como contraste e sempre como a região do mundo que se desencantou, que perdeu valores necessários para a sociedade. Até mesmo o uso dos termos “racional” e “irracional” não estará associado a uma dicotomia: Ocidente (racional) e Oriente (irracional); pois, a própria idéia weberiana de “racionalidade” se divide em *racionalismo conceitual* e *racionalismo pragmático* – o primeiro relacionado com o domínio teórico da realidade através de conceitos abstratos cada vez mais precisos, e o segundo, num sentido de artifício metódico de um objetivo prático, determinado através de um cálculo cada vez mais conciso dos meios adequados. Ambos são muito diferentes.

Nas palavras de Laurent Fleury, Weber

compreende que o que pode ser considerado racional a partir de determinado ângulo pode inversamente ser julgado como irracional de outro. Por outras palavras, Weber não separa [em certo sentido] a racionalidade e a irracionalidade (FLEURY, 2003: 35).

Ou seja, conclui Fleury,

apesar da idéia da especificidade ocidental, Weber evita a armadilha do etnocentrismo. De fato, estuda estas civilizações com neutralidade, qualificando o elo que une o comportamento dos indivíduos às formas econômicas, às estruturas sociais e às instituições políticas. Adota uma posição anti-evolucionista pela sua recusa da idéia de progresso e de leis dialéticas de uma história universal, linear e necessária. Insiste num encadeamento de circunstâncias, nos cruzamentos recíprocos de fatores e na simultaneidade das contingências temporais. Este pluralismo causal elimina tudo o que é unívoco [...] (Ibid., 33).

Isto para a época – e ainda para nós – representa uma verdadeira revolução intelectual e uma alternativa à Filosofia da História. O que leva Ringer a elucidar:

É deveras significativo que alguns dos estudantes de Weber mais comprometidos na Alemanha atual sejam historiadores, e que tenha sido Weber quem inspirou a nova

direção mais significativa na historiografia alemã contemporânea, historiografia que deu seguimento à análise comparativa da mudança estrutural (RINGER, 2004a: 162).

REFERÊNCIAS

- BARRERA, J. C. Bermejo.** *Genealogía de la Historia. Ensayos de Historia Teórica III.* Madrid: Akal, 1999.
- BURKE, Peter.** *Sociologia e História.* Porto: Edições Afrontamento, 1980.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine.** *Max Weber e a História.* São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DOSSE, François.** *A História.* São Paulo: EDUSC, 2003.
- FLEURY, Laurent.** *Max Weber.* Lisboa: Edições 70, 2003.
- GELLNER, David.** “Max Weber, Capitalism, and the Religion of India”. In: HAMILTON, P. *Max Weber: critical assessments 2*, vol. IV. London: Routledge, 1991, pp. 247-267.
- GLASENAPP, Helmut von.** *Die Philosophie der Inder.* Stuttgart: Kröner, 1985.
- HALBFASS, W.** *Indien und Europa. Perspektiven ihrer geistigen Begegnung.* Stuttgart: Schwabe & Co AG Verlag, 1981.
- KULKE, Hermann.** “Max Weber’s Contribution to the Study of Hinduization in India and Indianization in Southeast Asia”. In: KANTOWSKI, D. (ed.), *Recent Research on Max Weber’s Studies of Hinduism.* Munich: Weltforum Verlag, 1986, pp. 97-116.
- MATA, Sérgio da.** “O Mito de ‘A ética protestante e o espírito do capitalismo’ como Obra de Sociologia”. In: *LOCUS*, revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n.1, 2006, pp. 113-126.
- NIETZSCHE, Friedrich W.** *O Anticristo.* RJ: Newton Compton Brasil Ltda, 1996.
- REIS, José Carlos.** *A História entre a Filosofia e a Ciência.* São Paulo: Editora Ática, 1996.
- RINGER, Fritz.** *Metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais.* São Paulo: EDUSP, 2004a.
- _____. *An Intellectual Biography.* Chicago: The University of Chicago Press, 2004b.
- TURNER, Bryan.** *For Weber. Essays on the sociology of fate.* London: Routledge, 1981.
- VEYNE, Paul.** *Como se Escreve a História.* Lisboa: Edições 70, 1983.
- WEBER, Marriane.** *Max Weber: ein Lebensbild.* Tübingen: Mohr, 1984.

WEBER, Max. “*La Ciencia como Vocación*”. In: GERTH, Hans & MILLS, Carl Wright (eds.). *Ensayos de Sociología Contemporánea*. Barcelona, Martínez Roca, 1975.

_____. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*. Tomo II, Tübingen: Mohr, 1978.

_____. *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie*. Tübingen: Mohr, 1985.

_____. *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen. Hinduismus und Buddhismus*. Schriften 1916-1920 (20). In: *Max Weber Gesamtausgabe*. Tübingen: Mohr, 1996.

_____. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. SP: Cia. das Letras, 2004.

O objeto artístico: teoria e história da arte

Letícia de Almeida Badan¹

As matrizes do pensamento da História da Arte e da Teoria da Arte são desdobramentos da disciplina Filosofia da Arte, e se distanciam da disciplina filosófica Estética, que por sua vez, vincula-se à crítica de Arte.

Ao pensar numa filosofia do objeto artístico Hegel enuncia relações numa perspectiva dialética, que se destina a designar uma cronologia universal para as Artes.² Para um estudo aprofundado da estética de Hegel, seus fundamentos, o senso histórico da arte, sua realidade enquanto matéria do mundo e das civilizações e o seu problema original - a morte da arte (em seu tempo), é importante os comentários de seus intérpretes na atualidade Michel Haar e Marc Jimenez.³

A Teoria é o campo de atuação que aproxima a formação do historiador devido ao caráter investigativo e conceitual da obra de arte, ou seja, o objeto artístico. Ao passo que a crítica de Arte se insere no circuito do juízo e de interpretação (espaço do sujeito), vinculando aos critérios do gosto, resultante de uma aproximação cuja matriz é kantiana.⁴

Na História da Arte a investigação da obra de arte dar-se-á através da relação com o tempo e o espaço em que fora composta. Giulio Carlo Argan valida-se da afirmação de Marc Bloch de que não se faz história a não ser dos fenômenos que continuam, e define que “apenas na medida em que se acredita que a arte não seja um agregado de fenômenos sem nenhuma coerência, mas uma das

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em História pela faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, membra do grupo de pesquisa do cnpq – INTERARTES.

² Haar comenta acerca da estética hegeliana. Resume-se aqui “A Estética de Hegel oferece uma gigantesca e vigorosa interpretação do desenvolvimento histórico das diferentes artes. Essa interpretação se fundamenta em um certo número de pressupostos metafísicos, resultante do sistema hegeliano, e que podem ser resumidos: 1. A arte, como tal, é um saber: 'Há na arte um conhecimento do Espírito absoluto' (I,p.142), mas este conhecimento é apenas imediato ou intuitivo.(...) 2. A arte é *unidade do sensível é do espiritual*, da natureza e do espírito, do exterior e do interior. Compreende-se a obra de arte como a encarnação do conteúdo de um pensamento em uma forma do sensível. Devido a isso, a aparência artística não é uma ilusão: 'Longe de ser algo não-essencial, ela constitui, pelo contrário um momento essencial da essência' (I,29) [...] 3. O conteúdo da arte é a religião. É o divino, os deuses ou Deus, que constitui 'o centro' em torno do qual a arte gravita.(...) 4. 'quanto ao seu destino supremo, a arte continua sendo para nós uma coisa do passado.' Ou ainda: 'Para nós a arte não é mais a forma mais elevada pela qual a verdade afirma sua existência'. 'Para nós', quer dizer, do ponto de vista do Sistema, que arte perdeu a função metafísica que lhe era própria, a missão que teve de 'conciliar a natureza e realidade finita com a infinita liberdade do pensamento'. (...)” apud NORONHA, M. Pizarro, 2005

³ O intuito deste artigo não é realizar uma análise acerca da estética hegeliana e sim colocar de forma demonstrativa o surgimento e os desdobramentos da disciplina Filosofia da Arte.

⁴ O gosto acede as determinações, ao invés dos critérios racionais de produção do discurso. Na contemporaneidade a posição hiper-valorizada do sujeito se choca com a investigação ontológica do ser do objeto ou ser da coisa. (NORONHA,2005)

linhas mestras de desenvolvimento da civilização, pode -se em sã consciência afirmar que ela deve estudada historicamente”.

O caráter histórico da arte se validará também através da *historicidade da consciência*, ou seja, da consciência do historiador de que valores estéticos e os conceitos se modificam de acordo com o tempo em que a pesquisa é realizada, e com o historiador que utilizará a obra enquanto objeto de pesquisa. A obra de arte passa a ser um objeto de fruição histórico-artístico, assim combinados.

Na teoria da Arte o objeto artístico, ou o que chamamos de obra de arte, define o percurso investigativo de análise do que é denominado por Arte. Heidegger postulou que a arte somente se encontra na obra de arte e critica a postura de comparação entre as obras com o intuito de estabelecer o que é arte, e ainda problematiza a relação com o conceito. Para ele

Mas como poderemos estar certos de que são, de fato, obras de arte que podemos como fundamentos para uma tal contemplação, se não sabemos antecipadamente o que é arte? (...) Mas a essência da arte, tal como não podemos alcançar-se através da coleção de predicados das obras de arte existentes, também não o pode ser através de uma dedução a partir de conceitos superiores, pois essa dedução tem previamente em foco aquelas determinações que têm de ser suficientes para nos apresentarem como tal o que de antemão tomamos como obra de arte. (HEIDEGGER, 1977)

Martin Heidegger preocupou-se em buscar a origem da obra de arte, ou seja, a essência desta; interessou-se pelo caráter comum da obra de arte no mundo, assim como as coisas. Sua indagação foi para o âmbito de que somente poderemos saber o que é arte se indagarmos à obra de arte “o que é e como é”. A partir disso e identificado o aspecto de coisa na obra ele parte para outro constituinte da obra: o artístico.

Outro teórico da arte, Harold Osborne, também demonstra o interesse da teoria da arte de que uma obra de arte “é um artefato feito com a finalidade de ser apreciado pelo método especial da contemplação estética; e se bem certas obras de arte levem a intenção de fazer outras coisas e poder, de fato, servir a outros propósitos além desse, a excelência de qualquer obra de arte *como arte* se avalia em função da sua adequabilidade à contemplação estética. Isto é o que se quer dizer quando se afirma que a arte é *autônoma*: não se avalia por padrões externos aplicáveis alhures, se não por padrões que lhe são próprios.”⁵

A importância de uma relação entre Teoria da Arte e História da Arte vincula-se essencialmente à obra de arte. O objeto artístico é o centro da reflexão e, se de um lado ele tem um caráter autônomo enquanto arte, por outro lado ele tem sua historicidade em sua composição.⁶

⁵ Osborne, 1968.

⁶ A referência aqui trata da questão da composição enquanto categoria metodológica de análise da obra de

O pensamento teórico da arte não poderá dissociar-se da formação do historiador da arte em quanto categorias conceituais e analíticas relacionadas ao objeto. A pesquisa substancialmente deve se realizar numa relação teoria e história, pois não se faz história sem teoria e, tão pouco, teoria sem história (no que diz respeito tanto aos aspectos historicizantes do objeto, do sujeito, do método), logo depois, que se revebera na arte enquanto objeto artístico e histórico.

Estudo de imagem e de objetos artísticos na história têm alguns campos teórico-metodológicos que distanciam-se de uma abordagem estética dos objetos. Abordagens na História das relações entre história e linguagens(literatura, cinema, musica, imagem, etc) estruturam-se, por vezes, no objeto artístico, desvinculando-o daquilo que ele tem essencialmente: a arte.

A História Visual, como exemplo, faz com fontes visuais, imagens.Seus métodos de análises sustentam respostas as questões levantadas a partir de categorias teóricas, que utilizem o objeto enquanto fonte visual, imagética, dentro de suas relações sócio-econômicas, políticas e culturais. Não significa que a obra de arte não tenha seu caráter imagético, entretanto não há uma investigação relacionada à fruição estética da obra - (ponto de vista subjetivo).⁷

Por fim, a História da Arte enquanto prática reflexiva de pesquisa só poderá ter resultados satisfatórios no momento em que o historiador parte para o objeto de pesquisa - a obra de arte, ou seja, quando o pesquisador se depara com um objeto artístico – histórico. E não uma abordagem teórica-metodológica como as clássicas histórias da arte ocidental, onde a cronologia das civilizações e seus estilos exaustivamente refletem numa “estagnante” análise da arte, e das obras de arte.

A obra de arte é de onde deve se partir as questões e as problemáticas que devem ser elencadas para novas abordagens historiográficas teóricas e metodológicas de pesquisa histórica deste objeto.

Bibliografia

arte. Entre as reflexões acerca da arte o pensamento de Deleuze trata a composição em seu aspecto definidor, tanto o trabalho do teórico e/ou do historiador da arte requisita uma análise e interpretação complexa do pensamento deleuziano. “ Composição, composição, eis a única definição da arte. A composição é estética, e o que não é composto não é uma obra de arte. Não confundiremos todavia a composição técnica, trabalho do material que faz frequentemente intervir a ciência (matemática, física, química, anatomia) e a composição estética, que é um trabalho da sensação. Só este último merece plenamente o nome de composição, e nunca uma obra de arte é feita por técnica ou pela técnica. Certamente, a técnica compreende muitas coisas que se individualizam segundo cada artista e cada obra: as palavras e a sintaxe em literatura; não apenas a tela em pintura, mas sua preparação, os pigmentos, suas misturas, os métodos de perspectiva; ou então os doze sons da música ocidental, os instrumentos, as escalas, as alturas... E a relação entre os dois planos, o plano de composição técnica e o plano de composição estética, não cessa de variar historicamente.” (DELEUZE; GUATARI, 1992, pág. 247.

⁷ Não cabe aqui aplicar uma metodologia de análise da fruição é ,sim, expor uma abordagem em que o objeto em seu caráter artístico é de onde a História da Arte deve partir como saber.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. Trad. Pierre Luigi Cabra. Ed: Martins Fontes. São Paulo, 1995.

DELEUZE, Gilles e GUATARI, Félix. *O que é a Filosofia?* Ed: 34. Rio de Janeiro, 1992.

HAAR, Michel. *A obra de arte: ensaio sobre a ontologia da obra de arte*. Ed: Difel. Rio de Janeiro, 2000.

HEIDEGGER, Martin. *A Origem da Obra de Arte*. Edições 70. Lisboa , 1977.

NORONHA, Márcio Pizarro. *À favor da História da Arte, um enunciado em suas implicações filosóficas*. Artigo revista Saeculum – UFPB, 2005.

OSBORNE, Harold. *Estético e Teoria da Arte*. Trad. Octavio Mendes Cajado. Ed.: Cultrix. São Paulo, 1968.

Acerca do debate historiográfico pós-moderno em Fredric Jameson

Ana Beatriz Carvalho Baiocchi¹

Este artigo tem por objetivo historicizar o pós-modernismo, para se identificar as condições históricas em que o termo surge, e inserir dentro desse debate o autor que trabalho Fredric Jameson. Sendo o autor, oriundo de uma perspectiva marxista analítica norte-americana, a intenção é buscar as principais conexões entre o ambiente intelectual norte-americano no momento do surgimento da discussão em torno do pós-modernismo, e caracterizar nesse autor, as categorias que também são fundamentais para se compreender o pós-modernismo. Afinal, o pós-modernismo é uma nova categoria para se compreender a realidade histórica, ou apenas um jogo de conceitos e definições, para se estabelecer e ratificar o *status quo* vigente? O que se propõe é perceber no discurso jamesoniano as posições tomadas por esse autor, e que são preponderantes para a discussão que aqui se pretende estabelecer.

“Historicizar sempre!” como bem coloca Fredric Jameson. E esse é um método que se faz necessário e importante, para localizar e caracterizar o surgimento do debate que deu forma ao conceito de pós-modernismo, como categoria para se buscar compreender a contemporaneidade. Muito se discute sobre o tema, e muitas são as posições que procuram definir o pós-modernismo. Às vezes como uma tensão deliberada em relação ao seu próprio discurso, como algo que representa uma “ruptura” cultural, no sentido da “episteme” nas bases de Foucault, ou dos paradigmas de Kuhn: o momento pós-moderno é uma ruptura iniciada pelo modernismo aqui encarado como um período transicional entre o romantismo do século XX e o atual panorama cultural.

Segundo a autora Ann Kaplan², o termo tem sido usado de maneiras diferentes por estudiosos de literatura e feministas, de um lado e por estudiosos da cultura popular, de outro. O primeiro grupo tende a denominar o pós-modernismo de “utópico”: um produto do feminismo, da desconstrução, da psicanálise lacaniana, que, juntos, acarretaram uma significativa ruptura cultural denominada de pós-moderna, e que

¹ Aluna regular do curso de mestrado da Universidade Federal de Goiás.

² KAPLAN, Ann. *O mal-estar no pós-modernismo: teoria e práticas*, Rio de Janeiro, 1993.

implica um movimento da cultura e dos textos para além das categorias binárias opressivas³.

O segundo grupo tende a identificar o pós-modernismo como “comercial” ou cooptado. Para esses autores, o pós-modernismo está ligado ao novo estágio do capitalismo multinacional e multiconglomerado de consumo e a todas as novas tecnologias que esse estágio produziu, sendo geralmente formulado em termos negativos⁴. No entanto, ambos os conceitos surgem na esteira de teorias e debates sobre raça, classe, sexo e gênero nos últimos vinte anos.

O que se percebe na esteira dessas questões, é muito provavelmente, uma crise gerada pela própria concepção de modernidade e suas promessas de progresso, razão, e de um sujeito histórico absoluto, consciente de si. As experiências históricas que levaram aos movimentos revolucionários de 1848, primeiramente na França, geradas a princípio pelos ideais iluministas, depois de 1848, começou a ruir. Na ausência das certezas iluministas quanto à perfectibilidade do homem, a busca de um mito apropriado à modernidade tornou-se crucial. Uma ala do modernismo apelou para a imagem da racionalidade incorporada na máquina, na fábrica, no poder da tecnologia contemporânea, ou da cidade como “máquina viva”.

No período entre guerras, o modernismo assumiu uma forte tendência positivista e estabeleceu um novo estilo de filosofia que viria a ter posição central no pensamento social pós-Segunda Guerra Mundial. A estetização da política através da produção desses mitos todo-abrangentes (nazismo, por exemplo), foi o lado trágico do projeto modernista, mas que acabou por caracterizar esse modernismo “universal” ou “alto”, que conseguiu hegemonia depois de 1945, exibindo uma relação muito mais confortável com os centros de poder dominantes da sociedade.

O que resultou foi um modernismo positivista, tecnocêntrico e racionalista. Mas também, a despolitização do modernismo, que ocorreu com a ascensão do expressionismo abstrato, assim como o surrealismo e o realismo socialista, particularmente nos Estados Unidos, pressagiou ironicamente sua assimilação pelo establishment político e cultural como arma ideológica na Guerra-Fria. É preciso reconhecer a importância da significação dessa absorção de uma espécie particular de estética modernista pela ideologia oficial e estabelecida e o uso com relação ao poder

³ Segundo a autora, “a exigência de um fim para as mortíferas oposições binárias entre masculinidade e feminilidade, talvez seja o melhor resumo do pós-moderno utópico” (KAPLAN, 1993, p. 15).

⁴ Sobre os autores que teorizaram a respeito desse pós-modernismo “cooptado”, a autora identifica entre eles Jean Baudrillard, McLuhan, Arthur Kroker e David Cook, (KAPLAN, 1993, p.15).

corporativo e ao imperialismo cultural. Essa absorção significou que, pela primeira vez na história do modernismo, a revolta artística e cultural, bem como a revolta política “progressista”, teve de ser dirigidas para uma poderosa versão do próprio modernismo. O modernismo perdeu seu atrativo de antídoto revolucionário, para alguma ideologia reacionária e “tradicionalista”, culminando nos movimentos contraculturais e antimodernos de 1968 e 1972.

De acordo com Perry Anderson⁵, como termo e idéia, o pós-modernismo supõe o uso corrente de “modernismo”. Segundo o autor ambos não vem nem da Europa ou dos Estados Unidos, mas da América Hispânica. Enquanto em inglês a noção de “modernismo” só passou ao uso geral meio século depois, em espanhol já integrava o cânone da geração anterior⁶. Assim, também a idéia de um “pós-modernismo” surgiu pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930, uma geração antes do seu surgimento na Inglaterra ou nos Estados Unidos⁷. Só uns vinte anos depois o termo surgiu no mundo anglófono, num contexto bem diferente – como categoria de época e não estética.

Já em 1934, Arnold Toynbee argumentava que duas poderosas forças concorreram para moldar a história recente do Ocidente: o industrialismo e o nacionalismo. As duas Grandes Guerras Mundiais originaram-se do conflito dessas duas tendências, deixando claro que uma nova era surgia em que o poder nacional não podia mais ser auto-suficiente. A Segunda Guerra Mundial gerou uma profunda hostilidade ao nacionalismo e uma forte suspeita em relação ao industrialismo. Para o autor, sem dúvida a idade pós-moderna era marcada por essas duas evoluções: a ascensão de uma classe operária industrial no Ocidente e o convite de sucessivas *intelligentsias* fora do Ocidente a dominar os segredos da modernidade e voltá-los contra o mundo ocidental⁸.

Mas é com Lyotard que o alcance do pós-modernismo adquiriu força. Para este autor, a chegada da pós-modernidade ligava-se ao surgimento de uma sociedade pós-industrial – teorizada por Daniel Bell e Alain Touraine – na qual o conhecimento tornara-

⁵ ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade, Rio de Janeiro, 1999.

⁶ Para o autor, “O início por Ruben Darío, em 1890, de uma tímida corrente que levou o nome de “modernismo” inspirou-se em várias escolas francesas – romântica, parnasiana, simbolista – para fazer uma ‘declaração de independência cultural’ face à Espanha, que desencadeou naquela época um movimento de emancipação das próprias letras espanholas em relação ao passado” (ANDERSON, 1999, p. 9).

⁷ “... Federico de Onís, quem imprimiu o termo *postmodernismo*. Usou-o para descrever um refluxo conservador dentro do próprio modernismo: a busca de refúgio contra o seu formidável desafio lírico num perfeccionismo do detalhe e do humor irônico, em surdina, cuja principal característica foi a nova expressão autêntica que concedeu às mulheres” (ANDERSON, 1999, p. 10).

⁸ TOYNBEE, Apud, JACOB, 1999, p. 11.

se a principal força econômica de produção numa corrente desviada dos estados nacionais, embora ao mesmo tempo, tendo perdido suas legitimações tradicionais. O traço definidor da condição pós-moderna é a perda da credibilidade nas metanarrativas⁹.

No final dos anos cinquenta, o termo “pós-moderno” reapareceu, sendo apropriado por outras mãos, como indicação negativa do que era menos, não mais, moderno. C. Wright Mills e Irving Howe, ambos pertencentes ao mesmo ambiente de esquerda nova-iorquino, teorizaram sobre o pós-modernismo. O primeiro usou o termo para indicar uma época em que os ideais modernos do liberalismo e do socialismo tinham simplesmente falido, quando a razão e a liberdade se separavam numa sociedade pós-moderna de impulso cego e conformidade vazia. Já Irving Howe, o crítico, usou-o para descrever uma ficção contemporânea incapaz de sustentar a tensão modernista com uma sociedade circundante cujas divisões de classe tornavam-se cada vez mais amorfas com a prosperidade do pós-guerra.

Esse ambiente de incertezas em relação ao pós-modernismo evidencia muito o ambiente intelectual norte-americano nesse período. Como bem coloca Russel Jacob¹⁰, há um empobrecimento da cultura pública. Para o autor, os intelectuais que escrevem com vigor e clareza, foram suplantados pelos intelectuais high-tech, por consultores e professores – almas anônimas que podem ser competentes e até mais que competentes, mas que em nada contribuem para a vida pública.

Segundo o autor, a reestruturação das cidades, o desaparecimento da boemia e a expansão das universidades são temas que também formam a cultura. A ausência de um público, contraída na medida em que aumentava sua paixão pela televisão, se refletiu na ausência dos intelectuais públicos. O desenvolvimento industrial e a deterioração urbana devastaram seu ambiente. À medida que se tornavam acadêmicos, os intelectuais não tinham necessidade de escrever de modo compreensível a um público leigo. Nos anos sessenta, as universidades praticamente monopolizaram o trabalho intelectual. Para o autor, a explicação para essa geração ausente está na substituição crescente de empresários trabalhadores e profissionais independentes por empresas corporativas e a “explosão” da educação superior após a Segunda Guerra Mundial. Estas mudanças

⁹ “... considera-se que o ‘pós-moderno’ é a incredulidade em relação às metanarrativas. Está é, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências, mas este progresso, por sua vez, pressupõe-na. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde especialmente a crise da filosofia metafísica e da instituição universitária que dela dependia. A função narrativa perde os seus funtores, o grande herói, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo” (LYOTARD, 2003, p.12).

¹⁰ JACOBY, Russel, Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia, São Paulo, 1990.

fizeram com que os intelectuais abandonassem a independência e os trabalhos freelance para lecionar em universidades como assalariados.

Os intelectuais dos anos sessenta não eram americanos: Jean Paul Sartre, Albert Camus, Frantz Fanon, Herbert Marcuse, Isaac Deutscher, Wilhelm Reich¹¹. O que é interessante notar nesse ponto, é de como a influência desses autores interferiu na produção intelectual de Fredric Jameson, cujo trabalho parece romper nitidamente com o liberalismo americano, seguindo a tendência do protesto, da revolução e da moralidade, que esses escritos ressaltavam.

No entanto, se confrontamos essa posição tomada pelo autor, com a tese proposta por Russel Jacob, da gradativa ausência de intelectuais públicos, acarretada pela profissionalização e conseqüente privatização do mesmo, o que se percebe é um afastamento cada vez maior de um universo público mais amplo. Essa Nova Esquerda, caracterizada por C. Wright Mills, tinha de ser necessariamente de “homens públicos”¹². Para Jacob, esses intelectuais, representantes dessa Nova Esquerda, mantiveram seus olhos nas publicações profissionais, nas monografias e nas conferências, e pareciam ser incapazes ou não queriam desafiar os imperativos acadêmicos.

Em parte alguma, o impacto da Nova Esquerda na universidade foi tão grande quanto no pensamento marxista. E Fredric Jameson foi considerado como o mais original e influente dos pensadores marxistas da atualidade. Mas nesse ponto o autor, não deixa de colocar a sua crítica, a de que, enquanto os críticos radicais e marxistas do passado – citando apenas alguns, como Lewis Mumford, Malcolm Cowley – nunca abandonaram o público, Jameson jamais o procurou. Seus escritos são destinados a seminários. É um marxismo analítico, onde a perspectiva é fundamentalmente acadêmica. Um tipo de marxismo onde a política do próprio projeto está excluída. A esse respeito, torna-se clara a formação e trajetória do nosso autor, como sendo institucionalizada, formalizadora e sem conteúdo político.

Para Jacob, as categorias exploradas por Jameson, como a do mercado, ou do “hiperespaço”, e suas construções, que ele acredita serem transcendentalmente pós-modernas, requerendo novos órgãos para compreendê-las, para Jacob, é palpavelmente pré-moderna. Sua teoria é uma teoria que se alimenta de si mesma. Não apresenta nada de novo. Se sua teoria não apresenta nada de novo, como pode seu conceito de pós-modernismo querer reivindicar uma realidade que em suas bases, não requer nenhum

¹¹ Para maiores esclarecimentos, vide Jacob (1990).

¹² C.Wright Mills, apud, Jacob, 1990, p. 129.

projeto político? E que projeto político seria esse? Ocidental, etnocêntrico, capitalista, ou “neocapitalista”, com os mesmos ideais de razão e progresso, cujas experiências se mostraram tão vulneráveis assim como seu conceito de pós-modernismo parece ser?

A crítica em relação ao marxismo jamesoniano é que ele geralmente se aproxima ou até mesmo promove um pós-estruturalismo que se concentra em textos, signos e significantes como a matéria-prima da interpretação. Na medida em que este método, inspirado por Jacques Derrida e Roland Barthes, aponta que não há nada externo ao texto, e que a interpretação de qualquer cadeia de significantes é necessariamente apenas outra cadeia de signos, Jameson abdica tanto de uma preocupação com um contexto social ou material, ou deixa de avaliar sua importância, quanto encoraja infinitas “espirais de comentários”.

Em sua obra, “Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio”, o autor procura expor os rumos do atual estágio do sistema capitalista, oficialmente batizado de globalização. Para Jameson, o capitalismo multinacional é marcado pela apoteose do sistema e pela expansão da forma mercadoria, colonizando áreas de forma tal, que não se pode mais falar de algum lugar “fora do sistema”. Tudo é constantemente bombardeado pela mídia e pela propaganda, e que nesse novo estágio, a lógica do sistema é cultural, ou melhor, pós-moderna. Uma dominante cultural que articula as condições de possibilidade do pensamento teórico.

A cultura, segundo o autor, é uma das pistas importantes para se detectar o pós-moderno. É nela, e na sua forma mercadoria, que se evidencia uma aculturação do real imensa e historicamente original. Para o autor é um novo sistema que nos domina, e que só passamos a ter consciência de sua dinâmica, de forma gradual e retroativa. E essa consciência coletiva emergente de um novo sistema, que se forma, intermitente e fragmentariamente, a partir de muitos sintomas de crise desconectados, não é exatamente o mesmo que o aparecimento de novas formas de expressão cultural.

Jameson identifica o pós-modernismo com os pré-requisitos tecnológicos básicos para essa nova onda “longa” do terceiro estágio do capitalismo tardio, que já estavam dados no final da Segunda Guerra Mundial, e que também tiveram o efeito de reorganizar as relações internacionais, acelerar a descolonização e lançar as bases para a emergência de um novo sistema econômico mundial. Culturalmente, no entanto, as condições se encontram nas grandes transformações sociais e psicológicas dos anos sessenta, que varreram do mapa tantas tradições no nível das “*mentalités*”.

É interessante notar nesse ponto, a tese defendida por Jacob e sua posição em relação à formação intelectual de Jameson, não o considerando como um intelectual público. No entanto, no decorrer da análise jamesoniana sobre o pós-modernismo, o autor parece identificar essas questões relativas à ausência dos intelectuais públicos com as mesmas questões trabalhadas por Jacob, como por exemplo, a crescente tendência para o aumento da rede de controle burocrático e a interpenetração do governo e do big business (capitalismo estatal).

De acordo com Jameson, alguns prognósticos, catastróficos ou redencionistas, a respeito do futuro foram substituídos por decretos sobre o fim disto ou daquilo (o fim da ideologia, da arte, ou das classes sociais: a “crise” do leninismo, da social-democracia, ou do Estado do bem-estar, etc., configurando-se como pós-modernismo). Suas origens remontam ao fim dos anos cinquenta ou começo dos anos sessenta, sendo freqüentemente relacionada com o atenuamento ou extinção (ou repúdio ideológico ou estético) do centenário movimento moderno. Uma visão do pós-modernismo que tendia a encará-lo como sinal da degenerescência interna do modernismo, para a qual o remédio era um novo realismo ainda a ser idealizado. Fazia-se necessário uma teoria capaz de conectar a “grande transformação” atual ao destino a longo prazo do nosso sistema econômico.

Uma das razões para se entender o pós-modernismo como uma dominante cultural do sistema, é sua concepção de que ele dá margem à presença e à coexistência de uma série de características que, apesar de subordinadas umas às outras, são bem diferentes. Por exemplo, a questão da produção estética hoje. Para Jameson, ela está integrada à produção das mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades, com um ritmo de “*turn over*” cada vez maior, atribuindo uma posição e uma função estrutural cada vez mais essencial à inovação estética e ao experimentalismo. Sua análise é de projetar certa concepção de uma nova norma cultural sistemática e de sua reprodução, a fim de poder fazer uma reflexão mais adequada a respeito das formas mais efetivas de política radical em nossos dias.

O que parece ser um problema em Jameson é ele identificar um dos problemas centrais do pós-modernismo e suas possíveis dimensões políticas, como a questão da mercantilização, que explicitamente enfatizam o fetichismo das mercadorias na transição para o capitalismo tardio, e indicar esse aspecto como uma forte crítica política. No entanto, quais são as possibilidades de uma crítica política pós-moderna do

capitalismo tardio? O autor não aponta possíveis saídas, nem problematiza o pós-modernismo como uma teoria que em sua prática está intrinsecamente ligada, ao próprio sistema capitalista.

No entanto, sua perspectiva de análise é importante porque aponta questões fundamentais, que são também, cruciais para se compreender o pós-moderno. Primeiro, sua ancoragem em alterações objetivas da ordem econômica do próprio capital, tornando-se o sinal cultural de um novo estágio na história do modo de produção reinante. A explosão tecnológica da eletrônica moderna e seu papel como principal fonte de lucro e inovação, bem como o predomínio empresarial das corporações multinacionais, deslocando as operações industriais para países distantes, o imenso crescimento da especulação internacional e a ascensão dos conglomerados de comunicação com um poder sem precedentes sobre toda a mídia e ultrapassando fronteiras.

Segundo, no aspecto existencial dessas sociedades. Para Jameson, em um universo assim purgado de natureza, a cultura necessariamente expandiu-se ao ponto de se tornar praticamente coextensiva à própria economia, de uma maneira muito mais profunda, a cultura como sendo a nossa segunda natureza. Tal ponto se remete a questão da experiência do sujeito. A “morte do sujeito” foi um dos temas desenvolvidos pelo autor, se tornando logo, a mais famosa de todas as suas facetas de sua interpretação do pós-moderno. Entre os traços dessa nova subjetividade, estava à falta de qualquer senso ativo de história, seja como esperança, seja como memória. Na era do satélite e da fibra ótica, o espacial comanda como nunca esse imaginário.

Uma outra questão é a ausência de classes, ou a existência delas, mas não com a mesma roupagem de antes. Para o autor, nenhuma estrutura estável de classe comparável à do capitalismo anterior cristalizou-se ainda. A autoridade do passado, que encolhe continuamente sob pressões da inovação econômica no Primeiro Mundo, afunda outra forma com a explosão demográfica do Terceiro Mundo, à medida que as novas gerações superam em número todas as gerações mortas. Essa expansão das fronteiras do capital, inevitavelmente dilui os estoques de cultura herdada.

A discussão que proponho é perceber o pós-modernismo jamesoniano como uma estrutura relevante para se compreender o nosso momento, no entanto, identificando no conceito, e na sua abordagem marxista, algumas questões que para muitos críticos do marxismo, se mantêm obscuras no autor. Para uma teoria pós-moderna, cuja principal abordagem é precisamente a crítica as metanarrativas, e a

valorização do que é fragmentário no discurso teórico e na ausência de um método, parece estranho um autor propor um pós-modernismo com tendências marxistas. O que o autor parece sugerir é uma teoria pós-moderna neocapitalista, norte-americana, que em suas características pretende promover e ratificar o *status quo* vigente. Não obstante, é de suma importância perceber em seu discurso, questões significativas para se colocar uma discussão sobre a importância de um campo teórico renovado como é o marxismo.

BIBLIOGRAFIA:

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Tradução de Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola; 6ª edição: novembro, 1996.

JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: Ed. da USP, 1990.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª edição. Editora Ática, 2000.

KAPLAN, E. Ann. *O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Tradução, Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

LYOTARD, J. François. *A condição Pós-moderna*. Ed. Gradiva, 3ª edição, 2003

.

Teórico, Ensaísta ou Rebelde: A Importância do Pensamento Sócio-histórico de Manoel Bomfim para a Historiografia Brasileira

Luiz Carlos Bento¹

Resumo

Entre os anos de 1905 e 1931, Manoel Bomfim lançará as bases de uma contra corrente da historiografia brasileira de seu tempo, demonstrando que não só o fazer histórico padecia de degradação política, mas também o próprio relatar a história padecia por uma melhor apreciação. Segundo Bomfim, as nações mais poderosas constroem a história de acordo com seus interesses, cabendo aos dominados um papel subalterno ou passivo no transcorrer dos acontecimentos históricos. Assim sendo nosso intuito é o de estar reafirmando com mais intensidade a importância do pensamento histórico de Bomfim para a historiografia brasileira, ressaltando o seu caráter ensaísta, a sua postura rebelde e inovadora, bem como seu entendimento teórico acerca da história do Brasil e da historiografia que ele se opunha. Este artigo busca situar a importância historiográfica deste intelectual “rebelde” esquecido pelos seus contemporâneos, desconhecido de uma parte dos estudantes de história e mal compreendido por muitos em nosso campo de atuação profissional.

Palavras chaves: Historiografia, Manoel Bomfim e Poder

Abstract

It enters the years of 1905 and 1931, Manoel Bomfim will launch the bases of one against chain of the Brazilian historiografia of its time, having demonstrated that not only making description suffered of degradation politics, but also the proper one to tell history suffered for one better appreciation. According to Bomfim, the nations most powerful construct to history its interests in accordance with, fitting to dominated a subordinate or passive paper in transcorrer of the historical events. Thus being our intention it is to be reaffirming with more intensity the importance of the historical thought of Bomfim for the Brazilian historiografia, standing out its character ensaísta, its rebellious and innovative position, as well as its theoretical agreement concerning the history of Brazil and the historiografia that it opposed itself. This article searches to point out the historiográfica importance of this “rebellious” intellectual forgotten by its contemporaries, stranger of a part them students of history and badly understood by many in our field of professional performance.

Key Words: Historiography, Manoel Bomfim and Power

O problema que norteou este artigo consiste em estar demonstrando a importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para a historiografia brasileira. Tendo em vista que de 1838 até princípios dos anos 30, se produzia uma História do Brasil monárquica, dogmática e nacionalista, que procurava exaltar grandes heróis e fatos históricos justapostos em uma ordem cronológica linear. Neste contexto a produção historiográfica se atentava somente em relatar fatos e acontecimentos sem estabelecer uma heurística e uma hermenêutica adequada dos mesmos. Manoel Bomfim através de suas obras *América Latina Males de Origem*, *O Brasil na América e o Brasil Nação* irá apresentar-se como contra corrente da produção historiográfica de sua época. Ele inaugura em terras brasileiras uma História problema, que analisa questões de cunho

¹ Mestre em história pela Universidade Federal de Goiás e professor de teoria e historiografia brasileira na Universidade Estadual de Goiás.

político de forma crítica e abrangente, questionando a leitura elitista tradicional, desenvolvida desde 1838 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em linhas gerais, os elementos que pretendemos problematizar, são as condições históricas que possibilitaram a elaboração destas obras que colocam em outros termos a discussão sobre o passado brasileiro.

Pensar a obra bomfiniana é antes de tudo uma reflexão sobre uma forma de interpretar o Brasil que ficou esquecida, pois foi voz vencida pelo movimento historiográfico dos anos 30. A voz deste “rebelde esquecido”, mesmo enfraquecida chegou até a nós por meio de varias reverberações, e em um momento marcado profundamente pela corrupção política, pela descrença generalizada em varias instituições e por inúmeras mazelas mal resolvidas no plano social, o conteúdo das reflexões do intelectual sergipano torna-se atual e necessário, enquanto instrumento de análise para pensarmos o processo político, bem como as relações entre estado e sociedade no país.

O universo de desenvolvimento deste debate ficará restrito aos anos que se estendem a partir da fundação do IHGB até 1930, período em que Bomfim atinge o ápice de seu amadurecimento intelectual. Como o problema central de nosso estudo é estar demonstrando a importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para a historiografia brasileira, convém analisar de que forma era produzida a historiografia brasileira antes da produção Bomfiniana. O primeiro ponto a ser levado em consideração, é o próprio significado de historiografia que segundo José Jobson Arruda e José Manoel Tengarrinha em seu livro “*Historiografia Luso Brasileira*” existem para este termo dois sentidos distintos. Primeiro a arte de produzir obras históricas, e o segundo consiste em uma análise mais critica das obras históricas produzidas pelos historiadores de ofício.

A abordagem historiográfica por sua vez busca a compreensão da história através das obras históricas, das visões, ou teorias que as orientaram ou distanciaram bem como o estudo das forças de percepção, vale dizer das perspectivas ou ideologias que subjazem as duas no interior das quais ganha realce o significado dos termos e problemáticas selecionadas. (ARRUDA, TENGARRINHA, 1999 p.12)

Entre as varias sistematizações possíveis disponíveis nos estudos historiográficos adotaremos a periodização estabelecida por Francisco Iglesias, para ele a produção historiográfica brasileira é dividida em três fases: de 1500 a 1838 com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual exercera papel primordial

na construção da História Nacional. De 1838 a 1931 ainda sobre a influência do Instituto Histórico, pautado na produção historiográfica francesa. Entretanto é válido ressaltar que é neste período que surgirá o pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim, o qual foi sufocado e apagado pelas circunstâncias, políticas da época.

A história enquanto disciplina acadêmica e como campo do conhecimento científico, cujo resultado de suas interpretações se expressa pela via de uma produção historiográfica atingirá este lugar e este reconhecimento metodológico na segunda metade do século XIX, sobretudo com a Escola Histórica Alemã.

A reorientação do pensamento histórico se dá, nesse momento, simultaneamente com a institucionalização da pesquisa histórica, sob a forma de uma disciplina acadêmica especializada, na qual a “presente fixação” literária do passado humano esta ligada à elaboração crítica abrangente das fontes históricas (REZENDE, 2002 p. 02)

Esta corrente conhecida por historicismo, surgiu na Alemanha, objetivando tornar a História uma ciência acadêmica e institucionalizada. Neste período a história deixa de ser uma mera narrativa produzida por qualquer literatura ou “amador” para se tornar uma ciência estudada pelos historiadores. Cabe lembrar a título de nota que os principais responsáveis por este percurso de autonomização metodológica foram Ranke, Droysen e Dilthey.

O período que se estende de 1838-1931 destaca-se pela influência do IHGB pautado no modelo francês. O instituto foi criado com o objetivo de construir uma história oficial para o Brasil. “construir uma história da nação recriar um processo, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidade em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1993 p. 89)

O Instituto procurava legitimar o estado monárquico, através da história, bem como homogeneizar o sentimento patriótico na nação. Seus fundadores foram o Cônego Januário da Cunha Barbosa, primeiro secretário do Instituto e José Feliciano Fernandes Pinheiro 1º presidente. Fazia parte da instituição 27 membros todos de poder econômico elevado, inclusive o próprio imperador do Brasil D. Pedro II, sócio e maior patrocinador do IHGB. Os principais “historiadores” deste período foram: Karl Friedch Philip Von Martius, ganhador do concurso promovido pelo IHGB com a tese “*Como se Deve Escrever a História do Brasil*” a tese concentrava-se na especificidade da trajetória desse país tropical, composto por três raças mescladas, ou seja, europeus, índios e negro. Para ele o branco civilizado deveria subjugar os demais povos; o índio era visto

como um animal dominável e possível de ser civilizado, já o negro ficava a margem sendo objeto permanente de exploração e escravidão.

Qualquer que se encarregue de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deveria perder de vista quais os elementos que lhe forma a natureza muito diversa, tendo envergado de um modo muito particular as tuas raças (RIHGB, 1882: p 159).

Francisco Adolfo Varnhagem nascido em Sorocaba, filho de alemão com uma portuguesa, logo jovem mudou-se para Portugal onde se formou em matemática, engenharia e química, como o Brasil estava buscando construir uma história nacional, então D. Pedro II, solicitou a presença de Varnhagem para catalogar e reunir documentos para escrever a história do Brasil, atendendo a tais exigências o sorocabano durante boa parte de sua vida como pesquisador esteve viajando reunindo documentos, e os catalogando. Sua principal obra é *História Geral do Brasil* publicada em três edições; sua forma de escrita é um tanto quanto truncada e de difícil leitura.

Varnhagem em sua obra *História Geral do Brasil* se prima em legitimar o Estado Monárquico, consolidar a exploração dos índios e negros, e construir uma identidade para o Brasil. Capistrano de Abreu nasceu no Ceará em 1853 e foi estudar em Recife, mas não teve interesse pelo direito, consumia-se em leituras de obras literárias de geografia, história, psicologia, sociologia, antropologia, e economia. Teve influência da Escola Histórica alemã “historicismo” onde leu e estudou várias de suas teorias, assim podemos considerá-lo como um historicista. Conheceu os historiadores alemães, inovadores da metodologia e, de certo modo, os criadores da história científica, com seus métodos de trabalho e a valorização dos documentos. A obra mais importante de Capistrano é *Capítulos de história Colonial* de 1907. “A obra trata do cotidiano, do homem comum, dos modos de vida de mentalidades perspectivas até ai ignoradas, mas atualmente em alta” (IGLESIAS, 2000 p.121).

Foram vários artigos produzidos por Capistrano, porém livros o historiador cearense deixou três: *Descobrimientos do Brasil, Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, e *Capítulos de História Colonial*. Capistrano foi de suma importância para a historiografia brasileira, pois ele estabelece um método heurístico e hermenêutico na análise das fontes históricas. Estes três “Historiadores” foram os principais representantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em suma a historiografia brasileira até os anos 30 com exceção ao pensamento bomfiniano, consistia, em crônicas dispersas, e numa história nacionalista, e monárquica.

Compreender a realidade que nos cerca, bem como o contexto histórico em que estamos inseridos, não é algo fácil, principalmente quando se pretende escrever ou analisar “sobre os mesmo”. Deve se fazer como diz Gadamer o exercício hermenêutico, ou seja, a apreensão do sentido para podermos entender melhor o mundo em que estamos inseridos, ou a realidade histórica que pretendemos pesquisar. “Em todo caso, porém compreensão é apreensão de sentido, e sentido é o que se apresenta à compreensão como conteúdo” (CORETH, 1919 p 52).

Em princípios do século XX aparecerá um pensador que através de suas escritas irá produzir um centro corrente na historiografia brasileira, Manoel Bomfim criará um pensamento sócio-histórico, analisando piamente a realidade histórica do Brasil. Assim ele inaugura uma História problema. Bomfim era um hermeneuta que durante sua vida procurou incessantemente realizar a apreensão do sentido para compreender a realidade histórica e social do Brasil. Manoel Bomfim nasceu em 08 de agosto de 1868 em Aracaju, então província de Sergipe, filho de família respeitada (senhores de engenho). Estudou em Aracaju e aos 12 anos foi trabalhar no engenho da família, transferindo-se cinco anos depois para a Bahia, onde iniciou os estudos de medicina, o qual concluiu no Rio de Janeiro em 1890 com a tese “Das Nefrites”.

Entre 1898-1902, atuou no magistério ensinando moral e cívica na escola normal, onde também foi professor de pedagogia e português. Nesta mesma escola dirigiu a pedagogia, instituição destinada à pesquisa educacional, e também foi membro do conselho superior de instrução pública do Distrito Federal sendo que em 1899 assumiu o diretório da instituição pública cargo que deixou em 1907. Neste mesmo ano atuou em questões relativas ao ensino público, o que parece ter sido de suma importância, uma vez que cabia a instituição a afeição dos conteúdos das disciplinas escolares, através da indicação dos livros didáticos a serem adotados em todas as escolas públicas; a fiscalização dos professores e a distribuição de recursos financeiros.

Após esta fase de atuação na instituição pública e na política, o autor passou a se dedicar a produção de livros didáticos e paradidáticos além de continuar a publicar na imprensa carioca. Os livros que propusemos analisar ao longo da realização desta pesquisa para elucidar a importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim, são três, *América Latina Males de Origem* (1905) *O Brasil na América* (1928) e *Brasil Nação*. Quanto ao primeiro livro o intelectual sergipano queria desconstruir o racismo científico que os europeus tinham em relação aos povos americanos. Os teóricos e publicistas europeus apoiados no cientificismo naturalista evolucionista de Darwin,

classificava os povos da América do Sul de atrasados e inferiores, gente selvagem e incapaz de se auto-governar, inconformado com esta situação, Bomfim dirá que os males de origem não vinham do povo, mais sim do parasitismo colonial exercido pelas elites.

Na colônia, só o cativo trabalhava; todo mundo explorava e oprimia; a produção dependia, apenas, do numero de cativos e da crueza dos açoites; o processo foi condenado por inútil, a inteligência pesquisada como perigosa. O colono sobre o cativo, o fisco sobre o colono, o absolutismo e o arcaísmo religioso sobre todos afundavam demais em mais, esta sociedade na miséria, do processo dos ibéricos e sim pautado num conservadorismo acabaram por solapar as reais situações de desenvolvimento da América do sul achando-os de atrasados e inferiores (BOMFIM, 1905, p 394).

Manoel Bomfim queria desmistificar estas teorias, em seu livro *América Latina Males de Origem* e propõe como solução para a América do Sul à educação critica e consciente que faz com que o individuo consiga se auto-afirmar, tornando-se assim sujeito ativo de sua própria história.

O processo há de ser da própria sociedade, no seu todo; e isto; só se obtém pela educação e cultura de cada elemento social. Não se eleva o meio sem melhora aos individuos; não há processo para quem seja incapaz de compreendê-los e desejá-lo prevê-lo e buscá-lo. (BOMFIM, 1905 p 351).

Vinte e três anos depois Manoel Bomfim ira escrever *O Brasil na América* compondo uma trilogia com o *Brasil na História* 1930 e com *América latina Males de Origem*, buscando apresentar uma nova analise histórica do Brasil. *O Brasil na América* procura caracterizar o processo histórico da colônia à independência, demonstrando que a expressão América Latina nada tinha a ver com a realidade deste continente, pois cada país tinha sua própria forma de se organizar tanto quanto político, cultural, social e economicamente.

Então a expressão América Latina era equivocada, pois o que existe eram diferentes nações neo-ibéricas, na diferença de tradições. Na variedade da colonização, no maior ou menor aproveitamento das qualidades naturais nas direções e perspectivas históricas, nas diferenças essenciais de valor. (BOMFIM, 1929 p196)

O outro livro da série é o *Brasil na História* de 1930, nele Manoel Bomfim irá produzir uma critica voraz a historiografia brasileira, demonstrando que a história era escrita somente para satisfazer as vontades dos dominantes e que historiadores como Varnhagem eram verdadeiros profetas do engano, pois escreviam uma história factual e anacrônica pensando somente em interesses particulares. Para Bomfim toda a história se reduz as contendas de tradições, sem perder, com isso seu papel superior de fazer a confiança da nação nos próprios destinos.

O *Brasil Nação* publicado em 1931 demonstra a exploração bragantina desde 1808 até 1889 com o período Republicano no Brasil. Para o intelectual sergipano o Brasil possui sim os dons essenciais para ser uma nação, tais como espírito de união,

solidariedade patriótica, cordialidade nas relações internas. Porém o que contaminou a nação foram os Braganças, que se imigraram e instalaram no Brasil implantando assim uma forma de governar pautada na mentira e no engano, e isto acabou por se tornar uma tradição herdada pelos nossos políticos.

Administração incapaz e perdulária, infame quanto arguto, incapazes e corruptos quanto interesse fazer qualquer coisa: política de ineptos e desbriados, desmoralizando-nos em face com o mundo que pensa e que trabalha fingindo estar piamente grotescamente, uma fisionomia que não é nossa, quando desfrutar de situação que não soubemos prepara pretendendo ser o que não somos, nem nos convém ser, sem saber, menos o que somos, nem o que, de fato, os convém (BOMFIM, 1931 p 53).

Manoel Bomfim irá interpretar a situação política do Brasil propondo uma revolução nos moldes mexicanos, ou seja, uma revolução popular onde os trabalhadores assumiriam o poder destruindo assim as antigas castas políticas dos Braganças.

Até os dias atuais podemos diagnosticar uma produção historiográfica, patriótica monarquista, elitista e dogmático, seu objetivo principal consiste em alienar a população brasileira em relação aos mecanismos de dominação do estado, gerando o que podemos chamar de conformismo. É esta mentalidade que o poder público através da história pretendia e pretende impregnar nas mentes e no comportamento da população brasileira “somos independentes” temos “governantes que zelam pelo bem comum da nação”; conquistamos essa posição através dos atos de “bravura” dos nossos “heróis nacionais”, como: Pedro Álvares Cabral, Dom João VI, Dom Pedro I, Tiradentes entre outros, ou seja, mera falácia distorcida e ilusória.

E quanto à situação de discriminação, e exploração dos negros em relação a sua cor, não importam afinal eles são leigos, sem cultura, e devem trabalhar para manter o resto da população. Era esta a concepção da sociedade, que vários intelectuais, e políticos tinham em relação à organização social do Brasil, no século XIX. E a história seria este veículo homogenizador, e massificador que o estado utilizaria para legitimar suas ideologias de conservação e manutenção de seu poder.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi o aparelho utilizado pelo estado para difundir seus ideais de dominação e exploração da sociedade, e um dos principais historiadores que contribuiu para a disseminação de tais ideais foi Francisco Adolfo Vanrhagem, que durante toda a sua vida foi um defensor incansável da dominação e colonização portuguesa no Brasil, ele era contra toda e qualquer revolução que viesse ameaçar o estado português na figura de Dom Pedro II, seu amigo e admirador.

Segundo Franklin de Oliveira todos os historiadores de Vanrhagem a Gilberto Freyre, passando inclusive por Euclides da Cunha viram o Brasil com a ótica fornecida por outros países. “E a alienação dos historiadores, é segundo ele talvez a pior de todas, pois ela induz à desfiguração total do país e do povo”.

Manoel Bomfim ira produzir uma Análise da história do Brasil fugindo das regras, existentes em sua época: Os negros, o racismo científico, o mecanismo de conservação do estado, bem como vários erros na interpretação da história do Brasil, tal como a independência foram diagnosticados por Bomfim em seu livro *América Latina Males de Origem*. Por esta razão e outras que este intelectual impar na sociedade brasileira foi esquecido, pois ele se posicionava na contra corrente da produção historiográfica brasileira.

O conceito que Manoel Bomfim tinha de história não se resume, segundo Aguiar, ao simples registro cronológico dos fatos. Bomfim entendia a historia como um processo social continuo. Daí origina sua consideração de que o futuro da nação brasileira já estava “delineado” no seu passado, nas etapas anteriores da sua formação, pois todas elas foram marcadas por tensões e lutas entre dominadores e dominados. Segundo ele as nações mais poderosas constroem a historia de acordo com os seus interesses, cabendo aos dominados um papel subalterno ou passivo no transcorrer dos acontecimentos. “A deturpação se faz para proveito dos que já têm grandeza histórica, em detrimento dos menores, para maior afronto dos vencidos e dominados” (BOMFIM, 1996 p. 732).

Diante de todas estas mazelas existentes na produção historiográfica brasileira Bomfim dizia que era necessário passar a limpo a historiografia brasileira, livrando-a de todas as visões mistificadoras, que procuravam utilizar da história como um veículo de dominação das massas. No livro *América Latina Males de Origem*, Manoel Bomfim demonstra a discriminação social imposta aos negros, e mestiços em relação a sua cor, julgando-os como atrasados e inferiores. Para Bomfim o problema não é apenas de cor, mas sim, fruto da colonização portuguesa que aqui se instalaram como verdadeiros parasitas, procurando sugar todas as riquezas existente na colônia, numa relação de parasitas e parasitados. E os negros e mestiços foram um mecanismo utilizado pelos Braganças para efetivar esta dominação.

Isto para a época foi algo inovador, pois tínhamos uma produção historiográfica que marginalizava o papel do negro e do mestiço na sociedade brasileira. Silvio Romero

escreveu vários artigos procurando desconstruir o pensamento de Bomfim chamando-o pejorativamente até de “manuelzinho”.

Segundo Nietzsche “Se todo grande homem chegar a ser considerado, acima de tudo, precisamente como filho autêntico do seu tempo e, em todo o caso sofre de todas as suas mazelas, com força maior e mais sensibilidade do que todos os homens menores, então o combate de um tal grande contra seu tempo é ao que parece, apenas um combate sem sentido e destrutivo contra si mesmo. Mas justamente apenas ao que parece, pois o que ele combate em seu tempo é aquilo que o impede de ser grande e isto para ele significa apenas: ser livre e inteiramente ele mesmo (NIETZSCHE, Apud AGUIAR, p 34).

Manoel Bomfim combate as teorias racistas, e monarquistas que viam o Brasil como um país atrasado e inferior povoado por negros, mestiços e mamelucos, por esta razão o intelectual sergipano foi esquecido, como diz Nietzsche se tornou “pequeno” para sua época, pois o que ele combatia o impediu de se tornar “grande”.

Bomfim sempre foi discreto em suas ações procurando se manter a margem das instituições que pretendia legitimar o poder do estado. Ele foi convidado para fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma entidade que proporcionava destaque social para quem fizesse parte de tal órgão. Como Manoel Bomfim não era de acordo com a forma de produção historiográfica realizada por tal instituição não aceitou tal proposta, que para muitos seria irrecusável. Se não bastasse, o Médico Sergipano também foi intimado pessoalmente por Machado de Assis para fazer parte da Academia Brasileira de Letras, como um dos primeiros quarentas imortais, no entanto não aceitou. Manoel Bomfim procurava sempre se manter coerente em sua forma de pensar e atuar na sociedade brasileira, caso contrário seus escritos entrariam em contradição com o seu modo de agir, pois compartilhava da idéia de que uma característica importante em um escritor é a teoria estar em consonância com suas ações.

Esta breve exposição de alguns elementos da obra do intelectual sergipano serve como amostra da autenticidade e da atualidade da reflexão historiográfica desde autor “rebelde”. Esquecido pelos seus contemporâneos, desconhecido de grande parte dos estudantes de história e mal compreendido por muitos em nosso campo de atuação profissional.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks 1999.
- ARRUDA, José Jobson, TENGARRINHA José Manoel: **Historiografia luso-brasileira contemporânea**, Bauru, SP EDUS 1999.
- BOMFIM, Manoel: **A América Latina: Males de origem** 3 ed. Rio de Janeiro; Topbooks 1993
- _____: **O Brasil na América: Característica da formação brasileira** 2 Ed- Rio de Janeiro Topbooks 1997
- _____. **Brasil Nação: realidade da soberania nacional** 2 ed.- Rio de Janeiro: Topbooks 1996.
- CORETH, Emerich: **Questões fundamentais de hermenêutica**: Tradução; Carlos Lopes de Matos. São Paulo, Epu, Ed da Universidade de São Paulo, 1973.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988 p 5 a 27.
- IGLESIAS, Francisco: **Os historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira**- Ed Nova Fronteira –Rio de Janeiro 2000
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Historicismo, Tese, Legado, Fragilidade**. História Revista 7 (1/2): 1.22- jan/dez 2002.
- SCHWARZ, Moritz Lilia: *Os Institutos Históricos e Geográficos “Guardiões da História oficial*. In **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Campanha das letras 1993.

O protestantismo na ótica dos estudos culturais: perspectivas historiográficas

Bertone de Oliveira Sousa*

Resumo

A partir da segunda metade do século XX, o avanço dos estudos culturais abriram novas perspectivas para a análise historiográfica de movimentos religiosos, entre eles o protestantismo. Tais abordagens foram inicialmente impulsionadas pela antropologia, posteriormente, pela História Cultural e, mais recentemente, pelos estudos das identidades e das representações sociais. É nesse sentido que as abordagens de Stuart Hall, Manuel Castells, Roger Chartier, entre outros, constituem valiosas contribuições para analisar numa perspectiva histórica, por exemplo, o crescimento protestante no Brasil, em especial o movimento pentecostal, que tem conhecido amplo recrudescimento nas últimas décadas.

Palavras-chave: Protestantismo, identidade, história cultural.

Abstract

From the second half of the twentieth century, the advancement of cultural studies opened up new prospects for the historiographical analysis of religious movements, including Protestantism. Such approaches were initially driven by anthropology, subsequently, the Cultural History and, more recently, by studies of identities and social representations. This is the direction that the approaches of Stuart Hall, Manuel Castells, Roger Chartier, among others, are valuable contributions to examine a historical perspective, for example, the Protestant growth in Brazil, especially the Pentecostal movement, which has known large rise in recent decades.

Keywords: Protestantism, identity, cultural history.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista pela CAPES.

Até o início do século XX, os modelos de História das Religiões atuavam em dois sentidos: uma voltada para a apologética do cristianismo e outra, em campo oposto, para o fato de que a ciência e o incremento industrial levaria inevitavelmente ao desaparecimento da religião. Mas a partir dos *Annales*, com a viabilização do diálogo entre a História e as demais ciências sociais, como a Sociologia e a Antropologia, o estudo da consciência coletiva entrou para o foco da historiografia.

Tanto os Annales quanto a História Nova inovaram de dois modos o tratamento da religião. Primeiramente, no tocante à noção de tempo que contrastava com a noção de temporalidade das abordagens anteriores da historiografia tradicional, mais circunscritas a um tempo breve e bem curto. A segunda inovação foi refazer as dimensões do objeto em cada pesquisa sobre a religião, por considerá-la constituída por múltiplas facetas construídas social e historicamente. As categorias de classificação da religião foram repensadas e se enfatizou sua ligação com temas como o amor, a mulher, a criança, a família, a morte etc. Frente aos enfoques tradicionais, a religião deixou de estar isolada dos outros campos de saber (...), ganhou em complexidade, porque novas relações históricas vieram à tona. Tais abordagens, até meados dos anos noventa, eram caracterizadas pela palavra mentalidade, que deixou de ser freqüente na historiografia, cedendo o lugar para “cultura” e “imaginário”. (ALBUQUERQUE, 2007, não-paginado)

É nesse sentido que, ao discorrer sobre as propostas teórico-metodológicas da historiografia religiosa, e a importância da abordagem de Carlo Ginzburg, Jacqueline Hermann comenta:

Inserida no contexto da chamada história cultural, sua obra tem-se revelado particularmente inspiradora para a reflexão entre as possíveis relações da cultura popular ou folclórica e da cultura erudita ou, mais especificamente dentro de nosso tema, entre religião e/ou vivências religiosas e poder. Nessa perspectiva, são de fundamental importância os diversos filtros sociais que recebem e reelaboram as mensagens religiosas, a partir de vivências culturais específicas e determinadas, permitindo a identificação de formas diferenciadas de entender e viver a experiência religiosa. (HERMANN, 1996, p. 345)

Segundo Braudel, *não é fácil precisar a cor exata do protestantismo, pois não existe uma igreja protestante, mas igrejas, que corresponde a uma pluralidade de (...) tipos humanos.* (BRAUDEL, 2002, p. 323) O pentecostalismo é um desses matizes. Introduzido

no Brasil no início do século XX por missionários suecos vindos dos Estados Unidos, essa vertente religiosa não é mais vista como “invasão cultural” segundo Flávio Conrado, mas como *parte dos processos constitutivos nacionais, enraizando-se, dessa forma, na vida social, cultural e política do país.* (In: Revista “Nossa História”. Ano 04. Nº 38, p. 34)

No Brasil, o estudo do protestantismo é recente entre os historiadores, principalmente porque a explosão pentecostal se tornou mais notável nas duas últimas décadas, sendo que sua abordagem tem sido mais voltada para o campo da história cultural.

Percebemos também uma interdisciplinaridade entre historiadores, sociólogos, antropólogos, pesquisadores da religião nas investigações acadêmicas. Essa interdisciplinaridade em conjunto com a influência da historiografia cultural francesa aplicada às pesquisas científicas sobre o protestantismo nacional permitiu o aparecimento de novos questionamentos, uma nova história-problema sobre o cada vez mais complexo universo protestante nacional. Assim, surgem novas temáticas, como por exemplo, o papel da mulher na igreja, o cotidiano dos fiéis, o tele-evangelismo, o papel da mídia evangélica, a participação política dos evangélicos, a espetacularização da fé ao lado de temas tradicionais, como as escolas evangélicas e as questões doutrinárias.
(PAEGLE, 200?, não-paginado)

Quanto aos métodos de estudos relacionados a esse objeto, podemos perceber que a ausência de arquivos organizados e a dificuldade de acesso a uma cultura oral não-escrita, faz com que os pesquisadores adentrem muito na pesquisa de campo, com entrevistas, formulários, análises de discursos e de representações seja nos próprios templos ou através de fontes televisivas e de rádios.

É assim que as mudanças históricas e sociais estão diretamente relacionadas à formação de um comportamento religioso coletivo, em que seus membros se sentem valorizados, reconfortados, em que se sintam seguros para manifestarem suas necessidades e ansiedades. Verifica-se que a racionalização crescente do protestantismo histórico levou à afirmação de novas necessidades religiosas no mundo contemporâneo: necessidade de emoção, do sagrado, por exemplo. Assim como ocorreu em sua origem, nos Estados Unidos, o movimento pentecostal gera uma identificação particular entre seus membros, étnica, social e cultural.

Outras razões desse crescimento se devem ao uso de meios de comunicação, sobretudo o rádio e a televisão e o investimento em cultos emocionais. As promessas de prosperidade (bênção), cura, salvação em uma sociedade marcada por amplas e rápidas transformações também reforçam a busca por um grupo em que os problemas e as preocupações cotidianas possam ser resolvidas. O grupo gera uma identidade¹, através da qual o fiel se sente protegido, amparado e motivado. Torna-se, assim, um porto seguro num mundo em que as identidades passam por constantes processos de mudanças:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. (HALL, 2006, p. 13)

Na segunda metade do século XX, o avanço dos estudos culturais contribuiu, portanto, para abrir o leque de análises em torno do protestantismo. Nesse sentido, é importante ressaltar como a temática das identidades pode contribuir para essa investigação, uma vez que ela se constitui como uma herança de significados, ligados à constituição de uma memória e de um discurso que legitime a idéia de pertencimento. Nas religiões cristãs, a memória é um dos principais pilares de ratificação da fé, presente nos templos, nos rituais, nos livros sagrados e na pregação. A memória é, portanto, importante no processo de constituição da identidade dos grupos, o que os leva a buscar fazer-se conhecer e reconhecer como um processo histórico no interior de um processo histórico mais amplo.

Quanto à identidade, sabemos que ela possui um caráter relacional, ou seja, se define em relação à alteridade, a algo que lhe é exterior, diferente e que, por isso, lhe fornece as condições da própria existência. Assim, podemos dizer que o catolicismo, o espiritismo e os protestantes históricos (não pentecostais) fornecem, enquanto alteridade, o suporte para a afirmação da identidade pentecostal.

Se, por um lado, todos os protestantismos radicados no Brasil são oriundos de migrações não-ibéricas, por outro, *os pentecostais libertaram-se de vínculos com matrizes estrangeiras e iniciaram um progressivo processo de multiplicação de pequenas igrejas*

¹ *Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. (...) toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. (CASTELLS, 2000, p. 22-23).*

nacionais independentes, através de um número de fiéis militantes. (FERNANDES & DA MATTA, 1988, p. 31). E ainda:

Se o protestante histórico possui o saber do culto, ele perdeu, no imaginário do pentecostal, o poder da fé. Praticante de uma confissão que contém a verdadeira religião o protestante não-pentecostal é definido como o crente sem o poder do Espírito Santo, elemento que caracteriza com exclusividade o pentecostalismo e é, para os seus adeptos, a evidência indiscutível da legitimidade de sua confissão. (Idem)

Para o pentecostal, o protestante histórico apenas não tem o batismo com o Espírito Santo, sendo carente deste; constitui-se, nesse imaginário², como falsa religião, o catolicismo romano, e todas as outras religiões espíritas, africanas e não-cristãs. A crença do fiel de ser portador de dons sobrenaturais como a glossolalia e o poder do Espírito Santo torna o pentecostalismo uma religião proselitista, na medida em que urge trazer para a “verdadeira” fé aqueles que se encontram na “idolatria” e no “paganismo”, incluindo, além dos fiéis das citadas religiões, ateus, usuários de drogas, prostitutas, criminosos, etc.

Esses elementos constituem aspectos das representações desses grupos sociais. Para Roger Chartier, as representações aspiram a um caráter universalista e são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as produzem. Por isso, nunca são discursos neutros, colocando-se sempre em situações de competição.

A noção de “representação coletiva”, entendida no sentido que lhe atribuíam, permite conciliar as imagens mentais claras – aquilo que Lucien Febvre designava por “os materiais de idéias” – com os esquemas interiorizados, as categorias incorporadas, que as gerem e estruturam. (CHARTIER, 2002, p. 19)

E, em relação às críticas que se fazem acerca da História Cultural, podemos afirmar com Pesavento:

[A História Cultural] tem sofrido as críticas de seguir a moda, mas a esta acusação se poderia retrucar: pois o novo, o desejado, o intrigante, não é aquilo

² Entende-se por imaginário o resultado de um processo discursivo que é *forjador de sentidos, de identidades, de (in)coerências.* (...) Nesse sentido, o imaginário constitui o conjunto de *representações/imagens de si e do outro, que, de fato, definem comportamentos, inculcam valores, atribuem méritos, corroboram ou condenam atitudes/decisões.* O imaginário trabalha um horizonte psíquico habitado por representações e imagens canalizadoras de afetos, desejos, emoções, esperanças, emulações (...) Assim, encontra-se o imaginário em toda formação social como solo elementar de sua construção, traçado simbólico que organiza as forças constitutivas de um sistema histórico determinado. (...) O imaginário instaura relações de sentido, paradigmas que se apresentam como verdades. (SWAIN, 1994, p. 48-51)

que chama a atenção, que é importante e que pauta a ação, em todas as épocas? E, se a História é sempre resposta às questões de seu tempo, ela é, forçosamente, a narrativa da moda de cada época. (PESAVENTO, 2003, p. 119)

Desse modo, quando estudamos o protestantismo em seus diversos matizes, deixando de lado a dicotomia base e superestrutura que outrora relegou os aspectos religiosos à margem da historiografia, podemos perceber como o desenvolvimento dos estudos culturais, da Nova História Cultural e do estudo das representações e identidades podem nos fazer compreender de que modo as manifestações religiosas estão imbricadas no tecido social, e, dessa forma, ligadas às mudanças que acompanham a dinâmica do agir humano. Assim, ainda incipiente, o estado da arte da historiografia protestante torna-se um campo fértil a partir dessas perspectivas.

Referências

- ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. *Historiografia e religião*. Núcleo de Estudos Religião e Sociedade, PU-SP, Revista Nures nº 05, Janeiro-Abril 2007. Disponível em http://www.pucsp.br/revistanures/revista5/nures5_eduardo.pdf Acesso em 10/08/2008.
- BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da identidade*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Portugal: DIFEL, 2002.
- FERNANDES, Rubem César; DA MATTA, Roberto et al. *Brasil & EUA: Religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (orgs.) *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.
- HERMANN, Jcqueline. *História das Religiões*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1997

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola, 2006.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. *Uma breve análise historiográfica do protestantismo brasileiro e suas tendências atuais*. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiiisimposio/anais/textos/EDUARDO%20GUILHERME%20DE%20MOURA%20PAEGLE.pdf> Acesso em 10/08/2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz.; FRANCO, Sebastião Pimentel. (orgs.) *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no Plural*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

O CATOLICISMO BRASILEIRO PÓS-CONCÍLIO VATICANO II: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Massimo Bonato*
massimobonato@gmail.com

Principalmente após do Concílio Vaticano II, no âmbito dos estudos de história da Igreja, se revitaliza um debate vivaz entre os sustentadores de uma visão teológica e outra leiga da disciplina. O Vaticano II provoca uma série de impulsos em favor da configuração de um campo disciplinar autônomo com próprios instrumentos de trabalho. Segundo o historiador italiano Daniele Menozzi, para tentar compreender de forma mais exata o significado desta mudança no interior da historiografia católica, resulta de grande importância considerar dois aspectos decorrentes do próprio Concílio Vaticano II que favorecem uma abertura neste âmbito disciplinar: O primeiro, se realiza principalmente através da constituição *Gaudium et spes*, que permite a realização de um passo importante em direção da proclamação da autonomia da ciência, influenciando também o campo da disciplina da história; O segundo, através da perspectiva do ecumenismo, que provoca uma ampliação do horizonte de indagação no que diz respeito à história de outras igrejas.¹

No Brasil, podemos assinalar como, a partir da segunda metade da década de 1960, a recepção do Concílio Vaticano II estimula vivazes discussões sobre as reflexões acerca dos seus documentos. As possibilidades de “atualização”, que passam no interior do campo religioso católico brasileiro afetam, em vários níveis e de diferentes formas, os diversos setores da Igreja. Em forma específica no interior dos ambientes intelectuais católicos, isto significa uma maior sensibilidade para novas dimensões, como o ecumenismo, o diálogo inter-religioso com o propósito de uma reformulação da tradição anterior.² O Concílio Vaticano II proporcionou um aumento

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹ Daniele Menozzi, verbete “Cristianesimo, Storia del”, in Alberto De Bernardi & Scipione Guarracino (org.) *Dizionario di Storiografia*. Milano: Bruno Mondadori, 1996, pp. 271-272; Daniele Menozzi, “Il cattolicesimo dal concilio di Trento al Vaticano II” in, Giovanni Filoramo (org.) *Storia delle Religioni. Cristianesimo*. Roma: Laterza, 2005, volume 4, p. 659.

² José Oscar Beozzo. *Padres Conciliares Brasileiros No Vaticano II: Participação e Prosopografia 1959-1965*. Tese de Doutorado Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2001, p. 36.

na produção teológica, acompanhada do surgimento de uma série de revistas especializadas dentro das universidades e faculdades de teologia.

Portanto, é de considerar que um impulso à produção de pesquisas sobre a história da Igreja, no Brasil, vem do interior da própria instituição católica.³ É no âmbito confessional que emerge uma expressiva contribuição, em termos quantitativos e qualitativos, através do projeto da *Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina* (CEHILA), que propõe uma “renovação” da história da Igreja Católica da América Latina.

Este projeto nasce como consequência das mudanças das realidades *cristão-eclesiais* da América Latina, e como resultado de uma influência recebida da elaboração de uma reflexão teológica para a América Latina.⁴

A idéia de reescrever uma história da Igreja do Brasil, portanto fazia parte de um projeto mais amplo concebido e dirigido pelo teólogo e historiador argentino Enrique Dussel. No início da década de 1970, a proposta de Dussel, de uma história da Igreja da América Latina e do Caribe, começava a ser realizada através do estabelecimento de laços com as diferentes realidades nacionais do continente.⁵

Quanto ao Brasil, em 1973 começava a tomar corpo o projeto CEHILA-BRASIL. Na prática, este projeto visava constituir uma história da Igreja no Brasil a partir *da perspectiva do povo*. Estabelecia as suas bases na colaboração entre *experts* da área, entre historiadores e sociólogos, antropólogos, teólogos, filósofos, mas sempre com certa ênfase pelo constante exercício de adoção de uma reflexão derivada de um aprofundamento teológico.⁶

³ O historiador Ivan Aparecido Manoel sugere a hipótese que uma certa rejeição ou desprezo pelas ações da Igreja Católica no Brasil provocou um afastamento dos historiadores acadêmicos brasileiros em tratar as temáticas relativas a história da Igreja. Isto fez com que uma parte considerável na produção de pesquisas em este âmbito fosse produzida por autores de outras áreas de conhecimento ou pertencentes a ambientes confessionais. “Igreja e Estado no Brasil: uma história de contraste e ambigüidades” in, *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v.16, n. 7/8, p. 663-684, jul./ago. 2006.

⁴ Nos referirmos no caso específico, a chamada “Teologia da Libertação”. Sobre a relação entre a Teologia da Libertação e uma nova proposta para história da Igreja da América Latina e Caribe existem vários estudos entre os quais podemos fazer referência aos seguintes: CEHILA, *Para uma História da Igreja na América Latina. Marcos Teóricos*, Petrópolis, Vozes, 1986; Eduardo Hoornaert, *História da Igreja na América Latina e no Caribe. 1994, 1995 o Debate Metodológico*, Petrópolis, Vozes, 1995; José Ramos Regidor. *La Teologia della Liberazione*, Roma, DataNews, 1996; Enrique Dussel. *Teologia da Libertação. Um panorama de seu desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁵ A nível de estudos que realizam sínteses da história da Igreja da América Latina e Caribe ver: Enrique Dussel, *História Da Igreja Latino-Americana (1930-1985)*, São Paulo, Paulinas, 1989; Enrique Dussel. *500 Anos de História da Igreja na América Latinas*, São Paulo, Paulinas, 1992.

⁶ Para uma avaliação da produção historiográfica da CEHILA Brasil ver Diego Omar Silveira. “Para uma História da Igreja no Brasil’: as transformações eclesiais pós-conciliares e sua relação com a

Elementos peculiares caracterizam a produção historiográfica da CEHILA. Através de uma reflexão crítica, o historiador argentino Roberto Di Stefano identifica os princípios teóricos que marcam, e sobre os quais é fundamentada, esta produção historiográfica: Superação de uma dimensão “romana” da Igreja latino-americana, para fortalecer uma identidade eclesial própria; Escrita de uma história da Igreja a partir de uma perspectiva que considera os “pobres”; Superação da dimensão institucional da Igreja, em favor de uma perspectiva que favorece uma maior atenção às dimensões “periféricas” das formas religiosas e dos movimentos populares; Proposta de uma visão ecumênica, capaz de considerar e incluir as outras confissões cristãs. Embora seja evidente a incorporação destes elementos “renovadores”, estimulados pelas leituras dos documentos do Concílio Vaticano II, e como consequência das novas concepções teológicas latino-americanas, permanece na historiografia da CEHILA o elemento característico de uma historiografia católica tradicional: a insistência na utilização de um aparato conceitual de matriz teológica.⁷

Fora do meio confessional, o tema Igreja Católica no Brasil é abordado dentro de uma produção historiográfica relativamente ampla e que se apresenta num quadro bastante fragmentado. A produção de pesquisas neste âmbito, ao longo dos anos, aumentou quantitativamente, incrementando uma historiografia que trata o argumento a partir de diferentes recortes temáticos e temporais.⁸

Se considerarmos as pesquisas que tratam da história do catolicismo brasileiro pós-Vaticano II, é possível incluir diversos estudos, tanto do ponto de vista cronológico quanto no que diz respeito ao seu conteúdo, que foram realizados por mãos de historiadores e por profissionais de outras áreas, como sociólogos, cientistas políticos e teólogos.⁹

No começo da década de 70, alguns estudiosos denominados “brasilianistas”, provenientes do mundo acadêmico norte americano e europeu, começaram a realizar

proposta historiográfica da CEHILA nos anos 1970”. In: Anais do II Seminário Nacional de História da Historiografia: Historiografia e Modernidade. Mariana / Ouro Preto: UFOP, 2007.

⁷ Roberto Di Stefano. “Presentacion” in, *Prismas. Revista de Historia Intelectual*. Buenos Aires, Año 9, No. 9, 2005. pp. 111-118

⁸ Para análises historiográficas a respeito da temática história da Igreja Católica do Brasil ver Jessie Jane Vieira de Sousa. *Círculos operários. A Igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002; Fernando Torres Londono. “Produção Historiográfica Sobre A Igreja Da América Latina Nos Últimos 50 Anos”, In: Eduardo Hoornaert (org.). *História da Igreja na América Latina e no Caribe (1945-1995): o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1995. pp. 191-214.

⁹ Sobre as peculiaridades e as dificuldades de demarcar fronteiras definidas no campo desta área de estudos ver o instigante ensaio de Antonio Flavio Pierucci. “Sociologia da Religião Área Impuramente Acadêmica”, in Sergio Miceli. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Ed. Sumare: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999;

pesquisas que abordavam as relações da Igreja Católica com o Estado e a política no Brasil.¹⁰

É interessante considerar que neste conjunto de pesquisas reunidas pelo fato de tomar como objeto de investigação as relações da Igreja Católica com a sociedade brasileira em perspectiva histórica, há uma prevalência de pesquisadores provenientes principalmente das áreas da sociologia e da Ciência Política.¹¹ Portanto, podemos perceber que o tema privilegiado por esses estudiosos se foca nas relações da Igreja Católica com o Estado e a política no Brasil, e seus trabalhos, mesmo sob diferentes perspectivas metodológicas, se inserem dentro de uma mesma dimensão de história política.

Nesta vertente de estudos houve, principalmente, uma predominância do referencial teórico estruturalista. Os trabalhos que se enquadram neste filão, de viés institucional, foram de grande importância, mas deram origem a outras distorções por se basearem numa visão excessivamente institucionalizada da Igreja Católica.

Determinadas reconstruções históricas oferecem um tipo de discurso que procura garantir um sentido específico, voltado para recuperação da ação da Igreja Católica na transformação da sociedade brasileira (BRUNEAU, 1974; MAINWARING, 1989). De maneira geral, esses trabalhos propõem uma instituição, que a partir da década de 70, resulta influenciada e renovada profundamente pelos princípios fundamentais de determinadas concepções teológicas – a Teologia da Libertação – e pela sua “opção pelos pobres”. Tais abordagens procuram reforçar uma imagem geral da Igreja Católica do Brasil como “Igreja Progressista” e “Igreja Popular”. Esses trabalhos apresentam, em diferentes medidas, uma mesma versão em grau de renovar a importância e centralidade do papel da Igreja Católica na história contemporânea brasileira, no intuito de dar sustentação a um discurso em favor do

¹⁰ Entre estes estudos podemos lembrar Ralph Della Cava. *Igreja e Estado no Brasil do século XX : sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916 – 1964*. Estudos CEBRAP, n. 12: 5 – 52. Abril – Maio – Junho, 1975; Emanuel Kadt. *Catholic Radicals in Brazil*. Londres: Oxford University Press, 1970; Ivan Vallier. *Catholicism e Political Development in Latin América*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1971; Thomas Charles Bruneau. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974; Scott Mainwaring. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989; Kenneth Serbin. *Diálogos na Sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹¹ Os historiadores, ao contrario de profissionais de outras áreas como cientistas políticos, sociólogos e jornalistas, demoraram mais tempo antes de abordar o tema. Varias razões poderiam ser consideradas como possíveis fatores que provocaram este fenômeno. Entre outros pode-se pensar na postura dos historiadores de optar por fatos mais distantes no tempo

fortalecimento de uma identidade católica diante da crise de “civilização paroquial”¹² do catolicismo brasileiro.

Colocando uma consideração de ordem geral, pensamos que resulta importante, na compreensão de mudanças específicas inerentes a uma discussão acerca da historiografia sobre Igreja Católica do Brasil, salientar que, depois de anos de hegemonia de específicas concepções teóricas, sobreveio um momento no qual aconteceram significativas mudanças e redefinições do campo historiográfico. Isso se deve a uma série de fatores, entre os quais razões de ordem sócio-políticas (crise do horizonte socialista), econômicas e eclesiais, entre si relacionadas, que levaram um número expressivo de profissionais ao abandono das categorias e dos modelos de interpretação de cunho estruturalista ou marxista.

Tais mudanças se manifestam em um processo que, como bem relata o historiador Roger Chartier, se configura no campo do conhecimento histórico em um processo de fragmentação da própria concepção da história e da historiografia em geral.

“É possível notar uma perda de unidade das grandes tradições historiográficas, fragmentação de propostas diversas, freqüentemente contraditórias, que multiplicaram os objetos, os métodos, as ‘histórias’. Os historiadores tomaram consciência de que as categorias que manejavam tinham elas próprias uma história (...) as hierarquizações habituais fundadas sobre uma concepção fixa e unívoca da atividade profissional ou dos interesses sociais, pareceram não dar totalmente conta da labilidade das relações e das trajetórias que definem as identidades”.¹³

Essas importantes mudanças do cenário da produção do conhecimento histórico, logicamente, se repercutiram também a respeito da produção de história da Igreja, levando os especialistas deste campo à procura de outras formulações teóricas e temáticas e de novas modalidades de escrita da própria narrativa. A partir da década

¹² Sobre as mudanças do catolicismo brasileiro e as formas que os estudiosos adotaram nas diversas pesquisas para analisar estas dinâmicas ver, Antonio Flavio Pierucci. “Sociologia da Religião Área Impuramente Acadêmica”, op. Cit., p. 255; Daniele Hervieu-Lager utiliza nas suas pesquisas a idéia de “civilização paroquial”. Este expressão se refere a um modelo de catolicismo que na modernidade contemporânea foi sujeito a uma total revisão. Segundo a socióloga francesa uma serie de fatores teria minado os fundamentos sociais e culturais da dimensão religiosa paroquial. Paro o catolicismo isto significaria ser uma religião estatisticamente majoritária e ao mesmo tempo socialmente e culturalmente minoritária. Daniele Hervieu-Lager. *Il pellegrino e il convertito. La religione in movimento*. Bologna: Il Mulino, 2003. p.159-160.

¹³ Roger Chartier. *A Beira da Falésia. A historia entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002, p. 8.

de 1990, isto se traduz na diminuição, pelo menos em nível quantitativo, de obras publicadas que abordam o tema das relações entre Igreja Católica e Regime militar.

Diante deste fenômeno, que podemos identificar como uma fase de recuo dos modelos tradicionais de história “científica”, emergem elaborações narrativas interessadas em retratar as trajetórias de vida de grupos ou de indivíduos.

Nessa perspectiva de análise de trajetórias de vida de um grupo, podemos situar o trabalho de outro “brasileirista”, Kenneth Serbin, que em tempos recentes realizou o estudo *Diálogos na Sombra. Bispos e Militares, tortura e justiça social na ditadura, (2001)*. Serbin concentra a sua análise em um exame das ações e dos diálogos de indivíduos de primeiro plano, pertencentes a uma elite representada por membros dos estratos sociais superiores da sociedade brasileira – generais, bispos e intelectuais -, que participaram dos diálogos da chamada “Comissão Bipartite”.

Outro estudo que contribui para incrementar a produção sobre história do catolicismo Pós-Vaticano II foi realizado pela estudiosa Loiva Otero Felix, através do trabalho com o título *Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre*.¹⁴ A historiadora brasileira escolhe pela reconstrução do período histórico através de uma perspectiva fundamentada no universo narrativo de um discurso memorialístico, baseando-se no relato de Maria Augusta Ghisleni, religiosa coordenadora de atividades pastorais da CNBB.

Sempre dentro desta perspectiva, podemos situar o estudo, *Um itinerário no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima* (2006) do historiador Marcelo Timotheo da Costa, através do qual é abordada a temática também do Catolicismo brasileiro. O estudo de Costa reconstruiu a trajetória do intelectual católico Alceu Amoroso Lima, figura de primeira importância no interior do laicato brasileiro do século XX. A opção de Costa de reconstruir uma trajetória individual, se revela particularmente interessante no momento que a análise do autor se expande para além da dimensão interior do personagem focado, abordando questões que revelam fragmentos importantes da história do catolicismo brasileiro contemporâneo.¹⁵

¹⁴Loiva Otero Felix. *Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre*. Passo Fundo: UPF, 2004.

¹⁵Marcelo da Silva Timotheo da Costa. *Um itinerário no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006.

Esses tipos de narrativas históricas, que privilegiam determinados grupos ou sujeitos, que, de uma certa forma, teriam sido relativamente pouco analisados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método no objetivo de interpretar os processos históricos através uma análise dos “discursos da memória”.

Segundo Beatriz Sarlo, esta tendência, em voga tanto na academia quanto no mercado do bens simbólicos, que hoje se expande sobre os estudos do passado e os estudos culturais do presente. Tais perspectivas não são surpreendentes e fazem parte de um programa que coincide com a renovação temática e metodológica que a sociologia da cultura e os estudos culturais realizaram sobre o presente. Beatriz Sarlo identifica este panorama atual como a imposição do fenômeno da *guinada subjetiva* em contraposição da *guinada linguística*, que se impôs durante os anos de 1970 e 1980. Isto permitiria que a identidade dos sujeitos voltasse a tomar o lugar ocupado, nas décadas anteriores, pelas estruturas.¹⁶

Se consideramos tais postulados, é possível avaliar como a dimensão intensamente subjetiva caracteriza parte da produção historiográfica no presente. Como lembra François Hartog, prolifera a idéia de *Memória*. Na pretensão de fazer memória de tudo e no desafio entre memória e história, é rapidamente dada a vantagem à primeira.¹⁷ O tom subjetivo caracteriza a época atual, definida por alguns estudiosos como *pós-modernidade*.¹⁸ Se já não foi possível sustentar uma verdade, florescem, em contrapartida, verdades subjetivas. Aparecem sujeitos para recuperar o passado e adequá-lo ao presente. Segundo Hartog “o historiador agora aprendeu a não reivindicar nenhum ponto de vista dominante”.¹⁹

De fato, essa postura comum a muitos dos historiadores sociais, que abre brechas para uma propensão favorável a um certo relativismo teórico,

¹⁶Beatriz Sarlo. *Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia. Das Letras, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

¹⁷François Hartog. *Regimi di storicità. Presentismo e esperienze del tempo*. Palermo: Sellerio, 2007, p.47.

¹⁸Retomando, então, a definição de *idade da interpretação*, como vem sendo detectada pelo filósofo Gianni Vattimo onde o estudioso seria chamados a recolher, nos tempos atuais, um “fio condutor” para desenvolver o processo de compreensão dos fenômenos, como “intérpretes”, e não como objetivos gravadores de acontecimentos. Gianni Vattimo, & Richard Rorty. *Il Futuro della Religione: Solidarietà, Carità, Ironia*. Milano: Garzanti, 2005, p. 48-49.

¹⁹François Hartog. *Regimi di storicità...*, Op. cit. , p. 56.

se apresenta também como um impasse na própria concepção de história, que leva os especialistas a optar por detectar outros caminhos de escrita de uma narrativa histórica. Isto pode ser entendido, também, como uma reação aos critérios macro-analíticos de uma “história-síntese”.

No contextos acadêmicos do Brasil houve, nos últimos anos, uma abertura entre os especialistas de história ao debate epistemológico a respeito da prática da chamada micro-história²⁰ e das suas possibilidades de análise. A expressiva recepção, no âmbito historiográfico brasileiro, é testemunhada pela opção de diversos estudiosos em colocar ao centro das suas investigações o exame das ações dos atores sociais e sujeitos.

Esta abordagem, que desloca o foco do seus interesses para as ações do indivíduo, se de fato se tornou uma moda, está se difundindo não somente no panorama historiográfico brasileiro, mas resulta um fenômeno general que está se consolidando no panorama historiográfico global.

Segundo Sabina Loriga,²¹ isto poderia ser lido como uma consequência geral da crise da “história científica”, da crise da interpretação marxista, do modelo estrutural, que levou os historiadores a adotar uma posição que tentasse analiticamente estender e aprofundar a noção histórica do indivíduo. Partindo dessas reflexões, podemos entender o generoso acolhimento por parte dos historiadores do gênero biográfico.

Através desta perspectiva, se reconhece que as realidades sociais podem ser analisadas a partir da dimensão do “indivíduo” (estratégias individuais, biografia, trajetória de vida). Esta abordagem se torna útil a partir do momento que os fragmentos de vida e as ações individuais são inseridos dentro de uma concepção das relações sociais entendidas ao mesmo tempo como realidade estruturada, mas sempre ligada ao comportamento individual.

22

²⁰ Sobre a microhistoria ver Jacques Revel. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998; Henrique Espada Lima, *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

²¹ Sabina Loriga, “La Biografia come problema” in: Jacques, Revel (org.) *Giochi di Scala. La microstoria allá prova dell’esperienza*. Roma: Viella, 2006. P. 201-202.

²² Paolo Palumbo. “Le dialettiche della microstoria. Edoardo Grendi e l’interdisciplinarità nel mestiere dello storico” in Balbi Sei. *Ricerche Storiche Genovesi* n. 0, 2004. Disponível em internet site <http://www.balbisei.unige.it/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto, & EAKIN, Marshall & BARBOSA, e Rubens Antonio (editores). *O Brasil dos Brazilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

BEOZZO, José Oscar. *Padres Conciliares Brasileiros No Vaticano II: Participação e Prosopografia 1959-1965*. Tese de Doutorado Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2001.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2002.

COSTA, Marcelo da Silva Timotheo da. *Um itinerário no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006.

DE BERNARDI, Alberto & GUARRACINO, Scipione (org.). *Dizionario di Storiografia*. Milano: Bruno Mondadori, 1996.

DI STEFANO, Roberto. “Presentacion” in, *Prismas. Revista de Historia Intelectual*. Buenos Aires, Año 9, No. 9, 2005. pp. 111-118.

DUSSEL, Enrique, *Historia Da Igreja Latino-Americana (1930-1985)*, São Paulo, Paulinas, 1989.

_____, *500 Anos de Historia da Igreja na América Latinas*, São Paulo, Paulinas, 1992.

_____, *Teologia da Libertação. Um Panorama de seu Desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1999.

FELIX, Loiva Otero. *Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre*. Passo Fundo: UPF, 2004

FILORAMO, Giovanni (org.) *Storia delle Religioni. Cristianesimo*. Roma: Laterza, 2005, volume 4.

HARTOG, François. *Regimi di storicità. Presentismo e esperienze del tempo*. Palermo: Sellerio, 2007, p.30.

HERVIEU-LEGER, Daniele. *Il pellegrino e il convertito. La religione in movimento*. Bologna: Il Mulino, 2003.

HOORNAERT, Eduardo, *Historia da Igreja na América Latina e no Caribe. 1994,1995 o Debate Metodológico*, Petrópolis, Vozes, 1995.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MICELI, Sergio. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Ed. Sumare: ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999. 3v.

PALUMBO, Paolo. “Le dialettiche della microstoria. Edoardo Grendi e l’interdisciplinarità nel mestiere dello storico” in Balbi Sei. *Ricerche Storiche Genovesi* n. 0, 2004. Disponível em internet site <http://www.balbisei.unige.it/>

REGIDOR, José Ramos, *La Teologia della Liberazione*, Roma, DataNews, 1996.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RORTY, Richard & VATTIMO, Gianni. *Il futuro della Religione. Solidarietà, carità, ironia*. Milano: Garzanti, 2005.

SARLO, Beatriz. *Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia. Das Letras, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVEIRA, Diego Omar. “Para uma História da Igreja no Brasil’: as transformações eclesiais pós-conciliares e sua relação com a proposta historiográfica da CEHILA nos anos 1970”. In: *Anais do II Seminário Nacional de História da Historiografia: Historiografia e Modernidade*. Mariana / Ouro Preto: UFOP, 2007.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários. A Igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

O Historicismo na História da Arte: o método de Erwin Panofsky

Marcela Aguiar Borela¹

Esta comunicação visa apresentar o método de análise de imagens de Erwin Panofsky, acessado por meio de sua obra *O Significado nas Artes Visuais*, sob uma perspectiva crítica de revisão e reflexão de sua matriz teórica, seus objetivos e seus possíveis alcances. Ao tomar o objeto artístico como portador de saberes históricos para além de uma dimensão exclusivamente formal, Panofsky coloca na pauta da história da arte e na pauta dos estudos mais gerais sobre imagens a necessidade de uma leitura contextualizada de fundamento historicista nas artes visuais a partir da busca por seu significado intrínseco.

Neste estudo, salientamos a importância da obra de Erwin Panofsky, bem como enfatizamos sua frequente utilização como metodologia dominante para uma infinidade de trabalhos historiográficos centrados na análise e tratamento de fontes visuais, artísticas ou não. Vale destacar que, precisamente, um diagnóstico de cristalização do método iconológico de Panofsky nos motiva na direção deste estudo de revisão metodológica. Foi possível verificar, por meio de um trabalho paulatino de pesquisa em busca de uma historiografia disponível sobre *arte moderna*² que, grande parte, ou, a maioria dos trabalhos historiográficos sobre arte (não só moderna, mas também) utilizam o método iconológico de Panofsky sem muita preocupação em problematizá-lo e, ou, historicizá-lo. De modo que ficou patente a necessidade de fazê-lo na medida em que seria necessário ao longo de futuras trajetórias de pesquisa escolher métodos adequados de trabalho. Assim surgiu o tema desta comunicação, necessariamente atrelado a uma extrema necessidade de elencar possibilidades de análise. O método panofskyano, não apenas “utilizado”, mas tomado como problema, ofereceria condições de esclarecimento a cerca das formas de tratamento de imagens artísticas no campo da história.

¹ Graduada em Comunicação Social - UFG. Cursa Mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – UFG.

² Trata-se de meu trabalho de Mestrado em História, na Universidade Federal de Goiás, cujo tema, “A História da Arte Moderna em Goiás e as implicações desta experiência na dimensão da visualidade da cidade de Goiânia nas décadas de 1950 e 1960”, exige uma ampla pesquisa a respeito de uma historiografia sobre os modernismos – europeu, latino-americano e brasileiro, bem como um conhecimento das dinâmicas de trabalho com fontes visuais, propriamente artísticas. Neste processo, tornou-se fundamental o aprofundamento a respeito do debate teórico-metodológico que envolve a questão.

Ocuparemos-nos nesta comunicação, portanto, simplesmente de um problema de método, muito circunscrito: a utilização de obras de arte, ou testemunhos artísticos, particularmente imagens pictóricas, como mediações para construção do saber histórico. Elegemos o método de Erwin Panofsky para tratar da questão uma vez que se trata de um modelo paradigmático de análise. De modo que o tema desta comunicação é tanto o método de análise de imagens de Panofsky, quanto à tradição dos estudos histórico-artísticos do Instituto Warburg, no qual ele está inserido, formando com Saxl a primeira geração de seguidores de Warburg. É com base em um ensaio de Carlo Ginzburg³ sobre a questão que buscaremos contextualizar mais a frente o método de Panofsky. Com efeito, desejamos fazer uma reflexão sobre as limitações das análises iconológicas e iconográficas para melhor fecundá-las através do conhecimento histórico.

Ginzburg afirma em 1989 que os ensaios reunidos na obra de Panofsky “*Studies in Iconology*”, cuja primeira edição é de 1940 nos Estados Unidos (tradução brasileira: “*O Significado nas Artes Visuais*”), exerceram durante todo o século XX até aquele momento (e exercem até hoje) uma enorme influência na cultura americana (conseqüentemente, na produção historiográfica sobre arte e imagens no Brasil e na América Latina), criando uma verdadeira moda “iconológica”. Ele comenta que foram levantadas críticas a propósito e em função de uma ampliação arbitrária do método iconográfico, mas que estas críticas não chegaram a contestar a validade do método nem mesmo a suas implicações propriamente iconológicas. De todo modo, nosso objetivo aqui é mesmo historicizar o método de Panofsky, inserindo-o em sua matriz teórica e historiográfica fundamental (o Instituto Warburg), salientando inclusive sua importância, mas, contudo, reiterando algumas relevantes críticas a ele direcionadas.

Em *O Significado nas Artes Visuais* Panofsky pretende assegurar um lugar para a história da arte entre as humanidades delimitando e atualizando um problema metodológico que tivera sua discussão iniciada com a oposição articulada entre as pesquisas de Warburg (as primeiras a tomarem obras de arte como documentos para a construção do saber histórico) e os posicionamentos de Wölfflin (que restringiam a obra de arte ao seus aspectos estilísticos, negando que estas configurariam documentos de um imaginário social), entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Neste sentido, inserimos Panofsky na raiz do problema dos “objetivismos” na História

³ Trata-se de um ensaio publicado na obra “*Mitos, Emblema, Sinais*” denominado “*De A. Warburg à E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método*”. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

da Arte que tem fundamentação nas idéias Kantianas e pós-Kantianas, que dão origem na Alemanha, após a publicação da “*Crítica a Razão Pura*” (1791), a uma mudança epistemológica que fundamenta o saber verdadeiro, assim transformando os estudos sobre arte em objeto de conhecimento. A disciplina passa a apoiar-se mais na razão pura que no gosto estético uma vez que Kant diria que o gênio humano é dotado da “faculdade das idéias estéticas”, ou seja, “sabe exprimir e tornar universalmente comunicável o que é indizível⁴”.

Nas reflexões de Panofsky sobre a definição da obra de arte encontramos uma de suas contribuições mais significativas. Ele define que mesmo quando a obra de arte não é criada unicamente para ser experimentada esteticamente, mesmo que para ela fora designada uma utilidade, ela tem sempre significação estética (não confundir com valor estético) quer sirva ou não a um fim prático, quer seja boa ou má, o tipo de experiência que ela requer é sempre estética⁵. Panofsky esclarece que se pode experimentar esteticamente todo e qualquer objeto, seja ele natural ou feito pelo homem, entretanto, a decisão de experimentá-lo ou não esteticamente, no caso do objeto natural é uma escolha absolutamente pessoal. Já um objeto feito pelo homem, exige ou não ser experimentado deste modo, pois tem o que se chama “intenção”⁶. Ele esclarece ainda que o elemento *forma* está presente em qualquer objeto, sem exceção, de modo que na obra de arte haveria um equilíbrio entre *idéia* e *forma*. Uma eloqüência entre esses dois elementos é que revelará de maneira bem sucedida o *conteúdo* da obra. Panofsky delimita então uma obra de arte como um “*objeto feito pelo homem esteticamente*”⁷. Ele afirma ainda que quem quer que seja que se defronte com uma obra de arte, seja recriando-a esteticamente, seja investigando-a racionalmente, é afetada por 3 de seus componentes: (1) forma materializada, (2) idéia (ou seja, tema nas artes plásticas) e (3) conteúdo. Nesta perspectiva, ele critica a tradição formalista que ele chama de *teoria pseudo-impressionista*, segundo a qual “*forma e cor nos falam de forma e cor e isso é tudo*”⁸. Segundo Panofsky, na experiência estética realiza-se a unidade destes três elementos e todos entram no que é conhecido como gozo estético da arte.

⁴ KERN, Maria Lúcia Bastos, “Historiografia da arte e o debate sobre a crise da disciplina”. IN: MEDEIROS, Maria Beatriz (org.). “Arte em Pesquisa: especificidades”. Editora da Pós-graduação em Arte da Universidade de Brasília. ANPAP. Brasília. DF. 2004.

⁵ PANOFSKY, Erwin. Significado nas Artes Visuais. São Paulo: Perspectiva, 1991. p.30.

⁶ Idem, p. 31.

⁷ Idem, p. 33,34.

⁸ WÖLFFLIN apud PANOFSKY, 1991, p.36.

A grande questão colocada até aqui e que imprimi ineditismo ao trabalho de Panofsky é sua preocupação em incluir o aspecto estilístico das obras de arte no trabalho o historiador que pretende utilizá-las para o conhecimento de aspectos históricos mais gerais. Neste sentido, uma espécie de conciliação entre *formalismo* e *historismo* caracteriza o método panofskyano de análise de imagens artísticas.

O método de análise de obras de arte de Erwin Panofsky é conhecido como *método iconológico*⁹. Inicialmente vejamos o conceito de iconografia para Panofsky: “(...) *ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma*¹⁰”. Neste sentido, apresentamos abaixo, as fases de interpretação pela qual passa o processo de análise por qual passa o historiador diante de uma obra de arte, segundo o que configura o método iconológico de Panofsky:

1. *Tema primário ou natural* – dividido em 2 níveis: identificação das formas puras, ou seja, certas configurações de linha, cor ou determinados pedaços de bronze ou pedra (1 - factual). Identificação de suas relações mútuas – se formam a representação de um acontecimento - pela percepção de características expressivas (2 - expressional). “*O mundo das formas puras assim reconhecidas como portadoras de significados primários ou naturais pode ser chamado de mundo dos motivos artísticos. Uma enumeração destes motivos constituiria uma descrição pré-iconográfica de uma obra de arte*¹¹”. 2. *Tema secundário ou convencional*: ligação dos motivos artísticos e as combinações de motivos artísticos (composições)¹² com assuntos e conceitos. Exemplo: percepção de que uma figura masculina com uma faca na mão representa São Bartolomeu. Trata-se do domínio da “iconografia” a identificação de tais imagens, estórias e alegorias. 3. *Significado intrínseco ou conteúdo*: determinação daqueles princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa, ou filosófica – qualificados por uma personalidade e

⁹ O termo iconologia tem origem na obra de Cesare Ripa “*Iconologia*” de 1593, que fornece definições de elementos utilizados por artistas de um ponto de vista alegórico e está ligado a idéia de “*disegno*”, que define que o importante na obra (produzida pelo intelecto do homem) é a idéia que precede sua formação. PEREIRA, Maria cristina C. L. **Uma arqueologia da história das imagens**. In: GOLINO, William (org). Seminário: A Importância da teoria para a produção artística e cultural. Vitória – ES, UFES, 2004.p. 5. <http://www.tempodecritica.com/link020122.htm>.

¹⁰ PANOFSKY, 1991, p.47.

¹¹ Idem, p.50 e p. 64.

¹² Aqui Panofsky (1991, p.51), apresenta uma idéia de “análise formal” - segundo Wölfflin - que consiste numa análise de motivos e de combinação de motivos.

condensados numa obra¹³. Estes princípios de manifestam, e portanto esclarecem, quer através de “métodos de composição” (1) quer da “significação iconográfica” (2).

O processo completo, ao conceber as formas puras, os motivos, as imagens, histórias e alegorias como manifestações de princípios básicos e gerais, é uma interpretação possível segundo o que Ernest Cassirer chamou de *valores simbólicos*. A descoberta e a interpretação destes valores simbólicos é o objeto do que Panofsky denominou “iconologia” em oposição à “iconografia”.

Para Panofsky, a “iconografia” é a descrição e classificação das imagens, um estudo limitado que fornece as bases para qualquer interpretação posterior possibilitando o estabelecimento de datas, autenticidade, origens, mas que não colabora com a interpretação sozinha. Nesta perspectiva, ele concebe a iconologia, portanto, como iconografia que se torna interpretativa, como um método que advém mais da síntese que da análise. “*Proponho reviver o velho e bom termo iconologia sempre que a iconografia for tirada de seu isolamento e integrada em qualquer outro método histórico, psicológico ou crítico (...)*”¹⁴

A partir das considerações de Carlo Ginzburg¹⁵, que visam historicizar a dinâmica metodológica dos pesquisadores ligados ao Instituto Warburg (o próprio Warburg, Saxl, Panofsky e, posteriormente, Gombrich), elencaremos alguns núcleos problemáticos de maior impacto e relevância nos termos da discussão que encaminhamos até este momento. Ginzburg se pergunta pelo “método warburgiano”. Segundo ele, o trabalho de Aby Warburg consistiu na tentativa de resolver o problema do significado que a arte da Antiguidade teve para a sociedade florentina do século XV. Warburg, para tanto, serviu-se de uma documentação no mínimo variada e visivelmente heterogênea: testamentos, cartas de mercadores, aventuras amorosas, tapeçarias, quadros famosos e obscuros. Eis aqui elencada uma importante contribuição deste pesquisador: o ensinamento de que se pode fazer ouvir vozes humanas articuladas também a partir de documentos – aparentemente - de pouca importância. Warburg quis reconstituir o elo entre as figurações e as exigências práticas, os gostos, a mentalidade de uma sociedade determinada: a sociedade florentina da primeira metade do século XV. No ensaio intitulado “*Adivinhação antiga pagã em textos e imagens da*

¹³ Nesta definição de conteúdo foi retirada de uma edição para outra a palavra “inconscientemente”, detalhe que Ginzburg observa e sob o qual comentaremos mais à frente.

¹⁴ PANOFSKY, 1991, p.54.

¹⁵ GINZBURG, 1989, p. 41

époda de Lutero” ele profetizava uma história da imagem como história da cultura. Warburg lamentava que a história da arte ainda não tivesse conseguido “*por seu material a disposição da psicologia histórica da percepção humana*¹⁶”.

Para Ginzburg a historiografia de Warburg é que impressiona: “*A historiografia [de Warburg] supera a metodologia*¹⁷”. Ginzburg se pergunta o que possuem em comum os textos que se filiam a quase meio século ao nome Warburg e o que constitui o “método warburguiano”. Trata-se de um problema complexo. O objetivo dele é fazer uma breve exposição apenas no sentido de historicizar o método e não outros aspectos desta tradição. Ginzburg quer mostrar como estas formulações metodológicas não são nada pacíficas, por exemplo, além da sua inegável fecundidade, elas levantam uma série de dificuldades que foram notadas e discutidas em primeiro lugar pelos próprios “warburguianos”.

Segundo Ginzburg¹⁸ Warburg (usando o exemplo de Burckhardt) evoca uma história da arte com uma alcance mais amplo e dilatado do que a história acadêmica tradicional – uma história da arte que desemboca na *Kulturwissenschaft* (história da cultura). Warburg se recusava a qualquer leitura “impressionista”, estetizante e também puramente estética das obras de arte, considerava que, por um lado, era preciso considerar as obras de arte à luz de testemunhos históricos, de qualquer tipo ou nível, em condições de esclarecer a gênese de seu significado, por outro, era preciso considerar que a obra de arte e as figurações de modo geral deveriam ser interpretadas como uma fonte *sui generis* para a reconstrução histórica. Mas Ginzburg ainda se pergunta: em que medida é possível ter a compreensão de uma situação histórica com base em fontes figurativas e documentais? Warburg compreendia a necessidade de lidar com a especificidade da fonte, valorizando a análise iconográfica. Saxl acreditava que era preciso aproximar problemas históricos dos instrumentais da história da arte, entretanto, o que fazer quando a análise iconográfica falha? Ginzburg mostra minuciosamente em um procedimento adotado por Saxl que a análise iconográfica pode não funcionar, demonstrando que a chave da interpretação dele esteve na legenda da obra que analisou e na reação de alguém a ela. Só assim ele teve sua questão – problema histórico - respondida. Para Ginzburg isso provou a falta de indicações iconográfica unívocas. Ou seja, a obra a luz de outros documentos tem sua interpretação histórica

¹⁶ WARBURG apud GINSBURG, 1989, p. 42.

¹⁷ GINSBURG, 1989, p. 47

¹⁸ Idem, p. 56.

legitimada. “O historiador lê neles o que já sabe, ou crê saber por outras vias e pretende “demonstrar”. Surgem argumentos circulares de uma leitura fisionômica (termo de Gombrich)¹⁹”.

Esse problema da circularidade foi abordado e aprofundado por Panofsky, que resolvera a questão na verificação da relação entre monumentos e documentos, entre fontes primárias e secundárias. Mas para Ginzburg uma coisa é certa: “Uma imagem é sempre mais ambígua e aberta a diferentes interpretações e suas nuances não são tranponíveis para um plano articulado, racional, se não a preço de forçar um pouco²⁰”.

Segundo Ginzburg²¹, a figura e a obra de Panofsky exigiriam um discurso complexo. Ele se limita em abordar a distinção panofskyana entre iconografia e iconologia e insiste, assim como é objetivo do presente estudo, nos problemas que ele deixou em aberto e não nos que ele efetivamente resolveu. Ginzburg²² afirma que Panofsky foi precoce e estreitamente ligado ao grupo de Warburg. Em 1932 publica o ensaio “Sobre o problema da descrição e interpretação do conteúdo de obras de arte figurativas”, onde mostra que mesmo na descrição mais elementar de uma pintura unem-se inextricavelmente os dados de conteúdo e os dados formais. Questão que ele elabora, como vimos, novamente na obra *Significado nas Artes Visuais*. Segundo Ginzburg (1989, p.66), Panofsky aflora um problema: o da ambigüidade de qualquer figuração, mas, a despeito disso importava a Panofsky a justificação teórica das próprias pesquisas, muitas vezes não abordando de maneira complexa alguns problemas teóricos. Contudo, por exemplo, quando analisa o quadro “*Ressurreição*” do pintor Grunewald, ele demonstra que não é possível descrever sem interpretar – a possibilidade de descrever já indica o reconhecimento de determinadas coordenadas estilísticas. Tal constatação foi de grande relevância para todos os estudos que se seguiram na área, mesmo à despeito de alguma críticas que dizem que Panofsky não se ocupou com afincos de aspectos estilísticos.

Ginzburg afirma que “não é de todo arriscado supor que nas últimas décadas tenha penetrado em Panofsky uma leve desconfiança em relação ao método propriamente iconológico²³”. O historiador italiano destaca o fato de Panofsky ter retirado a palavra “*inconscientemente*” da definição de conteúdo da obra (que

¹⁹ Idem, p.63.

²⁰ Idem, p.59.

²¹ Idem, p.65.

²² Idem.

²³ Idem, p.69.

caracteriza, por sua vez, o foco da análise iconológica), de uma edição do texto *Significado nas Artes Visuais*, o que indica que ele estava consciente da dimensão intuitiva e incerta de seu método. Eis a afirmação de Panofsky (com o termo):

“Conteúdo, em oposição ao tema, pode ser descrito nas palavras de Pierce como aquilo que as obra denuncia, mas não ostenta. É a atitude básica de uma nação, período, classe, crença filosófica ou religiosa – tudo isso qualificado [inconscientemente] por uma personalidade e condensado numa obra” (PANOFSKY, p.33).

Ginzburg objetiva apresentar e verificar se os diversos continuadores de Warburg resolveram o problema da dificuldade em se usar testemunhos figurados como fontes históricas a partir da análise do estilo. Ele acaba por concluir que tal questão não é superada nem mesmo através do método iconológico de Panofsky, que, à priori levaria em consideração fatores estilísticos. A irracionalidade da abordagem do método iconológico (mesmo que exorcizada pelo cortejo com a documentação mais ampla e variada possível) recoloca o risco da circularidade dos argumentos.

Ginzburg elenca também as considerações de Gombrich sobre Warburg, que são de grande importância sob a perspectiva crítica de contextualização tanto do “método warburgiano” quanto do método de Panofsky. Gombrich observa dois principais equívocos: que há ali um resquício de uma filosofia romântica da história (idéia de Gombrich que tem eco nas posições e polêmicas anti-historicistas de Pooper, segundo Ginzburg) e uma concepção do estilo como “*sistema integralmente específico*”, se referindo a tradição warburgiana como “*historicismo na história da arte em chave expressionista*”²⁴.

Panofsky ao falar do exame de registros humanos delimita que o primeiro passo é a observação e “*a seguir, cumpre “decodificar” os registros e interpreta-los, assim como as “mensagens da natureza” recebidas pelo observador. Por fim os resultados precisam ser classificados e coordenados num sistema coerente que “faça sentido*”²⁵. Esta idéia de Panofsky que os elementos constitutivos e os significados históricos extraídos de uma obra de arte têm necessariamente que se encaixar para precisamente gerar um significado intrínseco parece ter algo de uma clara orientação positivista, expressa na crítica de Gombrich à Warburg, a quem Panofsky toma como base. É dentro da crítica relativa à primeira implicação levantada por Gombrich que o método

²⁴ GOMBRICH apud GINZBURG, 1989. p. 71.

²⁵ PANOFSKY, 1991, p. 26.

panofskyano parece estar mais comprometido, quando justamente está embasado em sua tradição.

Abordando um pouco mais esta questão que envolve uma idéia de que haveria um conteúdo auto-manifesto na obra de arte, se associarmos a vontade de equiparação e legitimação das ciências humanas diante das ciências naturais exposta por Panofsky bem no início de seu texto *“Significado nas artes visuais”*, esta idéia retirada de Warburg como “sistema integralmente específico” e para ele “sistema que faça sentido” gera desconfianças: *“(…) é verdade que nas relações entre monumentos, documentos e conceitos históricos gerais nas humanidades, é igualmente verdadeiro nas relações entre fenômenos, instrumentos e ciências naturais*²⁶”

Tal crítica não muito difícil de impor coerência uma vez que Ginzburg (1989, p.78) se refere a uma erudição positivista tanto de Wolfflin quanto de Warburg. Se pensarmos ainda nos dois problemas chaves da historiografia da arte, segundo Kern²⁷, com fundamentação no século XIX: (1) o problema justamente da positividade e (2) o problema da universalidade, veremos que o método de Panofsky não rompe com tais prerrogativas, muito pelo contrário, corrobora com elas.

Para Ulpiano T. Bezerra de Menezes²⁸ a dependência da técnica de leitura de Panofsky, de matriz idealista que vê a imagem como sintoma, seria atualmente o grande problema da maioria das análises históricas produzidas a partir de fontes imagéticas – isso, para entendermos o alcance de um paradigma metodológico como o de Panofsky. Ulpiano nos adverte que a aceitação da imagem como fonte e da natureza social do fenômeno artístico ainda não eliminou a busca equivocada de correlações entre uma esfera artística e outra social. Ele levanta dúvidas com relação a idéias de reflexo e causalidade linear, provocadas em grande medida pela popularidade e cristalização o método iconológico. Parece-nos, de fato, demasiado simplista que identificação os sentidos originais da imagem (Iconografia) e a posterior inserção destes numa visão de mundo (Iconologia), mesmo que atrelada a análise de outros documentos não-visuais, possibilite o resultado de uma análise histórica da obra de arte.

Com efeito, parece nítida a necessidade de proceder na análise para além do método iconológico de Panofsky. Numa abordagem histórica de testemunhos artísticos

²⁶ PANOFSKY, 1991, p. 29.

²⁷ KERN, 2004, p. 206.

²⁸ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual: Balanço provisório, propostas cautelares. In: Revista Brasileira de História. “O Ofício do Historiador”. Vol. 23, n. 45, 2003. Humanitas, FFLCH/USP. p. 15.

não é mais razoável atualmente tomar tal procedimento como metodologia fundamental sem a mínima preocupação em historicizá-lo. Ulpiano²⁹ prossegue com sua crítica afirmando que “*depois da voga das análises iconográfica panofskyanas é a semiótica que ocupa hoje a frente das perspectivas analíticas. O problema seria a ênfase na estrutura, na imanência e até mesmo num certo essencialismo e num certo fetichismo com relação às imagens*”. De todo modo, não trataremos aqui das questões relativas a abordagem que faz a semiologia dos objetos artísticos, entretanto, fica patente a lição de que os métodos de análise são desenvolvidos em determinados contextos e a partir de matrizes teóricas específicas que estão em constante processo de revisão e reflexão. Utilizá-los sem historicizá-los não nos parece razoável. Nesse sentido, o método de Panofsky parece corroborar com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto e único

Segundo Pereira³⁰, por trás de Panofsky está a idéia vasariana de que o que significa bem, deve assemelhar-se claramente. Para ele produzir obras de arte é uma operação do intelecto, assim como para Leonardo da Vinci ou Emmanuel Kant. Nesse sentido, o que importa mais é a idéia que preside sua formulação.

Para Ulpiano³¹ a submissão mecânica à Iconografia/Iconologia e a dependência de uma semiótica a-historicizada impede que os enunciados da imagem sejam estudados de forma ampla. Seria esse o mal da História Visual praticada até aqui. Ulpiano acrescenta que a ausência de uma base teórico-conceitual sólida e debatida e de critérios metodologicamente pertinentes geram “soluções de cartilha” que não passam de “camisas de força” que empobrecem as pesquisas inseridas sob crivo da História Visual.

Voltando à Gombrich, ele parece não reconhecer de fato a legitimidade do método iconológico de Panofsky, que ele nunca deixou de chamar apenas de iconográfico. Gombrich problematiza: “*sabemos que o estilo artístico é na realidade um índice bastante problemático das transformações culturais*”. Vale dizer neste sentido que este teórico cultivava uma notável desconfiança em relação a pesquisa dos nexos entre as obras de arte e a situação histórica em que elas nasceram. Segundo

²⁹ Idem, 2003, p.45.

³⁰ PEREIRA, 2006, p. 5.

³¹ MENEZES, 2003, p. 21.

Gombrich³² se a iconologia/iconografia não quer se tornar um instrumento inútil ela deve voltar a propor o problema sempre aberto do estilo da obra de arte.

³² GOMBRICH apud GINSBURG, 1989, p. 80.

A cidade na história: Fontes, escalas e possibilidades de análise

Diogo Fonseca Borsoi¹

1- Introdução

O tema *cidade* nas ciências humanas tem sido um campo interdisciplinar de estudos desde a institucionalização da disciplina urbanismo nos finais do século XIX. Áreas como geografia, arquitetura, medicina e mais recentemente história têm produzido diferentes narrativas sobre esse objeto, porém como nos diz Nestor Goulart citado por Brescianni “as áreas profissionais parecem ilhas. Cada vez que nos reunimos para discutir esse tema temos a impressão de que a nossa história urbana não é a mesma de outros profissionais”. Sua crítica repousa no fato de haver “uma tendência a desqualificar as visões de conjunto da história”², sendo que a aproximação de diferentes olhares é fundamental para a compreensão de tal fenômeno.

No mesmo artigo, Brescianni localiza esta falta de “visão de conjunto” na forma de se problematizar o tema a ser estudado. Para ela, “Buscar a formação desse saber [urbanístico] exige [...] que renunciemos a um percurso único ou a uma relação de causa e efeito linear”. Assim, a mesma autora propõe um olhar mais aprofundado para os primórdios da “cidade moderna” - Inglaterra século XVIII - a fim de rastrear outros saberes que alicerçaram profissionais a pensar problematizações sobre a cidade.

Em relação a bibliografia referente a história das cidades brasileiras no período colonial, a fragmentação dos olhares também é verdadeira, principalmente se tratando da história feita por historiadores. A *grosso modo*, tais análises têm concebido a cidade como *pano-de-fundo* para estudos de outros processos sociais, colocando, por exemplo, de um lado cidade-civilização e de outro sertão-desordem ou uma relação campo-cidade sem se atentar mais detidamente em aspectos morfológicos e de produção espacial. Adicionado a isso, Existe pouco diálogo com outras disciplinas que se propuseram estudar o processo de urbanização no período, produzindo um quadro fosco e fragmentado para cidades em questão.

Uma outra face do problema é que uma pequena parte dos pesquisadores que se dedicam ao estudo das cidades brasileiras se interessam pelo período colonial. Ana Fernandes e Marco Aurélio Gomes fizeram um mapeamento da produção historiográfica recente e constataram que

A história da cidade e do urbanismo modernos³ no Brasil concentra a quase totalidade dos

1 Aluno de graduação da universidade Federal de Ouro Preto. Orientador: Sérgio Ricardo da Mata.

2 BRESCIANNI, Maria Stella. Cidade e História. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *CIDADE: história e desafios*. Rio de Janeiro:Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. p.17.

3 Para a história da cidade e do urbanismo, chama-se de moderno o período do final do Império aos anos 1960.

trabalhos analisados, cerca de 90% do universo aqui referido. A cidade colonial, embora conhecendo uma ampliação de interesse por parte dos pesquisadores, tem ainda representação restrita⁴

Tendo esses problemas em vista e seguindo um caminho parecido ao traçado por Brescianni no artigo citado, proponho uma recapitulação das diferentes interpretações feitas sobre o processo de urbanização no período colonial a partir da década de 30 do século XX até os dias atuais⁵; utilizando, sempre que possível, o caso específico da cidade de Mariana e as demais regiões mineradoras setecentistas. Com isso, pretendo acompanhar uma discussão que vem sendo realizada por pesquisadores de diversas áreas e trazê-la para o campo da história da historiografia a fim de pormenorizar aspectos estruturais como Fontes, escalas de análises e recortes temáticos. Espero com isso, contribuir para o burilamento da discussão que tange a vida urbana nas vilas e cidades coloniais, colocando novamente interpretações que muitas vezes ficam à margem de trabalhos produzidos por historiadores, devido àquelas acontecerem (ou terem acontecido) em outros campos fora da disciplina história. Em decorrência disso, estimular um contato entre as várias disciplinas que se voltam para o fenômeno urbano e proporcionar a almejada “visão de conjunto” essencial para uma melhor compreensão das cidades coloniais brasileiras.

2- O anti-urbanismo do período colonial

A primeira obra que nos debruçaremos é a de Sérgio Buarque de Holanda intitulada *Raízes do Brasil*⁶. Nesta, o autor problematiza a cidade colonial em dois aspectos. O primeiro deles diz respeito a caracterização dessa sociedade como majoritariamente rural. Assim, a cidade é vista como totalmente dependente do campo, não possuindo autonomia ou vida própria. As terras produtoras de riqueza eram a habitação dos homens de destaque, esses só vinham à cidade por conta de alguma festividade ou algum evento solene. As chamadas cidades de *final de semana* teriam existido de forma hegemônica, nos primeiros dois séculos de colonização; no terceiro, esse quadro seria relativizado, pois, ainda segundo o autor, “a vida urbana, em certos lugares, parece adquirir mais caráter, com a prosperidade dos comerciantes reinois, instalados na cidade⁷”.

O segundo aspecto que Holanda vai desenvolver em seu livro é a questão formal do processo de urbanização na América. Para tanto, o autor recorre aos conceitos weberianos sobre cidade, nos quais a mesma seria um artefato humano; o fruto de uma vontade que se impõe contra a natureza. A urbes, nesta formulação, teria um papel racionalizador e colonizador que destoa do

4 FERNANDES, Ana. GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. A História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. *Revista Ciência e Cultura*. Vol.56. Ano.2. São Paulo: Apr./June 2004. p.24.

5 Essa recapitulação está longe de esgotar a bibliografia produzida sobre o tema no período. Nossa intenção é trazer para a discussão as obras de cunho mais interpretativo e que tiveram maior relevância, utilizando-se como critério a frequência de citações e o tema da pesquisa que gerou o presente texto.

6 HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

7 Idem. p.91.

perfil aventureiro do Português preocupado com um enriquecimento fácil sem criar vínculos muito duradouros com os lugares onde passou. Dessa forma, as cidades criadas pelos portugueses em oposição às cidades da América-espanhola, não chegariam a contrastar com a natureza, sua forma seria aquela ordenada pelo relevo e sua construção se daria sem “nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra desleixo”⁸.

Em conformidade com o exposto, está a obra de Oliveira Viana chamada *Instituições políticas Brasileiras*⁹. Viana defende que a formação de vilas e cidades no período colonial foi uma iniciativa pontual, sempre um ato oficial e não da vontade do *povo*. Esse projeto estatal tinha a finalidade de “reunir os moradores dispersos pelos latifúndios” em centros religiosos e fiscais a fim de garantir o controle dos colonos dispersos. A política colonizadora portuguesa teria sido ambígua, pois ao mesmo tempo que tendia a agrupar as populações em vilas e cidades também estimulava a dispersão de seus moradores através das incursões bandeirantes e a ocupação do interior. Para Viana, “tudo, na nossa sociedade colonial, nos educava e nos impelia para este anti-urbanismo, para este centrifugismo à aglomeração comunal”.¹⁰

A partir desses dois autores podemos verificar que as vilas e cidades do período colonial assumem um caráter de extensão da vida no campo. Os núcleos urbanos funcionariam como pontos secundários para os grandes produtores rurais se hospedarem nos dias de festa ou com o objetivo de resolver assuntos temporários, não adquirindo, portanto, vida autônoma. Por outro lado, ambos referem-se a urbanização das zonas mineradoras como uma exceção comparada ao resto da colônia, pois seu caráter aglomerativo teria se constituído de forma “inevitável” devido as datas minerais assumirem dimensões pouco extensas em relação aos latifúndios das áreas agrícolas.

Dentro das obras apontadas, podemos perceber também que as Fontes utilizadas para a sustentação de suas hipóteses constituem, de modo geral, em tratados de arquitetura e construção, legislações, relatos de viajantes e obras de memorialistas. As abordagens de ambos os estudos assumem um caráter amplo, fazendo generalizações para todas as partes da colônia portuguesa em comparação ao processo de formação de cidades na América-espanhola. Tais comparações, em grande parte, repousam na falta de *rigor* e *método* das cidades luso-brasileiras perante ao traçado em xadrez que constituiriam as cidades das colônias espanholas.

3- A geografia urbana retrospectiva e a classificação das cidades brasileiras

A partir do final da década de 1930, inicia-se um trabalho de classificação das cidades e vilas no Brasil colonial. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi levada a cabo por Rubens

8 Idem. p.110.

9 VIANA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Conselho editorial do senado, 1999.

10 Idem . p.131.

Borba de Moraes¹¹ a respeito das cidades paulistas. Ele propõe uma classificação das vilas e cidades a partir dos “diferentes métodos usados nesses tempos para se fundar uma cidade”¹². Assim, Moraes aponta seis causas diferentes para fundação de núcleos urbanos: I-Povoador anônimo; II-Aldeia de índios; III-Sesmarias e fazendas; IV-Capelas, que poderiam ser de particulares, coletivas ou de romaria; V-Pousos que desdobravam-se em pouso de bandeira e pouso de tropa e, finalmente, por fundação deliberada que se constituía em colônias Militares e patrimônios doados.

Em conformidade com o exposto, Aroldo de Azevedo¹³ também vai propor uma classificação para as cidades e vilas, porém dentro de uma escala mais ampla, abrangendo todo o Brasil e não se limitando ao período colonial. Azevedo propõe a seguinte classificação para os os embriões de cidades: I- Os lugares fortificados e os postos militares; II- As aldeias e os aldeamentos de índios; III. Os arraiais e as corrutelas. IV- Os engenhos e usinas, fazendas e bairros rurais; V. Os patrimônios e os núcleos coloniais.

A formação dos núcleos mineradores estaria classificada nos *arraiais e corrutelas*. Azevedo dedica um outro artigo¹⁴ para trabalhar essa formação específica, um ano depois de apresentar a classificação citada. Nesse texto, ele propõe uma analogia entre os arraiais e corrutelas setecentistas e os mesmos recorrentes nas regiões de mineração do estado de Mato Grosso no início do século XX. No caso específico das formações setecentistas, Azevedo aponta que tais núcleos teriam surgido junto do local da atividade mineradora e à medida que os mineiros subiam pelo leito do rio das torrentes, falcando ouro contido nos aluviões, ampliava-se paulatinamente os arraiais. Esse processo ganhava estabilidade quando os cascalhos e as areias se exauriam, começando uma exploração em filões, momento que cada minerador construía sua mina. Em seguida, depois da estabilização do arraial, começa a substituição das “primitivas casas” por edificações mais sólidas.

O terceiro e mais importante trabalho de Aroldo de Azevedo foi publicado também em 1957 e se chama *Vilas e cidades do Brasil Colonial*¹⁵. Nesse trabalho, o autor executa, da mesma forma, uma classificação dos núcleos brasileiros, porém não as distribui somente no espaço mais igualmente no tempo. Seu artigo mostra de forma cronológica como a colonização portuguesa foi povoando a colônia no sentido litoral-interior através da listagem dos núcleos urbanos instituídos pela Coroa portuguesa. Desse modo, através de seus aspectos demográficos e políticos, o autor elege as cidades mais importantes de cada século da colônia e as compara geralmente com o

11 MORAES Rubens Borba de. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do Século XVIII. In *Geografia* (1) 1935. P.69-87.

12 Idem p.76.

13 AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de cidades brasileiras. In *XVIII.e Congrès International de Géographie* 1956. Tome III Rio de Janeiro, 1965.

14 AZEVEDO, Aroldo de. Arraiais e corrutelas. In *Boletim Paulista de Geografia* (27) 1957, p.3-26.

15 AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial. In *Anais da associação dos geógrafos brasileiros*. 9(1) 1957: 83-168.

objetivo de apontar semelhanças e diferenças. Azevedo sugere, também, algumas caracterizações desses núcleos através de duas outras possibilidades classificatórias. A primeira por função, mostrando que as aglomerações podiam assumir um caráter administrativo, comercial ou religioso. Na segunda, o autor comenta sobre alguns relatos de viajantes e sugere a possibilidade de ter havido núcleos planejados e outros não, porém afirma que provavelmente tais relatos não passaram de “letra morta” e suas conclusões vão de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, cujo termo “desleixo”¹⁶ seria o conceito mais adequado para tais aglomerações.

Recapitulando, fica claro nas obras citadas, um projeto de inventariar os núcleos urbanos brasileiros através das causas originárias de sua formação. Os núcleos urbanos são tratados de forma quantitativa, as peculiaridades assumem um caráter superficial e a estruturação dos textos é mais esquemática do que interpretativa. Podemos perceber também, que nos trabalhos apresentados, há uma diminuição da escala de análise como em Moraes que trabalha apenas com São Paulo e nos estudos de Azevedo que, mesmo quando é abarcado todo o território da colônia, se preocupa em matizar as diferentes regiões, respeitando as peculiaridades de cada formação. A terceira consideração a ser feita é a respeito das Fontes utilizadas. A construção dos textos citados em grande parte se baseia em obras de historiadores antigos e não apresenta nenhuma documentação nova, as Fontes primárias se resumem aos diários de viajantes.

4- A descoberta da ordem: contribuição da arquitetura nas décadas de 60 e 70

Nas décadas de 1960 e 1970, houve um *boom* na produção sobre a história urbana no Brasil do período colonial. Diferentemente dos trabalhos citados – artigos e ensaios – surgem nessas décadas obras de cunho mais sistemático, cujo marco é 1968 com a apresentação de duas grandes obras de referência sobre o tema.

A primeira delas foi elaborada por Paulo Ferreira Santos, apresentada no V colóquio internacional de estudos luso-brasileiros e publicado em forma de separata nos anais do encontro. Em 2001, foi reeditada em livro publicado pela editora da UFRJ. Intitulada *Formação de cidades do Brasil Colonial*¹⁷, esta obra se desenvolve em torno de dois eixos principais, qual seja, a morfologia e a funcionalidade dos núcleos coloniais. Sobre o primeiro tópico, o autor retoma a discussão sobre a “cidade informal” e a “cidade regular”. Ele reposiciona essa divisão radical proposta por Sérgio Buarque de Holanda e matiza essa dualidade, conservando o método comparativo entre as cidades da América portuguesa e espanhola. Aponta para uma “evolução dos traçados de cidades e vilas no Brasil”, indicando quatro casos típicos dessa evolução: os “traçados inteiramente irregulares”, “traçados de relativa regularidade”, “traçados que inicialmente foram

16 Idem. p.155.

17 SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFJR, 2001.

irregulares, sendo depois refeitos para adquirirem perfeita regularidade” e por fim “traçados perfeitamente regulares”¹⁸. Paralelamente a essa classificação, Santos qualifica os núcleos urbanos coloniais, desconstruindo a idéia de “desleixo” proposta por Holanda. Sugere entender o espaço urbano colonial, através da dinâmica social da época em que tais aglomerações foram produzidas. Seu traçado seria coerente com os “meios de transporte” e com “o sistema de vida aconchegado” desses aglomerados. Ademais, os traçados possuíam valores característicos como as “perspectivas que a irregularidade favorece” e efeitos proporcionados por “determinados ângulos dos edifícios”¹⁹. Por fim, os traçados “irregulares” das cidades coloniais revelariam uma “genuinidade” própria. Nas palavras do autor:

Tais cidades são muito mais significativas do que a maioria das regulares e retilíneas que construímos depois da independência – Belo Horizonte, por exemplo -, que no balanço de nossos valores tradicionais não nos ocorre mencionar, porque não justificam destaque especial²⁰

O trabalho de Santos atualiza e complexifica a interpretação cunhada por Holanda quase três décadas depois. Pensando a Colônia luso-brasileira como um todo, ele revê a dualidade ordem-desordem dos núcleos urbanos coloniais, propondo formas intermediárias tipificadas. Outro ponto forte de seu trabalho consiste em analisar os traçados urbanos coloniais contextualizados com o cotidiano das práticas sociais e o nível técnico disponível pelos cidadãos. Finalmente, há um elogio aos efeitos cênicos decorridos das formas “irregulares” em detrimento de uma racionalização pura do espaço urbano que o autor classifica como “monótona”²¹.

Quanto ao aspecto documental, há uma inovação em sua análise, trazendo novas Fontes para os estudos urbanos. Nesse sentido, Santos apresenta um levantamento da cartografia produzida no período colonial a fim de elaborar suas hipóteses sobre os aspectos formais expostos acima. Ademais, o mesmo autor trás para a discussão outras Fontes primárias como cartas régias e textos antigos sobre teoria da arquitetura como Vitruvius e Palladio. Concomitante a essa documentação, Santos trabalha também com relatos de viajantes e análises clássicas da história do Brasil como Varnhagen e Capistrano de Abreu.

A segunda obra publicada em 1968 surgiu primeiramente como tese de livre-docência da cadeira de história da arquitetura III na FAU-USP em 1964 e publicada como livro em 1968 por Nestor Goulart Reis Filho, intitulada *Evolução Urbana no Brasil*²². Essa obra se desenvolve pela afirmação de que a urbanização é decorrente de processos sociais e portanto guarda características

18 Idem. p.58-70. Passim.

19 Idem. p.18.

20 Idem. p.18.

21 Idem. p.18.

22 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana no Brasil*. São Paulo: Editora Pioneira, 1968.

dos mesmos processos ao longo do tempo em sua arquitetura. Assim o conceito de urbanização se aplicaria quando:

em uma sociedade existe uma divisão social do trabalho, em caráter permanente, de sorte que uma parcela ponderável da população deixa de se dedicar a produção de alimentos e passa a depender, para sua subsistência, dos produtos do trabalho de outra parcela, aos quais tem acesso por meio de troca ou por apropriação direta²³

Assim, Goulart desenvolve seu estudo a partir do processo de formação social advindo do projeto de colonização das terras americanas por Portugal e, por conseguinte, a criação uma *política* urbanizadora com fim de estabelecer uma ordem social. Em um segundo momento, o autor se atenta para as configurações espaciais de alguns núcleos particulares com objetivo de estabelecer sua configuração social e os mecanismos de sua *evolução*, utilizando como referência a demografia e dados qualitativo de incremento de estruturas urbanas. Sobre a conformação do espaço urbano, Goulart propõe o entendimento desse processo a partir de três variáveis diferentes: a primeira afirma que o condicionamento do traçado impunha-se através da tradição; a segunda através de um plano e a terceira através da conjugação dos dois itens anteriores.

Nesta obra, Goulart posiciona a discussão sobre o processo de urbanização para o nível dos agentes. O espaço urbano é pensado a partir dos atores que o constituíram, abandonando, assim, a proposta até então trabalhada de se tratar a formação dos núcleos coloniais apenas em seus aspectos formais. Dá indícios, também, da formação de uma rede urbana para o período colonial e uma racionalidade na conformação dessa rede com o objetivo de estabelecer a ordem social. Para tanto, utiliza da mesma forma que Santos, de uma aprofundada pesquisa iconográfica composta de mapas e gravuras dos núcleos urbanos do período em questão. O autor utiliza-se também de Fontes primárias como cartas régias e atas de algumas câmaras como a de Ouro Preto.

Pouco mais de uma década depois dos trabalhos apresentados, Roberta Marx Delson lança seu estudo intitulado *Novas Vilas para o Brasil-Colônia*²⁴. Para Delson, a Coroa portuguesa, na retaguarda da iniciativa privada de colonização do interior, impôs sua autoridade através da implantação de cidades rigorosamente planejadas em meio a áreas remotas da colônia. Outro argumento apontado por Delson é o caráter civilizatório, onde o traçado em xadrez representaria a imagem civilizada de Portugal e por conseguinte de suas colônias.

O trabalho de Delson, focalizado no século XVIII, complementa as elucubrações de Nestor Goulart, cujo recorte vai até 1720. Da mesma forma, enquanto Goulart é apenas propositivo no

23 Idem. p. 20.

24 DELSON, Roberta Max. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia* Planejamento Espacial e Social no século XVIII. Brasília : Editora ALVA-CIORD, 1979. (tradução e revisão Fernando de Vasconcelos Pinto).

conceito de uma rede urbana, Delson afirma que a Coroa portuguesa possuiria um projeto sistemático de implantação e planejamento de vilas e cidades no século XVIII. As povoações mineiras estariam enquadradas nesse contexto. O antigo arraial de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana, seria o exemplo de uma tentativa portuguesa em ordenar os espaços *precariamente* ocupados e ao mesmo tempo de consolidar seu poder na região. Para sustentar sua hipótese, Delson executa uma dedicada pesquisa documental e bibliográfica em arquivos brasileiros e portugueses. Essa documentação consiste em Fontes cartográfica, publicações de documentos, bem como crônicas, cartas, tratados, atas e legislações de todas as regiões do país.

Podemos perceber nas obras expostas, um grande avanço na discussão sobre o processo de urbanização no período colonial. A utilização de Fontes cartográficas trouxe uma preocupação maior aos aspectos morfológicos que tangem as vilas e cidades em questão. Pode-se dizer que uma das maiores contribuições que esses autores produziram foi desconstruir a imagem cunhada por Holanda e propor um projeto racional de planejamento e implantação de cidades por parte de Portugal para sua colônia americana com o objetivos civilizatórios e de ordenamento social.

5- Os estudos recentes e os novos olhares sobre o passado das cidades coloniais

Os trabalhos mais recentes sobre a história urbana brasileira caracterizam-se por uma redução da escala de análise. Os recortes geralmente abrangem cidades, regiões ou Estados específicos, se propondo a esgotar séries documentais determinadas. Dessa forma, optamos por analisar os trabalhos produzidos na última década sobre a urbanização de Minas Gerais e em particular a cidade de Mariana durante o período colonial com o objetivo de mapear alguns caminhos já trilhados sobre o tema em questão.

Para começar, nos debruçaremos sobre os trabalhos de Cláudia Damasceno da Fonseca intitulados *Mariana: Gênese e transformação de uma Paisagem cultural*²⁵ e *Des Terres aux Villes de l'or Pouvoir et territoires urbains au Minas Gerais*²⁶. O primeiro elabora um estudo de morfologia urbana através do rastreamento da transformação dos traçados e a progressiva instalação de uma infraestrutura urbana na cidade de Mariana nos séculos XVIII ao XX. Para tanto, a autora se pauta na cartografia, em obras de memorialistas e historiadores antigos como Salomão de Vasconcellos e Raimundo Trindade, e, também, em ordenações oriundas do Arquivo Histórico Ultramarino.

Sua narrativa mostra como progressivamente os bandeirantes e os primeiros mineradores foram os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano da cidade e como, igualmente, o

25 FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: Gênese e transformação de uma Paisagem cultural*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG, 1995. (dissertação de Mestrado).

26 FONSECA, Cláudia Damasceno da. *Des Terres aux Villes de l'or: Pouvoir et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Estado português vai se instalando no arraial e, por conseguinte, orientando a conformação do núcleo. Esse processo de instalação do aparato burocrático português chegaria ao seu apogeu com a instalação de um plano urbanístico novo levado a cabo pelo engenheiro-militar Fernandes Pinto Alpoim. O ponto forte de sua análise é a proposição de que o *plano Alpoim* não obedece estritamente os traçados geométricos encontrados em algumas plantas da cidade²⁷. Sua hipótese é que a implantação de um traçado mais retilíneo para a cidade aconteceu, respeitando edifícios e espaços públicos já existentes.

Em sua segunda obra, Fonseca vai trabalhar com todo o território hoje chamado de Minas Gerais. Assim, ela nos mostra como progressivamente Estado e Igreja deram forma e estrutura ao mundo “caótico” dos primeiros anos de povoação da região das Minas. No caso da Igreja, sua atuação se projeta através da instalação de uma hierarquia religiosa disposta em paróquias, dioceses e bispados e é a partir dessa disposição que ela controla e altera o espaço dos arraiais, vilas e freguesias. O Estado português funcionaria da mesma forma, concedendo títulos de vila e cidade para lugares estratégicos da zona mineradora com o objetivo de consolidar seu poder.

Para realização desse trabalho, Fonseca elabora uma pesquisa documental variada, compreendendo *cartas, petições e representações* contidas no Arquivo Histórico Ultramarino, juntamente com a documentação camarária oriunda das principais vilas da Comarca. Seus estudos são focados em uma matriz portuguesa, na qual a Coroa e Igreja vão paulatinamente implantando seu poder tanto na Vila/cidade de Mariana como na conformação de uma malha urbana na região das Minas. Esse processo é narrado como se a consolidação do poder lusitano se desenvolvesse de forma linear e sem conflitos. Assim, Portugal se instalaria na região mineradora através da concessão de títulos de vilas e cidades defendendo seus interesses de forma hegemônica.

Um outro autor a ser apontado é Sérgio Ricardo da Mata com sua obra intitulada *Chão de Deus. Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil séculos XVIII-XIX*²⁸. Trabalhando principalmente com uma documentação eclesiástica chamada “processos de patrimônio” e tendo como objeto a influência da religião no espaço urbano dos primeiros arraiais na região que hoje é o Estado de Minas Gerais, o autor direciona sua análise para ereção dos primeiros aglomerados urbanos, cujo início, muitas vezes, acontece em um momento anterior a chegada de um aparelho fiscal-burocrático português. Para Mata, muitos processos de urbanização em Minas Gerais tiveram início a partir do *espírito humano*²⁹ que, por conseguinte, assume uma projeção

27 Principalmente “planta de Mariana” século XVIII encontrada no arquivo do exército no Rio de Janeiro.

28 MATA, Sergio Ricardo da. *Chão de Deus. Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil séculos XVIII-XIX*. Berlim: wiss Vert. Berlim, 2002.

29 HOORNAERT, Eduardo. Pour une méthodologie de l'historiographie du Brésil, l'exemple de Minas Gerais. *Revue d'Histoire Ecclésiastique* Vol.100. N°1, 2005. p.160.

espacial. Para o autor, muitas das cidades mineiras atuais surgiram da construção de uma capela que por extensão abarca o terreno em sua volta, se transformando em um pólo centrípeto de pessoas, na qual Mata chamou de proto-urbanização.

Podemos analisar, nas obras dos dois autores, uma sofisticação nas elucubrações concernentes ao processo de urbanização do período colonial comparadas as anteriormente citadas. Em ambas as obras, há uma preocupação com a prospecção de Fontes, trazendo para o diálogo novas tipologias documentais além da clássica cartografia e a releitura dos viajantes. Também é perceptível um diálogo mais aprofundado entre diversas áreas do conhecimento que se propõe a pensar a cidade, confluindo diversos olhares.

6- conclusão

Ao fazer essa incursão na historiografia sobre as cidades coloniais, é possível indicar algumas generalizações e apontar lacunas a serem preenchidas. Uma delas é a priorização do estudo de projetos planificadores dos engenheiros-militares lusitanos. Ainda pouco se sabe sobre outras possibilidades de organizações espaciais em cidades não contempladas pelos projetos dos engenheiros-militares. Nestor Goulart em artigo recente tem chamado a atenção para o conceito de “regularidade”, no qual, não somente abrange um sentido de rigor geométrico – cujo maior exemplo é o traçado em xadrez - mas também esse termo poderia ser compreendido em um sentido de “repetições regulares” que consistiriam na “existência de repetições de determinadas características”³⁰ na fabricação do espaço urbano. Nesse sentido, existiriam diversas formas de produção espacial não previamente pensadas e que estão a espera de estudos mais sistemáticos. Em decorrência disso, tem sido quase uma constante na história urbana do período colonial o privilégio de análises que contemplem uma relação metrópole-colônia e ainda muito pouco se sabe de outros agentes e instituições coloniais que foram ativos na conformação dos espaços urbanos setecentistas. Um último ponto a ser desenvolvido é o incremento de novas tipologias documentais para a sofisticação das discussões que envolvem o tema. Em geral, os trabalhos tem se pautado em uma documentação cartográfica e ordenações oriundas do Arquivo Histórico Ultramarino. Os documentos cartorários e camarários podem ser ricas fontes para o estudo do processo de urbanização, porém ainda estão por ser relidos e interpretados.

Por fim, espero que esses apontamentos expostos sirvam de estímulo e criatividade para produção de novos estudos na área e que a discussão já existente possa ser burilada com a contribuição de outras áreas do conhecimento que se propõe a refletir sobre a cidade.

30 REIS Filho, Nestor Goulart. A urbanização e o urbanismo na região das Minas. São Paulo: FAU/USP, 1999 (cadernos do LAP, 30). Anpu: BASTOS, Rodrigo de Almeida. Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII. *Revista do IEB*. n.44, p. 27-54, fev 2007. p.37-38.

Entre a unidade e a opressão: os “três séculos” da presença portuguesa na América e sua tematização no processo de independência do Brasil (1821-1822).

Cristiane Alves Camacho dos Santos¹

A revolução portuguesa de 1820 provocou redefinições substantivas acerca da natureza do poder político, marcou um momento crucial para a formação de uma opinião pública no Brasil e recolocou questões sobre o centro de poder e a articulação política do Império. Com o estabelecimento da liberdade de imprensa no Brasil, o debate sobre os interesses públicos se intensifica. A partir de então, observa-se o aumento substantivo na impressão e circulação de periódicos no Brasil. De apenas uma publicação periódica no Rio de Janeiro até então, passa-se para onze no ano seguinte. Observa-se, também, a proliferação de publicações não periódicas como folhetos impressos de caráter político².

Uma das novidades provocadas pela instalação da liberdade de imprensa no Brasil era que o aumento na circulação de panfletos e periódicos fornecia “materialidade para um debate político, anteriormente muito incipiente, visivelmente incrementado pelas transformações vividas no período, em especial o crescente interesse pelas questões de governo”³. A circulação dos periódicos, seus locais de impressão e de venda, a citação recíproca, o preço de cada exemplar, a lista de assinantes e a recorrência de anúncios são elementos que poderiam nos levar ao “caminho material” do crescimento do público leitor e, especialmente do interesse pelas questões políticas; entretanto, a exposição desses elementos não é possível dentro dos limites impostos para este texto⁴. As questões em

¹ Mestranda – PPG/História Social - USP onde desenvolve a pesquisa “A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil (1821-1822)”, sob a orientação do Prof. Dr. João Paulo G. Pimenta.

² Uma das primeiras medidas da Junta de Governo reunida como resultado da revolução liberal foi o decreto de 21 de setembro de 1820, que estabelecia a liberdade de imprensa em Portugal. Em 13 de outubro de 1820, foi liberada a circulação de impressos portugueses fora do reino. Em 2 de março de 1821, D. João VI assina, no Brasil, o decreto que suspende a censura prévia para a imprensa em geral, inaugurando a instalação da liberdade de imprensa no Brasil. Ver Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial. (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005. e, ainda, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas e constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro, Faperj/Revan, 2003.

³ Andrea Slemian. *Vida política em tempo de crise. Rio de Janeiro (1808-1824)* São Paulo. Hucitec, 2006, p. 138

⁴ Estudos recentes, mesmo que não tenham tomado este tema como o principal de suas pesquisas, esboçam análises no sentido de dar empiricidade à constituição do espaço público no período da independência. Ver

debate tocavam diretamente problemas que estavam na ordem do dia como os destinos de Brasil e Portugal na nova ordem constitucional que se queria constituir e, especialmente, o papel do Brasil no Império português. Os periódicos transformaram-se, então, em verdadeiros instrumentos de luta política em defesa de interesses que, mesmo que divergentes, conformam um mesmo espaço público de discussão. Nesse contexto, o discurso histórico transforma-se em uma das mais importantes armas de luta política e, em especial, as narrativas acerca da colonização portuguesa da América, uma vez que esboçam uma compreensão particular sobre o papel do Brasil no Império português. Isso não significa que, em 1821, já houvesse uma defesa clara dos interesses do Brasil em direção à independência política. Contudo, o discurso histórico provoca a conscientização coletiva de singularização da história do Brasil, criando condições para projeções de futuro que, em 1822, tornariam-se incompatíveis com a indivisibilidade da nação portuguesa, tal como preconizada pelas Cortes lisboetas e que, progressivamente, viabilizariam, no plano intelectual e identitário, a independência política do Brasil. Ao menos, é essa a hipótese que norteia nossa investigação.

Os primeiros periódicos a circular no Rio de Janeiro após a instauração da liberdade de imprensa, em março de 1821, exaltam a decisão do rei ao jurar as bases da Constituição portuguesa. Glorificam os efeitos provocados no Brasil por essa decisão, geralmente, declarando fidelidade à monarquia portuguesa e à dinastia de Bragança. É o que observamos nos periódicos monarquistas *O Amigo do Rei e da Nação*, cujo redator foi Ovídio Saraiva da Costa e Silva, e *O Conciliador do Reino Unido*, de José da Silva Lisboa. Eram jornais publicados por pessoas que ocupavam cargos públicos ou que estavam ligados a pessoas que os ocupavam. Defendiam a continuidade da união luso-americana e a permanência de D. João no Brasil. Em março de 1821, o *Amigo do Rei e da Nação* publica carta de correspondente que exalta o juramento de D. João às bases da constituição, em 26 de fevereiro, realizando uma narrativa de louvor ao Brasil desde a chegada dos portugueses.

“Se o Brasil enriquecido em seu princípio com os dons da natureza, juntou a eles os bens da sociedade, quando em 1500 fez parte da Lusa monarquia; se em 1808, a salvo da tormenta que ameaçava Portugal e quase a Europa inteira, acolheu dentro

Morel *Op. Cit.*; Slemian *Op. Cit.*, e João Paulo Garrido Pimenta. *O Brasil e a América espanhola (1808 – 1822)*. São Paulo, FFLCH/USP, 2003. (tese de doutorado).

em seu seio o Atual Imperante e o viu nas praias do Janeiro empunhar o cetro que a Nação impaciente de sofrer estranho jugo, valerosa arrancou a destra do monarca espanhol, que lho extorquirá e dele fez espontânea entrega à Casa augusta de Bragança em 1640; se o Brasil levantado à Dignidade de reino, tinha por longa série de sucessos um nome respeitável, agora mais do que nunca o verá eternizado. O portentoso dia 26 de Fevereiro de 1821 abrilhantou seus Fastos e neles marcou Época de sua maior glória”⁵.

O discurso é organizado através de uma perspectiva histórica que atribui à colonização portuguesa da América um caráter civilizatório, recurso que será recorrente nos demais periódicos de 1821. A transferência da Corte seguida da elevação do Brasil à condição de reino tem seu desfecho glorioso pelo juramento de D. João às bases da Constituição. A exaltação da dinastia de Bragança e, por conseguinte, da monarquia portuguesa, também é caracterizada a partir de referenciais históricos, como a restauração, e tem sua trajetória estreitamente ligada ao Brasil, havendo uma coincidência histórica entre a monarquia portuguesa e sua porção americana através da transferência da Corte para o Brasil. Contudo, o discurso estrutura-se tendo em vista um substantivo, *o Brasil*, que agora tem sua glória “eternizada” pelo juramento das bases da constituição. Não se trata, somente, de simples louvor à dinastia de Bragança, o que demonstraria a posição monarquista do discurso, mas sim de enfatizar a nova dignidade *histórica* do Brasil que é intimamente relacionada com a história da monarquia portuguesa. Após a exaltação dos sucessos decorrentes da revolução do Porto, o correspondente conclui:

“Eis na presente ordem das coisas qual é o nosso estado. Se a rapidez com que se operou esta mudança extraordinária, que nos arranca do caos da miséria e aviltamento em que jazíamos, fez deslembrar algumas das medidas indispensáveis para prestar-lhe uma solidez maior, o soberano Bemfazejo há de aprová-las sempre que sejam de justiça ou que a Nação lhe recorde a urgência delas, enquanto a Constituição que acaba de jurar-se não fixa no todo o sistema de governo”⁶.

A conclusão indica uma fundamental alteração nas sensibilidades coletivas do período, ou seja, a percepção da aceleração do tempo histórico, que segundo o correspondente, provoca o esquecimento de medidas indispensáveis à realidade política atual. Também aponta para a superação de uma situação de miséria anterior, mas em nenhum momento qualificada especificamente. O periódico monarquista esforçava-se para

⁵ *O Amigo do Rei e da Nação*, 1821, s/d.

⁶ Idem.

demonstrar que a prosperidade do Brasil estava atrelada (inclusive historicamente) à monarquia portuguesa e à dinastia de Bragança. Por isso, a conservação de sua integridade e glória continuaria (ou deveria continuar) atrelada às decisões reais. E mais, a estratégia de coincidência histórica entre o Brasil e a dinastia de Bragança parece corroborar com a manutenção da família real no Brasil, uma vez que sua prosperidade fora intimamente atrelada ao evento da transferência.

O juramento às bases da constituição também é referido para ressaltar a indissolubilidade da nação portuguesa. É a estratégia do *Conciliador do Reino Unido*, em 12 de março de 1821. Antes, porém, insere o Brasil como devedor de sua liberdade à monarquia portuguesa e seus feitos.

“O Brasil foi (por assim dizer) mostrado pelo Dedo de Deus aos Portugueses, quando o Almirante Cabral, indo em demanda da Índia, por fugir das calmarias da Guiné, se empegou no Oceano (como diz Barros) e pela força dos ventos da estação correndo rumo oposto, avistou a Terra e Enseada a que deu o nome de Santa Cruz e de Porto Seguro. Esta vastíssima região, sendo constituída pelo Autor da Natureza de uma PEÇA INTEIRIÇA, foi defendida por uma muralha de rochedos de mais de mil léguas de longitude. (...) Isto só mostra os desígnios da Providência para a dilatação e estabilidade da Monarquia Lusitana”⁷.

O autor percorre a trajetória histórica do Brasil “desde o descobrimento”, introduzindo aqui dois elementos particulares. Em primeiro lugar, destaca a unidade territorial do Brasil constituída por Deus e, portanto, anterior à colonização portuguesa. Em segundo lugar e, atrelado ao anterior, atribui um sentido providencialista que determinaria o devir histórico do Império português. Esse providencialismo determinaria, assim, a obra da colonização portuguesa na América e, conseqüentemente, o atual estado político do Brasil. O redator realiza uma narrativa que louva a elevação do Brasil à condição de reino, que teria representado o fim do sistema colonial. E prossegue, introduzindo o tema da lealdade nacional à monarquia portuguesa:

“A História dá os mais autênticos testemunhos da Lealdade Nacional, ainda mais acrisolada depois que os Portugueses, assombrando o Universo com o seu Projeto da Descoberta e Conquista do Oriente e Ocidente, manifestaram até os confins do Orbe, nos seus Estabelecimentos da China e Japão, firme amor e obediência à Soberana Pessoa de seus monarcas”⁸.

As referências históricas enquadradas no providencialismo lusitano são acompanhadas pela mobilização da história pedagógica que poderia levar o leitor a concluir

⁷ *O Conciliador do Reino Unido*. 12 de março de 1821.

⁸ Idem.

que se não há exemplos de infidelidade à monarquia, conseqüentemente, a nação é e sempre será fiel ao rei. Porém, a história exemplar é acionada como resposta a uma situação de crise, reconhecida pelo redator, de ameaça da unidade nacional portuguesa. Tanto o providencialismo como o papel pedagógico da História são mobilizados diante de uma realidade que parece fugir ao controle, ou seja, a ameaça de desagregação do império português. Embora o redator os tivesse acolhendo, ele o faz num momento de instabilidade que não permite a previsibilidade e repetição de fatos históricos; ou seja, a estrutura do discurso não conclui como cogitado acima, que a lealdade histórica da nação ao rei garantiria a mesma lealdade no tempo presente, o que implicaria na determinação passiva do presente sobre o futuro. Ao contrário, procura controlar a aceleração do tempo, tendo em vista invocar os portugueses à união e à conservação dos princípios monárquicos diante de ameaças inauguradas pelo próprio movimento liberal⁹.

Em oposição ao gênero laudatório e vinculado ao poder oficial do Estado, começa a circular, em 15 de setembro de 1821, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, cujos redatores eram Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. A historiografia identifica o *Revérbero* como o primeiro jornal publicado no Brasil de caráter independente, ou seja, sem compromisso direto com o poder instituído. Ao contrário, o jornal representa grupos que desejavam maior participação no governo, a ampliação dos direitos políticos para os membros da sociedade civil e, especialmente, o sucesso da ordem constitucional e o controle dos poderes do rei e do príncipe regente¹⁰. Já em seu primeiro número, o *Revérbero Constitucional Fluminense* identifica-se com os ideais da revolução do Porto, louvando e aderindo ao sistema constitucional. Segundo os redatores:

“Foi belo e majestoso o espetáculo da Liberdade plantando o seu estandarte no Brasil, que rojava há três séculos os vergonhosos ferros da escravidão.”¹¹

Observa-se o esforço de inscrever Portugal e Brasil num mesmo processo histórico, à semelhança do que já fizera os periódicos que circulavam desde o primeiro semestre de 1821, no Rio de Janeiro. Mais uma vez, a referência ao passado de opressão, mesmo que

⁹ Para o diagnóstico da mudança qualitativa na experimentação do tempo a partir de fins do século XVIII, ver Reinhart Koselleck. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/Editora Puc Rio, 2006.

¹⁰ Slemian, *Op. Cit.*, e Cecília Helena L. de Salles Oliveira. *A Astúcia Liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, Edusf/Ícone, 1999.

¹¹ *Revérbero Constitucional Fluminense*, N. I, 15 de setembro de 1821. As demais citações deste periódico constarão nas próximas notas com a abreviatura RCF.

portadora de algo potencialmente novo e transformador, está esvaziada de conteúdo específico; pelo contrário, o passado superado, comum a ambos os reinos é a “escravidão” do Antigo Regime. O processo de colonização portuguesa da América, pelo contrário é referido positivamente, como elemento de prosperidade e capacidade civilizacional. Em 15 de outubro de 1821, o periódico reforça os laços de união através de narrativa da colonização desde a chegada dos portugueses, portadores de civilização, que teriam trazido a prosperidade ao Brasil. A argumentação principal do texto gira em torno dos enlaces entre Brasil e Portugal desenvolvidos ao longo da história da colonização e coroados pelo triunfo do sistema constitucional¹². Note-se a semelhança com narrativas presentes nos periódicos do primeiro semestre de 1821, a despeito das substantivas diferenças políticas entre os redatores. Em novembro de 1821, encontramos argumentação semelhante:

“Felizmente entre nós existiu a mais cordial aliança, que nos reúne a três séculos em corpo de monarquia, aliança ainda mais apertada desde o político Decreto de 1815”¹³.

A ênfase da união agora recai sobre a monarquia, tendo como marco a elevação do Brasil à condição de reino. Este artigo é uma resposta ao de outro jornal, *O Campeão Português*, e concorda com ele quanto à unidade da nação portuguesa. Porém indica um elemento de potencial incompatibilidade entre os dois reinos no que diz respeito à forma de união. Para o *Revérbero*, os negócios do Brasil, pela sua complexidade, não podem ser tratados em Portugal. Em dezembro de 1821, o *Revérbero* volta a manifestar-se no mesmo sentido, em resposta a um artigo do *Semanário Cívico da Bahia* que defendia a centralização das decisões pelas Cortes lisboetas. Defende a reciprocidade entre Brasil e Portugal e alerta para a “igualdade de circunstâncias entre Brasil e América espanhola”. O artigo é, também, um eloqüente testemunho da consolidação da experiência do presente como um momento de transição para um futuro que se procurava prognosticar e controlar:

“Aproveitemos o presente para nos servir de guia no futuro: não desprezemos a filosofia da experiência”¹⁴.

Até aqui, a reflexão pode-nos conduzir à total operacionalidade da história exemplar, porém, a reflexão evolui de forma qualitativamente diversa. E continua:

¹² *RCF*, N. III, 15 de outubro de 1821

¹³ *RCF*, N. IV, 01 de novembro de 1821

¹⁴ *RCF*, N. VI, 01 de dezembro de 1821

“... qualquer erro, que agora cometermos, será como as letras abertas na casca de um jovem carvalho, que crescem com ele, e a posteridade as lê em grossos caracteres; evitemos incêndios, que o futuro parece que deixa entrever”¹⁵.

Podemos apreender, até o momento, indícios de que o sentido de diferenciação entre Brasil e de Portugal poderia (e foi) estabelecido, entre outros fatores, a partir do reconhecimento de trajetórias históricas díspares num momento de profunda transformação na percepção e representação do tempo histórico.

A despeito das divergências políticas entre os periódicos citados, observamos elementos comuns no que diz respeito às leituras do passado. Portugal e Brasil são apresentados, indistintamente, vítimas do despotismo e do Antigo Regime. A ruptura representada pela revolução constitucionalista teria efeitos semelhantes para os dois reinos e reforçaria os laços de união entre eles. Soma-se a isso, o louvor dedicado à colonização portuguesa da América como elemento que teria trazido ao Brasil prosperidade e civilização. Já em 1821, manifesta-se, também, a politização do Brasil provocada pela sua elevação à condição de reino, que teria atribuído a ele dignidade histórica, elemento que canalizaria, em 1822, as reivindicações por reciprocidade recorrentes no discurso. Dessa forma, observamos uma operação discursiva comum aos periódicos de 1821 que procura superar um passado de despotismo, porém genérico e pouco qualificado, em nome de virtudes e princípios lusitanos dos quais os luso-americanos seriam (ou reconheciam-se como) herdeiros. Entretanto, frequentemente, os discursos estabelecem distinção entre portugueses europeus e americanos.

Especialmente, a reivindicação de reciprocidade entre os dois reinos orienta o olhar para o passado e, num momento de reordenamento político do Império português, torna-se potencializador de incompatibilidades entre Brasil e Portugal, já em 1821. É o que indica um conjunto de cinco panfletos, publicados de setembro a dezembro de 1821 no Rio de Janeiro¹⁶. Em reação a um artigo escrito para o jornal português *Astro da Lusitânia*, de um

¹⁵ Idem.

¹⁶ Além da *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo aos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu na sua carta em resposta ao compadre de Belém pelo filho do compadre do Rio de Janeiro que a oferece e dedica aos seus patrícios*, somam-se a ela o *Discurso que em desagravo aos Brasileiros ofendidos pelo Compadre de Lisboa na sua Carta impolítica dirigida ao Compadre de Belém*; a *Carta que em defesa dos brasileiros insultados escreve ao sacristão de Carahi o Estudante Constitucional, amigo do filho do compadre do Rio de Janeiro*; a *Carta do compadre do Rio São Francisco ao filho do compadre do Rio de Janeiro* e, por fim, a *Resposta analytica a hum artigo do Portuguez Constitucional em defeza dos direitos do Reino do Brasil, por hum fluminense*.

tal Compadre de Lisboa, que defendia a preponderância dos interesses de Portugal em detrimento do reino do Brasil, o mais conhecido deles é a “Justa retribuição dada ao Compadre de Lisboa”, cuja autoria é atribuída a Luís Gonçalves dos Santos. Ele circulou em setembro de 1821 e, em segunda edição, em fevereiro de 1822. Seu conteúdo é uma defesa da dignidade do reino do Brasil, apresentando algumas interpretações acerca do passado colonial. Em resposta à afirmação do Compadre de Lisboa sobre se Portugal se tornaria “colônia” do Brasil com a permanência da família real no Rio de Janeiro, argumenta que Portugal não foi destituído, com a transferência da Corte, de suas leis, forais, prerrogativas e instituições,

“coisas que nunca houverão (sic) no Brasil antes da vinda de S. Majestade. E infelizmente nem era contemplado nos Títulos inerentes à Coroa, não tinha Escudo de Armas (e) não podia comprar nem vender senão aos negociantes do Porto e de Lisboa: os seus Portos estavam cerrados a todos os Estrangeiros, não lhe eram permitidas fábricas, nem indústria de qualidade alguma; nunca teve, nem ainda tem, uma Universidade, que não seja exclusivamente a de Coimbra; os Vice-Reis e Governadores eram mandados de Portugal, e os mesmos Bispos quase todos eram Europeus; (...) nunca foi permitido ao Brasil agricultural outras produções, que não fossem as propriamente chamadas *coloniaes*”¹⁷.

A conclusão denuncia claramente o caráter exploratório da colonização portuguesa:

“Diga-me agora, Senhor Compadre; com a estada de Sua Majestade no Brasil Portugal chegou, ou recearia chegar a esses apertos, a esta degradação, que constitui o verdadeiro estado de Colônia, de que v.m. tanto se horroriza? (...) Nós os Brasileiros, a pesar de sermos colonistas, ou perto de três Seculos, sofremos com paciência a nossa sorte; fomos sempre submissos, e fieis ao nosso Soberano, nunca levantamos a voz”¹⁸.

Se nos discursos anteriormente apresentados, predomina a instrumentalização do passado para reforçar a unidade da monarquia portuguesa e a prosperidade do Brasil, agora a colonização portuguesa da América é compreendida como sinônimo de exploração e opressão específica e historicamente qualificadas. Essa mudança qualitativa ganha força em janeiro de 1822, a partir da decisão de D. Pedro em permanecer no Brasil, desobedecendo às ordens das Cortes. No folheto, associam-se ao discurso histórico, elogios ao clima, vegetação, dimensões territoriais, riqueza e diversidade natural, características que justificariam a reciprocidade entre Brasil e Portugal. Isso não significa que o panfleto defenda a separação política dos dois reinos, pelo contrário, exalta em especial a monarquia

¹⁷ *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo aos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu na sua carta em resposta ao compadre de Belém pelo filho do compadre do Rio de Janeiro que a oferece e dedica aos seus patrícios*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1822.

¹⁸ Idem.

e a dinastia de Bragança como elementos de união entre eles. Convém notar, entretanto, que não se trata da simples união dos portugueses de todos os lugares, mas sim de afirmar a união de partes distintas e definidas, momento em que *o Brasil* parece ganhar materialidade como entidade política.

O folheto não abandona, ainda, a idéia de que há um elemento civilizatório no empreendimento colonial. Em reação à acusação do Compadre de que o Brasil seria habitado apenas por “hordas de negrinhos” trazidos da costa da África, Luís Gonçalves dos Santos argumenta que no Brasil existiam índios “bravos” e cristianizados, além de “pardos” e “pretos” nascidos no país e:

“encontram-se também muitíssimos brancos sem outra mescla de sangue, que não seja todo Português, ou nascidos na Europa ou no Brasil: foram estes os que edificaram as nossas Cidades, os que as povoaram; os que levantaram estas fortalezas e as defendem; os que formaram sempre a parte mais distinta e respeitável dos Cidadãos; os que compõem o corpo do Clero Secular e Regular, os que exercem a Magistratura, e os demais empregos públicos; os que estabeleceram as Casas de Comércio, e as conservam; os que são Proprietários, Senhores de Engenhos, ou de lavras minerais: Fazendeiros, Mercadores, Artistas, Mestres de Ofícios mecânicos (...); são finalmente os brancos, os que em geral compõem a Tropa tanto da primeira, como da segunda linha, e especialmente a sua briosa, valente e distinta Oficialidade¹⁹.”

Manifesta-se, aqui, a ambiguidade que atribui à colonização portuguesa um caráter ao mesmo tempo exploratório e civilizacional que parece tornar operacional uma distinção entre “colonos” ou “ex-colonos” e “metropolitanos” ou “recolonizadores”, operação discursiva levada a cabo a partir de dezembro de 1821, em torno da movimentação em defesa da permanência de D. Pedro no Brasil. Se da perspectiva historiográfica, a relação entre colônia e metrópole não se coaduna mais com a realidade desde 1808, o reconhecimento de uma ancestralidade colonial presentes na documentação, parece transformar tal relação em arma de luta política disponível e amplamente utilizada na dinâmica da independência.

¹⁹ Ibidem

A fórmula “trezentos anos de opressão”, já recorrente nos discursos durante as guerras de independência hispano-americanas,²⁰ é defendida com frequência e amplamente evocada no mundo luso-americano em 1822. Ela condensa a experiência acumulada de vários séculos como algo a ser superado, criando condições para a projeção de uma história do Brasil peculiar em relação a de Portugal como signo de distinção entre duas partes a serem mantidas em união, mas portando, evidentemente, uma carga de subversão dessa relação, com a qualificação latente dessa experiência como negativa; assim como, uma experiência a ser superada. Por outro lado, os “trezentos anos” também podem ser compreendidos como capazes de conferir unidade à monarquia portuguesa, assim como coesão e civilização ao Brasil. Elementos como o reconhecimento de unidade histórica entre os destinos da América portuguesa e da América espanhola, a conjuntura histórica decorrente da transferência da Corte para o Rio de Janeiro e, por fim, a posição do Brasil como um dos esteios da escravidão na América são, indiscutivelmente, determinantes de tal ambiguidade²¹. Ademais, a identidade nacional portuguesa, em 1821, parecia acomodar a identidade específica do Brasil que se esboçava. De toda forma, o discurso histórico, e, em especial, a leitura da colonização portuguesa da América, conforme procuramos demonstrar, parece ter dado materialidade à singularização da história do Brasil num momento crucial de reordenamento político, criando condições para projeções de futuro que, em 1822, tornariam-se incompatíveis com a indivisibilidade da nação portuguesa tal como preconizada pelas Cortes lisboetas e que, progressivamente, viabilizariam a independência política do Brasil.

²⁰ Guillermo Zermeño Padilla. História, experiência e modernidade na América ibérica. *Almanack braziliense* (revista eletrônica). N. 7, maio de 2008. www.almanack.usp.br

²¹ Para as determinações recíprocas entre os processos de independência nas Américas portuguesa e espanhola ver João Paulo G. Pimenta *Op. Cit.*, Para a importância da transferência da Corte e da escravidão na politização de uma identidade específica do Brasil ver István Jancsó & João Paulo G. Pimenta. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira In: MOTA, Carlos Guilherme G. (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira. 1500 – 2000*. São Paulo, Senac, 2000.

A Memória, a Imaginação e a História e o ofício do historiador

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro*

A tarefa do historiador consiste, desde a coleta de fontes à construção da narrativa histórica, em traçar as relações entre os vestígios dos acontecimentos que recolhe, com uso de metodologia, com uma pretensa coerência teórica com as quais ele busca responder às questões que a História lhe impõe. O historiador se coloca como o relator dos fatos, sendo o trabalhador que “fabrica” a história, como escreveu De Certeau¹. Entre explicar e compreender a história, os historiadores reconstróem os passos daqueles que construíram as definições da disciplina, que antecede à sua fundação enquanto “ciência dos homens no tempo”, como a defendeu Marc Bloch².

Entre a história da História, nesta, a história da Historiografia, o uso de conceitos e suas definições, os historiadores, como sujeitos históricos, os apreenderam nas suas historicidades construídas e reconstruídas entre tempos, escolas do academicismo e interpretações culturais. Desta forma, se perdeu, entre a construção acadêmica dos conceitos, o recurso do historiador à arqueologia da relação do humano com a sua busca pela explicação do homem e seu ofício. Os conceitos, em suas histórias, refletem a tentativa de “nomear” o mundo. Ainda, no ato de “dar nome”, a referência ao signo que se almeja universal.

Deste modo, este artigo propõe a refletir sobre a relação primordial entre o que se convencionou chamar de Memória, Imaginação e, e na, História e de que forma o historiador, homem (ou mulher) do seu tempo, apreende esta relação como sujeito na história. O que cabe aqui é entendê-lo como reflexo e como aquele que repercute seu tempo, mas que, não necessariamente, “escravo” da erudição, atenta para a sensibilidade de buscar as referências no ofício de historiadores que o antecederam.

Buscando explicitar esta relação entre o ofício do historiador e as definições de Memória, Imaginação e História, recorreremos à Antiguidade grega, constante referência nos múltiplos renascimentos na eterna reconstrução do pensamento ocidental. Na

* Professora Doutora do Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira.

¹ DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

² Definição clássica de Marc Bloch em BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, s/d, p. 29.

mitologia da Grécia Antiga, a Memória ou Mnemósine, filha de Gaia e Uranos, teve com Zeus, infiel esposo de Hera, nove filhas, as Musas. Entre as Musas, Clio, inspiradora da História; Calíope, da Eloquência e Polínia, da Poesia lírica. A relação “consangüínea” entre a Memória e a História demonstra a ligação familiar, ao mesmo tempo em que hierárquica da Memória, mãe, em relação à filha, esta necessária à mãe para torná-la eterna, pela referência da filha. Este é o recurso da Memória em relação às todas as outras filhas, buscar nelas a sua eternidade. Neste caso, as irmãs de Clio, também a complementam neste caminhar dos tempos da História e contribuem para permanência da Memória. Esta complementariedade se constata nas construções dos relatos históricos ao longo do tempo em que os nomes e suas interpretações delimitaram os usos dos conceitos, reduzindo-lhes à referências de encaixe nas Ciências.

Obedecendo ou não à cronologias, os conceitos foram perdendo as suas relações originais – a de significar a relação humana com o mundo através da sensibilidade, aqui entendida como elemento da paixão. A racionalidade que emergiu da ruptura homem-natureza incitou mais ainda o corte que já se delineara na Filosofia socrática. O século XIX, do surgimento da ciência História, deu a tônica para a redução da Memória ao papel de filha de Clio, não mais mãe. Na dependência da sensibilidade à Razão também se foi esquecendo a inter-referência familiar entre a Memória e as demais Musas e, na Ciência História, se anulou a “fraternidade” entre Clio, Calíope e Polínia.

Como recurso do poeta e do teatro, a Memória se valia da eloquência para atravessar o tempo, nas epopéias e teogonias. A obra de Homero se valeu da Memória e consolidou na História universal o papel da intervenção mítica que ainda serve como tipologia, na construção de arquétipos como referência, do que se consolidou como civilização ocidental. Teria a Mitologia Grega resistido com força ao tempo se os deuses não tivessem interferido de forma tão instigadora nos feitos heróicos de Aquiles e Ulisses?

Com o atravessar da história, essas duas irmãs de Clio, como também as demais, foram dela separadas pela incompatibilidade que lhes impôs a racionalidade. Cabe dizer que, antes de significar a verdade buscada por Sócrates e seus seguidores, Clio e suas irmãs não perseguiram uma única interpretação da *alethéia*, do conhecimento verdadeiro. Em Hesíodo, as musas podiam tanto levar ao conhecimento ou servir ao engano³. Nos

³ Cf. BRANDÃO, Jacyntho Lins. As musas ensinam a mentir (Hesíodo, Teogonia, 27-28). In *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 2 (2000) 7-20.

seguidores de Sócrates, a Eloquência, e Poesia podiam ser percebidas como farsas, ou permissíveis a esta. A eloquência como instrumento dos retóricos sofistas – das argumentações descomprometidas com a verdade – e a poesia com o seu estímulo à passionalidade, referência às sensações e imagens que estimulam as fantasias, sonhos, quimeras, desejos.

Na construção da Ciência História, afastadas da irmã, a Eloquência e a Poesia, perdeu-se o vínculo “fraternal” com Clio. Distanciou-se a História do que estas Musas lhes apontavam como parte da construção de suas narrativas: a atribuição de símbolos, ou imagens, absorvíveis pela sensibilidade na percepção do mundo. A imagem, assim, é entendida como referência do mundo através dos símbolos, é a representação de algo que a visão captou ou mesmo a traz à mente uma sensação que já se experimentou, que já se vivenciou. A imagem construir-se-ia por referências, dizendo respeito à capacidade mental para relacionar, criar, inventar ou construir imagens. Como processo criativo pode significar tanto criar fantasias quanto a criatividade artística e intelectual, como criação fora do âmbito da racionalidade. Deste modo, as referências às situações permeadas pelas representações mentais, entendidas como imaginação, assinalam o vínculo de re-significação da realidade que lhe seria atribuída pelos textos retóricos, poéticos e trágicos. Re-significação como reconstrução do acontecimento por um intérprete que não o vivenciou.

Frutos de uma raiz comum, *imago -ginis*, imagem, imaginação e imaginário se relacionam em suas polifonias. Significando, conforme a avaliação e uso do historiador, como recurso à construção de sua narrativa. Assim, na história da Historiografia o uso dos conceitos são reavaliados conforme as escolhas teóricas, os engajamentos em escolas de pensamento, em consolidações de certezas, mesmo que não se almeje abarcar o mundo em sua totalidade. Imaginário, por exemplo, pode ser visto como fundamento de uma história que busque apreender o inconsciente coletivo, ou como indeterminação, ou impossibilidade de se dar o estatuto de ciência à História. Para Bachelar, o imaginário daria à imaginação a tendência à abertura e evasão, enquanto para Le Goff, o imaginário estaria “no campo das representações, mas como uma tradução não reprodutora, e sim, criadora, poética. É parte da representação, que é intelectual, mas a ultrapassa.”⁴

⁴ SILVA, Josimey Costa da. *Sobre o imaginário*. <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/josimey.doc> Outubro de 2003, p. 1.

A Memória, necessitando da imagem, utilizando-se das referências construídas pelas experiências pessoais, como ato individual experimentado solitariamente, exercício onde particularidades de olhares e percepções não seriam compartilhadas nas formas da generalização, também foi relegada à inteligibilidade de uma racionalidade não apreensível no universal.

A forma de construção da ciência História no século XIX ressoou como verdade a “metáfora do espelho”. Ao historiador caberia o relato dos fatos, comprováveis através de documentos metodicamente analisados. O peso da verdade estaria na capacidade de se refletir no texto, ou narrativa histórica os acontecimentos “tal como aconteceram”. Entre os alemães, a recorrência à Kant na ordenação do pensamento intelectual da Academia, levou à necessidade de se organizar, ou limitar parâmetros, na defesa do esclarecimento – da racionalidade científica. O “nascimento” da disciplina História representou também a fundação da história da Historiografia, tendo como uma de suas funções, concomitante com a necessidade de dar ordem ao pensamento, seria o de “traçar o progresso da pesquisa histórica desde a antiguidade até sua forma moderna”.⁵

De forma a organizar o arcabouço teórico metodológica da disciplina História dentro dos parâmetros da cientificidade, o Historicismo nascente do século XIX atentou para a necessidade de busca de definições e recortes com base nos cânones das Ciências Naturais. Que se pesem as delimitações desta influência do enfoque naturalista e positivista, a partir da distinção colocada por Sérgio Buarque de Holanda, em contraposição a de Karl Popper quanto as definições dos termos Historicismo e Historismo⁶, a História do século XIX estabeleceu definitivamente o seu rompimento com a veia poética e da retórica combatida pelos socráticos quando da ruptura que se estabeleceu entre História e Literatura. Ainda que neste contexto as interpretações das

⁵ ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. In *História da Historiografia e Teoria da História - Locus – Revista de História*. Juiz de Fora: PPGH/DH/UFJF, 2006, v. 12, n. 1, PP. 79- 94.

⁶ Na análise de Lúcia Guimarães sobre as obras de Sérgio Buarque de Holanda, ela exemplifica a distinção entre Historicismo e Historismo a partir da análise de Maria Odila Leite da Silva Dias acerca do Historismo. Segundo Guimarães, Maria Odila “entende por *historismo alemão*: uma visão renovadora do passado, desatrelada do naturalismo a-histórico. Suas marcas características seriam a temporalidade, o processo do vir-a-ser dos fenômenos sociais e o relativismo cultural. Uma espécie de reação não só às amarras de uma estabilidade obrigatória da natureza humana, mas também à necessidade de se estabelecer certos postulados eternos e universalmente válidos. Em síntese, trata-se de uma *mentalidade*. (...) Diferente, portanto, do sentido utilizado pelo filósofo Karl Popper para identificar teorias que propõem previsões históricas e que as julgam indispensáveis em qualquer orientação da vida política”. Cf. em GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *A Propósito do Centenário de Sérgio Buarque de Holanda*. In *Anais do X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ - História e Biografias - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002*.

formas de se constituir a veracidade do texto histórico tenha se consolidado de formas distintas.

Já bastante difundida esta distinção apresentada por Buarque de Holanda no clássico prefácio à edição dedicada a Leopold Von Ranke da Coleção Grandes Cientistas Sociais, a distinção entre Historicismo e Historismo basear-se-ia no nível de relação entre a Ciência Humana e a Ciência Natural – a existência ou não desta relação, melhor dizendo. Enquanto o Historicismo é contumazmente entendido em seu viés positivista, a partir da Escola Metódica francesa, o Historismo apontaria para a ruptura com esta via do naturalismo a-histórico, já iniciado por Ranke e consolidado a partir da perspectiva de Dilthey, da História como Ciência do Espírito – nos moldes da consolidação acadêmica alemã de meados do século XIX.

Ao longo do século XX, a História como ciência, com suas especificidades, ganharia contornos diferenciados. Atentando para a relação dos homens com seus tempos, as “certezas” de linearidade e “evolução” que demarcaram e ainda demarcam entendimentos sobre o caminhar da História, seriam revistas diante das rupturas epistemológicas e mesmo dos acontecimentos que incidiram diretamente sobre a vida de historiadores, como as grandes guerras, as incertezas trazidas como “mal estar da civilização”⁷ Como sentiram tantos que vivenciaram as experiências de corte profundo, não só das idéias, mas mesmo físico, a angústia do acaso foi descrita por Bloch ao deparar com a entrada das tropas nazistas em Paris no junho de 1940; “Será que a História nos enganou?”⁸

Em fins do século passado, o chamado “giro lingüístico” parecia fazer retornar à História o encontro entre Mimese e Diegese. Numa leitura mais radicalmente relativista a Diegese suplantaria a Mimese, como narrativa do real, enquanto “metáfora do espelho”. A Diegese, como narrativa de algo através de um narrador que apenas relata o texto sem dele ter havido participado assumiria a definição de narrativa ficcional. Se antes, no fundar da História, esta distinção se dava pela necessidade de se estabelecer na disciplina o que seria o papel da ciência e da literatura, agora, a natureza da narrativa se distingue

⁷ Freud assim descreveu a angústia da civilização ocidental a partir da Era das Revoluções, a consolidação do individualismo frente as incertezas e frustrações de uma “nova sociedade” que surgia pelo controle do Trabalho, submetendo a este as sensações humanas de sexualidade e paixão. Cf. FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. In *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, pp. 81 – 171.

⁸ BLOCH, *op. cit.*, p. 13.

pela imposição das relatividades – o discurso histórico seria sempre uma representação subjetiva.

Ao revermos a História da Historiografia neste caminhar dos tempos, entendendo-o em suas continuidades e descontinuidades, é preciso ter em conta a ação humana ao escrever os textos e as conexões do historiador com seu tempo, as suas leituras acumuladas, sejam ela da vida vivida, ou das experiências e idéias lidas. O historiador em seu ofício deve estar atento ao seu entorno, como escreveu Lucien Febvre

“A história fez-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, sem não existirem... Faz-se com tudo que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser”⁹

Resgatando a relação primordialmente estabelecida entre a Memória, a Imaginação, e a História, permite-se o historiador o exercício de percepção de que o seu objeto não consta apenas de fatos enterrados como os mortos que deles participaram. Permite-se a percepção da existência dos sujeitos históricos em seus cotidianos – vivendo e fazendo História. Como escreveu Araújo:

“O historiador nunca está diante de eventos isolados com os quais possa construir enredos livremente. Estes enredos, ou sentidos, são constituídos cotidianamente pelas sociedades humanas no momento mesmo de sua vivência, somente pó isso o historiador é capaz de atualizar para a compreensão de seus significados.”¹⁰

Agregando a Imaginação, como representação do mundo através de referências em que se prioriza a criatividade e sensibilidade ao invés da reprodução do como reflexo de um espelho – mimese e a Memória, como capacidade de conservar certas

⁹ Citado por Le Goff em LE GOFF, Jacques. História In *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1996, p.107.

¹⁰ ARAÚJO, *op. cit.*, p. 85.

informações e a “através da qual se pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”¹¹, a História aparece como aquela que é capaz de analisar o processo histórico, em suas contradições, rupturas – em sua historicidade – nas suas dimensões humanas. Não abdicando, no entanto de sua “pretensão de produzir um acesso controlado à verdade do que aconteceu”, como escreveu Araújo¹², ao recuperar a Memória e a Imaginação como elementos que são constitutivos da História, o historiador deve estar atento também aos mecanicismos deterministas dos conceitos que induzem a finalismos com o qual se acostumou retratá-la: cada História, uma verdade em si mesma.

Se à História coubesse a análise das determinações unicamente entendidas como causa e feito, então só restaria a Clio a irmandade com Melpômene, a Tragédia – como fim antecipadamente esperado, como ensinamento unicamente moral.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. In *História da Historiografia e Teoria da História - Locus – Revista de História*. Juiz de Fora: PPGH/DH/UFJF, 2006, v. 12, n. 1, PP. 79- 94.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, s/d.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. As musas ensinam a mentir (Hesíodo, Teogonia, 27-28). In *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 2 (2000) 7-20.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio, O atual e o inatual em L.von Ranke. In: _____ (org.) *Ranke*. São Paulo: Ed. Ática, 1979.

DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. In *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *A Propósito do Centenário de Sérgio Buarque de Holanda*. In *Anais do X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ - História e Biografias - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002*.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1996.

¹¹ Le Goff – Memória. In *História e Memória*, p. 423.

¹² ARAÚJO, op. cit., p. 91.

SILVA, Josimey Costa da. *Sobre o imaginário*. <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/josimey.doc>
Outubro de 2003, p. 1.

Revolução de 1930: a operação historiográfica e o abandono da memória

Carolina Soares Sousa¹

Resumo: A historiografia brasileira, a partir da década de 1960, fez a leitura da revolução de 1930 instituindo-a como fato marco. A revolução passa a ser tema consagrado entre os intelectuais que buscavam estudar a Revolução Brasileira. Ao compararmos autores que pensaram a revolução “no calor dos acontecimentos”, caso de Barbosa Lima Sobrinho e Virgínio Santa Rosa, com a operação historiográfica feita por historiadores como Boris Fausto, entramos no campo da disputa entre memória e história. Não pretendemos fazer um novo balanço historiográfico a cerca de 1930, mas sim entender como alguns fatos são instituídos como momentos fundadores enquanto que outros são relegados ao silêncio.

Palavras chave: história, memória, revolução.

A operação historiográfica pode ser aplicada ao fato ou acontecimento de forma que o faça viver ou morrer. A escrita, através do mesmo texto, pode honrar e eliminar, fazer mortos para que vivos existam.² A pesquisa histórica se constitui a partir do estabelecimento de premissas teóricas, hipóteses que dão condições para uma história possível, não necessariamente para a história de fato, que dependerá das perguntas feitas ao documento. Testemunhas vivas falam por uma iniciativa própria, quando se sentem seguras de terem encontrado quem ouvi-las, o documento escrito necessita ser questionado, mas as questões impostas podem também silenciá-lo.³ O momento em que a operação historiográfica se ingressa na escrita, é o momento do arquivo, nele a história começa com o ato de separar, reunir, de transformar em documentos os objetos estudados, antes distribuídos de outra maneira. O documento, ao ser separado, é constituído como peça que preenche lacunas. Essa operação técnica consiste em dar voz ao silêncio desses documentos, antes adormecidos.⁴

Paul Ricoeur chama a atenção para a passagem do testemunho oral para o escrito, passando assim a compor os arquivos. Esses documentos escritos deixados nos arquivos, já não possuem mais quem fale por eles, não são somente mudos, mas também órfãos por terem se desligado daqueles que os colocaram no mundo. A partir de

¹ Universidade Federal de Goiás/ Bolsista IC

² CERTAU, 2006, p. 108.

³ KOSELLECK, 2006, p. 187.

⁴ CERTAU, 2006, p. 81 e 83.

então, estarão submetidos aos cuidados de quem irá interrogá-los, e é nesse momento que a operação técnica aplicada a esses documentos, pode ser um remédio ou veneno para sua memória.⁵ Para os homens que vivenciaram e relataram a Revolução de 1930, garantindo um compromisso com a verdade, a operação historiográfica que transforma Vargas em mito e 1930 como “fato marco”, foi mais veneno que remédio. Os testemunhos desses homens chegam, senão como a voz de um fantasma, no momento em que se rememoram as atuações políticas durante a década de 1930. Entramos agora no campo da disputa entre memória e história. A memória do vencedor é sobreposta a memória do derrotado, constituindo assim a história oficial. Para perceber a imposição de uma história oficial sobre a memória, recorreremos ao estudo de Carlos Alberto Vesentini a cerca da Revolução de 1930, momento que ficou marcado como “fato”. Ao pensar a instituição do acontecimento como fato marco, cabe aos historiadores questionarem como outros instantes, agentes e personagens ficam de fora e não conseguem integrar-se na memória do acontecimento analisado. Ainda mais, a memória do vencedor segue impondo parâmetros para as interpretações dos acontecimentos posteriores. Por isso, devemos retomar a análise do tempo instituído como fato, com objetivo de ouvir essas vozes silenciadas e entender esse longo silêncio.⁶

Partimos da análise da obra de Boris Fausto a cerca da Revolução de 1930, onde ao autor faz sua operação historiográfica em cima do acontecimento, no caso, 1930. Boris Fausto afirma ter como intenção, ao pensar a revolução, repensar alguns modelos de análises, considerados por ele como fruto de uma vertente marxista que via no modelo de revolução da Europa Ocidental, a possibilidade de enquadrar a revolução do Brasil. Para Fausto, 1930, como objeto de estudo, lhe pareceu estratégico para demonstrar a inconsistência do modelo consagrado e para propor outro tipo de explicação. Isso, segundo o autor, por duas razões: primeiro, 30, trata-se do episódio que põe fim a 1º República, e a oposição fundamental latifúndio/Burguesia – se verdadeira – aí estaria presente em toda sua extensão; segundo, o tenentismo desempenha nele um papel importante, e as insurreições tenentistas, mais do que qualquer outro movimento militar, tem sido reduzidos a ação política das classes médias.⁷

A crítica de Fausto consiste na tese dualista. Ao analisar a Revolução de 1930, o autor partiu de duas linhas principais que, segundo ele, se cristalizaram na historiografia

⁵ RICOEUR, 2007, p. 178 – 179.

⁶ VESENTINI, 1997, p. 99.

⁷ FAUSTO, 1997, p. 8.

brasileira. Uma sintetiza o episódio revolucionário em termos de ascensão ao poder da burguesia industrial, outra o define como revolução das classes médias. A primeira integra todos os seus elementos e com ele se identifica; a segunda implica a associação classes médias/tenentismo. Ao apresentar o novo prefácio à edição de 1997, Fausto se posiciona perante críticas sobre sua obra, mas reafirma sua principal tese, ou seja, a dualista. O principal pressuposto do ensaio encontra-se na afirmação de que formulações reducionista-classista não dão conta do sentido do episódio revolucionário de outubro de 1930. O que Boris diz pretender é mostrar, a partir, do pressuposto acima, que a queda da primeira república não correspondeu ao ascenso ao poder, nem da burguesia industrial, nem das classes médias, contradizendo outras versões. Assim, Fausto faz crítica a Virgínio Santa Rosa.⁸ Boris, ao discutir essa vinculação, afirma que reduzir movimentos militares a uma expressão de classe constitui uma tendência empobrecedora que acaba resultando um equívoco interpretativo, afirma ser essa leitura resultada de uma visão simplista da história do ocidente Europeu, transplantada para o cenário brasileiro.

Para contradizer a tese dualista, a obra de Fausto seguirá em análise do papel da burguesia industrial e das classes médias durante o período que precede 1930 e terminará com o capítulo intitulado A “Derrubada” das Oligarquias, neste, o autor faz sua análise do que foi a revolução de 1930. Justifica sua crítica a tese dualista, mostrando a distancia entre os agentes revolucionários e essa burguesia industrial paulista, não descartando algum grau de verdade existente nessa relação, mas apenas não transferindo toda a responsabilidade da interpretação do acontecimento para o ascenso ao poder da burguesia industrial, “sob o prisma da intervenção direta do setor, ou da revolução promovida do alto”.⁹ O mesmo se dá ao pensar os tenentes no processo revolucionário. Na conclusão de seu texto, Boris afirma ser o tenentismo na década de 1920 o centro mais importante de ataque ao predomínio burguesia cafeeira, revelando traços específicos que não podem ser reduzidos simplesmente ao protesto das classes médias.

Carlos Alberto Vesentini compara diversas análises do acontecimento, ou seja, 1930, tornando possível perceber as diferenças de imagens do fato por historiadores como Fausto e homens que dizem terem visto de perto o sucesso e conhecem de perto, quase todos os atores de 1930, como Barbosa Lima Sobrinho, que, repetidas vezes, reafirma

⁸ FAUSTO, 1997, p. 15.

⁹ FAUSTO, 1997, p.10.

seu compromisso com a verdade.¹⁰ Sim, é possível ler essas duas obras, como se estivéssemos lendo acontecimentos distintos. Enquanto Fausto se preocupa em derrubar essa tese dualista, ao analisar, em seu último capítulo, o fato (1930), deixa de lado questões políticas como a morte de João Pessoa, nem mesmo citando o personagem. Barbosa Lima Sobrinho, em direção contrária, nos mostra a importância de tal acontecimento com a seguinte fala: “o sacrifício do Presidente da Paraíba criara o ambiente ótimo para a conclusão da conspiração, que sem isso teria se desfeito.”¹¹

Mencionar essa comparação entre os dois autores não tem como objetivo estabelecer quem diz a verdade ou não, mas sim pensar a construção do fato de diferentes formas. No entanto, Fausto exclui acontecimentos mostrados por autores como Sobrinho, que faz sua narrativa afirmando um esforço de verificação dos fatos. Fausto faz sua análise descartando a memória. E, ao procurar fontes sobre a Revolução de 1930, nos depararemos com testemunhos de homens que viveram a revolução, ela está ligada ao desejo de memória, pensá-la sem fazer esse vínculo, como fez Fausto, nos dá a impressão de não estar lendo 1930. No intuito de interpretar esses fatos a historiografia feita por Fausto acaba agindo como filtro, a memória não passará por esse filtro, não servirá mais para pensar 1930 no tempo presente.

Para Edgar de Decca, ao fazer a leitura de 30 por Boris Fausto, outra questão torna-se importante. A obra mostra uma análise bibliográfica com o intuito de discutir a ocorrência ou não de uma revolução burguesa no Brasil. 1930 trás a discussão sobre a existência de uma revolução burguesa, mas ao mesmo tempo a relega ao silêncio. De Decca concluí que “seja aceitando ou negando a viabilidade da revolução democrático-burguesa, seja rejeitando este eixo de análise a partir da introdução de outras variantes da revolução burguesa, o certo é que a bibliografia geral considera essa questão implícita à Revolução de 30”.¹² O que deve interessar para a historiografia é a análise dessas lacunas, como elas se formam a partir do acontecimento (30) e como preenchê-las. E, para preencher esses lugares vazios deixados pela construção de 30, é necessário pensar e dar lugar a “crise das oligarquias”, ao “movimento tenentista” e, com isso, tentar entender a dimensão histórica que 1930 ganha como marco.¹³

Vesentini nos mostra como 30 é, desde a escola, imposto e memorizado. Assim, Revolução de 30 transparece como fato/marco e nele o tema revolução referencia outros

¹⁰ SOBRINHO, 1983, p. XVI.

¹¹ SOBRINHO, 1983, p. 130.

¹² DECCA, 2004, p. 48 – 49.

¹³ DECCA, 2004, p. 50.

temas, cruza-os, como oligarquia e tenentismo. O fato torna-se ponto estratégico como marco, chama as interpretações de outros objetos para si, transformando-se em centro de reflexão, como gancho e local para a discussão:

Apresenta-se vivo como ao que existe e como necessidade de interrogação, pelo desejo de mudar. Num momento desses, quando a sociedade pode caminhar para repropor-se, a volta pelo pensamento de seus próprios passos, à procura de sua inteligibilidade, pode reencontrar 30. (VESENTINI, 1997, p.97.)

Boris Fausto analisa irrupção da Revolução de 1930, rapidamente atribuindo como causa o que ele denominou como um “lance desastrado”, ou seja, a insistência de Washington Luís na questão da escolha do seu sucessor abrindo caminho para a formação da Aliança Liberal. A irrupção da revolução, a queda do presidente, a formação da Aliança, são analisados dessa maneira e, Fausto rompe com uma tradição memorialística.

Termino retomando novamente as idéias de Vesentini que conclui o capítulo Momento e Drama da Interpretação em que ele trabalha a análise da obra de Fausto e de outros autores que fazem a leitura de 30, com a seguinte consideração:

A interpretação, baseada num corpo conceitual, reavaliado, parece achar-se suficiente por si só. A objetividade como que flui de dentro, dela própria. Ela possui uma seqüência, examinada então. Mas o fato tem sua própria vida, sua astúcia. À interpretação parece crer que basta considerar a obra, no seu conjunto, e verificar a realização. Ora, tal foi possível por características – idiosincrasias? – específicas do momento, naquelas práticas, daqueles agentes, ante um estado também situado. Espera-se ter alcance, no agora, do conjunto e do a fazer, além da dominação e suas peculiaridades. Bem, o lugar define sua significação e seus participantes, colocando limites – excluí outros lugares e outros agentes, e pode-se simplesmente perdê-los, como a análise de sua prática. Esquece-se a produção do fato, componente da memória, forma de transmissão desta – a vencer novamente. (VESENTINI, 1997, p. 24.)

Referências:

- CERTAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. MENEZES, Maria de Lourdes. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- DECCA, Edgar Salvadori De. *1930, O silêncio dos vencidos: Memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos_Memória, CPDOC/FGV, n. 3, 1989*.

RICOEUR, Paul. *A Memória, A História, O Esquecimento*. Trad. FRANÇOIS, Alain. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.

ROSA, Virgínio Santa. *O Sentido do Tenentismo*. Ed. Alfa - Omega. São Paulo, 1976.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *A Verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. Ed. Alfa - Omega. São Paulo, 1983.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do Fato*. São Paulo: HUCITEC: USP, 1997.

Reflexões sobre as relações entre autoridades republicanas e a música popular carioca no contexto de formação da indústria fonográfica no Rio de Janeiro (1917-1937)

Caroline Moreira Vieira¹

Introdução

O presente trabalho se concentra na investigação de músicas do repertório popular com referências às práticas religiosas afro-brasileiras, principalmente, o candomblé, pela recente indústria fonográfica do Rio de Janeiro, num contexto de criminalização destas manifestações pelo discurso oficial do Estado republicano, durante as três primeiras décadas do século XX².

Analisando letras de músicas populares, principalmente, o gênero samba³, compostas e gravadas nesse contexto, pode constatar temáticas ligadas ao culto religioso afro-brasileiro. Expressões e traços deste universo religioso foram constantemente abordados nas composições, seja para soluções de conflitos amorosos, de críticas à situação social e política e até reverências ao culto religioso de matriz africana e seus orixás, inclusive por meio da gravação dos chamados “pontos de macumba” e diversas músicas que aparentemente formam o repertório do ritual religioso.

Nas três primeiras décadas do século XX, músicos cantavam e difundiam, em alguma medida, práticas e valores religiosos afro-brasileiros, que eram reprimidos e

¹ Pós-graduada em História do Brasil pelo Programa de Pós-graduação Lato Sensu da UFF e recém mestranda do Programa de pós-graduação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

² A baliza temporal deste trabalho se inicia, portanto, em 1917, o ano de gravação do primeiro samba, a composição *Pelo Telefone*, neste contexto de profissionalização do gênero, se estendendo até 1937, ano da constituição do período do Estado Novo de Getúlio Vargas, a partir desse momento começa a se desenhar uma outra conjuntura histórica. O samba que, gradativamente, já vinha sendo apreciado pelas elites cariocas, se torna um gênero cultural valorizado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), servindo ao Estado no seu projeto.

³ A terminologia “samba” e “sambista” está sendo utilizada com reservas, visto que no período em questão, muitos músicos não se auto-definiam como sambistas. No campo musical predominava a imprecisão quanto à nomenclatura dos gêneros. Tenho a ciência de que não havia uma homogeneização nos seus repertórios, cantavam outros ritmos como maxixe, lundu, valsa, polca, conjuntamente com o samba. Além disso, podemos detectar mais de um sentido para o termo samba, podendo ser também sinônimo de festa. Cf: SANDRONI, Carlos. *Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, pp 84-99.

criminalizados pelo discurso oficial⁴ (Maggie, 1992, pp. 22-23). Nesse momento, estas temáticas se estendiam para além dos redutos festivos, como nas casas das “tias” baianas, nas festas da Penha ou no período do Carnaval, que eram espaços em que o controle das autoridades policiais poderia não ser tão eficaz. Suas vozes estavam alcançando maiores amplitudes, possibilitadas pela indústria cultural, especificamente, a indústria fonográfica, com as gravações em disco e mais tarde através do rádio. É preciso reconhecer, entretanto, os limites de seu alcance dentro do contexto de formação da incipiente indústria cultural no Rio de Janeiro.

A questão se assenta na problematização da relação que se estabelece, nesse contexto, entre a indústria fonográfica, a música popular e as autoridades governamentais. O interessante a ser observado é que a indústria fonográfica, mesmo num contexto de criminalização e repressão por parte do discurso oficial, grava músicas cujas temáticas versam sobre elementos religiosos afro-brasileiros. Portanto, faz-se necessário investigar como se dá essa relação marcada por ambigüidades. Se por um lado, as autoridades republicanas reprimem as práticas culturais populares, por outro, demonstram negociações e mesmo tolerâncias.

A “baianada” chega ao Rio: instabilidade política e identidade cultural

Sob uma base política e social muito fluida, os primeiros anos republicanos foram marcados por uma grande instabilidade, com diferentes projetos de República em disputa, tal idéia defendida por muitos pesquisadores.⁵ Contribuindo para este debate, Ângela de Castro Gomes reforça a idéia de instabilidade política nos primeiros anos republicanos e acrescenta a perspectiva de que estes anos eram de profunda “aprendizagem republicana”, no sentido de que estava em construção uma nova diretriz política (Gomes, 2005).

A cidade do Rio de Janeiro viveu intensamente as substantivas mudanças políticas e sociais pelas quais passava o país. Manteve-se como sede do governo federal sob a

⁴ Já havia mecanismos de regulação da magia e do feitiço desde a colônia, mas foi no Estado Republicano que eles foram sistematizados. O combate aos feiticeiros passou a constar no Código Penal (1890-1940).

⁵ Segundo José Murilo de Carvalho, havia diversas propostas de república, tomando como referência as experiências dos Estados Unidos da América e da França, adaptados aos interesses nacionais. Nesse sentido, a República poderia estar ligada tanto à idéia de revolução, ou seja, ruptura com o modelo vigente, tal como de uma espécie de reforma da sociedade com a implantação do novo regime, comprometida em convencer a elite econômica do ideário republicano. Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 18-24.

república, demarcando seu lugar como centro político e cultural na virada do século XIX para o século XX. Continuou sendo um espaço urbano marcado por conflitos de etnias, classes e projetos sócio-culturais.

O Rio de Janeiro, cidade com forte herança escravista, sofreu grande influência da cultura africana, desencadeando repercussões na história carioca pós-abolição. É preciso atentar para o fato do Rio de Janeiro ser um mosaico social e cultural, reunindo uma composição étnica variada, formada por europeus de variadas origens e descendentes de africanos, oriundos da escravidão. Em finais do século XIX, se torna pólo de atração para imigrantes de várias partes do país, principalmente após a abolição da escravidão. Incluem-se também pessoas de origem baiana, configurando a chamada “diáspora baiana”, favorecida pela existência de uma rede de solidariedade formada por negros baianos que migraram para o Rio em meados do XIX. Este grupo passou a ocupar as áreas do centro da cidade (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), localidades tradicionalmente ocupadas por populações pobres, trabalhadores ligados ao cais do porto.

Este espaço geográfico da cidade passa a ser vinculado à identidade cultural do grupo. A partir deste *locus*, os baianos se estabelecem e se integram à cidade. Como defende Velloso, esta região fica conhecida como o “pedaço” baiano na cidade do Rio de Janeiro, imprimindo seus costumes e hábitos peculiares que garantem a coesão do grupo, principalmente, a partir de fortes vínculos com os conterrâneos⁶ (Velloso, 1990, pp. 207-208).

Os descendentes destes baianos e outros músicos ligados a este reduto se tornariam grandes referências na música popular brasileira, como Pixinguinha, Donga, João da Baiana, Heitor dos Prazeres, Sinhô, Caninha e Patrício Teixeira. A música era o meio privilegiado de se viabilizar a comunicação de sua visão de mundo com a sociedade mais ampla. Traços da identidade cultural do grupo ficam nitidamente evidenciados nas letras de suas composições. E dentro das múltiplas questões que levantam estão também referências

⁶ Este “pedaço baiano” foi atingido em cheio pelas reformas urbanísticas de Pereira Passos. Sendo assim, grande parte da população deslocou-se da região portuária e arredores para a Cidade Nova. Passaram a morar coletivamente em cortiços, antigos casarões de meados do século XIX, abrangendo as ruas Visconde de Itaúna, Senador Eusébio, Marquês de Sapucaí, Barão de São Felix e largo de São Francisco. Apesar da mudança de espaço físico, os traços identitários do grupo permaneceriam, pois eles iriam para além das dimensões territoriais. O mais importante eram os laços de pertencimento.

constantes a elementos do ritual e do culto afro-brasileiro, em especial, à cosmogonia do candomblé.

A afinidade entre a música popular e a religiosidade de raiz afro-brasileira guardam relações importantes que precisam ser exploradas. Nesse ínterim, a cosmogonia do candomblé se destaca e guarda uma centralidade na identidade do grupo de músicos em questão, nesse período. Os terreiros e as casas das “tias” eram centros irradiadores de suas manifestações culturais. Em torno deles, o grupo executava múltiplas atividades, como o candomblé, o samba, a culinária, as costuras, os ranchos e os cordões. A centralidade do terreiro é marcante nas variadas atividades que desempenhavam, tanto é que os ranchos carnavalescos não se desvinculavam da dimensão religiosa, mesmo com o passar dos anos, sendo as tias baianas reverenciadas antes de tomar as ruas.(Cunha, 201, pp. 210-215).

“Naquele tempo (1910) não havia lugar para se divertir. Não havia cinema. Havia só festa familiar. Nós os da raça (negro) já sabíamos de cor onde se reunir. Havia sempre festa, com baile e até com assunto religioso, em numerosas famílias. Lá os crioulos se reuniam, comiam, sambavam, se divertiam, namoravam e casavam ou então se amigavam! Mas de qualquer jeito arranjavam companheira. Havia muitas casas (centros) onde os negros se reuniam. As principais, que eu me lembro eram de Perciliana, mãe do João da Bahiana, da Amélia do Aragão, mãe do Donga e da tia Ciata (Citado por Velloso, 1990, p.7)

Na matriz religiosa do candomblé, percebemos o caráter festivo de suas cerimônias públicas. A festa é estrutural, a partir de onde se constituem estilos de vida, “ela impregna a visão de mundo de modo total, implicando um estilo de vida marcado pelos valores festivos, como o ludismo, o dispêndio, a alegria, a sensualidade, a transgressão, etc. que se expressam também fora do terreiro”. O espírito festivo das “tias” baianas guarda relações diretas com seus próprios princípios religiosos, pois, o candomblé é um sistema religioso “que influencia as várias dimensões da vida dos fiéis, constituindo um gosto peculiar, reconhecível por seus signos próprios”. Na dimensão festiva da religião, que lhe é intrínseca, a música se configura em algo mais do que simplesmente um estímulo sonoro para os rituais. Ela está imiscuída no próprio culto. A expressão “tocar candomblé” pode ser significativa para atrelar candomblé e música, que na verdade, se confundem (Amaral, 2005, p.110).

Vários músicos que mantiveram estreitas ligações com a Praça Onze, convivendo nas casas das “tias” baianas e nos centros religiosos, tiveram músicas lançadas por gravadoras nesse contexto⁷. Nas suas produções musicais, encontramos marcas profundas das tradições religiosas, abordando, constantemente, elementos do culto religioso afro-brasileiro. Por meio destas, expressaram seus valores, seus princípios, suas vivências e sua visão de mundo. Cantavam suas percepções da sociedade, da política e suas tradições religiosas. A “macumba” e o “feitiço” seriam abordados como instrumentos de interferência em favor dos problemas cotidianos.

Era também através da música que muitos podiam reafirmar sua fé, frente à perseguição policial aos cultos afro-brasileiros. Na música *Resposta à inveja* de Sinhô, percebemos isso: “aos maus olhados/ isto não ligamos/ pois com arruda / fácil ente lhe tiramos/ e para a inveja/ temos uma figa/ feita na África/ com o bom guiné de riga”.

As referências ao candomblé estão presentes também na busca por resoluções dos problemas e extrapolam as comunidades de negros e pobres, alcançando também pessoas de outras origens sociais. Como fica evidenciado nesta letra de música: “Seu doutor é que não qué/ Que se vá no candomblé/ Vai lá muita gente boa/ Deputado e coronel.../ Candidato e intendente/ Senador e bacharel...” (Soihet, 1998, p. 110).

Ou ainda: “Quem se engana é porque quer/ Você não se meta comigo/ Eu já fui no candomblé/ Sua vida corre perigo/ Pimenta Orobó/ Um galo preto, azeite de dendê/ Na encruzilhada vou fazer um ebó/ Para despachar em cima de você” (Soihet, 1998, p. 111).

Em depoimento João da Baiana diria:

Desde garoto eu já fazia samba. Minha mãe gostava, lá em casa todos eram baianos menos eu, que sou carioca. Minha mãe gostava porque eu dei para o candomblé, para a batucada, para a macumba, e gostava de compor (Moura, 1995, p. 94).

⁷ No contexto de modernização, pelo qual passa o Rio de Janeiro de então, a gravação de discos seria no começo do século XX, uma grande novidade. A Casa Edison, gravadora de matriz americana, chega ao Rio de Janeiro em 1900, seguida por outras, como a Columbia Phonograph, a Victor Record, a Favorite Record, a Grand Record Brasil, a Odeon, a Parlophon, Brunswick, a Discos Phoenix e a Discos Gaúcho Na Odeon, a tiragem estimada era de 4166 discos por dia de trabalho. O processo de comercialização se iniciava com o lançamento de cerca de 30 a 40 discos enviados às lojas de maior movimento, para sondar a opinião do público. A venda inicial de 1000 discos era critério para considerar a música sucesso efetivo. Jornais, edição de catálogos e cartazes funcionavam também como meios de divulgação. Cf: Franceschi, Humberto. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuú, 2002. pp.203- 215.

As tradições religiosas dos cultos afro-brasileiros também se fazem frequentes em *Virou bola*:

(...)Por falar mal da vida alheia meu bem apanhou / Virou bola de borracha meu bem não [espirrou]/Por falar mal da vida alheia meu bem apanhou/Virou bola de borracha meu bem não [espirrou]/Com todo o corpo fechado/Não deixou de ser chutado/O despacho foi mal feito/E [?] dedo rachado/Com todo o corpo fechado/Não deixou de ser chutado/O despacho foi mal feito/ Ficou todo esburrachado.

Em *Macumba Gegê*:

Estás falando de mim/Eu não ligo não/é a mágoa que tens/no teu coração/Eh! Gegê/meu encanto/Eu tinha medo/se não tivesse bom santo/A inveja é um fato/que nunca tem fim/Podes vir de feitiço/pra cima de mim

Alfredo da Rocha Vianna Filho, conhecido como o Pixinguinha, nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1897. Um dos maiores compositores da música brasileira, manteve estreitas relações na casa de “tia” Ciata e no reduto da Praça Onze. Na sua produção musical também estão marcas profundas das tradições religiosas. Em seu *Samba de nego*, gravado na Odeon por Francisco Alves, podemos identificar elementos do culto religioso afro-brasileiro:

Samba de nego/Não se pode frequentar/Só tem cachaça/Pra gente se embriagar/Eu fui num samba/Em casa de Mãe Inez/No melhor da festa/Fomos todos pro xadrez/No fim do samba/Minha caboca chegou/Virei os óio/E meu Santo me pegou/Caí de lado/Vim de frente, vim de bandal/Meu Santo disse/Que eu vinha lá de Aruanda

Esta talvez seja a mais evidente marca das suas relações com os traços culturais afro-religiosos:

Aqui có no terreiro / Pelú adie/Faz inveja pra gente/Que não tem mulher (Bis)/No jacutá de preto velho/Há uma festa de yaô (Bis)/Ôi tem nêga de Ogum/De Oxalá, de Iemanjá/Mucama de Oxossi é caçador/Ora viva Nana/Nanã buruku (Bis)/Yô yôo/Yô yôoo/No terreiro de preto velho iaiá/Vamos saravá (a quem meu pai?)/Xangô!

Cultura popular: ambigüidades e negociações

A gravação de músicas com conteúdos afro-religiosos pela recente indústria fonográfica se deu num contexto em que o discurso oficial versava sobre a criminalização desta temática. Entretanto, essas composições eram divulgadas, ampliando seu raio de alcance na sociedade, a despeito das determinações do Estado Republicano. Percebemos então, que há ambigüidades na percepção e nas atitudes com relação à “cultura popular”. Se por um lado, ocorrem condenações como barbárie, por outro, há tolerâncias por parte do Estado e enaltecimento por setores da elite carioca. Ao lado da repressão, portanto, poderia haver interesse e apoio.

Não obstante a criminalização e repressão dos elementos afro-religiosos ser uma constante na política do Estado Republicano, há espaços de negociação para a consolidação de uma indústria fonográfica que interage com traços da cultura afro-brasileira.

Interpretações clássicas que enfatizam o caráter repressivo das autoridades republicanas e a ação de resistência dos grupos subjugados precisam ser relativizadas. Questões como a tolerância e a negociação não são analisados de modo mais aprofundado. Apenas o binômio resistência e dominação não dá conta de explicar essa problemática, parece haver outras questões embutidas na relação dos músicos populares com a sociedade carioca. Como explicar a gravação e a divulgação de músicas com temáticas afro-religiosas num contexto de repressão a conteúdos desta natureza? Esses sujeitos construíam estratégias sociais para lidar com aquela realidade.

Nessa perspectiva, Hermano Vianna, num trabalho clássico, *O Mistério do Samba*, estuda o processo de nacionalização do samba, nas décadas de 1910 e 1930, estabelecendo vinculações entre a música popular e a construção da identidade nacional. Seu trabalho defende que a nacionalização do samba e sua aceitação na década de 1930 seria a coroação de um processo secular de interação da cultura popular e erudita através de intercâmbios culturais. Ao lado da repressão, haveria interesse e apoio à música popular pela elite carioca (Vianna, 2004). Portanto, as relações entre a cultura popular, o Estado republicano e as elites cariocas não teriam sido apenas permeadas pela perseguição e pela repressão, mas também por diálogos culturais com a cultura afro-brasileira.

Mesmo na relação do Estado com os terreiros, é preciso relativizar a idéia de repressão. Se alguns terreiros eram reprimidos de forma violenta, outros eram protegidos por intelectuais, “alcançando status de religião, fora do alcance da polícia” (Maggie, 1992, p.83).

Por isso, adotamos o conceito de cultura popular, mesmo compreendendo as problemáticas inerentes a esta opção conceitual. Este conceito é marcado por muitas controvérsias, utilizado para muitas finalidades, objetivos e recebendo significados políticos e teóricos em diferentes contextos. As principais críticas se referem à indeterminação e imprecisão da categoria “povo”, que não pode ser visto como um bloco homogêneo.

A utilização deste conceito apenas se aplica se contextualizado na análise de experiências sociais e culturais das camadas pobres que enfrentam os desafios da modernidade, criando e recriando significados aos seus valores, suas festas, suas religiões e suas tradições, não perdendo de vista o seu caráter dinâmico, complexo e conflituoso.

Concordamos com Abreu quando sustenta a aplicabilidade do conceito: “Talvez possa ser visto como uma perspectiva, no sentido de ser mais um ponto (de vista) para se observar a sociedade e sua produção cultural”.(Abreu, 2003, pp. 83-85). Segundo Laura de Souza Mello, a “cultura popular é um caminho, é um meio de investigação e de renovação teórico-metodológica (...)”.(Souza, 1992) O conceito levanta problemas e ajuda a pensar a realidade social e cultural que é multifacetada. Compreendemos sua constante interação com a chamada “cultura erudita”, permeada por interpenetrações, diálogos e trocas.

Estes encaminhamentos já haviam sido feitos por Peter Burke, apontando críticas a suposta separação entre cultura popular e cultura erudita (Burke, 1989, pp.12-27). Ele propõe pensar as interações e os compartilhamentos culturais. A sua idéia de “biculturalidade”, sustenta que pessoas da elite podiam conhecer o mundo da cultura popular e ao mesmo tempo preservavam a sua própria, mas atentando-se para o emprego de significados diferentes para mesmas práticas culturais.

A idéia de circularidade cultural é um dos nossos pressupostos teóricos. Carlo Ginzburg contribui para essa discussão ao renovar os estudos sobre cultura popular, reconhecendo que as camadas populares possuíam cultura, entendido como um conjunto de atitudes, valores e comportamentos próprios, que não necessariamente, eram resquícios da

cultura dita “erudita”. Inspirado por Mikhail Bakhtin, utiliza o termo "circularidade", para falar da comunicação dialógica e recíproca entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas na Europa pré-industrial. (Ginzburg, 1991, pp. 11-13).

Por meio de suas canções, os músicos populares lançam mão de inversões, jocosidade, galhofa, pilhéria, ironia, metáforas, acato e desacato, demonstrando uma leitura particularizada da realidade social e uma interação na sociedade, buscando a ampliação do espaço social e político.

Bibliografia

ABREU, Martha. “Cultura popular, um conceito e várias histórias”. In: _____; SOIHET, Raquel. (org). *Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Faperj, 2003.

AMARAL, Rita. *Xirê. O modo de crer e de viver no Candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas; São Paulo: EDUC, 2005.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia. Uma História Social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FRANCESCHI, Humberto. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço Decente. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SOIHET, Raquel. *A Subversão pelo Riso. Estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. “Entre o popular e o erudito: visões da História e da análise literária”. In: Seminário folclore e cultura popular. Série Encontros e estudos. nº 11. Rio de Janeiro: Funarte, 1992.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “As Tias Baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro”. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.3, n.6, 1990.

VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

O sujeito indígena e a concepção de assimilação da “cultura brasileira” no início da Primeira República

Mariana Moreno Castilho¹

Ao contrário do período do indianismo, que delineou um *índio cavalheiresco idealizado*², no período da Primeira República houve um movimento oscilatório contrário para a conotação desse sujeito indígena, em que ele passou de idealizado a algo a ser execrado.

Esse movimento oscilatório, ou seja, essa mudança de percepção não operou no indivíduo índio, mas no modo de mobilizar o olhar da sociedade para esse índio. Através da valorização de determinados conceitos, houve uma reorganização do espaço em função de a percepção e a sensibilidade serem despertadas para a abertura desse novo olhar.

Nicolau Sevcenko, em *Literatura como Missão*, pontua esse movimento oscilatório de concepção perante o índio dizendo que:

ao contrário do período da Independência, em que as elites buscavam uma identificação com os grupos nativos, particularmente índios e mamelucos - era esse o tema do indianismo - , e manifestavam “um desejo de ser brasileiros”, no período estudado, essa relação se torna oposição, e o que é manifestado podemos dizer que é “um desejo de ser estrangeiros”[...]³

Este “desejo de ser estrangeiro”⁴ e a conseqüente oscilação de conotação para o sujeito indígena configurou-se a partir de um deslocamento do olhar regido por uma reorganização dos conceitos que norteavam o saber. O fio condutor desse olhar foi delimitado principalmente pelo evolucionismo e pelo positivismo, ambos provindos de idéias que circulavam na Europa e nos Estados Unidos e que, a partir desse período, passaram a ser incorporadas no Brasil, como nos lembra Sevcenko, pelas

consciências cultas do período[...] Na filosofia de Comte a presença daquele par conceitual se traduziu na fórmula do “Ordem e Progresso”, constituindo-se no cerne mesmo de toda doutrina. Operando como uma dicotomia reflexa, as tensões sociais produziram no seu

¹ Doutoranda em História Social (FFLCH / USP).

² Expressão utilizada por Antônio Cândido em seu livro *Literatura e Sociedade*, para designar o índio idealizado perante os valores europeus.

³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Brasiliense, 2ed., 1983, p. 36.

⁴ Nicolau Sevcenko explicita que essa análise do indianismo, no período da Independência, junto com a expressão “desejo de ser brasileiro”, procedem de Antônio Cândido, cf. *Formação da Literatura Brasileira - momentos decisivos*, 4ª. Ed., São Paulo, Martins, 1971, principalmente vol.II, pp.9-22.

embate constante a transformação das formas de organização, no sentido da sua otimização crescente, gerando sempre estados superiores de ordem e coesão interna. Em Spencer, o que temos é praticamente uma variação simétrica dessa mesma postura. Aqui o conceito chave da evolução subsume os outros dois, que se transformam em elementos objetivos ponderáveis de uma operação mecânica: “A evolução é um processo de integração da matéria com dissipação concomitante de movimento”.⁵

E. Roquette Pinto, em *Rondônia*, em uma de suas descrições, nos indica o fio condutor desse olhar intelectual, quando coloca em uma escala evolutiva a Europa e o índio, que era considerado por esse intelectual como “homem da idade da pedra, recluso no coração do Brasil”. Roquette Pinto diz:

Dormir, naquela noite inesquecível em que a sorte me tinha feito surpreender, vivo e ativo, o homem da idade da pedra, recluso no coração do Brasil, a mim que acabava de chegar da Europa, e estava ainda com o cérebro cheio do que a terra possui de requintado, na diferenciação da humanidade.⁶

Portanto, nessa “diferenciação da humanidade”, em que a Europa seria o “que a terra possui de requintado”, revela-se o olhar da elite intelectual brasileira da época. Sobretudo a partir de 1870, o olhar sobre o brasileiro altera-se: tenta-se classificá-lo a partir do estereótipo compreendido como cultura ocidental, tendo como parâmetro as sociedades européias e estadunidenses. Ou seja, o olhar foca-se nos referenciais europeus e estadunidenses e a partir das teorias propaladas nesses lugares, tais como o positivismo, evolucionismo e o arianismo, institui-se o verídico, o científico e o que seria a Civilização.

Diante desse olhar, o Romantismo, junto com o ícone índio, são afastados do ideal do “ser brasileiro”, como nos aponta o próprio crítico de época, José Veríssimo, em *História da Literatura Brasileira*:

Pelo fim do romantismo, esgotado como acabam todas as escolas literárias, tanto por enfraquecimento e exaustão dos seus motivos, como pela natural usura, entram a influir a mente brasileira outras correntes de pensamentos, outros critérios e até outras modas estéticas européias de além Pirineus oriundas das novas correntes espirituais, o positivismo em geral ou o novo espírito científico, o evolucionismo inglês, o materialismo de Haeckel, Moleschott, Büchner, o comtismo, a crítica de Strauss, Renan ou Taine, o socialismo integral de Proudhon, o socialismo literário de Hugo, de Quinet, de Michelet[...]⁷

⁵ SEVCENKO, Nicolau. op.cit., p.219.

⁶ PINTO, E. Roquette. *Rondônia*. 3ed. São Paulo: Editora Nacional, 1935, p.164 [1ª edição 1917].

⁷ VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. 7ed.São Paulo: Editora Itatiaia,1979, p.20.[1ªedição1907]

Neste artigo pretendemos justamente discutir a representação do indígena na Primeira República. Para isto abordaremos o tecido discursivo em que esta representação foi circunscrita, perpassando por conceitos como cultura, civilização e assimilação.

A busca pela civilização parecia reger a ordem discursiva dessa elite cultural. Civilização que remetia ao urbano, ao moderno, ao científico, a “regeneração” do Rio de Janeiro, as estradas de ferro e as inúmeras máquinas inventadas no “progresso” da II Revolução Industrial. Civilização alcançada e justificada ora pela raça, ora pela cultura, ou, em um caldeamento desses dois conceitos.

O “selvagem”, esse sujeito antagônico a esse ideal de civilização, que foi enxergado pelos óculos dessa elite cultural e de conceitos tais como raça e cultura, passa a ser entendido de distintas maneiras.

Quando olhado pelo prisma racial, em que nesse contexto índio e negro era sinônimo de atraso, de seres incapazes de alcançar o estágio evolutivo da civilização, repercutia nessa elite cultural, o desejo de não ver mais esse sujeito indígena inserido nesse corpo nacional. Diante dessa ótica intelectual **moldou-se o problema do Brasil estar fadado ao atraso**, sendo incapaz de alcançar a civilização, por ser constituído por uma população predominantemente mestiça, assim como **o desejo de branquear** o mais rápido possível esse corpo nacional através da miscigenação.

O outro trajeto apontado por intelectuais desse período era o alcance da civilização através da cultura. Por esse caminho o índio passa a ser entendido, por essa elite cultural, como alguém capaz de adquirir cultura através da educação, sendo assim permeável à civilização. Ou seja, o indivíduo indígena poderia inserir-se no corpo nacional, caso assimilasse hábitos entendidos como civilizados. Uma das formas criadas para inseri-lo nesse corpo nacional, no contexto assinalado, seria através do “auxílio” dado pelo Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacional (SPINLT), criado em 1910, que visava transformar o índio em trabalhador agrícola.

José Veríssimo deixa clara essa trama de conceitos de **cultura, educação e civilização** em diversos trechos de sua obra, como naquele expresso no seu artigo “*A literatura nacional e os estudos literários*”. Nele podemos visualizar como a **educação** estruturou-se em ponte para o alcance da **civilização**:

Ao nosso ensino público, completando-se com órgãos que lhe faltam, e desenvolvendo-se com um outro espírito, e inspirados realmente de um ideal nacional, caberia esta última função. Infelizmente o nosso ensino é ainda feito não só sem esse espírito que deve animar todo o sistema que procure conscientemente ser um fator de civilização [...]

A república brasileira, desprezando umas certas opiniões por toda parte desacreditadas e medrando apenas no ubertoso solo de toda nossa ignorância, tem a obrigação de ocupar-se com o maior cuidado da educação nacional.[...]⁸

Continuando, Veríssimo vincula a importância do ensino secundário, ou seja, da **educação**, para desenvolver uma **literatura nacional**, entendida como sendo “indispensável à vida nacional” para chegar à desejada **civilização**:

A patente decadência dos nossos estudos secundários terá como consequência natural a decadência das nossas letras. A literatura nacional, no sentido que ao começar dei a esta expressão, decairá forçosamente, por falta de alimento e a uma grande nação como, na América ao menos, temos o direito de querer ser, faltará esse órgão indispensável à vida nacional e digno coroamento de toda civilização⁹

Assim como Veríssimo enfatiza essa trama discursiva conceitual entre **cultura**, **educação** e **civilização**, Silvio Romero também enlaça esse mesmo, ou então parecido, tecido discursivo. Em *O Alemanismo no Sul do Brasil. Seus perigos e meios de os conjurar*, citando Tobias Barreto, Romero defende, como solução para o alcance da civilização, a aquisição da **cultura**, considerando-a mais eficaz que a fisiológica, baseada no método do branqueamento:

Conhecedor dos perigos que dali proveriam ao Brasil **procurou substituir aquele alemanismo da imigração pelo germanismo da ciência, da cultura, da educação, da fortaleza moral**[grifos meus], único capaz de nos aparelharmos para resistir ao primeiro.

É uma odiosa calúnia, pois, dar por favorável as pretensões dos imigrantes insensatos.

O que o meu amigo sempre quis, sempre ensinou a este inconsciente povo de ingratos, desnortado por literateiros imbecis, o que ele pretendia, com uma larga intuição verdadeiramente genial era que o Brasil fizesse o que o Japão já tinha então começado a fazer.¹⁰

Cabe lembrar que tanto Veríssimo quanto Romero foram alunos de Tobias Barreto e pertenceram à Escola de Recife. No entanto, em função do Rio de Janeiro ter se tornado, desde a Independência política, o eixo político, econômico e cultural do país, oferecia também melhores oportunidades de trabalho para os homens das letras, e assim ocorreu com Veríssimo e com Silvio Romero. Ambos lecionaram no reconhecido

⁸ VERÍSSIMO, José. *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. São Paulo:USP, 1977, p.275. [1ª edição 1917]

⁹ Idem, p.275.

¹⁰ ROMERO, Silvio. *O Alemanismo no sul do Brasil*. Seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1906, p.53.

colégio D. Pedro II e foram membros tanto do Instituto Histórico e Geográfico criado, em 1838, quanto da Academia Brasileira de Letras. Além disso, encontraram na imprensa (jornais e revistas) um lugar privilegiado para exercerem suas críticas literárias e divulgarem suas idéias.

Não podemos esquecer que Romero, assim como outros intelectuais, inseridos no discurso nacionalista, visavam solidificar o corpo nacional, sendo essa consolidação apontada tanto através de soluções físicas (branqueamento) ou psicológicas, estas mediante a aquisição de **cultura**. Buscava-se insistentemente a homogeneidade desse corpo, de uma forma ou de outra.

Talvez isso tenha colaborado para que a solução para a questão do adquirir **cultura**, regesse o discurso de muitos intelectuais do período, assim como configurasse a concepção de **assimilação** estampada tanto nos discursos de intelectuais como em instituições como o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILNT)¹¹: esta compreendia o “ser índio” como um estágio a ser superado por meio da assimilação, que servia, como pontua Antonio de Carlos de Souza Lima em *Um grande cerco de paz*, como um:

instrumento no processo de integração das populações indígenas a uma comunidade política representada como nacional: a atribuição de indianidade seria a via de acesso e forma intermediária do cumprimento de um projeto de extinção dos povos nativos enquanto entidades discretas, dotadas de uma historicidade diferencial e de autodeterminação política.¹²

As etnias indígenas eram entendidas como superáveis através da educação, como demonstra o relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (RMAIC), que classifica os índios dos Amazonas em quatro grupos distintos:

- a) os selvagens que não têm relação com os civilizados;
- b) os selvagens que já receberam violências dos civilizados;
- c) os que, já estando domiciliados na civilização, formam a sociedade à parte;
- d) os que vivem em inteira promiscuidade com os civilizados.

Os da primeira classe são, a seu modo, moralizados, **trabalhadores** [grifo meu] e bem reputados. Tratam com muita hospitalidade os raros civilizados que, por acaso, chegam às suas terras, mantendo-se, todavia em uma prudente reserva.

Os da segunda classe têm fama de **ferozes** [grifo meu]; mas de fato são apenas defensores de sua liberdade e da honra de suas famílias. São também trabalhadores e tão moralizados quanto lhes permite sê-lo o atraso mental em que vivem.

¹¹ O Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILNT) foi criado em 1910 com o intuito de tornar os índios assimilados pela sociedade, transformando-os em trabalhadores agrícolas.

¹² LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p.118.

Os da terceira classe já não têm mais as qualidades de caráter dos outros nem são também tão trabalhadores como eles.

Os da quarta classe são uns infelizes cheios de vários defeitos, dos quais o menor talvez a preguiça.

Conclui-se do exposto que, quanto mais afastado da civilização madrastra, **melhores e mais assimiláveis à sociedade são os índios** [grifos meus]e, quanto mais ligado a ela, menos suscetíveis de aproveitamento.

Vê-se, pois, que a desmoralização é um produto da educação que recebem, a qual, como crianças, fácil e francamente se afeiçoam. **Tudo mostra que, havendo educação, os índios selvagens devem progredir, moral, intelectual e praticamente** [grifos meus] (RMAIC, 1912:124-125)¹³.

Ou seja, através da educação, “os índios selvagens devem progredir” moral e intelectualmente. Enfim, reconhece-se a possibilidade de torná-los **assimiláveis** “à sociedade” a partir da **educação**. Esta concepção também aparece no discurso acadêmico do médico Dr. Hugo Gensch:

Existe aqui uma índia que, recém-nascida, foi trazida do mato. Ela conta hoje com mais de vinte anos de idade, e, educada por um casal culto e humanitário (Sr. Leopoldo Engelke e Sra.), é hoje uma moça de grande cultura, falando e escrevendo o alemão, francês e português.¹⁴

Realça-se mais uma vez o entrelaçar do conceito de “adquirir **cultura**” vinculado à instrução: “falando e escrevendo o alemão, francês e português”, como assinala Dr. Hugo Gensch¹⁵.

Transitar do não civilizado para o civilizado através da aquisição de cultura, assimilando a “cultura brasileira”, era um caminho recorrente apontado por intelectuais desse período, como Roquette Pinto, Silvio Romero e José Veríssimo.

Na própria literatura, o índio, enquanto “ícone nacional” estampado no romantismo brasileiro, dissolve-se, configurando-se no sertanejo. O índio, para se tornar um “exemplo a seguir”¹⁶, como a maioria dos personagens construídos no realismo e naturalismo, teria que assimilar a cultura brasileira, transformando-se em sertanejo. A noção de sertanejo implica na acepção de assimilação, estando mais próxima ao ideal da concepção de cultura brasileira. Como Roquette Pinto pontua:

¹³ Idem, p.124.

¹⁴ Arquivo de Blumenau. Trabalho apresentado em 1908 por Hugo Gensch em Viena, no XVI Congresso de “Americanistas Internacionais”.

¹⁵ Esse médico de Blumenau (SC) realizou uma pesquisa, acompanhando o desempenho de aprendizagem de uma menina indígena, adotada e batizada por este como Maria Korikrã. Seu trabalho foi intitulado como “ ‘A Educação de uma menina Indígena’ . Colaboração para a solução do problema dos Índios”.

Antropólogos como Silvio Coelho dos Santos e Darcy Ribeiro já abordaram o caso de Maria Korikrã em seus respectivos trabalhos: SANTOS, Sílvio Coelho. *Índios e brancos no Sul do Brasil*. Florianópolis: Edeme, 1973. RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

¹⁶ Expressão utilizada por Olavo Bilac e Manoel Bomfim na introdução de *Através do Brasil*.

No Brasil, o índio, na concorrência, tem sumariamente liquidado; não contribui senão através de seus descendentes, cablocos sertanejos, para a etnogenia do país.¹⁷

Ou seja, o índio não comporia a “etnogenia do país”, estaria à parte do corpo nacional, ao contrário do sertanejo. O sertanejo, vinculado à figura de trabalhador, nesse período da Primeira República, acaba por substituir o índio, entendido como sinônimo de preguiça e vadiagem. José Veríssimo deixa claro essa concepção na crítica ao *Um romance da vida amazônica*, escrito por Inglês de Souza:

(...)na Amazônia. Aliás a predominância acolá do elemento indígena, a grande facilidade da vida em uma gente profundamente acomodada a todas as circunstâncias e condições dela, explicam este saliente rasgo de seu caráter.¹⁸

Cabe observar que o movimento discursivo **assimilacionista** tenta romper com o padrão estabelecido no período da monarquia, sob a égide religiosa da catequização para o alcance da preconizada civilização. Essa prática, a partir do olhar positivista, é substituída pela adoção do conceito **proteção**, enfim do poder tutelar do Estado sobre os indígenas. Busca-se romper o elo entre Igreja e Estado, tão característico do período monárquico. Tenta-se instaurar um movimento de laicização dos serviços estatizados na nova ordem republicana, como o assumido pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPINLT), estabelecendo o distanciamento da acepção de **catequese**.

Como José Murilo de Carvalho destaca em *Formação das Almas*:

A versão positivista da república, em suas diversas variantes, oferecia tal saída. O arsenal teórico positivista trazia armas muito úteis. Ao começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso. Pela lei dos três estados, a Monarquia correspondia à fase teológico-militar que devia ser superada pela fase positivista, cuja melhor encarnação era a república. A separação entre Igreja e Estado era também uma demanda atraente para esse grupo[...]¹⁹

Roquette Pinto também compartilhou essa ordem discursiva que o SPINLT ressoava, de compreender o “índio” como um estágio a ser ultrapassado. Sua obra *Rondônia* foi premiada em julho de 1917 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a medalha de ouro Pedro II²⁰. Por sua ótica

¹⁷ PINTO, E. Roquette. *Rondônia*. 3ed. São Paulo: Editora Nacional, 1935.p.75. [1ª edição 1907]

¹⁸ VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. 3ª série. São Paulo: Editora Itatiaia, 1977, p.22.[1ª edição 1917]

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.27.

²⁰ Convém realçar que Roquette Pinto ofereceu essa medalha de ouro para o Museu Nacional em 1917, o qual desenvolvia pesquisas concebidas como antropológicas ao estudar o índio e classificá-los através da antropometria. João Batista Lacerda, que trabalhava no Museu Nacional, classificou os índios “Botocudos”, como nos aponta Maria Rosilene Alves em sua dissertação de Mestrado, como sendo a raça mais violenta e inferior dentro da escala de desenvolvimento humano. (ALVES, Rosilene

evolucionista, Roquette Pinto percebia os índios como pertencentes a um outro tempo, classificando uma etnia no período Paleolítico e a outra no Neolítico:

Não se pode ainda tentar a síntese definitiva da situação etnográfica dos aborígenes da Serra do Norte.

Mas, o que se apurou, nas páginas precedentes, permite desde já indicar pontos importantes da sua vida social, suficientes para marcar-lhes um posto definido entre os grupos humanos existentes, em estado natural, no território da Sul- América.

Que se mantiveram longe da ação européia, não há dúvida. Martius, aliás, concluindo pela alta antiguidade dos aborígenes americanos, mostrava que a idade da pedra caracterizava as populações conservadas fora daquela influência [grifos meus].

E, se fosse possível reconhecer, no Brasil, os dois períodos clássicos (Paleolítico e Neolítico) caberiam no primeiro os Índios da Serra do Norte, cujos machados são toscamente lascados, e cuja cultura bem se aproxima daquela que se admite seja peculiar ao paleolítico (197). [(197) Esquemáticamente, e em relação aos seus vizinhos, os nambikuáras lembram os paleolíticos; mas a sua cultura, com rudimentos de lavoura e de fiação, e com machados toscos mas de gume alisado, assimila-se mais aos aspectos proto-neolíticos, ou do período de transição. A tendência atual é para admitir no Novo Mundo, técnicas paleolíticas- p. ex. em Trento, E.U- e suas derivadas (R. Lopes- “Pontas de Silex Lascado no Brasil), mas não, uma formal superposição de períodos como na Europa. (R.L).²¹

Enfim, Roquette Pinto compreendeu e classificou essas duas etnias indígenas em tempos distintos, tempos delimitados por uma história linear em que o continente europeu marcava o fim, a meta a ser alcançada na **Civilização**. E os indígenas, diante desse olhar, pertencentes a esse tempo atrasado na escala evolutiva da Civilização Humana, poderiam, continuar a pertencer a esse tempo “da idade da pedra” ou serem “assimilados pela nossa modesta cultura brasileira”. Os índios assimilados, dentro da sua concepção, “estão fora de questão. São, de fato, sertanejos. Trabalham, produzem, querem aprender. Não são mais índios”²². Ocorre assim uma ruptura com o estado do sujeito “ser índio”, e passam a “ser sertanejos”. Sertanejos que “trabalham, produzem, querem aprender”.

Como Ângela de Castro Gomes nos esclarece em *A invenção do Trabalhismo*: “ Desde fins do século XIX - mesmo antes da abolição da escravatura - o tema trabalho e de trabalhadores livres e educados no ‘culto do trabalho’ se impôs ao país.”²³ Sendo assim, **educar** estava atrelado ao induzir e criar o hábito de trabalhar, concebido como uma medida socialmente “saneadora” . O pobre ocioso era concebido como um empecilho para a ordem política e social do corpo nacional.

Maria. “Se mostram os bugres”. Abordagens da imprensa catarinense sobre os indígenas(1900-1914). Florianópolis: UFSC, 2000 (dissertação de mestrado em história), p.109.

²¹ PINTO, E. Roquette. *Rondônia*. 3ed. São Paulo: Editora Nacional, 1935, p.303. . [1ª edição 1917]

²² Idem, p.300.

²³ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988, p.25.

Ou seja, ser índio significa não pertencer a essa busca homogênea da cultura brasileira, significava ser estranho a essa busca idealizada da cultura brasileira. Como Roquete Pinto se questiona em *Rondônia* “Que ligações tem com os outros filhos do Brasil?”²⁴. Dentro dessa concepção não há ligação alguma, pois “ser índio” seria estar em uma outra dinâmica de tempo, um tempo diferente do tempo regido pela II Revolução Industrial e do trabalho.

José Veríssimo explicita essa percepção do índio, ao discutir a formação da literatura nacional, e perpassar sobre a “colaboração” do índio para a constituição do brasileiro:

De fato a literatura que se pode propriamente chamar brasileira - tanto quanto a uma literatura sem língua própria é possível chamar nacional - nasceu com o romantismo. É essa que canta ou descreve o brasileiro, a mestiçagem de raças, costumes, tradições, crenças, feições, que constituem aqui um povo diferente do português, embora intimamente ligado a ele. **O índio teria acaso entrado neste amálgama com a sua indolência, a sua indiferença, a sua desconfiança, a sua apatia, a sua desambição, a sua conformidade com as durezas da vida, a sua pouca indústria**. Mas, dado que sejam estas as suas características, não seriam também as do negro, que com ele concorreu na formação do povo brasileiro?[grifos meus]²⁵.

Como se vê, há uma tentativa desenfreada de banir o índio das origens do povo brasileiro, da “identidade nacional”. Para tanto, é preciso categorizá-lo como estranho ao universo(idealizado) que se quer construir. Segundo Bauman:

O estranho solapa a organização espacial do mundo(...) O estranho perturba a ressonância entre a distância física e a distância psíquica- ele está fisicamente próximo, enquanto permanece espiritualmente distante.²⁶

Ser índio, portanto, é ser estranho. Como Roquette Pinto pontua em seu discurso, que reverbera também no discurso do SPINLT (que objetivava incorporar o índio ao corpo nacional, transformando-o em um trabalhador agrícola), ser índio é estranho ao ser “brasileiro”. É romper com a busca do corpo homogêneo da nação, é pertencer a um outro tempo, um tempo atrasado “espiritualmente” dentro da ótica evolucionista, porém presente no tempo da **civilização** brasileira, por ocupar “fisicamente” pedaços do corpo nacional.

²⁴PINTO, E. Roquette. *Rondônia*. 3ed. São Paulo: Editora Nacional, 1935, p.164. [1ª edição 1917]

²⁵ VERÍSSIMO, José. *Nossos Clássicos*. Estudos da literatura brasileira. Publicado sob direção de Alceu Amoroso Lima e Roberto Alvim Corrêa. Livraria Agir Editora: Rio de Janeiro, 1958, p.71.

²⁶ BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência IN:FEATHERSTONE, Mike(coord.) *Cultura Global. Nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p.162.

E qual então seria o caminho para esse “adquirir cultura” e passar a ocupar o mesmo corpo nacional? Para deixar de ser um “estranho” ao corpo nacional, seria necessário o sujeito indígena “não ser mais índio”, passando a estar **assimilado** “pela nossa cultura brasileira do interior”, como deixou claro Roquette Pinto. Enfim, era preciso seguir o caminho da **assimilação** para deixar de ser estranho; e, como Bauman enfatiza, “literalmente, assimilação significa fazer algo igual.”²⁷ Mas “fazer igual” a quem? Ao dito brasileiro? E esse ser concebido como brasileiro, almejava ser igual a quem?

Além disso, convém ressaltar que a acepção de **assimilação** pressupõe uma hierarquia social, como Bauman assinala:

Acima de tudo, a visão de assimilação foi uma confirmação indireta da hierarquia social, da divisão do poder vigente. Ela admitia a superioridade de uma forma de vida e a inferioridade de uma outra[...]A visão e o projeto de assimilação foi também uma arma importante no esforço do estado moderno no sentido de solapar ainda mais a coesão e o poder de resistência das instituições que competiam com o controle social que limitava potencialmente a sua ambição em relação a um domínio absoluto. A inferioridade do “estrangeiro” ficou definida, sustentada e reforçada como um aspecto da categoria como um todo; de uma forma vital comunal coletivamente sustentada.[...] A assimilação foi um convite, extensivo aos membros individuais dos grupos estigmatizados, para desafiarem o direito daqueles grupos de estabelecer padrões adequados de comportamento.²⁸

Estabelecer “padrões adequados de comportamento”, pontuando a “inferioridade do estrangeiro”, tudo isso acoplado na acepção **assimilação**. Mas será que esses intelectuais ao enquadrarem os indígenas nessa ordem hierárquica de assimilação, não estavam ao mesmo tempo assimilando a ótica europeia e estadunidense regida pelas diversas teorias raciais? Será que esses intelectuais não estavam eles próprios sendo assimilados pelo olhar que classificava tanto os indígenas, como a si mesmos, como estrangeiros em sua própria terra²⁹?

Bibliografia:

- ALVES, Rosilene Maria. “Se mostram os bugres”. Abordagens da imprensa catarinense sobre os indígenas(1900-1914). Florianópolis: UFSC, 2000 (dissertação de mestrado em história)
- Arquivo de Blumenau. Trabalho apresentado em 1908 por Hugo Gensch em Viena, no XVI Congresso de “Americanistas Internacionais”.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência IN:FEATHERSTONE, Mike(coord.) *Cultura Global. Nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

²⁷Idem, p.168.

²⁸ Idem, p.171.

²⁹ A expressão “estrangeiro em sua própria terra” já foi utilizada por intelectuais como Nicolau Sevcenko em *Literatura como Missão* e Márcia Naxara, nomeando inclusive uma de suas obras: *Estrangeiro em sua própria terra--* representações do brasileiro 1870/1920.

PINTO, E. Roquette. *Rondônia*. 3ed. São Paulo: Editora Nacional, 1935. [1ª edição 1917]

ROMERO, Silvio. *O Alemanismo no sul do Brasil*. Seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1906.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Brasiliense.2ed.,1983.

VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. 3ª série. São Paulo: Editora Itatiaia, 1977.[1ª edição 1917]

----- *História da Literatura Brasileira*. 7ed.São Paulo: Editora Itatiaia,1979.[1ªedição1907]

----- *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. São Paulo:USP, 1977.

----- *Nossos Clássicos*. Estudos da literatura brasileira. Publicado sob direção de Alceu Amoroso Lima e Roberto Alvim Corrêa. Livraria Agir Editora: Rio de Janeiro, 1958.

As inconfidências do período pombalino e as novas perspectivas historiográficas para o processo de Independência do Brasil

Leandro Pena Catão

O governo de d José I foi marcado por profundas turbulências na América portuguesa e a causa diz respeito, entre outras coisas, à expulsão dos jesuítas. Trabalhos recentes, relativos a esse período, têm aberto um novo caminho, uma nova perspectiva de interpretação dos movimentos sociais e políticos do XVIII. Por conta da expulsão dos jesuítas, ocorreram vários crimes de Inconfidência em capitanias como Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Entre outros insultos, o rei e seu ministro Pombal eram comparados a Nero e Diocleciano e chamados de pateta, demente e tirano por parte dos súditos indignados. Tal fato revela que datam do período pombalino os primeiros sinais de contestação e desafeição ao poder metropolitano. Uma análise desses delitos, assim como da atuação da Companhia de Jesus, sobretudo no que diz respeito à difusão de seu ideário, constituiu passo importante para a elucidação do processo de Independência política do Brasil a partir da “longa duração”.

Tradicionalmente, as revoltas do período colonial são diferenciadas pela historiografia como sendo, de um lado, movimentos de contestação, em que não era ameaçada a soberania metropolitana; e de outro, movimentos de oposição, de cunho nacionalista, que ameaçaram a estabilidade do pacto colonial. Em geral, os movimentos de contestação seriam típicos da primeira metade do século XVIII e os de caráter oposicionista, da segunda. Neste último caso, as revoltas estariam inseridas em um contexto de transformações políticas e sociais observadas desde a Europa, deixando em segundo plano possíveis motivações internas.¹

Segundo Júnia Furtado, para compreender os movimentos políticos que ameaçaram a soberania lusitana na capitania mineira durante a segunda metade do século XVIII, faz-se necessário analisar “uma conjuntura mais ampla, o que significa reavaliar as relações que se estabelecem, de um lado, entre a Metrópole e a Colônia e, de outro, entre o aparelho estatal que se montou nas Minas e a população local”.² Tal movimento permite uma compreensão mais ampla desses movimentos ocorridos no período final da colonização portuguesa.

István Jancsó entende que as sedições ocorridas a partir do final do século XVIII, sobretudo as de caráter oposicionista, vêm anunciar a erosão de um modo de vida, de modo

¹ ANASTASIA. *Vassalos rebeldes*. ver a Introdução.

² FURTADO. *O outro lado da Inconfidência Mineira*, p. 70-71.

particular, a crise do Antigo Regime. A Coroa portuguesa se via diante de uma crise sem precedentes. Chegavam de várias partes da colônia notícias de desafeição ao trono, “o que era sobremaneira grave”.³ Em alguns casos, tal desafeição ao monarca configurava-se como crime de inconfidência. Para o autor, “algo de novo despontava” naquele final de século, para além das rebeliões de escopo menos abrangente que marcaram a América portuguesa até aquela conjuntura. Com relação às rebeliões e aos levantes coloniais ocorridos até 1789, ele afirmou que “superados os problemas pontuais que estavam na base, ainda que mediante o recurso a violência, o Trono emergia inquestionado e a Monarquia via-se preservada no seu papel de núcleo ordenador das legitimidades e legalidades.”⁴

Para Jancsó, a partir do final do século XVIII, é a própria forma de organização do poder que se torna o alvo das críticas oriundas da colônia. “sedição é, então, a revolução desejada, o futuro anunciado, a política do futuro nos interstícios do presente” Tal conjuntura era mais perigosa ao Estado absolutista português do que “os violentos motins ou revoltas que mobilizavam grandes massas de homens em nome do ‘Viva o Rei, morra o mau governo’, expressão de contestação que não subverte os fundamentos da ordem, antes busca restaurá-los”.⁵ No entanto, a análise das inconfidências ocorridas na capitania das Minas nas décadas de 1760 e 1770 recua para essa época as mudanças na natureza política das rebeliões mineiras, pois é neste contexto que a autoridade do rei passa a ser diretamente atacada.

A História das Minas Gerais colonial é marcada por uma série de eventos e motins que abalaram e dificultaram o controle da metrópole sobre esta região. Segundo Carla Anastasia, a manutenção da ordem e do sossego público no conturbado cenário político das Minas setecentistas dependia: da preservação dos acordos firmados entre a população e as autoridades relativos à cobrança dos impostos, à distribuição de terras, ao abastecimento, enfim, aos procedimentos que “estipulavam tanto procedimentos justos por parte da monarquia quanto obediência dos colonos a Portugal, uma vez mantidas as regras do jogo nas áreas onde o controle metropolitano era eficaz”;⁶ dependeu também da capacidade da Coroa de resguardar certas autonomias de alguns vassallos em regiões de povoamento peculiar e de fronteira, onde era pouco efetivo o controle metropolitano; e finalmente, do respeito das

³ JANCÓS. *A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII*, p. 388. Segundo este autor, a contestação ao trono residia no fato de que o objeto das manifestações de desgosto, freqüentes desde os primeiros séculos da colonização, deslocava-se, nitidamente, de aspectos particulares de ações do governo para o plano mais geral da organização do Estado.

⁴ *Ibidem*, p. 388.

⁵ *Ibidem*, p. 389.

⁶ ANASTASIA. *Vassallos rebeldes*, p. 23.

autoridades portuguesas pelos interesses dos régulos locais, assim como do consenso dos magistrados quanto às ordens da Coroa acerca da capitania mineira.⁷

Ainda segundo a mesma autora, a capitania das Minas Gerais foi palco de motins de escopos e matizes bastante heterogêneos durante a primeira metade do século XVIII. Em algumas delas, o sossego público foi quebrado em decorrência do aumento dos impostos, pela carestia de gêneros alimentícios e pelo abuso de poder entre as autoridades, tomando a forma de motins reativos, isto é, “sem quebrar as regras do jogo colonial”.⁸ Nestes casos, os revoltosos defendiam a manutenção das regras estabelecidas desde os primórdios da colonização daquela região, em outras palavras, defendiam a “manutenção da tradição”. Em circunstâncias diversas, em que foram constrangidos os interesses dos poderosos locais e, mesmo, quando houve confrontos entre as autoridades metropolitanas, constituíram-se os movimentos intitulados pela autora como “referidos às formas políticas coloniais”.⁹ Nestes casos, os motins tomaram uma feição contestatória do poder metropolitano, estabelecendo contextos de soberania fragmentada. Contudo, em nenhum destes motins a figura do rei foi questionada ou atacada. Muito pelo contrário,

a fidelidade ao Rei, expressa nas vozes populares, aparece em várias outras circunstâncias. O soberano, figura mítica e incorpórea, é preservado mesmo em alguns motins referidos às formas políticas coloniais. As autoridades metropolitanas, responsáveis pelo controle da população colonial, eram responsabilizadas por perverterem as justas ordens emanadas do Rei. Assim é que, no mais das vezes, os amotinados saíam às ruas aos gritos de “*Viva o Rei, Viva o Povo e Morra o Governador*”.¹⁰

Luciano Figueiredo, assim como Carla Anastasia, analisou os denominados motins dos sertões do São Francisco de 1736. O autor reconhece a manifestação de um traço peculiar na ação política dos sertanejos que levaram a cabo os referidos motins: a contestação a alguns direitos reais. Como argumento em oposição à cobrança da capitação nos sertões das Minas, os amotinados afirmaram que

a gente sertaneja desenvolve minuciosa argumentação em que fazem alusão aos riscos que correram no processo de conquista daquelas terras e à contribuição que prestavam diuturnamente no pagamento dos dízimos à Igreja e dos direitos de comércio ao Estado [...].¹¹

A violência que caracterizou as manifestações populares, além da suspeita da participação dos régulos daqueles sertões, dentre os quais alguns clérigos, levou as

⁷ Ibidem, p. 23.

⁸ Ibidem, p. 23-24.

⁹ Ibidem, p. 23-24.

¹⁰ Ibidem, p. 75.

¹¹ FIGUEIREDO. Furores sertanejos na América Portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736), p. 129.

autoridades a acreditar que a rebelião do São Francisco “propunha algo maior que a suspensão de um direito legítimo” da Coroa. A suspeita de que as alterações nos serões das Minas poderiam resultar em rompimento com a soberania portuguesa circulou nas cartas redigidas por aqueles que lutavam nas tropas leais, como foi o caso de André Moreira de Carvalho, que alimentava a idéia de que “[...] o desígnio desta canalha não é só o pretender a absolvição da capitação nem perdão de suas sublevações, mas usurpar a el Rei o domínio de Minas, [...] que esta gente não são vassallos de el rei de Portugal mas Turcos para assim os tratar [...]”.¹² Para o autor, “as autoridades não deviam estar longe da verdade, pois o discurso articulado pelos amotinados caminha no fio da navalha uma vez que rejeita o direito real ao mesmo tempo que reafirma o pacto com o soberano, mas atacando seus delegados, apontados como tiranos e opressores”.¹³

Segundo Figueiredo, entre os ingredientes dos motins do São Francisco tinha grande peso a frágil condição de súditos daqueles sertanejos, “distantes do calor do poder real”.¹⁴ As frágeis redes clientelares entre os régulos daqueles sertões com o reino constituía cenário perfeito ao “surgimento de um imaginário político peculiar”.¹⁵ Outro elemento que as autoridades assinalaram como foco de sedição nos sertões das Minas Gerais foi a concentração de clérigos seculares e regulares na região, considerados os articuladores daquelas sedições.

É possível estabelecer alguns elos entre os motins do São Francisco de 1736 e as Inconfidências analisadas nesta tese. Em todas as Inconfidências analisadas observa-se a atuação marcante de clérigos na articulação das tramas. Outro elemento comum entre as Inconfidências que tiveram como palco as Minas durante o período pombalino e os motins do São Francisco foi a circulação de papéis com dizeres sediciosos. A Inconfidência de Curvelo de 1760-1763 apurou a circulação de uns “papéis sediciosos” que atacavam o monarca e criticavam duramente as suas determinações ao punir com a morte os nobres envolvidos na tentativa de regicídio e ao expulsar os padres da Companhia de Jesus de suas possessões. Na ocasião dos motins do São Francisco em 1736, a relação entre os súditos e o rei foi um dos temas mais marcantes encontrados em paródias que circularam naqueles sertões por aquele

¹² RAPM, v. 1, p. 661-662. *apud* FIGUEIREDO. Furores sertanejos na América Portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736), p. 134.

¹³ FIGUEIREDO. Furores sertanejos na América Portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736), p. 134.

¹⁴ *Ibidem*, p. 134.

¹⁵ *Ibidem*, p. 134.

tempo.¹⁶ É possível encontrar nas referidas paródias ameaças ao poder do rei e contestações, de maneira branda à “santidade dos mesmos”.¹⁷ No entanto, em 1736 o rei não foi direta e nominalmente atacado, o que distingue radicalmente este conflito das Inconfidências das décadas de 1760 e 1770 que inauguram então uma nova prática política onde o rei passa a ser contestado. Para isso foram fundamentais os embates entre o reinado de D. José I e a Companhia de Jesus.

Laura de Mello e Souza salienta que o episódio de 1776, passado em Curvelo, inaugura uma nova “possibilidade de revolta nas Minas [...] homens letrados discutiam idéias, apoiavam os jesuítas, criticavam a Monarquia [...]”.¹⁸ Durante o período pombalino, alguns vassallos mineiros ousaram blasfemar não contra algum agente metropolitano, mas contra o próprio monarca, classificado, entre outros adjetivos, como bárbaro, pateta e tirano, além de ter sido comparado a Nero e Diocleciano, considerados pela tradição cristã como os maiores perseguidores da cristandade. Também foi questionada a capacidade e o direito do rei de administrar a justiça e forjar as leis. Se em 1736 esboçou-se um movimento de dessacralização do monarca a partir dos sertões do São Francisco, em 1776 isso era um fato consumado. Atacar o rei, ridicularizá-lo, classificá-lo como cruel e tirano tornaram-se gestos banais durante o período pombalino, razão que levou o governador Antônio de Noronha a não julgar a Inconfidência de Curvelo de 1776 em Vila Rica, mesmo possuindo jurisdição para fazê-lo. Ele temia difundir ainda mais as “sacrílegas palavras” proferidas pelo vigário Carlos José de Lima.

As inconfidências ora em análise foram delitos de escopo político até então desconhecido no universo mineiro setecentista. O banimento dos jesuítas do Império português provocou protestos na capitania das Minas Gerais, que, porém, não se configuraram como motins nem sublevações, uma vez que não ocorreu levante da população e nenhum vassallo sequer intentou pegar em armas. O monarca foi ferozmente atacado, mas a violência e a insatisfação dos vassallos indignados se restringiram aos brados e às murmurações. Não foi traçado em nenhuma das inconfidências analisadas sequer um plano de sedição. Na Inconfidência de Sabará, a sedição não passou de um recurso retórico utilizado pelos réus para se verem livres das culpas que recaíam sobre os seus ombros. Em geral, os protestos foram

¹⁶ Quanto ao conteúdo da paródia composta pelos amotinados, ver: FIGUEIREDO. *Furores sertanejos na América Portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736)*, p. 135-136.

¹⁷ *Ibidem*, p. 136-137.

¹⁸ SOUZA. *Norma e conflito*, p. 105.

verbais e se manifestaram por meio de rumores, burburinhos e papéis sediciosos, que circularam por toda a capitania.

As motivações de escopo local tiveram grande importância nas tramas relativas às Inconfidências ocorridas no período pombalino. Não foi uma tarefa fácil à Coroa portuguesa conciliar os interesses dos régulos locais às suas determinações. Nesse sentido, é possível pensar que as Inconfidências analisadas estavam inscritas nessa tradição de contestação política peculiar às Minas Gerais, onde era forte a influência dos régulos locais e tênues as redes clientelares dos mesmos com a Coroa.¹⁹

Além dos ataques ao monarca, também foram um gesto banal observado nas tramas relativas às Inconfidências analisadas neste trabalho os confrontos entre régulos locais. Aproveitando-se dos “deslizes” dos inimigos e de um ambiente político favorável, potentados locais denunciavam ou eram denunciados pelo crime de inconfidência. O expediente de denunciar criminalmente um possível adversário local era comum a todas as inconfidências analisadas. O cônego marianense Ignácio Correa de Sá foi denunciado às autoridades pelos seus colegas de Cabido devido a desavenças políticas, mesmo tendo estes conhecimento do crime de inconfidência do réu muito antes de proferirem a denúncia. Na inconfidência de Sabará, ficou claro que para além dos crimes cometidos pela dupla de ministros havia uma violenta cisão entre as elites locais. O padre Carlos José de Lima foi igualmente denunciado em 1776 devido às suas desavenças com inimigos locais. Mas neste último caso não apenas o denunciado foi preso, pois todas as testemunhas que afirmaram ter conhecimento prévio das blasfêmias foram igualmente consideradas culpadas por não terem proferido a denúncia no ato em que tomaram conhecimento do crime de inconfidência.

Para além das motivações de escopo local, as Inconfidências de Curvelo de 1760-1763 e 1776, e Sabará de 1775 foram conseqüências dos desdobramentos decorrentes do embate entre o governo reformista ilustrado português encabeçado por Pombal e a Companhia de Jesus, expulsa de todos os domínios lusos em 1759, sendo que alguns de seus membros foram acusados de participação na tentativa de regicídio que ocorrera em setembro de 1758. Desde os últimos anos da década de 1750 o Estado português vinha dilapidando os alicerces da Companhia de Jesus.

As Inconfidências ocorridas nas Minas durante o consulado pombalino resultaram, de um lado, das profundas reformas levadas a cabo por Pombal e, de outro, das características

¹⁹ FURTADO. *Homens de negócio*. p. 46-57.

intrínsecas à capitania e as formas de reação da população local às determinações da Coroa.

Segundo Anastasia:

Superar a prevalência da lógica externa, calcada na hegemonia do viés circulacionista, buscando um equilíbrio entre as decisões da metrópole e as respostas da colônia, é condição decisiva para se estudar a (im)previsibilidade da ordem social mineira no século XVIII.²⁰

Nesta perspectiva, as inconfidências ora em análise se inscrevem na tradição de contestação política dos mineiros, assentada, em parte, nas teorias corporativas de poder, impregnadas no imaginário político daquela população, sendo os jesuítas um dos principais difusores de tal ideário.²¹

O aparato intelectual por trás da ação dos inconfidentes mineiros do período pombalino são as denominadas *teorias corporativas*, ideário que teve na Companhia de Jesus um dos seus principais alicerces. Segundo tais preceitos, o suplício dos nobres e a expulsão dos jesuítas caracterizavam gestos tirânicos. As reformas empreendidas por Pombal nos campos religioso, político e econômico reviraram muitas tradições lusitanas. A ação dos vassallos inconfidentes das Minas Gerais, assim como a de muitos outros espalhados por todo o Império português, foi uma reação ao comportamento considerado “nefasto” de Pombal e de dom José I. Na medida em que o rei não garantia a manutenção da tradição até então vigente e, ao contrário, atacava os pilares sociais, religiosos e políticos tão caros à sociedade, quebrava a legitimidade de seu reinado. Nesse aspecto, as inconfidências de Curvelo de 1760-1763 e 1776, e de Sabará 1775 são um reflexo dessa insatisfação quanto às medidas empreendidas por aquele governo e, ao mesmo tempo, a comprovação efetiva da circulação do ideário relativo às teorias corporativas nas Minas Gerais colonial. As inconfidências também comprovam o prestígio gozado pela Companhia no território mineiro.

Apesar de não possuírem residência nas Minas, era nítido o resultado da ação dos jesuítas naquela capitania antes e depois de sua expulsão do mundo português. Atuaram em vários campos, como missionários, na formação do clero local, por exemplo. Na década de 1760, já na clandestinidade, os chamados *encobertos* intentaram até mesmo afetar o ânimo dos homens em idade de compor os corpos militares daquela capitania. Segundo o então governador das Minas Luiz Diogo Lobo da Silva, os inicianos eram responsáveis por um movimento que visava desmobilizar as forças policiais, incentivando os homens a não adentrarem nos referidos corpos militares.²² Foram vários os militares que sabiam das

²⁰ ANASTASIA. *Vassallos Rebeldes*, p. 11.

²¹ ROMEIRO. *Um visionário na Corte de dom João V*, p. 247. VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, Censura e práticas de leitura*, p. 447-449.

²² AHU Cx. 91 doc. 29.

blasfêmias proferidas contra a Coroa na ocasião da primeira inconfidência de Curvelo. Alguns chegaram a difundindo os papéis que continham as agressões ao monarca.

A Companhia de Jesus e o seu legado foram fontes de constante preocupação da Coroa, que reverberou fortemente na ação das autoridades metropolitanas nas Minas. Apurar ocorrências envolvendo jesuítas e afins constituía-se ato relativamente rotineiro após a década de 1760. Os ministros José João Teixeira Coelho e João Caetano Soares Barreto devassaram pelo menos quatro casos envolvendo a Companhia de Jesus e seus defensores, sendo dois processos relativos à presença de ex-jesuítas nas Minas e duas inconfidências. Se havia agentes metropolitanos envolvidos na apuração dos crimes envolvendo jesuítas, havia também ministros da Coroa que blasfemaram contra o monarca. Foi o caso do ouvidor José de Góes Ribeiro Lara de Moraes e do vigário geral do Sabará José Correa da Silva na inconfidência de Sabará de 1775, do vigário capitular do cabido de Mariana Ignácio Correa de Sá em Mariana em 1769 e do padre Carlos José de Lima em 1760-1776.

O descontentamento quanto às medidas pombalinas não partiu apenas dos vassallos mineiros. O padre Carlos José de Lima e o vigário geral da comarca do Sabará, José Correa da Silva, possuíam ligações e afinidade com a extinta Companhia de Jesus e também tinham em comum o fato de serem grandes régulos. A atitude inusitada daqueles padres, segundo as expectativas da Coroa portuguesa, estava associada à disseminação do ideário jesuítico nas Minas Gerais, sobretudo alguns princípios das teorias corporativas que previam o direito de reação em contextos de tirania. Essa foi a razão que levou alguns vassallos mineiros a cometerem o mais grave crime previsto na legislação portuguesa, atacando com violência a imagem do soberano. O crime de inconfidência banalizou-se nas Minas Gerais durante o período pombalino, fato inédito. Como bem nos lembra Carla Anastasia, na primeira metade do século XVIII, mesmo nos mais violentos motins em contextos de soberania fragmentada, a figura do soberano era sempre conservada. “Viva o Rei! Viva o Rei!”.²³ Era a primeira vez que o monarca recebia ataques tão ferozes à sua pessoa e a seu governo.

Por um prisma, as Inconfidências de Curvelo de 1760-1763 e 1776, Mariana de 1769 e Sabará de 1775 configuram eventos políticos absolutamente originais no contexto das Minas Gerais, uma vez que caracterizam-se pelo ataque dos vassallos, incluindo agentes da Coroa, ao monarca e a seu primeiro ministro. Por outro prisma, porém, as inconfidências em análise possuem caráter reacionário, pois foram movimentos em defesa da tradição, do bem comum e da ordem vigente até a ascensão do governo de dom José I responsável por uma série de

²³ ANASTASIA. *Vassallos Rebeldes*, p. 75.

medidas “iníquas”, como foi o “extraminio dos jesuítas do Brasil, as Luzes do mundo, homens pios [...]”.²⁴ Sob o prisma dos jesuítas e de toda a legião de seus admiradores, as ações de Pombal e de dom José I configuraram atos bárbaros, atrocidades, gestos absolutamente tirânicos. O termo *inconfidência* significava à época, “falta de fé e de fidelidade ao rei”.²⁵ Sem dúvida, os protagonistas dos crimes de inconfidências em Minas Gerais não tinham fé *naquele rei*; entretanto, a descrença não se estendia além desse ponto. Não houve qualquer menção ou gesto de contestação ao regime político vigente ou, mesmo, aos laços que uniam o reino à América portuguesa. A falta de fé e de fidelidade desses homens possuía um alvo específico: o comportamento considerado despótico do governo de dom José I em relação à Companhia de Jesus

As inconfidências desenroladas nas Minas Gerais entre os anos de 1760 a 1776 não foram movimentos políticos que se opuseram à monarquia enquanto instituição, e muito menos ocorreu qualquer questionamento dos laços que uniam os dois lados do Atlântico. Muito antes pelo contrário. O que se queria era a restauração do *bom governo*, como tinha sido o de dom João V. Apesar do feroz ataque ao rei e seu primeiro ministro, os movimentos consistiram apenas brados contrários à tirania do governo de dom José I; e as Inconfidências visavam restabelecer a ordem e o bem comum. Nesse sentido, a morte daquele rei e a ascensão de dona Maria I acalentaram os ânimos do imenso contingente de súditos insatisfeitos e inconfidentes na crença de que tudo voltaria a ser como antes.

Em 30 de julho de 1777, era solto em Mariana o cônego inconfidente Ignácio Correa de Sá, preso desde 1769. Logo após a sua libertação, o cônego escreveu a Lisboa requerendo as cômputas a que tinha direito, referentes ao período em que esteve preso. Para isso, “formou o suplicante seus Requerimentos com documentos pelos quais mostrou serem falsas as supostas culpas e se veio do inteiro conhecimento de serem estas fabricadas pelos seus inimigos, sendo retido na dita prisão pelo tempo de oito anos [...]”.²⁶ Mais tarde, o cônego recebeu como resposta que, de fato, “Sua Majestade mandou aliviar o Suplicante da prisão em que se achava, havia oito anos; mas não declarou, nem decidiu, que fora injustamente preso, e nestes termos não há que deferir ao Requerimento [...]”.²⁷ Dessa forma, o cônego não recebeu as cômputas pleiteadas, mas estava livre. E este não foi o único inconfidente preso agraciado com a liberdade; todos os envolvidos nas Inconfidência de Curvelo de 1776 também foram

²⁴ AHU Cx. 110 doc. 29. Devassa da Inconfidência de Curvelo 1776.

²⁵ MORAES SILVA. *Diccionario da Língua Portuguesa*, p. 145.

²⁶ AHU Cx. 113 doc. 23.

²⁷ AHU Cx. 113 doc. 22.

soltos. O vigário geral do Sabará, padre José Correa da Silva, também regressou às Minas Gerais após a queda de Pombal.

A morte de dom José I colocou um ponto final à hegemonia pombalina na vida política portuguesa. O reinado seguinte, que teve à frente a devota dona Maria I, foi marcado por um ambiente hostil em vários aspectos ao legado deixado pelo marquês de Pombal.²⁸ Portugal foi tomado por um sentimento misto de alívio e de revanche. Não por acaso, aquele período que se iniciava foi denominado de *Viradeira*. Dona Maria I por várias ocasiões deu mostras de que era contrária à expulsão dos jesuítas, e quase que imediatamente após assumir a Coroa ordenou a soltura de todos os prisioneiros políticos oriundos do período pombalino.²⁹ Os encarcerados lotavam as prisões. Só em Portugal foram libertados mais de 1800 pessoas, e “dizia-se que o número de mortos no cativoiro era três vezes maior”.³⁰ Esse gesto foi extensivo aos jesuítas e aos nobres ainda presos por Pombal em 1758-9 na ocasião da tentativa de regicídio. Também por essa razão, foram soltos os inconfidentes das Minas Gerais presos durante o período pombalino.

Os réus padres da inconfidência de Curvelo de 1776 retornaram ao Brasil poucos meses após terem chegado a Lisboa. Nem mesmo chegaram a ser encarcerados. O desfecho desse e dos outros crimes de inconfidência protagonizados nas Minas Gerais nos permite fazer reflexões de cunho teórico sobre as rebeliões e os delitos que tiveram como palco as Minas Gerais no século XVIII.

O desfecho dessas Inconfidências abriu um precedente, no mínimo, perigoso quanto à soberania da Coroa lusitana nas Minas Gerais. Se não se observou nos eventos analisados o questionamento dos laços coloniais ou a orquestração de um plano de sedição, a libertação dos inconfidentes pode ter encorajado, anos mais tarde, outros vassalos a questionar Coroa, dessa vez colocando em xeque a própria soberania portuguesa naquelas partes da América. Ao que parece, o vigário geral do Sabará, padre José Correa da Silva, um dos protagonistas da Inconfidência de Sabará de 1775, figurou entre os envolvidos na Inconfidência Mineira 1789.³¹ Segundo Francisco Antônio de Oliveira Lopes, em testemunho prestado à devassa da

²⁸ Isso não quer dizer que todos os projetos e medidas iniciados durante o governo de dom José I tenham sido abandonados e destruídos. Muitas idéias do período anterior foram mantidas, assim como alguns ministros, como Martinho de Melo e Castro.

²⁹ SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, p. 154-158.

³⁰ *Ibidem*, p. 159.

³¹ Nossa intenção é tão-somente chamar a atenção para o fato de que a relaxação da punição aplicada aos inconfidentes do período pombalino pode ter colaborado para a eclosão da Inconfidência Mineira. Não analisaremos a Inconfidência Mineira. Sobre a Inconfidência Mineira, ver: MAXWEL, Kenneth. *A devassa da devassa*. FURTADO. *O Manto de Penélope*. VILLALTA. *Leituras e Inconfidência Mineira*. In: *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*.

Inconfidência Mineira, o padre Carlos Correia de Toledo havia lhe dito, entre outras coisas, que do Serro do Frio fazia parte na inconfidência o padre José da Silva de Oliveira Rolim, “e que igualmente contavam com o Dr. José Correa da Silva, do Sabará [...]”.³² Segundo Tarquínio de Oliveira, o padre José Correia da Silva “grande jurisconsulto e homem de grande fortuna”, deixou de ser incriminado na devassa de inconfidência graças aos seus laços com João Caetano César Manitti.³³ José Correa da Silva, o padre inconfidente em 1775, encontrava-se em Vila Rica na noite em que iria se efetivar o complô orquestrado pelos inconfidentes em 1789, assim como vários envolvidos na conjuração e, como ele, residentes em outras comarcas.³⁴ Outro indício da participação do clérigo José Correa da Silva na conjuração mineira foi o fato de ele ter abrigado em sua casa em Sabará o então fugitivo padre Rolim.³⁵

As Inconfidências que tiveram como palco as Minas Gerais durante o período pombalino foram as primeiras ocorrências daquele gênero nas Minas Gerais e ao que parece, tiveram influência nos movimentos de contestação política que ocorreram nos últimos anos do período colonial, pois inauguram um novo espectro político de contestação

³² AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira. v. 2 p. 45-46.

³³ AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira. v. 9 p. 315.

³⁴ *Ibidem*, p. 403.

³⁵ AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira. v. 2 p. 288.

A Heroína da Inconfidência - um Retrato das Mineiras Oitocentistas

Ariadne Maria de Mendonça Chaves¹

Quantas Bárbaras Eliodoras
existem e continuam a existir!
Silenciosas, lutam e falecem
no anonimato (...) ²

Quando se pensa em mulheres coloniais, principalmente nas mineiras, que viveram na época da Inconfidência de Minas, lembra-se muito as “nices”, as belas musas dos poemas árcades, como por exemplo, a Marília de Dirceu.

Mas, ao lado de Maria Dorotéia de Seixas, a musa do poeta inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, conhecida por Marília de Dirceu; Bárbara Eliodora, a Heroína da Inconfidência Mineira e musa do poeta, e também inconfidente, Alvarenga Peixoto, figura como uma das “personagens” femininas de maior destaque, com relação à Conjuração ocorrida em Minas Gerais.

No presente trabalho, o qual se liga, em especial, a duas linhas de pesquisa, a de Fontes Primárias e a de Estudos Culturais; empreendemos um estudo acerca da construção da figura feminina de Bárbara Eliodora, conhecida como a “heroína” da Inconfidência de Minas. Além da leitura dos dados, significantes na constituição de Bárbara Eliodora, realizamos um estudo teórico, contemplando, por exemplo, textos de Mary Del Priori, sobre a situação da mulher mineira no século XVIII.

Bárbara Eliodora foi a primeira filha do advogado José da Silveira e Sousa e de D. Maria Josefa Bueno da Cunha. Sabe-se, de acordo com Nelson Guimarães (1986) que essa mulher teria nascido em São João del Rei (MG), provavelmente no final de 1758 ou início de 1759.

¹ Acadêmica Graduanda do Curso de Letras da UFSJ e bolsista PIBIC/ FAPEMIG. Orientadora Profa. Dra. Eliana da Conceição Tolentino, professora do Departamento de Letras, Artes e Cultura ELAC/UFSJ.

² NOHMI, Nívia. *História de uma flor: Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira*. Armazém de Idéias, 2004.

Considerada como uma mulher muito bonita, Bárbara Eliodora, ficou conhecida em diversos textos laudatórios, principalmente em poemas, como uma “musa”. A beleza dessa mulher foi largamente “divulgada” por muitos autores, como por exemplo: o poeta árcade lusitano Cruz e Silva em *O Hissope*, Tomás Antônio Gonzaga nas *Cartas Chilenas*, Cecília Meireles, em *O Romanceiro da Inconfidência*, e principalmente, pelo poeta árcade “Alceu”, Inácio José de Alvarenga Peixoto, seu esposo, em “Bárbara Bela”, uma das mais conhecidas referências à Bárbara Eliodora.

Além da beleza, outro atributo de Bárbara Eliodora seria, segundo dados do *Suplemento Literário*, a sua educação, que foi diferente das moças de sua época, quando a maioria era analfabeta. Consta que a “heroína” da Inconfidência teve uma educação bem diferente das moças de seu tempo, pois segundo Aureliano Leite (1963), era alfabetizada e possuía uma grande cultura.

Com cerca de dezoito anos, a Bárbara Eliodora começou a se relacionar com o futuro inconfidente, o ouvidor da Vila de São João del-Rei, José Ignácio de Alvarenga Peixoto; e passou a viver em mancebia com ele. Vivendo uma relação de concubinato, eles tiveram, em 1779, uma filha, Maria Efigênia.

O casamento de Bárbara Eliodora só foi realizado devido a uma portaria do Bispo de Mariana, e na época da cerimônia, a filha dela, Maria Efigênia, já contava três anos de idade. O referido casal oficializou sua união aos 22 de dezembro de 1781 (PAIVA, 1969) em uma cerimônia celebrada pelo padre Carlos Correia de Toledo, assim como Alvarenga Peixoto, também um futuro inconfidente.

Segundo dados biográficos acerca de Bárbara Eliodora, fornecidos pela Secretaria de Cultura de São João del-Rei, desta união nasceram ainda três filhos: José Eleutério, João Damasceno (que mudou seu nome para João Evangelista e que era afilhado do poeta inconfidente Tomás Antônio Gonzaga) e Tristão.

Bárbara Eliodora, que também era possuidora de minerações e culturas, e que tomava a iniciativa nos negócios do casal, após o degredo e a morte de seu esposo, ainda administrou seus bens e educou os quatro filhos. De acordo com Casasanta (1969)

Bárbara Heliadora (SIC)³, embora grande dama e, portanto, presumivelmente travada pelos preconceitos da época, sempre teve uma presença ativa nos negócios do casal.⁴

Ainda, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Cultura e Turismo de São João del-Rei, essa mulher, a heroína da Inconfidência Mineira, viveu grande parte de sua vida entre São João del-Rei, Vila da Campanha da Princesa e São Gonçalo do Sapucaí, cidade, esta, na qual faleceu aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1819 e, de acordo com Aureliano Leite (1963), com sessenta anos de idade e vítima de tuberculose

É importante mencionar, que no *Suplemento Literário*, podemos ler também sobre as diversas homenagens (i)materiais à Bárbara Eliadora, tais como: poesias (e outros textos laudatórios), a existência de placas e de uma lápide simbólica etc. Também, segundo Eliane Vasconcellos (2001), há uma extensa bibliografia sobre Bárbara Eliadora. Exemplos são os livros *Vida heróica de Bárbara Eliadora*, de Aureliano Leite, e *Bárbara, A heroína da Inconfidência*, de João Francisco de Lima, o “Cancioneiro da Inconfidência”, de Cecília Meireles, entre outros.

Assim, no *Suplemento*, podemos ler dados historiográficos acerca da construção da figura feminina da esposa do inconfidente Alvarenga Peixoto e verificar as várias homenagens em relação à musa da Inconfidência Mineira que, junto a Marília de Dirceu, musa e amada de Tomás Antônio Gonzaga torna-se representativa da atuação das mulheres no movimento de Conjuração ocorrido nas Minas Gerais do século XVIII.

Deste modo, Bárbara Eliadora é colocada no livro de Joaquim Noberto Silva, *Brasileiras celebres*, pois “Todos os atrativos, da inteligência, da beleza e da virtude se manifestavam nessa mulher verdadeiramente extraordinária”.⁵

³ O correto é “Eliadora”, sem o “H” inicial que muitos autores utilizam.

⁴ CASASANTA, Guerino. Bárbara Heliadora. *Suplemento Literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 4, n. 143, maio, 1969, p. 2.

⁵ VALLADÃO, Alfredo. Maria Efigênia: a princesa do Brasil. *Suplemento Literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 4, n. 143, maio, 1969, p.3.

Pelo material pesquisado até o momento, pode-se pensar que Bárbara Eliodora foi uma mulher independente e avançada para seu tempo. Uma mulher oitocentista com uma vida de “vanguarda”. Pois, de acordo com Casasanta (1969) Bárbara Eliodora era uma “grande dama e, portanto, presumivelmente travada pelos preconceitos da época,” uma época em que havia um severo controle social e eclesiástico sobre as pessoas, e em especial sobre as mulheres.

Nessa época, a “Heroína da Inconfidência”, apesar de ser uma “donzela aristocrática” foi uma mulher que, como vimos anteriormente, sempre tomou as iniciativas nos negócios do casal. Uma mulher, cujo,

vulto varonil há de perpetuar-se como exemplo e como ensinamento, desafiando a grandeza de ânimo (...) e o caráter das matronas espartanas. É preciso evocar-se o tempo e o meio em que viveu; o seu vulto sobressairá dominador, numa grandiosa moldura.⁶

Por isso dizem “Certo é que nunca houve por aqui (Minas Gerais, referente à época colonial) mulher que tivesse as feições de dona Bárbara, seu donaire e gênio (...)”⁷ Mas será mesmo?

Faz-se necessário lembrar que muitas vezes quando se pensa em mulheres do período colonial nos é oferecido um modelo de pensamento enraizado pelo sistema patriarcal. A tradição de escrita, masculina e muitas vezes “misógina”, e também muitos escritos historiográficos, nos “apresentam” um modelo do feminino “servil”, doméstico, da mulher esposa e mãe. Pois havia na

Colônia uma legislação civil e religiosa que só reconhecia o estatuto social da mulher casada e mãe (...)⁸

De acordo com os textos presentes no livro da historiadora Mary Del Priore (2004), havia, para Minas, no caso, sob a estrutura colonial, a necessidade de um aumento populacional, assim foi dada à família uma importância muito grande. Daí, a valorização da mulher esposa e mãe

⁶ BRANDÃO, João Lúcio. Elogio de Bárbara Heliodora. *Suplemento Literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 4, n. 143, maio, 1969, p.8.

⁷ MARTINS, Sebastião: No vôo do tempo, à espera do que nunca mais virá. *Suplemento Literário*, 16/06/1990, nº 1.148.

⁸ DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

Isto pode ser compreendido até mesmo por causa da instalação da família real portuguesa no Brasil. Fatores como esse mostram que a condição de subalternidade da mulher colonial estava ligada à própria condição de colonização: o Brasil de colônia exploradora se tornou “abrigo” para a família real portuguesa, fato que alterou o panorama político, e conseqüentemente sócio-cultural, da época no país. Assim, esse ocorrido e suas conseqüentes mudanças sócio-econômicas, favoreceram também a posição que a que fora relegada a mulher.

A educação feminina, na virada do século, estava estreitamente relacionada com as atividades desenvolvidas pelo “belo sexo”. A mulher da classe social mais alta deveria aprender apenas algumas das chamadas prendas da sociedade: tocar piano, falar francês, bordar, costurar (...) Isto ocorria porque a mulher era formada para casar e não para manter-se. O cuidado com a casa e com os filhos era a sua preocupação básica.⁹

Nesse ambiente foi Bárbara Eliodora destacada como a mulher avançada para a época. como a mulher que quebrou o estereótipo cultural a ela relegado. Entretanto, nos perguntamos: Bárbara Eliodora quebrou mesmo um estereótipo? Havia nas minas do século XVIII um estereótipo, do feminino, a ser quebrado?

Podemos perceber, no *Suplemento Literário*, que Bárbara Eliodora seguiu um estilo de vida das mulheres mineiras coloniais, estilo caracterizado por uma constante atuação feminina não apenas no lar, mas também no comércio e na economia.

Mas não era unicamente Bárbara Eliodora a mulher ativa, de acordo com Casasanta (1969) ela foi, em 1787, procuradora em um dos negócios do casal, por causa de umas terras, e encontrou uma “rival a altura”, D. Maria do Nascimento, a qual, Casassanta ainda denomina “uma vigorosa antagonista”. Assim, percebemos que outras mulheres também eram ativas, “economicamente” falando.

Assim, para situar Bárbara Eliodora, como o feminino oitocentista, nesse contexto, Minas Gerais no século XVIII, é necessário ressaltar que a situação das mulheres mineiras, da mencionada época, principalmente a de Bárbara Eliodora, está marcada por duas características determinantes como a mancebia e a forte atuação nos negócios da família.

⁹ VASCONCELLOS, Eliane. Nem só de Drummond e Guimarães Rosa vive a Literatura Mineira. *Anais do IX Seminário Nacional Mulher & Literatura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

Primeiramente, para nos referenciaros teoricamente, mencionamos que o presente trabalho baseia-se no Livro de Mary Del Priore, *História das mulheres no Brasil*, e em especial no ensaio, presente nesse livro, *Mulheres nas Minas Gerais* de Luciano Figueiredo que está dividido em vários subtópicos. Focalizamos então no texto, *Vida e cultura popular, Diante da política familiar em Minas, O espantalho e a carne, O sentimento amoroso, Crianças, Domicílios e atuação feminina, Atitudes de resistência, Família fracionada e História das mulheres nas Minas Gerais*. Tal focalização se deve ao fato de que nesses tópicos os assuntos tratados dialogam mais intimamente com a pesquisa por nós desenvolvida acerca do papel da mulher no século XVIII, especificamente, da mulher Bárbara Eliodora.

Também se faz necessário dizer, com relação à teoria estudada, em especial a de Del Priore, que em *A mulher na história do Brasil* (2004), nos é demonstrado como as mulheres das Minas Gerais Colonial se diferem do feminino dessa mesma época. A autora nos apresenta, em seu livro, como o comportamento dessas mulheres coloniais mineiras se destoa do comportamento feminino pré-estabelecido pela Igreja e pela sociedade oitocentista. Relacionamentos formados por concubinatos e amasiamentos eram as formas de convivência conjugal dessas mulheres, que eram também economicamente ativas, muitas vezes, em consequência dessas vivências.

Ao se estudar a situação feminina em Minas Gerais, no século das luzes, e em especial a da mulher Bárbara Eliodora, há a necessidade de se problematizar um grande conflito enfrentado pelo Sistema Colonial na Capitania Mineira, que foi a proliferação da “união consensual” (p.165)¹⁰; relacionamentos estáveis de “concubinato” que eram uma relação de amancebamento baseada apenas no consenso das duas partes, sem nenhuma oficialização civil ou religiosa.

Apesar das dificuldades, não tanto sociais, mas políticas e religiosas, muitos casais não se preocupavam em demonstrar em público o relacionamento que viviam, independentemente de residirem juntos ou não. Os casais que moravam em casas

¹⁰ FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) e BASSANESI, Carla (Coord. de Textos). *História das Mulheres no Brasil*, 1997.

separadas, procuravam momentos em que pudessem ficar juntos, como por exemplo, durante as refeições e visitas “noturnas e diurnas”¹¹.

Sob diversos pretextos e até falsos parentescos, esses casais exibiam constantes demonstrações de afetos em público. “Na vida cotidiana das comunidades não faltavam atitudes e práticas para reforçar a legitimidade social que alcançaram as uniões ilegítimas”¹²

Havia também nessas relações de “concubinato” a formação de famílias consolidadas e até a presença de filhos (do companheiro atual ou de outros anteriores), estes eram tratados como se fossem do atual companheiro e gozavam junto ao “casal” de todos os bens, até de escravos; coabitando junto o casal, ou não. A esse fato, Figueiredo (1997) denomina de “famílias fracionadas”.

De acordo com o material estudado, esse relacionamento ‘conjugal’ entre solteiros, o qual Bárbara Eliodora também vivenciou, se fortaleceu nos núcleos urbanos mineiros devido a diversos fatores como a oficialização dispendiosa do relacionamento, a falta de mulheres portuguesas “brancas” (que eram as consideradas “aptas” ao casamento) com quem os homens “bons” (brancos) “deveriam” se casar, o preço da numerosa documentação (pois a população mineira era “ambulante” devido aos trabalhos da mineração), a ausência de bens e ofícios, assim como as relações escravagistas (pois muitos homens se relacionavam com escravas).

A importância de se situar esse tipo de relacionamento, de amancebamento, está na consequência da miscigenação ocasionada por causa do mesmo. Também é importante situar que este tipo de relação foi marcado pela determinada postura feminina, pois as “mulheres eram pouco passivas em seus papéis”¹³.

¹¹ FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) e BASSANESI, Carla (Coord. de Textos). *História das Mulheres no Brasil*, 1997, p.180..

¹² FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) e BASSANESI, Carla (Coord. de Textos). *História das Mulheres no Brasil*, 1997.

¹³ FIGUEIREDO. In: DEL PRIORE, (Org.) e BASSANESI, (Coord. de Textos), 1997, p. 175

Por diversas vezes a atividade econômica praticada pelas mulheres ocorria porque muitos homens deixavam suas “mancebas” cuidarem de seus negócios e de sua casa. Pois seus companheiros raciocinavam que suas mulheres, possivelmente por serem suas amásias e conseqüentemente desfrutarem de seus bens, não os trairiam ou roubariam e, por isso, tinham nelas confiança e segurança na administração de seus negócios.

Portanto “a mancebia aparece também, de acordo com Figueiredo (1997) como estratégia para manter o domicílio administrado e os negócios sob proteção em uma região onde as atividades econômicas masculinas exigiam certo absentéismo”.¹⁴

A estabilidade nas uniões consensuais instituídas entre as camadas populares possibilitou uma difusão de papéis no domicílio caracterizada por uma maior atuação feminina do que a prevista no casamento cristão. O verdadeiro estímulo para a definição de papéis... Mesmo com a presença do parceiro nestas uniões, à mulher cabiam funções determinadas para a sua manutenção: umas ocupadas com o pequeno comércio, outras na administração da casa e dos negócios do companheiro, permanentemente ou em sua ausência¹⁵

E não apenas no lar, mas também na sociedade, faz-se necessário mencionar que

(...) nos núcleos urbanos mineiros a vida doméstica encontrava-se intimamente associada ao trabalho produtivo¹⁶.

Entende-se então, o estilo de vida das mulheres mineiras do século XVIII ao pesquisarmos e percebermos que :

...descortina-se um universo de significativa participação das mulheres nas práticas sociais e na economia, ao contrário do que sempre pareceu constituir submissão e passividade, outrora marcas da presença feminina na história do Brasil (...) O que deve ser levado em conta para a compreensão da história das mulheres nesse recorte específico das Minas do séc. XVIII é que sua sobrevivência transcorreu sobre um quadro incomum de tensões políticas e pressões da cultura dominante (...) Sob esse quadro de tensões extremas, o cotidiano feminino saiu fortalecido.¹⁷

¹⁴ FIGUEIREDO, Mulheres nas Minas Gerais In: DEL PRIORE, (Org.) e BASSANESI, (Coord. de Textos), 1997, p. 179.

¹⁵ FIGUEIREDO, Mulheres nas Minas Gerais In: DEL PRIORE, (Org.) e BASSANESI, (Coord. de Textos), 1997), p. 179.

¹⁶ FIGUEIREDO, Mulheres nas Minas Gerais In: DEL PRIORE, (Org.) e BASSANESI, (Coord. de Textos), 1997, p. 178- 179.

¹⁷ FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) e BASSANESI, Carla (Coord. de Textos). *História das Mulheres no Brasil*, 1997, p.184-185.

Assim, vemos como a visão de uma “heroína” da Inconfidência “avançada para a época”, tida como ativa e até “varonil” (BRANDÃO, 1969) se contrapõe à verdade histórica ao ser comparada como outras mulheres mineiras coloniais. Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira ocupa, deste modo, um espaço que encerra contradições, uma vez que a figura dessa mulher oscila entre de musa e nice à mulher forte e decida, “avante” de seu tempo

Portanto, com base nos estudos e pesquisa já realizados levantamos alguns questionamentos como: sendo o período colonial, pela forte atuação social da mulher, “tido como gênese de papéis femininos” ¹⁸teria sido Bárbara Eliodora um símbolo do feminino? Com isso, lemos, que a “heroína” da Inconfidência, em diversos aspectos, não foi uma mulher “avançada para a época”, mas sim um retrato do feminino oitocentista de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, João Lúcio. Elogio de Bárbara Heliodora. *Suplemento Literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 4, n. 143, maio, 1969, p.8.

CASASANTA, Guerino. Bárbara Heliodora. *Suplemento Literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 4, n. 143, maio, 1969, p. 2.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. .

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) e BASSANESI, Carla (Coord. de Textos). *História das Mulheres no Brasil*. Editora

LEITE, Aureliano. *A vida heróica de Bárbara Eliodora*. São Paulo: s.n., 1964.

LEITE, Aureliano. In *Suplemento Literário de O Estadão de São Paulo*, 1963.

¹⁸ DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. .

LEITE. A Poetisa Bárbara Heliodora. In *Suplemento Literário de “O Estadão de São Paulo”*, 21/12/1963.

MARTINS, Sebastião: No vôo do tempo, à espera do que nunca mais virá. *Suplemento Literário*, 16/06/1990, nº 1.148.

NOHMI, Nívia. *História de uma flor: Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira*. Armazém de Idéias, 2004.

VALLADÃO, Alfredo. Maria Efigênia: a princesa do Brasil. *Suplemento Literário do Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 4, n. 143, maio, 1969, p.3.

VASCONCELLOS, Eliane. Nem só de Drummond e Guimarães Rosa vive a Literatura Mineira. *Anais do IX Seminário Nacional Mulher & Literatura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

Dados biográficos fornecidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer e Meio Ambiente de São João del-Rei

A gênese do totalitarismo no *historicismo* platônico: Karl Popper e *A sociedade aberta e seus inimigos*

Rodrigo Coppe Caldeira ¹

Resumo

Defensor ferrenho da democracia liberal e crítico profundo dos totalitarismos modernos, o versátil filósofo austríaco Karl R. Popper (1902-1994) tem como um de seus alvos epistemológicos o *historicismo*. Popper, em alguns de seus importantes livros, como os dois volumes de *A sociedade aberta e seus inimigos*, *Contra Marx* e *Miséria do Historicismo*, visou refutar a crença em qualquer possibilidade de prever cientificamente e racionalmente quais serão os desenlaces futuros da história humana. Essa é uma das teses de que vai ocupar seu pensamento. Este artigo tem como objetivo apresentar celeremente as principais críticas de Popper ao historicismo, partindo de suas críticas ao pensamento platônico no primeiro volume de sua obra *A sociedade aberta e seus inimigos*. Tal crítica baseia-se em algumas hipóteses de ligação entre o historicismo e as formas utópicas de pensamento, calcadas na busca de construir o paraíso na terra. Para Popper, essa pretensão nos conduziu, não raras vezes, por outro lado, ao inferno, o que nos levaria a concluir que deva ser eliminada de uma vez por todas.

Palavras-chave: Karl R. Popper, Filosofia da História, Historicismo

1. Introdução

Karl Raimund Popper (1902-1994) é considerado um dos grandes filósofos do século XX. Suas reflexões perpassaram vários temas filosóficos. As mais centrais delas foram as relacionadas à epistemologia. Nesse campo lançou sua ampla teoria do falsificacionismo, e fez história nesse campo filosófico com seu livro *A lógica da pesquisa científica*.² Defensor sagaz da democracia liberal, atacou todas as formas de totalitarismos vividos no século XX, especialmente o comunismo. Seu ataque concentrou-se nas bases epistemológicas do pensamento marxista, centralizando suas críticas, especificamente, ao historicismo. O pensador austríaco escreveu quatro densas obras nas quais desfechou sua teoria anti-historicista: *Miséria do historicismo*, *A sociedade aberta e seus inimigos*, em dois volumes e *Contra Marx*.³ Este trabalho tem

¹ Historiador, mestre e doutorando em Ciências das Religiões pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). Professor de Cultura Religiosa da PUC-Minas e de História do Cristianismo no ISTA (Instituto Santo Tomás de Aquino).

² POPPER, K. R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2007.

³ POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*. V. 1 e 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974; POPPER, K. R. *Contra Marx*. Roma: Armando, 2000; POPPER, K. R. *Miseria dello storicismo*. Milano: Feltrinelli, 2005.

com objetivo apresentar as críticas do filósofo ao historicismo partindo de sua crítica ao pensamento platônico no primeiro volume de *A sociedade aberta e seus inimigos*.⁴

2. As bases historicistas do pensamento platônico: a caminho do totalitarismo

As críticas de Popper ao historicismo, como apresentado em Platão, Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Karl Marx e Oswald Spengler, foi se delineando a partir de 1935, quando fez o primeiro esboço do que viria a ser a *Miséria do historicismo*. Enquanto elaborava o seu livro *A sociedade aberta e seus inimigos* durante a Segunda Grande Guerra, Popper enviou os manuscritos de *Miseria do historicismo*⁵ a Friedrich Hayek,⁶ que o publicou pela primeira vez em forma de três artigos na revista *Economica* em 1944 e 1945.

Nas suas três principais obras sobre o historicismo, o filósofo buscou conectar a idéia historicista de fundo com as teorias utópicas muito em voga durante o “longo século XX” e que levaram a implementação dos totalitarismos modernos. Popper objetivava com *A sociedade aberta e seus inimigos* “contribuir para que compreendamos o totalitarismo e a significação da permanente luta contra ele.” (POPPER, 1974, p. 16). Os escopos de Popper partem, assim sendo, de um projeto político: demonstrar as raízes do totalitarismo, suas bases utópicas, principalmente historicistas, e lutar contra ele.

O autor parte da reflexão que faz do estatuto epistemológico das ciências sociais. Segundo ele, existem certas epistemologias nesse campo de saber, que defendem que a ciência tem como tarefa “fazer predições, ou antes, aprimorar nossas predições cotidianas, colocando-as em bases mais seguras [...] acreditam haver descobertos leis históricas que habilitam a profetizar o curso dos acontecimentos históricos”. (POPPER, 1974, p. 17). Às filosofias sociais que se sustentam a partir dessas idéias, o filósofo agrupou-as no nome de *historicismo*. Para o pensador, todas essas filosofias historicistas têm como base a revolta contra a civilização ocidental, e a razão pela qual alcançam

⁴ Para uma visão mais abrangente da obra de Popper c.f. ACKERMANN, R.J. *The philosophy of Karl Popper*. Boston: university of Massachusetts Press, 1976; PEREIRA, Julio Cesar R. *Epistemologia e liberalismo: uma introdução à filosofia de Karl R. Popper*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

⁵ O título do livro alude, como se pode notar, à obra de Marx intitulada *Miseria da Filosofia*, que por sua vez fazia referência ao texto de Proudhon intitulado *A Filosofia da miseria*. Como Marx desejava com seu livro fazer uma crítica ao pensamento de Proudhon, assim também Popper, com o título de sua obra, intentava aludir implicitamente á obra de Marx.

⁶ Sobre Hayek c.f.: KIMBALL, Roger. Hayek & os intelectuais. *Dicta & Contradicta*. São Paulo. n. 1. junho de 2008, p. 58-66.

altos índices de popularidade “está em darem expressão a uma profunda insatisfação para com um mundo que não vive, nem pode viver, à altura de nossos ideais morais e de nossos sonhos de perfeição” (POPPER, 1974, p. 19).

O filósofo divide a obra em quatro partes: 1) O mito da origem e do destino; 2) A sociologia descritiva de Platão; 3) O programa político de Platão e 4) O fundo do ataque de Platão. Trataremos o tema a partir dessa divisão.

Na primeira parte da obra – *O mito da origem e do destino* – Popper busca analisar as primeiras formas da teoria que viria dar o nome de historicismo. Inicialmente denomina tal teoria como “a doutrina de que a história é controlada por leis históricas ou evolucionárias específicas, cujo descobrimento nos capacitaria a profetizar o destino do homem” (POPPER, 1974, p. 22). Isto quer dizer que, basta o homem descobrir tais leis para prever o desenrolar histórico e mesmo influenciá-lo.

Podemos encontrar o historicismo em sua forma mais primitiva na chamada doutrina do povo escolhido. Tal doutrina realizou a tentativa de tornar compreensível o curso histórico a partir de uma percepção teística, isto é, a partir da interpretação de que nós somos o povo escolhido para ser instrumento da vontade de Deus e herdar a terra na consumação da história. Nessa perspectiva, “a lei de desenvolvimento histórico é submetido à Vontade de Deus”. (POPPER, 1974, p. 22).

Segundo o filósofo, a doutrina do povo escolhido está ligada indubitavelmente a uma forma de organização tribal, que se caracteriza a partir de “ênfase sobre a suprema importância da tribo, sem a qual o indivíduo nada é em absoluto” (POPPER, 1974, p. 23). É a partir dessa idéia que Popper vai inferir que o historicismo tem em sua gênese o desprezo pelo indivíduo e que a teoria, a partir da noção de que pode compreender as leis históricas e influenciar sobre elas, aponta necessariamente para formas totalitárias de organização social, na qual, o indivíduo, por sua vez, é esmagado em sua consciência e autonomia.⁷ Essa é a tese central do texto: o historicismo, em todas as suas formas, carrega em si o germe do totalitarismo.

Dessa forma, se no historicismo presente na doutrina do povo escolhido recai a ênfase à vontade de Deus, nas teorias historicistas modernas o destaque recai nas leis da natureza, para o historicismo naturalista, que trata a lei do desenvolvimento como natural, nas leis econômicas, para o historicismo econômico. Citando o caso marxista

⁷ Como nos diz Hannah Arendt, “o totalitarismo que se preza deve chegar ao ponto em que tem de acabar com a existência autônoma de qualquer atividade que seja, mesmo que se trate de xadrez [...] Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados”. ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.372-373.

em paralelo com a doutrina do povo escolhido, o pensador austríaco afirma que “a filosofia histórica de Marx dá-lhe como substituto a classe escolhida, o instrumento para a criação da sociedade sem classes, e, ao mesmo tempo, a classe destina a herdar a terra” (POPPER, 1974, p. 23-24).

Popper vai buscar as raízes do historicismo como pensamento filosófico sistematizado na Grécia antiga. Segundo ele, foi Heráclito que descobriu a idéia de mudança. Para Heráclito o mundo apresentava-se como mudança, fluxo e transformação. A ênfase na mudança será a grande característica de seu pensamento e do historicismo em geral. Na filosofia de Heráclito, como também nos historicismos diversos, encontram-se “a excessiva ênfase na mudança, combinada com a crença complementar numa inexorável e imutável lei do destino” (POPPER, 1974, p. 27). Notamos que, Heráclito, ao concluir que as lutas e as guerras são os princípios pelos quais nascem as mudanças, estabelece certo tipo de lei histórica.

Toda a filosofia grega posterior a Heráclito voltará ao fato da mutação do mundo. Platão, assim, também deu sua contribuição, e concluiu com Heráclito, que todas as coisas estão em mudança, e que “toda mudança social é corrupção, ou decadência, ou degeneração” (POPPER, 1974, p. 33). Não obstante as semelhanças, os pensamentos de Heráclito e Platão podem ser diferenciados em um importante ponto: para Platão a lei do destino histórico poderia ser quebrada pela vontade do homem a partir da razão humana. Para ele, “o advento do ponto cósmico de reviravolta poderia manifestar-se na vinda de um grande legislador, cujos dotes de raciocínio, e cuja vontade moral fossem capazes de encerrar esse período de decadência política”. (POPPER, 1974, p. 34). Parece que o objetivo de Platão é o retorno à Idade de Ouro ⁸, o Estado livre de mudança e corrupção. ⁹

Sempre segundo Popper, Platão estendeu suas idéias de um estado perfeito e incorruptível a todas as coisas, elaborando assim sua *Teoria das Formas ou Idéias*, central em sua filosofia: “as coisas em fluxo, as coisas degeneradas e decadentes são (como o Estado), a descendência, os filhos, por assim dizer, de coisas perfeitas [...] o pai, ou o original, de uma coisa em fluxo é o que Platão chama sua ‘Forma’, ou seu ‘Modelo’, ou sua ‘Idéia’”. (POPPER, 1979, p. 39). Dessa maneira, os fins políticos de

⁸ C.f. LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp,

⁹ “De acordo com os diálogos de Platão (o Estadista), uma Idade de Ouro, a era de Cronos, uma era em que o próprio Cronos rege o mundo e em que os homens nascem da terra, é seguida pela nossa própria era, a era de Zeus, um período em que o mundo é abandonado pelos deuses e só conta com seus próprios recursos, sendo, conseqüentemente, um tempo de acrescida corrupção. (POPPER, 1974, p. 33).

Platão vão depender necessariamente da sua filosofia historicista: fuga do fluxo histórico, estabelecimento do Estado perfeito que não participa do desenvolvimento histórico, crença de que o modelo do Estado perfeito está no passado, numa Idade de Ouro, de que tal Estado é o primeiro do qual todos os outros são seus esboços degenerados. Dessa forma, Popper conclui que tais pontos constituem o que séculos depois seriam denominados de sistemas utópicos: “Tal combinação é representativa do bom número de filósofos sociais e políticos que produziram o que mais tarde se descreveu como sistemas utópicos”. (POPPER, 1974, p. 38). De fato, as conjecturas do pensador austríaco fazem sentido, na medida em que notamos que os sistemas utópicos também trabalham com a categoria de perfeição¹⁰, ponto característico do pensamento platônico.

Na segunda parte – *A sociologia descritiva de Platão* – Popper vai buscar as bases sociológicas do pensamento platônico. Três são os pontos estudados pelo pensador e que serão rapidamente abordados: a sua teoria dos inícios primitivos da sociedade; seu historicismo sociológico e econômico - “sua ênfase sobre o fundo econômico da vida política e do desenvolvimento histórico, teoria que Marx reviveu sob o nome de ‘materialismo histórico’” (POPPER, 1974, p. 52) – e sua lei das revoluções políticas.

De acordo com a sua *República*, Platão defende que o Estado perfeito era um reino dos homens mais sábios e semelhantes aos deuses. Segundo o filósofo grego, a lei da mudança foi instalada a partir de lutas internas de cunho classistas e permeadas por interesses econômicos. Assim, pode-se dizer que a principal força da dinâmica social da teoria de Platão parte da dimensão material e econômica.¹¹ Sua teoria historicista da sociedade vai, até mesmo, delimitar períodos e marcos da “história da degeneração política”.¹² De acordo com Popper, “essa lei sociológica, juntamente com a observação de que os interesses econômicos são as mais prováveis causas de desunião, é a chave de Platão para a história”. (POPPER, 1974, p. 59). Tal esquema historicista será “revivida

¹⁰ PASSMORE, John. *A perfectibilidade do homem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

¹¹ “A fórmula marxista – ‘A história de todas as sociedades até agora existentes é uma história de luta de classes’ – convém quase tão bem ao historicismo de Platão quanto ao de Marx.” (POPPER, 1974, p. 53).

¹² “primeiro, após o estado perfeito, vem a ‘timarquia’, ou ‘timocracia’, o governo dos nobres que buscam honra e fama; depois, a oligarquia, o governo das famílias ricas; ‘a seguir, em ordem, nasce a democracia’, o regime da liberdade, que significa a ausência de leis; finalmente vem ‘a tirania...quarta e final enfermidade da cidade’”. (POPPER, 1974, p. 54)

por Rousseau e posta em moda por Comte e Mill, por Hegel e Marx”.¹³ (POPPER, 1974, p. 54).

Mas se Platão vê no desenvolvimento histórico, principalmente a luta de classes como sua principal responsável, como superar essa lei que leva a mudança e a progressiva decadência? Simples: deve-se dar à classe governante um *status* e uma superioridade que não pode ser questionada nem desafiada. A união entre os governantes deve ser ponto principal na tentativa de cessar a mudança histórica. Assim sendo, “quanto mais forte for o sentimento de que os governados são uma raça diferente e inteiramente inferior, tanto mais forte será o sentimento de unidade entre os que governam”. (POPPER, 1974, p. 63). Aqui, sempre de acordo com Popper, Platão parece dar mais um passo ao seu esquema totalitário.

Ponto importante é aquele que diz respeito à teoria platônica da natureza. Para Platão, a ciência deve buscar compreender a “verdadeira natureza de seus objetos” (POPPER, 1974, p.89). Para apreender a natureza das coisas é preciso voltarmos para sua origem. Dessa forma, tal teoria aplicado ao mundo social conduz ao necessário estudo da origem da sociedade e do Estado. Segundo Platão, as origens da sociedade estão na convenção dos homens, isto é num contrato social. Por outro lado, afirma que essa convenção é natural e tem origem na imperfeição do indivíduo humano (POPPER, 1974, p. 90). Essa teoria quer demonstrar que, se o indivíduo é imperfeito e limitado, deve haver algo que possa colaborar com o homem no caminho da perfeição. Este caminho é o Estado: “deve o estado, portanto, ser colocado acima do indivíduo, visto como só o estado pode ser auto-suficiente (‘autárquico’), perfeito e capaz de tornar boa a imperfeição necessária do indivíduo” (POPPER, 1974, p. 90). Assim, o estado ideal de Platão aparece como o indivíduo perfeito, enquanto o indivíduo como cópia imperfeita do estado. Dessa forma, “é ‘natural’ para o indivíduo submeter-se ao todo, que não é mera assembléia de indivíduos, mas uma unidade ‘natural’ de ordem superior”. (POPPER, 1974, p. 94)

Na terceira parte da obra – *O programa político de Platão* – Popper visa os objetivos políticos do projeto platônico. Se toda transformação é maléfica e o repouso divino, é necessário que toda mudança seja detida voltando-se ao estado natural, á *Forma* ou *Idéia*, “ao natural governo de classe dos poucos sábios sobre os muitos

¹³ “A diferença principal reside na avaliação do curso tomado pela história. Ao passo que a aristocrata Platão condenava o desenvolvimento que descrevia, esses autores modernos o aplaudem, por acreditarem numa lei de progresso histórico”. (POPPER, 1974, p. 54).

ignorantes”. (POPPER, 1974, p. 100). O pensador austríaco enumera os principais elementos do programa político platônico:

- a) A estrita divisão de classes, isto é, a classe governante, consistente de pastores e cães de vigia, deve ser estritamente separada do gado humano;
- b) A identificação do destino do estado com o da classe dirigente; exclusivo interesse por esta classe e por sua unidade; e, subordinadas a essa unidade, regras rígidas para criar e educar essa classe, com estrita supervisão e coletivização dos interesses de seus membros [...]
- c) A classe governante tem o monopólio de coisas tais como virtudes e adestramento militares, e o direito de portar armas e de receber educação de qualquer espécie [...]
- d) Deve haver censura de todas as atividades intelectuais da classe dirigente e uma propaganda contínua visando a moldar-lhe e unificar-lhe as mentes. Qualquer inovação em educação, legislação e religião deve ser evitada ou suprimida;
- e) O estado deve ser auto-suficiente. Deve visar a autarquia econômica [...] (POPPER, 1974, p. 101).

A partir desses elementos, afirma que o programa político de Platão, baseado em uma sociologia historicista, pode ser claramente classificado como totalitário, e dispara: “acredito que o programa político de Platão, longe de ser superiormente moral ao totalitarismo, identifica-se fundamentalmente com ele”. (POPPER, 1974, p. 101).

A fim de defender sua posição, Popper trata do conceito de justiça de Platão. A partir da *República*, o filósofo defende que Platão usava a palavra “justo” como sinônimo de “aquilo que é do interesse do estado melhor”. (POPPER, 1974, p. 103). E qual é esse interesse? “Deter qualquer mudança, por meio da manutenção de rígida divisão de classes e do governo de uma classe”.¹⁴ (POPPER, 1974, p. 103). A moral subjugava-se ao interesse do estado.

O conceito de igualdade está ligado geralmente à noção de que todos os cidadãos devam ser tratados imparcialmente pelo Estado, ou seja, igualdade perante a lei

¹⁴ Popper recorta algumas partes de *República* para referendar o que defende: “‘Afirmamos [...] repetimos insistentemente que cada homem em nossa cidade deveria fazer apenas uma espécie de trabalho, a saber, aquele trabalho para o qual sua natureza é naturalmente mais capacitada’ [...] Quando cada classe na cidade só se preocupa com seus próprios afazeres, a classe que ganha dinheiro assim como os auxiliares e os guardiães, então isso será justiça’ [...] Realmente, o princípio de que cada classe deve ater-se a suas tarefas próprias significa, em suma e simplesmente, que o estado é justo quando o governante governa, o trabalhador trabalha e o escravo se deixa escravizar”. (POPPER, 1974, p. 104). Popper diz que tal conceito de justiça é francamente totalitário e vem de encontro ao pensamento humanista de justiça que dá os seguintes significados: “a) igual distribuição dos ônus de cidadania, isto é, das limitações de liberdade que são necessárias na vida social; b) tratamento igual dos cidadãos perante a lei, desde que naturalmente, c) as leis não se mostrem favoráveis nem desfavoráveis para com determinados cidadãos individuais, ou grupos, ou classes; d) imparcialidade das cortes de justiça; e) parte igual dos benefícios que o caráter de membro do estado pode oferecer a seus cidadãos”. (POPPER, 1974, p. 103).

(isonomia). Isto é o que comporta o conceito de justiça comumente aceito pelas democracias liberais. Para Popper, Platão tenta estabelecer seu projeto anti-igualitário ou de privilégio natural com base em alguns argumentos. O mais sério deles é a sua defesa de um coletivismo, “ligando-se ao princípio de que o objetivo do indivíduo é manter a estabilidade do Estado”. (POPPER, 1974, p. 112).

Esse é um ponto central e interessante da análise do filósofo austríaco. Para ele, as questões que envolvem o individualismo e o coletivismo estão imbricadas necessariamente com as noções de igualdade e desigualdade. O conceito de individualismo pode ser usado como a) oposição ao coletivismo e como b) oposição ao altruísmo. Segundo Popper, não existe palavra que possa expressar o mesmo significado da primeira, entretanto existem diversas outras para a segunda, como “egoísmo” ou “egolatria”.

O coletivismo possui a exigência de que “o indivíduo deveria submeter-se aos interesses do todo, seja este o universo, a cidade, a tribo, a raça, ou qualquer outro corpo coletivo.” (POPPER, 1974, p. 15). Essa exigência carrega consigo um apelo moral contra o egoísmo e em favor do altruísmo. Tal perspectiva é ampla e equivocadamente difundida pelo mundo ocidental. Ao contrário, um anti-coletivista pode ser muito bem um altruísta. Mas, para Platão, tal equação não é possível. Para ele, “a única alternativa para o coletivismo é o egoísmo; identifica simplesmente todo altruísmo com o coletivismo e todo individualismo com o egoísmo”. (POPPER, 1974, p. 16). Esta identificação, ou seja, entre egoísmo e individualismo, fornece poderosa arma a Platão: “ao defender o coletivismo, pode apelar para o nosso sentimento humanitário de desprendimento. Ao atacar, pode ferretar todos os individualistas como egoístas, incapazes de devotamento a qualquer coisa que não eles próprios”. (POPPER, 1974, p. 116).

Popper defende que o coletivismo não se opõe necessariamente ao egoísmo, nem se identifica também com generosidade e altruísmo. É mister citar que o individualismo unido ao altruísmo, defendida por Péricles pouco antes do nascimento de Platão, tornou-se a base da civilização ocidental com o seu desenvolvimento pela doutrina cristã, além de todas as doutrinas éticas posteriores. O pensamento de Platão, por seu turno, fez com que muitos acreditassem que anti-individualismo era a mesma coisa que anti-egoísmo. Este pensamento, assim,

teve o efeito de uma bem sucedida peça de propaganda anti-humanitária, trazendo confusão à especulação sobre as questões éticas até os dias de hoje, [pois] numa teoria coletivista da justiça como a da república, a injustiça é um ato contra o estado, e não contra um homem particular, e embora um homem possa cometer um ato de injustiça, só a coletividade pode sofrê-lo. (POPPER, 1974, p. 119).

Outro momento importante da terceira parte é o que trata sobre as *mecânicas sociais*. Popper distingue essas mecânicas em duas: a *mecânica utópica* e a *mecânica gradual*. A primeira delas, a *mecânica utópica*, é encontrada no programa político de Platão e nas diversas ideologias historicistas do século XIX e XX. Tal mecânica caracteriza-se pela escolha do objetivo a ser alcançado, isto é, o tipo de Estado ideal. É a partir dessa escolha que vão se delineando as linhas práticas de ação. Só quando “estivermos de posse de algo como um projeto da sociedade que visamos, só então poderemos começar a considerar os melhores modos e meios de sua realização.” (POPPER, 1974, p. 173). A *mecânica gradual*, por seu turno, tem como linha de atuação não um projeto idealizado de sociedade, podendo esperar ou não que uma sociedade em estado perfeito se realize, mas tem consciência de que se puder ser alcançado, está muito longe, “e de que cada geração de homens, os contemporâneos também, portanto, tem uma reivindicação; talvez não tanto uma reivindicação de serem felizes, mas a de não serem infelizes sempre que isso se puder evitar”. (POPPER, 1974, p. 174). A *mecânica gradual* visa combater os maiores males da humanidade, em vez de buscar desesperadamente seu bem definitivo.

Segundo Popper, a *mecânica gradual* foi o único método de aperfeiçoar as coisas que deu certo em qualquer lugar ou tempo, e a outra, a *mecânica utópica*, “onde quer que tenha sido tentado, só tem levado ao uso da violência em lugar da razão, se não ao próprio abandono desta e, de qualquer modo, ao de seu projeto original”. (POPPER, 1974, p. 174). O utópico exige mudanças profundas de uma sociedade como um todo, o que exige necessariamente um governo forte, desbancando para uma ditadura. A *mecânica utópica* é fútil na medida em que visa um alvo determinado a ser alcançado sem levar em consideração que ele pode ser alterado no decorrer do processo de sua própria instauração. Popper deixa claro o porquê de suas críticas aos utópicos: “O que critico sob o nome de mecânica utópica é a recomendação da reconstrução da sociedade como um todo, isto é, mudanças abrangentes, cujas conseqüências práticas são difíceis de calcular, em face de nossas experiências limitadas”. (POPPER, 1974, p. 177).

Referindo-se ao pensamento de Marx, e continuando refletindo sobre as mecânicas sociais, Popper nos diz que se o filósofo alemão faz a crítica ao utopismo, de uma coisa ele não escapa em semelhança ao projeto platônico: a crença de que devemos lher dar com a sociedade como um todo, devemos empenhar nossas forças em transformar tudo de uma só vez, “não deixando pedra por virar”. (POPPER, 1974, p. 180).

O idealismo da *mecânica utópica* vai se concatenar necessariamente a um fundo estético, isto é, o desejo de construir um mundo novo verdadeiramente belo, racionalmente organizado e higienizado. Todas as instituições existentes, que causam a dor e o sofrimento humanos, devem ser eliminadas de uma vez por todas a fim de dar lugar ao mundo novo, belo, limpo, racional e imune à dor. Este esteticismo liga-se à idéia do romantismo.¹⁵ Popper o conceitua da seguinte maneira: “o esteticismo e o radicalismo devem levar-nos a repelir a razão e a substituí-la por uma desesperada esperança de milagres políticos. Esta atitude irracional, que nasce de uma embriaguez de sonhos de um mundo belo, é o que chamo de romantismo”. (POPPER, 1974, p. 183).

Na quarta e última parte da obra e que dá o título original à obra— *A sociedade aberta e seus inimigos* —, Popper reassume as idéias já tratadas durante o livro e lança algumas outras questões. Segundo o filósofo, Platão viveu num período no qual a democracia e o individualismo se firmavam, mas não de forma plena e sem problemas importantes. Assim, Platão desejou responder aos novos problemas e as tensões que surgiam no período, buscando compreender as causas do sofrimento e eliminá-las. Tais respostas, como a detenção da mudança e a volta ao tribalismo, eram completamente equivocadas.

A questão tribal volta à tona nessa parte. Popper esclarece que a tradição tribal, determinada pelos tabus e instituições mágicas nunca podem ser criticadas por seus pertencentes. Tal tradição coletiva não deixa margem para qualquer aspecto para o exercício de uma responsabilidade pessoal. Diferentemente de nossas sociedades democrático-liberais, que entre as leis de Estado e os tabus que também a compõem existe um campo de decisões pessoais. Como diz, “muitos tomamos decisões pessoais relativamente à deseabilidade ou não de nova legislação e de outras alterações

¹⁵ “Eis aí, portanto, delineado este ímpeto romântico à elaboração utópica, sobre o qual podemos arriscar uma brevíssima conclusão: este potencial imaginativo, esta mimese de invenção, este mergulho de toda criação e reflexão intelectuais num mundo onírico, constituiu o sintoma, quem sabe a condição, deste elemento de fantasia e de sonho, desde ingrediente poderoso de aspiração a uma vida e a um mundo melhores, que [...] forneceu energia e esteve sempre presente em todas as construções utópicas”. SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, p. 54.

institucionais, isto é, decisões baseadas numa avaliação das conseqüências possíveis e numa preferência consciente por algumas delas. Reconhecemos a responsabilidade pessoal racional”. (POPPER, 1974, p. 188). Popper chama essa sociedade de *democrática*, ou *aberta*, e a outra, caracterizada pelo tribalismo como *sociedade fechada*.

O desenvolvimento do pensamento grego foi o início do processo da transição da *sociedade fechada* para a *sociedade aberta* ou democrática. Por volta do século VI a.C., com a emergência do comércio, aspecto fatal para a organização da *sociedade fechada*, iniciou-se um período de tensões, no qual muitos optaram pela tentativa de manutenção à força do tribalismo, como no caso de Esparta. Tais tensões são, segundo Popper, conseqüências da crise e da posterior queda das *sociedades fechadas*. Para ele, “devemos suportar esta tensão como o preço pago pelo incremento de nossos conhecimentos, de nossa razoabilidade, de cooperação e ajuda mútua [...]”. (POPPER, 1974, p. 192).

Segundo Popper, os princípios da política espartana assemelham-se profundamente com as tendências totalitárias modernas: fechamento a todas as influências externas, a todas as ideologias democráticas e individualistas, ser independente do comércio, sustentar diferenciação entre própria tribo e as outras, submeter e escravizar os vizinhos. Esses elementos vão encontrar em Platão seu grande porta voz. O sonho de Platão, “de unidade, beleza e perfeição, esse esteticismo e holismo e coletivismo, é tanto produto quanto sintoma do perdido espírito de grupo do tribalismo. É a expressão de sentimento dos que sofrem da tensão da civilização [...]”.¹⁶ (POPPER, 1974, p. 215).

Popper conclui sua obra clamando para que não caiamos no canto tribal de Platão e afirmando que “nunca podemos retornar à alegada inocência e beleza da *sociedade fechada*. Nosso sonho de um céu não pode ser realizado na terra [...] Não há volta possível a um estado harmonioso da natureza. Se voltarmos, então deveremos refazer o caminho integral – devemos retornar às bestas”. (POPPER, 1974, p. 216).

¹⁶ “Parte dessa tensão está em nos tornarmos cada vez dolorosamente conscientes das grandes imperfeições de nossa vida, das imperfeições pessoais e institucionais, de sofrimento evitável, do desperdício, da desnecessária hediondez e, ao mesmo tempo, do facto de não nos ser impossível fazer algo com relação a tudo isso, mas de que tais melhoramentos seriam tão árduos de realizar quanto são importantes. Essa consciência aumenta a tensão da responsabilidade pessoal, de carregar a cruz de ser humano” (POPPER, 1974, p. 216).

3. Considerações finais

Karl R. Popper em seu livro *A sociedade aberta e seus inimigos* faz uma crítica profunda ao historicismo. Parte da hipótese de que ele está ligado indubitavelmente às formas tribais de organização e as teorias do povo eleito, e situa Platão como um dos seus primeiros grandes difusores. Ligado à organização tribal, a idéia de que é possível prever as leis histórico-sociais, o pensamento platônico foi, segundo Popper, a gênese do esquema totalitário que marcou, séculos depois, a as ideologias totalitárias modernas. Em contraposição a *sociedade aberta*, ou seja, democrática, que institui o individualismo e a responsabilidade pessoal, a *sociedade fechada*, tribalista, organiza-se tendo o coletivismo e o Estado como agentes principais de arranjo e moralidade. Popper apresenta, na obra em estudo, uma das maiores críticas ao historicismo e seus fundamentos.

Thomas Kuhn, Ludwik Fleck e o caráter histórico do conhecimento científico

Marco A. C. Sávio
Professor Adjunto de História
Universidade Federal de Uberlândia/UFU – Campus Ituiutaba

Nos últimos anos houve um incremento significativo nos estudos sobre ciência e tecnologia. O interesse por uma melhor compreensão acerca do fenômeno científico gerou uma série de trabalhos preocupados em compreender o caráter histórico da produção do conhecimento, bem como o seu impacto na sociedade ao longo do tempo. No entanto, devido à natureza da produção das idéias científicas, esses estudos foram marcados por dois posicionamentos de caráter distinto. O primeiro deles, e mais comum até meados dos anos oitenta, era o de estudos de caráter tradicional, alguns fiéis seguidores da escola metódica, que atribuíam à ciência um caráter cumulativo e exato. Esses estudos ficaram também conhecidos como internalistas (ou idealistas), já que vêem a ciência como o resultado da interação entre o pesquisador e a natureza, sem interferências das convenções sociais. O segundo posicionamento diz respeito a uma corrente que começa a se firmar no final dos anos de 1970 e procura compreender o desenvolvimento das idéias científicas como o resultado das interações entre cientistas, instituições e a sociedade. Essa corrente também é conhecida como externalista.

Os debates envolvendo internalistas e externalistas protagonizaram aquilo que muitos autores chamam de “Guerra das Ciências”. Esse conflito – envolvendo historiadores, sociólogos e cientistas – acabou por marcar o debate ao longo dos anos de 1990, criando um ambiente de conflito entre parte da intelectualidade e a comunidade científica. Se em muito esse debate pouco favoreceu para o desenvolvimento da compreensão da ciência em nossos dias e seu impacto nas sociedades contemporâneas, ao menos colocou a questão do papel das ciências dentro da pauta dos pesquisadores na área de ciências humanas.

Essa discussão concentrou-se ao redor das duas principais correntes que ao longo dos anos de 1980 e 1990 dominaram o debate acerca do papel da ciência nas sociedades contemporâneas. De um lado, trabalhos como o de David Bloor, Barry Barnes e John Henry criaram o chamado “Programa Forte”, que propunha uma análise

das ciências através daquilo que Bloor chamou de “princípio de simetria”: as mesmas explicações que valem para as ciências humanas valem para as ciências exatas; as mesmas causas que explicam os supostos erros, explicam os supostos acertos. De outro lado, trabalhos como os de Bruno Latour, Michael Callon e Steven Woolgar formaram a chamada Teoria do Ator-Rede, propondo uma explicação da realidade envolvendo não apenas as ações humanas, mas também aquilo que Latour chama de não-humanos. No mundo da ANT o que importa é a tradução, ou seja, o processo que dá princípio à realidade, ordenando o papel dos humanos e dos não-humanos.

Essas duas grandes linhas, apesar de representarem grandes avanços nos debates envolvendo as ciências humanas e as exatas, são herdeiras de um debate anterior que marcou profundamente as ciências humanas e, em muitos aspectos, toda a produção do saber ao longo do século XX. Esse debate, que teve seu início no final do século XIX, com autores como Karl Marx e Karl Mannheim, entre outros, teve importantes contribuições através de trabalhos como o do polonês Ludwik Fleck e do alemão, radicado nos Estados Unidos, Thomas Kuhn. O primeiro, um médico mais famoso por seu trabalho com a tuberculose do que por sua contribuição à epistemologia, ainda é um ilustre desconhecido para boa parte do mundo acadêmico, sendo lido e estudado apenas por alguns poucos aficionados (situação que vem mudando nos últimos anos). O segundo é o autor de um dos livros mais citados da história acadêmica, sendo que sua conceituação de “paradigma” transcendeu em muito as discussões sobre epistemologia e história da ciência, transitando em áreas do conhecimento bastante distintas como a literatura e a ciência política.

Kuhn e Fleck, apesar de terem publicado seus principais trabalhos em épocas distintas (o trabalho de Kuhn foi publicado pela primeira vez em 1969 e o de Fleck em 1935), ambos os autores discutiram questões bastante próximas e de fundamental importância para a história e a historiografia das ciências, pois se trata de vozes que partiam de dentro do mundo científico (Kuhn era físico, enquanto Fleck médico) e questionavam a própria interpretação que a comunidade científica fazia de si mesma e de sua própria epistemologia. Apesar de seus trabalhos procurarem dialogar com a filosofia do conhecimento – Fleck, principalmente, tinha grande admiração e contatos com o grupo da Escola de Viena – acabaram por significar uma importante contribuição para a história da ciência, bem como para o que hoje conhecemos como sociologia do conhecimento.

O paradigma Kuhniano e o caso das revoluções científicas.

O principal trabalho de Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, representou uma inflexão na forma de ver a ciência. Até então, a observação predominante feita pelos cientistas era de que a ciência era o “espelho da natureza”. Kuhn foi profundamente influenciado pelo trabalho do escritor russo, radicado na França, Alexander Koyré, acerca da revolução representada por Galileu. Em seu trabalho, Koyré aponta que a revolução de Galileu foi, na realidade, uma revolução metafísica, já que alterou a percepção sobre o universo e a forma medieval de pensamento. Essa revolução metafísica significou uma alteração de alguns padrões aristotélicos e pitagóricos, para preocupações platônicas acerca da compreensão do universo. Essa revolução descrita por Koyré mostrou a Kuhn que a ciência, diferentemente de sua auto-imagem, passava por movimentos de ruptura e recusa de paradigmas que, em momentos específicos da história, são colocados em cheque e substituídos por novos paradigmas.

A visão kuhniana da ciência difere de forma radical com a visão até então dominante. Para Kuhn, a ciência era composta por campos distintos, sendo que a denominação correta para esse conjunto de práticas seria a de ciências. Cada uma das partes que compõe um determinado campo do saber científico era chamada por Kuhn de paradigma, ou seja, um conjunto de idéias a cujos praticantes se submetem e procuram levar adiante em busca da fronteira dessa forma específica de conhecimento. Para Kuhn, toda prática dita científica tem seu início como uma prática pré-científica, já que essas práticas se transformariam no que o autor chama de ciência normal apenas a adesão de um grupo específico de pesquisadores que aceitem as suas regras e metodologia e pesquisem dentro desse campo de orientações. A partir desse momento, a chamada ciência normal passa a ser dotada de um determinado paradigma, que guia os seus participantes e exclui outros que não se encaixam nas práticas determinadas pelo paradigma.

No entanto, junto às fronteiras dos paradigmas, é comum o surgimento de anomalias, ou seja, de dados e práticas que não se encaixam nos paradigmas e colocam em risco os seus respectivos fundamentos. Segundo Kuhn, a estratégia habitual dos membros de determinado paradigma frente a uma anomalia é, primeiro, a tentativa de rejeitá-la. Essa prática, bastante comum, consiste em tratar a anomalia como o resultado de um erro ou mesmo de tratar-se de algo não pertencente à ciência normal, ou seja, de

tratar-se de pré-ciência (como a alquimia para a química, por exemplo). Essa prática, amparada na autoridade do paradigma e nas práticas de seus participantes, resolveria, na maioria dos casos, os problemas que envolvem anomalias e colocam em risco o paradigma, colocando as pesquisas daquela determinada área do conhecimento, novamente, nos seguros trilhos propostos pela chamada ciência normal.

No entanto, se isso não resolve a questão colocada pela anomalia, uma segunda estratégia dos praticantes ligados ao paradigma, segundo Kuhn, seria a de isolar a anomalia. Essa estratégia é uma tentativa de colocar a anomalia como um resultado colateral da prática comum ligada ao paradigma, classificando-a como um resultado que pode ser resolvido, em campos ainda não abertos pelo paradigma, num futuro próximo e com a compilação e análise de mais dados. A estratégia do isolamento, portanto, pressupõe a existência de um campo em expansão dentro do paradigma, o que possibilitaria interpretações ainda não vislumbradas dentro da prática da ciência normal.

Caso essas duas estratégias falhem, o que ocorre – segundo Kuhn – é um violento processo de revolução científica, ou seja, uma crise geral no paradigma que o leva ao colapso e à adoção de um novo paradigma, representado pela antiga anomalia, que substitui o campo de idéias do prévio grupo de cientistas ligados ao antigo paradigma. No entanto, esse processo de revolução não está baseado simplesmente numa mudança linear de uma idéia para outra (da física newtoniana para a einsteiniana, por exemplo), mas sim num complexo e longo embate entre membros do velho paradigma, com membros do novo paradigma. Esse longo processo de disputas pode resultar, ou não, na adoção de um novo paradigma, o que dependerá do número de praticantes que adotará as posturas colocadas pela anomalia, transformada em novo paradigma, em oposição ao antigo paradigma. Caso esse processo seja bem sucedido, o antigo paradigma pode se transformar em algo novo, ligado às novas práticas, ou simplesmente transformar-se numa prática ligada àquilo que Kuhn chama de pré-ciência.

A posição kuhniana centra a sua análise, portanto, nesses complexos e radicais processos de mudanças desencadeados pelas anomalias que podem estar ligadas, em determinados casos, às descobertas levadas ao cabo por uma única pessoa, como é o caso de Galileu e a revolução causada pelas suas idéias. Essa oposição, apesar de ter significado uma grande mudança nos modelos de análise da sociologia e da história das ciências, ainda deixa de lado uma questão fundamental (abordada por Kuhn em trabalhos posteriores), que é a do papel cotidiano dos cientistas que vivem e produzem,

em seu dia-a-dia, o paradigma. Kuhn pensa a ciência não através dos indivíduos que fazem parte dela, mas sim em suas estruturas. *A estrutura das revoluções científicas* é um trabalho preocupado com os grandes processos de mudança na ciência e nos processos históricos que possibilitam essas mudanças. Na realidade, Kuhn estava preocupado mais com as práticas científicas do que com a ciência em si, o que o levou a produzir uma interpretação da ciência de fundamental importância para a compreensão desse fenômeno ao longo da história.

Fleck, estilo e comunidade de pensamento.

Em comparação com o impacto das idéias de Kuhn, o trabalho de Fleck é muito mais modesto e pouco estudado. No entanto, esse trabalho, hoje revisitado por muitos historiadores e sociólogos preocupados com o impacto das ciências em nossas sociedades, é de fundamental importância para compreendermos não apenas o fenômeno científico, mas também o próprio trabalho de Thomas Kuhn e seus desdobramentos posteriores. Um dos primeiros estudiosos a fazer menção ao trabalho de Fleck foi o próprio Kuhn, que em seu prefácio de 1969 chama a atenção para o trabalho do então desconhecido autor polonês.

Fleck publicou seu trabalho, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, no ano de 1935. Apesar de ser, inegavelmente um trabalho de grande originalidade, ele passou despercebido pela crítica da época, como mais um estudo de caso, mais especificamente, sobre a sífilis. Um dos fatos que dificultou, e continua a dificultar, a divulgação das idéias de Ludwik Fleck é o fato de seu trabalho não ter sido traduzido para o inglês. Esse trabalho foi realizado apenas no final da década de 1970, sendo que as traduções para outras línguas (espanhol) foram feitas com base na tradução de língua inglesa. A tradução inglesa envolveu nomes ilustres na área de estudos da ciência, entre esses nomes o próprio Thomas Kuhn e Robert Merton, um dos pais da sociologia do conhecimento. A dificuldade e a complexidade desse trabalho dão uma idéia dos problemas que o trabalho de Fleck trazia para a área, já que se trata de uma narrativa complexa e de difícil tradução, fazendo com que fosse necessária a adoção de termos que, de alguma forma, pudessem dar conta da complexidade do texto original, sem perder sua capacidade crítica em língua inglesa.

Esses problemas ilustram um pouco as razões para a ausência de trabalhos acerca de Fleck e de suas idéias. Além disso, o trabalho de Fleck usa uma terminologia

que não se encaixa em nenhuma das tradições críticas que tratam os estudos acerca da ciência, resultando numa abordagem original e de grande interesse. O trabalho de Fleck inicia-se com uma pergunta que, no fundo, nos posiciona acerca de sua originalidade e acerca das diferenças em relação ao trabalho de Kuhn: “o que é um fato?”

A colocação do autor coloca a questão acerca da própria natureza do saber científico que é a idéia de fato, ou, indo além, da idéia de que a ciência seria o “espelho da natureza”. A narrativa de Fleck, tratando de um estudo acerca da evolução histórica da sífilis, o autor coloca em questão a existência de fatos científicos e aponta uma transitoriedade interpretativa acerca de conceitos científicos tidos normalmente como estáveis. Essa transitoriedade está ligada à dificuldade de aceitação de determinados conceitos por parte da comunidade científica que se utiliza desses conceitos. No caso específico da sífilis, Fleck nota que a idéia de doença é na realidade uma construção extremamente complexa, que envolve atores distintos que, normalmente, não compartilham dos mesmos pontos de vista em relação ao mesmo fato.

Essa observação leva a uma série de conclusões acerca dos critérios para a identificação do que é ou não uma doença, no caso da sífilis. Essa identificação de um agente patológico varia dependendo dos objetivos iniciais da pesquisa. Para determinados grupos de pesquisa, um estudo acerca do agente pode levar a conclusões diversas do que outros estudos que tenham objetivos diferentes, acerca do mesmo objeto. Isso levaria à dificuldade em determinar as causas da patologia sífilis, colocando em questão a própria idéia de fato, cuja natureza é estudada por Fleck.

O autor analisa os conflitos que surgem ao redor da definição do que é um fato sob a sombra de dois conceitos que ele usa para definir a produção do conhecimento científico*. O primeiro desses conceitos é o de estilo de pensamento. Fleck entendia que os pesquisadores fazem parte e se utilizam de “estilos de pensamento” diversos. Todos os cientistas possuem um determinado “estilo de pensamento”, ou seja, pensam conforme determinadas práticas que remetem às suas formações e grupos dos quais fazem partes, tendo conclusões e dúvidas semelhantes. O conjunto de “estilos de pensamento” se encontra em conjunção naquilo que o autor chama de “coletivos de pensamento”. Os “coletivos de pensamento” reúnem diversos “estilos de pensamento”, dando a eles coerência e possibilitando a comunicação instrumental entre seus membros. No entanto, um membro de determinado “coletivo de pensamento” pode usar

* Nesse ponto, a tradução inglesa chama a atenção para a falta de unidade terminológica do autor acerca dos conceitos por ele utilizados. Utilizo aqui uma tradução livre do inglês para o português.

de idéias relativas a estilos de pensamento diferentes daqueles ligados ao “coletivo de pensamento”.

Em outras palavras, a narrativa de Fleck nos dá a idéia de que num mesmo “coletivo de pensamento” existem formas diversas de pensamento que tomam emprestado uma série de idéias pertencentes a “estilos de pensamento” diversos que, por sua vez, podem fazer também parte de “coletivos de pensamento” distintos. Isso nos coloca uma questão fundamental pra a compreensão do surgimento das idéias científicas, também abordado tardiamente por Kuhn, que é a idéia de incomensurabilidade. Para Fleck é possível que idéias consideradas antiquadas em determinados estilos e comunidades de pensamento voltem, vez por outra, em períodos históricos distintos. Essas idéias, antes de serem extemporâneas, representam idéias que anteriormente já se encontravam presentes nos “coletivos de pensamento”, colocando em xeque a idéia de fato ou descobrimento científico e levando a questionar as próprias posições levantadas por Kuhn, mais de 30 anos depois.

O problema da incomensurabilidade e a historiografia da ciência.

O que significa, então, o conceito de incomensurabilidade. Fleck e Kuhn abordam, de maneiras distintas, o mesmo problema nos estudos sobre a ciência, que é o conceito de fato ou descobrimento científico. Tanto para Fleck, como na obra tardia de Kuhn, a idéia de fato ou descobrimento é problemática, no momento em que é difícil, se não impossível, determinar o local e o momento em que determinadas idéias ou fatos se firmaram como realidades incontestáveis no mundo científico. O que Fleck coloca e que depois é adotado por Kuhn é a idéia de que o conjunto de idéias presentes nas comunidades científicas é, por natureza, incomensurável, ou seja, por sua quantidade e profusão são impossíveis de ser qualificados ou quantificados.

O que isso significa? Em outras palavras, significa que é muito improvável que exista descobrimento na ciência. A idéia de descobrimento – como surgimento de uma idéia ou interpretação nova, feita por uma pessoa ou grupo – é, na verdade, o resultado de idéias anteriormente postas, mas que, em determinados momentos de crise, surgem como sendo uma novidade científica, um descobrimento, ou mesmo um fato. O que os autores colocam é que o fato, ou o descobrimento, na realidade só podem existir dentro de idéias já existentes que retornaram de teorias esquecidas, mas que se mantinham vivas no “coletivo de pensamento” (ou no paradigma, numa terminologia kuhniana).

Em outras palavras, o que importa na construção dos fatos científicos, ou no surgimento de descobertas variadas, depende das relações entre os diversos grupos que fazem parte do paradigma, ou dos “estilos de pensamento” que compõe os “coletivos de pensamento”.

A idéia de incomensurabilidade trás uma questão fundamental para a historiografia da ciência, que comumente trata de descobertas e invenções – principalmente no caso brasileiro – que é o papel da comunidade científica na construção e na aceitação de determinados fatos científicos, bem como o de compreender de que forma essa interação acontece. Isso significa compreender o funcionamento da ciência, ou ciências, enquanto uma instituição social, com uma posição política cada vez mais importante em nossa realidade. Em outras palavras é necessário compreender o desenvolvimento histórico da ciência como sendo parte da sociedade e não como algo a parte dessa sociedade.

A incomensurabilidade dá condições de compreender como, historicamente, são construídos os fatos, como ocorrem descobertas e de que forma elas são aceitas como verdades científicas. Em certo sentido isso significa questionar o próprio papel da ciência enquanto “espelho da realidade” e observar de que forma essas interações entre cientistas ocorrem, resultando em complexas construções intelectuais que são o resultado não apenas de pesquisas científicas, mas também de jogos de poder envolvendo cientistas, grupos rivais, instituições e a comunidade científica como um todo. Essa busca por uma historicidade do fato e do descobrimento é o caminho para a historiografia se afastar de trabalhos laudatórios e de pouco efeito crítico acerca das relações da ciência com a sociedade.

Bibliografia.

- BARNES, Barry. “Scientists Know Better Than You – Even When They’re Wrong”. In: *Scientific American*, May 9, 2008.
- _____; BLOOR, David & HENRY, John. *Scientific Knowledge. A Sociological Analysis*. London: Athlone, 1996.
- BIAGIOLI, Mario (ed.). *The Science Studies Reader*. New York/London: Routledge, 1999.
- BRICMONT, Jean & SOKAL, Alan. *Imposturas intelectuais. O abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.
- COLLINS, Harry. M. “Tacit Knowledge, Trust and the Q of Sapphire”. In: *Social Studies of Science*, vol. 31/1 (February 2001) 71-85.
- FLECK, Ludwik. *Genesis and Development of a Scientific Fact*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1992.

- KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. (3rd Edition). Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- _____. *The Essential Tension. Selected Studies in Scientific Tradition and Change*. Chicago: The University Chicago Press, 1977.
- MERTON, Robert M. "Science and Social Order". In: *Philosophy of Science*, vol. 5, n. 3 (July 1938), pp. 321-337.
- _____. *Science, Technology and Society in Seventeenth Century England*. New York: H. Fertig, 1970.
- RANSANZ, Ana Rosa Pérez. *Kuhn y el cambio científico*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- SCHAFFER, Simon & SHAPIN, Steven. *Leviathan and the Air Pump. Hobbes, Boyle, and the Experimental Life*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

O movimento republicano do interior na obra de Oscar Leal

Aline da Costa Luz¹

O olhar dos viajantes que percorreram o Brasil durante o século XIX e seus relatórios beneficiaram a historiografia regional do país. Os viajantes que aqui estiveram tinham o intuito de fazer novas descobertas. Em suas experiências nas diversas regiões brasileiras, principalmente dos emissários de instituições científicas, foram produzidos mapas e roteiros, analisadas a flora, a fauna, a geografia, e as notas de viagem foram fundamentais para se conhecer algumas características sócio-econômicas e políticas do interior do país.

Tais análises começam no século XVIII com pesquisadores portugueses enviados pela Coroa. Eram naturalistas que tinham a ordem “de que saíssem em campo para pesquisar cada palmo da Colônia em busca de espécies que pudessem animar a curiosidade dos homens daquela época” (HEYNEMANN, 2004 : 46). Mais tarde com a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a conseqüente abertura dos portos, foi possível realizar as expedições de estudo dos viajantes estrangeiros. Para Márcia Regina Capelari Naxara, o conhecimento produzido por esses viajantes nos séculos XVIII e XIX partiu da ambição humana em alcançar uma inteligibilidade do mundo tanto natural como social.

“os viajantes estrangeiros eram atraídos pela curiosidade de conhecer e ver de perto as maravilhas e/ou exotismo do mundo colonial descritos por aqueles que retornavam, pelo crescimento da imaginação a respeito do novo mundo e da sua população selvagem, alimentados desde o século XVI; pelas possibilidades vinculadas à colonização e à exploração de riquezas; e importante, pelo interesse científico, parte desse amplo movimento de conhecimento do mundo, pautado pelas concepções da história natural e voltado para a observação e sistematização dos dados que pudessem ser observados na natureza e nas sociedades dos mais diversos lugares do mundo”²

Saint-Hilaire, Gardner, Castelnau, Kidder, Coudreau, Pohl foram importantes viajantes que andaram por Goiás e seus relatos se baseiam em sua experiência na região. Ao final do século XIX, um dos últimos viajantes a percorrer o estado foi Oscar Leal.

¹ 4º Período de Licenciatura em História na Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí

² NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. Pág. 141

Nascido no Rio de Janeiro em 1862, filho de portugueses (grande parte das fontes relativas às suas viagens estão nos arquivos lusos), Leal faz sua primeira viagem a Goiás em 1882. Este trabalho pretende analisar dentro do livro “Viagem às terras goyanas”, que relata a viagem iniciada no dia 5 de março de 1889 rumo ao interior do Brasil, os movimentos republicanos que existiam, e que ele participava, ao longo de seu percurso e fora do Rio de Janeiro e as reações à proclamação da república no dia 15 de novembro de 1889.

De acordo com Ático Vilas Boas da Mota, o livro de Oscar Leal relata uma cadeia de vivências na qual se destaca a figura do viajante e se apóia na maneira de enxergar o mundo pelo lado otimista, engraçado e irônico. No dia 13 de março de 1889, Oscar parte de São Paulo a Campinas com o intuito de viajar de trem até Uberaba. Já em Campinas, ao embarcar, o viajante julga ser digno de nota o fato de duas moças que viajaram em acomodações próximas a dele e uma delas lhe perguntar se ele era republicano. Oscar lhe responde que os homens que são independentes e patriotas são republicanos e querem “a verdadeira independência do seu paiz” (LEAL, 1892: 3). A menina concorda e vai além, apenas a promulgação da república não bastava. Era necessária a independência de seu sexo.

José Murilo de Carvalho, em seus estudos sobre a proclamação da república e a legitimidade do novo regime, coloca que o momento de transição do regime monárquico para o republicano propunha um sistema de governo que traria o povo para a atividade política. Com o Poder Moderador, a monarquia se tornava incompatível com a soberania e emancipação nacional que, no manifesto republicano de 1870, só poderia ser baseada na vontade popular (CARVALHO, 1987 : 11).

Oscar chegou em Uberaba no dia 17 de março. Três dias depois, o conde D’Eu visitou a cidade. Isso fez com que os adeptos às idéias democráticas fundassem nesse mesmo dia o Clube Republicano 20 de Março, ao qual se associaram imediatamente 30 eleitores.

Em maio, o viajante chega a Monte Alegre, cidade mineira próxima à divisa com o estado de Goiás. Sobre as influências políticas da cidade Leal diz:

“(…) ao Coronel Vilella de Andrade, o homem com mais influência política que alli existe, o qual conta no município quasi todo o eleitorado. Escusado é dizer que esse bom velho, é homem adiantado e patriota, republicano e como elle todos os que o acompanham”³

Sempre que o viajante encontrava alguma pessoa adepta ao movimento republicano, fazia questão de tecer diversos elogios a ela e, caso ela participasse da administração da cidade ou vilarejo, citava suas melhorias e qualidades. É o caso de Monte Alegre, que é descrita como uma cidade próspera com estabelecimentos raros nas proximidades, como hotel, salão de bilhar e tipografia.

Por volta do dia 14 de maio Oscar Leal chega a Goiás na cidade de Santa Rita. No porto da cidade encontra-se com Carlos Marquez, rapaz que descreve como um fino adepto às idéias modernas, filiado ao partido republicano e sempre levado pelas idéias de liberdade. Juntos se reúnem com mais de vinte outras pessoas na casa de Augusto de Freitas. Durante a reunião, entre os brindes que ocorreram, Carlos Marquez saúda a futura república do Brasil sendo seguido por um discurso de Leal em nome da causa republicana provocando o ânimo dos ouvintes. A consequência da reunião foi a redação de um manifesto republicano assinado por quinze pessoas, das quais doze eram eleitoras. Eis o manifesto: “Nós abaixo assignados declaramos que d’ora avante adherimos às idéas republicanas, visto conhecermos que só a república trará a felicidade para a nossa pátria.”⁴ Após cada assinatura havia muita comemoração. No dia seguinte, o professor público ao qual Leal se refere como “Sr. B.” pede para que risque seu nome do manifesto por ter se arrependido de assiná-lo. Meses depois perderia o emprego em plena monarquia, fato que enfatizara o ideal republicano do viajante.

Como Leal destaca, o manifesto foi assinado no dia 15 de maio de 1889, ou seja, seis meses antes da proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca no Rio de Janeiro. Entretanto, José Murilo de Carvalho minimiza os movimentos do interior ao colocar a capital como centro da vida política nacional.

“O comportamento político de sua população tinha reflexos imediatos no resto do país. A proclamação da república é a melhor demonstração desta afirmação. Campos Sales já percebia, como propagandista, que a falta de coesão do Partido Republicano na corte era o principal

³ LEAL, Oscar. Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central). Goiânia, GO: Editora UFG. 1980. p. 24

⁴ Idem, p. 32

obstáculo ao desenvolvimento da idéia republicana. E a proclamação afinal, resultou de um motim de soldados com o apoio de grupos políticos da capital.”⁵

Percebe-se em toda a obra de Oscar Leal que fora da capital existiam movimentos republicanos e com relevância na região em que atuavam. Essas constatações acabam contrapondo o pensamento acima descrito de José Murilo de Carvalho.

No dia 5 de dezembro de 1889, na cidade de Corumbá, Leal teve notícias do acontecimento do dia 15 de novembro. Descreveu sua reação como cheia de alegria por ver a pátria livre dirigindo-se em seguida para Pirinópolis, cidade na qual ocorriam várias comemorações e onde proferiu um discurso terminado por três vivas da multidão. Para Leal, o povo da cidade mostrou-se patriota e orgulhoso de ver o país caminhar progressivamente. Para Maria de Lourdes Mônaco Janotti, os historiadores contemporâneos à proclamação da República viram seu advento como uma fatalidade histórica. O mundo havia modernizado e o regime monárquico estava fadado a ser substituído pelo republicano para então alcançar maior progresso.⁶

Já no ano de 1890, Oscar Leal se encontrava na região sul de Goiás, onde faz suas últimas referências ao republicanismo. No primeiro aniversário da proclamação, organiza uma comemoração na cidade de Rio Verde com variados discursos, não passando a data despercebida “até mesmo nos sertões do Brazil, porque mais vale a boa vontade e o patriotismo de uns, do que a indiferença e falta de patriotismo de centenas de ignorantes que por toda parte pullulam” (LEAL, 1892 : 181). É interessante ressaltar que durante a passeata da alvorada na qual conduziam o estandarte da república, grande quantidade de pessoas negras e caboclas se aproximava para beijar a bandeira que julgavam ser a bandeira do Divino. A república procurou elaborar um imaginário através de símbolos que fazem parte da legitimação de qualquer regime político⁷. O episódio descrito por Leal demonstra a não associação desses símbolos pela população mais carente do interior.

O último povoado a ser visitado pelo viajante é o de Jataí. Leal elogia muito a região por sua população com pensamentos modernos tendo como consequência um

⁵ CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo, SP: Companhia da Letras. 1987. p.13

⁶ Sobre o assunto ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco Janotti. O diálogo convergente: Políticos e historiaores no início da república. In: FREITAS, Marcos Cezar Freitas de. (org.) São Paulo, SP: Editora Contexto, 2000.

⁷ Sobre este assunto ver CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

progresso sensível. Os homens mais ricos de Jataí eram os mais patriotas⁸ e compreendiam melhor o alcance das coisas. Ao sair de Jataí Leal se dirige ao Mato Grosso para de lá chegar à Argentina, conseguindo melhores condições para voltar ao Rio de Janeiro.

A obra de Oscar Leal mostra aspectos culturais, naturais e políticos das regiões em que o viajante percorre. A existência do movimento republicano fora do Rio de Janeiro fica evidente nas anotações feitas ao longo da viagem pelo estado de Goiás. Em diferentes áreas são defendidas as idéias republicanas tendo como consequência a criação de clubes ou de manifestos. Em geral, as pessoas que participavam de tais ações pertenciam às elites desses lugares e não viram muitas mudanças ao longo do primeiro ano, descrito por Leal, de República recém proclamada. O trabalho de Leal acrescenta aspectos importantes à historiografia goiana, assim como a historiografia brasileira relativa aos estudos sobre os movimentos republicanos do interior.

⁸ Em geral, quando Oscar Leal chamava alguém de patriota, referia-se aos adeptos, ou simpatizantes, do republicanismo.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.

_____ A formação das almas: O imaginário da república no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

FREITAS, Marcos Cezar de Freitas (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2000.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. O Teatro da Natureza. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, n° 12, p. 46-51. Outubro, 2004

LEAL, Oscar. Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central). Goiânia, GO: Editora UFG, 1980.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Cientificismo e Sensibilidade Romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Civilização e Cultura na Modernidade Carioca: um olhar sobre a obra de João do Rio

Amanda Danelli Costa
Doutoranda PUC-Rio
amandadanelli@yahoo.com.br

Em 05 de agosto de 1881 nasceu João Paulo Alberto Coelho Barreto, filho de Alfredo Coelho Barreto, matemático e positivista, e de Florência dos Santos Barreto, dona-de-casa dedicada ao filho. Dois anos depois, a ele foram conferidos os primeiros sacramentos da Igreja do Apóstolo Positivista. Entre 1894-95 assistiu às aulas no Colégio do Mosteiro de São Bento e em 1896 prestou concurso para o Colégio Pedro II.

Pouco antes de completar 18 anos, publicou seu primeiro texto, uma crítica à peça *Casa de Bonecas*, de Ibsen, n' *A Tribuna*. Como crítico, adotando o pseudônimo Claude, sua contribuição mais importante é para as Artes Plásticas, com a cobertura que fez do Salão de Belas Artes durante cinco anos seguidos. Como ficcionista, sua estréia foi escandalosa. O tema de *Impotência*, publicada n' *A Cidade do Rio* duas semanas depois de sua maioridade, apresenta a sua ousadia.

A ironia, traço pungente, associada ao humor, se tornou uma eficiente estratégia de fazer o exame moral da sociedade. O caráter irônico da composição literária mediou as relações entre o artista e a sociedade, que o acolhia na medida em que era criticada. A maneira de dizer as coisas, exatamente nas circunstâncias impróprias, se configurou como um doce ataque. De acordo com a declaração de Gilberto Amado:

Na moldura e rotina jornalística do país, iluminada a vela de sebo, João do Rio acendeu lâmpadas elétricas de alto poder voltaico crepitando em coruscações multicolores. Seu estilo, de frases curtas e tônicas, como tinidos de crótalo, quebrava, na coluna do jornal, a crosta das empadas insossas dos folhetins literários.¹

¹ Gilberto Amado. Apud. SENNA, Homero. "Vida breve de João do Rio" IN: *A correspondência de uma estação de cura*. São Paulo: Editora Scipione, 1992, p. 132.

O preconceito dificultou e retardou algumas conquistas durante a vida. Em 1902, se interessou por uma vaga na diplomacia brasileira, mas foi desestimulado pelo barão de Rio Branco. Candidatou-se três vezes (1906, 1907, 1909) à Academia Brasileira de Letras, ingressando na terceira tentativa, na vaga de Guimarães Passos.

João do Rio foi influenciado por alguns autores, como Friedrich Nietzsche, Charles Baudelaire, Edgar Allan Poe e Oscar Wilde. Deste último pôde traduzir “Salomé”, “Intenções” e “O retrato de Dorian Gray”.

Numa cidade em transformação, o cronista adquire a relevância de quem narra a história do presente. Fixou a cidade, os tipos, as modas e as mentiras. No Rio, as crônicas eram lidas tal como se rezam as preces, diariamente, ao acordar e ao dormir. Tudo o quanto escreve está permeado pela consciência de que a obra de arte é fruto de um temperamento imaginativo, capaz de dar formas e criar ilusões. Cada sinal merece a atenção do cronista, que pode transfigurar o banal em essencial. Observar o pormenor põe em evidência o que se esconde e abre um mundo de possibilidades. Assim, ele se dedica ao heterogêneo, fazendo-se múltiplo para captar o efêmero, o contingente, o circunstancial, presente na cidade mutante. Sua escrita é “dobradiça” porque está entre antigos e modernos, num entre-lugar. João do Rio assume essa tensão nas escolhas dos seus temas e no modo de abordá-los.

João do Rio seria o artista destinado a fixar o espetáculo das mudanças ocorridas na cidade-capital das primeiras décadas do século XX. Múltiplo, captou o acontecer das ruas e dos salões, da população e do *jet-set*. O espírito livre do jornalista dava liberdade também às suas formas criativas. Embora marcado pela crônica e pelo conto, multiplicou-se pelos gêneros e experiências afins, como o romance, o teatro e as conferências.

Na sua escrita, João do Rio consegue representar a cidade, enquanto representa a si mesmo – homem moderno. O pseudônimo cresce sobre o próprio nome. Tal identidade nasce através do olhar de interesse lançado sobre a cidade moderna, que responde abrindo os braços em amplos *boulevards* ou gemendo pelos estreitos becos.

Perambular ou vagabundear com inteligência, este é o exercício ao qual o *flâneur* se dedica. Flanar é admirar, auscultar, ser um diletante faminto pelos detalhes. João do Rio apresenta a qualidade de esmiuçar tudo aquilo que observa, pois:

(...) de tanto ver que os outros quase não podem entrever, o flâneur reflete.²

A cidade passa a ser lida através dos olhos de João do Rio, que a traduz em prosa. Suas crônicas “literarizavam” tanto a *cena* quanto a *obscena*, ou seja, revelavam tanto os signos do centro reluzente, quanto os signos dos seus “entornos” silenciados.

Ao contrário de Bilac e outros eufóricos da *belle époque*, que corriam ao lado do presente transformador, João do Rio vai apurar o que queriam esquecer: as manifestações da cultura popular tradicional e os aspectos da miséria. Enquanto a cidade vestia suas belas máscaras, João do Rio mostrava a sua face, ou melhor, as suas faces, e, no limite, apresentava suas chagas.

Assim, as crônicas de “As religiões do Rio” e de “A alma encantadora das ruas” encenam o que obscurece o projeto da “cidade da virtude” civilizada, projetada e ordenada racionalmente como uma cidade ideal. O estilo do artista corta a alma feito um golpe de estilete, fazendo subir ao palco a “cidade do vício”, estigmatizada pelos males sociais.³ O flâneur lê e traduz o espaço público, metonimizado pela rua, como dado vívido e dinâmico.

Seguindo a moda da imagem em movimento, João do Rio, em 1907, ganha a coluna dominical de primeira página na *Gazeta*, chamada “Cinematógrafo” e assinada por Joe, um de seus pseudônimos. A coluna abria espaço para as variedades (crônica literária, social e de costumes; crítica literária e teatral; perfis de políticos, literatos e artistas e confissões pessoais), assim como as que eram apresentadas pelos cinematógrafos, que se multiplicavam pela cidade.

A coluna “Pall-Mall Rio” d’*O País*, se propunha a fazer uma série de perfis de personalidades e descrições de efemérides, dando continuidade a alguns temas presentes desde o “Cinematógrafo”. O “Pall-Mall”, ao contrário de “As religiões do Rio” ou “A alma encantadora das ruas”, voltou-se para a alta sociedade carioca, fazendo registros dos personagens que desfilavam pelas estréias do Municipal, nos banquetes do Assírio, nas recepções em embaixadas ou nos jogos de *foot-ball*. Enquanto o mundo lamentava a guerra mundial, no inverno de 1916, João do Rio punha-se a escrever sobre elegância,

² RIO, João do. “A Rua”. IN: *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995, p. 6.

³ Ver SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história: indagações sobre a passagem para a modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 61.

perfumes, vestidos, chás e jantares. A temática fútil não objetivava fazer o “sorriso da sociedade”, mas uma crítica ardente, através da ironia, ao modo de vida carioca e às suas preocupações primeiras, mesmo em tempos de guerra. O cronista, à semelhança do fotógrafo, “é o tirano, o agente da vaidade”. “Quando um homem se ergue em fotógrafo - a sociedade prostra-se”. A crônica clica um instantâneo desse espetáculo mundano, embebido pela “delícia das ilusões”⁴.

Embora reconhecesse no desenvolvimento técnico um artifício fundamental para a sobrevivência do indivíduo, João do Rio temia pela maneira vertiginosa da técnica avançar sobre a cidade e sobre os homens. Percebia que, em pouco tempo, a técnica poderia se tornar independente do seu criador, transformando-o em seu subordinado, sem poder intervir no seu processo de ampliação, pois estaria encantado com os prazeres viabilizados pelo avanço tecnológico.

O poeta receia o aniquilamento do homem e de tudo que lhe é próprio, como a sua capacidade de criar. Sem conseguir criar, o homem perde a sua individualidade, a sua particularidade que o torna sujeito no mundo. Sem indivíduo, só nos resta a massa, uniforme e homogênea. Resta a esse homem, amputado no seu espírito, a imitação. É o fim do artista aquilo que João do Rio mais teme.

No seu trabalho, se dedica a refletir sobre a possibilidade de uma modernidade sadia, que permita que a tradição não seja apagada, mas diluída no novo. Diferente do que ele observava como proposta pelo Estado brasileiro, com suas pretensões de modernizar-se à custa do antigo, que duramente persistiu às intervenções. No Rio de Janeiro moderno, antigo e novo não coexistiram numa mesma célula, mas certamente num mesmo corpo, que se configurou como um espaço diferencial.

Ao reconhecer o antigo no novo, o passado no presente, João do Rio se dava conta de que seu próprio tempo, presente do futuro, muito em breve seria outro, enfim, passado. Assim, ele percebia o seu tempo como uma espécie de relíquia e punha-se a compor vistas. Daí sua ansiedade em registrar, como se tudo estivesse prestes a desaparecer, mesmo o que fosse considerado de “último tipo”. Por hora, podemos afirmar, genericamente, que a modernidade apresentada até aqui pode ser entendida como uma nova maneira de experimentar o tempo e o espaço; levando em consideração o pressuposto de que o espaço de experiência se contrai na reciprocidade do dilatamento

⁴ SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

do horizonte de expectativas. A nevrose que João do Rio vivia e explicitava na sua escrita era própria de um sujeito histórico que percebia “o seu próprio lugar corresponder a uma conjuntura espaço-temporal de dimensões heterogêneas – a contemporaneidade do não-contemporâneo”⁵:

Trata-se (...) de uma nova experiência do tempo (...) cujo ritmo se acelera cada vez mais, trazendo no seu bojo a consciência dessa aceleração, a consciência de um presente vivido desde o futuro imediato e sentido como passado de seu próprio futuro.⁶

Com uma aposta no progresso, o projeto de modernidade aplicado à cidade do Rio de Janeiro no início do século XX deveria reconhecer os limites da cidade colonial e transpô-los para se conformar num novo tempo. No entanto, nossa modernidade experimentada tinha feições provincianas: atendia a alguns requisitos modernos, mas aprisionava os novos valores numa perspectiva antiga. Esse seu caráter se devia a uma mudança de valores sem uma simultânea mudança nas relações sociais.

O artificialismo vertiginoso da cópia não deu tempo para o homem se olhar e se entender. Nem poderia, pois os sonhos tinham que se manter em suspensão constante. Tudo foi contagiado pela brevidade: a crônica sucedeu o romance; o flerte sucedeu o noivado; o carro sucedeu os coches. O tempo era o da rapidez: beleza rápida, conquista rápida, valor rápido, desuso rápido, substituição rápida.

O mais grave está na padronização, tanto dos desejos, quanto dos gostos e atitudes. O indivíduo, perdido de si mesmo, encontra na moda a vestimenta que lhe cobre o vazio da consciência. Sem pensar, mas aos suspiros, ele acata as leis modelares, os padrões de civilização. Tudo está homogeneamente artificial:

⁵ FALCON, Francisco José Calazans e RODRIGUES, Antonio Edmilson Rodrigues. *Tempos modernos: ensaios de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.p.230.

⁶ Idem.p.229.

Assim o figurino existe em tudo – em arte, em política, em esporte, em religião, nos usos, nos costumes, como nas toaletes.⁷

Apaixonado pela modernidade, João do Rio poderia ter se somado a essa multidão. De fato, esteve entre ela, mas anônimo, na justa medida. Sua condição de artista permitiu que ele se observasse enquanto observava o mundo. Reconhecer-se sujeito, ator no mundo, deu forças para que o cronista expressasse sua indignação frente à hipnose das vitrines. A crítica de João do Rio se dirige, enfim, aos resultados desse projeto modernizador. O maior prejuízo deixado pelas transformações está na progressiva perda da individualidade, desfigurada tanto no espaço privado quanto no público.

No caminho da compreensão sobre o lugar dos conceitos *civilização* e *cultura* na obra do cronista carioca, encontramos aproximações possíveis entre João do Rio e Friedrich Nietzsche relacionadas a uma crítica a modernidade, sobretudo quando falam de *arte* e *vida*. João do Rio pôs em evidência aquilo que a modernização escondia, e reconheceu o jogo de relações que definia a cidade-capital.

Nietzsche considerava que “para apreciarem a arte (...) atual, falta-lhes [aos homens modernos vazios de cultura], antes de mais, a *necessidade* de uma arte, depois a pureza do *gosto* e, finalmente, a *autoridade* que a história dá”⁸. João do Rio, por sua vez, sabe que “o artista (...) reflete enquanto os outros sentem”⁹, é, portanto, aquele que possui a força plástica.

O autor alemão defende que o indivíduo, em razão do “amontoado de coisas apreendidas”, torna-se tímido, perde sua autoconfiança e dirige-se a um movimento de *ensimesmar-se*, sem nada transformar, sem servir à vida. Este indivíduo passa a átomo dentro de uma linha evolutiva; sua vida se torna pequena demais frente à história. Embebido de história e vazio de sentido, sobra muito pouco de ser humano nesse homem moderno.

⁷ João do Rio. Apud RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *João do Rio. A cidade e o poeta: o olhar de flâneur na Belle Époque Tropical*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.61.

⁸ NIETZSCHE, Friedrich. “Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida.” IN *Considerações Intempestivas*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p.123.

⁹ RIO, João do. “Discurso de recepção” IN: *Psychologia Urbana*. Rio de Janeiro: H.Garnier, 1911. p.224.

É nesse sentido que Nietzsche afirma que “cultura histórica e sobrecasaca burguesa andam de mãos dadas”¹⁰. O homem veste seu figurino e se volta para dentro dele; isso é tudo e, ao mesmo tempo, é quase nada.

João do Rio, crítico da sociedade carioca, também se questiona:

Por que usamos casacas negras? Para retratar a nossa própria alma(...) Estão vestidos de preto e cheios de fel.¹¹

A esses homens vazios, porque plenos de uma certa cultura, resta “mirar-se no espelho tal qual pensa ser”. Essa “consciência irônica de si”¹² já não confere importância ao fato de se distanciarem mais e mais o ser do parecer.

João do Rio considerou que essa habilidade de esnobismo era o que possibilitava “a salvaguarda do progresso, (...) a diapasão da harmonia universal”¹³, uma vez que era o que fazia o homem esquecer da vida e da morte, dispensava-o de pensar, tornando-o peça de um projeto maior, caro à história, mas que desconsiderava a vida. Segundo ao cronista:

Desde que não há verdade e tudo não passa de ilusão, socialmente os homens criaram a fama da mentira útil para o desenvolvimento da sociabilidade, é a única maneira de ser indispensável. De ser indispensável e de conservar intacta e inatacável a ilusão de uma personalidade própria.¹⁴

Entretanto, atento a tudo que compõe a vida e descompõe o homem moderno, alerta:

Mal sabe essa gente que o dia do Juízo Final, (...), nada mais será do que o dia em que de chofre e sem querer a todos virá a aparecer o horror da verdade (...).¹⁵

¹⁰ NIETZSCHE, [1996].op.cit.p.145.

¹¹ RIO, João do. “O coração e a nuvem”IN: *Chronicas e frases de Godofredo de Alencar*. Rio de Janeiro: Editores Villas-Boas, 1916. p.130-140.

¹² NIETZSCHE, [1996].op.cit. p.171.

¹³ RIO, João do. “A delícia de mentir”IN: *Psychologia Urbana*. Rio de Janeiro: H.Garnier, 1911. P p.165.

¹⁴ Idem.p.169.

¹⁵ Idem.p.168.

Diante disso, Nietzsche chama atenção para a função e o valor do historiador nesta época. O historiador, entretanto, não deve ser aquele que se pretende justo e objetivo simplesmente, mas o artista que pode transformar a história em uma utilidade para a vida, de modo que:

é só quando a história pode ser transformada em obra de arte, portanto em pura criação da arte, que ela pode conservar e até despertar instintos.¹⁶

Exige-se, pois, do artista-historiador que a sua alma esteja “cheia de originalidade e de força” de maneira que ele possa assumir esse papel de transformador, de criador de um mundo que não existe, senão nele próprio.

(...) O artista deve ser como a água. Como a água do oceano – inquieto, independente, diverso e igual. Como a água das neves – pureza do céu congelada em brancura. Como a água das fontes que reflete, dessedenta e desaltera. Como a água das torrentes que tudo arrasta. Que importam os macacos quando um raio de sol faz-nos criar a beleza? Que importam os doutos, quando rolamos na transformação da espuma o lodo vil das calúnias? Torrente! Sempre torrente! Viver torrente! Morrer torrente!¹⁷

Nietzsche e João do Rio concordam quanto a alguns aspectos fundamentais desse artista útil à vida. É preciso que possua “uma poderosa faculdade poética, o poder criador de planar por cima do real”, de modo que “o seu valor está em variar com espírito um tema conhecido e talvez já gasto, uma melodia banal, e elevá-la à posição de símbolo compreensivo, e em fazer pressentir no tema inicial um mundo de meditação, de força e de beleza”¹⁸. Assim, João do Rio acrescenta às palavras do autor alemão:

A paisagem pintada é muito mais agradável que a natural.
Sobra na primeira o que não existe na segunda: a

¹⁶ NIETZSCHE, [1996].op.cit.p.163-164.

¹⁷ RIO, [1916]. op.cit., p.166.

¹⁸ NIETZSCHE, [1996].op.cit.p.156-158.

intenção. Talvez por isso certas paisagens naturais chegam a ser toleradas quando lembram o estilo de um pintor notável.¹⁹

João do Rio e Nietzsche foram escritores desta espécie, capazes de chamar a atenção, tocar o espírito, alterar o que há dentro e deixar mostrar do lado de fora. Como diria o *flâneur*:

A sensibilidade dos gênios tem duas feições: a que se projeta e a que se penetra. Uma é a rajada intrépida, outra é o recolhimento; uma é o dia de sol, outra é a noite cheia de astros; uma grita, outra ouve; uma é alegria mesmo na dor, outra é dor mesmo no sorriso; uma é Zarathustra, outra São Francisco de Assis – ambas são a mesma alma, a virtude que é o sonho de beleza da bondade e a bondade suprema da beleza.²⁰

A utilidade da história para a vida está na responsabilidade daquele “que possui alma capaz de exprimir novas harmonias e o encontro virginal da beleza que ainda ninguém sentiu”, exercendo um dos maiores poderes que há porque “dilata o mundo, torna a aspiração realidade”²¹. Este é o mais moderno dos modernos, simplesmente porque está *para além* dos limites impostos pelo paradoxo e porque é humano interna e externamente; sabe enriquecer o pecúlio do que existe de essencial; e cola no mesmo corpo, consciente de si, o ser e a sua aparência.

¹⁹ RIO, [1916], op.cit.p.59.

²⁰ Idem.p. 214.

²¹ Idem.p. 216.

Do despertar do sentimento nacional à importância das redes de sociabilidade: balanço sobre a produção historiográfica brasileira sobre a Revolta de Vila Rica

João Henrique Ferreira de Castro

Autores clássicos importantes, como Francisco Vanhargen e Pedro Calmon já destacavam em suas obras sobre o período colonial um conflito ocorrido em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, mais precisamente em 1720, durante o reinado de D. João V em Portugal e os governos de D. Vasco de Mascarenhas, Vice-Rei do Estado do Brasil e de D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, Governador da Capitania de São Paulo e Minas Gerais. O conflito, denominado pela historiografia de Revolta de Vila Rica, foi resultado do enfrentamento de membros da população local contra as autoridades portuguesas e as medidas fiscais da Coroa para a região das minas. Para estes autores, esta revolta estava inserida em um contexto específico em que os colonos nascidos na Colônia, por todo o Estado do Brasil, se colocaram em enfrentamento contra oficiais metropolitanos e outros portugueses que viviam nesta possessão do Império Ultramarino português sem, no entanto, questionar a legitimidade do governo do rei de Portugal. Estas características, em especial a última apontada, fizeram com que a historiografia tradicional desenvolvesse para as revoltas deste período o conceito de revoltas nativistas, em oposição às revoltas separatistas ocorridas ao final do século XVIII.¹

A Revolta de Vila Rica, apesar de ser um dos acontecimentos mais conhecidos do período colonial brasileiro, nunca despertou a mesma atenção de historiadores, demais estudiosos e curiosos que se interessam por este período da história nacional do que outro evento que, para muitos, foi resultado de um processo do desenvolvimento da consciência nacional dos colonos da qual a Revolta de Vila Rica é um dos marcos iniciais, a saber, a Inconfidência Mineira. É sabido que este último acontecimento ganhou destaque pois Tiradentes, um dos líderes e mártir da Inconfidência, era um

¹ Além da Revolta de Vila Rica, a Revolta de Beckman no Maranhão e as Guerras dos Emboabas, em São Paulo e dos Mascates em Pernambuco são consideradas as principais revoltas nativistas. Já as revoltas separatistas principais são a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, eventos ocorridos ao final do século XVIII, além da Insurreição Pernambucana que ocorreu já no século XIX. Esta divisão atualmente é bastante contestada como trataremos adiante.

personagem ideal para a construção da identidade nacional brasileira pós-Império², em especial do ideal republicano, pelo qual os inconfidentes teriam lutado.³ Desde a proclamação da república, Tiradentes se tornou um ícone nacional ganhando, inclusive, um feriado no calendário nacional.⁴

Felipe dos Santos, participante da Revolta de Vila Rica, foi o único dos envolvidos na sedição que foi condenado a morte, assim como ocorreu com Tiradentes na Inconfidência Mineira. No entanto, nunca teve a mesma importância na historiografia brasileira do que o personagem da Inconfidência Mineira. É possível estabelecer algumas hipóteses que justificariam isso.

Em primeiro lugar podemos apontar o que é a mais visível destas hipóteses. Felipe dos Santos era português, nascido em Cascais, enquanto Tiradentes era nascido na Colônia, mais precisamente na cidade de São José del Rey, hoje Tiradentes. Felipe migrou para a Colônia em 1713 deixando a sua esposa, Thereza Maria Caetana, em Portugal e em Vila Rica atuou como muladeiro, ou seja, transportador de animais de carga, a serviço de Pascoal da Silva, um dos mais importantes homens envolvidos na revolta.⁵ O ofício exercido por Felipe dos Santos aparece, portanto, como uma segunda hipótese para reforçar o porque da sua figura ter sido relegada a uma exposição menor que a de Tiradentes, que como já colocado, desempenha serviços militares.

Esta distinção que fizemos entre os dois personagens não está posta nas obras da dita historiografia tradicional que, pelo contrário, raramente tratavam da biografia destes personagens.⁶ A principal intenção destes autores, considerando que esta historiografia

² José Murilo de Carvalho tem uma importante obra sobre o imaginário construído em torno da figura de Tiradentes. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³ Nem todos os inconfidentes se interessavam pelos ideais republicanos. Alguns membros da elite de Vila Rica envolvidos na inconfidência tinham interesse na manutenção do regime monárquico após a independência de Portugal. Quanto a Tiradentes, sua posição a respeito da forma de governo a ser adotada era ambígua. Sobre os ideais colocados neste processo ver: JANCSÓ, István. *A Sedução da Liberdade: Cotidiano e Contestação Política no Final do Século XVIII*. In; SOUZA, Laura de Mello e. (org). *História da Vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁴ Tiradentes, além de supostamente republicano, era alferes. Seu exercício militar fez com que este se tornasse uma importante referência para os governos brasileiros ligados aos militares como a República da Espada e o Regime Militar.

⁵ Ver: FONSECA, Alexandre Torres. “A Revolta de Felipe dos Santos”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage & VILLALTA, Luiz Carlos (org). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 551.

⁶ Os citados Vanhagen e Calmon não apresentam informações de caráter biográfico. Há, no entanto, importantes exceções como Feu de Carvalho, importante obra na qual historiadores contemporâneos se baseiam para resgatar elementos da biografia de Felipe dos Santos. Ver: CARVALHO, Feu de. *Ementário da História Mineira: Felipe dos Santos Freire na sedição de Villa Rica em 1720*. Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933. O estudo das trajetórias sociais é recente no Brasil devido a escassez de documentos no

tinha um claro sentido ideológico, a dita construção da identidade nacional, era enfatizar as atitudes heróicas dos personagens em questão e as adversidades que enfrentaram por ousar enfrentar o domínio metropolitano. No caso da Revolta de Vila Rica, a seguinte citação é significativa desta característica da historiografia tradicional ao valorizar os feitos dos revoltosos que eram representantes de “um povo aguerrido, vaidoso de seu poderio, desde que fazia recuar os prepostos de sua majestade (após a guerra dos emboabas) e certo de que, naquele sertão, as leis só seriam cumpridas se nisto consentissem os moradores.”⁷

A preocupação destes autores era muito mais de exaltar os feitos dos revoltosos e as medidas autoritárias e cruéis dos oficiais da Coroa portuguesa do que de explorar a conjuntura e as relações sociais, muitas vezes ambíguas, que se desenvolveram neste conflito. Um indício desta preocupação é a passagem em que Calmon narra, com um discurso evidentemente triste, o desfecho do conflito.

As casas de fundição funcionaram. As Câmaras silenciaram. O povo retraiu-se. A policia governamental estendeu a malha da sua vigilância a todo o distrito e uma legislação terrível o transformou numa terra abafada, donde tirava Portugal os recursos precisos para as loucas despesas de D. João V.⁸

Percebe-se nesta passagem que o discurso construído é claramente maniqueísta. Ao colocar em lados opostos o oprimido povo “brasileiro” e os opressores portugueses, a narrativa destes autores se comprometia a exaltar os feitos de um lado ao mesmo tempo em que tinha que criticar as ações do outro. O principal problema destes trabalhos, como já mencionado, parece ser a construção de estereótipos de conduta que facilmente são contestados com suporte de documentação. A atuação da Câmara, por exemplo, composta pelos “homens bons”, ou seja, membros da elite local é, em muitos momentos, ambígua, ora criticando a implantação das casas de fundição, ora auxiliando na sua instalação e auxiliando na punição dos revoltosos, possível de ser percebida em consulta as atas da câmara de Vila Rica, disponíveis na Revista do Arquivo Público Mineiro.

país que possibilitem o estudo, assim como trabalhos de genealogia. Em Portugal o número de estudos sobre esta temática é bem maior.

⁷ CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. Companhia Editora Nacional: São Paulo. 3ª edição, 1937. p.165.

⁸ *Ibidem*. p. 167.

Os interesses particulares que uniam os revoltosos não ganhavam muita importância na obra destes autores, em boa medida porque revelam que a causa pela qual muitos lutaram não era o benefício do povo, mas sim o seu próprio. Calmom, por exemplo, apenas menciona a existência destes interesses, mas rapidamente muda de assunto na passagem em que diz que “havia grandes interesses particulares em jogo – dos magnatas de Vila Rica, o mais abastado deles o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães; - as casas de fundição não se puderam abrir sem a tragédia de 1720.”⁹

Estes interesses eram, portanto, pouco, ou nada, explorados por esta historiografia, situação que permaneceu inexplorada pelo grupo seguinte de historiadores que se preocuparam em estudar a Revolta de Vila Rica, capitaneados por Laura de Mello e Souza e com orientação marxista.

Souza escreveu uma importante obra a respeito do tema em que faz um estudo crítico do *Discurso Histórico e Político Sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*¹⁰ de autoria atribuída ao Conde de Assumar no qual, além de comentar o texto de Assumar, realiza um balanço sobre a historiografia relativa à Revolta de Vila Rica, em especial dos trabalhos que utilizaram o discurso de Assumar como fonte, desenvolvida até aquele momento.

Sem sombra de dúvida, o texto de Souza tem um grande número de contribuições para o estudo desta revolta. A autora, por exemplo, faz uma severa crítica a obra de Antonio Olytho dos Santos Pires¹¹, historiador tradicional ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, considerando que a tentativa “de enaltecer o tropeiro de Cascais leva-o a afirmações arbitrárias, tanto sobre seu herói como sobre o Conde, muito difundidas posteriormente”.¹²

Souza também realiza alguns apontamentos importantes como a de que a obra de Diogo de Vasconcelos¹³, outro autor tradicional, contribuiu com a historiografia pois

⁹ *Ibidem*. p. 166.

¹⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*: Estudo crítico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

¹¹ Ver: OLYNTHO, Antonio. Revolta de Vila Rica de 1720. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 85, v. 139, 1919.

¹² SOUZA, Laura de Mello e. *Op. Cit.* p. 19.

¹³ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904.

contesta o caráter anticolonialista e republicano da sublevação, assim como a importância de Filipe dos Santos no movimento, ressaltando, ao contrário, o embate entre os poderes locais e a autoridade metropolitana, este sim, o verdadeiro nervo do conflito.¹⁴

A colocação de Souza acima é fundamental, pois demonstra a aproximação que a autora tem com os autores que separam as revoltas “nativistas” do início do século XVIII, não anticoloniais e republicanas, das “separatistas” do final do século, já com caráter de contestação do regime colonial. Esta aproximação faz com que o trabalho de Souza também sofra com postulados maniqueístas, pois o sentido da revolta para a autora praticamente se restringe ao confronto Colônia X MetrÓpole, segundo Souza, “o verdadeiro nervo do conflito”, apesar do reconhecimento da existência dos interesses “de potentados rebeldes sempre prontos a colocar, como diz [Assumar] no *Discurso*, acima da Lei. Além disto, a distinção entre revoltas nativistas e separatistas acaba por desenvolver uma relação teleológica dos fatos, indicando um progressivo ganho de consciência e de identidade da população colonial que desencadeia a independência do Brasil.¹⁵

Outra considerável característica da obra de Souza é o apontamento de que o conflito resulta, em boa medida, da dificuldade da Coroa em impor o seu poder nas Minas, em especial pelo fato de colonos e oficiais metropolitanos defenderem posições diferentes e estranhas uma a outra. O temperamento agressivo de Assumar, para Souza, resulta deste fato e significa que “ante a diferença, [Assumar] tendia a sempre reagir com a força, esmagando as hidras da sedição que via por toda a parte”, ou seja, o uso da força seria a tentativa de impor um sistema que não se estabelecia nas Minas, mas, pelo contrário, convivia com a sedição.

Esta noção de dificuldade de imposição da ordem metropolitana nas Minas é partilhada por Carla Anastasia e está representada em seu postulado de que, em Minas, a ordem era imprevisível. Esta imprevisibilidade, para Anastasia, resultava justamente da distância de idéias e objetivos que separava colonos e oficiais metropolitanos. Antes de avaliarmos esta afirmação que une Anastasia e Souza, no entanto, apontaremos a contribuição de Anastasia aos estudos sobre a revolta.

¹⁴ SOUZA, Laura de Mello. *Op. Cit.* p. 23.

¹⁵ A crítica a esta distinção não é somente minha, mas partilhada com autores importantes como Carla Anastasia Ver: ANASTASIA, Carla. Prefácio; Introdução. In: ANASTASIA, Carla. *Vassalos Rebeldes* (completar). p. 4-48.

Carla Anastasia se põe como a primeira autora a rever a distinção clássica de nativistas e separatistas entre as revoltas do século XVIII. A sua distinção considera como ponto principal o sentido originário da revolta, pautada em conceitos utilizados por historiadores e sociólogos europeus que lidam com a temática da revolta. No caso da Revolta de Vila Rica, Anastasia a classifica como uma “tax rebellion”¹⁶ desenvolvida em um contexto de “soberania fragmentada”, ou seja, em que o poder não está claramente estabelecido, mas em que o conflito se estabelece dentro das regras da ordem. No caso da Revolta de Vila Rica, e de outras revoltas ocorridas em Minas neste período “a luta dos atores desenvolveu-se dentro das regras do jogo colonial. A população da Capitania aceitava estas regras e lutava nos seus parâmetros, buscando preservá-las como haviam sido, de início, acordadas”.¹⁷

Percebemos então que para a Anastasia o confronto tem origem pela tentativa da Coroa portuguesa de romper com a tradição, ou seja, os acordos antigamente estabelecidos, sentido que E. Thompson, importante referência de Anastasia, também atribuiu para as revoltas ocorridas na Inglaterra no século XVII. O que os revoltosos queriam, portanto, era apenas a manutenção da antiga ordem. A tentativa da Coroa portuguesa de impor novas medidas se põe como a tentativa de imposição de uma nova ordem e expõe, para Anastasia, uma fragmentação da soberania da Coroa portuguesa sobre as Minas já que esta só tem o seu poder aceito, na mesma medida em que respeita os antigos acordos.

Neste ponto Anastasia e Souza novamente se aproximam o que demonstra que a contribuição de Anastasia ao reclassificar a lógica das revoltas do século XVIII não foi suficiente para romper com antigos pressupostos dos trabalhos sobre a Revolta de Vila Rica. Anastasia também dá pouca importância aos interesses particulares que estavam postos no conflito e que, em boa parte, eram atingidos justamente pelo caráter das medidas tributárias que, para a autora, foram às motivadoras da revolta. A preocupação de Anastasia em escrever um texto que desmontasse a classificação clássica das revoltas parece ter restringido o avanço que seu trabalho poderia trazer se esta desenvolvesse a noção dos interesses particulares, que aparecem em sua obra, mas são pouco explorados. No entanto, ao considerar que a ordem em Minas era imprevisível, Anastasia não tem como escapar da distinção Colônia X Metrópole e da questão da

¹⁶ “tax rebellion” é um conceito que defende as revoltas cujo sentido principal está relacionada a cobrança de tributos. No caso de Vila Rica, a tentativa da Coroa portuguesa de instalar a casa de fundição e alterar a cobrança do quinto. Ver: ANASTASIA, Carla. *Op. Cit.* p. 40.

¹⁷ ANASTASIA, Carla. *Op. Cit.* p.38.

imposição do poder metropolitano e da resposta dos colonos a esta imposição, limitando a revolta as questões desta lógica.

No entanto, a afirmação de Anastasia de que a revolta se desenvolveu dentro das regras do jogo colonial é fundamental para os trabalhos mais recentes que tratam da Revolta de Vila Rica e que, finalmente, lidam com os interesses particulares que estavam postos naquele cenário. Todavia nestes trabalhos não existe a concepção de imprevisibilidade da ordem, pois estes interesses só poderiam ter se manifestado em uma ordem estabelecida, embora questionada.

Entre os principais trabalhos contemporâneos, destacam-se o dos autores Alexandre Torres Fonseca e Carlos Leonardo Kelmer Mathias, recém inseridos no debate historiográfico, entre outros.¹⁸ Nestes trabalhos os interesses particulares, o jogo político e a negociação são elementos que se destacam e ganham mais importância do que a dominação Colônia X Metrópole. A lógica desta, aliás, é revista, uma vez que ao enfatizar a dimensão da negociação, o maniqueísmo desta relação praticamente desaparece. A orientação teórica destes novos trabalhos é fundamental para que novos estudos estejam sendo desenvolvidos e completando a lacuna deixada pelos trabalhos anteriores. A micro-história italiana, em especial os textos de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi¹⁹ valorizou a história dos personagens em detrimento da história das estruturas o que, sem sombra de dúvida, é um importante apoio para que os interesses dos personagens envolvidos na Revolta de Vila Rica estejam agora ganhando o espaço central nos trabalhos que se ocupam do tema.

A outra influência importante destes trabalhos é a da recente historiografia portuguesa que tem como objeto central o Império Ultramarino Português, suas possessões e conquistas. Autores importantes como Nuno Gonçalo Monteiro, Mafalda Soares da Cunha e, em especial António Manuel Hespanha²⁰, desenvolvem trabalhos preocupados com as relações de sociabilidades que se desenvolviam entre os

¹⁸ Ver: FONSECA, Alexandre Torres. *Op. Cit.*; MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Redes Clientelares e estratégias de ação na Revolta de Vila Rica*. In: <http://209.85.215.104/search?q=cache:96M1ctLPSmAJ:www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/CARLOS%2520LEONARDO%2520KELMER%2520MATHIAS.pdf+Carlos+Leonardo+Kelmer&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br>. Acessado dia 18/07/08.

¹⁹ Ver:GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²⁰ Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo & CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (coord.) *Óptima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005; XAVIER, Ângelo Barreto & HESPANHA, António Manuel. *História de Portugal*. O Antigo Regime. 4º vol. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

personagens dos contextos que analisam revendo conceitos da história estruturalista como “absolutismo monárquico” e “pacto colonial” que limitam as conjunturas do passado que ficam presas a estas estruturas. O conceito de “redes clientelares”²¹ de Hespanha sintetiza as relações sociais do Império Ultramarino Português, em que os súditos do rei estabelecem suas relações visando construir alianças para conseguir benefícios, seja do rei, seja de alguém mais influente na sociedade.

Há muito os trabalhos relativos à Revolta de Vila Rica enfatizam a existência da negociação no conflito. O próprio conceito, que parece abandonado, de revolta nativista, significa que não era intenção dos colonos se separar de Portugal ou questionar a autoridade do monarca. Não a toa, os recentes trabalhos lidam com um recorte temporal maior buscando resgatar a vivência dos personagens do conflito e suas relações sociais, e não apenas o conflito em si, pois hoje não se tem mais a noção de que a revolta tem como gênese a insatisfação com as políticas metropolitanas e que isto basta. Fonseca, por exemplo, resgata Felipe dos Santos muito antes da revolta, mostrando como foi a vida do personagem desde o seu embarque para o Brasil e tentando entender o que o motivou a estar entre os revoltosos.²² A insatisfação da elite local com a atuação do ouvidor Martinho Vieira se torna tão importante quanto a instalação das casas de fundição o que demonstra que a motivação da revolta não estava apenas no campo econômico, mas também no campo social.

Como conclusão fica a constatação de que estes novos trabalhos, na verdade, estão contribuindo para o entendimento do contexto em que a Revolta de Vila Rica se desenvolveu e também abrindo espaço para o desenvolvimento de novos trabalhos. Chega até a ser difícil apontar qual seria, a partir de agora, a principal das possibilidades de pesquisa, no entanto, ainda há espaço para novos trabalhos que busquem entender os objetivos dos revoltosos e suas trajetórias de vida, assim como os objetivos dos oficiais da Coroa portuguesa, bem como as formas que estes negociaram com os revoltosos, com os oficiais superiores e com o monarca, seja antes, durante, ou depois da Revolta.

²¹ HESPANHA, António Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. “As Redes Clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *Op. Cit.* p. 338-349.

²² No caso, um importante motivo era a sua relação com o mestre-de-campo Pascoal da Silva Guimarães, um dos principais idealizadores da revolta e para quem Felipe trabalhava.

Ordem e Justiça: uma contribuição para a análise do aparato jurídico a partir de uma perspectiva interacionista

Deivy Ferreira Carneiro¹

Tradicionalmente a historiografia tem tratado o aparato jurídico, enquanto objeto de pesquisa, de uma forma muito pessimista. Alguns autores argumentaram que esta instituição herdou da metrópole lusitana uma estrutura cheia de vícios, precariedades e um arcabouço legal ultrapassado e confuso, o que levou a ineficácia e debilidade do poder público e a impossibilidade do recurso à justiça por parte daqueles excluídos das camadas dominantes². O Objetivo deste texto é se distanciar desta interpretação mais tradicional a respeito do papel e funcionamento da justiça enquanto instituição.

Mais do que os vícios e problemas herdados, toda uma recente historiografia³ tem mostrado que a justiça enquanto instituição funcionou como mediadora e administradora de conflitos entre iguais; entre aqueles que partilhavam de um acordo básico sobre as normas sociais e que se encontravam nos mesmos espaços sociais e concorriam entre si em várias instâncias .

Desta forma, a justiça é vista neste trabalho e pela historiografia acima citada como uma instância reinteradora das relações sociais na medida em que processava as disputas, adquirindo legitimidade para reafirmar sua noção de ordem e seus pressupostos hierárquicos. Além disso, a justiça funcionou desta forma principalmente para os despossuídos, indivíduos destituídos de poder e de laços e redes de reciprocidade poderosas o suficiente para resolverem suas querelas longe dos tentáculos do Estado. Aos homens livres pobres, escravos e libertos, não fugiu a oportunidade de se utilizar da justiça como espaço de negociação da ordem e de afirmação de suas visões de justiça e liberdade⁴. É certo também que eles tiveram que vencer inúmeras barreiras para tal e que nessa

¹ Doutor em História Social – PPGHIS/UFRJ e Bolsista de pós-doutorado Faperj no departamento de História da UFRJ.

² Dentre outros: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000., URICOHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978., FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Unesp, 4ª ed., 1997.

³ Um dos trabalhos pioneiros que analisou a justiça por este prisma é: AUFDERHEIDE, Patrícia Ann. *Order and Violence: social deviance and social control in Brazil, 1780-1840*. Ph. D. Thesis, University of Minnesota, 1976. Suas considerações influenciaram trabalhos posteriores que iluminaram ainda mais o entendimento da justiça enquanto arena de resolução de conflitos, e não apenas como instituição nas mãos da classe dominante. Dentre estes, ver também: LARA, Silvia H. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitânia do Rio de Janeiro (1750-1808)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988., CASTRO, Hebe Maria de Mattos de. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 1995., ZENHA, Celeste. *As práticas a justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre amor, trabalho e riqueza nos processos penais*. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1984., CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

⁴ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça em Minas Gerais, século XIX*. Bauru: Edusc, 2004, pp. 163.

relação com a justiça, tiveram que dar em contrapartida uma aceitação à legitimidade e à noção de ordem desta instituição, principalmente na manutenção da ordem comunitária. Obviamente que a justiça não estava acima das hierarquias sociais estabelecidas, embora também não estivesse inteiramente submetida a elas.

Com os dados colhidos neste trabalho⁵ emerge uma imagem de uma justiça que era voltada para a resolução de conflitos cotidianos, principalmente rixas entre vizinhos e problemas de negociação comercial. Atendia uma população consciente do valor da honra pessoal como fator de distinção e diferenciação com relação aos outros. E era pela mediação da justiça que a honra era ratificada ou destruída publicamente. Ou seja, dia-a-dia as distinções iam sendo construídas e operadas em função dos lugares e papéis desempenhados perante o judiciário por vítimas, réus e testemunhas; entre pessoas com poucas possibilidades de diferenciação e que competiam pelos e nos mesmos espaços. Desta maneira, os elementos encontrados nos processos de calúnia e injúria analisados revelam que as expectativas sociais em torno da justiça se manifestavam sobretudo entre aqueles que, como dissemos acima, não detinham um poder pessoal ou laços sociais para fazer justiça por seus próprios meios e que acreditavam que apelando para a o sistema judicial, teriam suas demandas satisfeitas.

A partir desta última questão, como nos lembra Ivan Vellasco, a demanda por justiça na justiça revela uma escolha entre várias possíveis, que implicava no acatamento prévio das regras da mesma, e na crença na instituição e na sua eficácia na resolução de querelas⁶. Mais do que isso: as expectativas daqueles que procuravam o sistema judiciário local, semelhantemente a outros contextos, parecia girar menos em torno da imposição de penas e mais na possibilidade de tornar o conflito público, mais “sério”, revelando ao oponente uma disposição de enfrentá-lo e legitimar sua posição frente a ele.

Um bom exemplo desta situação é o processo criminal envolvendo o autor Manoel Antonio da Rosa e o réu Antônio Gomes do Nascimento. Na noite de 26 de fevereiro de 1864, estavam ambos os vizinhos conversando e bebendo na casa de negócios de Antônio Amalio Alfeld, situada no Morro da Gratidão, atual morro da Glória⁷. Durante a conversa, o réu já bem alcoolizado, afirmou que Manoel havia comprado mercadoria furtada do estabelecimento onde estavam. Manoel Rosa ficou irado e no dia seguinte abriu um processo contra o ofensor por este ter lhe atribuído um

⁵ Utilizamos em nossa tese de doutorado 294 processos criminais de calúnia e injúria, alocados no Arquivo da Cidade de Juiz de Fora. Através deles buscamos perceber a relação entre a população e o judiciário local; a criação e a manutenção de grupos sociais, bem como buscamos construir uma história social da linguagem em Juiz de Fora, entre os anos de 1854 e 1941, analisando em que medida as ofensas contidas nos processos refletiam o contexto da cidade no período em questão.

⁶VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem...* op. cit., pp. 180.

⁷ AHCJF. Processos criminais de calúnia e injúria. Cx. 50, série 20. 27/02/1864.

ato criminoso; “*fato que no conceito público prejudica sua reputação*”⁸. Sabendo que era procurado pelo oficial de justiça, o réu fugiu, mas mesmo assim a intimação foi lida em sua casa, na presença de sua esposa. Como as testemunhas afirmaram que o réu havia dito que os objetos furtados estavam em posse do autor, Antonio Gomes do Nascimento foi condenado a dois meses de prisão, a pagar uma multa correspondente à metade da pena e ainda, foi condenado a pagar os custos do processo. Contudo, dias após a condenação ser proferida, já estando o réu preso na cadeia municipal, o autor enviou uma carta ao juiz afirmando que pelo fato de serem vizinhos, “*estando o suplicado em cadeia desta cidade cumprindo sentença, o suplicante por compaixão, perdoa o dito e por isso requer a soltura*”.

3Obviamente que isso não significou um controle social eficaz e um enquadramento dos comportamentos populares em moldes estritos, mas significou que estavam presentes as bases que viabilizaram um acordo tácito sobre a ordem. A incorporação dos ditames da ordem significava a entrada num sistema de regras garantido pelo judiciário e pelo aparato coercitivo. E para aqueles sem poder e sem laços sociais, a justiça passou a representar um poder capaz de solucionar e intermediar conflitos. Aumentava as expectativas de ordem frente às querelas postas e a sinalizava a afirmação de valores para aqueles cuja adesão à ordem passou a significar um sinal de distinção frente aos outros, já que o poder público reconhecia os ditames de quem o procurava como requerimentos de um cidadão. Mais do que isso, esse acordo tácito com a justiça pela ordem manifestava a separação entre os estabelecidos e os que viviam às margens da sociedade, na medida em que valorizava a conduta pautada no acatamento das autoridades e assim valorizava o recurso à justiça como arena de resolução de conflitos e *locus* implementador da lei e manutenção da ordem.

Assim, mais do que uma ordem imposta de cima, a ordem estruturada na relação entre a população e o judiciário é uma ordem que oferece ganhos, resultante de um pacto no qual as duas partes em questão arcam com os custos em prol de vários benefícios necessários para a legitimidade dessa relação⁹. A ordem implica o meio pelo qual as regras são construídas e mantidas, regulando as condutas recíprocas no interior de uma formação social, o que torna possível a resolução de conflitos emergentes entre indivíduos e grupos, sem que se mergulhe num caos social¹⁰. Da mesma forma que impões regras, estabelece recursos facilitadores para as ações dos indivíduos, visto definirem as possibilidades de interação e negociação entre os indivíduos.

⁸ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem*.. op. cit., pp. 180.

⁹ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem*.. op. cit., pp. 216. Ver também; BARTH, Fredrik. “Models of social organization III: the problem of comparison”. In: *Process and form in social life*. vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981, pp. 61-75.

¹⁰ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem*.. op. cit., pp. 216.

Neste sentido, a função da ordem social seria induzir certas condutas recíprocas entre os indivíduos. Para o indivíduo, a ordem surge como um complexo de regras que determinam como ele deve se conduzir em relação ao outro. Podemos chamar tais regras de normas¹¹.

Os tipos de ordens serão distinguidos de acordo com a conduta socialmente desejada. Neste sentido, a motivação pode ser direta ou indireta. Será indireta quando vincular certas vantagens à sua observância e certas desvantagens à sua não-observância. A conduta em conformidade com a ordem é conseguida por uma sanção proporcionada pela própria ordem. A motivação direta é raramente encontrada de forma pura na sociedade. É aquela que mesmo sem prometer vantagens ou sanções atrai o cumprimento pelo indivíduo¹².

A motivação direta é muito rara visto que é quase impossível a existência de uma norma cujo teor atraia diretamente os indivíduos cuja conduta regulamenta, de tal maneira que a simples idéia dela seja suficiente como motivação. Na medida em que a conduta social é sempre acompanhada de juízos de valor – a conduta em conformidade com a norma é boa, ao passo que a conduta contrária é má – a obediência à ordem geralmente está ligada à aprovação de semelhantes, a desobediência à sua reprovação. O efeito dessa reação à conduta dos indivíduos é o de uma sanção da ordem.

Os tipos de sanções podem ser uma reação automática da comunidade ou provida pela ordem vigente, com reações definidas por lei. O mal aplicado ao violador da ordem, quando a sanção é socialmente organizada, consiste na privação de posses – vida, saúde, liberdade ou propriedade. No caso comunitário, o que estava em jogo com as sanções era a privação, total ou parcial, da honra. A honra, nesses casos, seria o maior e melhor recurso pelo qual se conseguia maximizar os ganhos de posse e da expansão e manutenção de relações sociais cordiais. Com sua privação comunitária, ficavam minimizadas as chances de boas relações e assim as chances de sucesso em suas posses. Uma das funções específicas da Justiça seria então ocasionar a conduta social desejada dos homens por meio da ameaça de coerção no caso de conduta contrária¹³.

Sendo assim, a ordem seduzia na medida em que oferecia um campo de possibilidades e de previsibilidade para a ativação de direitos, através do uso de regras que foram se positivando. Segundo Ivan Vellasco, qualquer regra é melhor do que jogar a vida ao capricho da sorte¹⁴. Neste sentido, aceitar a ordem, mesmo que de forma modificada pelos interesses pragmáticos, foi uma estratégia adotada, como dissemos nos primeiros capítulos, para minimizar a questão da incerteza e

¹¹ KELSEN, Hans. O Direito como técnica social específica. In: *O que é Justiça?: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 225.

¹² Idem., pp. 226.

¹³ Idem., pp. 230.

¹⁴ Idem., pp. 226.

aprimorar as possibilidades de previsibilidade cotidiana e assim aumentar a segurança das relações sociais¹⁵.

A justiça deveria então, a partir das perspectivas citadas, ser entendida como um campo simbólico¹⁶. Suas práticas e discursos devem ser estudados, como alertou Silvia Lara, na interação com processos sociais mais amplos¹⁷, na medida em que a leitura dos processos criminais criados por esta instituição fornece a percepção de valores radicalmente diferentes em conflitos na arena jurídica, orientando ações opostas e contraditórias naquele terreno e mesmo, fora dele¹⁸.

Desta maneira, é improvável a afirmação de que a justiça seria um simples instrumento de dominação. Não podemos nos esquecer que, de acordo com E. P. Thompson, a “lei”, longe de ser um mecanismo imparcial, é utilizada como um instrumento de poder nas mãos dos poderosos no intuito de criminalizar certos comportamentos e condutas, mediando assim relações de classe, na medida em que serve para mascarar o domínio de uma sobre a outra. Contudo, a fim de cumprir sua função, a lei tem que se apresentar como justa, aberta ao acesso das populações pobres. De acordo com Thompson:

“A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é de que mostre independência frente às manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes, sendo realmente justa. E ademais, não é freqüente que se possa descartar a ideologia dominante como mera hipocrisia; mesmo os dominantes têm necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se úteis e justos”¹⁹.

Ainda segundo ele, a retórica e as regras de uma sociedade não devem ser vistas como mera imposição de um grupo ou classe sobre o outro, visto que essas regras podem modificar profundamente o comportamento dos poderosos e mistificar os destituídos de poder. E muitas vezes é a partir dessa retórica que as pessoas desenvolvem críticas, radicais ou não, a respeito das práticas sociais²⁰.

Na verdade, compreendemos a justiça como uma gama de recursos que eram apropriadas por diferentes indivíduos e grupos que lhe atribuíam significados sociais amplamente distintos. Nesta perspectiva, os atores encontrados nos processos de calúnia e injúria estudados em nossa tese de doutorado, longe de serem vítimas indefesas nas mãos do aparato coercitivo do Estado, lutavam por um conjunto de direitos e deveres, muitas das vezes em consonância com os interesses do

¹⁵ LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000. Em especial, o capítulo II e III.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. “A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico”. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa Difel, 1989.

¹⁷ LARA, Silvia H. Apresentação. In: LARA, Silvia H. e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. (org.) *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Edunicamp, 2006, pp. 9.

¹⁸ Idem.

¹⁹ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 354.

²⁰ Idem, pp. 356.

Estado; todavia sob uma perspectiva bem pragmática. Não se trata de legitimar a dominação vinda de cima, mas de compreender que a cada conjuntura as lógicas jurídicas eram formuladas e acionadas por indivíduos situados em vários pontos da arena de luta. O significado da instituição jurídica depende então menos da visão de *locus* de dominação e mais de uma instituição cujos sentidos e significados dependem das ações dos próprios sujeitos históricos que aí atuam.

Desta maneira, a análise empírica de documentos produzidos pelo aparato jurídico-policial, realizada por inúmeros pesquisadores, questiona com fatos sólidos a máxima marxista do Estado e de suas instituições serem simples fantoches nas mãos dos dominantes com a função de assegurar e conservar a dominação e exploração de classe.

Contudo, o que poucos pesquisadores demonstraram é que essa visão de uma instituição social ser dominada de forma total por um grupo é totalmente inviável devido à maneira por meio da qual os atores sociais interagem entre si. Se pensarmos no aparato judicial como uma configuração social, perceberemos a impossibilidade do controle total desta instituição, quer seja por um grupo de pessoas quer seja por uma classe social. Dentro desta perspectiva, se torna improvável uma visão estruturalista da justiça, na qual a mesma possui vida própria, aquém das pessoas que lhe administram ou que precisam de seu arbítrio.

De acordo com Norbert Elias²¹, as pessoas, através de suas disposições básicas, são inclinadas uma para as outras se unindo de inúmeras maneiras. Estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, tribos ou estados, com suas múltiplas instituições²². Dentro dessas teias, as pessoas modelam as suas idéias sobre todas as suas experiências; essencialmente sobre as experiências que tiveram dentro do seu próprio grupo²³. Os processos de aprendizagem individual atuam por meio do acúmulo de experiências, de modo que podemos mais tarde recorrer a estas para que nos ajudem a diagnosticar e a prognosticar qualquer situação.

Essas estruturas ou sistemas formados na interação com os outros são melhor compreendidas se não forem vistas como a acumulação de indivíduos particulares, mas como configurações impessoais, até certo ponto auto-reguladas e auto-perpetradas²⁴. O que estamos

²¹ Gostaríamos de esclarecer que alguns trabalhos buscaram utilizar os conceitos de Norbert Elias para o estudo da justiça e do crime. Contudo, estas pesquisas ressaltaram somente a conexão entre o chamado processo civilizador e as mudanças das práticas penais; principalmente a mudança de penas características do Antigo Regime para penas que recusavam a tortura e a pena de morte. Estes trabalhos perceberam essas mudanças com um reflexo da interdependência entre o crescimento da sensibilidade para com a violência com a emergência de um Estado forte e gestor da coerção. Ver, por exemplo: SPIERENBURG. Pieter. "Elias and the history of Crime and Criminal Justice: a brief evaluation". In : *IAHCCJ Bulletin*, nº 20, Printemps/Spring, 1995, pp. 17-30. Desconhecemos, contudo, trabalhos que utilizem os conceitos deste autor na percepção de uma instituição como resultante da interdependência de vários atores e grupos, tornando assim inviável o domínio absoluto desta instituição por um indivíduo ou grupo de pessoas, por que a relação de poder entre esses grupos seja muito desigual.

²² ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: edições 70, 2005, pp. 15.

²³ Idem., pp. 59.

²⁴ Idem., pp. 60.

querendo dizer com isso é que os processos sociais são relativamente autônomos das intenções e finalidades individuais; eles formam interconexões funcionais no interior dos quais muito do que fazemos é involuntário e sem finalidade. São quase relações autônomas e auto-reguladas.

No caso de Juiz de Fora, que no período em questão passou por inúmeras transformações (imigração, urbanização, industrialização, adensamento populacional, etc.), todos os grupos e indivíduos se tornaram cada vez mais funcionalmente dependentes de um número cada vez maior de pessoas, devido, principalmente á especialização de suas funções específicas. As cadeias de interdependência se alargaram e se tornaram mais diferenciadas; tornaram-se conseqüentemente mais opacas e mais incontroláveis, por parte de qualquer grupo singular ou por qualquer indivíduo²⁵.

Ligada a estas questões, também não podemos mais imaginar uma pessoa isolada e absolutamente sozinha no mundo; temos que iniciar nosso raciocínio com a imagem de uma multidão de pessoas, cada uma delas constituindo um processo aberto e interdependente²⁶. Nesse sentido, sai de cena o conceito de *Homo clausus* e entra o de *Homines aperti*, já que passamos a ver o conceito de indivíduo se referindo a pessoas interdependentes, e o conceito de sociedade a de pessoas interdependente no plural²⁷. Por isso devemos deixar bem claro que esse modo de pensar não se refere a situações ou a pessoas estáticas. Se não fosse dessa forma ficaria difícil fazer justiça ao fato de que toda relação entre pessoas é uma questão de perspectiva²⁸.

Sendo assim, esses indivíduos em interação criam *configurações*, que podem ser entendidas como o padrão mutável criado pelos jogadores que estão em interações. Este padrão é flexível, com tensões e com certo equilíbrio de poderes entre as partes²⁹. Torna-se óbvio assim que as conseqüências não planejadas das ações planejadas surjam das repercussões no interior de uma teia tecida pelas ações de muitos indivíduos. A medida que se cruzam as jogadas de milhares de jogadores interdependentes, nenhum jogador isolado ou grupo de jogadores, atuando sozinhos, serão capazes de determinar o decurso do jogo, por mais poderosos que sejam. Neste sentido a justiça, enquanto instituição, deve ser entendida como uma configuração. Só podemos compreender muitos aspectos do comportamento e das ações dos indivíduos se começarmos pelo estudo do tipo de sua interdependência, em resumo, das configurações que formam uns com os outros. Essa configuração acaba por formar uma ordem relativamente autônoma e os modelos de competição ou

²⁵ Idem., pp. 73

²⁶ Idem., pp. 132.

²⁷ Idem., pp. 136.

²⁸ Isso fica claramente visível no simples exemplo de que a relação AB entre duas pessoas compreende na verdade duas relações distintas – a relação AB vista sob a perspectiva de A e a relação BA vista sob a perspectiva de B. para maiores informações ver: ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: edições 70, 2005, pp. 112.

²⁹ Idem., pp. 142.

de jogos ajudam a mostrar como se entrelaçam estas ações e como os indivíduos medem suas forças.

Assim, sempre que houver a relação de dois ou mais indivíduos ou grupos, estes não podem ser analisados sozinhos mas sim em sua relação, pois só assim saberemos o porque de cada movimento seu. Pessoas ou grupos que desempenham funções recíprocas exercem coerção mútua. Mas essa coerção é desigual na medida que um lado tem mais poder que o outro³⁰. Assim, a seqüência de movimentos em ambos os lados só pode se compreendida e explicada em termos da dinâmica imanente de sua interdependência. Se a seqüência das ações de ambos os lados fosse estudada isoladamente, perderia seu sentido. Em suma, mesmo com desigualdade de poder entre os jogadores, ambos levam em conta o movimento do outro nas interações. Assim em cada jogo há controle mútuo, mesmo com desequilíbrio forte entre poderes – como numa relação senhor x escravo – e é isso que determinará como eles se influenciarão. Contudo, quanto maior for a desigualdade de poder, maior possibilidade de controlar o jogo e os mais fracos. E quanto mais equilibradas forem as forças, menor poder terá cada jogador para forçar uma determinada ação do outro, ocorrendo um processo diferente daquilo que cada uma das partes planejou, fazendo com que seja necessário a análise das relações para a compreensão do “jogo”.

Além disso, percebe-se também que quanto maior for o número de atores interagindo ou jogando, menor será o controle individual sobre o jogo, por mais poder que um indivíduo possa ter. Tudo isso por que se torna cada vez mais difícil para cada jogador efetuar jogadas adequadas ou corretas, avaliadas a partir de sua própria posição na totalidade da relação³¹.

No caso da interação entre populares e justiça, esse “jogo” seria formado por jogadores interdependentes mas com oportunidade diferentes de poder que não jogam diretamente uns com os outros, na medida em que pelo menos dois níveis de interação, um superior e outro inferior, são formados. A função de nível superior seria desempenhada pelos funcionários do aparato jurídico, visto deterem mais poder que a população. Cada nível – a população e o judiciário – é mutuamente dependente, possuindo reciprocamente diferentes oportunidades de poder³².

Neste modelo a configuração do jogo e dos jogadores (população e funcionários do aparato judicial) já possui um grau de complexidade (leis, normas jurídicas, valores admitidos por ambas as partes) que impede qualquer indivíduo de usar sua superioridade orientando o jogo na direção das suas próprias metas e desejos. Assim, num jogo entre justiça e população, o equilíbrio de poder a favor do nível mais elevado (justiça) é muito desproporcional, rígido e estável. No entanto, a

³⁰ Podemos citar como exemplo a relação AB, onde os dois são rivais e A é mais poderoso que B. Apesar da diferença de poder, o movimento de um determina o movimento de outro. Como não se orientam por regras comuns, apóiam totalmente sua orientação na idéia que cada um faz dos recursos de poder que cada lado tem.

³¹ ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: edições 70, 2005, pp. 92.

³² Idem., pp. 95-6.

interdependência dos dois níveis impõe limitações a cada jogador. Mesmo um jogador no nível alto tem poucas possibilidades de controlar todo o jogo.

Mesmo assim, ambos vão querer se beneficiar nessa relação: a justiça, controlando e ordenando a sociedade por meio de mediação de conflitos, e a população tendo sua reputação restaurada e tendo sua vida cotidiana mais ou menos ordenada para que o trabalho e a vida sigam de forma mais previsível. Ou seja, ambos procurarão maximizar seus ganhos³³. Contudo, a justiça sempre tentará impor sua visão de mundo para a população, o que conseguirá em algum nível, na medida em que está num nível superior em todo o jogo, tendo mais poder para influenciar as decisões do povo³⁴.

O resultado dessa história é que do entrecruzar dessas duas relações “grupais” emergirão conseqüências sociais que ninguém esperava. O controle e mediação da justiça, com todo seu poder, só se deu legitimamente perante a comunidade juizforana enquanto conseguia atingi-la, solucionando seus conflitos, recuperando reputações. Na medida em que deixou de condenar os réus acusados de proferirem ofensas verbais, como mostramos em um dos capítulos da tese, perdeu legitimidade e deixou de ter, na área dos crimes contra a honra, controle sobre a população geral, na medida em que este delito é de esfera privada e depende da iniciativa do sujeito ofendido para que a justiça possa atuar.

Houve também um uso diferenciado da justiça pelo povo; diferenciado em relação à atitude que dele esperava a justiça. Esta queria disciplinar e ordenar simplesmente, mas no fluxo das interações motivou grupos a procurá-la para ganhar algo em troca, seja paz, dinheiro, reputação, honra, etc, agindo conforme assinalou Michel De Certeau³⁵.

Enquanto a mediação e a ordenação da justiça trouxeram ganhos para ambos os lados, essa relação durou. Quando um dos lados saiu perdendo, a relação se modificou, fazendo com que a justiça perdesse legitimidade e deixasse de ser procurada para o jogo³⁶.

³³ Neste sentido ver: BARTH, Fredrik. “Models of social organization III: the problem of comparison”. In: *Process and form in social life...* op. cit., pp. 61-75.

³⁴ Concordamos assim com as considerações de Carlos Antonio Costa Ribeiro. Para este autor, o processo criminal é uma construção dos funcionários jurídico-burocráticos que revelam crenças e valores vigentes na sociedade. Seria justamente no curso da elaboração destes processos que estes funcionários lançariam mão de idéias e valores vigentes na sociedade, atribuindo significado às “histórias” que serão julgadas nos tribunais. Uma vez aceitos como versões verídicas da realidade, os valores e idéias que os compõe passam a ser reificados publicamente, tornando-se “verdades”. Além disso, pode-se dizer que o direito tem o poder de estabelecer “verdades” sobre o mundo social – não apenas permeado por representações sociais, mas também as cria, mantém e as torna públicas. Neste sentido, o direito seria um agente formador desta sociedade possibilitando a perpetuação de determinadas crenças e valores. Cf. RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudos e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Edufrj, 1995.

³⁵ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: as artes de fazer*. Vol. 1, 8ª edição. Petrópolis; Ed. Vozes, 1994, pp. 37-9.

³⁶ BARTH, Fredrik. “Models of social organization III: the problem of comparison”. In: *Process and form in social life...* Op. cit., pp. 61-75.

Dadas as condições dessa configuração, notamos especialmente que os processos de dependências recíprocas são relativamente auto-regulados e autônomos em relação às pessoas que formam individualmente a trama, na medida em que percebemos que as relações são formadas por cadeias multilíneas de causa e efeito. Repetindo mais uma vez, embora as tendências de mudança não sejam independentes das intenções e ações dos indivíduos que constituem as configurações, a forma que a configuração vai tomar não será determinada deliberadamente ou pelas intenções ou planos de alguns de seus membros, nem por grupos deles, nem mesmo por todos eles em conjunto³⁷. Assim, a ação do indivíduo é limitada pelas redes dependências recíprocas na qual ele se insere. Mas com a mudança, muda também a teia, possibilitando novas formas de ações.

Dito isto, fica compreensível que a justiça não pode ser entendida sozinha, de forma estrutural, fora da sua relação com a população. Do movimento de um depende o movimento do outro. Nesta perspectiva, estaria equivocada a noção estática de justiça, na medida em que esta relação só é compreensível na interação empírica com grupos determinados em locais e épocas determinadas. Observar o aparato judiciário como braço da classe dominante é limitar sua ação e relação. Analisando sua atuação como uma relação entre pessoas, o resultado final do jogo será bem diferente do que ambas as partes esperavam³⁸.

Como procuramos fazer, somente estudando a relação entre ambos é que conseguimos perceber alguns dos papéis que cada um desempenhou em Juiz de Fora no período analisado e, mais especificamente, o papel que cada um representou nos casos de calúnia e injúria. A trama de relações acabou influenciando o próprio desenvolvimento das relações, de um modo diferente e relativamente independente das intenções e metas subjacentes às ações dos indivíduos que a constituem³⁹.

Concluindo, algumas concepções abordadas pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth também são muito úteis para complementar a compreensão que propomos da relação entre a justiça e a população como um todo.

³⁷ ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: edições 70, 2005, pp. 176-7.

³⁸ Analisando uma digressão simples podemos perceber que é impossível às pessoas individuais em interdependência, compreender a trama de uma forma completa e nela traçar um caminho, sem qualquer ajuda: a própria trama influencia constantemente o seu próprio desenvolvimento, relativamente independente das intenções dos indivíduos que a constituem. A título de exemplo, podemos afirmar que 4 pessoas podem formar 11 relações diferentes: AB AC AD BC BD CD ABC ABD ACD BCD ABCD. E se atendermos ao fato de que cada participante tem uma perspectiva diferente da relação, ficamos com uma boa idéia do aumento da complexidade que acompanha o aumento do número de pessoas que constituem a trama das relações. Além disso mostram que o indivíduo, em relações envolvendo centenas ou milhares de pessoas, não tem a mínima chance de influenciar sozinho o resultado da trama visto que suas jogadas passam a ser dadas num relativo escuro, na medida em que não controla todas as jogadas de todos os jogadores. Nesse sentido, acreditar que a classe dominante detém o controle absoluto do aparato judicial a seu favor em detrimento das expectativas dos subalternos é desconhecer a forma que ocorre a interação entre os atores sociais. Para maiores informações ver: ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: edições 70, 2005, pp. 108 e seguintes.

³⁹ Idem., pp. 109.

A legislação sobre as ofensas verbais é capaz de nos revelar quais são as definições dos crimes e os papéis determinados para cada uma das partes envolvidas. Entretanto é a ação dos atores que redefine o que é permitido ou legal na prática jurídica⁴⁰ – o que é vivido acaba redefinindo o que está escrito. Como mostramos no restante da tese, buscamos perceber quem eram os indivíduos em interação, seus direitos, seus limites, suas obrigações e os recursos que os mesmos tinham disponíveis e que acabavam influenciando o resultado final de um processo criminal, bem como acabavam modificando e revelando o real funcionamento da justiça.

Essa visão da relação que a justiça e a população estabelecem se torna compreensível porque em momentos de conflito as pessoas se apresentam, ou seja, revelam os elos e as redes nas quais estão inseridas⁴¹. Só que o resultado deste conflito, corporificado em um processo criminal, nem sempre é previsível de se conhecer antecipadamente, pois depende da interação de atores específicos, com recursos específicos – daí paira a incerteza, nos levando a analisar caso por caso qualitativamente⁴². Ninguém é naturalmente representado nos processos como bom trabalhador, escravo, bom vizinho, honesto, honrado, etc., tudo depende de quem está em interação com quem. Ou seja, ninguém pode ser entendido isoladamente. É o processo de interação que vai definir e redefinir o *status* pertinente a cada ator, visto que cada ator está sempre posicionado com outro ator com *status*, recursos e posições diferentes⁴³.

Desta forma, se torna lógica a percepção de que as penas atribuídas aos acusados de cometerem os crimes de calúnia e injúria variavam de acordo com elementos externos ao próprio processo. A relação entre o acusado e a vítima era um elemento que pesava intensamente na atribuição da pena pelo juiz. Em outras palavras, as decisões jurídicas consideravam as representações sociais das vítimas e dos acusados envolvidos nesses processos como elementos determinantes no resultado do mesmo, levando-nos a crer que a prática social dos funcionários jurídicos policiais era discriminatória e parcial.

⁴⁰ BARTH, Fredrik. “Anthropological models and social reality”. In: *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, vol. 1, pp. 14-31.

⁴¹ BARTH, Fredrik. “Analytical dimensions in the comparison of social organizations”. In: *Process and form in social life...* op. cit., pp. 119-137.

⁴² BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, pp. 107-139.

⁴³ BARTH, Fredrik. “Analytical dimensions in the comparison of social organizations”. In: *Process and form in social life...* op. cit., pp. 119-137.

Jorge Luis Borges – Um vanguardista “antivanguardista”

Pedro Demenech¹

Vanguarda e cidade

Em meados da década de 1920 a América Latina estava passando por uma grande efervescência cultural, entravam em cena as vanguardas artísticas². E o que esses movimentos pretendiam? Quais propostas e novidades queriam defender? Nesse período, diversos países tiveram seus movimentos culturais, cada qual com sua especificidade.

Os participantes desse movimento apostavam na renovação radical dos valores que definiam a nação, a forma estética da literatura, as novas formas de vivência que se desenvolveram com a chegada do século XX. Enfim, deveria ocorrer uma ruptura com o passado. Aqueles vanguardistas acreditavam e desejavam que o novo se tornasse possível: a visão de um futuro compatível com o novo desenvolvimento industrial, as novas relações sociais.

Segundo Jorge Schwartz a crescente politização da cultura fez com que se redefinisse o termo “vanguarda”, que a princípio tinha uma conotação militar. Para o autor, durante os anos de 1920 a militância desses grupos estava ligada às novas questões que surgiam: era preciso definir o caráter nacional, diferenciar-se dos europeus e romper com o antigo paradigma literário do século XIX – visto por muitos desses autores como herança das antigas raízes coloniais.³

Na Argentina podemos destacar, dentre aqueles que participaram do movimento de vanguarda, a figura de Jorge Luis Borges que entrou em cena com a criação do movimento *ultraísta*⁴ e a vontade de mudar o panorama literário de seu país.

¹ Estudante de História da Universidade Federal de Viçosa.

² Para as Vanguardas artísticas da década de 1920 ver: SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas Latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: EDUSP, Iluminuras, Fapesp, 1995; CAPELATO, Maria H. *Modernismo latino-americano e construção de identidades através da pintura. Revista de História (USP)*, v. n 153, p. 251-282, 2005.

³ SCHWARTZ, Jorge, *op. cit.*, p. 34.

⁴ Quando volta da Europa para Buenos Aires, Borges está influenciado pelo ultraísmo espanhol (que havia sido fundado por Rafael Casinos-Asséns, em 1918). Em 1921, ele e outros poetas fundam o ultraísmo argentino, que adiante será o que irá impulsionar a vanguarda na Argentina. Esse se difere do espanhol, na medida em que trata estritamente de questões que envolvem o dilema nacional argentino, como a busca pela formação de uma literatura nacional independente de influências externas. Em seu

Ao retornar para Buenos Aires, depois de uma longa estadia na Europa, Borges estava influenciado pelas idéias com que entrou em contato. Dessa forma, ao notar que o paradigma literário do século XIX era incapaz de representar os novos fenômenos pelos quais estava passando a sua cidade, sentia ser preciso um novo fôlego para as artes, e o *ultraísmo* foi visto como uma solução.

Enquanto que as vanguardas optavam pelo novo, exaltando tudo aquilo que fosse moderno, Borges ao lançar o livro *Fervor de Buenos Aires* em 1923, se distanciava dessa proposta. A partir de então, busca um caminho no qual se afaste de qualquer *ismo* literário. O tempo em que passou na Europa (1914-1921) serviu para que o autor procurasse em seu novo contexto, uma via marcada pela tradição e a redescoberta de sua cidade natal.

Em um momento em que os países latino-americanos se desenvolviam, passando por um processo de modernização nos diversos setores⁵, crescia-se o espaço urbano. Capitais como Buenos Aires, por exemplo, receberam investimentos, se urbanizaram, receberam um grande contingente de imigrantes que passou a fazer parte da população nacional, aperfeiçoaram-se as comunicações e o setor de transportes, aumentando o fluxo de informações e a velocidade com que as pessoas viviam.

“O admirável homem novo da vanguarda sonha com várias utopias e projeta seu imaginário num futuro”⁶, nos diz Jorge Schwartz. Trata-se aqui de uma busca pelo novo, de tentar definir uma identidade pensando em romper com passado e no que o *devenir* causaria. Porém, nem todos nesse movimento desejavam uma drástica ruptura: a novidade poderia se relacionar com passado. Em busca de uma identidade, muitos autores procuravam na história de seus países a relação entre um passado idealizado que ajudasse a ordenar o fluxo contínuo da nova forma de vida.

Em um recente artigo, Julio Pimentel Pinto afirma que “(...) o novo se definia na necessidade de perceber a nova realidade e o funcionamento das cidades

manifesto sobre o ultraísmo, Borges destaca que deve haver uma ruptura com o antigo simbolismo, praticado pela literatura do século XIX. Há a necessidade de que uma nova juventude literária assuma a função de renovar e buscar um novo paradigma estético. Ao invés de complexo, o poema ultraísta deve ser simples e capaz de se renovar com o avanço do tempo. VER: BORGES, Jorge Luis. *Ultraísmo* (1921). IN: SCHWARTZ, Jorge, *op. cit.*, p. 108-112.

⁵ Para ter uma visão mais ampla do crescimento econômico, social e cultural pelo qual passou a América Latina ver: RAPOPORT, Mario e MADRID, Eduardo. Os países do Cone Sul e as grandes potências. IN: CERVO, Amado Luiz e RAPOPORT, Mario. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da UnB, 1998. p. 240-265 e SARLO, Beatriz. Buenos Aires, cidade moderna. IN: *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 199-217.

⁶ SCHWARTZ, Jorge, *op. cit.*, p. 40.

metropolizadas, *habitat* natural e inevitável das vanguardas, após as alterações drásticas que a modernização recente e incompleta provocara.”⁷

Ambiente natural e inevitável das vanguardas, a cidade tornou-se o lugar de ação desses grupos. Nesse espaço urbano, em que se desenvolveram as contendas e debates intelectuais, os autores buscavam expor e defender seus ideais.

No caso Argentino, a cidade de Buenos Aires passou por um grande crescimento entre os anos finais do século XIX e o início do século XX. Sobre esse fenômeno Beatriz Sarlo escreve :

Já em 1890 se rompera a imagem de uma cidade homogênea, mas trinta anos ainda é pouco para assimilar, numa dimensão subjetiva, as radicais diferenças introduzidas pelo crescimento urbano, pela imigração e pelos filhos da imigração. Uma cidade que dobra sua população em pouco menos de um quarto de século sofre mudanças que seus habitantes, antigos e novos, têm que processar.⁸

Era esse crescimento que Borges e os outros autores desejavam captar, entender e explicar. O novo precisava ser definido e era preciso dar conta daquilo que estava ocorrendo. É nesse ponto que Borges se afasta da vanguarda.

Ao fundar o ultraísmo argentino Borges se afasta dele, acaba tomando um rumo diferente. Percebendo o crescimento e a modernização pela qual passava sua cidade, acha tudo aquilo desordenado. A velocidade e agitação, que eram exaltadas pelos vanguardistas, serão exorcizadas pelo escritor: Borges torna-se o primeiro vanguardista antivanguardista.

Os anos em que ele havia passado na Europa até o momento do retorno para Buenos Aires (1914-1921), foram necessários para que Borges redescobrisse sua cidade. Ao chegar encontra um ambiente totalmente diferente daquele de sua infância. Na visão de Julio Pimentel Pinto, o escritor argentino se depara com uma cidade que é quase infinita aos seus olhos:

A *inifinitude* atestada por Borges refere-se a vários movimentos de modernização vividos simultaneamente pela capital argentina desde o fim do século XIX: crescimento populacional acelerado, com grande entrada de imigrantes; desenvolvimento industrial e comercial, com decorrente crescimento econômico; alastramento geográfico e redefinição urbanística; aprimoramento dos meios de transporte e comunicações; intensificação do debate cultural. ver nota

⁷ PINTO, Julio P. “Manifestos de Vanguarda”.IN: *Entrelivros*, São Paulo,7, 2008. p. 59.

⁸ SARLO, Beatriz, *op. cit.*, p. 204-205.

No livro *Borges un escritor en las orillas*, Beatriz Sarlo irá definir que esse espaço – a cidade – é um local onde a literatura é inventada ocupando o espaço do imaginário, fundando-se mitos culturais que dêem conta de explicar o processo de crescimento urbano e desenvolvimento pelo qual passava a sociedade do período.⁹ É o ambiente necessário para que ocorra o que a autora chama de *cultura de mescla*, que ela entende como sendo um espaço de formação no qual diferentes idéias contribuem para a formação de um espaço em que todo o processo de modernização passado por Buenos Aires, era refletido nos diversos elementos que surgiam

A cidade é o campo de batalha da cultura de mescla. Diversos grupos fazem da rua, o campo da ocupação simbólica:

Entre los años veinte y los treinta , los cables eléctricos y las líneas de teléfono, las antenas de radio y los troylles de los tranvías tejen su red aérea. Los habitantes de Buenos Aires viven a una velocidad desconocida hasta entonces: el transporte eléctrico, la ilusión de inmediatez de las comunicaciones a distancia. La tecnología es una maquinaria novedosa; ella produce nuevas experiencias espaciales y temporales: utopías futuristas vinculadas con la velocidad de los transportes, la iluminación que corta los ritmos de la naturaleza, los grandes recintos cerrados que son otras formas de la calle, del mercado y del ágora. Se multiplican los espacios simbólicos donde se producen intercambios y emergen los conflictos (disputa estética, enfrentamiento político, mezcla de lenguas provocada por la inmigración o los desplazamientos poblacionales). Se vive en el gran teatro de una cultura complejaEste nuevo tipo de formación se manifiesta, también, en el cruce de discursos y prácticas: la calle es el lugar, entre otros, donde diferentes grupos sociales realizan sus batallas de ocupacion simbólica.¹⁰

De acordo com Julio Pimentel Pinto,Buenos Aires é, para Borges, a *cidade-origem*. É a partir dela que o escritor irá pensar sua obra. Além de ser o local de nascimento de Borges, é a partir dela que as tensões e dúvidas encontradas em sua obra irão partir, para lá se consumir. Protagonista da narrativa borgeana, a cidade provoca reflexões e se torna um agente dentro da obra literária. Age sobre o sujeito, nela ligam-se as emoções, a origem das coisas.¹¹

Ainda segundo Pimentel, sendo o ponto de partida para toda sua obra, além de ser o local de origem, Buenos Aires se concretiza também como *cidade-síntese*. Lugar de produção da memória borgeana, Buenos Aires é um espelho do mundo: local, nacional e universal se entrecruzam. Ao imaginar sua cidade, Borges tem uma

⁹ SARLO., Beatriz *Borge s- un escritor en las orillas*. 2ª ed. Buenos Aires: Seix Barral, 2007. p. 21-23.

¹⁰ *Ibid.*, p. 28-29.

¹¹ PINTO, Julio P., *op. cit.*, p. 133-135.

capacidade de compreender outros contextos, perde-se a referência de origem. A vontade coletiva é fabricada, pois parte de uma vontade individual de Borges: ao optar por redesenhar a urbe, reinventa-se o uso das tradições, abrindo espaço para repensar o antigo, num momento em que o novo parece estar apagando o passado.¹²

Memória e o tema do urbano se entrecruzam. É no espaço que Beatriz Sarlo chama de *orilla* (margem) que isso se torna possível. Local de agregação, o espaço da urbe é heterogêneo. Na busca de uma cidade mítica, é no espaço das *orillas* que o escritor irá encontrar a zona desejada.¹³

É na busca de uma Buenos Aires mítica que Borges tece seus versos. Procurando representar locais em que a agitação provocada pelo processo de modernização¹⁴ ainda não tenha atingido seu ponto, a opção de nosso autor é a de busca pelas áreas em que a tradição possa ser encontrada, espaços em que possa-se escapar da velocidade encontrada no centro da cidade .

Nacionalismo e cosmopolitismo

Os primeiros relatos borgeanos estavam preocupados em dar forma a um tipo de identidade coletiva. Usando da memória para forjar a identidade, Borges descola suas questões para a produção de uma pátria argentina, idealiza uma nação baseando-se na apropriação de uma memória coletiva¹⁵.

É no ambiente da cidade que, na obra de Borges, se projeta o nacional. Discutindo com as vanguardas, Borges parte desse lugar para criar a sua idéia de nação. No decorrer dos anos de 1920 a preocupação do autor é justamente em definir o que é e não é nacional, em buscar a pátria Argentina.

Logo após se tornar independente, a Argentina entrou num processo de formação e consolidação do Estado nacional. Com isso Buenos Aires tornou-se a região que exerceu predominância sobre as demais, a centralização do governo, obtida através

¹² *Ibid.*, p. 145-152

¹³ O termo *orilla* é definido por Sarlo como um local de tensão. A partir dele é que Borges constrói sua obra; local imaginário onde tensão e conflito mesclam-se para dar forma aos anseios do autor. Ver: SARLO, Beatriz, *op. cit.*, p. 35.

¹⁴ Sobre o processo de modernização ver: BERMAN, Marshal. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. p. 99-147. Nesse capítulo o autor irá trabalhar a idéia de como o processo de modernização é vivenciado pelas pessoas, onde o novo torna-se defasado, pois há sempre a necessidade de substituir o que já se criou.

¹⁵ Sobre o tema do nacionalismo em Jorge Luis Borges ver: FUNES, Patricia. Leer versos con los ojos de la historia. Literatura e Nacion en Ricardo Rojas e Jorge Luis Borges. *História*, Franca, v. 22, n. 2, 2003. p. 99-120.

da luta armada possibilitou a vitória sobre as manifestações regionais e separatistas promovida pelos caudilhos. Em segundo lugar, houve a necessidade de consolidar o projeto nacional, iniciado após a independência.

No que tange ao segundo fator, os intelectuais e a classe política tiveram grande importância, pois buscavam consolidar o *espírito nacional*, na construção de uma identidade própria. É nesse momento que surgem as imagens de *Martín Fierro*¹⁶ e a de *Facundo: civilización y barbarie*¹⁷, duas narrativas que participaram do mito fundacional da nação Argentina. O primeiro representava o espírito do *gaucho* e o segundo era a representação da oposição entre civilização e barbárie.¹⁸

Durante a virada do século XX, a questão da nacionalidade na Argentina ficou em primeiro plano. E no campo da literatura deflagram-se diversos projetos que ajudariam a projetar a construção de uma identidade nacional.

Os projetos de literatura desse momento, na verdade estavam retomando questões do século anterior, momento em que o país tornava-se independente. Porém o que ocorria no século XX era que os projetos de nação iniciados no século XIX teriam que se adequar ao novo momento, as novas formas de lidar com a questão do nacional tinham como principal preocupação regularizar e normatizar o argentino, onde se pudesse criar uma etnia ligada a um projeto de tradição.¹⁹

E como poderíamos enquadrar a obra de Borges nesse momento? A questão aqui é entender como o nacional se comporta dentro dos primeiros escritos do autor, tentando relacionar as preocupações deste em guardar e criar uma pátria.

A redescoberta de Buenos Aires em Borges, após voltar da Europa, diz respeito, na verdade, de uma vontade de descobrir um autêntico ser nacional. Para o autor a junção entre o estrangeiro e nacional, nesse primeiro momento de sua obra, torna-se inviável. O que Borges clama é por um projeto *criollo*, que segundo ele, seria o único capaz de assumir o papel de pensar a nação. O primeiro Borges, tenta revelar caminhos que ajudem a localizar os fios que ligam a Grande Argentina, através de projetos

¹⁶ Os poemas, de José Hernández, sobre o *gaucho* Martín Fierro foram interpretados pelo próprio Borges. Ver: BORGES, Jorge Luis e GUERRERO, Margarita. *O "Martín Fierro"*. Porto Alegre: 2007.

¹⁷ Para entender o dilema entre civilização e barbárie contidos no *Facundo*, de Domingos Faustino Sarmiento, ver: PRADO, Maria Ligia Coelho. Para ler o *Facundo* de Sarmiento. IN: *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 159-178. e SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino: civilización o barbárie. De Sarmiento al revisionismo peronista*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1994. pp. 39-54.

¹⁸ *Ibid.*, p. 50-1.

¹⁹ *Ibid.*, p. 59-60.

estetizantes, a elementos concretos: que assegurem a individualidade e identidade nacionais.²⁰

Mesmo buscando criar o nacional através de um projeto *criollo*, o escritor consciente de seu momento busca oferecer uma memória coletiva para a Argentina. “Ouvir” a pátria seria uma primeira tentativa de Borges de relacionar o tema do nacional e o universal em sua obra, como afirma Julio P. Pinto.²¹

Schwartz aponta que na busca de se formular a questão entre nacionalismo e cosmopolitismo, o ponto em comum é a alteridade:

O conflito entre “nacionalismo” e “cosmopolitismo” talvez seja a polêmica cultural mais constante e complexa no continente latino-americano. Acentuada ainda mais pelo fato de os intelectuais e artistas da região cobrarem maior consciência de sua alteridade em relação aos povos que os colonizaram, emergindo daí uma necessidade imperiosa de afirmar suas especificidades.²²

E é dentro da discussão entre nacionalismo e cosmopolitismo que se nasce um Borges maduro, visto por muitos autores como um indivíduo que se alheia da questão nacional, preocupando-se a partir de então, em buscar as raízes cosmopolitas.

A partir do momento em que Borges vê que o nacionalismo argentino é influenciado pela cultura européia, busca formas de reverter esse caminho. O autor passa a recusar o artificialismo de modelos pré-determinados que fundam os princípios nacionais.²³

A busca da nação agora se liga à questão do cosmopolitismo. Ser argentino é ser herdeiro de uma tradição ocidental, e isso faz com que se ultrapasse as fronteiras e limites geográficos, que são delimitados por uma nação.

Há uma parte da crítica literária que vê o “primeiro Borges” separado do “segundo”. Nessa questão, ao fazer um balanço das duas visões, Pimentel afirma que há a junção dos dois. Nacionalismo e cosmopolitismo se integram dentro de sua obra. O discurso estático da nacionalidade se torna vazio e é uma forma de romper com a individualidade, e Borges rompe com isso. Há a busca por várias diversidades, formas diferentes de se enxergar e interpretar o mundo.²⁴

²⁰ *Ibid.*, p. 65-7.

²¹ *Ibid.*, p. 68.

²² SCHWARTZ, Jorge, *op. cit.*, p. 465.

²³ PINTO, Julio P., *op. cit.*, p. 75.

²⁴ *Ibid.* p. 96.

Beatriz Sarlo afirma que a obra de Borges é um exemplo da grande literatura produzida em um país marginal. Uma nacionalidade produzida na inclusão, e não no discurso da exclusão.²⁵

Ocorre que Borges valoriza o elemento interno também, mas passa a buscar definir a alteridade por meio da inclusão. Em função das diferenças, o escritor busca dar forma a um nacionalismo e a um cosmopolitismo que se completam.²⁶

A cidade reconstituída pela memória

Com todo seu crescimento, Buenos Aires sofreu mudanças. Elas geraram impactos dentro de seu espaço e em seus habitantes, como já foi afirmado acima. A questão agora, é tentar entender como esse espaço foi reformulado por Borges: de que forma o autor tenta recriar o ambiente urbano em seu livro?

A redescoberta da cidade era algo novo. *Fervor de Buenos Aires* é um livro que representa exatamente a exploração de um espaço desconhecido. Os subúrbios, ruas e espaços ali descritos, ganham a sua voz. Eram esses os lugares prediletos de Borges, que, nas margens da cidade, exorcizava o moderno.²⁷

A escolha acontece, pois era nas cercanias da cidade que ele poderia encontrar o que procurava: um lugar com marcas da cidade antiga, livre de europeísmos que ele ainda resguardava após sua volta de lá. Então, usando de sua memória vai reconstituir o seu mundo.

Julio P. Pinto afirma que Buenos Aires se torna *cidade-origem* na obra do autor, lugar onde outras cidades são o reflexo daquele espaço²⁸. Eis aqui uma relação afetiva entre Borges e sua cidade natal. E o que isso poderia representar? É pelas caminhadas por esse lugar e utilizando-se da sua memória que Borges vem tecer os poemas de seu livro.

A Buenos Aires borgeana é a *cidade-origem* que se tornava *cidade-síntese*. Pela busca de uma temporalidade e um lugar imaginado, nosso escritor tenta criar uma alternativa para o problema que lhe incomodava: evitar que a cidade modernizada perca sua memória coletiva, de que as pessoas que lá viviam se tornassem indivíduos sem origem e sem passado.

²⁵ SAROL, Beatriz, *op. cit.*, p. 8 e 43.

²⁶ SCHWARTZ, Jorge, *op. cit.*, p. 468.

²⁷ PINTO, Julio P., *op. cit.*, p. 138.

²⁸ *Ibid.*, p. 133-36.

Das recordações que hão de restar, grande parte da experiência de se viver Buenos Aires há, segundo Borges, de se perder. O que é definitivo e duradouro como o mármore, há de se esvaziar, nada restará. Entre a lembrança e o esquecimento, Borges reconstitui seu mundo. Como escreve Jorge Schwartz:

A decisão de Borges é clara: abandonar o centro pelos arrabaldes, a sincronia pela diacronia. Volta-se então para o discurso da história, porém uma história mítica da cidade, em que o néon é substituído pela penumbra dos ícones detidos no tempo.²⁹

Entre aquilo que permanece e o que muda, Borges tenta achar a solução de modo que nada fique solto. Reinventar o espaço é a forma pela qual o escritor acredita ser possível preservar a memória.

²⁹ SCHWARTZ, Jorge, *op. cit.*, p. 61.

Entre discursos e práticas: os usos do passado nas memórias assinadas pelos sócios do IHGB

Fabiana Rodrigues Dias¹

“Em história, senhores, os vestígios conduzem às conjecturas, que subindo pelos degraus da probabilidade, muitas vezes nos aproximam de fatos que o tempo tem coberto com o seu pesado manto.” Januário da Cunha Barbosa

Fundado no contexto da consolidação do Império, e em estreita afinidade com a vertente política que se afirmaria como liderança nas cadeiras do parlamento e nas pastas ministeriais, o IHGB configurou-se, no desenrolar dos tempos, como reduto de sociabilidade daquela elite letrada comprometida com a estruturação de um Império unificado sob a direção do herdeiro da Casa de Bragança.

Diante das ameaças separatistas dos anos regenciais, a vertente saquarema, ia consolidando-se como “vencedora” daquelas batalhas políticas travadas através da imprensa, e ia também negociando prerrogativas que garantissem seu projeto de uma monarquia constitucional centralizada.² Fora, portanto como parte destes esforços que o IHGB integrou-se ao Estado como um de seus braços na construção das tradições indispensáveis a funcionalidade de um Estado-Nação.

Conforme tomava corpo a maturação política do Imperador, delineavam-se, cada vez mais concretos, os subsídios oferecidos pelo governo ao Instituto Histórico.³ Neste sentido, portanto, desde a sua fundação, ao Instituto caberia a função de erigir um passado homogêneo ao Brasil, em consonância com a legitimação de uma escrita da história retificadora do projeto político em vigor a partir do golpe da maioria.

Criado no período regencial, a partir de proposta originada da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - a SAIN - portanto, inicialmente desvinculado

¹ Mestranda / PPGH – UERJ, orientadora Prof^a.Dr^a. Lucia Maria Paschoal Guimarães.

² MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

³ Na primeira sessão ordinária do ano de 1842, onde é definido o orçamento para o ano que se inicia, verificamos a reserva de verba à premiação de programas devidamente desenvolvidos. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IV, 1842.

oficialmente do Estado, o Instituto Histórico em março de 1839⁴, cinco meses após sua fundação, já contava com a proteção de Sua Majestade Imperial. No plano intelectual ou no financeiro, D. Pedro II faria, gradativamente, do Instituto Histórico, como já era a intenção de Januário da Cunha Barbosa⁵, o locus institucionalizado da edificação de uma História Nacional.

O IHGB esteve incumbido, desde seu primeiro Estatuto,⁶ a desempenhar o papel de articulador de uma nacionalidade em um Estado carente de tradições. Indispensável ao alicerce de uma cultura política madura, o espírito de pertencimento a uma identidade iria sendo configurado pelos diversos tentáculos da Monarquia Constitucional em processo de consolidação. Objetivando atender a demanda pela confecção de uma História capaz de amalgamar culturas tão dispares sob o signo de um passado comum, o IHGB dos primeiros anos de exercício buscava:

“coligir em prontuários infinitos documentos espalhados pelo Império, que sirvam ao gênio para mais comodamente marcar as relações, que devem ter os nossos fatos memoráveis em um corpo de história, organizado com verdade e sabedoria.”⁷

Nos primeiros anos de atividades, o Instituto tinha, em seus quadros, sócios majoritariamente políticos de profissão. Angariados, sobretudo, nos círculos próximos ao Marechal Cunha Matos e ao Cônego Januário, estes diletantes da história e da geografia compuseram a geração inaugural do IHGB direcionando seus trabalhos com afinco pragmático e memorialístico.

Reunidos em torno da prerrogativa de fazer do Instituto Histórico um instrumento aglutinador da memória nacional, os sócios fundadores definiram que a estrutura da Casa seria composta por uma mesa diretora, pelos sócios, fossem eles efetivos, correspondentes, ou honorários, e por quatro comissões, sendo: uma de História, uma de Geografia, uma de Fundos e uma de Redação da Revista.

Como advento característico da modernidade brasileira, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil atendia às demandas de um século XIX pautado pela composição dos Estados nacionais no ocidente. Incorporando uma das tarefas integrantes do complexo arcabouço simbólico formativo de uma nação, o IHGB, através da História e

⁴ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo I, 1º trimestre, 1839.

⁵ BARBOSA, Januário da Cunha. *Discurso de inauguração do IHGB*. In: *RIHGB*, tomo I, 1839.

⁶ *Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo I, 1839.

⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. *Relatório anual de atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, concernente ao exercício de 1839-1840. In: *RIHGB*, tomo II, 1840.

da Geografia, formulava, pouco a pouco, a definição dos limites territoriais do Brasil, em paralelo com a demarcação de um passado de gênese.

Reunidos em torno da ambição, discursada por Januário na sessão inaugural do Instituto, de elaborar uma História Geral do Brasil, por oposição às histórias das províncias que vinham sendo empreendidas⁸, os vinte e sete sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro definiram, já no primeiro estatuto, a indispensabilidade de um periódico que tivesse o objetivo de levar a público uma síntese da produtividade realizada pela agremiação.

Por vezes tomada como espelho das atividades intelectuais do Instituto, optamos aqui, por reconhecer a sua Revista, menos como fiel imagem, do que como consenso dos embates intelectuais, e das tensões políticas que tinham como palco as sessões ordinárias realizadas pelo Instituto nas salas do Paço Imperial.⁹

Deste modo, a Revista seria mesmo como uma vitrine, publicizando apenas aquilo que se adequava, ou o que mais se adequava, ao que se constituía, cotidianamente, como a fisionomia daquela associação literária.¹⁰ A homogeneidade do discurso do IHGB era fruto, portanto, de um crivo um tanto quanto severo da Comissão de História para com as memórias ou manuscritos que desvirtuassem, em algum ponto, daquilo que se constituía, cotidianamente, como a feição das publicações assinadas sob a insígnia do IHGB.

Com isto, queremos dizer que, para além da conhecida, talvez por ser institucionalizada, produção oficial do Instituto Histórico, havia um intenso debate em suas sessões, sobre o que dali deveria ser extraído para integrar sua Revista. Tais debates tornam-se evidentes quando tomamos contato com as atas das sessões ordinárias, e percebemos, como na ata da sessão de 08/02/1840, uma “ampla discussão em que tomaram parte ativa diversos membros do Instituto”¹¹, por conta da proposta de Justiniano José da Rocha sobre a necessidade de um bom Compêndio de História do Brasil que embasasse seu lecionar no Colégio Pedro II.

As primeiras Comissões de História, Geografia, Fundos e Redação da Revista foram eleitas em 25/11/1838. As duas primeiras tinham a função de avaliar memórias, documentos manuscritos e artigos sobre História e Geografia, dando parecer sobre a

⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. *Discurso de inauguração do IHGB*. In: RIHGB, tomo I, 1839.

⁹ As salas do Paço Imperial foram cedidas para a realização das sessões do Instituto ainda no exercício do primeiro ano de atividades, mais precisamente em 17/10/1840.

¹⁰ É recorrente a referencia dos próprios sócios ao IHGB como uma associação literária.

¹¹ Ata da sessão ordinária de 08/02/1840. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo II, 1840.

possibilidade ou não de publicação na Revista do IHGB. A Comissão de Fundos e a Comissão de Redação detinham finalidades mais práticas, como a elaboração editorial do periódico, verificando, além da disponibilidade financeira para arcarem com tais custos, quais seriam, das já aprovadas, as memórias ou documentos integrantes de tal edição.¹²

Os exponenciais nomes da política comuns aos quadros do Instituto reuniam-se quinzenalmente nas sessões ordinárias, sob a prerrogativa de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Império do Brasil”.¹³ Na dinâmica destas sessões identificamos duas atividades capazes de traduzir a essência destes primeiros anos de trabalho: o recebimento de ofertas e a proposição de temas. As doações de documentos eram recebidas com especial agrado ou com delicada recusa¹⁴, enquanto os temas eram propostos com a finalidade de que sobre eles fossem desenvolvidos trabalhos.

Intitulados programas históricos, estes temas eram sorteados para servirem de ordem do dia das sessões, onde, o sócio que se dispusesse, deveria apresentar uma memória relativa ao programa proposto. Em seguida, o trabalho era remetido à comissão da área correspondente, a qual emitia, geralmente, um parecer sobre a sua validade para a publicação no periódico do Instituto.

Cabiam, portanto, a estas comissões de História e Geografia o veredicto sobre os textos desenvolvidos: se eles teriam o aval à publicação, ou se seriam destinados ao Arquivo do Instituto. Sobreviventes e este primeiro crivo, os materiais aprovados seriam ainda submetidos à comissão de redação, incumbida de corrigir e selecionar aquilo que integraria, efetivamente, o número de páginas aprovado pela comissão de fundos.

O trabalho da Comissão de Fundos consistia, assim, em conciliar os materiais aprovados pelas Comissões de História e Geografia com a limitação espacial da Revista, dinâmica que originou significativa massa de textos aptos à publicação, mas que, no entanto, aguardavam por uma oportunidade nas páginas de alguma edição. Estas interdições reguladas tanto pelo espaço físico da Revista, quanto pelo orçamento das publicações, podem ser ilustradas pelo pedido de subscrição a todo o Brasil, realizado pelo próprio Instituto, da *Crônica dos Frades Menores da Província de Santo Antonio do Brasil*, para que a obra fosse publicada, já que a Revista do Instituto não tinha

¹² Ibidem.

¹³ *Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839.

¹⁴ RIHGB, Rio de Janeiro, do tomo I ao tomo XIV, 1839-1852.

recursos suficientes para que as quinhentas páginas, divididas em dois volumes, fossem levadas ao prelo.¹⁵

No relatório anual, redigido pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, sobre o exercício de 1843, os elementos determinantes destes vetos das comissões de História, Geografia, e redação parecem nítidos quando ele justifica:

“(…) e se ainda não se tem dado publicidade a outros escritos por diversas pessoas efetuados, deve-se isso atribuir-se, ou a versarem sobre matérias alheias aos nossos fins, ou a não serem tão exatas as notícias que dispensem alguma correção, para que possam aproveitar pela sua publicidade.”¹⁶

Realizadas inicialmente com frequência quinzenal¹⁷, as sessões ordinárias tinham como rotina a leitura das cartas enviadas pelos sócios correspondentes, seguida da menção às ofertas recebidas, e do desencadear da ordem do dia. Desenvolvidas como desdobramento dos programas históricos, propostos pelos próprios sócios, nas sessões ordinárias do Instituto, as memórias lidas nas reuniões fomentavam um acirrado debate sobre quais deveriam ser os postulados teóricos norteadores da escrita sobre um passado até então intocado pela prerrogativa de uma história pátria.

Produzidas sob a expectativa de comporem um arcabouço memorialístico à História do Brasil que almejavam escrever, as *memórias para a História*, como bem chama a atenção Isabel Ferreira da Mota¹⁸, reproduziam as práticas das ilustradas academias do século XVIII em consonância com as demandas políticas de um Instituto Histórico afinado com as diretivas do Imperador. Em discurso pela comemoração do segundo aniversário do IHGB, Aureliano de Sousa Coutinho, Conselheiro do Império e vice-presidente do Instituto, dirigindo-se ao Imperador, deixa claro o objetivo que o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil buscava alcançar com o recebimento de documentos associado à elaboração das memórias:

“Senhor! É da História principalmente que se ocupa esse novo Instituto: seu nobre fim é tirar do pó do esquecimento tantos feitos ilustres de distintos brasileiros que tem merecido a imortalidade: é

¹⁵Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo II, 3º tri de 1840.

¹⁶ BARBOSA, Januário da Cunha. *Relatório anual de atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, concernente ao exercício de 1842-1843. In: RIHGB, tomo V, 1843.

¹⁷ Verificamos a partir do início do exercício administrativo do ano de 1844 um espaçamento maior entre as sessões, as quais passaram a ocorrer mensalmente. Entretanto, no ano de 1845 a periodicidade parece obedecer novamente ao modelo de duas sessões por mês.

¹⁸ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Relata da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

coligir para um dia servir à História do Brasil uma infinidade de memórias e documentos preciosos que se acham dispersos e pouco apreciados.”¹⁹

A partir, portanto, destas considerações sobre a estrutura de funcionamento do IHGB, nos decidimos por pensar a relação entre o que era anunciado nos discursos e relatórios anuais sobre a concepção e os usos da história, e o que, em realidade, era incorporado à narrativa das memórias elaboradas pelos sócios, e publicadas na Revista.

Pautados por um regime de historicidade²⁰ marcado, concomitantemente, por uma experiência privilegiadora do entendimento do Brasil independente como uma espécie de continuidade da experiência colonial, e por um horizonte de expectativa²¹ configurado pelo vislumbrar de um Império tropical amalgamado pela consolidação da idéia de nação, os sócios do Instituto, em coerência com a formação intelectual²² que lhes era disponibilizada, definiam, no cotidiano de suas atividades, os limites delineadores da história pátria que deviam elaborar.

Comprometidos, sobretudo, com as primeiras etapas do “fazer historiográfico” aos moldes do historicismo do século XVIII, os membros do Instituto Histórico dedicavam-se a realizar a crítica dos documentos recebidos no mesmo compasso em que propunham e desenvolviam temas. Respeitando o paradigma de que

“A história reunirá estes materiais coadjuvada pela geografia; a crítica os escolherá, segundo suas proporções; a cronologia os numerará depois de bem examinar os seus destinos, a fim de serem depois colocados regularmente pela filosofia em seus devidos lugares, ligados em um corpo, em que possam ser admirados por sua justeza e compostura.”²³

Por certo mais reduzidas do que a publicação de manuscritos, por percorrerem um caminho mais sinuoso, as memórias figurativas das páginas do periódico trimestral

¹⁹ COUTINHO, Aureliano de Sousa. *Discurso pelo segundo aniversário do IHGB*. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 1840.

²⁰ Tomamos emprestado o conceito elaborado por François Hartog sobre os *regimes de historicidade*. In: HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris : Editions Seuil, 2003.

²¹ As utilizações das categorias de experiência e expectativa baseiam-se nas reflexões desenvolvidas em KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

²² Como elucida Lucia Guimarães, significativa maioria da primeira geração de sócios do Instituto advinha da formação intelectual de Coimbra. Ver também: CARVALHO, Jose Murilo. *A ilha de letrados*. In: A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²³ BARBOSA, Januário da Cunha. *Relatório anual de atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, concernente ao exercício de 1841-1842. In: RIHGB, tomo IV, 1842.

do Instituto traduziam o angustiante esforço dos agremiados pelo domínio de temas tão dispersos.

Preocupados em combater a fluidez com que se narrava o passado em um Império ansioso por unificar-se de fato, os homens reunidos em torno da insígnia do IHGB reconheciam as “produções historiográficas” exógenas, com a ressalva de que elas não compunham o sentido da História que a Revista do Instituto Histórico era responsável por promover e divulgar, neste sentido as palavras do Cônego Januário são bastante elucidativas:

“Muitas penas, aliás ilustres, tem escrito memórias, anais e relatórios das coisas do Brasil; mas podemos dizer, senhores, que ainda nos falta uma história bem organizada, que apresente ao conhecimento dos nossos e dos estranhos um quadro fiel de pouco mais de três séculos, em que se veja a mancha dos nossos sucessos relacionados entre si desde a descoberta desta parte do novo mundo.”²⁴

Pelo que temos pesquisado até o presente momento, a florescência mais significativa do trabalho dos sócios reside nos primeiros cinco anos de atividades da instituição. A partir, já, de 1845, com o afastamento do Desembargador Pontes e a concomitante diminuição do fôlego de Januário como Secretario Perpétuo, notamos uma brusca queda na produtividade autoral do Instituto, pois, se no período compreendido entre 1838 e 1844 foram propostos cinquenta e um temas, dos quais sete foram publicados, no ano de 1845 apenas um programa histórico foi anunciado, não sendo nem sequer sorteado.²⁵

Destes sete programas publicados, dois versavam sobre temas ligados às diretrizes que o Instituto deveria compartilhar na empreitada a que se propunha. O primeiro deles respondia a uma questão levantada pelo Presidente Visconde de São Leopoldo no ato da leitura da memória, o que indica a peculiaridade deste caso, já que seu tema não seguiu os trâmites comuns de proposição/sorteio/desenvolvimento. Dissertando sobre indagação de sua própria autoria, José Feliciano Fernandes Pinheiro discutiu brilhantemente se o Instituto Histórico Brasileiro era realmente o representante

²⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. *Relatório anual de atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, concernente ao exercício de 1841-1842. In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IV, 1842.

²⁵ RIHGB, Rio de Janeiro, tomos I ao VII.

das idéias da Ilustração, que em diferentes épocas teriam se manifestado no continente.²⁶

O segundo programa, trabalhado pelo Desembargador Pontes, referia-se aos meios que se deveria lançar mão para que fosse obtido o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil. Publicado no décimo número da Revista, o programa alertava ao Instituto sobre o esforço que deveria ser empreendido no sentido de incentivar viagens arqueológicas, bem como de promover a formação de comissões avaliativas de arquivos públicos ou particulares, para que assim fosse adquirido sólido cabedal documental ao Instituto.²⁷

Os outros cinco programas publicados tangenciam a questão indígena com maior ou menor intensidade. Justificando a predileção pela publicação destes temas, o Cônego Januário relatou:

“(…) temos particularmente *nos* ocupado do que diz respeito aos indígenas; porque sendo muito obscura a história da Terra de Santa Cruz em sua descoberta, e convindo investigar o grau de civilização a que haviam chegado os povos do Novo Mundo antes de aparecerem às vistas de seus descobridores, força era que nos costumes dos índios procurássemos o fio que nos deve conduzir a tempos muito mais anteriores.”²⁸

Assim, nos primeiros quinze números da Revista foram publicados sete programas, onde cinco deles abordavam o índio como preocupação, o que se torna evidente nos próprios títulos, quais sejam: “qual seria o melhor sistema de colonizar os índios (...) e se conviria seguir o sistema dos jesuítas”; “se a introdução dos africanos no Brasil serviu de embaraço à civilização dos índios (...) e neste caso qual seria o prejuízo da lavoura brasileira entregue aos cativos”; “se todos os indígenas do Brasil tinham idéia de uma única divindade (...)”; “onde aprenderam e quem foram os artistas que fizeram levantar os templos dos jesuítas em Missões”; “qual era a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil.”²⁹

²⁶ PINHEIRO, Jose Feliciano Fernandes. *O Instituto Histórico Brasileiro é o representante das idéias da Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente?* In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839.

²⁷ PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. *Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos à História e à Geografia do Brasil?* In: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo III, 1841.

²⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. *Relatório anual de atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, concernente ao exercício de 1840-1841. In: RIHGB, tomo III, 1841.

²⁹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomos I ao VII.

A partir, portanto, deste breve cotejamento entre os usos do passado defendidos nos discursos e relatórios aniversários, e aquilo que, efetivamente, se tornava real através das memórias publicadas no periódico do Instituto, fomos capazes de notar uma coerência entre aquilo que era pronunciado nos momentos de jubilo, e aquilo que se construía como a imagem oficial do Instituto através de sua Revista.

Reiterando nossa hipótese de que a Revista deve ser analisada como consenso dos debates intelectuais travados nas sessões ordinárias, por ela ter se constituído como resultado de um processo interacional onde atuava a elite letrada da Corte, concluimos que, fossem nos discursos ao Imperador, ou nas Memórias ao público leitor, o Instituto seguia as orientações que o configuravam como instituição defensora de um discurso que, embora se materializasse hegemônico em sua publicação trimestral, não refletia, como se poderia prever apressadamente, um pensamento homogêneo.

Linguagens políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)

Bruno Diniz Silva

Esta pesquisa insere-se na perspectiva de estudo da historiografia brasileira oitocentista relacionada com o processo de formação do Estado Nacional¹. Tendo como tema de estudo a produção historiográfica anterior à fundação do IHGB, em consonância com as pesquisas desenvolvidas por Valdeci Lopes de Araujo, João Paulo G. Pimenta e Íris Kantor, que em perspectivas diversas, analisam a compreensão da história no mundo luso-americano anterior à independência do Brasil².

A presente pesquisa pretende analisar a produção historiográfica de José da Silva Lisboa, no intuito de identificar e compreender as linguagens políticas empreendidas por aquele autor em suas obras historiográficas – no período de 1808 a 1830 – em resposta aos momentos históricos e aos debates políticos que decorreram em função da transmigração da Corte portuguesa para o Brasil, da suspensão do “Sistema Colonial”, do estabelecimento das Cortes Constituintes em Lisboa e da declaração de Independência do Império do Brasil. Contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento histórico a cerca da produção intelectual e historiografia brasileira das primeiras décadas dos oitocentos.

A metodologia que guia esta pesquisa é a *história dos discursos políticos*, que tem origem na Escola Cambridge, cujos principais representantes são Quentin Skinner e John Pocock. Segundo Pocock, os historiadores que utilizam esta perspectiva teórica estão interessados em identificar o estado da linguagem no tempo, e em estabelecer o contexto no qual um dado autor construiu o seu texto ou a sua participação em algum debate, ou seja, “estão interessados no que a linguagem causou ao escritor ao modelar o

¹ Esta apresentação é baseada nos resultados preliminares de uma pesquisa relacionada à compreensão dos “Contextos Discursivos da Historiografia luso-brasileira à época da Independência” desenvolvida por um grupo de alunos da Universidade Federal de Ouro Preto vinculados ao Núcleo de Estudos de História da Historiografia e Modernidade, sob a coordenação do Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo. Este grupo de pesquisa conta com o apoio da CAPES, CNPQ, FAPEMIG e UFOP. Integram este grupo Bruno Diniz (mestrando) e os graduandos: Giorgio Lacerda, Luara França, José Luiz Ferreira Bahia Júnior e Rafael da Silva Alves.

² Valdeci Lopes de ARAUJO. **A Experiência do Tempo**: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845); Íris KANTOR. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso americana (1724-1759); João Paulo G. PIMENTA. **Estado e nação no fim dos Impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**; Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES.. “*Para Reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte*”. In Alda HEIZER & Antonio P. VIDEIRA. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**.

seu discurso e no que o escritor pode ter feito com a linguagem através dos atos realizados dentro dela e em contato com ela”.³

Outra fonte que contribuirá para o desenvolvimento desta pesquisa está relacionada aos estudos sobre Modernidade empreendidos por Koselleck e Gumbrecht. Tais autores compreendem a modernidade enquanto fundadora de uma nova ordem histórica passando a ter grande importância na explicação das mudanças historiográficas ocorridas no mundo ocidental a partir do século XVIII. Seu surgimento acarretou diversos problemas epistemológicos que a historiografia contemporânea precisou – e ainda precisa - enfrentar. De um lado, o tempo passou a ser o grande agente de mudanças, fazendo com que a história tomasse uma forma filosófica na qual um processo era narrado de forma contínua;⁴ de outro, os exemplos históricos não poderiam mais “ensinar”, já que a experiência do passado começou a se distanciar do horizonte de expectativa. Para resolver essa instabilidade gerada pela impossibilidade de aprender com o passado, a narrativa histórica tomou a forma do desenvolvimento de um princípio que garantia a estabilidade entre passado, presente e futuro.⁵ Com a primazia do tempo como fator de explicação da história, os períodos históricos deixaram de ser equivalentes, havendo, assim, a impossibilidade de comparação entre estes, já que existiria uma negação contínua da repetição e da permanência.⁶

Além destas propostas teóricas metodológicas, os atuais estudos desenvolvidos pela historiografia brasileira a cerca do processo de formação de nosso Estado Nacional e da Cultura Política daquele período serviram como base para a compreensão do contexto histórico e lingüístico que envolvia a produção intelectual de José da Silva Lisboa.

*A Memória da Vida Pública do Lord Wellington (1815)*⁷, a *Memória dos Principais Benefícios Políticos do governo de El-Rey nosso Senhor D. João VI (1818)*⁸ e a *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil dedicada ao Senhor*

³ John G. A POCOCK. *Conceitos e discursos: uma diferença na cultura? Comentário sobre o paper de Melvin Richter.*

⁴ Hans Ulrich GUMBRECHT. *Cascatas de Modernidade.* In: _____. **Modernização dos sentidos.** *passim*

⁵ Reinhart KOSELLECK. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. **Passado Futuro:** contribuição à semântica dos tempos modernos. *passim*

⁶ Hans Ulrich GUMBRECHT. *Cascatas de Modernidade.* Op. cit., p. 15-16.

⁷ José da Silva LISBOA. **Memória da vida pública do Lord Wellington.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.

⁸ José da Silva LISBOA. **Memória dos Benefícios Políticos do governo de el-Rey Nosso Senhor D. João VI.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1818.

*D. Pedro I. (1825-1830)*⁹, são suas principais obras de cunho historiográfico, e representam momentos distintos do processo de formação do Estado-Nacional brasileiro e do discurso político empregado por Cairu.

Nossa hipótese central é que estas obras representam dois momentos distintos do discurso historiográfico de José da Silva Lisboa. Sendo o primeiro representado pelas *Memórias da Vida Pública de Lord Wellington* e na dos *Principais Benefícios Políticos*, em que Silva Lisboa emprega um discurso diretamente influenciado pelo Iluminismo português que enaltece a figura de D. João VI como um monarca liberal, vitorioso na empresa de restauração da Monarquia portuguesa. Além, de fazer grande exaltação da elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Já a *História dos Principais Sucessos Políticos*, representa momento distinto do discurso político e historiográfico de Cairu, que a pedido de D. Pedro I, compôs uma História Geral do Império que apresentasse ao público contemporâneo os principais acontecimentos políticos “*dignos de memória*”, em especial, aqueles relativos ao período iniciado em 26 de fevereiro de 1821 até o reconhecimento do Império pelas Potências européias.

Na *Memória da Vida Pública do Lord Wellington*, obra destinada a exaltação do Comandante das tropas luso-britânicas nas batalhas contra os exércitos de Napoleão, José da Silva Lisboa promove uma circunstanciada crítica à expansão Napoleônica e sua política tirânica, em que Napoleão é caracterizado como uma *Besta*, ou como o próprio *Anti-Cristo* que desestabilizou toda a sociedade civil. Porém as críticas de Cairu sobre a Revolução Francesa e o Império Napoleônico são direcionadas contra os revolucionários e a “*Besta Corsega*” e não à Nação francesa. Esta obra também é caracterizada pela exaltação da Monarquia aristocrática como a melhor forma de governo disponível para a sociedade de então. Silva Lisboa fala do restabelecimento da ordem da Máquina Social após a Revolução, por meio da “Invisível Mão do grande Arquiteto que re-estabiliza a ordem civil, e com ela a da Nobreza hereditária, que forma (como elegantemente diz Burke) o *Capitel Coríntio da Sociedade Civil*, assentando com larga base a Pirâmide da Constituição Monárquica”.¹⁰

Na *Memória dos Principais Benefícios Políticos do governo de El-Rey nosso Senhor D. João VI*, Silva Lisboa caracteriza como objetos de sua narrativa apenas os aqueles Benefícios Políticos considerados perenemente úteis ao Estado, considerados

⁹ José da Silva LISBOA. *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*. 4 Vols. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825-1830.

¹⁰ _____. *Memória da vida pública do Lord Wellington*. Pág. 8.

por ele como os “sazonados frutos da Sabedoria Política, que concilia o Interesse Nacional com o Bem do Governo Humano”, com o objetivo não apenas de expor os principais benefícios políticos do governo de D. João VI desde o início de sua regência em 1792 até o momento de sua Coroação em 1818, mas também, promover a reabilitação da Casa de Bragança, frente a seus súditos e às demais potências européias, procurando aplicar à sua visão monarquista e reformista princípios de autores como Burke, Robertson, Gibbon e Smith.

Estas *Memórias* representam um momento de tensão na produção historiográfica de Silva Lisboa. Aqui a noção de história ainda mantém fortes relações com os padrões historiográficos do século XVIII, mas também, apresentam algumas características de uma *macro narrativa ilustrada*. Em que percebemos uma noção de história política “ilustrada” de inspiração clássica profundamente complexificada por leituras tacitistas que conferiam novas funções à escrita da história¹¹

A Biografia dos Grandes Homens tem sido, desde a alta antiguidade, objeto de escritos úteis, ainda que às vezes desaceitos, e até proscritos pelos que, segundo argue Tácito, em vão tentam abolir a consciência do Gênero Humano, e amortecer a lembrança das ações egrégias, para nada ocorrer de honesto nos que desejam fazer coisas dignas de se escreverem, ou escrever coisas dignas de se fazerem, como no liberal governo de Trajano aconselhava o sue Panegirista Plínio, para também deixar testemunho de sua existência.¹²

Nessas obras historiográficas de José da Silva Lisboa, percebe-se a uma forte influência do providencialismo lusitano, além da simultânea presença de uma história filosófica e uma história exemplar que não compromete sua compreensão racional da história como processo. Procurando aplicar sempre que possível à sua visão monarquista e reformista os princípios de autores como Burke, Robertson, Gibbon e Smith. Embora, as novas exigências da história racionalizada estejam presentes.

O outro momento do discurso historiográfico de Cairu encontra-se presente na *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*. A narrativa de Silva Lisboa sobre os *Principais Sucessos* é influenciada tanto pelos acontecimentos daquele período, quanto, pelos debates políticos ocorridos em Portugal e Brasil, ou seja, é uma narrativa histórica com a pretensão de legitimar um discurso político favorável à *Regeneração do Brasil* empreendida por D. Pedro I. Na introdução dessa obra, Cairu

¹¹ Sobre a Lacização das narrativas ver: Valdei Lopes de ARAUJO & João Paulo PIMENTA. **História**. Verbetes apresentados para o dicionário comparativo dos conceitos no mundo ibérico. 2007. mimeo.

¹² MLW pág. III

diz ser motivado a realizar tal empreendimento não apenas por ser uma vontade do Imperador, mas também pelo fato dele ter contribuído com seus escritos para sustentar o espírito público dos compatriotas durante o conflito político daqueles anos. Desta forma, aquela história dos *Sucessos Políticos*, em alguma medida, pretendia conferir legitimidade ao discurso político empregado por Silva Lisboa e membros da elite coimbrã próximos ao Monarca em oposição ao discurso empreendido pelos “*arquitectos de ruínas*” reunidos nas Cortes em Lisboa. Destarte, a *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil* é profundamente marcada por críticas às arbitrariedades das Cortes portuguesas.

No entanto, a principal transformação no discurso de Cairu nesta obra em relação às anteriores, consiste no projeto de elaboração de uma História Geral do Império, desde a época dos Grandes Descobrimientos portugueses até o momento de sua elaboração.

A *História dos Principais Sucessos* foi dividida em 10 partes: I. Achada do Brasil; II. Divisão do Brasil; III. Conquista do Brasil; IV. Restauração do Brasil; V. Invasões do Brasil; VI. Minas do Brasil; VII. Vice-Reinado do Brasil; VIII. Corte do Brasil; IX. Estados do Brasil; X. Constituição do Brasil. No ano de 1825 foi publicado o primeiro volume referente à Primeira Parte. Nos anos seguintes foram publicados mais três volumes referentes à Décima Parte. Ficando as outras partes restantes apenas no projeto.

Na Introdução da *História dos Principais Sucessos do Império* Cairu empreende um balanço sobre as principais obras de autores que tiveram Portugal e principalmente o Brasil como objeto de estudo. Pois segundo Silva Lisboa, estas foram as obras “de que me aproveitei, tendo a vista remetidos documentos da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, e os Diários das Cortes de Lisboa, e da Assembléa do Rio de Janeiro”¹³.

Outra característica que distingue esta obra é uma maior preocupação com a veracidade dos fatos narrados, ou seja, esta obra representa um momento de crescente cientifização da escrita da história. Caracterizada também pela na constante lembrança da necessária comprovação documental.¹⁴

¹³ José da Silva LISBOA. “Introdução”. In: _____. **História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil**, vol.1. p.21.

¹⁴ A necessidade de comprovação documental é melhor representada na *Observação Preliminar* do Segundo Volume da *História dos Principais Sucessos Políticos*: “Na presente narrativa, cingi-me precisamente ao que foi patente aos olhos de todos os Fluminenses, e consta de Proclamações, e Cartas do

A *Verdade* é a Estrela Polar da História, e a circunstância que principalmente a distingue da *ficção*. Integridade, candura, e moderação, são as partes do Historiador. Informação e fidelidade são indispensáveis para o complemento do seu dever. Mas, se ele não foi Ator nas Cenas que relata, o seu conhecimento, em muitos casos, é circunscrito, e raras vezes pode ser perfeito. Razões de Estado, ou interesses da Nação, fazem inacessível autentica inteligência de Arquivo de Gabinete; a dignidade e delicadeza de melindrosas transações reclamam resguardo, e silêncio do historiador, que não esteja no predicamento de César, Carlos V, Frederico II, que escreveram Comentários dos Próprios feitos. Espero que isto me seja boa escusa na *Economia da Verdade* sobre Sucessos, de cujas circunstâncias não há uniformidade no Juízo do Público.(30)

Em diversos momentos da *História dos Principais Sucessos*, faz-se evidente que Cairu tinha uma maior preocupação de legitimar a sua obra com citações de importantes e reconhecidos autores, tais como Robertson, Hume e Gibbon e Robert Southey, autor da *History of Brazil* – publicada na Inglaterra entre 1812 e 1820 – que segundo o próprio Cairu, “contém o cabedal mais abundante das notícias dos principais Sucessos políticos do Brasil até a dita Época: eu a tenho por Farol deste meu empreendido Ensaio”.¹⁵

Percebe-se que em muitos dos momentos dos quais Cairu cita Southey, a importância dessa referência não é a citação em si, mas o fato de Southey ser considerado como fonte segura para a elaboração de uma história geral do Brasil. Em outras passagens Southey e outros autores são utilizados para legitimar ou exemplificar as afirmações de Cairu.

A análise dessas obras de Cairu nos permite identificar que num primeiro momento – 1808 a 1820 –, o discurso de Cairu é marcado pelo constante uso de linguagens políticas empregadas para a legitimação do sistema monárquico de governo e críticas às *vertiginosas idéias do Século*, principalmente pela divulgação de teorias de *Burke* e *Hume*. Aqui, as narrativas de Silva Lisboa têm como principal objetivo invalidar os ideais da Revolução Francesa e simultaneamente, promover uma reabilitação – frente aos seus súditos e das demais nações – da imagem da monarquia lusitana abalada pela invasão napoleônica e a transmigração da Corte para o Rio de Janeiro, por meio do emprego de um discurso que enaltecesse a Restauração da dignidade da Monarquia Bragantina com a criação de um *Novo Império*. O segundo momento tem início com o advento da Revolução do Porto, mas é, principalmente, fruto

Príncipe Regente sobre esses e outros fatos, bem como de impressos e principais Monumentos históricos, que ofereço por Apêndice a esta Seção”.

¹⁵ José da Silva LISBOA. “Introdução”. In: _____. **História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil**, vol.1. p.12

dos acontecimentos relacionados à recepção dos decretos de outubro de 1821, elaborados pelas Cortes Constitucionais reunidas em Lisboa, e suas conseqüências no Brasil. É caracterizado pela defesa da continuidade da união entre os reinos de Portugal e Brasil, mas frente à impossibilidade desta união devido aos projetos empreendidos pelos *arquitetos de ruínas* reunidos em Lisboa, Cairu passou a defender a formação de um Império brasileiro regido pelo legítimo herdeiro da Casa de Bragança. Este momento do discurso histórico de Cairu também é marcado pela divulgação de ideais ligados ao constitucionalismo, defendendo a formação de uma monarquia constitucional “em que o monarca exerce a soberania com limites e repartição dos poderes, que ele mesmo se fixou, ou contratou com os deputados dos povos”¹⁶.

¹⁶ Apud Tereza Cristina KIRSCHNER. Burke, Cairu e o Império do Brasil. In.: Brasil: Formação do Estado e da Nação. P.690

**Sergio Buarque de Holanda, leitor de E. Auerbach e E. R. Curtius:
notas sobre *Visão do Paraíso* (1959)**

Éder Silveira*

I

No ano de 1959, Sergio Buarque de Holanda publicou *Visão do Paraíso*, ensaio no qual analisou, partindo da literatura de viagem produzida sobre a América, o significado do edenismo nas descrições quinhentistas das terras em que aportavam portugueses e espanhóis. Para ele, dentre os *topoi* que presidem as narrativas sobre o Brasil, o mito edênico foi aquele que se revelou de mais extraordinária força e perenidade. Deixa seus primeiros rastros nas descrições dos navegadores do século XVI que, uma vez colocados ante o Novo Mundo, acabam encontrando solo para a materialização de uma idéia que já traziam consigo, um “cenário ideal, feito de suas experiências, mitologias ou nostalgias ancestrais”.¹

Visão do Paraíso, curiosamente, foi, dentre as publicações do autor, uma das que apresentou menor repercussão. Obra muito respeitada, algumas vezes referida, mas pouco lida e de ressonância “relativamente limitada”, como afirmou Ronaldo Vainfas.² Não é tão difícil compreender essa inconformidade entre a obra e sua época quando se leva em consideração as ponderações do próprio Buarque de Holanda no Prefácio à segunda edição, em que discute a posição de *Visão do Paraíso* frente aos estudos marxistas então em voga.³

* Doutor em História pela UFRGS.

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 350. No *Dicionário de mitos literários*, organizado por Pierre Brunel, há um verbete dedicado ao mito do Éden e à sua fortuna literária. Todavia, no caso aqui analisado, a representação do Éden terrestre liga-se, antes, à idéia de descoberta, sendo visto como a recompensa da viagem. Cf. COUFFIGNAL, Robert. Éden. In: BRUNEL, Pierre. *Dicionário de mitos literários*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. p. 294-306.

² VAINFAS, Ronaldo. Sergio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais. In: CANDIDO, Antonio (org). *Sergio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 55.

³ No prefácio à segunda edição, de 1968, Sergio Buarque redefine o seu espaço de enunciação. Em uma passagem bastante interessante, ele posiciona seu estudo frente aos textos marxistas que avultavam à época, afirmando: “Não pretende esta ser uma história ‘total’: ainda que fazendo cair o acento sobre as idéias ou mitos, não fica excluída, entretanto, uma consideração, ao menos implícita, de seu complemento ou suporte ‘material’, daquilo em suma que, na linguagem marxista, se poderiam chamar a infra-estrutura. Mas até mesmo entre os teóricos marxistas vem sendo de há muito denunciado o tratamento primário e simplificador das relações entre base e superestrutura, que consiste em apresentá-las sob a forma de uma influência unilateral, eliminadas, assim,

E a sofisticação do texto vem não somente da profunda erudição demonstrada pelo autor, mas talvez, principalmente, de sua construção metodológica, como destacou Luiz Costa Lima ao afirmar que “independente, porém, de sua expansão temática, singulariza-o a questão do método que o funda”.⁴ No que diz respeito às premissas teórico-metodológicas de *Visão do Paraíso*, o ponto que chama a atenção do leitor atento a essa questão é a fusão proposta por Sergio Buarque de referências oriundas dos estudos literários, que ele conhecia a fundo, com a história. Detalhe relativamente escamoteado do leitor na primeira edição, mas que foi tornado explícito no prefácio à segunda, como na passagem na qual Sergio Buarque afirma,

O tema desse livro é a biografia de uma dessas idéias migratórias. Tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou míticas (capítulos VII e VIII), até vir implantar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil. Para isso foi de grande serventia o recurso à Tópica, no sentido que adquiriu esse conceito, tomado à velha retórica, desde as modernas e fecundas pesquisas filológicas de E. R. Curtius, onde, conservando-se como princípio heurístico, pôde transcender aos poucos o cunho sistemático e puramente normativo que outrora a distinguiu, para fertilizar, por sua vez, os estudos propriamente históricos.⁵

A proximidade à obra de Curtius, assim como à de Auerbach, vem do esforço de Sergio Buarque em manter-se ligado, em primeiro lugar, aos caminhos da discussão em humanidades na Alemanha, assim como ao esforço de montar um acervo suficientemente amplo no campo dos estudos literários. Ao assumir o posto de crítico literário oficial do jornal *Diário de Notícias*, Sergio Buarque de Holanda, que não era nenhum iniciante na crítica cultural, esforçou-se para se manter atualizado com relação ao que se discutia nessa área. Formou, especialmente ao longo das décadas de 1940 e 1950, uma respeitável biblioteca nessa seara. Como narra na apresentação de *Tentativas de Mitologia*,

O caso foi que logo cuidei de enfronhar-me em tudo quanto houvesse de mais atual então e de mais fecundo no tocante às técnicas de criação literária, comprando ou encomendando no estrangeiro publicações especializadas, ou apelando para a boa vontade de amigos melhor informados do que eu sobre o assunto, que se prontificassem

quaisquer possibilidades de ação recíproca”. HOLANDA, Sergio Buarque de. Prefácio à segunda edição (1968). In: _____. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. XVIII.

⁴ LIMA, Luiz Costa. Sérgio Buarque de Holanda: *Visão do Paraíso*. Revista USP, São Paulo, n. 53, março/maio de 2002, p. 45.

⁵ HOLANDA, Prefácio à segunda edição. In: op. cit., p. XVIII.

a emprestar-me livros ou revistas de que ia necessitando. Já tinha em casa bom número de obras, geralmente em francês ou alemão, acumuladas durante anos, que seriam de bom serviço para a atividade a que agora era chamado.⁶

Dentre os autores estudados por Sergio Buarque nessa época, Arnoni Prado destaca a leitura que ele fez de Erich Auerbach. A crítica estilística do romanista alemão e a noção de que existem diferentes padrões de representação da realidade na literatura ocidental deram a Sergio Buarque elementos para a elaboração de textos bastante originais sobre a literatura modernista européia, tais como Proust, Kafka e Joyce.⁷

Dentre as correntes que Sergio ajuda a introduzir no Brasil estão a crítica estética dos romanistas alemães Auerbach e Curtius e o *new criticism* anglo-americano. No que diz respeito ao tópico aqui abordado, em junho de 1949, em um artigo intitulado *Descobrimdo a infância*, Buarque de Holanda cita Curtius, “um erudito de nossos dias”, falando do tema do menino prodígio, do *puer senex*.⁸

Em 1951, em *Mito e Arte*, volta a valer-se de Curtius, em uma análise de uma obra de *Da filosofia*, de Pero de Botelho.⁹ Aproximadamente à mesma época, Buarque de Holanda refere-se a Auerbach. Em artigo de julho de 1949, *Simbolismo e Realismo*, menciona o crítico, cuja obra máxima, *Mimesis*, é resenhada por SBH em artigo homônimo, de 1950. Nesse ensaio, SBH elogia Augusto Meyer pela iniciativa, à frente da Secretaria de XX, do projeto de traduzir as obras de Auerbach e Curtius, “obras de cultura geral”. Segundo ele: “Um desses livros é a obra mestra de Ernst Robert Curtius dedicada à literatura européia e à Idade Média latina, que, publicada na Suíça há apenas dois anos, já se tornou contribuição clássica nos domínios da história e da crítica”.¹⁰

Vale frisar que *Literatura européia...* seria publicada em 1957. Já *Mimesis* só ganharia sua primeira publicação no Brasil em 1970, pela Editora Perspectiva. Tanto Curtius quanto Auerbach são citados, ao lado de Leo Spitzer, no magistral e extenso ensaio sobre Claudio Manuel da Costa, publicado em *Capítulos de Literatura Colonial*.

⁶ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 15.

⁷ PRADO, Antonio Arnoni. Introdução. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *O espírito e a letra*. V. I. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 31.

⁸ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Descobrimdo a infância*. In: _____. *O espírito e a letra*. V. II. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 155. Publicado originalmente em 16 de outubro de 1949.

⁹ HOLANDA, Mito e Arte. In: op. cit., p. 405. Publicado originalmente em 04 de julho de 1951.

¹⁰ HOLANDA, *Mimesis*, In: op. cit., p. 289. Publicado originalmente em 26 de novembro de 1950.

No entanto, não foi somente em sua atuação como crítico que Sergio Buarque deixou entrever a influência dos estudos de teoria literária. As obras de Ernst Robert Curtius e de Erich Auerbach, por exemplo, se fizeram presentes mesmo nos estudos mais “maduros” de Sergio Buarque, dificultando qualquer divisão do pensamento deste autor em fases estanques, em que se deixa, de um lado, o ensaísmo do início de sua carreira, com *Raízes do Brasil*, e a sua “aventura modernista” e, de outro, seus estudos históricos. Destarte, lembrar da importância dos romanistas na obra de Sergio Buarque ajuda a pensar sobre o espectro das influências do pensamento alemão em seu trabalho, uma vez que o conjunto de autores alemães por ele estudado em geral se concentra nos nomes de Max Weber, Georg Simmel e de outros sociólogos canônicos do começo do século XX.

II

A ordenação teórica dada por Sergio Buarque às imagens construídas sobre as terras americanas pelos viajantes e cronistas que por elas passaram é haurida de sua leitura da romanística alemã, cujas publicações acompanhou ao longo das décadas de 1940 e 1950. Além de *Mimesis*, de Auerbach, publicada originalmente em 1946, Sergio Buarque irá analisar em sua coluna no jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, obras como *Literatura européia e a idade média latina*, publicada em 1948 por Curtius.¹¹ Todos esses textos farão parte das reflexões de Sergio em *Visão do Paraíso* e no inacabado *Capítulos de Literatura Colonial*, organizado por Antonio Candido

Dos romanistas, o historiador brasileiro tomará a idéia de *topos*, analisada por Curtius, como o elemento orientador da interpretação que os europeus fizeram das terras e das gentes que encontraram na América. A noção de *topos*, retomada por Curtius da retórica, permitiu-lhe pensar a unidade de origem de alguns dos temas centrais da tradição literária que se forma na passagem da Antigüidade para a Idade Média latina. A ênfase nessa continuidade foi buscada por Curtius a fim de transcender as histórias literárias nacionais, ainda muito em voga em sua época. A sua obra, em certo sentido, reflete a suspeita da intelectualidade européia com relação à idéia de

¹¹ CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e idade média latina*. São Paulo: Edusp, 1996.

exclusividade nacional, haja vista, entre outros fenômenos históricos de sua época, os choques promovidos pelos nacionalismos políticos das primeiras décadas do século XX. A tópica abriu para Curtius uma perspectiva mais universalista no estudo da tradição literária ocidental, esquivando-o dos discursos rigidamente nacionalistas que marcaram seu tempo.

No entanto, cumpre ressaltar que o trabalho de Curtius recebeu pesadas críticas justamente em função de seu classicismo e, curiosamente, por desprezar a historicidade. Na sua aula inaugural na Universidade de Constança, Hans Robert Jauss, inimigo declarado da estilística, afirmou que na

[...] obra monumental de Curtius – que propiciou trabalho a uma legião de epígonos pesquisadores da tópica –, a continuidade da herança da Antiguidade, alçada à condição de idéia suprema, figura sob a forma da tensão historicamente não mediada, imanente à tradição literária, entre criação e imitação, poesia elevada e mera literatura. Um classicismo atemporal das obras-primas eleva-se acima daquilo que Curtius chama ‘a irrompível cadeia tradicional da mediocridade’, deixando a história atrás de si como terra incognita.¹²

A crítica de Jauss, no entanto, parecer tentar apagar o momento no qual a obra de Curtius foi escrita. Na sua época, parecia importante criticar as demarcações nacionais, pois isso era visto como um antídoto ao nazismo e às conseqüências da Segunda Guerra. Segundo Curtius:

A Europa é apenas um nome, uma “expressão geográfica” (como dizia da Itália Metternich), se não apenas um conceito histórico. Para tal fim, todavia, de nada serve a história de nossos antiquados livros didáticos. Para eles não existe absolutamente história européia, mas apenas a presença simultânea de histórias desvinculadas de povos e de Estados. Tomando-se como ponto de vista mitos e ideologias nacionais, ensina-se de maneira isolada e artificial a história das “grandes potências” de ontem e de hoje.¹³

Luiz Costa Lima, em estudo sobre as aproximações possíveis entre Sergio Buarque e E. R. Curtius, demonstrou que, “assim como para Curtius, [para SBH] os *topoi* eram fagulhas que ou se desprendiam do antigo sistema retórico, de suas partes e gêneros, ou derivavam da própria poesia para de novo se incorporarem ao antigo *hábitat* retórico, assim também, embora em extensão sensivelmente menor, os motivos edênicos derivavam da hermenêutica autorizada

¹² JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994. p. 13.

¹³ CURTIUS, op. cit., p. 37.

sobretudo do Gênese e se incorporavam ao imaginário dos povos cristianizados”.¹⁴ Esse elemento sublinhado por Costa Lima é crucial na construção de *Visão do paraíso*, na medida em que permite o entendimento de que a maneira de os europeus olharem as terras recém conquistadas já vinha de um conjunto de signos pré-concebidos, que os levaram, dentre outras, à conclusão de que aportavam no Éden, tema central do estudo do historiador paulista.

A “tópica das visões do paraíso”,¹⁵ cuja história prévia Sergio Buarque demonstra detalhadamente, reatualizou-se com a possibilidade “real” do achamento do paraíso terreal. Essa imagem embestia os navegadores do desejo de reencontrar a “terra sem males”, da qual Adão e Eva teriam sido expulsos.¹⁶ É mister lembrar que a chegada dos europeus em terras americanas, além da mobilização dos mitos previamente constituídos sobre o Éden terreno, colocou essas expectativas em diálogo com a cosmologia dos índios brasileiros. O conjunto de mitos cosmogônicos indígenas foi interpretado pelos portugueses como confirmação dos traços edênicos que eles imaginavam identificar nas terras americanas.

No entanto, e essa é uma possibilidade de leitura de *Visão do Paraíso* ainda não desenvolvida, além de Curtius, Auerbach se insinua na obra de Sergio Buarque, especialmente se considerarmos, como é possível compreender na interpretação oferecida por Leopoldo Waizbort, que *Mimesis* é uma obra que permaneceu, bem medidas as palavras, em aberto, fato que pode ser comprovado pelas alterações pelas quais ela passou.¹⁷ O “método de Auerbach” consiste em escolher um problema ou motivo e perseguir as transformações históricas desse motivo em diferentes tradições e textos. Em *Mimesis* ele perseguia um problema, as diferentes formas de representação da realidade em literatura, segundo um método filológico que, em suas palavras, é

¹⁴ LIMA, op. cit., p. 51..

¹⁵ HOLANDA, Prefácio à segunda edição, op. cit., p. X. Sobre a análise proposta por Sergio Buarque de Holanda desse *topos*, anotou Robert Wegner: “Esses motivos funcionavam como uma espécie de lente para enxergar as novas terras e, ainda que pudessem ser revistos ou atenuados, não deixaram de ter grande longevidade. Sérgio Buarque mapeia uma série desses *topoi* que se repetem nos textos, seja nos que visavam apenas descrever as terras americanas, seja nos que procuravam demonstrar que nelas, de fato, se encontrava o jardim bíblico do qual Adão e Eva haviam sido expulsos”. WEGNER, Robert. América, alegria dos homens: uma leitura de *Visão do Paraíso* e de *Wilderness and Paradise in Christian Thought*. In: ROCHA, João Cezar Castro (org.). *Nenhum Brasil existe: Pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: UERJ/Topbooks/UniverCidade, 2001. p. 368.

¹⁶ Cf. ibidem, p. XVI e ELIADE, Mircea. Paradis et utopie: géographie mythique et eschatologie. In: _____. *La Nostalgie des Origines*. Paris: Gallimard, 1999. p. 149-184.

¹⁷ WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um*. Filologia, crítica literária, sociologia. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 12.

chamado de “topologia histórica”.¹⁸

O que Sergio Buarque procurou fazer em seu estudo não se afasta tanto desse procedimento, ainda que ele o tenha desenvolvido de maneira diversa. Mesmo com uma análise bastante filológica¹⁹, Sergio procurou sublinhar a dimensão projetiva do viajante ante os autóctones, que o levava a “enganos” em relação à configuração da terra recém descoberta. A “geografia fantástica do Brasil”, assim como a de todo o *Novo Mundo*, fundava-se a partir de “narrativas que os conquistadores ouviram ou quiseram ouvir dos indígenas”. Ela esteve, para Sergio Buarque, “contaminada, desde cedo, por determinados motivos que, sem grande exagero, se podem considerar arquetípicos”. Os mitos oriundos do imaginário medieval sobre a existência de um paraíso terrestre condicionaram a tradução por eles feita dos “discursos dos naturais da terra”.²⁰ No entanto, e é justamente este o traço auerbachiano, há diferentes padrões de realidade que se insinuam ao comparar-se a mentalidade do português e do espanhol.

Assim, podemos pensar a interpretação européia das marcas percebidas na América como o preenchimento de suas expectativas. Uma interpretação cujo esteio é o fundo alucinatório da crença, para usar uma terminologia cara a Fernando Gil. Digo isso porque penso ser importante sublinhar a importância do par expectativa e preenchimento, trazendo-o para um contexto de tradução cultural, uma vez que, com os olhos voltados ao contato entre o mesmo e o Outro, ele nos permite pensar a chegada dos europeus à América em termos que tangenciam interpretações deliberadamente racionalistas e que negligenciam os elementos simbólicos envolvidos nesse processo. Como afirma Fernando Gil, as “constatações’ constituem o preenchimento de uma expectativa de certo tipo e, nesta medida, podem também ser relacionadas com a realização de um voto ou de um desejo”.²¹

Tratando a tradução cultural nesses termos, podemos pensar o contato como uma forma

¹⁸ AUERBACH, Erich. Filologia da literatura mundial. In: _____. *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: Duas Cidades/34, 2007, p. 365.

¹⁹ HOLANDA, Sergio Buarque de. Doença infantil da historiografia. In: _____. *Para uma nova história*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 76.

²⁰ HOLANDA, *Visão...* (1959), op. cit., p. 78. É mister frisar que o uso feito por Sergio Buarque de Holanda do conceito de arquétipo não é tributário, ao menos direto, do pensamento de Carl Gustav Jung. O arquétipo é tratado por Buarque de Holanda como um tipo, remetendo a uma espécie de fundo arcaico ou imagem primeira. Para uma análise do conceito, cf. BOYER, Régis. Arquétipos. In: BRUNEL, Pierre. *Dicionário de mitos literários*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. p. 89-94.

²¹ GIL, Fernando. Expectativa e Preenchimento. In: _____. *Modos da Evidência*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998. p. 65.

de presentificação do mítico, o que permite entender diversas características de conteúdo e forma da literatura de viagem, que será manancial sobre o qual as narrativas oitocentistas se debruçarão no momento de criação de narrativas fundacionais a respeito da nacionalidade brasileira, especialmente no que se refere à busca pelas origens incorruptas do espírito nacional. Ao lermos os relatos de viagem, especialmente os quinhentistas, vemos que autores como, por exemplo, Pero Vaz de Caminha, parecem traduzir um encontro com a história exemplar materializada, o mito. O imaginário no qual os portugueses estavam banhados servia-lhes como “lente” para a interpretação do Novo Mundo. O encontro, como demonstrou Ruth Gauer, assemelha-se à transformação das “utopias medievais em realidade”, o que, ainda segundo a autora, conduz à “transformação do imaginário mítico e fabuloso (imaginário de natureza imemorial e perene, que se perpetua como um interesse permanente do ser humano) em conhecimento sistematizado, referente ao mundo dos oceanos na cosmologia do período medieval, [dando] suporte à riqueza lendária da Idade Média, na medida em que novos mundos descobertos eram, de uma maneira ou outra, percebidos e interpretados pelo filtro cultural daquele período”²². Em consonância com a idéia defendida por Sergio Buarque, o *topos* aparece aqui como uma imagem inicial, ordenadora da hermenêutica empreendida pelos europeus e, mediante processos definidos historicamente, glosada, retomada, reavaliada.

Acho fundamental, no entanto, enfatizar aquele que é, ao meu ver, o ponto nodal da leitura feita por Sergio Buarque de Holanda sobre a cultura brasileira em *Visão do Paraíso*. Se, por um lado, o esforço do autor de *Visão do Paraíso* foi o de demonstrar sincronicamente a existência da tópica do paraíso terrestre e de como ela se manifestou nos relatos de viajantes que passaram pela América ao longo do século XVI, por outro, ele nos oferece com essa obra uma chave para pensar os principais mitos de origem da nacionalidade brasileira, cristalizados pelas “narrativas de fundação” criadas ao longo do século XIX e, como pretendo mostrar, nos esforços de refundação da nação nas primeiras décadas do século XX.

A análise de criadores e épocas de criação de narrativas de fundação e de refundação da nacionalidade permite pensar momentos fortes de mobilização dos mitos de origem da nacionalidade, no caso brasileiro, evocando a natureza paradisíaca e o povo pré-adâmico, anterior ao contato com o Outro, o europeu. Não me parece difícil o acordo de que esse sentimento é

²² GAUER, Ruth Maria Chittó. Na visão do escrivão da armada portuguesa o olhar do “civilizado” sobre a “barbárie”. *Estudos Ibero-Americanos*: Brasil: 500 anos, Porto Alegre, n. 1, p. 22, 2000. Edição Especial.

intensificado no romantismo, cujos próceres viviam uma época de ruptura institucional com Portugal e a necessidade de autonomizar a nação do ponto de vista político e, necessariamente, simbólico; e os momentos de criação de narrativas de refundação, cujo principal momento pode ser identificado com a *Semana de Arte Moderna*, realizada exatamente no ano do centenário da Independência, 1922.

Sergio Buarque parecia confiar nessa idéia, na da perenidade do mito edênico como elemento de criação de sentido na cultura nacional, ainda que não tenha sistematizado a sua permanência em outros momentos da história brasileira. Não é possível esquecer as palavras por ele escolhidas para finalizar *Visão do Paraíso*. Dizia o autor:

Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. E a procissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República.²³

Em que pese ser possível argumentar que sua reflexão sobre a perenidade do mito edênico esteja amparada em uma construção um pouco difusa, Sergio Buarque sugere a permanência do edenismo em diferentes narrativas construídas sobre o Brasil em momentos históricos que permitem a cristalização do *topos*,²⁴ como no nosso primeiro romantismo, ou mesmo em ensaios jornalísticos de Hipólito da Costa.

Falando sobre a permanência do discurso mítico sobre a natureza tropical na cultura brasileira, Sergio Buarque de Holanda cita uma longa passagem de Hipólito da Costa, fazendo eco no século XIX ao *topos* do Éden terreno. Cito a passagem de Hipólito da Costa, na qual

²³ HOLANDA, *Visão...* (1959), op. cit., p. 372.

²⁴ Aqui, mais uma vez, a leitura de Ernst Robert Curtius pode estar influenciando a teorização de Sergio Buarque de Holanda, haja vista o valor que o romanista alemão deposita na “função fabuladora”, conceito haurido da obra de Henri Bergson e de grande importância como explicação da criação de imagens e de engenho literário trabalhando a matéria mítica. Dizia Curtius: “A função fabuladora (*fonction fabulatrice*) tem sido necessária à vida. Alimenta-se do resíduo do instinto que, como uma aura, circunda a inteligência. O instinto não pode intervir diretamente para proteger a vida. Como a inteligência só reage a imagens de percepção, o instinto cria percepções ‘imaginárias’, que podem aparecer primeiramente como consciência indefinida de um ‘presente eficaz’ (o *numen* dos romanos), em seguida como espíritos e só mais tarde como deuses. A mitologia é um produto tardio, e o caminho para o politeísmo é um progresso cultural. A fantasia, forjadora de ficções e mitos, existe para ‘fabricar’ espíritos e deuses”. CURTIUS, op. cit., 1996, p. 39. Para uma leitura da “função fabuladora” em Bergson, cf. BERGSON, Henri. *As duas fontes da moral e da religião*. Lisboa: Ed. 70, [199-]; _____. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

imagina a fundação de uma nova capital para o Brasil. Dizia ele que construiriam

uma nova cidade; começariam por abrir estradas que se dirigissem a todos os portos de mar e removeriam os obstáculos naturais que tem os diferentes rios navegáveis, e assim lançariam os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido Império que é possível exista na superfície do Globo no estado atual das nações que a povoam. Este ponto central se acha nas cabeceiras do famoso rio de São Francisco. Em sua vizinhança estão as vertentes de caudalosos rios, que se dirigem ao Norte, ao Sul, ao Nordeste e a Sueste, vastas campinas para criações de gados, pedras em abundância para toda a sorte de edifícios, madeiras de construção para todo o necessário, e minas riquíssimas de toda qualidade de metais; em uma palavra, uma situação que se pode comparar à descrição do Paraíso Terreal”.²⁵

Ele logra mostrar que o motivo edênico está presente na cultura brasileira ao longo de todo o século XIX e adentra o século XX, constituindo-se em preciosa lente para compreender narrativas sobre a nacionalidade, sejam as criadas pelos autores românticos, como um José de Alencar ou um Gonçalves Dias, sejam as transcriadas por autores modernistas, espectro no qual o próprio Sergio Buarque tantas vezes disse circular.

IV

Para procurar amarrar esse breve artigo sobre as reverberações dos romanistas alemães Curtius e Auerbach na obra *Visão do Paraíso*, de Sergio Buarque de Holanda, eu gostaria de insistir em alguns pontos. O primeiro deles, vem da aparente contradição entre o fato de Sergio Buarque haver eleito Curtius como uma das suas principais referências do ponto de vista teórico-metodológico, uma vez que o projeto do alemão com *Literatura européia* era, justamente, trabalhar com um modelo pouco preso à historicidade e supranacional. A contradição é aparente pois, como procurei demonstrar, em diversos momentos Sergio Buarque rasura os limites históricos, na medida em que insiste em permanências do mito edênico na imaginação sobre a nacionalidade brasileira.

Por outro lado, procurei insistir um pouco no presente/ausente Auerbach. No

²⁵ COSTA, Hipólito da. *Correio Brasiliense*, Londres, X, p. 373, mar. 1813 apud HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 66.

encadeamento da obra, na estruturação dos capítulos, na forma de expor um tema (o edenismo no caso de Sergio Buarque, o realismo no caso do Auerbach de *Mimesis*) a um conjunto de situações diversas, épocas e culturas aproxima Sergio Buarque de Auerbach, ainda que esse diálogo não tenha sido explicitado em *Visão do Paraíso*.

Administração camarária no Brasil (séculos XVII-XIX)

Edneila Rodrigues Chaves¹

RESUMO: Modelo de organização local da monarquia portuguesa nos territórios do reino e ultramarinos, as câmaras foram órgãos fundamentais na construção e na manutenção do Império ultramarino, representando a presença do poder colonizador. Elas foram também instituições de representação de segmentos dominantes locais, em convivência por vezes conflituosa entre esses segmentos e representantes lusos. A historiografia traz interpretações divergentes sobre o tema, com análises que divergem quanto à atuação da monarquia na política e na administração da colônia. Com a independência e o sistema político imperial no século XIX, grupos dominantes nacionais disputaram o controle do Estado, para reafirmarem seus interesses e assegurar domínio na sociedade. Em meio a um debate reduzido a dicotomias, que se pretendia impessoal, o discurso dominante era difundido. Análises historiográficas que tomaram as câmaras como objeto de estudo, reproduziram esse debate. Nessa temporalidade, no entanto, as câmaras foram instituições de articulação entre segmentos dominantes central, regionais e locais, reproduzindo um sistema de dominação.

A expansão territorial portuguesa, a partir do século XV, foi resultado da conquista progressiva de territórios. Os segmentos dominantes locais nos territórios ultramarinos, representados nas câmaras, desempenharam papel importante na integração política da colônia no território imperial. Interlocutores entre colônia e metrópole, eles mantinham uma rede de comunicação com a administração central.² O corpo político colonial era constituído de poderes diversos e os segmentos influentes locais tinham na câmara espaço para expressão de seus interesses, de tráfico de influências e de poder. A instituição tornou-se lugar de nobilitação, obtenção de privilégio e de negociação com a administração central do império. A câmara municipal foi modelo de organização local em todo território da monarquia portuguesa. Ela

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense.

² Cf. BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras municipais no império português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n.36, p. 251-280, 1998.

tornou-se instituição fundamental na construção e manutenção do império ultramarino na América, na África e na Ásia, constituindo-se pilar da sociedade colonial portuguesa.³

1 América Portuguesa

1.1 Câmaras na colônia

Tratando-se da política e da administração da monarquia portuguesa na América, o tema é abordado por diferentes interpretações historiográficas ao longo do tempo. Na década de 1940, Caio Prado Jr. relativizou a atuação do Estado, qualificando a administração portuguesa de caótica, irracional e contraditória. Ele ressaltou a complexidade dos órgãos e sua burocratização, bem como a confusão de funções e de competências.⁴ Já Raymundo Faoro, ao contrário, destaca o papel central do Estado no processo de organização da sociedade, promovendo sua estatização com a onipresença e o peso excessivo estatais. Nessa interpretação, cuja publicação da obra foi em 1959, o sistema administrativo português foi transposto com sucesso para a colônia, devido a um Estado que se centralizou e cooptou elites.⁵

Uma produção historiográfica mais recente traz também análises divergentes para o tema. Antonio Hespanha analisa a atuação do Estado na perspectiva do seu enfraquecimento e questiona sua capacidade de centralização. O poder do Estado é dissolvido por poderes concorrentes, principalmente os locais, dada a sua capacidade de tecer redes clientelares.⁶ Laura de Mello e Souza, por sua vez, argumenta que o Estado esteve indiscutivelmente presente na colonização e na administração das possessões ultramarinas. Ela chama a atenção para se pensar na lógica dessa presença.⁷ Na mesma linha de interpretação, Rodrigo Monteiro afirma que a autoridade régia era respeitada como elemento mantenedor da ordem na América e capaz de preservar a integridade territorial da América portuguesa.⁸

A administração local na possessão ultramarina da América foi inaugurada com a primeira vila criada em 1532, a de São Vicente. No século XVI, a fundação de vilas no Brasil era resultado da delegação de poderes feita pela coroa portuguesa aos donatários. Somente em localidades com o estatuto de vila foram instaladas câmaras. No período, elas foram regidas pelas Ordenações Filipinas e Manuelinas, que versavam sobre a organização político-

³ Cf. BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 263-282.

⁴ Cf. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁵ Cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989, v.1.

⁶ Cf. HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA (Orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 165-188.

⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 51.

⁸ Cf. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho. A monarquia portuguesa e a colonização na América (1640-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 331.

administrativa no Império português.⁹ De fato, a câmara foi instituição importante na constituição e consolidação do império português na América. Em uma correlação de forças, interesses da monarquia e de segmentos locais estavam em voga nas câmaras. Foi o caso da cidade do Rio de Janeiro. Membros de famílias predominantes nas atividades econômicas lucrativas ocuparam assentos na câmara. Fundada em 1565, a cidade consolidou a vocação marítima e a interação nos negócios atlânticos do império português, envolvendo Luanda e Buenos Aires pelo viés do tráfico africano. A presença na câmara dava a ver o poder econômico e político exercidos na sociedade.

A determinação régia relativa à ocupação dos cargos na câmara respaldou interesses de grupos locais, cidadãos do reino nascidos no Brasil, no conflito com oficiais mecânicos, comerciantes reinóis e outros segmentos, aspirantes também a cargos da câmara. O ouvidor Manoel de Souza Lobo foi acusado por vereadores no Rio de Janeiro, fins do século XVI, por ter permitido a eleição de pessoas “de infecta nação” e de “baixa limpeza”. A câmara enviou um procurador a Lisboa, requerendo do monarca o cumprimento da legislação. O rei ordenou sindicância e foi anulada a eleição. Outros ministros régios interferiam nas eleições dos vereadores. Isso resultava na escolha de “homens de baixa sorte para a governança”, com prejuízo para o serviço da coroa e para o “bem comum da República”.¹⁰

A legislação fortaleceu grupos indicados para o cargo em detrimento de outros não favorecidos pela legislação. Não obstante, as disputas nos processos eleitorais eram recorrentes. Na câmara do Rio de Janeiro de 1678, oficiais reivindicavam junto ao rei que os “naturais” e “principais” da terra fossem preferidos aos reinóis nos cargos do Estado do Brasil. A argumentação era que seus ascendentes que eram do reino, vieram a serviço do coroa par povoar o território. Assim, os descendentes deveriam ser preferidos para servir no lugar deles.¹¹ Homens negociantes portugueses, por sua vez, solicitaram diretamente ao monarca serem admitidos na câmara como vereadores e eleitores em igual número aos naturais da cidade, já que os filhos de Portugal só poderiam ser admitidos nos cargos públicos caso fossem parentes dos “principais” da terra.¹²

Havia uma tentativa de garantir que a câmara representasse uma rede mais restrita de poderes, isto é, da monarquia e desse segmento.¹³ Os interesses específicos deste eram denominados de interesses de todos, do “bem comum”, na tentativa de universalizá-los, anular a

⁹ Cf. PRADO Jr., Caio, *op. cit.*; FAORO, Raymundo, *op. cit.*; SALGADO, Graça (Org). *Fiscais e meirinhos – a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

¹⁰ Cf. BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 374.

¹¹ AHU. RJ, av., cx. 4, doc. 105 *apud* BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império*, p. 387.

¹² AHU, RJ, av., cx. 46, doc. 51 *apud* BICALHO, Maria Fernanda, *op. cit.*, p. 384.

¹³ Sobre a representação do rei na América portuguesa, cf. MONTEIRO, Rodrigo Bentes, *op. cit.*

disputa e desqualificar os interesses de outros grupos. O segmento privilegiado pela legislação insistia na imposição do seu projeto como hegemônico. O que se apresentava como interesse “comum” em oposição aos interesses específicos de outros, representava, também, interesses particulares. O aparente discurso tentava ocultar o embate permanente entre os segmentos dominantes, que disputavam espaços políticos. Os grupos se alternavam no poder, conforme a correlação de forças de dado período. Ainda que a coroa manifestasse interesse de um grupo específico na câmara, os diferentes segmentos que a ocuparam defenderam seus interesses não em divergência com interesses do poder régio. Ou seja, a coroa se fez sempre presente, lidando de forma diferenciada com os segmentos locais. Afinal, as vilas e, em específico, as câmaras foram bases importantes do governo colonial. O poder econômico foi premissa de alianças políticas, que constituíram redes de solidariedade e de interesses, bem como de disputas e de rivalidades.

Já na capitania das Minas Gerais do século XVIII, as medidas para instituir a ordem colonial não tiveram êxito nas primeiras décadas da capitania. Com o decorrer do século, o governo português alcançou um relativo sucesso no controle social, fosse por meio de instrumentos administrativos, fosse por meio de medidas repressivas. Esse controle foi exercido principalmente em áreas nas quais o fiscalismo se fez necessário para garantir a transferência de riqueza para a metrópole. Apesar da expectativa da coroa de garantir o ordenamento político-social, a tarefa de controlar as áreas mineradoras revelou-se árdua. A violência foi marcante, manifestando-se na política, na administração e nas relações sociais.¹⁴

A exploração e a ocupação dessa região não contaram inicialmente com a presença ostensiva da coroa nem da Igreja. Isso resultou uma urbanização mais secularizada, diferentemente do litoral, por exemplo. A sociedade se estruturou sem a tutela da coroa e da Igreja. O império português se estabeleceu politicamente na região quando lá já se vivia em conflito interno denominado Guerra dos Emboabas. Somente após a pacificação dessa contenda, em 1711, foi que se criaram as primeiras vilas na futura capitania das Minas Gerais de 1720, já passadas duas décadas de extração aurífera. As novas sedes administrativas foram criadas, portanto, em arraiais já constituídos, que não se subjugaram às normas metropolitanas.¹⁵

Desconsiderando esse contexto de ocupação colonial, as autoridades régias atribuíram o comportamento desobediente e violento de seus habitantes à “má qualidade dos povos”, que se estabeleceram na região. Os primeiros governadores condenaram os povos da capitania por

¹⁴ Cf. ANASTASIA Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p.12.

¹⁵ Cf. BOSCHI, Caio. Colonialismo, poder e urbanização no Brasil setecentista. In: I COLÓQUIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS BRASIL PORTUGAL, 1, 1994, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: PUC-MG, 1994, p. 102-102.

crimes cruéis e por viverem em “certa liberdade”, dificultando a ação do governo na região, e por serem homens de vícios e defeitos “em um mundo às avessas”.¹⁶ Terra perigosa, as Minas eram vistas como diabólicas pelo perfil das pessoas que nela habitavam. Se as desordens ocorriam era porque os mineiros não queriam justiça, uma vez que se autogovernavam.¹⁷ Eram pontos de vista das autoridades sobre a região que se sustentavam na representação de sertão como espaço de desordem, de ausência da lei e como terra de ninguém. Uma noção de sertão que remonta ao período inicial da colonização, quando passou a ser construída a partir de representações dos conquistadores.¹⁸

Quanto à composição das câmaras, homens considerados de “baixo padrão” ocuparam cargos em Vila Rica. Isso levou D. João V a ordenar, em 1725, que os candidatos a vereador fossem brancos e casados com mulheres brancas.¹⁹ Nessa sociedade, a riqueza era concentrada e a miséria fazia parte da vida cotidiana dos núcleos urbanos e rurais. Não obstante, a formação de uma classe intermediária e urbana diferenciou a capitania no contexto colonial americano. Com a ascensão econômica, a mobilidade social foi favorecida. Mercadores, comerciantes e produtores agrícolas passaram a ocupar cargos na câmara, legitimados pela riqueza e em detrimento dos códigos estamentais. Entretanto, o critério da “pureza de sangue” não foi abolido. A presença desses segmentos era desaprovada pelos que se consideravam qualificados para os cargos. Em 1762, oficiais da câmara tentaram eliminar candidatura de cidadãos “nativos do Brasil”, denunciando a ocorrência de uma “conspiração de estranhos e menos nobres”.²⁰ Não tão diferente da disputa que ocorria entre segmentos de outras localidades da América portuguesa.

É certo que as câmaras, instaladas nas vilas e cidades mineiras setecentistas, representaram efetiva presença do poder colonizador. Os cargos a elas circunscritos foram ocupados por indivíduos de nomeação e origem metropolitanas e por representantes locais. Uma combinação de exercício de poder, que foi condição importante para a solidificação da dominação portuguesa no território. Nelas, portanto, estavam representados poderes e interesses da coroa e desses segmentos, mas não sem conflitos. Assim, esses órgãos propiciaram expressão de ressentimentos locais, como os referentes à política tributária da coroa, eclodindo frequentes conflitos. O propósito do governo português era de assegurar a posse do território e,

¹⁶ Cf. ANASTASIA Carla Maria Junho, *op. cit.*, p.13.

¹⁷ Cf FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.168-171.

¹⁸ Sobre o conceito histórico de sertão, cf. CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004, p. 18-27 e p. 152-158.

¹⁹ Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. *Comparative studies in society and history apud* BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império*, p. 372.

²⁰ Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. *Comparative studies in society and history apud* BICALHO, Maria Fernanda, *op. cit.*, p. 372.

principalmente, de extrair lucros da atividade mineradora, com a tributação. Nas Minas, a diretriz de exercer rígido controle sobre o território foi mais evidente. Enquanto no litoral a ameaça era a invasão estrangeira, lá o “inimigo” era o contrabandista e, sobretudo, o insurreto.²¹

O poder régio teve presença representativa na colonização e na administração de territórios ultramarinos por meio de homens e instituições. O exercício de governo foi bem diverso no reino. A arte de governar foi desenvolvida em uma sociedade plural – étnica e culturalmente –, tributária de modelos europeus, mas com conteúdos novos. As vilas e cidades foram lugar de convivência, por vezes conflituosa, entre diferentes segmentos e representantes lusos. A coroa estabeleceu pactos diferenciados com segmentos de muitas localidades do império, conforme demandas suas e demandas específicas.²² As disputas ocorriam entre os diferentes segmentos influentes. Os vitoriosos de dado período reafirmavam as relações políticas com o centro, garantindo sua inserção na rede de poder local, estabelecida com a monarquia. Em meio aos conflitos intra-autoridades, esta bem soube garantir a ordem colonial, a partir de representação efetiva nos territórios conquistados.

2 Brasil império

2.1 Câmaras no império

Com a desestruturação das bases da política colonial portuguesa na América a partir de fins do século XVIII, as câmaras vivenciaram novo processo político, com o estabelecimento do sistema político imperial. Na Constituição de 1824, ficavam definidas as bases do novo sistema político: no nível político, o princípio da monarquia unitária, com um sistema de quatro poderes; no plano administrativo, um presidente em cada província, delegado do poder central; e em nível local, ficava determinada a criação de câmaras eletivas, cujas atribuições se referiam ao exercício das funções municipais. A Lei de 1º de outubro de 1828, que versava sobre a organização municipal, pretendeu firmar o governo provincial em detrimento das administrações camarárias. As câmaras foram consideradas corporações meramente administrativas e vistas, sob o parâmetro da lei, cerceadas de poderes políticos e de recursos financeiros.

Na conjuntura de construção do império da década de 1820, a forma de governo monárquica foi apreendida pelos grupos sociais dominantes – proprietários de terras e de escravos – como forma de assegurar ruptura com Portugal e de garantir seus interesses a partir de

²¹ Para uma discussão sobre invasões e revoltas, cf. BICALHO, Maria Fernanda, *op. cit.*, p. 257-298. Quanto a motins nas Minas, cf. ANASTASIA Carla Maria Junho, *op. cit.*.

²² Cf. sobre vassalagem política, BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império*, p. 346-384; MONTEIRO, Rodrigo Bentes, *op. cit.*, p. 189-230.

um sistema de dominação.²³ Assim, ocorreu uma aliança de classes entre essas categorias de proprietários e negociantes, configurando um bloco no poder,²⁴ cujos indivíduos estavam estabelecidos principalmente no Rio de Janeiro. Não obstante, a disputa pelo controle do Estado foi um dos fatores que desestabilizou o governo de Dom Pedro I.

A conjuntura da década de 1830 era de instabilidade política e social, com rebeliões pelo País, em clara manifestação de insatisfação de outros grupos, cujas demandas não eram atendidas pelo sistema. O debate referente ao melhor perfil de governo monárquico foi instituído entre segmentos dominantes, que possuíam concepções e interesses diferentes. Um segmento propunha monarquia centralizada e manutenção do poder central. Um outro defendia a autonomia político-administrativa das províncias e a independência entre os poderes. Os homens que estavam à frente do sistema político buscavam, nesta posição, reafirmar seus interesses enquanto proprietários – territoriais, escravistas e mercantis–, para assegurar seu domínio na sociedade.

No período regencial, o projeto político vitorioso foi o da fração dominante que defendia a autonomia das províncias e a independência entre os poderes. Assim, esta conquistou a hegemonia diante das outras frações do bloco dominante. As relações intra-classe dominante, condensadas, evidenciavam os conflitos vigentes. A vitória desse projeto ocorreu não sem embate com projetos de outras frações correlatas. O grupo vitorioso, então hegemônico, definiu perfil mais descentralizado para o governo com a legislação do Código do Processo Criminal de 29 de novembro de 1832 e do Ato Adicional de 16 de agosto de 1834.

O Código do Processo revigorou a autonomia dos municípios no que se referia à administração da justiça. Já com o Ato Adicional, a tendência à descentralização administrativa foi em âmbito provincial, e não local, ficando as câmaras subordinadas aos governos provinciais. Isso porque a intenção de grupos dominantes regionais era fortalecer as províncias perante o governo central. Ambas as leis pretenderam garantir a autonomia administrativa das províncias em relação ao governo central. Entretanto, na relação entre as províncias e os municípios as duas

²³ De diferentes perspectivas teóricas, os autores seguintes identificam os grupos citados como dominantes na política do império: DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822-Dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986; COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 19ª ed. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 64-125; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

²⁴ Sobre a participação de classes e de grupos no processo de formação do Estado e a perspectiva de bloco no poder, cf. MENDONÇA Sonia Regina de. *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2006, p 71-85.

leis se diferenciaram: enquanto o Código do Processo previu relativa autonomia da justiça local, o Ato Adicional objetivou centralizar a administração municipal nos governos provinciais.²⁵

Com a derrota de revoltas regenciais e do projeto do princípio da autonomia e da independência dos poderes, grupos que se aliaram para romper com o governo português se reaproximaram. Restabeleceu-se uma direção frente à instabilidade instaurada pelas rebeliões. Assim, iniciou-se o processo de (re)centralização, restaurando o Poder Moderador. Com a Lei de Interpretação do Ato Adicional n. 105, de 12 de maio de 1840, por exemplo, os dirigentes do novo projeto hegemônico modificaram alguns artigos do mesmo Ato Adicional restabelecendo caráter centralizador à monarquia. A estrutura judiciária foi também alterada com a Lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841. Esta reformulou o Código do Processo, subordinando a ação judiciária e policial ao governo central, definindo a hierarquia do setor.

A coroa, entendida como partido, era a expressão das classes dominantes no exercício de equilibrar e arbitrar interesses seus e dos outros grupos, buscando consentimento de sua posição dominante. A coroa se apresentava por meio da figura do imperador, na confluência de três segmentos. O primeiro, os “mais distantes”, era constituído de homens comuns, que não estavam vinculados diretamente à atividade política: plantadores escravistas, charqueadores sulinos, fazendeiros de gado, sitiante e negociantes. O segundo, os “mais próximos”, constituíam-se do “elemento de coesão principal” – deputados gerais, presidentes de província, senadores, conselheiros e ministros. Por fim, o terceiro segmento, intermediário, que articulava os “mais distantes” e os “mais próximos”, utilizando a rede de instituições do Estado, bem como alianças familiares, combinadas com o compadrio. A divisão da sociedade entre dirigentes e dirigidos expressava a divisão de grupos sociais em relações hierarquizadas.²⁶

Os representantes do poder público local, segmento intermediário, estabeleciam o contato entre os grupos sociais das localidades – os “mais distantes” – e os presidentes de províncias e deputados, dentre outros – os “mais próximos”. Em nível local, os vereadores constituíram-se nesse elo entre os “mais distantes” e os “mais próximos”, como foi o caso de Rio Pardo, no norte mineiro.

A questão da tributação, por exemplo, foi vivida com tensão entre vereadores de Rio Pardo e presidentes da província mineira. A postura dos vereadores, ao longo do tempo, foi de contestar a incidência e o valor de alguns impostos no termo. Das práticas discursivas emergia

²⁵ Cf. IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: INL, 1958, p. 19-22; LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 73-80; MATTOS, Ilmar Rohloff de, *op. cit.*, p. 129.

²⁶ Ilmar Mattos analisa as relações de poder dos diversos grupos sociais na construção do Estado nacional partindo do conceito gramsciano de partido. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de, *op. cit.*, p. 169-171; GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 22-26.

uma imagem de pobreza, que sustentava a ação de repulsa aos impostos. No caso, os vereadores recorreram à imagem de pobreza de outros grupos da sociedade para catalisar os interesses de grupos, contrariados pela política tributária nacional. Na câmara, eles defendiam interesses particulares de segmentos que representavam.

Um perfil das condições materiais dos vereadores foi delineado a partir de processos de inventário, lista nominativa, lista de proprietários de engenhos e lista de proprietários de casas de negócio.²⁷ Eles eram proprietários de escravos, de animais e de terras, bem como negociantes. Os vereadores eram os rio-pardenses mais favorecidos economicamente que estavam à frente da administração local.²⁸ De posse de suas riquezas materiais, eles se projetavam além da esfera econômica – na sociedade política – para sustentar suas posições sociais.

Em 1834, o vice-presidente João Baptista de Figueiredo recebeu dos vereadores de Rio Pardo um pedido de supressão dos impostos de carnes verdes e prédios urbanos. Eles argumentavam que não poderiam ser insensíveis às queixas dos habitantes sobre os quais pesavam os dois tributos. Como a vila possuía apenas “210 casas de barro”, o imposto de prédios urbanos não poderia incidir sobre seus edifícios. Quanto ao imposto da carne, por sua vez, recaía sobre a classe pobre, que comprava em retalho, quando os ricos eram supridos com gados de suas fazendas.²⁹ Aqui, é clara a intenção de desqualificar os prédios da vila, na tentativa de demonstrar a inadequação do imposto e, assim, garantir para seus proprietários a isenção do mesmo. Com esse objetivo, eles omitiam a existência de prédios que era caso de incidência do imposto, como o sobrado do pároco Bernardino da Costa, onde funcionava a câmara.³⁰ Ao generalizar que somente pessoas pobres compravam carne e que sobre elas pesaria o imposto, eles pretendiam fazer valer a não-aplicação desse tributo no termo, em favor de representados que poderiam e deveriam pagar os impostos.

A conduta de repúdio à cobrança de impostos em Rio Pardo é evidenciada também em uma representação assinada por 65 habitantes do termo, que foi encaminhada à câmara em fins de 1836 e depois à presidência. O grupo solicitava a redução do imposto de 8\$000 sobre lojas e tabernas, determinado pela Lei Provincial n. 49, de 08 de abril de 1836, e pelo seu regulamento de 28 de junho de 1836.³¹ Requeria-se a abolição total do imposto de 1\$600 sobre “cada rês

²⁷ AFCRPM. Processos de inventário *post mortem*. Inventários – maços 05-10, 1833-1842, e maços 23-30, 1861-1870; APM. Relação dos habitantes do distrito do Rio Pardo. PP 1.10, rolo 02, cx. 04, doc. 02, 1840; APM. Relação de Engenhos de cana e Casas de Negócios em 1836: Rio Pardo. PP 1.6, cx. 05, doc. 34; cx. 06, doc. 18, 22, 27, 32 e 43.

²⁸ Cf. CHAVES, Edneila Rodrigues, *op cit*.

²⁹ APM. PP 1.33, cx. 221, doc. 46, 1/9/1834.

³⁰ APM. PP 1.33, cx. 222, doc. 04, 12/1/1836.

³¹ O imposto incidia sobre a fabricação e a comercialização de aguardente. Para os engenhos que fabricavam aguardente e que eram movidos por animais, o tributo era de 20\$000. Para os de força hidráulica, o imposto dobrava de valor. Quanto ao imposto de 8\$000, ele era para cada casa das cidades ou vilas onde se vendesse aguardente.

exposta a vendagem”.³² No documento, a queixa era de que os dois impostos estavam inscritos acima das condições econômico-financeiras dos habitantes, já que uma nova ordem de coisas tornava o povo “indigente”. Por isso, ele não poderia ser onerado com o imposto de 8\$000 réis sobre uma bitácola, na qual o “maior fundo” era um barril de aguardente.³³

Parte do grupo de habitantes que assinaram o documento e que certamente estavam de acordo com o discurso nele transcrito é identificada na mesma documentação na qual foi verificado o perfil dos vereadores. Como os vereadores, eles não eram tão pobres como tentaram convencer o presidente no discurso formulado. No grupo, havia proprietários de escravos, de animais e de terras, para citar os bens mais valorizados. Francisco Leal, por exemplo, foi um dos habitantes que assinaram o documento. Seu patrimônio foi avaliado em 14:784\$560 quando ele faleceu em 1866. Entre os bens, constavam dezessete escravos e um rebanho de 169 animais. Considerando que no final década de 1830, data do documento, ele tivesse menos bens, ainda assim, certamente, inseria-se no grupo dos mais favorecidos economicamente do termo.³⁴ Outros eram menos afortunados, como Anselmo Lobo. Morador na vila, esse alfaiate possuía dois escravos, que trabalhavam com ele no mesmo ofício.³⁵ Ou, também, como Francisco de Souza, oficial de seleiro, que não possuía escravos.³⁶

Tratando-se das condições materiais, esse grupo tinha uma composição diferenciada. De toda forma, todos não eram indigentes e famintos, encontrando-se em estado de miséria, conforme imagem construída. Nessa sociedade, o embate era entre segmentos dominantes e órgãos da província, no caso a presidência. Nos espaços da sociedade civil, esses segmentos se organizavam para alcançar a adesão e consentimento de outros segmentos que não tinham grau significativo de autoconsciência para organizar e disputar projetos próprios. Os segmentos dominantes conseguiram adesão de segmentos dominados ao discurso da generalização da pobreza. Assim, na confluência dos segmentos, que representavam a coroa, os vereadores de Rio Pardo, segmento intermediário, articulavam os presidentes da província, “os mais próximos” com grupos sociais dominantes locais, “os mais distantes”. Através da rede política e

MINAS GERAIS. Regulamento n. 7. Lei n. 49 de 08 de abril de 1836 *apud* PAIVA, Clotilde; GODOY Marcelo. Engenheiros e Casas de Negócio na Minas Oitocentista. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 6, 1992, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1992, p. 36.

³² APM. PP 1.33, cx. 222, doc. 30, 11/1/1837. No caso do gado bovino, o valor médio que aparece registrado nos processos de inventário do período era de 5\$000 para o imposto de 1\$600.

³³ Em Januária, os vereadores reclamaram junto ao presidente da taxaço do imposto sobre a fabricação de aguardente, argumentando que os engenhos locais eram de pequeno porte. Era comum nessa localidade, também, a resistência ao pagamento de impostos. Cf. BIEBER, Judy. *Power, patronage and political violence*, p. 58-59.

³⁴ AFCRPM. Inventários – maço 27. Processo de inventário *post mortem* de Francisco Manoel Leal. Rio Pardo, 3/4/1866.

³⁵ APM. CMP-RHRP. PP 1.10, rolo 02, cx. 04, doc. 02, fogo 23, 1840.

³⁶ APM. CMP-RHRP. PP 1.10, rolo 02, cx. 04, doc. 02, fogo 37, 1840.

administrativa, eles mediavam social e politicamente as frações dos grupos dirigentes e dirigidos, dando feição ao sistema político nas localidades do império.

Contar é “difícil” porque as coisas lembradas se remexem no lugar. Ouvir, analisar e recontar é também “difícil”...

Eladir Fátima Nascimento dos Santos¹

A história das representações coletivas tem adquirido uma importância bastante grande, atualmente, constituindo-se uma das transformações mais marcantes da nova historiografia. A memória por ser a representação, no presente dos fatos ocorridos no passado apresenta-se como fonte privilegiada e objeto de estudo dos historiadores, num momento de reação a uma história que pretendia buscar a objetividade no trato da realidade para se chegar até uma verdade dos fatos. Neste trabalho, além de verificar como alguns autores apresentaram a memória em seus escritos, propomos também uma reflexão sobre o papel do historiador diante das várias memórias que surgem como representações de um mesmo fato, quando se realiza uma pesquisa que busca memórias utilizando a metodologia da história oral. Resta ao historiador somente um levantamento das memórias existentes? As memórias coletadas nos ajudam no nosso ofício de historiador? Como analisar historicamente essas memórias? Essas foram algumas das questões que nos surgiram no decorrer da pesquisa que busca memórias sobre as ações da FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro), nas suas três primeiras décadas de existência.

A memória por ser um objeto que está em permanente construção, se alimenta e se produz constantemente, possibilitando o surgimento de muitas memórias sobre um mesmo fato, em diversos espaços da vida coletiva. Numa sociedade há sempre várias memórias, muitas delas em disputa.

Nas disputas que ocorrem, a memória selecionada ou desejável por uma pessoa, um grupo ou um movimento social, sempre se consolida a partir do silenciamento das outras memórias, pois, para que não se prejudique a versão que se quer perpetuar, outras lembranças são esquecidas, escondem-se conflitos, segredos são guardados. Trata-se de uma construção que ocorre numa relação dialética de luta dos contrários, de ações e reações, de lembranças e esquecimentos.

A memória que emerge é resultado de operações seletivas exercidas implicitamente ou, muitas vezes de forma expressa, por aqueles a apresentam. O objetivo desses atores é realizar “enquadramentos” que fixem as interpretações do passado que possam lhes favorecer individualmente ou coletivamente quando mantêm a coesão dos grupos ou das instituições da sociedade.

Realizamos entrevistas temáticas com antigos diretores da entidade e obtivemos longas narrativas durante as quais percebemos, algumas vezes, relutâncias em

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

realizar afirmações, reticências, silêncios e não ditos, desmentidos e até afirmações sobre as dificuldades de lembrar. Nessas ocasiões, nos lembrávamos do personagem Riobaldo criado por João Guimarães Rosa que, em vários momentos do romance-narrativa *Grande Sertões: veredas*, afirma o quanto é “difícil” “contar” porque “as coisas lembradas parecem que se remexem no lugar”. Parodiando o personagem, dizemos que ouvir, contar de novo e analisar é também muito “difícil”, principalmente, quando nos são contadas versões diferentes sobre um mesmo fato.

O interesse do historiador pelas memórias dá-se pelo fato de que elas são fontes históricas e como tais devem ser registradas, problematizadas, interpretadas. Como toda fonte histórica ela não é a história e não pode ser entendida como tal. A memória é a construção no presente de apenas alguns elementos dos acontecidos, vividos e vistos, sob determinadas condições sociais. Ela não tem necessidade de coerência ou cronologia. Já a história não, ela procura sempre uma representação crítica do passado, registrando, problematizando e refletindo sobre suas fontes.

Os dois textos a seguir apresentados foram analisados em nossa pesquisa e, além de ilustrarem o quanto as memórias de um determinado fato social podem divergir, e apresentar diferentes versões, para uma mesma situação, neste caso, a remoção dos moradores do morro do Pasmado, em 1963, ilustram também o fato de que ao se privilegiar análise dos excluídos, a história oral colabora para o afloramento de memórias que antes estiveram silenciadas

“A remoção e demolição da favela do morro do Pasmado foi uma das mais programadas do ano de 1963.(...) O destino proposto, no entanto, não estava dentro do eixo programado, mas para a Vila Kennedy que fica no lado oposto da cidade. Começaram então as viagens de ônibus com as mulheres e crianças (...) Elas voltavam entusiasmadas. (...) No Pasmado, após a remoção, o secretário de saúde Marcelo Garcia, ao ver o estado dos barracos, o lixo acumulado e a quantidade de ratos, achou melhor por fogo em tudo para higienizar o local. Com a repercussão que o caso teve e as versões que os anos constroem, há quem pense que foi incêndio criminoso, com os favelados retirando-se às pressas para não morrerem queimados.”
(PEREZ. 2007. p.268)

“Ela (Sandra Cavalcanti, secretária de serviço social do governo Carlos Lacerda) chegou ao cúmulo de divulgar nos jornais os detalhes da operação que removeria os moradores do Pasmado. E ainda convidou a imprensa para acompanhar aquele absurdo. Os moradores foram simplesmente expulsos de suas casas. Depois os soldados colocaram fogo nos barracos.”
(lembranças de José Maria Galdeano, o Juca, secretário-geral da antiga FAFEG (Federação de Favelas do Estado da Guanabara)²

² Foi visto no site <http://www.favelatemmemoria.com.br> . acesso em 26.07.2007

O primeiro texto resultado de conclusões de uma tese de Doutorado defendida em 2005, na UFRJ, que como apresenta em prefácio Raphael de Almeida Magalhães, o maior aliado político de Carlos Lacerda, seu companheiro na UDN, trata-se de uma “Imagem a restaurar”³. O texto traz a versão de um grupo político ativo nos anos 1960 e que empreendeu um programa de remoção das favelas da zona sul da cidade e do eixo Tijuca-Méier, para regiões da zona oeste da cidade. O texto representa, ainda que timidamente, uma tentativa de apresentar e quiçá reenquadrar, uma memória dos fatos ocorridos. Uma memória que esteve, durante muito tempo, presente em setores das classes médias e altas, residentes na zona sul da cidade. O texto objetiva uma intervenção no trabalho de constituição e de formalização das memórias.

O segundo texto trata-se do depoimento, colhido com a metodologia da história oral, de um representante da entidade organizativa que mais combateu o remocionismo de populações faveladas nos anos 1960. Sua versão sobre o incêndio, no morro do Pasmado, após a expulsão dos moradores, é a que está presente na memória dos favelados que viveram os fatos ou dos que o viveram por tabela, isto é por ouvir dizer ou porque seus parentes ou amigos lhes contaram. Essa memória foi tão bem “enquadrada”, que até hoje, a antiga secretária de serviços sociais do governo Lacerda, Sandra Cavalcanti, e o próprio governador Carlos Lacerda são identificados como “removedores de favelados” e autores de incêndios criminosos em favelas. Tal enquadramento somente foi possível a partir do momento em que foram colhidos relatos dos que sofriam a violência da remoção.

As relações entre memória e história são intensas pois, a primeira é fonte muito privilegiada para a segunda, porém essas relações que se apresentam de forma bastante indiscutíveis, para nós, somente foram abordadas no final do século XIX. Até então, a memória era entendida como um fenômeno estritamente individual e subjetivo ou como uma simples função mecânica do corpo.

O filósofo francês Henri-Louis Bergson, numa primeira tentativa de retirar a memória do campo das atividades meramente físicas e mensuráveis em laboratório, relaciona-a ao espírito e identifica-a com a consciência humana.

“Quem diz espírito diz, antes de tudo, consciência. Mas o que é a consciência? É claro que não vou definir algo tão concreto, tão constantemente presente à experiência de cada um de nós. Mas, sem dar da consciência uma definição que seria menos clara do que ela própria, posso caracterizá-la pelo seu traço mais aparente: consciência significa primeiramente memória. À memória pode faltar amplitude; ela pode abarcar apenas uma parte ínfima do passado; ela pode reter apenas o que acaba de acontecer; mas a memória existe, ou então não existe consciência”.

³ Foi visto em PEREZ.2007.pp.9 a 25. “O livro de Maurício Perez começa a lançar luzes verdadeiras sobre a trajetória do administrador Carlos Lacerda. Restará, agora, combinando o administrador com o político, recuperar para a geração atual, na sua integridade, a figura política de Carlos Lacerda(...) (PEREZ.2007.p.25)

(BERGSON.1979.p.71)

Foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs que, em seus estudos considerou, pela primeira vez, a memória como resultado de um processo social no qual representações coletivas são construídas no presente. Mostrou a importância das estruturas coletivas e dos processos interativos nas formas individuais de lembrar. Antes das formulações de Halbwachs, a memória era apresentada como mais um atributo da condição humana que possibilitava o vínculo com o passado. Embora tenha identificado a seletividade de toda a memória e o processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais, Halbwachs não tratou do trabalho de constituição e de formalização das memórias concorrentes nos grupos sociais, isto porque entendeu a memória como fator que tinha como função manter a sociedade unida e coerente.

No entanto a grande contribuição teórica de Halbwachs em defesa da memória como fenômeno coletivo, mesmo com os limites de sua análise que se restringia ao funcionamento da memória, torna-se cada vez mais importante no mundo contemporâneo no qual a defesa da memória ou de memórias coletivas torna-se fator de fundamental importância nos conflitos sociais e políticos contemporâneos. Grupos sociais e movimentos sociais diversos têm procurado se apropriar de memórias coletivas apresentando-as como construção coletiva resultante da luta que empreenderam no espaço social.

(...)Cada grupo, aliás, se divide e se restringe, no tempo e no espaço. É no interior dessas sociedades que se desenvolvem tantas memórias coletivas originais que mantêm por algum tempo a lembrança de acontecimentos(...) (Halbwachs. 1990. p.79).

Foi somente a partir das novas dinâmicas da sociedade contemporânea que outros autores, que dedicaram uma parte de suas obras ao tema da memória, puderam analisar que as *“tantas memórias coletivas existentes para quantos grupos que existem”* de que falava Halbwachs, podem também gerar várias memórias coletivas relativas a um mesmo acontecimento e, ir mais além, nas conclusões de que essas memórias vivem um processo de disputa.

Já em meados do século XX, autores como Walter Benjamin e Herbert Marcuse, embora não tenham tratado especificamente do tema das memórias em disputa, colaboraram para as análises mais recentes da questão, por terem trazido alguns elementos que nos permitem pensar em memória como algo mais do que uma pura construção social, e sim, como uma forma de conhecimento do mundo que a constitui. Para esses autores, a memória deixa de ser objeto para tornar-se sujeito do conhecimento. E como sujeito de conhecimento, ela é considerada uma fonte histórica que deve ser analisada criticamente, deixando aparente os conflitos e os processos de dominação em que se constitui.

As alusões à memória feitas por Benjamin não estão sistematizadas e apresentam-se de forma esporádica em alguns escritos. Na sua crítica aos treze volumes de *A la recherche du temps perdu*, de Marcel Proust, ele remete-se, mais uma vez a exemplo de

como já havia feito na sua crítica a Baudelaire no texto *Die Moderne* à questão da memória voluntária e da memória involuntária. O que pretende é analisar as memórias apresentadas pelo autor da obra autobiográfica para destacar que não há consenso ou coerência de memórias e que onde há memória há esquecimentos e silenciamentos.

“Sabemos que Proust não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu. Porém esse comentário ainda é difuso, e demasiadamente grosseiro. Pois o importante, para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope na reminiscência. Ou seria preferível falar do trabalho de Penélope do esquecimento? A memória involuntária, de Proust, não está mais próxima do esquecimento daquilo que em geral chamamos de reminiscência? Não seria esse trabalho de rememoração espontânea, em que a recordação é a trama e o esquecimento a urdidura, o oposto do trabalho de Penélope, mais que sua cópia?”. (BENJAMIN.1994.P.37)

Também na análise crítica na memória, como já observei acima, está Marcuse. Porém suas análises, diferentemente das de Benjamin, são feitas a partir da idéia de que os indivíduos são capazes de descobrir e perceber sua natureza através da auto-interpretação e descobrir a sociedade através da interpretação dos fatos sociais, tendo a memória o importante papel de poder desmascarar a dominação capitalista.

“O verdadeiro valor da memória está na função específica de preservar promessas e potencialidades que foram traídas e até rejeitadas pelo indivíduo maduro e civilizado, mas que um dia já foram satisfeitas no obscuro passado, sem nunca terem sido totalmente esquecida. (Marcuse.1974.pp18,19.apud Santos. 2003.p.103)

Foi somente Michel Pollak, sociólogo austríaco radicado na França, que em seu artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio*, ao analisar a memória coletiva, tratou mais especificamente das memórias em disputa. Ele reporta-se às análises de Halbwachs para afirmar que o autor em sua obra não apenas já insinuava a seletividade de toda memória, mas também um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais. Destaca o texto de Halbwachs que afirma:

“Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.” (HALBWACHS.1990.34)

Pollak afirma que o reconhecimento do caráter potencialmente problemático da memória coletiva anuncia novas interpretações e análises que marcam os trabalhos do período em que escreveu o artigo, final da década de 1980. Explica que numa perspectiva construtivista os estudos sobre a memória coletiva devem se interessar pelos processos e

atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias. Coloca-se em oposição a Halbwachs quando afirma que a memória coletiva deve romper com seu caráter uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Neste ponto o autor formula o conceito de “memórias subterrâneas” para caracterizar as memórias que foram silenciadas, que estiveram vencidas nas disputas e que afloram quando, a história oral privilegia a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias.

Afirma que as memórias subterrâneas num trabalho de subversão, no silêncio, e de maneira quase imperceptível, afloram em momentos de crise em sobressaltos e se põem em disputa.

Dá como exemplos as memórias da era de Stalin na União Soviética em que após o XX Congresso do PCUS, em que Nikita Krushev denunciou, pela primeira vez, os crimes stalinistas e a reviravolta da visão histórica do período que culminaram com a retirada dos despojos de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha, fato que chama de uma primeira desestalinização que não conseguiu se impor e cessou com o fim da era kruschevista. Segundo Pollak essa preocupação emergiu novamente, cerca de trinta anos mais tarde, com a Glasnost e a Perestroika de Gorbachev que levaram ao fim da memória de “Stalin como pai dos pobres”.

Para Pollak este contexto apresenta-se como uma verdadeira “batalha de memórias” que têm assumido amplitudes e que apresentam o caráter revisionista da história dita oficial. Para ele trata-se da emergência de uma memória dita clandestina que ocupa a cena cultural e editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando ser necessária a mudança de interpretações do passado.

Pollak também observa as situações em que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público e se contrapõem à memória nacional. Neste caso, afirma, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, dando lugar às reivindicações das diferentes nacionalidades. Afirma que tal situação mostra a necessidade, para os dirigentes, de associar uma profunda mudança política a uma revisão autocrítica do passado, pois, uma mudança envolve riscos de surgirem reivindicações em que a memória oficial pode cair por terra.

Outra observação que Pollak faz é relacionada ao fato de que, embora, na maioria das vezes, a memória oficial esteja ligada a fenômenos de dominação, esta situação não é uma constante. O silêncio sobre o passado não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil dominada. Para o autor são encontrados, com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.

Apresenta alguns exemplos como o dos sobreviventes dos campos de concentração que após serem libertados, silenciam sobre o passado ligado às experiências vividas, que conceitua de “memórias traumatizantes”. Neste caso, segundo Pollak, o silêncio tem razões bastante complexas, passíveis de gerarem mal-entendidos. Trata-se do

que chama, a partir de Freddy Raphael de uma memória envergonhada que se canaliza e posteriormente se esteriliza e se revolta.

Quando volta à questão do enquadramento de memória, Pollak remete-se também à questão da memória nacional e reafirma o caráter de operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar em tentativas, mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento. Constatamos que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem a sociedade, em torno daquilo que o grupo tem em comum. Reporta-se ao conceito de memória enquadrada e de enquadramento de memória de Henry Rousso, como movimentos de controles de memórias por pessoas autorizadas, ou seja, os protagonistas das ações sociais. São atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros.

Observamos que o trabalho de enquadramento de memória se alimenta do material fornecido pela história e que esse material pode ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas. A produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, neste trabalho de enquadramento, pode gerar objetos materiais como monumentos, museus, bibliotecas etc. Trata-se da memória solidificada.

Pollak afirma, ainda, que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade.

Pollak apresenta ainda situações que comprovam que as memórias coletivas são construídas e desconstruídas, comprovando as limitações do trabalho de enquadramento de memórias.

Na última parte do artigo, que intitula de “*O mal do Passado*”, constatamos as dificuldades e contradições presentes nos países que atravessaram guerras civis, num passado próximo. O autor relaciona essas dificuldades às questões do trabalho do enquadramento de memórias e às tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e as lembranças pessoais. Apresentamos também uma série de exemplos de situações em que vieram à tona memórias pessoais, obtidas através da metodologia da história oral que eram conflitantes com a memória enquadrada. Concluímos que essas foram memórias individuais que estiveram silenciadas o que sugere que mesmo no nível individual, o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.

As perguntas que formulamos no início deste trabalho nos mostram que as histórias contidas nas memórias narradas embora em conflito, não são inconciliáveis e os resultados têm mostrado que há necessidade da construção de uma historiografia capaz de organizar e explicar o passado, através de suas representações no presente, incluindo entre essas a memória, buscando o significado da história como uma prática interpretativa.

O historiador ao lidar com as memórias deve estar atento ao fato de que elas são representações e cabe, ao nosso ofício ir mais além das representações chegando aos fatos que a geraram. Cabe lembrarmos, neste ponto, uma entrevista em que o historiador francês Pierre Vilar relata o seguinte episódio: por ocasião do cinquentenário, em 1987, do bombardeio da cidade espanhola de Guernica, pelos nazistas a serviço do general Franco, perguntou a seus alunos o que para eles, significava Gernica. Estes responderam prontamente tratar-se de um quadro. Referiam-se à obra de Pablo Picasso que se trata de uma representação do bombardeio da cidade de Guernica. A representação tornou-se mais conhecida do que o fato político que a gerou

Bibliografia

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo. Brasiliense. 1994

BERGSON, Henri. *Cartas, Conferências e outros escritos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo. Abril Cultural. 1985

HALBWACHS, Maurice, *Memória Coletiva*. São Paulo. Vértice. 1990

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. São Paulo. Annablume. 2003

PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara – a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 12960*. Rio de Janeiro. Odisséia. 2007

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3,1989, p.3-15

A Historiografia luso-brasileira e as Manifestações dos Tratados de 1810: um balanço historiográfico

Daniel Elias de Carvalho¹

Os tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação foram ratificados em 1810 entre o reino de Portugal e o reino da Grã-Bretanha². Tais acordos feitos com a Coroa portuguesa já devidamente instalada no Brasil e os portos brasileiros abertos para o comércio com as nações aliadas, estavam propostos na convenção secreta de 1807³.

Estes tratados regulamentaram e mudaram muito as relações comerciais entre a Grã-Bretanha, Portugal e o Brasil, atingindo toda a teia comercial existente no sistema de privilégio português alterando questões sociais como a permissão de liberdade de culto aos vassalos britânicos residentes no Brasil. Por mudar diversas relações já consolidadas no campo social e comercial do reino luso-brasileiro, estes acordos geraram uma gama imensa de manifestações acerca dos mesmos.

O presente artigo pretende fazer um balanço historiográfico referente ao modo de análise feito pela historiografia, especialmente a brasileira, em relação às manifestações desencadeadas antes e após a ratificação dos tratados de 1810. Esta historiografia varia sua maneira de análise e o que discute sobre o tema, porém, nem sempre estes tratados são abordados e mesmo quando são muitas vezes as manifestações desencadeadas dos mesmos não são abordadas. Poucas referências bibliográficas relatam as manifestações em sua totalidade, ou dedicam uma análise específica a elas.

¹ Graduando do 4º do curso de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP/Franca. Orientadora: Prof. Dra. Marisa Saenz Leme.

² *Tratado de comércio e navegação entre D. João, príncipe Regente de Portugal, e Jorge III, Rei da Inglaterra, assinado em 18 de janeiro, pelos plenipotenciários e ratificado em 26 de fevereiro por suas majestades*. Tais tratados podem ser encontrados em AGUIAR, Pinto de. *A abertura dos portos: Cáiru e os ingleses*. Salvador: Livraria Progresso Editora 1960. p.132-155.

³ “Artigo VII: Quando o Governo Português estiver estabelecido no Brasil, proceder-se-á à negociação de um tratado de auxílio e de comércio entre Governo Português e a Grã-Bretanha”. A convenção secreta de 1807 pode ser encontrada em ARRUDA. José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

As obras escolhidas para o artigo são referências da historiografia brasileira, e serão abordadas em ordem cronológica, para que possamos explicitar melhor o desenvolvimento das abordagens e mostrar claramente quando uma obra faz alusão à outra.

Duas obras de autores consagrados na historiografia que aborda o tema dos processos que ocorreram no império luso no início do século XIX, mas que não fazem nenhuma menção aos tratados de 1810 são as obras de João Armitage “História do Brasil” e Tobias Monteiro em “História do Império: elaboração da Independência”, ambos descrevem e analisam a vinda de D. João VI no Brasil, a corrupção da corte lusa, a abertura dos portos, porém, não fazem nenhuma alusão aos tratados de 1810, muito menos das manifestações decorrentes dos mesmos.

Já na “História Geral do Brasil”, Francisco Adolfo de Varnhagen possui um capítulo chamado “Política exterior, negociações, tratados, conquistas e etc”. É neste capítulo que o referido autor comenta sobre o tema em questão com uma abordagem rápida e sucinta, na qual fala que os tratados foram feitos entre D. Rodrigo e por Strangford, cita os artigos em geral, porém, não os detalha, analisando apenas os julga serem principais. Em relação à gama de manifestações que surgiram após os tratados, Varnhagen não aborda nenhum deles, porém, faz seu próprio comentário em relação aos acordos de 1810 e o Congresso de Viena de 1815.⁴

Em sua obra renomada “Dom João VI no Brasil”, Oliveira Lima discorre sobre os tratados de 1810 no capítulo IX do 2º volume intitulado “Relações comerciais do Brasil. Os tratados de 1810”. O autor discute exaustivamente os artigos dos tratados e após sua análise, sustenta a idéia de que os tratados de 1810 entre o reino de Portugal e o reino da Grã-Bretanha, não foram tão prejudiciais para o Brasil como se tem abordado na historiografia⁵. Tanto que termina o capítulo dizendo que a obra de Linhares foi benéfica ao Brasil, mesmo diante da aparente unilateralidade a favor dos britânicos⁶.

⁴ “Infelizmente, não fazem elas em geral muita honra a diplomacia portuguesa dessa época, como passamos a manifestar, não sem grande mágoa, ao ver que os deveres da imparcialidade como historiador nos obrigam neste momento a pôr de parte afeições a indivíduos e reputações, com que já por outro lado muito desejáramos não contender. Gema, pois, o coração, não a consciência pungida.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1975. p. 115.v.5.

⁵ “[...] se os efeitos imediatos do tratado que tamanha celeuma levantou, tantas imprecisões valeu a Linhares e ficou na história diplomática como um modelo de convenção leonina, foram em grande parte vantajosos ao Brasil pelos motivos indicados, seus resultados permanentes sabemos também que não foram afinal tão vantajosos para a Inglaterra como se podia ou queria imaginar.” OLIVEIRA, Lima. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945.p.428-29. v.2.

⁶ “A Obra política do conde de Linhares foi, portanto benéfica ao Brasil, mesmo em seus aspectos menos defensáveis, por avessos à equidade de um pacto internacional e aos exclusivos posto que legítimos interesses da metrópole”. *Ibid.*,p.434.

Em relação às manifestações decorrentes dos tratados de 1810, Oliveira Lima aborda-as com muito mais atenção que os autores mencionados até o momento. O autor menciona Hipólito da Costa como alguém que expôs elucidamente as condições dos tratados em relação à reciprocidade dos mesmos. Porém, não explora a grande gama de opiniões e posições que Hipólito expôs em seu periódico.

Oliveira Lima aponta para reclamações de ministros franceses, coloca a questão da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que gerou alguns desentendimentos entre os oficiais britânicos e portugueses por referência a cláusula da extinção dos monopólios. A queixa do Conde da Barca também é citada pelo autor⁷. Em relação aos periódicos, fala de alguns comentários do jornal *o Português* e de outro periódico no qual o autor não define nem faz referência na nota de rodapé.

É importante notar que Oliveira Lima tem consciência que os tratados de 1810 geraram diversas manifestações no império luso-brasileiro⁸ e também fora dele, deixando clara tal posição ao relatar muitas manifestações acerca do tema.

O autor J. Pandiá Calógeras em seu livro “Formação Histórica do Brasil” explana os tratados de 1810 inseridos em todo o processo da vinda da corte para o Brasil, das transformações que D. João VI fez no Rio de Janeiro e da abertura dos portos. Após esta contextualização o autor comenta o tema, não que estes sejam o centro do capítulo, o autor obviamente seguiu uma linha lógica e cronológica de explicação do período. Como Varnhagen, Calógeras trata apenas de algumas cláusulas que chama mais atenção nos tratados, como a do Juiz Conservador, da taxa de 15% para os produtos ingleses e da abolição gradativa do tráfico de escravos. Em relação às manifestações, Calógeras não cita nenhuma especificamente, porém não deixa de perceber que tais tratados geraram atritos.⁹

⁷ “[...] queixando-se a tal propósito o ministro de Dom João VI de que o convênio de 1810, “imposto pela Inglaterra”, impossibilitaria o comércio do Brasil com o resto da Europa, colocando-o inteiramente nas mãos dos ingleses”. Ibid., p.417-18.

⁸ “Um tratado de comércio como este, tão extenso, variado e inovador, bolia com tantos interesses e alterava tantas cousas, que se podia bem esperar que suscitasse dificuldades e despertasse discussões quase todos os seus artigos. Choveram, com efeito, as reclamações, que pejaram os livros de correspondência com a legação de Londres, provenientes tanto dos negociantes portugueses em Inglaterra, como do comércio do Reino, como dos próprios negociantes ingleses”. Ibid., p.423.

⁹ “Nesses convênios se encontram os pontos de partida de inúmeros dissídios e atritos, que, com o decorrer do tempo, chegaram quase ao rompimento aberto de hostilidades. De fato, D. João havia até certo ponto comprometido a liberdade de comércio no Brasil, pelo erro de conceder um regime excepcional para as importações inglesas, assim como ferira a soberania nacional admitindo em território nosso, juizes e tribunais para julgamento de nossos patrícios; e, bem assim, por haver permitido que forças navais e leis inglesas fossem, em assunto de tráfico,

Uma obra que é referência na questão da influência inglesa no Brasil é o livro de Alan K. Manchester “Preeminência inglesa no Brasil”, no qual os tratados de 1810 são abordados no capítulo IV “A Inglaterra assegura direitos preferenciais no Brasil”. Diferentemente de alguns livros que tratam sobre o tema, o autor não discute no mesmo capítulo a chegada da corte ao Brasil e todos os processos que desencadearam isto, juntamente com os tratados. O primeiro é discutido no capítulo III “A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro”, enquanto o segundo é discutido no capítulo IV, que se inicia abordando a abertura dos portos e sua importância para o desenvolvimento da consciência nacional do Brasil e, conseqüentemente sua futura independência¹⁰.

Posteriormente a introdução, o autor desenvolve as relações que antecederam a assinatura do tratado, neste momento, as manifestações sobre o mesmo são relatadas. Ao falar do momento de quase ratificação do tratado, Alan Manchester mostra como a oposição do Núncio Papal ocorreu¹¹ frisando que esta cláusula foi a que mais causou resistência a Strangford, e como ela se desenvolveu, influenciando resistências de outros setores, como alguns membros da Corte que tinham desafetos contra Souza Coutinho. Além disto, é explicitado que os comerciantes do Rio, instruídos pela Associação londrina, discutiam o tratado na Corte do Príncipe Regente, o que deixou a situação mais incomoda para Strangford. A questão do tráfico de escravos também é citada¹²

Após colocar estas manifestações para mostrar que o processo de ratificação dos tratados não foi simples e que houve resistências, o autor discorre sobre os artigos. Por último, cita as opiniões de Hipólito da Costa no *Correio Brasiliense*, declarando que o acordo era uma tarefa delicada e que as relações existentes entre Portugal e Inglaterra não poderiam servir de

competentes para capturar, julgar e punir tripulações de barcos portugueses.” CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1967. p.72.

¹⁰ “Na verdade, as conseqüências políticas e sociais, postas em movimentos por este provisório decreto de 28 de janeiro de 1808, levariam finalmente a um Brasil independente. As portas fechadas durante trezentos anos estavam abertas de repente, e a colônia ficou fora de controle da metrópole”. MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.p.75.

¹¹ “[...] surgiu uma oposição na corte portuguesa contra o tratado proposto, enquanto o Núncio Papal usava de toda a sua influência, sobre o supersticioso príncipe-regente para impedir a aprovação da cláusula que garantia tolerância religiosa aos protestantes”. Ibid.,p.82

¹² “[...] Fernando Portugal, ministro do Interior, combateu as estipulações referentes ao tráfico de escravos. Toda a corte estava unida contra o visconde e Souza Coutinho, num esforço para bloquear a ratificação”. Ibid.,p.85

parâmetros. Vários outros pontos são explicitados, utilizando outras falas do periódico feito em Londres.¹³

Alan K. Manchester em relação às manifestações dos tratados de 1810 avança se comparado às bibliografias tratadas anteriormente, pois apesar de dar maior enfoque no Núncio Papal e em Hipólito da Costa, não deixa de fazer referência a outros setores que opinaram no período, como os desentendimentos que giraram em torno da Companhia de Vinhos do Porto. A análise é mais completa e nos ajuda a entender a complexidade do momento, porque o autor para explicar o processo de consolidação da influência inglesa no Brasil através dos tratados de 1810 utiliza as resistências e manifestações sobre o mesmo, deixando de fazer uma análise simplista focando apenas nos artigos do acordo.

Em “História Econômica do Brasil”, Caio Prado Júnior no capítulo intitulado “A era do liberalismo 1808-1850”, no qual desenvolve os processos da vinda de D. João VI ao Brasil associado à crise do sistema colonial português, o que seria uma transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial. Coloca a abertura dos portos como o início do fim do “parasitismo” português sobre o Brasil, e então discorre sobre os tratados de 1810.

O autor mostra que a situação da Metrópole portuguesa se agrava com a assinatura dos tratados de 1810, e que Portugal estava sendo cada vez mais excluído do comércio brasileiro. Aponta como fator disto, a cláusula que decreta em 15% as tarifas alfandegárias para a Inglaterra enquanto Portugal pagaria 16%.¹⁴ Coloca que apesar de as forças produtivas brasileiras estarem em expansão, e com o livre comércio as restrições que Portugal fazia não teriam mais peso, o Brasil pagou caro por esta liberdade, pois os tratados de 1810 privilegiavam os ingleses que atropelaram o comércio brasileiro, comprometendo a indústria nacional. Às manifestações relativas aos tratados, não são abordadas no livro.

O livro de Caio de Freitas *George Canning e o Brasil: Influência da diplomacia inglesa na formação brasileira* abordou as manifestações em um capítulo intitulado “Os tratados de comércio, navegação e amizade de 1810”, no qual busca desenvolver o processo de negociação dos tratados e aponta para um movimento de resistência que ocorreu antes da assinatura dos

¹³ As manifestações que o autor utilizou do Hipólito da Costa são: *Correio Brasiliense* II, p. 129-130. ; *Correio Brasiliense*, III p. 526-527; *Correio Brasiliense*, IV, p. 188; *Correio Brasiliense*, V, p. 189.

¹⁴ “Tão estranha e absurda situação, que mostra até que ponto chegara à subserviência do soberano português e o predomínio da Inglaterra nos negócios da monarquia, manter-se-á até 1816, quando se equiparão as tarifas portuguesas às inglesas”. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961. p.129.

mesmos, sendo que nacionalistas, francófilos e o núncio papal D. Caleppi fizeram frente à ratificação do acordo entre Portugal e Grã-Bretanha¹⁵. Vale ressaltar que o autor não define quem são os nacionalistas, nem os francófilos da corte, atendo-se em grande parte as ameaças que o núncio fez ao regente D. João VI.

No supracitado capítulo, são apontadas as cláusulas dos tratados e mais adiante, desenvolvida as reações que ocorreram diante da segunda versão do acordo, que ocorreu enquanto os mesmos estavam nas mãos de George Canning que indicou algumas alterações. Desta vez, as frentes de resistência, segundo o autor, se dividiam em dois pontos, o primeiro em relação à cláusula religiosa, e o segundo em relação à cláusula da abolição do tráfico de escravos, porém, o autor não desenvolve mais o tema além do exposto acima. Observa-se que todas as referências das manifestações até então citadas pelo mesmo são das correspondências do Foreign Office.

Ao retratar Hipólito da Costa, duas falas são citadas¹⁶, a primeira ocorre antes da assinatura do combinado e refere-se ao perigo que a colônia corria se fosse assinado um tratado baseado em acordos existentes entre Portugal e Grã-Bretanha, mais tarde, quando foram divulgados os textos oficiais, Hipólito desmascara a questão da reciprocidade, deixando claro que tal acordo era uma humilhação para a corte portuguesa e um entrave para a prosperidade do Brasil.

Após abordar as manifestações que ocorreram no período, o referido autor começa a mostrar como os tratados sofreram o repúdio unânime de diversos historiadores como J.P.Calógeras, Oliveira Lima, Alan Manchester, Oliveira Martins, J. Lúcio de Azevedo, entre outros.

A obra de Nelson Werneck Sodré *As razões da Independência* trata minuciosamente o domínio inglês em Portugal e no Brasil, explicitando o tratado do Methuen de 1703 e depois os de 1810. Para analisar o tema, como é recorrente na historiografia que se refere ao assunto, o autor explicita a situação complicada da Coroa portuguesa no início do século XIX, a Convenção secreta de 1807, a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos. Quanto aos tratados,

¹⁵ “À onda de protestos, já levantada pelos nacionalistas que reivindicavam a instituição de um regime de plena liberdade para o comércio colonial, veio se juntar, pouco depois, a voz da própria Igreja que, através da atitude de indignação do seu Núncio Apostólico D. Caleppi, passou a fazer coro com os que combatiam a tendência, manifestada pelo governo, de fazer concessões exageradas á Grã-Bretanha”. FREITAS Caio de. *George Canning e o Brasil. A influência da diplomacia inglesa na formação brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. 2.v. p.258.

¹⁶ *Correio Brasiliense*, II, p. 129-130. *Correio Brasiliense.*, V, p.189.

Sodré aborda todos os processos que ocorreram no desenvolvimento do mesmo, desde as instruções de George Canning a Strangford até os artigos em si dos tratados.

Quanto às manifestações, o autor comenta-as no desenrolar de seu raciocínio sobre os processos que levaram até a ratificação dos mesmos. Cita o movimento contra Souza Coutinho e quando aborda duas frentes de resistência, que seriam a contra a cláusula religiosa e a outra dizendo respeito à cláusula da abolição do tráfico de escravos, faz uma leitura idêntica a de Caio de Freitas, no mesmo livro referido neste artigo, coincidência ou não, Sodré faz até citações do livro do autor para explicar as manifestações acerca do acordo. Após tais considerações, Sodré expõe as opiniões de alguns autores sobre o evento, o que também foi feito por Caio de Freitas. O que é interessante notar, é que o autor para relatar as “falas” que ocorreram visando o acordo, se apóia na obra de Caio de Freitas, tanto no que diz respeito às informações, como no seu modelo de análise.

Já Sérgio Buarque de Holanda em *História Geral da Civilização Brasileira*: o Brasil Monárquico aborda o tema em questão no capítulo III, nomeado de “A presença inglesa”, não destoando da historiografia, ele desenvolve o tema através da vinda da família real para o Brasil e aponta o fato de que o início da influência inglesa no Brasil é concomitante a chegada da coroa. Dentro deste retrospecto, desenvolve todos os processos que antecederam a vinda da corte, inclusive a convenção secreta assinada em 22 de Outubro de 1807.

Após relatar tais movimentos, Sérgio Buarque aponta para a abertura dos portos e mostra a dificuldade que os ingleses encontraram em comercializar com o Brasil entre os anos de 1808-1810, mesmo com a abertura do comércio brasileiro. Eis que os tratados de 1810 ganham relevância no discurso do autor, pois são apontados como uma das condições que firmaram o comércio entre Brasil e Grã-Bretanha. O autor explicita os tramites que ocorreram até a assinatura deles e depois fala sobre cada artigo dos mesmos, isto é, faz o mesmo processo que os outros autores, fixam seu ponto de atenção nas cláusulas dos tratados.

Em relação às manifestações, Sérgio Buarque de Holanda não dá tanta relevância ao tema, abordando-o indiretamente quando se refere ao artigo XII que diz respeito à liberdade religiosa¹⁷ e quando comenta a opinião de Hipólito da Costa sobre o artigo IX, referente ao Juiz

¹⁷ “Era-lhes concedida, apesar de toda a oposição que fora feita, a liberdade de religião (art.12)”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1965.v.2. O Brasil Monárquico, 1. O processo de emancipação.p.84.

Conservador¹⁸. Fora estes dois comentários, o autor não menciona nada a respeito da gama de manifestações que decorreram dos tratados de 1810.

Quanto à historiografia mais recente, é bem representada por Valentim Alexandre no livro “Os Sentidos do Império”. Nele, as manifestações acerca dos acordos possuem um capítulo específico, chamado “As tensões na aliança”, no qual o autor aborda as primeiras críticas ao tratado de comércio e aliança de 1810.

Logo de início, aborda as críticas feitas por Hipólito da Costa publicadas no *Correio Brasiliense*, utilizando apenas uma delas¹⁹, que diz respeito às questões de falta de reciprocidade do acordo, a humilhação que a dignidade portuguesa sofria e por fim, o retardamento que isto causaria a prosperidade do império do Brasil. Passando a frente, o foco dirige-se no problema de interpretação e aplicação dos tratados, que geraram muitas reclamações no âmbito oficial, citando Souza Coutinho e o Conde de Galveias.

Os negociantes portugueses em Londres e os de Lisboa também são retratados em relação as suas manifestações, os primeiros, insatisfeitos com o não cumprimento do acordo por parte das autoridades britânicas, enviam para a corte do Rio de Janeiro várias notas e memórias, além de uma carta publicada no periódico luso “O Espelho Político e Moral”²⁰, o autor é feliz ao perceber e avaliar que os comerciantes lusos em Londres tinham uma posição muito privilegiada²¹ em relação aos portugueses situados em Lisboa que eram afetados pela base do tratado, e não pela relutância dos ingleses em aplicar algumas cláusulas do mesmo, logo, vê-se que, neste caso, Valentim Alexandre deixa de observar apenas as manifestações em si, para avaliar as condições das mesmas, isto é, de onde tais falas são proferidas.

¹⁸ “... o próprio Hipólito José da Costa no *Correio Brasiliense*, concordava em que a justiça em Portugal era falha na sua prática, o que se julgou uma afronta foi a afirmação meio brutal da superioridade da justiça inglesa, aceita pelo governo português”. Afirmação feita por Hipólito referente a passagem do artigo IX que dizia ...”.Ibid.,p.86.

¹⁹ A referência que o autor utiliza está em *Correio Brasiliense*. v.IV, p.189-97.

²⁰ A carta do clube português foi publicada em *O Espelho Político e Moral*, nº 20, 10 de Setembro de 1813.

²¹ “Essas queixas provinham ainda de um sector limitado, que tinha uma posição muito específica perante o tratado de comércio: o problema fundamental, para os negociantes portugueses estabelecidos em Londres, estava, sobretudo nas formas de aplicação de um acordo que, pelo menos na teoria, lhes era favorável”. ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p.263.

É importante notar que o autor percebe a gama de manifestações geradas pelos tratados de 1810, e que as abordadas em seu livro não são de maneira alguma a totalidade do evento²². Esta reflexão inexistente em grande parte da historiografia que aborda os acordos.

A questão da Companhia do Alto Douro e do tráfico de escravos também são abordados pelo autor em subcapítulos específicos, relatando as correspondências a nível oficial e algumas reclamações publicadas no periódico *O Investigador Português* e no *Correio Brasiliense*, deixando claro que o autor procura relatar muitas manifestações sobre diversos pontos dos tratados, destoando das outras obras abordadas neste artigo.

Após discorrer sobre a maneira de como a historiografia brasileira desenvolve o tema das manifestações acerca dos tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação de 1810 assinados entre Portugal e Grã-Bretanha, conclui-se que apesar de alguns autores como Valentim Alexandre e Alan Manchester se mostrarem conscientes da amplitude das manifestações, mesmo não as relatando, as abordagens normalmente não buscam conceber a totalidade das manifestações, ficando fragmentada e dispersa na bibliografia, isto é, uma referência bibliográfica complementa a outra, porém, nenhuma delas tenta englobar o todo para que houvesse uma melhor compreensão do período analisado.

Fica evidente que a época no qual o livro foi feito não tem nenhuma relação com a quantidade ou a atenção dedicada às manifestações, vide a obra de Oliveira Lima e Alan Manchester que são do início do século XX e que abordam muitas manifestações se comparadas a obras posteriores, aliás, as duas comumente são referências para as obras posteriores, tanto que as falas de Hipólito da Costa que aludem aos tratados e que são abordadas por Alan Manchester, são igualmente usadas em obras mais recentes, isto é, nenhuma obra atual aborda alguma manifestação de Hipólito que A. Manchester não tenha abordado a não ser no livro de Carlos Rizzini²³.

Para que haja uma nova percepção historiográfica do assunto, é importante considerar que nenhuma obra analisa os discursos acerca das manifestações tentando observar os sujeitos que falam, de onde eles falam, e para que eles estão emitindo tais opiniões, normalmente, o que

²² “Estes documentos emanados dos negociantes portugueses em Londres e da praça de Lisboa estão longe de constituir as únicas referências desfavoráveis ao tratado de 1810: nos anos de 1813-1814, toda a imprensa nacional livre(a que se editava em Londres) está cheia de “correspondências” de leitores...” Ibid., p.264.

²³ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

ocorre, é uma simples constatação de tais falas, constituindo análises simplistas que não tentam explorar a pluralidade que existia no pensamento do império luso-brasileiro no início do século XIX.

Como fala Michel Foucault em *A Ordem do Discurso*, as falas, o discurso, não são simples manifestações²⁴, porém, a historiografia brasileira ao trabalhar com os discursos que permearam os tratados de 1810, tendem a construir uma análise que não explora os sujeitos, as idéias e os fins dos mesmos, algo que com certeza nos ajudaria a compreender melhor os complexos processos que ocorreram no período.

BIBLIOGRAFIA:

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1967.

FREITAS Caio de. *George Canning e o Brasil*. A influência da diplomacia inglesa na formação brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1965.v.2. O Brasil Monárquico, 1. O processo de emancipação.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império: a elaboração da independência*. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972. t.I.v.I.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1965.v.2. O Brasil Monárquico, 1. O processo de emancipação.

OLIVEIRA, Lima. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

²⁴“[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar”. FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1975.

O Esquecimento como elemento mnemônico na fenomenologia da memória de Paul Ricoeur

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira*

Resumo: O presente trabalho analisa as considerações do filósofo francês Paul Ricoeur sobre o Esquecimento, as quais são resultantes de uma hermenêutica da memória e de uma epistemologia da história. Ricoeur sugere que, na cultura ocidental, desde Descartes, há uma empatia pelo “esquecimento metódico”, cujo sentido e articulação expõem a condição política das representações e das formulações da memória coletiva, para além de uma retórica da perda e do apagamento. Daí a tensão estabelecida pelo pensador entre o esquecimento definitivo e o esquecimento de reserva, caros às especulações operadas dentro dos conceitos de história e de arquivo.

O filósofo francês Paul Ricoeur, desde o início, nos adverte sobre o “jogo complicado entre a história e a memória”¹, sobretudo quando neste estão inseridas as problemáticas do esquecimento e do perdão, componentes essenciais, segundo ele, para a compreensão de uma fenomenologia da memória. O objeto desse trabalho é compreender um pouco mais esse jogo, visto sobre um desses aspectos: o esquecimento.

O autor esmiuça o problema com mais atenção na obra *A memória, a história, o esquecimento*, publicada na França em 2000, na qual afasta as possibilidades de subordinação da memória à história ou desqualifica as fronteiras rígidas entre ambas. Antes, ele prefere propor a memória como uma das matrizes da história. Uma matriz privilegiada por sua ambição de “veracidade”. Mas o problema apenas está posto, uma vez que, embora compartilhem da mesma ambição, pontificada pela narrativa de um passado, a articulação entre memória – sobretudo a social –, por meio do relato-testemunho, e história, por meio da operação historiográfica, oferece-nos processos diversos.

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito; trabalho realizado com apoio do CNPq; e-mail: dionisio@unb.br

¹ cf. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 452.

É preciso desde já compreender que em *A memória, a história, o esquecimento* vemos uma “apologia da memória como matriz de história, na medida em que ela continua sendo uma guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado”². Mas não há nessa obra uma reivindicação da memória contra a história. Nesse sentido, Ricoeur tornou-se um empenhado crítico dos estudos que levam a memória como objeto da história, negando sua função matricial. Para aprofundar essa defesa e as críticas delas decorrentes, o pensador francês debate as contribuições de Henri Bergson, Sigmund Freud, Maurice Halbwachs e Yerushalmi.

Memória e história

Se o debate da memória passa pela ambigüidade da imaginação e do reconhecimento, para Ricoeur, Bergson é “o filósofo que mais se aproximou do entendimento do vínculo estreito que existe entre o que chama ‘sobrevivência das imagens’ e o fenômeno chave do reconhecimento”³. A partir de *Matéria e Memória* do autor, publicado em 1896, podemos compreender duas formas de memória: hábito e representação. A primeira pertence ao hemisfério da ação, pois se nutre da repetição, na consciência de todo um passado de esforços armazenados para exprimir-se no presente. Bergson saliente que tal memória não contém e não revela suas origens, pois “ela já não nos representa nosso passado, ela o encena; e se ela merece ainda o nome de memória, já não é porque conserve imagens antigas, mas porque prolonga seu efeito útil até o momento presente”⁴. Já a segunda memória remete à conservação de imagens únicas, a memória propriamente dita, que remete a uma representação, pela imagem-lembrança, do passado no presente. Para Ricoeur, a dicotomia entre as duas memórias funda a dicotomia que perpassa toda a obra de Bergson: cérebro e memória. “O reconhecimento é o modelo desses mistos reconstruídos, e o entrelaçamento das duas memórias, o exemplo do misto mais fácil de se decompor e recompor”⁵.

Se o reconhecimento é chave da dialética entre as duas formas de memória em Bergson, na psicanálise, para Ricoeur, as âncoras são os conceitos de “recalque” e “luto” freudianos, por meio dos quais o historiador opera como um analista, um mediador entre o “não-dito” e aquilo que permite dizer-se. Numa acepção freudiana, o luto torna-

² *Idem, ibidem*, p. 100.

³ *Idem, ibidem*, p. 438.

⁴ cf. BERGSON, H. *Matéria e Memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.63.

⁵ cf. RICOEUR, *op. cit.*, p. 440.

se um rito de renúncia e de resignação que terminaria com a reconciliação, com a perda⁶. Um dos elementos marcantes do luto nesse tocante é sua disposição em operar com a repetição da lembrança. O tempo do luto é marcado pela rememoração repetitiva daquilo que se perde, um “esquecimento” que se opera no desprendimento de um objeto perdido. Quando há o recalque, o impedimento da compulsão repetitiva de um traumatismo é feito por meio de uma lembrança, cuja “cura” se dá pelo ato de transferência.

Essa contribuição bipolar da psicanálise freudiana – do luto e do recalque – abre para o pensamento de Ricoeur a possibilidade de pensar tanto nos “traumatismos coletivos” quanto nos esquecimentos “manipulados”. Assim as “feridas da memória coletiva” são tributárias da noção de objeto perdido, que “encontra uma aplicação direta nas ‘perdas’ que afetam igualmente o poder, o território, as populações que constituem a substâncias de um Estado”⁷. A derivações psicanalíticas mostram-se, por meio das reconciliações pelas comemorações públicas, excelentes exemplos das relações cruzadas entre a expressão privada e a expressão pública do objeto perdido, esquecido.

Sobre Halbwachs, Ricoeur aponta para a primazia do autor em destacar o problema da “memória coletiva”. As memórias coletiva e individual dobram-se em analogias que acabam por torná-las espécies que se interpenetram⁸. Ambas estão alimentadas pelo passado histórico, transformado paulatinamente em nosso. Nessa relação, todavia, a memória individual subordina-se à coletiva, porque é domesticada pelos grupos sociais.

Já, para a história, Halbwachs produz uma leitura exterior, dotando-a de uma didática morta, cuja perspectiva pode ser apenas apreendida e não vivida, como o é na mensura da memória. A história só começaria onde termina a tradição, no momento em que a memória coletiva deixa de funcionar de modo autônomo, por suas próprias regras e limites. A história, ou melhor, a memória histórica nada mais é que o lugar do conhecimento objetivo, agindo como unitária, a partir de uma idéia de nação, e

⁶ cf. FREUD, S. “Luto e Melancolia”. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Edição Standart Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 14.

⁷ cf. RICOEUR, *op. cit.*, p. 92.

⁸ “Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstituída sobre uma base comum”; Maurice Halbwachs: *La mémoire collective*, Paris, PUF, 1968 ; *apud*. POLLAK, M. *Memória. Esquecimento, Silêncio*. In: *Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, vol.2, n.º 3, 1989, pg. 3-15.

conferindo um caráter descontínuo ao conhecimento sobre o passado⁹. O relacionamento limítrofe entre memórias individual, coletiva e histórica, percorrido num sentido unidirecional, num encadeamento casual, confere a tais teses o desejo de uma memória integral. Estratégia que não se ocupa nem admite o esquecimento, negando-o como elemento formador.

O esquecimento é um antípoda também para o historiador judeu Yerushalmi, autor de *Zakhor*¹⁰, que argumenta que “querer salvar tudo do passado é um projeto razoável”¹¹. Yerushalmi entra na argumentação de Ricoeur na intenção de demonstrar que as relações “necessárias” entre memória e histórica defendidas desde Halbwachs e por, conseguinte, os limites entre elas, não são premidos universais. Nesse tocante, a memória do povo judeu serve como exemplo essencial, na medida em que a cultura judaica contém em seu cerne um forte sentido do histórico, ao mesmo tempo em que a historiografia, compreendida como a tarefa dos historiadores, teve pouco ou quase nenhuma influência na manutenção da memória do passado judeu. Nessa direção, Ricoeur, a partir da leitura de Yerushalmi, conclui que, sob o controle do olhar retrospectivo, nem o sentido da história nem o da memória do passado dependem da historiografia. Essa desnaturalização do vínculo necessário entre eles foi muito útil para compreender como a retórica contra o esquecimento deve ser tomada fora dos eixos que problematizam a memória a partir de suas exceções, de seus desvios e patologias, e propor um trabalho que a prioriza, enquanto matricial, sem com isso negar sua intimidade e proximidade com a memória histórica e com o projeto historiográfico, na acepção dada por Michel De Certeau¹².

Esquecimento: rastros e reservas

O esquecimento está no cerne da discussão platônica da problemática da *eikōn* (imagens, reflexos) sob o signo da metáfora da impressão no bloco de cera, onde o desvio é verificado pelo apagamento das marcas impressas; apagamento tão grave

⁹ cf. RICOEUR, *op. cit.*, p. 407.

¹⁰ Citado por Ricoeur: *Zakhor. Jewish history and Jewish memory*. University of Washington Press, 1982.

¹¹ cf. RICOEUR, *op. cit.*, p. 411.

¹² “Por esta razão, entendo como *história* esta prática (uma ‘disciplina’), o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob a forma de uma ‘produção’. Certamente, em seu uso corrente, o termo *história* conota, sucessivamente, a ciência e seu objeto – a explicação que se *diz* e a realidade *daquilo que se passou* ou se passa. Outros domínios não apresentam a mesma ambigüidade : o francês não confunde numa mesma palavra a física e a natureza. O próprio termo ‘história’ já sugere uma particular proximidade entre a operação científica e a realidade que ela analisa.”; cf. CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.32.

quanto alguém que tenta encaixar o objeto na marcas erradas. Ricoeur já lê em Platão o problema do esquecimento em seu duplo sentido: “como apagamento dos rastros e como falta de ajustamento da imagem presente à impressão deixada como quer por um anel na cera.”¹³

Entretanto o debate ganhou contornos mais utilitários desde então. A *ars memoriae*, cultuada até o século XVII e investigada por Francês Yates, surgiu como uma forma demasiadamente otimista e como uma recusa exagerada do esquecimento, ao mesmo tempo em que demonstra a partir daí as “fraquezas inerentes tanto à preservação dos rastros quanto à sua evocação.”¹⁴ Em sua lógica, foram criados marcadores de memória, um conjunto de técnicas internas que lentamente foram ganhando o espaço exterior: o texto escrito, a bandeira, iconografia, recibos, lembretes etc. Tais marcadores visavam à proteção contra o esquecimento. Na interioridade encontramos tais marcadores no esforço de recordação, sobretudo a partir da forma fixa da associação repetitiva, mais ou menos mecânica, da recordação de uma coisa por uma outra que lhe foi associada na aprendizagem. Em sua exterioridade, os marcadores foram adquirindo cada vez mais espaços sociais, entendidos primeiramente como pontos de apoio exteriores à recordação, e depois, confundidos ou tomados como “lugares de memória” como defendeu Pierre Nora¹⁵.

Mas os *sinais indicadores* que tentam nos proteger do esquecimento no futuro deparam-se com o problema a que Santo Agostinho já aludia. Ele apontava um problema retórico para a questão do esquecimento. O esquecimento, enquanto apagamento, só pode ser alcançado pelo signo da lembrança do próprio esquecimento. Na eminência da lembrança, lembramos também que esquecemos:

Um enigma, porque não sabemos, de saber fenomenológico, se o esquecimento é apenas impedimento para evocar e para encontrar o “tempo perdido”, ou se resulta do inelutável desgaste, “pelo” tempo, dos rastros que em nós deixaram, sob forma de afecções originárias, os acontecimentos supervenientes. Para resolver o enigma, seria

¹³ cf. RICOEUR, *op. cit.*, p. 27. Ricoeur, também, já admitia um esquecimento metódico ao interpretar os limites entre o histórico e não-histórico esboçados por Nietzsche em seu ensaio *Segunda consideração intempestiva* (1873). Nessa interpretação, o pensador francês salienta que na visão de Nietzsche enquanto a história monumental alimenta-se de um sistema abusivo de analogias, onde as vítimas são trechos esquecidos do passado, a histórica crítica, por seu lado, ajusta-se ao momento do julgamento do historiador, onde surge o um sistema de seleção, que opera com sentença do “esquecimento merecido”; *idem*, p.306.

¹⁴ *idem*, *ibidem.*, p. 80.

¹⁵ cf. NORA, P. “Entre historia e memória: a problemática dos lugares”.In: *Revista Projeto História*, n.º 10, PUC/SP, dez. 1993, p.07-28.

necessário não só desimpedir e liberar o fundo de esquecimento absoluto sobre o qual se destacam as lembranças “preservadas do esquecimento”, mas também articular aquele não-saber relativo ao fundo de esquecimento absoluto ao saber *exterior* – particularmente o das neurociências e das ciências cognitivas – concernentes aos rastros mnésicos. Não deixaremos de evocar, no devido momento, essa difícil correlação entre saber fenomenológico e saber científico.¹⁶

Nessa correlação entre uma fenomenologia da memória e o saber científico, especialmente as ciências cognitivas, não se deve permitir que a problemática do esquecimento seja conduzida pelo sentido exclusivo da deficiência, sentido predominante nas formulações das formas patológicas da memória. Para as ciências cognitivas, o uso das disfunções da memória foi demasiadamente útil para construir mapas mnésicos, mas, para a compreensão da memória em seus usos e abusos¹⁷ – para usar a terminologia de Todorov¹⁸, – é preciso cortejar aquilo que Ricoeur bem define como “memória feliz” ou memória comum.

Se, para compreender a problemática do esquecimento, é preciso destituí-la dos preceitos da patologia da memória, também é necessário enquadrá-la na expectativa da fidelidade para com o passado que, em seu limite último, guarda na “rememoração pura” o seu valor de negociação utópico. Mas aí surge um problema para os historiadores no momento em que Ricoeur trata do esquecimento detida e exclusivamente: suas reflexões partem, sobretudo, de uma hermenêutica da memória individual, exigindo de nós a compreensão da dialética proposta com a memória coletiva, enquanto cúmplice e concorrente da memória histórica. Não chega a ser um trabalho árduo na medida em que as questões que o autor nos coloca são, em última análise, facilmente intercambiáveis entre as disciplinas que as disputam:

¹⁶ cf. RICOEUR, *op. cit.*, p. 48-49.

¹⁷ “Ao falarmos de manipulação, não estamos denunciando um abuso; queremos apenas caracterizar o tipo de domínio que preside à experimentação.”; *idem, ibidem*, p.74.

¹⁸ Todorov chama atenção para o fato de que os abusos da memória estão ligados às representações que cada povo, comunidade ou nação executa de si em relação ao Outro. Nessa esteira, onde a negociação com o que “esquecer” não casual, ele deixa um aviso ímpar para o nosso problema: “Il faut d’abord rappeler une évidence: c’est que la mémoire ne s’oppose nullement à l’oubli. Les deux termes qui forment contraste sont *l’effacement* (l’oubli) et la *conservation*; la mémoire est, toujours et nécessairement, une interaction des deux.”; cf. TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris, Arléa, p.14. Tradição livre: “É preciso abordar o que chamo de uma evidência: a memória não se opõe absolutamente ao esquecimento. Os dois termos contrastantes são o apagamento (o esquecimento) e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação entre os dois”.

O esquecimento não seria, portanto, sob todos os aspectos, o inimigo da memória, e a memória deveria negociar com o esquecimento para achar, às cegas, a medida exata de seu equilíbrio com ele? E essa justa memória teria alguma coisa em comum com a renúncia à reflexão total? Uma memória sem esquecimento seria o último fantasma, a última representação dessa reflexão total que combatemos obstinadamente em todos os registros de hermenêutica da condição histórica?¹⁹

Antes de prosseguir na tentativa de dar mais especificidade a esses questionamentos, lembremos do que Elenice Rodrigues Silva alerta ao pesquisar as distinções entre comemoração e rememoração no pensamento de Ricoeur:

Entender, na opinião de Ricoeur, a especificidade da memória (a sua fragilidade e os seus abusos), pressupõe levar em conta a sua dupla dimensão do privado e do público. Atribuída à noção da "experiência interior", a memória, na tradição filosófica conotou, desde os tempos remotos, a idéia mesma de imaginação. A memória visaria, nesse sentido, o passado construído e transmitido por imagens e representações. Dessa percepção de uma memória influenciada pelo imaginário resultaria, segundo Ricoeur, a vulnerabilidade mesma desse conceito. Em outras palavras, a memória, visando unicamente à interioridade, torna-se objeto de dúvidas e de suspeitas.²⁰

Após percorrer *A memória, a história, o esquecimento*, é fácil concordar com a posição da autora de que os questionamentos impostos ao esquecimento, sob as formas de análises cuidadosas das contribuições das ciências cognitivas e da psicanálise, só podem estar alicerçados nos jogos exteriores e nas trocas sociais, historicamente instituídas.

Uma fenomenologia da memória precisa assim exprimir as diferentes etapas e contribuições sobre o esquecimento a fim de não recair na metáfora da distância, do apagamento enquanto afastamento e profundidade. O que está posto é a própria semântica do esquecimento, visto de forma vertical. Seu campo de produção faz-se perceber por estratégias antagônicas, em que a constituição do “lembrar” já o detém como inteligência negativa de si mesma.

Não é tarefa fácil. O esquecimento é, num sentido horizontal, o desafio à confiabilidade da memória que é, por conseguinte, a própria representação do passado como imagem fiel do vivido-narrado. Ou seja, o esquecimento visto como um negativo

¹⁹ cf. RICOEUR, *op. cit.*, p. 424.

²⁰ cf. SILVA, Helenice Rodrigues. “‘Rememoração’/comemoração: as utilizações sociais da memória”. In: *Revista Brasileira de História*, vol.22, nº44, São Paulo: Anpuh, 2002.

no combate pela rememoração põe em xeque mesmo a dialética de presença e ausência da representação do passado, tão bem explorada por Louis Marin e didatizada por Roger Chartier ²¹. Contudo, Ricoeur pede mais atenção para a questão, uma vez que o esquecimento protagoniza a mais importante operação da memória: o reconhecimento. Para explicitar essa dimensão junto ao reconhecimento, o pensador cunha duas espécies de esquecimento: o esquecimento por apagamento dos rastros e o esquecimento de reserva.

O esquecimento por apagamento, vinculado à metáfora platônica da marca deixada por um anel na cera – o que abre à questão da *eikōn* – não resolve a problemática da distância suscitada pela ausência e presença da representação do passado, antes acrescenta uma nova leitura. Antes de prosseguir, vale lembrar que o apelo aos rastros psíquico e cortical ofertados pelas ciências neuronais apenas salientam a dificuldade em determinar o que venham a ser os rastros para Ricoeur.

O problema para determinar o que venham a ser os rastros que são apagados está no fato de que estes estão sempre no presente. Os rastros, dessa forma, não exprimem uma ausência ontológica, muito menos anterioridade prevista. O pensador resolve o problema no exercício de transferência do rastro para uma dimensão semiótica, vendo-o com o valor de signo, ou melhor, um efeito-signo. Em suas próprias palavras: “para pensar o rastro, é preciso pensá-lo, simultaneamente, como efeito presente e signo de sua causa ausente. Ora, no rastro material não há alteridade, não há ausência. Nele, tudo é positividade e presença” ²².

É nesse ponto que as ciências cognitivas não alcançam o problema. Elas não estão preocupadas com o esquecimento comum, com aquele que não se confunde com a amnésia ou com as patologias da memória. O esquecimento enquanto apagamento dos rastros dá-se dentro da dialética entre a presença, a ausência e a distância do fenômeno mnemônico, ou seja, sua precisão é tão incerta quanto a própria determinação da memória comum. Ricoeur lê aí parte de uma indeterminação crucial para a formação do fenômeno mnésico; para ele: “Há esquecimento onde houve rastro” ²³. E mesmo o esquecimento total e definitivo aporia contrapontístico à “rememoração pura”, só

²¹ cf. CHARTIER, Roger. “Poderes e limites da representação. Marin, o discurso e a imagem”. In: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade-UFRGS, 2002, p.163-180.

²² cf. RICOEUR, *op. cit.*, p. 434.

²³ *idem, ibidem*, p.300.

exprimiria uma “infelicidade existencial que convida mais à poesia e à sabedoria do que à ciência”²⁴.

Para compreender melhor a dimensão dessa indeterminação provocada pelo rastro – que não pode ser confundido com os *sinais indicadores* – abre-se a dimensão fundante do “esquecimento de reserva”. Ricoeur então se pergunta: “Não se pode, da mesma forma, falar de ‘esquecimento esclarecido’, segundo o espírito das Luzes? Esquecimento esclarecido que, no sentido próprio da palavra, serviria de grade de proteção contra uma cultura teimosa da memória memorizante?”²⁵.

O processo mnemônico depende, a princípio e a cabo, do reconhecimento, tanto no que tange à memória individual e/ou às suas operações sobre o coletivo. “De muitos modos, conhecer é reconhecer”²⁶. Ricoeur destaca em Bergson, a leitura do esquecimento enquanto movimento, processo de constituição de escalas de reconhecimento que diferem dentro da dinâmica ação e representação. No entanto, as considerações do autor de *Matéria e Memória* só postulam o esquecimento como apagamento, dessa forma, as escalas que se distanciariam de uma “lembrança pura” apenas formam-se pelo negativo, por aquilo que não conseguem rememorar. Para Ricoeur, na esteira de Heidegger, o esquecimento também preserva a memória no momento em que “reveste-se de uma significação positiva na medida em que o tendo-sido prevalece sobre o não mais ser na significação vinculada à idéia do passado. O tendo-sido faz do esquecimento o recurso imemorial oferecido ao trabalho da lembrança”²⁷. Estamos diante do “esquecimento atento”, aquele que reserva à memória às saídas; limpa o terreno mnemônico, uma vez que é impossível repetir o ter-sido, o esquecimento abre espaço para rememoração do ser-sido.

Como modo de esboçar quais problemas essas dimensões sobrepostas do esquecimento, Ricoeur ainda oferece um breve debate sobre os usos e abusos do esquecimento. Na primeira incursão, ele lembra-nos da memória impedida. Aqui se retoma à idéia do recalque freudiano, mas sob a ótica do esquecimento enquanto operação que impede a rememoração do acontecimento traumático. O esquecimento aparece como pista secundária, uma vez que o trauma permanece o mesmo, só que substituído por outros sintomas.

²⁴ *idem, ibidem*, p.435.

²⁵ *idem, ibidem*, p.82.

²⁶ *idem, ibidem*, p. 437.

²⁷ *idem, ibidem*, p. 451.

O segundo comentário sobre os usos e abusos da memória está focado no esquecimento e na memória manipulada, pois Ricoeur se questiona: “Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento?”²⁸ A resposta reside no fato de que antes do abuso há o uso. Da mesma maneira que não é possível lembrar-se de tudo, não é possível narrar tudo, o que torna cada narrativa um ato de seleção. “Alcançamos, aqui, a relação estrita entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado histórico”²⁹, pois, em cada ato de seleção, há a presença das estratégias de esquecimento, uma vez que, para narrar algo de alguma forma, é preciso não narrar de tantas outras. Daí o esquecimento pode ser tanto ativo – quando acarreta um déficit de memória ideologicamente definido – quanto passivo, quando a manifestação do esquecimento não delibera sobre os agentes do narrado³⁰.

O terceiro comentário vincula-se ao esquecimento comandado, aquele instituído no âmbito político e social da anistia. É o momento em que diferentes agentes negociam o que esquecer e como. Trata-se de uma projeção no futuro de um modo imperativo que tenta determinar as conseqüências tanto da memória quanto do esquecimento; tal imperativo equivale, para Ricoeur, a uma amnésia comandada. O pensador vê nessa modalidade uma impossibilidade duradoura, uma vez que seu efeito possui um sentido de apaziguar conflitos, uma verdadeira “terapia social emergencial, sob o signo da utilidade e não da verdade”³¹. A possibilidade de conciliar anistia e amnésia é um trabalho negociado pela relação esquecer-lembrar, complementado pelo luto e norteador pelo perdão, dimensão que não trato nesse trabalho, mas que adquire papel essencial para o sentido do esquecimento consentido e desejado.

Esses três comentários sobre usos e abusos do esquecimento alinham-se ao “dever de memória” e aos questionamentos suscitados por ele, e sobre os quais o trabalho do historiador por vezes parece esquecer de problematizar. Afinal: “Dizer ‘você se lembrará’, também significa dizer ‘você não esquecerá’”³², imperativo que não pode ser deixado de lado para o trabalho historiográfico frente à memória.

²⁸ cf. RICOEUR, *op. cit.*, p.455;

²⁹ *idem, ibidem*.

³⁰ O exemplo evidenciado está na *Síndrome de Vichy*, problematizada na obra homônima de Henry Rousso, na qual o historiador “assumiu o risco epistemológico – e, às vezes, político, – de construir uma grade de leitura dos comportamentos públicos e privados de 1940-1944 até nossos dias na base do conceito de obsessão: a ‘obsessão do passado’. Esse conceito é parente daquele de repetição que já encontramos, precisamente como oposto ao de perlaboração, de trabalho de memória.”; *idem, ibidem* p.456.

³¹ *idem, ibidem*, p. 462

³² *idem, ibidem*, p.100.

O paradigma indiciário na produção acadêmica do Programa de Pós-graduação em História da UnB

Eric de Sales¹

Considerar a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da UnB (PPGHIS/UnB) como objeto de estudo é compartilhar de uma das mais recentes preocupações dos historiadores, a de proceder a um balanço e a um exame crítico da historiografia produzida. Uma análise que permite perceber os princípios, fundamentos, perspectivas teóricas e metodológicas que informam toda produção historiográfica. Uma leitura, enfim, que aponta para as condições de produção da escrita da história, que informa sobre a história da história. As experiências apreendidas incluem desde aspectos pontuais – como a criação do doutorado na década de 1990 e as reformulações do Programa – até os mais específicos, como os re-direcionamentos teóricos e metodológicos que marcam a produção acadêmica a partir da década de 1990. De uma história global aos trabalhos monográficos, não se pode ignorar que por mais delimitado que seja o tema do texto produzido, uma análise crítica sobre ele envolve desde as condições materiais de sua produção até a compreensão das representações ideológicas sobre as quais se sedimenta.²

A produção acadêmica em história se constitui em um campo particular da historiografia à medida que cria uma tradição ou um perfil identificável quanto aos padrões temáticos, teóricos e metodológicos. Encontra-se respaldada em instituições reconhecidas pela sociedade e pelo Estado como detentoras do saber, como as universidades, que conquistaram uma posição hegemônica como lugar de produção do conhecimento histórico, diferenciando-se dos demais conhecimentos, como exposto por Jurandir Malerba³, por possuir método para a formulação e apresentação dos resultados de sua pesquisa. Mas, sobretudo, por promover “encontros” singulares com outras disciplinas, na abordagem dos objetos comuns às ciências humanas e sociais sob o signo da temporalidade, como bem assinala Ângela de Castro

¹ Graduado pela Universidade de Brasília (UnB), mestrando do programa de pós-graduação em história da UnB, na área de concentração de História Social.

² JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico; D’ALESSIO, Márcia Mansor. *Produção acadêmica da Pós-Graduação em história da PUC-SP*. In. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 59.

³ MALERBA, Jurandir (org.). **A História escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 17.

Gomes.⁴ Segundo Carlos Fico, “o espaço da pós-graduação poder ser entendido como locus privilegiado, embora não exclusivo, da História brasileira”.⁵

Nesse sentido, entende-se que existe uma cultura acadêmica, ou seja, uma convenção de normas para a elaboração e divulgação do conhecimento. Ao analisar a produção do PPGHIS torne-se possível perceber tal cultura, explicitada nos objetos, metodologias, explicações sobre o passado, presente da sociedade. Assim, a historiografia não poderia deixar de ser profundamente comprometida com as relações de poder que envolveram sua produção, isto é, ela nos remete muito menos à concepção de história que ilumina a narrativa e mais para quem foi escrita tal história em determinado momento e contexto, como nos ensina Jenkins.⁶

Para realizar o mapeamento primeiro da produção acadêmica do PPGHIS, foi utilizada pesquisa produzida por alunos da graduação, durante o curso de Historiografia do Brasil, ministrado pela professora Diva do Couto Gontijo Muniz no 1º/2006, onde foram coletados das dissertações e teses do período de 1976 – 2006 os seguintes dados: identificação das Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa; temas; autores mais citados; quantitativo das teses e dissertações; quantitativo dos discentes, por sexo. Quanto ao quantitativo da produção é o seguinte:

Produção do PPGHIS – 1976 – 2006

	Mestrados	Doutorados
1978-80	11	0
1981-83	11	0
1984-86	11	0
1987-89	17	0
1990-92	19	0
1993-94	18	0
1995-96	21	0
1997-99	25	6
2000-01	24	22
2002	26*	9
2003	13	5
2004	7	10
2005	19	10
2006	26	13
TOTAL	248	75

* No ano de 2002 foram realizadas 14 dissertações de mestrado institucional. Modalidade que deixou de existir a partir do ano seguinte.

⁴ GOMES, Ângela de Castro. *Algumas reflexões teórico-metodológica dos historiadores brasileiros; contribuições para pensar a nossa História*. In: GUAZELLI, C. A. B. et al. (orgs.). **Questões da teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. p. 20

⁵ FICO, Carlos. *Algumas anotações sobre a historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990*. In: GUAZELLI, C. A. B. et al (orgs). **Op. Cit.**, p. 37.

⁶ JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 26.

O Programa de Pós-Graduação em História da UnB, ofereceu inicialmente apenas o curso de mestrado, instituindo apenas em 1993 o doutorado, com sua primeira defesa em 1997. Entende-se, portanto, a grande desproporção entre número de dissertações – 244 – e o de teses – 75. Além disso, o programa de doutorado é cumprido durante o prazo de 04 anos, justamente o dobro do programa de mestrado.

De 1976 a 1993, o programa teve como Áreas de Concentração História Política do Brasil e História das Relações Exteriores do Brasil. A primeira abrigou pesquisas sobre o Brasil, inicialmente centradas na dimensão político-institucional e depois ampliando seu espectro para as dimensões econômicas, sociais e culturais. Na diversidade dos recortes da história do Brasil contemplados, verificou-se a predominância de pesquisas sobre as instituições brasileiras, as relações sociais, os movimentos sociais e políticos, o mundo do trabalho, partidos políticos, pensamento político dos períodos Império e República. Já História das Relações Exteriores do Brasil foi a área que centrou suas pesquisas sobre as relações do Brasil com outros países, bem como com organismos internacionais, econômicos, políticos e religiosos.

Com sua substituição pela Linha de Pesquisa História das Relações Internacionais, ampliou-se o espectro dessa área com pesquisas centradas nas complexas relações políticas estabelecidas sob o concerto da Europa e depois Estados Unidos, no que concerne ao bloco capitalista, e sob a hegemonia da URSS, no que se refere ao bloco socialista. É importante observar que, embora a re-estruturação tenha sido feita em 1993, até o ano de 1997 ainda foram produzidas dissertações oriundas de projetos de pesquisa das duas Áreas de Concentração originais (História Política do Brasil e História das Relações Exteriores do Brasil). Apenas em 1995 surgem as primeiras produções da nova re-estrutura em 03 Linhas de Pesquisa.

Embora a área de História das Relações Exteriores seja, reconhecidamente, mais consolidada, é visível o maior interesse pelas pesquisas na área de História Política do Brasil – mais da metade das dissertações foram nessa área. Não resta dúvida de que, não obstante, todas as duas áreas contemplarem recortes da história do Brasil, contudo, houve um maior interesse em conhecer de forma mais aprofundada as dimensões internas, intrínsecas à formação social brasileira – possibilidade que a linha de História Política do Brasil acenava com mais clareza. Tais dados desmontam a construção naturalizada no espaço acadêmico de que não havia interesse por História do Brasil.

O quadro a seguir explicita o quantitativo das dissertações defendidas em cada área no período de 1978 a 1997:

Produção Acadêmica por A/C – 1978 a 1997

	História Política do Brasil	História das Relações Exteriores do Brasil
78	1	1
79	2	4
80	3	0
81	1	0
82	5	1
83	2	2
84	0	2
85	1	2
86	2	4
87	5	0
88	6	2
89	2	2
90	4	3
91	2	1
92	6	3
93	5	4
94	4	5
95	7	1
96	4	1
97	1	0
Total	67	38
Fonte: Dissertações do PPGHIS – 1978 a 1997.		

O Programa sofreu uma reformulação no ano de 1993, com a substituição das Áreas de Concentração por Linhas de Pesquisa, assim constituídas: História das Relações Internacionais, História Social e das Idéias e História: Discurso, Imaginário e Cotidiano. A

primeira Linha de Pesquisa definiu-se pela prioridade dada ao estudo das relações internacionais com o objetivo de compreender os componentes e o movimento do sistema internacional, as determinações históricas, os desígnios e a conduta dos Estados, a influência da opinião pública, o papel das organizações governamentais e não governamentais, bem como dos projetos de integração regional, das associações internacionais, das sociedades multinacionais, etc.

História Social e das Idéias estabeleceu como eixo norteador a problematização das relações entre processos sociais e seus ideários, aí também consideradas as práticas historiográficas. Os projetos de pesquisa estavam centrados na abordagem de problemas e objetos a partir da interface com a Antropologia, Sociologia, Literatura, Filosofia, Ciências Políticas, etc. Por último, e não menos importante, a Linha de Pesquisa em História: Discurso, Imaginário e Cotidiano, cuja proposta de abordagem interdisciplinar priorizava a concepção de história como discurso, como uma forma cultural como qualquer outra. Além disso, incluiu como categorias conceitos básicos de análise histórica, o imaginário e o cotidiano. A adoção do quadro nocional do imaginário e das representações sociais na construção do objeto de estudo caracterizou o perfil dessa Linha de Pesquisa mais recente do Programa. Junto à modificação das Áreas de Concentração em Linhas de Pesquisa também foi criado o curso de doutorado em história, que se baseou nas mesmas Linhas de Pesquisa.

A substituição das Áreas de Concentração (A/C) por três Linhas de Pesquisa (L/P) atendia a uma necessidade de maior flexibilidade e revitalização do Programa, uma vez que a diversificação de temas, objetos, problemas e abordagens, não era mais possível de ser abrigada nas duas A/C existentes. Também respondia a uma necessidade de novas leituras de mundo, desafio posto à historiografia brasileira na década de 1990 e que permanece até os dias atuais. O quantitativo da produção acadêmica por cada uma das três Linhas de Pesquisa encontra-se explicitado no quadro a seguir:

Produção Acadêmica do PPGHIS – Nível Mestrado 1995 -2004

	História Social e das Idéias	História das relações Internacionais	História: Discurso. Imaginário e Cotidiano
1995	1	-	1
1996	4	-	2
1997-99	6	13	5
2000-01	11	8	5
2002	12	4	4
2003	6	3	2
2004	3	-	3

Total	43	28	22
Total geral	93 dissertações		

No período de 1995-1996 as dissertações de História das Relações Internacionais ainda integram a A/C História das Relações Exteriores do Brasil. Com a migração para a Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais as últimas produções dessa L/P ocorrem no período de 2003-2004. As primeiras teses da História das Relações Internacionais foram defendidas em 2000 – 2001, enquanto as outras duas L/P em 1997.

Produção Acadêmica do PPGHIS – Nível Doutorado

	História Social e das Idéias	História das relações Internacionais	História: Discurso. Imaginário e Cotidiano
1997-99	2	-	4
2000-01	6	9	7
2002	5	2	2
2003	2	2	1
2004	4	1	6
2005	-	-	2
Total	19	14	22
Total geral	55 testes		

Como se pode perceber é visível o crescimento do Programa, que capacitou no período de 1995 – 2004, um total de 93 (noventa e três) mestres e 55 (cinquenta e cinco) doutores, com a respectiva produção de dissertações e teses. Acrescente-se, ainda, a capacitação de 14 mestres do mestrado Interinstitucional, em 2002, na Linha de Pesquisa História Social e das Idéias, o que totaliza um montante de 57 mestres/dissertações na referida Linha de Pesquisa e um total geral de 107 mestres/dissertações. Importante também ressaltar o expressivo crescimento da L/P História: Discurso, Imaginário e Cotidiano que, embora emergente, ou seja, recentemente criada, respondeu pelo maior número de doutores/teses no período: 22. O crescente interesse por novas abordagens, temas e metodologias de análise parece ser uma das razões da crescente demanda por essa LP. Até mesmo no mestrado, sua performance quanto à capacitações praticamente equiparou-se, numericamente, a antiga L/P História das Relações Internacionais: 22 e 28 mestres/dissertações, respectivamente. A inclusão de um quadro nocional ainda pouco difundido à época, a perspectiva interdisciplinar, e principalmente a incorporação das mulheres como objeto/sujeito da narrativa historiográfica constituem outras razões pela crescente demanda pela Linha de Pesquisa, não apenas por parte de alunos egressos do curso de história, mas também das áreas de ciências sociais, comunicação, psicologia, antropologia, lingüística e direito.

Em 2001, ocorre uma outra reestruturação do Programa, de modo a atender às recomendações da CAPES, bem como à nova situação do Programa que perdeu o grupo de docentes que integravam a L/P História das Relações Internacionais, que foi incorporado ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais. Dessa re-estruturação ocorreu a criação de quatro novas Áreas de Concentração: História Cultural; História Social; Estudos Feministas e de Gênero; História e Historiografia das Idéias. Essa última acaba sendo integrada a área de História Cultural, o que resultou, finalmente, na estrutura de três Áreas de Concentração.

História Cultural tem como centro de suas preocupações refletir sobre as questões das identidades enquanto expressões culturais historicamente construídas e idéias e modos de pensar em diferentes configurações culturais. História Social prioriza a abordagem das experiências humanas, atentando para as diferentes instancias constitutivas do social, sem primazia de uma instancia sobre outra. Nesse sentido, abriga pesquisas que enfocam a dimensão cultural do social e sob qual são engendradas as produções e as relações sociais, tanto no âmbito institucional como, também, das vivencias cotidianas. Articular a reflexão teórica feminista, em suas diferentes expressões categoriais e propostas de análise da instituição do real, à produção de pesquisas constitui o enfoque interdisciplinar que a Área de Estudos Feministas e de Gênero define para as pesquisas que abriga e realiza.⁷

A produção dessas três áreas, níveis mestrado e doutorado, no período de 2004 – 2006 foi o seguinte:

**Produção Acadêmica do PPGHIS – 2005.
Mestrado e Doutorado**

	História Social		História Cultural		Estudos Feministas e de Gênero		História e Historiografia das Idéias		Total	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
2005	6	1	8	4	3	1	2	1	19	7

Com a primeira seleção, após a reformulação ocorreu em 2001, as primeiras teses foram defendidas em 2005. Os dados de 2006 não constam na atual lista, pois não foram quantificados em tempo hábil para este artigo, contudo o número total de trabalhos defendidos no ano referido são: 13 teses e 26 dissertações.

⁷ Folders do programa do PPGHIS.

Em três anos, verificou-se um total de 65 trabalhos, sendo 20 teses e 45 dissertações, com a expansão da Área de Concentração História Cultural, que agrega o maior número de docentes – 11 – e de discentes. No conjunto o PPGHIS conta, atualmente com 17 docentes efetivos e 10 professores colaboradores.

Além dos dados até o momento apresentado, ressalta-se a quantificação do número de discentes que passaram pelo PPGHIS, dividindo-os por sexo. Os dados apresentados nos quadros abaixo desnaturalizam a idéia de que existe uma desproporção de gênero, ou seja, uma maior número de alunos. Imagina-se que os alunos seriam em maior número, mas ao quantificar os dados verificou-se que há um equilíbrio entre os sexos: 116 ingressaram no mestrado enquanto as alunas foram 118. No doutorado, 42 alunos e 33 alunas. Desde o princípio do Programa há um equilíbrio quanto ao ingresso de discentes de ambos os sexos.

Quadro de discente por sexo – nível doutorado

	Masculino	Feminino
1997-99	5	1
2000-01	13	9
2002	8	1
2003	2	3
2004	3	7
2005	5	5
2006	6	7
TOTAL	42	33

Quadro de discentes por sexo – nível mestrado

	Masculino	Feminino
1978-80	2	9
1981-83	7	4
1984-86	4	7
1987-89	9	8
1990-92	8	11
1993-94	11	7
1995-96	12	9
1997-99	16	9
2000-01	15	9
2002	4	8
2003	3	10
2004	4	3
2005	10	9
2006	11	15
TOTAL	116	118

Considerados os três diferentes momentos da re-estruturação e as respectivas Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa, pode-se observar alguns temas predominantes, o que aponta para os interesses de pesquisa dos contextos históricos em que foram produzidos os trabalhos, bem como do próprio Programa. Num esforço primeiro de classificação desses temas, podem ser destacados aqueles que, não obstante algumas diferenciações de nomenclatura, compõem tópicos/assuntos abrigados em recortes maiores, constitutivos das dimensões político, econômico, social, e cultural da sociedade brasileira, bem como das relações internacionais. Os temas são os seguintes: 1) relações exteriores do Brasil com a Europa, América Latina e África; 2) movimentos políticos e sociais; revoltas, rebeliões, guerras, processos de independência, movimento dos sem-terra, movimentos feministas; 3) mundos do trabalho: escravidão, trabalho livre, operariado, greves; 4) economia do Brasil colônia, império e república; 5) Partidos e regimes políticos; 6) instituições políticas, sociais e religiosas; 7) modernidade, modernização e cotidiano; 8) manifestações culturais, festas e imaginário; 9) memória e identidade; 10) Cidade, sociabilidade e cotidiano; 11) Cultura historiográfica, história das idéias e do pensamento; 13) história das mulheres, gênero, sexualidade e poder; 14) história regional e migrações.

Outro dado evidenciado e que sugere um indício a ser estudado, é em relação aos autores que surgem com maior constância nas produções acadêmicas do Programa. Esse dado é relevante na análise da produção, pois nos informa sobre as diversas perspectivas teóricas e metodológicas que informam a cultura historiográfica do PPGHIS. Como sugere Carlos Fico

Além dos trabalhos especificamente teóricos ou historiográficos, também é possível detectar na produção de conteúdo histórico um relativo distanciamento do antiteoricismo que prevaleceu no final dos anos 1980: hoje, em boa parte dos trabalhos, há um esforço de problematização conceitual, uma tentativa de afastamento do empirismo rústico, e a solução mais comum é a adesão a autores tomados como referência, dentre os quais, no anos 1990, destacam-se (nessa ordem): E.P. Thompson, R. Chartier, M. Foucault, R. Darton, W. Benjamin, N. Elias e P. Ricoeur [...] Os anos 1990 trouxeram novos desafios aos historiadores brasileiros, não apenas relativos à reflexão sobre sua disciplina e ofício, mas também os de natureza institucional.⁸

Nota-se que durante o primeiro período do PPGHIS, os autores de maior recorrência nas dissertações eram relacionados ao pensamento marxista, como Karl Marx, Antonio

⁸ FICO, Carlos. *Algumas anotações sobre a historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 90*. In: GUAZELLI, C. A. B. et al (orgs). **Op. Cit.**, p. 36-37.

Gramsci, Caio Prado Junior, Emilia Viotti da Costa. No início da década de 1990 em diante nota-se a presença crescente de autores das mais diversas tendências teóricas e ideológicas – como apontado por Fico –, tais como: Hannah Arendt, Michel Foucault, Jacques Le Goff, Jean-Paul Sartre, Paul Veyne, Roger Chartier e Walter Benjamin. Contudo, devemos ressaltar que autores marxistas não foram esquecidos, continuando a serem citados, mas com menor frequência.

Na tabela primeira montada há uma opção por relacionar apenas os autores recorrentemente interpelados, sem explicitar a quantidade de vezes, porque o que pareceu mais importante, neste momento inicial, foi identificá-los e não quantificá-los. Esses dados, em relação aos autores, merecem uma reflexão maior, pois para compreender melhor a cultura acadêmica é necessário realizar um cruzamento com a produção editorial brasileira, para que se possa compreender as influências geradas no mercado e na academia.

Compreender as obras em seu momento e produção já se apresentou como um desafio para os historiadores, contudo hoje pode-se dizer que ler a produção historiográfica para compreender a cultura acadêmica de seu tempo, ou como sugere Astor Diehl, a “cultura historiográfica” que permeia cada período e, conseqüentemente, sua produção se apresenta como um novo desafio aos historiadores, isto é, a revisão crítica da produção historiográfica

Produção Acadêmica do PPGHIS - Autores de maior recorrência – 1978 – 2006.	
1978 – 83	Antônio Gramsci, Fernand Braudel, Friedrich Engels, Hosea Jaffe, Hugues Porteli, Karel Kosic, Karl Marx, Louis Althusser, Marta Harnecker, Octavio Ianni, Sergio Buarque de Holanda.
1984 – 89	Amado Luiz Cervo, Antônio Gramsci, Boris Fausto, Caio Prado Junior, Celso Furtado, Celso Lafer, Emilia Viotti da Costa, Eric Hobsbawm, Gilberto Freire, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Hélio Jaguaribe, Hélio Vianna, Louis Althusser, Marc Bloch, Paulo Mercadante, Raimundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda.
1990 – 94	Amado Luiz Cervo, Antônio Gramsci, Caio Prado Junior, Celso Furtado, Celso Lafer, Ciro Flamarion Cardoso, Claude Levi-Strauss, E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Francisco Varnhagen, Gilberto Freyre, Hannah Arendt, Jacques Le Goff, Jean-Baptiste Duroselle, Jean-Paul Sartre, Karl Marx, Michel de Certeau, Michel Foucault, Michel Maffesoli, Michel Vovelle, Néelson Werneck Sodré, Octávio Ianni, Peter Burke, Pierre Renouvin, Philippe Ariès, Sérgio Buarque de Holanda, Thomas Skidmore, Walter Benjamin.
1995 – 96	Amado Luiz Cervo, Caio Prado Junior, Claude Levi-Strauss, Cornelius Castoriadis, E. P. Thompson, Fernand Braudel, Florestan Fernandes, Hayden White, Jacques Le Goff, Jean-Baptiste Duroselle, José Carlos Reis, Michel de Certeau, Michel Foucault, Michel Lowy, Paul Veyne, Pierre Renouvin, Raymundo Faoro, Roger Chartier, Sérgio Buarque de Holanda, Walter Benjamin.
1997 – 99	Amado Luiz Cervo, Caio Prado Junior, Carlo Ginzburg, Cornelius Castoriadis, Emilia Viotti da Costa, Eric Hobsbawm, Georges Duby, Gilberto Freyre, Hannah Arendt, Hayden White, Jacques Le Goff, Jean-Paul Sartre, José Murilo de Carvalho, Kenneth Maxwell, Laura de Mello e Souza, Marc Bloch, Michel Certeau, Michel Foucault, Nobert Elias, Norma Thompson, Paul Veyne, Philippe Áries, Pierre Renouvin, Raymundo Faoro, Roger Chartier, Ronaldo Vainfas, Sérgio Buarque de Holanda, Thomas Skidmore, Walter Benjamin.
2000 – 02	Amado Luiz Cervo, Andrew Ford, Caio Prado Junior, Carlo Ginzburg, Ciro Flamarion Cardoso, Cornelius Castoriadis, Emilia Viotti da Costa, Eric Hobsbawm, Georges Duby, Gilberto Freyre, Hannah Arendt, Hayden White, Henri Lefebvre, Hilário Franco Junior, Jacques Le Goff, Jean-Paul Sartre, José Murilo de Carvalho, Kenneth Maxwell, Laura de Mello e Souza, Marc Bloch, Michail Bahktin, Michel Certeau, Michel Foucault, Nobert Elias, Norma Thompson, Paul Veyne, Philippe Áries, Pierre Renouvin, Roger Chartier, Ronaldo Vainfas, Sérgio Buarque de Holanda, Thomas Skidmore, Tzvetan Todorov, Walter Benjamin.
2003 – 04	Amado Luiz Cervo, Caio Prado Junior, Carlo Ginzburg, Celso Furtado, Cornelius Castoriadis, Emilia Viotti da Costa, Eric Hobsbawm, Fernand Braudel, Fernando Henrique Cardoso, Georges Duby, Gilberto Freyre, Hannah Arendt, Hilário Franco Junior, Jacques Le Goff, José Murilo de Carvalho, Karl Marx, Kenneth Maxwell, Laura de Mello e Souza, Michel Foucault, Nobert Elias, Norma Thompson, Paul Veyne, Peter Burke, Philippe Áries, Raymundo Faoro, Roger Chartier, Ronaldo Vainfas, Sandra J. Pesavento, Sérgio Buarque de Holanda, Tânia Swain, Thomas Skidmore, W. Benjamin.
2005 – 06	Caio Prado Junior, Carlo Ginzburg, Celso Furtado, Cornelius Castoriadis, Emilia Viotti da Costa, Eric Hobsbawm, Fernand Braudel, Georges Duby, Gilberto Freyre, Hannah Arendt, Jacques Le Goff, J. Scott, José Murilo de Carvalho, Kenneth Maxwell, Laura de Mello e Souza, Michel Foucault, Nobert Elias, Paul Veyne, Peter Burke, Philippe Áries, Raymundo Faoro, Roger Chartier, Ronaldo Vainfas, Sandra J. Pesavento, Sérgio Buarque de Holanda, Tânia Swain, Thomas Skidmore, Walter Benjamin.

Bibliografia

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação.** Bauru: Edusc, 2002.

FICO, Carlos. *Algumas anotações sobre a historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990.* In: GUAZELLI, C. A. B. et al (orgs). **Questões da teoria e metodologia da história.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *Algumas reflexões teórico-metodológica dos historiadores brasileiros; contribuições para pensar a nossa História.* In: GUAZELLI, C. A. B. et al. (orgs.). **Questões da teoria e metodologia da história.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico; D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Produção acadêmica da Pós-Graduação em história da PUC-SP.* In. **Revista Projeto História.** São Paulo, n. 10, dez. 1993.

JENKINS, Keith. **A História repensada.** São Paulo: Contexto, 2005.

MALERBA, Jurandir (org.). **A História escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006.

Uma lei para historiadores verem: 1831 e suas conseqüências

João Carlos E. Filho
Mestrando em história - UFF

Dizia a lei de 7 de novembro de 1831, em seu artigo primeiro:

“Todos os escravos, que entrarem no territorio ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. Exceptuam-se:

1.º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é permittida, emquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.

2.º Os que fugirem do territorio, ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fóra do Brazil¹.

Consideradas, portanto, as exceções, visava a lei a impedir a entrada de africanos via tráfico. Os significados e o alcance dessa medida são há muito debatidos pela historiografia. Neste trabalho, será feito um breve panorama de algumas visões que deram dinâmica ao debate, a partir de dois referenciais principais: 1) as repercussões da lei de 1831, em especial nos anos seguintes à sua aprovação; 2) os usos políticos da lei de 1831, em especial por aqueles dirigentes que, no controle do Estado, buscavam afirmar determinado projeto de império e de nação.

Contexto e pretextos.

Desde o período joanino, pelo menos, a presença inglesa já se fazia presente com vistas à abolição do tráfico. E cresceu exponencialmente nas décadas seguintes, a ponto de constituir, após 1822, ameaça à integridade de um Império recém-nascido que se queria duradouro. Nos momentos mais marcantes, ou seja, nos contextos em que não restava saída aos dirigentes imperiais senão encaminhar a questão do tráfico no Parlamento, essa pressão adquiria ares de verdadeiro atentado à soberania. Essa pressão agiu, ainda, como poderoso dínamo para aglutinar as opiniões que os estadistas faziam do tráfico e da escravidão, fossem opiniões favoráveis, fossem opiniões contrárias.

É certo que o novo Estado imperial brasileiro precisava, o quanto antes, do reconhecimento de seus pares europeus, a fim de afirmar sua fragilizada condição. E

¹ *Lei – de 7 de Novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos.* CLIB. 07-11-1831 (Grafia original)

num contexto europeu marcado pela política legitimista da Santa Aliança, inclusive adotada pelo rei George IV da Inglaterra e por vários membros de seu gabinete, a abolição do tráfico iria transformar-se em moeda de troca pelo reconhecimento inglês levado adiante por George Canning. Desse modo, o Brasil independente deveria necessariamente assumir os compromissos firmados anteriormente entre Portugal e Inglaterra desde, pelo menos, a vinda da família real em 1808. É emblemática, no sentido desse dever, a afirmação de Canning, em carta ao Duque de Wellington: “nenhum estado do Novo Mundo poderá ser reconhecido pela Grã-Bretanha se não tiver franca e completamente abolido o comércio dos escravos”².

No avançar da década, reconheceu a Inglaterra a independência do Brasil em 1825, sendo esta seguida pelo tratado anglo-brasileiro. Tal tratado, ratificado pelo governo brasileiro em 23 de novembro de 1826, expressava em seu artigo primeiro:

"Art. I: Acabados três anos depois da troca das ratificações do presente Tratado, não será lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na Costa d’Africa, debaixo de qualquer pretexto, ou maneira qualquer que seja. E a continuação deste comércio, feito depois da dita época, por qualquer pessoa súdita de Sua Majestade Imperial, será considerado e tratado de pirataria."³

Logo em seguida, no artigo segundo, diz que ambas as Coroas concordam em “adotarem e renovarem tão eficazmente, como se fossem inseridos palavra por palavra nesta convenção, todos os artigos e disposições dos Tratados concluídos entre Sua Majestade Britânica, e El-Rei de Portugal sobre este assunto...”, aí incluindo-se os de 1815 e 1817, mais os artigos explicativos que a eles “têm sido adicionados”⁴.

O tratado anglo-brasileiro nos mostra que o reconhecimento da independência do Brasil de fato passou pela concordância do executivo brasileiro em dar cabo do comércio negreiro, assumindo os compromissos legados pela antiga metrópole. A ratificação pelo governo inglês, em 13 de março de 1827, acendeu o pavio que levaria, 03 anos depois, ao fim do tráfico legal e, já nos dias seguintes, ao acirramento das discussões no seio da elite política.

² Citado por RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000, p. 99. Cf. também BETHEL, Leslie. *A Abolição do comércio brasileiro de escravos*. Brasília: Senado Federal, 2002 [1ª edição 1969], p. 52-56 e PANTALEÃO, Olga. Mediação Inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico*, HGCB, Tomo II. p. 331-365

³ Carta de Lei de 27 de Novembro de 1827 [sic]. – Ratifica a Convenção entre o Império do Brazil e a Grã-Bretanha para a abolição do trafico de escravos. CLIB. 23-11-1826 (grafia atualizada)

⁴ *Carta de Lei de 27 de Novembro de 1827 [sic]. ...op. cit*

A assinatura de tal convenção entre os governos brasileiro e inglês foi mal vista desde o início dos trabalhos parlamentares regulares, em 1826. Ratificado o mesmo, então, logo foi considerado por vários deputados uma dupla afronta: externamente, era tida como uma subordinação do Brasil aos interesses ingleses, um ataque à soberania e à nacionalidade do país, agravado pela necessidade dos braços escravos para suprimento da força de trabalho no Império; internamente, significava o cerceamento da atuação parlamentar, uma vez que questões legisladoras desse tipo caberiam à assembléia. Por meio das críticas a essa dupla afronta, parlamentares se engajaram na defesa do tráfico e da escravidão, engajamento que teve na figura do deputado Cunha Mattos sua mais feroz expressão.

Não obstante os protestos, porém, a convenção se cumpriu. A partir de 1830 o tráfico se tornou ilegal. O eixo da discussão se deslocou, então, para a transformação da convenção em lei brasileira, de um modo tal que a abolição do tráfico adquirisse caráter nacional. Daí que desembocasse o tratado de 1826 na lei anti-tráfico de 1831.

Significados da lei I: o que ingleses viram.

O que representou, para os contemporâneos, a lei de 1831? Diversas interpretações foram a ela conferidas, da qual a mais famosa é a “para inglês ver” – expressão que é, inclusive, “a entrada do verbete que remete à medida legislativa no *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, de Clóvis Moura”⁵.

Essa expressão liga-se diretamente a certa interpretação da distribuição espacial dos poderes na época imperial – qual seja, a disputa entre um Estado central e os poderes locais, ou mesmo entre conservadores e liberais. Foi o clima liberal e reformista pós-abdicação de Dom Pedro I, aliás, que, para Leslie Bethel, facilitou a passagem da lei no Parlamento – embora também tenha facilitado o fato de que “muitos deputados nunca contaram seriamente que a lei brasileira fosse aplicada: era *uma lei para inglês ver*”⁶. Também para Paula Beiguelman “a lei de 7 de novembro de 1831 – que se revelaria inócua – pode ser interpretada como uma satisfação à corrente liberal”⁷. Já Robert Conrad afirma que “os esforços do novo governo liberal foram suficientemente vigorosos para suscitar a admiração e louvor dos ingleses”⁸.

⁵ PARRON, Tamis Peixoto. *A Defesa da Escravidão no Parlamento Imperial Brasileiro, 1831-1850*. Relatório de Iniciação Científica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2006, p. 54

⁶ BETHEL, Leslie. *A Abolição ...* op. cit., p. 94 (grifo no original)

⁷ BEIGUELMAN, Paula. *Formação Política do Brasil*. 2ª edição revista. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 56

⁸ CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 95

Os autores acima citados não se esquecem, porém, de deixar claro que a lei nada tinha de abolicionista: seria, antes, uma medida inevitável e o menor dos males, dada a conjuntura de pressões inglesas. Dessa forma, tão logo foi passada a lei, a euforia liberal esgotou-se e o combate real contra o tráfico revelou-se ineficaz.

Para Emília Viotti da Costa, por exemplo, “a lei... revelou-se ineficaz”, especialmente por conta do poderio representativo que possuíam, no governo, “as forças agrárias e os negreiros” – não querendo esse governo, portanto, contrariá-los. Em suma, “as autoridades do Império nada podiam contra as oligarquias que detinham o poder político e administrativo nas localidades. (...) Os emissários do Governo do Império, enviados para esclarecer denúncias de tráfico ilícito, viam suas atividades cerceadas pelas autoridades locais”⁹. Dessa forma, ainda que acabar com o tráfico fosse uma vontade de certos agentes do centro, estes viam-se, internamente, cerceados pelas oligarquias locais.

É desse modo que a lei, pela falta de “medidas concretas para implementá-la”, tornou-se “literalmente para inglês ver”¹⁰. Ao revelar-se a ineficácia da lei de 1831 para cumprir o que propunha, porém, corremos o risco de fechar os olhos para as possibilidades de sua utilização para outros objetivos. Ilusão para os ingleses, a lei possibilitou ações bem reais por parte de brasileiros e, inclusive, de alguns dos próprios africanos.

Significados da lei II: o que brasileiros viram.

É preciso, antes de mais nada, atentar para a conjuntura política vivida pelo Império em 1831. No momento da abdicação, o tráfico já se encontrava ilegal, pelos termos da Convenção de 1827, há mais de 1 ano, conforme vimos, e aumentavam as capturas de negreiros brasileiros pelos cruzeiros ingleses. A tendência do gabinete que ascendeu à queda do imperador era, contudo, segundo Jaime Rodrigues, favorável ao fim do tráfico¹¹, aliando a este favoritismo o fervor por transformar a proibição, decorrente de pressões inglesas, em um projeto nacional, numa solução que era coerente

⁹ COSTA, Emília Viotti da. O Escravo na Grande Lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo II – O Brasil Monárquico* (5º volume). São Paulo: Difel, 1985, p. 143

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 294

¹¹ RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio... op. cit.*, p. 107-108

“com a definição que os parlamentares vinham construindo em torno desse conceito [“nação”]. A cidadania restrita aos proprietários, e a eles cabendo o direito político de decidir os rumos da ‘nação’, era uma maneira eficaz de afirmar, perante o exterior, que a soberania nacional passava antes pela consolidação do poder senhorial na sociedade brasileira.”¹²

Talvez por isso, pela tentativa de conferir ao fim do tráfico uma intenção desde o início “brasileira”, o texto da lei de 1831 extrapole, em diversos aspectos, os acordos da Convenção de 1827. Como nos indica Tamis Parron,

“De fato, o tratado [de 1827] definiu como autores criminais apenas tripulações contrabandistas, declarou livres somente africanos de embarcações flagradas na ilegalidade e não exigiu, da parte do governo brasileiro, nenhuma confecção de texto legal que expandisse suas disposições. Por sua vez, a lei de 7 de novembro determinou que fossem livres *todos* os africanos ilegalmente introduzidos no Império, independente de seu resgate por cruzeiros; previu que todos os infratores – desde tripulações até fazendeiros – sofreriam processo criminal; e, por fim, permitiu a qualquer pessoa delatar à polícia não apenas o desembarque, mas também a existência, fosse onde fosse, de plantéis contrabandeados. Em síntese, ao deliberar sobre a clandestinidade em alto mar, na costa e no interior do território, o texto brasileiro ampliou o âmbito de incidência do tratado; ao definir também o proprietário como criminoso, criou novas condutas puníveis.”¹³ (grifo no original)

Dessa forma, seguindo a abordagem de Jaime Rodrigues e Beatriz Mamigonian, Tamis vê na lei de 1831 uma função de reafirmar a soberania do legislativo frente ao executivo – principalmente no contexto de vazio deste pela abdicação – e outra função de criar um mecanismo próprio de repressão ao tráfico, esvaziando os trabalhos das comissões mistas, previstas para julgamento pela Convenção. Assim, no contexto de aprendizado político do século XIX, de definição dos campos de atuação do legislativo e do executivo, “essa lei pode ser entendida como um exercício probatório de soberania dos órgãos representativos”¹⁴.

Tão logo a lei foi aprovada, contudo, começaram a surgir problemas. Conforme vimos, há certo consenso na historiografia sobre a ineficácia da lei e a explosão do contrabando negreiro. Porém, tais ineficácia e contrabando precisam ser problematizados e historicizados, e não tomados de modo homogêneo, como se nada tivessem de diferente do início ao fim da década.

¹² *Idem, Ibidem*, p. 106

¹³ PARRON, Tamis. *Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830*. Trabalho apresentado no 3º encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2007, p. 2-3

¹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 03

Desse modo, e para efeitos de operacionalização, Tâmis Parron separa o contrabando em duas etapas. No início, de 1831 a 1835, algo que Tamis chamou de “contrabando residual”: um contrabando que ocorria apesar de algumas efetivas orientações vindas do governo para a supressão do comércio¹⁵. Nesse momento houve, de fato, uma queda relativa nas entradas de navios negreiros, em comparação com o surto ocorrido entre 1826 e 1830 – surto este indicativo, aliás, segundo Manolo Florentino, de que os senhores realmente acreditavam que a lei de 1831 vingaria¹⁶. Essa crença consubstanciou-se em dois movimentos paralelos. De um lado,

“Vislumbrando o fim do tráfico, mas, ao mesmo tempo, demonstrando grande capacidade de arregimentação de recursos, as elites escravocratas do Sudeste passaram à compra desenfreada de africanos, antes mesmo da ratificação do tratado de reconhecimento da emancipação (13/03/1827), que estipulava o fim do tráfico para dali a três anos. Na esteira da corrida por braços então desencadeada, o comércio de homens através do porto do Rio cresceu a uma média anual de 3,6% entre 1826 e 1830, com a aportagem também média de 94 negreiros por ano.”¹⁷

De outro lado, houve uma constante transferência de escravas, africanas e crioulas, dos plantéis menores para as grandes unidades produtoras, num “tráfico inter-classes” indicado pelo aumento nas taxas de masculinidade desses pequenos plantéis no período considerado. Tal movimento, segundo Florentino e Góes, seria indicativo de uma tendência senhorial buscando “viabilizar a maximização dos potenciais internos de auto-reprodução de sua escravaria”¹⁸. Tais atitudes indicam que realmente houve uma crença, no conjunto de grandes compradores do Sudeste, de que o fim do tráfico já estava com a data marcada – crença que nos leva a relativizar, ao menos do ponto de vista das intenções dos dirigentes imperiais do início da virada das décadas de 1820/30, a caracterização da lei de 1831 como simplesmente “para inglês ver”.

A explicação para a diminuição abrupta da entrada de africanos deve ser buscada levando-se em consideração a situação na abertura da Regência, mencionada acima. O clima de radicalização liberal aberto com a Regência trouxe um tempo específico para a lei de 1831: “um tempo (...) em que passava em moda ser inimigo do tráfico de africanos e que até não se podia ter a reputação de homem liberal, de homem

¹⁵ PARRON, Tamis. *Política do tráfico negreiro...* op. cit. p. 09

¹⁶ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 44

¹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 47

¹⁸ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 61-71. A citação está à pág. 68.

filantrópico, sem ser inimigo desse tráfico”, segundo fala do deputado Saturnino de Souza Oliveira mais de 10 anos depois¹⁹. Tal clima gerou, segundo Marquese e Parron, um “pacto de silêncio”, onde quem concordava com o tráfico mantinha-se calado, apoiando-o tão-somente na prática, e quem era contra apresentava projetos a fim de aperfeiçoar a lei, projetos logo deixados de lado²⁰. Tal pacto, se por um lado não combateu efetivamente o tráfico, por outro não apoiou explícita ou maciçamente o contrabando; na verdade, o discurso oficial reverteu-se em relação a 1827 e passou a repelir fortemente tal comércio²¹. A Regência trouxe um clima onde cada passo deveria ser dado com cautela, tanto por parlamentares envolvidos na manutenção da ordem quanto pelos senhores em vias de expansão no Vale do Paraíba. Além disso, havia a presença da armada inglesa que, como visto acima, acirrou a busca por negreiros brasileiros.

Tal é a conjuntura que explica o contrabando residual dos primeiros anos da Regência – contrabando que coincide com a fase liberal da Regência. Os anos seguintes (1836-1850) assistiram ao aumento do contrabando, fase em que se tornou, nas palavras de Tâmis, “sistêmico”²² – movimento que coincidiu, não à toa, com a fase conhecida como Regresso.

O trabalho de Marquese e Parron aponta para como, a partir de meados da década de 1830, e principalmente após 1837, teria havido uma série de medidas políticas no sentido de dar força à prática ilegal do tráfico, medidas estas relacionadas ao grupo conservador, aos saquaremas, que se valeriam do não-combate ao tráfico para se promover. É sintomática a posição de Bernardo Pereira de Vasconcelos nesse sentido, iniciando mesmo no Parlamento uma campanha aberta em favor do tráfico, buscando a revogação da lei de 1831²³. Ou, também expressiva, a tentativa de envio, pela Assembléia Provincial do RJ, de uma representação à Assembléia Geral pedindo também, expressamente, a revogação da lei de 1831. Tal representação, que não chegou a ser aprovada na Assembléia Provincial, contou com forte campanha por parte, dentre outros, de José Souza Breves e Monteiro de Barros, “latifundiários, preocupados em

¹⁹ Citado por MARQUESE, Rafael & PARRON, Tamis Peixoto. *Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama e a Memória sobre o comércio de escravos de 1838*. Revista de História. nº 152, 2005, p. 110

²⁰ *Idem, Ibidem*, p. 111

²¹ PARRON, Tamis. *A defesa da escravidão no Parlamento... op. cit.*, p. 66

²² *Idem, Ibidem*, p. 66

²³ MARQUESE & PARRÓN, Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama... *op. cit.*, p. 111

assegurar o afluxo contínuo de escravos para a província a fim de manter o ritmo da produção agrícola”²⁴.

Tais atitudes são representativas do que Marquese e Parron denominam, baseando-se no historiador William Cooper Jr., mas redefinindo seu conceito, “política da escravidão”. Ou seja,

o conjunto de práticas políticas [...] de um grupo político (o conservador) que se servia, na esfera pública, da crítica à lei de 1831 e da defesa dos interesses escravistas para fundamentar uma estratégia de cooptação de importantes grupos econômicos do Império. Nesse sentido, não bastaria ser simplesmente conivente com o tráfico negreiro – o que, de resto, ocorreu desde o primeiro dia após a aprovação da lei de 1831 – senão lutar, na imprensa e no Parlamento, pela sua preservação.²⁵

Segundo Marquese e Parron, portanto, as discussões que acometem o Parlamento nesse momento parecem apontar para uma retomada da defesa do tráfico e da escravidão, num momento marcado pelo isolamento da posição brasileira quanto a esse comércio, no mundo ocidental. *Lutar na imprensa e no Parlamento pela sua preservação*, segundo a citação acima.. Posicionar-se a favor ou contra o tráfico de escravos, nessa conjuntura a partir de 1831, ganha um considerável peso na disputa entre forças abertas pela abdicação de Pedro I. A fase do contrabando sistêmico é um momento de expansão regressista, que desembocaria no partido saquarema na década seguinte, dando o tom do política imperial²⁶. A utilização da lei de 1831 como instrumento dessa ascensão, assim, nos obriga a conferir a ela significado especial a respeito do que certos brasileiros viram.

Significados da lei III: o que africanos viram.

Em 13 de fevereiro de 1836, numa edição d’O Sete de Abril, jornal tido como influenciado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, há uma reprodução de um artigo de Feijó, publicado anteriormente n’O Justiceiro. Já nesse artigo o regente expõe suas preocupações a respeito da lei de 1831 e pede sua revogação argumentando,

²⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima. Política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira. Rio de Janeiro, 1820-1850. In: Revista Almanack Braziliente. USP, 2008. p. 127

²⁵ MARQUESE & PARRÓN. Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama... op. cit., p. 114, nota 31

²⁶ Sobre a direção saquarema, cf. o clássico estudo de Ilmar Mattos, O Tempo Saquarema. Cf. também Ricardo Salles, Nostalgia Imperial.

principalmente, dos riscos de esses africanos trazidos após a lei adentrarem os tribunais buscando afirmar sua condição de livres, ilegalmente escravizados²⁷.

A profecia de Feijó concretizou-se nas décadas seguintes. A lei de 1831, nunca revogada, mesmo após a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, em 1850, expandiu-se para além dos horizontes dos dirigentes que a aprovaram e criou efeitos não levados em consideração, contribuindo especialmente para a deslegitimação da escravidão a partir de seus aspectos legais.

Os estudos da escravidão das últimas décadas, ao ressaltar o aspecto da “agência escrava” e enfatizar a idéia da “negociação e conflito”, conferindo um aspecto político às ações dos cativos em seu cotidiano, trouxeram para a análise tipos documentais que, até então, não haviam sido explorados sistematicamente. Importante tipo documental, nesse sentido, foram as fontes jurídicas, em especial as ações de liberdade movidas por escravos contra sua situação jurídica.

Explodindo após o fim efetivo do tráfico transatlântico, em especial após a década de 1860, essas ações trazem diversas argumentações às batalhas jurídicas pela escravidão e pela liberdade nos tribunais, contribuindo, por sua extensão e pelos resultados, muitas vezes favoráveis aos cativos, para deslegitimar a escravidão em seus aspectos formais.

Nesse sentido, a lei de 1831 serviu como importante instrumento que contribuiu para o acirramento dos conflitos entre senhores e escravos. O trabalho de Keila Grinberg, nesse sentido, ressalta a utilização da lei em algumas das disputas jurídicas, em especial nos casos em que senhores e cativos cruzam a fronteira do Império com o Uruguai, dando munção aos advogados que argumentavam que esse cruzamento caracterizava, na volta, a condição de liberdade do escravo²⁸.

A percepção, por parte dos cativos, dos possíveis usos da legislação de um império escravista em seu favor traz possibilita interessantes análises das relações desses cativos com o Estado imperial no que tange, em especial, ao papel desse Estado como mediador ou instância decisória da condição livre ou cativa do africano ou crioulo, arrancando esse poder decisório da esfera senhorial e possibilitando o alcance de direitos tidos por incompatíveis com a condição cativa, mas atributos do ser livre, em

²⁷ O Sete de Abril, n.º 319, de 13/02/1836.

²⁸ GRINBERG, Keila. *Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do império brasileiro*. In: CARVALHO, José Murilo de (org.) *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 267-285; cf. também, da mesma autora, *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 256

suas relações com o Estado: *os direitos do cidadão*. O Estado imperial brasileiro, consolidado a partir de uma direção saquarema que buscava, em certos momentos, associar a defesa do tráfico e a manutenção da escravidão à necessidade de construção da nação, conferia munção necessária, não intencionalmente, para os esforços diários de pessoas que tinham outras aspirações e que buscavam afirmar suas próprias vontades.

Conclusão: o que historiadores podem ver.

Passamos aqui por um breve panorama de algumas visões a respeito da lei de 1831. De quebra, demos algumas pinceladas em outros aspectos das relações entre cativos, senhores e dirigentes imperiais no Brasil do século XIX. Resta, agora, concluir o trabalho, destacando, em especial, os usos políticos da lei de 1831 em meados do século.

Centralização, soberania, consolidação saquarema, nação, Estado, escravidão. Todas foram questões que se colocam na afirmação do jovem país e de seus dirigentes políticos. O problema do fim do tráfico, mecanismo central secular de reprodução social no Brasil, coloca todas essas questões em acelerado. No processo do forjar do Estado imperial brasileiro e da constituição da classe senhorial, encontra-se destacado, também, um determinado projeto de Estado e de nação que se impõe sobre os demais projetos fragmentados. Nesse projeto estavam destacados, também, lugares próprios, nas falas parlamentares, para o escravo africano arrancado de sua terra via tráfico negreiro. E nem sempre era um lugar de rejeição, de crítica, de negação. Trazer o africano para o debate e conferir a ele um papel específico no “Império da boa sociedade” significava conferir, também, um papel de destaque ao tráfico no projeto de Estado e de nação que se pretendia vitorioso sobre um território de proporções continentais, sob a liderança de uma classe local que se expande nacionalmente atrelado ao Estado e, mais especificamente, à Coroa. O projeto *Saquarema*, desde suas origens, não pôde fechar os olhos ao tráfico de escravos, ainda mais num momento de intensa movimentação inglesa pelo seu fim. Uma leitura específica da lei de 1831 daí surgiu, e foi, mesmo, componente importante para a afirmação desse Estado e desse projeto.

Por outro lado, mesmo esses dirigentes, no controle do Estado, não puderam, evidentemente, tudo prever e tudo controlar. No dia-a-dia, nas relações cotidianas, uma multidão cada vez maior conferia à lei de 1831 uma leitura distinta. E, dessa forma, buscavam dar sentido novo à história da desigualdade no Brasil.

LEITURAS ACERCA DOS PARECERES DE RUI BARBOSA SOBRE A REFORMA EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1880: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Fábio Alves dos Santos¹

RESUMO: Este texto tem como objetivo apresentar a representação presente na literatura educacional brasileira sobre os pareceres produzidos por Rui Barbosa no século XIX acerca da Reforma do Ensino proposta por Carlos Leôncio de Carvalho. Desde o momento que veio a público pela primeira vez, os referidos pareceres figuram na literatura educacional como exemplo do discurso corrente no Brasil sobre educação. A interpretação sobre o texto variou ao longo do tempo, mas sua importância é sempre lembrada, seja como grande proposta jamais implementada, seja como parte das “idéias fora de lugar”.

Palavras-chave: Rui Barbosa, Educação Brasileira, Reformas do Ensino

Desde os fundamentos da escola na sua forma moderna, o que remonta a fins do século XV, diversos teóricos escreveram para dar formato àquilo que deveria ser esta instituição e seus componentes (desde as práticas pedagógicas, aos níveis de ensino e espaços de escolarização). Estes discursos não ficaram circunscritos ao plano teórico e encontraram espaço de aplicação. Uma das formas recorrentes de apropriação das teorias sobre a escola se materializaram por meio das reformas propostas ou implementadas pelo poder público.

Desde pelo menos meados do século XIX, alguns temas têm sido constantes no debate educacional. O aumento do acesso à escola e dos anos de duração do processo educacional, a variação dos níveis de ensino (primário, intermediário, superior, profissional), a formação e a carreira dos professores são exemplos de assuntos que estão na pauta de discussões e proposições desde então. São temas sempre contemporâneos e para os quais sempre se procura um discurso fundador. Neste texto, apresentarei a percepção de algumas obras da literatura educacional brasileira acerca de uma proposta de

¹ Departamento de Educação/UFS, e-mail: fabioalves@gmail.com.

reforma para o Ensino Secundário (e no seu bojo, o Profissional), níveis bastante presentes nos discursos sobre educação de agora.

Em 18 de fevereiro de 1943, na Associação Brasileira de Educação, Manuel Bergström Lourenço Filho proferiu uma conferência versando sobre a publicação das obras completas de Rui Barbosa. O volume que abriu a série dizia respeito à reforma do ensino secundário e superior. Este texto foi referenciado pelo conferencista como “magistral tratado de pedagogia”, a partir do qual teria sido fixada “alguma coisa de universal e eterno”. O texto ao qual se reportava Lourenço Filho resultou dos pareceres elaborados por Rui Barbosa e apresentados à Câmara dos Deputados no ano de 1882.

Na produção acadêmica sobre o ensino secundário e profissional é recorrente a referência aos pareceres elaborados por Rui Barbosa sobre o projeto de reforma do ensino apresentado por Carlos Leôncio de Carvalho, no ano de 1879. Este tipo de ensino foi o objeto, juntamente com o Superior, presente na primeira parte da tarefa desenvolvida por Rui Barbosa. Foi apresentada à Câmara dos Deputados em abril de 1882, seis meses antes da parte referente ao Ensino Primário. Segundo Moreira, os pareceres tiveram um objetivo imediato: “justificar os projetos de lei apresentados à Câmara e elaborados por sua comissão de instrução pública a cujo parecer tinha sido submetido um decreto do executivo monárquico sobre a reforma do ensino” (Moreira, 1940, p. IX).

Ao sondar a literatura educacional, pude constatar que os pareceres de Rui Barbosa foram referidos em livros e artigos voltados especificamente para o discurso pedagógico do referido intelectual, bem como foram referenciados em textos que trataram da educação no Brasil Imperial. Nesse sentido, os trabalhos elencados serão destacados na ordem: livros sobre a obra pedagógica de Rui Barbosa, artigos sobre a participação dele em debates educacionais e outros trabalhos que trazem os pareceres como assunto indispensável ao tratar do universo educacional durante o Império brasileiro.

Lourenço Filho (2001) desenvolveu, ao longo da década de 1940, uma série de estudos sobre os textos “pedagógicos” de Rui Barbosa. Em sua análise, interessou-se pelas “bases lógicas ou sentimentais” das mudanças na visão política de Rui Barbosa e as condições que teriam existido “para assinalar de tal forma os escritos pedagógicos, mais que outros, da mesma época” (p. 23). Nesse sentido, Lourenço Filho situou os

pareceres dentro daquilo que considera a “produção pedagógica” daquele intelectual e também localizou os autores referenciados por ele. Segundo Lourenço Filho

Nos pareceres sobre o ensino, mais talvez que em qualquer outra parcela de igual dimensão em toda a sua obra, Rui haveria de revelar a crença que nutria no valor da cultura; e, por isso mesmo, a compreensão do progresso social pela divulgação da ciência, das artes e das técnicas modernas de produção; e, por isso, também, a da aspiração de uma prática agigantada pela educação a serviço do povo. (p. 57)

Para entender a “produção pedagógica” de Rui Barbosa, situada entre os anos de 1881 a 1886, Lourenço Filho defendeu a tese da importância da figura paterna (João Barbosa) na formulação das idéias ali contidas (p. 60). Esse autor ainda considerou que nos textos dos pareceres está presente a perspectiva precursora do ativismo e do pragmatismo no Brasil.

O estudo de Lourenço Filho foi aqui referenciado por ser considerado o mais detido sobre a “pedagogia” de Rui Barbosa, título mesmo do volume que reúne seus textos sobre o assunto. Todavia, é bastante citado também em escritos sobre Rui Barbosa o prefácio elaborado por Thiers Moreira para a publicação dos pareceres pelo Ministério da Educação e Saúde na década de 1940. “Como aconteceu com tantos outros trabalhos de Rui Barbosa”, afirma Moreira, “a tradição fixou e ampliou a ressonância com que os seus estudos foram ao tempo recebidos e lhes atribuí virtudes de sabedoria, a que talvez nunca ambicionara seu próprio autor” (Moreira, 1940, p. IX). Esse entendimento ajuda a compreender o destino dos projetos apresentados por Rui Barbosa. Ainda segundo o mesmo Moreira, “não tiveram andamento, nem foram objetos de debates os projetos de lei que com os pareceres se ofereciam” (Moreira, 1940, p. XXIV).

No entendimento de Martins (2001), Rui Barbosa, sendo considerado o “pedagogo da nacionalidade”, teria sido frustrado exatamente no campo educacional. Não tendo a oportunidade de apresentar seu projeto de reforma da instrução, Rui Barbosa teria aproveitado o momento de elaboração dos pareceres para sobrepor sua perspectiva à de Carlos Leôncio de Carvalho, mentor do decreto de abril de 1879. Segundo o autor referido

Quem realmente o matou [o decreto 7.247, de 19 de abril de 1879] foi Rui Barbosa pelo procedimento nele habitual dos “pareceres”, sempre que se melindrava com alguma desconsideração, real ou imaginária, e ainda quando se percebia ultrapassado – no caso, por Leôncio de Carvalho, que se antecipava à lei do ensino que ele próprio desejaria propor, e à qual, como escreveria em *Queda do Império*, havia dedicado a vida toda. (Martins, 2001, p. 12)

Da leitura desses três estudos é perceptível a caracterização do texto dos pareceres sobre quatro aspectos: a confrontação com a proposta de Leôncio de Carvalho; a riqueza de autores, obras e dados citados por Rui Barbosa; a incapacidade de compreensão de seus contemporâneos, por ser a proposta à frente de seu tempo; por último, o prejuízo que representou para o país o descaso em que caíram as propostas contidas nos pareceres.

“Rui Barbosa: pensamento e ação” é o título do livro de Maria Cristina Gomes Machado (2002). O texto é fruto de sua tese de doutoramento, defendida em novembro de 1999, no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a orientação de Dermeval Saviani.

A autora afirma que seu estudo está na contramão das tendências que dão suporte às pesquisas sobre Rui Barbosa. Segundo ela, tais pesquisas ora visualizam um Rui Barbosa idealista, ora um ferrenho defensor da educação como motor para o desenvolvimento. A tese da pesquisadora é que “tão ou mais importante que as idéias específicas de Rui Barbosa sobre educação, que a visão estreita da especialização tende a privilegiar, são as idéias sobre o conjunto das reformas empreendidas pela sociedade brasileira no seu esforço de enfrentar as pressões internas sob o comando das pressões externas, determinadas pelo capital” (p. 3-4). Nesse sentido, a autora distribuiu seu texto em três capítulos. No primeiro discorreu sobre a presença do tema Rui Barbosa na historiografia educacional brasileira (p. 7-28). O segundo foi voltado para as propostas de Rui Barbosa frente ao processo de modernização da sociedade brasileira (p. 29-102). No terceiro, a estudiosa discutiu sobre o caráter realista ou utópico da educação proposta por Rui Barbosa (p. 103-156).

Rosa Fátima de Souza (2000), a fim de “reconstruir o processo de renovação dos programas da escola primária no Brasil a partir de 1870” valeu-se dos pareceres de Rui Barbosa como fonte principal, em especial o volume que diz respeito aos métodos e programa escolar. A eleição de tal documento como aporte primevo para sua discussão deveu-se, segundo a autora, por ser “uma das primeiras obras, e a mais completa delas,

sobre a organização pedagógica da escola primária e sobre política de educação popular produzida no Brasil no século XIX” (p. 10).

Assim, a autora inicia seu estudo com uma discussão sobre a renovação do ensino e a circulação de modelos, defendendo que o “fenômeno de âmbito mundial foi alimentado pela circulação de idéias e modelos gerados nos países ditos ‘civilizados’ na época” (p. 11). Nesse processo renovador, a escola popular, segundo a pesquisadora, alcançou o status de “redentora da nação” e de “instrumento de modernização por excelência”. Rui Barbosa, em sua participação nesse debate, teria afirmado o “novo” desqualificando as escolas e as práticas vigentes. Sua proposta consistia na instituição do método intuitivo e na valorização de disciplinas escolares como a Educação Física, a Música e o Desenho – a mais destacada entre elas.

Os pareceres de Rui Barbosa constituem o testemunho primordial a que Carlota Boto (1999) recorreu a fim de estudar a escola primária como tema do debate político às vésperas da República. Devido ao foco privilegiado pela autora, o texto destacado é o que diz respeito à reforma do ensino primário.

Em sua análise, Carlota Boto definiu Rui Barbosa “como um exemplo da ilustração liberal brasileira na rota do desenvolvimento do país” (p. 258) e concorda com a tese de que seus pareceres “representam para a História da Educação talvez o primeiro grande diagnóstico da situação real do ensino no país” (p. 259). Ainda segundo a autora, Rui Barbosa na condição de relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados em 1882 efetuou um estudo rigoroso da situação escolar do país à época, constituindo um testemunho valoroso “para se historiar a mentalidade educacional da elite ilustrada brasileira quanto aos esforços empreendidos no sentido de elevar o país ao nível das nações esclarecidas” (p. 260).

Nesse sentido, Carlota Boto ressalta o destaque dado por Rui Barbosa à questão do método, no que ele se amparou em autores como Froebel e Pestalozzi. Também a necessidade de elevar o nível de instrução das camadas pobres da população a fim de conduzir o Brasil rumo ao progresso já instalado em outras nações. O “novo modelo educacional” educacional proposto pelo legislador teria como princípio a “defesa da instituição do aluno como recurso indispensável para o verdadeiro aprendizado” (p. 270). Ainda segundo a autora, a escola reformada sob a ótica de Rui

Barbosa seria o antídoto da rebelião, uma vez que traria não apenas o conhecimento, mas também as normas de conduta socialmente aceitas.

A fim de tratar da presença do método de ensino intuitivo nos debates educacionais na capital do Brasil Imperial, Anaete Regina Schelbauer (2003) deu grande ênfase ao texto dos pareceres, principalmente ao capítulo VII do segundo volume voltado para os métodos e programas escolares. O texto da autora inicia-se com uma apresentação do referido método de ensino e das primeiras abordagens sobre o tema no Brasil (p. 1-3). Em seguida, é destacado o assunto na reforma empreendida por Leôncio de Carvalho em 1879 (p. 3-4). As Lições de coisas nos pareceres de Rui Barbosa vêm a seguir (p. 4-10). O restante do artigo é voltado à discussão do tema na Exposição Pedagógica e no Congresso da Instrução, ambos no Rio de Janeiro (p. 10-17). No entender da autora, os pareceres “não se detêm apenas a comentar o Decreto de 19 de abril, mas realizam um diagnóstico sobre a situação do ensino no Brasil, apresentando dados estatísticos e diretrizes, para nortear a organização de um sistema de ensino, a partir das principais tendências pedagógicas de outros países” (p. 4).

José Ricardo Pires de Almeida (2000), em sua obra *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*, reservou algumas linhas aos pareceres de Rui Barbosa (p. 222). Segundo o autor, o texto foi produzido em função do projeto de reforma da instrução pública apresentado pelo Conselheiro Rodolfo Dantas. No entender de Pires de Almeida, os pareceres constituem uma prova da paciência e da competência de seu elaborador. Isto porque Rui Barbosa não se limitou a comentar o projeto que estava sob sua apreciação, mas revisou a história da instrução pública durante o Segundo Reinado, traçou quadros estatísticos das províncias e fez comparações entre o Brasil e os países tidos como mais avançados na época. Embora afirme não estar “inteiramente de acordo com o Sr. Rui Barbosa”, entende que os pareceres serão uma obra referencial durante muito tempo.

Fernando de Azevedo (1976), no segundo capítulo da terceira parte de seu *A cultura brasileira* dedicou algumas linhas aos pareceres de Rui Barbosa (p. 108-110). Nelas, atribui o texto não a uma apreciação ao projeto de reforma da instrução pública de Leôncio de Carvalho, mas sim como referente ao projeto apresentado pelo então conselheiro Rodolfo Dantas. Segundo Azevedo, o texto produzido por Rui Barbosa foi inegavelmente bem construído, obra-prima do ponto de vista da forma e da erudição, todavia não teria ultrapassado os limites de idealismo, consistindo num conglomerado

de “elementos e instituições discordantes, inspirados nos meios sociais mais diversos”, faltando ao legislador “a observação objetiva dos fatos e [a] reflexão sobre eles” (p. 108). O autor de *A cultura brasileira* enquadrou os pareceres no conjunto das obras publicadas ao longo do período imperial tendo por tema a educação. Segundo ele, para estudar um assunto, “bastava insinuar-se entre os livros, manuseá-los e confrontá-los, opô-los às vezes uns aos outros, recolher dados e indicar soluções ideais e, depois de um passeio mais ou menos longo pelos países europeus, saturar a obra de erudição e pulverizá-la de reflexões pessoais” (p. 109). Os pareceres de Rui Barbosa seriam, assim, uma aplicação “luminosa” do método descrito, refletindo a “mentalidade da época” e o poder das idéias e do talento de seu autor.

Na grandiosa obra *História Geral da Civilização Brasileira*, no volume intitulado Declínio e queda do Império, no capítulo A Educação, há uma breve referência aos pareceres de Rui Barbosa (p. 378-382). A autora do capítulo, Maria José Garcia Webere (1982), afirma que o referido documento “pode ser considerado um projeto de reforma global da educação brasileira”, constituindo um “verdadeiro tratado que cobriu praticamente todos os aspectos da educação” (p. 378). Segundo ela, a crença no poder da educação como propiciadora do progresso do homem e do país é visível em todo o trabalho de Rui Barbosa. Não obstante a importância atribuída à obra, a autora enquadrou os pareceres no conjunto de obras de cunho utópico, fruto do ingênuo pensamento de que “primeiramente [deve-se] educar homens virtuosos, cujas mãos puras construiriam, em seguida, a sociedade nova” (p. 380). A proposta de Rui Barbosa seria, assim, incapaz de “equacionar corretamente os problemas educacionais, no tempo e no espaço, de maneira a inserí-los na realidade econômica e social” (p. 382).

Das leituras realizadas, é possível dizer que predomina a abordagem sobre o parecer respectivo à Instrução Primária. Este é considerado um texto melhor elaborado por Rui Barbosa, visto que dispôs de mais tempo, sendo, aliás, esta a preferência do autor: produzir primeiro sobre os ensinos Secundário e Superior e, depois, sobre o ensino primário. Mas isto também se explica pelo fato de ser a educação primária, hoje representada pelo Ensino Fundamental, a chave de explicação para o sucesso das propostas de revitalização da escola. Também predomina na literatura lida a interpretação de um Rui Barbosa idealista, de visão utópica, com uma proposta que não coadunava com a realidade concreta vivida pelo Brasil em finais do século XIX. Repete-

se assim o mesmo discurso das idéias fora do lugar, interpretação que explica o fracasso das políticas públicas em educação pelo suposto fato de serem cópias de realidades distintas da brasileira, o que impossibilitaria que as reformas alcançassem êxito, tanto no passado, quanto atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. 2000. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. Trad. Antonio Chizzotti. 2 ed. São Paulo: EDUC.

AZEVEDO, Fernando. 1976. As origens das instituições escolares. In: *A cultura brasileira*. Tomo III – A transmissão da cultura. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL. p. 61-114.

BARBOSA, Rui. 1942. *Reforma do Ensino Secundário e Superior*. In: Obras completas de Rui Barbosa, v. IX, t. I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.

_____. 1943. *Reforma do ensino primário e de várias instituições complementares de instrução pública*. In: Obras completas de Rui Barbosa, v. X, t. I e II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.

BOTO, Carlota. 1999. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 253-281.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. 2001. *A pedagogia de Rui Barbosa*. 4 ed. Brasília: INEP.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. 2002. *Rui Barbosa*. Pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. (Col. Educação Contemporânea).

MARTINS, Wilson. 2001. Prefácio da 4ª edição. IN: LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. 2001. *A pedagogia de Rui Barbosa*. 4 ed. Brasília: INEP.

MOREIRA, Thiers Martins. 1940. Prefácio. BARBOSA, Rui. 1882. *Reforma do Ensino Secundário e Superior*. Rio de Janeiro: Tipografia nacional. (Obras completas de Rui Barbosa, vol. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942).

SCHELBAUER, Anaete Regina. 2003. O método de ensino intuitivo nos debates educacionais na capital do Império: apropriações e entendimentos. In: *Anais do VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”*, Aracaju: UFS; Campinas: HISTEDBR. (Cd-rom).

SOUZA, Rosa Fátima de. 2000. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XIX, nº 51, p. 09-28, Nov.

WEBERE, Maria José Garcia. 1982. A Educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3 ed. São Paulo: DIFEL. p. 368-383. (v. II, t. 4, Declínio e queda do Império).

Epistemologia: a ciência histórica no século XIX

Maria de Fátima Novaes Pires¹

Resumo: O presente artigo pretende discutir paradigmas da produção historiográfica no século XIX, com ênfase na dimensão do estatuto de ciência. Para tanto, recorre-se a bibliografia relativa ao tema, sobretudo às reflexões promovidas por Arno Wehling e François Hartog.

Abstract: The present article intends to argue paradigms of the historical production in century XIX, with emphasis in the dimension of the science statute. For in such a way, relative bibliography is appealed to it to the subject, over all to the reflections promoted for Arno Wehling and François Hartog.

Método histórico no século XIX

“[...] a fúria delinqüente de Hitler não está longe da virtude enlouquecida de Robespierre”. S. B. de Holanda (1979, p. 9).

Desde o seu nascedouro, a prática dos historiadores de ofício vincula-se, direta ou indiretamente, às discussões acerca da natureza do conhecimento histórico. Uma densa reflexão sobre os motivos que presidem essa situação foi desenvolvida por Arno Wehling, em artigo intitulado *Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História*: algumas questões, publicado pela Revista Estudos Históricos, da UFRJ, em 1992. O autor inaugura a sua reflexão informando sobre a amplitude do problema: “As virtualidades da epistemologia histórica adquirem sua correta dimensão se referidas ao significado maior da própria epistemologia contemporânea” (1992, p. 1).

Wehling (Idem, *Ibidem*) afirma que essa crescente preocupação “[...] existe na relação direta da conscientização, cada vez mais alargada, de que ocorreu uma profunda crise no conhecimento científico e filosófico que conduziu o saber no Ocidente a partir do século XVII”. O autor nos conduz a analisar os fundamentos e virtualidades da epistemologia histórica em “três ordens de temas”: a) “crise do paradigma clássico”; b) “o campo histórico

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia. UNEB/campus VI/Caetitê.

e suas redefinições teóricas e empíricas no século XX”; c) “as possibilidades e desafios para uma epistemologia da história no final do século XX” (Idem, p. 3).

Mas, assentar essa discussão a partir destes três focos projeta a nossa reflexão para uma situação anterior: a análise das condições que consolidaram o historicismo e a sua responsabilidade na definição do ofício do historiador a partir de parâmetros de cientificidade. É a este horizonte, já bastante tematizado entre nós, que o presente texto ainda insiste.

A idéia de ciência no século XIX, calcada na experimentação e no racionalismo, contrapondo-se à escolástica, colaborou para uma nova definição dos campos do conhecimento. O pensamento filosófico baseado nos universais do Iluminismo: tempo, espaço e homens, inspirava os ideais da abordagem histórica que deixava de ser particular para alçar-se universal.

Metodologicamente, a filosofia da história buscava o particular objetivando o que havia de universal, uma espécie de princípio unificador. Nesta perspectiva, a história obedecia a um caminho: o caminho do progresso. Na sua “pujante juventude”, a busca do sentido da história diversificava-se: em Voltaire, o sentido relacionava-se ao progresso da cultura; em Hegel, ao progresso do espírito e, em Kant, ao progresso da moral. Sínteses representativas da tentação teleológica das filosofias da história.

Se, por um lado, assistia-se a uma filosofia disposta a encontrar o sentido da história, por outro a radicalização da antropologização que vinha desde o século XVI, e que foi fundamental para elevar a história à condição de disciplina, esteve engajada objetivamente em definir e comprovar o sentido da história.

Nos espaços das universidades européias oitocentistas a tentativa generalizadora de explicação das filosofias da história esgotava-se, *pari passu*, como modelo. A história procurou sua individuação e esta requeria toda uma reformulação dos seus supostos metodológicos. Esse esforço, que acompanhou os primeiros passos da história rumo a sua “edificação científica”, atingiu outros campos. Assistia-se a uma reformulação de campos antigos, como a geografia e o direito, ao tempo em que foram criados novos, como a economia, a antropologia, a etnografia, a sociologia, a lingüística e, posteriormente, a psicologia e a ciência política.

Em meio à racionalidade científica e filosófica da modernidade, a história edificou em terreno próprio o que viria a ser o seu canteiro particular. Wehling (1994, p. 98) diz que, apesar das origens da metodologia da história não pertencerem ao início do século XIX, é necessário considerar um dado concreto: “[é no] manual de metodologia da histórica de Ranke, de 1824, onde o autor procura fixar as normas da história científica, distinguindo-a de seus outros significados, a filosofia da história, a erudição documental, o gênero literário”. Desse modo, a origem da metodologia da História está intimamente ligada à obra de Leopold von Ranke e à Escola de Berlim, entre os anos 1820-30. Gadamer (1988, p. 16) diz que:

[...] com os Alemães [sic] na dianteira, apregoando alto e bom som as definições fundamentais, Leopold von Ranke [foi] o primeiro para quem escrever a história consiste em contar o que se passou. Na esteira da historiografia alemã (mormente após 1870 no caso da França), todas as escolas nacionais acertaram o passo e reconheceram o primado do método crítico.

Num primeiro momento, a metodologia da história propôs-se a exhibir características científicas. Para tanto, partiu para a defesa de uma:

[...] crítica rigorosa, sistemática e exaustiva das fontes, o estabelecimento dos textos, sua interpretação à luz do senso comum e da lógica dos próprios acontecimentos e a recusa aos argumentos de autoridade dos grandes historiadores do passado [...] Ranke e outros autores preferem limitar a cientificidade de sua obra aos aspectos metodológicos, o que já era um tributo pago ao crescente cientificismo do século (WEHLING, 1994, p. 98 e 101).

Um século de crescente prestígio da ciência, seja pelo “rápido desenvolvimento da pesquisa”, seja pelo “progresso tecnológico originado na Revolução Industrial.”

Sérgio B. de Holanda (1979, p. 14), ao referir-se à famosa formulação de Ranke “[apenas mostrar] tal como efetivamente sucedeu”, afirma que, para muitos, essa teria sido a sua principal contribuição historiográfica. Considera-a uma “fórmula infeliz” porque dá margem à interpretações que “não correspondem ao pensamento do autor”. Em seu ensaio, não faltam defesas às contribuições de Ranke. Dentre as mais expressivas S. Buarque destaca os argumentos de Dilthey e Peter Geyl. Também faz reparações contundentes quanto a sua identificação na América do Norte como historiador positivista, em contraposição à noção alemã que o via na “antítese do empirismo não-filosófico, e com raízes no idealismo”

(Idem, p. 17). Talvez seja desnecessário dizer que este seria um outro tema dentro desse debate que é, como se insinua, demasiado amplo.

Naquele primeiro momento não havia entre historiadores e demais cientistas sociais o desejo de adesão a um “triumfalismo determinista”. Para Welhing (op. cit, p. 101) foi muito mais um “refúgio ao factualismo documental e [a] uma metodologia de curto alcance, sem a responsabilidade da generalização”.

Um pouco mais adiante, ocorreram mudanças de direção. A partir de meados do século XIX, o que se nota é uma metodologia da história, “com poucas exceções, caudatária das posições deterministas que rapidamente dominaram o quadro das ciências sociais” (WELHILG, 1994, p.102). Aquele foi o momento de apogeu das grandes doutrinas sociais como o positivismo, o evolucionismo e o marxismo, e decerto tornava-se difícil escapar à atmosfera redentora de um cientificismo que tomava assento na emergência de uma modernidade otimista.

Welhing considera que a adesão inicial aos *novos historiadores* não foi tão ampla como se pode imaginar. Grande parte continuou refugiada no “atomismo da pesquisa, deixando as generalizações e as leis para alguns poucos” (Idem, p. 102). Destaca, dentre aqueles que aderiram à história científica em sua nova fase, o historiador francês Fustel de Coulanges ou Breysig, que eram “decididamente positivistas”, e Engels, para quem o autor define como um “misto de marxista e evolucionista”.

Mesmo reconhecendo o pioneirismo científico da primeira geração, os “novos historiadores” estavam decididamente mais preocupados com a necessária “virada científica” da história. Para tanto afirmavam que

[...] a história possui leis, que os dados empíricos são elementos cuja reunião (síntese spenseriana) leva, indutivamente, aos princípios gerais e que os estudos monográficos são válidos na medida em que contribuam para a construção do grande edifício do conhecimento histórico [...]. (WELHING, 1994, p. 102).

Também é preciso reconhecer que foi na segunda metade do século XIX

[...] que a ciência histórica constituiu o corpo sistemático de regras habitualmente conhecido pela denominação de método crítico [...] os historiadores de ofício elaboraram este conjunto que pauta a análise dos documentos e, simultaneamente, o estabelecimento dos fatos [...] este

método, pelas suas virtudes, reduz a uma só definição o facto bruto e a história; a sucessão dos factos a uma narrativa cronológica ordenada legitima o apagamento, postula relações simples de causa a consequência: *post hoc, propter hoc* [...] (GADAMER, 1988, p. 16-17).

Para H. G. Gadamer (op. cit, p. 17-18) os sucessores de:

[...] Michelet, de Augustin Thierry, de Mignet, teriam desejado que esta ciência fosse tão solidamente fundada em leis de análises quanto as ciências da natureza: condição do seu progresso, que deve acompanhar, mesmo com algum atraso, o das ciências exactas.

R. Chartier (s. d., p. 3) diz que esta concepção procura distinguir os historiadores “críticos” ou “científicos” dos “historiadores filosóficos como Guizot ou Thiers, historiadores pitorescos como Augustin Thierry ou historiadores de facção como Michelet, Taine ou Renan.”

Havia, no entanto, entre essas duas gerações, um ponto em comum: a preocupação com o método, característica básica do cientificismo. Welhing (1994, p. 102) afirma que não havia uma necessidade de fundamentação epistemológica específica para cada ciência, já que existia uma “epistemologia transversal, comum – o paradigma newtoniano”. Assim, caberia a cada ciência particular, inclusive como uma “[...] pré-condição para sua existência – a elaboração de um método próprio. Atingindo este, o campo do conhecimento deixa o plano do senso comum (ou filosofia, como aconteceu com a psicologia experimental) para tornar-se ‘ciência’.” F. Hartog (1999, p. 278) nos diz: “Fazer história [no século XIX] significa ir aos arquivos e desenrolar, mas unicamente no passado, longas cadeias de acontecimentos”.

Dos representantes desses historiadores que aderiram a essa nova etapa do cientificismo, Fustel de Coulanges (1965, p. 25), professor de história medieval na Sorbonne, afirmou peremptoriamente:

[a] História não é arte, mas uma ciência pura, como a física ou a geologia [...] a busca dos fatos é feita pela observação minuciosa dos textos, da mesma maneira como o químico encontra os seus resultados em experiências minuciosamente conduzidas.

Cabe ressaltar que, na França, a história passou à condição de disciplina intelectual no início do século XIX, com a forte contribuição de historiadores profissionais que se responsabilizaram em fundar os arquivos nacionais, a partir de 1808. É também Coulanges

(ao menos se atribui a ele) que, imbuído pelo ambiente historicista, afirma: “não sou eu que falo, é a História que fala através de mim”. (*apud* WEHLING, 1994, p. 123).

No século XIX sobressaiu a preocupação em criar uma pedagogia para a cidadania. A compreensão da escrita da história passava necessariamente pela consideração da constituição dos Estados modernos, tarefa para qual a história teve papel singular. F. Hartog (1922, p. 6) destaca que uma das marcas do século XIX e inícios do século XX é a eleição da nação como “o grande tema” da história. Ele nos diz que “à história para merecer tal título, só cabia reconsiderar o passado *sub specie nationis*, sob o signo da nação, pesquisando suas origens, celebrando seus faustos passados e futuros, abandonando-se com freqüência a sua mística.” A partir dos anos 1870, quando trasladara-se para o debate historiográfico o enfretamento da guerra franco-prussiana, verifica-se a efervescência das “grandes histórias nacionais”. Considerado um historiador “nacional”, a obra de Fustel de Coulanges foi densamente analisada por F. Hartog em seu livro *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Ali o autor analisa as condições de produção de sua época e os métodos por ele empregados, bem como a sua influência para gerações de historiadores. Para tanto percorre um século de historiografia francesa, de 1830-1930.

Além da compreensão das distinções que acompanham a escritura da história ao longo do século XIX, é preciso também compreender outro aspecto: “O ‘triumfalismo cientificista’ das ciências sociais no século XIX, com freqüência injustamente imputado apenas ao positivismo, tomou assim, uma feição historicista.” (WEHLING, 1994, p. 6). Como se sabe, as restrições ao historicismo além de freqüentes, partiam de várias áreas e concepções. Na verdade, esse tema comportaria amplo e denso debate, uma atenção mais dedicada, que foge aos limites do presente texto.

Nas décadas iniciais do século XX, a crise do paradigma newtoniano abalou o alicerce das concepções cientificistas que marcaram o oitocentos. A noção de ciência apoiada em leis, racionalidade, significados utilitários e postulados de objetividade, sofreu reveses e recusas. Nota-se, a partir daí, uma “profunda reavaliação epistemológica do saber científico, abalado em seus fundamentos teóricos e metodológicos” (WEHLING, 1994, p. 3). Albuquerque Júnior (2004, p. 17) diz que a partir de então evidenciou-se que “a história a ser ensinada deveria preparar os homens não para viver num tempo contínuo e progressivo,

mas para viver num tempo resvaladiço, fragmentado, múltiplo, um tempo de constantes perigos que exige constante vigilância e ação.”

Para François Hartog (1999, p. 15) não cessamos de retornar aos fundadores da história, seja para embalsamá-los, seja para recusá-los. Aqui esse retorno não atende a nenhum destes propósitos. Buscou-se tão somente demonstrar que a reflexão em torno do campo epistemológico da história é uma tarefa que requer análises de trajetórias teórico-metodológicas que ultrapassam os domínios da própria história. Em suma, sugere em breves palavras: “[...] nem uma epistemologia dura, nem uma história banal, mas uma abordagem atenta aos conceitos e contextos, às noções e aos meios, e mais cuidadosa de suas articulações, preocupações de cognição e de historicização, mais vigilante às sirenes dos reducionismos” (HARTOG, 2003, p. 81-82).

Nessa medida, instigados por M. De Certeau (1982, p. 65) estamos mais atentos às diversas matrizes que inspiram as produções historiográficas: “O que fabrica o historiador quando se tornar escritor?: *Seu próprio discurso deve revelá-lo*”.

REFERÊNCIA BLIOGRÁFICA

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHARTIER, Roger. Positivismo. In: *Verbetes do Dicionário A Nova História*. Coimbra: Edições Almedina, s.d.

COULANGES, Fustel de. “Histoire des institutions politiques de l’ancienne France”. In: EHRARD, J. & PALMADE, G. P. *L’Histoire*. 2 ed., A. Colin. 1965.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. BH, Ed. UFMG, 1999.

_____. *O Século XIX e a História: O caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro. Editora: UFRJ, 2003.

_____. La tentation de l’épistémologie. In: *Regimes d’historicité. Presentisme et expérience du temps*. Paris. Éditions du Seuil, 2003.

LATOURET, Bruno. *Jamais Fomos Modernos - Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro. Editora 34. 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: *L. von Ranke: História*. São Paulo: Ática. 1974.

WEHLING, Arno. Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História: Algumas questões. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 147-169, 1992. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/102.pdf>>, acesso em 24.07.2008.

_____. *A invenção da história* - estudos sobre o historicismo. 2. ed. Rio de Janeiro: UGF-UFF, 2001. v. 1.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico*. Locus (Juiz de Fora), v. 19, p. 53-72, 2004. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/academico/artigos.htm>>, acesso em 24.07.2008.

IGGERS, Georg. *The German Conception of History*. Estados Unidos: Wesleyan University Press, 1988, p. 4.

SOBRE O ESTILO ENQUANTO MÉTODO NA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA DE SERGIO BUARQUE DE HOLANDA

Felipe Teixeira Martins

Talvez não seja pequena a importância literária nas obras historiográficas de Sergio Buarque de Holanda, aspecto nem sempre percebido. Esse texto procura recolher e indicar um apanhado de leituras que justamente sinalizam essa perspectiva literária, incluindo a sugestão de alguns significados desse procedimento. Não se fará uma análise das obras historiográficas do autor, a não ser de pequenos textos e algumas observações mais diretas sobre seu primeiro e mais famoso livro, pois o que interessa aqui é apresentar algumas interpretações sobre a qualidade literária na obra de Sergio Buarque de Holanda¹.

O próprio *Raízes do Brasil* já foi percebido dessa maneira², esse que talvez seja seu texto mais híbrido entre sociológico e histórico, conforme observação de Evaldo Cabral de Mello, que acompanha o livro como posfácio³.

Uma das intérpretes que realçam os aspectos literários da obra de Sergio Buarque é Maria Odila Leite da Silva Dias, de quem se destaca o texto “Estilo e Método na Obra de Sérgio Buarque de Holanda” (DIAS, 1988), que retoma um outro, dela mesmo, introdutório à coleção Grandes Cientistas Sociais que tem o nome de *Sergio Buarque de Holanda, historiador* (DIAS, 1985), e traça a importância do *estilo enquanto método* na obra historiográfica geral de Sergio Buarque. Ou seja, como o estilo de Sergio Buarque significa o método de apreensão dele, da apreensão historiográfica que ele põe em

¹ Esse texto é um desdobramento de parte de um capítulo de minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, campus de Marília, em maio de 2003, com o título: *À procura de subsídios para compreender Raízes do Brasil como ensaio*, sob a orientação do Dr. Marcos César Alvarez.

² Uma delas: “*Em 1926 [na verdade, o ano é 1925], Sérgio Buarque escrevia que a palavra era de certa forma uma negação da vida. [e continua Maria Odila] Em 1936, parecia ter superado este arroubo de jovem leitor de Nietzsche pois em seu livro [Raízes do Brasil] fazia façanhas com as palavras*”. (DIAS, 2000. p. 920). A referência à palavra como negação da vida é a interpretação de Maria Odila da primeira frase do artigo “Perspectivas”, que será comentado mais adiante.

³ Mello atribui o persistente valor de interesse despertado pelo livro clássico de interpretação do Brasil à sua qualidade mais historiográfica, que ele considera que só transpareceu nitidamente com as alterações que diluíram um “*inócuo mélange des genres*” (MELLO, 1997. p.190), mistura de gêneros que a presença da sociologia proporcionava à primeira edição, conformando antes uma contraditória *sociologia da formação brasileira*. À frente ele considera: “*Na realidade, a ‘sociologia da formação brasileira’ tinha mais de ensaística do que de sociologia, constituindo antes um esforço de introspecção coletiva do que análise científica*” (negrito meu. MELLO, 1997. p. 191).

prática; muito importante, mas não o único recurso, é claro.

Antonio Candido faz um apanhado sumário geral da obra historiográfica de Sergio Buarque:

[...] *Monções (1945) e Caminhos e Fronteiras (1957)*. Estes foram concebidos e executados em fase posterior ao seu magistério na Universidade do Distrito Federal (1936/1939), onde foi a princípio assistente de Henri Hauser (contratado na França) e se iniciou sob a orientação deste nas **técnicas da pesquisa sistemática**, transpondo para a **investigação documentária o gosto que sempre teve pela erudição**. Associada aos seus **conhecimentos antropológicos**, esta atividade o levou ao **interesse pela cultura material**, de que brotaram aqueles livros notáveis. Nunca se tinha visto no Brasil uma **corrente hermenêutica** de tanta intensidade **ligar o esclarecimento das relações sociais à aparente insignificância do gesto, do instrumento, do artefato**. Depois viria uma outra fase: a de *Visão do Paraíso (1959) e Do Império à República (1972)*, onde **análise e síntese se combinaram** para gerar as suas obras mais poderosas. Disso tudo *Raízes do Brasil* é o prelúdio, apesar do seu **tom de ensaio interpretativo** e a sua **técnica de generalização por meio de “tipos”**, ao gosto de alguns alemães que ele estudou a partir da estada berlinense. (cf. “Sérgio em Berlim e depois”. SOUZA, 1988 p. 123).⁴

A amplitude de seu conhecimento não pode ser ignorada facilmente.

Mas procurando explicitar melhor o estilo enquanto método, significa que ele procurava nas próprias palavras e inscreve na escrita aquela temporalidade que está pesquisando, ou seja, ele estuda a história a partir de uma perspectiva hermenêutica. Busca ver as coisas como texto, “símbolo”, como cada elemento tendo uma pletora significação do momento, da conjuntura e da sensibilidade do tempo histórico. “*Nessa faculdade de apreender em tudo a vida presente, o mundo presente, está, com efeito, uma das qualidades dominantes no historiador*” (HOLANDA, 1987b. p. 84)⁵.

Essa faculdade ele aplicava também às palavras querendo captar e transmitir a sensibilidade daquele tempo histórico. Igualmente procurava trazer nas suas palavras aquela época para o tempo de hoje, com a “visão de mundo” de hoje sobre a daquele tempo, com a visão de hoje naquela de outras épocas. Assim Sergio Buarque como que inscreve na própria palavra a temporalidade que ele está vivendo com a que ele estuda, tentando salientar algo nesse meio:

O próprio do historiador não está em querer ver e enaltecer o passado no presente ou vice-versa, mas em reconhecer e estimar as formas diferentes que se sucedem através dos tempos. [...] Ao historiador cumpre denunciar tais falsificações [as que pretendem refazer o presente nos moldes do ultrapassado], a fim de que possam valorizar-se as formas puras e autênticas As de ontem como as de hoje. (HOLANDA, 1987b. p. 83, col. 2).

É importante perceber como esse *senso de historiador* já estava presente, de algum modo, na edição original de *Raízes do Brasil* (1936):

⁴ Meus negritos ressaltam seus recursos historiográficos aí mencionados. Uma explanação geral da obra histórica de Sergio Buarque pode ser vista no texto “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”, de Francisco Iglésias, pp. 9-53, que está em 3^a Colóquio UERJ: Sérgio Buarque de Holanda. 1992.

⁵ Essas “*palavras de inauguração*” a um curso sobre a história do Barroco foram publicadas primeiramente em 1952 no *Diário Carioca*, RJ, a 13/07 (2^a secção, p. 3, col. 6/8).

E será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade? Não significaria, ao contrário, apenas um índice de nossa incapacidade de criar espontaneamente? As épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação. A escolástica na Idade Média era viva porque era actual [HOLANDA, 1936. p. 6-7/33 em HOLANDA, 1997]⁶.

Se é que não fosse atinado, ou começasse a ser, antes disso: Maria Odila (DIAS, 2000) faz uma abordagem do Sergio Buarque modernista, com suas preocupações naquele momento, e como isso já apresenta um nexos, um elo com as perspectivas historiográficas e hermenêuticas de compreensão nas quais ele parece se “formar” e enveredar profissionalmente anos depois. Do encontro desses dois Sergios, ela conclui:

A militância modernista aproximou o crítico literário do historiador e vice-versa, contribuindo decisivamente para o estilo de escrever do autor de Raízes do Brasil. As inovações de estilo narrativo são óbvias para quem compara o seu texto com o de outros historiadores da década de 1930. O historiador jogou com a contextualização das palavras em diferentes épocas e contrastou a movimentação da narrativa com ritmos de tempo que pretendia decifrar no passado. A linguagem inovadora e a mestria do estilo narrativo do historiador foi ao mesmo tempo fruto de sua discordância e de seu reencontro com os modernistas. (DIAS, 2000. p. 925).

Esse modo de proceder produzia ainda um conhecimento que não trabalha com conceitos explícita ou efetivamente.

Em seu ensaio sobre a obra de Ranke, [Sergio Buarque] citava Nietzsche no sentido de lembrar que todo conceito passível de definição fogia aos parâmetros do conhecimento histórico. Caberia ao historiador contemplar e observar, porém jamais definir ou esquematizar as forças atuantes numa dada época do passado. (DIAS, 1988. p. 74)⁷.

A referência ao movimento incessante pode ser vista numa passagem do autor em meio a reflexões sobre seu ofício. Ao escolher uma certa época, o historiador intenta “situá-la na corrente móvel dos acontecimentos, inseri-la no curso da História, justamente da História que se alimenta da diversidade dos tempos e das coisas” (HOLANDA, 1987b. p. 83, col. 1).

Sergio Buarque trabalha na própria palavra e também no ritmo do texto, na própria *fruição* como diz um outro comentador em “Sergio Buarque de Holanda e as palavras” (MONTEIRO, Pedro Meira, 1999b. p. 146). Desse modo a narrativa ganha uma importância peculiar na sua obra, mas a narrativa, como fala ainda Maria Odila, não é entendida como forma unicamente, pois não há desconexão entre forma e conteúdo

⁶ Um aviso sobre o uso aqui desta forma de referência bibliográfica. Ocorrerá para a localização em diferentes lugares, isto é, textos, da mesma passagem citada. Pois assim remeto o leitor a mais possibilidades de acesso às menções. Ela aparecerá ainda quando estiver me referindo a uma passagem específica de *Raízes do Brasil*. Como tenho por referência a primeira edição, e ela nem sempre é encontrada, tentei apontar a referência na edição hoje corrente. Como há alterações da primeira em relação a esta, na referência de uma delas estarei sublinhando a fim de indicar de qual edição tomei a passagem; por ex. HOLANDA, 1936. p. X/Y em HOLANDA, 1997.

⁷ Vem como citação mas não atribuída no escrito de Sergio Buarque, é Maria Odila que refere Nietzsche a ela. No estudo sobre Ranke vem o seguinte: “*Todos os conceitos em que, do ponto de vista semiótico, se congregue todo um processo, esquivam-se à definição; só o que não tem história é definível.*” (Cf.: [Nietzsche?] apud HOLANDA. 1979b. p. 61).

nessa perspectiva. Ele amalgama as duas coisas, uma está produzindo a outra, não há uma forma desconectada do conteúdo, não-conteúdo. Pode-se querer entender intelectual e analiticamente um e outro separadamente, mas não há uma distinção estanque entre esses dois. Às vezes a própria *cadência* do texto transmite algo do que ele está dizendo mais denotativamente com as palavras. Precisa, para bem perceber isso, apurar-se um pouco a sensibilidade, o senso poético talvez. Exemplo é uma passagem de Sergio Buarque citada por Maria Odila em que o ritmo das frases ressoa o “*bater dos remos nas águas do rio Tietê*”. (DIAS, 1988. p. 75)⁸.

Um outro texto que capta a literariedade que Sergio Buarque trabalha nos seus escritos — além do de Alexandre Eulálio, “Antes de tudo um escritor”(EULÁLIO, 1987), que talvez tenha sido um dos primeiros a marcar mais recentemente essa importância —, é o comentário de Flora Süssekind em “Outro nota”, (SÜSSEKIND, 1992) a uma apresentação de Antônio Arnoni Prado (3^a Colóquio UERJ, 1992). Nessa reflexão, atenta à crítica literária que Sergio Buarque faz, ela quer entender *quem é esse que anda ao lado dele?!...*

Retomando um pouco o que enseja a pergunta, ela vislumbra na prosa dele como se houvesse alguma coisa a mais no texto, assim interroga sobre esse *algo que não se sabe bem o que é*. Observa que essa questão se situa no algo indefinido entre a escrita de crítica literária e a exposição histórica que ele exerce. Aliás, justamente, ela considera que a *conquista* de Sergio Buarque em sua obra foi, através de uma estilística particular, a *elaboração da indeterminação*. Ele teria alcançado, pelo cultivo, “*uma espécie de ‘discurso do talvez’, de ambigüidade propositada, variações de ritmo de linguajar no interior do mesmo texto.*” (SÜSSEKIND, 1992. p. 141)⁹.

⁸ Ela citava o livro *Monções*:

“É inevitável pensar que o rio, que as longas jornadas fluviais, tiveram uma ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens. A própria exigüidade das canoas das monções é um modo de organizar o tumulto, de estimular, se não a harmonia, ao menos a momentânea conformidade das aspirações em contraste. A ausência dos espaços ilimitados, que convidam ao movimento, o espetáculo incessante das densas florestas ciliares, que interceptam à vista o horizonte, a abdicação necessária das vontades particulares onde a vida todos está nas mãos de poucos ou de um só, tudo isso terá de influir poderosamente na mentalidade dos aventureiros que demandam o sertão remoto. Se o quadro desta gente aglomerada à popa de um barco tem, em sua aparência, qualquer coisa de desordenado, não será a desordem das paixões em alvoroço, mas antes a de ambições submissas e resignadas”. (HOLANDA apud DIAS, 1988. p. 75, col. 1-2).

⁹ Rodrigo Mello Franco de Andrade, um amigo de Sergio Buarque, já percebia em 1952 — numa homenagem ao seu cinquentenário feita pelo suplemento dominical do jornal *Diário Carioca*, em que trabalhavam (encontrável na *Revista do Brasil*, 1987) —, o seu trabalho com a *ambigüidade*.

Com a maturidade, porém, a capacidade de apreender os múltiplos aspectos dos fatos sociais, históricos ou literários tem tornado estranhamente cautelosa a expressão desse pensamento:

“Pode-se quase dizer que”...; “nada impede de acreditar que”...; “pode-se crer que terá sido”...; “talvez não exagerasse muito ao dizer que”...; “não seria um caso isolado”...; “não haverá absurdo em supor”...; são todas asserções atenuadas extraídas de algumas páginas apenas de seu livro *Monções*. Até Sergio

O que Flora está querendo entender por essa indeterminação que Sergio Buarque coloca na própria palavra? Ela parece entender que ele alcança grandes significados com isso; por quê? Porque ele está colocando a inexatidão das ciências humanas, está situando o lugar do conhecimento humano sobre o humano na sua prática, que não tem aquela precisão que se pretende que se tenha nas ciências exatas, e nas ciências da natureza. Essa indeterminação faz parte do próprio conhecimento humano sobre o homem e isso ele inscreve na própria linguagem para mostra, no material/meio que transmite, as condições e virtualidades desse conhecimento.

Não foi certamente fácil essa conquista de uma linguagem e uma prosa transparente, límpida, *castiça* diz Manuel Bandeira, supondo-a derivada do convívio com as “*atas da Câmara da Vila de São Paulo, das ordens régias e dos testamentos quinhentistas*”¹⁰ — e ainda deliberadamente *nuançada*. Sergio Buarque menciona a respeito, em uma observação autobiográfica, que pelejou para redigir com a clareza e a propriedade que lhe atribui esse literato.

De qualquer modo, não foi realmente a ambição de valer-me de um tipo de prosa “literária”, por julgar que assim seria mais própria de uma crítica dita literária, isto é, não foi a vontade de escrever bem, em um dos sentidos mais comuns da palavra, o que me conduziu a tais recursos

(aos recursos literários que caracterizam o “estilo de Sergio” Buarque e que foram aprendidos, ele mesmo diz, provavelmente dos velhos cronistas portugueses, por exemplo Fernão Lopes, ainda quando jovem, e considera que ali não devia estar pronunciado um futuro historiador, mas era mais a sedução de entreter-se com, diz ele: “*palavras e construções curiosas que, para o meu gosto da época, tinham o seu tanto de cômicas, e, não raro, de algumas escabrosidades*” {HOLANDA, 1979a. p. 19}, as quais ele teria se acostumado e apelava depois, insensivelmente, pela força de expressão que imprimiam),

e sim do desejo de usar de uma linguagem mais precisa e expressiva do que

chegar ao seguinte exagero de prudência: “O que não significa, é certo exclusão obrigatória de”... E, por fim, a este cúmulo de cautela na referência a um fato histórico: “Não se pode dizer que durante o século XVIII, quando foi mais intenso o comércio fluvial de Cuiabá, os serviços a bordo das canoas despertassem vocações numerosas”...

De tal prudência, entretanto, o escritor tira partido excelente, como se vê de outro trecho ainda de Monções, a propósito de uma viagem de D. Antônio Rolim de Moura pelo sertão em 1754:

“A limpeza corporal não era certamente um atributo das classes nobres por essa época, mas à gente mais humilde, habituada de longa data, senão ao banho diário, pelo menos ao tradicional lava-pés, exigência mínima de higiene em terra tropical, não passaria talvez despercebido o suntuoso desasseio do general emboada”.

A expressão de Sergio Buarque de Holanda é antiperemptória, por excelência. (negrito meu. “Singularidade e multiplicidade de Sergio”. Andrade, 1987. p. 86, col. 2).

¹⁰ Cf. “Sergio, anticafajeste”, BANDEIRA, 1987. p. 91; publicado originalmente na homenagem referida na última nota.

propriamente bonita. Ou, como se prefira, de uma linguagem onde a boniteza da forma, se ocorresse, fosse proveniente apenas da claridade maior, introduzida nela pela feliz expressão: feliz, não porque floreada ou frondosa, mas porque exata e incisiva, embora achada, talvez, ao cabo de longa e acurada busca. (HOLANDA, 1979a. p. 20).

O interesse pelos velhos cronistas, se não devia ser o prenúncio de um futuro historiador, ao menos não deixou de ser, provavelmente, uma absorção indireta de variado conhecimento histórico, mesmo que motivado mais pela sedução da curiosidade, alcançado por habituar-se com tal material.

Como dizia, não foi, e na maioria das vezes não é, fácil essa expressividade. Revelador das obscuridades que inicialmente incorria, Rodrigo Mello Franco de Andrade comentava a primeira frase de seu artigo “Perspectivas” de 1925 (na revista *Estética*). A frase é a seguinte: “*As palavras depositaram tamanha confiança no espírito crédulo dos homens, que estes acabaram por lhes voltar as costas*” (BARBOSA, 1988a. p. 65, também em PRADO, 1996a. p. 214)¹¹

Essa frase teria dado motivo a uma acirrada contestação por algumas noites a fio. Rodrigo Andrade entendeu por fim que “*Sergio aludia aos resíduos de preconceitos de toda espécie que a torrente das literaturas, desde as suas formas tabulares e lapidares, tem depositado no espírito dos homens*”. (ANDRADE, 1987. p. 86, col.2).

Explicação que considero, talvez, mais elucidativa e/ou atualizada pelo comentário que Pedro Monteiro faz após mencioná-la: “*Isto é, toda a tensão entre o mundo e a expressão do mundo, de que nasce toda a arte (e toda a ciência, por que não?), termina por ser elidida se os homens se acreditarem donos das palavras, ou donos dos sentidos das palavras*”. (MONTEIRO, 1999b. p. 150).¹²

Ainda quanto à ambiguidade deliberada da escrita, é característica a observação que Sergio Buarque faz sobre essa “técnica” nas mãos de Gilberto Freyre, e que porventura indica — não tanto por aquilo que o pernambucano faz —, o que provavelmente tende à sua própria perspectiva.

Quem empreenda tal análise [do estilo de Freyre] não deixará de notar que o uso tão assíduo de certas fórmulas ou palavras normalmente expressivas de dúvida e hesitação não corresponde aqui à necessidade de se atenuar o que possa haver de excessivamente dogmático em tal ou qual afirmação, dando-lhe assim maior probabilidade de rigor científico. É de preferência um instrumento apto a enriquecer a técnica cumulativa de novas possibilidades. (“A propósito dos Ingleses”. HOLANDA, 1979a. p. 114)¹³.

¹¹ Sobre essa frase Maria Odila fez aquele comentário do arroubo nietzscheano de Sergio Buarque.

¹² Todo esse artigo, altamente sugestivo e esclarecedor, lida com as vicissitudes e a disposição de Sergio Buarque para com as palavras e a batalha de seus sentidos; abordando, assim, e de outro modo, a questão do estilo enquanto método em Sergio Buarque.

¹³ Publicado pela primeira vez em 25/09/1949, no *Diário de Notícias*, RJ, teve continuidade em outro, no mesmo

É de se notar a própria hesitação do comentarista que aconselha a quem *for* analisar o estilo de Freyre, e que no fundo, de certo modo, ele mesmo já incorreu, mesmo que a passos largos e talvez pouco cerradamente, em tal atenção de análise (quase falsa modéstia, pois nesses ensaios faz toda uma explanação acerca da técnica dos ensaios de Gilberto Freyre, indo, ao ponto citado, no nível do estilo).

O motivo, ou quiçá justificação, de tal técnica é adiante localizada quanto ao que a incita (e que, por seu turno, acredito, pode também alicerçar a própria disposição de Sergio Buarque para com o aceno das ambiguidades, que pode expressar mais rigor científico ao matizado saber sobre o homem). Ele começa falando de Freyre, de seu método, e em seguida indica a situação:

Esses simples pormenores formais constituem um dos aspectos mais interessantes do "impressionismo" de Gilberto Freyre. A palavra [impressionismo], empregada talvez com alguma impropriedade e à falta de outra, mas com aparência de justeza, não quer negar a complexidade e o zelo do autor na elaboração dos seus livros. É certo que ela se opõe ao objetivismo, mas ao objetivismo concebido segundo o estilo das ciências naturais e das matemáticas, que durante longo tempo pretenderam impor seus costumes a todos os ramos do saber científico. Mas ninguém ignora que precisamente o esforço de muitos modernos historiadores, desde Ranke, e de numerosos sociólogos, desde Max Weber e antes, vem precisamente consistindo em tentar emancipar as ciências humanas daquela prepotência. E em tentar criar, por sua vez, novos sendeiros que sirvam a tais ciências e particularmente à compreensão histórica. (HOLANDA, 1979a. p. 115).

Está aí marcada, talvez, parte dos motivos do próprio Sergio Buarque para com o sempre nuançar, esbater e ressaltar. Que não apenas quer relativizar mas também, e talvez principalmente, fazer jus às vicissitudes e às constelações de elementos que entram em jogo em cada questão estudada. Talvez seja por isso que Flora diga: "*Há, é claro, um modo indireto de, nessa reiterada afirmação da indeterminação, se sugerirem também **sombreados** talvez irredutíveis no processo de conhecimento histórico*". (SÜSSEKIND, 1992. p. 142).

Essa percepção é particularmente interessante porque é dela que Pedro Meira Monteiro retoma e aprofunda a virtualidade, a potencialidade desse sombreado da indeterminação da prosa, para mostrar que o texto é aberto e por isso ensaístico. E que isso *joga* com o leitor e o faz participar nas frestas, nos luscos-fuscos, na penumbra, no entreaberto que o texto apresenta e lhe proporciona, com isso, *vivacidade*.

local, a 09/10/1949, como o nome de "Ainda ingleses no Brasil" (ambos em HOLANDA, 1979a. pp. 111-116 e 117-124). O primeiro mais reflexivo sobre os métodos de apreensão, e esse último mais sobre questões temáticas, de fontes e sustentação da idéia transmitida pelo livro em questão, *Ingleses no Brasil*, de G. Freyre. Esses dois, quanto às idéias elaboradas, são complementados pelo "Sociedade Patriarcal" (também em HOLANDA, 1979a. pp. 99-110; publicado primeiro no *Diário Carioca* em 04, 11 e 18/11/1951), que aborda a tese geral de Freyre acerca do patriarcalismo brasileiro e a sua perspectiva, algo confusa de uma *forma* meio lírica, afetiva, nostalgicamente poética, à qual Sergio Buarque diz: "*Ela constitui, por assim dizer, e para empregar uma das suas comparações [de Freyre], o lado patológico, inevitável talvez, em uma obra realmente criadora e que deveria abrir novos caminhos para a boa inteligência da vida brasileiro.*" (Idem. p. 110).

Somos então lançados no terreno do ensaio historiográfico. Mas se a prosa ensaística é boa, não há espaço para as afirmações categóricas, ou para o texto fechado. Essa espécie de círculo de eterno retorno que todo o texto faz, que é o caminho da própria significação — do signo a nós e de nós ao signo, das palavras ao leitor e do leitor às palavras —, tem sempre o leitor como mediação. Mais que isso, tem o leitor como motor, como aquele que movimentava o texto, dando partida à caixinha de música¹⁴.

No texto, todo o movimento dos sentidos, procurando resgatar ou dar a entender significados perdidos no tempo, subjaz na trama das palavras. Trata-se sempre, se o texto é bom, de um movimento arrebatador, que o leitor ativo não recusa, antes aceita como proposição e provocação, para só então, uma vez proposto e aceito o jogo, mergulhar na penumbra da própria significação. Mas restará sempre um claro-escuro, que pode revelar ou ocultar. Há que aceitar o jogo, de modo a recusar a ilusão do sentido único, completamente iluminador.

A comparação da linguagem do historiador com a pintura, posto que não se trate de uma linguagem necessariamente artística, será talvez proveitosa. Ernest Gombrich pergunta-se, em sua A História da Arte, sobre o movimento nas telas de Leonardo da Vinci. Por que nelas o movimento se estampa tão inequivocamente, ao contrário de tantas obras de pintores anteriores? Segundo ele, porque

“...só Leonardo encontrou a verdadeira solução para o problema¹⁵. O pintor deve deixar ao espectador algo para adivinhar. Se os contornos não são desenhados com a maior firmeza de traços, se a forma permanece um pouco indefinida, como que desaparecendo numa sombra, essa impressão de secura e rigidez será evitada. Aí está a famosa invenção de Leonardo a que os italianos chamam sfumato — um lineamento esbatido e cores adoçadas que permitem a uma forma fundir-se com outra e deixar sempre algo para alimentar a nossa imaginação”. (Gombrich 1993, p.228)

Pensando simultaneamente na pintura e na escritura, os espaços apenas parcialmente definidos, por conta do sfumato, abrigam o olhar imaginativo do espectador. Daí, decerto, nasce o movimento. Daí a figura desperta de seu sono de Bela Adormecida e respira.

A imagem da respiração sugere um texto vivo, capaz de movimentos e metamorfoses. Bem assim, como se sabe, pretende-se o texto ensaístico, que recusa qualquer rigidez escolástica para abandonar-se ao livre movimento do corpo ou das coisas de que se quer tratar. Se há algo lúdico aqui, não haverá contudo traço algum de irresponsabilidade. Pelo contrário, uma vez deixado o porto seguro da univocidade, lançamo-nos obrigatoriamente na aventura da linguagem múltívoca, o que nos torna tanto mais responsáveis pelo movimento que o texto propõe e provoca. (MONTEIRO, 1999b, p. 156-157).

...

Então, retomando o que Flora Süssekind percebe é que — em meio à trajetória, e como significativo dessa conquista do crítico, do crítico literário¹⁶ e historiador — precisam ser notadas e apreendidas suas experiências de *escritor*, estritamente pensando, bissexto, porque ajudam a elucidar sua escritura. Ela mobiliza, para isso, uma reflexão sobre *Antinous*¹⁷, sobre *Viagem a Nápoles*¹⁸ e *Novas Cartas Chilenas*¹⁹, a qual

¹⁴ Um outro modo de ver algo parecido é o texto “Imagem, Discurso”, de Bosi, 1974. Sua abordagem explícita como a escrita ou as letras proporcionam *movimento* à imagem, que, para ele, por si só é estática. O texto abre com uma epígrafe sugestiva de Goethe: “A idéia, na imagem, permanece infinitamente ativa e inexaurível” (p. 65).

¹⁵ Daqueles pintores que aplicavam uma atenção e uma reprodução meticulosa dos detalhes objetivando retratar o mais mimeticamente possível sua natureza. Suas pinturas eram impecavelmente rigorosas, talvez tão perfeitas que perigavam solidificarem, e era o que ocorria. As imagens pareciam de madeira, duras como estátuas, sem movimento, sem respiração, sem expressão, sem vida, como mortas.

¹⁶ Sergio Buarque exerceu intensa atividade de crítica, predominantemente literária, por 30 anos, entre 1919, quando tinha 17 anos, e 1959, quando se volta completamente para o ofício de historiador, no momento em que assume a cátedra de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo.

¹⁷ Publicada originalmente em meados dos anos de 1920 na revista modernista *Klaxon*, da qual Sergio Buarque era o representante no Rio de Janeiro.

não vou me ater aqui. Através disso, em parte baseado no texto indicado de Alexandre Eulálio e também em Maria Odila, ela demonstra como é importante a elaboração literária para Sergio Buarque. Pondera então o seguinte:

*E quanto ao seu estilo de escrita na crítica e na historiografia, permanece curiosa divisão entre o jeito seco, linear, sem grandes deslocamentos, com que fala de literatura de ficção ou de poesia e a narrativa em ritmos e timbres diversos com que escreve a história da civilização brasileira. Troca de registro — explicitamente “literário” quando o objeto é a história social; estudadamente “objetivo” quando o assunto é literatura — por si só capaz de garantir “indeterminações”, “zonas fronteiriças”, como as que tanto cultiva o escritor. Forma indireta de figurar sua “consciência da não identidade” [entre conceito e coisa, cf. a idéia de Adorno] irreduzível entre o seu objeto e seu modo de expô-lo — “Quem é o outro que anda sempre a seu lado?” **Forma — adequadamente movediça — de figurar o olhar de ensaísta com que Sergio Buarque constrói a sua obra**” (negrito meu. SÜSSEKIND, 1992. p. 145).*

É bastante importante perceber, assim, como tem importância fundamental em Sergio Buarque a característica literária (e do trabalho no literário que produz) em suas obras e por seu turno tem a ver também com o ensaio. Essa característica literária parece ser a própria instância de seu trabalho onde está inserida a significação Maria Odila: “A elaboração do poder cognitivo das palavras foi sua contribuição mais inovadora para a interpretação do passado”. (DIAS, 1988. p. 78, col.2). E isso não é simplesmente no sentido de expressão acertada, da boa colocação, da boa expressão, da comunicabilidade do que ele está querendo transmitir; é mais, ou seja, faz, também, uma problematização significativa da linguagem literária, potencializa sua produção de significados.

Por outro lado, apesar da linguagem escrita ser instrumento de expressão da história como da literatura, também há tênues diferenças, importantes a serem observadas.

A partir do momento em que se tomou consciência de que o passado não existe em si ou por si, a não ser como emaranhado sem forma, a espera de uma interpretação parcial, os

¹⁸ Texto publicado em 1932, trazendo à tona no Brasil, de modo inovador, experiências fantásticas surrealista, com caráter autobiográfico do período da infância.

¹⁹ Diante das querelas para resolver a autenticidade das *Cartas Chilenas* — tendo também se manifestado, pelo nome de Tomás Antônio Gonzaga (ver “As Cartas Chilenas” *Diário de Notícias*, RJ, 26/01/1941 e “Ainda as ‘Cartas Chilenas’”, idem, 02/02/1941, reproduzidas em HOLANDA, 1979a. pp. 221-230) — aparece anonimamente para Manuel Bandeira, um dos participantes da questão, uma obra em versos chamada *Novas Cartas Chilenas* (HOLANDA, 1987c. pp. 100-101 e também na *Antologia de poetas brasileiros bissexto contemporâneos*. 2^a ed. rev. e aumentada. Ver: BANDEIRA, 1964). Este diz:

Em 1963 recebi do Chile uma carta volumosa. Abro o envelope, era nada menos que uma obra em versos intitulada Novas Cartas Chilenas. Não trazia nome do autor. Quem seria? Eu sabia que o poeta Thiago de Melo era nosso adido cultural no Chile. Mas Thiago não sabe alemão, e os versos abriam com epígrafe em alemão. Sergio Buarque de Holanda andava então pelo Chile, sabe alemão, fez versos na primeira mocidade (uma vez me recitou um soneto seu, mas não quis me dar cópia para eu o incluir na primeira edição desta antologia...) Seria Sergio o novo Critilo? Mas quando lhe perguntei se as Novas Cartas Chilenas eram dele, não me respondeu sim nem não. Pareceu-me que ele gostaria de criar um segundo caso de autoria controvertida nos anais da literatura brasileira. Como quer que seja, para mim o novo Critilo é ele. (HOLANDA, 1987c. pp. 100).

Parece que na lúdica “perícia cômico-poética”, Sergio Buarque imita os trejeitos do autor mais indicado, como que querendo reafirmá-lo e também realçar a exagerada importância, ‘em desproporção com os méritos literários do poema’ (HOLANDA apud SÜSSEKIND, 1992. p. 140), que foi dada a respeito. “Ao pastichar o estilo das cartas de Gonzaga e sequer avisar a autoria parece implicar de repente com o desejo de atribuir-lhes um proprietário que animou durante tanto tempo os meios letrados brasileiros. (SÜSSEKIND, 1992. p. 140).

conceitos de res factae e res fictae [direito/domínio dos fatos e direito/domínio da ficção] chegaram a confundir-se, de modo que a imaginação interpretativa do historiador e a imaginação criadora do escritor de ficção pareciam confluir uma para a outra, distinguindo-as apenas, porém decisivamente, o convívio crítico necessário do historiador com suas fontes e seus testemunhos de época. (DIAS, 1988. p. 74).

Numa reflexão sobre os domínios literários e históricos, em texto intitulado *Para uma nova história*, publicado no jornal *Folha da Manhã*, em 26/07/1950, Sergio Buarque aponta uma tendência comum, talvez única semelhança.... A de que se passava um processo de “purificação”, de definição de conteúdo próprio, quando a literatura se desvencilha de outras áreas do conhecimento para se ater às belas letras, e a história deixa de ser simples interpretação, trabalhando mais a “*exposição objetiva e amplamente documentada*” (HOLANDA, 2004. p. 129). Parece que tinha em mente o deleite, a fruição, as emoções, suscitadas pela literatura em oposição a busca de um conhecimento histórico alicerçado, rigoroso, por isso distanciava os dois domínios²⁰.

Bem característica, entretanto, é a avaliação que faz dos desafios da historiografia naquela época. Ao comentar que o historiador completo deveria dispor de habilidade imaginativa mas também imprescindível fundamentação em documentação, considera:

Apenas entendo que, dispondo como dispomos de material documentário ainda pobre ou pouco acessível e de uma imaginação ainda mal-educada, esse historiador ideal, erudito e ao mesmo tempo compreensivo, investigador e também pensador, cheio de humildade e cheio de lúcido discernimento, não poderíamos improvisá-lo de súbito. É necessário, por isso, que apesar das divergências de método, de esforço, de geração, saibam considerar-se uns aos outros com rigor crítico, sim, mas sem rancor dogmático. (HOLANDA, 2004. p. 132)

Bibliografia

- ADORNO, Theodor Wiesengrund. “O Ensaio como Forma”. In *Adorno. Sociologia*. Org. Gabriel Cohn. Trad. Flávio R. Kothe. Col. Grandes Cientistas Sociais, vol.54. São Paulo: Ática, **1986**, pp.167-87.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. “*Singularidade e multiplicidade de Sérgio*”. Em: *REVISTA DO BRASIL*. Número org. Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro, julho/**1987**, ano3, nº 6. pp. 86-87.
- BANDEIRA, Manuel. *Antologia de poetas brasileiros bissextos contemporâneos*. 2^a ed. rev. e aumentada. RJ: Organização Simões, **1964**. pp. 169-171.
- _____. “*Sérgio anti-cafajeste*”. Em: *REVISTA DO BRASIL*. Número org. Francisco de Assis

²⁰ Sua dupla atividade, de crítico e historiador, certamente também contribuiu para manter relativa distancia, *invertida*, no seu modo de exposição de ambos domínios, conforme a interessante consideração de Flora Süssekind, já mencionada.

- Barbosa. Rio de Janeiro, julho/1987, ano3, nº 6. pp. 90-91.
- BARBOSA, Francisco de Assis. “Introdução”. Em: Idem Org. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, **1988a**.
- _____. “Verdes Anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil”. In: *Sérgio Buarque de Holanda. Vida e Obra*. SP: Secr. De Estado da Cultura, Arquivo do Estado, USP, Instituto de Estudos Brasileiros, **1988b**
- BOSI, Alfredo. “Imagem, Discurso”. Em: *Discurso*. Revista do Dept. de Filosofia da FFLCH da USP. São Paulo. Ano V, nº 5. pp. 65-85. **1974**.
- COLLINGWOOD, R. G. “III parte — O Limiar da História Científica: 1. O Romantismo.(pp. 117-120); 2. Herder (pp. 121-125); e 8. Hegel e Marx.(pp.160-164).” e “V parte — Epilegômenos: 2. A Imaginação histórica. (pp. 287-306).” In: idem. *A Idéia de História*. Trad. Albert Freire. Portugal, Brasil: Presença, Martins Fontes, **1972**.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *Max Weber e a História*. Trad. Eduardo Biavati Pereira. São Paulo: Brasiliense, **1995**.
- CORETH, Emerich. “Essência e Estrutura da Compreensão” (cap. II). Em: idem. *Questões Fundamentais de Hermenêutica*. Trad. Carlos Lopes de Matos. São Paulo: EPU, Edusp, **1973**. pp. 45-104
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Sérgio Buarque de Holanda, Historiador” In: *Sérgio Buarque de Holanda: História*. Col. Grandes Cientistas Sociais. Vol. 51. SP: Ática, **1985**. pp. 7-64.
- _____. “Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. SP: Secretaria de Estado da Cultura, Arquivo do Estado, USP, IEB, **1988**. pp. 73-79.
- _____. “Texto Introdutório a *Raízes do Brasil*”²¹. Em: *Interpretes do Brasil*. vol. 3º, Col. Biblioteca Luso-brasileira; série brasileira. Org. Silviano Santiago. [Rio de Janeiro?]: Nova Aguilar, **2000**. pp. 900-928.
- EULÁLIO, Alexandre. “O Ensaio Literário no Brasil.” In: idem. *Escritos*. Org. Bento Waldman, Luiz Dantas. Campinas, São Paulo: UNICAMP, UNESP, **1992**.
- _____. “Antes de tudo um escritor”. Em: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, julho, ano3, nº 6/1987. Discurso inaugural da Biblioteca Sergio Buarque de Holanda na UNICAMP, em 12/08/1986. pp. 134-141.
- GOMBRICH, E. H. *A História da Arte*. 4ª ed. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara, **1988**. p. 226-228 (particularmente sobre o *sfumato* como técnica de pintura de Leonardo da Vinci).

²¹ Na verdade não há título atribuído, só menção de que é uma introdução. Porém há uma indicação (p. 900) de que recebeu originalmente o título: “Negação das negações”, sem porém dizer se foi publicado, e onde.

- HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. Col. Documentos Brasileiros, nº 1. Coordenador: Gilberto Freyre. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio. **1936**.
- _____. “Discurso do Sr. Sérgio Buarque de Holanda”. Em: *Revista da Academia Paulista de Letras*. SP Ano XXII, julho **1962**. n. 67.
- _____. “Antinous. (fragmento)” Em: *Klaxon. Mensário de Arte Moderna*. Reprodução facsimile do original. São Paulo: Martins e Gov. do Estado de SP, Secret. de Est. de Cultura, Esporte e Turismo, Conselho est. de Cultura. Cinquentenário da Semana de Arte Moderna. 9 (7) nº 4 pp. 1-2, **1972**.
- _____. *Tentativas de Mitologias*. SP: Perspectiva, **1979**.
- _____. “O atual e o inatual em Leopold von Ranke”. Em: Idem (org.). *Leopold von Ranke. História*. Col. Cientistas Sociais. Vol. 8. SP: Ática, **1979b**.
- _____. “A viagem a Nápoles”. Em: *REVISTA DO BRASIL*. Número org. Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro, julho/**1987a**, ano3, nº 6. pp. 18-26.
- _____. “O senso do passado”. Em: *REVISTA DO BRASIL*. Idem... **1987b**. pp. 82-85.
- _____. “Novas Cartas Chilenas”. Em: *REVISTA DO BRASIL*. Idem.... **1987c** pp. 100-101.
- _____. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Org.: Francisco de Assis Barbosa 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, **1988**.
- _____. *O Espírito e a Letra. Estudos de Crítica Literária*. (vol.) I. 1920-1947. Org., intr. e notas Antonio Arnoni Prado. SP: Cia das Letras, **1996a**.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *O Espírito e a Letra. Estudos de Crítica Literária*.(vol.) II. 1948-1959. (idem), **1996b**.
- _____. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, **1997**.
- _____. *Para uma nova história*. Org. Marcos Costa. SP: Fundação Perseu Abramo, **2004**.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Pós-fácio “‘*Raízes do Brasil*’ e depois”. Em: HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. Segue o livro desde 1995. 26ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras. **1997**. pp. 189-193.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do Aventureiro. Aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, São Paulo: Unicamp, **1999a**
- _____. “Sergio Buarque de Holanda e as Palavras: uma polêmica”. Em: *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política; do CEDEC, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. São Paulo. Nº 48. pp. 145-159. **1999b**
- PINTO, Manuel da Costa. “A prosa experimental do ensaio”. *Folha de São Paulo*. SP, 22/03/**2003**. Caderno “Ilustrada”, p. E2.
- PRADO, Antonio Arnoni. Org., intr. e notas. *O Espírito e a Letra. Estudos de Crítica Literária*.(vol.) I. 1920-1947. SP: Cia das Letras, **1996a**.
- _____. Idem. (vol.) II. 1948-59. (idem), **1996b**.

- REVISTA DO BRASIL*. (Número org. Francisco de Assis Barbosa). Rio de Janeiro, julho/1987, ano3, nº 6. **Vários textos, incluindo alguns raros e importantes de Sergio Buarque.**
- SÉRGIO Buarque de Holanda e o Brasil*. Coord. Antonio Candido SP: Fundação Perseu Abramo, **1998. Vários textos.**
- SÉRGIO BUARQUE de Holanda: vida e obra*. Org. Arlinda Rocha Nogueira, Floripes de Moura Pacheco, Marcia Pilnil e Resemarie Erka Horch. SP: Secr. Est. da cultura, arq. Do Estado, USP, IEB, **1988. Vários textos.**
- SOUZA, Antonio Candido de Melo e. “Prefácio” e “Introdução”. Em: idem. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, **1959**. pp. 7-12 e 15-31.
- _____. *Literatura e Sociedade*. Estudos de teoria e história literária. 4ªed. A 1ª é de 1965. São Paulo: Companhia Editora Nacional, **1975**.
- _____. “Sérgio em Berlim e depois”. Em: *Novos Estudos (Cebrap)*. V. 1, nº 3, São Paulo, julho de **1982**. pp. 4-9
- _____. “Sérgio em Berlim e depois”. Em: BARBOSA, Francisco... *Raízes de Sérgio...* op cit, [Neste há uma frase a mais, ao menos, a última]. **1988**
- _____. “O Significado de Raízes do Brasil”. In: Holanda, S... *Raízes...* 26 ed. Op cit, **1997a**. pp. 9-21.
- _____. “Post-Scriptum”. Em: HOLANDA, S... *Raízes...* 26ª ed. Op cit, **1997b**.
- SÜSSEKIND, Flora. “Outra nota — comentário ao texto ‘nota breve sobre Sérgio crítico’ de Antonio Arnoni.” Em: 3º *Colóquio UERJ. Sérgio Buarque de Holanda*. (série diversos) Rio de Janeiro: Imago, **1992**.
- 3º *Colóquio UERJ: Sérgio Buarque de Holanda*. (série diversos) Rio de Janeiro: Imago. **1992**. **Vários textos.**
- WEGNER, Robert. *A Conquista do oeste. A fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda*. BH: EdUFMG, **2000**.

Câmaras municipais setecentistas: um debate em ascendência

Fernanda Fioravante¹

Caio Prado Júnior, buscando melhor perceber a relevância e o funcionamento das várias instituições presentes na colônia, assinalou a importância da câmara enquanto principal órgão responsável pela administração local. Sua análise revela a câmara inserida em um quadro mais amplo no qual a gerência colonial se caracterizava pela pouca originalidade em relação ao aparelho administrativo metropolitano, bem como pela falta de uniformidade e delimitação clara de atribuições. Desse modo, as funções da câmara nem sempre estavam circunscritas em âmbito local, podendo admitir medidas de caráter mais geral. A questão jurisdicional, no entanto, ganha maior peso quando o autor trata da atuação de outras autoridades sobre o conselho municipal.

De acordo com o autor, o ouvidor da comarca podia intervir amplamente em assuntos municipais, podendo interferir desde a nomeação de oficiais camarários até a aferição das contas e a autorização das despesas feitas pelo conselho. Com uma influência ainda maior, o governador não apenas intervinha nas resoluções municipais, como implementava resoluções gerais de seu governo por meio da câmara. Assim, o governador se valia da proximidade da câmara junto à população para executar suas decisões, sendo o órgão, na visão de Prado Junior, um “mero departamento administrativo, subordinado ao governo geral e nele entrosado intimamente”. Ademais, a tentativa de centralizar o Estado levava a coroa à instituição de uma máquina burocrática ineficiente, o que acabava por originar um sistema administrativo marcado pela desordem e irracionalidade.²

Alguns anos mais tarde, Raymundo Faoro assinalou que a expansão ultramarina foi seguida de uma propagação de órgãos administrativos apinhados “de funcionários e delegados do rei” e de uma organização política patrimonialista, marcadamente estamental e burocrática. Diante de tal quadro, a “administração pública colonial” podia ser traçada em um esquema vertical decrescente, o qual tinha início na figura do rei,

¹ Doutoranda em História pela UFRJ/Bolsista CAPES.

² PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000, passim.

passando, em seguida, pelo governador-geral (vice-rei), governadores de capitâneas, chegando, por fim, nas autoridades municipais.

De acordo com o autor, o rei tinha sua autoridade dilacerada em decorrência do “esfriamento do tempo de ação”, levando a que as medidas urgentes recaíssem a cargo de “funcionários e agentes”. Assim sendo, abria-se “uma faixa de governo” aos oficiais régios no distante ultramar e aos integrantes do setor particular. Contudo, o poder nas mãos de tais “funcionários e agentes” não configurou um “*self government* local” ou um “exercício de liberdades municipais”. Para Faoro – e neste ponto sua visão aproxima-se à de Caio Prado Junior –, as câmaras constituíam-se “em simples executoras das ordens superiores”, uma vez que “de ‘cabeças do povo’ descem, passo a passo, a passivo instrumento dos todo-poderosos vice-reis, capitães-generais e capitães-mores.”³

Tais abordagens, a despeito da importante contribuição acerca da gerência colonial, ao limitarem as análises acerca da câmara ao âmbito de suas funções administrativas previstas por lei, acabaram por desconsiderar os indivíduos que a compunham e por situar este órgão em um campo limitado de atuação, através do qual somente eram percebidas as ações de oficiais superiores e externos a ela.

Buscando reunir as abordagens de Caio Prado Junior e Raymundo Faoro, e preocupada com a administração das Minas como um todo, Laura de Mello e Sousa empreendeu uma análise na qual vigorava “um movimento pendular entre a sujeição extrema ao Estado e a autonomia (...), exigindo uma mistura do agro com o doce e a adoção do bater-e-soprar”.⁴ Anos mais tarde, retornando à discussão acerca do tema, a autora reiterou a política do “agro e doce”, defendendo que as diversas regiões da América lusa estavam isoladas entre si e sem a presença de qualquer instituição que abarcasse a colônia como um todo, característica formadora de uma “dependência direta” de cada capitania em relação a Lisboa. Nesse sentido, o incentivo da coroa para que os indivíduos comunicassem-se diretamente com o poder central e com o conselho real, aliado à proibição do desenvolvimento no Brasil de “instituições representativas além das câmaras”, levava ao acirramento do “localismo”, tornando difusos sentimentos

³ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, passim.

⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, pp. 97-99.

os quais podiam ser expressos como uma “oposição colonial ou brasileira à metrópole”.⁵

Ao assinalar a existência de um movimento pendular – marcado por ações repressoras e contemporizadoras por parte do Estado em relação às Minas –, o fez não com base em um processo de negociação entre poder local e central, mas sim tendo em mente os avanços e recuos do poder régio conforme o comportamento subversivo da população mineira. No concernente à câmara, depreende-se da autora que tal órgão estava a serviço da instituição do poder régio, limitando-se, quando muito, a funcionar como um canal de comunicação entre os vassallos e o poder central.

Conferindo um sentido mais amplo ao papel desempenhado pelas câmaras municipais, Charles Boxer as define, juntamente com as confrarias laicas, como “pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa do Maranhão até Macau”. Segundo o autor, em decorrência da composição social dessas instituições, ou seja, por seus oficiais serem provenientes de um estrato semelhante – integrantes da elite local –, as mesmas detinham a capacidade de garantir não apenas a adaptação dos modos metropolitanos e a gerência dos interesses régios, mas também de possibilitar a continuidade administrativa, dificilmente alcançada por meio dos funcionários em função da alta rotatividade dos mesmos nos cargos. Diferentemente de Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro, Charles Boxer não percebe a câmara tão somente como um espaço de atuação de outras autoridades, e sim como local de satisfação de interesses locais.⁶

Pretendendo discutir o tema da centralização monárquica no reino português, António Manoel Hespanha, a partir da análise das “instituições e práticas administrativas”, demonstra – “no plano do direito estabelecido e praticado” – de que maneira as instituições locais conseguiram manter certo grau de autonomia em relação ao poder central. Na base do argumento encontram-se dois paradigmas: o jurisdicionalista e o corporativista. Para além disso, o autor sublinha outros fatores ligados à prática administrativa, os quais se constituíam em empecilhos à centralização do poder. Dentre esses fatores, a escassez de meios financeiros e humanos. No que concerne à rede de funcionários régios, Hespanha assinala que não raro tais funcionários se viam envolvidos em redes de relações locais. De mais a mais, o autor atenta para a

⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 98-99.

⁶ BOXER, Charles R. *O império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo; Companhia das Letras, 2002, pp. 289 e 298.

autonomia dos conselhos locais na escolha de seus integrantes e para a faculdade desses órgãos de levarem a cabo suas despesas às custas das próprias receitas.⁷

As análises empreendidas por C. Boxer e A. Hespanha se revelaram bastante profícuas na medida em que destacam a importância da câmara a partir da atuação de seus membros e dos elementos institucionais que limitavam o poder régio, respectivamente. Todavia, e no que respeita a Charles Boxer, ao ressaltar que o desempenho desses homens se dava em função da posição social dos oficiais camarários em toda a extensão imperial, o autor acaba por desconsiderar as particularidades inerentes a cada região e aos próprios oficiais, uma vez que tais peculiaridades demandavam interesses diversos e formas diferenciadas de atuação. Por seu turno, António Hespanha restringiu sua análise ao contexto português, igualmente desconsiderando as especificidades das regiões ultramarinas lusas.

Maria Fernanda Bicalho assinalou – não obstante o processo de perda de poder na gerência da sociedade pela qual passou a câmara do Rio de Janeiro no século XVIII –, a importância do conselho municipal ao destacar que este órgão constituía-se em uma peça fundamental “na estruturação e manutenção do império”. Na base de tal assertiva, a autora assinala o papel desempenhado pelo conselho municipal frente aos três elementos apontados como sendo essenciais no processo de centralização do Estado: o comércio, o fisco e a guerra – uma vez que as câmaras atuavam “no gerenciamento de boa parcela, se não do comércio ao menos da defesa e das rendas”. Destacando o quanto “as câmaras coloniais foram pródigas em utilizar canais de comunicação direta com o monarca”, a autora assinalou o valor assumido pelas petições feitas pelos oficiais no sentido de tornarem acessíveis ao monarca o conhecimento de conflitos ocorridos na colônia, possibilitando melhores meios de administrá-los.⁸

A análise de Maria Fernanda Bicalho mostra-se bastante profícuo ao destacar o desempenho da câmara colonial diante do processo de centralização do Estado português por meio de sua atuação para com o comércio, a tributação e a ação militar. Todavia, ao privilegiar em sua análise a câmara como instituição, deixando de considerar o papel desempenhado pelos oficiais camarários ante a sociedade, a autora

⁷ HESPANHA, Antonio Manoel. *As vésperas do Leviathan...* op. cit., passim. HESPANHA, Antonio Manoel & XAVIER, Ângela Barreto. “A representação da sociedade e do poder”. In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 114-115.

⁸ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, passim.

acabou por restringir sua análise no papel administrativo exercido pela câmara frente à gerência local e à coroa.

Mais recentemente, Adriano Comissoli levou a cabo uma pesquisa acerca não apenas da relação estabelecida entre o poder central e a câmara de Porto Alegre em fins do século XVIII, como também da composição social e da atuação dos oficiais à frente da instituição. Assim, visando melhor compreender o papel da câmara no jogo político entre os poderes central e local, o autor procurou desvendar a composição social e a atuação dos oficiais camarários por intermédio da noção de “bando”. De acordo com tal noção, membros de uma mesma sociedade poderiam se reunir em grupos os quais se formavam não apenas por laços de consangüinidade, mas também por compartilharem os mesmos interesses políticos e econômicos.⁹ Dessa forma, detectando a presença desses bandos na câmara de Porto Alegre, o autor constatou a existência de redes de poder, as quais estabeleciam estratégias em benefício próprio.¹⁰

Recém-defendida na Espanha, a tese de George Félix Cabral de Sousa versa sobre a câmara de Recife ao longo de todo o século XVIII. Apontando para a associação dos membros da câmara a redes “de parentesco e clientela”, o autor defende que as câmaras atuaram como “tribuna para as elites locais” na busca da defesa de seus interesses. Ademais, assinala que, por um lado, a câmara se revelou um espaço de conflito – fosse de facções locais pela disputa do poder político, fosse contra o poder central em decorrência de medidas régias que prejudicassem seus interesses. Por outro, e ressaltando a relação estabelecida entre o município e o poder central, a câmara funcionava como espaço de comunicação e de negociação com a coroa, o que “garantia a vitalidade das câmaras como pólos de poder”.¹¹

As considerações de Adriano Comissoli e de George Félix acerca da câmara de Porto Alegre e de Recife, respectivamente, contribuem imensamente para a presente pesquisa em decorrência de suas preocupações em demonstrar o perfil social dos oficiais camarário, possibilitando uma análise comparativa em relação aos órgãos municipais mineiros. Ademais, a apresentação de uma câmara dominada por redes indica um profícuo caminho no sentido de percebê-la não como um simples espaço de execução de ações administrativas, mas como lugar de disputas e efetivação de

⁹ FRAGOSO, João. “A nobreza vive em bandos: a economia das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 15, 2003, pp. 11-35.

¹⁰ COMISSOLI, Adriano. *Os “homens-bons” e a câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Niterói: UFF, 2006.

¹¹ SOUSA, George Félix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la câmara municipal de Recife (1710 – 1822)*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2007. (Tese de Doutorado), passim.

interesses particulares. Todavia, ao ocuparem-se fundamentalmente com a esfera local, ou seja, de que maneira os indivíduos se valiam de seus ofícios camarários pela disputa de poder nas capitâneas, os autores não atentaram para as formas pelas quais esses indivíduos poderiam estar atuando frente aos interesses metropolitanos.

Tratando do caso de Minas Gerais, Maria Verônica Campos analisou o processo de implantação do poder central em Vila Rica se valendo, para tanto, da ação dos governadores em relação aos membros da elite local e da forma pela qual se deu o cerceamento da autonomia da câmara. No que respeita ao conselho municipal vilarriquense, o órgão detinha relativa autonomia em decorrência de duas atribuições: prerrogativa de conceder mercês e, principalmente, arrecadação de tributos – dentre os quais os reais quintos. Todavia, de acordo com a autora, a partir da ação dos primeiros governadores a câmara passou a ter, paulatinamente, seus poderes cerceados, ficando impedida, por fim, não apenas de manter uma “rede de troca de favores” e de obter lucros através do provimento de cargos, como perdeu a jurisdição sobre uma de suas mais importantes atribuições, a arrecadação dos quintos.¹²

O trabalho de Maria Verônica Campos se mostra bastante pródigo ao destacar a presença de uma forte elite local atuante na câmara vilarriquense com a qual a coroa, por meio de seus oficiais, precisava lidar. Contudo, apesar de ressaltar por vários momentos a importância de tal elite, a autora atrelou o poder da câmara às suas atribuições institucionais, e não aos ofícios os quais nela serviam e com os quais os governadores necessitavam negociar.

Campo teórico

Alguns conceitos podem ser bastante proveitosos para adiscussão acerca da administração lusa em seus domínios. Em termos administrativos, as tentativas de explicar as interações entre o poder local e o central podem encontrar uma resposta satisfatória por meio da aplicação da noção de “autoridades negociadas”, de Jack P. Greene. Conforme tal noção, diante da falta de recursos financeiros, administrativos e militares dos Estados Modernos para implantarem amplamente meios coercitivos de domínio sobre suas colônias, o ônus financeiro de ocupação e defesa das terras coloniais

¹² CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: “de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693 a 1737*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. (Tese de doutorado), passim.

restava a cargo da elite local. Em troca, esses indivíduos recebiam amplas vantagens econômicas e benefícios, estando, então, em condições tanto de se opor, como de explorar o Estado visando seus próprios fins. Assim, a autoridade não adivinha “do centro para a periferia, mas era construída no curso de uma série de negociações e de barganhas recíprocas”. Sendo tal processo capaz de concentrar poder em instituições do Estado, conferiu, da mesma forma, certo grau de poder nas mãos da elite local.¹³

A conduta dos oficiais camarários na administração municipal no que respeitava a ocupação de seus postos e mesmo a satisfação de seus interesses particulares, pode ser observada mediante o uso da noção de “economia do bem comum”, concebida por João Fragoso. Integrando uma antiga prática no reino português, o sistema de concessão de mercês referia-se à compensação dos súditos pelos bons serviços prestados à Coroa. Ao provê-los com o benefício de ocupar, por exemplo, cargos na governança e postos militares, o Rei buscava não apenas recompensá-los por seus serviços prestados, mas também assegurar a venturança da comunidade, ou seja, o bem comum dos povos, garantindo que bens e serviços indispensáveis fossem executados em prol da República.¹⁴

O acesso a determinados cargos camarários e mercês, concedidas sob forma de “monopólio ou semi-monopólio”, garantia a estes indivíduos vantagens sobre os demais. Além disso, soma-se a essas vantagens a possibilidade de aventar emolumentos e pagamentos de propinas, fazendo desses cargos e dessas mercês objeto de grande disputa política. Contudo, se, por um lado, ao serem providos com benesses estes mais destacados vassallos prestavam serviços ao Rei, por outro, garantia aos indivíduos, por vezes, a satisfação de seus próprios interesses, uma vez que eles se valiam de seus cargos para obterem vantagens e privilégios.¹⁵

Ainda no campo dos interesses particulares do poder local, outra formulação cara ao estudo da câmara e de seus oficiais é a noção de “estratégia”, tal como concebida por Fredrik Barth.¹⁶ A noção de “estratégia” invoca uma sociedade na qual o sistema de

¹³ GREENE, Jack P. *Negotiated authorities. Essays in colonial political and constitutional history*. The University Press of Virginia, 1994. (Charlottesville and London), passim.

¹⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 op. cit. p. 43 e FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “A nobreza da República...”, op. cit., p. 94.

¹⁵ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “A formação da economia colonial...”, op. cit., pp. 45 e 50.

¹⁶ Acerca da noção de estratégia conferir, BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000 e BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

normas se encontra fraturado por uma série de incoerências internas. Logo, o comportamento deixa de ser visto como uma “conseqüência mecânica”, passando a fazer parte de um processo dinâmico das transformações sociais.¹⁷ Nesse sentido, “estratégia” torna-se um termo chave ao se levar em conta as interações entre os indivíduos, uma vez que por elas perpassam os seguintes aspectos: 1) a ação de cada indivíduo está sujeita à situação que se lhe apresenta, assim como aos recursos materiais que detém; 2) cada transação traz consigo uma incerteza, uma vez que o resultado da ação depende da reação do outro indivíduo.

Do acima exposto, depreende-se que a noção de “estratégia” está, por conseguinte, profundamente relacionada à idéia de racionalidade. Desse modo, Fredrik Barth “faz do indivíduo um ator”, capaz de realizar escolhas e de tomar decisões segundo seus recursos. Essas escolhas dependem, dentre outras coisas, das previsões das ações e reações de outros atores sociais dentro de uma “margem de manobra” que delimita um “universo de possíveis”. Assim, e procurando fugir de uma análise determinista, a noção de estratégia traz consigo um campo de atuação limitado e nem sempre eficaz para o indivíduo, uma vez que este pode “percebê-lo e avaliá-lo incorretamente ou, simplesmente, não utilizá-lo”.¹⁸ As várias estratégias são, então, traçadas ou abandonadas por parecerem ao sujeito satisfatórias ou insatisfatórias, isto é, o indivíduo espera que o valor a ser ganho seja superior ao valor a ser perdido.¹⁹

A fim de melhor apreender as trajetórias de vida, a formação de redes sociais e estratégias de ação empreendidas pelos oficiais camarários da comarca de Vila Rica, outra noção cara a este tipo de estudo é a de “economia moral do dom”. De acordo com Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, em uma sociedade de Antigo Regime, o dom²⁰ integrava um universo normativo que lhe retirava toda a espontaneidade, dando origem a uma infinita cadeia de atos beneficenciais. Desse modo, o ato de “dar” incorporava “uma tríade de obrigações”, qual seja: “dar”, “receber” e

¹⁷ ROSENAL, Paul André. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’.” In: REVEL, Jaques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, passim; e LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. São Paulo: USP, s/d (Tese de Doutorado), p. 163.

¹⁸ ROSENAL, Paul André. Idem, passim.

¹⁹ BARTH, Fredrik. *Process and form in social life...*, op. cit. Por valor entende-se “um padrão detido pelos atores que afeta seus comportamentos por orientar suas escolhas (...) refere-se a um padrão de avaliação para o que as pessoas querem ter e ser” (grifos do autor), pp. 91-92.

²⁰ Acerca da noção de dom, conferir MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974 e GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

“restituir”. Tal tríade não apenas era a principal responsável por cimentar as relações políticas, mas também se tornava o princípio mesmo de manifestação de poder.²¹

A “economia moral do dom” evidenciava uma situação na qual quem recebia uma dada mercê ficava, então, em dívida com quem a proveu. Conforme os autores, “o acto de dar podia corresponder a um importante investimento de poder, de consolidação de certas posições sociais, ou a uma estratégia de diferenciação social”. E ainda, “o modelo de troca é o mesmo – prestações materiais em troca de submissão política, *effectus* em troca de *affectus*. Sistema que funciona particularmente bem como processo de conversão de riqueza em poder de auto-reprodução deste poder”.²²

²¹ XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *História de Portugal...*, op. cit., p. 340.

²² Idem, pp. 343-344.

História dos intelectuais: um balanço historiográfico

Fernando Perlatto*

Os intelectuais desempenharam papéis de suma importância no processo da modernização brasileira. Seja atuando em Academias e Institutos, seja na universidade, em partidos ou inseridos no aparelho de Estado, a inteligência brasileira buscou se inscrever na esfera pública, formulando e disputando projetos sobre o futuro da nação. Sintoma desta importância pode ser verificado na centralidade que a temática dos intelectuais vem ganhando no campo das ciências sociais brasileira nos últimos anos, com estudos privilegiando ora questões relativas à morfologia e à composição interna do campo intelectual, ora pesquisas que preferem esmiuçar as modalidades da contribuição deste campo para o trabalho cultural e político. No presente artigo, buscaremos discutir alguns aspectos referentes à constituição do campo da *história dos intelectuais*, destacando determinados debates que perpassam as obras historiográficas e/ou sociológicas voltadas para a análise dos intelectuais. Além disso, apontaremos para algumas obras exemplares, tanto no plano internacional, quanto no Brasil.

História dos intelectuais: um campo em construção

A história dos intelectuais tem chamado a atenção de diversos estudiosos nos últimos anos. Pelo fato de ter sido sempre identificada com a história política, ela sofreu durante longo tempo com o processo de suspeição que rondava todas aquelas abordagens a ela relacionadas.¹ Contra a hegemonia do estudo do político, a renovação historiográfica – trazida pelo marxismo e pela Escola dos *Annales* – acusou-o de privilegiar os acontecimentos, a história factual, a narrativa linear, o indivíduo e de se prender à superfície das coisas, sendo elitista e aristocrática. Em oposição, pregava-se a favor de uma história total e vinculada às causas profundas, que não se prendesse aos grandes homens, mas, pelo contrário, que se dedicasse ao estudo do coletivo e das

* Mestrando do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ).

¹ SIRINELLI, J.F. (1996), “Os intelectuais”, In: RÉMOND, René (org.), *Por uma história política*, Rio de Janeiro, UFRJ, p. 234.

massas.² A história dos intelectuais, situando-se no cruzamento da biografia e do político, não escapou aos ataques desferidos contra a história política.

O fato dos intelectuais se constituírem como um grupo social de contornos vagos também contribuiu para manter a análise dos mesmos à margem dos estudos historiográficos. A onda dos estudos quantitativos, a obsessão pela análise das massas e o privilégio à longa duração foram fatores que também contribuíram para conduzir ao desterro as análises a eles dedicadas. A pergunta acerca da influência do intelectual sobre determinado acontecimento era considerada uma afronta em um momento no qual o acontecimento era visto de maneira crítica.³

A partir da década de 70 o quadro começou a mudar e a história dos intelectuais passou cada vez mais a chamar a atenção dos historiadores. As transformações ocorridas na historiografia propiciaram a chamada “volta do político”, que trouxe consigo uma maior respeitabilidade e interesse em relação a esta temática.⁴ A atuação destacada de grandes intelectuais, como Sartre, no decorrer da Guerra Fria, bem como os embates travados acerca de qual seria a função da *intelligentsia* na sociedade contemporânea, também contribuíram para que os estudiosos voltassem seus olhares para este grupo. Nos anos 80, as condições já estavam reunidas para que a história política dos intelectuais se consolidasse, faltando somente definir seus objetivos e seus métodos. Conforme ressalta Sirinelli:

O outono dos *maîtres à penser*, ou seja, dos grandes líderes intelectuais, fez, portanto, a primavera dos historiadores dos intelectuais, e essa história não foi, daí em diante, apenas a soma das iniciativas de alguns pesquisadores isolados, mas uma disciplina cujos praticantes eram reconhecidos por seus pares.⁵

Todos os estudos dedicados à sociologia dos intelectuais se deparam com alguns debates. A primeira e mais óbvia discussão que perpassa este campo é aquele que busca compreender *quem são os intelectuais*. Um estudo a respeito dos intelectuais corre o sério risco de cair no erro da falsa generalização. É um equívoco falar deles como se

² FALCON, Francisco. (1997), “História e poder”, In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo, *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro, Campus.

³ SIRINELLI, Jean François. *Op. cit.*, p. 234.

⁴ Sobre o retorno o debate acerca da histórica política e do seu “retorno”, ver: RÉMOND, René (1994), “Por que a história política?”, *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, pp. 7-19.

⁵ SIRINELLI, Jean François. *Op. cit.*, p. 240-41.

pertencessem a uma categoria homogênea e constituíssem uma massa indistinta. A noção de *intelectual* possui um caráter polissêmico e polimorfo, sendo difícil estabelecer os contornos deste agrupamento heterogêneo. Surgido no contexto do caso *Dreyfus* na França no final do século XIX⁶, o conceito de “intelectual” e qual seria a função deste agente na sociedade sempre foi alvo de amplos debates, envolvendo além dos nomes acima citados, Gramsci, Raymond Aron, Noam Chomsky, Edward Said, Jürgen Habermas, entre outros. Não pretendemos entrar no mérito deste debate, até mesmo porque o conceito tende a variar de acordo com o período a ser abordado pelo pesquisador. Fato é que qualquer abordagem destinada à compreensão dos intelectuais deve procurar apresentar qual conceito está sendo utilizado.

Outra discussão que atravessa os estudos sobre os intelectuais diz respeito à autonomia e/ou influência / determinação do contexto econômico e social sobre as obras produzidas. Conforme destaca Heloísa Pontes, podem ser distinguidas duas formas de abordagem no estudo dos intelectuais: a *internalista* e a *externalista*. A primeira – herdeira das contribuições teóricas fornecidas pela lingüística cultural, pela semiologia e pelos debates travados no âmbito da história da arte – privilegiaria uma análise interna das obras e dos produtos culturais, que teriam sua inteligibilidade garantida pelo sistema interno de sua produção. A segunda enfatizaria principalmente as condições sociais da produção das obras, dando conta do perfil sociológico dos produtores de bens culturais, intelectuais e simbólicos, de suas representações, ideologias e práticas sociais.⁷

No campo marxista, este debate mobilizou diversos estudiosos, na medida em que se vincula à discussão em torno da determinação ou não da estrutura sobre a supra-estrutura. Diversos autores, como aqueles pertencentes à Escola de Frankfurt – em especial Theodor Adorno –, entre outros, como Georg Lukács, Lucien Goldman, Raymond Williams e E.P. Thompson, dedicaram-se a esta questão, oferecendo alternativas interessantes, que se distanciavam do determinismo puro propugnado pelo que se convencionou denominar como “marxismo vulgar”.⁸

⁶ Embora o termo “intelectual” só tenha aparecido no final do século XIX, alguns estudiosos, como Jacques Le Goff, não deixaram de utilizá-lo para analisar períodos precedentes. Ver: LE GOFF, Jacques. (1993), *Os intelectuais na Idade Média*, São Paulo, Brasiliense.

⁷ PONTES, Heloísa. (1997), “Círculos de intelectuais e experiência social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12, 34: 57-69.

⁸ Para uma análise interessante sobre este debate no campo marxista, ver: “Idéias, intelectuais, textos e contextos: novamente a sociologia da cultura...”. (2007), *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 41, pp. 53-72.

François Dosse propõe que tanto o procedimento internalista – que considera apenas a lógica endógena do conteúdo das obras –, quanto uma abordagem meramente externalista – que se contentaria com explicações puramente externas, contextualizadas das idéias – não dão conta de responderem sozinhas aos desafios colocados pelo estudo da história intelectual, devendo-se o pesquisador pensar junto os dois pólos, ultrapassando, dessa forma, essa falsa alternativa. Segundo ele, o que pode emergir de uma abordagem ao mesmo tempo internalista e externalista é a explicitação das correlações entre o conteúdo exprimido, o dizer, de um lado, e a existência de redes, o pertencimento de geração, a adesão a uma escola, o período e suas problemáticas, de outro.⁹

Angela Alonso destaca que a discussão contemporânea tem caminhado no sentido de analisar ações e representações como duas dimensões da vida social interdependentes. Para entendê-las, segundo a autora, “é preciso conjugar o estudo da cultura com o complexo de categorias cognitivas e como conjunto de práticas sociais”.¹⁰ Embora reconhecendo a autonomia e a originalidade dos intelectuais, é importante ressaltar que eles se movem dentro de um contexto determinado, que influencia, de variadas maneiras, suas reflexões, suas opções e suas produções teóricas.

Um outro debate importante que permeia as pesquisas historiográficas / sociológicas voltadas para os intelectuais é aquele que diz respeito à apropriação das idéias vindas de fora pelos intelectuais locais. A idéia da cópia das idéias “estrangeiras” – liberalismo, positivismo, darwinismo, socialismo, etc. – que seriam apropriadas de maneira “deturpada”, “distorcida” e “diluída” está presente em diversos estudos brasileiros e provocou polêmicas importantes no meio acadêmico, como aquela envolvendo Roberto Schwarz e Maria Silvia de Carvalho Franco.¹¹ Conforme destaca Angela Alonso, a relação entre contexto brasileiro e teorias européias é dinâmica, pelo fato de tanto o repertório estrangeiro, quanto a tradição nacional serem fontes intelectuais apropriadas de maneira seletiva em um processo que envolve necessariamente supressão, modificação e recriação. A idéia da exportação a-crítica das idéias pressupõe dois elementos que estão longe de serem verdadeiros: primeiro,

⁹ DOSSE, François. (2004), *História e Ciências Sociais*, Bauru, EDUSC, pp.283-311.

¹⁰ ALONSO, Angela. (2002), *Idéias em Movimento. A Geração de 1870 na crise do Brasil – Império*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

¹¹ Ver SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. (1977), São Paulo, Duas Cidades e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1976) “As idéias estão no lugar”. In: *Cadernos de Debate*, nº 1, pp. 61-64.

confere às idéias de fora uma homogeneidade e pureza que elas dificilmente possuem em seu contexto original; segundo, desconsidera o fato de que a recepção e a apropriação das idéias ocorrem de maneira ativa, através de um processo de reelaboração por parte dos sujeitos sociais.

Estudos exemplares da sociologia dos intelectuais

a) História dos intelectuais internacional

Talvez um dos livros mais influentes no campo da historiografia dos intelectuais seja o de Carl Schorske, *Vienna fin-de-siècle*, publicado em 1979. Em diversos artigos, o autor busca compreender a gênese da cultura a-histórica, prevacente no nosso século, que teria tido Vienna como um de seus terrenos mais férteis. Os grandes inovadores intelectuais da Vienna no *fin-de-siècle* romperam, de modo mais ou menos deliberado, seus laços com a perspectiva histórica essencial para a cultura liberal novecentista em que foram gerados. Schorske procura analisar os *espaços de sociabilidade*, como os salões e cafés, nos quais vários tipos de intelectuais, ao lado de uma elite de profissionais liberais e homens de negócios, compartilhavam idéias e valores. Nesta obra, o autor realiza uma definição ampla e marcante do que deveria ser a história intelectual, visando combinar os procedimentos diacrônico e sincrônico da lógica endógena de um momento, de um corte de tempo concebido a partir de sua transversalidade.¹²

Duas análises interessantes focalizando um mesmo contexto, embora com perspectivas e resultados diferentes, podem ser observadas nas obras de Michel Löwy e Mary Gluck sobre Georg Lukács e o meio intelectual no qual circulou este importante pensador. Löwy traça um interessante painel da Alemanha no século XIX e XX e dos “círculos” freqüentados por intelectuais como o jovem Lukács, Max Weber, Georg Simmel, Thomas Mann, Ernst Bloch, entre outros, buscando perceber a gênese de uma *intelligentsia* anticapitalista. O autor está interessado em construir o que ele denomina de “sociologia dos intelectuais revolucionários”, tomando, para tanto, a trajetória e as obras de Lukács, que, com o passar dos anos, transforma-se em um intelectual dedicado

¹² SCHORSKE, Carl E. (1998), *Vienna Fin-de-Siècle. Política e Cultura*. Campinas / São Paulo, Editora da Unicamp / Companhia das Letras.

à revolução.¹³ Gluck, por sua vez, analisa a trajetória do Lukács “pré-Marx” e procura investigar o pequeno círculo de artistas e intelectuais formado na Budapeste do *fin-de-siècle* (“Sunday Circle”), visando traçar um retrato de uma geração, tomando como pano de fundo as transformações que ocorriam na Europa na passagem do século.¹⁴

Outras obras – como *A Vienna de Wittgenstein* (1991), de Allan Janik e Stephen Toulmin, *Uma modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930* (1988), de Beatriz Sarlo e *Miradas sobre Buenos Aires. Historia cultural y crítica urbana* (2004), de Adrián Gorelik – enveredaram por caminhos semelhantes, ao articularem a compreensão dos espaços de sociabilidade e dos círculos sociais constituídos pelos intelectuais com a análise do contexto e das transformações ocorridas na sociedade de então.

b) História dos intelectuais brasileira

A história dos intelectuais teve boa acolhida em terras brasileiras e importantes obras relacionadas a esta temática foram aqui produzidas. Conforme destacamos no início deste artigo, a própria dimensão pública conferida à atividade intelectual no Brasil contribuiu para a proliferação de estudos a eles dedicados. Além das obras acima citadas, outras pesquisas foram e vêm sendo desenvolvidas tomando os intelectuais como objeto. Estes trabalhos têm buscado refletir sobre as múltiplas facetas da atividade intelectual, analisando suas revistas, seus espaços de sociabilidade e os complexos laços que envolvem os integrantes de grupos de intelectuais. A obra *A construção da ordem / Teatro das Sombras*, de José Murilo de Carvalho, é exemplar no que diz respeito a uma análise concernente à intelectualidade e preocupada em articulá-la com uma abordagem contextual mais ampla, ao analisar a participação dos intelectuais vinculados ao Conselho de Estado que atuaram decisivamente no processo de formação do Estado nacional.¹⁵

A obra de Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil (Entre o povo e a nação)*, influenciou diversos estudos no país. Nesta obra, o autor se vale de argumentos

¹³ LÖWY, Michael. (1979), *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács 1909-1929*, São Paulo, Lech.

¹⁴ GLUCK, Mary. (1985), *Georg Lukács and his generation 1900-1918*. Cambridge / London, Harvard University Press.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. (1996), *A construção da ordem / Teatro das Sombras*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.

doutrinários-politicistas, privilegiando as motivações políticas da *intelligentsia*, em detrimento do componente classista, apresentando os intelectuais, seguindo a perspectiva mannheimiana, como “uma camada social sem vínculos”. Tomando como objeto de análise a *intelligentsia* relacionada às Ciências Sociais, ele objetiva demonstrar como este estrato buscou, em diferentes momentos, “organizar” a nação e construir uma identidade nacional.¹⁶

Assumindo perspectiva diferenciada, outros estudos – seguindo as pegadas oferecidas por Pierre Bourdieu e as inovando – privilegiaram a análise do campo intelectual, com suas singularidades e especificidades. No Brasil, a obra seminal *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, de Sérgio Miceli, de 1979, dialoga com a obra de Bourdieu, ao mobilizar em sua análise principalmente argumentos sociológicos com tinturas culturalistas. Nessa obra, Miceli busca elaborar um modelo de argumentação que visa compatibilizar condicionantes ligados às *origens sociais* àqueles desencadeados pelas transformações em curso no *mercado de trabalho intelectual*.¹⁷

Outros estudos procuraram compreender a construção institucional da atividade científica e intelectual no país, mobilizando para tanto argumentos da alçada organizacional e institucionalista. Uma obra exemplar da mobilização destes argumentos no Brasil é o livro de Simon Schwartzman *Formação da comunidade científica no Brasil*, publicado em 1979. Neste trabalho, o autor analisa as possibilidades dos diferentes projetos disciplinares (geologia, astronomia, química, medicina, etc.) a partir das modalidades organizacionais adotadas (institutos, escolas, museus, etc.), visando mapear a construção científica e institucional no país.¹⁸

Uma outra obra exemplar da sociologia dos intelectuais produzida no Brasil é *ISEB: Fábrica de Ideologias*, de Caio Navarro de Toledo. Neste trabalho, Toledo busca investigar o projeto intelectual e político dos intelectuais reunidos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que visavam forjar uma ideologia que impulsionasse o desenvolvimento do país. O autor procura evidenciar a pluralidade de versões sobre o nacionalismo e o desenvolvimentismo produzidas entre intelectuais como Hélio

¹⁶ PÉCAUT, Daniel. (1990), *Intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*, São Paulo, Editora Ática.

¹⁷ MICELI, Sergio. (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, Difel.

¹⁸ SCHWARTZMAN, Simon. (1979), *Formação da comunidade científica no Brasil*, São Paulo / Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional / FINEP.

Jaguaribe, Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Candido Mendes e Guerreiro Ramos, que se distinguíam por possuírem formações teóricas, bem como motivações ideológicas e compromissos políticos distintos, quando não antagônicos.¹⁹

O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil, de Maria Alice Rezende de Carvalho, também é uma obra fundamental no campo da história dos intelectuais brasileiros. Tomando como atalho a autobiografia de André Rebouças, Maria Alice busca analisar aspectos relevantes do século XIX, caracterizando-o como um momento no qual foram jogados lances decisivos da construção do Brasil, tal qual ele se apresentava então, no seu quinto século. O empreendimento intelectual de Rebouças constitui-se no objeto de uma extraordinária sociologia dos intelectuais, através da atualização disciplinar de uma consciência exasperada que se desprende dos interesses, vistos como particularistas, e se propõe como representante em geral da sociedade.²⁰

Analisando duas publicações ligadas aos serviços de propaganda do regime Vargas – o suplemento “Autores e Livros” do jornal *A Manhã* e a revista *Cultura Política* – e visando através delas recuperar a “cultura histórica do período”, o livro *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*, de Angela de Castro Gomes, também se constitui como uma importante referência para o estudo da história dos intelectuais no Brasil. A autora busca analisar quem eram aqueles considerados historiadores no período, bem como compreender de que maneira era encarado o saber histórico e o lugar da história no discurso estado-novista.²¹

Angela Alonso, em seu livro *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, busca analisar a experiência dos membros do movimento intelectual da geração de 1870 como uma experiência política. A performance política dos agentes é tomada como perspectiva central de análise e os escritos dos intelectuais desta geração são analisadas como formas de intervenção política. Tomando o movimento intelectual da geração de 1870 como um movimento político, a autora busca demonstrar que os intelectuais deste movimento buscavam no *repertório* político-intelectual europeu

¹⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. (1974), *ISEB: Fábrica de ideologias*, 2 ed., São Paulo, Ática.

²⁰ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (1998), *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*, Rio de Janeiro, Revan / IUPERJ / UCAM.

²¹ GOMES, Angela de Castro (1996), *História e Historiadores: A política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

elementos para compor uma interpretação da conjuntura de modo a desvendar linhas mais eficazes de ações políticas, que visassem contestar o *status quo* imperial.²²

O livro *Guardiões da razão: Modernistas mineiros*, de Helena Bomeny é um estudo exemplar de uma abordagem renovada no campo da sociologia dos intelectuais brasileira. Nesta obra, a autora examina a atuação da primeira geração de modernistas mineiros nas duas primeiras décadas do século XX, quando da construção de Belo Horizonte como nova capital do estado. Bomeny busca contrastar os anseios cosmopolitas e universalistas desses jovens escritores e políticos com as restrições impostas pela experiência de vida na província, com seus horizontes limitados. Em sua análise, tomando como pano de fundo o diálogo mantido entre Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, ela procura evidenciar as conturbadas relações existentes entre os modernistas mineiros e seus colegas paulistas, devido às interferências de suas atividades políticas sobre sua produção literária.²³

Heloisa Pontes também produziu um estudo antenado com as renovações da sociologia dos intelectuais, em seu livro *Destinos Mistos – os críticos do grupo Clima em São Paulo*. Nesta obra, a autora busca investigar o perfil social e a experiência cultural do “grupo Clima”. Formado no início de 1939 por jovens estudantes universitários, ele integrava rapazes e moças unidos por fortes laços de amizade e por uma intensa sociabilidade em comum. Desse círculo, fizeram parte Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes, Lourival Gomes Machado, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Gilda de Mello e Souza, entre outros. Analisando a contribuição que eles deram às mais variadas esferas do mundo cultural – crítica aplicada ao teatro, cinema, literatura e artes plásticas –, a autora busca compreender a inserção dos mesmos no sistema cultural paulista.²⁴

As renovações teóricas e metodológicas trazidas pelo “novo historicismo”, pela *linguistic turn* e pela influência da hermenêutica encontraram repercussão nos trabalhos de Ricardo Benzaquen de Araújo. Diferenciando-se das perspectivas externalistas, Benzaquen desenvolve uma análise mais próxima da teoria literária, detendo-se no exercício analítico detalhado das fontes textuais e no processo de identidade dos

²² ALONSO, Angela. (2002), *Idéias em Movimento. A Geração de 1870 na crise do Brasil – Império*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

²³ BOMENY, Helena. (1984), *Guardiões da Razão, Modernistas Mineiros*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Tempo Brasileiro.

²⁴ PONTES, Heloísa. (1998), *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*, São Paulo, Companhia das Letras.

produtores. Tendo como referência instrumental a moderna teoria literária (em especial Auerbach), o autor procura combinar uma análise internalista mais consistente com uma discussão a respeito dos processos de subjetivação correntes no mundo ocidental.²⁵

À guisa de conclusão

Nos últimos anos, diversas pesquisas têm sido desenvolvidas tomando os intelectuais como objetos de análise. Seja investigando trajetórias individuais, seja analisando “círculos de intelectuais” e seus espaços de sociabilidade – como cafés, clubes e revistas –, estas abordagens vêm procurando evidenciar novas facetas do mundo intelectual. Alguns estudos buscam compreender os intelectuais como estratos da sociedade, capazes de produzir a síntese entre os contrários. Outras, privilegiam uma análise classista ou um enfoque interno do campo intelectual. Ao passo que outras preferem buscar compreender a construção institucional da atividade intelectual. Privilegiando a abordagem interna das obras ou o contexto no qual estão inseridos, fato é que abordagens inovadoras vêm sendo produzidas recentemente no campo da sociologia dos intelectuais.

Uma área ainda pouco explorada nos estudos dedicados aos intelectuais no Brasil é aquela que busca analisar o papel desempenhado pelos mesmos na sociedade contemporânea. Diversas transformações recentes – relacionadas às mudanças estruturais na esfera pública, devido aos avanços dos poderes midiáticos, bem como ao processo de institucionalização acadêmica – têm provocado mudanças significativas na figura clássica do intelectual. A dimensão pública historicamente assumida pela intelectualidade brasileira tem sido seriamente afetada por esse processo. Este contexto de transformação ainda merece uma investigação mais detalhada por parte daqueles dedicados ao estudo da sociologia dos intelectuais no Brasil.²⁶

²⁵ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. (1994), *Guerra e Paz – Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Ed. 34 e ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. (2004), “Através do espelho: subjetividade em ‘Minha formação’, de Joaquim Nabuco. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, 19, 56, pp. 5-13.

²⁶ Sobre este processo, ver: PERLATTO, Fernando. (2008), “A reinvenção do público: intelectuais, democracia e esfera pública”. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Ano 2, Edição 03, Maio de 2008, pp. 213-31.

A escrita da história da independência do Brasil: a polêmica do *Correio Oficial* com *O Chronista* sobre a *História do Brasil* de John Armitage

Flávia Florentino Varella¹
Mestranda em História
Universidade de São Paulo

John Armitage, um autor desconhecido

Diversos são os historiadores oitocentistas que escreveram sobre a história brasileira ou que dela fizeram parte, que caíram em parcial ou total desconhecimento. Apesar do recente aumento de trabalhos dedicados ao estudo e análise das obras de história produzidas no século XIX, ainda somos profundos desconhecedores da diversidade das imagens forjadas de nosso passado naquele momento.

A *História do Brasil*, do inglês John Armitage, integra esse grupo, sobre o qual possuímos poucas e lacunadas informações. O principal e mais completo estudo feito a respeito da *História do Brasil* foi escrito em 1914, e compõe sua terceira edição em língua portuguesa. Com o intuito de solucionar cabalmente o problema sobre a autoria desta História, Eugênio Egas ofereceu “Ao Leitor” informações inéditas até aquele momento.² Por meio de uma carta enviada ao editor do periódico inglês P. C. (são indicadas apenas suas iniciais) obteve informações que o levaram a assegurar a existência de John Armitage e, por conseguinte, a comprovação autoral da *História do Brasil*. A polêmica que Eugênio Egas tentava solucionar era calcada nas dúvidas em relação à autoria e tradução portuguesa dessa obra. Muitos defendiam a hipótese de que o verdadeiro escritor da *História do Brasil* teria sido Evaristo da Veiga e, depois de abandonada essa especulação, cogitaram que Veiga poderia ter sido seu tradutor. Motivado por essas indagações, Eugênio Egas começou sua busca por John Armitage e

¹ Bolsista CAPES sob orientação do Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta.

² Eugênio EGAS. “Ao leitor”. In: João ARMITAGE. *História do Brasil*: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, pp. 11-5. Tal edição constitui-se como a mais cuidadosa que possuímos em língua portuguesa. Algumas edições excluíram partes consideráveis da obra de Armitage, sendo o exemplo mais crítico a edição produzida pela Melhoramentos na qual todas as notas de rodapé são simplesmente suprimidas sem nenhum aviso aos leitores. Cf. João ARMITAGE. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

obteve grande sucesso. Por intermédio das informações de um leitor do jornal P. C. descobriu parte da trajetória do historiador inglês.

Recentemente descobrimos outras informações sobre a trajetória de Armitage que nos ajudam a entender melhor quem era esse comerciante e seus interesses literários que culminaram na escrita da *História do Brasil*. John Armitage nasceu aos 27 de setembro de 1807 em Failsworth, Lancaster, e logo nos primeiros anos de sua infância seus pais se mudaram para Dukinfield, Chester, onde iniciou sua educação. Membro de uma família religiosa, recebeu lição de vários presbíteros e, por volta dos nove anos de idade, o Reverendo Benjamin Goodier, que conduzia a Congregação Unitária de Oldham, assumiu sua educação vivendo, inclusive, em sua casa em Dukinfield. Poucos anos depois, teve que interromper sua instrução para ajudar seu pai na fábrica de algodão pertencente à família. O jovem Armitage demonstrava forte inclinação para a escrita, que sua educação ajudou a aprimorar, e mantinha também o gosto pela poesia. Esse interesse pelas artes literárias motivou Armitage a escrever um poema logo que deixou de ser um garoto, expressando alguns dos seus sentimentos mais ardentes da meninice em versos.³

Pouco antes de completar 21 anos, aceitou o convite para trabalhar na firma mercantil Philips, Wood & Co e foi enviado para a cidade do Rio de Janeiro, onde se estabeleceu sob o gerenciamento de Mr. John Holland em 1828. No período de sua estadia (1828-1835), compôs um poema inspirado no Rio de Janeiro. De sua amizade com Evaristo da Veiga, importante publicista e figura influente na luta política que levou à abdicação de Dom Pedro I, surgiu a oportunidade de participar da diretoria da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, no curto período de sua existência, entre os anos de 1831 e 1832.⁴ Apenas na parte final de sua estadia de sete anos no Rio de Janeiro é que escreveu a *História do Brasil*. Retornando a Inglaterra no dia 6 de julho de 1835⁵ - aos 28 anos – publicou sua história em dois volumes no ano seguinte, e já em 1837 contava com tradução para a língua portuguesa.

Em 1836 viajava, por outra companhia mercantil, para a ilha do Ceilão (atual Sri Lanka); tendo obtido sucesso em suas empreitadas, abriu sua própria firma

³ *The Christian Reformer*; or unitarian magazine and review. New series, vol. XII. From january to december. London: Edward T. Whitfield, 1856, pp. 317.

⁴ Agradeço a preciosa informação sobre a atuação de John Armitage nesta Sociedade à Lucia Paschoal Guimarães professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

⁵ José Honório RODRIGUES (Org.). *Registro de Estrangeiros - 1831-1839*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1962. p. 16.

mercantil, chamada Armitage Brothers.⁶ Em 6 de setembro de 1838 se casou com Fanny Henriette, filha única de John Jumeaux, com a qual teve seis filhos.

Após dezenove anos no Ceilão, Armitage voltou para a Inglaterra em 30 de agosto de 1855 com o estado de saúde bem comprometido. Durante o tempo em que viveu na ilha, serviu por longos anos ao governo belga como seu representante consular, foi um dos diretores do Banco regional e membro do conselho legislativo por oito anos.⁷ Tendo devotado bastante atenção a melhoria da educação, a multiplicação de estradas e modos de trafegar entre partes diferentes da ilha, a abolição de toda taxa desnecessária e opressiva, o cultivo de produtos favoráveis ao clima, entre outras melhorias.

Depois de chegar em Manchester, onde se estabeleceu ao lado da família e amigos, sua saúde continuou debilitada até o falecimento em 17 de abril de 1856, aos 48 anos, em casa. Foi enterrado no mausoléu pertencente à família na velha capela de Dukinfield. Após esse breve contato com a trajetória do autor da *História do Brasil* que foi motivo de debate entre dois redatores cariocas, estamos mais familiarizados com os elementos que estão em jogo nesta disputa.

A polêmica sobre a legitimidade da escrita da história contemporânea: a recepção da *História do Brasil* de John Armitage

Tucídides e seus contemporâneos tinham como indiscutível a escrita da história do presente na medida em que a autoridade do historiador estava fundada na visão – na experiência do relatado - e na possibilidade de inquirição das testemunhas oculares. Por ter ido ao cenário da guerra do Peloponeso, participado dela e conversado com quem presenciou seu desfecho, Tucídides produziu uma história verdadeira. Assim, quanto mais próximo de seu objeto, maiores seriam as chances de obter relatos completos sobre a história vivida cabendo ao historiador organizar as informações e até mesmo indicar seu grau de veracidade. Entre os séculos I a.C. e I d.C. o historiador foi questionado sobre a sua imparcialidade ou parcialidade tendo em vista que ao narrar a história contemporânea corria o sério risco de confundir suas paixões com a verdade do acontecido. No intuito de solucionar esse impasse, os historiadores, na época moderna, lançaram mão do “distanciamento histórico”, ou seja, houve praticamente uma recusa à

⁶ John Armitage last Will and testament. The National Archives of the United Kingdom. PROB 11/2238, p. 674.

⁷ *The Christian Reformer*. Op. cit., pp. 319.

escrita da história contemporânea, assumindo-se, assim, a história como disciplina que versava sobre a escrita do passado.

A polêmica que vamos apresentar em relação à validade da *História do Brasil* escrita por John Armitage está diretamente ligada à possibilidade de, no século XIX, ainda ser inquestionável a escrita da história contemporânea. Tal polêmica foi travada, nos meses de abril e maio de 1837, entre dois periódicos cariocas: *O Chronista* e o *Correio Oficial*. O redator do *O Chronista*, Justiniano José da Rocha, publicou uma pequena nota sobre a tradução que saía à luz da *História do Brasil* de Armitage argumentando que:

ir-se-há nela buscar juízo independente dos homens e das cousas: quer-se há ver a história contemporânea despida das preocupações dos interesses dos partidos; a história contemporânea com todos os privilégios de história antiga pela distância da pessoa que a escreveu.⁸

Entretanto, o leitor irá se surpreender já que não encontrará nenhum desses atributos fundamentais à escrita da história. Motivo central para isso foi a amizade perniciosa de Evaristo da Veiga com John Armitage que influenciou de forma direta e decisiva a escrita da história da independência brasileira. Justiniano sublinha que só pode ser encontrada nesta *História* “[...] o juízo parcial e hostil que ali se faz dos maiores homens do Brasil, dos Andradas, dos Vasconcellos”.⁹ Por mais que Armitage reivindique no prefácio da *História* sua imparcialidade, inerente a um estrangeiro que não esteve de corpo e alma envolvido na luta política brasileira e que não tem nenhum vínculo com a história nacional em questão, isso não convence o redator do *O Chronista* que coloca em dúvida toda a sua *História do Brasil*. Para Justiniano a história contemporânea só poderia ser escrita por alguém totalmente isento de contato com o solo brasileiro e com os intelectuais que viveram no período que almejam estudar, tornado a escrita da história contemporânea se não impossível, particularmente difícil.

Em resposta aos argumentos de Justiniano, o redator do *Correio Oficial* sai em defesa da imparcialidade da *História do Brasil* de Armitage e, conseqüentemente, da escrita da história contemporânea.¹⁰ Propõe que:

⁸ *O Chronista*. Nº 53, 12 de abril de 1837, p. 209.

⁹ *O Chronista*. Nº 53, 12 de abril de 1837, p. 210.

¹⁰ Não é isento de polêmica o nome do redator do *Correio Oficial*. José Honório Rodrigues afirma que seria Januário da Cunha Barbosa, enquanto Nelson Werneck Sodré propõe José Cristino da Costa Cabral como redator deste periódico carioca. Cf. José Honório RODRIGUES. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 363; Nelson Werneck SODRÉ. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 137.

Quando os acontecimentos históricos estão *feitos*, quem melhor do que aqueles que o fizeram, ou neles tomaram importante parte, os pode expor e explicar? Certamente as épocas, que Armitage passa em revista, já estão transactas; a Independência, o reinado e queda do primeiro Imperador, são fatos *feitos*, e que já pertencem à história [...].¹¹

A história da independência brasileira e dos que a tornaram possível estaria completamente terminada e nada melhor do que as pessoas que vivenciaram essa experiência para relatar seu surgimento, desenrolar e fim. A história contemporânea poderia ser melhor escrita pelos que tiveram a oportunidade de ver os acontecimentos que tornaram-se históricos. O redator do *Correio Oficial* continua seu argumento respondendo ao problema levantado por Justiniano em relação à influência de Evaristo na escrita da História do Brasil:

[...] se com efeito o autor para os narrar [os feitos], como o Chronista o avança, foi inspirado, com especialidade, pelos relatórios, escritos e explicações do Publicista distinto [Evaristo da Veiga], que antes de 7 de abril lutou com tanta sagacidade, talento, e intrepidez, contra os abusos, e teve depois tanta influência nas medidas, que escoraram o edifício social, não podemos fugir de louvar a sua prudência e desejo de acertar com o verdadeiro espírito dos fatos, que queria relatar aos seus concidadãos da Inglaterra.¹²

Armitage não poderia ter tomado melhor decisão do que a de ter Evaristo da Veiga como conselheiro para a escrita de sua *História* já que a parcialidade do distinto publicista é tida como auxiliar na filtragem dos verdadeiros fatos. Por estar dentro do jogo político, Evaristo tinha melhor consciência das questões que estavam em jogo no processo de independência. Esse contato com Evaristo permitiu a Armitage “ [...] tomar exata idéia das eras em que brilharam, para poder evocar as suas sombras, desfrutar, ainda só por meia hora, a sua conversação [...]. Quando os atores dos dramas políticos transactos ainda existem, os historiadores gozam desta fortuna”.¹³

Paralelo a essa polêmica sobre a validade da escrita contemporânea, ambos os redatores estão profundamente preocupados com a imagem que a *História do Brasil* de John Armitage transmitirá para seus leitores britânicos, tendo em vista que, originalmente foi escrita em inglês. Um dos motivos centrais de Justiniano manifestar descrédito em relação à obra de Armitage é, sem dúvida, a firme apreensão de que seu autor narrou o processo de independência pelo prisma liberal. Joaquim Gonçalves Ledo,

¹¹ *Correio Oficial*. Nº. 100, 9 de maio de 1837, p. 400.

¹² *Correio Oficial*. Nº. 100, 9 de maio de 1837, p. 400.

¹³ *Correio Oficial*. Nº. 100, 9 de maio de 1837, p. 400.

por exemplo, um dos articuladores centrais da independência brasileira e aclamação de D. Pedro I como Imperador, não possui qualquer destaque na *História* de Armitage.¹⁴

Propomos analisar a polêmica apresentada ao veto à história contemporânea como sinalizadora da existência sincrônica, corrente na primeira metade do oitocentos brasileiro, de dois conceitos de história: o antigo e o moderno.¹⁵ Como vimos ao longo deste texto, o principal problema em relação a possibilidade da *História do Brasil* de Armitage tornar-se canônica está diretamente ligada a escrita da história contemporânea. Valdeci Araujo, ao analisar os anos iniciais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pôde concluir que os escritos de seus sócios fundadores indicam a concepção de escrita da história nacional como um processo, como uma totalidade em movimento, e não mais como simples sucessão cronológica dos fatos. Descobrir o sentido da história nacional foi um dos principais objetivos dos letrados da década de 1830-40, pois só a partir desse primeiro passo se poderia escrever um relato que reproduzisse a origem e o destino da nação brasileira. Contudo, “[...] essa tarefa era dificultada pela consciência nascente de que os interesses e parcialidades dos homens vivos poderiam distorcer a compreensão dos eventos e, logo, do destino histórico da comunidade. Para enfrentar esse problema, a positividade dos fatos é transformada em único critério de verdade”.¹⁶

O entendimento de que a passagem do tempo permite ao historiador melhor compreender os acontecimentos pretéritos foi uma das mudanças centrais para a mudança do conceito antigo de história para o moderno. Aliado a essa nova compreensão surge a demanda pela constante re-escrita da história, tendo em vista que existe um sentido que se desvela ao longo do tempo. O depoimento da testemunha ocular também deixa de ser a fonte maior de verdade, como era para Tucídides, entrando em jogo o documento e a crítica documental como certificadores da veracidade do relatado.

Em sua nota sobre a obra de Armitage, Justiniano da Rocha emprega o vocabulário que caracteriza o conceito moderno de história, assumindo a recusa da história contemporânea. A falta de distanciamento – temporal ou físico/emocional - do historiador em relação ao objeto relatado é o argumento central para desvalorizar a obra

¹⁴ Encontramos movimento oposto na *História da Independência do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen que descreve a forte participação de Ledo no cenário político carioca. Cf. Francisco Adolfo de VARNHAGEN. *História da Independência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

¹⁵ Sigo as proposições de Reinhart Koselleck em relação ao conceito antigo e moderno de história. Cf. Reinhart KOSELLECK. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1997.

¹⁶ Valdeci Lopes de ARAUJO. *A experiência do tempo*. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 179.

de Armitage. O historiador da história contemporânea estaria fadado a reproduzir relatos parciais. A boa história seria necessariamente a história antiga, produzida com devido distanciamento, e fundada na imparcialidade do documento. Por outro lado, o redator do *Correio Oficial* ainda acreditava profundamente que a razão humana daria conta de controlar os possíveis arroubos partidários e que não existia melhor relato que o feito pelos contemporâneos dos fatos.

Bernard Cohen, Thomas Kuhn e a História das Ciências no Brasil na década de 1980: apontamentos para um balanço historiográfico

Francismary Alves da Silva*
Cynthia de Cássia Santos Barra**

Bernard Cohen nasceu em 1914, na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos. Aos 19 anos, ingressou na Universidade de Harvard. Desenvolveu grande parte de sua carreira acadêmica nessa instituição, tanto a docência, que começa em 1942, quanto o desenvolvimento de seu Ph.D., em História da Ciência, em 1947. Lá também ajudou a fundar um dos primeiros departamentos de História da Ciência dos Estados Unidos, em 1966.¹ A trajetória de Cohen em Harvard foi grandiosa, o que lhe rendeu vários livros publicados sobre assuntos relacionados às mais diversas ciências, com destaque para os estudos sobre Newton, a Física e a Ciência Moderna. Entre algumas das obras de Cohen, podemos citar *The Newtonian Revolution* (1981), *Studies on William Harvey* (1981), *The Birth of a New Physics* (1985), *Revolution in Science* (1985), *Interactions: Some Contacts between the Natural Sciences and the Social Sciences* (1991), *Newton: Texts Backgrounds Commentaries* (1996).

Apesar da importância de todos os seus trabalhos de autoria, segundo uma nota de falecimento publicada no *Harvard Gazette*, o próprio Bernard Cohen considerava a tradução/revisão do *Principia: Mathematical Principles of Natural Philosophy*, de Newton, como sendo seu maior feito. Trabalho que concluiu em 1999, em parceria com Anne Whitman, após 15 anos de esforços. Em entrevista,² concedida a *Harvard Gazette*, Cohen afirmou:

The *Principia* was one of the first books of modern science [...] Newton (1642-1726) showed how gravity produces the forces and movements of all that we see in the world, from the motions of the planets to the falling of an apple from a tree. [...] I'm the author of about 15 books, some of which have become standard in their fields. But I feel that this is my real contribution. I hope that, decades from

* Licenciada em História pela FAFICH/UFMG e mestranda em História pela mesma instituição, com financiamento do CNPq.

** Doutora em Literatura Comparada pela FALE/UFMG. Prof(a). de Metodologia Científica no Uni-BH.

¹ Informações extraídas da nota de falecimento publicada na Gazeta da Universidade de Harvard (*The Harvard University Gazette*) em 20 de junho de 2003. Disponível em: <<http://www.news.harvard.edu/gazette/daily/0306/20-cohen.html>> Acesso em: 17 jul. 2008.

² CROMIE, William J. (Gazette Staff). *Principia, Newton's Greatest Work, is Newly Translated*. In: *The Harvard University Gazette*. 21, Oct. 1999. Disponível em: HARVARD GAZETTE ARCHIVES <<http://www.hno.harvard.edu/gazette/1999/10.21/newton.html>> Acesso em: 17 jul. 2008.

now, when I and my other books have been forgotten, this will still be useful to scholars and students (CROMIE, 1999).

O *Principia* foi um dos primeiros livros de ciência moderna [...] Newton [1642-1726] mostrou como a gravidade produz as forças e os movimentos de tudo o que vemos no mundo, desde os movimentos dos planetas até a queda de uma maçã. [...] Sou autor de cerca de 15 livros, alguns dos quais se tornaram padrão em seus domínios. Mas, penso que esta é a minha verdadeira contribuição. Espero que, décadas a partir de agora, quando eu e os meus outros livros tivermos sido esquecidos, este ainda seja útil a acadêmicos e estudantes (CROMIE, 1999). (tradução nossa)

A primeira tradução inglesa do *Principia Mathematica* (1687), de Newton, publicada em 1729, foi revisada, modernizada e publicada pela Universidade da Califórnia em 1934. Apesar disso, a maioria de eruditos concordavam que essas versões continham alguns “erros incômodos, bem como expressões estranhas e antiquadas”, afirma Cohen em entrevista. Além da tradução de Newton, que é considerada sua obra prima, Cohen ressalta a importância de outros trabalhos seus, sendo que alguns se tornaram indispensáveis para os estudos de determinadas áreas da Ciência. Entre esses trabalhos, pode-se considerar *Revolution in Science*³ como uma importante contribuição para o entendimento daquilo que se convencionou chamar “revolução científica”. Além de ser o trabalho em que Cohen determina um referencial teórico-metodológico para o entendimento das transformações científicas, essa obra pode ser considerada síntese de outros trabalhos do autor, por exemplo, *The Newtonian Revolution* (1981), *The Birth of a New Physics* (1985) ou *Newton: Texts Backgrounds Commentaries* (1996).

O livro *Revolution in Science* foi publicado em 1985, pela *Harvard University Press*. Nesse trabalho, o autor determina um critério para a classificação das transformações científicas em revolucionárias ou não. Por seu tamanho e abrangência, essa obra poderia ser descrita como um compêndio sobre as diversas transformações científicas. Em um esforço descomunal, Cohen descreve, analisa e classifica a atuação de alguns dos mais célebres pesquisadores modernos, a fim de detectar se suas contribuições podem ser consideradas revolucionárias ou, então, se seus esforços escapam aos critérios que levariam a uma “revolução científica”. Cohen analisa a contribuição científica e as idéias de Copérnico, Kepler, Gilbert, Galileu, Bacon, Descartes, Versálio, Paracelso, Harvey, Lavoisier, Kant, Darwin, Faraday, Maxwell, Hertz, Saint-Simon, Comte, Cournot, Marx e Engels, Freud e Einstein. Além de estudar vários cientistas, das mais diversas áreas das ciências (Ciências da Vida, Ciências Físicas, Ciências Humanas,

³ COHEN, I. Bernard. *Revolution in Science*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1989 (1985).

Química e Biologia), Cohen também empreende nessa obra uma reflexão sobre as revoluções políticas (como a Revolução Alemã ou a Francesa) e a Revolução Industrial Inglesa. Vê-se, então, que se trata de uma obra de grande abrangência tendo por base o termo “revolução”.

Para empreender um trabalho tão extenso e complexo, o autor estabelece, a princípio, um modelo de quatro etapas sucessivas que nos permitiria classificar uma transformação como um evento revolucionário. De acordo com a primeira etapa, uma revolução científica começa pelo que o autor chama de *revolução intelectual* ou *revolução em si*.

En síntesis, esta primera etapa es lo que realiza uno o más científicos al comienzo de una revolución en la ciencia. Es un acto creativo individual o grupal, generalmente independiente de cualquier interacción con el resto de la comunidad científica (COHEN, 1989, p.42).

Essa primeira etapa revolucionária seria o primeiro passo rumo a uma revolução: a transformação das idéias, dos conceitos, dos métodos, das teorias, ou ainda, a transformação científica *stricto sensu*. É caracterizada pelo momento de *insight*, em que as idéias sobre as alterações nas formas de fazer ou de pensar a ciências aparecem. Ou seja, é o momento em que o cientista elabora uma solução nova para um problema, descobre um novo método ou uma nova teoria. São vários os exemplos citados pelo autor, contudo, talvez o mais intrigante seja o caso de Copérnico. A chamada “Revolução Copernicana” começa a ser questionada desde sua primeira etapa. Assim, o autor afirma que Copérnico não teria descoberto uma nova teoria ou forma de pensar o universo. Primeiro, porque a idéia do sol no centro do universo já estava presente entre os Antigos e, segundo, porque Copérnico utiliza os cálculos e pensamentos aristotélicos, medievais, para afirmar a centralidade do sol. Isso não configuraria a invenção de uma nova teoria, e sim a utilização da mesma teoria (aristotélica) para corroborar argumentos diferentes (o Sol, e não a Terra, no centro do Universo).

A primeira etapa descreveria um ato criativo individual ou grupal, geralmente independente da comunidade científica, por isso é caracterizada como uma etapa íntima. Nas etapas seguintes, Cohen descreve a aceitação desse novo método ou idéia científica, marcando a passagem da “fase íntima” de criação das novas idéias, teorias ou métodos, para as “fases públicas”, que se dividem em três momentos bem definidos. Segundo o autor:

Todas las revoluciones científicas se inician con un ejercicio puramente intelectual realizado por un científico o un grupo de científicos, pero

para que triunfen – es decir, ejerzan su influencia sobre los demás científicos y afecten el futuro avance de la ciencia – es necesario comunicarlas a los colegas, por vía oral o escrita. Para que se suceda la revolución, es necesario pasar de las primeras etapas íntimas, de pensamiento y convicción, a una etapa pública en la cual se transmiten las ideas a los amigos, colegas y luego al mundo científico en su conjunto. En la actualidad esta etapa puede iniciarse con llamadas telefónicas, correspondencia, conversaciones con amigos y colegas o discusiones dentro del propio departamento o laboratorio, seguidas de una presentación formal en los tradicionales coloquios o en una reunión científica (COHEN, 1989, p. 43).

Na segunda etapa de uma revolução científica, Cohen fala da comunicação do novo método para uma comunidade especializada. Assim, para que uma idéia triunfe, é necessário que, primeiramente, ela ganhe espaço junto à comunidade científica, entre os cientistas. Nesse momento, começa a fase pública, de transmissão de idéias por meio de telefonemas, cartas, colóquios, discussões entre os pares, e de tantas outras formas de comunicação pública de uma inovação científica. Sobre o exemplo de Copérnico supracitado, Cohen afirma que, entre as estratégias desse cientista, não havia espaço para essa segunda etapa de divulgação/comunicação pública. Entre outros motivos, porque a obra de Copérnico foi publicada pouco tempo antes de sua morte. Além disso, para muitos, os estudos copernicanos são considerados trabalhos isolados.

A terceira etapa é a chamada *revolución dos papéis*. Segundo o autor, “*suele suceder que la revolución intelectual no culmina hasta que el propio autor desarrolla sus ideas sobre el papel.*” (COHEN, 1989, p.43) Cohen refere-se à publicação das obras ou das novas idéias, o que é um passo fundamental para a aceitação e a perpetuação da nova teoria. Será através da publicação de um texto escrito, uma obra ou um *paper*, que determinada idéia poderá, de fato, circular entre a comunidade de cientistas e, posteriormente, entre a sociedade. Para Cohen, a obra de Copérnico também não contemplaria a terceira etapa revolucionária, porque esses trabalhos não ocuparam papel de destaque para os astrônomos da época, não proporcionaram um modelo astronômico mais simples, nem cálculos mais fáceis que os de Ptolomeu. Contudo, para se concretizar uma revolução científica, não basta publicar uma obra. O autor afirma que:

La publicación de un trabajo no es suficiente para producir una revolución en la ciencia: es necesario que otros científicos adopten las teorías o los descubrimientos y apliquen los nuevos métodos revolucionarios a su propio trabajo. Es entonces que lo que había sido la comunicación pública de un logro intelectual de un científico o grupo de científicos se convierte en una revolución. Esta es la cuarta y última de etapas de todas las revoluciones en la ciencia (COHEN, 1989, p. 44).

Assim, cabe à quarta e última etapa a adoção do novo modelo, método ou teoria pelos cientistas. Com a progressiva divulgação entre a comunidade especializada

(segunda etapa) e a publicação das novas idéias (terceira etapa), uma obra inovadora (primeira etapa) pode ser reconhecida pelos cientistas e também pelo público amplo e, enfim, pode ser adotada e aceita por toda a sociedade. Depois das três primeiras etapas, o último estágio caracteriza-se pela adoção do método ou teoria e pelo reconhecimento social do novo feito, o reconhecimento de uma transformação. Com esse último estágio, estabelece-se aquilo que o autor descreve como uma “revolução científica”. Se um evento corresponde às transformações prescritas nas quatro etapas, ele poderia, afirma Cohen, ser considerado como uma “revolução” na ciência.

Seguindo o raciocínio coheniano a respeito dos trabalhos de Copérnico, sabe-se que o sistema heliocêntrico não se torna hegemônico, apesar dos trabalhos desse cientista. Mesmo depois da publicação de suas idéias, o mundo continuou geocêntrico. Sendo assim, os trabalhos de Copérnico também não responderiam à quarta etapa revolucionária proposta por Cohen. A adoção das novas idéias astronômicas, em conjunto com a adoção do modelo de uma nova Física, só ocorrerá, de fato, com os trabalhos de Newton⁴. Segundo Cohen, Copérnico teria sido mais antigo que moderno, mais conservador, ptolomáico e aristotélico que revolucionário. Por isso, esse autor considera que a denominação “Revolução Copernicana” é fruto de um mito criado por alguns historiadores. Seria Newton, e não Copérnico, quem teria conseguido realizar as quatro etapas definidas por Cohen. Newton seria, pois, o verdadeiro revolucionário da chamada “Revolução Copernicana”. Talvez nenhuma outra revolução pudesse ser tão bem caracterizada pelo modelo de Cohen como a revolução newtoniana. Com suas idéias inovadoras, Newton adquire autoridade entre seus pares, publica sua obra e tem sua teoria aceita tanto pelos cientistas quanto pela sociedade como um todo. Percebe-se, então, que Newton realiza todos os procedimentos que Cohen caracteriza como necessários para que se estabeleça uma “revolução nas ciências”. Retomando as palavras de Cohen, a obra de Newton foi um dos primeiros livros da ciência moderna. Isso posto, não é de se estranhar que o próprio Cohen considera como sua maior contribuição a tradução do *Principia Mathematica*. Para ele, Newton seria o grande responsável por sintetizar a “revolução” científica que deu luz à Ciência Moderna.

Em síntese, Bernard Cohen pode ser considerado um grande historiador da ciência. Seus inúmeros trabalhos de autoria nos ajudam a entender as revoluções científicas, a emergência da Ciência Moderna, e há ainda os estudos sobre o pensamento

⁴ A percepção de Newton como o verdadeiro revolucionário já era uma visão defendida por Bernard Cohen em outros estudos, como *The Newtonian Revolution (1981)* e *The Birth of a New Physics (1985)*.

newtoniano. Apesar de o autor afirmar a importância maior da tradução/revisão da obra de Newton, alguns de seus trabalhos são considerados exemplares em seus domínios. Os estudos sobre Newton, bem como o estudo sobre as revoluções científicas empreendido em *Revolution in Science*, são, sem dúvida um exemplo da relevância de seus trabalhos. Cohen também pode ser considerado um dos responsáveis por revisar e demarcar as acepções do termo “revolução”, o que já se configurava como um questionamento importante para a História das Ciências desde a publicação de *A Estrutura das Revoluções Científicas*⁵ (1962). Vale observar que Cohen foi um dos grandes responsáveis pela revisão e pelo estabelecimento de critérios para aquilo que Kuhn chama de revolução científica. Pode-se dizer que os trabalhos de Cohen permitiram um estreitamento dos eventos enquadrados pelo modelo de desenvolvimento científico proposto por Kuhn. Se este descreve uma estrutura revolucionária, aquele propõe entender o que se classifica como uma “revolução”. Nesse sentido, Cohen pode ser considerado mais um reformador das idéias de Kuhn do que propriamente um seguidor das mesmas.

Tendo em vista o contexto de produção das narrativas de Bernard Cohen, mais especificamente o de sua obra *Revolution in Science* (1985), nós gostaríamos de estabelecer um paralelo com os estudos desenvolvidos em História das Ciências, no Brasil, no mesmo período. A partir da década de 1980, alguns historiadores brasileiros incorporaram novas tendências para pensar a ciência no Brasil. Trabalhos como os de Maria Margaret Lopes, por exemplo, sobre os Museus e as ciências naturais do século XIX⁶ e os de Carlos Ziller Camenietzki sobre Valentin Stansel⁷ (1621-1705), matemático, jesuíta e missionário, podem ser considerados desdobramentos dessa nova vertente historiográfica que começa nos anos 80. Esses novos trabalhos compreendiam a produção científica como uma prática social contextualizada que se universaliza em seu processo de transformação e adaptação, fortalecendo os estudos sobre diferentes contextos sociais⁸ (PESTRE, 1995). Segundo explica Moema de Rezende Vergara⁹,

⁵ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982 (1962).

⁶ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais do século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1997.

⁷ CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Esboço biográfico de Valentin Stansel (1621-1705), matemático jesuíta e missionário na Bahia. *Ideação*. Feira de Santana, n.3, p. 159-182, jan./jun. 1999.

⁸ PESTE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/UNICAMP*, v.6, n.1, p. 3-57, 1996.

⁹ VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e Modernidade no Brasil: A constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.22-31, jan./jun. 2004.

Em linhas gerais, o que caracteriza esta recente historiografia da ciência no Brasil seria, primeiramente, a valorização da atividade científica da Colônia, em contraposição à corrente interpretativa que vê nas universidades o início do processo de profissionalização da atividade científica. [...] Um segundo ponto que marca esse campo de estudos seria o esforço analítico voltado a verificação das trajetórias do que Sílvia Figueirôa chamou de “mundialização da ciência” (VERGARA, 2004, p. 27-28).

Assim, uma grande parte desses trabalhos estudou a produção científica em períodos mais recuados na história brasileira, anteriores a institucionalização, questionando o modelo proposto por Fernando Azevedo em *As Ciências no Brasil*¹⁰ (1955). Esse esforço foi empreendido por uma geração de historiadores empenhados em desvendar novos documentos, fontes e arquivos que possibilitariam a revisão de alguns dos mais célebres trabalhos sobre a História das Ciências no Brasil produzidos até então, são bons exemplos disso o esforço de Simon Schwartzmann, em *Um espaço para a ciência*¹¹, ou a coleção de Ferri e Motoyama, intitulada *História das Ciências no Brasil*.¹² Entre os autores que podem ser considerados importantes referências teóricas para essa nova vertente que emerge no Brasil a partir dos anos 80, pode-se citar os trabalhos de Thomas Kuhn.

Em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), Kuhn descreve uma estrutura para o processo revolucionário, tendo por base as mudanças de *paradigmas*. Além disso, Kuhn descreve também a influência de fatores externos na produção científica. Como a historiografia das ciências no Brasil nos anos 80 concebia a produção científica como uma prática social contextualizada, os trabalhos de Kuhn possibilitaram aos historiadores das ciências a percepção desses fatores extra-científicos no processo de desenvolvimento da ciência. Segundo José Jerônimo¹³:

Se os elementos sociais passavam a ser aceitos como partes constituintes dos conhecimentos científicos, os conhecimentos produzidos na América Latina não podiam mais ser deixados a margem da historiografia sob a alegação de que sofreriam influências sociais. (ALENCAR ALVES, 2005, p. 412).

¹⁰ AZEVEDO, F. *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994 (1955).

¹¹ SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. MCT, 2001 (1979).

¹² FERRI, M. G. & MOTOYAMA, S. (coords.) *História das Ciências no Brasil*. São Paulo, EPU: EDUSP, 1979-1980.

¹³ ALENCAR ALVES, José Jerônimo de. Kuhn, Foucault e Latour na historiografia sobre as ciências na América Latina. In: PIETROCOLA, M e FREIRE JR, O (orgs.) *Filosofia, Ciência e história: uma homenagem aos 40 anos de colaboração de Michel Paty com o Brasil*. São Paulo: Discurso Editorial, 2005.

Desse modo, o conhecimento anterior à criação das universidades brasileiras não deveria mais ser considerado não científico, porque a ciência não estaria vinculada apenas aos fenômenos naturais. Várias narrativas apontam a produção de conhecimento em períodos mais recuados da história do Brasil. É nesse sentido que se pode pensar a importante influência dos trabalhos de Kuhn para a historiografia das ciências no Brasil: permitir a revisão das teses de Fernando Azevedo¹⁴ e iluminar os conhecimentos científicos anteriores a institucionalização.

Como já foi dito, Bernard Cohen pode ser considerado seguidor/reformador das idéias de Thomas Kuhn. Cohen utiliza em suas obras várias idéias forjadas por Kuhn, entre elas: a quebra de *paradigmas*, a ruptura, a *revolução científica* e a participação de fatores extra-científicos no desenvolvimento das ciências. Em grande escala, as etapas públicas (segunda, terceira e quarta etapa) explicadas por Cohen, em *Revolution in Science*, relacionam-se a fatores externos aos fatores científicos *stricto sensu*. Curiosamente, Thomas Kuhn pode ser entendido como um importante ícone para a revisão historiográfica que ocorreu no Brasil nos anos 80, mas os estudos de Bernard Cohen, contemporâneos a essa revisão historiográfica, ficaram em grande parte esquecidos pela nova geração de historiadores revisionistas¹⁵.

Se Cohen trabalha na mesma vertente revolucionária que Kuhn, se também incorpora os fatores extra-científicos no desenvolvimento das ciências, se produziu uma obra volumosa e reconhecida mundialmente, por que seus trabalhos não foram citados de maneira contundente pela nova historiografia brasileira que emergia nos anos 80? Tendo

¹⁴ Fernando Azevedo caracterizava o ambiente intelectual brasileiro como um lugar de retórica e cópia dos grandes centros produtores de conhecimento. Segundo esse autor, esse panorama só mudaria após o surgimento das universidades.

¹⁵ Foi realizada uma busca preliminar por referências as obras de Cohen nos trabalhos em História da Ciência no Brasil, até o momento, nenhuma menção foi encontrada. Foram pesquisados alguns números da *Revista da SBHC* (1985n.1, 1993n.9, 1998n.19, 2003n.1, 2004n.1 v.4 jan/jun, 2005n.1 v.3 jan/jun, 2006n.1 v.4 jan/jun, 2007n.1 v.5 jan/jun) e livros diversos (entre eles, aqueles citados ao longo das referências desse ensaio):

CAMENIETZKI, C. Z. et all. A disputa do cometa: Matemática e Filosofia na controvérsia entre Manuel Bocarro Francês e Mendo Pacheco de Brito acerca do cometa de 1618. *Revista Brasileira de História da Matemática*, Rio Claro, v.4, n.7, p. 3-18, 2004.

CHALHOUB, S. et all. Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. Campinas: Unicamp, 2003.

DANTES, M.A. (org) Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

BENCHIMOL, J. (coord) Manguinhos do Sonho à Vida. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1990.

BENCHIMOL, J e TEIXEIRA, L. A. Cobras e lagartos & outros bichos. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.

HOCHMAN, G e ARMUS, D. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

em vista a obra-síntese *Revolution in Science*, de Bernard Cohen, podemos supor que o legado desse autor tenha sido posto à margem da produção dos chamados revisionistas da década de 1980 (e também pelos trabalhos posteriores) porque Cohen se preocupa em discutir questões que não eram contempladas pelos programas de pesquisa em História das Ciências no Brasil. Em outras palavras, Cohen estuda a delimitação do termo “revolução científica”, as descobertas newtonianas e a emergência da Ciência Moderna, assuntos diferentes daqueles que eram problematizados no Brasil nesse período. A nova vertente historiográfica brasileira estava preocupada em entender a ciência como uma prática social contextualizada, anterior à criação das universidades e, além disso, preocupava-se em entender os *processos de mundialização*¹⁶ do conhecimento científico produzido nos grandes centros (ou países do centro). Apesar de Cohen trabalhar os processos de divulgação e aceitação de uma teoria, nenhuma das propostas enfocadas pelos países das periferias estavam na pauta de seus trabalhos. A apropriação que Cohen faz dos trabalhos de Kuhn, por exemplo, se concentra nos estudos das acepções do termo “revolução”. Diferente disso, os historiadores das ciências no Brasil estavam interessados em reconhecer a produção científica brasileira em períodos anteriores à criação das universidades, re-problematizando o passado científico colonial. Para tanto, utilizaram as narrativas kuhnianas sob o aspecto da relação da ciência com os fatores externos, econômicos, políticos e sócio-culturais. Com um outro olhar sob a obra de Kuhn, a História das Ciências no Brasil pôde refutar as teses de Azevedo que viam na tradição ibérica o grande empecilho para o desenvolvimento científico brasileiro.

Para concluir, tanto Cohen quanto os historiadores brasileiros posteriores a 1980, revisaram, de alguma forma, a tradição histórica das ciências, baseados nas idéias kuhnianas. Os trabalhos de Thomas Kuhn foram apropriados/reformados tanto por Cohen, discutindo a aceção e a determinação de uma “revolução científica”, quanto pela nova geração de historiadores da década de 1980, evidenciando a produção científica nacional em períodos mais recuados, negando a inexistência de produção científica anterior a 1930. Então, essa distinta leitura de Kuhn pode ser um dos motivos da ausência de referências dos trabalhos cohenianos na História das Ciências no Brasil. Além disso, pode-se considerar que, por volta da década de 1980, os trabalhos de Thomas Kuhn passavam por

¹⁶ Esse processo de mundialização que, segundo Moema Vergara, (VERGARA, 2004) é uma chave para o entendimento de um projeto de modernidade brasileira, também é explicado por Antonio Lafuente e Maria L. Ortega em: LAFUENTE, A. e ORTEGA, M. L. *Modelos de mundialización de la ciencia*. Revista Arbor: ciencia, pensamiento y cultura, CXLII, Junio-Agosto 1992, p. 93-117.

um duplo processo: de apropriação (no Brasil) e de revisão (nos países do centro). Vale lembrar que nesse mesmo momento (década de 1980), o próprio Thomas Kuhn buscava responder as críticas feitas aos famosos problemas contidos no *Estrutura*¹⁷, como, por exemplo, o problema da polissemia do termo *paradigma* ou o problema da incomensurabilidade¹⁸. Essas revisões e discussões feitas por Kuhn sobre seu próprio trabalho também ficaram, em grande medida, à margem dos programas de pesquisa brasileiros.

A diferença aqui explicitada, entre os historiadores brasileiros revisionistas da década de 80 e os estudos como os de Bernard Cohen e Thomas Kuhn refletem a diferença entre a postura adotada pelos autores dos “centros” em relação a postura adotada pelos autores da “periferia”. Os historiadores das ciências dos países centrais têm se mostrado, em geral, mais preocupados em estudar questões epistemológicas sobre as ciências. Em contraste, nos países periféricos, os estudos históricos têm se mostrado mais preocupados em estabelecer análises sociológicas. No Brasil, tanto os seguidores de Azevedo quanto os historiadores das instituições científicas (como o trabalho de José Murilo de Carvalho, sobre a Escola de Minas de Ouro Preto¹⁹ ou o de Nancy Stepan, sobre o Instituto Manguinhos²⁰) caracterizavam-se pela “*tendência atual da historiografia da ciência em deslocar os estudos da área da epistemologia para a história social da ciência.*” (VERGARA, 2004, p. 22) Pelo exposto, de fato, podemos constatar que a vertente historiográfica brasileira da década de 1980 se empenhou em determinar, afirmativamente, a existência de uma produção científica em períodos mais recuados, e fez isso alicerçada em discursos sociológicos. Por outro lado, alguns trabalhos produzidos nos países dos centros que se tornaram referências em seus domínios, como os de Cohen, preocuparam-se em problematizar questões mais, especificamente, epistemológicas.

¹⁷ De acordo com a nomenclatura utilizada pelo próprio Thomas Kuhn, convencionou-se chamar o livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* apenas pelo seu diminutivo: *Estrutura*.

¹⁸ Para maiores informações a respeito das revisões que Thomas Kuhn fez ao *Estrutura*, ver: KUHN, Thomas S. *O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1978.

²⁰ STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova/Fundação Oswaldo Cruz, 1976.

História Oral e Memórias

Janaina França Costa*

“Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou do seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum.” (Beatriz Sarlo)

A história oral como metodologia de produção de fontes na pesquisa histórica tem sido debatida desde que sua aplicação se consolidou a partir da década de 1980¹. Usar a narrativa em primeira pessoa como fonte na construção da História é uma questão controversa pela natureza claramente subjetiva que um depoimento de história oral contém. De acordo com a visão de alguns críticos da história oral, ela abre caminho para afastar a História de sua pretensão científica e objetiva, tendo em vista o caráter pessoal que possui. Estas fontes, segundo esta concepção, seriam pouco confiáveis pois, nem sempre, permitem a verificação das informações ali contidas e, também pelo fato de que, segundo observa Sarlo (2007)², estes testemunhos têm sido tratados por muitos pesquisadores, e até mesmo pela sociedade, como um ícone da verdade. Ou seja, o tratamento acrítico aplicado aos dados obtidos nas entrevistas contribui, ainda hoje, para a análise negativa da metodologia.

Fruto de divergências e discussões, as relações entre História, memória e as formas de narrativas têm uma forte afinidade com argumentações sobre a confiabilidade do método da História Oral como produtor de fontes confiáveis. Como definiu Delgado (2006)³

“A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituais, consensuais.”

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹ Conforme Alberti (2005), o marco de início da história oral é 1948 quando foi inventado o gravador a fita e formou-se o Columbia University Oral History Research Office (Programa de História Oral da Universidade de Columbia). No entanto, somente nas décadas de 1980 e 1990, quando houve um movimento de reflexão sobre a prática da metodologia, ela começa a ser aceita pelos departamentos de História da Universidade e a fazer parte dos currículos e das teses e dissertações que passam a analisar as “fontes orais”.

² SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia da Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. 129 pp.

³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p 15.

Ou seja, a História Oral lida com a memória e a subjetividade na história. No entanto, a maioria das fontes possui um grau de subjetividade que se deve ao fato da memória e da história serem construções, frutos de relações sociais.

A interpretação é o próprio ofício do historiador. Distantes da concepção de que as fontes falam por si mesmas, hoje já sabemos que em todas as instâncias de reconstituição do passado temos que lidar com a influência da subjetividade. Quando um historiador recolhe um “resíduo de ação” ou quando analisa um “relato de ação”⁴ ele, da mesma forma, tem que estar imbuído de um espírito crítico próprio do profissional comprometido com seu ofício. As análises de resíduos de ação não estão isentas de se tornarem “vítimas” das influências externas, uma vez que, é o historiador quem lhe confere certo sentido e a insere em seu contexto. Trabalhos diferentes e interpretações diferentes nascem muitas vezes de um mesmo conjunto de dados e documentos.

Partindo da visão de Nora (1993)⁵, segundo a qual a história, enquanto ciência, se constrói no rastro de uma memória que começa sendo espontânea e termina como mediada, fruto de uma operação intelectual laicizante que demanda análise e discurso crítico, não deveria haver uma disputa entre estas instâncias do saber sobre o passado. Contudo, o que ainda se observa atualmente é uma dupla desconfiança entre ambas, demarcada pela desconfiança da história em relação à subjetividade da memória e da memória em relação a uma reconstrução do passado que não leve em conta os direitos da lembrança⁶. Como observam Frentress e Wickham (1992)⁷ separar a memória da história, ou o conhecimento da imaginação visual implica separar o cognoscente do conhecimento. E é partindo deste pressuposto que trataremos o tema.

A história oral e as mudanças de paradigmas

⁴ Alberti (2005) apresenta a divisão das fontes adotada pelo historiador Peter Hüttenberger segundo a qual, existem as fontes consideradas ‘resíduos de ação’ e os ‘relatos de ação’. O primeiro consiste em um fragmento da ação passada, identificado com o documento clássico de arquivo. Os relatos de ação seriam posteriores a ação e informam sobre ela. Mas, segundo Hüttenberger, os relatos de ação também constituem resíduos de ação por ser fruto de uma decisão ou ação espontânea.

⁵ NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7 – 28, Dez. 1993.

⁶ Conforme discussão feita por Sarlo que salienta a importância da memória na construção histórica e também da grande relevância que o presente tem no processo de busca do passado.

⁷ FRENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Novas Perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema. 1992.

A metodologia da história oral nasce no esteio de inúmeras modificações que a ciência História sofre ao longo do século XX⁸. Mudanças que atingiram seus referenciais teóricos, seus objetos de estudo, sua metodologia, sua escrita e sua disseminação na sociedade. Dentre as modificações mais importantes estão a redefinição dos objetos de estudo com uma mudança na “escala” destes e, também a mudança dos atores principais a serem investigados. Como demarca Chartier (1994)⁹

“(...) os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Daí resultaram vários deslocamentos fundamentais: das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as estratégias singulares.”

Para acompanhar esta mudança fundamental se fez necessária uma ampliação na noção de fontes. As fontes históricas utilizadas até então não seriam capazes de sustentar todas as possibilidades de pesquisa que se abriam para os historiadores. O foco das pesquisas agora se situava na sociedade e suas inter-relações, na cultura, na economia e nas mentalidades. Instâncias da vivência humana que muitas vezes não deixa rastros na forma de suportes materiais. Com esta ampliação passam a fazer parte da lista de possíveis fontes históricas todos os vestígios que falem da passagem do homem sobre a terra.

Abandonando a noção que tomava os documentos escritos - produzidos por instituições e pessoas pretensamente neutras - como únicas fontes confiáveis na tarefa de reconstruir a verdadeira história, esta renovação, busca trazer a tona inúmeros testemunhos históricos dispersos em diários, cartas, dedicatórias, processos e tantos outros meios usados por pessoas comuns para falar de seu mundo e de suas concepções de vida. Junto a estas novas fontes escritas emergem as fontes orais. Uma nova possibilidade de aprender a história a partir do olhar de alguns de seus sujeitos que não tinham anteriormente a possibilidade de se expressar.

Limitada ao estudo do tempo presente¹⁰ a utilização da história oral se expandiu nas décadas de 1960 e 1970 juntamente com os estudos que priorizam a chamada “história vista

⁸ Frentress e Wickham lembram da existência de várias culturas que utilizaram a tradição oral e a memória como forma de preservar sua história e seus laços identitários. Por exemplo, a Borgonha do século XII, a Islândia medieval e a Grécia antiga. Atualmente ainda existem sociedades que tem na tradição oral suas bases de memória e história tais como alguns povos africanos.

⁹ CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 99, 1994.

¹⁰ Existem inúmeras discussões a respeito de qual o marco cronológico em que se situa a história do tempo presente. O mais coerente segundo nossa visão é o marco que considera a história do tempo presente como a história de uma geração, ou seja, é a historiador escrevendo sobre acontecimentos do seu próprio tempo, o depoente relatando fatos sobre a história da própria sociedade em que se situa.

de baixo”. Este ramo dos estudos históricos se beneficiou amplamente deste recurso metodológico tendo em vista a pouca quantidade de fontes e documentos escritos produzidos pelas parcelas da sociedade mais afastadas dos centros de poder. Atualmente aplicada em pesquisas de temáticas diversas, as principais críticas que sofre com relação a suas limitações está relacionada a possíveis interferências que os testemunhos da história oral sofrem por parte da subjetividade do entrevistado e do entrevistador, tendo em vista o contexto histórico e pessoal em que se encerra a entrevista. Todavia, hoje em dia as muitas potencialidades que apresentam os testemunhos orais como fontes de pesquisa têm se mostrado superiores aos limites apresentados.

Uma das principais vantagens que se registra com relação ao método, como observa Delgado (2006)¹¹, é possibilitar o registro de versões alternativas às da história predominante, por meio de entrevistas com personagens e testemunhas da história nem sempre considerados pela chamada história oficial. Assim, através dos testemunhos podemos alcançar o que Alberti chamou de “histórias dentro da história” (...) ampliando as possibilidades de interpretação do passado” (2005)¹². A pluralidade de olhares é, sem dúvida, uma das maiores contribuições que a história oral trouxe para a história enquanto ciência na sua permanente tarefa de reconstituir o passado.

História Oral: a metodologia

Metodologicamente a história oral convencionou diferenciar dois tipos principais de entrevistas. As entrevistas temáticas e os depoimentos de história de vida. As entrevistas temáticas se caracterizam por serem mais direcionadas e curtas do que as histórias de vida. A realização de um projeto de história de vida normalmente demanda muitas horas de entrevista a fim de que se possa recapturar toda a biografia do entrevistado. Delgado (2006)¹³, ao abordar o tema apresenta ainda um terceiro tipo de modelo de fonte oral que pode ser utilizado e que a autora denomina entrevista de trajetória de vida. O terceiro tipo de entrevista listado, vem justamente a se situar entre as duas formas usualmente mais conhecidas, trazendo uma forma de equilibrar a abordagem da vida pessoal e a temática quando não é possível

¹¹ Idem.

¹² ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155.

¹³ Ibidem.

realizar muitas e longas seções de entrevista. Por ser um modelo de entrevista que abre espaço para um relativo aprofundamento na vida do entrevistado, ao mesmo tempo em que contempla temas específicos, esta entrevista pode ser mais proveitosa do que a de conteúdo mais restrito

A escolha de qual dos tipos será realizado depende de muitos fatores, tais como: os objetivos do projeto de pesquisa; também da disponibilidade de tempo dos entrevistadores e dos entrevistados; a quantidade de recursos financeiros disponíveis, etc. Como a maioria das entrevistas tem vinculação a um projeto de pesquisa com tema específico, opta-se frequentemente pela entrevistas temáticas..

Essas entrevistas são feitas após uma pesquisa parcial de levantamento de dados, onde o pesquisador, ou equipe responsável pelo projeto, deverá decidir quais são os critérios para escolha dos entrevistados e definir posteriormente os escolhidos segundo a relevância que podem conter seus depoimentos para a realização dos objetivos da pesquisa. Como método qualitativo de produção e análise de fontes esta etapa do processo é muito importante, como salienta Alberti (2005)¹⁴, pois, “quem entrevistar?” depende de “o que quero saber?”.

O próximo passo será produção dos roteiros semi-estruturados que irão guiar o entrevistador durante o depoimento. Eles devem conter as informações principais sobre os depoentes e sobre o tema da pesquisa, de forma a se tornarem um mediador entre o entrevistador, o entrevistado e sua memória. Estes roteiros não devem ser muito rígidos e sua relação com o entrevistador deve a ser de um “mapa da memória” e não uma “camisa-de-força”.

É interessante lembrar que é impossível prever qual será o desenvolvimento de uma entrevista. O entrevistado pode se portar de maneira mais ou menos colaborativa dependendo de como a entrevista for conduzida e também, de como o tema tratado o afeta pessoalmente. Muito da qualidade e densidade das entrevistas produzidas depende diretamente do entrevistado, o que resulta em entrevistas mais ou menos representativas qualitativamente. De qualquer modo, o entrevistador deve ter sempre em mente o respeito ao entrevistado e as suas opiniões e possíveis esquecimentos ou omissões.¹⁵

¹⁴ Idem.

¹⁵ Parte fundamental do texto acima descrito sobre as potencialidades e limites da história oral bem como sobre a metodologia das entrevistas se baseia no livro de DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p.

História oral e Memória

“(...) recordamos conhecimento, mas também recordamos sensações. A memória, com efeito, penetra em todos os aspectos da nossa vida mental, dos mais abstratos e cognitivos aos mais físicos e inconscientes.”

A afirmação de Frentress e Wickham (1992)¹⁶ aborda um dos temas mais caros quando falamos da história oral e da memória: até onde vai a influência da subjetividade, das sensações e sentimentos nos depoimentos recolhidos nos projetos que utilizam a história oral? Como metodologia de produção de fontes e documentos que utiliza a memória como seu substrato principal o questionamento sobre este aspecto da história oral é freqüente.

Os pesquisadores que trabalham com a metodologia hoje já passaram pelo pior momento de contestação quanto à validade da história oral. No entanto a grande quantidade de artigos e livros publicados atualmente que versam sobre as relações entre a memória e a história aponta para um desconforto que insiste em permanecer com relação ao tema. Surge então o questionamento: já não se trata mais de justificar a validade do método, mas de apontar suas especificidades e discutir seu aprimoramento, possível após vários anos de utilização e discussão? Ou ainda persiste, como faz parecer em alguns momentos, a desconfiança sobre a história oral, agora maquiada com novos nomes?

Um olhar pouco atento aos questionamentos feitos e as discussões pode apontar para a segunda opção. No entanto, a história vista como uma ciência em permanente construção, feita mais de incertezas e perguntas do que de respostas acabadas, mostra o oposto. Ao contrário de outras áreas do conhecimento que estabelecem pressupostos duradouros e fórmulas matemáticas que explicam constantes e permanências “eternas”, a História ciência tem se caracterizado por um constante questionamento de seus métodos e teorias que tem sido refeitos periodicamente. Com a história oral não será diferente. Ferramenta de um conhecimento em construção, ela está sempre sujeita a ter que se reinventar e ampliar através das discussões teóricas que a cercam para poder se adaptar as novas demandas que aparecem continuamente.

Passados tantos anos desde que o método começou a ser utilizado chegou a hora de discutir o que foi produzido até aqui, as falhas e os acertos e estruturar as bases em que se dará sua continuidade.

¹⁶ Idem.

Dado seu caráter indissociável com a memória, a história oral não disputa necessariamente com ela os direitos sobre a reconstituição do passado, como faz a história baseada em documentos textuais, mas procura dividir a responsabilidade e colaborar nesta reconstituição. Esta colaboração acontece com o intuito de registrar e guardar o passado em suportes que, acredita-se, sejam mais duradouros que a memória propensa ao esquecimento. No entanto, escrever ou gravar não só congela a memória como o faz sob formas textuais que evoluem de maneira bastante diferente das que servem à memória oral. Enquanto a memória é fluida e está constantemente sofrendo transformações influenciadas pelo subjetivo de quem recorda e pelo contexto em que se rememoram os acontecimentos as formas textuais da memória - que Nora considera como história – são mais fixas.

E, trazer os indivíduos para o centro da história, como observou Chartier (1996)¹⁷, implica em certa medida, na aceitação da subjetividade inerente a esta operação. Importa aqui perceber que com as mesmas informações, pessoas diferentes tecem relações diferentes e significam diferentemente os fatos vivenciados na coletividade ou na esfera privada. A memória não é única, ela existe em múltiplas esferas que disputam entre si. A memória oficial da nação, memória dos grupos, a memória particular / privada, a memória erudita e a memória pública. Todas estas “partes” da memória de uma pessoa se unem na hora de dar uma entrevista que constituirá uma fonte oral.

O que deve ser visto como principal elemento a ser considerado ao analisar esta relação é o tratamento que vem sendo dado aos testemunhos. Como fonte e documento de produção da História ciência a narrativa testemunhal não pode prescindir da análise crítica que cerca o uso de qualquer documento. Como afirma Ricoeur (apud SARLO, 2007)¹⁸

“o testemunho está na origem do discurso histórico, [e] a idéia de que sobre um tipo de testemunho seja difícil, quando não impossível, exercer o método crítico da história significa uma restrição no que diz respeito não a suas funções sociais ou judiciárias, mas aos seus usos historiográficos.”

Alberti (2005)¹⁹ chama atenção para o fato de que mesmo as incoerências, falhas e omissões devem ser tomadas por uma perspectiva de contribuição e podem ser objeto de análise por parte do entrevistador.

¹⁷ CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. Cap. 17, p. 215 – 118.

¹⁸ Idem página 37.

¹⁹ Idem.

Tomar estes testemunhos como “verdades inquestionáveis” é a principal barreira que se pode erguer contra a produção de uma história legitimamente comprometida com a seriedade de seu *status* de ciência.

Conclusão

A possibilidade de apreender o passado através da visão de uma pessoa e questionar as generalizações em algumas interpretações e conjunturas é muito rica. Mostrar a ação humana por trás da massa sem rosto e uniforme, devolvendo ao indivíduo o poder de ação é a grande contribuição da história oral para a historiografia contemporânea. Entretanto, ainda que, as particularidades da visão individual devam ser respeitadas não se deve perder de vista a necessidade de confrontar mais de um tipo de fonte, quando for possível, durante a realização de um projeto de pesquisa em história oral. E, caso esta possibilidade não se apresente, um opção muito coerente é o exame de depoimentos diferenciados sobre o tema.

Esta operação de análise e explicação tendo em vista a compreensão dos fatos é importante e, não pode ser substituída pela narração em primeira pessoa ausente de um elemento exterior de reflexão. Por mais que a memória seja mediada pela racionalidade de quem a expõe no presente, ela ainda é passível de conter elementos que podem ser considerados verdadeiros pelo depoente, mas que ao realizarmos um exame mais apurado da história se revelem inverídicos.

O anacronismo também constitui um dos elementos apontados quando se pensa nos depoimentos da história oral. Tema delicado com que tem que lidar a produção histórica, a dupla temporalidade que permeia as narrativas, misto de um passado que é revisitado pelo presente, sempre está a espreitar a escrita do passado. No entanto, como observa Sarlo os ‘fatos históricos’ seriam inobserváveis se não estivessem articulados em algum sistema prévio que fixa seu significado não no passado, mas no presente. Esta “ponte” é o que dá a história seu significado no presente e a faz uma ciência sempre em renovação. Com relação aos testemunhos eles carregam esta marca anacrônica e, como descreve Sarlo

O testemunho pode permitir o anacronismo, já que é composto daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem capturar do passado, que suas idéias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se, daquilo que conhece por experiência e pelos

meios de comunicação, e que se confunde, depois de um tempo, com sua experiência etc. etc.” (2007)²⁰

Esta é a própria natureza da memória: fugidia e mutável.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155 – 202.

CAMARGO, Aspásia. Os usos da História Oral e da História de Vida: trabalhando com elites políticas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 5 – 28, 1984.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 97 – 113, 1994.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. Cap. 17, p. 215 – 118.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p.

FRENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Novas Perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema. 1992.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7 – 28, Dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200 – 212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimentos, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3 - 15, 1989.

²⁰ Idem páginas 58 e 59.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. Cap. 15, p. 203 – 209.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia da Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. 129 pp.

Das causas da emancipação Alphonse de Beauchamp e a Independência do Brasil

Bruno Franco Medeiros¹

Os processos de independência das antigas colônias de Portugal e Espanha na América têm motivado nos últimos anos grandes debates entre historiadores e estudiosos, a partir da análise daquele que foi um dos resultados mais complexos desses processos: a formação dos Estados Nacionais. Esses estudos recentes criticam os fundamentos de uma concepção normativa da modernidade, forjada no século XVIII entre a crise do Antigo Regime e a instauração de um novo regime após a Revolução Francesa que perdurou, sem grandes questionamentos, até meados do século XX e que geriu em grande medida as narrativas nacionais que sustentavam esses Estados. A partir desse momento, tais narrativas, baseadas numa modernização progressiva, esgotavam-se tanto do ponto de vista teórico quanto como uma consequência das investigações que revelavam a complexidade da história moderna².

Propomos analisar neste texto as transformações operadas no conceito de história durante e imediatamente após o processo de Independência do Brasil. Buscamos avaliar esse momento histórico a partir de uma visão não homogênea do processo de independência, tendo em vista os vários grupos políticos que tentavam nesse momento apreender e investigar sistematicamente o passado brasileiro a partir de seus projetos de futuro³. Cada projeto de futuro buscava no passado uma forma de legitimação de poder no presente. A partir disso, mostraremos como Alphonse de Beauchamp (1769-1832) entendia a Independência do Brasil a partir da sua obra *L'Indépendance de l'Empire du*

¹ Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo, com projeto de pesquisa intitulado *Alphonse de Beauchamp e a cultura histórica no Brasil, 1808-1831*, sob orientação da Profª. Drª. Iris Kantor, financiado pela CAPES.

² Benedict Anderson. *Nação e consciência nacional*. Valdeci Lopes de Araujo. "História dos conceitos. Problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica". p. 49-50.

³ István Jancsó & João Paulo Garrido Pimenta. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". Valdeci Lopes de Araujo. Op. Cit. p. 53.

Brésil. Através do embate entre as referências clássicas e a constituição do moderno conceito de história, pretendemos chegar a algumas conclusões.

*
* *

Ao analisar a formação de um novo espaço de experiência e suas implicações para a semântica histórica na América Ibérica a partir da crise dos impérios coloniais, Guillermo Zermeño nos diz que existe uma coincidência com a análise que Reinhart Koselleck propõe para o caso alemão⁴ na passagem do século XVIII para o próximo. Segundo Zermeño é possível dividir esse período em três etapas. Num primeiro momento dominou o conceito clássico de história, de inspiração ciceroniana, o qual entende a história enquanto um gênero literário ligado a histórias particulares (*Historie*). A segunda etapa, estimulada pelos movimentos políticos e sociais, assimilou a história nacional. A ruptura com o passado colonial estruturou novas narrativas históricas que tem sua orientação a partir de um futuro incerto. Mas, segundo o autor, a abertura de um novo espaço de experiência não eliminou necessariamente as formas de vida criadas no passado. Deste modo, o futuro pode ser lido à luz de uma história providencialista. A última etapa seria caracterizada pela emergência do singular coletivo, um novo conceito de história onde história enquanto acontecimento e sua representação se fundiram, dando início assim ao desenvolvimento de uma filosofia da história a partir das idéias de progresso e civilização. A partir desse momento, o futuro se distanciava cada vez mais do passado, tornando assim inútil o emprego do *topos Historia Magistra Vitae* para a interpretação do passado⁵.

Tentaremos mostrar aqui qual o lugar ocupado por Beauchamp no interior dessas etapas de um novo espaço de experiência. Alphonse de Beauchamp publicou *L'Indépendance de l'Empire du Brésil* em 1824. Antes, Angliviel de La Beaumelle havia publicado *L'Empire du Brésil* em 1823, obra também dedicada à independência do Brasil. Segundo Francisco Adolfo de Varnhagen, ambos os autores haviam recebido ajuda para escrever suas obras a partir de Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa – Visconde de

⁴ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado*.

⁵ Guillermo Zermeño Padilla. “História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850”. p. 12.

Itabaiana –, certamente quando este estivera na França em 1822 como ministro plenipotenciário⁶. Beauchamp já tinha publicado uma *Histoire du Brésil* em 1815, obra polêmica cujo conteúdo foi acusado severamente por Robert Southey de ser um plágio do primeiro volume de sua *History of Brazil*.⁷

Se, segundo Zermeño, naquele momento de crise durante o processo de independência, uma das formas de projetar um futuro possível se dava por uma história providencialista, encontramos em Beauchamp e La Beaumelle algumas passagens que justificam essa hipótese. Segundo Beauchamp, a emancipação de um jovem império, porém já poderoso, foi um decreto da divina Providência⁸. O autor reforça essa idéia em várias passagens de sua obra, como na passagem que segue:

Dom Pedro tem se tornado imperador do Brasil, como o duque d’Anjou se tornou rei da Espanha, sob o nome de Filipe V; como Fernando de Bourbon se tornou rei de Nápoles, a título hereditário; e quase como Fernando VII substitui Carlos IV a Aranjúes, depois de sua abdicação. No Brasil, mesma legitimidade, mesma necessidade de conservar o princípio monárquico e a hereditariedade da coroa. Podemos dizer que a legitimidade, esta ordem de sucessão estabelecida pela Providência, tem sido legalmente promulgada no Brasil na pessoa de Dom Pedro⁹.

Já La Beaumelle, ao tentar justificar a impossibilidade do restabelecimento da dependência do Brasil com relação a Portugal, usa como epígrafe a seguinte passagem retirada dos Atos dos Apóstolos, cap. 5, vers. 38-9:

Agora vos digo: Dai de mão a estes homens, deixai-os; porque se este conselho ou esta obra vem de homens perecerá; mas se é de Deus, não podereis destruí-los, para que não sejais porventura, achados lutando contra Deus.

Podemos perceber, através dessas passagens, a permanência de referências clássicas do conceito de história (*Historie*) como um gênero literário, mas também como

⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência do Brasil*. P...

⁷ Além do mais, antes da vinda da Corte para o Brasil, em 1808, vários franceses já tinham publicado uma gama de obras sobre a América Portuguesa. Após 1815, chega ao Brasil um grupo de artistas franceses, que ficaram conhecidos na historiografia brasileira como *missão artística francesa*, tendo como um de seus principais representantes Nicolas-Antoine Taunay. Sobre esse assunto, cf. Lilia Schwarcz. *O Sol do Brasil*.

⁸ Alphonse de Beauchamp. *L’Indépendance de l’empire du Brésil*. p. XII.

⁹ Idem, p. 45. No original: “Don Pedro est devenu empereur du Brésil, comme le duc d’Anjou était devenu roi d’Espagne, sous le nom de Philippe V; comme Ferdinand de Bourbon était devenu roi de Naples, à titre héréditaire; et presque comme Ferdinand VII remplace Charles IV à Aranjúes, après son abdication. Au Brésil, même légitimité, même nécessité de conserver le principe monarchique et l’héritage de la couronne. On peut dire que la légitimité, cet ordre de succession établi par la Providence, a été légalement promulguée au Brésil dans la personne de don Pedro”.

sua vocação de edificação moral, como nos mostra Zermeño¹⁰. Segundo o autor, até as duas primeiras décadas do século XIX, permanece ainda a evocação das autoridades clássicas greco-romana da Antiguidade como modelos formais de escrita e de edificação moral, tais como Aristóteles¹¹, Cícero e a Bíblia. Zermeño ainda nos alerta para a probabilidade, nesse momento, do aparecimento de alguns manuais que recordam e exigem o respeito às regras para obtenção da verdade em história. A história (*Historie*) continua a ser entendida como um repertório de experiências alheias e úteis para tomada de decisões em momentos de crise. Zermeño diz ainda que se começa a notar que só alguns séculos cumprem esse tipo de função política-moral advinda desse tipo de história, como por exemplo, o século de Luís XIV. Para defensores da monarquia, como eram Beauchamp e La Beaumelle, qual o modelo de monarquia a servir de exemplo senão o o apogeu da monarquia francesa representada pelo monarca Luís XIV? Vale lembrar também que o auge do *direito divino dos reis* estava projetado em Luís XIV e que tinha como um dos mais importantes proponentes Jacques Bossuet. Um dos problemas encontrados pelos autores que propunham uma explicação histórica providencialista após a Revolução Francesa seria conciliar a vontade divina com a liberdade e vontade humana¹². Isso nos leva ao que Beauchamp fala (ou não) a respeito da escravidão no Brasil. Para ele,

a única escravidão que pesava fortemente sobre o Brasil, era a escravidão do monopólio. Ela era odiada. Ela oprimia todas as partes do império. Ela se exercia mais particularmente sobre as vilas marítimas. Este obstáculo (...) desapareceu.¹³

Valdei Araujo encontra na análise de Zermeño um ponto de divergência entre as cronologias hispano-americana e brasileira concernente ao que é chamado no momento do processo de independência de “História Contemporânea”, que segue o modelo antigo de uma história do presente, um tipo de história que no início do século XIX adquire centralidade. Zermeño define como marco para a América Ibérica a década de 1820 enquanto Valdei Araújo nos diz que para o caso brasileiro a partir de 1808, ou seja, a

¹⁰ Guillermo Zermeño Padilla. Op. Cit. p. 13.

¹¹ A velha noção de Aristóteles – *o homem como animal social* – aparece em *L’empire du Brésil de La Beaumelle*. Conferir especialmente p. 2. Além disso, cada capítulo da obra de La Beaumelle inicia-se com uma epígrafe em grego.

¹² Guillermo Zermeño Padilla. Op. Cit. Cf. Nota 30.

¹³ Alphonse de Beauchamp. Op. Cit. p. 6-7. No original: “Le seul esclavage qui pesât fortement sur le Brésil, était celui du monopole; il était odieux; il opprimait toutes les parties de l’empire; il s’exerçait plus particulièrement sur les villes maritimes. Cet obstacle, le seul qu’il y eut à un régime raisonnable, disparut”.

partir da vinda da Corte para o Brasil, já encontramos importantes formulações que buscam compreender e formular projetos de futuro a partir dos acontecimentos do dia. Nesse momento, a história representa uma das armas políticas mais eficazes¹⁴. Não é a toa que, ao lançar seus olhos para o momento em que a Corte vem para o Brasil, e as implicações que esse acontecimento trouxe para a história do país, Beauchamp nos diz que

o comércio do Brasil foi aberto a todas as nações; os embaixadores das potências européias vieram ao Rio de Janeiro, e desta capital partiu as instruções e ordenanças para as colônias de Moçambique, de Loango, de Goa e de Manille. O Brasil que, até agora havia sido uma colônia, tem a seu turno as colônias; (...) Agora, a voz do povo pode ser ouvida, e a opinião pública consultada.

Essas felizes mudanças, os Brasileiros as acolheram com o mais vivo entusiasmo. A influência salutar da presença do governo se fez sentir mais e mais. Assim, podemos dizer que *a independência do Brasil remonta à época da emigração da família de Bragança*.¹⁵

Não era a primeira vez que se aventava a mudança da Corte para o Brasil. Essa hipótese já havia sido pensada em 1580, logo após a União das duas Coroas e também em 1640 por Antônio Vieira, logo após o fim da União Ibérica, tendo em vista a ameaça que a Espanha representava para a monarquia independente da Casa de Bragança. Em 1803, o estadista português Rodrigo de Souza Coutinho, chefe do Tesouro Real, demonstrou ao príncipe regente D. João a crítica situação em que se encontrava a Europa e as possíveis conseqüências que esta situação poderia trazer para países de pequenas dimensões como Portugal, tendo em vista o avanço do Império Napoleônico. Uma das soluções encontradas por Coutinho seria D. João e seus povos “(...) irem criar um poderoso Império no Brasil”, já que “Portugal por si mesmo (...) não he a melhor e mais essencial parte da Monarquia”.¹⁶

Anos mais tarde, Varnhagen terminava de escrever sua *História da Independência do Brasil* e chegava à seguinte conclusão:

¹⁴ Valdeci Araujo. Op. Cit. p. 53.

¹⁵ Op. Cit. p. 7. No original: “Dès-lors le commerce du Brésil fut ouvert à toutes les nations; des ambassadeurs des puissances vinrent à Rio-Janeiro, et de cette capitale partaient les instructions et les ordonnances pour les colonies de Mozambique, de Loango, de Goa et de Manille. Le Brésil qui, jusqu’alors, avait été une colonie, avait à son tour des colonies; il s’en fallait peu que le Portugal ne fût considéré comme tels dans le reste de l’Europe. Dès-lors aussi la voix du peuple put être entendue, et l’opinion publique consultée. Ces heureux changemens, les Brésiliens les accueillirent avec le plus vif enthousiasme. L’influence salubre de la présence du gouvernement se fit sentir de plus en plus. Ainsi l’on peut dire que l’indépendance du Brésil remonte à l’époque de l’émigration de la famille de Bragançe”.

¹⁶ Sobre isso, ver Kirsten Schultz. *Versalhes Tropical*. p. 37-58

Não era mais possível contemporalizar. E, inspirado (D. Pedro I) pelo gênio da glória, que anos depois, no próprio Portugal, lhe havia de ser outras vezes tão propício, não tardou nem mais um instante: e passou a lançar, dessa mesma província [de São Paulo] que depois conceituava de “agradável e encantadora”, dali mesmo, do meio daquelas virgens campinas, vizinhas da primitiva Piratininga de João Ramalho, o brado resolutivo de “Independência ou Morte!”

(...) Estava, de fato, proclamado o Império, não já o luso-brasileiro, formado por D. João VI, e que então findava, mas o brasileiro puro¹⁷.

Dessa maneira, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) identificava, pouco antes de falecer¹⁸, o ato fundador do Império Brasileiro. O Visconde de Porto Seguro nos alerta para o evento que marcaria, a partir de então, a separação do Brasil de Portugal. Às margens do rio Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, estaria definitivamente estabelecido o Império do Brasil. Varnhagen ainda nos alerta quanto ao método adotado na exposição da sua história. Segundo ele, “não escrevemos anais, mas escrevemos uma *História* (...). Além de que, na época da Independência, a unidade não existia (...)”¹⁹. Difícil não perceber ecos dessa afirmação de Varnhagen em Sérgio Buarque de Holanda, quando este autor diz que no Brasil, as duas aspirações – da independência e da unidade – não surgem ao mesmo tempo e demoram a se imiscuir²⁰.

Como podemos ver, há uma divergência entre a cronologia estabelecida por Beauchamp (e outros autores que escreveram durante e logo após o processo de Independência) e Varnhagen. Percebemos que em Varnhagen já está disponível o moderno conceito de história, não mais entendido como relato ou gênero literário – os anais. Sabemos que Varnhagen terminou a elaboração de sua *História da Independência do Brasil* em 1875. Porém, esta obra só foi publicada em 1916, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além disso, quando Varnhagen publicou a sua *História Geral do Brasil*, a partir de 1854, uma das mais importantes histórias do Brasil publicada no século XIX foi marcada por uma ausência: o episódio da Independência do Brasil. A distância temporal entre o processo de Independência e a publicação do primeiro volume de *História Geral* fazia-se apenas de três décadas. Portanto, historiar a independência seria fazer história recente do Império. A ausência do tema da

¹⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência do Brasil...*p. 138-9.

¹⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen faleceu em Viena em 1878.

¹⁹ Idem, p. 15.

²⁰ Sérgio Buarque de Holanda. “A herança colonial – sua desagregação”. p. 9.

independência na história da historiografia brasileira oitocentista só se explica pela gradual perda de sentido da história do presente a partir da constatação da necessidade de distanciamento do historiador com relação aos fatos vividos e do estabelecimento da crítica histórica moderna.

Segundo Koselleck, as metáforas pré-modernas – tal como a do espelho – de imparcialidade que faziam parte do significado do conceito de história nessa época não passavam de um realismo ingênuo, na medida que essas metáforas se relacionavam a um tipo de *verdade nua e sem ornamentos*. Essas metáforas vinham desde Luciano e Cícero. Segundo o autor, metodologicamente, o ponto de partida para a sustentação dessas metáforas é a *história do presente ou do passado mais recente*. Valendo-se de testemunhos auditivos, esse tipo de procedimento conferia credibilidade ao conteúdo narrado. Além do que, os índices de verossimilhança permaneceram atrelados à testemunha ocular, se possível aos agentes que participaram ativamente dos eventos narrados. Porém, à medida que o moderno conceito de história (*Geschichte*) foi se firmando, o registro de uma *história do presente* foi cada vez mais perdendo sua dignidade. Koselleck utiliza o exemplo de Planck, o qual foi um dos primeiros a observar que as chances de se atingir o conhecimento histórico só aumentavam à medida que aumentava também a distância temporal. A partir daí, a testemunha ocular perdia sua posição privilegiada no estabelecimento de uma história escrita. Quando se identifica a fraqueza de uma história do presente, o passado deixa de ser mantido na memória e na tradição oral e passa a ser reconstruído por procedimentos críticos²¹. Esses procedimentos críticos nada mais são do que heranças da dúvida cartesiana e do ceticismo pirronista, que contribuíram em grande medida para a má consciência do historiador a respeito de sua capacidade transmitir uma verdadeira representação do passado. Não é por menos também que, o surgimento da pesquisa antiquária no início da Idade Moderna, se tornou uma das mais importantes contribuições à moderna crítica histórica. Segundo Arnaldo Momigliano, os antiquários além de desconfiarem da tradição literária clássica, desgostavam das controvérsias teológicas e viam pouca utilidade na história política²².

²¹ Reinhart Koselleck. “Ponto de vista, perspectiva e temporalidade. Contribuição à apreensão historiográfica da história”. In: *Futuro Passado*. pp. 161-188.

²² Arnaldo Momigliano. “O surgimento da pesquisa antiquária”. p. 90.

Segundo Valdeí Araujo, o conceito de história ao qual a *história do presente* estava ligada só perdeu centralidade nas tentativas de representação do passado quando a estabilidade política e o processo de consolidação do Estado Nacional a partir do segundo reinado permitiriam uma despolitização da escrita da história, transformando-a em ciência imparcial²³. No mesmo sentido, Lúcia Guimarães, ao analisar as relações entre história e política nos papéis desempenhados pelos sócios do IHGB, toca em um ponto que, em grande medida, poderia nos ajudar a responder essa pergunta. A autora nos diz que a *necessidade de recordar* o passado brasileiro foi orientada pelas condições em que os integrantes do Instituto, em especial os políticos, dialogaram com as circunstâncias históricas. A discussão, a partir dessa necessidade de recordar, passa do âmbito acadêmico para o político, pois é justamente aí que, segundo a autora, foram tomadas decisões sobre a conveniência de tornar alguns documentos e trabalhos históricos públicos. Para tanto, foi necessária a instituição de uma *arca do sigilo*, que funcionaria como um censor que mediria o que deveria ser publicado ou não a respeito desse passado. Claro é que o episódio da Independência cairia nesse veto, pois grande parte dos atores políticos que participaram ativamente do processo da Independência ainda estavam vivos. Tocar nesse assunto poderia trazer alguns constrangimentos. Visto que o episódio da Independência fazia parte da história recente do país, poderíamos explicar também essa ausência a partir da consolidação da experiência da história como algo diferente, e, portanto, moderno, a partir de 1850²⁴.

*
* *

Inimigo severo da Revolução, um dos maiores críticos ao governo de Napoleão e um dos maiores defensores da restauração do trono francês, Beauchamp encontrava na Independência do Brasil e na manutenção da monarquia e no princípio da hereditariedade um dos centros de sua preocupação com a história. Ao escrever *L'Indépendance de l'Empire du Brésil*, dava continuação à sua *Histoire du Brésil*, algo que Varnhagen não fez devido às circunstâncias que já falamos aqui.

²³ Valdeí Lopes de Araujo. Op. Cit.

²⁴ Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial...* p. 516.

Se uma das maiores características de um novo espaço de experiência a partir do XIX foi a *aceleração do tempo*, como demonstrou Koselleck, talvez a avidez que marcava a grande produção de compêndios sobre a história do presente representava uma tentativa de captar esse tempo que fugia das mãos e penas a todo momento. Tendo em vista o desenvolvimento da historiografia brasileira no século XIX, percebemos o quanto nomes como Beauchamp e La Beaumelle permaneceram obscuros. Podemos ver isso como um severo controle daqueles que se achavam responsáveis por estabelecer uma historiografia oficial durante o império brasileiro, um controle que derivava tanto de questões políticas quanto a partir da progressiva assimilação dos ideais de progresso e civilização que estavam por trás de uma nova experiência do tempo.

FONTES

BEAUCHAMP, Alphonse. *L'Indépendance de l'Empire du Brésil*. Paris: Delaunay, 1824.

LA BEAUMELLE, Angliviel. *L'Empire du Brésil*. Paris: Bossange Frères, 1823.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. São Paulo: Melhoramentos, 1957. (1916)

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1993.

ARAUJO, Valdeí Lopes de. “História dos conceitos. Problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica”. *Almanack Brasiliense*. n. 7. Maio, 2008. p. 49-50.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB. Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, p. 459-613, jul/set. 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. In: *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. O processo de Emancipação*. Tomo II. 1º Volume. São Paulo: Difel, 1970.

JANCSÓ, István & João Paulo Garrido Pimenta. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme MOTA (org). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “O surgimento da pesquisa antiquária”. In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

PADILLA, Guillermo Zermeño. “História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850”. *Almanack Brasiliense*. n. 7. Maio, 2008.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical. Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil*. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Manoel Bomfim e os historiadores brasileiros de José Honório Rodrigues. um estudo de caso

André de Lemos Freixo*

Apresentação

A intenção deste *paper* é sugerir uma leitura para as principais reflexões de Manuel Bomfim (1868-1932) acerca da escrita da história no Brasil, em especial em seu livro “O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política”, publicado em 1930. Tento compreender como esta perspectiva – ainda hoje considerada por muitos especialistas como bastante ousada para sua época – foi legada ao esquecimento no que tange a uma linhagem historiográfica brasileira. Quando não inteiramente esquecidos, os escritos de Bomfim são lembrados como produtos de uma perspectiva “*outsider*” no pensamento social brasileiro, especialmente quando analisado pelas Ciências Políticas.

Mutatis mutandis, esta perspectiva deixa-nos algo sobre o que refletir, principalmente quanto à instalação do ofício dos historiadores no Brasil. É importante ao trabalho de análise historiográfica estar sempre dispostos a refletir criticamente sobre, por exemplo, quando estas se apresentam de modo naturalizado. Neste caso, pode-se apropriar esta perspectiva para analisar os “clássicos” da historiografia brasileira. Isto é, quais autores seriam os “estabelecidos” e quais os “*outsiders*”, na história da História brasileira? Neste estudo de caso, pretendo apresentar a perspectiva historiográfica de Manuel Bomfim como uma voz dissonante.

Manuel Bomfim: uma voz dissonante

Francisco Adolfo de Varnhagen, João Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e José Honório Rodrigues: o que estes nomes teriam em comum? Que tipo de relação poder-se-ia inferir nesta seleta lista de intelectuais de tão variadas épocas e matizes teóricos? Dentre outras, a resposta que mais interessa aqui é que todos são,

* André de Lemos Freixo é mestre em História (2008), título conferido pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/IFCS/UFRJ) e atualmente é doutorando (bolsista do CNPq) neste mesmo programa.

quase unanimemente, considerados mais do que meramente historiadores do Brasil, são “clássicos” da *Historiografia* brasileira.¹ Alguns deles, inclusive, membros permanentes de uma linhagem de intelectuais que dedicaram suas carreiras ao pensar histórico e historiográfico do e no Brasil. São, portanto, parte de um panteão da Historiografia nacional.

Ponto seguro de uma história de nossa Historiografia passar por estes autores. Assim como o modelo de escrita da História oitocentista fabricou seus mitos identitários, instalando a origem da nação na noite dos tempos e narrando a trajetória de uma nação generosa, forte, heróica e prodigalíssima, a história da História, parece, ter sido fortemente tributária desta perspectiva. Nossos historiadores foram veiculados, interpretados, nuançados ou esquecidos a partir de sua relevância ou não para a edificação nacional. O sucesso desta perspectiva é de tal ordem que parece, ainda se acreditar, em muitos casos, que a linhagem clássica de nossos historiadores está dada. Acredito que este tipo de certeza precisa ser posta em questão – exatamente por sua inabalável segurança, sua estabilidade. Só assim “abalamos as credences indulgentes para com nós mesmos, só assim somos capazes de desmontá-los para compreender a dinâmica que impõem nos comportamentos coletivos”.²

Precisamente neste espírito, proponho uma releitura de Manoel Bomfim. O médico, psicólogo, educador, sociólogo, antropólogo e, porque não, historiador sergipano Manoel Bomfim dificilmente encontrar-se-ia em muitas listas resultantes de uma hipotética enquete sobre quais autores poderiam ser elencados numa seleção para os historiadores do Brasil. Na realidade, muito pouco ainda se produziu sobre sua obra, especialmente no que tange à sua perspectiva historiográfica.³

Parece ter prevalecido o modelo de Romero, seguido por Nestor Vítor, Araripe Júnior, José Veríssimo, dentre outros. Esta tradição de escrita de uma história da literatura é centrada na seleção de intelectuais a partir de um determinado conjunto de preocupações e projetos que envolviam questões

¹ O termo “historiografia” é dotado de uma, por vezes incômoda, ambigüidade. Por um lado, pode ser entendido como o ato ou exercício de produção de textos de história. Por outro, corresponde também ao estudo da “história da história”, isto é, o exame e constantes esforços analíticos acerca da historicidade no ato de produção de conhecimento sobre o passado. Para evitar possíveis enganos, convencionou-se neste ensaio a distinção entre “historiografia” (trabalho de escrita da história) e “Historiografia” (reflexão dos historiadores sobre o seu ofício).

² COLI, Jorge. *Apresentação*. In: SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Silvio Romero, hermeneuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 12.

³ Nas últimas décadas, merecem destaque os trabalhos de: ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil – Manoel Bomfim**: um ensaísta esquecido. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979; SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. **História e Dependência**: cultura e Sociedade em Manuel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984; SILVA, José Maria de Oliveira. **Da educação à revolução**: radicalismo republicano em Manoel Bomfim. São Paulo: USP, 1990. (Dissertação de Mestrado); BOTELHO, André Pereira. **O batismo da instrução**: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim. Campinas, SP: UNICAMP, 1997 (Dissertação de mestrado); AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, ANPOCS, 2000; e GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim (1868-1932) e o Brasil na história**. Rio de Janeiro: UFF, 2001. (Dissertação de mestrado).

nacionalistas. As seleções obedeciam à lógica de uma organização cronológica de “autor e obra”, conduzindo sua narrativa a um *telos* pré-estabelecido. Acredito que, talvez, esta tradição possa ser estendida até José Honório Rodrigues e sua seleção dos historiadores brasileiros, mas não irei me deter muito sobre esta questão aqui.

A partir de meados dos anos 1920, Bomfim retoma sua escrita sobre a história, com seu foco sobre o Brasil. Seu projeto para escrever uma trilogia sobre o tema nacional ganha novo fôlego a partir de 1926, quando descobriu estar com câncer. Esta trilogia é composta por “O Brasil na América” (1929), “O Brasil na História” (1930) e “O Brasil Nação” (1931). Entre os anos que separam seu *América Latina* destes outros livros, Bomfim, que trilhou uma bem sucedida série de iniciativas em educação, escreveu e publicou, entre outros, uma série de livros chamados na época de “livros de leitura” – que André Botelho definiu como sendo “um híbrido de ficção e manual escolar, que pode ser chamado tecnicamente de paradidático”.⁴

Quanto à formação da sociedade brasileira, Bomfim a entendia, assim como Nestor Duarte, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, por exemplo, como uma espécie de continuação de Portugal. Ele não via muitos traços de originalidade na sociedade brasileira, como outros intelectuais à época buscavam. Inclusive, no que tange a estrutura do poder no Brasil, Bomfim era bastante enfático:

se o Estado fosse, como deveria ser, a organização eficiente de energias gerais da nação, a política seria, apenas, a fórmula inteligente de solidariedade, na realização dos serviços públicos, onde explicitamente se refletiriam as necessidades gerais e as aspirações permanentes. [...] Acontece, porém, que se dentro da coletividade, uma classe se organiza para dominar o resto da nação, subordinando-as aos seus interesses, não de repetir-se as exigências e exações, por parte da classe dominante, já antagônica com o perfeito desenvolvimento das outras gentes, que formam o povo propriamente dito. Há antagonismo, mas é, apenas, esse mesmo, entre a existência da nação, como solidariedade de interesses e necessidades, e a forma de organização social em que os dirigentes, incapazes de uma ação realmente produtora, têm de existir como parasitas, e, que, por isso, armam-se em dominadores, para viver na exploração do resto da nação.⁵

Ainda nesta chave, um importante conceito para se compreender a perspectiva de história de Bomfim seria o de tradição. “Progresso e valimento, ou perfeição não se fazem no vazio, e consistem, praticamente, no fortalecerem-se e exaltarem-se os dons naturais”, disse o autor. Com isso ele afirmava que a compreensão da verdadeira tradição de um povo seria um ponto fulcral de sua concepção sobre a

⁴ BOTELHO, André. *Manoel Bomfim e o legado autocrático do Estado brasileiro: apontamentos para uma agenda de pesquisa*. *Achegas* – Revista de Ciência Política, n. 31, set./out., 2006, p. 6.

⁵ BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*. Realidade da soberania brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 49.

evolução dos povos, dizendo que esta residiria “na própria formula da evolução: diferenciação, notação de qualidades específicas, reforço e apuro dessas mesmas qualidades: mais casco e lentidão no jabuti, mais garras e destreza no leopardo...”.⁶ Assim,

[...] compreende-se que todo progresso mental e social, para cada grupo humano, tem de fazer-se como reforço e apuro dos valores de consciência definidos na respectiva tradição. Dahi a necessidade de buscar todos os factos em que se torna sensível essa mesma tradição, e as consciências mergulhem nella, até que a incorporem e lhe dêem vida: a vida indispensável para o prosseguimento de fados próprios, pela plena expansão dos dons já revelados no passado. [...] Sim: a formula – **tradição nacional não será para nós dique de estagnação, mas, nitidamente, formula de prosseguir, orientação indispensável, pois que o progresso humano – moral, político e social, só é possível como desenvolvimento e expansão da tradição em que o grupo nacional se definiu.**⁷

Para Bomfim, portanto, os brasileiros – originalmente de tradição ibérica –, entregues às mãos de sua elite política e “seus” historiadores,⁸ incorriam num equívoco. Aqueles que tentavam, pois, se desviar desta tradição, com o fito de, através da escrita da História, se aproximar da civilização francesa estariam, segundo o prisma de Bomfim, conservando uma situação extremamente ruim para uma evolução política e social do Brasil. A tentativa de adequar ou copiar o “reduzido critério histórico dos franceses” seria, pois, indício daquilo que chamou “falsificação” de nossa tradição. “Na degradação da tradição bragantina”, diria o historiador,

“de um momento para o outro, como nasciamos para a vida política e intellectual, na insignificancia da mentalidade portugueza de ha cem anos; nós, de todo modo, [...] encontramos o mundo agitado no turbilhão dessas reivindicações, com a embriaguez de doutrinas enternecedoras, ou exaltantes, de Rousseau a Fourier”.⁹

E, mais especificamente quanto às conseqüências deste “desvio” na escrita da história, Bomfim assevera que o Brasil teria sido entregue

á orientação do espírito francez, rendidos á qualidade sensível dos seus processos, e fomos, decididamente, caudatarios das doutrinas que ali se propagavam, caudatários trôpegos, sem duvida*, mas exaltados e convencidos. Tivemos, ali, os nossos grandes mestres, com a vantagem de uma assimilação prompta, e as desvantagens – de uma

⁶ BOMFIM, Manoel. **O Brazil na História**. Deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930, p. 12.

⁷ Grifo meu. BOMFIM, Op. Cit., p. 12.

⁸ Para Bomfim, historiadores como Francisco Adolpho de Varnhagen, por exemplo, teriam destaque especial como modelo de sistematização de uma história “para o império e contra o Brazil”. Ver: BOMFIM, Op. Cit., p. 111.

⁹ Ibidem, p. 68.

necessária distorção dos nossos julgamentos, sem maiores fundamentos em observação própria, produzindo-se, com isto, uma forçada deturpação da nossa história pois que a orientávamos, e julgávamos della, com um critério de empréstimo, já de si insuficiente, sem o influxo daquilo que é a nossa tradição efectiva. Grande parte dos conceitos em que consagramos heroes e feitos, são reflexos immediatos, modelagens passivas, de idéias francezas. Contamos e escolhemos como elles próprios o fariam.¹⁰

A relação entre história e tradição, portanto, se daria na medida em que, para Bomfim, esta seria o próprio registro de cada tradição. Sua função, se registrada com sinceridade, seria condensar os feitos expressivos e característicos da mesma tradição.¹¹ Neste sentido, afirma o autor, “as tradições existem, concretamente, na história nacional, que, por isso, tem de ser defendida com a mesma vivacidade e intransigência com que são tratados e defendidos os interesses reconhecidos, e o patrimônio commum”.

Não pareça estranha esta fórmula – defender a história nacional... A história é o campo onde a vitória de umas instituições sobre as outras, de classes e de doutrinas, em detrimento de outras, pois que – as instituições, e classes, e doutrinas... são outros tantos veios em que deriva a experiência comum, como são os aspectos concretos em que as tradições se confrontam e se combatem. No final, toda a história se reduz a contendas de tradições, sem perder, por isso, o seu papel superior – de fazer a confiança da nação nos próprios destinos, delineados pelos fatos já explícitos.¹²

Bomfim parecia ter bastante clareza da responsabilidade que caberia ao historiador ao narrar sua história. Rebeca Gontijo assevera, no entanto, que a perspectiva de Manoel Bomfim acerca da escrita da História não se apresenta como uma “teoria da história” ou um “projeto historiográfico organizado em torno de proposições metodológicas sistematizadas”. Estas seriam “considerações e posicionamentos sobre problemas de ordem epistemológica e política, formulados segundo pressupostos científicos norteados por noções extraídas da biologia, da psicologia, da sociologia e da história”.¹³ Por esta razão, a historiadora opta por classificá-lo não como historiador, mas um “pensador da história”, ou ainda um “crítico da historiografia e dos historiadores de sua época”.¹⁴

¹⁰ Ibidem, p. 69. * No texto original, extraído da primeira edição do livro em questão, consta “dívida” ao invés de “dúvida”. Optei por alterar somente esta palavra, pois a frase não fazia sentido se mantida a palavra original. Suponho ter sido mais um dos erros de digitação – não raros nesta edição.

¹¹ BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História...**, p. 37.

¹² Ibidem.

¹³ GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim, “pensador da História na Primeira República”*, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 129-154, 2003. [p. 130].

¹⁴ Ibidem. Ver também p. 134.

A observação proposta por Bomfim visava estabelecer um diálogo com o discurso científico oitocentista, e, desde seu *América Latina*, o autor já apresentava claros sinais de que, mesmo na condição de médico – função que deixara de exercer após o falecimento de sua filha – não adotava certos axiomas das ciências de então. A imparcialidade, por exemplo, era um deles. Ao explicar o conteúdo de suas observações, antecipava de onde viriam as críticas à exposição e de alguns comentários e opiniões do livro, afirmando que muitos deles pareceriam descabidos ou impróprios às demonstrações científicas da época. Isso se dava, pois, para se ter ciência de algo,

seria preciso, acreditam certos críticos, uma forma impassível, fria e impessoal; para tais gentes, todo argumento perde o caráter científico sem esse verniz de impassibilidade; em compensação bastaria afetar [a] imparcialidade, para ter direito a ser proclamado – rigorosamente científico. Pobres almas!... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!... Não; prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica.¹⁵

A paixão na escrita, por sua vez, foi o que animava os escritos de Bomfim. Cita Mommsen, quando afirma que “não é a razão; [mas] é a paixão que faz a história, porque é paixão que trabalha para o futuro”.¹⁶ Manoel Bomfim acreditava, portanto, que a tradição seria o próprio espelho de um desenvolvimento progressivo que tanto refletiria o passado quanto permitiria a revelação do futuro.¹⁷ E a história seria, na esteira deste pensamento, uma mera arrumação de relatos, cronologicamente ordenados, se não realizasse uma rigorosa coordenação das perspectivas vividas, planejadas com lógica. Ela perderia sua função como orientação, se tornando um “amontoado de peripécias, enfiadas de erudição caliginosa”.¹⁸

A noção de ciência de Bomfim, talvez por sua formação médica, tinha por objetivo um diagnóstico e tratamento dos males [sociais] de origem e, diferentemente, daquela que ele caracterizou como a “ciência adaptada à exploração”, a verdadeira ciência – por ele proposta – poderia apresentar a espécie humana progredindo sempre, em todas as suas variedades – com alternativas devidas à degeneração de grupos e parcialidades.

Assim,

¹⁵ BOMFIM, *A América Latina...*, p. 37-38.

¹⁶ MOMMSEN apud BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História...*, p. 38.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*.

a paixão é tida como uma espécie de força propulsora da vontade, capaz de controlar ou guiar os interesses, sendo que, neste caso, paixões e interesses estariam relacionados com o campo das práticas científicas e políticas das quais o autor participava. Para Bomfim, os interesses estariam referidos à comunhão de tradições – científicas e políticas (e, mais especificamente, nacionais) –, o que se opunha a uma prática científica neutra, uma vez que tais interesses continham em si mesmos as razões de uma parcialidade. O autor identificava dois modos de lidar com essa parcialidade: negando-a ou explicitando-a, sendo que ele defendia esta última opção.¹⁹

Em inícios do século XX, a perspectiva científica oitocentista ainda vigente reconhecia a legitimidade de sua produção a partir de recursos de afirmação e reconhecimento da neutralidade, imparcialidade e de um saber que se supunha e desejava inteiramente baseado em métodos racionais e critérios controláveis. Bomfim, no entanto, conduzia suas idéias a contrapelo. Não pretendia que a cientificidade de suas observações fosse produto de uma suposta e, pelo menos a ele, indesejável, imparcialidade diante dos fatos sociais.

O médico (e historiador) sergipano teria rompido com a idéia de imparcialidade que imperava em fins do século XIX e inícios do século XX, ao assumir sua vontade e interesses pessoais como sendo o próprio motor da análise a ser desenvolvida. Sua cientificidade estaria, portanto, na localização dos interesses do cientista. A partir desta identificação, por um lado, poder-se-ia situar o cientista em relação a seu objeto; e, por outro, detectar no seu discurso quais as verdades que foram ditas e quais teriam sido deliberadamente ou não silenciadas.²⁰

É preciso sublinhar que a visão de Bomfim acerca de alguns historiadores oitocentistas era bastante crítica. Quer dizer, incisivamente ele destacou Varnhagen como um modelo, e como o pior modelo possível, para uma historiografia nacional. Curiosamente, o assim chamado “pai da história do Brasil” é por Bomfim um exemplo crasso de como não haveria, senão em seus discursos, neutralidade alguma no ofício do historiador. Muito pelo contrário, nele se apresentaria a figura de um homem cuja orientação histórica não seria outra, senão galgar os “degraus do throno”.²¹

Para Bomfim, Varnhagen, que foi modelo para tantos de erudição e trabalho sistemático com fontes primárias, deliberadamente “sonégava” de sua história autores que visivelmente foram suas referências – como Robert Southey e o frei Vicente de Salvador. Estes autores, na opinião de Manoel Bomfim, foram silenciados e esquecidos através da escrita de Varnhagen. De acordo com o projeto, e

¹⁹ GONTIJO, *Manoel Bomfim...*, p. 132.

²⁰ SÜSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. **História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Moderna, 1981, pp.12-15.

²¹ BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História...**, p. 111.

uma farta exploração da crença vigente da objetividade da ciência, Varnhagen pôde colocar em prática o seu modelo para uma escrita da história no Brasil, amparado pela proposta de Karl Friederich von Martius. As histórias apresentadas por Southey e Salvador, por exemplo, não se aplicariam aos projetos pessoais de Varnhagen. Bomfim destaca, inclusive, que o frei Vicente de Salvador teria sido o “iniciador de nossa história” ou ainda “o nosso primeiro historiador”.²²

Cabe frisar que não se trata de, aqui, substituir nomes de autores em seus lugares na memória da disciplina como fundadores ou pioneiros, mas apresentar que os critérios de Varnhagen, por exemplo, seriam radicalmente diferentes dos de Bomfim, por exemplo, quanto ao entendimento acerca de quem seria historiador ou não. Ambos compartilhavam a perspectiva de que haveria um fundador para a história nacional. Bomfim apenas destaca que, segundo seu prisma, este não teria sido Varnhagen, e sim Salvador, ainda em 1625.

Sim, como Varnaghen [sic] fora primaz entre os nossos historiadores... imagine-se – que é que valerão os outros, sem nobreza, nem primazias!... Os nossos empreiteiros de história criticam, pontificam ... mas sem grande preocupação de sucesso na crítica e na doutrina. Para elles, desde a Historia Geral do Brazil, o verdadeiro mérito está na quantidade de erudição com que encharcam as páginas, uma erudição bem no espírito de Dryasdust, escolhido motejo de Carlyle – para symbolo da nulidade irritante, inane de idéias, mirrada de expressão. Vastas, desenvolvidas em pormenores, essas historias distendem-se, recheiadas de futilidades, desenchabidas, inertes, indigestas, próprias, somente, para abafar, do passado, o que tenha valor [...]. Tentam, com esse esforço erudito, encher o vasio de pensamento e a nulidade de logica.²³

Varnhagen, ainda segundo Bomfim, teria feito, portanto, obra de “secador absorvente”. Teria atuado como “escarafuchador de arquivos”, valor por ele mesmo abdicado quando se apossou “da história – para tornal-a cousa sua e fazel-a nos interesses da sua fofa ambição”. Velou fontes, “resequiu os assumptos”, sendo “historiador mercenário”, “brazileiro de encomenda, sem bondade, num patriotismo de convenção”.²⁴ E conclui com a frase “tal foi o homem que fez história para os brasileiros”.²⁵

Após sua desqualificação de Varnhagen como historiador e brasileiro – que, no fundo, muito teria a ver com a sua percepção do estilo retórico e pomposo característico da produção intelectual no Brasil à sua época, já criticado em outros livros seus –, Bomfim inicia uma longa crítica aos seguidores deste historiador, aos quais atribui o apelido de “Os sub-Varnaghem”[sic]. Pereira da Silva, Fernandes

²² BOMFIM, Manoel. **O Brazil na História...**, respectivamente p. 114 e 115.

²³ BOMFIM, Manoel. **O Brazil na História...**, p. 120.

²⁴ BOMFIM, Op. Cit., p. 122.

²⁵ BOMFIM, Op. Cit., p. 126.

Pinheiro, Mecedo e Moreira de Azevedo são alguns exemplos de historiadores que, ao olhar de Manoel Bomfim, teriam seguido a escola inaugurada por Varnhagen. [...] “São, na sua pobreza de espírito, os legítimos continuadores deste historiar, e, com isso, lambusões de elogios rançosos”.²⁶

Entrementes, nem todos os historiadores saíram infamados das páginas de “O Brasil na História”. Seu autor destacava, como mencionado, Robert Southey (“a obra em que o Brasil é apresentado ao mundo, pela primeira vez, como nação definitiva”²⁷) e, muito antes dele, frei Vicente de Salvador. Além destes, destaca João Ribeiro e, principalmente, João Capistrano de Abreu como exceções honrosas no rol dos historiadores brasileiros. Nenhum destes teria se deixado “confundir na mentalidade dos clássicos deturpadores”. João Ribeiro, autor de muitos manuais destinados ao curso superior, dentre outros livros, foi elogiado por Bomfim pela sua inteligência ávida e sua crítica acerca da história do Brasil ter sido “escrita com pompa e o grande estylo da história europea”.²⁸

Considerações Finais

Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.²⁹

A perspectiva de Bomfim acerca da escrita da história era, portanto, bastante tributária de suas análises acerca da cultura brasileira, ela foi conduzida por uma elite conservadora, que Bomfim julgava parasitária, isto é: mudou-se o regime político, mudaram as relações de posição, contudo, permaneceu a exploração do povo. Se a metrópole não mais parasita a colônia, com a transposição da Coroa para o Brasil, o parasita tornou-se o próprio brasileiro.

Bomfim não participou de academias, tampouco inclinou seu pensamento à forma que se instalava no Brasil. Não respondia às polêmicas com outros autores, apenas apresentava seus pensamentos da forma que o agradassem. Esta atitude pode ter servido como uma das variáveis na equação para o seu esquecimento. Aliada as suas opiniões acerca de historiadores consagrados como Varnhagen; seu olhar bastante negativo sobre a formação da nação brasileira; as críticas ao estilo retórico e vazio daqueles que se pretendiam científicos e objetivos; além, é claro, de sua indisposição frente à idéia de imparcialidade ou neutralidade.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 131.

²⁷ *Ibidem*, p. 111.

²⁸ RIBEIRO, João apud BOMFIM, *Op. Cit.*, p. 137.

²⁹ SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Para além destas observações, há também que se levar em conta que seu modelo de escrita não se inseriu nas disputas sobre a hegemonia de modelos de escrita. Sequer teria sido esta a intenção de Bomfim. Sua crítica estava voltada à própria lógica que conduzia a prática historiográfica de autores como Sílvio Romero, ou, antes dele, Varnhagen.

Além disto, se se quiser extrapolar um pouco o escopo deste ensaio, poder-se-ia supor que a linhagem “vencedora” possui um sentido bastante claro: estabelecer quem teria sido os historiadores do Brasil, visando apresentar aos alunos dos recentes cursos universitários no país, como o fez José Honório Rodrigues, quem foram seus predecessores, apontando-lhes um sentido para a prática historiográfica no país, isto significa que seria preciso honrar historiadores como Capistrano de Abreu e Varnhagen, por exemplo.

Se o pai da história no Brasil fora Varnhagen, como o disse Capistrano em seu *Necrológio a Varnhagen*, e a lógica por trás desta seleção implica um exercício de filiação intelectual de Capistrano a Varnhagen e Rodrigues a Capistrano, a manutenção de um historiador como Bomfim no esquecimento parece adequada. Contudo, o quão restrita torna-se nossa visão acerca das possibilidades historiográficas quando restrita por este prisma? Quão míope se torna nosso horizonte assim restrito pelas idiosincrasias de uma seleção que se permite, segundo critérios historicizáveis, determinar que historiadores devem ser lembrados ou esquecidos?

Bomfim, em minha opinião, foi um historiador do Brasil. Não pretendo elencá-lo em outra seleção, trocar uma memória por outra. Digo que Bomfim foi historiador do Brasil por sua ênfase crítica e de sua preocupação para com um compromisso ético e epistemológico. Nas suas leituras e constante revisão dos historiadores ele efetivava uma das principais atribuições dos historiadores a meu ver: aquilo que Peter Burke e Fernando Catroga chamaram de a missão do “*remembrancer*” (o “lembrete”).³⁰ Diz Peter Burke: “houve outrora um funcionário chamado ‘Lembrete’. O título na verdade era um eufemismo para cobrador de dívidas. A tarefa oficial era lembrar às pessoas o que elas gostariam de ter esquecido”, isto é, de pagar os impostos ao seu suserano.

Bomfim foi, portanto, historiador, pois soube observar e destacar o que muitos quiseram esquecer ou manter no escuro de sua cegueira. Foi historiador pois, em terra de cegos, quem tem um olho é esquecido.

³⁰ BURKE, Peter. *História como memória social*. In: BURKE, Peter. **Variiedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 89. Ver também: CATROGA, Fernando. **Memória, Historiografia, História**. Coimbra: Editora Quarteto, 2001, p. 66.

Um Aristóteles para a história: Hans-Georg Gadamer e a prudência como atitude

Eugenia Gay[∞]

Hans-Georg Gadamer nasceu em 11 de Fevereiro de 1900 na cidade de Marburgo, e morreu em Heidelberg, em 13 de Março de 2002, deixando uma obra volumosa e polêmica. Estudou junto a Paul Natorp, Nicolai Hartman e Paul Friedlander, e foi assistente de Martin Heidegger em Marburgo.

Hans-Georg Gadamer não é historiador, mas sua filosofia hermenêutica coloca um problema sério para a historiografia. Ela critica a possibilidade de acesso à verdade através de um método universalizante, problematiza a distinção entre o objeto do conhecimento e o sujeito que conhece e a concepção de tempo que sustenta a aproximação ao seu objeto de estudo. Ao contrário do método analítico, a hermenêutica filosófica proposta por Gadamer não pretende apropriar-se daquilo que estuda como se tratasse de um objeto completamente alheio ao historiador, e sim chegar a um acordo com ele. Parece-me encontrar nessa idéia uma formulação mais justa, menos onipotente e mais adequada para nossa disciplina, que se ocupa com um “objeto” tão carente de regras e de previsibilidade como é o homem.

No trabalho de Hans-Georg Gadamer, encontramos uma recuperação dos problemas da compreensão, pensados a partir da ontologia fundamental de Martin Heidegger. Suas críticas contestam principalmente a intenção de estabelecer um método para a compreensão¹, e a interpretação psicológica da história. Partindo da ontologia de Martin Heidegger, Gadamer precisou reformular todo o edifício hermenêutico para propor uma nova aproximação ao problema.

Neste trabalho é minha intenção concentrar-me na reformulação Aristotélica que a hermenêutica filosófica conduz, pois ela revela para os historiadores, uma atitude possível perante o conhecimento. A retomada gadameriana do pensamento de Aristóteles permite por um lado a relativização dos critérios de verdade e cientificidade que se transformaram em absolutos a partir da Modernidade e que comandam até hoje a forma como pensamos e escrevemos história. Por outro lado, descobre uma via possível e, para Gadamer, mais

[∞] Aluna do programa de pós-graduação em história social da cultura PUC-Rio. Bolsista CNPQ

¹ Esta intenção está presente por exemplo, nos trabalhos de Friedrich Daniel Schleiermacher (1768-1834), Johan Gustav Droysen (1808-1886), e Wilhelm Dilthey (1833-1911).

conveniente de lidar com o conhecimento de que as ciências humanas pretendem dar conta. Os procedimentos das ciências naturais, que foram adotados em função da necessidade de justificação das humanidades entanto ciência², são retirados do seu lugar como referência única para todo e qualquer tipo de conhecimento, restituindo o valor de conhecimento da arte. Para Gadamer as ciências do espírito correspondem ao domínio do conhecimento ético segundo a definição aristotélica, e portanto os procedimentos e critérios que pretendem estabelecer leis universais, só podem afastar-las do seu objetivo.

Aristóteles fundou a ética ao separar o bem platônico do bem humano. Para ele, a generalidade é um atributo da natureza, a *physis*, e não do meio ético, que é mutável por definição. Por causa dessa diferença, a intenção de atingir um “conhecimento geral, que não leva em conta o modo de sua aplicação a uma situação concreta, ameaça, em razão da sua *generalidade*, obscurecer o sentido daquilo que uma situação de fato pode concretamente exigir dele.”³ Isto significa que a extensão do caso particular para adequar-lo a uma lei geral, separa a tal ponto ambas perspectivas, a particular e a geral, que faz com que se transformem em uma oposição sem solução de continuidade.

Na *Poética*, Aristóteles realiza uma defesa da poesia como forma de conhecimento. Isto como resposta a Platão, que em sua *República*, tinha argumentado em favor da expulsão dos poetas como única via para a constituição da cidade ideal. Platão criticava a poesia, base da educação ateniense, por antropomorfizar os deuses, tornando-os um modelo indigno, e por ocultar seu caráter ficcional, confundindo os espectadores menos atentos. Com isso Platão estabeleceu uma diferença entre realidade e ficção que inviabilizaria a formação do homem através da representação. Além do mais, mediante o gozo estético, os jovens enfraqueceriam seu caráter: o terror, a piedade e o riso, que são os sentimentos inspirados pela poesia, fazem homens temerosos e sem vergonha, o exato oposto de um guardião da República.

Aristóteles argumentou a favor da poesia baseado no resgate positivo da função mimética como elemento da essência do homem. Para Aristóteles, “O imitar é congênito no homem (e nisso difere dos outros viventes, pois, de todos, é ele o mais imitador, e, por imitação, aprende as primeiras noções) e os homens se comprazem no imitado”⁴. Isto é, a

² Para este problema Cf. GARIN, Eugenio. *Idade média e renascimento*. Lisboa: Estampa, 1989.

³ GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 48.

⁴ Idem. Ibidem. 1448b, 4. (parêntesis do autor).

característica que diferencia o homem do resto dos animais é justamente a capacidade e o desfrute, tanto noético quanto estético, da mimesis. É através da imitação que o homem se faz homem, aprende a conviver na comunidade, a falar a língua e a entender a cultura.

No argumento aristotélico, a reprodução mimética implica pois, conhecimento. A representação mimética é um mostrar algo, e para mostrar alguma coisa é necessário conhecer sua essência: uma boa representação implica um conhecimento profundo daquilo que se representa, a ponto de ser capaz de tornar-lo evidente. Neste ponto reside precisamente a verdade da representação, pois o que se persegue é a presença da essência, que possa ser reconhecida pelo espectador. Segundo esta concepção da verdade, a realidade ou ficção do mito ou da ação dos personagens é secundária, pois a verdade poética é universal, e não particular. Entenda-se bem: ela não pretende provar a veracidade de *um* evento em particular. Antes bem, sua verdade se refere às virtudes e misérias da finitude do homem, mostrando a necessidade de uma nova ponderação das nossas convicções a cada nova situação. A mutabilidade do caráter do homem se desenvolve no próprio mito, que tal como a verdade, não é determinável *a priori*. O que se mostra não são verdades universais, que são construções ideais, mas a fragilidade e a tensão constante que correspondem à essência do homem. A tragédia como gênero, em sua diversidade, pretende mostrar a verdade universal da condição humana, que é precisamente a imperfeição e a finitude.

Gadamer pretende recuperar este sentido da mimesis enquanto conhecimento, e com isso vai ao encontro da ciência moderna, em que a verdade deixou de ser identificada com a essência das coisas⁵. Ao contrário, Gadamer sustenta que a verdade científica pretende uma universalidade que não pode corresponder à verdade do homem, que é incapaz de conhecimento universal (ideal) ou definitivo por conta da sua própria finitude. A universalidade absoluta (ou científica) só poderia corresponder a um atributo divino. Gadamer chama a atenção para o fato de que em Aristóteles não há diferença entre verdade e essência⁶, assim como não há diferença entre o sujeito e o mundo, pois considera o caráter ôntico da linguagem como correspondência entre alma e mundo⁷. Seguindo essa lógica, a

⁵ GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método*. Salamanca: Sígueme, 2005. p. 160.

⁶ Ver também FERRATER MORA, *Diccionario de filosofia*, Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1964. Tomo I, p. 118.

⁷ GADAMER, Hans-Georg. Op. cit. p. 78.

linguagem não precede nem ao mundo nem à consciência individual, e por isso, o acontecer da linguagem é o que realiza a convergência entre o finito e o infinito.

Enquanto conhecimento, a experiência da mimesis é a única capaz de provocar o estremecimento que conduz ao tipo de universalidade que corresponde ao homem. Não estamos falando de uma universalidade falha, ou defeituosa, em comparação com uma outra, mais perfeita. Ela é qualitativamente diferente. Na tragédia, ver o herói marchar sem solução em direção à catástrofe é o que permite ao homem a saída de si mesmo:

ver-se sacudido pela desolação e o estremecimento representa um doloroso desdobramento. Nele aparece a falta de unidade com o que acontece, um não querer ter notícia das coisas pois nos sublevamos perante a crueldade do que acontece. E este é justamente o efeito da catástrofe trágica, que se resolva este desdobramento a respeito do que é. Neste sentido a tragédia opera uma liberação universal da alma oprimida. Não só fica ela livre do feitiço que a mantinha amarrada à desolação e ao terror daquele destino, mas ao mesmo tempo fica liberada de tudo que a separava do que é.⁸

O que o espectador reconhece através da representação mimética, é a sua própria finitude perante a magnitude do destino. A proporção desmedida das conseqüências do erro do herói provoca no espectador a auto-alienação e o espantamento, e o retorno a si mesmo. O espectador de alguma forma se vê a si mesmo na situação do herói e se identifica com seu sofrimento. Em outras palavras a experiência da arte é a do acesso à generalidade de um mundo que não dissolve a própria finitude. É a experiência patética, catártica, o que proporciona à mimesis seu caráter de conhecimento, por isso desconsiderar a participação do espectador retira da poesia seu valor como forma de (auto)conhecimento.

A *hamartia* (o erro que leva ao herói trágico à catástrofe), é geralmente conseqüência da *hybris* (ou “excesso”). O erro trágico não é produto da má índole do herói, mas antes da hipertrofia das suas qualidades positivas. O herói trágico é sempre de caráter nobre, e a constância da sua nobreza de caráter é o que o leva a mal avaliar, ou a não re-avaliar, uma situação. O risco que acarretam as decisões do herói, sempre baseado no cumprimento da lei, não é desconhecido pelo espectador. Quando vemos uma tragédia, as conseqüências funestas do caráter nobre do personagem que se defronta com uma situação particular e que exige uma nova ponderação, estão claras desde o começo, e a opressão que sente o espectador vem justamente dessa antecipação da catástrofe.

⁸ GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método*. Salamanca: Sígueme, 2005. p. 177.

A tragédia *Antígona*, de Sófocles é um bom exemplo. Quando Antígona decide enterrar seu irmão contrariando as ordens de Creonte, nós já sabemos que ela será castigada com a morte, segundo a lei estabelecida pelo próprio Creonte. Mas ao contrário do que pode parecer à princípio, o herói trágico não é aqui Antígona, e sim Creonte. Antígona tinha absoluta clareza a respeito das conseqüências dos seus atos, a ponto de confessar seu crime sem vacilar ao ser interpelada por Creonte. Na sua ação não há nenhum erro involuntário de julgamento. Mas o que Creonte não sabia ao estabelecer o castigo para quem enterrasse o traidor, é que em virtude do seu cumprimento da lei da cidade, ele irá perder seu filho Hemon que, apaixonado por Antígona, quitou-se a vida quando soube da condenação. E que logo depois perderia sua mulher, que também se suicidou, arrasada pela morte de Hemon. Quando Creonte decide castigar Antígona apesar dela ter agido segundo a moral da família, ele comete o erro de não ponderar a situação, a *hybris*, o excesso de justiça acaba produzindo uma catástrofe. Isso não faz de Creonte uma pessoa de má índole. Ele simplesmente não soube agir com prudência, que é diferente e não pode ser confundida com o respeito pela lei. Assim, a tragédia grega mostra uma contraposição entre a lei que se pretende universal, que é a da cidade, e outra que é particular e tradicional.

Mas Aristóteles não só providencia um modelo de interpretação capaz de considerar a experiência particular como uma forma de acesso à generalidade. Ele também ilustra como qualquer pretensão de totalidade é uma forma de *hybris*, que limita a possibilidade de agir convenientemente. O excesso de segurança a respeito das próprias convicções e de valores que se pretendem absolutos conduz ao contrário do bem que queremos atingir. Às ações humanas, que correspondem ao domínio da ética, convém um tipo de ponderação que é sempre diferente de uma lei geral, e que está sempre em formação. Este é o ponto principal que Gadamer quer apresentar na concepção aristotélica, e que tem a ver com uma atitude que atinge diretamente à forma como pensamos as ciências do espírito.

*Formação*⁹ é a tradução mais pertinente da palavra alemã *Bildung*, que faz referência tanto ao processo pelo qual se adquire cultura, quanto a essa cultura enquanto patrimônio pessoal do homem culto. O conceito de formação, contudo, não é unívoco na tradição alemã¹⁰. Gadamer recorre a Hegel para explicar o que entende por formação.

⁹ GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método*. Salamanca: Sígueme, 2005. p. 38. passim.

¹⁰ Cf. ASSMANN, Aleida. *Construction de la memoire nationale : une breve histoire de l'idee allemande e Bildung*. Paris : Ed. de la Maison des sciences de l'homme, 1994.

Acredito que em Gadamer, no entanto, Hegel não se apresenta como portador da Filosofia da História tradicional, mas antes justamente como descrição fenomenológica que explicita os termos em que acontece a compreensão.

Na fenomenologia do espírito de Hegel¹¹, a formação é descrita como uma tarefa humana. Parte-se da idéia de que a ruptura com o imediato e natural é uma característica do homem, em virtude do lado espiritual e racional da sua essência. Ele não é, por natureza, o que lhe corresponde ser: um ser espiritual geral, e a formação é o movimento mediante o qual o homem se transforma nesse ser. O trabalho dá ao homem a capacidade de auto-alienação que o arranca da individualidade e o eleva a um sentido geral, a partir do qual pode voltar a si mesmo, já desde a experiência da generalidade. Quando um artesão se concentra em um pedaço de argila, por exemplo, foca sua atenção no material, nas formas que vai adquirindo e nas resistências que oferece, abandonando sua subjetividade, assumindo uma perspectiva que envolve ao objeto e a si mesmo. Em outras palavras, o homem só pode reconhecer-se a si mesmo através do reconhecimento do outro. E isto vale tanto para o trabalho manual, quanto para a formação teórica, que nos interessa diretamente. A alteridade do ponto de vista do outro é o que introduz o homem na generalidade que é sua verdadeira essência. O afastamento, ou esquecimento de si que significa o encontro com o outro histórico, contém também a possibilidade do reencontro de si, mas a partir da generalidade do espírito, que só é atingível na medida em que se faça o esforço de compreensão do outro, ou seja, no processo de formação. Este esquecimento de si, não deve ser entendido como um amálgama com a tradição, com os outros ou com o espírito universal, pois encontra seu cumprimento só no retorno a si mesmo. Estamos lidando com um tipo de generalidade que não abandona a particularidade, ou melhor dizendo, não coloca o geral e o particular em pólos antitéticos.

Este movimento de reconhecimento do próprio no alheio, é o movimento fundamental do espírito, e se realiza constantemente, começando pela interpretação da linguagem e da cultura de que o indivíduo faz parte. Ou seja que se trata de um fenômeno ontológico e não de um esforço estritamente teórico.

A formação, portanto, se encontra em constante desenvolvimento, pois não possui um objetivo exterior, em consonância com a *phronesis* (prudência) à qual Aristóteles se

¹¹ GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método*. Salamanca: Sígueme, 2005. p. 40, passim.

refere no capítulo VI da *Poética*, e na *Ética a Nicômaco*. A *formação*, como a *phronesis*, possui um sentido eminentemente histórico, ou seja, é ação e efeito da experiência, da forma em que está explicitado no raciocínio aristotélico da sabedoria prática. Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles diz que

a sabedoria prática (...) versa sobre coisas humanas, e coisas que podem ser objeto de deliberação; pois dizemos que essa é acima de tudo a obra do homem dotado de sabedoria prática: deliberar bem. Mas ninguém delibera a respeito de coisas que não tenham uma finalidade; um bem que se possa alcançar pela ação. De modo que delibera bem (...) aquele que, baseando-se no cálculo, é capaz de visar à melhor, para o homem, das coisas alcançáveis pela ação. Tampouco a sabedoria prática se ocupa apenas com universais. Deve também reconhecer os particulares, pois ela é prática, e a ação versa sobre os particulares¹².

Este raciocínio se encontra na base tanto da *Poética* quanto do conceito de *Bildung*. Trata-se de um conhecimento nunca acabado, pois não universal, que é posto em questão a cada nova ação, sem prescindir das experiências já “ganhas” em situações anteriores. Se esta sabedoria prática é em certa forma cumulativa, ela é posta em questão a cada passo, como condição constitutiva: quem não pondera cada situação, simplesmente não possui sabedoria prática.

Este saber prático é diferente do saber técnico, que é o saber de um artesão, e do saber teórico principalmente porque o homem que se encontra diante de uma situação não pode “escolher” entre a utilização ou não do seu saber ético, ele já está agindo ao compreender em um sentido particular. A prudência é justamente a capacidade de avaliar cada situação que se apresenta, considerando que situação nenhuma é ideal, no sentido de que poderíamos simplesmente lançar mão de uma teoria previamente aprendida para aplicá-la à situação concreta. Com isso, a própria idéia de aplicação se transforma em um problema, pois a possibilidade de aplicação sugere que estamos já de posse de um saber, o que contraria a própria idéia de conhecimento prático. Ele se adquire, por mais teoria que conheçamos, só no momento da ação, em que a situação de alguma forma *dita* o que deve ser feito. Mas não se entenda isto como se a situação fosse soberana. Há que manter em mente que tanto ação como situação tomam forma no mesmo momento¹³. Nunca percebemos os dados da realidade (da situação) como dados objetivos, o que também exige

¹² ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, 1141b, 7.

¹³ ARISTÓTELES, *De anima* 426a 27.

relativizar a noção de situação. Para o historiador isto significa que nunca haverá um contexto puro no qual um acontecimento se insere, pois o próprio ato de definir o contexto implica já em dar um sentido, uma direção ao acontecimento. É necessário lembrar que escolher um sentido implica necessariamente desconsiderar (ou ocultar) outros. Não podemos assumir, portanto, que a definição do contexto seja ou prévia à análise ou objetiva, pois ao determiná-lo estamos já envolvidos em um sentido particular. Os fins – e os meios – não se nos apresentam no momento da ação da mesma forma que os materiais, as ferramentas ou o projeto se apresentam a um artesão, o que impossibilita um uso dogmático da teoria. Em palavras de Gadamer,

a atividade técnica não exige que o sujeito mesmo que a prática *pondere* novamente sobre os meios que lhe permitem atingir o seu fim: o sujeito ‘é um entendido’ nessa atividade. E já que semelhante possibilidade fica de antemão descartada no caso do saber prático, segue daí uma caracterização do domínio ético como aquele em que o saber técnico cede lugar à deliberação e à reflexão.¹⁴

No capítulo VI da Poética, Aristóteles deixa bem claro que o objeto da imitação não são os homens, mas suas ações. Isto porque, “nas ações tem origem a boa ou a má fortuna dos homens”¹⁵. A tragédia pretende representar não uma ação particular, mas a noção de que o caráter, como o conhecimento, não se adquirem de uma vez e para sempre. Cada ação implica um aprendizado, implica a ponderação de uma situação e uma decisão baseada ao mesmo tempo na experiência prévia, constitutiva do caráter, e na especificidade da situação, na mesma medida formadora do caráter. Com isto o caráter não acaba nunca de ser constituído. Muito pelo contrário, a solidificação de uma atitude, a hipertrofia de um atributo, só podem transformar-se em um vício que tem sempre conseqüências nefastas.

Para Aristóteles o elemento principal da tragédia é o mito, o enredo, que vai tecendo uma situação em que o herói age da única forma que lhe é possível segundo seu caráter. O privilégio do mito em detrimento da conformação dos personagens na tragédia, aponta para a complexidade humana, que não se define objetivamente, mas que se efetiva, se transforma e renova a cada ação. Poderíamos dizer que o mito se conforma através dessa historicidade fundamental do homem, e que o objetivo da tragédia é mostrar *essa* característica. A comodidade de definir um ideal de bem ou mal (um *a priori*) para o

¹⁴ GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 54.

¹⁵ ARISTÓTELES. *Poética*. 1450 a, 35.

caráter dos homens está aqui descartado de antemão¹⁶. A universalidade e a perfeição permanecem atributos dos deuses, enquanto que os homens só podem almejar a prudência como ideal atingível. Quem sabe seja este o elemento mais trágico da tragédia, que não se limita ao palco, mas se expressa na vida diária.

Essa noção de formação é de extrema importância na concepção gadameriana do conhecimento. O saber histórico guarda uma estreita relação com o saber ético, pois não pretende, ou pelo menos não deveria pretender, ser objetivo ou atingir leis gerais:

o conhecimento ético, tal como Aristóteles nos descreve, também não é um conhecimento 'objetivo'. Aqui, ainda, o conhecimento não se encontra simplesmente diante de uma coisa que se deve constatar; o conhecimento se encontra antecipadamente envolvido e investido por seu 'objeto', isto é, pelo que ele tem que fazer¹⁷.

Isto se compreende se pensarmos, com Gadamer, que o conhecimento é só até certo ponto voluntário. A aproximação a um texto não se realiza nunca sem pré-julgamentos. E também não acontece por acaso. O esforço hermenêutico, isto é, o esforço de compreensão, começa quando algo não faz sentido. Ou seja, quando encontramos um enunciado que resulta estranho, desorientador, de maneira que nos sentimos obrigados a questionar-lo mais profundamente. O que conduz ao esforço de interpretação é precisamente aquilo que não cabe em nossa expectativa, contradizendo uma certeza. O encontro com um enunciado desse tipo se vivencia como uma provocação, ou, para utilizar o termo gadameriano, como uma interpelação, um chamado ao diálogo, em que somos "investidos" pelo "objeto".

A hermenêutica filosófica se refere como *história efetual* a esta percepção da alteridade que se opera em, e através da linguagem, pois "a própria compreensão constitui um momento do devir histórico"¹⁸. Justamente nesse momento de desconcerto percebemos a diferença entre nós e o interlocutor, percebemos que algo como uma falha de comunicação tem acontecido. É aí, nessa perplexidade perante a obscuridade do sentido que se inicia o diálogo, a interação entre dois logos. Com efeito, esse momento da história efetual constitui para nós, os intérpretes, o evento, enquanto evento propriamente histórico. Quero dizer que os acontecimentos não se procuram voluntariamente em um *continuum* do

¹⁶ Como Sólon ensina a Creso no livro 1 dos Nove livros da história de Heródoto.

¹⁷ GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.48.

¹⁸ GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 48.

pretérito com o objetivo de transformá-los em problemas ou em objetos. Ao contrário, eles vêm ao nosso encontro em sua alteridade a respeito das nossas convicções, o que suscita pelo menos a necessidade de inspeção dessas convicções. A experiência da história é por isso a da estranheza perante aquilo que nos era familiar, que tínhamos por certo. O conhecimento na história não pode nunca basear-se na demonstração, como se tratasse de uma fórmula, porque não lhe correspondem os critérios de certo e errado. Constatar “o que é” não da conta das necessidades de conhecimento do homem enquanto atuante, pois a capacidade de atuação se encontra justamente naquilo que não se dá sempre da mesma forma. Neste ponto, e para não deixar dúvidas, é necessário citar uma vez mais o que Gadamer entende por saber ético.

Chamamos então de saber ético o que engloba, de modo inteiramente único, nosso conhecimento dos meios e dos fins e que, desse ponto de vista, se opõe precisamente a um saber puramente técnico. Assim sendo, não há mais nenhum sentido em distinguir entre saber e experiência, o saber ético já é em si mesmo uma espécie de experiência¹⁹.

O saber ético ou prudencial, é para Gadamer o que mais convém ao conhecimento das ciências do espírito. Estas não podem tratar-se nem utilizar-se como se lidássemos com uma técnica que pode ser aplicada em qualquer situação, ou perante qualquer “objeto”. Um último exemplo pode clarificar ainda mais essa diferença. Para dar um conselho não basta a inteligência, nem a consideração dos dados objetivos da situação em que o outro se encontra. Para dar um bom conselho, é necessário envolver-se a tal ponto na situação do outro, que sintamos as possíveis conseqüências em nossa própria pele. Portanto, é necessário uma sensação de pertencimento com o outro. Quando o herói trágico se dá conta do erro e se defronta com suas conseqüências nefastas, ele passa de um salto à posição da platéia. O espectador sempre soube o que aconteceria, mas é só no momento do descobrimento da catástrofe que ela se encontra no mesmo lugar que o herói, e que pode com ele dividir a dor. Esse momento, que é o da catarse, é justamente o momento em que se realiza o pertencimento que Gadamer aponta. Esse re-conhecimento mútuo é a condição do saber ético. Tal como na tragédia, aquele que possui inteligência sem ética não pode ser considerado corajoso, e sim temerário.

¹⁹ GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 55.

Herder e a emergência do Historicismo¹

Géssica Góes Guimarães Gaio
Doutoranda – PUC-Rio

O historicismo emergente de Herder consistia em uma nova possibilidade de pensar a história e o papel do homem em seu dever. Sua obra sofreu a influência de três grandes tendências do pensamento alemão do final do século XVIII, a saber, o Iluminismo, o neoplatonismo de Leibniz e o pietismo. Foi dialogando com Voltaire; tentando resolver a equação leibniziana da individualidade na diversidade e mergulhando na experiência religiosa partilhada com seu amigo pessoal e também pastor luterano Johann Georg Hamann, que o interesse histórico de Herder transformou-se em um dos principais registros do pensamento historicista alemão. Meinecke ainda nos apontou uma quarta influência: o teatro de Shakespeare.

Grande parte de seus analistas o qualifica como um escritor dinâmico e inquieto, cujas idéias não se oferecem docilmente e de conclusões que se digladiam entre si. Pedro Caldas chamou a atenção para o fato de que a escrita de Herder, por vezes confusa, na verdade consiste em um traço de sua própria concepção do papel da linguagem na estruturação do pensamento humano e na impossibilidade do homem de conhecer todas as coisas deste mundo. Meinecke descreveu Herder como um homem intranquilo, problemático, mas, atribuiu a ele qualidades de um bom historiador, como a *hipertrofiada força imaginativa* ou a *superabundância da imaginação*, mas não uma imaginação vazia, que julgava arbitrariamente, porém que permitia a conexão com o não-dito nos documentos. No entanto, para o crítico alemão, o sentido ético-pedagógico que guiou sua historiografia e a freqüente união deste sentido com o religioso converteu-se em um obstáculo à grandiosidade de seu pensamento. Opinião não partilhada por outros analistas como Isaiah Berlin e Pedro Caldas, como veremos a seguir.

¹ As idéias apresentadas neste trabalho foram desenvolvidas na Dissertação de Mestrado intitulada *A tarefa do historiador no alvorecer do Historicismo*, orientada pelo Professor Doutor Marcelo Gantus Jasmin, e defendida em agosto de 2007, no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O pensamento de Herder está exposto em obras de interesses distintos, tais como a teoria da linguagem, com a publicação de *Estudo sobre a origem da linguagem*, de 1772; a filosofia da história com *Mais uma filosofia da história para a educação da humanidade*, de 1774, e *Idéias sobre uma filosofia da história da humanidade*, escrita entre os anos 1784 a 1791, vividos em Weimar, e a crítica literária no artigo *Shakespeare*, de 1773. Entretanto, em qualquer área do conhecimento, Herder expressou seu interesse histórico e sua sensibilidade para o específico. Na contramão de uma filosofia da história representada por Condorcet, e, até mesmo, pelo cosmopolitismo de Kant – no qual a história, apesar de adotar uma grafia no singular, cunhava o seu sentido no plural – a história universal, a história da humanidade – Herder foi um representante do modelo germânico que preconizou uma historiografia preocupada em perceber nas particularidades um sentido comum, visualizando no devir histórico menos um tólos rumo ao inexorável progresso que um movimento ininterrupto de encontrar-se a si mesmo. Para Herder, o que torna os homens iguais não é sua identidade homogênea ou o fato de que um é a origem do outro. Ao contrário, sua semelhança está calcada na capacidade de produzir a diferença. Assim sendo, aquilo que é inerente a toda raça humana, segundo esse pensador alemão, não é a natureza imutável de sua razão, mas o poder criativo de seu espírito.

A importância das idéias de Herder para a consolidação do historicismo como um novo entendimento e uma nova abordagem da história, em grande medida, é devida à profundidade que ele conferiu às categorias de individualidade e evolução. Se concordarmos que o pleno desenvolvimento dessas duas categorias como noções dotadas de dinamismo caracterizaria a forma do historicismo se relacionar com a história, então não poderíamos prescindir de Herder nesta tentativa de compreender a consolidação do historicismo. O valor que Herder conferiu à individualidade e à originalidade de cada povo lhe garantiu uma interpretação da história na qual as nações ganharam destaque, não segundo uma postura xenófoba, mas em uma exaltação da diferença, um elogio à diversidade humana. Quando defendeu o preconceito, Herder não o fez pregando a intolerância, mas a auto-estima nacional e a valorização da cultura como único caminho para o conhecimento de si.

Em *Ensaio sobre a Linguagem e Idéias sobre a filosofia da história*, Herder apresentou a noção de evolução como um eterno aperfeiçoamento, o ininterrupto movimento no qual o homem constrói a si mesmo. Ao pensar a história como evolução, negou a escatologia progressista das Luzes e interpretou o curso da história como uma constante maturação do ser humano. Como para ele o homem era um vaso no qual não cabia a perfeição, para conhecer um novo estágio a humanidade teria que abrir mão de algo. Isto significava dizer que a evolução do homem ao longo da história, em hipótese alguma, é quantitativa e, nem mesmo, qualitativa, pois, se por um lado, a humanidade ganha novas habilidades, também perde suas antigas virtudes.

Através da metáfora dos povos como meninos que amadurecem, mas que, em sua infância, possuem, ao invés do sentimento da maturidade incompleta, a idéia de um estágio pleno em sua especificidade, Herder desenvolveu uma idéia de evolução dos povos como amadurecimento: “la niñez de cada individuo es igual a la niñez de todo el género”.² A esta idéia também está relacionada a sua concepção de individualidade: os povos, em sua peculiaridade, amadurecem suas características no devir histórico. As noções de evolução e individualidade desenvolveram-se ao lado das metáforas de infância e de maturidade do gênero humano.

Quando Herder afirmou que cada povo e época possuem o seu centro de felicidade, o que pretendia era enfatizar que toda cultura possuía seus próprios valores e que a medida da felicidade e do sucesso não é universal. Cada *felicidade* só poderia ser conquistada e desfrutada uma vez; se mudarem as condições, será necessária uma nova *felicidade*.

Em *Uma outra filosofia da história*, Herder atacou as filosofias francesas da história acusando-as de cometer o gravíssimo erro de julgar outras épocas a partir de seus próprios parâmetros – julgavam uma criança por um ancião! Em seu texto, Herder analisou as diversas civilizações da história universal em analogia com o desenvolvimento do homem: o despotismo oriental representaria a infância da humanidade, assim como os gregos seriam os adolescentes e Roma a chegada à fase adulta. Sendo assim, Herder tencionava tornar inteligível a ação daqueles que viveram outrora, sem impor-lhes as concepções de verdade do século XVIII. Ao utilizar tal

² MEINECKE, Friedrich. *El Historicismo y su Génesis*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982, pp. 318.

analogia, objetivava compreender os orientais por seus próprios valores e, mais do que justificar a diferença, tencionava analisar a constituição mesma da história, como o teatro do drama humano, em vários e diversificados atos.

O Iluminismo não pecava somente por julgar a criança pelo ancião, mas, sobretudo, por imaginar ser possível ao homem conhecer a plenitude da criação divina. Segundo Herder, o que Deus criou apenas Ele conhece em esmiuçados detalhes, o curso e o sentido da história não cabem no conhecimento humano. Só Deus, que tudo sabe, conhece o objetivo da história. De acordo com Caldas, é nesta diferença que Herder entende a natureza humana, através desta distinção antropológica: o homem é aquele que não pode ser comparado a Deus e cujo conhecimento do mundo é finito, pois respeita limites impostos pelo Criador. Destarte, a natureza humana, caracterizada por sua finitude, pela curta vida humana na Terra e pelos limites de seu conhecimento, não estaria apta a conhecer os planos que a Providência tem para a humanidade. Por esse motivo, para ele era um contra-senso os filósofos franceses acreditarem ter desvendado os mistério de *Clio*: “Du reste, je sais comme toi que tout tableau d’ensemble, que toute notion générale n’est qu’abstraction. – Le Créateur est le seul qui puisse penser toute l’unité d’une nation et de toutes les nations dans toute leur diversité sans que cela fasse disparaître à ses yeux l’unité”.³ E continuava desdenhando dos falsos profetas, estes que imaginavam-se equiparados a Deus, e como os sofistas argumentavam já crenes em sua vitória. Herder lhes perguntava: “Hume! Voltaire! Robertsons! Fantômes classiques du crépuscule! Qu’êtes-vous à la lumière de la vérité?”.⁴

E se perguntado acerca da civilização mais evoluída ou mais feliz da história, Herder provavelmente responderia que “l’image de la félicité change avec chaque état des choses et chaque climat – (...) chaque nation porte en elle son centre de félicité, de même que chaque sphère a en elle son centre de gravité!”.⁵ E concluiria afirmando que, se o bem foi disperso na Terra, não apenas uma nação deteria toda a verdade em si, mas o bem e a verdade do mundo estariam espalhados por cada nação. E que, se cada parte

³ HERDER, J. G. **Une autre philosophie de l’histoire**. Aubier, 1964, pp. 173 e 175.

⁴ Idem, pp. 181.

⁵ Idem, pp. 183.

da humanidade possuía uma parte da verdade, não seria prudente negligenciar nenhuma possibilidade de entender o mundo.

Se a história não é a certeza do progresso humano, quem decide o que será de cada época ou nação? De acordo com Herder, apenas Deus sabe o futuro dos povos e só a Providência pode escolher seu destino, pois “la formation et la croissance d’une nation n’est jamais autre chose qu’une oeuvre du destin; le résultat de Mille causes concourantes et en quelques sorte de l’élément entier dans lequel elles vivent”.⁶ E, para ele, o desenrolar da história humana não tinha exibido povos em progressão, superando-se uns aos outros, mas sim a sucessão de erros e virtudes, uma após a outra: a edificação do homem e sua destruição. Para Herder a história do homem lhe parecia mais uma eterna revolução.

“D’autre qui virent ce que cette rêverie a de déplaisant sans trouver rien de mieux – virent les vices et les vertus alterner comme les climats, les perfections surgir et disparaître comme feuilles printanières, les moeurs et les penchants humains voler et se retourner comme les feuilles du destin – pas de plan! pas de progression continue! une éternelle révolution! – toujours le même tissu qui se tisse puis se déchire! – travail de Pénélope!”.⁷

Para Isaiah Berlin, a maior parte das temáticas e dos questionamentos de Herder não evidenciava um pensamento original, mas sim o reflexo da discussão intelectual em que ele vivia: o debate com os filósofos franceses, a valorização da cultura germânica e, até mesmo a perspectiva da individualidade de cada povo inserida na história da humanidade já estavam sendo discutidos em solo leibniziano. Entretanto, Berlin não negligenciou aquilo que de original, ou pelo menos de inovador, havia no turbilhão das idéias de Herder. Segundo ele, três contribuições do pensamento de Herder são fundamentais: 1- a noção de que o homem, para desenvolver todas as suas habilidades, deve estar em sociedade – o que Berlin denomina sob o termo *populismo*; 2- a afirmação de que a mais importante produção humana não são objetos materiais, mas sua própria alma em formação – que ele caracteriza como *expressionismo*; e 3- a

⁶ Idem, pp. 253.

⁷ Idem, pp. 189.

idéia de que cada época deve ser avaliada sob seus valores – aspecto que evidencia o *pluralismo* no pensamento de Herder.

As características supracitadas demonstram a incompatibilidade das idéias de Herder com doutrinas centrais do Iluminismo: o direito natural e a imutabilidade da natureza humana; a valorização do progresso material e a concepção de um curso histórico previamente estabelecido e que contempla todos os homens que já existiram e que haverão de existir. Ao invés disso, o fundamento do historicismo em Herder baseia-se no desafio de conciliar unidade e diversidade. Sua pretensão, assim como de outros representantes desse novo pensar histórico, consistia em compreender a dinâmica estabelecida entre o individual e o universal, buscando o ponto exato onde o indivíduo passa a ter mais relevância do que a espécie.

Embora Isaiah Berlin tenha chegado mesmo a caracterizar Herder como um nacionalista, ele ponderou que tal ênfase no individualismo não significava para o autor um elogio ao ódio racial. Como muitos dos analistas de Herder, Berlin não o caracterizou como um nacionalista da mesma verve radical que os da década de 1930. Segundo ele, o nacionalismo de Herder nunca foi político, mas sim a expressão da valorização do papel da cultura na constituição da diversidade da vida humana. Berlin também nos diz que, para Herder, o nacionalismo agressivo é detestável em todas as suas manifestações, e que variedade não implica inexoravelmente conflito. De acordo com Herder, a natureza criava as nações e não os Estados. As verdadeiras relações humanas se dariam no contato familiar e na comunidade à qual o indivíduo pertencia, entre seus pares e amigos. O Estado é um artifício, e sua condição artificial não é a mais apropriada para o desenvolvimento da cultura dos povos.

Pedro Caldas afirmou que, para Herder, o mais importante para entender cada nação seria penetrar em sua alma e conhecer o que de natural cada uma possuía. A noção de naturalidade aproxima-se aqui da idéia de originalidade; cada nação é mais natural na mesma medida em que não há nela imitação e sim a expressão de suas próprias características. A naturalidade da nação consiste em sua espontaneidade, na ausência de intencionalidade em suas representações, em sua capacidade de mostrar si mesma. Senão, vejamos o que Caldas nos diz a esse respeito: “Parece-nos fundamental enfatizar que, para Herder, dadas as bases antropológicas por ele levantadas, não há

princípio imitativo na alma. Esta não imita, e é sempre algo que se mostra como algo individualizado, contrário a reduções e que somente pode ser vislumbrada desde si mesma. Não é de origem animal nem de origem divina. Está só e individualizada”.⁸

Todavia, se por um lado afirmamos que Herder não foi o defensor da *raison d'État* e que sua concepção de nacionalismo não corrobora as posteriores apropriações pelo nazismo alemão, agora se faz imprescindível um esclarecimento sobre a valorização da cultura e a constituição das nações dentro do curso da história. De acordo com Herder, o desenvolvimento interno de uma cultura (*Fortgang*) não deve efetivar-se em absoluto isolacionismo, mas também não pode permitir a dominação cultural de um povo por outro. Sobretudo, porque na história não há povo eleito ou cujo estágio de desenvolvimento histórico deva ser imitado, ou, ainda, uma experiência histórica que seja menos significativa. “A Idade Média não foi o corredor para a Renascença, nem o paganismo foi a ante-sala da Cristandade”.⁹ Guardadas as particularidades de cada período, aquele que buscar entender a história da humanidade deve saber que ao homem não é permitido ver tudo, todo o drama – apenas o Criador possui tal privilégio –, mas ele não se deve deixar enganar pela pluralidade e julgar equivocadamente o plano divino, impedindo seus próprios olhos de contemplar a beleza geral. “Embora somente Deus possa fazê-lo completamente, devemos ver tanto as árvores quanto o bosque. Toda a história é um conflito interminável entre a idéia geral e a particular, todas as idéias gerais são abstrações perigosas, enganosas e inevitáveis. Devemos procurar ver o conjunto, por muito inatingível que isso possa ser”.¹⁰

Essa concepção da diferença na história pode também causar um segundo efeito: a descrença total em qualquer possibilidade de se conhecer o passado. Pois, se cada época e cada nação possui formas específicas de desenvolver a sua cultura, como compreender uma cultura cuja manifestação se deu no pretérito? O passado como uma impossibilidade fecha-se ao conhecimento do historiador. Mas, se Herder pensava assim, por que seu imenso apreço por Shakespeare? Pedro Caldas afirmou que a noção

⁸ CALDAS, Pedro Spinola Pereira. **Teologia da história**: o fundamento do historicismo em Johann Gottfried Herder. Dissertação de Mestrado defendida pelo Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1999, pp. 64.

⁹ Idem, pp. 168.

¹⁰ Idem, pp. 167.

de passado em Herder poderia ser entendida também como *origem* e assim ele tornaria-se inteligível pelo que afeta o presente. Segundo Caldas, “o termo origem pode ser entendido como algo que está a guardar relativa sinonímia com a noção de tradição, isto é, com a afirmação temporal da experiência. Fica resguardado um dos valores do historicismo – o valor da experiência histórica – ainda que sob a égide da linearidade”.¹¹ Dessa maneira, a compreensão de Shakespeare é possível, pois ele faz parte da cultura germânica que formou o pensamento de Herder, e, se antes uma frase deste como “Que me deixem prosseguir como intérprete e rapsodista: estou mais próximo de Shakespeare do que dos gregos”¹², citado por Pedro Caldas, poderia causar desconforto entre historicistas, agora Herder pode preferi-lo sem causar constrangimentos históricos, uma vez que – na fórmula de Berlin – “Shakespeare é nosso, outros grandes gênios, como Homero ou Moisés, não o são”.¹³

Além do passado, as dimensões do presente e do futuro também aparecem como uma preocupação nos escritos de Herder. Caldas identificou sua idéia de presente como reflexão e de futuro como ideal de formação do homem.

O presente como reflexão estava implícito na atitude de Herder face às idéias do Iluminismo, e a crítica de Herder a tais idéias não significava uma negação de seu pertencimento àquela tradição de pensamento, mas uma reflexão sobre o seu tempo. A principal crítica de Herder atacava o mau hábito ilustrado de banalizar os sentidos, de racionalizar a vida, e desprezar a força do imensurável. Ele manteve o universalismo em sua concepção de história, mas – diferentemente dos *philosophes* franceses – não pretendia nem se apoderar das leis do desenvolvimento histórico, nem desdenhar da intervenção da vontade divina no destino humanidade.

Herder se aborrecia com a auto-suficiência do Iluminismo, com a sua pretensão de desvendar a verdade do mundo e a certeza que os filósofos da história tinham de que viviam no melhor dos mundos possíveis. Ao apontar os erros de seu século, Herder não pretendia afirmar o primado da desrazão, porém, alertar para o fato de que os parâmetros iluministas não eram capazes de contemplar o homem em sua completude: corpo e alma, razão e sentimento. Ainda assim, faz-se importante destacar que a crítica

¹¹ Idem, pp. 35.

¹² Idem, pp. 56.

¹³ BERLIN. **Vico e Herder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, pp. 163.

ao Iluminismo não era uma negação de suas doutrinas – era uma maneira de refletir sobre o seu tempo.

O futuro como *bildung* consistiria na própria realização dos planos da Providência: a concretização das potencialidades espirituais do homem e da harmonia entre os seres humanos, ou no alemão, *Humanität*.¹⁴ Nessa acepção de um futuro prenhe – expressa na analogia da humanidade como uma semente que se desenvolve e ao maturar-se conhece a si mesma – está manifesta na idéia do destino como guia do curso da história. Destino ou Providência, o que importa é entender que para Herder era esta dimensão de futuro, cujo conhecimento é negado ao ser humano, que fundamentava a própria condição humana, baseada na distinção antropológica entre homem e Deus ou mesmo entre a finitude do conhecimento e a onisciência. Ao homem foi negado o conhecimento de Deus em sua plenitude e o conhecimento acerca daquilo que Deus conhece somente Ihe é possível pela analogia.¹⁵

Foi a percepção da finitude do conhecimento humano que moveu Herder em direção a uma nova abordagem da história, pois se o homem não era capaz de enxergar o todo, ele deveria admitir sua deficiência e buscar alternativas para este desconforto. A partir do auto-reconhecimento da limitação humana, o historiador tornou-se capaz de entender o seu pertencimento ao devir histórico. E, uma vez cômico de sua historicidade e da historicidade intrínseca à experiência humana, pôde analisar a história como um observador consciente da parcialidade de seu olhar e de que seu ponto de vista influi na compreensão dos acontecimentos passados. Portanto, a multiplicidade para Herder não era apenas uma característica do movimento histórico, mas era também uma característica das interpretações possíveis desse movimento. Sobre este aspecto, com Herder se concluiu a modernização da história, culminando com a formação de um sujeito histórico que sabe de sua ação e sua imersão na história.

¹⁴ Berlin assinalou que o significado desse termo é muito vago, seja nas idéias de Herder ou de outros Aufklärers, mas que freqüentemente “implica o desenvolvimento harmônico de todas as almas imortais no sentido de objetivos universalmente válidos: a razão, a liberdade, tolerância, amor e respeito mútuo entre indivíduos e sociedades, bem como saúde física e espiritual, percepção mais sutil, domínio sobre a terra e a realização harmoniosa de tudo quanto Deus tem implantado no Seu mais nobre trabalho e feito a Sua própria imagem”. BERLIN. **Vico e Herder**. Op. cit., p. 171.

¹⁵ Escusado dizer que para Herder a impossibilidade do conhecimento pleno da história não significava a apatia do homem no mundo, a história continuava sendo construída pela ação dos homens. Segundo Meinecke, sua obra concebia a história humana como a história natural das forças e ações humanas, a influência de Deus em tal processo era cada vez mais reduzida, na medida em que se manifestavam as intervenções humanas no devir histórico, mesmo sendo este devir obediente a uma providência divina: para Herder “*el sentido y la meta de la evolución histórica es la realización de la humanidad*”. MEINECKE, Op. cit., p. 357.

O desafio enfrentado pelo sujeito histórico em Herder consistia em manter a naturalidade, a espontaneidade, quando não se pode mais ser ingênuo. O observador consciente que vislumbra a história de um ponto determinado pode-se deixar contaminar por essa parcialidade intrínseca a seu olhar e passar a buscar de forma vã a neutralidade científica? Ou, o pertinente questionamento de Pedro Caldas, “como não ser mais ingênuo e ainda ser natural, na medida em que ser natural é ser si mesmo e esse si mesmo é um ser não-natural porque desconfiado e inseguro?”¹⁶

Herder talvez tenha nos dado a resposta: este novo observador não será capaz de resolver seu dilema, nem na busca do passado nem na idealização do futuro. É apenas

¹⁶ CALDAS. Op. cit., pp. 45.

BIBLIOGRAFIA

BERLIN, Isaiah. **Le Mage du Nord, critique des Lumières. J.G. Hamann 1730-1788**. Presses Universitaires de France, 1997.

_____. **Limites da Utopia**: capítulos da história das idéias. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Vico e Herder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. **Teologia da história**: o fundamento do historicismo em Johann Gottfried Herder. Dissertação de Mestrado defendida pelo Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1999.

CASSIRER, Ernest. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas: Unicamp, 1994.

HERDER, Johann Gottfried. **Idées sur la philosophie de l’histoire de l’humanité**. Presses Pocket, 1991.

_____. **Une Autre Philosophie de l’Histoire**. Aubier, 1964.

IGGERS, Georg. **The German Conception of History**. Estados Unidos: Wesleyan University Press, 1988.

KANT, Immanuel. **Idéia de História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **A Monadologia – Discurso de Metafísica**. Coimbra: Casa do Castelo Editora, 1946.

_____. **Sistema novo da natureza e da comunicação das substâncias e outros textos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

MEINECKE, Friedrich. **El Historicismo y su Génesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

REILL, Peter Hans. **The German Enlightenment and the Rise of Historicism**. Los Angeles: University of California Press, 1975.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

no presente que conseguirá solucionar esse conflito. Através da reflexão surge um historiador desconfiado, capaz de pensar a si mesmo e a seu objeto simultaneamente no passado e no presente e que busca a inteligibilidade entre o que foi e o que está a partir da premissa da diferença.

O PROCESSO CRIME EM UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Ana Paula Galvão de Meira¹
Oséias de Oliveira²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar os usos do processo crime como fonte para o historiador, e incitar que a partir destes, pode-se construir uma trajetória de como as perspectivas historiográficas posicionaram-se a respeito de determinadas sociedades e suas relações culturais. Observando a relação da historiografia com os processos crime, é possível perceber como as diferentes correntes historiográficas definiram naquelas páginas a sua abordagem, a qual pode ser entendida desde uma história quantitativa, até mesmo, a uma história cultural. Busca-se dessa forma refletir a respeito desta documentação, rica em detalhes e passível de diversas interpretações, expondo o posicionamento do historiador, bem como as suas percepções do passado. Tal análise com base processual, possibilita um entendimento nas relações religiosas, políticas e econômicas do passado, mas que refletem em uma atualidade vigente.

Palavras-chave: balanço historiográfico, historiografia, processo crime, fonte histórica.

ABSTRACT: This study aims to examine the uses of criminal procedure as the source for the historian, and encourage it from there, you can build a track record as the prospects historiographics positions itself to respect certain companies and their cultural relations. Observing the relationship with the historiography of crime cases, you can see how the different currents historiographics defined its approach on those pages, which can be understood from a quantitative history, even at a cultural history. Search this way reflect on this documentation, rich in detail and open to various interpretations, explaining the position of historian as well as their perceptions of the past. Such analysis based procedure, allows an understanding in relations religious, and economic policies of the past, but which reflect on a current force.

Key-words: historiographics balance, historiography, process crime, historical source.

O processo como construção social

A iniciativa de refletir sobre a utilização de processos crime como fonte

¹ Graduanda em História. Texto decorrente de atividade de pesquisa integrada ao Núcleo de Estudos Étnico-Raciais da UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.

² Prof. Doutor, docente do Depto de História, Irati, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). Coordenador do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais da UNICENTRO.

historiográfica, implica na possibilidade inesgotável de diferentes abordagens para um mesmo documento e, a partir disto, conseguir captar características de grupos sociais que por um motivo ou outro, não possuem uma construção histórica vinda dos mesmos.

O documento processual também não possui o particularismo de uma coletividade, este é produto de indivíduos que possuem um patamar elevado no convívio social, porém, é neste ponto que o material referente aos processos torna-se instigante, pois o historiador que irá lidar com tais fontes, conseguirá analisar determinados grupos inseridos em uma sociedade, a partir de escritos de um grupo totalmente adverso àquele ao qual relaciona-se o processo. Provavelmente haja uma dicotomia estabelecida no documento, mas que faz com que o historiador busque compreender e representar o que está impresso no mesmo.

Desta maneira, é perfeitamente notável, que os processos crime possuem um valor muito maior do que somente o caso relatado; mostra-se muito além disso, isto é, cabe ao historiador extrair ao máximo o que o documento oferece, descrevendo-os e elaborando as explicações mais cabíveis ao que seria o caso ali retratado. Sendo assim, evidencia-se o fundamental papel do pesquisador no que concerne às representações do passado. À ele torna-se imperativo demonstrar a importância do processo na construção da sociedade em questão.

Uma pluralidade de sentidos

Em sua trajetória de pesquisa, o historiador depara-se com distintas fontes historiográficas referentes ao seu objeto de estudo. Constantemente, os estudiosos da área processual envolvem-se com uma variedade de documentos, os quais de uma maneira ou outra estão relacionados com sua proposta de reflexão, mas ao analisá-los verificam que, há a necessidade de diferentes abordagens, em um mesmo documento.

Esta pluralidade de sentidos contidos nos documentos, e principalmente nos processos crime, os tornam fontes primárias ricas de significados sociais e de fundamental importância para os pesquisadores que queiram analisar determinada sociedade, partindo das extremidades complexas existentes nas diferentes manifestações culturais (CARRATI, 2006).

O uso de processos crime como fonte historiográfica não se restringe apenas a estudos de cunho forense. A utilização que há na história com relação a tais fontes transpassa a simples análise quantitativa e excede à uma série de possíveis contribuições com diferentes tipos de estudo.

Há os que utilizam os processos para deles extrair tabelas, gráficos e números com a função de expor um panorama crítico das relações ou composições sociais. A partir de tais números temos a representação de determinados indivíduos, sua condição social e a percepção de valores morais, culturais e religiosos associados à sua comunidade. São estas informações, designando as distinções entre os indivíduos, que surgem nas declarações dos mesmos - não somente ao ato do inquérito, mas em todo o decorrer do processo – que indicam uma possível compreensão de tais sujeitos históricos em suas relações sociais. Também, indícios de como agiam no meio social o qual conviviam; seus hábitos, costumes e crenças remetem a uma outra abordagem, que implica na pesquisa dos diferentes tipos de mentalidade intercalados em um mesmo âmbito social (CARATTI, 2006).

A constituição de padrões a partir dos processos

Os discursos incluídos nas páginas processuais possuem caráter subjetivo como qualquer outro em que há uma sociedade superficialmente dicotômica, e devem ser examinados com cautela, extraindo ao máximo o que o documento pode oferecer. Incitar a brutalidade ou a marginalidade de determinada sociedade, enfatizando tal defesa munido com cinco ou mais processos, é extremamente errôneo. Sabe-se que, quando cometido um delito, os resultados processuais são diferenciados, sendo assim não podemos generalizar e estipular um padrão social a partir de relatos controversos. Este ato de homogeneizar a sociedade não se restringe apenas aos estudos criminais.

As informações contidas em tais documentos podem denotar um panorama sócio-cultural de determinada sociedade, no entanto, isso não significa que todo um meio social compartilhava de um mesmo estereótipo.

Conforme o estudo feito sobre a criminalidade no universo feminino, por Regina Célia de Lima Caleiro, esta indica que

(...) Desmistificar estereótipos femininos de docilidade, submissão; mãe exemplar e esposa dedicada, permitiu o reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos capazes de adequar comportamentos idealizados com atitudes alternativas e estratégias de sobrevivência, resistência e rebeldia, sem contudo, tentar examiná-las de seu papel de criminosas. (CALEIRO, 2002)

O impulso de padronizar uma certa sociedade, a partir de documentos, acarreta duas dificuldades: a primeira, consiste na própria subjetividade existente nos indivíduos inseridos no processo. Esta ação, consciente ou não dos mesmos, interfere claramente

no decorrer do documento e, pode ser percebida nos discursos de característica pejorativa, na qual ocorre atribuições de valores morais para determinados julgamentos. Este julgamento moral ocorre muitas vezes de forma inconsciente, na qual o indivíduo depara-se com a barreira da diferenciação, percebe o novo e, o mesmo o causa estranhamento. A forma consciente consiste no ato de infringir o documento, na qual o indivíduo tem conhecimento da ação, mas mesmo assim a comete.

Esta característica pode ser percebida sem ao menos o ato em si de violação ocorrer. As linhas em espiral contidas nas páginas em que há um espaço em branco, significam a preocupação dos indivíduos referentes às leis, quando houvesse um acréscimo no documento após este ter sido concluído. Em outros documentos, esta subjetividade pode ser vista em forma de carimbo.

A segunda dificuldade existente para o pesquisador que queira padronizar, refere-se às lacunas que consistem estes documentos. Não se pode alcançar uma totalidade quando não há seqüência documental, quando esta não se enquadra em padrões seriais. Esta ausência pode ter sido ocasionada por perda de documentação, deterioramento do material – que dificulta a possibilidade de leituras - ou por encaminhamento do original. (CARATTI, 2006)

Deve-se, ainda, considerar que tais fontes podem pertencer a uma parcela de fragmentos ou, vestígios historiográficos, que retratam um resquício de determinada sociedade e suas relações sócio-culturais (CARATTI, 2006).

Diferentes grupos e percepções

Envolto à estas questões de método e cuidados ao se fazer uma leitura processual, surgem os personagens de determinados períodos históricos, trazendo-nos representações de diferentes conflitos, valores, adversidades e crenças.

A riqueza historiográfica existente neste viés, permite ao historiador conhecer e estudar múltiplos aspectos do cotidiano, do viver em grupo, do reflexo de diferentes poderes em que estão inseridas as questões religiosas, econômicas e culturais, referentes à uma sociedade, em suas diferentes proporções (DE TILIO, 2005).

Assim como nos aponta De Tilio:

(...)seria mais viável e frutífero do que a busca pela verdade do fato, pois a elucidação das

representações de masculino e feminino e de suas estratégias de confronto e obediência à norma penal seria fundamental para que não nos sirvamos de uma certa naturalização dos atos e possamos compreender estes fenômenos sociais ocorridos no passado a partir de suas especificidades que seriam, por muitas vezes, diferentes das contemporâneas; (DE TILIO, 2005, p.73)

Autores já demonstram preferência no uso de processos crime em suas pesquisas históricas, ressaltando a importância para o entendimento de questões referentes a grupos antes considerados marginalizados.

Os fatores que envolvem tais grupos em uma constante aparição nas páginas criminais podem ser percebidos no próprio discurso destes indivíduos, os quais, por estarem inseridos em uma sociedade que não os aceita em função dos padrões estabelecidos, passam a ser constantemente abortados da mesma.

Valores sociais transformados em crimes

A presença de relatos a respeito de delitos envolvendo negros, escravos, mulheres, prostitutas, índios, delinquentes, entre outros, instiga o profissional da área de História, a questionar as razões significantes existentes para que estes grupos sejam entendidos como criminosos.

São estas relações de superioridade e inferioridade que fazem com que o pesquisador não se atenha apenas ao delito que constitui o processo; os fatores, os motivos, o contexto histórico-social, as relações econômicas envolvidas, os discursos de defesa e acusação, fazem com que os processos e inquéritos policiais, tornem-se documentos historiográficos. Deve-se salientar que cada uma destas características trazem consigo uma infinidade de outros enfoques, portanto, é de suma importância exemplificá-los e esmiuçá-las.

No que se refere aos fatores e motivos, o historiador pode abordar inúmeras causalidades que traçam uma possível inserção dos valores morais em conflitos sociais. Esta oposição existente entre os grupos ocasiona o confronto entre as partes, o que implica em revoltas internas, homicídios, latrocínios, estupros, furtos, entre outros delitos. Esta qualidade ambígua de valores, que resulta em criminalidade, faz com que seja essencial o uso do processo crime para o pesquisador que queira analisar determinada sociedade e suas relações antagônicas. Há outras vertentes documentais em que se pode estabelecer um parâmetro sócio-cultural e sua complexidade, porém, nas páginas criminais pode-se perceber a influência eminente destes valores morais relacionando-se de forma visível no conflito que se refere.

Uma segunda abordagem pode desenvolver-se a partir do contexto histórico-social ao qual o processo crime alude. Esta análise pode ser executada fazendo relações comparativas entre o que caracterizava um crime na época estudada e qual a designação do mesmo caráter culposo em uma atualidade vigente. Podem ser usados conflitos envolvendo questões trabalhistas, que integrem informações com relação às sociedades escravas, a figura da mulher prostituta na sociedade e, além disso, pode-se realizar diferentes abordagens, com questionamentos sobre assuntos clérigos, étnico-culturais, políticos e sexuais, fazendo esta analogia entre o passado e o presente. O que era considerado crime em determinada época e que atualmente não possui mais cunho culposo; ou o que hoje em dia é tido como delito, e em diferentes épocas era passível às leis.

Outra questão contida em processos crime, consiste na identificação de assuntos econômicos que perpetraram nas incidências criminais. Tal contribuição historiográfica estabelece diferentes formas de problematização. O pesquisador pode optar por examinar delitos relacionados às questões financeiras, isto é, dependendo do período em que ocorreu tal crime, é possível vislumbrar a segregação dentro da sociedade, isto por que é evidente que, a maioria dos crimes ocorrem calcadas em problemas de ordem sócio-econômica.

Segundo Caleiro:

A história das mulheres criminosas francanas confirmaram um espaço feminino cujo denominador comum é a pobreza. Da leitura dos processos-crime emergiram pequenas indicações que demonstram as precárias condições financeiras em que sobreviviam as réis e a constatação de que, geralmente, seus envolvimento afetivos não resultavam em segurança econômica. (CALEIRO, 2002)

Portanto, a ligação entre os patrões e empregados permanece sobre o respaldo do viés financeiro, contudo, é possível perceber que os crimes supra citados remonta o relacionamento entre tais partes, fazendo com que denote à um quadro onde a sociedade aparece estratificada, com profundos ranços de etnocentrismo e pré-conceitos.

Além destas contribuições, que podem ser percebidas em discursos indiretos, há as referências existentes de forma direta, proferidas pelos testemunhos do caso abordado. No ato do inquérito, pode-se examinar as intenções dos indivíduos, mesmo quando o silêncio se faz presente. Nota-se que a ausência de linguagem, demonstra a submissão das classes menos favorecidas, bem como se é possível perceber o quanto determinados grupos são prevaletidos, acentuando ainda mais a idéia de estratificação

social.

Esta escassez de comunicação por parte destes grupos marginalizados, podem ser percebidos em inquéritos relacionando, principalmente, indivíduos iletrados e que se encontram em um meio social o qual não se refere ao seu local de origem.

Isto pode ser percebido em ocorrências envolvendo índigenas e escravos que, conforme a época ao qual o processo-crime relata, estes eram indivíduos transeuntes, se instalavam em determinadas regiões de forma imposta por questões outras, causando desta maneira um contraste de indetidades e conseqüentemente o conflito.

Buscar a partir de um processo criminal, representações de uma sociedade e seus diferentes grupos, tem sido o anseio de muitos historiadores. O intuito destes estudiosos é compreender determinada sociedade, usando de falas correspondentes aos processos, desmistificando aparentes equívocos relacionados ao discurso histórico construído ao longo do tempo, envolvendo tais grupos sociais (CALEIRO, 2002).

A trajetória percorrida por quem se insere no estudo com base processual, consiste em uma seriedade por parte do pesquisador, em dedicar-se ao fragmento histórico. Por meio desta fragmentação é possível transcrever as mais diversas conotações que o documento apresenta, trazendo à tona as variáveis de uma determinada sociedade, podendo assim, entende-las e representá-las.

REFERÊNCIAS

CARATTI, Jônatas Marques; **Processos – crime como fonte histórica para o estudo da escravidão: notas de pesquisa.** 2006. Disponível em <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=artigodet&cod=52> Acesso: 26/06/2008.

DE TILIO, Rafael. **Casamento e sexualidade em Processos Judiciais e Inquéritos Policiais na Comarca de Ribeirão Preto (1871 a 1942): concepções, valores e práticas.** Ribeirão Preto, 2005.

CALEIRO, Regina Célia de Lima, **História e Crime: quando a mulher é a ré, Franca, 1890-1940.** Montes Claros: Unimontes, 2002.

O HISTORIADOR EM WEBER: ENTRE O SÁBIO E O POLÍTICO

Fernando Gomes Garcia

Tal como Michel de Certeau¹, compreendo que todo trabalho de teoria da História é funciona como uma confissão; momento íntimo do historiador de se interrogar sobre sua prática, refletir sobre sua metodologia, a validade de seus resultados, a pertinência de seu trabalho. E – como em toda atividade introspectiva – nessa tarefa, encontramos-nos numa tarefa difícil, incômoda, inconveniente, até, não obstante indispensável. Aquele que não reflete sobre o que faz corre o risco de cair no dogmatismo, imperativos categóricos, nas verdades eternas e axiologias que não passam de erros de julgamento. Tarefa indispensável, portanto. Neste esforço reflexivo, íntimo do historiador e seu trabalho, há limitações intransponíveis, surgem questões irrespondíveis, que nem por isto justificariam o silêncio; se a História, podemos dizer, é fruto da necessidade do historiador de problematizar o mundo que vive, sua teoria provém desta inquietação, da vontade (ou necessidade?) de oferecer respostas para as perguntas surgidas, em suma, de buscar verdades quando tudo ao seu redor e toda sua experiência só podem indicar que a verdade, se existir, jamais é unívoca. Por este raciocínio podemos concluir: o trabalho historiográfico² quando volta para si (ou seja, em sua dimensão teórica, meta-histórica) assume uma dupla posição: por um lado, essa intimidade que é oculta do resultado e apresentação da pesquisa propriamente dita; por outro, um momento de falsidade inerente a qualquer auto-reflexão. Expliquemos melhor.

Primeiramente, falemos desta “falsidade” presente no trabalho teórico do historiador para descartar o tema de uma vez, já que não é objetivo observar suas implicações neste trabalho, mas urge identificá-lo. A teoria da história, por ser tarefa de um historiador, não pode nunca ser completamente sincera – afinal de contas, temos um historiador falando sobre o que faz. É um momento de abstração com seus inevitáveis riscos, que pode facilmente levar a uma idealização do que a historiografia deveria ser. Mesmo tomando os devidos cuidados e

¹ Todas as referências feitas a Michel de Certeau no presente trabalho serão retiradas de CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

² Tal como Certeau, na medida do possível, privilegiarei o conceito de historiografia ao de História, por refletir de maneira mais explícita da “dupla natureza”: a de uma prática e a de um discurso. No entanto, adicionaremos aqui uma “terceira natureza” da História: sua imersão na vida efetiva, considerando-a como um desdobramento da “natureza prática” da História.

realizando uma análise do que a historiografia efetivamente é (ou seja, tal como se a pratica ou pretende-se praticar), os riscos não são eliminados. Sabendo que sua atividade não possui um sentido imanente, sendo antes dado pela própria comunidade de historiadores, esta “dimensão efetiva” do que é a historiografia torna-se uma construção social e as respostas às perguntas podem não ser satisfatórias, submetendo-se às premissas. Uma metáfora que entendo retratar bem a situação é a de um sujeito que, querendo avaliar sua sanidade, aplica ele mesmo os métodos da análise psicanalítica para estudar-se a si mesmo. Sendo ele louco ou são, o diagnóstico, provavelmente, seria o mesmo e insuficiente. Este pequeno comentário sobre a “opacidade” teórica deverá bastar e servir de introdução sobre o referido momento da “intimidade”, o qual se dá pela “tomada de consciência” dos próprios limites do trabalho, da capacidade de historicizar o próprio conhecimento e prática historiográficas.

Este ato provém, justamente, da impossibilidade de trazer respostas definitivas para as questões levantadas. Como coloca Certeau, reflete o não-dito de nossa atividade. Quando interrompe sua “deambulação erudita pelas salas do arquivo”³ e se pergunta sobre sua própria prática, vê-se forçado a atribuir a si mesmo um lugar, um tempo. O lugar de que fala o historiador é a “marca indelével” presente em seu trabalho, que, no entanto, não coloca-se manifesta explicitamente em seu trabalho – aparece, justamente, nesse momento de introspecção. A sinceridade do historiador se dá, quando ele, por seu turno, aplica um tratamento histórico à sua disciplina: deixa de vê-la como uma consciência flutuante, ironicamente a-histórica; como a concretização racional de uma idéia, como o progresso da razão, como a verdade científica desvelada pelo tratamento metódico do objeto por parte de um sujeito. Não obstante a incapacidade de impôr algo definitivo, a teoria da História, é uma atitude honesta do historiador, ou antes, a plena consciência de sua atividade e o caráter maior da pesquisa histórica. Louco ou são, ao fazer uma teoria da história, que supostamente elimina o “outro” (o passado, o estranho, etc.) com o qual tratamos, colocamo-nos em seu lugar, sendo a historiografia seu próprio objeto de estranheza. Entende-se seu caráter “ficcional”, seu aspecto temporário, passageiro, uma prática como outra prática qualquer, em qualquer parte do tempo – enfim, uma produção, no sentido mesmo atribuído por Marx à palavra.

Entendendo, pois, todo esforço teórico como espécie de “confissão”, ao pretender enquadrar este trabalho na categoria de pesquisa, devo eu mesmo tecer algumas considerações

³ CERTEAU, Michel de. *Op.cit.* p.65

sobre os limites e possíveis falhas da mesma. Seja qual for o caminho que eu siga para começar o trabalho, provavelmente o resultado será o mesmo. Entretanto, o modo de se obter é decisivo para a clareza de idéias e a harmonia do texto. Tal tarefa tornou-se particularmente trabalhosa, uma vez que, a idéia original deste trabalho foi ampliando-se a tal ponto que a pesquisa até então efetuada, e mesmo o recorte necessário para a escrita de um trabalho, não pudessem abarcar os aspectos pretendidos. Os pormenores deste processo não merecem ser citados, ao contrário da reafirmação de seus objetivos. Assim sendo, começarei o trabalho antecipando as considerações últimas, tornando sua trajetória mais segura.

A partir de alguns textos de Weber, após 1903, através de uma revisitação e, mais ainda, apropriação de suas idéias, pretendo trabalhar as condições e limites do fazer histórico de acordo com a epistemologia desenvolvida por ele (numa primeira abordagem) e, também, pensar a posição do historiador na sociedade, partindo da distinção que este faz do cientista e do político. Weber, ao entender a ciência como parte da cultura, não se resumindo a um tratamento frio da realidade por um sujeito racional separado de um objeto (que lhe seria estranho), sendo, na verdade, o contrário, possível apenas pelas “relações de pertencimento”⁴, coloca uma questão fundamental, cara à epistemologia contemporânea das ciências sociais, qual seja, a de que a estesa inserem-se em uma determinada cultura, não pairando soberana sobre a vida dos homens. Podemos, assim, aproximar Weber da hermenêutica de Gadamer e da “filosofia trágica” de Nietzsche⁵. Mesmo assumindo que a aproximação, nesse sentido, seja, talvez, forçosa, a relação destes dois alemães, principalmente no concernente à crítica realizada por ambos à tradição idealista, talvez seja possível deslumbrar a posição do historiador na sociedade e as implicações decorrentes (através de conjecturas pessoais).

Outro motivo me faz voltar a Weber. Nossa cultura historiográfica parece sentir prazer em alimentar um mito de que somos tributários da historiografia francesa, principalmente da “revolução” dos *Annales*⁶, reservando ao sombrio cantos raramente visitados pela

⁴ O termo é de Dilthey, e, à parte as diferenças notáveis entre os dois pensadores que, podemos dizer, faziam parte de uma “reação hermenêutica” contra o positivismo, podemos tê-lo como análogo às “relações de valor” de que fala Rickert, influência notável no Weber do início do século XX. Fazemos a associação, contudo, não esquecemos as diferenças que os dois conceitos carregam.

⁵ “A história é pertinente ao vivente em três aspectos: ela lhe é pertinente conforme ele age e aspira, preserva e venera, sofre e carece de libertação. (...) A história diz respeito antes de tudo ao homem ativo e poderoso.” Citado de: NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva; tradução de Marco Antônio Casanova*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2003.

⁶ Evidentemente, não é intenção anular as grandes contribuições da escola francesa para a atual cultura historiográfica. Quer-se apenas ressaltar a importância de outras escolas e a influência que elas exerceram na própria “Escola dos *Annales*”

historiografia, o abandono e esquecimento de influências e tradições riquíssimas, como a da Escola Histórica Alemã. Pretendemos, pois, resgatar algo da importância desta, centrando, no atual estágio da pesquisa, na figura de Weber. Um indício da relevância deste pensador para a historiografia podem ser visto em Paul Veyne, ele próprio representante dos Annales, quando admite ser a história conceitual a única maneira científica de se fazer história – muito embora esta opinião não fosse consenso nem em sua própria obra. Outro seria uma afirmação de Robert Darton⁷, em entrevista, quando avalia a influência da sociologia na História Cultural e constata ser ela ainda hoje forte. Não se daria, entretanto, a partir da clássica presença da sociologia durkheimiana, encontrando agora em Weber um novo interlocutor. Tenho o diagnóstico por verdadeiro, exceto por um reparo: se não erra em ver em Weber como uma influência da sociologia sobre a história, peca pelo exagero, esquecendo-se de que Weber também fora historiador. Com este resgate, então, quer-se mostrar a influência de uma tradição alemã na historiografia (ainda mais na atual), recuperar a atividade historiográfica desenvolvida por Weber e pensar, a partir das reflexões do intelectual alemão, questões como o limite do conhecimento histórico e as relações do historiador com o mundo e a vida. Logo não se deseja, com o trabalho, dar nenhuma resposta, apenas indicar alguns pontos que acredito serem premissas da prática historiográfica.

WEBER HISTORIADOR X DURKHEIM SOCIÓLOGO

Neste tópico, buscaremos analisar brevemente as diferenças essenciais entre os dois autores, o que me permitirá, de certa forma e com alguma segurança, afirmar que Weber, se comparado a Durkheim, pode ser considerado historiador, num sentido mais contemporâneo do termo⁸. Evidenciando um antagonismo entre ambos, pretendemos ressaltar as diferenças

⁷ Entrevista concedida a Lúcia Hippolito, publicada em *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4. 1989, p.232-24.*

⁸ Seria um anacronismo, sem dúvidas, atribuir a Weber o mérito de manter uma interdisciplinaridade entre essas duas disciplinas tal como é feito hoje, de maneira alguma coisa harmônica, ou ainda, como talvez possa parecer em alguns momentos, dar-lhe uma “roupagem pós-moderna”. O que se pretende não é colocar Weber na vanguarda, como precursor de algo que só viria a se desenvolver décadas após seu falecimento. Unicamente, assinalando os pontos de discordância entre o pensamento de um e outro, é demonstrar que, é lícito colocar o alemão unicamente como historiador, tampoco o é considerá-lo apenas sociólogo. Apesar de não reflexão pouco sistemática quanto ao tema, procuro contribuir para a dissolução de um “mito”, que uma cultura sociológica insiste em reforçar, onde Weber torna-se pai-fundador de uma nova sociologia, principalmente religiosa, ao se tratar d’ *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*; cultura esta que não pode passar por nós silenciada, tal como dogma. Queremos justamente ressaltar, neste momento, como a epistemologia desenvolvida por Weber, influenciada por certa tradição neokantiana, não dá margens a uma interpretação nestes termos. Importante trabalho desenvolvido pela temática é conduzido por Sérgio da Mata, em especial no artigo *O mito de “A ética*

próprias entre a própria sociologia e a história, vislumbrando no pensamento do segundo, características que o relacionam diretamente com a história. Durkheim, um positivista⁹, quer fazer da sociologia uma ciência “similar”¹⁰ à física e a biologia. Para este fim, desenvolve uma metodologia a ser seguida, em ordem definida: a definição inicial, a observação do fato social, a distinção entre os fatos normais e os patológicos, a constituição dos tipos sociais e as regras relativas à explicação e prova. Tal metodologia pressupunha uma separação entre sujeito e objeto, uma ignorância de um por outro, um livramento das idéias pré-concebidas, para que se pudesse proceder uma análise científica da vida social. Era necessário tratar o fato social como “coisa”, exterior ao homem e estranha a ele, através de uma “atitude mental”, que permitisse a análise científica e neutra do objeto. Nisso, deve-se destacar a importância da “definição inicial” no pensamento durkheimiano, pois só através dele é possível um tal tratamento do fato social. Este fato não existe *a priori*, sendo necessário antes ser construído. Há um construtivismo prévio, necessário, juntamente com uma valorização da experiência sensível, esta a única capaz de captar a “verdadeira essência” da coisa social. Notamos, então, em Durkheim, a necessidade de tratar o objeto como “coisa” exterior ao homem, e a verdade sendo “cativa do método”. Podemos também notar no sociólogo francês presença marcante de Kant, no que diz respeito à sua definição de fato social¹¹, onde percebemos a centralidade da moral na vida em sociedade. Contudo, diferem-se radicalmente quanto à procedência desta moral. Para Kant, ela seria fruto da Razão da individualidade humana, enquanto Durkheim cria um sujeito transcendental, o qual ditaria as normas da moralidade – este sujeito seria a própria sociedade. Há, contudo, no francês, sintomas de um imperativo categórico.

Talvez possa-se dizer que há um Kant de distância entre Weber e Durkheim. A metodologia apresentada por Weber é fruto de um desdobramento de uma certa *neokantismo*, e podemos dizer que enquanto Weber faz uso de um *apriorismo*, um construtivismo, que precede a análise propriamente dita, em Durkheim (apesar de sua definição inicial, que pode ser tida como um construtivismo), Kant transparece no momento posterior à análise, principalmente quando a função da ciência é tida a de melhorar o mundo. Em Weber, vemos

protestante e o espírito do capitalismo” como obra de sociologia, publicado em Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 113-126, 2006.

⁹ Emprego o termo aqui sem muitas ressalvas, mas julgo necessário deixar claro que “positivismo” não deve servir como uma categoria generalizante, dado os diversos aspectos e as discordâncias que há entre os autores aos quais se atribuem o mesmo epíteto.

¹⁰ Chamo a atenção para as aspas empregadas, uma vez que não significa que, Durkheim, ingenuamente, transplanta a metodologia das ciências naturais para as sociais.

¹¹ Maneiras de agir e pensar exteriores ao indivíduo e que exercem poder coercitivo sobre ele.

justamente o contrário¹². Aproveitando-se do conceito cunhado por Dilthey de *crítica da Razão histórica*, Weber vê a possibilidade de se fazer uma ciência que da vida, sobre o devenir constante do mundo. Apoiado também no estudo da lógica desenvolvido por Rickert, Weber vê a construção de conceitos, de uma ideal-tipologia o método adequado e único possível para se fazer uma ciência. Não trataremos neste trabalho, em absoluto, da importância dos tipos ideais na metodologia weberiana, mas vejamos como essa “herança hermenêutica” em Weber o distancia de sobremaneira do sociólogo francês.

Partindo do princípio de que a história é irrepetível, seus fenômenos são individuais, logo, é impossível que o estabelecimento de leis gerais para os eventos históricos, sendo, conseqüentemente, impossível fazer uma ciência histórica¹³. Esta concepção contrapõe, uma vez mais, Durkheim que acreditava ser possível estabelecer leis gerais para a ciência a partir de um “quadro de referências” a Weber. Para este, o estabelecimento de leis gerais, impossível ou não para o campo das ciências culturais, é antes indesejável e nocivo, dado que para os fenômenos particulares, da vida cultural e do agir no mundo, o interessante seria uma compreensão, capaz de apreender a qualidade de uma determinada ação. As leis, possíveis somente para eventos gerais, aqui perderiam completamente o sentido – se eventualmente pudessem ser encontradas, fariam com que o evento perdesse sua especificidade, logo, aquilo que o tornaria único, interessante¹⁴. Outra implicação da referida “herança”, pode ser sentida na supressão da coisa-em-si. Não mais se acreditava em uma essência imanente a um determinado objeto, coisa, fato, evento. O mundo fenomênico, do “para-nós”, em outras palavras, o mundo do caos, não admitia fins últimos para sua existência, nem prerrogativas morais em formato de imperativos categóricos, verdades absolutas a serem alcançadas pela ciência – esta, apenas instrumental heurístico, formalismo lógico lógica subjetivamente construído para a ordenação consciente do mundo.

Tanto em seu artigo/editorial para o *Archiv* quanto em seu célebre texto *Wissenschaft als Beruf*¹⁵, Weber coloca-nos uma questão fundamental: a da utilidade da ciência. Oras, vemos suprimido a coisa-em-si e rejeitado quaisquer imperativos categóricos

¹² Outra diferença que vale citar, é a oposição de “fato social” em Durkheim com a “ação social” weberiana.

¹³ Apesar desta consideração, juntamente com uma aproximação de Dilthey com Weber, poder sugerir uma ênfase no caráter compreensivo das ciências culturais, não se trata disso em absoluto. Vemos no próprio tipo-ideal e na imputação causal uma convivência harmônica entre compreensão e explicação.

¹⁴ Desta mesma perspectiva resulta a importância da “compreensão” em sua epistemologia, uma vez que mesmo uma realidade finita, isolada em sua particularidade, poderia ser descrita exaustiva e infinitamente.

¹⁵ Para a elaboração do trabalho, foi consultada a tradução: WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo. Martin Claret, 2002.

que possam indicar um sentido a ser alcançado. Se o mundo não tem alvo, tampoco teria a ciência condições para indicar o caminho a ser seguido; menos ainda para guiar os homens rumo a seus objetivos. Weber faz aqui o papel de anti-Durkheim. Ao sociólogo dos fatos sociais, da separação sujeito-objeto, da imparcialidade, da ciência como guia do mundo, visando seu aperfeiçoamento, opõe-se o alemão, oferecendo um método, sem muitos exageros, totalmente diverso, para o qual a ciência tem apenas condições de esclarecer os valores de cada ação, fornecer um quadro de possíveis consequências de seu ato. A “ciência” weberiana resume-se aos meios, sendo completamente alheia aos fins; é capaz de indicar quais as possíveis alternativas, os possíveis caminhos e para por aí. A resolução, o modo de proceder do indivíduo trata-se de escolha pessoal, a qual a ciência não deve interferir. Fiel a estas considerações, ao que parece, durante o itinerário intelectual posterior à primeira década do século XX, em *Wissenschaft als Beruf*, ao tratar da questão acima posta, Weber cita Tolstói, indagando-se sobre a utilidade da vida. A tônica deste trabalho dar-se-á pelo desdobramento da reflexão acima posta.

MUNDO CULTURAL E NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA

Para iniciar este tópico, julgo adequado um paralelo entre Weber e Nietzsche, por ser notável a influência deste último, principalmente no que tange a uma crítica da modernidade, em especial à tradição filosófica (ou teológica?) alemã, sobre o primeiro. Ele deve se dar em torno do que tomo como a tese principal de Nietzsche em sua *Segunda Consideração Intempestiva*, onde reflete sobre as vantagens e desvantagens da História para a Vida. O problema da História como ciência, para o filósofo trágico, era o sepultamento da vida, o fim da força plástica e criativa causada pelo excesso de cultura histórica, que em nome da crítica, da submissão ao processo, ou mesmo da fraqueza daqueles que escrevem a História, impossibilitariam a vida presente. Para a vida poder desenvolver-se, ou, em outras palavras, para o homem poder exercer sua *vontade de potência* era necessária uma harmonia entre a consciência do passado e o esquecimento do mesmo¹⁶. Para Nietzsche, esta deveria ser a função da História, servir ao homem, servir à vida.

¹⁶ Para evitar mal-entendidos, cabe-nos dizer que esse esquecimento não se trata de uma anamnese; lembrar e esquecer, selecionar eventos e emoções, variáveis durante o tempo é uma função da memória. Função indispensável para continuar a vida, pois uma lembrança do passado, sem uma força plástica, pesaria de sobremaneira sobre o indivíduo e anularia seu potencial de ação, seu instinto artístico.

Consideração esta que não passou despercebida para Weber. Aliás, entre os “cientistas da cultura” há um consenso: a função da ciência é servir aos interesses imediatos da vida, resolver questões pendentes. Mesmo Durkheim e Weber, neste aspecto, estão de acordo. A diferença dá-se em torno daquilo que poderíamos, a título de aproximação de “definição inicial weberiana”. É o ponto onde, mais diretamente, podemos notar a influência de Rickert em Weber. Trata-se das “relações de valor” pelas quais o cientista conduz seu estudo. Abordemos primeiro o que chamo de “aspecto global”, ou melhor colocado, o lado cultural dessa relação de valor. Como vimos anteriormente, o mundo do qual como concebe Weber é apenas fenomênico, caótico e o dever da ciência seria ordená-lo conceitualmente. Entretanto, visto desta forma, como poderíamos acessar este mundo sem nenhuma lógica em si? No artigo *La ‘Objetividad’*, em certa altura, Weber chega a afirmar que a realidade é infinita e o homem só tem acesso a uma parte finita, a qual corresponderia ao mundo cultural. Nestes termos, observamos que o acesso à significação do mundo se dá por via de uma relação de valores do homem com o mundo, através do contato com ele e do sentido que atribui as coisas. Efetivamente, a ciência só faz sentido se se trata de um fenômeno que se mostra atual, pertinente para a vida cultural das pessoas que o estudam. Não faria sentido tratar de um problema que não se apresentasse ao homem por meio dessas relações de valores, nem mesmo seria possível. É antes necessário, não apenas um contato prévio, mas uma sensação de incômodo, que um dado problema provocasse no cientista. Assim, não faz sentido falar de uma separação sujeito/objeto.

Em descrição igualmente sucinta, tratemos agora do que podemos chamar de “aspecto subjetivo” ou individual da relação de valor. Para Weber, a paixão individual não deveria ser tida como oposta aos objetivos da ciência. Antes pelo contrário, seria por estas paixões individuais, defesas veementes de pontos de vista específicos que o interesse do cientista por determinado tema pudesse aparecer. Interesse e visão pessoal nada teria de contrário com a ciência, sendo esta, antes, possível apenas por este ponto de vista subjetivo, particular e pessoal. Uma tradição sociológica, representada na figura de Raymond Aron, ao tratar das relações de valores, pretendendo expulsar uma filosofia da história que julgava que, a partir de um método adequado, a verdade pudesse ser desvelada, valorizou de maneira irresponsável esta dimensão, esquecendo-se por completo da anterior, que corresponderia à vida cultural, ao espaço onde se faz a ciência, às instituições do saber. Desta feita, puderam colocar, mais uma vez, Weber como um anti-Marx, por não reconhecer na produção científica as marcas de um

lugar, que tornasse o discurso elaborado uma produção social. Mas Weber jamais desconsiderou este aspecto, ressaltando-o, antes, com todas as palavras possíveis, ao comparar a universidade alemã com a americana.

Cabe agora, para concluir a temática tratada, ressaltar os limites inerentes de uma tal ciência. Não podendo fazer mais do que organizar o mundo através de conceitos e sendo incapaz de recorrer a princípios objetivantes – tais como leis gerais ou regularidade –, menos ainda fornecendo ao indivíduo qualquer resposta sobre o caminho a ser trilhado, o conhecimento das ciências da cultura é sufocantemente restrito. O mundo, em seu eterno devenir, não se conformaria (nem nunca conformar-se-á) da mesma forma; os problemas nem sempre serão os mesmos, conseqüentemente, os conceitos que se relacionam a ele, devem ser constantemente reelaborados. A “objetividade” seria garantida apenas por um formalismo lógico, constructo mental para comparar mundo e conceitos, através de uma análise profunda da realidade. A “ciência”, inscrita no eterno devenir do mundo, estando intimamente relacionada a ele, estava fadada a seus mesmos destinos. Assim como a vida muda, a “ciência” também há de mudar. A objetividade das ciências da cultura, assim, pode ser comparada com a tarefa de Penélope, que bordava seu tapete de dia e o desfazia a noite, esperançosa da volta de Ulisses. A História, inserida neste campo das ciências culturais, está fadada ao mesmo destino: faz-se com a mesma frequência com que se desfaz, na esperança de encontrar sua verdade. Caminhamos, apesar da persistência milenar, no mesmo tapete, no mesmo solo descontínuo, construído e reconstruído *ad aeternum*; não em um solo fértil, onde poderíamos plantar a árvore da verdade ou o carvalho do conhecimento.

HISTÓRIA, VIDA, E A POSIÇÃO DO HISTORIADOR

Retomaremos aqui algumas conclusões das considerações anteriores e colocar algumas questões no lugar de algumas outras, talvez ultrapassadas pelos novos desafios da historiografia. Ao considerar a historiografia como parte integrante da vida, os problemas de sua utilidade e limites devem ser feitos, não em um sentido de meios para determinados fins mais nobres, ao contrário, como fins em si mesmos. A partir disso, desconsideramos a “ciência” como capaz de indicar caminhos a serem trilhados ou como reveladora de verdades. Lembrando também de uma metáfora weberiana, a da teodisséia: os deuses combatem entre si, e combaterão eternamente; a escolha de qual é o deus verdadeiro não passa de uma

convicção pessoal do crente, com o qual a ciência não há de ter nenhum compromisso. Como esse limite da razão influencia no *locus* do historiador?

Retomemos, brevemente, Hannah Arendt, quando demarca uma separação entre política e da filosofia na polis grega, sem entrar em detalhamentos de sua tese e argumentação. Para ela, desde a morte de Sócrates¹⁷, inaugura uma oposição entre filosofia e política, identificada em Platão, o qual reconhece a diversidade de opinião um mal a ser superado, sendo que em sua *República*, oferece caminhos para esta superação. A filosofia deveria desvelar a verdade do mundo e o político deveria ser o rei-filósofo. Inviabilizado este sonho, por uma atividade requerer a dispensa da outra, o espaço da polis ateniense se viu dividido entre a política e a filosofia¹⁸. A separação verificada permanece em Weber, embora por motivos diversos, considerando a crítica que este faz ao idealismo – aliás, a separação entre político e sábio por ele defendida baseia-se no justo oposto do sugerido por Arendt. As atividades de demagogo e de sábio não são de forma alguma conciliáveis. O sábio deveria ter a “virilidade” para viver em um “mundo desencantado” e saber manter sua neutralidade axiológica, não servindo de guru para a juventude. Sábio e político estariam fadados à segregação. Esta reflexão, contudo, não quer dizer que o sábio esteja localizado à margem da sociedade onde vive, ao contrário, constituiria um outro grupo desta sociedade, localizado em instituições específicas, através das quais poderia desenvolver seu pensamento. Ela forneceria as possibilidades e os limites. Organizados em instituições próprias, os intelectuais criam sua própria rede de relacionamentos, com suas particularidades, ao mesmo tempo em que inserem-se num campo mais amplo, da sociedade da polis, para usar a expressão de Arendt.

Vejamos uma crítica de Weber a Kant, ao citar Fichte¹⁹. Não podendo falar de um fim a ser alcançado pelo mundo, proibidos de se misturar as figuras de intelectual com a de demagogo, como pensar a historiografia? Onde residiria nosso direito de julgar, frente à eterna batalha dos deuses, alheia à ciência? Discutir nossa relação com a verdade a-discursiva faz algum sentido? Abandonando a alma cristã ocidental, concordando com Nietzsche, o qual afirma que viver é ser inusto, a História teria algum direito a militância? Pode reivindicar-se poder de prova? A vocação do cientista, perpassada por uma intuição artística pelo acaso, dá-

¹⁷ Platão e Sócrates são centrais em sua teoria, para entender como, em seu pensamento, as ciências da cultura devem relacionar-se com a política. Para ela, a morte de Sócrates significa uma vitória da política sobre a filosofia, uma vez que a diversidade do pensamento democrático (no sentido ateniense, evidentemente) venceu a razão dialética.

¹⁸ Arendt propõe, inspirada em Kant, uma nova política, baseada na capacidade de espanto (*thaumazein*).

¹⁹ Este diz que não temos direito de pressupor a bondade humana, principalmente conhecendo seu histórico.

nos autoridade para um monopólio corporativista?²⁰ Colocamo-nos, ainda, uma outra questão: temos por consenso de que História é aquilo que fazem os historiadores, mas em verdade, o que nós fazemos? Finalmente, pensando sobre nosso lugar, podemos contrapor duas alegorias sobre a relação do homem com a verdade: a de Platão, com seu mito da caverna, e a de Nietzsche, com seu Zaratustra. Na primeira, a caverna é o lugar da ignorância, das sombras, obstáculo à verdade, o verdadeiro movimento das coisas, que o aliena do mundo real. Na segunda, seria o lugar do espírito-livre, observando os homens de lugar privilegiado, vendo-a vê-la em toda sua miséria e pequenez. O historiador habita ou deve habitar alguma delas? Essas questões só podem ser respondidas, a meu ver, considerando a história como parte constituinte da cultura, da vida, sendo indissociável desta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* Org. Ursula Ludz. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Sao Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

MATA, Sérgio. *O mito de “A ética protestante e o espírito do capitalismo” como obra de sociologia*. Locus: Revista de História (22), p. 113-126, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*; tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2003.

WEBER, Max. “La ‘objetividad’ cognoscitiva de la ciência social y de la politica social. (1904)” in: *Ensayos sobre Metodologia Sociológica*. Buenos Aires: Amorroutu Editores, 1958.

_____, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo. Martin Claret, 2002.

²⁰ Weber nos distinguiria apenas pela dedicação e refinamento teórico, mas ainda desprezaria os conceitos cotidianos.

Dona Joaquina do Pompéu: uma mulher de punhos fortes

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves

Quando se imagina a figura da mulher durante o século XVIII, a primeira imagem que se tem é de uma figura doméstica que teve toda uma preparação para lidar com os afazeres do lar e cuidar dos filhos e do marido.

Esta imagem de mulher do lar, tem como principal objetivo cuidar e selar por sua família; esta imagem pode ser percebida nas palavras de Gilberto Freyre em sua obra *Sobrados e Mucambos*, em que ele cita que “(...) *as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra, em um tipo sociedade católica como a brasileira, ao contato com o confessor*¹”.

Este era o espaço que a mulher tinha numa época em que a figura masculina se encontrava no topo da pirâmide familiar. A vida da mulher então ficava restrita apenas ao seu espaço doméstico, sendo ela uma dona de casa submissa tendo como sua única função cuidar do bem estar de sua família.

A moralidade no passado brasileiro é abordada também por Freyre. Ao analisá-la ele indica que havia um padrão duplo de moralidade no nosso país, em que era dado ao “(...) *homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar*²”.

Assim, a mulher no que diz respeito à relação amorosa, fica com a incumbência de servir ao homem no momento que ele achar oportuno, ficando ela com obrigação de dar e posteriormente cuidar dos herdeiros do homem.

Todo esse contexto transformou a imagem da mulher em um ser mórbido, ou seja, em uma mulher deprimida e que passava uma sensação doentia, mas ao mesmo tempo tinha que ser uma pessoa doce perante a sociedade, e isto apesar de todas imposições que eram criadas para elas, sempre tinham que transmitir uma imagem de mulher dedicada à família. Assim, de acordo como a historiadora Mary Del Priore, a situação da mulher diante a vida conjugal era:

“O casal e a vida conjugal eram valorizados também pela repartição criteriosa de tarefas. Essa divisão de encargos no seio da vida doméstica e privada delimitava também os

¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

² Idem ¹

papéis sociais de gênero, e os moralistas do período são primeiros a pleitear uma função para a mulher no interior da vida privada. Ela deveria fazer o trabalho de base de todo o edifício familiar: caber-lhe-ia educar cristãmente a prole, ensinar-lhes as primeiras letras e as primeiras atividades, cuidar de seu sustento e saúde física e espiritual, obedecer e ajudar o marido... enfim ela seria responsabilizada pelo sucesso ou fracasso do processo civilizatório e da aplicação das normas tridentinas à sociedade familiar³.

Percebe-se que a mulher branca da elite é colocada como uma pessoa que não foi criada para o trabalho, principalmente no que diz respeito ao contexto dos negócios, a esta lhe era proporcionada uma imagem preconceituosa e negativa. Mas apesar de todo estigma que foi dado à mulher, em algumas ocasiões elas, vão se libertar desta imagem e vão assumir uma posição privilegiada diante da sociedade no que diz respeito ao trabalho e a administração dos negócios. Isto vai ocorrer muitas vezes em momentos nos quais, o maridos ficavam impossibilitado de manter os seus negócios ou quando elas ficavam viúvas, assim assumem totalmente a função que era até então do homem.

Esta imagem começa ser quebrada quando as mulheres até então isoladas dos negócios exerciam apenas o papel de senhora dona lar, de repente assumem a administração das grandes propriedades, e um exemplo destas damas de grande importância no papel administrativo foi Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco, ou simplesmente Dona Joaquina do Pompéu.

Dona Joaquina do Pompéu foi uma mulher criada sobre os costumes e as tradições do século XVIII, ou seja, foi criada para ser uma dona de casa e uma dama que viveria submissa ao seu marido, pois a mulher deste período tinha que ser uma dama, isto é, tinha que saber receber as pessoas com fineza. A sua educação ainda teve um diferencial ela foi alfabetizada, ou seja, sabia ler e escrever, coisa que não era tão comum para as mulheres desta época.

³ DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

Toda esta questão intelectual de Dona Joaquina iria ajudar muito, pois graças a um conhecimento que possuía, ela conseguiu levar com extrema tranqüilidade e rigidez os negócios da família após a doença do seu marido o Capitão Mor da Vila do Pitangui, Inácio de Oliveira Campos.

A história desta grande matriarca Dona Joaquina do Pompéu, começa a ser construída a partir do momento que seu marido adquire uma fazenda na região de Pompéu. O negócio que ocasionou a compra desta fazenda ocorreu quando o Capitão Inácio que na época foi designado pelo Conde Valadares, então governador da capitania de Minas, a construir uma estrada que ligaria Vila de Pitangui a Pompéu e daí até a Vila de Paracatu dos Príncipes, isto para facilitar o escoamento do ouro da região de Paracatu.

Durante a construção deste caminho o Capitão Inácio adquiriu uma fazenda na região de Pompéu, no ano de 1792, do Sr. Manuel Gomes Cruz que era um grande proprietário de terras nesta região bem como um grande comerciante de gado no mercado interno de Minas, o negócio entre Capitão Inácio e Manuel Gomes foi de 11:200\$000 (onze contos e duzentos mil réis).

E é partir daí, que a história de Dona Joaquina do Pompéu começa a ser construída sobre a imagem não apenas de uma mulher do lar, mas de uma mulher administradora e proprietária de uma grande vastidão de terras.

E por que a vida de Dona Joaquina começa a mudar após a compra da Fazenda do Pompéu? – após três anos da compra da fazenda em 1795 o Capitão Inácio sofreu uma paralisia cerebral e ficou paraplégico, desta forma também ficou impossibilitado de continuar dirigindo os negócios da família. Diante de tal acontecimento quem assume esta função é a sua esposa Dona Joaquina do Pompéu, e inicia assim a sua trajetória histórica como uma grande administradora, é como cita o pesquisador e autor de um livro que conta a história de Dona Joaquina, Gilberto Cezar de Noronha “*é um período bastante controverso da vida de Joaquina, sobretudo pelos seus negócios escusos que lhe renderam a fama de intransigente, violenta e desonesta (...)*”⁴.

Só que Dona Joaquina, mesmo estando a frente dos negócios da família ela somente conseguiria autonomia nos negócios após a morte do seu marido no ano de 1804, daí em diante ela se transforma na grande dama do Centro-Oeste de Minas, tendo em suas mãos uma

das maiores propriedades rurais da época.

⁴ Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1321> – Artigo publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional, edição de Dezembro/2007, pelo professor de história da Faculdade do Alto São Francisco – FASF/Luz e autor do livro Joaquina do Pompéu: Tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco, Gilberto Cezar de Noronha.

É neste período que Dona Joaquina se torna definitivamente a grande chefe da fazenda do Pompéu. A partir de então, muitos questionaram sua posição como administradora, deixando claro que a única imagem que se tinha da mulher, era de uma senhora do lar e que nunca teria a capacidade de tomar conta de uma fazenda de enormes proporções e de um grande número de escravos. Mas, mesmo com todas as pressões da sociedade, Joaquina conseguiu levar os negócios da família de forma coesa e inteligente, pois ela não somente conseguiu manter os negócios como veio expandi-los, não ficando presa somente em uma única atividade comercial.

Uma outra característica que marca a vida de Dona Joaquina é o fato de que após a morte de seu marido ela não buscou um outro matrimônio, como forma de proteger o patrimônio seu e dos seus filhos. Em muitos casos de mulheres que ficavam viúvas e o marido deixava alguma questão financeira e administrativa como parte da herança para a esposa e os filhos, assim que estas buscavam um novo casamento, esta prática funcionava como uma forma da mulher garantir os seus bens veja como a historiadora Raquel Chequer relata este ponto da viúves em sua dissertação:

“Várias mulheres ficavam viúvas ainda jovens e a realização de um segundo casamento era freqüente. Estrategicamente falando, o casamento de viúvas poderia trazer vantagens, tanto para o segundo marido como para ela mesma. Viúvas que possuíam terra, casa e/ou escravo propiciavam aos homens segurança no empreendimento dos negócios e a chance de enriquecimento fácil⁵”.

⁵ CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. *Negócios de família gerencia de viúvas. Senhoras administradoras e de bens e de pessoas (Minas Gerais 1750 – 1800)*. 2002. Dissertação. Mestrado em História – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

Ou ainda:

“Caso o espólio fosse dividido, dificilmente a viúva poderia manter a sua família no padrão de vida igual ao que possuía antes da morte do esposo⁶”.

Ou seja, a mulher branca tinha a preocupação de que após a morte de seu marido, ela viesse a passar por dificuldades e que com o tempo acabaria perdendo o seu padrão de vida que estava acostumada, diante de tal preocupação buscava em um outro casamento a sua proteção, mas do outro lado tinha a questão que o segundo casamento acabaria beneficiando também o segundo marido, pelo fato deste muitas vezes conquistava espaço dentro dos negócios e conseqüentemente status perante a sociedade.

Mas engana-se que por traz da imagem de uma mulher que seguia os costumes religiosos da época, como o de nunca se mostrar nua nem para as escravas mais próximas, ficou guardando a morte do seu marido. D. Joaquina não se casou novamente, mas, por outro lado ela não deixou de ter a sua vida sexual ativa, e estes casos amorosos pós casamento eram com os escravos da própria fazenda como relata Gilberto Noronha, *“é que Dona Joaquina gostava de recrutar negros escravos para o seu deleite erótico, e ainda dizia-se que dava ordens para que se colocasse o eventual amante ‘de molho’ na banheira, durante dias, antes dos seus serviços sexuais, a fim de retirar-lhe o bodum⁷”.*

Todo esse cenário mostra um outro lado da matriarca mineira, um lado mais ousado, e ousadia é uma característica que marcaria esta mulher, no que diz respeito as coisas mais íntimas, como a sua vida sexual, quanto o modo de guiar seus negócios, muitas vezes levando este aspecto para o lado obscuro em sua trajetória histórica.

Este lado da mulher de negócios é marcado por momentos de crueldade como a morte de boiadeiros e de negociantes a mando da matriarca, e todo este contexto de crueldade são sempre para seu benefício, visando o lucro. Segundo relatos da época, Dona Joaquina apesar

de toda a sua fineza era uma mulher desonesta nos negócios, muitas vezes levando este para o lado da corrupção, e todo este lado da matriarca vai lhe render uma fama de uma mulher intransigente no que diz respeito aos negócios.

⁶ Idem ⁵

⁷ Idem ⁴

Muitos relatos da época segundo Gilberto Noronha mostram que Dona Joaquina em alguns episódios que vai desde roubo de gado, assim como a morte de boiadeiros que iam até a sua propriedade para concretizar algum negócio que ela tinha realizado, assim, “*práticas de roubo de gado e assassinato de boiadeiros, cujos corpos seriam enterrados embaixo do seu sobrado em Pompéu*”⁸.

Só que apesar de todo este lado cruel que é relatado até hoje o que fica é o papel que esta mulher impôs perante toda a sociedade no que diz respeito ao seu poder de negociação, algo que era até mais aguçado que do seu marido o Capitão Inácio.

Dona Joaquina mantinha transações comerciais em toda Minas Gerais e por todo o país. Recibos e documentos da época mostram como esta mulher conseguiu construir todo um “império rural”, se transformando na grande Dama do Sertão de Minas.

Em alguns documentos da época pode-se perceber o prestígio que Dona Joaquina possuía. Através dos seus grandes negócios conseguiu ganhar um patamar incrível perante a sociedade num todo, desde do contexto econômico social a uma posição política de respeito em todo território de Minas Gerais. Estes documentos que mostram um pouco da vida de Dona Joaquina do Pompéu, podem ser encontrados no Arquivo Público Mineiro, são recibos, acordos de transações comerciais e cartas pessoais desta grande mulher.

Um fato que mostra o poder político de Dona Joaquina, pode ser visto neste documento, que mostra o momento no qual, ela concede poderes aos senhores Manoel Ferreira da Silva e João Evangelista de Faria Lobato através de uma procuração assinada por ela, em que repassa toda liberdade a estes senhores de responder por ela no que diz respeito à justiça e em ocasiões burocráticas. Este documento também contém uma solicitação de Dona Joaquina a Corte Portuguesa para que fosse enviado um Juiz de Fora para a Vila do Pitangui, como uma forma de manter a ordem e a justiça na região, pelo fato de não haver na região um Juiz letrado até o exato momento.

“Dou. Meos poderes, e constituo em tudo meos bastantes Procuradores ao Snrs. D. D. Manoel

Ferreira da Silva, João Evangelista de Faria Lobato, pa. Em meu nome requererem e protestarem em câmara tudo que a bem de se decidir, q. muito convem a pás e sucego deste tereno, conservação dos bens e boa administração da Justiça, aproveitar-se à graça do Nosso Príncipe e Senhor, e mesmos pedir-lhe q. nos conceda bom Juiz de fora para se evitarem os grandes barulhos densensoens sobronus injustiças q. nascem de não haver juiz letrado.

⁸ Idem ⁴

E poderão os ditos Senhores meos procuradores requerer protestar agravar apellar jurar ma. Alma ql. qr. Licito juramento de calumnia aqui uma (palavra que não se entende) e suppletorio, e fazer tudo qto for a este fim necessário e q. puder, para isto lhe concedo que poderão substabecer. Pompéu 1 de fevereiro de 1805.
Pa. Que mandei fazer, que assigno.

Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco.”⁹

Assim, este documento mostra que Dona Joaquina também tinha um pensamento com a região onde vivia, e ainda o fato dela estar pensando nos seus próprios negócios, pois com a presença de um Juiz na região passava mais segurança para ela em relação aos seus negócios, apesar que, Dona Joaquina em certos momentos fazia o papel de “Juíza” em sua propriedade, não precisando de uma pessoa ligada à corte para estabelecer uma autoridade legal em seus domínios.

Quando diz respeito aos negócios Dona Joaquina era uma mulher segura e de grande precisão. Para ela todo acordo comercial tinha que ser formalizado em documento, não existindo “acordo de boca”, ou seja, alguma negociação que foi realizada somente através de uma conversa entre ambos interessados.

Tudo o que estava ligado a finanças, Dona Joaquina se mostrava uma mulher de palavra, o documento que segue abaixo, é um recibo em que ela assume um compromisso de liquidar uma dívida que veio a adquirir na compra de um escravo do Sr. Manoel Cordeiro, neste documento ela relata que irá pagar a devida dívida no prazo marcado e que perante esta situação ela assina o compromisso e ainda faz com que duas testemunhas também assinem para deixar bem claro que iria cumprir o pagamento no prazo marcado.

“Devo qe. Pagarei ao Sr. Manoel Cordro. A quantia de cem oitavas de ouro procedidas de hum escravo por nome Manoel místico, qe. Lhe comprei a meo contento tanto em preço como em vontade, sem embargo de ter o vicio de fujão e se vo fazer deste em o anno corrente no qual

recebi, cuja quantia pagarei a elle dito, ou a quem este me mostrar da factura deste a hum anno sem a isso por divida alguma para clareza. Escrevi este que a meo rogo escreveo o Padre João Pereira Guimarães e o assignei em prezença das testemunhas abaixo assignadas.

Villa de Pitanguy a 6 de setembro de 1798.

Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco

Como testemunha, que este fiz a rego sobredita

O Pe. João Pêra. Guime.

⁹ APM cx. 01, doc. 23

Fui presente *José Frz. Valladares*

Fui presente *Caetano José Alz. Ruds.*¹⁰

Outro fato interessante de se tocar em relação à Dona Joaquina do Pompéu é a participação dela em dois momentos importantes da história do Brasil, uma quando a Família Real deixou Portugal e veio para o Brasil fugindo das tropas de Napoleão em 1808, e o outro momento quando um levante contra a independência se instaura na Bahia no ano de 1823, em ambos os momentos a matriarca participou ativamente.

No ano de 1808, toda Corte Portuguesa deixa Lisboa com o destino ao Brasil, com medo de uma invasão das tropas do Imperador francês Napoleão Bonaparte, D. João e sua corte chegaram ao Brasil em Janeiro de 1808, os navios que partiram de Portugal teve como primeiro destino a cidade de Salvador, daí em diante a família Real portuguesa inicia uma nova fase na história brasileira, que vai se concretizar definitivamente em Março de 1808, quando a corte chega ao Rio de Janeiro quando no ano de 1815, sete anos depois de chegarem ao Brasil eleva a colônia à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves.

E é com a chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro que Dona Joaquina começa a participar deste momento da história do Brasil, pois as fontes de abastecimento da cidade não eram suficientes para suprir a necessidade da corte que era composta por cerca de 15.000 pessoas. Em troca de favores do Estado, Dona Joaquina foi uma das pessoas que contribuíram com o envio de suprimentos para o Rio de Janeiro.

Assim, Dona Joaquina então enviou cerca de 200 cabeças de gado para o Rio de Janeiro com intermediação do seu representante comercial em Vila Rica o Sr. Diogo Pereira de Vasconcelos¹¹.

E no que diz respeito a favores do Estado, Dona Joaquina com doação passava a construir um espaço comercial de maior destaque na cidade do Rio de Janeiro e inicia também uma relação comercial com os portugueses recém chegados à cidade.

O outro momento da história do Brasil que Dona Joaquina participa é quando o Brasil passa pelo seu processo de independência, em que D. Pedro de Príncipe Regente de Portugal se transforma D. Pedro I o Imperador do Brasil.

¹⁰ APM cx. 01 doc. 21

¹¹ RIBEIRO, Coriolano Pinto; GUIMARÃES, Jacinto Campos. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

Mas, este momento não é somente marcado pelo grito ecoado por D. Pedro de “Independência ou Morte”, nas margens do Rio Ipiranga, pois em 1823 depois do famoso grito, inicia no Brasil uma onda de protesto contra a independência do país, um destes episódios veio ocorrer na Bahia. É neste momento que Dona Joaquina entra na história, já que ofereceu a D. Pedro uma ajuda no que ele precisasse, isto ela veio até deixar a disposição das tropas, escravos para lutar contra o levante e suprimentos.

Neste momento D. Pedro aceita ajuda de Dona Joaquina, e ela, envia para Bahia 100 cabeças de gado para alimentar os homens do exército. No documento que segue é possível perceber o momento que Dona Joaquina oferta está ajuda as tropas de D. Pedro, em que em nome de D. Pedro o Sr. Antônio Alves de Araújo agradece Dona Joaquina pela ajuda ofertada as tropas que se encontra na Bahia.

“Ilma Senra. D. Joaquina Bernarda Sa. De Abreu Castelo Branco

Para eu me saber desidir sobre a sua ofertola de cem bois que os offereces nas suas Fazendas do Piracatú para p secoro da Baia, levey a prezença dos Exos, Snrs. Do Governo a sua própria carta que V.S me faz. Acabo de receber o Officio dos mesmos Snrs. Datado de 14 do corrente, no qual determinarão que levasse a sua prezença o justo louvor e agradecimento pela genora offertola dos cem bois, e que para aquelle se despor e lugar para melhor vintage e permitir a despuzição deste p. cujo em parte serem remetidos aos coffres dezeguizados, da qual emportância será empenca e subirá a Augusta prezença de S.M.Imperial, a seffazer publico nas Empresas e voltar a este Termo do que esperamos de V.S. o bom egigo para este arango, e as determinasains suas para meo governo.

Desejo que V.S seja adestida de feliz saúde e eu Deos a Guarde por muitos annos.

De V.S.

Sincero reverente Sobro e Cro.

Antonio Alves de Araújo

Villa de Pitanguy 31 de agosto 1823.”¹²

E assim, com todos os seus negócios e sua imensa propriedade é que Dona Joaquina se consolidou como uma das mulheres mais importantes para a história de Minas e do Brasil.

De uma menina que nasceu Mariana em 1752, quinta dos nove filhos do advogado português, Jorge de Abreu Castelo Branco e da açoriana Jacinta Tereza da Silva, Dona Joaquina conquistou todo um espaço e destaque nos meios dos negócios, geralmente eram ocupados pelos homens.

Deixou todo um legado para a região centro-oeste de Minas, onde se localizava a sede de sua fazenda, e quando está grande mulher veio a falecer aos 74 anos, no ano de 1824,

¹² APM cx. 01, doc. 30

conseguiu contabilizar mais de 11 fazendas, cerca de 40 mil cabeças de gados e um número considerado de escravos. Todo esse “império” foi deixado para filhos, netos e bisnetos.

Todo esse “império” e poder que ela possuía entrou para história, uma história que até hoje é construída pelo imaginário popular e são estas histórias que perduram no imaginário das pessoas que não as deixam no esquecimento está que foi denominada como “Sinhá Braba” pelo romancista Agripa Vasconcelos.

BIBLIOGRAFIA:

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. *Negócios de família, gerencia de viúvas. Senhoras administradoras e de bens e de pessoas (Minas Gerais 1750 – 1800)*. 2002. Dissertação. Mestrado em História – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

NORONHA, Gilberto Cezar. As duas faces da matriarca. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n.27, 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1321>>. Acesso em 05 maio 2008.

RIBEIRO, Coriolano Pinto; GUIMARÃES, Jacinto Campos. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público Mineiro

Documentação de Origem Privada. Família Joaquina Bernarda de Pompéu. Código: FJBP 1 – Cx. 01. Doc.21; Doc.23; Doc.30.

Uma outra reforma é possível: algumas observações sobre o caso de Mariana (1844-1875)

Germano Moreira Campos¹

Não são muitos os estudos existentes sobre o período da romanização do catolicismo brasileiro. Em termos da história da Igreja alguns estudiosos são unânimes na identificação de uma “invisibilidade” das produções que destaquem os princípios derivados do Concílio Vaticano I (1870). Esta situação de desinteresse ou ocultamento sobre a história institucional da Igreja nos oitocentos ecoa também sobre as políticas e ações católicas durante o período da romanização.

Embora não haja uma homogeneidade entre os autores no tocante à romanização, observam-se duas tendências historiográficas, que podem estar associadas e não se excluem totalmente: a de que a romanização teria sido vitoriosa e de abrangência nacional e outra que procura ressaltar os elementos heterogêneos, descontínuos e díspares desse processo, resultantes das múltiplas diferenças entre as regiões onde a Igreja se insere.

Uma tendência historiográfica² – é olhar a romanização como um processo deliberado, intencional e racional, a partir de estratégias precisas, calculadas e homogêneas. Como resultado, ter-se-ia se desenvolvido de forma contínua e linear, em que a Igreja Católica afirmava-se na sociedade, ao conquistar espaços e aliados políticos, ao recristianizar a sociedade, as instituições, o Estado e ao purificar a fé dos católicos. Nesse olhar, a romanização teria sido, quase sempre, infalível, triunfal, vitoriosa e de abrangência nacional. Essa tendência reafirma e privilegia ao limite a idéia de que a ofensiva romanizadora teria sido coesa, a partir de uma ação política e pastoral uniforme do episcopado.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, onde trabalha com o projeto: *Adaptar para não perder: as especificidades da reforma católica na diocese de Mariana (1844-1875)*. E-mail: germcampos@yahoo.com.br.

² Sendo esta oriunda especialmente de autores internos aos quadros da Igreja. Nesse grupo, incluímos os trabalhos de: CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal de. *Viçosa honra Dom Viçoso*. Viçosa: Editora Jard, 1997; JEDIN, Hubert. *Concílio Ecumênicos: história e doutrina*. São Paulo: Editora Herder, 1961; PIMENTA, Pe. Silvério Gomes. *Vida de Dom Antônio Ferreira Viçoso*. Mariana: Typografia Archiepiscopal, 1920; e as obras de TRINDADE, Cônego Raymundo. *Arquidiocese de Mariana. Subsídios para sua história*. 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950; e, do mesmo autor: *Instituições do Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

Atualmente, têm sido criticadas as premissas de unidade ideológica e política da Igreja, do êxito do empreendimento romanizador e da abrangência nacional da romanização. Muitas pesquisas confirmaram essa visão pelo fato dos pesquisadores presumirem de antemão que o processo seria vitorioso, pois a maioria dos objetivos institucionais foram alcançados. A única exceção seria a religiosidade popular, embora o movimento romanizador conquistasse resultados parciais ou a submetesse à sua tutela.

A imposição da visão de mundo romanizada não pode ser analisada como se fosse uma estratégia calculada, deliberada, consciente, em que todos os mecanismos e estratégias eram utilizados de forma intencional e racional e que, colocados em prática, conduziam fatalmente à vitória do empreendimento. Bourdieu ressalta que esta consciência nestes casos não existe e que os mecanismos são acionados de forma inconsciente. Desta forma:

“é fácil, [...] quando se conhece a palavra final, transformar o *fin* da história em *fin* da acção histórica, a intenção objectiva só revelada no seu termo, após a batalha, em intenção subjetiva dos agentes, em estratégia consciente e calculada, deliberadamente orientada pela procura daquilo que acabará por daí advir, constituindo assim o juízo da história, quer dizer, do historiador, em juízo final”³.

Muitas medidas e estratégias foram, ao contrário, sendo contornadas, deformadas e viradas ao avesso, distanciando-se do cálculo cínico.

Neste sentido, deve-se valorizar a existência de diferenças na forma de ver a sociedade e o mundo nas diversas gestões papais, episcopais e do clero. Por exemplo, a pretensa unidade religiosa conquistada pela romanização camufla as múltiplas apropriações do catolicismo na sociedade entre os próprios membros da instituição. A unicidade da Igreja era, e ainda é, aparente, apenas imaginada, e oculta uma variedade de técnicas, de prédicas, de cura das almas e uma diversidade extrema de experiências religiosas. Os estudos regionais e comparativos entre as diversas regiões poderão registrar diferenças e semelhanças da romanização no Brasil. As particularidades regionais devem ser valorizadas, pois possibilitam a construção de uma nova síntese da romanização.

É nesse sentido que procuramos alinhar nosso trabalho aos estudos realizados por Mabel Salgado Pereira⁴ para a cidade de Juiz de Fora, e Jérri Roberto Marin⁵ para a diocese de Santa Cruz de Corumbá, Mato Grosso. Estes trabalhos apontam para a

³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989. p. 80.

⁴ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924)*. Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004.

⁵ MARIN, Jérri Roberto. *O acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2000.

necessidade de se buscar as lacunas e as especificidades regionais do processo romanizador brasileiro, onde, não raramente, uma mesma postura adotada pelas dioceses – seguindo as propostas emanadas de Roma – resultará em uma múltipla reação nos espaços territoriais destas, forçando com que a Igreja se veja constantemente inclinada a adaptar seus planos de ação para esses locais⁶.

No Brasil, a romanização ocorreu de forma desigual. Essa conclusão antecipada incita novos olhares sobre a temática, principalmente daqueles que não concluíam previamente, que a romanização teria sido sempre vitoriosa. Novos olhares e perguntas devem ser dirigidos às regiões já analisadas e, principalmente, àquelas onde não foram realizados estudos pontuais. A elaboração de uma nova síntese da romanização, no Brasil, deve considerar as especificidades do processo em apreço em todas as regiões brasileiras. Os diferentes usos e entendimentos do sagrado, gerados pelas trocas, pelos encontros culturais e pelo intercâmbio de experiências individuais, frustraram as tentativas da Igreja na implantação do catolicismo tridentino e romanizado.

Essa conclusão não substitui nem descarta os olhares anteriores sobre a romanização, pois negar parcialmente as contribuições anteriores inclui também sua *conservação* sem diluir o que nos difere. Muitas interpretações tornaram-se clássicas e, portanto, sempre poderemos dialogar e aprender com elas. Sabe-se que nunca haverá um leitor definitivo de um texto, nem uma decifração conclusiva.

As obras são históricas e temporais e as interpretações são sempre parciais e construídas, exigindo novas reescrituras e um questionamento contínuo, porém jamais conclusivo, ou que esgote o vivido histórico. Assim, novos e diferentes olhares poderão ser dirigidos para apreciar os caminhos e descaminhos da Igreja Católica no Brasil.

Propostas metodológicas

Para o desenvolvimento de nossa proposta de pesquisa, uma vez que esta se constitui de um conjunto de ações inspiradas pela resignificação e reinterpretação da situação da Igreja e da fé católica na diocese de Mariana, valemo-nos das contribuições

⁶ Na tese de Jérri Marin a principal dificuldade enfrentada pela diocese do Mato Grosso é a questão territorial, como as distâncias dos centros urbanos do sudeste, o clima e a demora da chegada de recursos à região. Em nosso estudo para a diocese de Mariana, identificamos como estando no campo político local os maiores empecilhos à reforma

do campo da história cultural. Isso porque, para tornar menos fluida e mais palpável essa prática político-ideológica da Igreja nas estruturas sob sua jurisdição, nos interessam as muitas e tênues relações entre poder, instituições e sociedades que podem ser identificadas e relacionadas com o tempo e o lugar específico em que se inserem.

Valendo-nos dos conceitos de *apropriações, representações e práticas*, elaborados por Roger Chartier⁷, podemos compreender a pluralidade identitária existente na diocese de Mariana durante o movimento romanizador, bem como o compartilhamento e a articulação de sentidos entre os diferentes grupos sociais que se inserem – fazendo e sofrendo – com o avanço das novas práticas católicas.

Conceitos também caros à nossa análise serão os de *táticas e estratégias*, elaborados por Michel de Certeau⁸. Estes se referem às resignificações do poder, aos “procedimentos populares” que ordenam os acontecimentos da vida cotidiana. Tais subsídios intelectuais nos auxiliam na compreensão e também a visualizar na vida cotidiana dos agentes sociais do período abordado como os “modos de fazer” vinculam-se às resistências e modos de melhor viver a fé integrando ou resistindo às novas transformações simbólicas trazidas com a reforma católica.

Como procuramos desenvolver nossa proposta de trabalho fundamentalmente – mas não só – através de documentos periódicos, fazem-se necessárias algumas considerações. Inicialmente, destacamos o exercício de desvendamento dos múltiplos textos que compõem os jornais católicos e leigos envolvidos nessa pesquisa, estabelecendo relações e nexos entre notícias e temas apresentados de forma fragmentada e difusa.

Dessa forma, alcançar um ponto de vista crítico sobre a variabilidade e multiplicidade de representações elaboradas cotidianamente pelos jornais exige um trabalho árduo e uma postura ativa, que não deixa de ser arbitrária, para lidar com uma narrativa sobre os acontecimentos que – uma vez distante do contexto em que fora produzida – se apresenta aos olhos do investigador contemporâneo como o próprio acontecimento.

Analisar as representações veiculadas através do impresso requer que concebamos como um conjunto de práticas sociais que detêm funções, que constituem papéis e reivindicam um lugar de verdade na produção do entendimento sobre a

⁷ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, 1: artes de fazer*. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

realidade social. Dessa maneira, seus sentidos devem ser buscados tanto na dinâmica que caracteriza os interesses dos grupos em questão, como também na relativa autonomia que caracteriza os “sistemas de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos”.

Buscamos entender, por exemplo, os jornais católicos *O Romano* e *O Bom Ladrão* como um resultado da apropriação da Igreja das estratégias de que se utilizava a intelectualidade local – identificados pelos periódicos leigos que englobamos em nossa pesquisa – para atingir a opinião pública, porém conferindo-os outros significados. Em outras palavras, propomo-nos aqui, ao invés de analisarmos o grau de convergência e divergência com uma concepção de modernidade estabelecida, entender como a instituição católica se utilizava de instrumentos modernos, como a imprensa, para forjar uma concepção específica de progresso, civilização e, por que não, uma modernidade entendida dentro dos princípios católicos romanizados.

Algumas observações preliminares

Nosso trabalho vem percebendo, através da documentação levantada, que novos olhares necessitam ser lançados sobre esta página da história da Igreja mineira que corresponde à romanização do catolicismo regional.

De certa forma, se de Roma partem as determinações para a ação dos bispos, será no interior destes que encontraremos os elementos de enquadramento da reforma à sua situação local e temporal. Dizemos temporal não somente porque D. Viçoso é pioneiro nesse movimento, mas pelo fato de que a própria distância das dioceses em relação ao centro do pontificado forçavam a estas pelas decisões próprias.

Na diocese de Mariana, como nos mostram os documentos, encontramos o bispo D. Viçoso ingressando como irmão da Ordem do Carmo na década de 1850⁹. Tal situação soaria estranha ao tradicional conhecimento que se tem do movimento e das idéias reformadoras deste prelado. Porém, antes da emergência de uma diretriz traçada por Roma¹⁰ que servisse e respaldasse todas as suas ações, o bispo de Mariana procura, a seu modo, levar adiante as suas propostas. Dom Viçoso sabia da importância de se conhecer as estruturas do catolicismo leigo que queria transformar, e seu ingresso em

⁹ AEAM: *Ordem de Nossa do Carmo de Mariana*: Compromissos, 1758/1873, 1872.

¹⁰ O que só ocorrerá com a realização do Concílio Vaticano I, em 1870.

uma irmandade representaria não sua fuga ou mudança de idéia nas prepostas reformadoras.

Antes da evolução do Concílio Vaticano I (1870), as dioceses se viam destituídas de um maior respaldo e ressentiam-se da segurança que lhes faltavam no interior de um Estado regalista, como era o caso brasileiro. Somente nos documentos que vêm a partir do ano de 1870 podemos perceber a mudança na tônica de ação na diocese de Mariana. Datam de 1873 as primeiras manifestações da diocese em favor da formação de um Partido Católico para concorrer junto de liberais e conservadores pelos cargos para o senado provincial mineiro.

Corroborando com nossas observações, nossa hipóteses consistem no fato de que devemos conferir importância aos acontecimentos típicos da romanização em Mariana como fator indispensável para a compreensão deste processo de transformação religiosa. E também pensamos serem importantes as definições de Roma para a ocorrência do movimento, mas vale notar que o mesmo tem início, e evolui, apenas mediante a ação interior da diocese. Muito mais do que relacionar a romanização à sua diretriz estrangeira, pensamos ser importante o olhar interno à territorialidade¹¹ da diocese, uma vez que é em seu interior que as práticas e as resistências se faziam e se refaziam diante da multiplicidade de contatos e respostas entre o ideal romanizador do clero e as respostas e resistências dos seus alvos.

¹¹Com referência ao avanço da territorialidade da diocese de Mariana, abordaremos, também, o movimento da paroquialização, em que a diocese buscou espalhar e aumentar as áreas sob o domínio de suas paróquias, especialmente as regiões mais interioranas desta diocese. Neste campo, também grandes foram as dificuldades, se pensarmos que, no século XIX, o bispado de Mariana cobria cerca de um sexto do território mineiro, área que englobava a porção mais populosa da província de Minas.

Bibliografia de Referência

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da vida privada no Brasil 2; Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- AZZI, Riolando. *Os bispos reformadores: a segunda evangelização do Brasil*. Brasília: Editora Rumos, 1992.
- _____. *O Altar unido ao Trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. São Paulo: Ed. USP/Itatiaia, 1982.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- _____. *Varietades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
- CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal de. *Viçosa honra Dom Viçoso*. Viçosa: Editora Jard, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- _____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- _____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, 1988.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus 1995.
- _____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- DURKHEIM, E. *As Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- ELIADE, Mircea. *História das crenças e das idéias religiosas*. Tradução: Roberto Costa de Lacerda. Rio de Janeiro, 1978.
- GONÇALVES, Andréa Lisly; OLIVEIRA, Ronald Polito (orgs.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: UFOP, 1998.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Sobre a História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico, Vol. 4. São Paulo: Difel, 1971.
- HOORNEERT, Eduardo. *As relações entre a Igreja e o Estado no Brasil Colônia*. Petrópolis: Revista Eclesiástica Brasileira, 1972.
- _____. *Formação do catolicismo brasileiro: ensaio de interpretação a partir dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política economia do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, INL, 1958.
- JANCSÓ, István (org.) *Independência: História e Historiografia*. SP: Hucitec, 2005
- JEDIN, Hubert. *Concílios Ecumênicos: história e doutrina*. São Paulo: Editora Herder, 1961.

- LIBANIO, João Batista. *O que é Pastoral*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Reformistas na Igreja do Brasil - Império*. São Paulo: USP, 1997.
- MANOEL, Ivan Aparecido. A presença católica na educação brasileira. *Didática*, São Paulo, n. 28, p. 30-37, 1992.
- MARIN, Jérri Roberto. *O acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2000.
- MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Século XVIII- XIX*. Berlim: Wissenschaftlicher Verlag, 2002
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *Tempo Saquarema: formação do Estado imperial*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MATTOS DE CASTRO, Hebe M. & SCHNOOR, Eduardo (org.). *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro, 1995.
- SILVA NETO, Belchior J, da. *Dom Viçoso, Apóstolo de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1965.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção e caridade: irmandades no Rio de Janeiro imperial (1840-1889)*. Niterói, 1995. Dissertação de Mestrado, DH-UFF.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e Dominação de Classe. Gênese, estrutura e transformação do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924)*. Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004.
- PIMENTA, Pe. Silvério Gomes. *Vida de Dom Antônio Ferreira Viçoso*. Mariana: Typografia Archiepiscopal, 1920.
- RANKE, Leopold Von. *Historia de los Papas em la Época Moderna*. México: FCE, 1943.
- SAINT-HILLAIRE, Augusto de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1938.
- SANCHIS, P. *A religião dos brasileiros: Teoria e Sociedade*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentista (1735-1808)*. São Paulo.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1982.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.
- TORRES-LODOÑO, Fernando. *Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Paulus, 1997.
- TRINDADE, Cônego Raymundo. *Arquidiocese de Mariana. Subsídios para sua história*. 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.
- _____. *Instituições do Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- VASCONCELLOS, Salomão. *Breviário Histórico e turístico da cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

As janelas do sentir

sentidos públicos e níveis privados na escrita da história em Portugal quatrocentista

Bruno Gianez¹

O impulso criativo deste trabalho nasceu durante a leitura d’**O cortesão**, de Baldassare Castiglione, no diálogo acerca do amor que recomendava: “[...] quando necessário, se abstém daquele olhar intenso, embora constitua um alimento dulcíssimo, pois coisa muito desagradável é um amor público”². A percepção de que existem sentimentos que não cabem ao conhecimento público, uma intimidade restrita na abstração pessoal, acabou induzindo a questão: *sendo provável a interiorização do sentir para o século XV, o que a emergência de um foro íntimo informa na compreensão da sociedade portuguesa quatrocentista? E ainda, como isso influiu nos meios de legitimação na ascensão de D. João I (1385-1433)?* Sendo claro o impacto da Revolução de Avis (1383-1385) na construção de um sentido público mais formal e moderno nas prerrogativas do mando³ – que impunha, através do apoio popular, uma concentração do poder pela casa real – não é totalmente estranha a impressão de distanciamento dos modelos medievais de conduta, que aponta o surgimento de um sujeito de psicologia profunda, capaz de mensurar e internalizar sensações e desejos. Assim, analisar-se-á a construção da antítese público/privado, que convive com outras camadas da vida política, no exercício do poder na corte lusa do *quatrocento*. As questões levantadas de tal relação entre um sentido público e um foro íntimo-privado ganham consistência e resposta na obra **Mudança estrutural da esfera pública**, de Jürgen Habermas⁴. Sobretudo, nos primeiros capítulos que tratam de uma *representatividade pública*, a qual marca o sentido público no mundo medieval. Enfim, resta descobrir de que maneira a interiorização de sentimentos (*o que está dentro*) e ações publicizadas (*o que está fora*) ditam as representações do poder no pós-Revolução de Avis? Para tanto a escrita nos meares do século XV oferece um repertório exaustivo.

¹ Mestrando no PPGH/UFF.

² Baldassare Castiglione. **O cortesão**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 255.

³ Este movimento foi, na verdade, um golpe sucessório auxiliado pela população camponesa, comerciantes, alguns membros da nobreza e ordens religiosas, principalmente os franciscanos, que impediu a união das coroas por D. João de Castela e elevou ao trono D. João I (1385-1433), mestre de Avis e filho bastardo de D. Pedro (1320-1367).

⁴ Jürgen Habermas. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

O presente estudo vale-se do livro **Virtuosa Bemfeitoria**⁵ elaborado pelo Infante D. Pedro (1392-1449), das crônicas de **D. Pedro** e **D. João I**⁶ compostas por Fernão Lopes (1380/90-1459?) e do **Leal Conselheiro**⁷ que o rei D. Duarte (1433-1438) registra depoimento.

A grande invenção de um ocidente moderno, talvez, foi o restabelecimento da noção de privado. Ou melhor, a construção de lugares privativos correspondentes a camadas da vida pública, que na sua forma mais complexa ganhou sustância no conjunto de pessoas privadas representadas e inseridas numa *esfera pública*⁸, a qual, Jürgen Habermas advertiu pertencer “[...] especificamente à *sociedade burguesa* que, na mesma época [final do século XVIII], estabelece-se como setor da troca de mercadorias e de um trabalho social conforme leis próprias”⁹.

Contudo, tais sentidos, oriundos da antigüidade clássica¹⁰, há muito subsistem para além de um discurso político-jurídico, no desenvolvimento dos povos europeus. Certamente, antes das turbulências do período setecentista “[...] já se falava de *público* e daquilo que não é público, daquilo que é *privado* [...]”¹¹. Porém, por vezes, esses dizeres tiveram feições opacas, perdendo a força de antítese que os tornava aplicáveis num determinado contexto administrativo.

A dominação fundiária no medievo circunscreveu a polarização público/privado num exercício particularista de poder: entendido como *jurisdictio* o processo de feudalização¹² não constituiu aquela ambigüidade formativa do *oiko-despotes* (cuja

⁵ Infante D. Pedro. **Livro Virtuosa bemfeitoria do infante D. Pedro**. Porto: Câmara Municipal do Pôrto, 1910.

⁶ Fernão Lopes. **Crónica do senhor Rei D. Pedro** Porto: Livraria Civilização, 1979. E também _____. **Cronica del rei Dom Joham I**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, v. I e II.

⁷ D. Duarte. **Leal Conselheiro**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

⁸ “[...] A própria noção *esfera pública* se apresenta como uma esfera: o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ele aparece simplesmente como esfera da opinião pública que se contrapõe diretamente ao poder público. Conforme o caso, incluem-se entre os *órgãos da esfera pública* os órgãos estatais ou então os mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique”. Jürgen Habermas, op. cit., pp. 14-15.

⁹ “A mentalidade burguesa se diferencia da mentalidade de corte, pois na mansão burguesa mesmo o salão de festas ainda é habitado, enquanto que no castelo até mesmo o espaço de moradia ainda é festivo”. Idem, p. 23.

¹⁰ De acordo com Habermas na antigüidade clássica: “Os cidadãos estão efetivamente dispensados do trabalho produtivo; a participação na vida pública depende, porém de sua autonomia privada como senhores da casa. [...] A posição na pólis baseia-se, portanto, na posição de déspota doméstico: sob o abrigo de sua dominação, faz-se a reprodução da vida, o trabalho dos escravos, o serviço das mulheres, transcorrem o nascimento e a morte [...]”. Idem, p. 16.

¹¹ Idem, p.15.

¹² Cf.: Norbert Elias. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. II.

participação na vida pública dependia de sua autonomia privada de chefe familiar). O controle exercido pela casa senhorial através do “[...] poder doméstico não é domínio privado [...]”¹³. Os modos de conduta e o regramento da vida cotidiana ditados a partir dos interesses particulares do senhorio, pouco possibilitaram a criação de *esferas públicas* (contudo, isso não informa que qualquer sentido público estava extinto), as quais, na definição de Habermas, são espaços jurídicos e institucionais de vivência de uma coletividade.

O particularismo do poder medieval advém da cavalaria, exigência primeira e singular do mando. As virtudes da nobreza-cavaleira não esperam o reconhecimento de uma *esfera pública*, contrariamente da maneira clássica codificada nos textos de Aristóteles. O *bom cavaleiro*, ainda que isolado, corporifica algo – sua figura completa-se diante de Deus. Tal *status* sacro não admite brechas e antíteses. Somente o ato heróico e pessoal, realizado na ótica particular do *bom cavaleiro*, valida a experiência humana, oferecendo um código absoluto de comportamento. A cavalaria obriga que cada qual seja virtuoso “[...] não só em ocasiões bem definidas, em locais bem definidos, talvez *em* uma esfera pública, mas a qualquer momento em qualquer lugar [...]”¹⁴.

Na falta de espaços privados, os quais permitissem a manifestação de uma gestão pública dos negócios de governo, o caráter particular da nobreza-cavaleira transformou-se na régua da ação política. A oposição corrente no vocabulário medieval acerca de *common* e *particular*, ainda que encontre correspondência na relação *publicus* e *privatus*¹⁵, não chegou, num primeiro instante, a estabelecer esferas distintas e representativas, porque na constituição feudal, “[...] o particular estava munido de interesses particulares, como imunidades e privilégios; nesta perspectiva o particular é a liberação do próprio cerne do domínio fundiário e, com isso, simultaneamente, da *esfera pública* [...]”¹⁶. O poço, as festas e terras alodiais, tradicionalmente lugares *comuns*, perfazem um sistema de vivências comunais experienciadas e mantidas na órbita dos desejos particulares que desconhecem políticas públicas e, tampouco, respondem a setores privados. O *common man* confunde-se no *private man*¹⁷. Numa *esfera pública* moderna (ou clássica) a existência de um sentido público no exercício de poder

¹³ Jürgen Habermas, op. cit., p. 18.

¹⁴ Idem, p. 21.

¹⁵ Idem, p. 18.

¹⁶ Idem, p. 19.

¹⁷ Idem.

necessita da articulação de tessituras legais, mesmo que incipientes, de representações de demandas privadas. A *coisa pública* precisa concatenar indivíduos privados sob um único plano institucional. Noutra palavras, na modernidade é o interesse privado pelo setor comum que impulsiona um sentido público formalizado – que num determinado momento transformar-se-á na *esfera pública burguesa*.

Numa alta Idade Média não estão claros os indícios de tais esferas privadas e meios públicos institucionalizados, que começam aparecer na política com as monarquias nacionais, as quais utilizam algumas formas da polarização privado/público no jogo administrativo – passagem entendida por Ernest H. Kantorowicz na categorização dos dois corpos da realeza, respectivamente, a figura carnal e a metonímia política¹⁸. A monarquia concilia segmentos mais tradicionais na ascensão de novos agentes históricos, intensificação da divisão do trabalho e aumento dos laços de interdependências, o que acabou culminando no monopólio do poder pelo rei¹⁹. O fortalecimento das monarquias sediadas num Reino facilmente identificado e protegido, advém, numa apropriação do argumento de Reinhart Koselleck²⁰, de um tipo de publicização que contrapunha-se ao nascente setor privado no contexto das Reformas: num oposto o Estado monárquico emerge da razão que brota das guerras de religião, noutra a “[...] assim chamada liberdade de crença assegura historicamente a primeira esfera de autonomia privada [...]”²¹.

Todavia, a análise de qualquer polarização mais aguda na centralização do poder na casa real necessita da compreensão dos fatores que permitiram a criação de um sentido público mais formal. As concepções de público e privado no medievo possui uma história que se inicia na definição de Habermas de uma *representatividade pública* como mecanismo de publicização inerente ao particularismo da nobreza-cavaleira que independe, num primeiro momento, de espaços privados e apresenta no mundo ibérico, devido a reconquista, um caráter específico.

Nas franjas do Atlântico dos séculos XII-XIV, surgido de um tímido condado Portucalense, um *domínio português* avoluma terras e prestígio a expensa do empenho de nobres-cavaleiros contra a sanha dos infiéis. Padrão político e cultural que atingiu o

¹⁸ Ernest H. Kantorowicz. **Os dois corpos do Rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁹ Sobre a monopolização do poder pela realeza ver Norbert Elias, op. cit.

²⁰ Reinhart Koselleck. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

²¹ Jürgen Habermas, op. cit., p. 24.

ápice de uma *representatividade pública* na elaboração da **Crónica de 1344**²², cujo conteúdo pautou-se na descrição encomiástica do *bom cavaleiro*, tendo no corpo discursivo uma função didática e moral. Agregada numa visão pan-ibérica e num tempo longo da história cristã, a **Crónica de 1344** remonta à consolidação da transmissão linhagética do poder, num direito divino inquebrantável do senhorio.

Repertório político que foi abertamente questionado na Revolução de Avis, inaugurando novas feições do poder no baixo medievo calcadas numa crise da cavalaria²³. Com o término das lutas de reconquista a nobreza-cavaleira demonstrou, no contexto conturbado dos finais do século XIV, uma ambição indigna de um tipo heróico que antes guerreava nas fronteiras mouras, falta ao *bom cavaleiro*, constantemente, sensibilidade no trato dos comuns e no zelo de interesses gerais, exigências que acumularam vozes nas queixas do reinado fernandino (1367-1383). A Revolução de Avis significou o vértice desse descredenciamento da cavalaria, que na busca de honra entornou divisas e maculou o corpo político, entregando o Reino ao inimigo. O *bom cavaleiro* perdeu o carisma de comandante militar-religioso ditado pelo sentido particular do mando, uma vez que pouco se moveu frente às mudanças operadas na sociedade portuguesa, que reagia a crise sucessória abrindo o campo político aos mesteirais, burguesia e baixa nobreza. Também as revoltas populares permitiram o uso das Cortes na elevação de um bastardo, D. João, então Mestre de Avis e último varão recomendado à coroa através da sucessão hereditária, cuja história acabou criando outros métodos de entendimento do mundo e abalando uma antiga tradição político/representativa preponderante no contexto ibérico.

A ascensão da dinastia avisina marcou o desmantelamento dos maiores laços de dependência com as regiões d’Espanha. Um domínio reinol, dentre vários, começa a se

²² A **Crónica de 1344** denota o comprometimento da corte portuguesa, no século XIV, com uma história ibérica integrada sob o manto da cristandade, cujo centro de organização e interesse gravitava ao redor da guerra santa, tendo na ascense cavaleira o padrão de conduta que atribuía sentido ao conjunto das narrativas. Sua feitura deveu-se à empresa do Conde D. Pedro, filho bastardo do rei de Portugal D. Dinis (1279-1325), fortemente motivado pela atividade historiográfica que presenciou na corte castelhana em Toledo entre os anos de 1317 e 1322. Nas terras d’Espanha, durante o governo de D. Afonso X (1252-1284), teve começo a compilação de inúmeras fontes, refundições de obras historiográficas, recolha e arquivamento de tratados, fatores reunidos numa chamada “escola historiográfica afonsina”, que predominou na Península Ibérica até o relato Lopes sobre a Revolução de Avis e cujo resultado mais expressivo foi a elaboração da **Crónica General de España**, acerca de 1270, a qual serviu de modelo e inspiração para o fidalgo português. Ver Elisa Nunes Esteves (ed.). **Narrativas da Crónica Geral de Espanha de 1344**. Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas – Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, 1998. Conde D. Pedro. **Crónica Geral de Espanha de 1344**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

²³ Acerca da crise da cavalaria ver António José Saraiva. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1988.

transmutar num Reino. Tal mudança afetou as premissas da *representatividade pública*, acomodando o poder particular numa nova dimensão identitária dos povos de Portugal. Um reino, que outrora perfazia uma propriedade de cavalaria, passa, efetivamente, a agrupar camadas amplas da vida cotidiana. Nas suas fronteiras cerram-se os interesses gerais das populações que propunham uma empatia de direitos comunais e primazia régia, incorporando forças sociais emergentes e tradicionais. Assim, “[...] o nobre rural e autônomo, baseado em seu domínio fundiário perde força de representação, a representatividade pública concentra-se na corte do príncipe”²⁴. Porém, quais as mudanças da *representatividade pública* mediante a ascensão de D. João I? Como Portugal enfrenta a transformação de condado a Reino?

Diante da tensão dos segmentos sociais – cindidos, numa ferida que adentra o século XV, no confronto de um estranho rei legítimo (D. João de Castela 1379-1390) contra um herdeiro português bastardo (D. João, Mestre de Avis) – os meios de representação do poder haveriam de recobrar um sentido público mais formal, aproximando a relação particular/comum da antítese privado/público no controle e manutenção eficaz do Reino. Nesse ínterim, surge a necessidade de um aparelho mais sofisticado de publicização da figura régia – não apenas modelos pontuais de celebração da gesta cavaleira, mas a demonstração viril do poderio monárquico, o que permitiu Fernando Bousa falar numa *propaganda real*²⁵.

Certamente a Revolução de Avis transmuta as formas de *representatividade pública* no Portugal dos séculos XIV-XV. Porém, num jogo de espelhos, qualquer passo numa publicização de sentidos incorpora uma reestruturação da noção de privado. A antítese política, que por definição possui elementos indissociáveis e contrapostos, não suporta desequilíbrios. Neste caso, se a ascensão da dinastia avisina alça um esboço de poder público na delimitação da entidade *Reino*, o reflexo invertido está no estabelecimento de um foro íntimo que concentra a interiorização de um sujeito capaz de sentir-se também súdito de tal Reino, perfazendo uma camada privativa mais delineada.

O rei D. Duarte, filho de D. João I, produziu uma obra totalmente devida a consciência de um foro íntimo. **O leal conselheiro** cria o espaço discursivo da afirmação de uma subjetividade e interiorização dos sentimentos que alenta a noção de

²⁴ Jürgen Habermas, op. cit., p. 22.

²⁵ Fernando Bousa. **Imagen y propaganda**. Madrid: Akal, 1998.

sujeito no pensamento abstrato português. A constituição de um foro íntimo que não pertence diretamente ao trato político e informa as sensações e sentires de cada pessoa, as quais reagem de forma distinta diante dos mesmos problemas e situações. D. Duarte dirige-se à intimidade dos leitores:

Por quanto sei que muitos foram, são, e ao diante serão tocados deste pecado deste pecado de tristeza que procede da vontade desconcertada, que ao presente chamam em os mais dos casos doença de humor menencórico, do qual dizem os físicos que vem de muitas maneiras per fundamentos e sentidos desvairados, mais de três anos continuados fui dele muito sentido, e por especial mercê de Nosso Senhor Deus houve perfeita saúde²⁶.

O primeiro caso de depressão régia relatada no mundo ibérico, registrava que as razões da doença compreendia inúmeros fatores decorrentes das possibilidades que um sentimento interno admite na recepção de estímulos diversos, um desconforto d'alma que “dizem os físicos que vem de muitas maneiras per fundamentos e sentidos desvairados”. Tal aprofundamento psicológico necessita de espaços de introspecção na emergência de sujeitos conscientes de si, homens capazes de reconhecer que diferentes mundos marcam o passo da vida, e “[...] por esta guisa muitos adoecem de tristeza que sempre reina em seus corações, e por a não poderem sofrer e desesperarem de saúde, se matam ou se vão a perder ondem nunca aparecem”²⁷. A passagem que versa do suicídio e entrega, não abarca um discurso religioso e castigo da Providência, mas um mal do foro íntimo. D. Duarte, apesar de rei, transcreve um sentir que não converge na administração do reino. Esse levante da percepção do humano num universo dominado de cavalarias apenas tornou-se viável nas crises concatenadas pela Revolução de Avis.

A emergência do foro íntimo permite antever as expectativas sociais que formam o Reino português no século XV. O questionamento da tradição linhagética de poder que Revolução de Avis concentra na elevação do bastardo D. João I, faz com que Portugal compreenda-se como um espaço de vivências e interesses comuns, que discordavam e reagiam fortemente à ameaça de imposição de uma oligarquia castelhana, ainda que tal fosse autorizada num sistema tradicional de transmissão do poder, pois D. João de Castela, devido a alianças matrimoniais, transformou-se no herdeiro natural da coroa portuguesa. Assim, a afeição ao lugar de nascimento, onde as pessoas tiram o sustento cotidiano, produz uma identificação na língua, chão e mecanismos de dominação costumeiros, que movimentaram, sob a liderança materna de

²⁶ D. Duarte, op. cit., p. 100. Todos os grifos são *nossos*.

²⁷ Idem, p. 106.

Lisboa, a resistência contra a invasão de um poder que se expressa noutra dialeto, possuindo hábitos e interesses distintos do Reino português.

O rei avisino, para além das virtudes tradicionais de força e nobreza, deveria concatenar os interesses gerais do Reino e demonstrar afeição sincera pela terra e “gêtes do lugar”. Segundo Luis de Souza Rebelo, a legitimidade de D. João I, na ausência do *carisma de sangue*, calcava-se na construção de um *carisma de poder*²⁸. Portanto, no cronicário de Fernão Lopes o personagem de D. João I aparece numa figura carismática, que mesmo falhando continua indicado ao poder, já que apenas um homem sujeito a desvairios é também um rei passível de amar o Reino, sentimento que dista um cadinho do particularismo de uma nobreza-cavaleira.

A principal atribuição do governante de um Reino está na distribuição da justiça, a qual não dispõe de meios institucionalizados e compraz-se na consciência do monarca, daí a importância de um rei envolvido nos problemas cotidianos e atencioso nos requerimentos comuns. Tal função adquire clareza no prólogo de Fernão Lopes à **Crónica de D. Pedro**:

[...] pois duvidar se o Rei a de seer justiçaoso: nom he outra cousa senam duvidar se **a regra há de seer direita; a qual se em dereitura desfaleçe**, nehuuma cousa direita se pode per ella fazer. [...] se chama huuma cousa boa: quanto sua bondade se pode estender a outros, ao menos se quer per exemplo, e entom **se mostra per pratica quanto cada huum he boom, quando he posto em senhorio**. Porem compre aos Reis seer justiçaosos, por a todos seus sogeitos poder viir bem, e a nenhuum o contrairo²⁹.

A “regra direita” é aquela que defende os interesses comunais. Contudo, somente a “regra direita” sem a “dereitura” de seu cumprimento nada pode galgar. A prática da justiça torna-se difícil de estabelecer, pois a sua aplicação reside tanto num carácter objetivo – a “regra direita” distribuída com isenção e igualdade – quanto num sentido subjetivo que infere a perspectiva do sujeito na “dereitura da justiça”. Daí “se mostra per pratica quanto cada huum he boom, quando he posto em senhorio”. Ou seja, no princípio da justiça não está inscrito seu conteúdo porque ela não configura uma instituição concisa e coerente, mas o exercício constante de uma virtude que somente as inclinações humanas certificam e passam, no vácuo da cavalaria, a reger o bom governo dos homens.

²⁸ Luis de Souza Rebelo Luis de Sousa Rebelo. **A concepção do poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizontes, 1983, p. 23.

²⁹ Fernão Lopes. **Crónica do senhor Rei D. Pedro**, op. cit., p. 5.

A dignidade e o mérito não são qualidades dadas *a priori*, porém, na oportunidade que o governante tem quando requisitado na prática da retidão da justiça, exercida através da doutrina aristotélica de *justiça distributiva*, que tenta responder “[...] em que medida a acção governativa [...] se conforma com essa linha de conduta, se aproxima ou desvia dela, tomando sempre como referente o bem comunal [...]”. Por conseguinte, “posto em senhorio” possui um viés ambivalente nos cronicários quatrocentistas – posto a vista dos leitores e, de fato, na cabeceira do evento. As histórias dos reinados de D. Pedro e D. Fernando, exemplificando, mostram como as acções régias confluíam na diretriz do proveito geral “[...] identificado com o dos grupos mercantis e artesanais, para avaliar os efeitos dessa mesma acção”³⁰.

Idêntica preocupação denota a **Virtuosa Bemfeitoria** do Infante D. Pedro: “[...] faer emergir o bem [...]” do interior dos homens, trazer à superfície o que existe de melhor na natureza humana e aplicá-la na *práxis* política. O manual dedicado a príncipes constata o carácter subjetivo no exercício da justiça e a importância do reconhecimento das “cousas escondidas” – um foro íntimo – para o bom regimento do Reino.

[...] As palavras delles [filósofos] som auga profunda, que por sua claridade **mostras as cousas escondidas, e que engrossa a terra do coração humanal pera fazer fruyto** e fonte que tira a sede do nosso entendimento com augas de suas ensinanças³¹.

A noção de *justiça distributiva* criou um sentido público que dimensiona a conduta da realeza. As representações do poder no Portugal do século XV agregam no seu repertório a averiguação e demonstração do cumprimento da virtude da justiça através da destreza mundana do rei. A *representatividade pública* do poderio monárquico, que possuiu antítese no reconhecimento de um foro íntimo, acumula matéria na propaganda da justa distribuição da lei que o próprio comandante do Reino incorpora no [...] papel de actor de sí mesmo”³².

Aberto um foro íntimo, como uma esfera onde os sujeitos pudessem internalizar qualquer sentimento, nasce um homem de profundidade psicológica alimentada no cotidiano da vida mundana. Domesticando e inteligindo tal subjetividade, realiza-se a possibilidade de definir quais os motivos e expectativas, mesmo internas, que alentam certo agente histórico. Uma vez que o conteúdo da justiça depende da consciência

³⁰ Luís de Souza Rebelo, op. cit., p. 18.

³¹ Infante D. Pedro, op. cit., p. 28.

³² Roger Chartie. “Prefácio”. In Fernando Bousa, op. cit., p. 6.

individual do rei, basta listar uma série de comportamentos, oriundos de sensações e sentimentos introspectivos, e confrontá-los diante de atitudes adequadas dos pretendentes à coroa. Nessas janelas do sentir que são os textos político-históricos do Portugal quatrocentista desenha-se as prerrogativas de uma *representatividade pública* que influi na elevação de um monarca vestido e avesso nos lugares do Reino, imbuído na defesa de interesses comuns dos povos e estados portugueses.

Executando-se o peso forte e influente das camadas tradicionais de legitimação da política ibérica, um rei formaliza a unidade do Reino, pois acolhe os interesses de seus habitantes. Noutra face dessa afirmação, um rei incorpora um sentido público, que garante sua primazia sobre os demais senhores.

E consyrando nos que o bem comuñ he melhor que o pessoal prinçipalmente a corremos a elle [...] E porem cada huñ e mayormente os prinçipes que sobre esto teem o encarrego todo, partir as mynguas das comunydades, devem trabalhar, com tall voontade, que desprezem sua corporall vida, por fazerem melhoramento em suas terras, de cuios padeçimentos os rrazoodos senhores nom ficam sem door³³.

A **Virtuosa Benfeitoria** assevera que a realeza deve verter o particular nobiliárquico na promoção de um benefício mais geral. O governante antever que “o bem comuñ he melhor que o pessoal” e trabalhá-lo “com tall voontade, que desprezem sua corporall vida”. Um rei de direito respeita e compreende que “[...] todollos homeēs som iuntos em hũa politica comunydade [...]”³⁴ denominada Reino. Afinal, não “[...] deve sperar por fruytos das arvores quem as fende em parte muyto meudas”³⁵.

Contudo, o mesmo Infante D. Pedro dita os limites desse sentido público. O bem comum ainda é um dever moral, o exercício de uma virtude do rei “por fazerem melhoramento em suas terras”, o Reino. “[...] E segundo a iijliança, que he moral assy como cada huñ sguarda o proveyto da comunydade, assy deve deseiar o bem do senhor, que prinçipalmente tem della regimento [...]”³⁶. Assim, o sentido público não configura uma esfera pública, mas uma *representatividade pública* que esboça um nível de antítese privada na elaboração de um foro íntimo, que não retrata a consciência de indivíduos burgueses. A representação do poder de D. João I vale-se de um grau de

³³ Infante D. Pedro, op. cit., pp. 98-99.

³⁴ Idem, p. 100.

³⁵ Idem, p. 99.

³⁶ Idem, p. 102.

polarização, o sentir íntimo do amor à terra de Portugal que publicizado atende a interesses da comunidade reinol – na inversão: o particular a serviço do geral.

O Providencialismo enquanto linguagem: o discurso historiográfico de Visconde de Cairu

Giorgio Lacerda

Resumo: Nesse artigo as discussões estão em torno de uma das importantes linguagens que permeiam o vocabulário historiográfico e político de José da Silva Lisboa. O que a princípio chamamos de “*linguagem do providencialismo*”, é apontado como um ponto chave na compreensão dessa espaço de experiência ao qual esse autor está situado, e os marcos fundamentais de uma concepção de história, ou o conceito desta propriamente dito. O debate em torno das questões que envolvem uma concepção moderna de história passa irremediavelmente pelo providencialismo divino, esse, como centro organizador de uma história não mais caótica.

Palavras-chaves: linguagens políticas, providencialismo, Historiografia - Brasil Joanino

Esse texto é produto de um trabalho desenvolvido por um grupo de pesquisa coordenado pelo professor Dr. Valdei Lopes de Araújo, do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto ¹. A análise dos estudos desenvolvidos nessa pesquisa tem por foco o mapeamento dos contextos discursivos no período da Independência (1808-1830). Os trabalhos se encontram focados nas obras historiográficas de José da Silva Lisboa, o Visconde Cairu, são elas: “*Memória dos Principais Benefícios Políticos de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*”, de 1818, “*Memória da Vida Pública do Lord Wellington*”, de 1815 e “*História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*”, de 1825-1830.

Nesta apresentação nos deteremos naquilo que preliminarmente chamamos de “*Linguagem do Providencialismo*”, e em suas implicações e efeitos no discurso historiográfico do Visconde de Cairu. Para tanto, assim como todo o trabalho que o grupo de pesquisa vem desenvolvendo, essa pequena análise está pautada na “*História dos Discursos Políticos*” de J. G. A. Pocock e Quentin Skinner. A relação complexa entre o objeto estudado e a metodologia empregada nessa pesquisa requer uma discussão a respeito das “*dimensões da linguagem*” e os aspectos metodológicos da “*História dos Discursos*”.

¹ Esse grupo está vinculado ao NEHM - Núcleo de Pesquisa em História da Historiografia e Modernidade – Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Além do coordenador, o professor Dr. Valdei Lopes de Araújo, o grupo conta com a presença de um aluno do programa de pós-graduação da mesma instituição, Bruno Diniz, e mais outros quatro graduandos também da UFOP, Giorgio Lacerda, Luara Galvão de França, Rafael da Silva e José Luís Bahia Júnior.

A “*História dos Discursos*”

Dentro de uma velha oposição entre mundo das idéias e mundo da aparência, entra em questão o problema da representação, e as formas de lidar com a dualidade linguagem e mundo real. A partir desse problema e das questões que daí surgiu, a linguagem se tornou um objeto de estudo, pois ela está por trás de toda a realidade histórica, e passou a não ser mais encarada como mera representação, mas como algo real.

Em decorrência disto, as fontes utilizadas para a compreensão de fenômenos históricos reais foram alargadas e outras ganharam um novo olhar, entre eles os próprios textos literários, a imprensa periódica, livros, correspondências, discursos parlamentares, folhetos, pasquins e os próprios textos historiográficos.

O estudo das linguagens nos ajuda a reconstituir o campo de ação discursiva disponível, e como os atores e autores históricos agiram, isso é, reconstituir os contextos históricos. Ajuda-nos a entender como fatos diferentes ocorriam de maneira diferente, em lugares diferentes, porém sob condições parecidas.

Para cada coisa a ser dita, seja de forma oral, escrita ou imprensa, Pocock diz que deve haver uma linguagem na qual ela possa ser expressa. Com frequência, um número dessas linguagens existe em concorrência, confrontando-se, contestando-se e interagindo mutuamente, o que não as caracterizam como linguagens livres de influências umas das outras, mesmo que na prática discursiva possam querer fazer-se independentes ou puras ². De fato, elas estão dispostas em campos discursivos estabelecidos historicamente, e passíveis de mudanças ocorridas pela interação entre elas ou a inclusão de outras linguagens.

Observem então que linguagem deve ser trabalhada como um acontecimento, como algo real e concreto. Nessa medida, linguagem se torna um objeto histórico de análise sólida como qualquer um outro.

Segundo John Pocock, em seu artigo intitulado “*Conceitos e discursos: Uma diferença na cultura! Comentário sobre o paper de Melvin Richter*”, linguagem ou discurso é:

“Uma estrutura complexa que abrange um vocabulário, uma gramática, uma retórica e um conjunto de usos, supostos e

² John G. A. POCOCK. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo, Edusp, 2003, p. 29.

implicações, que existem juntos no tempo e são empregáveis por uma comunidade semi-específica de usuários de linguagem para propósitos políticos, que permite, e por vezes, se prolonga até, a articulação de uma visão de mundo ou uma ideologia”³.

Para dar aos atores políticos e ao seu pensamento uma história, Pocock insiste que é preciso que haja uma enunciação, o que seria para o historiador da linguagem identificar a *ação discursiva*, e isto, depende da compreensão das linguagens operadas naquele contexto de enunciação.

Será através da ação discursiva de um ator político que poderemos observar sua *performance* sob a linguagem política utilizada.. Seu desempenho discursivo será responsável por empreender certa interpretação do ideário político presente naquele contexto. Ao historiador caberá ler este discurso compreendendo quais as linguagens que condicionaram aquela ação.

Todas as vezes que nos debruçamos sobre uma fonte histórica textual estamos procurando a intenção por traz daquele texto. A intenção é medida a partir de um ato de fala. O que nos possibilita entender um ato de fala na sua intencionalidade? Justamente seu contexto de recepção e enunciação. Como os contextos históricos estão em constante transformação, cada vez que alguma coisa é dita, ela pode ganhar um nível de entendimento e significação distinta. Como disse anteriormente, um ato discursivo depende são estruturas lingüísticas socialmente construídas e aceitas.

Pocock enfatiza a necessidade do historiador se mover da *langue* para a *parole*, do aprender as linguagens para determinar os atos de enunciação dentro delas⁴. O passo adiante será pesquisar os efeitos desses atos, geralmente com relação às circunstâncias e ao comportamento de outros atores que usaram ou estavam expostos ao uso dessas linguagens, e mais especificamente “sobre” as linguagens “dentro” das quais esses atos foram efetuados.

O Historiador dos discursos lida com uma comunidade constituída por vários discursos, então, faz-se necessário um mapeamento do *campo discursivo* relacionado ao momento histórico que ele estuda. Um *campo discursivo* é formado pelos *atos discursivos* enunciados em diversos espaços de debate, sejam públicos ou privados, e pelas condições e circunstâncias do contexto em que esses atos foram emitidos.

³John G. A. POCOOCK. Conceitos e discursos: Uma diferença na cultura! Comentário sobre o paper de Melvin Richter. In: Marcelo Gantus JASMIN e João Feres JÚNIOR. *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas* (Org.). Rio de Janeiro: PUC-Rio, edições Loyola, IUPERJ, 2006, p. 84.

⁴*Langue* é a forma com a qual Pocock define uma linguagem política e *Parole* a forma com a qual especifica um discurso político.

O estudo das linguagens nos leva a perceber seus aspectos, no qual as inovações podem ser produzidas a partir do desempenho de atores particulares ou coletivos. A linguagem determina o que pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo o que é dito.

As Citações Bíblicas - “*Memória dos Benefícios Políticos*” e a “*Memória de Lord Wellington*”

A partir desses pressupostos metodológicos e pautados em leituras referentes ao período estudado, em um primeiro momento de nosso trabalho, identificamos, nas obras já mencionadas de José Silva Lisboa, todas as referências a outros autores feitas por ele, tendo por objetivo esclarecer quais seriam as diversas “tradições intelectuais” pelas quais esse autor foi influenciado. Após esse primeiro levantamento, tivemos a possibilidade de constatar a recorrência de referência a alguns autores, cuja relevância no corpo da obra de Silva Lisboa justifica um estudo mais aprofundado, e que dividimos em três tradições de pensamento: autores de uma tradição historiográfica clássica, considerada como modelo, na qual os maiores expoentes eram o romano Tácito e o português João de Barros, e autores do Iluminismo Britânico, principalmente David Hume, Edmund Burke e Adam Smith, e uma terceira categoria, e que motivou as primeiras questões referentes ao problema que estamos tratando, a Bíblia.

Dentro das três obras de Visconde de Cairu que foram analisadas, encontramos o total de trinta e cinco citações diretas a bíblia, sendo vinte duas do velho testamento e treze do novo testamento, somando o total de treze livros diferentes da bíblia citados, onde seis foram do velho testamento e sete do novo testamento, e os três livros mais citados foram o de Provérbios, Isaías e João. Um ponto muito importante, que retomaremos mais a frente, diz respeito a distribuições dessas citações pelas obras. Somente a “*Memória dos Benefícios Políticos*” contou com trinta e duas citações, enquanto a “*Memória de Lord Wellington*” e a “*História dos Principais Sucessos*” tiveram uma citação cada uma.

O mais interessante nessa primeira análise foi em relação a maneira pela qual o autor utiliza as passagens bíblicas durante sua escrita. Devido à grande quantidade de citações bíblicas na “*Memória dos Benefícios Políticos*”, o foco esteve sobre essa obra. É particularmente instigante observar o uso retórico das passagens bíblicas feito por Silva Lisboa. Nessa obra, encomendada pelo próprio monarca, o autor, fortemente

influenciado pelo Iluminismo português e inglês, enaltece a figura de D. João VI como um monarca liberal, vitorioso na empresa de restauração da Monarquia portuguesa, um rei católico, sábio assim como Salomão, e seguidor dos preceitos do Cristianismo, agente da providência Divina pelas tantas qualidades que possuía, e por tanto, capaz de realizar feitos como a abertura dos Portos, reforçar o comércio com nações amigas como a Inglaterra, elevar o Brasil a condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, promover as ciências e as artes.

Em vários momentos, buscando articular os feitos de um rei fortemente católico e os benefícios políticos trazidos por ele, as passagens bíblicas servem para ilustrar esse intento, como na momento em que Silva Lisboa busca nas palavras de Salomão a excelência da Sabedoria, e os frutos de quem a busca, como D. João, guiado pela tradição de seus antecessores que sempre zelavam pela dita sabedoria. Foi uma forma de legitimar suas virtudes, fazendo uma analogia entre D. João VI e Salomão enquanto reis justos e sábios para restaurar um povo:

“... dos bons príncipes, dá o mais sábio dos antigos monarcas, a quem aprouve ao regedor da sociedade dar maior prosperidade e fama, porque para o governo do Reino, só pediu Sabedoria. Eis como ele louva o legítimo Soberano – O Rei justo exalta a terra, e dissipa com sua presença todo o mal”⁵.

A passagem bíblica utilizada nesse trecho é justamente a de Provérbios de Salomão: *“O rei com juízo sustém a terra, mas o amigo de peitas a transtorna.”* - *“Assentando-se o rei no trono do juízo, com os seus olhos dissipa todo o mal”⁶.* A passagem bíblica refere-se Salmos 34, *“Provai que o Senhor é bom”*, e nessa citação se tem a impressão de que além do uso retórico das passagens bíblicas, o autor se vale desse artifício para associar a imagem de D. João VI à de um Rei extremamente católico, possuidor das virtudes dos maiores homens da bíblia e seguidor dos ensinamentos de Cristo. Essa imagem construída facilitaria a aceitação de D. João, haja vista que essa era uma história que circularia por lugares fortemente marcados pelo catolicismo.

Uma das passagens onde o artifício retórico se torna mais claro é quando Silva Lisboa faz referência aos benefícios políticos da União entre os três Reinos – Brasil, Reino Unido a Portugal e Algarves – em uma analogia ao cordão de três dobras que é

⁵ José da Silva LISBOA. Memória dos Principais Benefícios Políticos de El-Rey Nosso Senhor D. João VI. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 03.

⁶ *Ibidem*. Provérbios 29:4 e 20:8, *Apud*: José da Silva LISBOA *Op. Cit.*

mais difícil de romper: “A união dos três reinos é o emblema da indestrutível faixa dos Lacedemônios, e o Cordel Triplicado que dificilmente se rompe no juízo dos mais sábios dos antigos Reis”⁷, onde mais uma vez o sábio Salomão é convocado através de Eclesiastes: “E, se alguém prevalecer contra um, os dois lhe resistirão; e o cordão de três dobras não se quebra tão depressa”⁸.

O livro bíblico no Novo Testamento que pode ser considerado o mais relevante para a imagem de D. João VI que está sendo construída, é Apocalipse. Quando Cairu está tratando a respeito do sistema Defensivo de Portugal, que defendeu o reino, as casas e as famílias de perigosas influências, ele faz uma analogia entre o Reino de D. João VI e o Reino Divino, e a figura de Napoleão e dos anteriores Revolucionários franceses a do Reino das Trevas, pois:

“O fim do século décimo oitavo terminou infelizmente para os Príncipes da Cristandade; pois no fim do ano de 1799, pouco depois que o Senhor D. João se Declarou Regente do Reino, insurgiu improvisamente das Pirâmides do Egitoo, Napoleão Bonaparte, ainda mais pavoroso Espectro que a sombra de Robespierre; vera Effigie do Appolion Destruidor que, exercendo a cardeal virtude Jacobina de ingratição aos sucessores...”⁹.

Nessa passagem, o seguinte texto de Apocalipse é citado: “E, sabendo-o a multidão, o seguiu; e ele os recebeu, e falava-lhes do reino de Deus, e sarava os que necessitavam de cura”¹⁰.

Retomando o ponto referente a distribuição das citações bíblicas pelas obras, algumas distinções e parâmetros podem ser estabelecidos quando elas são comparadas: “*Memória dos Benefícios Políticos*” e “*Memória de Lord Wellington*”. De fato, as citações bíblicas são dispares entre elas, o que nos leva a crer que o fato de a memória escrita sobre a vida de Lord Wellington ser uma obra destinada a um público protestante é um fator relevante. A maneira pela qual católicos e protestantes lidam e interpretam a bíblia é fruto de fortes divergências, logo, podemos acreditar que se precavendo de qualquer tipo de constrangimento, Silva Lisboa tenha se resguardado quanto ao uso de citações bíblicas nessa obra. Porém, dois pontos importantes surgem a partir daí: o primeiro é a confirmação de que o artifício retórico é de fato a forma pela qual Cairu se vale da bíblia na sua produção histórica, e um segundo ponto é que o que de certo está

⁷José da Silva LISBOA, *Op. Cit.* “Declaração do Reino Unido” p. 116.

⁸*Ibidem*, Eclesiastes 14:12. *Apud*: José da Silva LISBOA, *Op. Cit.*, p. 116.

⁹*Ibidem*, “Sistema Defensivo de Portugal”, p. 29.

¹⁰*Ibidem*, Apocalipse 9:11. *Apud*: José da Silva LISBOA, *Op. Cit.*, P. 29.

associado ao discurso historiográfico desse autor é o que já chamamos de uma “*linguagem do providencialismo*”. Isso se torna claro quando nos debruçamos sobre o vocabulário utilizado na obras. Por mais que a bíblia não seja citada, termos como o designo da providência divina, real bondade divina, são constantemente citados.

Um bom exemplo da presença dessa linguagem na “*Memória de Lord Wellington*” se dá principalmente quando Cairu expõe os seus feitos, de grande benefício para os a terra do Brasil quando das ameaças da invasão napoleônica.

“Todos os habitantes desse Continente, que se mostrou verdadeira Terra de Promissão, e quase Paraíso terrestre; entretanto que trabalhos e perigos de toda a sorte consternavam a Europa, e América. Acossadas pela Fúria da Divina Providência, aquele invicto Capitão exterminou com os marciais braços Luso-Britânicos”¹¹.

Memória e História - o providencialismo e a concepção de história em José da Silva Lisboa

A “*História dos Principais Sucessos Políticos*” representa um momento distinto do discurso historiográfico de José da Silva Lisboa, onde a pedido de D. Pedro I relatou os acontecimentos de 21 de Fevereiro até o reconhecimento do Império pelas potências européias. Não é apenas os acontecimentos daquele período que influenciaram sua obra, mas também todo o debate ocorrido em Portugal e no Brasil, logo, era uma narrativa de defesa à um discurso político favorável à *Regeneração do Brasil* empreendida por D. Pedro I.

Entre os aspectos que caracterizam um conceito de história moderno ou pré-moderno, um dos problemas centrais na história da historiografia do XIX é o significado da permanência do providencialismo divino na história. Quando analisamos a obra de Silva Lisboa, por outro lado, percebemos que essa linguagem não foi pura e simplesmente adotada de uma escrita da história a partir de um viés sagrado, mas foi adaptado ao conceito moderno de história, sem que esse aspecto seja sozinho um indicativo de algum tipo de persistência do conceito clássico de história.

Portanto, como caracterizar de fato se é ou não moderna a história escrita por José da Silva Lisboa? Reinhart Koselleck, ao tratar sobre o verbete história no dicionário de conceitos fundamentais, para esse período, parece ter evitado categorias que

¹¹José da Silva LISBOA. Memória da Vida Pública do Lord Wellington. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1815, p. II, Prólogo.

implicariam na capacidade de delimitar parâmetros muito nítidos entre duas épocas, ou duas formas de se escrever história.

Analisando a compreensão do conceito de história no mundo brasileiro anterior a independência do Brasil, João Paulo Pimenta e Valdeci Lopes de Araújo atribuem o marco fundamental da crise do Antigo Regime português, à transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808, como um momento em que se abriu um período de inédita aceleração histórica no mundo luso-americano. Os homens desse período foram capazes de perceber as transformações, “*que não apenas acentuaria fortemente a idéia de especificidade do continente americano no conjunto do Império português, como lhe conferiria uma nova dignidade histórica*”¹².

Lisboa escreveu uma história da América portuguesa nos quadros do providencialismo lusitano, sem, no entanto, comprometer suas tentativas de compreensão racional da história como processo, pautada em um princípio organizador, uma história que não seria mais pura e simplesmente caótica¹³. Havia era a presença simultânea de uma história filosófica e uma história exemplar que não comprometia sua noção racional da história como processo.

São as diferenças entre uma “*memória*” e uma “*história*” que nos ajudam a compreender melhor essas questões. A escrita de uma memória seria mais livre, mais subjetiva, e iria de encontro a interesses mais específicos. Ela funcionaria como uma espécie de tijolo para a construção de uma história geral.

Para a escrita de uma história, em que as novas exigências da racionalização exigia a constante lembrança da comprovação documental, já se faz referência à história como um ramo das ciências, onde já se identifica o novo campo de experiência da história enquanto um espaço passível de racionalização.

Uma história filosófica e uma história exemplar convivem lado a lado sem aparentarem contradição, embora as novas exigências da história racionalizada se imponham, em especial na constante lembrança da necessária completude documental. Não se trata apenas de selecionar algumas histórias, mas de mostrar a história em sua nova visão de totalidade¹⁴

¹² Valdeci Lopes de ARAÚJO & João Paulo Garrido PIMENTA. História. Versão preliminar do verbete para o Dicionário de Conceitos de Conceitos Comparados em Iberoamérica. Mimeo.

¹³ *Idem*.

¹⁴ Valdeci Lopes de ARAÚJO & João Paulo Garrido PIMENTA. *Op. cit.*

Era a influência de uma história erudita, fundida ao mesmo tempo a uma história filosófica, capaz de iluminar o passado e orientar o futuro que muito determinou a escrita da história nesse momento. Autores como Robertson, Gibbon e Hume influenciaram consideravelmente Silva Lisboa.

Segundo Cairu, na introdução de *“História dos Principais Sucessos”*, ele estava encarregado de escrever uma *“história dos principais sucessos dignos de memória”*¹⁵, e os documentos utilizados seriam *“documentos autênticos dos Governos das Províncias, para servirem de seguros guias”*¹⁶. A preocupação com o documento é principalmente em relação a verdade: *“na esperança de ser ajudado com socorros das luzes gerais, e oficiais, para decente exposição dos fatos mais notáveis, e que tenham o caráter de certeza histórica”*¹⁷

Os parâmetros do método, da veracidade são corroborados por uma narração que se pretende fiel, digna e sem ornamentos,

“Prescindi de papeladas corriqueiras, inferiores, ou incertas, e, ainda mais, de conjecturas, fantasias, e intrigas dos Cabalistas do tempo, e não menos tediosas digressões, com que vários Historiadores, ainda de credito, tem sobrecarregado as suas narrações com frívolos ornatos de flores retóricas, que mais servem de escurecer do que de esclarecer os quadros. Assaz farei se narrar fielmente os Sucessos de transcendente importância à Civilização, e independência do Império”¹⁸

Silva Lisboa enfatiza a importância de uma história Geral para qualquer Estado independente, que demanda grande vigor de espírito e corpo, longos anos de trabalho, *“e por isso tem sido raro os Heródotos e Lívios”*¹⁹. Ao se referir a escrita de uma história, tomando o exemplo tantas vezes citados por Tácito, a história a ser escrita é a história do Estado, por mais que acreditasse na providência divina, era obrigado a deixá-la:

“Tendo logo que recebi a ordem imperial começado a penosa tarefa, experimentei os obstáculos de tão árduo trabalho. Ingenuamente confesso, caiu a pena da mão antevendo perigos do desfecho do drama, que a providencia estava fazendo passar aos olhos assombrados de governos e povos do Antigo e do Novo Mundo”²⁰.

¹⁵ José da Silva LISBOA. Memória dos Principais Benefícios Políticos de El-Rey Nosso Senhor D. João VI. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818, p. 3.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*, p. 06.

¹⁸ *Ibidem*, p. 14.

¹⁹ *Ibidem*, p. 4 e 5.

²⁰ José da Silva LISBOA. *Op. cit.*, p 15.

A “*linguagem do providencialismo*”, presente no vocabulário das obras historiográficas do Visconde Cairu, suscita-nos questões que extrapolam a própria obra desse autor. As implicações dessa linguagem, quando analisadas na historiografia do contexto da independência, pode trazer contribuições pertinentes no que diz respeito a questões referentes aos marcos fundamentais de uma escrita da história, e até mesmo em relação ao seu conceito.

Na introdução livro *Barbarism and Religion: narratives of civil government*, Pocock fala a respeito da escrita da história, como uma atividade que se tornou central para a cultura neo-latina e pós-latina, e continuava, na metade do século XVIII, numa condição pré-moderna. As transformações ocorridas na forma de conceber a história nesse período foram marcadas pelo Iluminismo, pela racionalização, pela narrativa e pela erudição, o marcaria a reorganização da vida acadêmica e intelectual a qual no século XIX fizeram dos historiadores membros de uma profissão reconhecida²¹.

Bibliografia:

ARAÚJO, Valdei Lopes. **A Experiência do tempo: Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)**. Tese de Doutorado, Puc-Rio, 2003.

Valdei Lopes de ARAÚJO & João Paulo Garrido PIMENTA. **História**. Versão preliminar do verbete para o Dicionário de Conceitos Comparados em Iberoamérica. Mimeo.

KOSELLECK, Reinhart. **História**. Madrid: Editorial Trotta 2004.

LISBOA, José da Silva. **Memória dos Principais Benefícios Políticos de El-Rey Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.

_____, **História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil**. 4 Vols. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825-1830.

_____, **Memória da Vida Pública do Lord Wellington**. Rio de Janeiro Imprensa Régia, 1815.

POCOCK, J. G. A. **Barbarism and Religion: narratives of civil government**, Introduction. Publicação. Cambridge, New York : Cambridge Univ. Press, 1999-2005.

_____, **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo, Edusp, 2003.

²¹J. G. A. POCOCK. *Barbarism and Religion: narratives of civil government*, Introduction. Publicação. Cambridge, New York : Cambridge Univ. Press, 1999-2005.

A ESCOLA ITALIANA DA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES DE RAFFAELE PETTAZZONI E SEUS DIÁLOGOS OU CONFRONTOS

Gisele P. de Oliveira
USP

A Escola Italiana da História das Religiões, vertente historiográfica cujo fundador é Raffaele Pettazzoni, surge com sua cátedra, a partir de 1924, na Università di Roma, da disciplina intitulada *Storia delle religioni*, e com a revista *Studi e materiali di Storia delle religioni*, em 1925, tendo como proposta um novo endereço para os estudos histórico-religiosos.¹

Uma de suas posturas foi sua delimitada oposição ao historicismo de Benedetto Croce. Delimitada, uma vez que, para Dario Sabbatucci, se havia oposição, não era por completo teórica, filosófica ou de princípio.² Croce, que chamava sua “filosofia do espírito” de *storicismo assoluto* [historicismo absoluto], tinha a história como o verdadeiro conhecimento do real, do universal concreto; isto é, não somente todo juízo histórico é conhecimento, mas o conhecimento histórico é todo o conhecimento. O tribunal da história, para Croce, não condena nem absolve, não censura nem louva: “o tribunal da história conhece e compreende. O juízo histórico está sempre além e acima das partes, acima da pugna e da ira inimiga”.³ Citemos uma síntese sobre o historicismo, antes de vermos o que a Escola Italiana da História das Religiões absorve e o que ela se opõe do historicismo crociano vigente na época:

For him [Croce], historicism is a logical category and thus present in any age, but he agrees that the nineteenth century may properly be named for it. Since he believes that man can know only what he has created, true knowledge is historical. Therefore man does not go to the past to solve problems of the present, his very thinking about present problems is of necessity historical, although this historical knowledge does not determine his action. "Historicism is creation of appropriate actions, thoughts, or poems, by moving from present awareness of the past; historical culture is the acquired habit or power of so thinking and doing; historical education, the formation of this habit." Croce's historicism can never admit an irrational element in life (as Meinecke's does) because it arises "only inside the logical mind, just as the genesis of a poem lies in the poetical imagination." Historicism does not

¹ SABBATUCCI, Dario. “Raffaele Pettazoni”, pp. 1-2;

² Idem, *ibidem*, p. 4;

³ REALE, G. et ANTISERI, D. “O Neo-Idealismo italiano, particularmente Croce e Gentile e o Idealismo anglo-americano”, p. 533;

"discredit and overthrow" the natural sciences, which are useful as means of measuring and classifying reality, but provides the only means of knowing reality. Historicism is the heir of humanism, not of a narrowly philological kind, but one "which renewed philosophy and all the moral disciplines." It is, in short, an idealistic philosophy of thought and action.

[Para ele [Croce], o historicismo é uma categoria lógica e, assim, presente em qualquer época. Entretanto, ele concorda que o século XIX pode ser apropriadamente visto por meio dele. Uma vez que acredita que o homem pode conhecer apenas o que ele mesmo criou, o verdadeiro conhecimento é o histórico. Portanto, o homem não vai ao passado para resolver problemas do presente, sua própria reflexão sobre os problemas do presente é de necessidade histórica, apesar de seu conhecimento histórico não determinar sua ação. "O historicismo é a criação de ações apropriadas, pensamentos ou poemas, por meio do agir no presente com o conhecimento do passado; a cultura histórica é o hábito adquirido ou o poder de assim se pensar ou agir; educação histórica, a formação do hábito". O historicismo de Croce não pode nunca admitir um elemento irracional da vida (como Meinecke faz), porque ele surge "apenas na mente lógica, assim como o poema existe na imaginação poética". O historicismo não "desacredita ou derrota" as ciências naturais, as quais são meios úteis para se medir e classificar a realidade; mas fornece o único meio de se conhecer a realidade. O historicismo é o herdeiro do humanismo, não de um tipo filosoficamente estrito, mas um "que renovou a filosofia e todas as disciplinas morais". É, em resumo, uma filosofia idealista do pensamento e da ação.]⁴

A história como única via de apreensão de conhecimento foi herdada a Croce por Giambattista Vico, cuja essência teórica historicista ditava que a mente humana não conhece nenhuma outra realidade que não seja a histórica; ou seja, a história é feita pelo homem e, assim, reflete as suas intenções, isto é, significados. A natureza, por outro lado, por não ser criada por ele, não reflete significados que possam ser compreendidos dessa forma.⁵

O que Raffaele Pettazzoni propôs, por sua vez, foi o mesmo critério historicista, ou seja, que o conhecimento se adquire pela história; entretanto, em sua pesquisa e seu magistério, acerca de um objeto específico: as religiões. Qual seria, por sua vez, então, o fundamento da reação negativa dos historicistas contemporâneos a Pettazzoni, incluindo Croce?

Para Sabbatucci, não era o método, o *comparativismo storico*,⁶ que soava de todo heterodoxo para o mundo cultural italiano, mas, na verdade, a "heresia" era outra: a proposta

⁴ LEE, Dwight E. et BECK, Robert N. "The Meaning of "Historicism"." In: *The American Historical Review*, Vol. 59, No. 3, (Apr., 1954), p. 572 (tradução nossa, assim como as demais);

⁵ IGGERS, Georg G. "Historicism: The History and Meaning of the Term". In: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 56, No. 1, (Jan., 1995), p. 130;

⁶ Inspirado como Pettazzoni foi, seja para apoiar ou se opor, as vertentes comparativistas da época, tanto dos estudos histórico-filológicos de Max Müller, dos histórico-culturais de Edward B. Tylor, dos histórico-religiosos de Joachim Wach, A. Goblet D'Alviella, Gorges Foucart, entre outros, e dos simplesmente históricos de Arnald

da autonomia categorial do religioso, a qual exigia o estabelecimento das religiões como o objeto de uma disciplina específica. Assim, sua oposição ao historicismo se restringe ao que se refere à negação da autonomia das religiões como categoria disciplinar na história, e é contra isso que surge o repúdio dos historicistas, como nos diz Dario Sabbatucci:

Il mondo culturale crociano fu tutt'altro che disposto ad accettare quelle premesse, e lo stesso Croce reagì scagliandosi violentamente contro la storia delle religioni come materia d'insegnamento universitario: non era né poteva essere, per lui, vera storia, ma soltanto "collezionismo bibliografico ed erudito"; quanto all'istituzione della cattedra romana, la trovava un atto completamente inutile ai fini della cultura, affermando che essa non era dovuta "ad alcun bisogno né speculativo né morale, ma unicamente ad un bisogno di erudizione, per far che l'Italia vi fosse gente che avesse pratica della relativa letteratura, e, come poteva, l'accrescesse.

[O mundo cultural crociano não estava de forma alguma disposto a aceitar essas premissas, e o próprio Croce reagiu se proferindo violentamente contra a história das religiões como matéria de ensino universitário: não era nem podia ser, para ele, uma verdadeira história, mas apenas "colecionismo bibliográfico e erudito"; no que diz respeito à criação da cátedra romana, o considerava um ato completamente inútil para o fim da cultura, dizendo que não se devia "a qualquer necessidade especulativa, ou moral, mas apenas a uma necessidade de erudição, ademais, como se, na Itália, vocês fossem pessoas que tivessem prática com a concernente literatura e, como se pudessem, contribuir para com ela".]⁷

Se defendendo, Pettazzoni, no exercício historicista, promete manter tudo dentro das exigências e critérios da história:

A basi dei nostri studi e delle nostre ricerche, porremo il principio che ogni singolo fatto religioso è una formazione, e como tale è lo sbocco – e quindi l'indice – di uno svolgimento anteriore e insieme il punto di partenza di un ulteriore sviluppo; ed un fatto storico-religioso sarà per noi sufficientemente spiegato solo quando sia debitamente inserito nella sua propria linea di sviluppo. [Como a base do nosso estudo e da nossa pesquisa, colocaremos o princípio de que cada e todo fato religioso é uma formação, e, como tal, é a saída – e, por isso, o índice – de um desenvolvimento anterior e, ao mesmo tempo, o ponto de partida para um desenvolvimento posterior; e um fato histórico-religioso nos será suficientemente explicado apenas quando devidamente inserido na sua própria linha de desenvolvimento.]⁸

Além de reivindicar a autonomia da religião, fazendo, assim, a tentativa de desenvolver a consciência histórico-religiosa dos historicistas italianos, Pettazzoni pôs em prática o método de comparação histórica na tentativa de superar as limitações das escolas

J. Toynbee, como os da etnologia e pela antropologia de Malinowski, Frazer, Radcliffe-Brown, entre outros (Cf. PETTAZZONI, R. "Il metodo comparativo");

⁷ SABBATUCCI, Dario. *Op. Cit.*, idem;

⁸ PETTAZZONI, Raffaele. "Svolgimento e carattere della storia delle religioni", p. 23 (Apud SABBATUCCI, D. *Op cit.*, p. 4);

comparativistas, ditas de cunho histórico-religioso: a histórico-filológica, do *comparative religion*, de Max Müller; e a histórico-cultural, do comparativismo equiparativo, de Edward B. Tylor.

Max Müller, mesmo com o mérito de ter descoberto o parentesco lingüístico indoeuropeu por meio dos mitos, por exemplo, entre o sânscrito e o grego, manteve seu horizonte bastante restrito e pouco historicizado. Sua análise, em busca da interpretação dos fatos religiosos, se restringia à linguagem: “Müller explica a criação dos mitos pelos fenômenos naturais – sobretudo as epifanias do Sol – e o nascimento dos deuses por uma ‘doença de linguagem’: o que, originalmente, não passava de um nome, *nomen*, tornou-se uma divindade, *numen*”.⁹ Ao invés de investigar razões histórico-culturais para o religioso, via esse como uma maneira de se explicar o que foge à inteligência; ou seja, para apreender o inapreensível: a solução para o mistério, o incognoscível, o incompreensível.¹⁰

Enquanto que Edward B. Tylor, com seu evolucionismo cultural e o *Primitive Culture*, marcou época com a noção do animismo, para a qual o homem “primitivo” vê tudo dotado de alma, o que explicaria o culto aos antepassados e aos deuses, reduzindo, assim, todos os fatos religiosos dos povos “primitivos” a uma concepção coincidente da existência da alma.¹¹ Essa noção abrangente respondia a sua necessidade teórica e etnocêntrica de situar as “raças inferiores” no mesmo ciclo de crença dos seus – a do cristianismo –, e evidenciar seu estágio atrasado, na corrente evolucionista das culturas. Apesar de seu mérito de ter legado aos povos “primitivos” o valor cultural das crenças religiosas da humanidade¹² – até então tidos sem qualquer expressão de religiosidade –, como aqueles que conservavam “uma rude forma de religiosidade”, seu comparativismo, fundado antes em hipóteses abstratas mais do que em reconstruções historicamente aceitas, produziu a comparação não como forma de distinção, mas como forma que equiparação. A relação analógica de fatos religiosos acabou constituindo um sistema religioso e essas religiões, não históricas, mas classificatórias, foram denominadas, não com o nome das culturas que as carregavam, mas por aquilo que as caracterizava, ou parecia caracterizá-las, como o animismo.¹³

A solução perante essas duas propostas de comparação se encontrava no comparativismo histórico, proposto por Pettazzoni, com a qual finalmente se cessaria de levantar sugestões e hipóteses não-fundadas, e a comparação se tornaria um real instrumento de pesquisa histórica. A comparação poderia fazer-se fonte do saber histórico porque não reduziria os fatos comparados a um mesmo nível, sem pressupostos, identificando-os e

⁹ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*, p. 11;

¹⁰ DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, p. 05;

¹¹ Cf. ELIADE, M., idem; e DURKHEIM, É., *Op. Cit.*, p. 11;

¹² MASSENZIO, Marcello. *A História das Religiões na Cultura Moderna*, p. 57;

¹³ AGNOLIN, Adone. *O Apetite da Antropologia*, p. 25;

explicando-os aquém de seu surgimento e desenvolvimento históricos. Poder-se-ia, ao invés disso, após propor a comparabilidade, revelar as diferenças substanciais e de desenvolvimento dos fatos examinados, os quais serviriam para distinguir e, até, individualizar as formações singulares e fazer, portanto, uma real história, pois a história não pode ser feita senão distinguindo, ou seja, individualizando.¹⁴

Por outro lado, Pettazoni se defrontou com a fenomenologia da religião. Primeiramente, reconheceu sua contribuição para os estudos histórico-religiosos, a qual respondia a seus embates com o historicismo defendendo a autonomia das religiões, mas, por outro lado, sendo alvo de crítica por reclamar uma independência como ciência, ao invés de inserir-se na prática historiográfica, como nos afirma:

La fenomenologia religiosa ha il merito di avere impostato la sua metodologia sul concetto fondamentale del valore specifico della religione nella vita dello spirito. La comparazione è necessaria alla fenomenologia per ricavare dalla similarità delle *strutture* il senso fondamentale dei fenomeni religiosi, cioè il loro proprio senso religioso. Per accertare la similarità delle strutture, la fenomenologia non può prescindere dalla storia, e insistentemente ammonisce di attenersi alla storia.

[A fenomenologia da religião tem o mérito de ter estabelecido a sua metodologia sobre o conceito fundamental de valor específico da religião na vida do espírito. A comparação é necessária à fenomenologia para obter, da similaridade das estruturas, o significado fundamental dos fenômenos religiosos, que é seu próprio sentido religioso. Para determinar a semelhança das estruturas, a fenomenologia não pode ser separada da história e é insistentemente advertida a acatar a história.]¹⁵

Para a fenomenologia da religião o conceito de historicização dos fenômenos religiosos é estranho, uma vez que “a fenomenologia não é uma ciência dos fatos, e sim ciência de essências”,¹⁶ tendo por objeto, na vertente religiosa, “a análise dos elementos comuns das diversas religiões a fim de decifrar-lhes as leis de evolução e, sobretudo, precisar a origem e a forma primeira da religião”.¹⁷ Em outras palavras, a fenomenologia da religião busca a essência comum e original em todos os fenômenos religiosos, sem se ater ao contexto histórico de cada “manifestação” particular. Ao contrário disso, a vertente italiana da história das religiões, se propõe a examinar as religiões em seu desenvolvimento particular, em busca das motivações historicamente circunscritas para cada movimento, cada formação. Ao invés de encontrar o que há de comum, ou universal, nas religiões, como na fenomenologia da

¹⁴ Cf. SABBATUCCI, D., *op. cit.*, p. 03;

¹⁵ PETTAZONI, Raffaele. “Il metodo comparative”, p. 08;

¹⁶ REALE, G. et ANTISERI, D. “Edmundo Husserl e o movimento fenomenológico”. p. 554;

¹⁷ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*, p. 01;

religião, busca-se o que há de único e de particular em todas as religiões por meio da comparação histórica, como nos explica Pettazzoni:

Il quale per adempiere al suo compito proprio, che è la formazione di una coscienza storico-religiosa, lungi dal restringere il concetto di religione ad una determinata religione assunta come la religione in senso assoluto, deve anzi postulare un concetto così largo della religione che comprenda nella sua universalità tutte le forme particolari, in ciò risolvendosi concretamente l'universalità stessa dell'indagine storico-religiosa, anziché in una chimerica storia universale delle religioni.

[A história das religiões] Ao cumprir com seu dever próprio, que é a formação de uma consciência histórico-religiosa, longe de restringir o conceito de religião a uma determinada religião tida como a religião absoluta, deve-se, assim, postular um conceito um tanto abrangente da religião que compreenda em sua universalidade todas as formas particulares, por meio do qual se resolveria concretamente a universalidade própria do estudo histórico-religioso, ao invés de uma história universal das religiões fantasiosa.]¹⁸

Para Marcello Massenzio, em *A História das Religiões na Cultura Moderna*, a Escola Italiana da História das Religiões “participa do grande processo de transformação no Ocidente, que levou a assumir a diversidade cultural como objeto de investigação histórica”.¹⁹ Em outras palavras, se trata de participar do processo de tirar do cerne dos estudos de uma ou mais culturas o pressuposto de essências comuns, de uma evolução comum, da ditadura etnocêntrica que tanto persistiu, e estudar essas culturas e suas instituições no que elas têm de próprio, de particular, ou único, fazendo análises histórico-culturais que visam colocar as formações, aqui religiosas, dentro de seus contextos de origem; ou seja, historicizando os momentos de desenvolvimento das religiões, pois, “qualquer produto cultural, qualquer noção, não pode ser alienado do contexto que contribuiu de maneira decisiva para conferir a eles uma fisionomia bem determinada”.²⁰

Voltando à fenomenologia, conforme Pettazzoni, em seu artigo “Il metodo comparativo”, ela é interpretação e a interpretação fenomenológica, com a admissão explícita de van der Leeuw, “torna-se pura e simplesmente arte vã, fantasiosa, uma vez que se subtrai o controle da hermenêutica filológica-arqueológica”.²¹ Mas esse recurso programático à história não garante, ao que parece, isentar a comparação fenomenológica do risco de cair em um morfologismo meramente extrínseco e formal, sem consistência historiográfica. E a verdadeira razão – não uma razão puramente contingente, mas intrínseca e essencial –, é que

¹⁸ *L'omniscienza di Dio*, p. IX, apud SABBATUCCI, D. *Op Cit*, p. 09;

¹⁹ p. 40;

²⁰ *Idem*, p. 45;

²¹ *Die Phänomenologie der Religion*, Tübingen 1933, p. 632 (apud PETTAZZONI, R. “Il metodo comparativo”, p. 09);

a fenomenologia reconhece o valor instrumental da história, mas ideologicamente tende a transcender a história religiosa erguendo-se como uma ciência em si, distinta da história.²²

O que realmente falta à fenomenologia da religião e o que ela expressamente repudia, é a idéia de desenvolvimento. Pois, entendendo o *fenômeno* religioso como “manifestação” ou “revelação” do sagrado (“hierofania”, diria Mircea Eliade) e, como experiência do sagrado, a fenomenologia deliberadamente ignora que um outro modo de pensar é entender por meio do qual cada *phainómenon* é um *genómenon*; já que cada manifestação pressupõe uma formação ou cada evento trás em si um processo de desenvolvimento, ou seja, é um produto histórico e cultural.

A proposta de Pettazzoni é a de inverter a sistematização teórica de Eliade. Para o historiador italiano, a alteridade meta-histórica do sagrado não é ontológica e prioritária com relação ao profano, como para Eliade, mas é historicamente construída. É o homem quem constrói o cosmos e o caos, ou seja, o mundo dos arquétipos, como quadro de referência de sua vida normal. Desta forma, ao nos perguntarmos qual seria a substância íntima universal do conceito de religião, temos que nos voltar para uma qualidade básica desta, que, para Pettazzoni, coincide com o pleno pertencimento de todas as formações religiosas ao plano da história, como nos elucidava Massenzio:

Toda religião é um produto histórico, culturalmente condicionado pelo contexto e, por sua vez, capaz de condicionar o próprio contexto em que opera: tal afirmação contém tanto o reconhecimento de uma dimensão comum, quanto o pressuposto que permite compreender as diferenças entre os sistemas religiosos tomados separadamente. Diferenças que remetem às diversidades de ordem econômica, política, social etc. existentes entre os vários âmbitos históricos: em síntese, a pluralidade das religiões remete à pluralidade das histórias e vice-versa.²³

Portanto, o método de investigação por este viés teórico, se dá pela tentativa de reconstrução do processo de formação de um dado produto religioso ou de uma dada religião em seu conjunto através das etapas de sua constituição histórica; como nos afirma o Prof. Agnolin: “[a formulação teórica de Pettazzoni] em polêmica com a obra de Eliade, queria destacar como em cada fenômeno – além de sua mera objetivação – é possível re-percorrer e recuperar o momento de sua formação histórica”,²⁴ ou, ainda: “Isto significa que, para compreendermos um fato cultural qualquer, devemos procurar a reconstrução de sua gênese, de sua formação histórica. É exatamente o que a fenomenologia *não* faz”.²⁵

A partir destes pressupostos, desenvolve-se o pensamento de outro renomado

²² Idem, *ibidem*;

²³ *Op Cit*, p. 149;

²⁴ Apud MASSENZIO, idem, p. 20;

²⁵ AGNOLIN, Adone. *O Appetite da Antropologia*, p. 24;

representante desta tradição hitórico-religiosa da escola italiana: Ernesto De Martino. No que ele chama de “o mundo mágico” (nas sociedades antigas), a presença atuante do homem no mundo não pertence à ordem do dado, mas é uma realidade *condenda*, ou fundada; uma realidade a construir. A simbologia mítico-ritual é a técnica protetora contra as ameaças desordenadoras e, ao mesmo tempo, funda a presença do homem no mundo, a sua realidade. As práticas mítico-rituais, por exemplo, permitiriam ocasionalmente ou institucionalmente, instaurar um regime protegido pelo qual seja possível “estar na história como se aí não se estivesse”. Neste tempo, como que suspenso e ritualmente protegido, a execução do sacrifício re-atualiza os tempos míticos dos primórdios nos quais tudo foi decidido.

Aqui, o que Eliade chama de “eterno retorno”, De Martino acata como definição, mas não aceita sua conseqüente idéia de “terror da história”. Em outras palavras, a re-atualização do tempo mítico e a repetição dos arquétipos, característicos do momento ritual, configuram-se, para De Martino, como a des-historificação que permite a repetição de *exemplum* mítico, não como a abolição da historicidade, mas como o “tempo protetor da historicidade”, ou seja, a garantia da recuperação do tempo do homem e de sua realidade profana: “a reabertura do tempo mítico através do ritual [...] tem a função de instaurar o [...] ‘regime protegido’ que permite *refundar o mundo*. Não se trata de viver fora da História [*sic*], mas sim de uma outra maneira de fazer História e dizê-la com uma linguagem que é a meta-linguagem da simbologia religiosa”.²⁶

Pettazzoni, por sua vez, propõe uma integração entre o historicismo e a fenomenologia da religião. Por um lado, a idéia do desenvolvimento está no cerne do pensamento historicista, ao passo que para o historicismo é estranha a premissa, a qual é fundamental para fenomenologia, do reconhecimento da religião como valor autônomo. A partir deste conceito de religião como experiência *sui generis* surge, na fenomenologia, a necessidade de um método específico para o estudo da religião; um método não emprestado de alguma outra disciplina – seja ela a filologia, a lingüística ou a antropologia. Por sua vez, esta exigência metodológica é estranha ao historicismo.

A alternativa parece, assim, claramente delineada entre uma fenomenologia privada de rigor historiográfico e uma historiografia sem a adequada sensibilidade religiosa. Resta verificar se as duas posições se excluem realmente ou, ao invés disso, se não seriam complementares, uma encontrando na outra sua complementação no que é próprio daquela e vice-versa. No que se refere à metodologia, há de se verificar se a comparação não passa de um registro mecânico de semelhanças e diferenças, ou se não dá – pelo contrário – uma comparação que, superando o momento descritivo e classificatório, aplica-se a estimular o

²⁶ AGNOLIN, A. *Op Cit*, p. 36;

pensamento tanto para descobrir novas observações, como para o aprofundamento da consciência histórica.

In termini sistematici, si tratta di superare le posizioni unilaterali della fenomenologia e dello storicismo integrandole reciprocamente, e cioè potenziando la fenomenologia religiosa col concetto storicistico di svolgimento e la storiografia storicistica con l'istanza fenomenologica del valore autonomo della religione, restando con ciò risolta la fenomenologia nella storia, e insieme riconosciute alla storia religiosa il carattere di scienza storica qualificata.

[Em termos sistemáticos, há de se superar as posições unilaterais da fenomenologia e do historicismo, para que se integrem mutuamente; o que potencializaria a fenomenologia religiosa com o conceito do historicismo de desenvolvimento e, por sua vez, a historiografia historicista, com a instância fenomenológica do valor autônomo da religião, resultando a fenomenologia situada na história e, ao mesmo tempo, a história das religiões reconhecida em seu caráter de ciência histórica qualificada.]²⁷

²⁷ PETTAZZONI, R. *Op Cit*, p. 14.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AGNOLIN**, Adone. *O Apetite da Antropologia. O sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso tupinambá*. São Paulo: Humanitas, 2005;
- DURKHEIM**, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa. O sistema totêmico na Austrália*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996;
- ELIADE**, Mircea. *O Sagrado e o Profano. A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999;
- IGGERS**, Georg G. “Historicism: The History and Meaning of the Term”. In: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 56, No. 1, (Jan., 1995), pp. 129-152;
- LEE**, Dwight E. et **BECK**, Robert N. “The Meaning of “Historicism”.” In: *The American Historical Review*, Vol. 59, No. 3, (Apr., 1954), pp. 568-577;
- MASSENZIO**, Marcello. *A História das Religiões na Cultura Moderna*. São Paulo: Hedra, 2005;
- PETTAZZONI**, Raffaele. “Il metodo comparativo”. In: *Numen*, Vol. 6, Fasc. 1. (Jan., 1959), pp. 1-14;
- REALE**, G. et **ANTISERI**, D. *História da Filosofia*, 6ª ed. São Paulo: Paulus, 2003, vol. 3;

Sob a pena do *Bruxo*: os escritos machadianos enquanto possibilidades de fontes históricas

Tiago Gomes de Araújo

O nosso trabalho de reflexão fez-se em torno do sugestivo ambiente de construção/formação da identidade nacional brasileira no século XIX. Para tanto, privilegiamos o evento Guerra do Paraguai (1865-1870) como espaço de possíveis cristalizações e promoções de sentimentos ligados à pátria Brasil.

Ao enunciarmos a construção de uma identidade brasileira no século XIX, colocaremos em discussão os impulsos nos quais se fizeram valer o Império brasileiro na tentativa de elaborar símbolos e imagens que remetessem à pátria, seja na luta contra o “inimigo” Paraguai, ou até mesmo na recuperação do “orgulho” perdido diante das “infâmias” declaradas de Solano López.

Na intenção de melhor compreender o evento histórico Guerra do Paraguai elegemos como fonte os escritos de Machado de Assis (1839-1908) que elegem a Guerra do Paraguai enquanto tema. Para tanto, nosso objetivo é indicar as múltiplas possibilidades que as fontes literárias podem fornecer aos historiadores, considerando que os discursos literários possuem suas condições específicas de produção. O próprio autor é representante de sua época e também informado pelas permanências e contradições de seu tempo.

Assim, o romance machadiano *Iaiá Garcia*, publicado em 1878, foi eleito enquanto fonte histórica, pois apresenta várias temáticas caras à análise da história oitocentista brasileira, a destacar, o recrutamento de voluntários destinados a compor os batalhões do Exército em luta contra o Paraguai.

As práticas dialógicas do governo imperial e da própria historiografia oitocentista esforçaram-se na atribuição de sentidos específicos à guerra. Exemplo disso foi o recrutamento de soldados brasileiros por meio da “Campanha de Voluntários da Pátria”. Tal campanha procurou incentivar o alistamento de voluntários, procurando elementos na sociedade que se mostrassem honestamente patriotas.

Machado de Assis, no entanto, não relaciona necessariamente esse alistamento às razões de cunho nacional, revelando em alguns casos (principalmente no romance *Iaiá*

Garcia de 1878 e em alguns contos pós-guerra) um “descompromisso” de alguns brasileiros com o conflito. O campo de batalha mostra-se lugar de fuga e tratamento para distúrbios pessoais e, para tanto, Machado reforça o aspecto caricatural dessas atitudes, sugerindo certas circunstâncias como pretextos que conduziram indivíduos a arriscarem suas vidas no *front*.

Importante será notar a ironia e sarcasmo com os quais *O Bruxo do Cosme Velho* tratará dessa questão, utilizando-se de sua pena para criar um quadro de oposição à política imperial, que preconizava o clamor pela excelsa pátria, camuflando muitas das vezes, as arbitrarias práticas de recrutamento em nome dos caprichos da Nação brasileira. Devemos salientar que esses escritos são posteriores à guerra, neles já encontramos um escritor pessimista quanto aos rumos da política brasileira em geral.

Assim, o autor apresenta uma visão peculiar do conflito, vinculando o alistamento de voluntários a motivações pessoais. Os personagens que compõem as tramas nas quais o tema é a guerra, alistam-se como voluntários circunstanciais, ou seja, uma determinada situação de suas vidas os conduziram ao campo de batalha. Nesse sentido, o sentimento patriota não se revela claramente, mesmo porque, alguns indivíduos adotam o espaço bélico como paliativo e solução para suas crises vitais.

Neste sentido, o valor da relação interdisciplinar entre literatura e história é premente. A literatura pelo olhar da história fala ao historiador sobre as possibilidades, sociedades imaginárias e projetos inconclusos, compreendendo-se num lugar privilegiado, espaço da ordem e da desordem, traduzindo anseios de mudança e mecanismos de permanência. História aqui, é preciso dizer, está entendida não como uma ciência “exata”. Moldada nos parâmetros do século XIX, a história apresenta-se como um saber construído com critérios metodológicos, que remetem a evidências dos acontecidos e se articulam ao longo do tempo, promovendo versões do fenômeno. A literatura é uma produção que, mesmo tendo compromisso direto com a “realidade”, admite a invenção como maneira de sugerir o passado, mantendo um vínculo irrestrito com a boa solução estética, sem, contudo, pretender ser um espelho do mundo ou desmentir a inventividade ¹.

¹ MIGNOLO, Walter. A lógica das diferenças e políticas das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. In: CHIAPPINI, Lígia & AGUIAR, Flávio Wolf de. **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: Edusp, 1993, pp115-162.

Nossas reflexões sobre as relações entre a história e a literatura consideram os textos literários como fontes históricas e, ao mesmo tempo, representações da própria história. Assim, não é possível aludir aos textos literários sem levar em conta o contexto histórico em que eles se encaixam e a partir do qual ganham significados.

Se o texto histórico tenta produzir uma versão convincente e próxima o mais possível do acontecido, o texto literário não deixa de levar em conta essa aproximação. Embora a trama seja, em si, criação absoluta do autor, ela busca atingir este efeito de apresentar uma versão também plausível e coesa².

Esse debate é importante, pois estamos trabalhando diretamente com duas formas de discurso. Sendo assim, somos levados a crer que história e literatura são duas versões do mesmo conjunto de eventos que podem ser imaginados, não havendo razão para o historiador invocar para si a autoridade de oferecer a explicação verdadeira do que aconteceu. Mesmo porque o tempo se torna humano na medida em que se articula com um modo narrativo e o relato alcança sua plena significação, quando se torna uma condição da existência temporal³.

Por isso não devemos perder de foco a especificidade do fazer histórico, bem como do discurso literário; mas nos parece extremamente pobre querer separá-los pura e simplesmente em nome de um viés científico. A provável solução – a nosso ver – seria a utilização das duas formas entrelaçadas (feitas as ressalvas e as cautelas), construindo uma interpretação acerca da realidade social que abarque vários modos de pensar e agir da sociedade humana.

Nossa intenção com essa breve análise das relações entre história e literatura fora esquadrihar alguns aspectos que nos parecem importantes. Longe de pretender esgotar o tema, utilizamos diversas perspectivas teóricas que tratam o assunto de várias formas e com múltiplos olhares. Dessa maneira, o objetivo é tentar compreender o cenário histórico que fomentou nossa curiosidade.

² Ver o artigo de PESAVENTO, Sandra Jatahy: Fronteiras da ficção: diálogos da História com a literatura. In: **História Fronteiras**. v.2. São Paulo: Humanitas, 1999, pp. 820-831.

³ Ainda sobre as inter-relações entre história e literatura nos fizemos valer de: LIMA, Luiz Costa. Clio em questão: a narrativa na escrita da história. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). **Narrativa, ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1998, pp. 61-87.

No romance *Iaiá Garcia* ⁴ Machado sinaliza algumas características satíricas que irão marcar seu estilo posterior, o escritor irônico e por muitas vezes cético com relação às motivações que conduziram alguns elementos do Império ao campo de batalha. Neste momento, nos defrontamos com um autor desencantado com os mecanismos políticos contemporâneos, algoz com sua pena e olhando mais do que nunca com perspicácia e implacabilidade o mundo que o cercava ⁵.

A narrativa de *Iaiá Garcia* foca-se principalmente na preocupação de Valéria (mãe de Jorge), em separar seu filho de um amor infrutífero, ilustrado na figura de Estela (uma agregada da família). Valéria clama pelo socorro do Sr. Luís Garcia para a solução de tão grave incidente, pois o mesmo, era grande amigo do ex-marido de Valéria e, por isso, gozava de excelente trânsito na família, sendo indicado para convencer Jorge do caráter malfadado de seu amor. Valéria encontra um eficaz subterfúgio para malograr os sentimentos de seu filho, irá mandá-lo, então, ao Paraguai.

A intenção de Valéria é enviar Jorge ao *front*, pois, considera que na guerra seu filho irá esquecer definitivamente os sentimentos que nutria por uma mulher considerada por sua mãe como agregada, e, portanto, inferior socialmente. Interessante notar o comportamento desta personagem machadiana, que parece desconsiderar a possibilidade de morte de seu filho na guerra.

O romance analisado indica como as relações sociais cotidianas constroem atitudes e comportamentos específicos. Para o historiador tal ambiência é rica em sinais que possam sugerir elementos significativos do passado. Neste sentido, a adoção ou não de sentimentos patrióticos relacionados à guerra ganha novo pulso, também informada pela espontaneidade do cotidiano.

Agnes Heller ⁶ indica a pertinência da análise social a partir do cotidiano. Para ela, “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida

⁴ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria de. **Iaiá Garcia**. São Paulo: Editora Globo, 1997.

⁵ Para a análise dos elementos satíricos em *Iaiá Garcia* e do comportamento literário machadiano: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000, pp.151-231.

⁶ HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp 17 a 41.

⁷ Op.cit. p, 17.

cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”⁷. A autora defende que o cotidiano nos informa uma série de heterogeneidades, ou seja, indica possibilidades de conteúdo e de significação, atribuindo níveis de importâncias às atividades que exercemos no dia-a-dia.

Apesar dos esforços do Império brasileiro em fornecer símbolos e imagens que agregassem brasileiros e brasileiras em torno de uma causa específica, as relações sociais cotidianas descritas por Machado de Assis negam a eficácia deste projeto, pois Valéria pretende indicar seu filho como voluntário da pátria não para defender os interesses do Brasil na guerra, mas sim para forçá-lo ao esquecimento de um amor, considerado por ela, impossível.

Na concepção de Heller defende a vida cotidiana se pauta a partir de elementos hierarquizadores que terminam por eleger certas atitudes do viver. Estas eleições, para ela, são derivadas e proporcionadas por relações sociais e pela inserção do indivíduo em seus grupos específicos, que acabam por indicar os caminhos mais ou menos adequados de tomadas de atitudes ou até mesmo desprezos com relação a algumas ambiências da vida.

Em *Iaiá Garcia* notamos ênfase que a personagem Valéria fornece ao fato de seu filho lutar na guerra com o objetivo de esquecer insustentável amor por outrem. Valéria elege como prioridade a felicidade individual e não mede esforços diários para o sucesso de sua empreitada, enviar Jorge ao Paraguai.

Ao contrário de Agnes Heller, Michel Maffessoli⁸ desconfia da força absoluta dos espaços políticos e econômicos sobre nossas ações cotidianas. Para ele, o cotidiano possui um estilo fundado na teatralidade, na astúcia e no trágico, que devem ser apontados como dimensões importantes do dia-a-dia. Para o autor, a “experiência reside na ambiência mista dos sentimentos, das paixões, das imagens e diferenças que incitam a própria relativização das certezas absolutas, remetendo a uma multiplicação de experiências coletivas”⁹.

O romance aqui analisado também indica elementos característicos de ações cotidianas fundadas e informadas a partir dos “sentimentos”, das “paixões” e da “teatralidade”. Quando Valéria se recusa a admitir o amor “agregado” do filho acaba

⁸ MAFFESOLI, Michel. **A Conquista do Presente**. Rio de Janeiro, 1984.

⁹ Op. cit. p. 8.

exprimindo comportamentos sujeitados pelas emoções do dia-a-dia e não necessariamente orientados pela cena política oitocentista.

As reflexões de Agnes Heller e Michel Mafessoli sugerem com mais ou menos intensidade a importância que as relações sociais cotidianas adquirem se pensadas historicamente, ou seja, analisar o cotidiano enquanto categoria histórica proveitosa para o estudo dos comportamentos e das atitudes tomadas no passado, indicando a riqueza e a pluralidade desta dimensão social, que acaba por apresentar ou não condutas que possam confirmam ou contrariar o *status quo* estabelecido.

O romance *Iaiá Garcia* sugere vários aspectos da vida cotidiana de seus personagens. Nosso objetivo é revelar as intenções presentes neste cotidiano que lograram a ida de um indivíduo aos campos de batalha paraguaios com o suspeito motivo patriótico. Uma vez mais, reforçamos o papel e a importância da literatura utilizada enquanto fonte histórica. Ao relacionar o alistamento de Jorge como voluntário da pátria Machado de Assis sinaliza os espaços diurnos que colaboraram na decisão tomada por seu personagem.

Ao propor o estudo da Guerra do Paraguai (1865-1870) sob o viés das opiniões machadianas desconfiamos do total sucesso do governo imperial em produzir sentimentos autenticamente patriotas, ainda que o conflito tenha reunido pela primeira vez brasileiros e brasileiras de todas as províncias num único objetivo. Ao entender Machado de Assis enquanto homem inserido em seu tempo e também intérprete de uma época, o espaço bélico se mostra enquanto ambiente de resolução de questões particulares, e não necessariamente revertido como momento de fortalecimento patriótico.

Para melhor ilustrar esta tentativa de unir os discursos produzidos pela literatura e o fazer histórico iremos apresentar alguns trechos do romance machadiano que apontam para o caráter circunstancial do alistamento para a guerra, circunstancialidade também motivada pelas relações sociais cotidianas estabelecidas entre os (as) personagens de *Iaiá Garcia*.

A mãe de nosso voluntário circunstancial associa a ida do mesmo à guerra com o único objetivo: separá-lo de Estela, agregada da família e de condição social inferior. Para Valéria o desastre não seria tão somente a morte de seu filho, mas sim, a união indesejada entre Jorge e Estela. Para impedi-la, a personagem não mede esforços na tentativa de separar os dois corações, preocupando-se tão somente com a manutenção do prestígio e da

honra, convencida do sucesso de sua empreitada e na certeza da obtenção de glórias a personagem comenta que: “eu não creio na morte; creio só na vida e na glória. A guerra começou há pouco e há já tanto herói. Meu filho será um deles”¹².

Relevante notar que Jorge se opõe às investidas da mãe, utilizando o campo de batalha, inclusive como meio de vingança, pois se morrer acredita que Valéria sentirá um eterno remorso em perdê-lo, mesmo porque “estava cansado de recusar. Há mês e meio que dura esta luta entre nós. Hoje à vista das notícias do sul, falou-me com tal insistência que cedi de uma vez. A segunda razão foi um sentimento mau – mas justificável. Escolho a guerra, a fim de que se alguma coisa me acontecer, ela sinta remorso de me haver perdido”¹³.

Além do exposto, outra motivação conduziu Jorge ao Paraguai. Ele pretendia, além de assustar a mãe, fornecer prova de amor a sua amada Estela, arriscando a vida por um sentimento que para ele estava acima de sua existência física.

*Seu conselho mostra a diferença de nossas idades, disse ele. Se eu fosse para a Europa que sacrifício faria a pessoa que amo? Pelo contrário, a sacrificada era ela. Eu ia divertir-me, passear, ver cousas novas, talvez achar novos amores. Indo à guerra, é diferente; sacrifico o repouso e arrisco a vida; é alguma cousa. Separados, embora, não me negará sua estima.*¹⁴

Jorge acredita que tomando essa abrupta atitude, conquistará definitivamente o amor de Estela, dando-lhe a mais cabal prova de seu sentimento, arriscando a vida. No entanto, Luís Garcia, amigo íntimo da família, discorda desta ação porque para ele o alistamento devia ser conduzido necessariamente por vontades patrióticas. Para Luís Garcia, o voluntário Jorge não devia se atirar “de cabeça numa aventura sem fundo. Ir à guerra é muito nobre, mas há de ser levado por outros sentimentos. Um desastre por motivo de namoro”¹⁵.

Apesar dos aconselhamentos de Luís Garcia, Jorge vinculou sua ida à guerra como exemplo do heroísmo dispensado a sua amada e ao desejo de vingança contra sua

¹² MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Iaiá Garcia**. São Paulo: Editora Globo, p.12.

¹³ Op. cit. p. 16.

¹⁴ Idem, Ibidem, p. 17.

¹⁵ Idem, Ibidem, p.17.

mãe, que ignorava seu amor nutrido a Estela. O trecho que segue é elucidativo sobre as possíveis, e nos parecem reais necessidades de alistamento para o combate no *front*.

*Ele via naquilo uma aventura romanesca e misteriosa, sentia-se numa ressurreição de cavaleiro medievo, saindo a combater por amor a sua dama, castelã opulenta e formosa que esperava na varanda gótica, com a alma nos olhos na ponte levadiça. A idéia da morte ou da mutilação não vinha agitar-lhe ao rosto suas asas pálidas e sangrentas. O que ele tinha diante de si eram os campos infinitos da esperança.*¹⁶

Além dos motivos não patrióticos que levaram Jorge à guerra, o soldado luta, conforme prometido, com bravura e esforço, sendo premiado com várias patentes, conseguidas por meio de ações “ousadas” e “heróicas”. Assim, Jorge atrai admiradores no *front*.

Poucos dias depois operou-se a marcha de Tuiuti e Tui Cué, a que se seguiu uma série de ações e movimentos, em que houve muita página de Plutarco. Só então pôde Jorge encarar o verdadeiro rosto à guerra, cujo princípio não assistira; figurou em mais de uma jornada heróica, correu perigos, mostrou-se valoroso e paciente. O coronel adorava-o, sentia-se tomado de admiração diante daquele mancebo que combatia durante a batalha e calava depois da vitória, que comunicava o ardor aos soldados, não recuava de nenhuma empresa, ainda mais arriscada, e a quem uma estrela parecia proteger com suas asas de luz.

A análise de algumas passagens de Iaiá Garcia se mostram significativas para nosso estudo, onde procuramos enaltecer aspectos importantes para a compreensão do evento Guerra do Paraguai, reforçando a idéia das motivações circunstanciais que levaram alguns personagens machadianos para o *front*, pessoas que procuraram uma saída eficiente para seus problemas de cunho privado. Na medida em que a literatura se baseia na realidade apresentada para moldar seu esquema narrativo, acreditamos também que Machado pode ter personificado em suas criações, alguns casos onde o patriotismo foi utilizado como

¹⁶ Idem, Ibidem, p. 21.

subterfúgio para a solução de emaranhados pessoais e por isso de difícil e complicada reversão.

O *Bruxo do Cosme Velho* construiu literariamente espaço no qual o alistamento é praticado circunstancialmente e o combatente retorna ao seu convívio cotidiano agraciado com patentes devido a suas atitudes “heróicas” e patrióticas”. Dessa maneira, o autor de *Iaiá Garcia* indica desconfiança relativa ao sucesso do Império em motivar sentimentos verdadeiramente patrióticos na defesa do país contra o Paraguai.

Ainda mais intrigante é se deparar com as alegorias machadianas que premiam seus personagens guerreiros com as glórias do heroísmo, virtude discutível, mesmo porque parte de uma ação circunstancial, sendo apenas mera consequência dos atos desses personagens que lutam com bravura, não pela pátria, mas para solucionar as inquietações nas quais são sempre acometidos. Assim, há um questionamento claro do teor e do corpo da Nação brasileira, que não parece ter fiéis adeptos e sinceros cúmplices, mas sim, amantes temporários e dispostos traidores da terra Brasil, em nome de fúteis e indignos desígnios da vida.

Nos escritos analisados, Machado de Assis é acometido por uma espécie de desencanto com a política de seu tempo, fato que irá marcar os caminhos de sua pena. A partir da publicação de *Iaiá Garcia*, já nos defrontamos, em certa medida, com um autor satírico, irônico e até mesmo cético com relação aos rumos tomados pela sociedade brasileira durante os oitocentos.

Nesse sentido, Machado coloca na boca de suas criações toda a inquietude e perplexidade, diante de um quadro de difícil horizonte e complicada solução. No romance seus personagens vão à guerra não pelo sentimento que os une a Pátria, mas sim motivados por circunstâncias que a vida lhes impôs, pois buscam o campo de batalha como ambiente de fuga/tratamento para suas crises mundanas.

Nesse sentido, os *voluntários circunstanciais da pátria* convertem-se num questionar da visibilidade do alistamento para guerra, mesmo porque ao dar fala a seus personagens, Machado contribuiu para ponderarmos sobre a eficácia de tal campanha. O *Bruxo do Cosme Velho* nos chama a atenção para os limites e as incongruências da formação da identidade nacional, que em algumas mentes encontrou um excelente pretexto

para a solução de suas crises pessoais, eliminando pelos menos temporariamente, o componente patriota de suas intenções.

Nossa pretensão foi realizar o entrecruzamento do fazer literário com o discurso historiográfico, buscando a multiplicidade de opiniões e refletindo a tênue fronteira entre história e literatura, discutindo os limites e as possibilidades de um estudo baseado na interdisciplinaridade, enaltecendo as infindáveis variantes do fazer histórico, fortalecendo nosso próprio ofício com novos olhares e novas perspectivas sobre o passado.

Nossas reflexões pretenderam apresentar múltiplas possibilidades de exercício historiográfico, a citar, a pertinência da literatura encarada enquanto fonte histórica, ao entendê-la, também como historicamente produzida a partir de lugares de fala e de produção específicos. Os literatos sob suas penas indicam cenas e cenários dignos de análise, pois ao construir suas personagens informam suas maneiras de agir e de pensar perante suas realidades sociais.

A apresentação de alguns trechos de *Iaiá Garcia* parece refletir a convivência de sociabilidades conflitantes, que no ambiente das relações sociais cotidianas encontram momentos de espontaneidade, mas também de ações guiadas pela ventura ou desventura do “trágico” cotidiano.

A partir de sugestiva ambiência, a literatura e a história caminham juntas na tarefa complexa, mas ao mesmo tempo prazerosa, da tentativa audaciosa de vociferarmos o passado, fornecer visibilidades aqueles que outrora foram silenciados e/ou emudecidos, numa atividade igualmente pretensiosa de construção de um discurso plausível sobre a história, no qual indicamos nada mais nada menos que a nossas próprias e mais íntimas visões e apreciações sobre o passado.

Tucídides, a História da Guerra do Peloponeso e suas possíveis bases para uma “história do presente”

Guilherme Ferreira Araújo*

Antes de dar início à discussão acerca do tema proposto, gostaria de fornecer algumas considerações a respeito de uma possível definição da expressão “história do presente”. Algum esclarecimento se faz necessário porque tal denominação pode remeter o estudioso do assunto a três diferentes nuances oriundas dela, a saber, “história imediata”, “história próxima” e “história contemporânea”. Dito de outro modo, quero deixar claro em que sentido uso a expressão “história do presente” contida no título desta comunicação.

Sabemos que durante os períodos que costumamos chamar de Antiguidade (tanto a clássica quanto a tardia) e Idade Média, a história não constituía uma disciplina e, menos ainda, uma profissão. Entretanto, ela seguramente pode ser caracterizada, no contexto das épocas supracitadas, como um gênero. Ademais, como afirma Hartog:

essa história – tornada para nós, modernos, a História em sua evidência – nunca foi, na Grécia e em Roma, mais que um discurso minoritário, um dentre os que, cada um a seu modo, se encarregavam da memória e contavam a genealogia e os avatares de uma certa identidade (HARTOG, 2001, p.18).

Quem se depara com esta afirmação de François Hartog poderia pensar que os historiadores da Antiguidade – e particularmente Tucídides – seriam completamente ingênuos em relação àquilo que faziam, uma vez que o gênero história não havia ainda se institucionalizado como uma área autônoma de ensino (e isto vale tanto para as universidades medievais quanto para as escolas da antiguidade) e estava em uma fase inicial de desenvolvimento. Portanto, poderiam argumentar contra uma proposta como a que realizo neste trabalho, dizendo que não faz sentido procurar por uma base teórica da modalidade “história do presente” numa obra como a *História da Guerra do Peloponeso*. Entretanto, como mostrarei adiante, penso ser perfeitamente possível realizar tal relação, já que Tucídides é de fato o primeiro historiador a realizar uma reflexão

* Graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

explícita sobre o seu próprio método, ainda que em alguns poucos parágrafos do livro I de sua *História*.

Levando-se em conta tais argumentos, destarte, utilizarei a expressão “história do presente” num sentido amplo, que remete apenas à idéia de uma história que procura abarcar não os acontecimentos de um passado – seja ele longínquo ou não –, mas que se esforça por registrar e analisar um fato relevante à medida que ele se desenrola. Em outras palavras, utilizarei aqui as expressões “bases teóricas” e “história do presente” em seus sentidos fracos, mesmo quando recorrer aos textos de Jean-Pierre Rioux e Jacques Le Goff, que tratam das possibilidades da realização de uma “história do presente”, mas no âmbito do século XX. Após este pequeno esclarecimento, passo, então, à exposição da discussão proposta.

No primeiro livro de sua *História*, antes de iniciar a narrativa e a análise da guerra do Peloponeso, Tucídides realiza uma reflexão sobre o método que será utilizado para a composição da obra, além de uma crítica tanto às narrativas compostas pelos historiadores que o precederam – particularmente Heródoto – quanto às narrativas míticas da tradição épica, que teve sua maior expressão na figura de Homero. Mas antes de efetuar tal análise crítica, Tucídides narra parte de um passado longínquo dos gregos, a fim de demonstrar que as guerras anteriores àquela que ele se propunha registrar foram todas inferiores – seja em importância ou magnitude. Este é o trecho que os estudiosos modernos chamam de “Arqueologia”, justamente para marcar o fato de que na obra de Tucídides os relatos sobre o passado possuem uma função específica – a de demonstrar a inferioridade das guerras passadas em relação à guerra entre atenienses e espartanos – e, portanto, eles não podem ser tomados como o escopo principal da obra. Logo após terminar essa exposição, o historiador diz:

Com base nos indícios que foram enunciados, entretanto, não erraria quem, de modo geral, julgasse dessa maneira aquilo que eu expus e não desse crédito maior nem ao que fizeram os poetas adornando seus hinos com o intuito de engrandecê-los, nem ao que os logógrafos compuseram visando ao que é mais atraente para o auditório de preferência ao que é verdadeiro, pois não é possível comprovar esses fatos e a maioria deles, sob a ação do tempo, ganhou um caráter mítico que não merece fé; poderia julgá-los, porém, por critérios que são os mais evidentes para fatos antigos, embora os homens sempre julguem maior a guerra em que se debatem e depois de seu término mais admirem as guerras antigas, mesmo assim para quem examina a realidade dos fatos ela se evidenciará como mais importante que aquelas (TUCÍDIDES, I, 21).

Ora, este trecho demonstra claramente duas preocupações de Tucídides: distanciar-se daqueles que se ocuparam do passado distante e, assim, voltar suas atenções para o registro apenas do evento que lhe era contemporâneo, ou seja, o conflito entre atenienses e espartanos. Além disso, ele critica o fato de os logógrafos – numa referência a Heródoto – terem se preocupado mais em agradar ao público, romanceando suas narrativas, do que realizar um exame crítico dos fatos tratados em suas obras. Tucídides, ao contrário desta tradição de escritores, afirma que provavelmente sua história mostrar-se-ia enfadonha para o auditório, dado o caráter não fabuloso dos fatos narrados por ele¹ (é preciso lembrar que no período em que viveu o historiador em questão, as obras de história eram lidas publicamente em festivais).

A partir deste rápido exame de uma passagem do livro I da *História da Guerra do Peloponeso*, pode-se perceber que há uma espécie de programa sobre o que será feito ao longo da obra. Ainda que não se trate de um verdadeiro tratado teórico sobre o método histórico mais pertinente, Tucídides inquestionavelmente dá um passo adiante em relação aos seus predecessores, justamente por deixar explícita uma discussão de natureza teórico-metodológica. E o grande objetivo deste primeiro momento da obra, como diz Hartog (2001, p. 57) a respeito de seu prefácio, é deixar claro que “não há história verdadeira nem verdadeiramente interessante a não ser a do presente”. Como já discuti acima, mesmo que na Antiguidade e na Idade Média os historiadores não tenham escrito obras voltadas apenas para discussões de caráter teórico (o único texto que se aproxima de tal objetivo é o curto tratado intitulado *Como se deve escrever a história*, publicado por Luciano de Samósata, que não era historiador, no ano de 165 de nossa era), eles recorriam, como o fez Tucídides, aos prefácios de suas obras para, se fosse caso, tecer considerações relativas ao método que adotariam na composição de suas narrativas².

Já no contexto do século XX a discussão sobre as possibilidades de se realizar, inclusive academicamente, uma “história do presente” ganha um formato completamente diferente daquele que apresentei a partir do pensamento de Tucídides. Entretanto, é possível perceber em alguns textos sobre o assunto alguma proximidade com aquilo que o historiador ateniense

¹ Cf. Tucídides I, 22, 4.

² Para uma discussão mais detalhada a respeito da importância dos prefácios nas obras de história escritas na Antiguidade, ver HARTOG, F (org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2001.

realizou em sua *História*. É o caso de um texto de Jacques Le Goff, publicado na coletânea francesa intitulada *Questões para a história do presente*, no qual ele elenca quatro atitudes que considera extremamente vitais para o historiador que pretenda enveredar-se pelos caminhos do que ele mesmo chama de história imediata, a saber:

(I) Ler o presente, o acontecimento, com uma profundidade histórica suficiente e pertinente; (II) manifestar quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes; (III) não se contentar em descrever e contar, mas esforçar-se para explicar; e por fim, (IV) tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo e importante... (LE GOFF, 1999, p.101).

Com efeito, estas quatro estratégias de análise, se sobrepostas ao que faz Tucídides, não só no livro I de sua obra, mas ao longo de toda ela, demonstram como ele já as pôs em prática séculos antes de serem teorizadas pelos franceses do século XX. Tucídides volta-se para o presente, sem, contudo, deixar de lado algum interesse pelo passado recente e longínquo dos gregos; ademais, ele mesmo deixa claro o espírito crítico com que se posicionou diante de suas fontes – como veremos adiante; finalmente, um dos objetivos do primeiro livro de sua *História* é, também, prover o leitor com uma explicação genuína, sólida, vigorosa, das causas da guerra, distinguindo, justamente, os motivos acidentais (que ele chama de causas imediatas) daquela que teria sido a principal motivação da declaração de guerra por parte dos espartanos: o medo crescente do poderio ateniense em expansão naquele momento. Como nos lembra Jacqueline de Romilly (1998, p.19), Tucídides leva o uso de razão ao limite máximo a que ela poderia chegar sem arruinar a própria história.

Diante dessas constatações, portanto, causou-me estranhamento o fato de Le Goff, assim como Jean-Pierre Rioux, em seu texto *Pode-se fazer uma história do presente?*, contido, também, na coletânea supracitada, sequer terem mencionado a importância da obra de Tucídides para uma possível fundamentação da “história do presente”. É certo que a preocupação de ambos os historiadores, em suas exposições, volta-se exclusivamente para o contexto do século XX, quando ao final da década 1970 foi criado na França o Instituto de História dos Tempos Presentes, ou seja, a discussão, como já disse, ganha espaço até mesmo no meio acadêmico. Entretanto, não posso deixar de lado a relevante consideração de François Dosse relativa à importância de os historiadores voltarem suas atenções para o passado de sua própria disciplina.

Ele diz:

A interrogação sobre noções e conceitos utilizados pelos historiadores hoje não pode mais eliminar a volta ao passado da disciplina, não para fins auto-comemorativos mas para entrar plenamente em uma nova era, aquela do momento reflexivo da operação histórica (DOSSE, 2003, p.11).

Não pretendo realizar nenhuma espécie de crítica mordaz a esta ausência das considerações tucidideanas no recente debate a respeito da “história do presente”, mas penso que os historiadores antigos ainda podem nos ajudar a esclarecer questões muitas vezes polêmicas sobre a história enquanto objeto de reflexão do historiador moderno. Por outro lado, se essa discussão contemporânea sobre o grau de confiabilidade e validade da “história do presente” surgiu no século XX a partir das inquietações geradas pelas duas guerras mundiais que, elas mesmas, incitaram jornalistas e historiadores a historiá-las antes mesmo de poderem ser percebidos seus desdobramentos, não é menos verdade que a motivação de Tucídides foi exatamente a mesma, ao ter quase que previsto a importância e a magnitude que o conflito entre atenienses e espartanos tomaria. Se não considerarmos o período entre guerras, a guerra do peloponeso sozinha durou quase três vezes mais que o tempo somado das duas guerras mundiais. Pode-se imaginar, então, o grau do impacto causado por esse conflito no mundo daquela época. Portanto, é admirável até hoje o trabalho realizado por Tucídides, já que como diz Jacqueline de Romilly (1998, p.19) ele “viu-se abordando deliberadamente uma história ainda mal explorada, sobre a qual não tinha qualquer documento direto ou seguro” e ainda assim conseguiu dar forma ao seu empreendimento, mesmo que sua composição tenha sido interrompida bruscamente no Livro VIII.

Ainda em relação à discussão contemporânea acerca da “história do presente”, Rioux observa que a ela,

Por ser feita com testemunhas vivas e fontes proteiformes, porque é levada a desconstruir o fato histórico sob a pressão dos meios de comunicação, porque globaliza e unifica sob o fogo das representações tanto quanto das ações, pode ajudar a distinguir talvez de forma mais útil do que nunca o verdadeiro do falso (RIOUX, 1999, pp. 49 -50)

Recorro a esta argumentação do historiador francês apenas para demonstrar que se numa época como o século XX, quando as mudanças acontecem de forma cada vez mais rápidas e contingenciais, em decorrência da explosão de eficiência dos meios de comunicação e de tantos outros fatores, há quem acredite ser possível fazer “história do presente”, acredito também ser completamente lícito considerarmos a plausibilidade do projeto historiográfico tucidideano.

A guisa de conclusão, gostaria de acrescentar a esta discussão algumas considerações de Benedetto Croce a respeito do que realmente significaria a expressão “a verdadeira história é a história contemporânea”. Segundo o pensador italiano, o sentido da expressão “história contemporânea” não deve simplesmente se relacionar com a localização temporal mais ou menos recuada do objeto de estudo do historiador. Muito antes disso, aquilo de que trata o pesquisador deve estar vivo em seu próprio espírito, portando um significado para o elaborador do trabalho historiográfico. Por outro lado, a história não deve prescindir da documentação, uma vez que a presença desta seria critério de definição da história verdadeira – viva, em oposição à crônica – morta. Croce diz:

...histórias sem documentos são todas as que lemos de povos acerca dos quais desconhecemos os locais exatos onde viveram, os pensamentos e sentimentos que os preocuparam, a fisionomia individual das obras que realizaram; ou as histórias das literaturas e filosofias cujos conceitos nos são desconhecidos, ou mesmo, tendo-os nós em nossa posse e percorrendo-os com os olhos, em cujo espírito íntimo nós não penetramos, quer por deficiência de conhecimento complementar, quer por relutância obstinada e temperamental da nossa parte, quer por momentânea distração nossa (CROCE, 2004, p. 278).

Fica claro, portanto, que para Croce uma obra pode ser considerada histórica apenas quando o seu elaborador retém o período tratado com vivacidade, apoiando-se em documentação. Além disso, cabe também ao receptor da obra historiográfica procurar dar vida àquilo que lê, independentemente da época abarcada por ela, porque segundo Croce, novamente, “até esta história já formada, a que chamamos ou a que gostaríamos de chamar história ‘não contemporânea’ ou ‘passada’, se é realmente história, isto é, se tem algum sentido e não é um eco vazio, é também ‘contemporânea’, e em nada difere da outra (CROCE, 2004, p. 276)”. Penso que esta visão a respeito do conhecimento histórico assemelha-se em muitos aspectos àquilo que Tucídides fez em sua *História*. Isto porque apesar da dificuldade de acesso aos

documentos e à possível falta de credibilidade das fontes – problemas já mencionados anteriormente a partir do texto de Jacqueline de Romilly – Tucídides nos diz em seu prefácio que

Quanto aos discursos que cada uma das partes pronunciou, quer nas vésperas da guerra, quer no seu decorrer, reproduzir-lhes as palavras exatamente era difícil, para mim quando os ouvira pessoalmente, para os outros quando me transmitiam o que tinham ouvido de qualquer outra fonte; como me parecia que cada orador teria falado o que cabia sobre as situações sucessivas, atendo-me o mais próximo possível do sentido geral das palavras realmente pronunciadas, assim vão formulados. E, quanto às ações que foram praticadas na guerra, decidi registrar não as que conhecia por uma informação casual, nem segundo conjectura minha, mas somente aquelas que eu próprio presenciara e depois de ter pesquisado a fundo sobre cada uma junto de outros, com a maior exatidão possível. Muito penoso era o trabalho de pesquisa, porque as testemunhas de cada uma dessas ações não diziam o mesmo sobre os mesmos fatos, mas falavam segundo a simpatia por uma ou outra parte ou segundo as lembranças que guardavam (TUCÍDIDES, 22, 1-3).

A partir deste trecho podemos ver com clareza a extrema preocupação que o historiador grego tinha com suas fontes, além do conhecimento de todo o contexto em que se deu o conflito, isso tendo sido possível apenas porque ele foi estrategista de Atenas durante um período da guerra. Portanto, se não podia acessar uma documentação organizada, mesmo assim Tucídides logrou manter vivo o espírito deste acontecimento divisor de águas da história grega.

Através desta disposição quase que poliédrica realizada nesta apresentação, espero, finalmente, ter conseguido demonstrar a relevância de um texto tão antigo para um debate tão atual e polêmico no campo dos debates historiográficos.

Referências Bibliográficas

CROCE, B. História e Crônica. In: GARDINER, P. *Teorias da História*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004

DOSSE, F. *A história*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

HARTOG, F (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2001.

LE GOFF, J. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: Chauveau, A.; TÉTARD, Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RIOUX, J.-P. Pode-se fazer uma história do presente? In: Chauveau, A.; TÉTARD, Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ROMILLY, J. de. *História e Razão em Tucídides*. Brasília: Editora UnB, 1998.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso: Livro I* (tradução e apresentação Anna Lia Amaral de Almeida Prado). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A importância da História na Escola Inglesa de Relações Internacionais

Gustavo da Frota Simões

1. Introdução

O presente artigo tratará da importância que tem a História para a tradição gnosiológica dos teóricos da Escola Inglesa de Relações Internacionais. A importância dessa Escola é fundamental para a compreensão de alguns conceitos utilizados na literatura especializada, tais como sociedade internacional e sistema internacional. O presente artigo se dividirá em três partes, a saber: (i) principais idéias da Escola Inglesa, (ii) obras de autores mais importantes como Hedley Bul, Martin Wight e Adam Watson, justamente por serem aqueles que mais ressaltaram que o conhecimento histórico é fundamental para a construção de uma teoria de relações internacionais, e por último, (iii) conclusão.

A primeira parte do artigo recairá sobre as principais idéias dessa corrente de pensamento e o porquê dela ter sido exaustivamente debatida, além de uma breve descrição histórica da Escola Inglesa. Os principais conceitos dessa escola de pensamento como a distinção entre as idéias de Sistema Internacional e Sociedade Internacional, assim como o conceito de Ordem e Anarquia no Sistema Internacional serão discutidos nessa seção.

A segunda seção será a respeito de obras específicas da Escola Inglesa. Livros clássicos como *A Sociedade Anárquica* de Hedley Bull serão examinados. Falaremos também da obra de Adam Watson intitulada *A evolução da Sociedade Internacional*, assim como *A política de poder* de Martin Wight que de uma forma ou outra fazem do estudo histórico um requisito para a construção de teoria em relações internacionais. Faremos uma análise dessas três principais obras de autores claramente identificados com a Escola Inglesa e uma pequena resenha de seus livros.

Na parte final, chegaremos a conclusões a respeito das principais idéias da Escola Inglesa procurando incluir seu pensamento com destaque que seus teóricos deram para o enlace

do estudo histórico e uma construção de uma teoria em relações internacionais. Destacaremos também a influência desse método na construção de uma teoria de relações internacionais brasileira.

2. Descrição histórica e principais idéias da Escola Inglesa

O autor italiano Brunello Vigezzi, estudioso da Escola Inglesa, na segunda parte de seu livro¹, concentra-se na evolução histórica do *British Committee*, do seu nascimento, passando pela fase de busca de fundamentos e conceitos, até a formulação do conceito de sociedade internacional que conferiu peculiaridade à Escola Inglesa. Vigezzi propôs a seguinte descrição evolutiva da Escola Inglesa²:

I – Nascimento do *British Comittee* (1954-1958);

II – O *British Committee* aprende fazendo. O universo da política externa e a busca de fundamentos (1959-1961);

III – O que é a sociedade internacional? Um grande debate (1961-1962);

IV – Entre a História e a Teoria (1963-1967);

V – Após o *De systematibus civitatum* (1968-1972);

VI – O desafio da ética (1973-1978);

VII – A expansão da sociedade internacional – as razões para a História (1978-1985);

VIII – De 1985 até o presente

¹ VIGEZZI, Brunello. *The British Committee on the theory of international politics (1954-1985): The rediscovery of History*. Milano: Unicopli, 2005.

² Idem.

Essa divisão permite analisarmos a evolução da Escola Inglesa ao longo dos anos. Se o primeiro momento foi marcado pela atuação da chamada primeira geração (Butterfield, Wight, Bull, Williams, Mackinson, Howard), o sexto momento da divisão de Vigezzi, o assim chamado desafio da ética se deve pela morte de Martin Wight, assumindo a liderança do *British Committee* Adam Watson. Watson propôs uma expansão do número de membros do Comitê Britânico. Num momento anterior, o *paper* de Wight intitulado *De systematibulust civitatum* discorre sobre a visão de sociedade internacional na Antiguidade, nesse momento o Comitê vivenciava uma diversificação de pesquisas.

Em 1985, com a morte de Hedley Bull, o comitê foi formalmente dissolvido. Apesar disso, a Escola Inglesa continua a existir, tendo se revigorado e se tornado uma importante referência na construção e crítica das teorias e da história das relações internacionais. Diversos autores como John Vincent, James Mall, Robert Jackson, James Mayall, Cornelia Navari e outros, prosseguem no desenvolvimento das idéias da escola. O nome “Escola Inglesa” foi dado por Roy Jones em 1981, que, com sua crítica severa, inicia o ciclo de reflexões sobre a situação da corrente.

A evolução histórica da Escola Inglesa não nos permite, contudo, avaliar a importância dessa tradição de teoria das relações internacionais. Somente com as principais contribuições dos seus membros podemos fazer uma análise dessa Escola e porque foi ela considerada como um *middle-course*³ da Teoria das Relações internacionais. A elaboração do conceito de Sociedade internacional é uma das principais contribuições da Escola à análise de relações internacionais, para Bull⁴:

“A society of States (or international society) exists when a group of states, conscious of certain common interests and common values, form a society in the sense that they conceive themselves to be bound by a common set of rules in their relations with one another and show in the working of common institutions.”

Esse conceito, entretanto, não é estanque, ou seja, ao longo do tempo, os teóricos identificados com a Escola Inglesa procuraram incorporar elementos da atualidade aos seus

³ SARAIVA, José Flávio Sombra. *Revisitando a Escola Inglesa in:* Revista Brasileira de Política Internacional, vol. No. 49, no. 1, pp. 131-138.

⁴ BULL, Hedley. *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics.* London: Mcmillan, 1977, p. 13.

conceitos. No momento que Vigezzi identifica como a de expansão da Sociedade Internacional no final dos anos 1970 até 1985 é um momento de revisão desse conceito tão caro à tradição inglesa das relações internacionais.

Por sistema internacional, tal qual definido na obra de Martin Wight “A Política do Poder” (2002) e repetido no trabalho de Hedley Bull “A Sociedade Anárquica” (2002), entende-se um ambiente constituído pela interação entre unidades soberanas, os estados, que reconhecem-se como tal. A definição de sociedade internacional, também abordada em ambas as obras, leva em consideração os aspectos cooperativos da interação entre estados e constitui-se em um conjunto de estados, que embora soberanos, partilham certos valores e concordaram em submeter suas ações a um conjunto de regras e normas de interação, formando assim uma comunidade.

Por trás da distinção observada na historiografia inglesa de relações internacionais entre os conceitos de “sistema internacional” e “sociedade internacional”, alicerçando tais conceitos tão caros a esta interpretação histórica particular, está o conceito de ordem. A ordem tal qual estabelecida pela Escola Inglesa resolve o clássico problema hobbesiano do estado de natureza que caracterizaria o cenário internacional, que carece de um poder hegemônico como no nível doméstico. Devemos à esta tradição, e mais especificamente a Bull cujo subtítulo de sua principal obra é “Um Estudo da Ordem na Política Mundial” (A Sociedade Anárquica, 2002), a didática diferenciação, tantas vezes repetida posteriormente pelos teóricos do campo, entre caos e anarquia.

Após expor os principais conceitos da Escola Inglesa, Sistema, sociedade internacional e ordem, passamos agora a examinar as principais obras dessa tradição e a sua ligação com a História.

3. Principais obras e autores da Escola Inglesa

Nessa seção discutiremos as obras mais importantes e faremos uma resenha das mesmas. Trataremos da obra de Hedley Bull, “A Sociedade Anárquica”, assim como da obra de Adam Watson. Falaremos também do livro de Martin Wight, “A política do poder.

A sociedade anárquica foi a obra mais importante de Hedley Bull. Nascido e graduado (Filosofia e Direito) na Austrália, obteve o título de Mestre em Ciência Política na Universidade de Oxford, Inglaterra. Ali, tornou-se o mais brilhante discípulo de Martin Wight, segundo o qual a análise das RI deve ser feita a partir das idéias centrais das três maiores tradições do pensamento ocidental: o Realismo de Maquiavel; o Racionalismo de Hugo Grotius; e o Revolucionismo de Kant.

Com a *Sociedade Anárquica* (1977), Bull tornou-se conhecido como o mais importante representante da corrente teórica conhecida como Escola Realista Inglesa. O autor define o projeto de uma teoria normativa das RI que considera perfeitamente possível o estabelecimento de critérios de objetividade (despidos de valores) que fundam a ordem internacional. Tal linha de reflexão desperta críticas, principalmente, por parte daqueles que entendem que todas as variações das teorias das RI partem das mesmas matizes excludentes: a realista e a idealista. Ao longo do texto, o autor discute com profundidade o conceito de ordem mundial, questiona sua existência e como ela é mantida na política mundial. Confronta a ordem com a justiça na política mundial. Argumenta que há relações entre a ordem internacional e os conceitos de equilíbrio de poder, de direito internacional, de diplomacia, de guerra e as das grandes potências. Bull sempre enumera essas instituições dando exemplos históricos, especialmente europeus. Para ele, a idéia de Sociedade Internacional nada mais é que a evolução da Sociedade de Estados Europeus Moderna.

A evolução da Sociedade Internacional é a obra de Adam Watson a que daremos destaque a seguir. O livro trabalha com o conceito-chave de sistema internacional, além de propor profundas questões metodológicas. Essas questões se devem pelo fato de Watson também ter feito parte do *British Committee*. Pautado pela diversidade de seus membros, o comitê, assim como Watson, critica o princípio da teoria realista que acredita que o sistema internacional estaria em sua condição pré-social. Conseqüentemente é criticada nessa corrente realista uma visão empobrecida dos sistemas internacionais já que o excessivo “presentismo” e “eurocentrismo” acarreta uma visão muito pouco sofisticada da estrutura. O trabalho de Watson

dentro do comitê é muito diferente dos dos outros o que acarreta em um trabalho diferenciado. Enquanto Bull e Butterfield queriam colocar as questões do comitê dentro da sociedade contemporânea européia, Watson queria discutir não só outros sistemas independentes de Estados, mas outros tipos de sistemas em si, como os suseranos e os hegemônicos, por exemplo.

Essa inovação em relação aos seus colegas traduz o desejo, que a união da teoria com a história não só expande o universo empírico o qual a teoria das relações internacionais deve endereçar, como coloca o pluralismo metodológico em uma perspectiva mais sistêmica. *A evolução da sociedade internacional* é lançado no contexto do fim formal do comitê após a morte de Hedley Bull em 1985. Porém, esse fim formal não colocou fim na tradição gnosiológica de relações internacionais inglesa. O livro se propõe a fazer uma ampla abordagem histórica, estudando sistemas de Estados antigos como a Suméria e o sistema Islâmico até os nossos dias.

Nessa análise histórica Watson reconhece que as distinções entre sistemas de Estados independentes, suseranos ou impérios são muito amplas para descrever a realidade. Dessa forma, o melhor meio de enquadrar esses sistemas é utilizar as noções entre os tipos ideais de independências anárquicas e o império absoluto como categorias explicativas. Watson ao fazer essa análise histórica ampla encontra algumas tendências dos Estados. A primeira tendência é a de propensão à hegemonia, ou seja, o sistema de Estados é considerado mais estável se tiver essa primeira tendência. Watson reconhece inclusive o uso da força para manter ou se buscar essa hegemonia. A segunda tendência dos sistemas de Estados é o da legitimidade. Historicamente, o sistema é mais estável se está fundado em alguma legitimidade do agente hegemônico.

O autor ainda fala das especificidades do conceito de soberania europeu, além de tecer comentários sobre a vertente cultural de cada sistema de Estados, assim como o legado do passado, que como bom historiador não poderia deixar de levar em consideração.

O terceiro livro que abordaremos é o de Martin Wight, grande mentor de Bull e membro do comitê britânico. *A política do poder* não foi um livro escrito todo de uma vez. A maior parte deriva de um artigo de 1946 com o mesmo título. O objetivo, entretanto, não se alterou. Destacam-se cinco aspectos dos moldes contemporâneos de estudo de Relações Internacionais nas quais a obra se enquadra. A primeira é o caráter eurocêntrico de algumas

premissas e conceitos. A segunda seria a marginalidade com outros atores internacionais e das relações internacionais. A terceira seria a negligência da dimensão econômica das Relações Internacionais, Wight é mais um historiador essencialmente político. A quarta é a sugestão, pelo título do livro e pelo conteúdo, de que as Relações Internacionais se reduzem a política de poder, embora Wight não defenda explicitamente essa idéia, ele a coloca como uma possibilidade. A quinta é a de que a política de poder não tenta fazer um *aggiornamento* conforme foram sendo feitas as críticas pela literatura acadêmica ao longo do tempo.

O livro se divide em vinte e quatro capítulos nos quais o autor faz uma análise dos diferentes tipos de poder. O primeiro capítulo o autor fala das potências, categorizando-as num contexto amplamente europeu. Os três outros capítulos, Wight fala das potências dominantes, diferenciando-as de potências pequenas e de potências mundiais. Para Wight, as dominantes são aquelas potências que podem medir poder contra todos os rivais juntos. Já as grandes potências são aquelas potências européias que podem exercer seu poder fora do continente europeu. As menores são aquelas que ficam restritas ao seu âmbito de poder regional, tais como o Brasil, a África do Sul e o Egito, por exemplo.

Nos outros capítulos, Wight fala sobre os diferentes tipos de poder. No capítulo cinco ele discorre sobre o poder marítimo e o poder terrestre e como esses diferentes tipos de poder afetam as potências. Wight também discorre sobre como as revoluções, os interesses vitais e a anarquia afetam a política de poder. Wight também fala sobre como se dá a configuração de poder e discorre sobre como a ONU e a Liga das Nações afetam o equilíbrio de poder. No capítulo vinte, ao falar sobre a ONU, o autor é descrente assim como o é com relação a Liga. Para ele, “seria mais correto dizer que as Nações Unidas aumentaram a intensidade da luta pelo poder travada entre os *have-not* e as potências do *status quo*. A existência das Nações Unidas exagerou a importância internacional das potências *have-not*, permitindo a elas se organizarem para formar um grupo de pressão diplomático e propagandístico muito maior do que seriam capazes de obter de outra forma.”⁵

Nos últimos capítulos, Wight fala sobre a corrida armamentista, o desarmamento e o controle de armamentos e como esses influenciam a política do poder. O último capítulo é

⁵ WIGHT, Martin. A política do poder. IPRI, Ed. Universidade de Brasília, Brasília – Brasil, 2002.

nomeado além da política do poder, onde Wight faz sua conclusão dizendo que a manutenção da prática da manutenção da política do poder, no sentido popular, depende do interesse das potências. Caso o seu interesse seja a segurança, diz Wight, a política internacional continuará sendo a política do poder.⁶

3. Conclusão

A análise dessas três principais obras nos levam a concluir que pela primeira vez no campo de construção de Teoria em Relações Internacionais foi conferida à história um papel primordial. Diferentemente dos seus pares norte-americanos que desenvolveram a disciplina ancorada nos centros de ciência política, os ingleses escolheram para a composição do seu *British Committee* uma mistura de historiadores e cientistas políticos. Foram estes primeiros que deram a particularidade que a Escola Inglesa possui.

Ademais, os estudos em relações internacionais efetuados pelos ingleses contam com um antecedente histórico peculiar, qual seja: seu colonialismo. O império inglês, decadente à época da criação do comitê britânico, foi um império nitidamente mercantilista e colonialista, logo influências culturais dos povos dominados faziam parte do estudo dos ingleses. Os americanos, ao contrário, possuíam um imperialismo financista, no qual as vertentes locais pouco ou nenhuma influência têm nas decisões dos povos dominantes.

Por fim, cabe destacar o estudo de sociedades antigas para a confecção de uma teoria em relações internacionais. Ao estudarem a Antiguidade, os ingleses buscavam comprovar a existência de uma sociedade internacional desde tempos remotos. Ao olhar para trás, a Escola Inglesa foi construindo sua teoria para analisar o presente. Foi desse modo de se construir conhecimento que nasceu a influência da história para a compreensão de eventos contemporâneos no campo das relações internacionais.

Hoje em dia, os ingleses não se encontram mais sozinhos ao colocarem historiadores e cientistas políticos na tentativa de construção de uma teoria em Relações

⁶ Idem.

Internacionais. A Escola de Brasília é herdeira dessa tradição e seu centro de Relações Internacionais se divide em duas áreas de concentração: História das Relações Internacionais e Política Internacional e Comparada.

Bibliografia:

BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica. IPRI, Ed Universidade de Brasília, Brasília – Brasil, 2002.

BUZAN, Barry. From International System to International Society: Structural realism and Regime Theory meet the English School. *International Organization*, v. 47, n. 3, p. 327-352, USA – 1993.

CARR, Edward. Vinte Anos de Crise. IPRI, Ed Universidade de Brasília, Brasília –Brasil, 2001.

DUNNE, Tim. *Inventing International Society: A history of the English School*. Machmillan, London – UK, 1989.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Revisitando a Escola Inglesa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 49, n. 1, p. 131-138, Brasília – Brasil, 2006.

VIGEZZI, Brunello. *The British Committee on the theory of international politics (1954-1985): The rediscovery of History*. Milano:Unicopli, 2005.

WATSON, Adam. A evolução da sociedade internacional. IPRI, Ed Universidade de Brasília, Brasília – Brasil, 1992.

WIGHT, Martin. A Política do Poder. IPRI, Ed Universidade de Brasília, Brasília –Brasil, 2002.

IMPrensa E LIBERALISMO MINEIRO NO SÉCULO XIX SOB O OLHAR DA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA

HEIBERLE HIRSGBERG HORÁCIO¹

Essa pesquisa foi norteadada² teórico-metodologicamente pelos novos estudos de História Política, que privilegiam a compreensão do político em relação com outros agentes sociais, indivíduos ou grupos, na construção do Estado, e as implicações dessa relação na forma como são construídos os conceitos políticos que dirigem esses processos.

Deste modo, utilizamos algumas inovações³ dessa Nova História Política, entre elas o diálogo com as ciências sociais, para lançarmos mão de determinadas contribuições teóricas⁴ que acresceram nossas reflexões nas abordagens dessa “Nova História”.

Dentro dessa perspectiva, na construção de conceitos políticos, este, passa a ser o lugar de gestão do social, construindo um agregado de referências que na concepção dessa “Nova História Política” compõe uma cultura política⁵, fundamental para a compreensão de um determinado espaço político.

Uma cultura política representa a expansão de um “sistema de referências” que expande a discussão teórica para outros extratos da sociedade, além do grupo de letrados, i.e., transforma uma filosofia política em conceitos compreensíveis para um grupo maior de indivíduos de uma coletividade.

No processo de construção de uma cultura política⁶, conseqüentemente de conceitos que a compõe, encontramos as elites políticas que, em um sentido amplo do

¹ Mestrando UFJF, e-mail: quintushoratus@bol.com.br.

² Esse artigo faz parte de uma pesquisa que nasceu de um projeto de iniciação científica na UFSJ sob orientação do Prof. Dr. Wlamir Silva responsável por ter me apresentado novos referenciais teóricos para a pesquisa em História Política e norteadado minha compreensão do referido referencial. Tal pesquisa, agora desenvolvida no mestrado, tem como orientador o Prof. Dr. Wilmar dos Santos Valle do programa de pós-graduação em Ciência da Religião da UFJF.

³ Documentação seriada, totalidade dos atores, o advento do tempo longo.

⁴ Antônio Gramsci, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Karl Marx.

⁵ “O que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador de *ethos* de uma nação e do gênio de um povo”. RÉMOND, René. “Do Político” In: RÉMOND, René (org). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p.450.

⁶ “A cultura política de uma sociedade compõe-se não só de conhecimentos e crenças que fundamentam as práticas possíveis no interior de um sistema político, como as normas estabelecidas para definir os

termo podem ser considerados intelectuais, já que é uma parcela de indivíduos que possui uma função organizativa de segmentos, classes ou partidos.

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é intelectual⁷.

Essa elite, porta voz do grupo que ela pertence, elabora conceitos e um projeto político a partir de uma “visão de mundo” de seus representados. Assim diz Karl Marx no seu livro *Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*:

O que os faz representantes [...] é que sua cabeça não ultrapassa os limites que aquele não ultrapassa na vida; que, portanto, são teoricamente impulsionados para as mesmas tarefas e soluções para as quais o interesse material e a situação impulsionaram, praticamente, aquele. Tal é, em geral, a relação existente entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que eles representam.⁸

Todavia, ressaltamos que nesse processo é fator fundamental para a compreensão dessa elite o entendimento de que ela se relaciona com superestruturas que a impede de ser simples “correia de transmissão” do grupo que ela pertence. Assim, nossa pesquisa buscou a compreensão da interação entre elites (representantes) e representados, já que nessa relação se compreende uma cultura política e conseqüentemente a dimensão humana da construção do Estado. É no espaço público⁹

direitos e deveres dos participantes como cidadãos. Abrange ainda as posturas que asseguram a identidade e delimitam as fronteiras das comunidades a que pertencem indivíduos e grupos, legitimando ou desqualificando as suas reivindicações; e também os simbolismos através dos quais exprimem seus valores e reforçam essas formas de solidariedade”. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan: FAPERJ, 2003, P.25.

⁷ GRAMSCI, Antônio. *Caderno do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, p.25.

⁸ MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*: MARX – ENGELS. Obras escolhidas. Lisboa: Avante; Moscovo: Progresso, 1982, Tomo I, p.445.

⁹ HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

que essa elite disputa a direção da sociedade civil¹⁰, mediando a relação entre esta e o poder estatal, em um processo de construção de uma hegemonia¹¹. Nessa mise en scène a imprensa é um instrumento eficaz para a construção e expansão de conceitos, identidades e implementação de projetos políticos. Segundo a historiadora Maria José Bonifácio:

Na imprensa captam-se as representações, penetra-se no imaginário político e atinge-se a cultura política da sociedade, que é o verdadeiro objeto de uma nova história das idéias que rejeita o elitismo das grandes idéias que fizeram escola¹².

É através do procedimento de construção da elite liberal mineira, que buscamos compreender o processo de edificação do Estado brasileiro no início da sua formação, pós-independência. Edificação analisada em um sentido proposto por Gramsci de consenso ou para Pierre Bourdieu¹³ “uma luta simbólica para construção do senso comum”. Advertimos que procuramos esse entendimento através do estudo da província, por considerarmos que é nas províncias que encontramos a dinâmica na sociedade. Especialmente quando tratamos de Minas com sua grande contingência populacional e pela sua peculiaridade econômico-social¹⁴, com traços de urbanidade.

Nesta civilização urbana, a elite iria revelar grande capacidade de mobilização de razoáveis contingentes humanos, consideradas as circunstâncias do país na época, sobretudo o povoamento de tão vasto

¹⁰ Entendendo a sociedade civil como a esfera do social onde se dá a luta pela hegemonia. GRAMSCI, Antônio. *Caderno do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, Volume 2, p. 20-2, e Volume 3, p. 222.

¹¹ Nesse sentido a hegemonia não deve ser compreendida apenas como um “nível articulado superior de ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como ‘manipulação’ ou ‘doutrinação’”. Ela constitui um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energias, nossa percepção de nós mesmos e do mundo. É um sistema vivo de significados e valores – constitutivo e constituidor – que ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente”. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p.112-113.

¹² CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹³ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

¹⁴ Referimos-nos a sociedade mineira de abastecimento que possui entre os segmentos de proprietários e os escravos, um diversificado número de outros segmentos que vão desde pequenos agricultores, profissionais liberais e operários até mineiros, jornalheiros, onde essa característica social cria uma classe política de peculiar participação.

território. Além do que (complemento meu) a capacidade de mobilização de contingentes humanos, deu á elite mineira acentuada projeção nacional¹⁵.

Além das justificativas supracitadas o estudo de Minas se dá pela importância da província no processo de Independência do Brasil, pois de acordo com Wlamir Silva: “podemos destacar o fato de essa província ter sido um dos pontos de apoio político do chamado Centro-Sul”. Aliás:

De outro lado, provinham da província alguns dos mais importantes articuladores da Independência realizada em torno de D. Pedro, em especial nas sociedades secretas da Corte e no episódio do Fico¹⁶.

Reforçando a proposição da província como ponto de apoio do Centro-Sul, observamos o fato de D. Pedro I buscar a adesão dos mineiros para seu projeto político. Mineiros tanto da Corte quanto os da própria província, episódio que verificamos com a vinda do Imperador a Minas Gerais¹⁷ em março de 1822, viagem que serviu ainda para a resolução de um impasse entre o Rei e a Junta de Governo de Ouro Preto.

As ocorrências supracitadas complementam nossa justificativa pela alternativa teórico-metodológica: a “Nova História Política”, que vai na contra-mão de uma historiografia que destacou o geral (Nacional) e reduziu a importância do particular a (região). Já que, torna-se evidente o desempenho da província na formação do estado brasileiro, onde: “O momento cultural, filosófico e político mineiro na primeira metade do século XIX representa para a consciência brasileira, em emergência, uma referência valiosa em vista do papel que desempenhou no processo de formação da nacionalidade.¹⁸”

Além do mais, justificamos o estudo do Primeiro Reinado por considerarmos que é nesse período que a elite brasileira constrói um projeto político com questões específicas a serem resolvidas com a fundação de um espaço público que possui neste

¹⁵ RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986, p.47.

¹⁶ SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese de doutoramento, 2002, p.73.

¹⁷ Importante ressaltarmos que um dos elementos que unia Minas e o Imperador era o temor da anarquia, aqui representada nas figuras dos escravos, “populações de cor” e “vadios”.

¹⁸ RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986, p.23.

momento um constitucionalismo emergente, são elas: o nascimento da representatividade e do constitucionalismo, a implementação do liberalismo e a questão escravista, em uma sociedade que procura ser liberal. Assim:

...o período do Primeiro Reinado foi o da ascensão social dos produtores mineiros, o de sua penetração na Praça do Rio de Janeiro: é quando se definem os seus interesses políticos regionais, com o surto da imprensa local das cidades do sul de Minas, e o aparecimento de seus primeiros líderes políticos.¹⁹

Deste modo, buscamos o entendimento dessas questões rompendo com compreensões voltadas para a ênfase na economia ou no Estado e que reduzem o político a determinações necessárias a essas esferas.

A província de Minas apresenta uma dinâmica peculiar em relação a outras províncias, sendo caracterizada por um certo equilíbrio na relação cidade-campo, por um processo de abastecimento interno (comercialização intraprovincial, local e interprovincial), se distanciando do senso de entendimento como uma economia baseada na mineração do ouro e de pedras preciosas e que sem isto sofria um processo de estagnação.

Outra característica é a inversão da idéia de grandes senhores de engenho ou dos plantéis gigantescos de escravos. Sendo que, Minas possuía como característica peculiar a fragmentação deste plantel escravo na mão de pequenos e médios proprietários (maior parte dos planteis de 1 a 5 escravos), invertendo a lógica de grandes plantéis de escravos numa só propriedade.

A província possuía uma diversidade social, onde: “comerciantes, tropeiros, artesãos e outros trabalhadores livres, que constituíram um núcleo intermediário socialmente orgânico”²⁰, interagem com seus representantes políticos.

O forte adensamento da população mineira, as relações de convivência nas cidades, as práticas de regime representativo no senado da câmara e nas “

¹⁹ LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 19.

²⁰ SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese de doutoramento, 2002, p.73.

juntas”, a presença de uma classe média, a penetração prematura de idéias liberais [...] tudo isso fizera de Minas uma província fortemente tingida de idéias liberais.²¹

Nessa Minas enfatizamos a Comarca do Rio das Mortes que se destaca pela sua atividade de abastecimento, e que com isso a integra a Corte inclusive politicamente, e a Comarca de Ouro Preto que possui em seu território as cidades de Ouro Preto, capital da província e “sem a mais mínima sombra de dúvidas, o mais brilhante centro político da província de Minas Gerais²²”, e Mariana sede do bispado mineiro em um momento que a Igreja tem proeminência na gestão sócio-cultural da população.

Tal contexto constitui uma classe dirigente de peculiar formação e esse ponto de vista é engrossado pelo objetivo dessa classe que aspira, entre outros elementos, a unificação dos segmentos proprietários, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, eclesiásticos, magistrados e militares em torno de um projeto político unificado, devido a sua base heterogênea, e ressaltamos que, heterogênea também foi essa elite, pelo menos “quanto a sua origem social e quanto a sua formação”²³.

Além de buscar a unidade da classe proprietária, cumpria atrair para esse projeto setores não proprietários, produtores agrícolas, com e sem escravos, trabalhadores assalariados, artesões, militares e funcionários²⁴.

Essa elite que possuiu o objetivo agregador supracitado era composta por proprietários de terras e escravos, comerciantes e indivíduos do setor administrativo/burocrático e eclesiástico além dos magistrados, quando esses últimos segmentos não estavam inseridos no primeiro.

²¹ SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese de doutoramento, 2002, p.73.

²² AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a Correnteza*. Monografia de Especialização História de Minas do Século XIX. UFSJ,2003.

²³ SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese de doutoramento, 2002, p.102.

²⁴ SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese de doutoramento, 2002, p.133.

Temos então uma elite política que possui uma “relação orgânica²⁵” com a propriedade e que conseqüentemente procurou amalgamar esses. Buscou também a representatividade legal, i.e., no âmbito das Juntas, dos Conselhos e de setores fundamentais para a construção de qualquer hegemonia como juízes de paz e vereadores. Essa elite procurou ainda, além da unificação de segmentos heterogêneos para maior representatividade, alcançar institucionalmente a possibilidade da representatividade legal, nos embates com o Rei pelo constitucionalismo, a implementação das idéias liberais em um ambiente estranho à essas e a superação do absolutismo ainda existente.

A elite mineira utilizou como instrumento na busca de uma hegemonia a imprensa. Ressaltamos aqui a possibilidade de vermos uma imprensa dinâmica, pelo menos, no nível em que ela é influenciada e influencia através de elementos orais, simbólicos e gestuais, e que desse modo ela pode ser abrangente.

A alfabetização era escassa, mas o rótulo de “elitismo” para a imprensa que surgia deve ser empregado com cautela, mesmo no Brasil escravista. Havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas.²⁶

Essa imprensa desse período foi fundamentalmente política. Reforçando que a imprensa brasileira surge no mesmo período da construção do Estado nacional e o nascimento das idéias liberais em nosso país, senão por isso. Por serem essencialmente políticos, esses periódicos possuíam no cabeçalho a citação de algum autor referente a opção política do jornal, que deixava explícito a que tendência pertenciam, menciono aqui o Universal que citava em todos os seus números: “Rien n’est beau que lê vrai: le vrai Seul est aimable” frase atribuída a Voltaire mas que de acordo com Otávio Tarquínio é na verdade de Boileau.²⁷

A característica supracitada, também estabelece para esses periódicos uma escrita cheia de artifícios como exclamações e apóstrofes, numa linguagem várias vezes

²⁵ SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese de doutoramento, 2002, p.102.

²⁶ MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p.45.

²⁷ SOUSA, Octávio Tarquínio. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora, 1988, p.29.

figuradas e com expressões que buscavam impactar, chamar atenção dos leitores e buscar a polarização da disputa recorrente, liberais e absolutistas, em termos concretos e cheio de transfigurações simbólicas. Expressões como quase todas as nações gemem em ferro, monstro do servilismo²⁸, ou orações completas como: “percebemos que o sistema da monarquia constitucional e representativa encerra todos os germes da felicidade e da liberdade a que o homem social pode aspirar²⁹”, são constantes nos discursos desses liberais.

Esses periódicos traduziam e transcreviam³⁰, enormes trechos de livros, na maioria das vezes obras filosóficas liberais, que serviam para a implementação direta do projeto liberal, pois encontramos, entre outros, extratos de obras de Adam Smith que duravam algumas vezes seis edições e que vinham comentadas e “facilitadas” para melhor apreensão do leitor, comentários que em algumas ocasiões vinham inclusive contextualizados com os problemas da época. Os periódicos liberais mencionavam vários extratos de autores como: Bonnin, Fenelon, Voltaire, Mably, Benjamin Constant, Ganilh, Dunoyer, Torombert, Montesquieu, entre outros.

Os periódicos possuíam também uma parte denominada avisos, que misturava anúncios e classificados. Contudo, esses periódicos não possuíam publicidades de produtos, pois de acordo com Ana Luiza Martins “a publicidade propriamente dita nasce por volta de 1870 no quadro da grande depressão”³¹.

Acha-se para vender para fóra da terra em escravo ladino da nação Mina, bom cozinheiro, de idade de 28 anos incompletos e bom corpo para lava, quem o quiser comprar dirija-se à loja de Francisco Xavier³².

Os periódicos publicavam notícias da Corte, de outras províncias e de outros países, além das situações políticas de nações como Inglaterra, França, Portugal entre outros. Nesses jornais localizamos ainda, editais de comércio, ações públicas, extratos de sessões da câmara dos Deputados e do Senado, dos conselhos províncias e de

²⁸ O Universal, Ouro Preto, 01/02/1830, n.398.

²⁹ O Universal, Ouro Preto, 01/02/1830, n.398.

³⁰ O Universal, Ouro Preto, 03/09/1828 contém parte do livro Espírito das Leis de Montesquieu.

³¹ MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p.85.

³² O Universal, Ouro Preto, 14/07/1826, n.156.

câmaras municipais, além de decretos e avisos ministeriais, nas palavras de Wlamir Silva: “fazendo às vezes de ‘diário oficial’ no âmbito da província³³”.

Esses periódicos possuíam, uma rede de trocas, “colaborações”, intercâmbios e influências com outros periódicos liberais de Minas e de outras províncias³⁴. Citavam também, além das folhas liberais, periódicos opositores. Tal prática era tão freqüente que no ano de 1825, 80% dos números do Universal possuíam algum tipo de citação ou referência a outros periódicos.

Sendo tarefa fundamental desses periódicos orientar os indivíduos dentro de um projeto liberal, podemos constatar como uma das ações norteadoras a “impregnação” dos conceitos necessários para uma hegemonia política, através inclusive da repetição dos mesmos termos. Dessa atividade observamos a recorrência com que aparecem nos periódicos à explanação de conceitos como: liberdade/Leis, constitucionalismo/Igualdade, despotismo/absolutismo, conceitos que eram re-significados de acordo com a opção de construção da tendência que o publicavam.

Em Minas Gerais o periódico mais importante, pelo menos no Primeiro Reinado, foi O Universal da capital Ouro Preto. O Universal circulou por 17 anos sendo o periódico de maior longevidade da província.

O Universal teve como fundador, mentor intelectual e um dos principais colaboradores o deputado liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos. Vasconcelos utilizava o jornal para defesa dos interesses dos proprietários que representava, sendo que o periódico dedicava-se inclusive à divulgação da atuação política do deputado.

Além do Universal, surgiram em Ouro Preto no Primeiro Reinado a Gazeta de Minas (1831), e o Novo Argos (1829-1834), periódico liberal que foi um dos poucos que imprimia em suas folhas o nome do seu criador e redator o Padre liberal Antônio José Ribeiro Bhering. Surgiram também, em um momento anterior ao apogeu dos periódicos liberais, os periódicos: *Compilador Mineiro* e *a Abelha do Itaculomy*. Ainda em Ouro Preto nascem no Primeiro Reinado: *O Companheiro do Conselho*, *O Diário do Conselho do Governo da Província de Minas* e *O Patriota Mineiro*. Em Mariana a *Estrella Mariannense* (1830-1832), *O Homem Social* (1831), *o União Fraternal* e o

³³ SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese de doutoramento, 2002.

³⁴ Aurora Fluminense, Astréa, Correio Mercantil, Farol Paulistano, Abelha Pernambucana, Observador Constitucional, Astro de Minas, Sentinela do Serro, Sentinela Bahiana, Mentor das Brasileiras, Minerva Francesa, Observador das Galerias, Matutina Meia Pontense, Amigo da Verdade, Courier do Brésil, Spectador, Diário Fluminense e Telegrapho.

Guarda Nacional Mariannense (1834). Na cidade de São João del Rei o Astro de Minas fundado em 1827 pelo deputado liberal Baptista Caetano. Ainda em São João del-Rei surgiram O Amigo da Verdade (1829-1830) periódico conservador-absolutista e o primeiro periódico brasileiro escrito para mulheres, mas por homens, o Mentor das Brasileiras (1829-1832).

Em Pouso Alegre nasceu o Pregoeiro Constitucional (1830-1831), em Diamantina (antigo Arraial do Tijuco) o Echo do Serro (1828), na Vila do Príncipe A Sentinela do Serro, além de vários outros em outras localidades, mas já no período regencial³⁵. Dos periódicos mineiros absolutistas do Primeiro Reinado destaque para o ouropretano O Telegrapho (1828-1831) que teve como um dos mentores o bispo absolutista mineiro Frei José da Santíssima Trindade, que combateu os liberais durante o Primeiro Reinado.

Esperamos com esse artigo permitir uma reflexão sobre a possibilidade de “interlocução” entre a “Nova História Política” e a imprensa, aqui particularmente a imprensa mineira dentro de uma sociedade que assistiu ao nascimento do liberalismo. Procuramos também uma rápida catalogação desses periódicos no Primeiro Reinado a fim de possibilitar um posterior aprofundamento do mesmo.

³⁵ Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública (1832-34 OP), A Legalidade do Triunpho (1833 – SJDR), O Vigilante (1832-35), Sociedade Pacificadora e O Atleta Sabarense (1832) todos de Sabará. O Diamantino (1832- No Arraial do Tijuco) o Liberal do Serro no Arraial do Itambé do Serro, O Noticiador Serrano (1833) a Opinião Campanhense (1832-1837) na Vila da Campanha da Princesa. SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese de doutoramento, 2002, p.138.

Entre Deus e o diabo – a imagem de Martinho Lutero nos séculos XVI e XVII

João Henrique dos Santos ¹

Um dos mais importantes personagens da História, Martinho Lutero teve sua imagem construída ao sabor de paixões religiosas, de modo especial entre os séculos XVI e XVII, período do nascimento e afirmação da Reforma Protestante. Esta comunicação, recorte da tese de doutorado, visa a apresentar algumas dessas imagens e de que modo elas foram construídas. O que se constata é que a fabricação dessa imagem não tem compromisso com a escrita da história, mas é originalmente marcada com o tom do confessionalismo e da apologética, de modo que o personagem histórico era apresentado muito mais de acordo com aquilo que se queria mostrar que ele tivesse sido do que com o que ele, efetivamente, foi. Neste sentido, a adulteração ou mesmo a invenção de fontes foi recurso freqüentemente utilizado.

INTRODUÇÃO

Dentre as maiores dificuldades encontradas para o estudo da Reforma Protestante, sem dúvida a questão da objetividade e da imparcialidade acerca de Lutero foi a maior. Retratado como santo ou demônio, como homem de nobres e elevados ideais ou como um bêbado insubordinado e devasso, Lutero presta-se a várias apropriações, sendo, sem qualquer exagero, uma das figuras mais controversas da História. A visada lançada sobre Lutero refletia talvez muito mais qual a pertença religiosa do autor do que a imagem real do Reformador.

Robert Kolb ² recorda que, já em 1529, Johannes Cochlaeus, um adversário de primeira hora e também o primeiro biógrafo de Lutero, descreveu o Reformador como “tendo sete cabeças” ³. Kolb salienta que, por outro lado, “para alguns de seus seguidores, o Reformador funcionou como um profeta que substituiu os papas e concílios como

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

² KOLB, Robert. *Martin Luther as Prophet, Teacher, Hero*. Cambridge: Baker Publishing Group, 2000, p. 9.

³ COCHLAEUS, Johannes. *Septiceps Lutherus, vbique sibi, suis scriptis, contrarius in Visitationen Saxoniam*. Leipzig: Valentin Schumann, 1529.

adjudicantes ou autoridade secundária (interpretando como primeira autoridade a Escritura) na vida da Igreja”⁴.

Por oportuno, citarei W. Dau: “Algumas pessoas recordam-se bastante bem que Lutero dirigiu-se ao Papa chamando-o ‘Mais infernal pai!’ e ficam horrorizadas, esquecendo-se de que o Papa tinha sido extremamente violento nos apelativos que aplicou a Lutero: ‘Filho de Belial’, ‘filho da perdição’ foram alguns dos termos adoráveis com os quais Lutero foi assegurado do amável interesse que o Santo Padre tinha por ele.”⁵ (sic).

A propósito, o padre jesuíta Ricardo Garcia Villoslada, um dos mais ácidos críticos de Lutero e da Reforma, deste modo se refere à imagem de Lutero:

*É muito difícil formular um juízo sintetizante sobre o chamado ‘Reformador’, porque dele se pode afirmar que é isto e o outro; é branco e negro, é vermelho ou é azul, segundo se olhe pelo anverso ou pelo reverso; em momentos parece um anjo e em outros um demônio; aqui se nos apresenta simpático e amável, e ali detestável e odioso; é um teólogo de intuições geniais e também um falastrão irresponsável de falsidades e erros inconcebíveis em um professor de teologia; é um convicto pregador da paz mas quando lhe convém não hesita em pregar a guerra religiosa; enaltece a tolerância e não tolera ao que rechaça suas doutrinas.*⁶

No século XIX, no nacionalismo alemão, Lutero foi celebrado como herói nacional, em muitas representações, muitas das quais sem qualquer base histórica. Suas declarações fortes sobre os judeus foram encampadas pelos nazistas para justificar a queima de sinagogas. Os ideólogos da comunista República Democrática Alemã intitularam Lutero como indeciso, alguém que, se tinha idéias reformistas, logo compôs-se com os poderosos, e não combateu contra eles, como Thomas Müntzer. Para a Igreja Católica Romana, Lutero foi um sedicioso, por cuja culpa grande parte do ocidente se afastou do reto e único caminho, enquanto que para as igrejas evangélicas, Lutero foi um iluminado pela fé.

⁴ KOLB, Robert. *Op. cit.*, p. 11.

⁵ DAU, W. H. T.. *Luther examined and reexamined*. St. Louis: Concordia Publishing House, 1917, p. 9.

⁶ VILLOSLADA, Ricardo García. *Lutero visto por los historiadores católicos del siglo XX*. Madrid: F.U.E., 1990, p. 4.

“É ainda possível dizer qualquer coisa de novo sobre Lutero?”, indaga Otto Pesch no capítulo primeiro de sua obra de introdução teológica e histórica sobre Lutero⁷. Mesmo concordando com esse autor que “os estudos sobre Lutero, ainda que unicamente aqueles dos últimos decênios, encheriam bibliotecas inteiras”⁸, creio firmemente na possibilidade real de se acrescentar uma nova visada, uma nova perspectiva sobre o homem, sua obra e seu tempo.

O CONFSSIONALISMO COMO VENENO DA HISTORIOGRAFIA: LUTERO E SUAS BIOGRAFIAS

Boa parte da bibliografia existente sobre a Reforma e, em particular, sobre Martinho Lutero, reveste-se de tom confessional e apologético. Muitos dos biógrafos de Lutero, especialmente seus contemporâneos, mas também os posteriores, escrevem apaixonadamente sobre o homem e a obra, vendo-o quer como santo, quer como demônio, dependendo da filiação religiosa do biógrafo.

Para aqueles autores vinculados ao catolicismo romano e que foram moldados pela Contra-Reforma Tridentina, Lutero era a soma de todos os defeitos e males, a epítome da perversidade, irreligiosidade e devassidão. Não escreveram biografias ou panfletos para descrever o homem, mas sim para buscar desmoralizá-lo e, por extensão, a causa que ele defendeu.

Vale, contudo, lembrar que o primeiro biógrafo de Lutero, e também seu inimigo feroz, Johannes Cochlaeus, já em 1529, dizia ter o Reformador alemão “sete cabeças”, em alusão a demônios apocalípticos.

Como recorda Robert Kolb, as diferentes imagens de Lutero, como “Profeta, Professor e Herói”, demoraram um século, de 1520 a 1620, para ser consolidadas, por obra dos partidários da Reforma, quer teólogos, quer políticos, e do próprio povo alemão.

Por outro lado, os apologetas da causa luterana – e da Reforma em geral – ou não viam defeitos ou os minimizavam, quer na vida, quer na obra do Reformador. O Revdo. J. A. Wylie, em sua obra “The History of Protestantism”, de 1878, usou uma epígrafe de Carlyle para a abertura do livro: “Protestantismo, a causa sagrada da Luz e Verdade de

⁷ PESCH, Otto Hermann. *Martin Lutero – Introduzione storica e teologica*. Roma: Queriniana, 2007, p. 23.

⁸ *Ibidem*.

Deus contra a Falsidade e Escuridão do Demônio”, o que exemplifica sobejamente quão tendenciosa era sua visão dos fatos históricos que ele narrava.

Efetivamente, no sexto livro dessa obra, que contém o recorte histórico que se estende do Debate de Leipzig (1519) à Dieta de Worms (1521), esse autor não consegue mostrar nada de bom vindo de Roma nem nada de mau vindo de Wittenberg. Ao comentar a ameaça representada pelos turcos (p. 358), o autor afirma que “não há turco no mundo como o turco romano”.

Dompnier, em sua obra sobre a imagem católica sobre o protestantismo, *Le Venin de l'hérésie*, mostra como para os católicos nos séculos XVI e XVII, de modo especial os franceses, nada de bom poderia advir do protestantismo.

Emblemática é a obra do jesuíta Hartmann Grisar, que, mesmo escrita no início do século XX, é fortemente tingida com as cores da Contra-Reforma, retratando Lutero como um sectário fanático. Ainda que não tenha sido possível a checagem das muitas fontes citadas ao longo dos seis volumes dessa obra, existe a forte possibilidade de que algumas delas tenham sido fabricadas por católicos, ao sabor da Contra-Reforma, para desacreditar o Reformador alemão. A relação tormentosa de Lutero com o divino foi a responsável pelos incidentes que ocorreram quando celebrou sua primeira missa, em 2 de maio de 1507, ocasião na qual quase desmaiou. Grisar maximizou esse episódio, dizendo que “Lutero teria fugido do altar, não fosse a intervenção de seu acólito”⁹. Menciona, ainda, diversos outros episódios que usa para querer demonstrar como Lutero seria próximo ao demônio, irreligioso e, portanto, inteiramente inapto para a vida monástica¹⁰. Marius, em sua biografia de Lutero¹¹, sustenta que esse transtorno estava relacionado a toda uma concepção medieval sobre a transubstanciação e o papel do sacerdote na sacramentalidade da missa, o que é também assumido por Bainton.

Este é o desafio para o historiador: selecionar quais biografias usar e, ao selecioná-las, extrair o que é factual ou interpretativo, separando daquilo que é meramente apologético. Não há outro caminho, senão o da consulta às fontes primárias e a leitura dos

⁹ GRISAR, Hartmann. *Luther*. London: K. Paul, Trench, Trubner & co, 1913-1917, vol. 1, p. 47.

¹⁰ GRISAR, Hartmann. *Op. cit.*, pp. 42, 49, 54 *passim*.

¹¹ MARIUS, Richard. *Martin Luther – the Christian between God and death*. Harvard: Harvard university Press, 2004, p. 52-53.

que as analisaram e discutiram, quer coetaneamente, quer posteriormente à redação desses documentos.

No caso específico de Martinho Lutero, Lucien Fèbvre refere como existentes sete edições das obras de Lutero, sendo as duas referenciais conhecidas como as Edições de Erlangen e Weimar, de 1826 a 1885 e 1883 a 1921, respectivamente. A edição de Erlangen, que é a que será usada sempre que se fizer necessária a consulta às fontes primárias, consta de 67 tomos de obras em alemão, “Dr. M. Luthers Sämmtliche Werke”, e 33 tomos de obras em latim, “Lutheri opera”.

Esta é a Edição que vem sendo mais usada pelos historiadores e teólogos que se dedicam ao estudo da vida e obra de Martinho Lutero, à qual se deve agregar a correspondência de Lutero, reunida nos 18 volumes da Edição Enders (1884-1923).

Usando a expressão de Carr: “*Melhor olhar para a História menos em termos de comportamento pessoal consciente e mais em termos de atitudes e situações de grupo sub-conscientes*”. Isso se contrapõe à formulação de Roskill, de que “*sua função [dos historiadores] é não mais que reunir e registrar os acontecimentos de um período com precisão escrupulosa e imparcialidade*”, visto o que se propõe ser a ruptura com a presuntiva neutralidade do historiador, levando à formulação de juízo e ao seu posicionamento.

A neutralidade, na visão de Bloch, coaduna-se com a visão do cientista, e não historiador, visto a ciência basear-se em análise e classificação e a História em descrição, análise e narração. Nessa abordagem, a investigação deve procurar investigar o quanto o “espírito do tempo” – espírito de negação da possibilidade de alteridade religiosa – foi condicionante ou mesmo determinante para o comportamento individual e coletivo dos envolvidos nos eventos cuja análise é proposta.

Deve-se procurar, a todo custo, fugir de formas simplistas que vejam a Reforma “de dentro”, como se fosse fenômeno hermético que pudesse ser apreciado e entendido unicamente do ponto de vista teológico/filosófico. Em verdade, muito mais útil se revela a abordagem de Lucien Fèbvre, buscando entender e desvendar as teias econômicas, políticas e sociais que moviam os protagonistas dos eventos, de modo especial de 1520.

Portanto, das abordagens existentes quanto à religião, a que se configura mais interessante ao historiador é aquela que busca ver a religião como um elemento de coesão

social, unindo homens em torno de ideais práticos e não em torno de idéias teológicas. É importante a postulação de Alberigo, de que “a história da Igreja não se apresenta em algum sentido qualificável como disciplina teológica, uma vez que a teologia supõe tomar como ponto de partida o dado revelado”¹².

Deve ser ressaltado que uma certa historiografia da Reforma é contemporânea dos próprios eventos. Já em 1518, as principais faculdades de teologia (Lovaina, Paris e Colônia) e os teólogos apontados por Roma vinculavam os Reformadores e suas propostas a heresias e heresiarcas já condenados no passado. B. Roussel e B. Vogler afirmam que “a ruptura provocada pela Reforma possibilitou até o Iluminismo duas interpretações antagonistas: protestantes e católicos se afrontam em torno do tema da verdadeira e da falsa Igreja”¹³. Os martirologios, especialmente os de Foxe e de Jean Crespin, ambos do século XVI, somente serviram para aumentar o fosso entre os historiadores e cronistas. Roussel e Vogler também destacam o papel de Ranke, que, “pela primeira vez interpreta Lutero como historiador, sem ser guiado por preocupações de teologia ou de edificação”¹⁴.

De fato, em sua obra *História do Papado entre os séculos XVI e XVII*, Ranke procedeu a uma reabilitação imparcial do papado, além de situar Lutero em seu contexto. Tal imagem seria revista por Troeltsch, que viu um Lutero ao mesmo tempo revolucionário e conservador, que “fortaleceu o desenvolvimento do poder dos príncipes e a apatia do povo, impedindo as reformas sociais”¹⁵.

Verifica-se que existe grande influência da chamada “tese marxista” sobre a construção de um perfil de Lutero. Para a maioria dos historiadores marxistas desde o século XIX, Lutero não foi um teólogo ou um religioso, mas um agitador popular, filho de camponês que compartilhava das aspirações de seu povo oprimido pela burguesia latifundiária, que soube guiá-lo à revolta. Por esta perspectiva, a Reforma não é senão o disfarce religioso da crise econômico-social. Martina recorda, no entanto, que a afixação das 95 teses ocorreu dois anos antes do desembarque de Cortés no México, o que denota que a transformação econômica da Europa ocorreu simultaneamente – ou até mesmo posteriormente – à Reforma protestante. É de se salientar que aderem à Reforma membros

¹² MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias*. São Paulo: Loyola, 1997, vol. 1, p. 55.

¹³ ROUSSEL, B. e VOGLER, B.. *Reforma* in BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, pp. 646-652.

¹⁴ ROUSSEL, B. e VOGLER, B.. *Op. cit.*, p. 647.

¹⁵ ROUSSEL, B. e VOGLER, B.. *Op. cit.*, p. 648.

das mais diversas classes sociais: camponeses, artesãos, burgueses, nobres e príncipes, “substancialmente, homens que tinham interesses econômicos opostos”¹⁶. Esta tese foi, de acordo com Otto Pesch, reforçada nos anos anteriores a 1983, ano jubilar de Lutero, concebendo “a reforma eclesial feita por Lutero como expressão ideológica de transformações sociais e econômicas já em movimento ou, ao menos, maduras, transformações que Lutero teria, de certo modo, favorecido, em parte novamente bloqueado, sobretudo na ocasião da guerra dos camponeses”¹⁷. Roussel e Vogler¹⁸ destacam que a tese marxista fixada por Engels em 1850, em *A guerra dos camponeses*, apresenta a Reforma como uma expressão da primeira revolução burguesa, com Thomas Müntzer aprofundando-lhe o significado durante a Guerra dos Camponeses, de 1524-25.

¹⁶ MARTINA, G.. *Op. cit.*, pp. 55-56.

¹⁷ PESCH, Otto Hermann. *Op. cit.*, pp. 45.

¹⁸ ROUSSEL, B. e VOGLER, B.. *Op. cit.*, pp. 648-649.

Análise da historiografia brasileira sobre a classe operária: uma perspectiva cultural

Igor Guedes Ramos *

André Luiz Joanilho **

Resumo: Por volta da década de 1970, os historiadores brasileiros passaram a se dedicar ao estudo da formação da classe operária nacional. Até então, os escritos a respeito deste tema eram produzidos por sociólogos, cientistas políticos ou, ainda, militantes políticos. Essa “tardia dedicação” e as posteriores polêmicas a respeito das interpretações podem ser explicadas pelas condições da produção historiográfica, isto é; as condições socioculturais da sociedade brasileira, o “lugar” da produção historiográfica (ou acadêmica) nesta sociedade e as relações internas do “lugar” desta produção. Destarte, a produção historiográfica se apresenta como produção cultural, que transforma materiais brutos (memória) em materiais culturais (história), atribuindo sentido e cientificidade; de acordo com um “lugar” sociocultural e temporal, uma “prática” e uma “escrita”.

Palavras-chave: Historiografia – Produção acadêmica – Classe operária.

Abstract: About 1970's decade, Brazilian historians passed to be dedicated to the study of the national worker class formation. Until then, the written about of this theme were produced by sociologists, political scientists or, yet, political militant. This “tardy dedication” and the posterior polemics about the interpretations can be explained by terms of the historiographical production, that is; the sociocultural terms of Brazilian society, the “place” of the (or academic) in this society and the “place” internal relations of this production. Like this, historiographical production introduces as cultural production, which transforms rude materials (memory) in cultural materials (history), attributing sense and rationality; in agreement with a sociocultural and temporary “place”, a “practice” and a “writing”.

Key-words: Historiography – Academic production – Working class

* Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina, na linha de pesquisa Culturas, Representações e Religiosidade, orientando do Prof. Dr. André Luiz Joanilho, bolsista CAPES.

** Pós-Doutor em História, docente do departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina.

A formação da classe operária brasileira tem seu início por volta de 1890, quando ocorre um surto de desenvolvimento industrial principalmente nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, simultaneamente surgem os primeiros escritos a seu respeito, produzidos, em geral, por seus próprios membros. Contudo, a maioria dos estudos de caráter acadêmico, a respeito da formação da classe operária brasileira, são produzidos a partir da década de 1960, quando sociólogos e cientistas políticos adotaram a classe operária como objeto de estudos.

Entre os historiadores essa “adoção” é ainda mais tardia, ocorrendo apenas na década de 1970. Apesar disso, a partir deste momento, muitas pesquisas historiográficas foram empreendidas, muitos textos foram produzidos e muitas controvérsias surgiram devido às distintas formas de interpretação da classe operária e às mudanças teórico-metodológicas.

Para compreendermos a introdução tardia da classe operária como objeto de estudo da produção acadêmica ou, ainda, as controvérsias entre as distintas interpretações historiográficas; é preciso verificar o “lugar” na estrutura sociocultural de onde os historiadores – ou acadêmicos em geral – falam, ou seja, o “lugar” que permite, modela, legitima e consome suas falas:

Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa.¹

Destarte, o “lugar” sociocultural da produção historiográfica – ou da produção acadêmica em geral – é a matriz de uma “prática” e de uma “escrita”.

A “prática” historiografia transforma, obedecendo a um código específico, a “matéria-prima” (elementos naturais) em “produto normatizado” (elementos culturais), isto é; transforma os arquivos, as curiosidades, as coleções, a memória, etc. em história. Ainda, a “prática” historiográfica é como uma “prática do desvio”, ou seja, é a tentativa do historiador de “preencher” as lacunas dos modelos anteriores, de analisar as especificidades que as

¹ CERTAU, M. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002, p. 77.

interpretações anteriores não dão conta. Esse “desvio” se apóia no “lugar” da produção historiográfica, nas condições socioculturais contemporâneas à produção².

A “escrita” historiográfica, por sua vez, busca preencher as lacunas da pesquisa, dar uma inteligibilidade aos recortes documentais, proporciona uma inversão do tempo da “prática”; pois, o tempo da pesquisa vai do presente para o passado, o tempo do discurso vai do passado para o presente:

*Quer participe (ou não) de uma temática do progresso, faça drenagem das longas durações ou conte uma seqüência de ‘episteme’, enfim, qualquer que seja o seu conteúdo, a historiografia trabalha para encontrar um presente que é o término de um percurso, mais ou menos longo, na trajetória cronológica (a história de um século, de um período ou de uma série de ciclos). O presente, postulado do discurso, torna-se a renda da operação escriturária: o lugar de produção do texto se transforma em lugar produzido pelo texto.*³

A escrita historiográfica é um discurso de sentido, possui uma cronologia que, por um lado, demarca uma “origem” e, por outro lado, visa o presente permitindo que a atualidade exista no tempo. Destarte, o discurso historiográfico, ao representar o passado, significa o presente e projeta o futuro, tecendo um sentido para a história. Como exemplo, levando em consideração sua grande influência na produção acadêmica brasileira a partir da década de 1960, a concepção marxista produz um determinado sentido à história, com caráter positivo, que estabelece o progresso irremediável da produção e, conseqüentemente, da consciência humana. Na perspectiva de Cornelius Castoriadis, o sentido da história no marxismo é explicado da seguinte forma:

*Existe uma dialética da história que faz com que os pontos de vista sucessivos das diversas épocas, classes, sociedades, mantenham entre si uma relação definida (mesmo se muito complexa). Eles obedecem a uma ordem, formam um sistema que se desdobra no tempo, de maneira que o que vem depois ultrapassa (suprime conservando) o que estava antes. O presente compreende o passado (como momento ‘superado’) e por isso pode compreendê-lo melhor do que esse passado se compreendia a si mesmo. Essa dialética é, em sua essência, a dialética hegeliana; o que era para Hegel o movimento do logos, torna-se em Marx o desenvolvimento das forças produtivas e a sucessão de classes sociais que marca suas etapas não tem, em relação a isto, nenhuma importância. [...] esta dialética é a dialética da aparição sucessiva de diversas classes na história, ela não é mais, necessariamente, infinita de direito; ora, a análise histórica mostra que ela pode e deve completar-se com o aparecimento da ‘última classe’, o proletariado.*⁴

² Cf. Ibid., p. 77-80.

³ Ibid., p. 97-98.

⁴ CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 49.

É de acordo com esta perspectiva, que analisamos a produção (ou a não produção) acadêmica nacional, dedicada ao estudo da formação da classe operária brasileira, que somente ganha volume em meados da década de 1960. Pois, até a década de 1920, a produção a respeito dos movimentos operários era de autoria de militantes anarquistas como, por exemplo, Everardo Dias, Edgar Rodrigues, Edgard Leuenroth, Gigi Damiani; com conteúdo apologético à parcela organizada do trabalhador urbano. Após a fundação do Partido Comunista em 1922, a produção passa a ser em maioria de militantes do partido, que consideram a classe operária brasileira pré-partido inconsciente, tendo como referência o modelo ideal de classe operária da concepção marxista ⁵.

É na década de 1920 que a produção acadêmica brasileira adquiriu maior contorno institucional e força pública. Este processo está associado, por um lado, à fundação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920 (transformada em 1937 em Universidade Federal); e a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934; ambas criadas com o intuito de formar a elite dirigente e cultural do país. E, por outro lado, na tentativa da intelectualidade brasileira em alcançar uma posição dominante perante o restante da sociedade, para isto; foi construído um discurso e uma prática que visava formar um campo acadêmico autônomo, hermético, homólogo ao campo político e que serviria de auxiliar ao Estado brasileiro. Neste sentido, os intelectuais apropriaram-se de concepções e problemáticas gerais, presentes entre diversos outros grupos socioculturais – como, por exemplo, a construção da nação e a organização social – e as elaboraram dentro do campo intelectual – por meio do positivismo, do darwinismo social, realismo, etc. – constituindo um saber que somente os próprios detinham a legitimidade de utilizar ⁶.

Esses intelectuais – herdeiros do pensamento positivista e formadores da ideologia do Estado Novo – “só pensam o proletariado do ângulo da construção da nacionalidade e, por aí, constata sua imaturidade e inconsistência” ⁷; o “povo” brasileiro não tem forma, opinião ou vontade; deve ser guiado e moldado pela elite cultural brasileira. Tal pensamento emerge no discurso de diversos intelectuais do período como, por exemplo, de Francisco José de Oliveira Vianna:

⁵ PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 6, set. 1983, p. 132-135. & BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 146-148.

⁶ Cf. PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 19-57.

⁷ PAOLI, op. cit., p. 133.

*A realização de um grande ideal nunca é obra coletiva da massa, mas sim de uma elite, de um grupo, de uma classe, que com ele se identifica, que por ele pejeja.*⁸

De Ignacio Manoel Azevedo do Amaral:

*É preciso que sobre elas [as massas] se exerça a ação deflagradora da inteligência e da vontade de domínio que só se encontram como elementos do psiquismo das minorias [intelectuais].*⁹

Ou, ainda, de Plínio Salgado:

*Não podemos de maneira nenhuma cortejar a massa popular. Ela é o monstro inconsciente e estúpido [...] O povo já se escravizou, de há muito, aos seus exploradores. Não devemos bajular o escravo e sim salvá-lo do cativeiro, não com agrados, mas com a imposição de novas formas de mentalidade.*¹⁰

Sendo o “povo” um “monstro inconsciente”, “estúpido”, escravizado, incapaz de elaborar e realizar um ideal coletivo, tarefa somente possível a uma minoria culta; não é de se estranhar, por exemplo, a ausência de estudos sobre os movimentos anarquistas das décadas de 1900 e 1910 nessa produção. Esses intelectuais, em geral, desconsideraram a existência de uma classe operária brasileira organizada ou a importância dos movimentos sociais levados a cabo por esta.

Segundo Sergio Miceli¹¹ e Paulo Sergio Pinheiro¹², essa postura da elite intelectual brasileira, se explica por seus membros serem provenientes das classes dominantes do país. Entretanto, segundo Daniel Pécaut¹³, apesar de algumas identificações ocasionais, esses intelectuais possuíam grande autonomia em relação aos outros grupos socioculturais, como assinala o discurso de Vianna:

*A classe agrícola, a classe industrial, a classe comercial, a classe operária [...] vivem em estado de semiconsciência dos seus próprios direitos e dos seus próprios interesses, e de absoluta inconsciência da sua própria força. São classes dissociadas, de tipo amorfo e inorgânico.*¹⁴

⁸ VIANNA, 1922 apud PÉCAUT, op. cit., p. 29.

⁹ AMARAL, 1930 apud PÉCAUT, loc. cit.

¹⁰ SALGADO, 1930 apud PÉCAUT, op. cit., p. 48.

¹¹ Cf. MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1979, p. passim.

¹² Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Trabalho industrial no Brasil: Uma revisão. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 14, p. 119-131, out.-nov.-dez. 1975.

¹³ Cf. PÉCAUT, op. cit., passim.

¹⁴ VIANNA, 1927 apud PÉCAUT, op. cit., p. 44.

Destarte, os intelectuais da primeira metade do século XX – “detentores do conhecimento a respeito da realidade social e do progresso no Brasil” – se colocam em uma posição superior ao restante da sociedade e como auxiliares do Estado brasileiro. E é por meio deste Estado – autoritário e organizador – que eles vão transformar o “povo” em nação ¹⁵.

Este quadro sofre mudanças por volta de 1950, quando surgem estudos sobre o processo de modernização da sociedade brasileira:

A preocupação com a modernidade cedo se transformou, para parte dos pensadores, em uma preocupação com as forças sociais emergentes na rápida industrialização brasileira, isto é, com os grupos e classes que pudessem transformar as bases sociais e políticas do país. A presença operária propunha-se como uma destas forças, sendo, a um só tempo, decisiva e subalterna. ¹⁶

Com o golpe de 1964, a liderança do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a consistência política da classe operária é novamente questionada pelos intelectuais:

Pode-se perceber o que declaradamente está em jogo: a crítica aos esquemas do PCB e à cultura política neles baseada. Entretanto, distingui-se também uma volta às concepções de 1930: embora a maioria das análises se situe numa perspectiva marxista, resultam em diagnósticos negativos, com as classes sociais sempre sobressaindo por suas deficiências e o povo, por sua inconsistência política. ¹⁷

Este período, também é marcado pelo surgimento do marxismo universitário, que emerge com a constituição de um grupo denominado “Seminário de Marx”, em 1957. Este grupo era formado por auxiliares de ensino e estudantes da Universidade de São Paulo como, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Francisco Correia Weffort, Leôncio Martins Rodrigues, Juarez Brandão Lopes; que se dedicaram ao estudo e ao debate de autores marxistas. Cardoso e Ianni, pioneiramente, introduzem cursos sobre Marx na USP. Apesar da inovação teórica, este grupo mantém o rigor científico – característico do meio acadêmico *uspiano* – em oposição à “militância política” dos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ¹⁸.

Nesta atmosfera sociocultural surge a primeira produção de caráter acadêmico, a respeito da formação da classe operária brasileira como, por exemplo, o artigo

¹⁵ Cf. PÉCAUT, op. cit., p. 19-57.

¹⁶ PAOLI, op. cit., p. 134.

¹⁷ PÉCAUT, op. cit., p. 231.

¹⁸ Cf. SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 16-21. & PÉCAUT, op. cit., p. 205-223.

Situação e composição social do proletariado brasileiro (1961)¹⁹ de Fernando Henrique Cardoso; fundamentado em modelos teóricos idealizados de classe operária e de desenvolvimento capitalista, assinala o baixo desenvolvimento industrial do país como responsável pela inconsciência política e desorganização sindical da classe operária, no período da Primeira República. Outro exemplo é o livro *Sindicato e Estado* (1966)²⁰ de Azis Simão; que assinala a classe operária pré-30 como independente ideologicamente e capaz de produzir ações coletivas eficientes, dentro dos limites de suas condições materiais; mas era impotente politicamente perante o processo de racionalização dos conflitos trabalhistas, iniciado na Primeira República e acelerado no pós-30²¹.

Em linhas gerais, essa produção detém suas análises a respeito da formação da classe operária brasileira, por um lado, no modelo de desenvolvimento capitalista nacional e nas características do Estado brasileiro; e, por outro lado, na origem rural da classe operária e suas formas “pré-políticas” de organização. Logo, a classe operária é representada por estes acadêmicos como:

*[...] trabalhadores heterogêneos que passam por um processo de mudança de vida abrupto, tomam consciência de si como indivíduos em mobilidade e tiveram a má sorte de se formarem como classe no interior de uma estrutura sindical tutelada pelo Estado.*²²

Influenciados pelas “sínteses sociológicas” e pela produção dos “brasilianistas” – como, por exemplo, Michael Hall e Sheldon Leslie Maram – que contribuíram para organização de arquivos e a introdução de procedimentos de pesquisa que são de praxe no ofício de historiador; os historiadores brasileiros produzem os seus primeiros textos sobre a formação da classe operária brasileira²³.

Entre esses, fazemos referência à obra *Trabalho urbano e conflito social* (1976)²⁴ de Boris Fausto. Por um lado, o autor incorpora as influências dos “brasilianistas” como, por exemplo, a fundamentação em ampla pesquisa documental, praticada no Arquivo do Estado de São Paulo, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, na Biblioteca Nacional e

¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Situação e composição social do proletariado brasileiro*. **Sociologie du Travail**, n. 4, 1961.

²⁰ SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Editora Ática, 1981.

²¹ Cf. PAOLI, op. cit., p. 137-143. & BATALHA, op. cit., p. 148-150.

²² PAOLI, op. cit., p. 141.

²³ Cf. BATALHA, op. cit., p. 150-152.

²⁴ FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.

no Arquivo Edgard Leuenroth. Por outro lado, ao declarar a inserção de sua obra na trilha dos estudos anteriores²⁵, verbaliza suas referências teóricas, a saber; o marxismo *uspiano*.

Na obra, Fausto dedica sua atenção as grandes organizações sociais de dominação e resistência, a saber; o Estado e os sindicatos. Como sendo os lugares legítimos de luta política e transformação da sociedade. Indicando que o Brasil, no início do século XX, possuía um baixo desenvolvimento industrial, uma vez que a base da economia residia na agro-exportação; e um Estado repressor, que não fornecia vias institucionais de representação política à classe operária. Tais fatos, somados a imigração de mão-de-obra de países com características semelhantes como, por exemplo, Itália; favoreceu a proliferação da ideologia anarco-sindicalista entre os trabalhadores. O movimento operário, embebido da ideologia anarco-sindicalista, reivindicava a destruição do Estado e não reconhecia a luta política como legítima, desta forma; excluindo a possibilidade de uma reforma ou revolução nos moldes marxista-leninistas.

*A orientação da vanguarda anarquista teve assim um peso que não pode ser ignorado ao longo da história do movimento operário do período e na conjuntura de 1917-1920. Aí se atualizam as debilidades de uma teoria, às quais se poderiam acrescentar as oscilações entre uma estratégia insurrecional utópica e a mera identificação com as lutas espontâneas [...].*²⁶

A temática deste estudo não é estranha à temática existente entre os intelectuais desde a década 1960. Pois, assinala os germens do baixo desenvolvimento industrial, do Estado autoritário e da inconsciência da classe operária no Brasil. Esta perspectiva carrega uma função para classe operária e um sentido de história, a saber; a classe operária, no momento que estiver devidamente organizada politicamente, transformará as relações sociais atuais, criando uma sociedade mais livre e igualitária.

Na década de 1980, o debate historiográfico, a respeito da classe operária, cresce muito em produção e em perspectivas teóricas. Para isto, alguns fatores foram importantes, tais como; o aumento de programas de pós-graduação em todo o país, com o conseqüente aumento de dissertações sobre a classe operária; diminuição da repressão política, ampliando as liberdades civis; e as greves dos metalúrgicos do ABC paulista do final da década de 1970, que trazem de volta à cena as manifestações operárias, dotadas de

²⁵ Cf. *Ibid.*, p. 9.

²⁶ *Ibid.*, p. 247.

espontaneidade, criatividade e formas de ação externas ao sindicato, que não podem ser apropriadas ou substituídas por este, politizando todos os locais e os meios de resistência²⁷.

Estes fatores possibilitaram a apropriação de outros modelos teóricos como, por exemplo; os estudos de Edward P. Thompson, sobre a formação da classe operária inglesa, pensando-a como uma categoria que se define ao longo do processo histórico, pela experiência, não podendo ser pensada de acordo com um modelo estático; e de Michel Foucault, sobre as múltiplas instâncias que o poder atinge na sociedade. Assim, podemos imaginar que o caráter político da resistência operária pode ser encontrado nas fábricas, nas vilas operárias, nos momentos de lazer, etc.; e não somente nas grandes organizações de luta; sindicato e partido.

A obra *Do cabaré ao lar* (1986)²⁸ de Luzia Margareth Rago, desvia do modelo anterior; pois, trata as especificidades que a historiografia da década de 1970 não dá conta de explicar. Em linhas gerais, a autora entende os primeiros anos do movimento operário brasileiro, a partir das relações de dominação e resistência existentes no cotidiano do trabalhador e, principalmente, na luta do trabalho contra o capital no interior da fábrica.

*[Os operários] [...] desenvolvem intensa atividade de crítica da cultura e das instituições e formulam todo um projeto de mudança social que engloba os pequenos territórios da vida cotidiana. Propõem múltiplas formas de resistência política, que investem contra as relações de poder onde quer que se constituam: na fábrica, na escola, na família, no bairro, na rua. Desvendando os inúmeros e sofisticados mecanismos tecnológicos do exercício da dominação burguesa.*²⁹

A ênfase não está mais nas grandes estruturas de dominação e resistências (Estado, partido e sindicato), mas numa esfera micropolítica, como sendo um local legítimo de luta e possível de efetuar uma mudança que levaria a uma sociedade mais justa e igualitária.

Este e outros trabalhos, da década de 1980, dão voz às representações libertárias do início do século no Brasil. Esse desvio surge, em parte, da apropriação de teorias produzidas por pensadores estrangeiros, mas esta apropriação só pôde ocorrer por meio da constituição de uma outra representação de história e de classe operária entre os acadêmicos brasileiros na década de 1980.

A possibilidade de transformação social não é mais determinada por uma estrutura social e organização política da classe operária, mas por condições históricas que

²⁷ Cf. PAOLI, op. cit., passim.

²⁸ RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

²⁹ Ibid., p. 14.

não podem ser previamente deduzidas por meio de um modelo teórico hermético. Entretanto, ainda existe a possibilidade de transformação da sociedade atual e da constituição de uma sociedade mais igualitária; ainda, que seja por outras vias.

Surge também, na perspectiva da década de 1980, a noção de resgate, isto é; o resgate das categorias libertárias como forma de identificar os germens revolucionários da classe operária brasileira do final da década de 1970:

*Impressionados [, nós, os intelectuais] pelas demonstrações desses sinais de vida própria dos dominados [nas greves de 1978], muitos de nós nos voltamos para a interrogação do seu significado e de sua gestação. Vivemos todo um movimento intelectual de revisão histórica, buscando as raízes do presente, invisíveis nas formas passadas de representação do social.*³⁰

Existe aí um sentido de história, que nasce no movimento anarquista no início do século XX, passa pelas greves do ABC paulista do final da década de 1970 e, provavelmente, termina na futura revolução operária. Com a história resgatada; o presente foi explicado e identificado; e o futuro projetado.

Esta perspectiva de análise historiográfica permite pensar a historiografia como produção cultural, que transforma materiais brutos (memória) em materiais culturais (história), atribuindo sentido e cientificidade; de acordo com um “lugar” sociocultural e temporal, uma “prática” e uma “escrita”. Segundo Michel de Certeau³¹, a consciência do “lugar” de onde se fala e de onde se faz história evita torná-la lenda ou impertinente a sociedade; um dizer sem “lugar” é o princípio do discurso ideológico, exclui a teoria e a crítica ao social. A consciência do “lugar” permite à historiografia a consciência de si e da sociedade. Não pensar a história como uma “prática” que transforma o natural em cultural, de acordo com regras e técnicas próprias do tempo e do “lugar” de onde fala o historiador (produtor), é colocar a produção historiografia ao lado da lenda, do romance, já que; só é científica a operação que transforma o presente; por meio da transformação dos elementos naturais em culturais, ou seja, das fontes em história.

³⁰ PAOLI, op. cit., p. 130.

³¹ Cf. CERTEAU, op. cit., p. 78-82.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Situação e composição social do proletariado brasileiro. **Sociologie du Travail**. n. 4, 1961.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CERTAU, M. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 6, p. 129-149, set. 1983.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Trabalho industrial no Brasil: Uma revisão. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 14, p. 119-131, out.-nov.-dez. 1975.
- SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Editora Ática, 1981.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

A questão agrária na visão de jacobinos franceses e de abolicionistas brasileiros: um painel historiográfico

Inoã Pierre Carvalho Urbinati*

O presente trabalho vincula-se a uma pesquisa que se propõe realizar um estudo comparativo entre dois movimentos políticos separados pelo espaço e pelo tempo, sob o prisma de suas idéias agrárias: os grupos jacobinos franceses do período compreendido entre 1789 e 1794 e os liberais abolicionistas brasileiros das últimas décadas do Império do Brasil (1822-1889), já no final do século XIX. Apesar das grandes diferenças de posições políticas apresentadas pelos dois movimentos, os dois defenderam, contudo, idéias agrárias bastante semelhantes. Iremos aqui situar o modo como diferentes pesquisadores franceses e brasileiros analisaram cada grupo, procurando extrair seus aspectos principais, suas diferenças e, sobretudo, semelhanças de análise.

Antes de prosseguir, devemos ressaltar dois pontos. O primeiro refere-se ao próprio teor do trabalho comparativo: para levar a cabo tal pesquisa, nos apoiamos especialmente em idéias como aquelas difundidas por Ciro Cardoso e Héctor Brignoli em *Os Métodos da História*¹. Nós valorizamos, como Cardoso e Brignoli, a importância da comparação para se compreender as sociedades em sua maior complexidade. Porém, assim como eles, julgamos ser fundamental que se observem parâmetros, de modo a não se cair em anacronismos e outros riscos. Por isso mesmo, temos plena consciência, no tema em questão, da necessidade de se ater à grande diferença de contextos históricos em que se inserem, de um lado, os jacobinos, e, de outro, os abolicionistas brasileiros. Não buscaremos, em momento algum, equiparar os dois grupos, mas simplesmente detectar pontos importantes de convergência que, a nosso ver, costumam passar despercebidos aos olhos da historiografia. Assim procedendo, acreditamos que poderemos oferecer uma contribuição para um maior entendimento do próprio liberalismo, visto que – conforme veremos – os dois grupos tinham em comum uma inspiração em autores do liberalismo.

* Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. inoacarvalho@yahoo.com

¹ Cf. BRIGNOLI, Hector Perez e CARDOSO, Ciro Flamarion. *Os Métodos da História*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

O segundo ponto que precisamos frisar é o fato de que um estudo comparativo entre os dois grupos não pareceu ter sido foco de muitos trabalhos historiográficos; na verdade, de nenhum, de nosso conhecimento. Por um lado, esse próprio fato é revelador de que tal tema constitui um domínio ainda pouco explorado, o que não é surpreendente, na medida em que tratam-se de dois movimentos de natureza em princípio muito distintas, para não dizer claramente antagônicas: de um lado, revolucionários e republicanos ferrenhos; de outro, legalistas e monarquistas apegados ao Trono de Dom Pedro II. Nada espantoso, portanto que não tenhamos encontrado autores a se ter debruçado nesse tipo de comparação. Contudo, acreditamos que esta comparação é possível de ser feita, dado o elevado número de semelhanças entre as idéias sociais e agrárias dos dois movimentos, que procuraremos pôr em evidência nas linhas a seguir, através da análise do balanço historiográfico.

Atores centrais do processo revolucionário francês, os jacobinos constituíram objeto de estudo de diversos historiadores, como Edgar Quinet, Albert Soboul, Michel Vovelle, Jean-Pierre Gross, Florence Gauthier e Jean-Paul Thomas. O grupo revolucionário foi examinado em obras voltadas para o estudo da Revolução Francesa, como um todo – caso de Gauthier² e Thomas³, em *L'État de la France pendant la Révolution* -, ou em trabalhos focalizando outros atores da Revolução – caso de Soboul, em *Les Sans-Culottes*⁴. Já Vovelle dedicou toda uma obra ao jacobinismo, traduzida no Brasil sob o título *Jacobinos e jacobinismo*⁵. Pode-se dizer, num primeiro momento, que na maioria dos estudos abordados, a questão agrária não adquiriu uma autonomia própria, isto é, não chegou a ser objeto de um estudo específico. Ao contrário, ela tendeu a aparecer como que parte integrante das análises voltadas para a caracterização das idéias sociais dos jacobinos e das medidas adotadas por eles durante seu período no poder. Outro aspecto diz respeito ao fato de que, de um modo geral, os diferentes estudos destacaram a presença de idéias sociais progressistas ao seio dos jacobinos, mas ressaltando que esse grupo não convergiu para uma crítica mais radical da sociedade, à maneira, por exemplo, de um Babeuf. Nesse ponto, nenhum dos autores mencionados acima colocou alguma objeção. Como poderemos perceber mais adiante, a existência de

² Cf. GAUTHIER, Florence. “Le pain, la terre et la liberté”. In: *L'État de la France pendant la Révolution (1789-1799)*. Direção: Michel Vovelle. Edições La Découverte: Paris, 1988, p. 233-234.

³ Cf. THOMAS, Jean-Paul. “Les “socialismes” sous la Révolution Française”. In: *L'État de la France pendant la Révolution (1789-1799)*. Direção: Michel Vovelle. Edições La Découverte: Paris, 1988, p.475-478.

⁴ Cf. SOBOUL, Albert. *Les sans-culottes*. Paris: Éditions du Seuil, 1968.

⁵ Cf. VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru: EDUSC, 1998.

um ímpeto que poderíamos definir como “moderado”, foi observada entre os jacobinos, por diferentes historiadores.

Em sua obra, Vovelle apresentou um estudo detalhado do grupo, privilegiando o tema de sua organização interna e as relações entre o clube parisiense e os clubes das províncias. O pesquisador forneceu importantes dados sobre a composição social do grupo, destacando, inclusive a participação dos setores rurais em seu seio. Ele caracterizou a ideologia jacobina como tendo adquirido uma identidade própria ao seio da história das idéias políticas; sem ter-se imposto como uma doutrina, propriamente dito – como, por exemplo, o socialismo –, o jacobinismo, apesar disso, logrou obter uma identidade própria. De acordo com Vovelle, o jacobinismo seria marcado pela defesa da democracia política, pelo apego ao Estado como agente de mudanças, pelo patriotismo e por uma preocupação com a justiça social. Embora ele não tenha se estendido quanto à análise das idéias jacobinas especificamente voltadas para o setor agrário, Vovelle, não obstante, manifestou, por essa caracterização feita do grupo, certa semelhança de análise com relação a outros autores que destacaram o projeto agrário do movimento. Assim é que, em determinado trecho, ele apontou o apego jacobino à propriedade privada, associado a um discurso social progressista. Para Vovelle,

A liberdade de empreender cedeu lugar à um ideal igualitário, correspondendo, nas sociedades de segunda geração, às aspirações dos pequenos produtores independentes que, sem questionar a propriedade individual em nome de uma reforma agrária que eles recusavam, aderiram ao reconhecimento do direito à existência, cujos princípios Robespierre expusera em seu projeto de declaração dos direitos apresentado ao clube em abril de 1792⁶.

Conforme é possível perceber, Vovelle dissociou o projeto agrário jacobino de uma “reforma agrária”, uma posição não compartilhada por todos os historiadores, já que, em outros estudos, admite-se a possibilidade do programa agrário dos jacobinos ser associado a um tipo de reforma agrária, ainda que moderada ou limitada. Assim é que Jean-Pierre Gross, em artigo publicado no periódico *Le Monde Diplomatique*,⁷ referiu-

⁶ Cf. VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru: EDUSC, 1998, p. 92.

⁷ Cf. GROSS, Jean-Pierre. “Le libéralisme égalitaire des Jacobins”. In: *Le Monde Diplomatique*, setembro de 1997.

se tanto à “lei agrária” como à “reforma agrária”. Ele pareceu creditar à primeira expressão um sentido mais radical, tendo afirmado que se “os Jacobinos se opõem à acumulação imoderada de bens materiais, não é para reivindicar a lei agrária⁸”. Em outro trecho do mesmo artigo, o autor incluiu, entre as medidas do programa jacobino, uma “reforma agrária sem expropriação⁹”, deixando claro que para ele pode-se conceber uma reforma agrária num sentido mais reformador do que propriamente revolucionário.

Quanto à questão da propriedade, referida por Vovelle em *La République Jacobine*, Marc Bouloiseau lembrou que nem os jacobinos e nem os sans-culotte pensaram em proscrever a propriedade individual, vendo-a antes como um fator de emancipação e de coesão nacional. A defesa da propriedade foi, já no século XIX, percebida pela historiografia francesa como um aspecto marcante da ideologia jacobina. Edgar Quinet, em livro publicado em 1865¹⁰, sublinhou a ligação de Robespierre e de outros jacobinos à propriedade privada. Albert Soboul, em *Les Sans-Culottes* observou tal vínculo, comum também aos sans-culottes. Na verdade, diversos historiadores tenderam a apresentar o ideário jacobino como que tributário de uma visão de democracia social partidária de uma sociedade de pequenos produtores independentes. Outra característica importante dos jacobinos, bastante ressaltada pela historiografia, foi a defesa do Estado como agente privilegiado para implantar as reformas – um aspecto identificado também pela historiografia brasileira a respeito dos liberais abolicionistas. Mas a instauração efetiva de medidas de alcance social foi explicada, pelo menos em parte, pelo peso das circunstâncias, conforme percebido nas análises, como no caso de Jean-Paul Thomas e de Marc Bouloiseau.

A combinação de elementos progressistas e conservadores têm sido, assim, afirmada por diversos autores que, em muitos casos, chamam a atenção para a existência de contradições ao seio dos jacobinos. Claude Mazauric, que em artigo¹¹ abordou mais especificamente a questão da terra, chamou a atenção para a contradição entre a vontade de preservar a iniciativa econômica dos empresários e as demandas dos assalariados e dos pequenos produtores. Deve-se notar, ainda, que a aplicação pelos jacobinos de

⁸ Cf. GROSS, Jean-Pierre. “Le libéralisme égalitaire des Jacobins”. In: *Le Monde Diplomatique*, setembro de 1997.

⁹ Cf. GROSS, Jean-Pierre. op. cit.

¹⁰ Cf. QUINET, Edgar. *La Révolution*. Paris, 1865. Reedição. Bélin, 1997.

¹¹ Cf. MAZAURIC, Claude. “Jacobins, jacobinisme”. In: *L’État de la France pendant la Révolution (1789-1799)*. Direção: Michel Vovelle. Edições La Découverte: Paris, 1988.

medidas sociais – inclusive algumas de redistribuição de lotes rurais – foi explicada, para vários autores, como fruto da pressão do movimento popular. É o que se pode perceber pela leitura de textos de Florence Gauthier e de Jean-Paul Thomas.

Durante um tempo, os traços progressistas da ideologia jacobina foram tidos como demonstrações de que o jacobinismo teria se constituído, de alguma forma, num precursor do socialismo. Albert Mathiez, lembrado por Gross em seu artigo, foi um dos autores que enveredaram por tal via. Nas últimas décadas, contudo, essa associação tem sido constantemente negada, colocando-se em posição de destaque as convicções liberais dos jacobinos, inclusive de seus líderes principais. Bouloiseau citou, em *A República Jacobina*, uma reveladora frase do líder comunista Léon Trostsky a respeito do jacobinismo, em que este foi definido como sendo o “o grau maior de radicalismo podendo ser fornecido pela sociedade burguesa¹²”. A forma como os revolucionários jacobinos conceberam a questão fundiária foi abordada por Thomas em artigo sobre a difusão de “socialismos” durante a Revolução¹³. Embora recusando um eventual traço socialista à República jacobina, ele considerou que ela fundou uma tradição de democracia social. O autor observou as limitações do programa social jacobino, destacando o fato de que, quando da instituição dos chamados Decretos de Ventôse - que previam uma redistribuição de terras de pessoas suspeitas, entre segmentos desfavorecidos da população-, não se adotou o princípio da expropriação, mas sim o da indenização. Assim, se por um lado o programa social e agrário dos jacobinos foi tido por Thomas como “democrático” e “igualitário”, por outro lado, o autor deixou clara a limitação desse programa, que não visava ir além de uma aspiração por uma sociedade de pequenos produtores – e nunca apoiando medidas mais ousadas, como, por exemplo, uma reforma agrária radical que promovesse a distribuição gratuita das terras.

Ao mesmo tempo em que o conservadorismo do grupo tem sido exposto, desenvolvem-se pesquisas tendendo a destacar a inspiração de princípios de economia moral na origem do pensamento social jacobino. Thomas, por exemplo, falou em “igualitarismo moral¹⁴” e destacou o conteúdo democrático da visão de Robespierre, sem deixar de enfatizar o apego deste à propriedade: para o revolucionário, ela teria

¹² Cf. BOULOISEAU, Marc. *La République Jacobine: 10 août 1792 – 9 thermidor an II*. Paris: Éditions du Seuil, 1972, p.42-43.

¹³Cf. THOMAS, Jean-Paul. “Les socialismes sous la Révolution Française”. In: *L’État de la France pendant la Révolution (1789-1799)*. Direção: Michel Vovelle. Edições La Découverte: Paris, 1988, p. 474-480.

¹⁴ Cf. THOMAS, Jean-Paul. op. cit., p. 479.

uma função importante e deveria ser valorizada, à condição, porém, de não ferir o direito de cada pessoa à subsistência. Essa idéia é importante, pois ajuda a compreender o sentido do programa social e agrário jacobino: progressista e conservador, mas sem colocar o direito de propriedade acima do bem-estar de cada pessoa. É uma abordagem que tem encontrado respaldo junto a diferentes pesquisadores, como Jean-Pierre Gross. Este examinou o sentido das idéias sociais dos jacobinos, com destaque para aquelas referentes à esfera agrária. Gross analisou as raízes do pensamento jacobino, estabelecendo o vínculo do mesmo com o pensamento liberal e com aquele formulado por autores economicistas franceses da primeira metade do século XVIII, como Boisguilbert e Véron de Forbonnais. Assim como outros autores citados aqui, o historiador destacou a defesa da propriedade privada pelos jacobinos, sublinhando sua filiação ao liberalismo e diferenciando-os de visões socialistas. Gross expôs o ideal social jacobino favorável à instituição de uma sociedade baseada nos pequenos produtores e, aproximando-se aí de Jean-Paul Thomas, procurou demonstrar o peso de um ideal de fraternidade, de uma “economia moral” na origem dessa visão. Dessa forma, o autor ofereceu uma análise em que o ideário jacobino é compreendido como sendo tributário de uma visão social autêntica, sem deixar de se ligar ao liberalismo. Liberdade, explicou Gross, estaria associado à idéia de bem-estar; Duby e Mandrou lembraram, a esse respeito, uma posição de Saint-Just associando a idéia de liberdade de um indivíduo ao acesso deste a um lote de terra¹⁵. Ao assim proceder, o historiador ateu-se à percepção do liberalismo do século XVIII, quando este possuía uma conotação mais ampla, podendo apresentar traços progressistas – conforme estudado por Pierre Rosanvallon¹⁶.

Como pode se perceber, sucessivos autores tem contribuído para uma maior compreensão das idéias sociais jacobinas, e com isso, do sentido de seu projeto agrário. Este, no entanto, ainda parece ser relativamente pouco examinado como um tema próprio e específico, não obstante alguns livros de destaque, como *Questions agraires sous la Terreur*¹⁷, de G. Lefebvre, e de artigos como o de Gross. No que concerne a

¹⁵ Cf. DUBY, Georges e MANDROU, Robert. *Histoire de la civilisation française. 2. XVIIe siècle- XXe siècle*. Paris : Armand Colin Éditeur, 1984, parte III, capítulo 13, p. 207.

¹⁶ Cf. ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Tradução: Antônio Penalves Rocha. SP: EDUSC, 2002.

¹⁷ Cf. LEFEBVRE, G. *Questions agraires au temps de la Terreur*. Comités des Travaux Historiques et Scientifiques, 1995.

difusão de trabalhos historiográficos brasileiros abordando o programa agrário dos abolicionistas liberais, pode-se afirmar que, durante muito tempo, poucas obras focalizaram essa temática. Isso se deveu, em parte, ao fato que grande número de autores, como Eli Veiga¹⁸, examinou a luta pela reforma agrária no cenário brasileiro com foco exclusivo no período republicano, ignorando ou desprezando o fato de que, muito antes do advento da República, ela já constava do programa de diversos políticos, dentre os quais os abolicionistas liberais do final do Império. Assim, tendeu-se a divulgar uma visão segundo a qual o abolicionismo encerrou-se com a promulgação da Lei Áurea, sem se ater ao fato de que parcelas consideráveis do movimento mantiveram a luta por medidas sociais que completassem esta lei, como a decretação de uma reforma agrária. Felizmente, nos últimos anos, novos trabalhos têm ajudado a esclarecer o programa social dos abolicionistas, embora a questão agrária propriamente dita permaneça como parte integrante de estudos sobre aspectos mais gerais do abolicionismo, salvo algumas exceções, como *Abolição e Reforma Agrária*, de Manuel Correia de Andrade¹⁹. Podemos distinguir duas vertentes principais de abordagem: estudos sobre o movimento como um todo e estudos de caráter biográfico, voltados para líderes abolicionistas que abordaram a problemática agrária, como Joaquim Nabuco e André Rebouças.

Dentre os pesquisadores que analisaram o movimento abolicionista, incluindo sua vertente liberal e monarquista, podemos citar os nomes de Robert Conrad, Gizlene Neder e Ângela Alonso. Os dois primeiros estudaram o movimento em livros lançados na década de 1970, tecendo importantes considerações a respeito. Conrad estudou os diversos atos e programas do movimento abolicionista das décadas de 1870 e 1880²⁰, tendo concebido este como tendo sido portador de um programa verdadeiramente revolucionário, dada a força de suas propostas sociais, que, conforme destacado por ele, incluíam a realização de uma reforma agrária. Bem diferente foi a abordagem de Gizlene Neder que, embora tenha reconhecido a existência, ao seio dos liberais, de algumas reformas progressistas, enfatizou sobretudo seu conservadorismo²¹. A ligação

¹⁸ Cf. VEIGA, José Eli. *O que é Reforma Agrária*. 14ª edição. SP: Brasiliense, 1994.

¹⁹ Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e reforma agrária*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

²⁰ Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

²¹ Cf. NEDER, Gizlene. *Os compromissos conservadores do liberalismo no século XIX*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

de vários de seus líderes com o mundo da ordem imperial, bem como seu arraigado legalismo e o horror de convulsões sociais foram tidos pela autora como indicativos de um aspecto fundamentalmente conservador, que teria marcado o abolicionismo. Suas propostas agrárias passaram, dentro dessa análise, praticamente despercebidas.

Mais recentemente, Ângela Alonso apresentou um estudo sobre os diferentes grupos políticos da chamada “Geração de 1870²²”, incluindo aí trecho importante dedicado ao grupo dos “abolicionistas liberais”, foco de nossa análise. De certa maneira, Alonso inspirou-se em parte no que foi dito por Conrad e Neder, ao situar o traço conservador do grupo e ao mesmo tempo expor parte de seu programa social e agrário. Assim, ela destacou a defesa, pelo movimento, do estabelecimento de uma sociedade de pequenos produtores rurais, que viria acoplado a um planejamento de nação. Por outro lado, Alonso apontou os laços que uniam os líderes liberais, como Joaquim Nabuco, ao mundo da Corte – um dos fatores responsáveis, segundo ela, pela posição legalista do grupo. Mais ainda, ela caracterizou a reforma pretendida pelos abolicionistas como sendo uma reforma a ser efetivada do alto para baixo²³, ou seja, dentro dos limites da ordem. Ao contrário de Neder, porém, Alonso não chegou, a partir daí, a associar o movimento tão diretamente ao conservadorismo, deixando margem para que se percebam suas propostas como dotadas de um teor reformista – e não revolucionária, como na ótica de Conrad.

No que concerne a produção de obras biográficas sobre os reformadores abolicionistas, distinguimos os nomes de Joselice Jucá²⁴, Maria Alice Rezende de Carvalho²⁵, Maria Emília Prado²⁶, Ricardo Salles²⁷ e Andréa Pessanha²⁸. Todos elaboraram trabalhos bastante significativos para a compreensão da visão agrária dos abolicionistas, na medida em que abordaram com precisão suas idéias políticas e sociais. Joaquim Nabuco, conhecido por sua atuação abolicionista e diplomática, foi

²² Cf. ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

²³ Cf. ALONSO, Ângela. op. cit., capítulo 3, p. 257.

²⁴ Cf. JUCÁ, Joselice. *André Rebouças – Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império: Quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

²⁵ Cf. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan / Ucam, 1998.

²⁶ Cf. PRADO, Maria Emília. *Joaquim Nabuco: A Política como Moral e como História*. Rio de Janeiro: Livraria Museu da República, 2005.

²⁷ Cf. SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um Pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

²⁸ Cf. PESSANHA, Andréa Santos. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo: UNIABEU, 2005, capítulo 3, p. 93.

alvo de numerosos estudos. No entanto, durante muito tempo, uma reduzida atenção se deu às suas idéias agrárias. Mais recentemente, isso tem mudado, com a publicação de novas biografias sobre o pernambucano. Ricardo Salles e Maria Emília Prado, em suas obras, deram atenção ao programa de Nabuco. Salles teceu importante análise sobre a trajetória intelectual de Nabuco²⁹ e destacou o radicalismo, para a época, de suas propostas. Nesse sentido, o autor lembrou, ao abordar a idéia de reforma agrária de Nabuco, que este chegou a falar em desapropriação – fato pouco divulgado até em outros estudos examinando as idéias do abolicionista. A análise de Salles demonstrou o caráter progressista do programa de Nabuco, sem deixar, como Alonso, de se ater ao seu lado conservador. Já Maria Emília Prado examinou o conteúdo das propostas do político liberal³⁰, tendo, ela também, destacado seu traço progressista. Seu projeto de reforma agrária mereceu importantes referências, tendo sido visto como parte de um “projeto de nação”, o qual incluiria a adoção de uma série de medidas sociais para completar a obra da abolição da escravidão, permitindo que o país trilhasse novos rumos. Devemos, ainda, citar o nome de Marco Aurélio Nogueira, que apresentou uma rica análise do ideal de Nabuco e, através dele, do movimento abolicionista, com importante destaque dado à questão agrária. No estudo de Nogueira, o plano de uma reforma agrária inseriu-se num projeto social de longo prazo, pensado para o período pós-Abolição e articulado com o fenômeno de gradual penetração do capitalismo na sociedade brasileira oitocentista. Sob tal perspectiva, o ataque à grande propriedade, longe de ameaçar a propriedade em si, contribuiria para, ao contrário, reforçá-la³¹, aproximando-se aí da análise de historiadores franceses sobre os jacobinos e a propriedade.

Menos estudado do que seu companheiro pernambucano, o engenheiro André Rebouças têm, aos poucos, sido recuperado por diversos historiadores. Joselice Jucá, Maria Alice Rezende de Carvalho, Andréa Pessanha examinaram a trajetória do abolicionista, dando grande atenção às suas idéias agrárias. Estas foram estudadas como sendo parte de um projeto visando complementar a Lei Áurea com medidas sociais que permitissem uma verdadeira integração social, com a incorporação social dos segmentos desfavorecidos, com destaque para os libertos. Jucá foi a que mais ênfase deu à proposta de reforma agrária de Rebouças, tendo visto nele o maior combatente pela causa, dentre os abolicionistas. O caráter generoso e progressista de seu projeto foi assinalado por

²⁹ Cf. SALLES, Ricardo. op. cit.

³⁰ Cf. Maria Emília. op. cit.

³¹ Cf. Marco Aurélio NOGUEIRA. op.cit., capítulo 2, p. 138.

todos os autores acima citados, mas eles também chamaram a atenção para o apego de Rebouças à propriedade privada, fruto de um arraigado liberalismo. Maria Alice Rezende de Carvalho apresentou uma análise sobre o engenheiro que, em muitos aspectos, assemelha-se àquela de Jean-Pierre Gross a respeito dos jacobinos franceses. Andréa Pessanha, por sua vez, situou, dentre as referências ideológicas de Rebouças, nomes como os de François Quesnay e de Adam Smith³² – este último também citado por Gross como referência para os jacobinos. Além desse aspecto, Maria Alice Rezende de Carvalho examinou Rebouças como sendo um liberal de idéias sociais progressistas, tributárias de uma “economia moral”, uma noção cara aos jacobinos, de acordo com historiadores franceses abordados neste trabalho.

Conforme é possível perceber, podem-se detectar flagrantes pontos de contato entre as abordagens francesas e brasileiras a respeito dos jacobinos e dos abolicionistas, bem como no interior de cada uma delas. Verifica-se que, dentre os historiadores que têm abordado a questão agrária na visão de tais grupos, muitos observaram seu traço renovador, ao mesmo tempo em que ressaltaram a vinculação destes grupos à propriedade privada. Sua proposta de uma reforma do setor fundiário foi resumida como o anseio pela instituição de uma sociedade baseada nos pequenos produtores rurais. Há que se ressaltar, contudo, que, se entre os pesquisadores que focalizaram os abolicionistas brasileiros o plano agrário do grupo foi visto como tendendo a provocar uma reforma agrária, entre os franceses houve casos, como o de Vovelle, de recusa de caracterizar os planos jacobinos como inspiradores de uma reforma agrária. Isso pode ser facilmente explicado, desde que se interprete tal conceito num sentido mais amplo, indo além da noção de uma redistribuição de terras e vinculando-se à uma idéia de revolução social. Jean-Pierre Gross, no entanto, falou em “reforma agrária sem expropriação”, mostrando assim que a expressão chega a ser empregada para se referir ao projeto agrário dos jacobinos. Porém, que se atribua ou não ao projeto esse conceito, o fato é que a caracterização desse programa como sendo de inspiração liberal e favorável à expansão da pequena propriedade agrária permite que se vislumbre um grau de comparação com a abordagem dos planos abolicionistas, também eles defensores da figura do pequeno proprietário e críticos da excessiva concentração fundiária. Abre-se aí a possibilidade de poder eventualmente se utilizar a expressão “liberalismo social” -

³² Cf. PESSANHA, Andréa Santos. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo: UNIABEU, 2005, capítulo 3, p. 93.

empregada por alguns autores para se referir a visões como as de Rebouças - para designar os projetos agrários dos dois grupos.

APROPRIAÇÕES E REAPROPRIAÇÕES DA MEMÓRIA MINEIRA: MINAS NA ARTICULAÇÃO DO GOLPE DE 1964 E MINAS NO PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Isabel Cristina Felipe Beirigo

Resumo: O campo da memória é composto por disputas sociais responsáveis pela apropriação e reapropriação dessa memória construída historicamente. As constantes transformações por que passa o processo mnemônico permitem que a sociedade transforme o modo como os outros (e ela mesma) a vêem.

Nesse sentido, percebemos que a memória mineira tem sofrido constantes transformações em sua significação social. É o que constatamos, por exemplo, na imagem construída de Minas no período de articulação do golpe militar de 1964, no qual a mineiridade é invocada e ressaltada como base fundadora da transformação social. Por outro lado, no período de redemocratização, essa mesma mineiridade é retomada e reapropriada como fonte justificadora da mudança do momento histórico.

Objetivamos nesse estudo, compreender as bases históricas constituintes do processo acima referido, que exemplificam as diversas re-significações que a sociedade faz de sua própria existência no mundo.

Palavras chave: Memória; História; Mineiridade.

Introdução

O estudo da memória tem sido grandemente explorado ultimamente. A historiografia em geral tem se debruçado sobre esse assunto, procurando desvendar os mistérios que envolvem os processos mnemônicos e conseqüentemente a disciplina histórica.

Nesse sentido, torna-se imperativo compreender o significado do conceito *Memória* e sua relação intrínseca com a *História*. A memória é a experiência vivida, está em permanente evolução, é aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas; é vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. Ela instala a lembrança no sagrado, une um grupo e há tantas memórias quantos grupos existentes. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto¹.

Em sentido oposto encontramos a História que por princípio é a reconstrução sempre problemática do que não existe mais, é, portanto, uma representação do passado. Ela é uma

¹ NORA, Pierre. "Entre Memória e História – a problemática dos lugares". Projeto História, SP, dez. 1993, pp. 9.

operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico, liberta a lembrança do sagrado e a torna prosaica. A história se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas, trabalha com um criticismo que destrói a memória espontânea e busca a dessacralização última e definitiva. A história é o distanciamento consciente do vivido².

Podemos, assim, pensar na relação que mantemos hoje tanto com a memória quanto com a história. Nós nos distanciamos da vivência da memória. Tornamo-nos sociedades históricas e como tal nos afastamos do passado, analisando-o criticamente e cada vez mais nos compreendemos como atores da mudança. A aceleração do tempo histórico, fruto das crescentes transformações da modernidade, constitui o motor principal deste processo de mudança.

Ou seja, somos impelidos continuamente a transformar a realidade existente deixando para as páginas da história aspectos cada vez mais amplos do que antes era nossa tradição comum³. Nesse sentido, quanto mais nos afastamos da repetição contínua da tradição e da experiência passada, mais nos separamos de uma memória que nos era transmitida naturalmente, de forma espontânea e inconsciente.

Esse afastamento da memória espontânea, por outro lado, aproxima-nos de uma necessidade e uma curiosidade de buscar os lugares onde a ela ainda se refugia e se cristaliza. Essa necessidade acontece porque nos sentimos separados da memória, ela tornou-se exterior a nós, tornou-se uma fonte de identificação externa. Precisamos encontrar os meios de nos identificarmos, mas esses meios não nos são mais intrínsecos; são construídos, são transferíveis, são projetáveis em lugares específicos.

Por outro lado, buscamos cada vez mais acumular vestígios de nossa existência para a posterioridade, pois tememos que a história, laicizante e desmitificadora, nos relegue ao esquecimento. Contribuímos, assim, para a construção de memórias conscientemente selecionadas. Participamos, por conseguinte, consciente ou inconscientemente, do jogo mnemônico: apropriando, transformando, adaptando, reconstruindo, projetando, reelaborando e restituindo ao meio social para então reapropriarmos dessa memória transformada e historicizada.

Devemos lembrar, no entanto, que o processo mnemônico não é isento das relações de poder e assumem constantemente aspectos políticos, constituindo-se também em um exercício de poder. Poder capaz de selecionar a memória a ser guardada, lembrada, esquecida. Poder capaz de constantemente ressaltar seus significados promovendo uma ação intencional de memorização e manutenção dessa intencionalidade. Poder capaz, por fim, de resignificar a memória social em

² *Idem, ibidem.*

³ De acordo com o dicionário “Aurélio” tradição é a transmissão de valores espirituais, conhecimento ou práticas de geração à geração.

função de escolhas particulares, transformando a auto-imagem da sociedade em função dos jogos de poder.

Mineiridade – construção de uma memória de Minas⁴

Há um senso comum que define um sentido em ser mineiro. Há uma lista de características que comumente definem um mineiro: um ser desconfiado, introvertido, irônico, hospitaleiro, prosegador, político hábil que luta pela liberdade, busca o caminho da democracia e não perde de vista o jeitinho mineiro de resolver os impasses por meio da conciliação.

Esses e outros atributos são conferidos àquele que vem de Minas, porém, mais do que isso, são aceitos e mesmo auto-atribuídos pelo próprio mineiro que se vê como um autêntico representante das Minas Gerais. No dia-a-dia a mineirice aparece nos atos e nas práticas sociais executadas pelos mineiros e aos que vêm e descrevem essas ações coube nomear essas práticas de mineiridade⁵.

Maria Arminda N. Arruda⁶ fornece-nos um estudo detalhado da construção histórica da mineiridade e das características que lhe são atribuídas. Ela demonstra como que desde o Império foi-se construindo um sentido singular para descrever àqueles que vinham de Minas, principalmente o político mineiro.

Assim sendo, percebemos como a própria construção do tempo histórico em Minas passou por especificidades que gradualmente foram diferenciando-a do restante do Brasil. É assim que, por exemplo, no século XIX, após a decadência do ouro, os mineiros conservavam as “imagens gloriosas do passado”. Demonstrando, por conseguinte, uma incapacidade da teia social de gerar novos projetos e, partindo desse ponto, a tendência ao ritualismo na convivência social⁷.

“... a realidade social de Minas no século XIX, encaminhou-se para certa autonomia, criando uma sub-cultura singular, fruto do amálgama entre o passado e o presente, que se poderia denominar por mineirismo.”⁸

Esse ritualismo pode, hoje em dia, ser visto nas comemorações políticas e religiosas presentes em toda Minas Gerais, em uma constante demonstração do conservadorismo e tradição tão defendidos por esse povo.

⁴ Estudo baseado no livro de Maria Arminda do Nascimento Arruda – Mitologia da Mineiridade.

⁵ Utilizo a definição de mineirice e mineiridade adotada por Arruda em seu trabalho. ARRUDA, Maria A. do Nascimento. Mitologia da Mineiridade. Editora Brasiliense, 1990, pp. 198.

⁶ Op. citada.

⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 198.

⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 198.

Nesse sentido, essa “memória de Minas” é constantemente revivificada, recriada e reapropriada, fortalecendo, por conseguinte, o simbolismo da mineiridade tanto entre os mineiros quanto perante o restante do país. Arruda disserta, ainda, sobre o trabalho dos memorialistas e dos escritores mineiros que recorrem a mineiridade para fundamentar suas obras e, assim, recriar e reviver o imaginário de Minas diferenciando-o das outras regiões do Brasil⁹. Fortalecendo, conseqüentemente, as variações dentro da identidade mineira.

Outra característica importante e singular de Minas é o relevo montanhoso e a localização geográfica centralizada no mapa brasileiro. Por meio das montanhas é possível ao mineiro ver além, alargar seus horizontes e assim “*Minas [torna-se] o equilíbrio porque pode enxergar mais longe, a sua visão abrange todo o horizonte*”¹⁰. Esse equilíbrio se expressaria na realidade política por meio da moderação, importante característica atribuída aos mineiros. Por outro lado, a localização geográfica de Minas, que está no centro do mapa brasileiro, possuindo, assim, fronteiras territoriais que comunicam-se com vários outros estados, legitimaria a “missão” de unificar o Brasil. Promover a unidade nacional por meio da política.

De tal modo, desde o período imperial, políticos mineiros defendiam o fortalecimento do Estado e baseavam suas ações nas características ditas mineiras. Além do mais, tomavam para si a incumbência de promover a unidade nacional justificando que Minas, por ser centro do Brasil, era o coração do próprio país, de onde partiria a ação unificadora das diversidades brasileiras.

Em conformidade a esse fator, as condições geográficas de Minas também explicam a introspecção dos mineiros, fato determinante de sua propensão à conciliação. Nesse sentido, Arruda expõe, “*a introversão dos mineiros coroa a moderação e o equilíbrio, por implicar uma permanente atitude avaliadora das circunstâncias*”.¹¹ Assim sendo, o político mineiro aparece como capaz de avaliar as circunstâncias e equilibrar as medidas e ações necessárias a urdidura do pacto político necessário ao momento histórico.

Para além das questões acima referidas, existe um grande apelo à vocação libertária de Minas. Esse caráter possui sustentação no século XVIII com a Inconfidência Mineira. Movimento, esse, que é, ao longo da história política brasileira, constantemente evocado como fonte legitimadora das idéias libertárias e, assim, Minas ganha relevo, uma vez que é o cenário de tal acontecimento.

Como pudemos observar, vários são os caminhos que levam ao atual sentido incorporado ao ser político mineiro, tais sejam: capacidade de unir o Brasil, apreço à liberdade, equilíbrio por meio da conciliação, missão de proceder com as transformações necessárias ao bem-estar da

⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 199-203.

¹⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 222.

¹¹ ARRUDA, Maria A. Op. citada., pp. 223.

Nação, entre outros. Contudo, a apropriação desse imaginário toma caminhos diversos dentro do quadro de nossa história nacional e, nesse sentido, podemos encontrar situações diversas e até mesmo antagônicas dessa utilização. Como, por exemplo, a utilização da mineiridade pelos militares quando da articulação do golpe em 1964 e, posteriormente, a resignificação dessa mesma mineiridade no período de redemocratização.

Identidade mineira e o golpe militar de 1964 – a liberdade de poucos baseada na identidade de muitos

Como foi dito anteriormente, a apropriação da mineiridade adquiriu e continua adquirindo significados diversos dentro da história nacional. Um exemplo dessa diversidade e, mesmo, contradição na utilização da mineiridade como justificativa e ponto de partida para movimentos políticos está na assimilação pelos golpistas mineiros desse sentido do “ser mineiro” quando da articulação do golpe de 1964 que partiu primeiramente das Minas Gerais. Do lado oposto e, contraditoriamente embasado na mesma mineiridade, vemos a urdidura do movimento de redemocratização que, vinte anos depois, desenvolve projetos que visavam por fim ao período militar iniciado em 1964.

Nesse sentido, fica claro como o imaginário construído historicamente pode ser retomado e adaptado de acordo com os objetivos presentes em cada momento histórico específico. É nessa direção que os golpistas militares utilizam do imaginário construído sobre Minas para articular-se e movimentar grandes setores da sociedade civil.

No início da década de 1960 havia uma vontade ativa de participação política entre os vários setores da sociedade, havia além do mais um clima de necessidade de transformações e a política deixou de ser privilégio de poucos. Ela estava na pauta do dia entre a população e os movimentos de esquerda que ganhavam espaço nas ruas, nas apresentações teatrais, nas músicas populares. Era a chamada “arte engajada e participante” desenvolvida principalmente pelos PCPs da UNE¹². Por outro lado, as classes dominantes não viam com bons olhos toda essa movimentação, temiam a radicalização dos movimentos e, após Goulart assumir a presidência¹³, receavam uma revolução socialista no Brasil.

No quadro histórico nacional, desse momento, temos vários grupos em disputa, uma confluência de interesses e idéias divergentes relacionadas ao futuro político brasileiro. Nesse contexto, Minas teve um destaque importante, pois foi de suas paragens que partiram as marchas

¹² FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano – o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 23.

¹³ Em agosto de 1961 Jânio Quadros renunciou ao cargo de presidente, em seu lugar assumiu João Goulart, com claras tendências reformistas.

militares que, em março de 64, depôs Jango do poder e instituiu o regime militar que perdurou por 20 anos.

Para compreender esse pioneirismo mineiro é necessário recuar um pouco no tempo, assim sendo, a preocupação do empresariado mineiro em relação às questões políticas nacionais data dos anos 50, momento em que a participação popular está em franco crescimento. Quando Jango assumiu a presidência a exaltação desses empresários aumentou, pois consideravam-no um herdeiro do populismo getulista e muito próximo as esquerdas socialistas. Nesse sentido, em fins de 1961, é fundado o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) com o objetivo de “*ganhar o domínio político-militar sobre as classes subordinadas como um todo ... [,] subjugar o bloco histórico populista e obter efetivo comando político do aparelho do Estado*”¹⁴. Para tanto necessitavam de expandir-se por todo o Brasil e, conjuntamente, expandir para Minas tornou-se importante por causa do “alto grau de prestígio político” que as elites mineira tinham no quadro nacional. Esse prestígio político mineiro era decorrente, como visto anteriormente, da articulação e aliança interna efetuada, ainda no século XIX, entre os políticos das Minas Gerais procurando manter a identidade regional perante o quadro político nacional.

Além do mais, Minas Gerais era considerada de suma importância por sua localização geográfica central, que possibilitaria uma maior facilidade na expansão do IPES pelos outros estados brasileiros. A importância geográfica mineira também tinha um sentido tático de defesa militar: comunicação facilitada com as outras regiões, proximidade com o local de atuação, proximidade com as áreas de abastecimento (pecuária no Norte e agricultura no Sul), relevo montanhoso que permitiria maior resistência e defesa, entre outras¹⁵.

Com base na Inconfidência Mineira destacaram a inspiração de rebeldia e insubmissão, exaltando, com isso, o caráter mineiro de luta pela liberdade. No entanto, essa “liberdade” era limitada e condicionada a uma classe - a classe dominante. Portanto, a legitimação baseada na Inconfidência escondia por trás o interesse de manter fora do movimento as classes subalternas. Ambos movimentos se aproximavam nesse ponto: em 1789 a Inconfidência Mineira foi levada a cabo pela elite mineira preocupada com seus privilégios sociais; em 1964 os “Novos Inconfidentes”¹⁶ uniram-se contra o governo para a manutenção de seus projetos de classe.

No entanto, fazia-se necessário converter em coletivo um interesse classista. É nesse ponto que há a utilização da mineiridade. O imaginário em torno dela fez com que os mineiros se identificassem com o movimento e, portanto, ultrapassassem as diferenças de classe, tomando como real uma imagem construída. O IPES usou a mineiridade no sentido da ‘Missão de Minas’:

¹⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 47.

¹⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 48.

¹⁶ Eles se auto-denominavam dessa maneira por consideram-se herdeiros do movimento setecentista. STARLING, Heloísa Maria Murgel. Op. cit., pp. 84-86.

“o equilíbrio entre Liberdade e Ordem”, porém, ressaltando que “só se rompe a Ordem em nome da própria Ordem” e, naquele momento, o avanço comunista era uma ameaça à Ordem¹⁷.

É esse tipo de discurso, por exemplo, que encontramos no livro de memórias do general Carlos Luís Guedes¹⁸, no qual ele faz uma descrição dos acontecimentos que antecederam a deposição de João Goulart em 1964, sob o ponto de vista de um militar e importante articulador do movimento em Minas Gerais. São constantes as referências à mineiridade, justificando e capacitando o Estado mineiro como salvador do país naquele momento histórico.

Re-significação da mineiridade na redemocratização – Minas democrática e libertária

Entre 1975-1984 articularam-se grupos interessados em promover a redemocratização no Brasil. O processo de abertura política vivido pelo Brasil naquele momento é o encontro de diversas fontes, tanto da oposição quanto do governo, sob influências externas como, por exemplo, a defesa dos direitos humanos por Carter e o início do processo de abertura da União Soviética.¹⁹

Nesse sentido, começa-se a construir uma nova idéia de transformação política e há a retomada da mineiridade como fonte iluminadora e legitimadora da ação de, por exemplo, Tancredo Neves, quando da articulação do MDB como partido de oposição ao governo militar:

“... há bons políticos à espera do momento certo de corrigir a História. Um deles é o deputado Tancredo Neves, cuja liderança em Minas mais se afirma quanto mais discreta se insinua. Tancredo sabe usar bem as armas de Minas: o apelo à moderação, o convite ao entendimento, a certeza de que há sempre um caminho a ser transitado entre o hoje e o amanhã. ... Mesmo que demore mais um pouco, a liberdade virá – como proclama a bandeira de Minas.”²⁰

Verificamos nessa fala a exaltação da capacidade política dos mineiros de administrar o convívio e a retomada que o estado faz de retorno à política, após um “certo jejum cívico”. O extrato acima foi retirado de um livro que compila uma série de artigos que foram escritos de fevereiro de 1976 a novembro de 1982 para a Folha de São Paulo e, portanto, apresentam em âmbito nacional questões muitas vezes discutidas em nível regional, principalmente, no que se refere às articulações emidebistas no estado de Minas.

Assim sendo, a articulação da oposição aproxima diferentes setores da sociedade civil, da Igreja, a imprensa, artistas e a universidade – todos empenhados em criticar o regime militar. No

¹⁷ *Idem*, op. citada., pp. 148.

¹⁸ GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. (Coleção Brasil século 20), 320 p.

¹⁹ *Idem*, *Ibidem*, pp. 255/256.

²⁰ *Idem*, *Ibidem*, pp. 12.

entanto, a transformação política em direção à redemocratização ocorre por meio de uma “transição acordada ou pactuada”²¹ que pressupunha uma personalidade política mais “construtiva e moderada”²², personificada em Tancredo Neves, político mineiro e grande representante da mineiridade de que ora nos ocupamos.

Nesse sentido, há um retorno às características da mineiridade, demonstrando como Tancredo Neves era a melhor opção para disputar a presidência no colégio eleitoral, uma vez que o movimento pelas *Diretas Já!* havia sido derrubado. A configuração dos grupos de apoio à oposição transforma-se, grupos com idéias esquerdistas vêm-se distantes de seus ideais e processa-se uma transição moderada e próxima dos governistas.

“... dado o caráter conciliador de Tancredo Neves, sua posição centrista e seu conservadorismo pessoal, o PT considerava-se incapaz de apoiar a nova campanha. Embora tivesse exercido, desde o primeiro momento, uma inequívoca oposição à ditadura militar, Tancredo Neves representava um papel-chave na estratégia de *abertura lenta, gradual e segura* preconizada por Geisel-Golbery...”²³

A exaltação da figura de Tancredo Neves apresenta-o como um ponto de equilíbrio para a política nacional. Podemos, assim, perceber como há um constante reforço às características comumente atribuídas aos mineiros na sua pessoa, reforçando sua conduta em direção à moderação e, mais, atribuindo-lhe o caráter liberal e conservador, apontando-o como o candidato mais plausível em termos de chefiar os anseios diversos do grupo de oposição em comum acordo com as transformações propostas pelos governistas.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo de Almeida Neves foi eleito presidente do Brasil pela coligação oposicionista Aliança Democrática, formada pelo PMDB e pela Frente Liberal. No entanto, em 21 de abril do mesmo ano, ele faleceu sem tomar posse do cargo. Após seu óbito passou a existir uma tendência em atribuir-lhe o sacrifício, ligando sua imagem à de Tiradentes, construindo, assim, uma analogia (presente até mesmo nas coincidentes datas de óbitos) com relação ao ideal de liberdade.

Por conseguinte, comparando-se a construção de sua imagem, enquanto vivo e mesmo depois de falecido, com o discurso que proferiu quando foi eleito presidente da república, perceberemos que Tancredo adquiriu um tom salvacionista, principalmente em seu discurso quando diz “vim em nome da conciliação... vim para promover as mudanças”²⁴. Nesse sentido, “a alusão ao caráter redentor de líder torna esse discurso uma peça exemplar do imaginário

²¹ *Idem, Ibidem*, pp. 273.

²² *Idem, Ibidem*, pp. 268.

²³ *Idem, Ibidem*, pp. 274.

²⁴ Extrato do discurso pronunciado pelo presidente eleito Tancredo de Almeida Neves em 15 de janeiro de 1985. DELGADO, Lucília de Almeida Neves e SILVA, Vera Alice Cardoso. Tancredo Neves: a trajetória de um liberal. Petrópolis, Vozes, Belo Horizonte, UFMG, 1985, pp. 288-297.

político”²⁵ mineiro. Por meio dele Tancredo conectou-se a Tiradentes e “*concretiza-se a figura mítica do Inconfidente na pessoa de Tancredo...*”²⁶. Ele obtém, conseqüentemente, a simbologia do “salvador”, aparece como aquele que pratica o sacrifício pessoal em nome do coletivo, aquele que toma em suas mãos as “duras” rédeas da História e que sofre a dor do “calvário” em nome da liberdade²⁷. Por conseguinte, inferimos que tanto em vida quanto depois de sua morte, a construção da imagem de um Tancredo redentor esteve diretamente ligada a idéia de mineiridade que caminha em direção à democracia.

Conclusão

A identidade mineira, historicamente construída – apropriada e reapropriada, está em constante transformação. Desde o período Imperial os “políticos mineiros” utilizam dessa memória em prol de seus interesses, promovendo uma constante resignificação de suas próprias identidades.

Nesse mesmo sentido, vemos a apropriação da mineiridade pelos golpistas militares e posteriormente, como explicitado acima, a inversão funcional dessa memória a favor da redemocratização.

Inferimos, por fim, que a memória mineira, inconsciente das transformações por que passa, permanece no meio social, sendo constantemente revitalizada conforme as necessidades do momento histórico em que está inserida.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade** – o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. Editora Brasiliense, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Nação imaginária**: memória, mitos e heróis. In: Novaes, Adauto (org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves e SILVA, Vera Alice Cardoso. **Tancredo Neves**: a trajetória de um liberal. Petrópolis, Vozes, Belo Horizonte, UFMG, 1985.

²⁵ ARRUDA, Maria A. Op. citada., pp. 225.

²⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 227.

²⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 225/226.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano** – O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUEDES, Carlos Luís. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. (Coleção Brasil século 20).

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

NORA, Pierre. “**Entre Memória e História** – a problemática dos lugares”. Projeto História, SP, dez. 1993.

NUNES, Geórgia Valéria Andrade Loureiro. **A Tribuna Sanjoanense e a construção do imaginário em torno de Tancredo Neves em São João Del Rei**.(monografia), São João Del Rei, UFSJ, 2006.

SANTAYANA, Mauro. **Conciliação e transição**: as armas de Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção estudos brasileiros; v. 83).

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais** – os novos Inconfidentes e o golpe militar de 1964. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

Entre História e Memória: O Movimento Estudantil Universitário Brasileiro

Izabel Priscila Pimentel da Silva*

“Corre-se o risco de idealizar o passado, de confundir tempo verbal com tempo real, achando que existe na história um pretérito perfeito ou mais-que-perfeito”.
Zuenir Ventura¹

A década de 1960 foi marcada, no Brasil e no mundo, pela emergência de amplos e intensos movimentos de contestação à ordem vigente, sobretudo no emblemático ano de 1968, quando, em todo o mundo, a *revolução* – política, econômica, cultural, pessoal – ganhava corações e mentes: “Eram barricadas por toda parte: de tijolos e idéias, de sonhos, e propostas de aventura, exprimindo um mal-estar difuso, mas palpável como a utopia quando ela parece ao alcance da mão”.² Em todos estes movimentos, os principais atores – ainda que não os únicos – foram os *estudantes*. Em poucos momentos da história, o mundo havia sido abalado por um movimento de tamanha abrangência – parecia em ação a *Internacional Estudantil*.³

No Brasil, estudantes universitários (menos de 0,5% da população), quase todos oriundos das camadas médias, apoiados por um amplo e diversificado contingente de estudantes secundaristas⁴ conquistaram, por um breve momento, a simpatia e a solidariedade de diversas camadas da população, configurando uma mobilização inédita na história do país – que então vivia sob uma ditadura civil-militar – e constituindo a “categoria social mobilizadora por excelência, (...) aquela que, pondo-se em movimento, movimentava as demais”.⁵

* Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). (belprisk@hotmail.com)

¹ VENTURA, Zuenir. “A nostalgia do não vivido”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 129-134. p. 134.

² REIS FILHO, Daniel Aarão. “1968, o ano curto de todos os desejos”. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *op. cit.*, pp. 61-71. p. 67.

³ Cf. MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968 – as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 7-30.

⁴ Os estudantes secundaristas exerceram um papel crucial em diversas capitais do país, embora muitas vezes o movimento estudantil brasileiro dos anos 60 seja apresentado como, exclusivamente, conduzido por universitários. Na Guanabara, foi a luta destes secundaristas, em torno do restaurante estudantil *Calabouço*, que culminou com o assassinato do estudante Edson Luís de Lima e Souto pela Polícia, em março de 1968, que se tornou o estopim para as grandes manifestações sociais que se alastraram pelo país e se tornaram símbolo daquele ano.

⁵ MORAES, João Quartim de. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas”. *Tempo Social*, São Paulo: USP, vol. 2, nº 1, 1989, pp. 135-158. p. 136.

Contudo, a ampla mobilização estudantil de 1968 teve vida curta. Logo no início do segundo semestre, o movimento encontrava-se num impasse, pois não podia avançar diante da recusa das autoridades em fazer concessões. Além disso, as manifestações de rua atraíam cada vez menos gente e enfrentavam uma reação policial cada vez mais forte. Se no primeiro semestre do ano, a repressão aglutinava a população contra o governo, agora, se não contava com seu apoio, não recebia mais sua contestação. Os estudantes estavam isolados.

Com o refluxo do movimento estudantil e a exacerbação da repressão, sobretudo após a promulgação do Ato Institucional nº5 (que representou o auge da legislação de exceção, oficializando o terrorismo de Estado, suspendendo os direitos civis e atribuindo ao presidente a competência para cassar mandatos e direitos políticos), quase todas as lideranças estudantis e os que compunham a chamada “massa avançada” – que já atuavam em organizações de esquerda comprometidas com a idéia da *luta armada* – passaram à militância política além das fronteiras universitárias, convertendo-se às ações armadas e abandonando, paulatinamente, o movimento estudantil.

No entanto, na primeira metade da década de 1970, a luta armada já estava debelada e os militantes, em sua maioria, presos, exilados ou enterrados. A *pátria socialista* não foi conquistada pelas esquerdas armadas brasileiras. Com a derrota de seus projetos revolucionários, ao longo dos anos 70, a democracia surgiu como opção de luta no horizonte distante. E ela veio, em conta-gotas, de forma “lenta, gradual e segura”. A democracia brasileira renasceu articulada por uma solução negociada entre as elites políticas. Os militares não foram violentamente escorraçados do poder. Dele se retiraram e, de forma segura, fizeram a volta aos quartéis. Neste processo, a sociedade brasileira foi aprendendo a construir a democracia, ao mesmo tempo em que se começava a construir a memória sobre a ditadura.

Em relação à ditadura civil-militar brasileira – e a qualquer outro período histórico – é impossível encontrar *uma memória*, uma *única* interpretação do passado, compartilhada por toda a sociedade. Sempre haverá *memórias* e interpretações, no plural, que estabelecem, entre si, lutas e rivalidades políticas. Como afirma Elizabeth Jelin: “Actores sociales diversos, com diferentes vinculaciones com la experiencia pasada – quienes la vivieron y quienes la heredaron, quienes la estudiaron y quienes la expresaron de diversas maneras – pugnan por afirmar la legitimidad de 'su' verdad”.⁶

⁶ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002. p. 40.

A *memória* encontra-se intimamente vinculada ao sentido de *identidade*, que, por sua vez, está relacionado à construção da imagem de si, *para si e para os outros*. Portanto, podemos dizer que a memória é um fenômeno *construído e seletivo*. Segundo Michael Pollak,

a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros, onde ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros.⁷

Inseridas nos conflitos sociais que opõem grupos políticos diversos, *memória e identidade* não são, portanto, valores estáticos: sofrem um constante processo de desconstrução e reconstrução, moldado segundo os paradigmas de nossa sociedade. Além disso, como destacou Henry Rousso, essa representação seletiva do passado não é prerrogativa apenas do indivíduo, mas “de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”.⁸ É nesse sentido que se pode falar em *memória coletiva*, como analisou Maurice Halbwachs.⁹

Esta reconstrução – individual e coletiva – do passado é sempre marcada pelo caráter de *seletividade*: “Toda narrativa del pasado implica una selección. La memoria es seletiva; la memoria total es imposible”.¹⁰ Desta forma, na medida em que é impossível lembrar *todo* o passado, recordações e esquecimentos tornam-se as duas faces de um mesmo processo – a construção da memória. O olhar retrospectivo elege *o que deve ser* lembrado, em detrimento de outros fatos que permanecerão submersos no esquecimento, ainda que esses possam, frente a novos contextos e demandas, emergir ao palco da memória. E mais, esse incessante trabalho de reinterpretação do passado está intrinsecamente ligado aos embates do *presente*. Assim, podemos dizer que a *memória é o presente do passado*, para usar a expressão cunhada por Paul Ricoeur.¹¹

Na memória construída acerca do movimento estudantil brasileiro, a década de 1960 aparece como o período em que os jovens estudantes assumiram o palco dos acontecimentos políticos e culturais, consagrando a categoria estudantil como a detentora de um “poder

⁷ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, pp. 200-212. p. 204.

⁸ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002a, pp. 93-101. p. 94.

⁹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

¹⁰ JELIN, Elizabeth. *op. cit.* p. 29.

¹¹ RICOEUR, Paul. *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*. Madri: Arrecife-Universidad Autónoma de Madrid, 1999. p. 16.

revolucionário” sem igual. Contudo, é preciso estar atento à construção de uma “mitologia” estudantil – elaborada a partir de uma tradição historiográfica e também da auto-imagem criada no seio das lideranças estudantis – capaz de dotar os estudantes de uma tradição “revolucionária”, de defesa dos interesses nacionais, sempre em busca do progresso e da justiça social, atribuindo a estes um inerente espírito contestador e conduzindo à concepção de um “modelo ideal” do comportamento juvenil e à construção do *mito do poder jovem*.

Dentro desta tradição, o trabalho de maior destaque é, sem dúvida, *O Poder Jovem*, de Artur Poerner, que tornou-se o principal referencial para líderes estudantis e pesquisadores do movimento. Na visão de Poerner:

O estudante aqui, como em muitos outros países da América Latina, é movido por algo mais do que o simples espírito anarquista que caracteriza o jovem moderno na Europa ou nos Estados Unidos. Esse algo mais, que torna o estudante brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro. Devido a essa perspectiva de poder – que muitas pessoas, imediatistas e carentes de imaginação podem considerar utópica, mas que é, afinal, uma consequência inevitável das leis naturais –, o estudante brasileiro é um *oposicionista nato*. E tem sobejas razões para isso.¹²

Através de sua obra, Arthur Poerner, se constituiu como o principal porta-voz e constante reconstrutor do “mito do poder jovem”. Neste sentido, é importante destacar que toda sociedade ou grupo social é portador de um mito do seu próprio passado, cuja função é a reestruturação mental do imaginário social e também a reestruturação social, na medida em que o mito é também uma potência mobilizadora. Ainda que normalmente localizado no passado, o mito não pode deixar de falar do mundo presente, sob pena de perder todos seus interlocutores: “uma narrativa que se refere ao passado (...), mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas formas de organização social”.¹³ Na medida em que “relata de que modo algo foi produzido e como começou a *ser*”¹⁴, cada mito fornece parâmetros para a conduta humana, já que “é pelo relato de como as coisas vieram à existência que o homem pode explicá-las, dominá-las e atuar sobre elas”.¹⁵ Assim como a *memória*, o *mito* também

¹² POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 32. Grifos nossos.

¹³ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 12-13.

¹⁴ ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 11.

¹⁵ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*.

está interligado ao conceito de *identidade*. Segundo Ulpiano Meneses, ambos são responsáveis pela “produção, circulação e consumo de sentidos e valores”. E ainda, atuam na “formação e mobilização de auto-imagem” e “são vitais na vida social”.¹⁶

A memória de determinado grupo social sobre seu passado pode, como afirmou Michael Pollak, “sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas”.¹⁷ Neste sentido, o *mito do poder jovem* é capaz de consolidar-se geração após geração e exercer papel fundamental, sobretudo, na construção da identidade da União Nacional dos Estudantes.¹⁸

Ainda que o *passado* já tenha passado, e não seja possível mudá-lo, os *sentidos* que forjamos para este passado estão sempre sujeitos a novas interpretações: “Nuevos procesos históricos, nuevas coyunturas y escenarios sociales y políticos, además, no pueden dejar de producir modificaciones en los marcos interpretativos para la comprensión de la experiencia pasada y para construir expectativas futuras”.¹⁹ Assim sendo, as grandes manifestações estudantis de 1968 – que representam o ápice da mobilização estudantil nacional – foram constantemente apropriadas e reavaliadas pelas novas gerações de estudantes, sempre condicionadas aos contextos históricos em que se inserem. Neste sentido, as rememorações de determinados episódios históricos, através, por exemplo, das *datas comemorativas*, aparecem como conjunturas de ativação da memória e revelam

las transformaciones y cambios en los actores que recuerdan y olvidan en cada momento o período, en sus sentidos y en los climas culturales y políticos en que se desenvuelven las prácticas de conmemoración. Las fechas conmemorativas, con su recurrencia en el ciclo anual, son puntos de entrada privilegiados para el análisis de la tensión entre los rituales que se reiteran y reflejan continuidades identitarias y de sentido, por un lado, y las fracturas, cambios y transformaciones en las prácticas y significados de la conmemoración, por el outro.²⁰

Ao longo da década de 1970, os estudantes concentraram sua mobilização, especialmente, no dia 28 de março – data da morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto,

Rio de Janeiro: Ed.UFF & Mauad, 2002. p. 29

¹⁶ MENESES, Ulpiano. “Mito e museu: reflexões preliminares”. In: FÉLIX, Loiva Otero & ELMIR, Cláudio P. (orgs.) *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, pp. 40-62. p. 50.

¹⁷ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, pp. 3-15. p. 11-12.

¹⁸ Cf. SALDANHA DE OLIVEIRA, José Alberto. *O mito do poder jovem: a constituição da identidade da UNE*. Tese (Doutorado – História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.

¹⁹ JELIN, Elizabeth. *op. cit.* p. 13.

²⁰ JELIN, Elizabeth. “Introducción”. In: _____ (org.). *Las conmemoraciones: las disputas em las fechas 'infelices'*. Colección Memorias de la Represión. Madrid: Siglo XXI, 2005, pp. 1-8. p. 2.

o primeiro estudante morto pela repressão policial em 1968 e cuja morte converteu-se em grande comoção nacional, abrindo o calendário das grandes manifestações que marcariam o ano. A origem humilde do jovem Edson²¹, bem como sua condição de estudante pobre, contribuíram para sensibilizar a opinião pública. Os estudantes se esforçaram em reforçar a imagem de Edson como um estudante de baixa renda e trabalhador, recém chegado ao Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara), que não era um líder, um comunista ou um agitador estudantil – termos pejorativamente usados pela polícia para se referir aos estudantes supostamente subversivos –, favorecendo a idéia de *inocência* e de uma *vítima indefesa* da brutalidade policial.

Embora tenha sido a primeira, a morte de Edson Luís pela repressão policial em 1968 não foi a única entre os estudantes. Ainda assim, sua morte converteu-se num símbolo da luta estudantil contra a ditadura e foi constantemente evocada pelas futuras gerações de estudantes, que lhe conferiram diferentes significados. Durante a década de 1970, ainda sob a ditadura civil-militar e com o movimento estudantil já desarticulado e desmobilizado, os estudantes elegeram o 28 de março como dia de protestos e manifestações em todo o país. Ao recordarem a morte de Edson Luís, desafiavam o Estado repressor, denunciavam sua responsabilidade pela morte do secundarista (ainda que *esquecessem* tantas outras mortes, inclusive de outros estudantes)²² e destacavam o papel exercido pelos estudantes enquanto opositores ao regime, enfatizando a postura de vítimas do terrorismo estatal. Além disso,

estos actos conmemorativos también servían para incluir a las nuevas generaciones de estudiantes em la memoria colectiva de la lucha antidictatorial. (...) invocaban el simbolismo de Edson Luís para vincular a los nuevos estudiantes com los hechos que los habían precedido. Al hacer esto acentuaban la naturalidad de la conexión, intentando acortar la aparente brecha entre la generación de 1968 e la 'Generación Muda', destacando la continuidad entre ambos períodos.²³

²¹ Edson Luís nasceu no dia 24 de fevereiro de 1950, em Belém do Pará, e estava há apenas 3 meses no Rio. Dormia e estudava no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao restaurante estudantil *Calabouço*, freqüentado, em sua maioria, por estudantes de baixa renda. Para comer, prestava à sua escola pequenos serviços. Era o primeiro de sua família a caminho de um curso superior. Edson Luís foi assassinado pela polícia durante invasão do *Calabouço*, onde se preparava mais uma manifestação contra as más condições do estabelecimento. Ao que tudo indica, esta seria a primeira passeata da qual participaria. Na ausência de familiares ou amigos próximos, todas as decisões relativas ao corpo de Edson Luís foram tomadas pelos estudantes. Seu corpo foi levado para a Assembléia Legislativa, onde se realizou a autópsia. Mais de 50.000 pessoas acompanharam o cortejo fúnebre até o Cemitério São João Batista, configurando o maior apoio popular que o movimento estudantil recebera até então.

²² Como já demonstrado anteriormente, memória e esquecimento caminham lado a lado na reconstrução do passado. Neste caso, a *memória* da morte de Edson Luís foi concomitante ao *esquecimento* da morte de outros jovens estudantes, também assassinados pela repressão policial em 1968, mas que, por diferentes razões, não geraram grande comoção na sociedade e mesmo no meio estudantil.

²³ LANGLAND, Victoria. “Neste luto começa a luta: la muerte de estudiantes y la memoria”. In: JELIN, Elizabeth & SEMPOL, Diego (orgs.). *El pasado en el futuro: los movimientos juveniles*. Colección

Cinco anos após a morte de Edson Luís, outro jovem estudante morreu vítima da brutalidade ditatorial. Em 16 de março de 1973, o estudante universitário Alexandre Vanucchi Leme foi seqüestrado e torturado até a morte no centro de detenção de São Paulo, o DOI-CODI. A notícia de sua morte gerou revolta e protestos dos estudantes de São Paulo e também do clero, já que a família de Alexandre ocupava importantes cargos dentro da Igreja Católica. As explicações oficiais ofereceram múltiplas e contraditórias versões para o caso, além de negar à família o corpo do estudante, que foi precipitadamente enterrado como indigente. Esses fatos chocaram a população e criaram uma rede de solidariedade aos estudantes em geral. Alexandre Leme era um jovem muito popular na Universidade de São Paulo (USP) e militava na Ação Libertadora Nacional (ALN), embora não é certo que todos os demais estudantes da universidade soubessem deste vínculo. O movimento estudantil, juntamente ao clero, insistiu na falta de provas do vinculamento de Alexandre com a ALN, enfatizando sua *inocência* e suas qualidades estudantis, como por exemplo, o fato de ter tirado a maior nota do país no vestibular para o curso de geologia.

A morte e o funeral de Alexandre configuraram-se “à imagem e semelhança” de Edson Luís e marcaram o início do processo de recuperação política do movimento estudantil universitário brasileiro. Muitos das novas gerações estudantis, que participavam das comemorações anuais em homenagem a Edson, tinham agora uma experiência direta do que até então era apenas imaginado,

fortaleciendo la imagen y el sentimiento de una comunidad nacional de estudiantes colectivamente golpeada. El énfasis em su inocencia, como em el caso de Edson Luis, los exoneraba a todos, mientras que su injusta muerte representaba las injusticias que todos ellos habían sufrido. Esta solidaridad era extensiva al pasado, porque los estudiantes que habían expresado los vínculos com la generación de 1968 em sus anteriores actos de homenaje a Edson Luís de manera simbólica ahora forjaban su conexión através de su propia experiencia.²⁴

Ainda em 1973, outro estudante morto pela repressão seria alçado ao posto de símbolo da luta estudantil contra a ditadura – Honestino Monteiro Guimarães, estudante de geologia da Universidade de Brasília (UnB), seqüestrado e levado para um centro de detenção em outubro daquele ano. Honestino já havia sido preso antes por conta de sua militância política à frente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB) e, após a edição do AI-

Memorias de la Represión Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, pp. 21-64. p. 41-42.

²⁴ *Idem.* p. 53.

5, passara à clandestinidade, permanecendo, porém, ativo no movimento estudantil. Era um dos vice-presidentes da UNE e, após a prisão do presidente da entidade, Jean Marc van der Weid, em 1969, assumiu o posto vago. Preso em 1973, foi visto com vida, pela última vez, em abril de 1974. Os demais membros da diretoria da UNE foram também presos, assassinados e/ou desapareceram. Trágico fim da última diretoria da União Nacional dos Estudantes, que só seria reconstruída já ao final da década, em 1979.

Honestino Guimarães é um dos muitos *desaparecidos políticos* pelas forças de repressão da ditadura civil-militar brasileira. Neste sentido, sua morte não gerou, na época, grande comoção nacional ou manifestações estudantis de solidariedade, alegando sua “inocência”. Mas, passados alguns anos, Honestino entraria para a galeria dos *heróis estudantis* que, ao lado de Edson Luís e Alexandre Leme, permearam o imaginário de muitas gerações de estudantes. Nesse processo de *heroicização* dos estudantes, é importante destacar que “construir um conjunto de heróis implica opacar la acción de otros. Resaltar ciertos rasgos como señales de heroísmo implica silenciar otros rasgos, especialmente los errores y malos pasos de los que son definidos como héroes y deben aparecer 'inmaculados' en esa historia”.²⁵

O avançar da década de 1970 representou para o Brasil a promessa de uma abertura política, num processo “lento e seguro”, proposto pelo governo, que não significou, entretanto, o fim da repressão. Neste contexto, os movimentos sociais voltaram a se rearticular, sobretudo em torno da defesa da anistia política e, mais tarde, da bandeira das eleições diretas para presidente. O movimento estudantil, especificamente, retomou suas manifestações nas ruas a partir de 1977. Nestas, o ano de 1968 e a mobilização dos estudantes de então foram resgatados como um importante referencial. As passeatas estudantis de 68 tornaram-se uma espécie de modelo a ser atingindo, representando a “essência” da mobilização política dos estudantes.

Os nomes de Edson Luís de Lima Souto e Alexandre Vanucchi Leme foram novamente lembrados: homenagens, poemas, placas comemorativas, nomes de centros acadêmicos. Contudo, como destaca Victoria Langland, a imagem daqueles jovens estudantes mortos pela ditadura não foi evocada isenta de reinterpretações. Se antes Alexandre era apresentado como um estudante exemplar e “inocente”, agora suas características de militante político é que serão valorizadas. O próprio Edson Luís, até então a encarnação da “vítima indefesa” do terror estatal, será reapresentado como líder na luta pela democracia. Mas seria a

²⁵ JELIN, Elizabeth. *op. cit.* 2002. p. 40.

figura de Honestino Guimarães que caracterizaria esse processo de retomada das organizações estudantis. Por ocasião da reorganização da União Nacional dos Estudantes, em 1979, a imagem de Honestino – desaparecido político e último presidente da entidade – foi a escolhida, pelos estudantes, para simbolizar a luta da UNE durante os longos anos de ditadura. No congresso de Salvador, durante a cerimônia de reinauguração, uma imensa fotografia do estudante decorava a sala de reuniões e seu lugar foi mantido vago na mesa principal, num gesto carregado de simbolismo. Desta forma, as sucessivas gerações de estudantes forjaram diferentes sentidos para seu passado, adaptando-se aos novos contextos históricos e suas demandas sociais e simbólicas.²⁶

As lembranças sobre o passado também podem ser expressas, além das datas comemorativas, através de *marcas territoriais*, que atuam como *veículos da memória*. Quando importantes eventos se desenrolam em determinado local, este passa por uma metamorfose: “(...) lo que antes era un mero 'espacio' físico o geográfico se transforma en un 'lugar' con significados particulares, cargado de sentidos y sentimientos para los sujetos que lo vivieron”.²⁷ Para a memória do movimento estudantil brasileiro, a principal marca territorial é a antiga sede da União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro. O prédio da Praia do Flamengo, nº 132, foi doado à União Estadual dos Estudantes em 1942, pelo presidente Getúlio Vargas, tornando-se, desde então, sua sede oficial. No dia seguinte ao golpe civil-militar de 1964, o prédio da UNE foi invadido e incendiado diante das câmeras de televisão e, em junho de 1980, seria demolido.

Contudo, desde 1985, ano da legalização da UNE, os estudantes tentam retomar o histórico terreno, símbolo do passado de lutas estudantis. Em 1994, o então presidente da República, Itamar Franco, devolveu à entidade o terreno da Praia do Flamengo. Desde então, a UNE iniciou uma longa batalha judicial contra um estacionamento irregular, que funcionava no local, sem alvará. No início de 2007, o terreno foi ocupado pelos estudantes e a UNE iniciou ampla mobilização, através da campanha *A UNE de volta pra casa*, incluindo programações gratuitas e diárias de oficinas, teatro, cinema e música, que conquistaram a solidariedade de antigas lideranças estudantis e diversos setores sociais. No dia 8 de maio de 2007, finalmente saiu a decisão judicial: o terreno é da UNE!²⁸

²⁶ LANGLAND, Victoria. *op. cit.* p. 59-62.

²⁷ JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria. “Introducción: Las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente”. In: _____ (orgs.). *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003, pp. 1-18. p. 3.

²⁸ Sobre a luta judicial da UNE pela reintegração da posse do terreno da Praia do Flamengo e as atividades realizadas durante a ocupação do mesmo, ver *site* da entidade: <www.une.org.br>.

A reconquista do terreno pode ser considerada um presente de aniversário, já que em agosto de 2007 a UNE completou 70 anos. Em comemoração ao septuagenário da entidade, foram lançados: o livro *Memórias Estudantis*²⁹, da historiadora Maria Paula Araujo, que busca, através dos depoimentos colhidos pelo projeto *Memória do Movimento Estudantil*³⁰, resgatar a trajetória da UNE desde a sua fundação, em 1937, até os dias atuais; e dois documentários média-metragem, do cineasta Sílvio Tendler: *Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil*, que, a partir de depoimentos dos ex-militantes e líderes estudantis e das imagens de arquivo, recupera factualmente a história do movimento estudantil universitário desde a fundação de sua entidade máxima; e *O afeto que se encerra em nosso peito juvenil*, que analisa as políticas culturais desenvolvidas pela UNE, desde o Centro Popular de Cultura (CPC), um marco dos anos 60, até a retomada dessas atividades culturais, com a criação da Bienal de Cultura da UNE, no final dos anos 90. Além disso, a entidade planeja a construção, no emblemático endereço da Praia do Flamengo, nº 132, de um Centro Cultural, que já ganhou projeto do célebre arquiteto Oscar Niemeyer e provavelmente receberá o nome de Honestino Guimarães, num claro resgate da memória do passado do movimento estudantil e, especificamente, da União Nacional dos Estudantes.

Diante dos desafios que se colocam para o movimento estudantil nos dias atuais, os estudantes voltam-se para o passado. As imagens do antigo prédio da Praia do Flamengo, seu incêndio criminoso e sua demolição munem os atuais militantes estudantis de um poder simbólico e reforçam o sentimento de *identidade e pertencimento* a uma “idade de ouro”³¹ do movimento estudantil, especificamente os anos 60, buscando no passado sentidos para o presente e força mobilizadora para o futuro. Nas palavras de Girardet: “imagens de um passado tornado lenda, visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do que se supõe ter sido (...): ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora”.³² Na tentativa de reconquistar sua “casa”, o movimento estudantil universitário brasileiro, através da União Nacional dos Estudantes, tenta reconquistar sua

²⁹ ARAUJO, Maria Paula. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

³⁰ Desde 2004, este projeto, desenvolvido pela União Nacional dos Estudantes, Fundação Roberto Marinho e Museu da República, com patrocínio da Petrobras, vem coletando depoimentos daqueles que participaram da trajetória política e cultural do movimento estudantil brasileiro. Para maiores informações sobre o projeto, ver *site* oficial: <www.mme.org.br>.

³¹ Segundo Raoul Girardet, a *idade de ouro* é um dos grandes conjuntos mitológicos criados nos últimos dois séculos. Cf. GIRARDET, Raoul. *op. cit.*, p. 97-139.

³² GIRARDET, Raoul. *op. cit.*, p. 97-98.

própria identidade perdida. Resta-nos perguntar: “Voltar às origens significaria reconstituir o trajeto percorrido para definir o rumo da viagem?”³³

³³ FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, tempo presente e história oral”. *Topoi*, n° 5, Rio de Janeiro, 2002, pp. 314-332. p. 325.

A Análise Inglesa dos *Annales* – Peter Burke

João Carlos Jarochinski Silva¹

Peter Burke faz uma obra ambiciosa, escrever sobre uma “revolução” é sempre difícil, pois nela há paixões contrárias e favoráveis muito grandes. Agora imagine, para historiador, escrever sobre um movimento historiográfico que combateu e foi tão combatido e sair ileso a essa luta. Não se pode negar que Burke tentou deixar as suas paixões e impressões de lado ao escrever esse livro, tentando alcançar o Ideal Weberiano de isenção intelectual, tornado-se, com grande eficiência, um verdadeiro mediador dos combates entre os grupos favoráveis e contrários aos *Annales*.

Para tratar das origens remotas desse movimento, Burke trabalha com o que havia antes dos *Annales*. Ao tomar essa atitude, ele se apropria de um dos elementos dos *Annales*, que é a análise feita sob a longa duração. Para os adeptos dos *Annales* é impensável se falar sobre um acontecimento histórico sem antes se tratar da realidade previamente existente.

Nesse ponto reside uma das grandes virtudes de Burke, pois ele consegue fazer uma síntese fantástica da historiografia do séc. XIX, demonstrando que em muitos casos as críticas feitas por Bloch e Febvre são simplistas por não vislumbrarem a realidade total daqueles historiadores que eles acusaram de fazer uma história factual e de superfície. Além disso, o autor também discute o desenvolvimento das “outras” ciências humanas desse período. As mesmas ciências essas que se tornariam à base da mudança historiográfica proposta pelos *Annales*, demonstrando o quão fundamental foi a crítica desses sociólogos, antropólogos, geógrafos e demais humanistas. Foi o chamado feito para que a História se renda aos novos tempos, onde ela, mais velha do que todas essas ciências sociais, deveria se modernizar para não cair numa inutilidade científica, tornando-se base, apenas, para questões de mera curiosidade.

Foi a chamada para que os historiadores se rendessem. A perspectiva desses agentes era que se tornava fundamental uma mudança no perfil metodológico da História para que essa desempenhasse o seu papel no mundo das ciências sociais, que seria através de estudo do passado ajudar no conhecimento do homem do presente.

¹ Professor do Centro Universitário Uirapuru Superior, Sorocaba-SP, especialista em Filosofia pela UFOP, mestrando pela Universidade Católica de Santos e bolsista CAPES.

Desse ponto em diante tem início a trajetória dos *Annales*. A primeira consideração feita é a de revelar de antemão que não há uma concordância por parte do autor com o termo Escola, pois, as várias facetas que este toma, não o permitem tal nomenclatura. Definindo então o termo movimento como o mais apropriado para englobar um rol tão grande de temas, trabalhos e métodos, Burke, fazendo uso de uma metáfora desse movimento com a vida humana, começa a discutir os anos iniciais, talvez os mais revolucionários e de seus dois fundadores, Lucien Febvre e Marc Bloch.

As revelações feitas sobre a vida desses dois historiadores são geniais, pois através das mesmas percebe-se a raiz intelectual do movimento. Ele trata dos professores desses dois; dos autores que exerceram uma grande influência em suas vidas; do temperamento; do início da carreira acadêmica. Esses fatos são fundamentais para que se possa de certa forma desmistificá-los, assim como desmistificar os avanços feitos pelas suas perspectivas historiográficas.

Aqui também fica claro que Burke mira o público inglês em sua obra, pois há comparações com o que estava ocorrendo nas escolas britânicas. Nesse ponto há obra se torna mais interessante por trabalhar com duas escolas historiográficas importantíssimas.

A obra continua ressaltando aspectos da obra desses dois historiadores, discutindo os pontos principais e que, por isso mesmo, são os mais interessantes e que geraram maior discussão. Ele faz apontamentos das virtudes dos trabalhos, mas também concede espaço para as críticas feitas, quando essas, sob o seu julgamento, detêm uma boa fundamentação. Quando se debate as obras principais, percebe-se o *quantum* de impacto que essas geraram entre os profissionais de História.

Ele continua descrevendo o quão importante foi para a institucionalização dos *Annales* o fato que seus dois principais criadores tenham sido admitidos à Academia Parisiense. Estrasburgo foi importante, mas o reconhecimento em Paris foi fundamental para que o Movimento voasse mais alto.

Ele inicia o terceiro capítulo falando de uma segunda fase dos *Annales*, a fase de Braudel. Este, o maior historiador francês do séc. XX, escreveu obras de grande impacto, sendo a primeira o inesquecível *Mediterrâneo*. É nessa navegação pelo mar Mediterrâneo que se concretizam conceitos como Longa Duração, História Mundo e a História-problema.

O autor não deixa de destacar o poder político que Braudel tinha em suas mãos. Este pelo fato dele ser o diretor do Centre Recherches Historiques da École de Hautes

Études, possuindo o poder de patrocinar os projetos que mais lhe interessavam. O que lhe confere um controle sobre as discussões e obras acadêmicas do período.

Burke é atento ao fato de que não se pode negar à importância de Braudel para a História, mas, mesmo assim, sua obra é criticada sob vários aspectos, sendo o principal deles, o fato de deixar o homem como um ser “prisioneiro” das condições geográficas de seu tempo. Não deixa de ser uma anotação com embasamento.

Talvez essa crítica recaia sobre a ambição de Braudel de fazer uma História de longa duração, ainda mais tendo um conceito geográfico como é o Mar Mediterrâneo. Isso cria obstáculos para ele desenvolver as questões humanas, pois estas são, dentro de todos os processos analisados, as que se modificam mais rapidamente. As mudanças são fundamentais para História, não se pode as relegar a um papel secundário.

Trabalhar com os seres humanos é o que interessa para História, seja em suas continuidades seja em suas mudanças. Porém, analisá-las na longa duração e em um vasto território seja impossível, pois, ou se privilegiaria certos locais arbitrariamente ou inconscientemente escolhidos pelo autor, deixando de lado a busca de uma História mundo, ou se deixa de lado algumas mudanças ocorridas em determinados períodos, deixando assim de ser uma História da longa duração. Porém, a grandiosidade de Braudel reside justamente nessa sua ambição até certo ponto desmedida, pois, através dela, foi capaz de estipular outros paradigmas, mudança toda a perspectiva histórica a partir de então.

Em uma fase mais madura de sua vida, Braudel realiza uma outra obra de grande impacto, *Civilization Matérielle et Capitalisme*, onde ele trata de vários temas ligados à gênese do sistema capitalista na Europa. Isso o coloca entre os pesos-pesados do pensamento econômico mundial, pois sua obra tem uma argumentação do mesmo nível das de Marx e Weber. Sem dúvida, o seu diferencial em relação aos dois grandes pensadores reside no conhecimento pormenorizado dos vários acontecimentos históricos que levam ao surgimento do sistema Capitalista.

Ao tratar da renovação nos *Annales* feita por Braudel, Burke ressalta que a terceira geração de historiadores é fruto dessa mudança de paradigma. Há um distanciamento com os primeiros ideais surgidos com Bloch e Febvre. Essa mudança é que dará corpo a uma nova maneira de se produzir História. Porém, antes de tratar especificamente dessa nova geração, Burke nos relata o nascimento da História quantitativa entre os franceses, principalmente com Ernest Labrousse, um marxista que

adicionou as incontáveis influências que os *Annales* sofreram, a do pensamento de Karl Marx.

Esse historiador econômico fez obras interessantíssimas, porém marcadas pelo mesmo tipo de marca que possuem todas as obras estatísticas, que é o fato de serem um retrato muito frio.

No entanto, após esse adendo, a terceira geração dos *Annales* ganha espaço. Uma das coisas que se destacam na perspectiva de Burke é o fato dele acreditar que se pode ver nessa geração a última que realmente faça parte desse Movimento. Nesse momento, apesar de toda a influência exercida por Braudel, seus paradigmas não são seguidos pelos novos historiadores. Há a volta das questões de História Regional, pensada do ponto de vista mais micro, há a nova vertente da História das mentalidades, volta-se a uma vertente de uma escrita mais narrativa e, principalmente, há um retorno fulminante da questão política à discussão histórica. São tantas as mudanças que não é possível identificar um historiador principal. Há nomes como Le Roy Ladurie, Philippe Áries, Jacques Lê Goff, Georges Duby. São tantos métodos e maneiras de se fazer história que fica difícil se pensar numa coesão para se chamá-lo de Movimento. Na metáfora com a vida humana, temos a morte desse corpo chamado *Annales*.

Porém, não se pode deixar de destacar a qualidade da História e da Historiografia produzida. Sem dúvida é o momento mais completo, mais o que realmente se destaca é o fato dessas obras serem populares, realçando o trabalho do historiador e alcançando o objetivo que é levar as informações para fora da Academia. Foi um período, por exemplo, que definitivamente conseguiu influenciar a memória coletiva francesa. Atingir esse objetivo é a maior ambição que qualquer historiador a produzir uma obra possui.

Mas, há um aspecto que ainda se faz presente dentro desse mundo que é essa terceira geração em que é possível encontrar um fio condutor com as mudanças de Bloch e Febvre que é a interdisciplinaridade. Isto foi trabalhado como nunca por esses historiadores, tanto que há um aumento significativo de ciências auxiliares e, por conseguinte, de temas trabalhados. Trata-se da fase mais madura do movimento que se aproxima do fim, deixando suas paixões lado e com a maturidade suficiente para poder analisar todo aquilo que foi produzido. Porém, tal o caso não faz com que os *Annales* deixem de ter registrado uma importante contribuição para as futuras gerações de profissionais e de todos aqueles que se beneficiaram com uma produção histórica tão comprometida.

Burke afirma que

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculados à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, de geografia à lingüística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais.²

Isto é o fundamental para se compreender o porquê da frase: “Revolução Francesa da historiografia”.

Como não poderia deixar de ser, o trabalho de Burke termina tratando da influência que o movimento teve ao redor do mundo, seja na História, seja nas outras ciências. Foi isto que permitiu a historiografia francesa se estabelecer como uma das mais, se não a mais, importante do mundo.

Para encerrar, Peter Burke tenta responder á duas perguntas formuladas no começo. Aqui fica clara a influência do conceito de História-problema em sua metodologia de trabalho. A primeira delas é sobre a originalidade dos *Annales*, a qual é respondida assim:

Como vimos, a revolta de Febvre e Bloch contra o domínio da história dos acontecimentos políticos foi apenas uma de uma serie de rebeliões semelhante. Seu principal objetivo, a construção de uma nova espécie de história, foi compartilhado por muitos pesquisadores durante um longo período. A tradição francesa, de Michelet e Fustel de Coulanges ao *Année Sociologique*, Vidal de la Blache e Henri Berr, é bastante conhecida (...).³

Já a segunda trata do valor da História dos *Annales* e a importância de estudá-la. Nessa Burke coloca que “Se as inovações individuais relacionadas aos *Annales* têm precedentes e paralelos, sua combinação, não”⁴.

Isto sintetiza de maneira impactante o que foi esse grande Movimento, que Burke, de maneira ambiciosa também, conseguiu, em um livro tão pequeno, caracterizar

² BURKE, Peter. A Escola dos *Annales* – 1929 – 1989. Pg. 126/127.

³ Idem, pg. 121.

⁴ Idem, pg. 122.

as várias faces que este teve. Essa opção de trabalhar apenas com os livros clássicos o ajudou muito nessa empreitada, porém, isso não tira os seus méritos pessoais.

É um excelente exemplo de como deve ser um trabalho historiográfico para um estudante que, na grande maioria das vezes, está pela primeira vez em contato com o Fazer Historiográfico. Esta obra, apesar das imperfeições que possa conter, é um belo manual, pois busca de maneira simples sintetizar coisas tão avançadas e teóricas. Além disso, a mesma possui um Glossário muito útil à compreensão do texto e das obras dos historiadores dos *Annales*. Hoje, percebe-se cada vez com maior intensidade a dificuldade das novas gerações em possuir um cabedal de palavras suficiente para compreender obras tão profundas quanto a dos *Annales*.

A tentativa de levar um conhecimento mínimo suficiente para a compreensão das obras é que transforma esse pequeno livro em mais do que um manual, ele é uma lição de como deve ser a produção da historiografia. Ele foi sintetizado de uma maneira que estimula a sua leitura, deixando um tema tão técnico num agradável estudo.

Há que se buscar sempre encontrar o leitor, sem rebaixar a qualidade técnica e a profundidade do assunto a ser tratado. Esta é a conquista de Peter Burke com um tema difícil como a Revolução Francesa da Historiografia.

Bibliografia

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales – 1929 – 1989*. São Paulo, UNESP, 1991.

DOSSE, François. *A História*. Bauru, EDUSC, 2003.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3ª edição, Lisboa: Editorial Presença, 1989.

O memorialismo e a produção do conhecimento sobre o território brasileiro: perspectivas para uma historiografia das ciências*

Jean Luiz Neves Abreu**

A construção do conhecimento sobre o Brasil nos séculos XVIII e XIX esteve ancorado, em parte, no memorialismo. O propósito deste trabalho é apresentar uma análise dos significados das memórias para a escrita da história e, em particular, do valor que possuem para uma historiografia das ciências.

A produção de memórias foi um instrumento de conhecimento importante no âmbito das academias setecentistas do mundo luso-brasileiro no contexto da Ilustração. O programa historiográfico definido pela Academia Brasílica dos Renascidos (1759) estava orientado para a composição de memórias históricas que equivaliam a instrumentos de pesquisa ou dissertações críticas, ponto de partida para a escrita da “História Universal da América Portuguesa”.¹

Já as memórias produzidas na Academia Real das Ciências de Lisboa (1779) tinham outros propósitos: estabelecer um inventário da natureza e dos povos, constituir um repertório de informações científicas sobre os territórios coloniais, delimitar fronteiras e informar sobre as potencialidades exploratórias das possessões.² Conforme observa Oswaldo Munteal Filho, os “acadêmicos portugueses promoveram estudos memorialísticos, projetos de recuperação econômica da metrópole baseados nas riquezas naturais das colônias”. As memórias se transformaram em impressos, peça fundamental da cultura científica fomentada pelo governo luso.³

Segundo as instruções elaboradas pelos acadêmicos, os relatos deveriam ser concisos, de modo a estabelecer identidades e diferenças. Tais especificações estavam de acordo com os princípios da história natural setecentista, que procurava abordar a

* Esse texto é resultado parcial do projeto de pesquisa “Território e natureza nas memórias descritivas sobre Minas no século XIX” (BIC-Fapemig/Univale).

** Professor de História/Univale, pesquisador do NEHT-Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais da Univale.

¹ KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

² Sobre as atividades da Academia Real das Ciências, consultar, entre outros: CARVALHO, Rômulo de. *A Atividade pedagógica da academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1981.

³ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A academia Real de Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 501.

natureza restringindo voluntariamente o campo de conhecimento.⁴ A Academia Real das Ciências publicou uma vasta gama de memórias elaboradas por cartógrafos, naturalistas, matemáticos, médicos que versavam sobre assuntos os mais diversos. Além da descrição e tentativa de classificação da natureza do mundo ultramarino, esses impressos tratavam de temas relevantes para as reformas econômicas, como a economia e a escravidão.⁵

Apesar de se constituírem em espaços institucionais diferenciados, as memórias históricas e científicas tinham como ponto comum a produção de conhecimento sobre o território. Além disso, entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, a história natural era indissociável da escrita da história, oferecendo padrões de racionalidade para organização do saber histórico e geográfico.⁶

A produção da história natural como forma de saber ocorre em um contexto mais amplo, ligado à expansão dos Estados Absolutistas. A disciplina viabilizava a investigação da natureza e sua classificação, bem como possibilitava promover a riqueza do Estado, unindo ciência e utilitarismo. Nos séculos XVIII e XIX, o fortalecimento dos impérios coloniais esteve vinculado à produção de informações sobre os territórios, permitindo um controle da natureza. Tais informações estiveram atreladas, por sua vez, às viagens exploratórias, que poderiam ter tanto aspectos administrativos, quanto científicos.⁷

Vários estudiosos têm se dedicado a compreender o significado das viagens e os documentos produzidos pelas mesmas. Da contribuição da historiografia estrangeira sobre o tema cabe mencionar o estudo de Mary Louise Pratt, *Os olhos do Império*, que busca contextualizar a produção de informações sobre os territórios coloniais a partir do sistema de classificação da história natural no século XVIII. A autora aponta as inúmeras implicações das viagens científicas nas Américas e na África. A sistematização da natureza fez parte de um projeto europeu relacionada a uma nova forma de consciência planetária que busca apreender os conteúdos internos da superfície

⁴ RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governos a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 230-231.

⁵ Sobre as memórias em torno da escravidão ver o estudo de MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1680*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁶ ARAUJO, Valdeí Lopes; MEDEIROS, Bruno Franco. A História de Minas como História do Brasil. *Revista do APM*, Ano XLIII, n.1, 24-37, jan - jun. 2007, p. 26.

⁷ Para uma análise da tipologia das viagens ver: RAMINELLI, Ronald. Viagens e inventários: tipologia para o período colonial. *História: Questões e Debates*. Curitiba, n.32, p. 27-46, jan-jun, 2000.

do planeta. O mapeamento sistemático da superfície do mundo esteve relacionado à crescente busca de recursos comerciais exploráveis, mercados e terras para colonizar.⁸

Pode-se mencionar ainda o trabalho organizado por Peter H. Reill, *Visions of Empire: voyages, botany, and representations of nature*⁹, bem como o estudo de Emma Spary, *Utopia's garden; the French natural history from Old Regime to Revolution*¹⁰, que apontam os vínculos existentes entre a produção de conhecimento de história natural e os Estados Nacionais como França e Inglaterra. Outro trabalho de referência é o de Lorelai Kury sobre a história natural e as viagens científicas na França entre 1780 e 1830. Nele a autora busca compreender as práticas científicas relacionadas às viagens, recuperando as principais discussões que marcaram a institucionalização da história natural e os parâmetros científicos de conhecimento que orientavam os naturalistas.¹¹

A historiografia portuguesa também tem avançado sobre o tema. Rômulo de Carvalho, em *A história natural em Portugal no século XVIII*, estabelece um histórico dos estudos da natureza, os projetos fomentados pelo governo português, bem como analisa as principais viagens e memórias produzidas por naturalistas e homens de ciência.¹² Ao comentar a cultura científica em Portugal na segunda metade do século das Luzes, Ângela Domingues chama atenção para o esforço empreendido pelo Estado na renovação do conhecimento dos territórios sob domínio lusitano. Segundo essa autora, homens de ciência e funcionários, ligados a instituições como a Universidade de Coimbra e a Academia Real das Ciências, criaram e sustentaram “uma rede de informações”. O que possibilitou ao Estado português conhecer melhor seus domínios na Europa, Ásia, África e América.¹³

O historiador português José Luis Cardoso aprofundou as relações entre a história natural em Portugal e a economia. Este analisa em particular as Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, mostrando como essas procuravam realizar

⁸ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

⁹ REILL, Peter H. Reill (ed.), *Visions of Empire: voyages, botany, and representations of nature*, Cambridge, Cambridge Un. Press, 1996.

¹⁰ SPARY, Emma. *Utopia's garden; the French natural history from Old Regime to Revolution* Chicago: Chicago University Press, 2000.

¹¹ KURY, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L.Harmattan, 2001.

¹² CARVALHO, Rômulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da educação, 1987 (Biblioteca Breve, volume 112)

¹³ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais do Setecentos, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. VIII (suplemento), p. 823-838, 2001.

um inventário rigoroso e sistemático dos recursos naturais e matérias-primas tendo em vista sua utilização e exploração econômica.

Para além dos vínculos entre a ciência e a economia, o autor chama atenção para o fato de que a história natural corresponde a um novo “imperativo epistemológico”, tomando emprestada a noção de George Gusdorf. Dessa forma, não são apenas os critérios utilitários que comandam as viagens dos naturalistas e seus escritos, mas igualmente a tentativa de organizar um conhecimento racionalizado e sistemático, que envolve processos de descrição e classificação do mundo natural.¹⁴

Dialogando com esses estudos, a historiografia sobre o tema no Brasil tem se voltado para viagens no contexto luso-brasileiro. De maneira geral, as pesquisas insistem no vínculo entre conhecimento científico e utilitarismo. Exemplo disso são as pesquisas de Oswaldo Munteal Filho em torno da Academia Real de Ciências de Lisboa. O autor destaca as relações entre o Estado Português, a Academia de Ciências e o Reformismo Ilustrado. Suas conclusões apontam como as pesquisas em história natural tomaram um aspecto pragmático em acordo com os projetos do Estado Português. O fomentismo estatal possibilitou à Academia de Ciências produzir investigações coletivas por intermédio dos letrados que residiam em várias partes do Império Português.¹⁵

Recentemente, Ronald Raminelli publicou uma obra onde aborda vários aspectos das viagens ultramarinas entre fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Dialogando com a historiografia estrangeira e com base em ampla pesquisa empírica, o autor, além de problematizar as questões políticas e administrativas ligadas às viagens e reconstituir as relações dos homens de ciência com o poder, Raminelli mostra como a produção do conhecimento sobre as possessões coloniais, em particular a América Portuguesa, não esteve restrito aos propósitos pragmáticos. As coleções viabilizadas pelas viagens e divulgadas ao público transformavam a ciência também em fonte de

¹⁴ CARDOSO, José Luis. A história natural e a ciência econômica na obra de Domingos Vandelli In: *Memórias de História Natural*. Porto: Porto Editora, 2002.

¹⁵ Ver a respeito os seguintes estudos: MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A Academia e o Império: racionalismo e sociabilidade intelectual no mundo luso-brasileiro In: *Convergência Lusítada: revista do Real Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro, n. 17, p. 322-344, 2000; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A academia Real de Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 483-518; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Despotismo e cultura científica no mundo de Queluz In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; ROLLEMBERG, DENISE; MENEZES, Lená Medeiros. *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002, pp. 89-122

poder para as monarquias. Um aspecto significativo de seu trabalho é o de mostrar os interesses conflitantes que marcam a história natural no contexto do Reformismo Ilustrado e da crise do sistema colonial.¹⁶

O fim do domínio colonial não interrompeu o interesse pelas viagens e produção de memórias. Estas continuaram a ser um instrumento relevante de conhecimento ao longo do século XIX. Nesse sentido, Ermelinda Moutinho Pataca e Rachel Pinheiro sinalizam para o papel dos homens de ciência formados em Portugal na constituição de informações acerca do território brasileiro. Com base em estudo comparativo entre as Instruções das viagens filosóficas de fins do setecentos e a Comissão científica de exploração na década de 1850 enfatizam o estudo das instruções de viagem e das memórias como elementos para compreender as bases em que se constituiu a identidade física do Brasil no século XIX.¹⁷

É significativo ressaltar os vínculos entre o projeto de uma Comissão de exploração e o projeto historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Afinal, a idéia surgiu em uma reunião realizada no Instituto em 1856, com a presença do Imperador D. Pedro II. A ciência produzida entre as décadas de 1820 e 1870 apresentava como característica comum ao projeto historiográfico a construção de uma identidade nacional. Do ponto de vista da prática científica, havia a necessidade de interpretação e compreensão da natureza por parte de naturalistas brasileiros, já que grande parte do conhecimento forjado cabia até então aos viajantes estrangeiros.¹⁸

As conexões entre a escrita da história no século XIX e a história natural foram ressaltados por Manoel Luís Salgado Guimarães. Segundo aponta o autor, o apoio dado pelo IHGB às viagens poderia ser explicado pela, “diversidade de interesses possíveis de serem atendidos por expedições científicas desta natureza”.¹⁹ Lúcio Menezes Ferreira sublinhou de igual maneira como as viagens científicas integraram as propostas metodológicas do IHGB. Somente o conhecimento *in loco* poderia desfazer dúvidas e

¹⁶ RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governos a distância*. Op. cit, 2008.

¹⁷PATACA, Ermelinda Coutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 58-79, jan/jun, 2005.

¹⁸ FIGUEIRÓA, Silvia F. de M. Ciência no torrão natal: a adaptação de modelos estrangeiros e a construção de uma problemática científica nacional (1840-1870).In: GOLDFARB, Ana M. A.; MAIA, Carlos A. (Org.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo: Edusp/ Expressão e Cultura, 1996.

¹⁹GUIMARÃENS, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1998, p.19.

erros de escritos anteriores sobre o Brasil, a exemplo da *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita. Outro objetivo era conhecer, por intermédio das viagens exploratórias, o território e a população. Nesse sentido, a etnografia e a arqueologia adquiriam um significativo papel para estabelecer o conhecimento da população indígena.²⁰ Desse ponto de vista, o estudo das memórias oferece a oportunidade de compreender as relações entre a ciência e a historiografia do século XIX.

Outra abordagem é a que procura situar as idéias dos memorialistas em relação às concepções científicas do período. Exemplo de estudo dessa natureza é o de Clarete Paranhos em conjunto com Silvia Figueirôa, no qual as autoras procuram situar as idéias que marcaram a produção de memórias sobre a mineração no Brasil na transição para o século XIX.²¹ Conforme chama atenção Silvia Figueirôa, as memórias, relatórios e estudos dos “cientistas” no período das reformas ilustradas em Portugal e no contexto pós-independência fornecem pistas das teorias e perspectiva das ciências e das técnicas.²²

Várias memórias e correspondências enviadas a Portugal tinham como elemento central a constituição de informações sobre a região de Minas Gerais, o que se deve ao lugar estratégico da Capitania para a economia. Além da ênfase nas atividades mineradoras, o conjunto da documentação espelha os esforços em esquadriñar a natureza, com informações sobre a fauna, a flora entre outros elementos do mundo natural mineiro.²³

Quando ainda sob o domínio Português, a região foi objeto de investigações de vários letrados, muitos deles nascidos no Brasil, a exemplo de José Vieira Couto. A memória de José Vieira Couto sobre Minas, na qual informa acerca do “território, clima e produções metálicas”, insere-se no contexto das viagens científicas ocorridas no Brasil entre 1802 e 1822.

²⁰ FERREIRA, Lúcio. Menezes Ferreira. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 2, 271-92, abr.-jun. 2006.

²¹ FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça; SILVA, Clarete Paranhos da. Garimpando idéias: a “arte de mineirar” no Brasil em quatro memórias na transição para o século XIX. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, 32-53, jan/jun.2004.

²² FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos de sua história na Colônia e no Império (séculos XVIII-XIX). *América latina em la historia econômica*, n.1, 41-55, jan - jun. 1994.

²³ As fontes disponíveis podem ser consultadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Histórico Ultramarino, bem como as encontradas no Arquivo Público Mineiro. Algumas dessas fontes foram publicadas em: *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII* (Organização e estudo crítico de MUNTEAL FILHO, Oswaldo e MELO, Mariana Ferreira de). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004 (coleção Mineiriana)

Embora publicada originalmente quando o Brasil ainda se encontrava sob o domínio de Portugal, a mesma memória seria reeditada, em 1842, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É significativo observar que instituições do governo brasileiro do século XIX retomariam como ponto de partida várias descrições e investigações publicadas anteriormente.²⁴

Sobre a memória citada, Júnia Ferreira Furtado realizou um estudo crítico, onde procura sublinhar as relações entre o Reformismo Ilustrado e as idéias do mineralogista sobre a exploração dos recursos naturais.²⁵ Um estudo mais detido sobre o pensamento de Vieira Couto foi realizado por Clarete Paranhos. Além de reconstituir o contexto em que as memórias foram escritas, a autora se detém sobre as idéias e conceitos científicos que marcaram o pensamento do naturalista.²⁶

Em pesquisa em andamento a partir das memórias descritivas do século XIX, procuramos estabelecer de que maneira o memorialismo forjou um saber sobre a natureza e o território mineiro no período. Nesse sentido, partimos inicialmente de algumas fontes já conhecidas, a exemplo da *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas* (1801), de José Vieira Couto; bem como *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Gerais* (1807), de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos.

Além desses textos mais conhecidos, a *Revista do Arquivo Público Mineiro* publicou muitas memórias e corografias até então pouco estudadas. Uma delas é a *Memória dos trabalhos estatísticos e topográficos das margens do Rio Doce, e seus principais afluentes, tratados pelo alferes Francisco de Paula Mascarenhas, na viagem que fez ao Arraial do Cuieté* (1832).

Além desse testemunho, outras memórias e corografias indicam um padrão de conhecimento acerca do mundo natural próprias dessa forma de narrativa. Seus autores, homens de ciência ou funcionários administrativos, procuram fornecer um inventário dos lugares e das populações. Descrevem a paisagem, os caminhos, as potencialidades econômicas, as indústrias, artes e ofícios. Nesse sentido, saberes como a estatística, a geografia espelham a ênfase nos objetivos classificatórios necessários ao enquadramento do território.

²⁴ PATACA, Ermelinda Coutinho; PINHEIRO, Rachel. Op. cit. p. 58-79.

²⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. Estudo Crítico. In: COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 13-35.

²⁶ SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto, 1798-1805*. São Paulo: Annablume, Editora da Unicamp, 2002.

Para além dos sentidos que as corografias, memórias e outros documentos ganham no interior do projeto do Arquivo Público Mineiro na afirmação da identidade de Minas Gerais no início da República,²⁷ a investigação desses documentos possibilita a compreensão das representações constituídas em torno da natureza mineira do oitocentos.

²⁷ Sobre esse aspecto consultar: ARAUJO, Valdei Lopes; MEDEIROS, Bruno Franco. Op. cit., p.35-36.

A genealogia e a história são cinza

Prof. Dr. André Luiz Joasilho*

Profa. Dra. Mariângela Peccioli Galli Joasilho**

Hoje, a história está cada vez mais nietzscheana. Interpretamos o passado e acreditamos menos na sua existência como ontologia. O que aconteceu perde, para um grande número de historiadores, o seu estatuto de retorno da consciência, perde a sua idealização como parte de uma memória social desaparecida, e que a História trataria de repor nos termos de um indivíduo transcendente à sua própria historicidade. É possível observar este acontecimento com os avanços da História Cultural nos nossos dias. Em vez de embates econômicos e sociais, temos embates de valores e das representações destes valores, e ainda, como esses valores estão arraigados no tempo.

Podemos, por exemplo, discutir a noção de beleza na história, mas não podemos esquecer que a sua idéia depende das tramas que se constituem em torno dela. Mesmo se estendermos os assuntos, vamos nos deparar com a imposição de valores e com as batalhas em torno deles. A história está cada vez mais nietzscheana, porque o tema da luta foi incorporado em lugares que até a alguns anos atrás eram ignorados. Porém a história não se volta simplesmente para o legado de Nietzsche para daí ter um método de empréstimo. Há no meio do caminho várias reflexões, como as de Michel Foucault e Gilles Deleuze sobre este pensador.

Elas ilustram, no fim dos anos sessenta, uma necessidade de pensar as práticas da disciplina histórica que, naquele momento, passava por grandes mudanças na França, conforme identifica Roger Chartier¹, no caso da Escola dos Anais, e na Inglaterra, como atestam as obras de E.P. Thompson². Mudanças que ao longo do tempo acabam por incluir no campo da história elementos de disciplinas correlatas como a lingüística, sociologia, psicologia, literatura, antropologia, entre outras. Estas mudanças tornaram possível rever e reavaliar a filosofia de Nietzsche, incorporando novas formas de ajuizar o passado e de compreendê-lo.

* Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina

** Professora do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Londrina

¹ - CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 14.

² - THOMPSON, E. P. **The Making of English Working Class**. Londres. Vintage Books, 1963.

Durante o século XIX e ao longo de grande parte do século XX, esperava-se da história a restituição da consciência do indivíduo na própria sociedade. Daí as narrativas comemorativas que impunham uma lógica aos acontecimentos históricos que os transcendia. Escatologias laicas e religiosas ritmavam as narrativas liberando os historiadores do confronto com o acaso.

No entanto, havia uma voz dissonante, Nietzsche. No século XX, ela ficou restrita ao círculo da alta filosofia, escapando para alguns círculos literários que se pintavam de niilistas. Poucos historiadores prestaram a atenção às suas diatribes, principalmente aquelas contidas na *II Intempestiva*. Não foi por desconhecimento, mas por conforto, que faltou a atenção. Toca diretamente ao historiador quando Nietzsche afirma: “*a sensibilidade tradicionalista de um homem, de uma cidade ou de todo um povo é sempre limitada a um horizonte extremamente restrito; a maior parte dos fenômenos lhe escapa totalmente, e o pouco que ela percebe aí, ela o percebe muito indistintamente e de maneira muito fragmentária.*”³ Isso com certeza irritou historiadores que buscavam encontrar no passado o que o tempo havia apartado do presente. Ainda mais, quando se encontra algumas linhas adiante a seguinte afirmação: “*assiste-se ao espetáculo repugnante de uma fúria cega de colecionador empenhado em juntar incansavelmente tudo aquilo que um dia existiu. O homem se imiscui no bolor (...) Às vezes, ele decai a ponto de se satisfazer com qualquer iguaria e de se regalar mesmo com o pó das minúcias bibliográficas.*”⁴

Tornou-se lugar comum rotular as suas considerações contra a história e a ciência de irracionais, aliás, toda a filosofia de Nietzsche ganhou o rótulo. Os seus críticos o colocaram como anti-iluminista e alguns chegaram até a acusá-lo de precursor do nazismo, mesmo a despeito de sua aversão aos nacionalismos e pureza racial que estava escancarada em seus escritos.

A ferocidade das críticas tem o mesmo volume dos questionamentos de Nietzsche em relação à ciência e à filosofia. Críticos, herdeiros do utilitarismo filosófico, não aceitaram, e ainda não aceitam, que se possa desdobrar um *corpus* temático em recusa da *epistème* do saber que se apresentava na segunda metade do século XIX. Isto é, que era possível uma outra filosofia, uma forma de pensar no limite ou além do pensável:

³ - NIETZSCHE, F. **Escritos sobre a história**. RJ: Ed. PUC-Rio, 2005, p. 94.

⁴ - Idem, *ibid*, loc. cit.

“Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar. Na outra extremidade do pensamento, teorias científicas ou interpretações de filósofos explicam por que há em geral uma ordem, a que lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão é esta a ordem estabelecida e não outra. Mas, entre essas duas regiões tão distantes, reina um domínio que, apesar de ter sobretudo papel intermediário, não é menos fundamental: é mais confuso, mais obscuro e, sem dúvida, menos fácil de analisar. É aí que uma cultura, afastando-se insensivelmente das ordens empíricas que lhe são prescritas por seus códigos primários, instaurando uma primeira distância em relação a elas, fá-las perder sua transparência inicial, cessa de se deixar passivamente atravessar por elas, desprende-se de seus poderes imediatos e invisíveis, libera-se o bastante para constatar que essas ordens não são talvez as únicas possíveis nem as melhores: de tal sorte que se encontre frente ao fato bruto de que há, sob suas ordens espontâneas, coisas que são em si mesmas ordenáveis, que pertencem a uma certa ordem muda, em suma, que há ordem.”⁵

Esta outra forma de pensar foi proposta por Nietzsche para a história e para a ciência. A genealogia da ordem das coisas é cinza pelo seu caráter acromático, pela derrisão do começo, pela banalidade dos atos que compõem as ordenações e as racionalidades.

Porém, a historiografia, como herdeira das crônicas reais e hagiografias, quer os grandes começos, quer os atos fundadores monumentais, quer a explosão das cores no início. Logo, a genealogia nietzscheana só pode ser uma irracionalidade para ela, o pensamento sem ordem que aposta no nada.

Podemos dizer que não é bem isto, ou ainda, não é nada disso. A complexidade da filosofia de Nietzsche segue a própria complexidade de uma epistemologia científica que ainda se ordenava no século XIX. Foucault, na sua obra *As palavras e as coisas*, mostra como o estatuto científico estava se constituindo naquele século, especialmente no campo das Ciências Humanas:

“A primeira coisa a constatar é que as ciências humanas não receberam por herança um certo domínio já delineado, dimensionado talvez em seu conjunto, mas não-desbravado, e que elas teriam por tarefa elaborar com conceitos enfim científicos e métodos positivos; o século XVIII não lhes transmitiu, sob o nome de homem ou de natureza humana, um espaço circunscrito exteriormente, mas ainda vazio, que elas tivessem, em seguida, a tarefa de cobrir e analisar.”⁶

⁵ - FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 10

⁶ - Idem, *ibid*, p. 361.

Deste modo, a busca da origem que fundamentou a historiografia do século XIX é, de fato, a busca pelos fins últimos. A recusa dessa origem se dá, “*porque, primeiramente, a pesquisa neste sentido, se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo (...) O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate.*”⁷.

Diante dessa idéia, os historiadores reagiram negando a possibilidade de negar a origem, pois além do começo há as finalidades últimas de um processo histórico inelutável, do qual o homem é apenas coadjuvante. Daí as ordenações dos acontecimentos de acordo com uma filosofia da história, conforme um “telos” que colocaria o aparentemente caótico num regime de ordem sem questionamentos. Trata-se de seriar uma ordem que estaria dada intrinsecamente nos próprios acontecimentos. Trata-se de descobrir o que estaria latente nos eventos. A ordem das coisas dependeria da lógica da descoberta científica que teria os instrumentos necessários para desvelar o real.

Mas, devemos compreender que

*“a II Intempestiva é, antes de tudo, uma crítica do historicismo em todas as suas versões, mas é especialmente um ataque contra a filosofia da história de Hegel e dos hegelianos e também uma condenação das visões científicas da história. A crítica mordaz e o ataque ferino contra a filosofia hegeliana da história se explica por causa da sua submissão e do seu conformismo ao presente, e também por causa da sua teleologia idealista.”*⁸

Essa crítica traz consigo a crítica à idéia da ciência enquanto processo. A curva evolutiva do pensamento científico tinha o seu lar na Europa do século XIX. Os avanços do conhecimento se davam por um processo intrínseco respaldado por uma lógica de ferro inscrita nas próprias coisas. Era como se o mundo trouxesse em si mesmo a lógica da ciência. Nada podia ter validade fora disto.

Nietzsche percebe o embuste. Como seria possível a essência das coisas estarem em si próprias e ao mesmo tempo serem passíveis de interpretações tão díspares? Para ele, a realidade é definida em cada momento histórico por aqueles que podem determinar o que as coisas são, pois, “*talvez a história seja ainda uma teologia disfarçada. Por isso, também, talvez o respeito do leigo pela casta científica seja*

⁷ - Idem, **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 17.

⁸ - MELO SOBRINHO, Noéli Correia, in NIETZSCHE, F. **Escritos sobre a História**. Rio de Janeiro: Loyola-PUC, 2005, p. 15.

*somente uma sobrevivência do respeito que outrora se tinha pelo clero.”*⁹. Para contrapor a essa sacralização laica da história, ele afirma:

*“não obstante, podemos substituir esta explicação, que eu proponho não sem reservas, por outras melhores, pois a origem da cultura histórica – e da sua radical hostilidade contra o espírito de um ‘tempo novo’, de uma consciência ‘moderna’ – esta origem deve ser ela mesma por sua vez submetida a uma investigação histórica, a própria história deve resolver o problema da história, o saber deve voltar seu dardo contra si próprio: esta tripla obrigação constitui o imperativo do espírito do ‘novo tempo’, caso eles ainda sejam realmente os portadores de uma vida nova, forte e original.”*¹⁰

Não há inocência primordial, muito menos a inscrição nas coisas do que elas são feitas, ou ainda a verdade delas. Porém, *“a verdade, espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável.”*¹¹

Se a opção do historiador é a genealogia, o que ele encontrará? A derrisão, o mau começo, a maldade, a imposição e o poder de forjar o mundo conforme a vontade de quem tem a capacidade: a vontade de potência.

O discurso científico foi fabricado a partir da noção de que tudo na natureza é processo e também progresso. Tudo progride e o meio é o processo. O próprio corpo, por exemplo, antes alvo de culpas, quedas, desejos, se torna o corpo do processo. Uma máquina biológica que encadeia dentro de si processo alimentares, sociais, psicológicos, sexuais. O sentido agora é o vital. Vivemos para nos manter vivos. Durante o século XIX e, mais presente ainda no século XX, alimentar, por exemplo, é somente recompor as forças físicas por meio daquilo que é mais apropriado para o funcionamento do corpo. As interdições, os tabus, as culpas abandonam o campo em detrimento das vitaminas, proteínas e daquilo que “faz bem” ao corpo, que o torna produtivo, que aumenta o seu vigor. Não há culpa, a não ser daquilo que “faz mal”, ou seja, aquilo que não é bom para o organismo.

Esse tipo de ciência anódina que esvazia a vontade de potência era considerada por Nietzsche como senil e falsa:

“Como pôde acontecer que os artigos de fé fundamentais pudessem ser desviados e falsificados a tal ponto? – O homem aspira à felicidade – O que há de verdadeiro nisto? Para compreender o que é a “vida”, que aspiração, que expectativa é a vida, a fórmula deve necessariamente valer tanto para a planta e a árvore como para o animal. – A que aspira a planta – mas aqui nos

⁹ - NIETZSCHE, *ibid*, p. 142.

¹⁰ - *Idem*, *ibid*, loc. Cit.

¹¹ - FOUCAULT, M. *Op. cit*, 1979, p. 19.

começamos a fabricar uma falsa unidade grosseira da “planta”, o fato de que seu crescimento comporta um milhão de aspectos que têm suas iniciativas que lhe são próprias pelo menos parcialmente, este fato se encontra desconhecido e rejeitado. Que os pequenos, os “últimos” indivíduos não sejam concebidos como indivíduos metafísicos, como átomos, que sua esfera de poder se desloque continuamente (...)

O homem que se tornou senhor das forças naturais, senhor de sua própria selvageria e de seus próprios desregramentos (os desejos aprenderam a obedecer, a ser úteis) – O homem, em comparação com um pré-homem, representa uma enorme quantidade de poder, e não mais “felicidade”! Como se pode afirmar que ele tinha aspirado à felicidade?¹².

As escatologias laicas do século XIX encontravam na busca da felicidade a aspiração máxima do ser humano. Esta aspiração se inspiraria na lógica intrínseca das coisas do mundo. Conseqüentemente, uma moral da felicidade acompanha tais assertivas acerca da história e da ciência, portanto, a senilidade do homem europeu. Fraco, não consegue mais impor a sua vontade. Um ser reativo, não mais ativo. Para Nietzsche, a Europa estava fadada ao desaparecimento.

A racionalidade científica é um dos alvos da crítica nietzscheana:

“Esta ciência de hoje, que assimila o universo a uma máquina colocada em movimento por um inelutável funcionamento de seus pistões e de suas bielas, repugna a Nietzsche, não somente porque a acreditou falsa, mas porque a julgou aviltante. Era preciso admitir claramente o determinismo, se ele fosse a verdade; mais isto não seria uma razão de glorificá-lo. Nesta piedade dos materialistas para seu universo brutal, Nietzsche viu uma nova forma de servidão. O encadeamento das causas não equivale a uma razão. Devemos justificar o fato porque ele é necessário? Considerá-lo racional porque está presente?

(...) Ele (Nietzsche) não interdita ao cientista usar a concepção determinista. Mas, sua teoria do conhecimento nos fez ver que o determinismo é apenas uma engenhosa construção do espírito. Como fomos nós que fizemos a teoria, não é ela que deve se assujeitar a nós?”¹³

Podemos, ainda, completar com o seguinte raciocínio:

¹² - NIETZSCHE, F. “Fragmentos póstumos” *apud* LEFRANC, Jean. **Compreender Nietzsche**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 113

¹³ - ANDLER, Charles. **Nietzsche sa vie et sa pensée**. Vols. I, II e III. Paris: Gallimard, 1958, p. 182. « Cette science d’aujourd’hui, qui assimile l’univers à une machine mise en mouvement par l’inéluctable marche de ses pistons et de ses bielles, répugne à Nietzsche, non seulement parce qu’il la croit fautive, mais parce qu’il la juge avilissante. Il faudrait bien admettre le déterminisme, s’il était la vérité ; mais ce ne serait pas une raison de la glorifier. Cette piété des matérialistes pour leur univers brutal, Nietzsche y voit une nouvelle forme de servilité. L’enchaînement des causes n’équivaut pas encore à une raison. Devons-nous justifier le fait parce qu’il est nécessaire ? Le trouver rationnel, parce qu’il est arrivé ? (...) Il ne défend pas au savant d’user de la conception déterministe. Mais sa théorie de la connaissance nous a fait voir que le déterminisme n’est qu’une ingénieuse construction de l’esprit. Comme c’est nous qui l’avons faite, ce n’est pas à elle à nous asservir ? »

*“Não há razão e, portanto, necessidade do que em nós. Pode-se desfazê-la, se ela se torna um entrave em lugar de ser uma comodidade. Não nos deveríamos sentir livres por meio dela, pois a única felicidade possível para nós no mundo está na luz que a razão nos dá? (...) a ciência é uma faculdade de reproduzir no pensamento a construção dos mundos, a rotação dos sóis, o nascimento dos organismos. Ela é uma intuição da arte alargada. É por este caminho que ela nos emancipa”*¹⁴

Esta crítica da ciência e a sua transformação em espécie de arte são fundamentais para compreendermos que a história sofre das mesmas críticas e da mesma visão. Contar o que aconteceu é uma forma de arte que serve para elevar o homem e não rebaixá-lo à condição servil que a história, naquele momento, o colocava, pois, sendo o depositário do passado, nada tinha a fazer senão conservá-lo como um antiquário inerte diante dos acontecimentos. O presente seria para ele um fardo e o futuro uma impossibilidade já que nada poderia fazer para alterá-lo.

Desta forma, para Nietzsche a história tem uma utilidade: não é a do relato das origens, mas, segundo Michel Foucault, é

*“fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua “origem”, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história: será ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor em ir procurá-las lá onde estão, escavando os bas-fonds; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda. O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma. É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, suas vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades; da mesma forma que é preciso saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e de energia, sua rachaduras e suas resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas síncope, é o próprio corpo do devir. É preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma na idealidade longínqua da origem.”*¹⁵

¹⁴ - «Il n’y a de raison, et dès lors, de nécessité qu’en nous. On peut la défaire, si elle devient une entrave au lie d’être une commodité. Ne devrions-nous pas nous sentir libres par elle, puisque le seul bonheur possible pour nous au monde est dans la clarté que la raison nous donne ? (...) la science est une faculté de reproduire en pensée la construction même des mondes, la rotation des soleils, la naissance des organismes. Elle est une intuition d’art élargie. Par là, elle nous émancipe. » Idem, *ibid*, p. 183.

¹⁵ - FOUCAULT, Michel. Op. cit, 1979, p. 20.

Para Nietzsche, a história traz as lembranças que fortalecem o ser, por isso ela é escolhida. Não há inocência ou lógica interna nos acontecimentos, eles são feitos de escolhas dos historiadores.

Mas qual o interesse da história:

A história interessa ao seres vivos por três razões: porque eles agem e perseguem um fim, porque eles conservam e veneram o que foi, porque eles sofrem e têm necessidade de libertação. A estas três relações correspondem três formas de história, na medida em que é permitido distinguir aí uma história monumental (monumentalische), uma história tradicionalista (antiquarische) e uma história crítica (Kritische).

A história interessa sobretudo ao homem ativo e poderoso que trava um grande combate e tem necessidade de modelos, de mestres, de consoladores que ele não consegue encontrar à sua volta no presente.”¹⁶

A cada uma destas histórias cabe uma nomeação, pois:

“As três fórmulas de história distinguidas por Nietzsche correspondem aos três tipos de humanidades. A história crítica satisfaz a humanidade revoltada e sensível de Rousseau; a história tradicionalista convém à humanidade goetheana conservadora e idílica; mas a história monumental, se ela deve estimular os grandes agitadores, corresponderia ela à humanidade schopenhauriana? O herói do verdadeiro do qual toda a vida se consome na obra de compreender, seria ele o herói da ação? Ele não deveria preferir a história crítica? Este grande problema será um dos pivôs em redor do qual girará o sistema de Nietzsche.”¹⁷

Nietzsche nunca apresentou uma solução clara para o dilema da história. Mas fica evidente que ela estaria numa dosagem entre as três. A história deve ser crítica, pois o homem deve se rebelar contra o que se apresenta. No entanto, ela é também a história das massas, e para o filósofo:

“Tempo virá em que abdicaremos sabiamente de elaborar um processo universal ou simplesmente a história da humanidade, uma época na qual não se levará mais em conta as massas, mas apenas os indivíduos que forma uma espécie de ponte sobre a torrente selvagem do devir. Estes não dão continuidade a qualquer processo, mas vivem numa simultaneidade intemporal.”¹⁸

Para Nietzsche, o indivíduo é quem pode tomar para si o devir e fazer a história. As massas são reativas. Por isso, a história crítica serve ao indivíduo. Mas ele precisa

¹⁶ - NIETZSCHE. Op. Cit, 2005, p. 82.

¹⁷ - « Les trois formules de l'histoire distinguées par Nietzsche correspondent aux trois types d'humanité. L'Histoire *critique* satisfera l'humanité révoltée et sensible de Rousseau ; l'histoire *traditionnaliste* convient à l'humanité goethéenne conservatrice et idyllique ; mais l'histoire *monumentale*, si elle doit stimuler les grands agissants, correspond-elle à l'humanité schopenhauerienne ? Le héros du vrai, dont toute la vie se consomme à la besogne de comprendre, est-il aussi le héros de l'action ? Ne devrait-il pas préférer l'histoire critique ? Ce grand problème sera l'un des pivots autour duquel tournera le système de Nietzsche. » ANDLER, Charles. *Op. cit*, 190.

¹⁸ - NIETZSCHE, Op. cit, 157.

também da tradição, pois desconhecer os atos do passado o leva a avaliar equivocadamente os seus atos. Ela ajuda a ação, pois é uma memória dos grandes indivíduos:

“Cultivando cuidadosamente o que sempre foi, quer conservar para aqueles que nascerão depois dele as condições nas quais ele próprio nasceu – e é assim que se presta um serviço à vida. A posse do “ferro-velho ancestral”, numa alma assim constituída, toma um novo sentido: pois esta alma é possuída por seu patrimônio. Tudo o que é pequeno, limitado, bolorento, envelhecido, recebe sua dignidade e sua intangibilidade próprias do fato de que a alma conservadora e adoradora do homem tradicionalista se transporta para estes objetos e aí constrói um ninho macio. (...) Este sentido tradicionalista da veneração, no entanto, só adquire o seu mais elevado valor quando estende sobre a realidade rude e modesta, ou seja, a realidade miserável na qual vive um homem ou um povo, um sentimento simples e tocante de prazer e satisfação (...).”¹⁹

Finalmente, a história monumental lembraria os atos heróicos, aqueles indivíduos que devemos tomar como *magister exempli*: ela nos fornece os exemplos da vontade de potência.

“Então, que utilidade o homem de hoje retira do conhecimento do passado monumental, do estudo daquilo que os tempos antigos produziram de clássico e de raro? Este conhecimento lhe permite ver que esta grandeza foi outrora possível, e portanto será sem dúvida possível novamente; ela caminha desde então com um passo mais seguro, pois afastou a dúvida que assaltava nas horas de fraqueza e lhe sugeria que ele talvez estivesse perseguindo o impossível. Admitindo-se, por exemplo, que alguém ficasse convencido de que uma centena de homens produtivos, educados e movidos por um novo espírito bastassem para liquidar esta pseudo-cultura que está hoje em moda na Alemanha: não seria para ele um grande consolo descobrir que foi justamente deste punhado de homens que surgiu no passado a cultura do Renascimento?”²⁰

A solução estaria na conjugação destas três histórias. Elas tornariam possível ao homem curar de sua doença senil, preparando-o para trans-valoração dos valores. No entanto, isto não é de massas. É uma história para indivíduos que têm a capacidade de impor valores e superar a decadência, dando um sentido para a existência.

Para completar, esta história genealógica é uma história da *vontade de poder*, na qual se afirma a potência do indivíduo. Cinza é o começo, mas isto não quer dizer que é a cor predominante. A Grécia pré-socrática, o Renascimento atestam que os indivíduos podem e fazem a história. Assim, antes de ser uma impossibilidade, o devir é um campo de virtualidades.

¹⁹ - Idem, *ibid*, p. 92.

²⁰ - Idem, *ibid*, p.86.

Para os historiadores não cabe descobrir, depois de mais de cem anos, o que é útil na filosofia de Nietzsche. Não há um sentido oculto nas formulações deste pensador a respeito da história que deve ser “resgatado”. Cabe-nos, ao contrário, verificar quais possibilidades se abrem ao incorporar as críticas à história documental, afinal: “*em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.*”²¹

Hoje a história está cada vez mais nietzscheana pelo seu caráter fragmentário, nos quais valores entram em choque. Se tomarmos como exemplo a obra de E. P. Thompson, *The Making of English Working Class*, é possível ver quanto tem de reflexões antropológicas, incorporando temas caros aos chamados Estudos Culturais. Não se trata simplesmente de um embate no campo econômico de classes que lutam para impor seus modelos de organização social. A classe operária para Thompson cria seus próprios valores por meio da experiência cotidiana, e luta por eles. Na História Cultural, encontramos no livro de Roger Chartier, *A História Cultural, entre práticas e representações*, leitores que organizam seu conhecimento a partir de experiências vividas, pois antes dos livros pertencentes à *Bibliothèque Bleue* serem simples imposições de mercadores ávidos de lucros, eles são lidos em outro sentido, no sentido do cotidiano dos leitores.

A história está cada vez mais nietzscheana pelo seu caráter temporal. Ela insere os seus personagens na historicidade de suas sociedades e de suas épocas. Não busca valores transcendentais ou alguma ontologia. Ela apenas relata os embates cotidianos em torno da memória, da vida e da criação dela.

Bibliografia

ANDLER, Charles. *Nietzsche sa vie et sa pensée*. Vols. I, II e III. Paris: Gallimard, 1958.

²¹ - FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____ *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____ *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

LEFRANC, Jean. *Compreender Nietzsche*. Petrópolis: Vozes, 2005.

NIETZSCHE, F. *Escritos sobre a História*. RJ: Ed. PUC-Rio, 2005.

Tensões e Oposições - Edward Thompson e o marxismo estruturalista: um diálogo possível?

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior¹

Esta pesquisa centra-se esforços no pensamento social do historiador britânico Edward Palmer Thompson, destacando as aproximações estabelecidas pelo autor entre ações coletivas, classes e culturas populares.

Para Thompson, o processo de construção das ações coletivas dos trabalhadores ingleses situava-se anteriormente na cultura popular, é disso que considerável parte da produção desse autor se refere. Entre elas, é possível mencionar a clássica trilogia de Edward Thompson, traduzida sob o título de *A Formação da Classe Operária Inglesa*².

Thompson pretendeu, com essa abrangente pesquisa publicada inicialmente em 1963, articular a organização das primeiras instituições de trabalhadores britânicos com a cultura popular inglesa, rompendo com antigas teses que identificavam a formação das associações operárias apenas às lutas classistas, como propunha os teóricos do Partido Comunista da Grã Bretanha. A grande inovação de Edward Thompson foi perceber a estruturação da classe operária nas suas múltiplas experiências culturais associadas a elementos de resistência popular. Assim, o autor foi inovador em suas pesquisas ao colocar em evidência os diversos aspectos formadores do operariado inglês do século XVIII, associando, nesse contexto, tradição e valores culturais nascidos da experiência histórica e social.

O surgimento das ações coletivas precede formação da classe operária. Elas se apresentam como o alicerce de composição da classe operária, unificando diferenças e pontos aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência dos atores sociais (THOMPSON, 1987).

O estudo sobre as ações coletivas na perspectiva teórica e analítica em Edward Thompson possibilita a promoção de um diálogo entre seus diferentes elementos constituidores: cultura popular, classe social, literatura e ação política. A articulação

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

² Composta por três volumes intitulados: *A Árvore de Liberdade*, *A Maldição de Adão* e *A Força dos Trabalhadores*, a tradução do título original, *The Making of the English Working Class*, para *A Formação da Classe Operária Inglesa* não conseguiu, como adverte a tradutora do livro, captar a real intenção de Thompson ao propor esse título. Ao utilizar o termo substantivado *The Making*, o autor conscientemente pretendia evidenciar o movimento de autoconstituição das classes operárias inglesas ao longo da história, através, principalmente, da luta de classes.

desses elementos, presentes, segundo o autor, nas ações coletivas constituem como o objetivo central deste trabalho.

Edward Palmer Thompson nasceu em Oxford, Inglaterra, em 1924. Seu pai, o pastor Edward John Thompson, sua mãe a missionária Theodosia Thompson, e seu irmão mais velho Frank Thompson, assassinado por fascistas búlgaros durante a Segunda Grande Guerra³, foram talvez, as principais influências políticas e sociais do jovem Thompson.

Foi pelas mãos de seu irmão Frank, que com 17 anos, E. P Thompson se filia ao Partido Comunista Britânico, alistando-se em seguida, como voluntário, nas tropas inglesas que lutaram na guerra⁴. Com o fim do conflito, um duplo sentimento apossa-se de Thompson: de um lado a felicidade pela derrocada do nazi-facismo e a certeza quase incontida, na escalada da esquerda nos países europeus. De outro, a tristeza e a amargura pela morte seu irmão mais velho Frank, capturado e fuzilado em 1944 na Bulgária⁵.

Encerrada guerra, Thompson retoma seus estudos universitários, interrompidos em 1942, graduando-se em História no ano de 1946. A História não foi à opção original do autor, que queria ser poeta como seus pais. Na tentativa de realizar esse sonho resolve cursar Letras, transferindo posteriormente de opção, influenciado por Frank Thompson, que já cursava História⁶.

Uma vez cursando História, é eleito presidente do Clube dos Estudantes Socialista da Universidade. Nesse período foi bastante influenciado Christopher Hill e Maurice Dobb, com os quais construiu um núcleo de pensamento e estudos, denominado Marxistas Humanistas, além de Thompson e Hill também integravam o grupo: Raymond Williams, Raphael Samuel, John Saville, Eric Hobsbawm, Dorothy

³ Em tom de homenagem ao irmão e ao filho mais velho, Edward e Theodosia Thompson escreveram e publicaram em 1947 uma obra intitulada *“There is a Spirit in Europe. A Memoir of Frank Thompson.”*

⁴ Não há informações precisas sobre a participação de Thompson na II Guerra. Alguns biógrafos argumentam que o historiador lutou na Itália e na França. Já outros, afirmam que ele combateu na Itália, no norte da África e Itália. Para maiores detalhes ver, entre outros: KAYE, H, *“The British Marxist Historians: an inductive analysis.”* Cambridge: Polity Press, 1984. e PALMER, Brian. *“The Making of E.P. Thompson: Marxism, Humanism and History.”* Toronto: New Houghtown Press, 1981.

⁵ Esse duplo e contraditório sentimento é assim relatado: “[...] No fim do conflito, carregava consigo as esperanças abertas com a vitória sobre o nazi-facismo e com a ascensão de forças de esquerda em vários países europeus, tanto no ‘Leste’ como no ‘Ocidente. Porém, igualmente, trazia uma grande dor, a morte de Frank capturado e executado na Bulgária [...]” (FORTES, NEGRO e FONTES, 2001: 22).

⁶ Hobsbawm diria que Frank ainda era mais genial, brilhante e favorecido em relação ao irmão mais novo.

Thompson entre outros. A união desse grupo de intelectuais ingleses foi o embrião da Escola Marxista Revisionista ou Escola Neo-Marxista Inglesa⁷.

Os encontros cotidianos com esse grupo de intelectuais britânicos foram decisivos para a opção profissional de Thompson. O convívio desperta a vontade de se tornar um historiador da classe operária e de suas ações coletivas, impregnadas de cultura romântica e resistência popular. Thompson definia-se politicamente nesse momento como um marxista humanista ou um morrissiano-marxista, uma clara alusão/homenagem ao poeta William Morris.

A Formação da Classe Operária Inglesa de 1963 é o exemplo mais notório da influência de Morris na obra de Thompson. A trilogia tenta, e com sucesso, trazer a tona um marxismo revigorado pelo humanismo romântico e literário de William Morris. LÖWY (1999), afirma que o “estilo literário” assumido por Thompson evidenciava a história escrita pela perspectiva dos vencidos, graças à perspectiva romântico-socialista inspirada em Williams Morris. De acordo com a citação:

“[...] É graças à sua perspectiva romântico-socialista que seu autor pôde tornar visível o avesso do cenário e reescrever a história da virada do século XVIII a partir da experiência das vítimas do progresso. A formação da classe operária inglesa é também, como Miguel Abensour muito bem no seu prefácio à tradução francesa do livro ‘morrissiano’; isto é, profundamente impregnado pelos modos de percepção formados na leitura de Williams Morris, talvez o mais romântico dos revolucionários socialistas” (LÖWY, 1999: 48).

Desde sua concepção original, o escopo da obra era refletir a formação de processos de ação coletiva, associados a elementos da cultura popular e literária como forma de resistência aos efeitos danosos da revolução industrial nas baixas camadas populares da Inglaterra naquele momento histórico.

O debate sobre ações coletivas na Formação da Classe Operária Inglesa articula-se, segundo Thompson, em torno da noção de classe operária. Tema recorrente nas obras do autor, que observa classe social com algo fluido e de dinâmicas relações,

⁷ A constituição desse grupo aglutinou-se em torno das críticas ao marxismo estruturalista, particularmente a um de seus principais representantes Louis Althusser (1918-1990). As oposições articulavam-se contrárias noções de falsa consciência e a percepção de classe social como uma entidade estática e presa no tempo.

somente entendidas através de seus contextos históricos e sociais⁸. Não existe um padrão teórico estabelecido que consiga dimensionar classe social no seu tipo/modelo mais puro e intocado, tamanha sua volatilidade.

Ao criar tal proposição, Thompson dirigia severas críticas à corrente estruturalista marxista e em particular a Perry Anderson e Ton Nairn, propagadores das teorias althusserianas na Inglaterra. O cerne do debate apoiava-se nas noções de classe e luta de classes. Enquanto os dois primeiros historiadores advogavam classe social como elemento componente indissociável das categorias de infraestrutura e superestrutura. Em outras palavras, concebiam a formação da classe social e de sua consciência como derivação do processo da base produtiva.

Por seu turno, Thompson manifestava claramente suas objeções e oposições a essa visão marcadamente estrutural e estática sobre classe social. De acordo com suas indagações, o conceito de classe social não pode ser apreendido como um simples produto do desenvolvimento estrutural das forças produtivas. Todavia, procura demonstrar que o termo classe social, é dinâmico e guarda em seu interior diferentes interpretações e significados.

Thompson procura analisar a formação da classe operária inglesa situada em um contexto de industrialização, que lhe confere dinâmica histórica que derivam de processo sociais articulados ao longo do tempo⁹. É através dessas múltiplas experiências que se constitui a classe social e suas diferentes formas de ações coletivas. A citação que se segue revela com precisão esse fenômeno histórico:

“Thus working men formed a picture of the organization of society, out in their own experience and with the help of their hard-won and the erratic education, which was above all a political picture. They learned to see their own lives as part of a general history of conflict between the loosely defined

⁸ De acordo com Thompson: “By class I understand an historical phenomenon, unifying a number of disparate and seemingly unconnected events, both in the raw material of experience and consciousness. I emphasise that it is a historical phenomenon. I do not see class as ‘structure’, nor even as a ‘category’, but as something which fact happens (and can be shown to have happened) in human relationships” (THOMPSON: 1962, 03).

⁹ Thompson adverte que a categoria classe social é construída historicamente, portanto deve ser pensada e analisada inserida em um contexto específico. As classes só existem, porque, segundo o autor, as pessoas se comportam de modo classista em diversas situações, fato que pode gerar um amadurecimento no conceito de classe social. O comportamento classista é um dos responsáveis diretos pela formação de instituições e ações coletivas alicerçadas em uma base cultural que, em alguns casos, podem conter semelhanças com outros movimentos sociais. Não obstante, não é possível tentar forçadamente conceber uma teoria que consiga encontrar regularidades em certos estágios de desenvolvimento daquelas categorias sociais, pois, acima de tudo, o fenômeno histórico e social prevalece sobre a teoria (THOMPSON, 2001).

‘industrious class’ on the one hand, the unreformed house of commons on the other [...]” (THOMPSON, 1962: 74).

Assim, Thompson procura evidenciar que a formação da classe operária inglesa e de suas ações coletivas acontece com a participação de “gente comum”, para usar um termo caro ao autor. Dessa forma, é inaugurada a história das massas comuns como forma de perceber a formação da classe social. De acordo com o autor, as camadas populares são ativamente participantes, preenchendo as lacunas históricas deixadas pela historiografia marxista tradicional¹⁰.

As análises estruturalistas sobre a formação de ações coletivas oriundas das classes sociais, partiam de uma simplificação do objeto estudado, dizia Thompson, ao negligenciar propositalmente aspectos da tradição cultural, popular e radical das camadas populares. A radicalidade da “gente comum” é um elemento indispensável para a formação de ações coletivas oriundas daquele momento, o ludismo talvez fosse seu exemplo mais notório e bem sucedido.

É dentro desse perfil, que Thompson procura resgatar a formação de ações coletivas originárias de movimentos sociais e populares da Inglaterra do século XVIII. A adoção da cultura popular seria, segundo o historiador britânico, os elementos formadores das ações coletivas e das estratégias de resistência do operariado inglês do XVIII. A utilização de elementos da cultura popular preencheria um vazio sentido na produção acadêmica marxista estruturalista inglesa, que propositalmente despreza as manifestações culturais das classes baixas.

Aqui mais uma vez, é necessário retomar o debate intelectual entre Edward Thompson e Perry Anderson com as publicações de *“Origins of the Present Crises”* e a contrapartida *“Peculiarities of the English”*. No centro do debate a experiência histórica de formação da classe operária inglesa e o empreendimento das ações coletivas.

¹⁰ Estaria aqui, um dos pontos do desentendimento teórico entre Edward Thompson e Perry Anderson O cerne da crise entre os dois historiadores britânicos torna-se mais evidente quando em 1963, Anderson assume a direção do conselho editorial da *New Left Review*, dando um novo redirecionamento para revista, privilegiando publicações voltadas para um marxismo estruturalista. Nesse debate, Anderson publicou *Origins of the present crises*, sendo imediatamente respondido por Thompson em *Peculiarities of the English*. Alguns anos depois, este ensaio foi publicado na coletânea *The Poverty of Theory and other essays*, traduzida no Brasil sob o título *A Miséria da Teoria*. Com a publicação da obra as relações entre Thompson e Perry Anderson tornam-se insustentáveis. Cada qual analisava a formação da sociedade inglesa sob uma perspectiva, enquanto Perry Anderson entendia sua formação centrada em uma análise estrutural, Thompson a concebia como um conjunto de possibilidades e transformações dos agentes humanos em sociedade.

Enquanto Anderson definia seu campo de análise historiográfica ancorado em uma análise estrutural, o outro historiador trabalhava a hipótese da ação humana como transformadora da sociedade. Ambas as análises partem de perspectivas quase antagônicas. A citação não deixa dúvidas:

“Nos idos de 1962, quando as atividades da New Left Review estavam um pouco confusas, a direção da Nova Esquerda convidou um hábil colaborador – Perry Anderson para assumir a editoria da revista. Encontramos, como esperávamos, no camarada Anderson a decisão e a coerência intelectual necessárias para assegurar sua continuidade (...)” (THOMPSON, 2001: 75).

E ainda acrescenta:

“(...) Todos os ramais secundários não econômicos e desvios socioculturais da New Left, que estavam, de resto, recebendo cada vez menos tráfego, foram abruptamente desativados. As principais linhas da revista sofreram uma modernização igualmente brusca. As marias-fumaças da Velha Esquerda foram varridas dos trilhos, as paradas marginais (Compromisso, Qual o Futuro do CND?, Mulheres Apaixonadas), foram fechadas, e as linhas, eletrificadas para o tráfego expresso Rive Gauche marxistencialista (...)” (THOMPSON, 2001: 76).

Em outro momento:

“(...) Em menos de um ano, os fundadores da revista descobriram, para seu pesar, que o conselho editorial vivia em um ramal que, após rigoroso balanço intelectual foi considerado deficitário. Percebendo-nos supérfluos, colocamos nossos cargos a disposição” (THOMPSON, 2001: 76).

A discordância intelectual entre os dois pensadores da esquerda inglesa organizava-se em torno da nova proposta editorial adotada pela New Left Review, que segundo Thompson, articulava em três principais eixos aglutinadores: análises do terceiro mundo, definições da teoria marxista¹¹ e análise da história e estrutura sociais britânicas (THOMPSON, 2001:76).

O reflexo mais agudo da disputa intelectual teria assento na formação da classe operária inglesa e na implantação de suas ações coletivas, no centro do palco Perry Anderson e Edward Thompson.

¹¹ É interessante mencionar que Thompson considerava as análises marxistas estruturalistas evasivas e soltas teoricamente, por não levarem em consideração as formas de ação humana, como articuladoras e criadoras das teorias históricas e sociais.

Enquanto o primeiro procurava traçar um paralelo entre a Revolução Inglesa do século XVII e a formação da base infraestrutural da Grã-Bretanha, destacando que não houve mudanças nas superestruturas da sociedade. Em outras palavras, a consolidação de uma aristocracia agrária obliterou a solidificação de uma burguesa industrial e urbana, afetando conseqüentemente a formação de uma classe operária inglesa. O resultado seria uma classe operária subserviente, incapaz de articular-se em busca de uma proposta de transformação social. O que se observava no operariado inglês, segundo Anderson, era uma tendência ao corporativismo (MUNHOZ, 2005).

Por outro lado, Thompson demarca sua posição em contrário. Para ele, o capitalismo inglês teve na aristocracia agrária peça imprescindível para sua articulação e fortalecimento. Desde o começo a burguesia inglesa tornou-se uma classe importante e dominante da Grã-Bretanha, facilitando dessa forma, o auto fazer-se da classe trabalhadora britânica.

Pensando a classe operária inglesa, Thompson colocava que a análise feita por Anderson é simplória e superficial, uma vez que não levava em consideração a tradição radical e a experiência histórica particular de cada grupo de trabalhadores¹² (MUNHOZ, 2005).

Sem sombra de dúvidas, esse é o principal registro dos trabalhos historiográficos produzido por E.P.Thompson: tentar dar “voz aos vencidos”, como havia proposto Walter Benjamin¹³.

Thompson vê nesse processo, momento de transformação do discurso produzido pelas elites e pela historiografia oficial e ortodoxa, que segundo ele, não evidenciavam propositalmente a constituição do proletariado enquanto classe social.

A análise da formação proletária enquanto classe social organizada é um dos pontos nevrálgicos da enorme e diversificada produção de Edward Palmer Thompson, e essa era uma das muitas batalhas que propunha o historiador britânico. Isto é, mostrar que experiências radicais levariam a formação de consciências de classes distintas.

¹² A radicalidade nas ações coletivas dos trabalhadores ingleses é um importante elemento resgatado pelo autor em suas pesquisas sobre cultura popular. De acordo com Thompson, seria essa a característica marcante na formação das associações operárias e de trabalhadores, como se percebe na seguinte passagem: “Seus fundadores não tinham aceitado a submissão, nem teriam admitido a palavra grata. A tensão entre reinos ‘exterior’ e ‘interior’ implicava uma rejeição dos poderes dos dirigentes, exceto nos pontos em que era inevitável a coexistência: e muitos argumentos hábeis haviam outrora se voltado para o que era e o que não era ‘legítimo’ para a consciência (...)” (THOMPSON, 1987: 31).

¹³ Para maiores detalhes ver: Löwy (2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS;

ANDERSON, Perry. Origins of the present crises. **New Left Review**, London, nº23, jan/fev. 1964.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento. O contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2008.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses sobre o “conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LÖWY, Michael. A corrente romântica nas ciências Sociais da Inglaterra: Edward P.Thompson e Raymond Willians. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, nº 8 p.43-68, junho de 1999.

MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol 2. nº 2, setembro de 1997.

PALMER, Bryan. **Edward Thompson objeções e oposições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

THOMPSON, Edward. **Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, Edward. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward. **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, Edward. **Zero Option**. Manchester Road: Bristish Library, 1982.

THOMPSON, Edward. **Making History. Writtings on History and Culture**. New York: New York Press,1995.

THOMPSON, Edward. **The Essential E.P. Thompson**. New York: New York Press, 2001.

THOMPSON, Edward. Socialist Humanism. **The New Reasoner**, London, nº1, p. 105-143, Summer, 1957.

THOMPSON, Edward. **Witness Against the Beast: Willian Blacke and the Moral Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WILLIANS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WILLIANS, Raymond. **Tragédia Moderna**. São Paulo: Cosac e Naify, 2002.

Tempo e Tradição Oral: O caso da morte da Rufina no sul do Ceará

Cícero Joaquim dos Santos*

O substrato da marca de um tempo é definido pelas ações humanas e pelos valores e imaginário que conformam esse tempo.¹

No Cariri cearense uma cruz vem operando milagres. Segundo a tradição oral, a “Santa Cruz da Rufina”, como é identificada, foi erguida em memória a uma mulher, Rufina, que teria padecido de grande sofrimento, sendo vítima de morte trágica entre os anos iniciais do século XX.² Sua morte continua presente em narrativas orais.

Ao analisarmos a tradição oral podemos perceber que a suposta morte da Rufina se tornou um marco temporal para os devotos da Santa Cruz, que passaram a identificar o momento no qual teria ocorrido este evento como um tempo diferenciado, servindo como um elemento de posicionamento temporal dos sujeitos, ou seja, de marcação do tempo, especialmente, no tocante à diferenciação das gerações. Lembremos que “Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história”.³ Vejamos a narrativa de Maria Francisca da Cruz, nascida em 28 de março de 1937:

Muita gente conta. Num é do meu tempo não né. Eu só vejo dizer assim né, que ela [Rufina] morreu, foi matada. E todo mundo sabe. Os mais vei que conhecia ela, mas esses mais novos não conhecia não. Num foi do meu tempo não.⁴

* Mestrando em História e Culturas na Universidade Estadual do Ceará – UECE. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP. Orientador: Prof. Pós-doutor Gisafran Nazareno Mota Jucá.

¹ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 35.

² Ver também em SANTOS, Cícero Joaquim dos. Cruz da Rufina: o processo de santificação popular de Rufina e a revelação de um espaço sagrado em Porteiras-CE. In: **Propostas Alternativas**, Fortaleza: IMOPEC, n. 14, 2006, pp. 14-21. Sobre o conceito de morte trágica ver em REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

³ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 418.

⁴ Depoimento de Maria Francisca da Cruz, conhecida popularmente por Maria de Éloi, 70 anos, ex-agricultora. Entrevista realizada em julho de 2007.

O tempo da morte da Rufina nos foi relatado pelos seus fiéis apresentando diferentes referências. Como são visíveis no relato acima, as demarcações do tempo nas memórias são relacionadas às experiências vividas pelos sujeitos narradores, por presenciarem um acontecimento, ou mesmo, por reconstruírem, na memória, os momentos de escuta. Nas lembranças dos narradores, o momento da morte da personagem identifica gerações. Isso nos demonstra que os fatos lembrados na memória são articulados a partir das vivências dos indivíduos e suas relações sociais, como também a partir das necessidades do presente.⁵

Identificamos, nas narrativas orais, a construção de duas categorias relacionadas à percepção do tempo da morte analisada nas memórias. O termo “no meu tempo” representa a afirmação da contemporaneidade dos narradores com o período da suposta morte. Mãe Velha e Sinharinha, de respectivamente, 104 e 85 anos, expressaram esses termos, relatando o sentido de pertencimento ao contexto em que a jovem teria morrido.⁶ A frase “no outro tempo” comumente nos foi relatada pelos devotos que não o vivenciaram.⁷ Começamos a analisar as falas das narradoras, devotas da Rufina e do objeto sagrado, que afirmam terem vivenciado o referido contexto. Na narrativa de Mãe Velha, sua mãe, Constância Maria da Conceição, teria conhecido Rufina. Em sua narração, ela demonstra os aspectos físicos da jovem vítima do martírio:

Da cruz da Rufina, eu alcancei, eu era menina ainda. (...) Mataro. Mãe contava que era muito bunita essa muié. (...) Finada Rufina. Ela num era daqui não, era de Barbaia. (...) Eu era menina nesse tempo. Mãe contava essa história. Ainda viu ela, ainda. Diz que era uma muié muito alva, bonita do cabelão.⁸

Nessas memórias, a narradora faz menção a um suposto contexto da morte em que o evento ocorrera, identificado como o período de sua infância. Assim, a mesma teria falecido nos anos iniciais do século XX. Embora afirme ter vivenciado o período, a mesma não relata lembranças suas sobre a personagem. As características físicas e sociais da mulher, apontadas na sua narrativa, como sua beleza física, foram elaboradas através da oralidade. Na continuidade de sua narrativa, Mãe Velha, com sua voz grave,

⁵ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 154.

⁶ Maria Constância do Espírito Santo, conhecida como Mãe Velha, 104 anos, ex-agricultora, já falecida. Maria Sabino de Araújo, conhecida como Sinharinha, 85 anos, ex-agricultora.

⁷ As expressões citadas que caracterizam o tempo também podem ser identificadas no artigo: GANDON, Tânia Risério d' Almeida. Entre memória e história: Tempos múltiplos de um discurso a muitas vozes. In: **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 22, 2001, p. 141.

⁸ Depoimento de Maria Constância do Espírito Santo, conhecida como Mãe Velha, 104 anos, ex-agricultora, já falecida. Entrevista realizada em setembro de 2004.

marcada, ora por momentos de recordações que ligeiramente expressou oralmente, ora silenciosa, com longas pausas no momento da fala, demonstra, de forma clara, a mudança de geração entre os contemporâneos do momento da morte da personagem, e dos novos sujeitos, acentuando as diferenças temporais:

Eu num me lembro dessa muié não, mãe era quem contava. Os mais véi, que de hoje num tem mais nenhum vivo, no tempo que mataro essa muié esse povo mais véi tava tudo vivo. Quando mataro essa muié, eu sei que eu era pequena. Quando mataro essa muié eu ainda era moça. Só quem sabe contar dessa, dessa muié só é eu porque eu num vejo outro contar.⁹

Na narrativa podemos perceber claramente a diferenciação entre o “tempo do hoje”, e o “tempo dos mais velhos”, temporalidades vivenciadas pela narradora. O contexto temporal do hoje é apresentado como um momento no qual seus contemporâneos já faleceram, restando apenas ela como remanescente desse passado. Na mesma fala, ela associa as temporalidades da infância à juventude, quando aborda o tempo em que ainda era moça. Isso nos faz pensar na divisão social do tempo, elaborada pela narradora, que demonstra uma infância longa e a dificuldade de transpor esse período a juventude. Mãe Velha casou-se aos dezenove anos, por volta do ano 1918.¹⁰

A concepção de “ser moça”, presente na narrativa representou, nos séculos XIX e XX, no Sertão nordestino, a noção de virtudes, como a inocência. Tais postulados referem-se ao momento em que as jovens não tinham relacionamentos amorosos, ou seja, o “tempo em que era moça” representa o período anterior ao casamento. Esse é o recorte estabelecido por Mãe Velha.

Nas memórias citadas uma outra questão nos chama atenção. A narradora cita que só ela sabe contar a história da morte da Rufina. Tal concepção contrasta com as variadas memórias, narradas em diferentes localidades da região, que refletem a morte da Rufina. Podemos assim problematizá-la. Quais os sentidos desta afirmação? Por que a narradora cita que apenas ela detém o saber dessa história?

Talvez possamos compreendê-la considerando sua longa existência, ou seja, por ser remanescente do contexto da suposta morte. Nesse sentido, a mesma teria o poder da fala. Lembremos que o narrador não reconstrói o passado tal qual aconteceu, mas o representa, elabora uma imagem. Da mesma forma, constrói uma representação

⁹ Depoimento de Maria Constância do Espírito Santo. Entrevista realizada em setembro de 2004.

¹⁰ No tocante à divisão social do tempo pelos narradores ver em BOSI, op. cit, p. 415. No que diz respeito ao período do casamento de Mãe Velha ver em E.E.F. Adalberto Leite Tavares. **Personalidades da história de Porteiras**. Porteiras: Prefeitura Municipal, 2005, p. 59.

de si mesmo. O ato de contar uma história identifica o narrador com um tempo, sobre o qual o mesmo elabora suas lembranças, como afirma Alessandro Portelli:

Contar uma estória é tomar as armas contra a ameaça do tempo, resistir ao tempo ou controlar o tempo. O contar uma estória preserva o narrador do esquecimento: a estória constrói a identidade do narrador e o legado que ela ou ele deixa para o futuro.¹¹

Assim, a representação que Mãe Velha construiu do tempo da Rufina refere-se ao momento em que, por vivenciá-lo, quando criança, melhor sabe contar. Em uma outra entrevista, realizada em 2006, aos 106 anos, o período de sua infância e juventude é apresentado como um passado difícil. Eis suas considerações:

Ou fiava pra fazer uma roupa de algodão ou andava nu. Não [tinha] uma loja em Porteras, era bem piquininha. Nós ia pra missa lá.(...). Não tinha escola, tinha escola mais era de reza. Todo dia o que ela ensinava era reza. Ditardizinha no Muquém, eu era piquena nessa época, tian um rezadô que ensinava o catecismo. A escola que havia no mundo era o catecismo, era a confissão, oração, tudo.¹²

Além das dificuldades que marcaram o período, como a falta de sujeitos que contribuíssem para a construção de uma cultura escrita, e também de instituições de ensino, podemos refletir, a partir de suas memórias, alguns dos elementos da formação religiosa de Porteiras no contexto analisado. O fato de demonstrar que “não tinha escola, tinha escola mais era de reza” simboliza a presença de sujeitos que, através dos ensinamentos religiosos, transmitidos oralmente e em atividades cotidianas, contribuam para a elaboração de representações que ordenavam as ações dos indivíduos no tempo.¹³

Semelhantemente, as memórias de Sinharinha, também apontam para o período de sua infância o momento no qual Rufina teria sido assassinada, por volta dos anos finais da década 20 e iniciais de 30. Ela procurou demarcar, temporalmente, o momento em que o evento teria acontecido. Nessas circunstâncias fez uma analogia com sua experiência vivida. Assim, demonstra sua contemporaneidade com o período. Ora cita que Rufina morreu quando ela tinha dez anos, ora afirma que tinha oito:

¹¹ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: Funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et tal. **Muitas memórias**, outras histórias. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 296.

¹² Depoimento de Maria Constância do Espírito Santo, aos 106 anos. Entrevista cedida à Dálete Alves de Lima em 2006. In: **Mapeamento das Expressões Culturais de Porteiras**. Porteiras: Departamento de Cultura e Desporto, 2006, p. 9, (Mimeo).

¹³ Ver também na Ata da Confraria religiosa de São Vicente de Paulo (1912-1924). Acervo da Casa da Memória de Porteiras.

Da cruz da Rufina? Da morte dela? Eu era muito criança quando ela, quando mataro ela. Mas meu pai contava tudo direitim. Da finada Rufina, eu era pequena, eu tinha dez anos quando a finada Rufina, quando mataro a finada Rufina. (...). Eu era menina, eu era mais criança do que essa [aponta em direção a uma criança], essa já tem entendimento. Eu tinha oito anos.¹⁴

Tais divergências refletem a incapacidade das memórias de definir precisões temporais, no sentido construído socialmente a partir da instituição do calendário, como acentua Le Goff.¹⁵ Compreendemos que as construções memoráveis são relacionadas ao tempo vivido dos sujeitos. Nesse sentido, a narradora recorda do evento porque seu pai lhe contava. Dessa forma, percebemos as diferenciações entre o tempo da memória, marcado pelas representações simbólicas das ações do cotidiano, nesse caso, a partir das recordações dos momentos de escuta, e o tempo cronológico definindo pelos instrumentos de medição. Vejamos o que nos diz Tânia Gandon:

Medir a duração de um tempo vivido, porém, não é tarefa a ser feita com precisão rigorosa, pois sua percepção depende de disposições subjetivas e/ou simbólicas, especialmente na maneira como a memória individual e coletiva restitui em discursos suas experiências passadas.¹⁶

Nesse sentido, as distorções temporais apresentadas pela narradora são compreensíveis na medida em que nos remete ao contexto do momento da fala. Assim sendo, representam percepções simbólicas (re)construídas a partir das narrativas de seu pai, João Sabino da Anunciação, o que reforça o sentido subjetivo do tempo na tradição oral.

Ressaltamos ainda que, embora as religiosas devotas da Rufina, Mãe Velha e Sinharinha, demonstrem sua contemporaneidade ao momento da morte que marcou a região caririense, as mesmas não presenciaram o fúnebre narrado. Por isso não estamos afirmando que a jovem Rufina morreu nesse período. O aspecto relevante é justamente entender as representações das temporalidades apresentadas, enquanto construções simbólicas, elaboradas a partir de circunstâncias sociais e culturais dos sujeitos.

Nesse sentido, elucidamos a segunda categoria temporal: O outro tempo. Também apresentado como no “tempo dos mais velhos” e ainda “no tempo dos pais e avós”, esse recorte temporal reflete a projeção de um passado distante, no qual o tempo e o mundo, quando comparados ao momento presente, eram outros. No momento em

¹⁴ Depoimento de Maria Sabino de Araújo, conhecida popularmente por Sinharinha, 85 anos, ex-agricultora. Entrevista realizada em outubro de 2005.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 477.

¹⁶ GANDON, op. cit, p. 140.

que alguns enredos narrativos emergiam, os narradores representavam o passado e apresentavam alguns dos elementos que marcaram esse contexto. Tais representações não foram construídas em decorrência de uma vivência dos narradores, mas sim, por serem narradas no quadro familiar pelos parentes mais velhos. Dessa maneira, mesmo não tendo vivenciado o tempo da morte da Rufina, os fiéis elaboraram imagens sobre o mesmo. Em várias narrativas obtidas, como no enredo narrativo de Maria Agda da Conceição, filha de Mãe Velha e devota da Cruz, esse passado é identificado como um período ruim e difícil de viver.

Aí isso aí é do outro tempo, já morrero tudo, já se acabou tudo. Só quem contava era mãe, mãe era quem contava. E pai que já morreu velhim. Eu num, num foi do meu tempo não, mas mãe contava. E pra traz os tempos era ruim pra pessoa viver. (...) O povo mais pra traz era malvado, porque num tinha era patrão? Num era governo e nem prefeito e nem nada. O que os homens mandavam fazer fazia.¹⁷

As dificuldades de viver, apresentadas pela narradora, estão relacionadas às experiências sociais, reconstruídas na memória, das ações de coronéis na região, e seu ilimitado poder, dando margem à violência e impunidade. O passado da Rufina, e também dos mais velhos, é assim apontado como um período de forte violência. Semelhantemente, essa representação foi cosntruída em registros escritos da época, como em jornais de circulação estadual e em textos de contemporâneos.¹⁸

Nesse sentido, as memórias orais analisadas diferem das narrativas que, comumente relatadas sobre um momento da vida, constroem uma nostalgia do passado, elaborações que representam saudades dos tempos antigos, demonstrando também uma melancolia no presente, aspectos marcantes em lembranças de velhos, e visíveis na narrativa memorialista e poética do porteirense João Miranda.¹⁹

¹⁷ Depoimento de Maria Agda da Conceição, conhecida popularmente como Dalva, aos 79 anos, dona de casa. Entrevista realizada em julho de 2007.

¹⁸ Fazemos referência aqui ao Jornal Unitario (1905-1911) disponível à consulta na Biblioteca Pública Meneses Pimentel em Fortaleza-CE no setor de microfilmagens. E ao texto do médico e pesquisador Irineu Pinheiro: PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963. No que diz respeito ao estudos sobre a violência no Cariri destacamos: FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. MONTENEGRO, Abelardo F. **Fanáticos e cangaceiros**. Fortaleza: Henriquera Galeno, 1973. E MACEDO, Joaryvar. **Império do bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense**. Fortaleza: UFC, 1990.

¹⁹ João Miranda nasceu e viveu a infância e juventude na Chapada do Araripe, município de Porteiras. Estudou até a 3ª série do ensino fundamental, deixando-a aos 14 anos para dedicar-se aos trabalhos agrícolas. Aos 22 anos começou a escrever poesias que refletiam a imagem de um lugar nostálgico, demonstrando as experiências dos sertanejos caririenses, seu imaginário e estilo de vida. Ver em SANTOS, Cícero Joaquim dos. **“Meu Pé-de-serra”**: Memória e narrativa de um sertanejo na Chapada do Araripe. Fortaleza: MAHIS/UECE, 2007, (Mimeo).

Na ocasião em que a narrativa oral era tecida, a intervenção de Maira Ilma, casada com seu filho, e crente nos poderes da cruz, nos chama a atenção. Ela, ao ouvir a narrativa de Dona Dalva, interferiu sua fala, e passou a caracterizar esse momento:

Chama os coronéis. Se você tivesse fazendas bem grandes. Eu estou dizendo assim porque eu já fiz uma pesquisa quando eu era Secretária de Educação de Porteiras. Nós fizemos uma pesquisa sobre as origens. As origens de Porteiras eram os coronéis. Era o coronel senhor Miranda, era o coronel Antônio Piçarra, era coronel Chico-chicote, era coronel Zé Pereira, Raimundo Cardoso.²⁰

Ao escutar o nome de Raimundo Cardoso, Dona Dalva citou as relações de poder da época, demonstrando a hierarquia social e o poder manipulador e violento do Coronel: “Raimundo Cardoso, o que ele mandasse a pessoa fazia, podia fazer que corria pra casa e nem mosquito entrava. Era, se ele mandasse fazer, fazia. Era assim”.²¹

Raimundo Cardoso dos Santos foi um abastado senhor de engenho do Cariri cearense, residente na região serrana do município de Porteiras, Chapada do Araripe. Filho do português Antônio Cardoso, que constituiu uma família possuidora de poder político e econômico no Cariri.²² No *Livro de Nomeação dos Intendentes do Ceará* foi citado como Intendente da Guarda Nacional em 26 de maio de 1896. Foi reeleito em 1902, governando o município de Porteiras até o ano de 1915, quando foi deposto pelos líderes políticos das localidades vizinhas de Brejo dos Santos e Milagres. Pouco tempo depois retornou ao poder.²³ Raimundo Cardoso possuía ainda aliança política com o Pe. Cícero Romão Batista, que na época já possuía forte influência política e religiosa no Cariri e também com o Presidente do Estado do Ceará Antônio Nogueira Pinto Acioly.²⁴

Em uma outra entrevista, realizada embaixo de uma árvore, acompanhada de moradores da região e alguns visitantes que, na ocasião passavam pelo local, em frente à

²⁰ Depoimento de Maria Ilma Fernandes de Lima, 59 anos, ex-professora. Entrevista realizada em julho de 2007.

²¹ Depoimento de Maria Agda da Conceição, conhecida popularmente como Dalva, aos 79 anos, dona de casa. Entrevista realizada em julho de 2007.

²² E.E.F. Adalberto Leite Tavares. **Personalidades da História de Porteiras**. Porteiras: Prefeitura Municipal, 2005, p. 38.

²³ Sobre a deposição de Raimundo Cardoso ver em MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte: Uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense**. Fortaleza: UFC, 1990, p. 181-182.

²⁴ Ver na *Ata da Sessão Política de Instalação do Juazeiro*. Este documento aponta para a representação do coronel Raimundo Cardoso pelo Pe. Cícero, no Pacto dos Coronéis. Texto citado em MONTENEGRO, Abelardo F. **Fanáticos e Cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973, p. 259. Entretanto, identificamos que a localidade, ainda no século XIX já era conhecida pela violência e impunidade. Ver em HOONAERT, Eduardo. *Crônica das casas de caridade fudadas pelo padre Ibiapina*. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2006, p. 107.

residência de Dona Dalva, Maria Ilma, relatou um novo elemento que caracterizou o outro tempo, ou melhor, o período da morte da Rufina: Os crimes por motivos conjugais. Eis suas palavras: “Foi no tempo perigoso da morte da Rufina. (...) E nesse tempo as madames não aceitava traição, mandava matar. A violência era grande. Naquele tempo fazia era mandar matar”.²⁵

Consoante Mirian Falci, no Sertão nordestino do século XIX, havia um elevado nível de conflitos violentos nas relações conjugais, não apenas de caráter físico, como surras e açoites, mas também de desprezo e abandono.²⁶ Nas representações construídas nos depoimentos orais, esses aspectos também são remetidos à primeira metade do século XX na região do Cariri cearense. Todavia, nas memórias relatadas é mais pertinente a identificação desse tempo a partir da violência física. A narradora faz referência às mulheres dos coronéis que, “naquele tempo”, ricas e possuidoras de prestígio social, identificadas como “madames”, não aceitavam as relações sexuais dos seus maridos com outras mulheres, visto que, isso era sinônimo de vergonha perante a sociedade.

Percebemos que as representações do “outro tempo” foram elaboradas quando relacionados à experiência da Rufina, uma vez que, algumas das narrativas memoráveis relatadas, demonstram que tal personagem teria tido um caso amoroso com um coronel da região. Tais narrativas apontam para a esposa traída, a culpa pela morte da Rufina. Por sua vez, os demais sentidos que caracterizam esse tempo, possuem elos com sua trajetória, como é o caso da violência, impunidade e crimes conjugais. Vale vermos as considerações de Lucilia Delgado ao refletir sobre as memórias de um tempo não vivido pelos narradores:

Outras vezes, a visão do passado não vivido, mas integrado à história de cada pessoa pela intercessão na memória coletiva, identifica algumas épocas como sombrias, como fases de perdas ou obscurantismo. (...) Mas a relação memória e tempo não vivido não se situa somente no terreno da vida pública. A saudade, ou então a execração de algum tempo que já passou, acontece também no terreno da vida privada. São lembranças disseminadas de geração a geração, por familiares e amigos, que, muitas vezes, ao qualificá-la segundo sua visão do que passou, influenciam ou mesmo determinam sua representação no presente.²⁷

²⁵ Depoimento de Maria Ilma Fernandes de Lima. Entrevista realizada em julho de 2007.

²⁶ FALCI, Mirian. Mulheres no sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 269.

²⁷ DELGADO, op. cit, p. 18.

Dessa forma, o simbolismo da expressão “do outro tempo”, é representado tomando como referência a morte da personagem, como um momento sombrio, representações construídas no decorrer do tempo vivido dos narradores, por influências das histórias contadas na vida social e que alimentam as imagens do passado. Vale ressaltar que as representações sobre o passado, construídas tanto pelas religiosas remanescentes, quanto pelos demais narradores, foram elaboradas na tradição oral, tomando como elementos centrais a trajetória da Rufina, ou melhor, as circunstâncias de sua suposta morte. Dessa forma, o tempo do “eu era menina”, dos contemporâneos, e “o outro tempo”, foram articulados e ordenados a partir de um marco temporal: a morte da mártir.

Percebemos que a partir desse evento foi instaurada uma outra categoria temporal: o tempo sagrado. Ou seja, após a morte da personagem as percepções do tempo na memória dos devotos da Santa Cruz abordam experiências vividas que tomaram o simbolismo do sagrado, presente na Cruz que relembra a vítima, como elemento central de um tempo vivido. Portanto, a morte instaurou uma nova temporalidade, uma vivência através da fé, representada nos depoimentos através da intercessão da alma da Rufina na vida dos devotos de sua cruz para solucionar os problemas do cotidiano.

Aí mandô fazer uma cruz. Quem fez foi o finado Inácio lá do Sabão [localidade próxima], fez a cruz, um cruzeirão, aí butaro lá. **Ficou obrano milagre: a alma da Rufina.** ²⁸ (Grifo nosso).

Quando acharo ela já foi toda estragada, e interraro, interraro lá mesmo. E fizero a cruz lá, chama-se Cruz da Rufina. (...) O povo conta dessa história. Interraro ela aí mermo. **Aí ela ficô, o povo ficou fazendo promessa. (...) O povo fazia promessa e era válida, e ia pagar** . Tanto do ruzário pendurado meriman, pendurado na cruz dela. ²⁹ (Grifo nosso).

Dessa forma, fica inteligível a concepção de uma temporalidade sagrada. As lembranças desse tempo, comumente foram remetidas a infância, quando acompanhados dos pais e demais entes queridos, as crianças da região visitavam o espaço da cruz. Assim, o tempo da infância dos narradores foi marcado pelos momentos de oração na cruz, às peregrinações e pagamentos de promessas. Por sua vez, isso transcendeu esse período, perpassando entre os demais momentos vividos, como a

²⁸ Depoimento de Maria Sabino de Araújo, conhecida por Sinharinha. Entrevista realizada em outubro de 2005.

²⁹ Depoimento de Maria Constância do Espírito Santo. Entrevista realizada em setembro de 2004.

juventude e a idade adulta, chegando muitas vezes à velhice. Assim, os tempos se misturam na memória, tendo, embora, um elo de perpetuação: a experiência religiosa.

Isso era meus avôs, meus tios mais velhos tudim que contava. (...) Essa mesma história que eu tô contando foi mamãe que contava, meu pai contava e levava nós pra pagar promessa. Ai nós crescemos, aumentemos, crescemos e continuemos a mesma rotina de pagar promessa lá.³⁰

Deste modo, na construção desse tempo, soma-se a arte de narrar dos narradores da região, que nela depositam seus sentimentos de amparo e proteção, as ações de devoção para com o espaço que rememora a Rufina. Ou seja, junto às práticas cotidianas de culto ao espaço, a entonação de narrativas orais sobre a cruz, como a fundação do tempo sagrado a partir da morte da personagem, contribuíram à sua construção. Nessa sociedade rural na qual a escrita não era o meio mais utilizado para transmissão dos saberes, a oralidade era tecida cotidianamente, assumindo funções sociais complexas, afirmando conhecimentos populares e elaborando novas representações, em um processo dinâmico e flexível de vivência e reelaboração de representações. Vale lembrarmos que, como lembra Alberti, as tradições orais precisam ser atualizadas para permanecerem, sendo, conseqüentemente, reinventadas, embora possuam sempre elementos de repetição.³¹

Nessa perspectiva, as categorias de linguagens presentes na tradição oral não representam uma ruptura no tempo vivido, ou seja, as expressões “no meu tempo” e “no outro tempo” não demonstram um impedimento da continuidade de práticas religiosas iniciadas em gerações passadas e fortalecidas pelos devotos. Assim, o tempo vivido é representado por um conjunto de práticas de devoção que, ora relembra a personagem Rufina, ora evoca as gerações passadas que, através de ações, orações e histórias narradas construíram o culto à “Santa Cruz”.

Por sua vez, a complexidade do momento de narrar histórias, e também daquilo que é falado e silenciado nos faz pensar em outras temporalidades, pois como lembra Yara khoury, as narrativas orais que organizam e ordenam os fatos no tempo e no espaço incorporam as marcas dos narradores.³² Nesse caso, a imaginação também obtém relevância. Por tudo isso, compreendemos a elaboração de diferentes temporalidades na memória dos devotos da cruz que opera milagres.

³⁰ Depoimento de Maria Anita de Lima Martins. Entrevista realizada em julho de 2007.

³¹ ALBERTI, op. cit, p. 25.

³² KHOURY, op. cit, p. 131.

Verdade e linguagem: atualizações da filosofia de Walter Benjamin

Josias José Freire Júnior

“As idéias são as estrelas em antítese ao sol da revelação. Elas não brilham no dia da história; apenas atuam, invisíveis, nele. Apenas aparecem na noite da natureza. As obras de arte são, então, definidas como modelos de uma natureza que não espera nenhum dia e, portanto, também nenhum dia de juízo final: modelos de uma natureza que não é palco da história nem moradia dos homens. A noite redimida”.

Walter Benjamin, em carta a F. C. Rang (09/12/1923). (KOTHE, 1978)

“O curso da história como se apresenta sob o conceito de catástrofe não pode dar ao pensador mais ocupação que o caleidoscópio nas mãos de uma criança, para a qual, a cada giro, toda ordenação sucumbe ante uma nova ordem. [...] – O caleidoscópio deve ser destruído”.

Walter Benjamin, Parque Central (BENJAMIN, 1989, 154)

Neste texto apresentarei algumas considerações sobre a filosofia de Walter Benjamin (1892-1940) com o objetivo de aproximar estas idéias às reflexões da teoria da história. Para tanto apresentarei algumas idéias expostas no prefácio epistêmico-crítico ao livro sobre o drama barroco alemão¹. Em um primeiro momento apresentarei um panorama das idéias expostas no texto em questão. Logo em seguida elaborarei um trabalho de leitura crítica, comentário das idéias apresentadas. Por fim, farei algumas considerações sobre as possibilidades de atualização da filosofia benjaminiana para a teoria da história.

As tentativas da filosofia sistemática de conhecer a verdade, para Benjamin, se mostram fracassadas por não respeitarem a essência fugidia da verdade. Em sua leitura da *Doutrina das Idéias* de Platão, Benjamin desenvolveu sua teoria do conhecimento de maneira a não violentar a natureza da verdade, sua essência incomensurável. O prefácio epistêmico-crítico do livro sobre o drama alemão se tornou o mais célebre texto teórico de Walter Benjamin, tanto pela história de seu aparecimento, quanto pela sua repercussão teórica².

Para abordar a teoria benjaminiana do conhecimento neste primeiro momento em que apresentarei uma visão panorâmica – que visa tornar mais clara minha exposição – dividirei as idéias apresentadas

¹ BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984. A partir de agora citarei sempre o prefácio epistêmico-crítico como *Origem*, seguido do número da página da referida citação.

² Sobre a história e repercussão do prefácio, ver a Apresentação de S. P. Rouanet (ROUANET, Sergio Paulo. *Apresentação*. In: BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo : Brasiliense, 1984).

no livro sobre o Barroco alemão a partir de dois pontos³. Este recorte sistemático é sem dúvida bem esquemático frente à complexidade do pensamento em questão. Mas é minha alternativa de inserção em um debate – a teoria da alegoria e sua vinculação à filosofia da história – da maneira mais breve possível.

A *teoria das idéias* de Benjamin se organiza de maneira a romper com a idéia sistemática de conhecimento, que o vinculava facilmente à verdade e tornava o inapreensível, o incognoscível algo banal. O projeto benjaminiano é um projeto de expansão e fortalecimento do saber e da razão, reconhecendo suas impossibilidades, mas explorando também, e por isso mesmo, seus potenciais negligenciados.

O conceito, na teoria do conhecimento de Benjamin, tem primeiramente duas funções: a salvação dos fenômenos nas idéias e a apresentação (*Darstellung*) dessas. O fenômeno em sua forma empírica, nas abordagens filosóficas sistemáticas, matemático-naturalistas, é visado como universal de forma esquemática e superficial, por métodos unilaterais, como a busca de leis e regularidades, pela dedução ou indução. Para Walter Benjamin, os fenômenos só podem ser compreendidos quando seus extremos são primeiramente percebidos e isolados. Este é o primeiro momento da tarefa filosófica, seguindo os desvios benjaminianos. A valorização dos extremos é a estratégia para, já de antemão, livrar o trabalho da busca de homogeneidades das ‘deduções intermináveis’, tão caras à filosofia da Razão instrumental.

Depois de reunidos, os extremos dos fenômenos devem ser desvinculados de seus contextos, quebrados para, a partir desta fragmentação, o trabalho conceitual começar. Desarticulados de uma ordem sistemática os fenômenos podem ser trabalhados à maneira do ensaísta da escolástica ou do sábio dos *talmudes*. Da mesma forma os fenômenos devem ser recolhidos e justapostos como mosaico: “Tanto o mosaico como a contemplação justapõe elementos isolados e heterogêneos, e nada manifesta com mais força o impacto transcendente, quer da imagem sagrada, quer da verdade”⁴.

Esta justaposição, agrupamento e a apresentação dos fenômenos são tarefas dos conceitos, mediadores e ordenadores da relação fenômeno – idéias e conhecimento – verdade, a “força que determina a essência [da] empiria”.

Subordinados aos conceitos, fenômenos são diluídos em seus “elementos constitutivos”⁵. Após a tarefa crítica destrutiva dos fenômenos pelos conceitos, aqueles devem ser reunidos – salvos – livres de um falso tólos, protegidas na forma, na fôrma da *Idéia*. A segunda tarefa dos conceitos é a apresentação das idéias. É pelos conceitos, enquanto mediadores, que os fenômenos podem ser salvos para o Ser das

³ Neste primeiro momento da leitura panorâmica sigo a proposta de Francisco de Ambrosio P. Machado (MACHADO, Francisco de Ambrosio Pinheiro. *Imanência e História, A crítica do conhecimento em Walter Benjamin*. Belo Horizonte/MG: Ed. UFMG, 2004. p. 59-66) por sua objetividade e concisão.

⁴ *Origem*, p. 51.

⁵ *Origem*, p. 56.

idéias. Apresentadas como mosaico, as idéias escapam da filosofia sistemática e protegem os fenômenos enquanto heterogeneidade: os extremos. Os extremos aqui representam, na história, o que fora até então excluído dos discursos oficiais e das grandes narrativas. Importante é também perceber que o pensamento de Benjamin, de maneira visionária, também se insurge contra o discurso histórico que omite os “escombros que crescem até o céu”⁶.

Passarei agora a uma análise / apresentação / comentário das idéias sumamente indicadas acima. Minha empreita seguirá o itinerário por três pontos que desdobrados se relacionarão: primeiro, o estatuto da verdade – sua incomensurabilidade última, o movimento de contemplação do Ser da verdade –, a verdade como ser e a apresentação das idéias como tarefa infinita. No segundo ponto farei algumas relações entre o local da verdade na linguagem e por fim uma exposição do método que permite a auto-exposição da verdade no esquema Idéia – conceito – coisas (método exposto acima de forma panorâmica).

Para Walter Benjamin o ser da verdade é inefável como o absoluto é inatingível em sua totalidade. A verdade coincide com o Ser velado, mas diferentemente da coisa-em-si kantiana ou do postulado fichteano a verdade não é uma imposição inacessível e passiva. Tal concepção foi claramente influenciada pela tradição teológica do estatuto não-conhecível de Deus e ao mesmo tempo da filosofia romântica da linguagem. A verdade na linguagem é incomunicável, o todo que é, agora, fragmentado deve ser buscado não mais pelo conhecimento, e sim pela contemplação: “[...] fôlego infatigável [...] a mais autêntica forma de ser da contemplação”⁷.

Enquanto o conhecimento é entendido por Walter Benjamin como apreensão do fenômeno pelo conceito, o caráter incomensurável da verdade restringe sua cognição. Tal interdito do Ser é claramente uma crítica às concepções filosóficas em que a verdade está garantida pela posse do saber.

A verdade só pode, então, ser tangenciada por sua representação como idéia: “A verdade, presente no bailado das idéias representadas, esquiva-se a qualquer tipo de projeção no reino do saber”⁸. Tal concepção de verdade – pela tensão entre a possibilidade e a impossibilidade de restauração do que fora perdido – está longe de ser mero obscurantismo: a partir do reconhecimento dessa impossibilidade primeira da *posse* da verdade o filósofo se volta ao que resta, sua tarefa é marcada pelo signo da impossibilidade última⁹. Representada na filosofia da linguagem, essa concepção é um dos centros de onde podemos desdobrar todo pensamento de Benjamin.

⁶ BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Vol. 01. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 224.

⁷ *Origem*, p. 50.

⁸ *Origem*, p. 51.

⁹ Aqui a importância da duplicidade do termo, em língua alemã, *Aufgabe*: tarefa / problema, presente ao longo de toda filosofia de Walter Benjamin.

No texto em questão, Walter Benjamin chama a atenção para a presença da idéia de verdade como Ser no *Symposion*, de Platão – isso claramente prepara sua re-leitura da doutrina das idéias de Platão, que comentarei em breve. Segundo Benjamin, para Platão, a verdade é bela e a essência do belo ¹⁰.

O que é possível à verdade – sua representação em contraposição à sua ‘colonização’ pelo saber – é a essência do belo ¹¹. O belo é a fulguração da verdade – e não a verdade em si, já que essa em si falta, posta que é inefável – “simples fulguração” ¹². Em contraposição ao saber “a verdade não é desnudamento que aniquila o segredo, mas revelação que lhe faz justiça” ¹³. A idéia de “revelação” mostra que o ser da beleza tem sua essência na representação da verdade, o mistério que não se aniquila pelo saber não perde sua fulguração. A idéia de “revelação” reforça também a concepção da essência “não-intencional da verdade” ¹⁴. Tais concepções são claras críticas às filosofias clássicas e seu postulado do caráter ‘inescapável’ e apreensível da verdade última em si, que leva também à noção de progresso irreversível do conhecimento e da história.

Não há intuição da verdade – “nem mesmo intelectual” ¹⁵ –, pois esta é diferente do saber dos objetos, atingidos pela “aquisição” do sujeito conhecedor. Não há sujeito do conhecimento para a verdade, visto que esta “resiste a qualquer interrogação” ¹⁶. A filosofia do conhecimento, do ponto de vista do sujeito, é assim abalada quanto a possibilidade de conhecer a verdade; o sujeito não produz nem encontra a verdade, mas a tem como mantenedora da unidade originária, o fundamento inatingível da realidade. A verdade pré-existe e se auto-representa em sua forma. Contra a intuição / visão, do sujeito do conhecimento / saber é contraposta à obscuridade última frente à qual o filósofo apenas contempla o que lhe pode ser revelado. O limiar da verdade é o limiar da relação horizontal / linear entre sujeito e objeto. Frente à fulguração da verdade o sujeito cessa, absorvido, pelo inatingível; o sujeito não pode mais avançar: “A verdade é morte da intenção” ¹⁷.

Ainda é preciso enfatizar: a verdade não é tangenciável ‘em si’ – ela não existe em si – ela só pode ser contemplada a partir das idéias. Assim como a verdade, as idéias são inefáveis em sua “intratemporalidade” ¹⁸, essas não se representam sozinhas mais são autônomas e inatingíveis em si. O ser da verdade apresenta-se – como “fulguração” – apenas através da representação das idéias, que acontecem mediante a ação intermediária dos conceitos.

¹⁰ *Origem*, p. 52.

¹¹ *Origem*, p. 52.

¹² *Origem*, p. 53.

¹³ *Origem*, p. 53.

¹⁴ *Origem*, p. 58.

¹⁵ *Origem*, p. 58.

¹⁶ *Origem*, p. 52.

¹⁷ *Origem*, p. 58.

¹⁸ *Origem*, p. 57.

As idéias são as constelações onde a verdade se apresenta como algo de superior e inatingível. A representação, confronto recorrente no que se refere aos textos filosóficos, é “semelhante à escrita”¹⁹. A forma da representação é uma forma de prosa. Aqui se volta à tensão representada pelo conceito de tarefa: (Aufgabe: tarefa / problema): na escrita é preciso “parar e recomeçar”, “deter-se periodicamente para consagrar-se à reflexão”. O ritmo é a intermitência da leitura exegética – jamais a linha reta do sujeito seguro de si e de seu progresso enquanto conhecedor –, no eterno voltar-se: “Incansável, o pensamento começa sempre de novo, e sempre volta minuciosamente, às próprias coisas. Esse fôlego infatigável é a mais autêntica forma de ser da contemplação”²⁰. A idéia de retorno às coisas será fundamental para a concepção de história de Walter Benjamin e para toda sua filosofia da história. Tal idéia, como faz se perceber, está sedimentada nos estratos mais profundos da própria concepção de conhecimento do filósofo alemão: contra o sujeito certo do caráter inescapável do conhecimento, conhecedor da verdade em direção inevitável ao progresso, o sujeito do conhecimento da filosofia de Walter Benjamin está imerso nas coisas, sempre retorna, sem garantias, pode conhecer o que é tangível, mas só pode contemplar o que escapa a esse domínio.

A metáfora da prosa (e da leitura), na qual deve sempre se retornar, em busca dos mais profundos “estratos da significação”, “infatigável” e “incansavelmente”, nos remete mais uma vez às questões da filosofia da linguagem de Walter Benjamin.

As palavras, tal como as conhecemos, correspondem apenas a uma parte do que Benjamin entende pela linguagem. Aqui é necessário enfatizar a importância das questões relativas à linguagem na obra sobre o drama alemão. Na epígrafe ao trabalho sobre o drama alemão, junto à dedicatória a sua então esposa, Benjamin refere à data da “concepção” daquele trabalho: o ano de 1916. O ano corresponde à época da produção de seu importante ensaio sobre a linguagem. A concepção de linguagem pensada na época do ensaio sobre a linguagem permeia o livro sobre o drama barroco alemão, de seu prefácio epistêmico-crítico – alvo de meus comentários aqui – até as últimas palavras do livro (a “ponderação misteriosa”).

A filosofia da linguagem de Benjamin aparece, em seus textos, marcadas pelas concepções teológicas da linguagem. A língua pura e original, diretamente conectada ao verbo criador, fora perdida após a queda. O que resta aos homens è a linguagem “fraturada”, os cacos da originalidade perdida. A esta idéia é muito pertinente à metáfora do jarro que, depois de quebrado, só pode ser recomposto incompletamente. Os cacos, mesmo que reunidos, conservarão a marca da fragmentação, as cicatrizes, em sua incompletude última.

¹⁹ *Origem*, p. 51.

²⁰ *Origem*, p. 50.

Tal conceito de linguagem é uma crítica tanto à concepção tradicional da língua como meio entre a coisa e o sujeito quanto à possibilidade de um conhecimento do absoluto e da totalidade desse absoluto, via linguagem, que seria nestas concepções, meio translúcido e garantido.

A linguagem traz em si a marca do irrecuperavelmente perdido. A língua possui, em tais marcas, também resquícios da unidade perdida: “[as palavras] possuem ao lado de sua dimensão simbólica mais ou menos oculta, uma significação profana evidente”²¹. Frente à realidade, na qual estão espalhados os cacos da língua original, o filósofo, na “dimensão oculta”, deve reconhecer o caráter irrecuperável da totalidade perdida, mas ao mesmo tempo, frente às palavras prenes de significações, contemplar o que pode lhe ser dado.

É na linguagem, e somente nela – e jamais através dela – que a verdade pode ser reconhecida como possível para a contemplação como idéia. O sujeito recua na intenção de conhecer / ver, para “preservar o segredo”, a “fulguração”, “[...] na contemplação filosófica a idéia se libera, enquanto palavra, do âmago da realidade, reivindicando de novo o direito de nomeação”²².

O que “resiste a qualquer interrogação”²³, a essência “não intencional” – posto que é alvo de contemplação, e não intuição – do ser da verdade, onde o que há de fenomênico é “depurado de sua falsa unidade” ao configurar uma idéia que possibilita aquela contemplação, perde seu caráter de fenômeno, salvo das significações nas idéias. A palavra, que tem em sua essência a ligação ao originário, expressa tal unidade essencial no Nome. A “dignidade nomeadora” das palavras só é restaurada frente ao reconhecimento da “força oculta” do ser da linguagem expresso na idéia. Não há intenção, não há sujeito. No Nome a “percepção original da palavra é restaurada”²⁴. O incognoscível da linguagem deve ser reconhecido em seu lugar no ser da linguagem, oculto nas frestas entre significado e significante. Reconhecido e respeitado enquanto incognoscível para que o mundo não perca sua dimensão inapreensível.

A descontinuidade da linguagem deve ser trazida de volta ao conhecimento, a incompletude do mundo deve ser reconhecida como a incompletude última da linguagem e de toda experiência dela constituída. Tal incompletude se refere ao caráter infável da verdade, a teoria da linguagem e do conhecimento se encontram neste ponto cego, de onde devem partir, sem jamais negarem esta originalidade, esta obscuridade fundante. Só desta maneira, contrapondo ao método um antimétodo – desvio / *Unweg* -, pode ser contraposto à tradição uma antitradição. “A descontinuidade do método científico [suas “lacunas”] [poderia] estimular o progresso da teoria do conhecimento, se não fosse a

²¹ *Origem*, p. 58-59.

²² *Origem*, p. 59.

²³ *Origem*, p. 52.

²⁴ *Origem*, p. 59.

ambição de capturar a verdade, unitária e indivisível por natureza, através de uma compilação enciclopédica do conhecimento”²⁵.

O que a filosofia produziu até então, para Walter Benjamin, quando não as mesmas inquietações em relação à profunda ligação entre a filosofia e a linguagem, foram “monumentos de uma estrutura descontínua do mundo das idéias”²⁶. A linguagem deve ser compreendida pela tensão entre “restauração e reprodução” e, ao mesmo tempo, o seu caráter incompleto e inacabado²⁷ imanente. O conteúdo material, a empiria, sem uma forma que a atualize na configuração da idéia não pode ser absorvida na completude, na configuração da idéia: “O universal é a idéia”²⁸. O universal para ser reconhecido, necessita da renúncia ao universal intrínseco ao reconhecimento da fragmentação da linguagem, ao caráter inefável da linguagem e ao estatuto da tarefa / problema da filosofia.

A representação da verdade, “presente no bailado das idéias”²⁹, não pode ser realizada nunca no mundo fenomênico, do saber e da intenção: “as idéias não são dadas no mundo dos fenômenos”³⁰. As idéias que conferem unidade a este mundo fenomênico. Ao mesmo tempo, as idéias não podem aparecer sem a empiria. O método, pois, “caminho indireto, desvio”³¹ da representação das idéias tem a vinculação necessária com a empiria através dos conceitos. As idéias “[...] não se representam em si mesmas, mas unicamente através de um ordenamento de elementos materiais no conceito [...]”³².

A tarefa dos conceitos é extrair elementos dos fenômenos. Tais elementos do mundo dos fenômenos – emergido da espontaneidade do entendimento³³ – “se tornam especialmente visíveis nos extremos. A idéia pode ser descrita como a configuração em que o extremo se encontra com o outro extremo”³⁴. Esta idéia é fundamental para a compreensão da teoria do conhecimento de Walter Benjamin. A idéia só é atualizável nos elementos extremos que o conceito faz a intermediação com a empiria. O interesse pelo pormenor, pelo fragmentário, pelo antimétodo, frente ao método, interesse pelo mosaico e pelo aparente excesso, evidencia essa concepção de configuração das idéias nos conceitos de extremos – e posteriormente, como intento mostrar ao fim deste trabalho, na oposição do pequeno, do rejeitado e do aparentemente superficial na apresentação da totalidade da história.

O particular incluído sob a idéia é, pelo conceito, a dissolução da “falsa unidade” da verdade. Os fenômenos, então, sob os conceitos, “são depurados de sua falsa unidade” e entram, “divididos”, na

²⁵ *Origem*, p. 55.

²⁶ *Origem*, p. 55.

²⁷ *Origem*, p. 64-68.

²⁸ *Origem*, p. 57.

²⁹ *Origem*, p. 51.

³⁰ *Origem*, p. 57.

³¹ *Origem*, p. 50.

³² *Origem*, p. 56.

³³ *Origem*, p. 52.

³⁴ *Origem*, p. 57.

“unidade autêntica da verdade”³⁵; dessa forma as idéias podem se relacionar com o mundo fenomênico, “com as coisas como a constelação com as estrelas”³⁶. As configurações são “interpretações objetivas” dos fenômenos – de seus elementos extremos extraídos das coisas – em uma nova significação. Dessa maneira se estabelece o esquema benjaminiano idéias (constelações) – fenômenos (estrelas) pela mediação idéia – conceito – fenômeno. “As idéias são constelações intemporais, e na medida em que os elementos são apreendidos como pontos nessas constelações, os fenômenos são ao mesmo tempo divididos e salvos”³⁷.

Faz-se ainda necessário, nessa leitura mais detalhada do prefácio epistêmico-crítico ao livro sobre o drama barroco alemão, a apresentação do conceito de *origem*. A origem – tema de Walter Benjamin no estudo sobre o barroco – é um conceito altamente complexo, originalidade benjaminiana onde se mesclam elementos teológicos, filosóficos e da ciência do século XVII – notadamente da doutrina da cores de Goethe, apresentado por Benjamin como epílogo ao livro sobre o conceito de crítica de arte.

O conceito de origem é a aparição efetiva das intenções epistemológicas de Benjamin. A origem “não se encontra nunca no mundo dos fatos brutos”³⁸, mas é histórica, pois arrasta em seu conceito as configurações da historicidade das coisas. O conteúdo histórico da idéia de origem é o que deve ser “percorrido”, enquanto “ciclo de extremos” na representação da idéia em busca da totalidade oferecida por essa no mundo histórico, factual. A origem é o desvio – *Unweg* – entre empiria e idéia. A origem é a tangente da idéia que toca o mundo dos fatos, entre o que é atualizado / salvo na história, e o que tende à idéia e ao absoluto, à verdade, com suas características comentadas acima. “[...] o conceito de ser da ciência filosófica não se satisfaz com o fenômeno, mas somente com a absorção total de sua história”³⁹. A origem é o salto (*Ur-sprung*), passagem, entre o fato – enquanto “conteúdo” e não mais “acontecer”, posto que história, passado – liga-se à totalidade na “absorção total de sua história”⁴⁰.

A origem – “vir- a- ser” e “extinção”⁴¹, possui então uma “dialética imanente” entre “pré e pós-história”, na configuração da idéia. A “ciência da origem [...] é a forma que permite a emergência, a partir dos extremos mais distantes e dos aparentes excessos do processo de desenvolvimento, da configuração da idéia, enquanto todo caracterizado pela possibilidade de uma coexistência significativa desses contrastes”⁴². A história, da “ciência da origem”, é uma história das essências finitas das coisas. Por ser história das essências é finita. Walter Benjamin deixa aqui bem demarcado o que o separa da teoria do conhecimento do primeiro romantismo: “Não raro, a ignorância quanto a essa finitude

³⁵ *Origem*, p. 56.

³⁶ *Origem*, p. 56.

³⁷ *Origem*, p. 57.

³⁸ *Origem*, p. 67-68.

³⁹ *Origem*, p. 69.

⁴⁰ *Origem*, p. 69.

⁴¹ *Origem*, p. 67.

⁴² *Origem*, p. 69.

descontínua frustrou certas tentativas enérgicas de renovar a doutrina das idéias, como a dos primeiros românticos. Em suas especulações, a verdade assumia o caráter de uma consciência reflexiva, e não de uma realidade lingüística”⁴³. O ser da verdade repousa na linguagem que, em sua essência é nos dada de forma finita e fragmentária. Não à consciência que produza o mundo, tangenciar a verdade é imersão nas coisas, “morte da intenção”: nem uma relação vertical entre sujeito e objeto de conhecimento nem tornar sua relação uma reflexão absoluta produtora do mundo. A verdade é a morte da intenção.

Temos aqui um dos núcleos – ponto em uma constelação – da filosofia do conhecimento de Walter Benjamin que aparecerá – re-configurado em cada um dos muitos contextos pensados nesses termos – ao longo de sua obra: “O aprofundamento das perspectivas históricas em investigações desse tipo [...] fornece à idéia a visão de totalidade. [...] A estrutura dessa idéia, resultante entre seu isolamento inalienável e a totalidade é monadológica. A idéia é mônada”⁴⁴. A idéia de totalidade, que tem em sua estrutura a origem que arrasta (absorve) os fenômenos e os liga ao todo, como mônada só é entendida entre o isolamento e o todo configurado na idéia. O que permite este procedimento é o método da “ciência da origem”, chamado por Benjamin de “história filosófica”⁴⁵, que poderia ser entendido, em letra, como filosofia da história. Pode-se falar aqui em filosofia da história pela afirmação de um tólos e de uma totalidade na filosofia de Benjamin. Elementos que ao mesmo tempo, só podem ser expostos – se se quer fazer justiça à letra de Benjamin – por meio do reconhecimento de seus pressupostos teórico-filosóficos.

Abrir mão do todo dado é o desvio / método em direção ao todo tenso e inabarcável: “Somente uma perspectiva distanciada [...] disposta, inicialmente, a abrir mão da visão de totalidade, pode ensinar o espírito, num processo de aprendizagem ascética [...]”, sem garantias, que sempre volta, daquele que contempla, “[...] a adquirir força necessária para ver o panorama, sem perder o domínio de si mesmo”⁴⁶.

A origem é um fenômeno lingüístico que, para Walter Benjamin, permitiria ao sujeito do conhecimento tangenciar a totalidade, sem abrir mão da humildade frente ao todo.

A atualização crítica destes conceitos da filosofia benjaminiana para a teoria da história já pode indicar alguns caminhos. Primeiro a relação entre sujeito e objeto do conhecimento deve deixar de ser uma relação vertical. Tal idéia é muito importante na história, pois passa pelo reconhecimento que tantos os sujeitos quanto os objetos do conhecimento histórico estão carregados de sentidos, têm o mesmo estatuto.

⁴³ *Origem*, p. 60.

⁴⁴ *Origem*, p. 69.

⁴⁵ *Origem*, p. 69.

⁴⁶ *Origem*, p. 79.

Uma revisão crítica do “mito” Marc Bloch

Jougi Guimarães Yamashita

Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

jougi_guimaraes@yahoo.com.br

Viver a guerra é experimentar um turbilhão de sensações. É uma situação onde os extremos da experiência humana afloram e convivem de forma intensa. Se ela nos expõe, por um lado, a todo o tipo de horror e barbárie que denunciam o lado “desumano” do homem, por outro, certas situações nos mostram justamente o oposto: o valor da humanidade e a força de idéias, da razão e/ou da emoção sobre determinados indivíduos.

Este é o caso dos mártires. São pessoas que sofreram, que deram suas vidas em prol de algo que consideravam maior que elas. E existe ambiente mais propício para o surgimento de mártires do que a guerra?

Marc Bloch, o objeto de nossa pesquisa, é conhecido como um desses heróis da Segunda Guerra Mundial, além de um grande historiador. Como nos diz Carole Fink, “seu caráter e destino conferiram-lhe (...) um lugar na história, na luta pela libertação da França, pela qual deu a vida”¹.

Sua vida foi marcada por alguns dos grandes momentos da história da França nos séculos XIX e XX. Foi contemporâneo do caso Dreyfus e participou ativamente das duas Grandes Guerras. Por isso, a análise de certos momentos biográficos de Marc Bloch são uma boa chave para colocarmos o nacionalismo francês em questão. Até que ponto ele foi atuante para a adesão de Bloch na Resistência Francesa? Que outras forças podem ter contribuído - ou até mesmo ter sido mais determinantes - para a ação dele na Segunda Guerra Mundial?

Marc Bloch nasceu no país que é o responsável pela difusão de um novo conceito de nação². Foi durante a Revolução Francesa que se dissemina o sentido “político” do termo - que até então era tratado predominantemente a partir do sentido étnico - e, paralelamente a isso, se observa o acréscimo da idéia de que a nação é soberana. Mas vale destacar que este novo sentido não exclui o anterior. Ambos passam a ser utilizados contemporaneamente. E a sua junção durante o século XIX, aliás, é o que vai dar origem ao chamado *princípio das nacionalidades*³, o qual converte a etnicidade no fator de legitimidade do Estado contemporâneo ou, em outras palavras, Estado-nação.

¹ Carole Fink. *Marc Bloch – uma vida na história*. Oeiras: Celta, 1995. p.xviii.

² José Carlos Chiaramonte. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: István Jancsó (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo/Ijuí: Fapesp/Hucitec/Unijuí, 2003, p. 78.

³ Idem, *ibidem*, p.85.

Ora, estes debates eram ainda muito recentes para a geração de Bloch. Ele nasceu em fins do século XIX - em julho de 1886 -, portanto, ainda dentro de um quadro inicial da construção de uma história nacional institucionalizada e ensinada nas escolas. Sua educação primária foi aquela que exaltava os grandes heróis nacionais que fizeram da França um povo heróico, desde períodos longínquos. Vercingetórix, o gaulês que resistiu a César, já era francês.

Essa história nacional que se encontrava nos livros escolares era inspirada em Ernest Lavisse e procurava, repetimos, estimular o orgulho de fazer parte da França. Ela vigorou no período em que Bloch estudou por conta de um contexto peculiar: tal orgulho nacional estava ferido, graças à derrota do país na guerra franco-prussiana. Isso gerou uma espécie de patriotismo militante dos professores primários⁴.

Mas o fato que marcou profundamente a juventude de Marc Bloch foi o caso Dreyfus. Tinha oito anos quando Dreyfus foi preso sob acusação de traição, e vinte quando finalmente ele foi inocentado. Segundo Carole Fink, as marcas desse acontecimento são vistas na obra de Bloch enquanto historiador. Ele era fascinado por processos judiciais, e por toda a vida esteve preocupado com a fraude e o erro dos documentos que serviriam à pesquisa historiográfica. O bom historiador era aquele que, na sua prática, era interrogador das “testemunhas” (os documentos).

Além disso, o caso Dreyfus foi importante em outro aspecto da vida de Bloch. Com o resultado do que aconteceu, ficou a certeza de que os judeus franceses são, sobretudo, franceses. Sua própria família é um exemplo disso, como ele mesmo nos diz:

“O meu bisavô era soldado em 1793; ... o meu pai foi um dos defensores de Estrasburgo, em 1870; ... fui educado nas tradições patrióticas cujos campeões mais fervorosos foram os judeus do êxodo alsaciano”⁵.

Nota-se então que toda a sua infância e juventude foram marcadas por debates em torno da identidade nacional. Mas Bloch ainda vai ter em sua vida mais fatos que vão intensificar o seu amor à França.

Um deles é a Primeira Guerra Mundial. Ele participou desse conflito como militar. Foi hospitalizado diversas vezes por conta dos reveses do *front*, como a febre tifóide e ferimentos de batalha. Bloch levou até um tiro na cabeça. Porém, essa guerra também lhe trouxe aspectos positivos. Foi na frente de batalha que ele percebeu que o que ocorrera de positivo durante os conflitos deveu-se não aos altos oficiais, os grandes chefes. A sobrevivência da França - derrotada e

⁴ Carole Fink, *op.cit.*, 1995, p.16.

⁵ Trecho de *L'étrange défâite* retirado de Carole Fink, *op.cit.*, p.1.

traumatizada por batalhas como a de Verdun, na qual “morreu a juventude francesa” - foi um feito dos soldados franceses, seus companheiros, de maioria proveniente da França rural. O companheirismo e a coragem deles era para Bloch, algo muito mais merecedor de destaque do que as diversas medalhas ostentadas nos uniformes dos altos oficiais⁶.

Depois da guerra, ele retoma a sua carreira de historiador. Em 1919 torna-se professor na universidade de Estrasburgo. Este fato merece atenção especial. Foi em 1918, ou seja, no ano anterior à entrada de Bloch na universidade, que a região da Alsácia volta a fazer parte da França. Ela foi alemã desde 1871.

O fato de esta ser uma região de fronteira entre os dois países, aliado a essa disputa, que faz com que a Alsácia fosse ora alemã, ora francesa, conferiu a região uma cultura peculiar, algo como uma mescla de traços culturais. Isso tornou o debate em torno da identidade nacional algo muito forte nesse espaço. E isso não é uma questão puramente subjetiva. É também prática. Na obra *Vinho e Guerra*, dos autores Don e Petie Kladstrup, podemos encontrar alguns dos efeitos concretos dessa disputa. Durante a Segunda Guerra, como não poderia deixar de ser, houve conflitos na região. E mais uma vez ocorreram “trocas de nacionalidade” de um dia para o outro, algo que era muito brutal. O indivíduo era forçado a trocar de cidadania, e tirar novos documentos de identificação. Além disso, no campo econômico, uma relação comercial com um francês torna-se num momento imediatamente posterior uma exportação que, aliás, é dificultada pelo fato dos países serem inimigos na guerra.

Mas, apesar dessas constantes trocas, parece que a maioria da população sempre se identificou mais com a França. Muitas pessoas foram presas durante a Segunda Guerra por se recusarem a tirar documentos que os identificasse como alemães. Isso nos remete novamente à definição do que constitui a nação moderna. François-Xavier Guerra diz que o caráter dessa nação, que se essencializa no final do século XVIII, é o de “uma comunidade soberana, formada pela *associação voluntária de indivíduos iguais*”⁷. Ora, esta definição é algo aproximado do que encontramos no fim do século XIX, justamente num discurso em defesa da Alsácia como região francesa, proferido por Ernest Renan.

Ele diz que a nação é um “plebiscito diário”. Não é, portanto, uma questão étnica. A nação é “uma alma, um princípio espiritual”⁸, que depende da posse comum de um rico legado de lembranças e da

⁶ Não será esse também um indício das futuras preocupações de Bloch como historiador? Ora, Bloch foi um grande pesquisador do mundo rural. Além disso, criticava a história “evenemencial”, em defesa da aproximação com as ciências sociais.

⁷ François-Xavier Guerra. “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”. In: István Jancsó, *op.cit.*, p.52. Grifos meus.

⁸ RENAN, Ernest. *O que é uma nação?* In: Maria Helena Rouanet (org.). *Nacionalidade em questão*, Cadernos da Pós/Letras: UERJ, 1997, p.39.

vontade de continuar juntos.

Só que fundamental para uma nação, segundo Renan, é o *esquecimento*. É ele que mantém a unidade, já que esta unidade é conseguida sempre de forma brutal. A violência está presente mesmo que as conseqüências - a unificação - sejam benéficas.

Uma vez adquirida e consolidada a unidade, constitui-se esse “princípio espiritual que é a nação”. Por isso, se há disputa pela região, o que é mais correto para Renan é a consulta ao povo alsaciano. Eles que iriam responder ao plebiscito para dizer a qual nacionalidade pertencem.

Assim, em 1919, Marc Bloch encontrava-se em um grupo de professores que estava preocupado com a assimilação nacional de Estrasburgo. A ligação do lugar com a França devia ser algo posto em destaque, para que este pudesse se sobrepor ao orgulho regional.

Aos poucos, a empolgação de Bloch com a cidade foi se esvaindo, e ele começou a sentir a necessidade de se aproximar mais do centro intelectual da França, Paris. Só lá ele poderia garantir notoriedade e ter maior contato com intelectuais mais renomados, além de dar mais projeção a revista dos *Annales*, que co-dirigia com Lucien Febvre. Paris também lhe garantiria uma distância mais segura de uma ameaça que começava a crescer na década de 1930 na Alemanha. Bloch já estava pressentindo uma guerra e os perigos que ele e sua família (não esqueçamos que ele era judeu) corriam estando tão perto do inimigo.

O historiador tentou inicialmente entrar no *Collège de France*. A partir de 1929, ele e Febvre começaram a se dedicar a esse objetivo. Febvre logo passa, mas Bloch não. Em 1935, ao ver que o empreendimento parecia impossível, por conta de diversos problemas, entre eles o anti-semitismo que estava crescendo na França, Bloch muda de horizonte e consegue entrar na Sorbonne.

Bloch dá aulas nessa universidade por pouco tempo, de 1936 a 1938. Começava a se intensificar o quadro de tensões que culminaria no início da guerra logo no ano seguinte, aquele em que ele fora mobilizado pelo exército para a função de reservista.

A “estranha derrota” da França foi presenciada por Marc Bloch na frente de batalha. Apesar da guerra ter sido declarada entre França e Alemanha, durante os primeiros meses não houve confronto entre os exércitos. A Linha Maginot - linha de defesa dos franceses - e a linha Siegfried - dos alemães - ficou intocada até 1940. Bloch consegue nesse período a função de responsável pela distribuição de combustível para as tropas que se encontram na região dos Flandres, fronteira entre França e Holanda.

Quando a Alemanha decide atacar, o faz justamente a partir da Holanda. A França perde a guerra em seis semanas. Marc Bloch, junto com seus homens, mais uma vez se decepciona com os oficiais do

exército. Relata em *L'étrange défaite* que o seu superior, com iminência da derrota da França, ficou “em trágica imobilidade, sem dizer nada, sem fazer nada, apenas contemplando o mapa espalhado sobre a mesa (...), como se esperasse encontrar nele a decisão que era incapaz de tomar”. Assim, ele se mostra arrependido de não ter participado ativamente da vida política do país, abandonando-o a velhos incompetentes e egoístas.

Mas o momento para ele é o de bater em retirada. Ele faz parte do exército derrotado. Bloch e seus homens, junto a soldados ingleses, fogem dos alemães até Dunquerque, quando são parados pelo mar. Os ingleses são resgatados por seus navios. Sem armamentos, ficam a esperar a morte certa, pois os alemães se aproximam cada vez mais. Apenas quando os alemães estão a menos de cinquenta quilômetros deles é que eles são resgatados. Esse resgate emergencial ficou conhecido como “a vitória de Dunquerque”.

Bloch, a seguir, volta à França. Mas agora ela está dividida entre a zona ocupada pelos alemães e a zona colaboracionista. Graças a um contato importante, ele consegue dar aulas na universidade de Estrasburgo-no-exílio, que fica em Clermont-Ferrant. Mas logo é perseguido e perde os direitos de trabalhar. Nesse mesmo tempo, consegue apoio de uma associação que recolhe intelectuais europeus exilados para ir aos Estados Unidos trabalhar. O grande problema é que Marc Bloch não queria sair da França sem a família (seis filhos, a mulher e a mãe), e alguns deles não conseguiram o passaporte para sair do país.

O jeito foi ficar. Bloch, sem emprego e com a situação ficando cada vez mais difícil, finalmente se engaja na Resistência Francesa em Lyon, o grande centro desse movimento. O ano é 1942. Bloch participa de diversas atividades dentro do movimento, entre elas a de ajudar na edição de um jornal da Resistência. Logo ganha notoriedade dentro do movimento, e torna-se um dos principais organizadores do grupo Franc-Tireur, sob o pseudônimo de “Narbonne”. Foi inclusive responsável pela organização do famoso “Dia D”, operação na qual os aliados desembarcariam na Normandia para o ataque final contra os alemães.

Era tão conhecido e elogiado pelos companheiros que tinha quase como certo um lugar como ministro da educação quando a França fosse restaurada. Mas Bloch foi preso e morto em 1944.

Sua morte o transformou, como já dissemos, num herói. Georges Altman diz que Bloch, quando chegou ao momento da execução, não teve medo. Ao ser jogado do caminhão e colocado em posição, apenas gritou “*Vive la France!*”, gesto que foi imitado pelos outros prisioneiros.

É evidente que o patriotismo de Bloch fora fundamental para o seu engajamento na Resistência, apesar de todos os riscos. Mas outros elementos devem também ser levados em conta. Seu sentido de honra também foi fundamental, assim como a sua família. Carole Fink nos dá outras pistas. Ela diz que o fato de ser membro da Resistência dava

a Bloch a oportunidade de servir a França em um momento crucial, ao mesmo tempo que serviria para manifestar sua lealdade à *patrie*. Só que, além disso, Bloch também se sentia pessoalmente empenhado em manter o elo que, há gerações, ligava sua identidade judaica à França.

Na Resistência, Marc Bloch, assim como muitos judeus patrióticos, encontrou uma maneira de reclamar sua cidadania sempre questionada e afirmar *civis gallicum sum*⁹. O apego de Bloch à ação e sua ambição também tiveram influencia decisiva nessa decisão. Lembremos que Bloch seria, ao fim do conflito, nomeado ministro da educação, podendo assim levar a cabo sua proposta de reforma no ensino escolar, em especial, no de história, abolindo a divisão desta em História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Então, dados os riscos que corria de ser capturado e morto, Bloch, quando optou pela adesão ao movimento, fez uma aposta decisiva: “se sobrevivesse, teria uma oportunidade de vir a ocupar uma posição de destaque na república ressurgida. Se percesse, pelo menos sua família teria por consolação o legado de um mártir caído”¹⁰. Nessa aposta, como sabemos, prevaleceu a segunda opção.

⁹ Ver Carole Fink, 1995, p. 299.

¹⁰ Idem. *Ibidem*, p. 299.